

Padre FERNANDO AUGUSTO DA SILVA e CARLOS AZEVEDO DE MENESÉS

ELUCIDÁRIO MADEIRENSE



II VOLUME

F-N

F

Facheiro. No primitivo sistema militar da defesa da costa havia o cargo de facheiro, encarregado de acender fogueiras no cimo dos picos para avisar as povoações de que velas inimigas estavam á vista. Esta usança durou até o governo de D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho, e recordam-na o nome do Pico do Facho, em Machico e Porto Santo.

Facho (Pico do). Sobranceiro á vila de Machico e a 330m de altitude, encontra-se esta elevação montanhosa, cujo cume domina os terrenos que formam a freguesia do Caniçal e o formoso vale por onde corre a ribeira daquela vila. Existiu ali um posto semafórico, que comunicava com outro estabelecido no chamado Pico do Telégrafo, na freguesia do Caniço.

Algures se diz que no alto do Pico há uma pequena fonte, cujas águas sobem quando sobe a maré e descem quando esta desce. Este fenómeno parece ser devido á existência dum canal interior, entre o reservatório da fonte e a costa, canal em que o mar penetra mais quando sobe a maré. É o ar existente neste canal que, afluindo ao reservatório da fonte, provoca provavelmente a elevação do nível das águas que se observa durante o preamar nas costas de Machico (V. Picos).

Facho. (Pico do). É o monte mais elevado da ilha do Porto Santo e fica na região setentrional, a uma altitude de 500m.

Facho da Malhada (Pico do). Na região meridional da Ilha do Porto Santo, para as bandas do sussudoeste, fica a eminência deste nome, a 265m de altitude.

Fagundes (Pedro). V. Meneses (Pedro Fagundes Bacelar de Antas e).

Faia (Myrica Faya). Árvore ou arbusto da família das Miricaceas, frequente na Madeira. Tem folhas glabras, obovado-lanceoladas ou oblongo-lanceoladas, de ordinário serradas, flores dióicas e frutos drupaceos, a princípio vermelhos e depois negros, reunidos em pequenos grupos em virtude da aderência das flores femininas. A faia produz boa lenha, e os seus caules são utilizados para estacas em muitos pontos da costa norte. A sua casca é taninosa, a sua madeira é de cor baça, puxando às vezes a rosado, e os seus frutos, aparentemente polispermicos e granulosos, tem sabor agradável quando bem maduros. A faia europeia (*Fagus silvatica*, L.) é cultivada nalgumas quintas do Monte.

Faial (Freguesia do). Da faia (Myrica Faya) lhe provém esta denominação. Um sítio houve ali em que abundava esta miricacea, tomando o nome de faial, que depois se estendeu aos terrenos circunvizinhos e mais tarde a toda a paróquia. Referindo-se á origem deste nome lá diz Frutuoso que o tem esta freguesia por ali haver grande quantidade de faias. Poder-se-ia talvez afirmar desta paróquia o que Antonio Cordeiro, na Insulana, diz, na devida proporção do meio, da ilha do Faial: «chamou-se Faial por ser a tal ilha de muitas e grandes faias toda cheia».

Os terrenos que constituíram esta freguesia e os da do Porto da Cruz foram os primeiros, nas bandas do norte, explorados e povoados nos tempos da primitiva colonização. Um dos mais antigos povoadores foi Lançarote Teixeira, quarto filho do primeiro donatario de Machico, Tristão Vaz, e de quem as Saudades

fazem o seguinte elogio: «foi hum dos melhores ginetarios da ilha; porque, além de por sua inclinação ser muito bom cavalleiro, tinha mui grande mão para domar cavallos, e era dado muito a isso, em tanto que em seu tempo se ajuntavam na villa de Machico sessenta cavalleiros de esporas douradas muito bem postas, e encavalgados por indústria deste Lançarote Teixeira, que, quando vinha hum dia de S. João ou de Corpo de Deos, eram tantos os cavalleiros para jogos de canas e escaramuças, que mais parecia exército de guerra, que folgar de festa: e além de todos serem mui destros nesta arte, elle todavia se divisava entre elles, que se pode com razão dizer que foi luz e ornamento de Machico». Este Lançarote Teixeira teve muitas terras de sesmaria no Faial, e entre elas as que vão do Ribeiro Frio até á Ribeira da Metade, compreendendo a Penha de Aguiia, e foi ali tronco de numerosa descendência.

Esta freguesia teve sua origem na fazenda povoada que ali existiu com sua capela da invocação da Natividade da Virgem ou de Nossa Senhora do Faial, que serviu de sede á nova paróquia. o padre João Soares foi capelão desta ermida desde o ano de 1531, tendo anteriormente sido beneficiado na nossa praça africana de Arzila.

Quando o alvará régio de 20 de Fevereiro de 1550 criou esta freguesia, foi o referido sacerdote nela provido como seu primeiro pároco, tendo-lhe sido arbitrada a congrua anual de 6.000 réis, além dos 8.000 réis que já percebia como capelão da referida ermida. Os alvarás régios de 30 de Maio de 1572 e 20 de Junho do mesmo ano elevaram o vencimento anual do vigário respectivamente a 20.000 réis e 25.000 réis, fixando o alvará de 15 de Novembro de 1591 a sua côngrua em 19 000 réis em dinheiro, e um moio e meio de trigo. Posteriormente, por alvará régio de 17 de Abril de 1780, novamente foi este vencimento elevado a 22.000 réis em dinheiro, dois moios de trigo e duas pipas de vinho. Como fica dito, foi o padre João Soares o primeiro vigário desta freguesia, a que sucessivamente se seguiram os padres Bernardo de Quintal, Sebastião Gonçalves, Cristovão Ferreira, Francisco José, Valentim José, Pedro Catanho de Meneses, etc..

o aumento da população determinou a criação dum curato, que foi autorizada pelo alvará régio de 11 de Fevereiro de 1746, tendo sido o padre Pedro Catanho o primeiro que exerceu este lugar e ao qual se fixou o ordenado anual de um moio e meio de trigo e uma pipa e meia de vinho.

A capela de Nossa Senhora do Faial, em que foi instalada a sede da paróquia, ficava na margem esquerda da ribeira, estando muitas vezes na iminência de ser arrastada pela violencia da corrente nas inverniás mais rigorosas, tendo-se no ano de 1699 mandado proceder á construção duma muralha destinada a proteger o

templo, devido ás diligências do vigário de então, o padre Manuel Catanho de Meneses. Isto não obstou a que, alguns anos depois, tornando-se as águas mais caudalosas, destruísssem quasi totalmente a velha capela, impondo-se com urgência a necessidade da construção duma nova igreja.

Essa necessidade há muito que se reconhecia, não só pelo perigo a que estava exposta a situação na capela, quando a torrente engrossava e invadia os terrenos marginais, mas ainda pelas suas acanhadas dimensões e estado adiantado de ruína em que há muito se encontrava. Não sabemos se se refere á antiga ermida ou ao novo templo o seguinte trecho que encontramos no tomo X do Santuario Marianno de Fr. Agostinho de Santa Maria: «a igreja muito grande e de grande comprimento e largura ainda assim dizem que foi toda emadeirada com a madeira que deitou um só pau de cedro, signal que devia ser muito grande ou grandíssimo, o qual se achou ali perto da mesma ermida de Nossa Senhora...» Em outro lugar encontramos também certo detalhe de construção, mas referido á antiga ermida, como o próprio autor do Santuário Marianno parece inculcar no fim da citação que deixamos transcrita. Por mandado do Conselho da Fazenda, de 20 de Novembro de 1744, se deu de arrematação a Cristovão Gomes, pela importância de, 7:980\$000 réis, a construção da nova igreja, que se erigiu na vertente da ribeira, posta então ao abrigo da impetuosa violência da corrente. A 5 de Agosto de 1745 se lançou e se procedeu á bênção da primeira pedra, ignorando-se quando foram dadas por concluídas as obras da construção. É uma igreja ampla e elegante, com excelente obra de talha, destacando-se o altar-mor pelo aprimorado bom gosto da sua factura. Por breve pontifício de 30 de Agosto de 1785 foi concedida indulgência plenária aos que visitarem este templo por ocasião da festa do respectivo orago, que é a 8 de Setembro, dia da Natividade da Santíssima Virgem.

Havia nesta freguesia a capela de S. Roque, que passou a ser a sede duma nova paróquia em 1848, e a de S. Luiz de que nem restam vestígios. Existe ainda a de Nossa Senhora da Penha de França, no sítio da Diferença. De todas nos ocuparemos em outro lugar desta obra.

O Dr. Gaspar Frutuoso, ocupando-se desta paróquia no ano de 1590 diz o seguinte: «Terá esta freguesia como cem fogos. A igreja está entre duas ribeiras muito altas das rochas. Tem muita fructa de espinho, de cidras e limões; pêras, pêros e maçãs, e noz. Sendo a igreja de bom tamanho, dizem que se armou de hum grandissimo pão de cedro, que se achou perto della. Pelo seu dia, que vem a outo de Setembro, se ajuntão de romagem de toda a ilha, passante de outo mil almas, onde se vê huma rica feira de mantimentos de muita carne de porco, vaca e chibarro, a qual he huma estremada de carne de gostosa naquelle ilha, ainda que em muitas outras terras e ilhas seja a peior de todas. Ali se ajuntão muitos cabritos e fructas, e outras cousas de

comer, para os romeiros comprarem, os quaes muitas vezes se deixão estar dous, tres, e mais dias em Nossa Senhora, descancando do trabalho do caminho, porque vem de dez, e doze legoas por terra mui fragosa, e juntos fazem muitas festas de comedias, danças, e muzicas de muitos instrumentos de violas, guitarras, fructas, rabis, e gaitas de fole; e pelas faldeas das ribeiras, que tem grandes campos, no dia de Nossa Senhora é em seu outavario, se alojão os romeiros em diversos magotes, fazendo grandes fogueiras entre aquelas serranias. Dizem que ali aparece o Nossa Senhora onde tem a igreja.

«Tem esta freguezia dous engenhos de assucar, hum de Antonio Fernandes das Covas, que está perto de Nossa Senhora; e outro de Luiz Doria. No fim das ribeiras (que ambas se vão ajuntar em hum porto de mar) tem bom porto. Está nesta freguezia huma serra dagoa, que foi um grande e proveitoso engenho, em que dous ou tres homens chegão por engenho hum pão de vinte palmos de comprido, e dous ou tres de largo á serra, e por arte hum só homem, que he o serrador, com hum só pee (como faz o oleiro quando faz a louça), leva o pão avante, e a serra sempre vai cortando; e como chega ao cabo com o fio, com o mesmo pee dá para traz, fazendo tornar o pão todo, e torna a serra a tomar outro fio; de maneira que quem vir esta obra, julgará por mui grande e necessária invenção a serra d'agoa naquella ilha, onde não era possível serrarem-se tão grandes páos, como nella ha, com Serra de braços, nem tanta soma de taboados, como se faz, para caixas de assucar, que se fazem muitas, e para outras do mais serviço, que vem a ser cada anno muito grande soma. Tem esta freguezia grandes montados de criações a muitos proveitosas».

Ainda presentemente é esta igreja objecto de uma concorrida romagem nos dias 7 e 8 de Setembro de cada ano, sendo, depois das grandes romarias de Nossa Senhora do Monte, Milagres, de Machico, e Senhor Jesus, da Ponta Delgada, uma das que atrai maior afluência de romeiros de todos os pontos da ilha e que oferece um aspecto mais interessante e pitoresco aos olhos do observador. Pelo testemunho de Frutuoso se vê que é bastante antiga e de notável concorrência, tendo-se assim mantido através de alguns séculos.

Uma das mais imperiosas necessidades desta freguesia e cuja realização constituía objecto de antigas reclamações, era a construção das pontes destinadas a estabelecer comunicação com as paróquias vizinhas e com a parte sul da ilha, tendo sido satisfeitas as aspirações dos povos daquela região no ano de 1904, com o começo dos trabalhos daquela obra verdadeiramente notável, que dentro de poucos anos se concluiu inteiramente.

Tem esta freguesia um pequeno porto de mar e um cais construído na Pedra da Pescaria, de que tomou o

nome. Na obra de Adolfo Loureiro Os portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes lê-se o seguinte: «O projecto deste cais foi elaborado pelo Sr. J. Maria Fragoso e executado de 1903 a 1905. Para esta obra concorreu generosamente o Sr. visconde de Caongo com a quantia de 1.000\$000 reis, dispendendo-se nela 5:478\$000 reis». A Junta Geral do Distrito, que mandara construir este cais, resolveu na sua sessão de 21 de Junho de 1904, dar-lhe o nome de Cais do visconde de Caongo, acedendo a um pedido que lhe fora feito pela Câmara Municipal de Sant'Ana.

Tem como pontos confinantes: a paróquia de Sant'Ana e o Oceano Atlântico, ao norte, a freguesia de São Roque do Faial, ao sul, a de Porto da Cruz, leste, e a de Sant'Ana, a oeste. Nela se contam os sítios povoados do Guindaste, Pico do Guindaste, Covas, Igreja, Tajal, Lombo do Lourenço, Chicharos, Diferença, Fazenda, Pinheiro, Corujeira de Baixo, Corujeira de Cima, Ressoca, Serra de Água, Água de Alto, Quebrada, Lombo do Galego, Pico do Lombo do Galego, Fajã da Murta, Alhendros, Limoeiro, Cruzinha, Fajã Grande, Lombo de Cima, Lombo de Baixo, Lugar, Longueira, Moinhos, Penha de Águia e Fajã, havendo outros sítios de menor importância, como sejam o Pedregal, Cerrado, Fajã do Mar, etc.. São pontos pitorescos e donde se descobrem vastos horizontes a Vigia, o Cortado, a Portela, a Cova da Roda, a Penha de Águia, a Ponta de Catarina Pires, etc..

Do Faial se desmembrou em 1848 a actual freguesia de São Roque do Faial, que desde então ficou constituindo paróquia autónoma.

São naturais desta paróquia o Dr. João Catanho de Meneses e D. Joana de Castelo Branco (V. estes nomes).

Faial (Ilhéus do). Não muito distanciados da costa marítima da freguesia do Faial, encontram-se os pequenos ilhéus do Faial, Pedra do Canto, Pedra Francesa, Pedra da Galé e vários baixios adjacentes, conhecidos geralmente pelo nome de Ilhéus do Faial.

Faial (Porto do). Pequeno porto no litoral da freguesia deste nome. V. Pedra da Pescaria (Cais da).

Faial (Ribeira do). Nasce nas proximidades do Pico Ruivo e recebe como torrentes subsidiarias as ribeiras do Ribeiro Frio e da Metade, atravessando a freguesia do Faial e ali desembocando. Nos anos decorridos de 1907 a 1910,- construiu-se sobre esta ribeira a mais extensa ponte que se encontra na Madeira e que há muito era considerada como uma das maiores necessidades a satisfazer em obras publicas distritais. Assenta o respectivo tabuleiro sobre diversos arcos e mede cerca de 130 metros de comprimento.

Faial. Sítio da freguesia de Santa Maria Maior, onde se encontra a capela de Nossa Senhora da Natividade, conhecida pelo nome de capela do Faial, fundada por Zenobio Acciaioli em 1582 e que foi sede dum antigo morgadio.

Faiscas (As). Publicação mensal de que saíram quatro números, de Março a Setembro de 1883, sendo seu redactor Ciriaco de Brito e Nobrega.

Fajã. Dá-se na Madeira o nome de «Fajãs» a certos tractos de terreno, de maior ou menor extensão, formados pelo desmoronamento de terras situadas a montante, constituindo em geral um solo de notável fertilidade. As «Fajãs» formam-se tanto no interior da ilha pelo desabamento de terras que se desagregaram das vertentes das montanhas, como ao longo de toda a costa marítima, de que são frisantes exemplos uma parte considerável da freguesia do Jardim do Mar, o Lugar de Baixo, a Fajã dos Padres, a Fajã da Areia, e ainda outras. O termo «Fajã» é em geral usado topónimicamente e existem dezenas de sítios que têm o nome de Fajã de...

Vid. Fajãs.

Fajã. Sítio povoado da freguesia do Arco da Calheta. Existiu ali uma capela dedicada a Nossa Senhora da Boa Hora, de que apenas restam algumas ruínas e cujos instituidores e ano da edificação se desconhecem.

Fajã. Sitio povoado da freguesia de Santo Antonio. Fica na margem esquerda da Ribeira dos Socorridos e ali se lançam, na mesma ribeira, os afluentes do Vasco Gil e da Lapa.

Fajã da Areia (Porto da). No sítio deste nome, freguesia de São Vicente, encontra-se um porto, servido por uma pequena praia, preferível ao da vila de São Vicente, do qual se acha pouco distanciado.

Faja da Ovelha (Freguesia da). Há nesta paróquia um sítio que desde os tempos primitivos da colonização conserva o nome de Fajã da Ovelha, que depois se estendeu aos terrenos circunvizinhos e mais tarde a toda a freguesia. É cousa vulgar que um simples episódio, uma circunstancia ocasional ou um facto de pequena monta tenha justificado a existência dum nome aplicado a determinado sítio ou lugar, que depois se venha a converter num centro populoso ou numa importante localidade. Semelhantemente teria acontecido com o nome desta freguesia, como já fizemos notar no artigo consagrado á paróquia do Estreito da Calheta.

Afirma o douto anotador das Saudades da Terra que esta freguesia só começou a chamar-se da Fajã da Ovelha, quando, nos principios do século XVIII, foi autorizada a construção dum novo templo, que poucos anos depois se erigiu no sítio que então tinha e hoje tem ainda aquele nome. Discordamos desta opinião, embora muito autorizada, pelos motivos que rapidamente vamos apresentar. É certo que esta paróquia teve a sua sede durante quasi dois séculos na capela de S. Lourenço, no sítio deste nome, e que por meados do século XVIII se mudou para a nova igreja construída no sítio da Fajã da Ovelha, mas nunca foi conhecida pelo nome de freguesia de S. Lourenço, como era natural que fosse, se porventura não tivesse outro nome, como na verdade tinha. O mais antigo diploma respeitante a esta paroquia, citado no Índex Geral do registo da antiga Provedoria da Real Fazenda e nas Memorias sobre a creaçāo e augmento do estado eclesiástico na ilha da Madeira é de 1553, e já nele se faz referência á igreja da freguesia da Fajã da Ovelha, que era o nome pelo qual já era então conhecida. Não sendo S. Lourenço nem Fajã da Ovelha, que nome teria em época anterior ao século XVIII? Não se conhece. Daqui logicamente inferimos que esta freguesia teve sempre o nome de Fajã da Ovelha, desde os primitivos tempos da colonização, ou, ainda mais rigorosamente, desde a época em que ali se estabeleceu a sede duma nova paróquia.

Como quasi todas as freguesias desta ilha, teve a Fajã da Ovelha seu princípio numa capela bastante antiga que ali existia e em torno da qual se foi formando um núcleo importante de população. Era a capela de S. Lourenço, que antes da criação da paróquia tinha já seu capelão privativo, sendo o seu ultimo capelão e primeiro pároco o padre Antonio Enes.

A criação desta freguesia como curato é anterior a 1553, pois que o alvará régio de 11 de Abril deste ano acrescentou á primitiva côngrua do cura ou capelão-curado, que era de 9 000 réis mensais, um moio de trigo e um quarto de vinho. O alvará de 26 de Julho de 1559 fez novo acrescentamento ao vencimento do sacerdote que ali exercia as funções paroquiais. Pouco antes de 1573 é que verdadeiramente a Fajã da Ovelha se constituiu paróquia autónoma e passou o capelão-curado a gozar as honras e privilégios de vigário. Um diploma de 6 de Julho deste ano fixou a côngrua anual do pároco em 20.000 réis e outro de 3 de Junho de 1687 elevou-a a 25.000 réis em dinheiro e um moio e meio de trigo e uma pipa de vinho.

Com o desenvolvimento da população foi nesta freguesia criado um curato, pelos fins do século XVIII.

A capelania-curada e a paróquia tiveram a sua sede, como já dito fica, na capela de S. Lourenço e ali permaneceram até o segundo quartel do século XVIII. O alvará da infanta D. Catarina, regente do reino, de 27 de Junho de 1705, autorizou a construção dum novo templo e a sua mudança para o local que fosse julgado mais apropriado para esse fim e em harmonia com os desejos manifestados pelo povo, depois das mais reiteradas instâncias do respectivo pároco de então. A pesar disso, a edificação da nova igreja só se realizou alguns anos mais tarde, sendo escolhido o sítio da Fajã da Ovelha como o lugar que melhor satisfazia ás condições exigidas para essa construção. O mandado do Conselho da Fazenda de 24 de Janeiro de 1747 (e não 1737 como dizem as Saudades) deu a obra de arrematação ao carpinteiro Francisco Gomes pela importância de 6:350\$000 réis. Ignoramos quando se concluíram as obras e quando se procedeu á benção da nova igreja.

Quando esta paróquia era ainda capelania-curada, dela se desmembrou a freguesia da Ponta do Pargo e mais tarde a dos Prazeres, constituída em parte por terrenos da Fajã da Ovelha e parte do Estreito da Calheta.

Sítios principais: Lombada dos Marinheiros, Lombo dos Falcões, Eirinhos, Farrobo, Massapês, Fajã

da Ovelha, S. João, Casais da Serra, S. Lourenço, Lombada dos Cedros, Raposeira do Serrado, Raposeira do Logarinho e Maloeira.

O pico da Maloeira, a rocha da Raposeira do Logarinho e as ribeiras dos Cedros e dos Marinheiros merecem referência especial pelo pitoresco que oferecem ao visitante e belos panoramas que dali se desfrutam.

Atravessam esta freguesia as ribeiras da Inez, que a separa dos Prazeres e as da Cova, da Chã, dos Cedros, de S. João, dos Falcões e dos Marinheiros. Por algumas destas ribeiras são alimentadas as levadas da Cova, do Ribeiro Chão, Moinhos e Fonte do Folhado, que irrigam esta freguesia, além da do Rabaçal. Há fundadas esperanças de que dentro de poucos anos se fará a tiragem duma extensa e abundante levada, que se destina á irrigação desta e doutras freguesias do concelho da Calheta.

No livro do engenheiro de minas Eugenio Ackermann, intitulado *L'Ile Madère considérée au point de vue scientifique*, se faz referência ao minério de manganés encontrado nesta freguesia, dando-se ali uma pequena analise da proporção dos elementos que o compõem. Parece que tem pouco valor industrial.

Tem 2757 habitantes e é S. João o orago da sua igreja paroquial. O novo cemitério foi benzido e inaugurado em Março de 1910.

Esta freguesia tem uma escola oficial para cada sexo, e a sede dum partido medico que abrange esta paróquia e as da Ponta do Pargo, Paul do Mar e Prazeres.

São naturais desta freguesia o padre Antonio Gomes Neto (V. este nome), o cônego Antonio Joaquim Jardim, que muito se notabilizou como orador sagrado e que sendo partidário das ideias liberais esteve alguns anos preso durante o governo absolutista, e Augusto César de Gouveia, que pelo seu desinteresse, prestígio, ilustração e génio empreendedor prestou a esta paróquia assinalados e reconhecidos serviços.

Fajã da Ovelha (Pico da). Fica esta elevação montanhosa na serra da freguesia do mesmo nome, não muito distante do Pico da Fonte do Bispo.

Fajã da Ovelha (Ponta da). Saliência da costa marítima na freguesia do mesmo nome.

Fajã das Nogueiras. Sítio na serra da freguesia do Faial, onde se encontra uma pequena casa para abrigo dos transeuntes.

Fajã do Manuel. Sítio no litoral da freguesia do Porto do Moniz, onde naufragou, no ano de 1856, uma galera de nacionalidade inglesa, tendo morrido 15 pessoas das vinte e uma que trazia a seu bordo.

Fajã do Mar (Porto da). O sítio deste nome, Arco da Calheta, tem um pequeno porto, também chamado de Nossa Senhora da Vida, que dista 2,4 milhas do porto da vila da Ponta do Sol e 2,3 do da Calheta.

Fajã do Mar. Sítio povoado da freguesia do Arco da Calheta. Neste sítio e numa pequena elevação sobranceira ao mar, fica a capela de Nossa Senhora da Vida, fundada em 1663 por Inez Teixeira, tendo sido reedificada há poucos anos.

Fajã do Penedo. Sítio povoado da freguesia da Boaventura. Existiu ali uma pequena ermida da invocação de Sant'Ana, edificada no ano de 1768 pelo morgado Antonio Francisco de Caires, tendo sido demolida pouco depois de 1840. D. Maria dos Anjos Ribeiro fez construir neste sítio, no ano de 1919, uma capela consagrada ao Imaculado Coração de Maria.

Fajã dos Asnos. Fica na freguesia de Câmara de Lobos e aquém do Cabo Girão, e é conhecida também pela denominação de Fajã do Gregorio. É cultivada em parte, e nas rochas que a limitam pelo lado

norte abunda o *Helichrysum Monizii*, espécie que dificilmente se encontra noutras partes da ilha.

Fajã dos Padres. Esta pequena Fajã está situada na costa sul da Madeira e um pouco para além do cabo Girão. Tem ao fundo uma grande rocha, escalvada e nua, de cerca de 300 metros de alto, e a sua população regula por 50 habitantes que dão obediência, no espiritual, á igreja de S. Braz na freguesia do Campanário.

A Fajã dos Padres, que pertenceu noutras épocas aos padres da Companhia de Jesus e onde se encontram ainda vestígios duma capela mandada edificar talvez por eles, foi propriedade do coronel Manuel J. de França Doria que, depois de ter cultivado, mas sem grande resultado, a cana de açúcar nas suas terras, voltou a estabelecer ali a cultura da vinha, que parece ser a que melhor se adapta ao solo da localidade.

Da Fajã dos Padres vinha outrora o melhor vinho malvasia produzido na ilha, cultivando-se também ali o sercial e outras castas de vinha de excelente qualidade.

Fajãs. Há uma freguesia conhecida pela denominação de Fajã da Ovelha, e nas paróquias de S. Gonçalo, Faial, S. Jorge, S. Vicente, Porto do Moniz, Ponta do Pargo, Arco da Calheta, Estreito da Calheta, Canhas, Ribeira Brava, Campanário, Curral, etc., existem fajãs mais ou menos extensas e mais ou menos antigas.

A Fajã da Ovelha, na freguesia deste nome, a Fajã dos Padres (Campanário), a Fajã dos Asnos ou do Gregorio (Câmara de Lobos) e a Fajã da Areia S. Vicente), são as mais conhecidas da ilha.

A propósito do desabamento dos terrenos diremos que o Lugar de Baixo é desde 1804, muito maior que dantes, porque nesse ano grande parte das terras da Lombada cairam para o lado do mar, e ali formaram uma campina extensa e produtiva. O choque da queda, diz o Dr. Azevedo, foi tal, que o mar saiu do seu nível em toda a costa adjacente, e sentiu-se o abalo tanto em terra, como no mar, a distancia de mais de 10 quilómetros. O mar entrou muito a dentro da vila da Ponta do Sol.

O falecido Antonio Pedro de Azevedo encontrou uma carta escrita em 1689 em que se fala dum

deslocamento dum terreno com cerca de meia légua de extensão, ocorrido poucos tempos antes no Arco de S. Jorge (V. este nome). A ser certo o que diz o autor da referida carta, o deslocamento foi tão lento e suave que os prédios que existiam sobre o terreno nada sofreram com a mudança de situação.

Em Abril de 1856 deslocou-se uma extensão considerável de terreno em Machico, tendo desabado todas as choças que sobre ele estavam edificadas, e em 1894 deu-se uma grande quebrada na Deserta Grande, de que resultou o mar avançar e recuar sensivelmente nalguns pontos da costa sul da Madeira, semelhantemente ao que sucedera por ocasião do terramoto de 1755.

As fajãs são frequentes em certas ravinas do interior, tendo provocado algumas delas desvios mais ou menos consideráveis na primitiva direcção das águas. Quando estas fajãs se acham nas proximidades dos povoados, costumam aproveita-las por serem em geral muito produtivas, mas as torrentes devastam-nas e corroem-nas às vezes durante a estação invernal, podendo mesmo destrui-las se elas estão muito baixas ou imperfeitamente consolidadas.

Fajãzinha de Bento. Sítio na freguesia da Serra d'Agua, onde a Câmara Municipal do Funchal possuía uma pequena propriedade, que foi vendida, com autorização do Governo, em 25 de Abril de 1918.

Falcão. Foi o primeiro vapor que estabeleceu viagens regulares entre diversos portos da costa sul da Madeira. Chegou ao porto do Funchal a 27 de Fevereiro de 1881, sendo um barco de 40 toneladas e da força de 22 cavalos, mandado vir pela casa Blandy Brothers & C^a.

Falcão e Sousa (Cristovão). A 20 de Abril de 1600 foi nomeado governador geral do arquipélago madeirense Cristovão Falcão e Sousa que alguns erradamente julgaram ser o celebre autor do Crisfal e que outros afirmam ser seu filho, o que é ponto controverso.

Falgairolle (Edmond). Publicou no ano de 1895, em Paris, um opúsculo de 31 paginas intitulado *Une expedition française à l'ile de Madère en 1566*, que se ocupa com manifesta parcialidade do terrível assalto que no mês de Outubro de 1566 os corsários franceses deram a esta ilha e de que Gaspar Frutuoso se ocupa largamente nos capítulos XL, XLI e XLII das Saudades da Terra.

Vid. Saque dos Franceses.

Familiares do Santo Oficio. Dos livros da Câmara Municipal do Funchal consta terem sido familiares do Santo Oficio, os seguintes indivíduos: Manuel Mendes Serrão (1697), o Padre Augusto de Góis (1739) e o Padre Antonio Ribeiro de Sousa (1741). Estes dois últimos foram notários daquele tribunal.

Em 1551 fez o rei mercê a um filho de João Rodrigues Cavaleiro, escrivão da Câmara, do ofício de notário do Santo Oficio.

Fanal. Sítio nas serras do Seixal e da Ribeira da Janela, onde existe uma cratera, que se transforma em lago durante o inverno. Junto desta cratera existe uma pujante vegetação formada por árvores e arbustos indígenas, entre os quais avultam os adernos e outras espécies raras. Os fetos, as gramineas e os musgos abundam em todo o Fanal, sendo este um dos pontos da ilha mais dignos de serem visitados, por causa dos formosos panoramas que dele se desfrutam.

Fanerogamicas. Das 907 Fanerogamicas assinaladas até o presente no arquipelago da Madeira, 635 são indígenas ou aparentemente indígenas, e 272 naturalizadas ou frequentemente cultivadas. No grupo das espécies indígenas há 505 Dicotiledoneas, 126 Monocotiledoneas e 4 Gimnospermicas; no grupo das espécies evidentemente introduzidas há 218 Dicotiledoneas, 53 Monocotiledoneas e 1 Gimnospermica.

Há no arquipélago 443 Fanerogamicas anuais, das quais 374 são Dicotiledoneas e 69 Monocotiledoneas, estando as Fanerogamicas indígenas representadas por 289 Dicotiledoneas e 51 Monocotiledoneas, e as introduzidas por 85 Dicotiledoneas e 18 Monocotiledoneas. Das 464 Fanerogamicas perenais, 205 são

indígenas e 169 introduzidas, compreendendo as Fanerogamicas indígenas 216 Dicotiledoneas, 75 Monocotiledoneas e 4 Gimnospermicas, e as introduzidas 133 Dicotiledoneas, 35 Monocotiledoneas e 1 Gimnospermica. Nas Fanerogamicas perenais indígenas contam-se entre árvores, arbustos e subarbustos 106 espécies.

Entre as 272 Fanerogamicas introduzidas há 80 Dicotiledoneas, 18 Monocotiledoneas e 1 Gimnospermica bem naturalizadas, sendo cultivadas em larga escala, adventícias ou mal estabelecidas ainda no arquipelago todas as espécies restantes. Nas Dicotiledoneas naturalizadas há 34 espécies anuais e 46 perenais; nas Monocotiledoneas 7 anuais e 11 perenais; e nas Gimnospermicas 1 perenal.

Existem na nossa região 102 espécies peculiares e 54 que são comuns ao arquipelago da Madeira e a outros grupos de ilhas do Atlântico. Das primeiras, 70 são madeirenses, 5 do Porto Santo, 1 do Ilhéu Chão, 1 do Bugio, 10 da Madeira, Porto Santo e Desertas, 10 da Madeira e Porto Santo e 5 da Madeira e Desertas; das segundas, 3 encontram-se nos arquipelagos da Madeira, Canárias e Açores, 41 nos arquipelagos da Madeira e Canárias, 9 nos arquipelagos da Madeira e Açores e 1 nos arquipelagos da Madeira, Canárias e Cabo Verde. Todas estas espécies, cujo indigenato está ao abrigo de qualquer contestação, são legítimos representantes da flora primitiva da Madeira, a qual é de crer que se fixasse na nossa região durante a época terciaria, trazida pelas aves, pelos ventos, pelas correntes marítimas e até mesmo por alguns insectos.

O estudo dos fosseis vegetais madeirenses não acusa qualquer evolução-floristica local. Muitas das plantas encontradas no jazigo de S. Jorge, na costa setentrional da Madeira, estão representadas na flora indígena da actualidade, e se modificações houve nos caracteres morfológicos de outras espécies da nossa vegetação primitiva, não é crível que essas modificações fossem tão profundas que dessem lugar ao aparecimento de novas formas específicas com o carácter de endémicas ou peculiares.

Estas formas, no nosso entender, não provieram da transformação lenta ou brusca de outras espécies, e se caracterizam agora o arquipelago da Madeira, é porque as condições compatíveis com a sua existência, realizadas outrora em grandes áreas, só continuaram a subsistir, a partir de certa época, dentro dos estreitos limites da nossa região floral.

A lista mais completa que existe das Fanerogamicas da região madeirense foi publicada por Carlos A. Meneses, em 1914, com o título de Flora do Arquipelago da Madeira, mas este trabalho, devido ao pouco

cuidado que presidiu á sua revisão, contém alguns erros que o desfeiam bastante. A diagnose que acompanha o *Thlaspi arvense* não diz respeito a esta espécie, mas á *Draba muralis*, e no *Lotus argenteus* os foliolos nem sempre são chanfrados, no *Lotus Loweanus* os foliolos são antes vilosos que pubescentes e no *Senecio incrassatus* as folhas são profundamente penatifendidas. O plátano cultivado na Madeira é o *Platanus orientalis* e não o *P. occidentalis*, e pelo que respeita ao género *Scrophularia* é possível que o numero das espécies que o referido trabalho assinala, tenha de ser reduzido. O *Sambucus Ebulus* não é um subarbusto, embora os seus caules anuais sejam algumas vezes quasi lenhosos.

Ocuparam-se também das Fanerogamicas da Madeira os botânicos Bornmuller, Britten, Brown, Cosson, Holl, Lowe e Vahl, e entre os que fizeram aqui colecções de plantas, hoje distribuídas por alguns museus europeus, não devem ser esquecidos os nomes de Banks, Castelo de Paiva, Lemann, Lippold, Mandon, Masson, Moniz, Norman e Webb.

Faria. Parece ter introduzido este apelido na Madeira, Braz Gil de Faria, que teve terras de sesmaria na margem direita da Ribeira da Caixa, em Câmara de Lobos.

Faria (João Alfredo de). Nasceu na freguesia de Santo Antonio e era filho de José de Faria e de Claudia Matilde de Faria. Frequentou o liceu do Funchal e tinha o curso de infantaria da antiga Escola do Exército. A sua carreira das armas, em que verdadeiramente se notabilizou como um dos mais distintos oficiais do exército, não decorreu apenas nas fileiras e serviços internos dos quartéis, mas principalmente nos tribunais e repartições superiores, para onde fora chamado pelos brilhantes dotes de inteligência, comprovada competência em cargos que anteriormente exercera e uma notável e reconhecida inteireza de carácter. Foi promotor de justiça nos tribunais militares e deputado em diversas legislaturas. No desempenho destes cargos, revelou-se um orador muito fluente, de acurada correcção de forma e profundo conhecedor das matérias que versava. A sua palavra fácil, correcta e incisiva despertava particular interesse nos auditórios e era sempre escutada com o mais devotado apreço. Nalgumas causas celebres, em que teve de intervir como promotor de justiça, proferiu discursos, que foram julgados como verdadeiros modelos de eloquência forense. Não sendo um especializado em assuntos financeiros, causou surpresa a sua nomeação para Inspector Geral dos Impostos, mas com tal proficiência se houve, no exercício dessa importante

comissão de serviço, que conseguiu provocar espontâneos e fervorosos louvores ainda de indivíduos desafectos á situação política então dominante. O extenso relatório, que acerca desses serviços publicou em dois volumes, foi objecto de controvertidos juízos na imprensa, mas ninguém pôde negar ao autor de tão valioso trabalho um estudo consciencioso e aprofundado do assunto, o mais acendrado desejo de bem servir o seu país e as fulgurações dum alto espírito, que nesse mesmo documento profundamente se revelou. Tinha ascendido ao posto de general pouco antes do seu falecimento, que ocorreu a 24 de Janeiro de 1921.

Faria (José Cupertino de). Nasceu no Funchal por 1866 e é filho de Manuel de Faria e de D. Maria Isabel Fernandes de Faria. Frequentou o Seminário desta diocese, cujos preparatórios não chegou a concluir, alistando-se depois no exército. Há muito que saiu desta ilha, e residiu largos anos na cidade de Setúbal. Foi ali que em 1901 publicou um volume de 202 paginas, intitulado *O Arquipelago da Madeira*, que contém muitos erros e inexactidões.

Faria e Castro (José Carlos de). Nasceu na freguesia de Santa Maria Maior a 9 de Dezembro de 1835, sendo filho de José Carlos de Faria e Castro e de D. Amélia de Faria e Castro, e frequentava o Seminário Episcopal do Funchal com destino á vida eclesiástica, quando conheceu o escritor Platão de Vaksel que o convidou a visitar a Rússia, em sua companhia. Vaksel tinha vindo á Madeira para acompanhar uma irmã, afectada de moléstia pulmonar e que aqui faleceu.

Aceito o convite, seguiu Faria e Castro para o império moscovita, onde passados tempos casava com uma outra irmã do seu amigo Vaksel, estabelecendo desde então residência no castelo de Raudamy, á beira do Niemen, pertencente á família de sua mulher.

Faria e Castro esteve na Madeira em 1898 e 1903, tendo em ambos estes anos visitado também algumas cidades europeias. Era sócio correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa, cavaleiro da Ordem de Cristo e moço fidalgo da Casa Real, e escreveu além de muitos artigos de jornais, os trabalhos seguintes: *O Estado e o seu âmbito*, Lisboa, 1878; *L'Epopee maritime des Portugais, Vasco da Gama et le Camoens*, Bruxelas, 1898; *L'Ouverture de la grande navigation a travers l'Océan au quinzième siècle..Paris*, 1902; e *Les Jesuites et Camoens sous le roi D. Sebastião*.

Faleceu no castelo de Raudamy em Abril de 1910.

Faróis. Só por meados do terceiro quartel do século passado é que verdadeiramente se pensou na iluminação das costas do nosso arquipélago. Varias tentativas se fizeram anteriormente, mas sem resultados apreciáveis.

A 25 de Junho de 1861 os deputados pela Madeira Antonio Gonçalves de Freitas, Luiz de Freitas Branco e D. Luiz da Câmara Leme apresentaram no parlamento um projecto de lei autorizando a construção dum farol de rotação na ponta de S. Lourenço e um farol fixo no Ilhéu da Pontinha. Ainda surtiu infrutífera esta nova tentativa.

Farolim do Ilhéu. Era um pequeno farol de luz fixa, de pouco poder iluminante, a que, em época não muito afastada, se chamava frequentemente a brasa do ilhéu. Servia de ponto de referência ás embarcações que demandavam o porto do Funchal e começou a funcionar no dia 18 de Maio de 1866.

Foi substituído por um novo farol no dia 1 de Agosto de 1931.

Farol de São Lourenço. Como se sabe tinha o nome de S. Lourenço o navio que João Gonçalves Zarco comandava por ocasião do descobrimento da Madeira, e ao demandar pela primeira vez aquela língua de terra, deu-lhe o mesmo nome da caravela que o conduzia. A extremidade desta ponta, ou antes um pequeno rochedo isolado que lhe fica fronteiro, foi sempre julgado o local mais apropriado para a montagem dum farol, pois que a sua acção iluminativa se estenderia por uma parte considerável do norte e sul da ilha, e ainda pela travessa que separa a Madeira do Porto Santo. Esse rochedo é um ilhéu adjacente á ponta, da qual está separado por um estreito boqueirão, apenas navegável para embarcações de pequena lotação.

Em 1867 procedeu-se á organização do definitivo projecto e orçamento das obras deste farol, tendo os trabalhos da construção da respectiva casa e dependências anexas, começado em 1868 e terminado em

princípios do ano de 1870.

O farol é dioptrico ou lenticular, de segunda ordem, emitindo uma luz branca com clarões intermitentes de 30 em 30 segundos e avista-se a 25 milhas de distancia. Foi construído pela casa francesa Saulter e veio proceder ao seu assentamento o engenheiro Charles Trepardoux. O seu custo, incluindo o transporte e a montagem, foi de 8.370\$00.

A lanterna está colocada a 140 metros acima do nível do mar e fica a 32.^º e 41, de latitude norte e 16.^º e 39, de longitude oeste pelo observatório de Greenwich.

Começou a funcionar, iluminando pela primeira vez aquelas paragens, a 30 de Setembro de 1870.

Estava satisfeita uma grande necessidade publica. As reclamações da navegação eram constantes e até pedidos de indemnização se tinham feito pelos prejuízos causados a muitas embarcações. Alguns navios naufragaram naquelas imediações, devendo especializar-se o encalhe do Forerunner, em Outubro de 1854.

Farol do Porto Santo. Depois do farol de S. Lourenço, sempre se reconheceu como de primeira e mais urgente necessidade a construção dum farol na ilha do Porto Santo. A falta de iluminação daquelas costas ocasionou vários desastres, com perda de vidas e embarcações, de que fazem menção os Anais daquela ilha. Realizaram-se alguns estudos e organizaram-se projectos e orçamentos, mas passados quarenta anos depois de começar a funcionar o farol de S. Lourenço é que o farol da vizinha ilha do Porto Santo principiou a iluminar aquelas paragens, num raio de onze milhas. O local escolhido foi um pequeno ilhéu, conhecido pelo nome de Ilhéu de Cima, separado da ilha do Porto Santo por um estreito e pouco extenso boqueirão. A lanterna fica situada a 118 metros acima do nível do mar. Era uma luz fixa de cor branca, que se avista a 11 milhas de distancia. Começou a funcionar no ano de 1901. Tem prestado relevantes serviços á navegação e em especial ás embarcações que demarcavam o porto do Funchal.

Farol da Ponta do Pargo. É também uma reconhecida necessidade a iluminação do outro extremo da costa sul da Madeira, ficando o farol de S. Lourenço a leste e o projectado farol da Ponta do

Pargo a oeste. O edifício e outras dependências destinadas á instalação do farol e respectivo pessoal foram construídos há alguns anos, estando ultimados todos os trabalhos. Apenas se aguarda a aquisição da respectiva lanterna e mais aparelhos destinados á montagem do farol, que o conflito europeu impediu de estar já a funcionar. A continuação do edifício deve-se á Junta Geral deste distrito, que vai adquirir brevemente o farol e proceder á sua instalação. (1921).

O farol da Ponta do Pargo foi inaugurado a 5 de Junho de 1922. Está na ponta da Vigia, a cerca de 375 metros acima do nível do mar, no sítio onde outrora houve um telégrafo e era conhecido pelo nome de Casa do Rei. Lemos algures que este farol «emite três sucessivos fachos de luz branca da potência de 5.500 carcelas, cada um de 0,5 de segundo, a espaços de 3,5 segundos».

Farrobo. Dava-se outrora este nome no arquipelago ao *Sempervivum glutinosum*, crassulacea conhecida hoje pela designação de saião ou ensaião. «Do Ilheu da Fonte da Areia menos de meia léguas adiante, diz Frutuoso, está para o Nascente da parte do norte huma povoação de até quinze moradores; que se chama o Farrobo, por haver ali esta herva assim chamada com que os pescadores tingem as linhas».

O *Sempervivum glutinosum* desapareceu do Porto Santo, mas é bastante comum nas rochas da Madeira, continuando a servir para tingir e tornar mais rijas e consistentes as linhas destinadas á pesca. As linhas são esfregadas com a casca pisada da planta e depois mergulhadas em urina, adquirindo por este processo uma cor negra, que as torna pouco visíveis do peixe.

O termo alfarroba ou farroba serve na ilha de Lançarote, nas Canárias, para designar o *Sempervivum balsamiferum*, crassulacea que tem as mesmas aplicações do *S. glutinosum*, da Madeira.

Ferrobar as linhas significa na Madeira esfregá-las com o saião, como ficou dito, sendo ferrobar corruptela de alfarrobar. A herva chamada outrora farrobo e hoje saião, deu o nome a um sítio no Porto do Santo e a vários sítios na ilha da Madeira.

Farrobo (Joaquim Pedro Quintela, segundo conde do). Nasceu em Lisboa a 18 de

Maio de 1823 e ali morreu a 28 de julho de 1882. Foi nomeado governador civil do Funchal a 1 de Fevereiro de 1860, tendo tomado posse a 29 do mês e ano referidos. Esteve pouco mais de um ano á testa da administração deste distrito. Na tradição local conserva-se ainda notícia das brilhantes e aparatosas festas que os condes do Farrobo deram no palácio de S. Lourenço.

Fasciação. Fenómeno teratológico caracterizado pela aderência e achatamento dos caules ou dos ramos de uma planta. A fasciação observa-se frequentes vezes no *Echium plantagineum*, do Porto Santo, e nos exemplares da *Euphorbia exígua* que crescem entre Machico e Água de Pena, tendo também sido notada na vinha, nas aboboreiras, etc..

Fauna. A fauna madeirense, como a maior parte das faunas insulares, é caracterizada pela ausência de mamíferos terrestres e pela pobreza em espécies de muitos grupos largamente representados nas faunas continentais.

A Madeira recebeu da Europa a sua fauna e a sua flora indígenas, tendo sido as aves, os ventos e as correntes marítimas os principais veículos das espécies animais e vegetais que a povoam. Depois do que escreveu Darwin com respeito á origem das faunas insulares, ninguém ousa pôr em dúvida que os moluscos terrestres e outros animais possam ser transportados pelas aves e até mesmo pelas correntes marítimas, e que o vento seja em muitos casos o veículo de certos insectos, como o é das plantas, cujos frutos ou sementes são providos de apêndices adequados a facilitar a disseminação.

A presença de muitas espécies endémicas no arquipelago da Madeira, pode ser atribuída ou a modificações sofridas aqui pelos tipos ancestrais dessas espécies, ou ao desaparecimento no continente de formas idênticas ás que povoam ainda a nossa região. Como vimos no artigo Caracóis, existem no arquipelago 131 espécies de pulmonados peculiares, havendo também outros grupos ricos em espécies privativas, entre os quais avulta o dos insectos, que, infelizmente, se não acha ainda bem estudado.

Conhecem-se no arquipelago mais de 3.100 espécies de animais, que podem sem grande erro, ser assim repartidas: Protozoarios, 70 espécies; Celenterados, 111; Equinodermes, 19; Vermes, 250; Artropodos, 1621;

Moluscos, 476; Moluscóides, 130; e Vertebrados, 451. As melhores colecções zoológicas do arquipelago da Madeira estão no Museu Britanico, mas no Museu do Seminário do Funchal também se encontram algumas colecções valiosas, entre as quais avultam as das aves, peixes, conchas e corais.

Os mamíferos terrestres existentes na Madeira foram todos importados pelo homem, tendo os primitivos colonizadores, encontrado apenas um mamífero—a foca—ainda frequente nas Desertas, mas que já raramente aparece nas costas desta ilha.

As aves, dotadas da locomoção aérea e para as quais o espaço de cerca de 350 milhas que nos separa da costa marroquina não é difícil de transpor, têm farta representação na fauna do arquipelago. Em conjunto têm sido observadas muito perto de 200 espécies, mais do que nas Canárias e muito mais que nos Açores, a pesar da maior extensão desses dois arquipélagos. Segundo o padre Ernesto Schmitz o número averiguado das que aqui se reproduzem sobe a 36, havendo 12 formas peculiares, das quais 3—o bisbis (*Regulus madeirensis*), o tentilhão (*Fringilla Madeirensis*), e o pombo trocáz negro, de dedos compridos, (*Columba Trocáz*)—são por alguns consideradas boas espécies, ao passo que as restantes 9 são meras variedades locais. Entre as aves, umas há de passagem regular e outras de passagem accidental e ainda outras de arribação. Notável pelo seu valor comercial é a cagarra, indígena, mas não sedentária, que chega a estes mares na primavera e se ausenta no outono depois de ter depositado um ovo por cada casal nas anfractuosidades das rochas marítimas, principalmente nas Desertas e no grupo das Selvagens.

Quanto aos invertebrados vamos encontrar muitos artropodos, como os insectos coleopteros, os aracnídeos e outros grupos daquele vasto sub-reino representados por espécies nitidamente distintas das congêneres de outras regiões, o mesmo se deve dizer dos moluscos terrestres, podendo afirmar-se a respeito destas ilhas e em particular do Porto Santo, que poucas ou nenhuma partes do mundo abarcam em tão limitado espaço tão grande número de espécies endémicas de gasterópodos pulmonados.

É abundante e variada a fauna marítima madeirense, contando-se por 250 espécies de peixes os que têm sido colhidos nos mares desta ilha, sendo muitas delas notáveis pelo brilho das suas cores e pela singularidade da sua forma ou estrutura. Entre essas espécies, pelo seu grande valor comercial, merecem menção especial o atum e a espada preta, a que de modo particular nos referiremos no artigo consagrado à indústria da pesca.

Os naturalistas que têm contribuído pelos seus estudos ou explorações para tornar conhecidas as riquezas zoológicas madeirenses, são as seguintes: R. T. Lowe, E. V. Harcourt, J. Y. Johnson, C. Azevedo de Meneses, J. M. Moniz, Wollaston, Dr. Heer, Dr. Forel, Becker, Padre E. Schmitz, M. Andrew, Barão do Castelo de Paiva, Dr. Augusto Nobre, A. C. de Noronha, Padre J. G. Barreto, R. B. Watson. G. Busk, T. Hinks, A. T. Waters, Dr. A. M. Norman, Dr. Albers, J. Gray, P. M. Duncan, I. C. Thompson, C. Darwin, Dr. Fisher, A. Girard, Padre J. da S. Tavares, Padre Longino Navas, H. Hempel, Dr. Langerhans, M. Lachlan, A. Fauvel, Alberto Artur Sarmento, etc..

Nos logares competentes procuraremos dar conta quer da natureza das investigações realizadas por muitos destes naturalistas, quer dos trabalhos publicados por alguns deles sobre a fauna do nosso arquipelago.

Fauvel (Alberto). E.: Catalogue des Coléoptères des Iles de Madère, Porto Santo, et Desertas; Catalogue des Coléoptères des Iles Selvages; e Arachnides recueillis à l'Ile de Madère en 1896. Os dois primeiros trabalhos foram publicados na Revue d'Entomologie, 1897; o ultimo no Bulletin de la Societe Entomologique de France, 1897.

Fava (Vicia Faba). Leguminosa-papilionada anual muito cultivada na Madeira e Porto Santo. É originaria da região Caspica e do norte da África.

Favas do Mar. São sementes de leguminosas que aparecem, trazidas pela corrente oceânica, na costa do norte da Madeira, principalmente no Porto da Cruz. As sementes que ali se encontram com mais frequência, são as da Guillandina Bonduc e duas espécies dos géneros Entada e Mucuna.

Ha quem suponha que Colombo, a quem talvez não passou despercebida a vindia de tais sementes, visse nelas uma prova da existencia de terras desconhecidas para os lados do ocidente.

As sementes a que nos referimos, também são conhecidas pela denominação de castanhas do mar.

Favila. Primitivamente teve este apelido a grafia de Favela, que pertence a uma antiga e nobre família que se estabeleceu nesta ilha nos fins do século XV. o primeiro que o usou entre nós foi Fernão Favila, chamado o Velho, que tinha servido valorosamente em África e que fora fidalgo da casa real. Casou na Madeira com Beatriz Pires e instituíu o morgadio dos Piornais, com sede na capela de Nossa Senhora da Ajuda, por ele fundada e onde foi sepultado, tendo falecido no ano de 1545, segundo diz Henriques de Noronha, e em 1537, conforme a data assinada pelo Dr. Rodrigues de Azevedo. Foi seu filho e sucessor Antonio Favila, que morreu em 1601 e jaz sepultado na capela da Ajuda. D. Inez Moniz, que nasceu em 1553 e morreu em 1589 era filha de Antonio Favila e instituiu um morgadio a favor de sua sobrinha D. Isabel Acciaioli de Vasconcelos, com a clausula de andar perpetuamente na filha primogénita, o que é uma circunstância em extremo curiosa e cremos que muito rara, ao menos entre nós.

Fazenda (Cónego Manuel Esteves). Era natural da cidade da Covilhã e faleceu em Lisboa a 13 de Março de 1903, tendo 58 anos de idade. Em 1899 foi apresentado cónego da Sé do Funchal e nesta cidade se distinguiu como político e jornalista, tendo entre nós exercido várias comissões de serviço político.

Fedegoso. Nome vulgar madeirense da *Psoralea bituminosa*, planta da família das Leguminosas.

No Porto Santo dão o nome de fedegoso ao *Chenopodium album*, quenopodiacea frequente tanto ali, como na região inferior da Madeira.

Fedorento (Eruca sativa). Crucifera anual, muito comum no Porto Santo.

Feijoa. Nome vulgar madeirense do *Phaseolus multiflorus*, leguminosa originaria da América tropical. A feijoa é cultivada principalmente no Monte e na Camacha, onde as suas raízes, segundo se afirma, duram 7 anos. As suas sementes têm em 20 a 30 milímetros de comprido por 12 a 16 de largo, e as suas vagens são pubescentes, sobretudo em novas, e falciformes ou um pouco curvas.

Feijoeiro (Phaseolus vulgaris). Leguminosa-papilionada muito cultivada nas hortas madeirenses. E originaria, ao que parece, da América.

O feijão vassoura ou rasteiro, é uma simples forma do feijoeiro comum. o feijão verde, conhecido pelo nome de vaginha, é um artigo de exportação madeirense; antes da guerra saíam da ilha uns 1800 a 2000 cestos de vaginha semanalmente, durante a época da maior produção.

Feio (Dr. Carlos José Barata Pinto). Foi nomeado governador civil do Funchal por decreto de 18 de Dezembro de 1917 e tomou posse no mesmo dia em que chegou a esta ilha, a 5 de Fevereiro de 1918.

Saiu para Lisboa a 12 de Março do mesmo ano, tendo pouco depois pedido a sua exoneração.

Feiras. Em 19 de Julho de 1839 resolveu a Câmara Municipal do Funchal estabelecer uma feira anual e outra semanal na cidade, sendo esta deliberação aprovada pela Junta, que deixou a cargo da mesma Câmara a escolha do local para a instalação da feira.

A pesar dos bons desejos manifestados pela Camara, a sua deliberação não foi executada, e só mais tarde, em 29 e 30 de Junho de 1850, é que, por iniciativa do benemérito conselheiro José Silvestre Ribeiro, pôde ser estabelecida uma feira no Funchal, «com o fim de promover o Comercio e de estreitar as relações entre as diferentes povoações da ilha».

Foi na Praça Académica que se estabeleceu a feira, que nos dois referidos dias foi visitada por não menos de quinze mil pessoas, que deixaram ali uma soma avultada de dinheiro.

«As barracas da feira, lê-se num ofício dirigido pelo conselheiro J. Silvestre Ribeiro ao Ministro do Reino, estavam dispostas com a melhor ordem, e como a Praça he muito vasta, ficaram algumas das suas extensas ruas desembaraçadas para o transito da imensa multidão. No meio da Praça ergueo-se um grande tablado, e junto dele um coreto para a banda de musica do batalhão de Caçadores n.º 6. Por volta da tarde do dia 29,

subiram ao tablado treze camponezes da freguezia de S. Martinho, vestidos com trajes peculiares do paiz, e dansaram primorosamente uma dansa particular da Madeira, conhecida pela denominação de «A la moda». Seguiu-se áquelle dansa outra de mascaras, que sobresahio pelos ricos trajos antigos de que os figurantes vinham vestidos. A banda de musica do batalhão 6 de Caçadores, que o digno commandante daquelle corpo obsequiosamente me concedeu, entreteve os espectadores até alta noite, em ambos os dias, tocando lindissimas peças».

Outras feiras houve mais tarde na Praça Académica, depois do conselheiro José Silvestre Ribeiro deixar esta ilha, mas nenhuma delas apresentou o brilho nem a extraordinária animação da que se realizou em 29 e 30 de Junho de 1850, por iniciativa daquele ilustre governador civil.

Em sessão da Câmara Municipal do Funchal de 3 de Fevereiro de 1768 foi mandada executar uma provisão pela qual o Monarca, a pedido da mesma Câmara, permitira que houvesse no Terreiro da Sé uma feira publica ás têrças-feiras, mas se tal feira chegou a realizar-se, não teve longa duração, nem deu os resultados que era lícito esperar dela.

No largo do Comercio ou do Chafariz reúnem-se ás quartas e sábados os vendedores de botas chãs para exercerem áí o seu comercio, e aos sábados acodem os negociantes de gado bovino ao Campo da Barca ou de Miguel Bombarda, e os negociantes de varas á Praça dos Lavradores, efectuando-se áí muitas transacções. A venda de gado suíno realiza-se ás sextas-feiras, junto do antigo armazém do petróleo.

V. Mercado de D. Sebastião.

Feiteira (*Pteridium aquilinum*). Feto muito comum na Madeira e que vegeta também nas localidades não calcáreas da ilha do Porto Santo. Nas proximidades do Pico Ruivo chega a atingir 2 metros de alto.

A feiteira é utilizada como adubo e para cama de animais.

Feiteiras (Chão das). Sítio quasi plano e a curta distancia da casa de abrigo do Poiso, cortado pela estrada que conduz da mesma casa ao Ribeiro Frio. A feiteira (*Pteridium aquilinum*) é aí muito abundante.

Feiticeiro do Norte. Manuel Gonçalves, nascido na freguesia do Arco de São Jorge em mil oitocentos e sessenta e tantos, mais conhecido pela alcunha de Feiticeiro do Norte, é um camponês analfabeto e sem grau algum de cultura, que, aproximadamente aos quarenta anos de idade, começou a revelar uma extraordinária aptidão para a composição e improvisação de trovas e cantigas populares, que logo alcançaram uma grande nomeada entre a gente dos campos desta ilha. Ao som dum rajão, numa melopeia monótona, cantava o Feiticeiro os seus versos, que, pela sua originalidade e pitoresco, e, sobretudo, pelo interesse que o assunto despertava, eram avidamente escutados e constituíam um dos grandes atractivos nos diversos arraiais da Madeira. De pequenas trovas e de ligeiros recitativos passou a mais desenvolvidas composições, muitas das quais foram impressas em folhetos avulsos, e entre estas podemos citar: Santo Antonio, Chegada de Suas Magestades, As Raparigas dos bordados, O Lavrador, A Cidade do Funchal, As Inundações, O meu galo preto, A antiguidade de meu pae, A vida do Feiticeiro do Norte escrita por ele mesmo, A Madeira, etc. etc.. Manuel Gonçalves, animado pelo êxito das suas composições, foi ao Brasil, onde se demorou algum tempo,, e entre os folhetos que ali imprimiu conta-se um intitulado Pedro Alvares Cabral.

Faleceu na freguesia do Arco de São Jorge no mês de Abril de 1927.

Feitoria Britânica. Foi criada antes de 1774 e extinta em 31 de Dezembro de 1838. Sustentava uma enfermaria especial para ingleses no Hospital da Santa Casa, e prestou, enquanto existiu, vários outros serviços á colónia britanica nesta ilha.

Felner (Rodrigo José de Lima). Deve-se a este conhecido escritor e académico a memória Nome verdadeiro do portuguez João Fernandes Vieira, publicada em 1873, em que pela primeira vez se afirma e se prova que o ilustre madeirense João Fernandes Vieira (V. este nome) ao sair desta ilha em 1624, trocou o nome de Francisco de Ornelas Moniz pelo que adoptou e usou até á morte.

Lima Felner faleceu em Lisboa, em Novembro de 1877.

Feno. Recebem este nome as ervas que são consumidas pelos animais depois de secas. A escolha da época do corte do feno é determinada pela necessidade de obter ao mesmo tempo uma forragem abundante e de boa qualidade. No litoral é no mês de Maio que as plantas são colhidas; nos altos é em Julho que tem lugar esta operação.

O feno da Ponta de S. Lourenço é do melhor que a Madeira produz, mas do Caniço, de S. Gonçalo, da Camacha, etc., também vem para o Funchal muita erva seca, destinada ao consumo do gado estabulado. Entram anualmente na cidade cerca de 500:000 quilos de feno madeirense, constituído em geral por espécies da família das Gramineas. De Portugal vem muita palha de trigo para alimento dos animais.

Outrora o preço médio de cada 15 quilogramas de feno madeirense regulava por 30 centavos, mas no corrente ano foi o feno da Ponta de S. Lourenço vendido ao preço de 150 centavos.

O *Andropogon hirtus* e o *Agrostis castellana* gramineas muito comuns na Madeira, são conhecidos pela denominação de feno, mesmo enquanto verdes.

Fenologia. Estudaram a fenologia madeirense o Dr. Heer, em 1851, e C. A. Meneses, de 1903 a 1912. Vejam-se os artigos publicados por este ultimo no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, de 1910, e no *Bulletin de l'Académie Internationale de Geographie Botanique*, de 1905, 1908 e 1912, onde se encontram além de varias informações úteis, a lista dos trabalhos que devem ser consultados por aqueles que quiserem conhecer as épocas do descoramento das folhas e da folheação de algumas espécies lenhosas cultivadas na ilha.

Sobre esta matéria publicou Carlos A. de Meneses uma série de artigos no «Diário da Madeira» no mês de Junho de 1910.

Fernandes (D. olimpia Pio). Esta senhora madeirense, que há muito reside fora desta ilha, cultivou as letras entre nós com brilho e justificada reputação. Colaborou em diversos jornais, e por 1877 escreveu um drama intitulado Aldo ou a Filha do Mar, que foi representado nesta cidade e que obteve da assistência os maiores aplausos. As principais cenas deste drama foram publicadas num jornal do Funchal. Falando de D. Olimpia Fernandes, disse uma brillante cultura das letras: «Tenho lido com interesse todas as outras produções da distinta escriptora, e ou eu estarei muito enganada, ou s. ex.^a ha de ocupar, ainda um dia, um dos primeiros logares entre as senhoras que cultivam as letras».

Ignoramos se D. Olimpia Fernandes continuou o cultivo das letras e se porventura terá publicado outros escritos, como era de esperar do seu talento e ilustração.

Fernandes (Gonçalo). Foi um antigo povoador desta ilha e cuja personalidade os antigos imobiliários madeirenses envolvem nas sombras do mistério, parecendo no entretanto tratar-se dum filho do rei D. Afonso V e de sua sobrinha D. Joana, a Excelente Senhora. O anotador da Historia Insulana, seguindo vários linhagistas, diz que «este homem tem vislumbres do Máscara de Ferro, em Paris, e veiu para a Madeira com expressa proibição de sair desta ilha. Tratava-se com grandeza e todos os anos lhe mandavam da casa real quanto lhe era necessário em abundância, porém nunca se soube quem eram seus pais. Falecendo em 13 de Julho de 1539, foi sepultado na sua capela, na qual poz por armas as quinas portuguesas em aspa sobre a cruz da Ordem de Cristo. Na lápide sepulcral de mármore está escrito o seu nome; e tem em meio relevo a figura dum menino com o rosto sobre a mão esquerda, e o cotovelo sobre uma caveira, apontando com a mão direita para esta sentença tirada do livro da Sabedoria: Sic et nos nati continuo desivimus esse. A sua chegada á Madeira depois da paz celebrada entre D. Afonso V e a rainha de Castela D. Isabel, fez conjecturar que fosse filho delle e que razões de estado impedissem de reconhecer-o». A capela a que aqui se alude é a que se levantava próximo ao mar, na margem da ribeira da Serra de Água, na freguesia do Arco da Calheta, e da qual nos ocuparemos em artigo especial. Foi a sede dum morgadio instituído por Gonçalo Fernandes, no qual sucedeu seu filho Pedro Gonçalves de Andrade. Esta casa vinculada passou mais tarde aos Freitas da Madalena, de que foi ultimo representante o morgado Nuno de Freitas Lomelino.

Acerca deste lendário personagem encontramos no Dicionário Portugal, volume VI pag. 373 mais os

seguintes interessantes esclarecimentos: «. . . Gonçalo Fernandes, cujo verdadeiro nome era D. Gonçalo Afonso de Aviz Transtamara Fernandes, filho de D. Afonso V e da infeliz rainha D. Joana de Castella, a excelente Senhora, que á força obrigaram a professar em Santa Clara de Coimbra. Era a este que competia suceder no trono a D. João II, se por conveniências de ordem política com a Espanha e com receio de que o matassem, não tivessem ocultado o seu nascimento, desterrando-o para a ilha da Madeira, com proibição de lá sair, muito embora levasse ali vida de príncipe, que de direito lhe pertencia, nada lhe faltando da parte da Casa Real para a ostentação dessa grandeza, enviando-lhe todos os anos caravelas carregadas com tudo o que lhe era preciso. Com a morte de D. João II e com o sequestro de D. Gonçalo quebrou-se a geração real, indo por isso ocupar indevidamente o trono de Portugal D. Manuel e sendo ainda mais anómala a sucessão dos Braganças».

Fernandes (Valentim). Valentim Fernandes ou Valentim Fernandes Alemão foi um impressor e editor de nacionalidade alemã, que se estabeleceu em Lisboa por fins do século XV e que ficou conhecido na historia dos nossos descobrimentos marítimos por haver coligido alguns escritos inéditos que interessam á historia dessas mesmas descobertas. Acerca desses inéditos publicou em 1845 o Dr. Schmeller uma curiosa memória, de que Henrique Major dá desenvolvida noticia na sua obra sobre o infante D. Henrique. Essas narrativas de alguns descobrimentos marítimos realizados pelos portugueses no século XV interessam á historia do descobrimento deste arquipélago, e por isso delas se ocupa com largueza o Dr. Rodrigues de Azevedo a pag. 366-372 e 905 das Saudades da Terra. Uma parte dessas narrativas, respeitante aos Açores, foi publicada no tomo 1 do Archivo Açoreano. Parece-nos que se conservam ainda inéditos os restantes manuscritos da colecção de Valentim Fernandes.

Fernandes da Silva (Dr. Julião). Carta critica sobre o método curativo dos medicos funchalenses. MDCCLXI, é o título dum volume de 310 paginas, publicado sob a forma duma carta que termina por estas palavras: O seu mais dependente e intimo venerador I. F. D. S., Madeira 7 de Setembro de 1755. Não traz a indicação do lugar em que foi publicado nem o nome do impressor.

Esta obra, como o título claramente indica, é uma larga critica, por vezes severa e mordaz, mas muito judiciosa e sempre bem fundamentada, segundo os conhecimentos da época, da maneira como os médicos

exerciam a clinica na Madeira por meados do século XVIII. O autor, a pesar de pouco amadurecido em anos, como na própria carta o confessa, revela uma abundante copia de conhecimentos da arte de curar e era muito versado nas obras dos grandes mestres, que no tempo tinham toda a autoridade em assuntos médicos.

Sobre o valor do livro, debaixo do ponto de vista estritamente científico, nada poderemos dizer, por em absoluto nos escassear a competência para isso. Dele diz o ilustre anotador das *Saudades da Terra* «que é curioso e até útil, não só á historia medica deste archipelago, mas também ao estudo dos costumes da epocha. A orthographia sonica e a aggressiva dicção desta carta denunciam ser producção de algum afoito innovador da escola de Luiz Antonio Verney».

Há neste importante trabalho alguns pontos tratados com grande interesse e sem duvida com notável proficiência, como seriam a epidemia do sarampo, que tantas vitimas causa entre nós, a doença e morte do bispo D. João do Nascimento e as causas da elefantíase e maneira de a curar, sendo o livro em tudo muito curioso e digno de ser lido ainda por indivíduos estranhos á ciéncia medica.

Quem é o autor do interessante livro? Nem Inocencio Francisco da Silva no *Diccionario Bibliographico*, nem o Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo nas suas valiosas anotações á obra do Dr. Gaspar Frutuoso nos dão a menor indicação a tal respeito. Foi um mero acaso que proporcionou ao distinto madeirense conselheiro Manuel José Vieira o ter descoberto o nome oculto, talvez por mais dum século, do talentoso e ilustrado autor da *Carta critica*. No espólio do falecido medico César A. Mourão Pita (V. este nome) encontrou o conselheiro Vieira um exemplar impresso da obra e outro manuscrito que presumimos terem pertencido ao ilustre madeirense e abalizado medico Dr. Antonio da Luz Pita (V. este nome). Um simples e rápido confronto dos dois volumes logo denunciou tratar-se do mesmo e único trabalho. O manuscrito, que parece ser o próprio autografo, contém mais do que os exemplares impressos uma casta em frase excessivamente laudatória datada, do convento de S. Francisco desta cidade, de 28 de Agosto de 1755, escrita por Fr. João de S. José e dirigida ao autor do livro, carta que não acompanhou a impressão desta obra por motivos que desconhecemos. Neste manuscrito se dá o Dr. Julião Fernandes da Silva como autor dele e seu nome perfeitamente condiz com as iniciais encontradas no fim do volume impresso. O interessante manuscrito foi descoberto em Julho de 1907 e logo adquirido pela Biblioteca Municipal do Funchal, onde se encontra actualmente.

O Dr. Julião Fernandes da Silva era filho de Manuel da Silva e nasceu no Funchal entre os anos de 1723 e 1726. Tinha a formatura em medicina pela Universidade de Coimbra, cujo curso terminou a 17 de Novembro de 1748. Além da Curta Critica, escreveu a obra intitulada Exame de Sangradores, que vem mencionada no Diccionario Bibliographico Portuguez.

Sobre este assunto publicou o Diário do Commercio de 12 de Dezembro de 1909 um desenvolvido artigo, que pertence á autoria dum dos redactores deste Elucidario.

O ilustre professor e académico Dr. Augusto da Silva Carvalho que tem publicado tão valiosos trabalhos acerca da historia da medicina em Portugal, tencionava ocupar-se com largueza da Carta Critica. . . do Dr. Julião Fernandes da Silva, que acima fica citada, por se tratar duma obra de grande valor científico relativamente á época em que foi escrita, salvando-se assim dum imerecido esquecimento o nome do seu distinto autor. Esta comunicação foi feita há poucos anos a um dos redactores do Elucidario Madeirense, mas não nos consta que até o presente tenha sido publicado esse prometido e, por certo, interessante estudo.

Fernandes de Sant'Ana (Padre, Manuel). A 14 de Maio de 1864 nasceu na freguesia de S. Gonçalo o padre Manuel Fernandes de Sant'Ana, que era filho de Francisco Fernandes e de D. Ana Pereira Fernandes de Sant'Ana. Em 1881 abandonou o curso de preparatórios do Seminário desta diocese para dar entrada na Companhia de Jesus em cujo instituto professou e se conservou até á data da sua morte. Dando nova orientação aos seus trabalhos escolares, começou os seus estudos em Portugal, prosseguindo-os depois em Espanha, na Alemanha e na Inglaterra e concluindo-os na Holanda. Em Ona, Espanha, num curso de filosofia de aspirantes á Companhia, foi, entre noventa seleccionados alunos, considerado o mais talentoso e de uma mais arguta e penetrante inteligência. Os seus triunfos académicos contam-se pelo numero de matérias e disciplinas que frequentou. Notabilizou-se no conhecimento das línguas orientais, afirmndo-se que lhe era familiar o grego como a própria língua materna, na matemática, na biologia e nas ciências sociais, e na teologia era profundo conhecedor de tudo quanto se relaciona com os vastos estudos da Sagrada Escritura.

Era um trabalhador incansável. Além do escrupulosíssimo desempenho das suas privativas obrigações de

sacerdote, todo o tempo de que podia dispor era inteiramente consagrado ao estudo e ás obras de apostolado católico. Parece que tinha uma febre ardente e insaciável de saber, e á medida que ia rasgando horizontes novos no campo dos seus trabalhos científicos mais o devorava a ânsia insofrida de alargar os seus já tão vastos e profundos conhecimentos. De tal modo o absorvia a aplicação ao estudo e com tanta avareza desejava aproveitar o tempo, que se privava de todo o descanso e ainda dos pequeninos passatempos e recriações que a sua regra lhe impunha, procurando sempre justificar essa falta com a necessidade de realizar sem demora os mais urgentes e inadiáveis trabalhos. Foi desta maneira a par do seu excepcional talento e da fácil e pronta percepção de que era dotada a sua inteligência, que conseguiu enriquecer o seu espírito com esse assombroso cabedal de conhecimentos que constituíam a admiração dos que o escutavam ou liam os seus escritos. O padre Sant'Ana não era apenas um erudito, mas um filosofo e um verdadeiro homem de ciência, como eloquentemente o revelou na obra que escreveu refutando as doutrinas do Dr. Miguel Bombarda.

O apostolado de acção católica exercido pelo padre Fernandes de Sant'Ana foi verdadeiramente notável, e talvez nunca em Portugal se houvesse desenvolvido uma propaganda dos ideais religiosos com tão acendrado zelo, com tamanha abnegação e com tanto espírito de sacrifício e de desinteresse como essa de que ele foi a alma e o valoroso e intemperato caudilho. A obra da imprensa católica mereceu durante algum tempo todas as atenções do seu esclarecido zelo e a ela consagrhou todas as energias da sua pasmosa actividade, fundando um jornal de larga circulação, escrevendo folhetos, tornando-se um destemido atleta do jornalismo pela palavra e pela pena, criando algumas agremiações e formando vários núcleos de propaganda, tudo tendente ao desenvolvimento da acção católica por meio da mesma imprensa.

É muito importante a obra literária e científica do padre Sant'Ana, mas seria de maior vulto ainda se não tivesse morrido na idade pujante de 46 anos incompletos, os últimos dos quais passou nas agruras duma atroz enfermidade. A sua constituição débil, os trabalhos excessivos de apostolado a que durante muitos anos se entregou, o tempo dedicado ao professorado e ainda muitas outras preocupações e canseiras, tudo isso muito concorreu para abreviar a sua activa e operosa existencia.

Além da sua vasta colaboração em varias revistas e jornais e de alguns folhetos, publicou as seguintes obras: Questões de Biologia. O materialismo em face da sciencia, 1900, 2 volumes de 489 e 567 pag., Curso de Religião. Apologetica, 1901, de 317 pag.; tendo apenas saído o 1.^º vol. e O Evangelho segundo S. Matheus, 1909, de LVII-325 paginas.

Com o título P. Manuel Fernandes de Santanna, Gotas Biographicas, publicou o seu confrade A. de Meneses um opúsculo de 36 paginas, que contém dados muito interessantes e valiosos para a biografia deste nosso distinto patrício.

O padre Fernandes de Sant'Ana, que foi um dos mais ilustres madeirenses dos últimos tempos, morreu em Lisboa a 3 de Maio de 1910.

Fernandes Vieira. (João). Nasceu Francisco de Ornelas Moniz Júnior—mais tarde mudado a seu nome em João Fernandes Vieira— na capitania de Machico, em 1613, numa época de opressão e de pobreza, em que dominava o governo castelhano.

Seu pai, Francisco de Ornelas Moniz, era bisneto de Tristão Vaz, o primeiro donatário de Machico, e neto de Lançarote Teixeira, o grande ginetário; sua mãe, Antonia Mendes, era bisneta de Pedro Vieira, o grande morgado da Ribeira de Machico; entre os seus bisavós se conta Antonio Fernandes, sesmeiro nas Covas do Faial, no norte da ilha.

É ao ramo de Fernandes, ligado ao de Vieira, que Francisco de Ornelas Moniz, o moço, vai buscar um nome de disfarce entre a corrente emigratoria para o Brasil, querendo trabalhar como um desconhecido para não enxovalhar os pergaminhos dos Teixeiras, Ornelas, Monizes, Sàvedras, Mendonças e Vasconcelos, num período em que o trabalho era desonra e opressivo tributo da classe baixa. A fidalguia de Machico foi da mais orgulhosa: morria á fome, mas arrotando brasões.

O domínio filipino, acabando com certas prerrogativas dos donatários nas capitâncias, ordenou uma revisão dos vínculos e extinguiu muitos morgados por insustentáveis e ridículos. Nessa época, na populosa jurisdição de Machico, não havia quem boamente pudesse sustentar um cavalo, excepto duas ou três pessoas, como se expressa o historiador das ilhas. Vieram as crises das culturas, e os morgados a sonharem grandezas, refastelando-se na ociosidade, cairam pouco a pouco na ruína e no contrato de colónia, pelo qual entregavam as suas terras aos colonos, delas havendo a demidia dos produtos da cultura.

Os filhos primeiros dos morgados, desta sorte ainda se aguentaram, vivendo de suas rendas, porém os

irmãos, á fome, indignados com a fortuna, só em terra estranha se sujeitaram ao trabalho e ainda assim trocando por outro o seu nome fidalgo, como se verifica de vários nobiliarios madeirenses em títulos de famílias dos séculos XVI e XVII, alguns membros das quais se passaram ao Brasil.

Decaído o açúcar na Madeira, produzia-o exuberantemente as terras descobertas por Cabral, pelas canas ali importadas, e mesmo alguns praticos no cultivo e fabrico dos gulosos produtos da Madeira, já lá tinham ido ter no tempo de Martim Afonso de Sousa, o governador da América Lusitana, e sabendo os que por cá ficavam á miséria do bom resultado colhido e das terras distribuídas á farta em amplo regime de sesmaria, foram-se passando em auspíciosas aventuras—daí uma grande corrente emigratoria—para o Brasil, tentar a vida distante do pátrio lar oprimido, livres de estranhos preconceitos.

João Fernandes Vieira, o descendente do descobridor e 1.º donatario, era caixeiro em Pernambuco quando os holandeses invadiram a província em 1630.

Assenhoreado o inimigo de Olinda, marchou sobre o Recife, mal defendido do lado de terra, e sem forças para eficaz resistência, confiada a ordenanças feitas á pressa. Sem disciplina, abandonaram estas a posição, deixando presidiados os fortes de S. Francisco e S. Jorge.

É neste ultimo que o moço herói se inicia, obrando prodígios de valor, e embrulha-se na bandeira portuguesa para que e não caia em poder do inimigo, que concedeu uma capitulação honrosa.

Com o mar aberto, os holandeses entornavam no Recife contínuos reforços, não lhes faltando os recursos e trabalhando por estenderem o seu domínio, enquanto forcejavam os portugueses por impedir-lhes o passo em difíceis circunstancias.

O moço Fernandes Vieira, cavalheiresco e aventureiro, é o comandante dos exploradores do campo quando o inimigo ataca o arraial em 1634. Matias de Albuquerque, o governador português, não quis arriscar batalha porque conhecia bem a natureza das suas forças e abandonou a fortaleza, perdendo o fruto de quatro anos de trabalho insano na extensa linha de circunvalações a Pernambuco. Vieira mete-se na fortaleza, querer defender-se o destemido, mas é feito prisioneiro e se resgata a peso de ouro.

Depois deste novo contratempo João Fernandes Vieira parece pacífico, enamora-se de D. Maria César, filha

do seu patrício Francisco Berenguer de Andrade, também empenhado na mesma causa da defesa do património português, e com ela casa, tratando agora da vida comercial com mira a enriquecer.

Retumbou no Brasil a nova da revolução do 1º. de Dezembro de 1640, e um ano depois a do tratado de D. João IV com os Países Baixos, política de ligação com os inimigos de Castela, o que manifestava os defensores do Brasil, porém os holandeses sem escrúpulos e com frívolos pretestos iam continuando a sua obra de assenhoreamento.

João Fernandes Vieira tem um rebate, e pretende restaurar Pernambuco, servindo-se da mesma táctica manhosa dos inimigos. Chamam-no estes ao seu serviço e ele aceita os cargos de agente de negócios da Companhia e membro do seu conselho supremo, ficando assim conhecedor de todos os tramas e recursos. Escreve a D. João IV pedindo-lhe licença para resgatar o país da mão dos usurpadores, ao que o monarca se opôs!

Descobriram os holandeses os seus intentos, dissimularam também, querendo atraí-lo ao Recife, mas Vieira iludiu-os e pôs-se em campo, levantando o pendão da Liberdade em Pernambuco—de fazenda em fazenda, de engenho em engenho incitava a Revolução.

Lançaram bando os holandeses prometendo amnistia aos revoltosos que se apresentassem em determinado prazo. Vieira declara traidores quantos não seguissem a sua causa. O conselho de Pernambuco põe a preço a sua cabeça. Vieira põe a preço a cabeça dos membros do Conselho de Pernambuco!

Protegeu-o a boa estrela de Tabocas e Guarapes. Esta ultima batalha é comparada á de Aljubarrota, pois decidiu da independência do país.

Venceu. Cumularam-no de favores. É a lei da sorte. Foi governador de Paraíba e depois de Angola, fidalgo da Casa Real, alcaide-mor da vila de Pinhel e comendador de muitas comendas, daquelas que rendiam bom dinheiro.

Com 85 anos, a 10 de Janeiro de 1681, morreu em Olinda João Fernandes Vieira, deixando um curioso testamento.

Quem quiser mais amplos esclarecimentos acerca deste distinto madeirense, leia o pesado volume de Fr. Rafael de Jesus sobre o Castrioto Luzitano ou a edição francesa mais leve, de 1842, o Valoroso Lucideno por Mauuel Calado, a memória de Lima Felner apresentada á Academia das Sciencias em 1873, e a monografia Ascendência, naturalidade & mudança de nome de João Fernandes Vieira, pelo autor deste artigo. S.

No n.º 152 do Correio da Madeira, do mês de Setembro de 1922, foi publicado um interessante documento extraído duma copia do L.º I dos Baptizados e Casamentos da paróquia do Faial; que diz o seguinte: «Em os vinte e nove dias do mez de Junho de . . . zei nesta Igreja a Fran.º fo de Francisco dor Nellas e de Ant.ª Mendes e foram padrinhos Braz Pr^a e de Au=f^a de Beatriz oriz e assim os padrinhos com os bautizados são fregueses desta Igreja de Na S...Uerd.de fiz este termo oje dia mez anno as--Sebastião Gonsalves=e Braz Pr^a». Estando este termo entre dois outros do ano de 1596, parece evidente ter ele sido feito neste ano, havendo também fortes razões para crer que o indivíduo a quem o mesmo termo se refere seja o celebre João Fernandes Vieira, cujo verdadeiro nome era Francisco de Ornelas Moniz e que teve por pais Francisco de Ornelas Moniz e Antonia Mendes. A ter Fernandes Vieira nascido a 29 de Junho de 1596, faleceu com 85 anos incompletos e não com 68, como se disse na 1^a. edição desta obra.

A copia do L.º I dos Baptizados e Casamentos da paróquia do Faial foi tirada em 1766, em virtude do mesmo livro se achar em muito mau estado, tendo esse trabalho sido mandado fazer pelo Bispo da Diocese em Junho daquele ano, segundo certificou o vigário actual da freguesia o Rev. Dr. Francisco Fulgencio de Andrade. (1921).

Por iniciativa do Dr. Abel Capitolino Baptista, ergueu-se na Avenida Manuel de Arriaga um modesto monumento á memória de João Fernandes Vieira, que se inaugurou solenemente no dia 11 de Maio de 1924 e que no ano de 1933 foi transferido para o Jardim Municipal.

Fernando (Infante D.). Era filho do rei D. Duarte e herdou de seu tio o infante D. Henrique o senhorio do arquipélago da Madeira, em 1460. Casou com sua prima D. Beatriz, filha do infante D. João.

Ferraz (Francisco João de Freitas). O anotador das Saudades da Terra faz menção deste

sacerdote, como sendo um dos mais distintos oradores sagrados desta diocese no século passado. Nasceu no Funchal em 1823 e morreu em Lisboa a 31 de Julho de 1859. A sua doença e morte prematura não permitiram que revelasse toda a pujança do seu talento e as notaveis, aptidões que possuía para a прédica, mas, a pesar disso, foi considerado no seu tempo como um brilhante ornamento do púlpito não só da Madeira, como de todo o país. Tinha as honras de cónego e era cura da Sé Catedral desta cidade. Morreu em Lisboa, onde fora procurar melhoras á sua saúde, vitimado pela tuberculose pulmonar.

Ferraz (Ricardo Julio). Nasceu nesta cidade a 26 de Maio de 1824 e era filho de Severiano Alberto de Freitas Ferraz e de D. Leonor Filomena Ferraz. Tinha o curso duma escola superior de engenharia de Paris. No exercício da sua profissão de engenheiro deixou o seu nome vinculado a obras de grande vulto, como as do porto artificial de Ponta Delgada e do edifício da Penitenciária de Lisboa. De 1866 a 1870 foi o director das obras daquele porto e escreveu um relatório acerca da maneira como dirigiu os respectivos trabalhos de construção. Foi ao estrangeiro fazer estudos especiais sobre os diversos sistemas penitenciários e de prisões para os delinquentes condenados a penas maiores, a fim de orientar os trabalhos de construção da Penitenciária de Lisboa, trabalhos que traçou, planeou e dirigiu até o quasi final acabamento deste grande edifício. A maneira como realizou esses importantes trabalhos, provocou algumas discussões na imprensa. Entre os logares que desempenhou em Lisboa, conta-se o de director da Companhia das Águas.

Representou a Madeira em cortes na sessão legislativa de 1879.

Faleceu no Funchal a 24 de Dezembro de 1880.

Ferraz (Severiano Alberto de Freitas). Distinto artista e industrial madeirense, falecido no Funchal, com 64 anos, a 24 de Agosto de 1856. Fez em 1822 um novo alambique a vapor, muito simples e de excelentes resultados práticos, e estabeleceu no Funchal, em Março de 1828, uma fabrica de açúcar, a primeira que houve na Madeira depois da ruína da indústria sacarina madeirense no meado do século XVIII. Esta fabrica foi imensamente melhorada em 1856, pouco antes da morte do seu proprietário. Foi sócio correspondente da Sociedade Funchalense dos Amigos das Sciencias e Artes, membro da Câmara

Municipal e escreveu um artigo sobre as pedras preciosas no n.º 50 do Patriota Funchalense. Sofreu perseguições durante o governo de D. Miguel, por causa das suas ideias liberais.

Ferreira (Alípio Augusto). Nasceu na freguesia de Santa Cruz a 27 de Dezembro de 1837. Cursou o liceu do Funchal e foi professor de instrução primária, exercendo depois o lugar de escrivão de fazenda nalguns concelhos deste distrito. Teve uma importante colaboração em prosa e verso em diversos jornais madeirenses e foi redactor principal da Pátria. Segundo diz Inocencio, escreveu as novelas Um Sacrilegio e Romance em seis capítulos, que tinha prontas para a impressão, mas que não chegaram a ser publicadas em volume, saindo apenas alguns excertos em diversos jornais. Residiu muitos anos em Demerara e ali foi redactor do jornal o Portuguez. Foi negociante, mas teve pouco sucesso nas suas transacções comerciais, vindo a morrer em New York, no catre dum hospital, a 3 de Agosto de 1915, na miséria e na mais completa obscuridade.

Ferreira (Francisco António). Começara por ser compositor tipográfico e a sua habilitação literária oficial era apenas a do exame de instrução primária. Conquanto ele próprio se lamentasse das deficiências de uma mais larga e solida ilustração, é todavia certo que na vida jornalística soube suprir essa falta originaria com a exuberância dum privilegiado talento e com a superficial e fugidia leitura de alguns prosadores e poetas contemporâneos, de par com o estudo ligeiro de poucos livros didácticos. Em diversos jornais, e nomeadamente no Diário do Commercio, de que durante alguns anos foi o redactor principal, revelou a sua notável aptidão para as letras e as suas acentuadas qualidades de jornalista. A feição característica dos seus escritos, em que sempre punha uma nota inconfundível, era a ironia mordaz, a sátira causticante e o motejo irreverente, em que a graça, o talento, a arte, o sabor literário, a perfeição da métrica e o conceituoso da frase sobejamente redimiam as demasiais do pensamento e as intenções nem sempre mais puras e louváveis do seu autor. O seu temperamento impulsivo, volátil e irrequieto levaram-no por vezes a lamentaveis excessos, que ele era o primeiro a reconhecer, quando a reflexão e a calma substituíam os entusiasmos do seu, feitio combativo e ardente. Na gazetilha pode afirmar-se que Francisco António foi inexcedível, e noutro meio teria adquirido uma justificada celebriedade. Pena é que não tenham sido reunidos em volume alguns desses primores literários.

Francisco Antonio Ferreira nasceu no Funchal a 25 de Novembro de 1870, sendo filho de Francisco Antonio Ferreira e de D. Maria Cândida Ferreira, e faleceu nesta cidade a 24 de Outubro de 1912. Desempenhou o cargo de amanuense da Junta Geral do Distrito e costumava firmar as suas poesias com o pseudónimo de Campos Verde.

Ferreira (Gonçalo Aires). No pequeno artigo consagrado a João Afonso, já fizemos rápida referência aos companheiros de João Gonçalves Zarco na arriscada empresa do descobrimento ou colonização deste arquipelago. Con quanto João Afonso se destacasse entre os marinheiros que tripulavam as caravelas comandadas por Zarco e Tristão Vaz, é, porém, certo que Gonçalo Aires Ferreira foi o mais distinto companheiro do primeiro descobridor, não só pela sua nobre ascendência, mas ainda pela ilustração que possuía, cotejada com a dos restantes indivíduos que compunham a equipagem da pequena frota que pela primeira vez demandou esta ilha. Alguns linhagistas têm posto em relevo a circunstância de ser Gonçalo Aires o mais dedicado companheiro e o mais devotado amigo de João Gonçalves Zarco nos trabalhos da expedição e descoberta e também na primitiva colonização da capitania do Funchal.

Gaspar Frutuoso, referindo-se á primeira expedição feita através da costa pelos descobridores, diz o seguinte:

«Antes que chegassem a este deleitoso valle, foram correndo a costa, que de altas rochas era, sem acharem logar onde sahir, senão em huma ribeira que bota huma pedra ao mar, em que podem desembarcar como em caes: ali mandou o capitam o seu amigo Gonçallo Ayres, que sahisce em terra nesta ribeira com certos companheiros, e andassem pela terra algum espaço, ver se havia nella alguns animais ou bichos, serpentes ou cobras venenosas, e não se afastassem da corrente d'agoa, para se saberem tornar aos bateis, que no mar deixavam. Foi Gonçallo Ayres com os companheiros correndo a terra por espaço de tres horas, no fim das quaes se agastava já o capitam com a tardança delles, senão quando, exque assomavam pela ribeira abaixo com capelas na cabeça, e enramados vinham falando com muito prazer, que não achavam cousa viva, senão aves; e daqui ficou nome a Ribeira de Gonçalayres».

Diz noutro lugar, falando de alguns dos companheiros de Zarco, «que em sua companhia vieram. . . tiveram filhos, muitas terras e propriedades que grangearam e geração mui nobre, como foi a de Gonçallo Ayres de

quem procede a casta que na ilha da Madeira se diz a grande».

Teve Gonçalo Aires vastas terras de sesmaria desde a ribeira que recebeu o seu nome até á de Santa Luzia, que se estendiam ás cumeadas da serra. Além de ter dado o seu nome àquela ribeira, ficou também com esta denominação a rua actualmente conhecida pelo nome de rua do Carmo e que então se estendia desde a igreja até á margem da Ribeira de João Gomes.

Já no artigo em que nos ocupámos do cônego Jeronimo Dias Leite nos referimos á relação do descobrimento deste arquipelago, atribuída a Gonçalo Aires. Sobre este assunto dizem as Saudades da Terra: «Trazia (o sexto capitão-donatário do Funchal) no seu escriptorio o Descobrimento da Ilha da Madeira, o mais verdadeiro que até agora se achou; o qual dizem que foi feito por Gonçallo Ayres Ferreira, que foi a descobrir a mesma ilha com o primeiro Capitam João Gonçalves Zargo; e como este Descobrimento competia aos Capitães da mesma ilha, elles o traziam nos seus escriptorios, como cousa hereditária de descendentes em descendentes. E, sendo pedida informação desta ilha da Madeira, da minha parte, ao Reverendo Cônego da See do Funchal Hyeronimo Dias Leite, tendo elle visto em poder do dito Capitam João Gonçalves da Câmara, lho mandou pedir a Lisboa, onde então estava, e ele o mandou trasladar pelo seu camareiro Lucas de Saa, e lho mandou escripto em três folhas de papel, da letra do dito camareiro; e por sua carta (porque o descobrimento não faz menção disso lhe mandou dizer que Gonçallo Ayres Ferreira, o qual fora hum dos criados que o Zargo, primeiro Capitam, lá levara, escrevera tudo aquillo que vio com os seus olhos, e, como não era curioso nem homem docto, o notara com ruda minerva, sem al composto».

Gonçalo Aires era filho de Gomes Ferreira e de Isabel Pereira de Lacerda. Veio casado para esta ilha no princípio da colonização e do seu consórcio houve dois filhos gémeos, que foram os primeiros indivíduos que nasceram na Madeira, os quais tiveram por isso os nomes de Adão e Eva. Por esta circunstancia anda o nome de Gonçalo Aires ligado ao primitivo povoamento do arquipelago, sendo também o tronco de distinta e numerosa descendência. Foi o primeiro que entre nós teve o apelido de Ferreira, usando e os seus descendentes as seguintes armas: «em campo vermelho quatro faxas de ouro, timbre uma ema de sua cor, com uma ferradura de ouro no bico».

No manuscrito Noticias das cousas da Ilha da Madeira desde o seu segundo descobrimento pelo Zarco (V. Elementos para a historia madeirense) lemos o seguinte, que temos por verdadeiro: «Gonçalo Ayres teve no

Funchal muitas terras e os melhores valles que nelle havia, como era todo o Valle Formoso. Foi muito amado e querido do capitam Zargo, por ser pessoa de estimacão e cavalleiro da casa do Infante: e quando falleceu, o Zargo o mandou sepultar em Nossa Senhora de Cima, na Capella-Mór, que era o jazigo que para si e sua mulher e filhos havia feito».

Também usou deste apelido Braz Ferreira, a quem já nos referimos no artigo consagrado á freguesia do Arco da Calheta, e que não sabemos se seria descendente de Gonçalo Aires Ferreira.

Ferreira (Nicolau). Em algumas igrejas desta diocese se encontram varias telas com a rubrica do pintor Nicolau Ferreira, de quem não conseguimos alcançar noticia. Temos razões para acreditar que esses quadros foram executados nesta ilha e que datam dos fins do século XVII.

Ferreira de Freitas (Joaquim José). Todos os biógrafos de Joaquim José Ferreira de Freitas o dão como nascido na Madeira, mas resultaram sempre infrutíferas todas as diligências empregadas pelo falecido conselheiro Freitas e Abreu e por quem estas linhas escreve, no sentido de descobrir a freguesia da sua naturalidade ou quaisquer outras circunstancias pessoais que pudesse interessar á sua biografia. Supomos que houvesse saído desta ilha em verdes anos, para entregar-se talvez a estudos que neste meio e naquela época não poderia fazer no Funchal, e também suspeitamos que não mais tivesse voltado ao torrão natal, o que facilmente se explica com a vida acidentada que levou por essa Europa fora.

Na historia das perturbações políticas por que passou o nosso país no período agitado de 1820 a 1834, ficou Ferreira de Freitas conhecido pelo nome de Padre Amaro, a pesar de não ser sacerdote, por ter publicado em Londres um periódico com aquela estranha denominação, que gozou de reputação europeia, e onde principalmente afirmou as suas grandes faculdades de escritor.

Espírito irrequieto e aventureiro, vemo-lo percorrer a Europa inteira, ora combatendo nos exércitos de Napoleão, ora tornado confidente de José Bonaparte, aqui comerciante e industrial, além fornecedor de géneros para as tropas, hoje director dum gabinete de leitura de Paris e amanhã o insigne e vigoroso

jornalista e panfletário, que em Londres tão assinalados serviços prestou á causa da liberdade portuguesa.

Todos reconhecem que Ferreira de Freitas teria deixado um grande nome na historia literária do nosso país, se a vida lhe decorresse serena e tranquila no remanso dum gabinete, entregue á meditação e ao estudo. Teve uma existencia accidentadíssima de lutas e paixões, de ódios e desesperos, com lances de fortuna e passando também pelos transes aflitivos da miséria, para o que muito concorreram as flagrantes incoerências e contradições do seu espírito, que infelizmente nem sempre se deixou orientar pelas normas da mais austera probidade ou pelos mais imparciais princípios da Justiça.

No entretanto, além da sua vasta e brilhante obra jornalística, escreveu alguns volumes, que são documentos incontestáveis do seu prodigioso talento e das suas raras qualidades de escritor. Em 1822 publicou em Londres a Memória sobre a conspiração de Gomes Freire, em que pretende justificar o marechal Beresford da responsabilidade que lhe é imputada da morte do general português e por cujo trabalho se diz ter Ferreira de Freitas recebido a importância de 300 libras que era avultada para a época. Publicou pouco depois o Coup d'oeil sur l'état politique du Brésil. Contraditado pelo distinto escritor francês Afonso de Bauchamp na obra intitulada Historia do Brasil, Ferreira de Freitas respondeu com tal galhardia e copia de argumentos, que mereceu os elogios do próprio contraditor. Empreendeu a publicação duma obra de maior vulto intitulada Bibliotheca Histórica, Política e Diplomática da Nação Portuguesa, de que apenas saiu o primeiro volume, em Londres, no ano de 1830. Atacando o distinto jurisconsulto Ferreira Borges, escreveu o opusculo O Bota-Fora do catavento ou a cabeça de bacalhau fresco, atribuído a Garrett e em que as composições em prosa e verso ali contidas não envergonhariam o autor do Fr. Luiz de Sousa. Redigiu vários escritos na língua portuguesa, francesa e inglesa, destinados principalmente a favorecer a independência do Brasil e depois a implantação do governo constitucional em Portugal.

Quasi até á morte trabalhou afanosamente como jornalista e panfletário, vindo a falecer em Londres, com pouco mais de 50 anos, a 20 de Julho de 1831. Custeou-lhe as despesas do funeral o abastado madeirense e seu patrício e amigo o 1º. Conde de Carvalhal, que então se encontrava exilado naquela capital.

Ferreira Passos (José Gerardo). A 14 de Junho de 1854 foi nomeado governador civil deste distrito e tomou posse a 25 do mesmo mês e ano, tendo cumulativamente exercido o cargo de comandante

militar da Madeira.

Fez parte do exército libertador e distinguiu-se notavelmente em muitos combates. Era general de divisão, par do reino e teve a pasta da guerra.

Nasceu em Elvas a 11 de Novembro de 1801 e morreu em Lisboa a 12 de Abril de 1870.

Ferreira Pestana (Daniel). Nasceu no Funchal a 13 de Outubro de 1824 e morreu na cidade de Nova Goa no mês de Novembro de 1906, sendo filho de Manuel Ferreira Pestana e de D. Vicencia Rosa de Jesus Guedes Pestana. Casou em primeiras núpcias com a mãe do conde de Nova Goa e pela segunda vez com a condessa de Torres Novas. Em 1845 acompanhou á Índia seu tio o conselheiro José Ferreira Pestana (V. este nome), na qualidade de ajudante de campo, e ali passou uma parte considerável da sua existencia. Seguiu a carreira militar, tendo sido despachado alferes em 1844 e morrendo no posto de general. Na Índia Portuguesa, onde gozou da maior consideração e onde foram muito apreciados os seus dotes de carácter e de inteligência, exerceu varias e importantes comissões de serviço público. Também no reino desempenhou alguns cargos honrosos, como o de ajudante de campo do marechal-Saldanha, de quem se afirma ter imitado o conhecido aprumo marcial. Colaborou em alguns jornais e publicou na Índia um compêndio de gramática, que vem mencionado no Diccionario Bibliographico Portuguez com o titulo Principios de grammatica geral applicada á lingua portuguesa, publicados e offerecidos á mocidade de Nova Goa, Nova Goa, 1848, de XII-196 paginas. Não há muito que uma pessoa ilustrada e que durante alguns anos residiu na India Portuguesa, nos informou que esta obra era uma imitação servil do trabalho de Francisco de Andrade, publicado no Funchal no ano de 1844, o que não tivemos ocasião de verificar.

Pestana um dos mais ilustres madeirenses do século XIX, tendo-se notavelmente distinguido como militar, como professor e homem de ciência, como político e estadista, e não menos ainda como carácter da mais austera probidade, legando aos seus vindouros um nome prestigioso que inteiramente se impunha á consideração de todos os seus compatriotas. É larga a sua biografia, que procuraremos condensar em poucas linhas, para não dar a este artigo uma demasiada latitude.

Era filho do capitão-mor da Ribeira Brava Manuel Ferreira Pestana e de sua esposa D. Ana Teresa Sousa

Pestana, tendo ali nascido a 26 de Março de 1795. Tendo feito no Funchal, os estudos preparatórios e depois de haver assentado praça no batalhão de artilharia desta cidade, seguiu em 1815 para Coimbra a fim de matricular-se nas faculdades de filosofia e matemática da Universidade. A vida académica de Ferreira Pestana foi uma série ininterrupta de triunfos, que lhe mereceram ser proposto pela respectiva congregação universitária para receber gratuitamente os graus de licenciado e de doutor, tendo obtido o capelo na faculdade de matemática no dia 3 de Julho de 1820. Regressando á terra natal, onde permaneceu algum tempo regendo uma cadeira de matemática, foi depois fixar residencia em Coimbra, a fim de desempenhar o cargo de ajudante do observatório astronómico e de preparar-se para o concurso ao magistério da Universidade. As lutas civis levaram-no a abandonar Coimbra e, somente em 1834, por decreto de 14 de Julho deste ano, é que foi nomeado lente da facultade de matemática.

Esboçado o movimento de reacção contra o governo miguelista, desde logo o Dr. Ferreira Pestana na qualidade de tenente do corpo académico, se associou a este movimento, expondo-se neste modo ás perseguições dos sequazes do absolutismo, sendo preso e conduzido ás cadeias da cidade do Porto, onde permaneceu largo tempo. Envolvido nas malhas da alçada que ali mandou o conde de Basto, foi condenado por sentença de 9 de Abril de 1829 a degredo perpetuo, com a aplicação da pena de morte se porventura tentasse voltar a Portugal. Pela mesma sentença foram condenados á pena ultima dez companheiros de prisão de Ferreira Pestana, sendo este também obrigado, por determinação dos juízes da alçada, a assistir na Praça Nova á execução dos infelizes condenados. Cumpriu-se esta sentença no dia 9 de Maio de 1829, tendo Ferreira Pestana, vestido com a alva de sentenciado e com a corda ao pescoço, dado três voltas em redor da fôrca e assistido á morte dos dez desgraçados, vitimas da tirania de D. Miguel. Conta uma testemunha do tempo que, não querendo o Dr. Ferreira Pestana presenciar o horrível espectáculo da execução, baixara a cabeça e cerrara as pálpebras, mas que um dos ajudantes do carrasco lhe descarregou uma violenta bofetada e o obrigou a olhar para o cadafalso.

Ferreira Pestana não foi executado na Praça Nova, como fora o seu patrício e amigo Dr. José Martiniano da Fonseca e os outros condenados, porque a dedicação sem limites, levada até ao heroísmo, da sua esposa D. Maria Lecor, conseguiu liberta-lo das mãos sanguinárias dos algozes. Dirigiu-se esta senhora a Lisboa, a fim de implorar a clemênciia do rei e dos seus ministros em favor de seu marido. Não pôde ser recebida por D. Miguel, mas conseguiu que a infanta D. Maria de Assunção a acolhesse benignamente e se rendesse aos seus rogos e ás suas lágrimas. Por sua intervenção, conseguiu D. Maria Lecor aproximar-se de diversas autoridades e obter delas algumas cartas de recomendação para os juízes da alçada. Uns a receberam com

benevolência, mas outros se encheram de indignação, dizendo-lhe que o marido era um grande malhado, digno da mais severa punição. Não foram, porém, inuteis as suas lágrimas e a sua heróica dedicação, pois que a sentença condenatoria livrou o Dr. Ferreira Pestana de subir os degraus da forca. A dedicada esposa acompanhou o marido nas voltas dadas em torno do patíbulo e acompanhou-o depois para o exílio.

Depois da execução dos seus companheiros, recolheu Ferreira Pestana ás cadeias do Porto, e pouco depois foi enviado para Lisboa, onde deu entrada nas celebres enxovias de S. Julião da Barra e ali permaneceu algum tempo, sofrendo os horrores que o celebre Teles Jordão fazia passar aos prisioneiros daquelas masmorras. Em 1829 saiu de Lisboa em direcção a Luanda, a cumprir a pena de degredo a que fora condenado pela alçada do Porto. Em Angola pode Ferreira Pestana com outros deportados políticos fretar clandestinamente um navio, que a pesar do arriscado da empresa, conseguiu conduzi-los à cidade do Rio de Janeiro. Na capital do Brasil, para granjear os meios de subsistência, estabeleceu um colégio de que foi director e que teve ali grande nomeada.

Restabelecido o governo constitucional, regressou Ferreira Pestana á pátria e retomou o seu lugar que tinha no exército, começando também a regência da sua cadeira na faculdade de matemática, para que havia sido despachado por decreto de 14 de Julho de 1834. Parece não ter sido muito assíduo no exercício do professorado, porque a vida activa da política e os diversos cargos que desempenhou não lhe permitiram uma demorada permanência em Coimbra. Em 1834, achando-se ainda no Rio de Janeiro, foi eleito deputado pela Estremadura, e representou a Madeira nas sessões legislativas de 1836, de 1837 a 1838, de 1838 a 1840, de 1840 a 1842 e de 1851 a 1852 tendo também sido deputado por Coimbra. Numa época em que somente homens de reconhecidos méritos exerciam o cargo de governador civil foi Ferreira Pestana chefe dos distritos de Vila Real, Leiria e Coimbra. Em 1841 foi chamado aos conselhos da coroa, sendo ministro da marinha de Julho daquele ano a Fevereiro do ano seguinte. Voltou ao ministério em 1851, sobrjacendo a pasta do reino. A partir desta época recusou-se sempre a fazer parte do governo, a pesar das muitas instâncias que por vezes lhe foram dirigidas. Por carta regia de 30 de Dezembro de 1862 foi nomeado par do reino.

Foi efémera e passou despercebida a administração de Ferreira Pestana nos distritos em que exerceu o cargo de governador civil, mas o mesmo se não deu na Índia como governador geral daquele estado, num tempo em que ainda estavam muito vivas as tradições dos vice-reis e as honrarias e privilégios de que estes gozavam. A pesar de já extinto o lugar, ficou Ferreira Pestana geralmente conhecido, e em particular nesta

ilha, pelo nome de vice-rei da Índia. Por duas vezes desempenhou as funções daquele então elevado cargo, revelando não somente qualidades de um verdadeiro homem de governo, mas ainda os seus eminentes dotes de carácter, sobretudo pela imparcialidade e justiça com que sabia moldar todos os actos da sua administração. Impossível é descer aqui a detalhes e pormenorizar factos, que nos levariam muito longe. Nao podemos no entretanto resistir á menção dum acontecimento que se deu quando pela segunda vez governou a Índia, que teve então uma grande nomeada e cujos ecos se repercutiram com grande admiração na Europa. Foi o caso que nas proximidades de Goa, mas em território britânico, moveram os fondus uma insurreição contra o domínio inglês, que foi sufocada depois duma renhida luta de prolongados meses e em que as tropas britânicas sofreram grandes revezes. Um numero considerável de revoltosos e suas famílias refugiaram-se no território português, depondo as armas e pedindo a protecção da nossa bandeira. As reclamações e as exigências do governador de Bombaim e do governador geral de Calcutá, pedindo a entrega dos insurrectos, foram enérgicas e cheias de ameaças, mas Ferreira Pestana, ao abrigo do direito das gentes e impulsionado pelos mais justos e elementares sentimentos de humanidade recusou terminantemente essa entrega. As negociações duraram alguns meses, e, por fim o envio de tropas britânicas para a fronteira portuguesa e um navio de guerra inglês ancorado em Goa com as portinholas abertas e as peças apontadas para o palácio do governador, davam claramente a entender que o caso ia liquidar-se pela violência e que Portugal mais uma vez sofreria um vexame e uma afronta por parte da sua fiel aliada. No entretanto aparece em Goa o coronel Ontiani e em nome do governador geral da Índia Inglesa exige a entrega imediata dos refugiados. Ferreira Pestana limitou-se a responder que não entregaria os insurrectos que se tinham acolhido á sombra da bandeira portuguesa e que ao serem aprisionados e conduzidos pela força ao território inglês, iria entre eles o governador e representante de Portugal, salientando e pondo deste modo em grande relevo a violência que o governo geral da Índia pretendia praticar. Esta firmeza e esta altivez, que as ameaças e os perigos não conseguiram dobrar, acobardaram os ingleses, tendo-se depois solucionado amigavelmente este assunto entre os respectivos governos das duas metrópoles.

O conselheiro José Ferreira Pestana, que se reformara em 1875 no posto de general, morreu em Lisboa a 12 de Junho de 1885, tendo 90 anos de idade completos.

Para a biografia deste ilustre madeirense podem ser consultados os opúsculos José Ferreira Pestana, apontamentos biográficos, por V. Esteves, Nova Goa, 1855, e Duas palavras sobre a India Portuguesa em relação ao Sr. conselheiro José Ferreira Pestana, ao Sr. conselheiro José Joaquim Lopes Lima e a Custódio

M. Gomes. Lisboa, 1848.

Ferreira da Silva (Dr. Antonio Joaquim). Este abalizado homem de ciência, cujos trabalhos são muito conhecidos e apreciados no estrangeiro, escreveu dois opúsculos que interessam bastante á vinicultura madeirense: *Sur les vins de Madère*, 1896 e *La vinification des vins de Madère et leur composition*, 1911. Este ultimo trabalho foi publicado nos *Annales des falsifications*, pag. 4-59.

Ferreiro (Pico do). Não muito distante da Encumeada de São Vicente encontra-se o Pico do Ferreiro.

Ferreiro de Fora (Pico do). Eminência próxima da anterior.

Ferreiros (Rua). É uma das mais transitadas ruas do Funchal e estende-se desde a rua 5 de Outubro até á ponte do Torreão. O nome de Ferreiros só se aplicava noutro tempo á parte da rua que ia do princípio dela até o chamado largo do Chafariz ou de S. Sebastião. Em época relativamente recente, ainda se chamava do Peru a parte da rua compreendida entre os largos do Chafariz e Colégio, do Estudo á que ficava entre o Colégio e a rua dos Netos e do Pinheiro á que ia da rua dos Netos ao Torreão. O nome de Ferreiros proviria certamente do facto de ali existirem algumas oficinas desta arte manual. «Christovão Martim de Agrinhan, diz um antigo nobiliario, foi fidalgo da Casa do Duque de Bragança e veiu a esta ilha, do Peru, nas Índias de Hespanha, e por isso se chamou o Peru, cujo nome deu á rua onde morou». Durante muitos anos tiveram os jesuítas os seus cursos na rua dos Ferreiros e depois da sua expulsão ali continuaram as chamadas Aulas do Patio, onde também se instalou o liceu no ano de 1837. Isto explica suficientemente o nome de Estudo dado a uma parte desta rua. Frutuoso falando da rua Direita diz que «he a mayor da cidade, vai ter ao Pinheiro que he uma árvore que está no cabo della, a mais grande e formosa que ha na mesma cidade». É preciso notar que, a pesar do Pinheiro ficar na margem esquerda da ribeira, o local conhecido por aquele nome se estendia até á margem direita, devendo também advertir-se que uma parte considerável da actual rua dos

Ferreiros ficava marginal á ribeira e não distanciada dela como hoje se encontra.

Uma parte desta rua, nas proximidades do antigo largo do Chafariz, teve em época mais remota os nomes de Simão Acciaioly e de Pedro ou Pero Bettencourt.

A rua dos Ferreiros recebeu a 19 de Novembro de 1915 o nome de rua do Comercio.

Ferreiros. Pequeno sítio também chamado Quinta dos Ferreiros, na freguesia da Calheta, onde existiu uma capela dedicada a Nossa Senhora da Penha, construída em 1682 pelo dr. Manuel Fernandes Gomes.

Ferro (Ilhéu de). A sudoeste da Ilha do Porto Santo, da qual se acha separado por um estreito boqueirão, fica o Ilhéu de Ferro. Altitude de 115 m.

Ferro. Encontra-se no arquipélago grande quantidade deste mineral, porém em compostos que não vale a pena explorar, e quando apresenta maior percentagem é apenas em diminutos filões, como as lindas lâminas de ferro espelhado na rocha sobranceira ao cais da Ponta do Sol e em revestimentos internos de canais de lava, como nas furnas do Cavalum, em Machico, e na dos Cardais, em S. Vicente.

É devido aos sais de ferro que a maior parte das rochas das nossas encostas se desagregam, e assim se dá a preparação das novas terras (poios), deixando-as esboroar pela acção dos agentes naturais e retendo-as em pequenos tabuleiros de cultivo.

É o ferro que dá a cor pardacenta dos revestimentos dos blocos de basalto, a cor vermelha ás terras chamadas de massapês e ainda as laterites que listam as rochas, especialmente no literal, intercaladas entre duas assentadas basálticas.

Encontra-se granular entre tufos nos Canhas, celular na Madalena do Mar, e lamelar sobre argilas em Sant'Ana e S. Jorge, com a aparência de sucata e em dissolução na água de algumas fontes, como na do

Jamboto, em S. Antonio. S.

Ferrugem do Trigo. Manchas amarelas e por fim negras, que aparecem nas folhas do trigo e doutros cereais. Estas manchas são produzidas pelos esporos da *Puccinia rubigo-vera*, irrompendo através do tecido foliar. A ferrugem altera as funções das folhas e pode diminuir as colheitas.

Festa da Árvore. A primeira festa da árvore que houve no Funchal foi promovida pela Inspecção de Instrução Primária e realizou-se no dia 29 de Março de 1914, pelas 11 horas da manhã. O cortejo saiu do Palácio de S. Lourenço para o Campo da Barca ou de Miguel Bombarda, onde teve lugar a cerimónia da plantação de algumas essências exóticas, havendo por essa ocasião alguns discursos em que os oradores aconselharam os circunstantes e em especial as crianças, a olharem as árvores como objectos sagrados, por causa dos grandes benefícios que nos proporcionam.

As árvores solenemente plantadas no dia 29 de Março de 1914, estavam secas alguns meses depois, pois que ninguém mais pensou nelas depois que retiraram do Campo da Barca os promotores da festa e as pessoas que a abrilhantaram com a sua presença!

Feto Abrum (Dicksonia Culcita). Feto muito raro na Madeira e que apenas se encontra agora no Montado dos Pessegueiros e na serra da Boa Ventura. Os seus rizomas são revestidos de pêlos ferruginosos e macios que serviam noutras épocas para encher colchões e almofadas.

Feto de Botão (Woodwardia radicans). Feto comum nos vales e ravinas do norte e do interior da Madeira. Produz perto do cimo das frondes, gemas radicantes.

Fetos. Conhecem-se no arquipélago da Madeira 41 fetos indígenas e 4 naturalizados, havendo nestas 45

espécies 1 Ciateacea, 3 Himenofilaceas, 40 Polipodiaceas e 1 Ophioglossacea. Das 40 Polipodiaceas, 36 são indígenas e 4 naturalizadas. A *Dicksonia culcita*, Herit. (Feto abrum) é uma linda Ciateacea que só é frequente no Montado dos Pessegueiros; e a *Davallia canariensis* (cabrinha), o *Adiantum reniforme*, o *Pteris arguta*, o *Pteridium aquilinum* (feiteira), a *Woodwardia radicans* (feto de botão), o *Athyrium Filix-foemina*, o *Asplenium Adianthum-nigrum*, o *Polystichum aculeatum*, o *Nephrodium Filix-mas*, etc. etc., são Polipodiaceas frequentes na Madeira. Na Flora do Arquipelago da Madeira, de C. A. Meneses (Funchal, 1914) e nos Madeira Ferns, do mesmo autor (Funchal, 1906) encontram-se listas completas dos fetos do arquipelago da Madeira.

Few (A) plain words to visitors to the Island of Madeira on the present position of the English Church there.
.. by a visitor. Funchal, 1848, 19 pag..

Fichas. O Almanach de lembranças Madeirense, para o ano de 1908 publicou um artigo intitulado Fichas Madeirenses, escrito pelo nosso patrício Dr. Carlos da Silva Carvalho, funcionário da Alfândega de Lisboa, que com a devida vénia vamos transcrever, sendo este o trabalho mais completo que sobre o assunto conhecemos:

«Andam tão ligadas ao desenvolvimento commercial desta ilha, as fichas ou tentos, quer servindo para facilitar os trocos nos tempos em que a moeda miuda escasseava, quer para pagamento de carretos aos boieiros e borracheiros que nos fins de cada semana as trocavam por moeda corrente, que julgamos dalgum interesse uma resumida notícia acerca d'aquelles equivalentes, actualmente conhecidos, ampliando assim uma resenha ha tempos publicada no Diario de Noticias desta cidade.

Datam dos fins do século XVIII as primeiras fichas conhecidas, e, honra é dize-lo, foi um madeirense quem primeiro as introduziu na circulação fiduciária, o negociante J. F. Esmeraldo; aproveitando-se seguidamente das mesmas vantagens outras casas commerciais, como as de Vicente d'Oliveira & Companhia, Phelps, Page & C.º, Colson, Smith & Robinson, Diogo Adams, etc..

A pouco e pouco se foi generalisando o seu uso e hoje é raro encontrar uma casa commercial de certa

importância ou club onde se jogue que não as tenha cunhado, sendo tal a confiança que o publico deposita nestes pedacitos de latão cobre, zinco e até folha de Flandres, que quasi toda a gente os aceita, certa de que elles representam dinheiro. Haja vista as curiosas fichas do Conde da Calçada Diogo d'Ornelas Frazão (sinete sobre lacre D. O. F. e valor), que teem curso entre os numerosos feitores da mesma opulenta casa na vila da Calheta.

Além da lista que abaixo publicamos, sabemos que muitas outras casas as cunharam, mas o desleixo e os sôfregos cadinhos das fundições não nos deixaram d'ellas nenhuns vestígios.

1–1793—João Francisco Esmeraldo, 50, 100 e 200 rs. em latão. Muitíssimo raras, pois são conhecidos três exemplares, um de cada.

2–1799—Vicente d'Oliveira e Companhia. 40, 50, 80 e 100 rs. em cobre. São communs e estão ainda em uso na casa dos srs, Francisco da Costa & Filhos, com excepção do exemplar de 80 rs., cujo único exemplar conhecido foi offerecido em tempos pelo Exmº Padre Schmitz para um museu do estrangeiro.

3–1802–1. W. Phelps e Companhia.—40, 50 e 100 em cobre. Raras.

4 –1803—Phelps, Page & Companhia—40, 50 e 100 rs. em cobre. Raras.

Existe um erro n'algumas fichas de loo rs., tendo no anverso cinquenta reis. Os dois únicos exemplares conhecidos pertencem aos Ex.mos Snrs. Padre Schmitz e H. Hempel.

5–1804—Colson, Smith e Robinson—40, 50 e 100 rs. em cobre. Excessivamente raras.

6–1815—Thaumaturgo de Souza Drummond—20 rs., 50 rs. (3 variedades). 75, 100 (3 variedades), e 200 rs. (3 variedades), em zinco, com curso na freguesia de S. Vicente. Foram descobertas pelo Ex.mº Sr. H. Hempel que se dignou de me offerecer uma série completa.

São todas excessivamente raras.

7–1816—João Antonio de Bianchi—50, 60, 80 & 100 rs. em cobre, pouco vulgares.

8–1831—Diogo Adams & Companhia—40, 50, 60, 80 e 100 rs. em cobre, duma linda execução de cunhagem. Vulgares.

9–1840—Blandy Brothers & Cº.—50, 100, 200, 240, e 300 rs. em latão, e ainda em circulação.

10–1841—Diogo d'Ornelas Frazão (depois Visconde e Conde da Calçada), 100 e 20C rs., sinete de lacre sobre cartão, curso no engenho da villa da Calheta. Pouco vulgares.

11–1842—Administração do Cabrestante do Commercio—80 rs. em seis variedades. Zinco. Pouco vulgares.

12-1855-Carlo de Bianchi-100 rs. em folha de Flandres. Excessivamente raro. Um único exemplar em poder do Ex.mº Snr. Hempel.

13-Fabrica do Torreão. (W. Hinton & Sons)-50, 100, 150, 200, 250, 300, 400, 500 e 600 rs. em latão e ainda em circulação.

14-1876-Alfandega do Funchal-40, 50, 60, 80, 100, 200, 250, 300 e 400 rs. em latão e ainda em circulação.

15-1884-Fenay & Irmãos.

F. 1.. Contra marca sobre as do n.º 3.

F. 1.. Contra marca sobre as do n.º 4; existe o mesmo erro nalgumas fichas de 100 rs.

. F. 1.. Contra marca sobre as do n.º 5.

Estas ultimas excessivamente raras.

16-1887-Manuel Ferreira Cabral, 50 e 100 rs. em zinco. Raras.

17-1888-Viúva de Romano Gomes & Filhos, sem indicação de valor, em folha de Flandres.

18-1889-A. Izidro Gonçalves, sem indicação de valor, em chumbo.

19-1990-Luiz Gomes da Conceição sem indicação de valor, duas variedades em folha de Flandres.

20-1892-Francisco Rodrigues & Companhia, sem indicação de valor, em zinco.

21-1896-D. Erminio Pojal,-1 ficha em vermeil sem indicação de valor, circulando com o de 500 rs; 1 de 100 rs. em níquel; 1 de 100 rs. em vermeil; 1 sem indicação de valor em alumínio, circulando por 3\$600 rs.

22-1896. Club Funchalense. 1. 2. 5. 10, representando 100, 200, 500 e 1\$000 rs., em marfim. Raras.

23-1897-Krohn Brothers & C.a -40, 100, 150, 200, 240 e 500 rs. em latão.

24-1898-William J. Krohn-100 e 200 rs., em alumínio.

25-1898 -Almeida & Companhia. 24 variedades sem indicação de valor, mas com números indicando a quantidade de leite fornecido á fabrica das Adegas na Ponta do Sol, em folha de Flandres.

26-1899-Confraria de S. Vicente de Paulo-50 rs. em alumínio prateado. Lindíssimo desenho.

27-1899-José Fernandes d'Azevedo-60, 100, 120, 150, 200 e 250 rs., em folha de Flaudres. Pouco comuns.

28-1901-Casino da Quinta Vigia-200 rs. em prata.

29-1901-Club Restauração--100, 200 e 500 rs., em alumínio. 100, 200, 250, 500 e 1\$000 rs. em osso.

30-1901-Cory's Madeira Coal Company Limited-2 variedades sem indicação de valor (em cobre). 1 sem indicação de valor. em alumínio.

31-1902-Cossart Gordon & Companhia. 50, 100 e 200 rs. em níquel , 50, 100, 200, e 500 rs. em latão.

32-1902-Wilson Sons & Company Limited, sem indicação de valor, em latão.

33-1903-Club Recreio Musical-50, 100, 200, 250, 500, e 1\$000 rs. em alumínio prateado. Soberba

gravura.

34-1903—John Payne & Sons (Sucessores Martin-Wartemberg). Com valores, em alemão: 10, 20, 50, 100 e 200 Pfenings, em latão. Idem, 1, 3, 10, 30, 50 e 100 Pfenings em alumínio.

35-1904—Luiz Augusto da Silva Carvalho. L A S C. 120 rs. Contra marca sobre 40, 50, 60 e 80 rs. do n.º 8.
L A S C. 200 rs. Contra marca sobre 40, 50, 60 e 80 rs. do n.º 8. Raras.

36-1905—Carlos Teixeira—2 variedades sem indicação de valor, em folha de Flandres.

37-1905—M. Gonsalves & Companhia—2 variedades sem indicação de valor, em zinco, e 1 sem indicação de valor, em cobre.

38-1905—Forte de São Philippe (A. Giorgi & Companhia)—1 sem indicação de valor, em latão.

Fichas que se julgam terem circulado na Madeira, cujas casas se ignoram:

1.º—S. I. D. & C^a—Sem data, 40, 50 e 100 em cobre, existentes na collecção do Sr. Andrade, madeirense residente no Brasil. Em Fevereiro de 1907, foi vendido por 6 florins em Amsterdam um exemplar de 40 rs. (Samuel John Dreiff & C.º?)

2.º—R. I. M.—sem data, sem valor, em cobre, encontrada nas obras do caes da Casa Blandy, á Pontinha, existente no museu do Seminário.

3.º O. P. sem data, sem valor, em latão. (Obras Publicas ?)

4.º—10 e 50 sem data, sem valor, em latão.

5.º—CFF 3 variedades sem data, sem valor, em zinco.—(Correia, França & Filhos?)

6.º—P. L. sem data e sem valor, em cobre.

7.º—W. H. sem data, sem valor, em cobre (William Hatchison?)

Fichas com curso em Portugal, Madeira e Açores. T (abaco), S (abão), P. (olvora). (5 variedades PX RX PXX RXX PXXX)».

No jornal alemão Munz Blatter publicou o rev.º padre E. Schmitz uma pequena notícia acerca das fichas madeirenses, tendo se ocupado também do mesmo assunto o Sr. major Alberto Altur Sarmento, num artigo que apareceu no extinto Diário do Commercio do Funchal.

Figueira. Foi Pedro Figueira, natural da ilha do Faial e filho de João Figueira e de Aldonça Fernandes, um dos primeiros que nesta ilha usaram este apelido, tendo-se aqui estabelecido pelos anos de 1500. Um

seu filho, por nome Manuel Figueira instituiu um vinculo nesta ilha. O Dr. Álvaro de Azevedo dá a estes o nome de Figueiró, mas em vários nobiliários temos encontrado o apelido Figueira referido aos indivíduos que ficam mencionados, acrescentando o mesmo comentador das Saudades ignorar quem fosse o primeiro que introduziu este apelido nesta ilha. É certo que também Alvaro Figueira foi um dos primeiros povoadores da Madeira e teve terras de sesmaria em Câmara de Lobos.

Figueira (Dr. João Joaquim). Formou-se em 1837 na faculdade de medicina de Montpellier, defendendo a tese *Etude de l'accouchement premature artificiel*, que imprimiu num opúsculo de 59 pag..

Prestou relevantes serviços em França por ocasião duma epidemia de cólera-mórbus, sendo por isso agraciado com uma medalha de honra. Na Madeira, onde exerceu clínica durante muitos anos, foi médico do partido da Câmara Municipal do Funchal.

Faleceu em 1859 ou pouco depois.

Figueira (Ficus Carica). Árvore originária da zona mediterrânea, muito cultivada na Madeira e Porto Santo. Os figos madeirenses mais apreciados são os doces, os martinhos, os brancos, os cotios e as beberas, distinguindo-se estes últimos dos restantes, pela sua cor negra e pela sua forma alongada. Os figos que passam o inverno em estado rudimentar e se desenvolvem antes do tempo no ano imediato, são denominados lampos.

Na Serra de Dentro, na ilha do Porto Santo, há uma grande figueira, que se diz ter sido plantada pelos antigos colonizadores. É sem dúvida alguma a árvore mais velha da vizinha ilha.

Figueira (Padre António da Silva). Nasceu na freguesia do Arco da Calheta a 13 de Junho de 1887. Depois de haver cursado o Seminário desta diocese, ordenou-se de presbítero no bispado de Portalegre, no mês de Novembro de 1912, e tem exercido funções paroquiais em algumas freguesias desta ilha. Além de colaboração variada, em prosa e verso, nalguns jornais, publicou em 1914 um volume de poesias intitulado *Columbario*, de 89 pag..

Figueira da Índia (*Ficus comosa*). Linda árvore cultivada nas quintas e em alguns largos do Funchal. Pertence à família das Urticaceas, e tem folhas persistentes e de um lindo verde, e pequenos sícones que não chegam a amadurecer completamente.

Diz-se que a primeira figueira da Índia que existiu na Madeira veio num navio que se destinava à Europa e naufragou no porto do Funchal nos fins do século XVIII. Tendo um marinheiro desse navio conseguido trazer para terra a referida figueira, foi plantada nos terrenos da quinta Vigia, onde viveu por largos anos, vindo a ser o tronco de todos os indivíduos da mesma espécie que depois apareceram na ilha.

Figueira do Inferno. Três espécies são conhecidas por este nome na Madeira, sendo duas delas indígenas e uma cultivada. As espécies indígenas são a *Euphorbia mellifera* e a *E. piscatória*, esta sempre arbustiva, aquela às vezes arborescente; a espécie cultivada é a *Ficus stipulata*, muito usada para revestir muros e que é conhecida também pelo nome de figueira do diabo. A *Euphorbia mellifera*, conhecida nalgumas partes da ilha pelo nome de alindres ou alhendros, encontra-se nas Achadas da Cruz, no Seixal, no Ribeiro Frio, etc.; a *E. piscatoria* é frequente nos terrenos do litoral. O látex produzido pelos ramos cortados desta ultima espécie, é utilizado pelos pescadores para cegar ou atordoar o peixe que aparece nas poças à beira-mar.

Figueiredo. Provém este apelido de Pedro Lopes de Figueiredo, que teve residência em Machico e Santa Cruz no princípio do século XVI.

Figueiredo de Lemos (D. Luís). Entre os prelados que se distinguiram na administração episcopal desta diocese destaca-se o nome de D. Luiz de Figueiredo de Lemos, 7.º bispo da Madeira, Porto Santo e Argüim.

Nasceu na pequena ilha de Santa Maria do arquipélago açoreano a 21 de Agosto de 1544, sendo filho de Miguel Figueiredo de Lemos e D. Luiz Nunes Velho, que eram ali pessoas muito consideradas.

Feitos os primeiros estudos na sua ilha, foi para a cidade de Ponta Delgada e ali se dedicou ao estudo das humanidades e preparatórios para poder seguir em Coimbra o curso universitário. Cursou as faculdades de cânones e de leis, em que se bacharelou, e numa delas fez exame de licenciado.

Voltou á ilha de S. Miguel, já ordenado de presbítero e precedido de fama de homem ilustrado e virtuoso, ocupando ali o lugar de ouvidor eclesiástico, e sendo depois nomeado deão da Sé de Angra e mais tarde vigário geral e governador daquele bispado.

Em 1585 foi apresentado bispo do Funchal e confirmado pela Santa Sé em princípios do ano de 1586, chegando á Madeira a 4 de Agosto do mesmo ano.

Foi o seu episcopado muito frutuoso pelas diversas reformas que introduziu em muitos serviços eclesiásticos, sobretudo na administração das paróquias, em que eram grandes os abusos cometidos pelo abandono a que os pastores deixavam as freguesias, pela falta de casas paroquiais, pela carência de escrituração regular do movimento religioso, pela ruína adiantada de muitos templos, etc., sabendo providenciar com energia e eficácia acerca de todos aqueles males, o que particularmente conseguiu com as visitas pastorais que realizou em todas as igrejas da diocese.

O antigo paço episcopal, de que ainda resta uma parte considerável, e a capela contígua de S. Luiz hoje profanada, foram construídos por seus esforços e diligências, e junto do mesmo paço e também nas dependências deste instalou o seminário diocesano, cuja direcção e engrandecimento lhe mereceram os seus especiais cuidados.

Reuniu um sínodo diocesano em 1587 e nele foram promulgadas umas novas Constituições Diocesanas para se reunirem ás Constituições ordenadas pelo bispo D. Jeronimo Barreto e que foram impressas em Lisboa em 1601.

Criou de novo a paróquia de São Pedro que tinha sido extinta, deu um novo regimento ao cabido da Sé Catedral, aumentou as côngruas paroquiais, reformou inteiramente a chancelaria episcopal e remodelou muitos outros serviços eclesiásticos, o que tudo lhe conferiu o título dum prelado eminentemente reformador e que deixou nas crónicas deste bispado as mais honrosas tradições, devendo acrescentar-se que era de uma grande austeridade de vida, de um impecável proceder e de uma irrepreensível conduta na

administração de todos os negócios da sua diocese.

Morreu nesta cidade a 26 de Novembro de 1608 e foi sepultado na capela de S. Luiz, que ele erigira junto do Paço Episcopal. Estando profanada esta capela, mandou o saudoso bispo D. Manuel Agostinho Barreto trasladar em 1903 os restos mortais daquele prelado para a Sé Catedral, sendo inumados a dentro do guarda-vento e cobertos com a lápide de mármore lavrado que estava sobre a sua sepultura na referida capela de S. Luiz.

Figueiroa (Francisco Anacleto de). Era coronel de milícias e morreu no Funchal no ano de 1810. Nada sabemos a seu respeito que o torne digno de menção, mas a morte horrível que encontrou no fundo duma sepultura merece aqui registo especial. Num documento oficial deparamos com a seguinte informação: «Francisco Anacleto de Figueiroa, coronel de milícias, foi dado por morto no Funchal onde residia. Conduziram-no ao carneiro tumular de João Gonçalves Zarco, no convento de Santa Clara. Passados anos, outra morte na família obrigou a visitarem o carneiro, e, junto do pesado gradeamento da entrada, no fundo sombrio da escadaria, deparou-se o esqueleto de Figueiroa, estreitando os ferros num ultimo desespero de atroz agonia».

Figueiroa de Albuquerque (Luiz). Nasceu nesta cidade a 4 de Fevereiro de 1828 e morreu no Caniço a 13 de Dezembro de 1904, sendo filho do tenente-coronel Luiz Agostinho Figueiroa de Albuquerque e de D. Maria Vicencia de Freitas Bettencourt. Era homem de não vulgar ilustração, que principalmente adquiriu na sua longa permanência no estrangeiro e em especial na capital da França. Dedicou-se particularmente a estudos económicos, publicando um volume sobre esta matéria e muitos artigos dispersos nos jornais. Exerceu os logares de presidente da Câmara Municipal do Funchal, de secretario geral deste distrito e do de Ponta Delgada, de presidente da comissão administrativa da Misericordia desta cidade e de vogal do antigo Conselho de Distrito, tendo também desempenhado interinamente o lugar de Governador Civil deste arquipélago. Foi colaborador do antigo jornal o Povo e de outros periódicos, publicando em separado os dois volumes Tratado Elementar de Economia Politica, de 171 pag., e o Compêndio Elementar do Novo Sistema Geral de Pesos e Medidas, de 166 pag..

Filhos e Genros de Zarco. Dizem os antigos nobiliarios madeirenses que o descobridor João Gonçalves Zarco teve três filhos e quatro filhas: João Gonçalves da Câmara, Rui Gonçalves da Câmara, Garcia Rodrigues da Câmara, Helena Gonçalves da Câmara, Beatriz Gonçalves da Câmara, Izabel Gonçalves da Câmara e Catarina Gonçalves da Câmara. Não são porém conforme os linhagistas no que diz respeito ao lugar do nascimento de alguns destes filhos. Vários afirmam, e é essa a opinião mais seguida, que Gonçalves Zarco ao fixar residência na Madeira com sua mulher D. Constança de Sá, trouxe o filho primogénito, que foi o herdeiro da casa, e a filha D. Helena Gonçalves da Câmara. Parece que o primeiro filho nascido nesta ilha foi Rui Gonçalves da Câmara. Deste e de João Gonçalves da Câmara, o segundo donatario do Funchal, já nos ocupámos neste Elucidario. Os livros de linhagens dão Garcia Rodrigues da Câmara como filho natural do descobridor, que sempre mereceu de seu pai a mais particular estima e foi dele um rico herdeiro, tendo casado com a filha de Nuno Cardoso, instituidor do morgadio de S. João de Latrão, em Gaula, e sucedendo na administração desta casa vinculada.

Dos dois filhos varões João Gonçalves da Câmara, 2.º capitão-donatario do Funchal, e Rui Gonçalves da Câmara, 3.º capitão-donatario da ilha de São Miguel, procedem algumas das mais distintas famílias de Portugal, como os condes de Vila Franca e de Atouguia, marqueses da Ribeira Grande, condes de Tarouca, marqueses de Castelo Melhor e outros.

Tendo Gonçalves Zarco pedido a D. Afonso 5.º que lhe enviasse algumas pessoas de qualidade para casarem com suas filhas, respondeu-lhe o monarca nos seguintes termos: "ahi vos mando quatro fidalgos para casardes vossas filhas, que se vos os dotardes a elles segundo suas qualidades eu vos haverei por muito honrado e a elles por bem dotados". Estes fidalgos casando com as filhas do ilustre descobridor, foram troncos de numerosa descendência e todos instituíram nesta ilha importantes casas vinculadas.

Helena da Câmara, a filha mais velha, casou com Martim Mendes de Vasconcelos, que fez assentamento em São Martinho, na margem esquerda da ribeira dos Socorridos, onde teve muitas terras de sesmaria e também no Estreito de Câmara de Lobos. Foi sepultado na igreja do convento de Santa Clara, dizendo a tal respeito o erudito anotador das Saudades da Terra:—«está na igreja do convento de Santa Clara do Funchal, á entrada do lado direito, o sarcófago desse Martim Mendes de Vasconcelos, com inscrição de letra gothica maiúscula, illegível por gasta; mas no pavilhão adjacente, se vê uma grande lápide de mármore, e nella o seguinte epitaphio:

S^a. DO CAPITÃO GASPAR MENDES DE
UASCONSELLOS Q. MANDOU FAZER
P^a. SI E SEUS ERDEIROS POR SE TIRAR
A PRIMEIRA CAMPA Q. AQUI SE POS
COMO DECENDENTE DO PRIMEIRO
MARTIM MENDES DE VASCONSELLOS
QVE AQUI JAZ E PASSOU A ESTA ILHA
A CASAR COM ELENA GLIZ. DA CAMARA
FILHA DE JOAO GONSALVES ZARCO
SEU DESCOPRIDOR DESTA. FOI FEITA
NA ERA DE 1710

É este o túmulo chamado de João Gonçalves Zarco e que como tal vem reproduzido pela gravura em muitas obras principalmente estrangeiras. Vem a propósito dizer que o descobridor foi sepultado junto dos degraus do altar da capela-mor, afirmando um antigo manuscrito «que a obra se ordenou de sorte que a sepultura de Zarco ficou no meio da capela-mor, com um túmulo de pedra em cima tão alto que singularmente a faz venerável e respeitosa». Diz-se que, muitos anos depois, as freiras conseguiram a remoção do aparatoso mausoléu, que lhes interceptava a vista do altar, sendo talvez por essa ocasião que se tivesse procedido á trasladação das cinzas do descobridor da Madeira para o jazigo de seu genro Martim Mendes de Vasconcelos. É certo que em Março de 1919, quando se levantou o sobrado do pavimento da capela-mor da igreja de Santa Clara, se encontraram apenas as lápides tumulares do segundo, terceiro e quinto capitãis-donatários do Funchal, sendo provável que ali se descobrisse a pedra sepulcral do túmulo de Gonçalves Zarco se porventura os seus despojos mortais se achasse noquele recinto. Mas fez na verdade a trasladação? E quando se realizou ela? Não sabemos.

D. Brites ou Beatriz Gonçalves da Câmara, segunda filha de Zarco, casou com Diogo Cabral, filho de Fernão Alves Cabral, guarda-mor do infante D. Henrique, que teve vastos terrenos de sesmaria na Calheta, doados por seu sogro. Cumpriu os votos e desejos de Zarco, edificando naquela freguesia a capela de Nossa Senhora da Estrela (V. este nome). Morreu a 15 de Dezembro de 1486, e foi sepultado na capela de que foi o fundador e que tornou a sede dum morgadio.

Foi terceira filha do descobridor, Isabel Gonçalves da Câmara, que contraiu matrimónio com Diogo Afonso de Aguiar, dizendo Henrques de Noronha «que o dote que eu vi foi feito no ano de 1439». Era filho, segundo uns, de José Afonso de Aguiar, primeiro tesoureiro da moeda de Lisboa, e, segundo outros, de Pedro de Aguiar, que pertencia a uma antiga e nobre família do reino. Teve muitas terras de sesmaria nesta ilha. Seu filho, D. Martinho de Aguiar, foi bispo de Ceuta e Tanger.

Garcia Homem de Sousa foi o fidalgo que contraiu matrimónio com Catarina Gonçalves da Câmara, quarta filha de Zarco. Dizem antigas crónicas que era homem turbulento e que sustentara lutas sangrentas com seus cunhados. No sítio de Santo Amaro, na freguesia de Santo António, teve uma grande fazenda povoada e ali edificou uma capela com aquela invocação. (V. Santo Amaro).

Filoxera. A invasão filoxérica na Madeira, diz F. de Almeida e Brito num relatório publicado em 1883, foi verificada em 1872, havendo a esse tempo já muitas vinhas perdidas e terrenos completamente devastados nos concelhos do Funchal e Câmara de Lobos, o que faz supor que a doença já aqui existia desde 1865, pelo menos. Segundo o mesmo agrônomo, a praga foi trazida para a Madeira em bacelos da Izabella, ou vinha americana, admitida à cultura por causa da sua provada resistência ao oidium ou mangra, sendo esta opinião partilhada por muitos viticultores da ilha, que haviam seguido de perto a marcha e o desenvolvimento da nova moléstia.

Por várias vezes tinham os madeirenses solicitado do governo que lhes facultasse os meios de resistirem ao terrível flagelo que devastava os vinhedos da ilha, mas só em 1883 foram atendidos em parte esses pedidos, sendo mandado aqui, no mês de Junho, o inspector Almeida e Brito, que imediatamente empreendeu uma campanha de luta contra a filoxera, coadjuvado por alguns proprietários, pelo intendente de pecuária Salvador Gamito de Oliveira e pelo presidente da comissão distrital antifiloxérica, o falecido João de Sales Caldeira.

Em 1873 tinha um súbdito inglês aplicado resina e essência de terebintina, dissolvidas em água quente, nas raízes de muitas videiras doentes, mas embora este tratamento ajudado por abundantes estrumações, desse resultado, não foi possível generalizá-lo, pelo preço por que ficava aos proprietários.

Em 1883, no mês de Fevereiro, foi aplicado pela primeira vez o sulfureto de carbono nalgumas vinhas

madeirenses, sendo este o sistema de tratamento adoptado depois em toda a ilha, com o fim de salvar as plantações que ainda existiam. Numa propriedade do alto de S. João estabeleceu-se, por indicação do referido inspector, um posto de tratamento, tendo anexo um deposito de sulfureto de carbono e injectores, verificando-se que as vinhas que exibiam ainda bastante vigor melhoravam sempre pelo emprego daquele insecticida, que era usado na dose de 28 e 24 gramas por metro quadrado, em tratamento simples.

Para tornar possível a replantação dos terrenos devastados, por meios de híbridos e cepas americanas dignos de confiança, estabeleceram-se dois viveiros de estacas e barbados, um no Ribeirinho e outro no Torreão, sendo distribuídos já em 1883 cerca de 60.000 bacelos pelos proprietários da ilha: A Riparia, o Jacquez, o Herbemont, a Rupestris, a Solonis, a Taylor, o Clinton, o Elsimbro e o York Madeira foram as cepas que primeiro foram cultivadas nos referidos viveiros, vindo depois a Cunningham, a Viala, a Elvira, o Othelo, a Cinerea, a Black Pearle o Gaston Bazile. Segundo declarava o inspector Almeida e Brito no seu relatório, a Taylor era a cepa que devia ser empregada com maior confiança na Madeira, pois que tinha «já sete anos de prova, vegetando admiravelmente em terrenos filoxerados».

Mostrou a experiência que esta cepa se não adaptava tão bem como outras aos terrenos da ilha, e por isso foi ela pouco a pouco sendo substituída pela Riparia, pelo Herbemont, pela Cunningham e pelo Jacquez, sendo este ultimo o cavalo preferido de há muito para a enxertia dos garfos da vinha europeia.

Examinando umas preparações muito bem feitas de filoxeras nas suas diferentes fases, feitas pelo súbdito inglês Leacock, o inspector Almeida e Brito não achou nelas insectos hibernantes, como há no continente, o que o levou a concluir que aquele parasita tem na Madeira uma vida de constante actividade, sendo este o motivo da intensidade e rapidez com que destruiu os formosos vinhedos da ilha.

A filoxera só foi conhecida no Porto Santo por 1895, tendo sido as cepas dos terrenos argilosos as que mais devastadas foram por ela. Nos terrenos arenosos poucas foram as vinhas atacadas por aquele insecto, que decerto foi levado para aquela ilha em bacelos provenientes da Madeira.

Segundo o inspector Almeida e Brito a área de cultura da vinha em 1883 não excedia 500 hectares, podendo a colheita ser avaliada em 3 500 pipas, quando antes do aparecimento da filoxera era aquela área de 2.500 hectares, elevando-se a produção a 16 000 pipas.

Há muito que a filoxera e as tuberosidades que ela produz não são observadas nas vinhas madeirenses, mas isto não significa que o terrível hemiptero tenha desaparecido inteiramente da nossa ilha. A grande dificuldade que há em conservar ou multiplicar as antigas castas, salvo enxertando-as em híbridos ou cepas americanas resistentes, e o aparecimento do insecto no Porto Santo, muitos anos depois dele ter deixado de ser assinalado na Madeira, levam-nos a crer que se não acha de todo extinta entre nós a *Phylloxera vastatrix*, o mais cruel inimigo da *Vitis vinifera*, a planta que a partir do século XVI tanto concorreu pelas suas abundantes e excelentes produções para fomentar a riqueza da ilha e garantir o bem estar de muitos dos seus habitantes.

V. Vinhas.

Fischer (Dr.S.). Ocupou-se dos entomostraceos madeirenses nas Transacções da Academia Real das Sciencias da Baviera, 1855 .

V. Carcinologia.

Flor do Oceano (A). Publicou-se o primeiro numero a 22 de Junho de 1828 e o ultimo a 22 de Agosto do mesmo ano. Teve como redactores o Dr. Manuel Ferreira de Seabra da Mota e Silva, então juiz de fora nesta ilha, Servulo Drumond de Meneses (V. este nome) e o advogado João de Bettencourt.

Com o mesmo título saiu outro jornal que foi o primeiro que se publicou entre nós depois da implantação do governo constitucional. O primeiro numero é de 9 de Novembro de 1834 e o ultimo de 29 de Outubro de 1840. A numeração saiu seguidamente até o n.^o 108, 23 de Dezembro de 1836. Nos anos seguintes a numeração foi anual.

A 1 de Setembro de 1860 se publicou outro jornal com o título de Flor do Oceano, saindo o ultimo numero que foi o 353^o, a 31 de Agosto de 1867.

Flora. Como é geralmente sabido, encontram-se na Madeira em familiar e agradável companhia, respirando o mesmo ar e iluminadas pelo mesmo sol, plantas de quasi todos os países do mundo, sem serem precisos abrigadouros ou estufas para a grande maioria delas –circunstancia que dá logo a ideia da excelência do clima e da bondade do céu que o cobre e protege. Representa um trecho reunido da flora de latitudes muito diversas, deparando-se ao lado das espécies arboreas de porte altivo e majestoso dos países intertropicais com as plantas humildes e rasteiras das regiões setentrionais. Na Madeira, como em todos os países montanhosos, onde se observam variadas condições de clima, os vegetais acham-se repartidos dum modo mais ou menos característico em zonas distintas. Na opinião de Lowe, essas zonas podem reduzir-se ao numero de quatro: 1^a Zona, a dos cactos e bananeiras, que se estende da orla do oceano até cerca de 200 metros de altitude; 2^a Zona, da vinha e castanheiros, que comprehende os terrenos de altitude de 150 a 750 metros; 3^a Zona, dos loureiros e urzes, de 750 a 1.650 metros; e 4^a Zona, a dos altos cumes, abrangendo todos os pontos elevados que vão de 1.650 a 1.850 metros. Esta classificação não exclue a existencia de outras plantas, que têm grande predomínio e extensão em cada uma dessas zonas, e assim temos a cana de açúcar, cuja cultura é muito generalizada dentro da primeira e em parte da segunda das zonas referidas, o mesmo acontecendo com respeito ao cultivo da vinha e ainda a muitos vegetais que são aqui largamente cultivados. Na determinação dessas zonas reconhece-se facilmente o papel que o factor térmico exerce na distribuição das plantas, havendo todavia numerosos factos que atestam que ele nem sempre está só na delimitação das linhas de vegetação de certas espécies.

É incontestável que os incêndios e a exploração agrícola provocaram o desaparecimento de muitas espécies vegetais, talvez abundantes antes do povoamento, mas em compensação são numerosas as produções de outros países que se têm naturalizado ou aclimado na Madeira, havendo algumas delas trazido á sua flora modificações que se não harmonizam em muitos casos com a situação geográfica da ilha. A cana de açúcar, das Índias Orientais, a vinha, da Europa e Asia Central, o pinheiro marítimo, da Europa, as acácas, da Australia e a abundancia, do México, são espécies mais ou menos aclimadas ou naturalizadas, que imprimem em muitas partes á vegetação da nossa ilha um cunho que destoa bastante do cunho primitivo.

A flora actual conhecida do arquipelago da Madeira, comprehende 931 fanerogamicas, 50 criptogamicas vasculares, 265 muscineas e 916 talófitas, mas se pusermos de parte as plantas naturalizadas, fica o grupo ou divisão das fanerogamicas apenas com 641 espécies e o das criptogamicas vasculares com 45. No grupo das fanerogamicas há 104 espécies que consideramos endémicas e 55 que são comuns ao arquipelago da Madeira e a outros grupos de ilhas do Atlântico, o que equivale a dizer que das referidas 641 espécies a que

costumamos chamar indígenas, 159 se não encontram nas regiões continentais próximas, embora sejam provavelmente legítimos representantes duma flora ali existente outrora.

Conhecem-se no nosso arquipelago 106 vegetais lenhosos indígenas, entre árvores, arbustos e subarbustos, estando os dois primeiros grupos, que são os mais importantes, representados por 34 espécies, 10 das quais são europeias, 1 da Madeira e Açores, 3 da Madeira, Açores e Canárias, 11 da Madeira e Canárias e 9 peculiares ou endémicas. Distribuem-se estas espécies por 22 famílias, 4 das quais se não encontram na Europa, estando, porém, uma delas representada no vizinho império de Marrocos.

Se as fanerogamicas e criptogamicas vasculares madeirenses se podem considerar bem estudadas, graças ás pacientes investigações do barão de Castelo de Paiva, João M. Moniz, Mandon, Lowe, Carlos de Menezes, Pe. Gonçalves da Costa e outros, o mesmo se não pode dizer acerca das criptogamicas celulares, muito embora sobre alguns grupos delas existam trabalhos dignos do maior apreço e que muito facilitam a determinação das espécies. São os musgos, os líquenes e os fungos as plantas celulares que mais têm merecido as atenções dos colectores, não significando isto, porém que se um dia se fizerem explorações metódicas e cuidadosas em muitas regiões da ilha, não venha a resultar daí descobrirem-se muitas espécies dos mesmos grupos não assinaladas até agora na nossa terra.

Os distintos homens de ciência Richard Thomas Lowe, súbdito britânico, e Carlos Azevedo de Meneses, ilustre madeirense, foram os botânicos que mais desenvolvidamente estudaram a flora desta ilha, deixando largos e notáveis trabalhos, que têm sido devidamente apreciados e elogiados pelos sábios que cultivam esta especialidade científica.

Vid. Algas, Equisetaceas, Fetros, Cogumelos, Hepaticas, Musgos, Líquenes, licopodiaceas, Selaginelaceas e Fanerogamicas.

Florença. Provem este apelido de João Salviati, natural de Florença, que, com vários membros da sua família e outros compatriotas se uniram na defesa da sua pátria contra a opressão e tirania dos Medicis, por meados do século XV. Sendo mal sucedidos, foram alguns deles enforcados e outros tiveram que procurar no exílio e na fuga abrigo seguro contra as perseguições dos partidários dos Medicis. Um arcebispo, tio de

João Salviati, foi enforcado numa das ameias do seu palácio, tendo este encontrado na Madeira asilo á perseguição que lhe moveram. Teve aqui distinto acolhimento em atenção á causa nobre que defendera e á sua ascendência fidalga, sendo-lhe conservados os privilégios da nobreza de que gozava na sua pátria. Teve terras de sesmaria na margem da ribeira dos Socorridos, na freguesia de Câmara de Lobos, onde fez assentamento, e também na freguesia do Arco da Calheta, no sítio que ainda hoje conserva o nome de Florenças e onde um seu descendente, por nome João Homem de El-Rei, instituiu um morgadio.

Flores da Madeira. O Dr. José Leite Monteiro e o cônego Alfredo César de Oliveira (V. estes nomes) publicaram em 1871 e 1872 dois volumes de 210 e 190 paginas, em que coligiram cerca de cem poesias de poetas madeirenses seus contemporâneos e a que puseram o título de Flores da Madeira. Esta colecção, que é um elemento valioso para o estudo da nossa literatura, mereceu as mais elogiosas referências ao eminente publicista Teófilo Braga num artigo que foi transcrito no n.º 5 do jornal A lâmpada, que se publicou nesta cidade no ano de 1872.

Florosa. Na Ribeira Brava e em outras freguesias dão este nome ao papinho.

Focas. As focas são geralmente chamadas lobos marinhos e no artigo dedicado á freguesia de Câmara de Lobos (pag. 210, 1.º vol.) ficou explicado o motivo do nome dado a essa paróquia. Estes mamíferos anfíbios, que abundavam nos mares do nosso arquipelago, desapareceram quasi inteiramente destas paragens e só de longe em longe têm sido capturados alguns desses animais. Ainda há poucas dezenas de anos não era raro o seu aparecimento nas vizinhas ilhas Desertas, onde os pescadores lhes davam caça. Sobre este assunto, é interessante ler-se o que se encontra a pag. 79 e seguintes do livro de A. Artur Sarmento intitulado Mamíferos do Arquipelago da Madeira.

Focinho de Burro. Escrofulariacea frequente no Porto Santo e que também tem sido achada na freguesia de Sant'Ana, na Madeira. O seu nome científico é Bellardia Trixago.

Fogo do Céu. No dia 26 de Julho de 1593 deu-se nesta ilha um fenómeno de incandescência atmosférica, que nas crónicas madeirenses ficou conhecido pelo nome de Fogo do Céu.

Nos dias 24 e 25 do mês e ano referidos soprara violentamente o conhecido «vento leste» acompanhado de tão intenso calor, que, no dizer duma testemunha coeva do acontecimento, «não havia pessoa viva que... sahisse de casa nem abrisse janela, nem se podia sofrer dentro das casas, nem se podia nestas estar por ser o ar tão quente que tudo era cuidarem que pereciam e o vento era tal que parecia queimava os ossos, cousa que jamais os homens viram nestas partes».

Tornou-se cada vez mais intenso o calor e pelo começo da noite no dia 26 era já bem visível o raro mas conhecido fenómeno de incandescência atmosférica, que pelas 11 horas se transformou num pavoroso incêndio, queimando toda a vegetação e reduzindo a um enorme braseiro um numero considerável de habitações.

O incêndio manifestou-se nas casas de Tristão Gomes de Castro, não se podendo determinar com precisão se seria provocado pela incandescência do ambiente ou se pela queda de uma faísca eléctrica. Dentro de quatro horas arderam cento e cinquenta casas de habitação, entre as quais se encontravam alguns dos mais ricos e importantes moradores da cidade. Os prejuízos causados foram consideráveis, sobretudo nas culturas agrícolas, destruindo a colheita das uvas e danificando também os canaviais, além da devastação de todas as verduras, o que tudo fez elevar esses prejuízos a muitas centenas de milhares de cruzados. As casas incendiadas eram de madeira na sua maioria, mas muitas continham grandes cabedais, ardendo também alguns armazéns, onde se encontravam arrecadados milhares de arrobas de açúcar destinados a embarque.

Foi esta indubitavelmente, uma das maiores calamidades que assolararam a Madeira, ocorrida apenas vinte e sete anos depois do terrível saque e matança dos huguenotes franceses, ainda de mais tristes e lamentaveis consequências do que o espantoso Fogo do Céu.

Fojo. Escavação a oeste da Ponta da Cruz e da qual já falámos a pag. 230 do 1º vol. deste Elucidario. O mar é visível ao fundo desta escavação, a qual comunica com ele por meio dum canal subterrâneo.

Folclore. Está ainda por elaborar um estudo, embora de carácter elementar, acerca do folklore madeirense, em que as crenças, tradições e usanças populares deste arquipélago tenham sido postas em saliente relevo, não somente debaixo do restrito ponto de vista das ingénugas canções empregadas pelo povo mas também sob um aspecto de maior generalidade, abrangendo deste modo os velhos costumes regionais nas suas mais variadas e características modalidades. No entretanto diremos que vários escritos dispersos de Adolfo de Noronha, A. Artur Sarmento, Carlos Santos, E. Antonino Pestana, J. Reis Gomes e visconde do Porto da Cruz fornecem elementos apreciáveis para esse estudo. Nos artigos Bucho Encostado, Costumes Antigos, Crenças Populares, Indumentaria, Lendas, Medicina Campestre, Mau Olhado, Natal, Procissões e Romaria deste Elucidário encontram-se também diversas notícias e informações que podem aproveitar ao mesmo estudo.

Folhado (Clethra arborea). Pequena árvore da família das Ericaceas, frequente na Camacha e em muitos outros pontos da Madeira. Tem folhas oblongas ou oblongo-lanceoladas, ferruginoso-pubescentes nos peciolos e nas nervuras da página inferior, e flores brancas, aromáticas, dispostas em cachos formando panicula. Os troncos novos e os rebentões desta árvore dão magníficos bordões ou hasteas, muito usados na ilha, e da madeira fazem-se colheres, fusos, etc..

O folhado é uma árvore peculiar na Madeira e é a única espécie do género Clethra, que vive no estado espontâneo fora da América.

Fome na Madeira em 1757. Em Setembro de 1757 houve fome na Madeira, em razão de haver faltado o pão. Segundo se lê num ofício dirigido pelo governador Manuel Saldanha da Gama a Tomé Joaquim da Costa Corte Real, alguns pontos da ilha o povo só de raízes, flor de giesta e frutos se alimentava, mas a crise foi pouco duradoura, pois que em Novembro seguinte já a ilha se achava abastecida de cereais. É curioso que o povo utilizasse na sua alimentação as flores de giesta, quando tinha muitas plantas, tais como os agriões, as azedas, as rabaças, as labaças e até mesmo as urtigas e as serralhas, dotadas de um sabor mais agradável do que as referidas flores.

Em 1757 ainda as semilhas não tinham sido introduzidas na Madeira, mas a batata doce já aqui era

cultivada, não sabemos se em tão larga escala como actualmente.

Fome na Madeira em 1846 e 1847. Morreu uma boa parte da população madeirense os horrores da fome durante os últimos três meses de 1846 e os primeiros meses de 1847, por haver faltado a semilha, então o principal alimento das classes pobres, destruída por uma moléstia, antes disso perfeitamente desconhecida na ilha. Se a população dos campos dispusesse dos meios precisos para adquirir outras subsistências e estas abundassem na ilha seria menos terrível a crise que a afligiu, mas desgraçadamente veio juntar-se á molestia das semilhas um decrescimento notável no preço dos vinhos, o que trouxe como consequencia a miséria entre os agricultores e os pequenos proprietários rurais, cujos recursos pecuniários provinham quasi exclusivamente da venda dos mostos aos negociantes.

Felizmente era a Madeira governada desde os princípios de Outubro de 1846 pelo conselheiro José Silvestre Ribeiro, o homem que a tudo atendia com zelo e uma dedicação verdadeiramente notáveis, sendo devido ás providencias acertadas que ele imediatamente adoptou, que pôde ser atenuada a violência do mal e abreviada a sua duração.

No dia 15 de Outubro de 1846 houve na secretaria do Governo Civil uma reunião das principais autoridades e funcionários do distrito, convocada pelo governador, em que foi deliberado que os três clavicularios do cofre central adiantassem até á importancia de réis 1 500\$000 para as obras do desentulho das ribeiras, e pouco depois conseguia o mesmo Governador que a Comissão Central de Auxílios, criada por ocasião da aluvião de 1842, aplicasse ás mesmas obras a importância de 282\$000 réis, que ainda tinha em cofre, o que permitiu dar trabalho, e por consequência recursos pecuniários, a um grande numero de homens que lutavam com a miséria.

Como houvesse no mercado grande falta de géneros, fez o conselheiro José Silvestre Ribeiro com que a Câmara Municipal da cidade fosse autorizada a receber do referido cofre central a soma necessária para a compra e distribuição pelo povo, pelo preço do custo, de uma grande porção de milho que um negociante inglês tinha em depósito, ao mesmo tempo que conseguia que vários negociantes e alguns proprietários contribuissem, segundo as suas posses, para um fundo especial, destinado á aquisição de mantimentos nos países que pudesse fornecê-los em condições vantajosas. Por essa ocasião constituiu no Funchal, ainda

por inclinação do mesmo Governador, uma emissão de 7 membros, nacionais e estrangeiros presidida pelo Bispo, para solicitar donativos em benefício dos indigentes, ficando resolvido que essa comissão estabelecesse comissões filiais em todas as paróquias para obterem socorros em dinheiro e em géneros, e distribui-los pelos pobres.

Até 25 de Maio de 1847 reuniram os negociantes da cidade e alguns proprietários um fundo de 32.500\$000 réis para a compra de comestíveis, tendo a comissão encarregada da gerencia desse fundo apresentado até aquela data os seguintes géneros: em Março, 2 moios de feijão; em Abril, 100 moios de milho, 100 de trigo, 1250 barris de farinha e 194 sacas de arroz; e em Maio 557,5 quintais de milho. Outros mantimentos entraram ainda na cidade, não mandados vir, porém, pela referida comissão.

Esta comissão procedendo á liquidação dos géneros que adquirira, não só conseguiu embolsar os negociantes das importâncias com que haviam contribuído, mas até apurou um saldo de 1.755\$55 réis, que a Câmara Municipal do Funchal veio a aplicar em 1848 á construção da ponte do Ribeiro Seco.

Em fins de Fevereiro de 1847, quando era maior a falta de subsistências, chegou a haver receios de tumultos graves, pois era grande a irritação do povo contra os negociantes, que eram alcunhados de monopolistas e de inimigos das classes pobres; mas felizmente não chegou a ser alterada a ordem, tendo ocorrido bastante para isto a circunstância de alguns desses negociantes, receosos do que podia vir a acontecer-lhes, haverem resolvido expor á venda o milho e o trigo que tinham em depósito em condições vantajosas para o público.

Houve dias no mês de Fevereiro em que grande parte do povo se sustentou com a cana de açúcar, e alguns passos se deram para que os engenhos a não moessem para aguardente e melaço.

Os tesoureiros das comissões filiais das paróquias muitas vezes encontraram dificuldade em dar aplicação ao dinheiro que recebiam, por isso que não encontravam géneros á venda, ou apenas se lhe deparavam pequenas quantidades deles. Foi necessário distribuir rações de carne e de peixe fresco as pessoas a quem eram destinados os socorros, para estas não morrerem de fome.

As medidas extraordinárias tomadas pelo Governador com respeito ao levantamento de dinheiro do cofre central para acudir com pronto remédio aos males que afigiam o povo do arquipélago, mereceram a

aprovação do Governo, mas tendo o mesmo Governador solicitado um credito de 30 contos para obras publicas do distrito, só lhe foi permitido despender a importância de 2.500\$000 réis, além da que estava já autorizada para as mesmas obras pelo credito do ano económico.

A fim de beneficiar os povos do arquipélago, reduziu o Governo a 25 réis o direito de importação do trigo de produção estrangeira e isentou do pagamento do terço exigido pela lei de 2 de Agosto de 1839 para as imposições municipais, todos os demais cereais quer em grão, quer em farinha. Estas disposições só vigoraram, porém, até a época das colheitas no arquipélago.

Em 1 de Março fez o Governador com que saísse dos cofres públicos mais a importância de 3 contos de réis para a compra de comestíveis destinados ás pessoas verdadeiramente necessitadas das diferentes freguesias, que não pudesse trabalhar ou não tivessem trabalho, e na noite de 17 de Abril houve no pequeno teatro da cidade, a pedido do mesmo Governador, uma récita de caridade, representando-se o drama de Ducange e Dinaux Trinta anos ou a vida de um jogador, que tinha sido ensaiado pelo Dr. Luiz da Costa Pereira. Na noite de 26 de Abril foi o mesmo drama novamente á cena, tendo-se prestado gostosamente todos os actores, tanto desta como da primeira vez, a desempenhar gratuitamente, e até com despesas suas, os papéis que lhe haviam sido distribuídos.

"Durante a crise da fome, diz o Dr. Azevedo nas notas ás Saudades da Terra, uma commissão composta dos Srs. George Stoddart, John Howard March, George Hasch e Richard Davies, promoveu subscrisções no estrangeiro, o producto das quais foi o seguinte: de Hamburgo, 556\$520 reis,- em dinheiro; da Russia, 873\$600 reis, em dinheiro; dos Estados Unidos da América, 19.660\$780, em mantimentos, e reis 3.215\$190, em dinheiro; da Inglaterra e Irlanda, 48\$000 reis, em mantimentos, e reis 10.073\$080 em dinheiro. Na capela britannica desta ilha, depois de um sermão sobre a caridade pelo Rev.^o T. K. Brown, foram então offertados 464\$000 reis em dinheiro. Também aquella commissão sollicitou dos ingleses, americanos e allemães n'esta ilha uma subscrição, a qual, incluindo as offerendas individuaes dos referidos quatro membros, produziu 2.536\$600 reis, em dinheiro. O total destes donativos, comprehendendo 54\$554 reis de premio sobre os soberanos importados, subiu a 37.482\$324 reis».

Devido aos relevantes serviços do conselheiro José Silvestre Ribeiro e á leal coadjuvação que a este ilustre funcionário prestaram as câmaras municipais, os administradores do concelho, as comissões de socorros, vários estrangeiros e até mesmo alguns negociantes, já em fins de Abril de 1847 tinha melhorado bastante a

situação do povo madeirense. Todavia só mais tarde é que tudo se normalizou, quando pelo desenvolvimento que tomou a cultura da batata doce, pela extinção da moléstia das semilhas e pela entrada de grandes porções de cereais vindas do estrangeiro e de algumas colónias portuguesas, ficou inteiramente assegurada a subsistência da população.

Os três primeiros meses do ano de 1847 foram para os madeirenses uma quadra de miséria e de desolação; no entretanto não consta que ninguém conseguisse acumular grandes riquezas á custa das desgraças do povo, como sucedeu em épocas mais recentes, nem que qualquer autoridade ou funcionário deixasse de cumprir honestamente o seu dever. O direito de propriedade foi respeitado, e se alguns géneros subiram de preço, não foi isso por falta de previdentes medidas adoptadas pelas autoridades.

Em 1 de Março de 1847 dizia o Governador aos Administradores do Concelho que se os moradores das freguesias dos campos se arrojassem a vir á cidade com o criminoso intento de obrigarem os negociantes a expor á venda milho que supunham existir ainda nos armazéns, "estava disposto a escarmenta-los muito severamente e por maneira que a lição lhes lembresse por longos annos», mas ao mesmo tempo que procurava fazer respeitar o direito de propriedade, publicava um edital em que convidava todos os negociantes de cereais que tivessem algum milho guardado, a manifesta-lo imediatamente perante a Câmara, a fim de ser reduzido a farinha e exposto á venda nas condições que anteriormente tinham sido estabelecidas.

O conselheiro José Silvestre Ribeiro não tinha contemplações com ninguém em se tratando de zelar os interesses do povo, sendo devido a esta circunstancia que o mais completo sossego reinou sempre e que todos sofreram sem um protesto digno de nota as desgraças que oprimiram a Madeira nos anos de 1846 e 1847.

Na Collecção de documentos relativos á crise da fome, publicada por Servulo Drumond de Meneses em 1848, encontram-se assinaladas todas as providencias adoptadas por José Silvestre Ribeiro para minorar os sofrimentos do povo enquanto durou a mesma crise, deverão os estudiosos recorrer a esse trabalho, se porventura quiserem conhecer com mais pormenores, os benefícios que os madeirenses ficaram devendo àquela autoridade na quadra calamitosa que a ilha atravessou.

V. Doenças.

Fome no Porto Santo. A crise que a Madeira atravessou no ano de 1847 também se fez sentir na vizinha ilha do Porto Santo. Por diferentes vezes foi preciso enviar para ali socorros em géneros e em dinheiro, mas a pesar disso, «decerto não poderia o povo resistir a tão grande flagelo, dizem os Annais do Porto Santo, a não ser a grandissima abundância de peixe, principalmente cavalas, que se chegaram a vender a 50 por meio tostão».

Em 1802 em 1806, em 1815, em 1816 e em 1829 houve também fome no Porto Santo, tendo sido preciso enviar para ali socorros em géneros, e depois de 1847 ainda aquele flagelo se fez sentir mais algumas vezes naquela ilha, como por exemplo em 1850, em 1854, em 1855 e em 1883.

Por ocasião da fome de 1850 tomou o Governador José Silvestre Ribeiro sobre si a responsabilidade de mandar sair dos cofres públicos o dinheiro preciso para a compra de 75 moios de cereais destinados ao povo da vizinha ilha, assim como conseguiu que dois vasos de guerra americanos que apareceram no porto do Funchal contribuissem com 8 moios de milho para o mesmo fim.

As estiagens prolongadas a que está sujeita a ilha do Porto Santo são a causa principal da miséria e da falta de subsistências que se notam ali em certos anos. Quando é grande a seca, são insignificantes as colheitas, o que constitue a maior das desgraças num país em que uma grande parte da população vive apenas dos recursos que fornecem as terras.

Fonseca (Dr. Augusto de Arzila). Nasceu no Funchal a 21 de Outubro de 1853. Formou-se em 1883 na Universidade de Coimbra em filosofia e matemática, e em 1884 doutorou-se na ultima destas faculdades, havendo antes concluído o curso de infantaria na Escola do Exército, em que foi o primeiro classificado. Por ocasião do seu doutoramento publicou a sua *These de mathematica pura e applicada*. Em 1885 foi nomeado lente substituto da Universidade. Publicou: *Princípios elementares de quaterniões à mecanica*. Faleceu a 17 de Fevereiro de 1912.

Fonseca (Dr. José Maria Martiniano da). Os medianamente versados em assuntos de historia pátria sabem que no dia 7 de Maio de 1829 foram justiçados na Praça Nova da cidade do Porto dez individuos, vitimas da intolerância do governo miguelista. Entre eles contava-se o madeirense Dr. José Maria Martiniano da Fonseca, como já referimos no artigo consagrado ao conselheiro José Ferreira Pestana.

Pouco sabemos da biografia do Dr. Martiniano da Fonseca e se não fora a sua trágica morte, é possível que o seu nome tivesse ficado inteiramente desconhecido para nós. Nasceu na freguesia da Sé desta cidade a 16 de Outubro de 1794 e era filho de José Maria da Fonseca, inspector geral da Agricultura, e de D. Ricarda Umbelina Spinosa. Formou-se em leis pela Universidade de Coimbra e exerceu a advocacia no Funchal.

Tendo-se organizado na cidade do Porto uma junta revolucionária destinada a combater a usurpação miguelista, quis o governador e capitão-general da Madeira, Travassos Valdez, aderir ao movimento iniciado por essa junta e pôr-se em comunicação directa com ela por intermédio de pessoa idónea e de inteira confiança que pudesse cabalmente desempenhar a importante e arriscada missão de que ia encarregá-la. A escolha recaiu no Dr. José Maria da Fonseca, que saiu do Funchal a bordo dum navio americano a 30 de Junho de 1829 e entrou no Porto a 13 do mês seguinte, ao tempo em que já nesta cidade se tinha reconhecido o governo de D. Miguel. Era critica a situação do emissário do governador da Madeira, que tentando aproximar-se do desembargador Caldeira Velez, secretario da Junta revolucionária, foi preso por suspeitas e conduzido ás cadeias da Relação. Uma busca feita ao seu domicílio e os papéis que aí encontraram, que era a correspondência de Travassos Valdez, tornaram em certeza aquelas suspeitas.

O Dr. José Martiniano da Fonseca estava para sempre irremediavelmente perdido. Depois de nove meses de prisão, foi julgado com outros réus e a 9 de Abril de 1829 se proferiu a sentença condenando dez deles a pena ultima e outros a diversas penas. A iniqua e revoltante sentença executou-se no dia 9 de Maio daquele ano. Ergueram duas forcas no largo da Praça Nova e ali sofreram a pena capital os dez réus, sendo o Dr. José Martiniano da Fonseca o oitavo que subiu os degraus da forca. Para se dar completa execução á sentença, foram cortadas as cabeças ás vitimas e colocadas em diversos pontos da cidade. A do Dr. Fonseca esteve exposta três dias em S. João da Foz, e no dia 12 de Maio a irmandade da Misericórdia a conduziu para a sua capela e ali a fez sepultar juntamente com os despojos mortais dos outros réus sacrificados á ferocidade do governo miguelista.

Sete anos mais tarde, a 6 de Fevereiro de 1836, se procedeu á exumação das cinzas daquelas vitimas, sendo todas recolhidas numa urna e novamente sepultadas na igreja da Misericórdia, aguardando a oportunidade de mais condigna e apropriada sepultura. Foi em 1875 que no cemitério do Prado do Repouso, no recinto pertencente á Misericórdia do Porto, se levantou um elegante mausoléu destinado a guardar os despojos mortais dos indivíduos justiçados no dia 7 de Maio de 1829 e de mais dois que sofreram igual pena no dia 9 de Outubro do mesmo ano. A trasladação dos últimos restos dessas vitimas, que ficaram conhecidas pelo nome dos Doze Martires da Pátria, revestiu uma desusada e brilhantissima imponência, formando-se um préstimo fúnebre em que tomaram parte milhares de pessoas e toda a guarnição do Porto, sendo um dos mais aparatosos e significativos cortejos que se têm organizado no país, como se pode ver no opúsculo. Memória Descriptiva da trasladação das ossadas dos Doze Martyres da Pátria, publicada no ano de 1878.

Fontainhas. Pequena elevação montanhosa na ilha do Porto Santo, não muito distanciada do Pico do Facho.

Fonte Arcada (Pedro Joaquim de Magalhãis Iº visconde de). Foi um ilustre militar e casou nesta ilha com D. Luíza da Silva, filha de Manuel Dias de Andrade, que era o administrador do morgadio dos Andrades. Fonte Arcada, que morreu em 1688, herdou esta casa vincular. Um seu descendente e de sua mulher, Francisco Joaquim de Magalhãis, 4.º visconde de Fonte Arcada, diplomata distinto e par do reino, administrou este importante morgadio e esteve nesta ilha em 1865 em visita ás suas propriedades, tendo aqui colaborado num dos jornais do Funchal. Um seu descendente e herdeiro vendeu há cerca de vinte anos todas as propriedades que possuía na Madeira.

Fonte da Areia (Ilhéu da). ou simplesmente ilhéu da Fonte. Está situado a noroeste da ilha do Porto Santo, não longe da costa e em frente do lugar conhecido pelo nome de Fonte da Areia. Altitude de 82m.

Fonte da Areia. (Ponte da). ou somente Ponta da Fonte. Pequena saliência na costa marítima, a

noroeste da ilha do Porto Santo, no sítio daquele nome.

Fonte da Areia. Sítio na costa setentrional da ilha do Porto Santo, onde se acha a Ponta do mesmo nome. Encontra-se ali um fontanário de boa água potável e é lugar bastante frequentado pelas pessoas que visitam aquela ilha, fazendo-se muitas excursões a este local nos tradicionais carros de rodas do Porto Santo.

Fonte da Bica (Pico da). Elevação montanhosa no Paul da Serra, a 1 560 metros de altitude.

Fonte do Bispo (Pico da). Eminência a cerca de 1300m de altitude, nas serras da freguesia da Fajã da Ovelha.

Fonte do Norte (Pico da). A 1540 metros de altitude, no Paul da Serra, fica esta elevação montanhosa, próxima do lugar que chamam a Casa Queimada.

Fonte dos Ingleses. No sítio do Fanal, serras da Ribeira da Janela, há um pequeno lugar conhecido pelo nome de Fonte dos Ingleses, que se recomenda pela sua amenidade e por uma fonte de cristalina água.

Fonte Vermelha. Na margem da estrada que comunica a freguesia de Santo António com a do Curral das Freiras, não muito distante do sítio da Eira do Cerrado há um lugar com aquele nome e nele se encontra uma fonte de água potável, construída no ano de 1847.

Fontes (Bataria das). Foi entregue á Câmara Municipal em Março de 1898, sendo mandada demolir para melhoramento dos terrenos a oeste da antiga Praça da Rainha, hoje Praça do Marquês de Pombal. (1921).

V. Fortificações.

Fontes de João Diniz. A mais antiga referência que temos encontrado ás fontes de João Diniz é a que se lê num documento tombado no tomo 3.^º do arquivo da Câmara Municipal do Funchal e publicado nas Saudades da Terra, que tem o título de Apontamentos & Regimento que se ha de ter nas obras de fortificação que ellRey nosso senhor mādou fazer na cidade do Funchal. Diz assim: «E que das fontes da fortalleza se recolha a parte que bem parecer da aguoa dellas em hum chafaris que se faraa no terreiro de fora da fortalleza como sua alteza tinha mādado por Pero da Sylva & do resto da dita aguoa se faram duas biquas ou as que bem parecer para os navios fazerem aguoadas as quoaes biquas se poram ao longuo do calhao ». O documento refere-se ao saque dos corsários franceses, que foi no ano de 1566, e pareceres pouco posterior a esta época.

O nome que estas fontes conservam de João Diniz deve provir do seu primitivo proprietário ou de algum indivíduo que tivesse feito a exploração delas. Já em 1590 lhes dava Gaspar Frutuoso este nome.

O Dr. F. A. Barral enaltece as boas qualidades da água destas fontes e dedica-lhes algumas paginas do seu livro Noticia sobre o Clima do Funchal (pag. 139 a 141).

Em sessão de 7 de Abril de 1784 resolveu a Câmara Municipal «fazer uma defesa ou uma muralha em condições de evitar que o mar em tempos invernosos continuasse a entulhar as fontes da cidade», sendo essa obra orçada em 1 082\$500 réis, e em 1841 foi construído o actual chafariz, desaparecendo por essa ocasião as canhoneiras da bateria que ficava para o lado do mar, na fortaleza de S. Lourenço.

Em Março de 1896 foram as águas das fontes de João Diniz declaradas suspeitas pelo administrador do concelho! Guilherme Teles de Meneses, o que não obstou a que o publico continuasse a abastecer-se delas com tanta confiança como dantes. Realizaram-se no entretanto por essa ocasião algumas obras nas

canalizações do palácio de S. Lourenço a fim de evitar possíveis infiltrações susceptíveis de alterar a pureza das mesmas águas.

Com as grandes obras de reparação realizadas no Palácio de São Lourenço, desapareceram as tão conhecidas Fontes de João Diniz no mês de Novembro de 1939.

Fontes Pereira de Melo (António Maria de). Este notável estadista português esteve na Madeira em 1858, chegando aqui a 10 de Setembro, no bergantim Mariana, e partindo para Cabo Verde, no mesmo navio, no dia 26.

Fontes Pereira de Melo que era então tenente de engenharia, visitou as obras da levada do Rabaçal.

Fontinha. Sítio na vila do Porto Santo, onde existe um chafariz cujas águas foram analisadas em 1893, na Escola Nacional de Minas de Paris. O peso do resíduo encontrado num litro das mesmas águas foi de 1,728 gr., estando a sílica representada por 0,048 gr., o carbonato de sódio, compreendendo os carbonatos alcalino-terrosos, por 0,891 gr., o sulfato de sódio por 0,290 gr. e o cloreto de sódio por 0,490 gr.. Segundo o analista da mesma escola, a água mineral do Porto Santo, pode ser incluída entre as águas bicarbonatadas e sulfato-sodicas, tendo a análise acusado muito pouca cal e magnesia e bem assim que a quasi totalidade do ácido carbonico dos bicarbonatos se encontra combinado com os álcalis.

São sem contestação consideradas como excelentes águas de mesa e delas se faz hoje um largo consumo na Madeira, sendo também exportadas para fora do arquipélago. Encontra-se neste sítio um fontanário que fornece essas águas ao público e também o edifício da empresa concessionária, que as prepara e exporta daquela ilha.

Fora (Ilhéu de). É também conhecido pelo nome de Ilhéu do Farol. Adjacente à Ponta de São Lourenço e dela apenas separado por um estreito boqueirão, fica o pequeno ilhéu chamado de Agostinho, encontrando-se muito próximo deste o dos Desembarcadouros e a uma pequena distância o ilhéu de Fora

ou do Farol. Os dois últimos acham-se entre si separados por um canal conhecido pelo nome de Boqueirão Grande, que mede cerca de 180 metros de largura e 8 de fundo, dando fácil passagem aos vapores costeiros, que por ali transitam frequentemente. É este ilhéu o ponto mais oriental da Madeira e nele se encontra funcionando desde o mês de Setembro de 1870 um farol, que tem prestado relevantes serviços á navegação. A respectiva lanterna fica a cerca de 100m acima do nível do mar e acha-se situada a 32° e 41' de latitude norte e 16° e 39' de longitude oeste (Greenwich). É um farol de luz branca com clarões intermitentes, que se avista a 25 milhas de distancia. Existe ali uma estação telegráfica ligada com a estação central do Funchal. Encontra-se a sudoeste do ilhéu de Fora o perigoso baixio da Badajeira (V. este nome). A altitude deste ilhéu é de 107m.

Fora (Ilhéu de). A nordeste da ilha do Porto Santo e adjacente á sua costa marítima, fica o chamado Ilhéu de Fora, também conhecido pelo nome de Rocha de Nordeste. Altitude de 100 metros.

Forais. Vários forais teve a ilha da Madeira mas os mais antigos apenas são conhecidos pela menção que deles fazem certos documentos que lhes são posteriores, e as Saudades da Terra do Dr. Gaspar Frutuoso. Nas cartas de doação das capitarias do Funchal e de Machico a João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz, transcritas a pag. 453 e 456 das notas á referida obra de Frutuoso, refere-se o infante D. Henrique ao foral que para a ilha mandou fazer, mas nem este foral, nem o que D. Afonso V deu em 1452 à então vila do Funchal, se encontram registados nos arquivos municipais.

Numa Miscelânea manuscrita anónima, citada pelo Dr. Azevedo e que está na Biblioteca Nacional de Lisboa, se lê que «em 1452 D. Afonso V deu foral á villa do Funchal com muitos privilégios, fazendo os moradores de toda a ilha livres de pagarem siza, nem portagens, nem fintas das que naquelle tempo havia no reino». o Dr. Gaspar Frutuoso cita o ano de 1472 como sendo aquele em que o dito foral foi concedido, mas julga o Dr. Azevedo haver nisso erro ou do autor das Saudades, ou do copista, porquanto existem registados no Arquivo da Câmara Municipal do Funchal vários documentos donde se vê que já antes daquele ano estava criado o município funchalense.

O foral da cidade do Funchal (V. este nome) e das vilas da Ponta do Sol e da Calheta tem a data de 6 de

Agosto de 1515 e dele existe uma certidão em livro especial no Arquivo da Câmara Municipal desta cidade, extraída do Livro das Ilhas, em 2 de Maio de Maio de 1736. É um documento por muitos motivos curioso e que o Dr. Azevedo transcreve a pág. 494 das notas ás Saudades da Terra, assinalando os seus quarenta e um capítulos os impostos a que estavam sujeitos os povos da capitania do Funchal, as formalidades que era necessário preencher para o fabrico, transporte e exportação dos açucares, as multas em que incorriam os jogadores, os excomungados e as pessoas que eram achadas com armas ou se serviam delas, etc., etc..

A pág. 507 das mencionadas notas transcreve o Dr. Azevedo o foral das vilas de Machico e Santa Cruz, o qual pouco difere nos seus capítulos, do foral do Funchal e das vilas da Ponta do Sol e da Calheta. Tem a data de 15 de Dezembro de 1515 e determinou no capítulo 2º que na capitania de Machico houvesse uma alfândega, a qual poderia ser estabelecida em Machico ou Santa Cruz, «onde Sua Alteza depois declarar».

O lugar de S. Vicente foi feito vila e separada da jurisdição de Machico por alvará régio de 23 de Agosto de 1743, mas se lhe foi concedido foral, não temos deste conhecimento. Permitiram o referido alvará e a carta de mercê de 25 de Agosto de 1744 que á nova vila fossem agregados os logares do Porto do Moniz, do Seixal, da Ponta Delgada, do Arco de S. Jorge e de S. Jorge, «os quaes estavam todos distantes da vila de Machico, por cuja causa experimentavam os seus habitantes as mesmas oppressões que os do logar de S. Vicente».

Por alvará de 17 de Agosto de 1508 mandou D. Manuel que a câmara da vila do Funchal fosse governada como a da cidade de Lisboa, o que deu lugar a que desde logo fossem adoptadas aqui muitas disposições do regimento desta ultima Câmara. No Arquivo da Câmara Municipal do Funchal existe um livro bastante antigo e escrito por um dos melhores caligrafos da época, contendo o regimento e foral da Câmara Municipal de Lisboa, no qual foram sendo introduzidas pouco a pouco certas alterações, algumas das quais constam de notas lançadas nas margens do mesmo livro.

Segundo o referido regimento e foral, a mesa das vereações devia ter dez palmos de longo e seis de ancho, sentando-se os vereadores todos três de «hua parte e despejados com o rosto ao povo». O vereador que ocupava o meio era o encarregado de responder a «todalas partes aquillo que por todos era determinado & acordado», mas este serviço só durava um mês, decorrido o qual outro vereador passava a desempenhar aquelas funções. O escrivão ficava «assentado no banco do topo da mesa» e em frente dele o corregedor, quando ia á Câmara, assim como os juízes do cível, crime, almotacés, procurador da cidade, juiz dos orfãos, etc., etc., quando iam «desembargar os feitos das partes» ou os mandavam chamar. O viador das obras ou

contador da cidade, sentava-se, quando ia á Câmara, «no banco & topo do escrivão», não havendo banco «na outra parte da mesa de contra o povo», mas uma grade que não devia ser mais alta que a dita mesa, nem «torvar a vista dos vereadores ao povo».

É de crer que nas sessões da Câmara Municipal do Funchal, ao menos naquelas a que assistiam apenas os membros desta corporação, o juiz ordinário, substituído mais tarde pelo juiz de fora, se sentasse numa das cabeceiras da mesa, dando a esquerda aos vereadores e procurador do concelho, e que em frente dele se sentasse o escrivão. O referido regimento, cuja redacção nem sempre é clara, dá origem a muitas duvidas, sendo lícito supor que sofresse varias modificações para poder ter aplicação ao senado do Funchal, visto não terem nunca existido aqui certas entidades oficiais de que nele se faz menção.

Em sessão camarária de 22 de Dezembro de 1802 foi resolvido que dai em diante o presidente, isto é o juiz de fora, «se sentasse na cabeceira da banca, tendo na sua frente o escrivão e ao lado, esquerdo os vereadores por ordem das idades, sendo o ultimo logar ocupado pelo procurador do concelho» e que os mesteres se sentassem ao fundo da mesa, «em postura tal que não ficassem embaraçados na cadeira do escrivão». Os mesteres só tinham direito a «cadeiras rasas» ao passo que os restantes membros do senado deviam sentar-se em cadeiras de espaldar, prerrogativa esta também concedida aos membros da nobreza, quando assistiam ás sessões camarárias. O logar destes era defronte dos vereadores, e o juiz do povo quando vinha á Câmara «sentava-se acima do mais velho dos mesteres».

No regimento e foral da Câmara Municipal de Lisboa encontram-se também disposições acerca das contas da Câmara, obras, maneira de acompanhar o rei, procissões, nomeação dos almotacés e tesoureiro, etc., etc., devendo este ultimo ser pessoa fiel e prudente». Na procissão de Corpus Christi (V. Procissões) os vereadores com suas varas vermelhas deviam ir «da parte direita del-rei e atraz delle, de maneira que nam a par», não podendo outra pessoa ir «ao deante delle, senam da outra parte esquerda».

Como no Funchal o rei não podia acompanhar a procissão de Corpus Christi, era a Câmara quem neste prélito religioso ocupava o primeiro lugar, seguindo logo atrás do pálio. Este mesmo lugar lhe foi garantido pelo alvará de 2 de Abril de 1763, o que não obstou a que mais tarde um governador e capitão-general lho quisesse disputar, sem para isso ter direito algum.

Algumas vezes na referida procissão o governador se colocou entre o primeiro e o segundo vereador e o

corregedor entre o procurador do senado e o escrivão, não sendo isto permitido, porém, nem pelo foral, nem pela provisão de 1763, e em nossos dias vimos a Câmara ceder sempre o seu lugar ás autoridades, ou por excesso de cortezia ou por desconhecimento dos diplomas que lhe permitiam seguir atrás do pálio naquele préstito religioso.

Vid. Saudades da Terra, a pag. 888.

Foraminíferos. Cerca de 70 espécies destes protozoários foram colhidas na Madeira pelo naturalista inglês H. B. Brady. Encontram-se na areia, entre as algas marinhas, etc., e têm uma pequena concha ou casca, provida de uma só abertura ou de numerosos orifícios.

Forel (Dr.). Ocupou-se das formigas do arquipélago da Madeira nos *Mittheilungen der Schweiz Entom Gesellschaft*.

As espécies estudadas pelo Dr. Forel foram colhidas pelo Revº Padre E. Schmitz.

Forerunner. Na tarde do dia 25 de Outubro de 1854 saiu do porto do Funchal o vapor inglês Forerunner, procedente da costa de África e com destino à Inglaterra, conduzindo muitos oficiais do exército britânico e o governador de Serra Leoa. Na altura da ponta de São Lourenço, sendo já noite, topou o vapor com um baixio que ali há, denominado a Badajazeira, submergindo-se completamente e morrendo no naufrágio três passageiros e onze tripulantes. Um barco de Machico que passava casualmente no local do sinistro, prestou os melhores serviços no salvamento dos passageiros e tripulantes, sendo os homens do barco elogiados pelo Governo Português em portaria, e condecorados com a medalha da Real Sociedade Humanística.

Forjaz Coutinho (D. Diogo Pereira). Por Carta Regia de 26 de Setembro de 1781 foi D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho nomeado governador e capitão-general deste arquipélago e tomou posse

deste cargo a 15 de Novembro do mesmo ano.

Foi um dos governadores da Madeira que, pelo seu zelo e rectidão na administração das cousas publicas, mais honrosas tradições deixou entre nós. Varias vezes foi reconduzido no exercício do seu lugar, a instâncias do senado funchalense e de algumas representações do povo e da nobreza. A sua acção governativa fez sentir em todos os ramos da administração publica, corrigindo muitos abusos, introduzindo reformas e melhoramentos em muitos serviços e indicando muito frequentemente ao governo da metrópole as medidas mais acertadas e indispensáveis para o engrandecimento e prosperidade deste arquipelago.

Foi um dos mais beneméritos provedores da Santa Casa da Misericórdia desta cidade, á qual prestou relevantíssimos serviços, conservando-se ainda hoje o seu retrato em tamanho natural na sala das sessões da Mesa Gerente daquele estabelecimento. No vestíbulo do edifício se encontra uma lápide com o seu nome e ano em que fez construir uma nova entrada que dá acesso ás enfermarias.

Levado por indicações do governo central e prestando auxilio ao bispo diocesano D. José da Costa Torres, promoveu uma tenaz perseguição ás sociedades secretas que se haviam organizado na Madeira no ultimo quartel do século XVIII. Daí resultaram muitas prisões e o embarque clandestino de vários indivíduos e suas famílias na noite de 19 de Julho de 1792.

Era o que hoje chamamos um homem de espírito, manejando habilmente a sátira e a ironia, conservando-se ainda na tradição local noticia de alguns episódios em que ele foi o espirituoso protagonista.

Deixou o governo do arquipelago, por motivo de doença, a 26 de Março de 1798 e veio a falecer nesta cidade a 30 do mesmo mês, tendo sido sepultado na igreja do Carmo.

Formigas. Têm sido achadas na Madeira sete espécies de formigas, a mais vulgar das quais é a *Iridomyrmex humilis*, oriunda das regiões intertropicais da América e introduzida de Demerara em 1886 ou 1887. Esta espécie, que apareceu primeiramente no Funchal, acha-se agora espalhada por toda ou quasi toda a região baixa da ilha, atingindo nalguns pontos altitudes superiores a 500 metros. A antiga formiga madeirense, a *Pheidole megacephala* ou *Oecophthora pusilla*, que se encontra também na Europa, tem

desaparecido gradualmente da ilha depois que esta foi invadida pela *Iridomyrmex humilis*.

Não se conhece na Madeira nem no Porto Santo espécie alguma peculiar, mas há duas variedades que parecem ser próprias da primeira destas ilhas, que são a *Plagiolepis pygmaea* var. *Schmitzii* e o *Tepinoma erraticum* var. *maderense*. A *Stenamma structor*, encontrada há mais de 40 anos no Jardim Municipal, parece ser espécie introduzida.

O *Monomorium Salomonis* encontrado nas Selvagens, não aparece na Madeira, ao passo que o *M. carbonarium* tem sido achado nesta ilha, em pontos não muito afastados do litoral.

Embora o Dr. Heer publicasse por meado do século XIX uma curiosa descrição da *Oecophthora pusilla*, só muito mais tarde, graças às investigações do revº padre Schmitz, é que as formigas da Madeira ficaram sendo regularmente conhecidas. Das espécies colhidas no nosso arquipelago, ocuparam-se primeiro o Dr. Forel (V. este nome) e depois o rev.º Schmitz, num artigo publicado nos Annaes de Sciencias Naturaes, do Porto, e reproduzido nos nºs 5.709 e 5.713 do Diário de Notícias, do Funchal, do mês de Março de 1896.

Vid. Subsidio para o estudo das formigas da Madeira por Alberto Artur Sarmento, 1937.

Fornos de Algodres (João Maria de Abreu Castelo Branco Cardoso e Melo, Iº visconde e Iº conde de). Nasceu em 1789 e morreu a 7 de Janeiro de 1878. Foi nomeado governador civil deste distrito, sendo visconde de Fornos de Algodres, a 13 de Novembro de 1852, tendo exercido este cargo cerca dum ano.

Forster (João Reinhold). Este botânico alemão e seu filho João Jorge Adão Forster acompanharam o capitão Cook na segunda viagem que este realizou aos mares do sul, tendo chegado ao porto do Funchal a 29 de Julho de 1772. Os exemplares das plantas colhidas por eles nesta ilha estão nos herbarios da Universidade de Kiel e do Museu de Historia Natural de Paris. Forster filho trata de algumas plantas madeirenses em dois trabalhos com os títulos de *Plantae Atlanticae* (Goetting, 1787) e *Herbarium*

Australe (Goetting, 1797).

Fortificações. As sedes das duas capitanias da Madeira–Funchal e Machico, foram desde o começo dois centros importantes de comercio e navegação, predominando o Funchal pelo seu amplo porto. João Gonçalves da Câmara, 2.º donatario do Funchal, sabendo do dano que os mouros causavam no alto mar ás embarcações mercantes e temendo um ataque á florescente vila, solicitou da infanta D. Beatriz, tutora de seu filho D. Diogo, e administradora do mestrado de Cristo que se fizesse uma fortaleza para defensão do porto, mas a infanta, pretextando muitas despesas havidas, foi adiando a obra.

D. Manuel, quando duque, providenciou para que se fizesse uma cerca na vila do Funchal, prometendo que depois desta concluída, se passaria a idêntica fortificação na vila de Machico, porém, considerando os encargos que isso traria, foi reduzindo o seu projecto a um baluarte apenas no Funchal, que seria pago por acréscimo do tributo do açúcar e computado em 1:266\$ anuais, grossa quantia nessa época, além de um dia de trabalho obrigatório, de que somente teriam escusa os fidalgos.

Os trabalhos de fortificações, começaram somente no reinado de D. Manuel, iniciando-se o baluarte e torreão, dando-lhe impulso as novas contribuições lançadas no reinado de D. João III, especialmente a imposição das carnes, modificando-se depois o projecto de defesa em 1572, que manda se faça fortaleza com três baluartes, se derribem as casas que lhe são impedimento, se cortem os balcões da frontaria do calhau, onde se hão-de construir os muros da cidade com cinco portas—duas ao sul para o mar, uma a leste e duas a oeste, correndo as muralhas entre as ribeiras de João Gomes e de S. Francisco (hoje de S. João), a entestarem nos morros da Pena e do Pico dos Frias.

O ataque dos corsários á cidade em 1566, feito pela Praia Formosa, fez com que se olhasse para a defesa da costa, trabalhando-se nos entrincheiramentos em pontos que dominavam o mar, nas rochas a cavaleiro sobre as povoações e que se chamavam fortes roqueiros, a cargo das vigias e superintendência dos capitãis-cabos & os portos se empossebillytaram asy & da maneyra que se fez de camara dellobos atee a cidade.

No domínio filipino modificaram-se as regras da defesa consoante o traçado poligonal e foram conseguidos os fortes de S. Tiago, S. Felipe, Loures e Penha de França, e iniciada a Fortaleza do Pico, no Funchal, S.

Roque em Machico e Castelo do Pico na ilha do Porto Santo.

No período da Restauração e século XVII se fizeram o reduto de Santo Antonio da Alfândega, Santa Catarina e a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição do Ilhéu, e se aumentaram os muros da cidade para leste, a entestarem com a fortaleza de S. Tiago.

No século XVIII se construíram os fortés de S. Pedro e S. José da Pontinha, no Funchal; na costa até Câmara de Lobos, os do Gorgulho, Engenhoca, Nossa Senhora da Ajuda, Praia Formosa, Nossa Senhora da Vitoria, Pastel e S. Sebastião, em Câmara de Lobos; o de S. Bento, na Ribeira Brava; os da Madalena do Mar, Ponta do Sol e Calheta; a fortaleza de Santo Antonio, no Paul do Mar; o forte do Porto do Moniz; o do Faial, o da Entroza, na Boaventura, o da Terrachã, em S. Vicente, o de S. Jorge e o do Arco de S. Jorge; o do Porto da Cruz; o reduto do Caniçal; os fortés de S. João Baptista e Nossa Senhora do Amparo, em Machico; os de S. Francisco, S. Lazaro e Nossa Senhora da Graça, em Santa Cruz; o fortim da foz da Ribeira do Porto Novo; o dos Reis Magos e o da Ribeira do Caniço; e o forte de S. José, na ilha do Porto Santo.

No século XIX se fizeram a bateria das Fontes, em frente de S. Lourenço, o reduto do Seixo, em Água de Pena, o Forte do Porto Novo, no Caniço, e o reduto do Pico de S. João.

Finalmente em 1916 se construiu a bateria da Quinta Vigia, e em 1917 a da Montanha, para a defesa da cidade, contra os submarinos.

Fortaleza de S. Lourenço. Iniciada no reinado de D. Manuel, por um simples baluarte, foi sucessivamente modificada nos reinados de D. João III e D. Sebastião, e rematada no domínio filipino. Em 1566 foi tomada de assalto pelos piratas, pela banda do norte, cujo muro se elevava apenas a 12 palmos de alto, e tendo-se Montluc apossado de uma casa fronteira, dali mandou varejar o cubelo e mais partes do forte, e sendo depois forçada a porta do baluarte, foram passados a fio de espada 250 indivíduos, entre defensores e pessoas que ali se achavam refugiadas.

No torreão de leste, em cantaria lavrada, tem as armas de Portugal, a coroa ducal, duas esferas

emblemáticas de D. Manuel e uma cruz de Cristo. No baluarte norte, em mármore branco, tinha as armas de Castela, sobre as quais foram enxeridas depois as de Portugal, e cortado o saliente em 1917, para alinhamento da avenida Dr. Manuel de Arriaga.

Dentro do recinto da Fortaleza Velha foi construída a capela de S. Lourenço em 1635, passando desde então a chamar-se Fortaleza de S. Lourenço.

O alvará do 1.º condestável é de 20 de Junho de 1566, em favor de Gonçalo Fernandes, vindo de Lisboa. Era guarneida por 24 bombardeiros a 30 réis diários, passando em 1753 a receberem 80 réis.

O 1.º capelão foi o padre José da Costa, em 1641, a quem foi mandado dar 44, como se fazia a qualquer soldado quando assentava praça, e tinha soldo de artilheiro, com obrigação de ali dizer missa aos domingos e dias santificados.

Vários edifícios públicos foram construídos na Fortaleza de S. Lourenço, ao redor do amplo pátio quadrangular interno e do baluarte do norte. (Vid. Palácio de S. Lourenço).

Fortaleza de S. Tiago. Foi mandada construir durante o domínio filipino, sobre uma ponta de rocha a leste do porto e no pórtico primitivo tem a data de 1614. Aumentada depois da Restauração, teve uma nova muralha e portão exterior, sendo o remate dos muros da cidade. Em 1697 foi capitão ad honorem desta fortaleza Manuel Telo Catanho de Meneses com a obrigação de a ter limpa e provida de vigias. Em 1767 sofreu novas modificações, como se vê numa inscrição ali existente: «Esta fortaleza foi reedificada e acrescentada, sendo governador e capitão-general desta ilha José Correia de Sá e para a mesma fortaleza mandou vir de Londres cincuenta peças de artilharia, com todos os preparos no ano de 1767».

Quando as tropas inglesas ocuparam a Madeira no começo do século passado, foi esta fortaleza guarnecidada pelos artilheiros britânicos. Nela esteve preso em 1803 o morgado João de Freitas da Silva, fugido do convento de S. Bernardino, «para onde tinha sido mandado até se instruir nos rudimentos da doutrina cristã»,—curioso documento publicado pelo Heraldo da Madeira. n.º 441.

Serve actualmente de quartel á Bataria n.º 3 de Artilharia de Montanha. (1921).

Fortaleza do Pico. Para a defesa marítima e dominando a cidade foi no domínio filipino iniciado um castelo sobre o Pico dos Frias e concluídas as primeiras obras em 1632, como acusa a data sobre o portão exterior, seguindo-se trabalhos até 1640, conforme se lê numa lápide: «O governador Luiz de Miranda Henriques Pinto fez o terço do baluarte S. Paulo e quasi toda a cortina que pega ao baluarte S. João e a cisterna com seus locais e corpo da guarda rotos na rocha e o revelim da porta e as quatro casas».

A Conclusão dos baluartes foi feita no período da Restauração, bem como a capela de S. João Baptista na primeira praça que deu o nome ao castelo.

O 1.º condestável desta fortaleza foi Francisco de Sousa, em 1624, com o ordenado de 24\$ anuais e duas pipas de vinho.

D. João IV criou o posto de tenente da fortaleza do Pico, sendo provido Benedito Catalão, e houve o posto de capitão-cabo em 1751, exercido por Rodrigo da Costa Almeida.

Em 1770 foram mandados os rapazes vadios do Porto Santo aprender ofícios para as oficinas desta fortaleza, que as houve de latoaria, ferraria, folha de Flandres, armaria e coronharia. Estas oficinas tiveram grande incremento em 1802, sob a fiscalização do sargento-mor, e foram ali feitas três espingardas com coronhas de diferentes madeiras da ilha, para instrução de suas altezas reais. (Livro das ordens, fl.as 6). Na grande aluvião de 1803 todas as famílias que ficaram desabrigadas foram mandadas para a Fortaleza do Pico, que se encheu de barracas de campanha, armadas nas esplanadas.

Em 1833 passou a chamar-se forte de S. Miguel, mas novamente em 1834 retomou o antigo nome, logo que foi derrubado o governo miguelista.

O recinto da fortaleza, em forma de cidadela, ocupa uma área de 2.750 metros quadrados e acha-se numa altitude de 111m.

Tem uma grande cisterna cavada na rocha e em abobada sobre a bataria principal, medindo 18m de comprimento por 6 de largo e 10 de altura até o fecho.

A Fortaleza do Pico é um dos pontos onde mais facilmente se pode gozar do majestoso panorama da cidade e porto do Funchal.

Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição do Ilhéu. A ordem do Governador para que se fizesse esta fortaleza é de 1642 (Arquivo da Cam. Mun. Tomo 6, fl. 66) sobre um rochedo insulado a oeste da baía do Funchal, mas só começou a edificar-se em 1656. Em 1670 tinha um capitão de artilheiros a quem foi mandado abonar 10\$ anuais de azeite para alumiar os soldados.

Em 1682 é mandada edificar a capela de N^a S. da Conceição, tendo notícia do 1.^º capelão, cargo exercido pelo Padre Manuel de Andrade, com o ordenado de 18\$ anuais.

Em 1698 é nomeado o primeiro condestável Simão Fernandes Forte, sendo a guarnição de 12 artilheiros pagos a 30 réis por dia. Nessa época os pescadores eram obrigados a fazer a condução de viveres para o Ilhéu sem remuneração alguma, porém se o mar impedia, era lançado um cabo á terra, em casos extremos, para acudir aos bloqueados.

Tem a seguinte inscrição:

«Esta fortaleza fez o governador o capitão general Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha... 1654. Neste tempo era provedor da Fazenda Francisco de Andrade, assistiu ás despesas da fortificação e ajudou muito esta obra».

Deixou de ficar insulada pela construção do molhe da Pontinha, que nela entesta.

Tem estação semafórica e um farolim. (Vid. Molhe da Pontinha).

Castelo do Pico na Ilha do Porto Santo. Os sucessivos saques dos piratas á ilha do Porto Santo, sendo o maior o de 1619 em que pereceu ou foi cativa quasi toda a população, restando apenas 18 homens e 7 mulheres, fez com que Felipe II cuidasse do repovoamento e mandasse construir uma fortaleza sobre o Pico que domina a vila, íngreme e pedregoso, mandando edificar no pequeno planalto do cabeço, casas de residência, armazéns e uma cisterna, recinto mais de hospitalização, do que de guerra, embora fosse convenientemente artilhado.

O cargo de condestável foi criado em 1624 e provido Francisco de Sousa com o ordenado anual de 24\$ e duas pipas de vinho, pago pelo almoxarifado do Porto Santo.

Martim Mendes de Vasconcelos, governador da ilha, muito se interessou pelo ressurgimento do Porto Santo, e os tijolos de que eram feitas as abobadas do Castelo foram preparados naquela ilha.

Forte de S. Felipe da Praça. Mandado construir pelo bispo governador D. Jerónimo Fernando, em 1628, entre as fozes da Ribeira de João Gomes e de Santa Luzia e ao sul do Pelourinho, no local onde existiu um grande til cuja madeira foi empregada numa nau de guerra castelhana.

Em 1754 era condestável o capitão Roque João Acciaioly.

Vendido pelo Ministério da Guerra, deu lugar a um grande armazém.

Forte de Santo António da Alfândega. A ordem para que se faça um saliente nos muros de circunvalação e no pátio da Alfândega Grande é de 1644, tendo por fim bater a praia com fogos cruzados, sendo aberto o portão da Alfândega para maior comodidade «no embarque e desembarque das fazendas».

Este forte tinha 11 canhoneiras, local transformado depois em armazéns, tendo a seguinte inscrição:

«Manuel de Sousa Mascarenhas sendo governador e capitão general desta Ilha da Madeira mandou fazer este reducto e portas dele por ordem de Sua Magestade ano de 1645 sendo provedor Manuel Vieira Cardoso».

Forte de S. Pedro. também chamado Forte Novo. Ficava na cortina de Nossa Senhora do Calhau, ao Corpo Santo. Tinha uma portada de gola em estilo renascença, encimada por um dístico, sobrepujado por uma coroa ornamentada e muito bem trabalhada em mármore branco, por onde se via que os trabalhos de fortificação a que mandou proceder na Ilha o capitão-general Duarte Sodré Pereira foram ultimados em 1707. Havia neste forte um forno de balas ardentes, que eram tiradas com tenazes de ferro e introduzidas pela boca da peça já carregada e com uma bucha de estopa umedecida. Em virtude do calor, a peça disparava, chegando a bala em brasa á tolda dos navios de madeira, onde fazia rombo e os incendiava.

Foi demolido em 1897.

Forte da Penha de França. Era uma obra avançada, defendendo a enseada do Ribeiro Seco, e construída em 1712, sendo 1.º condestável Manuel de Ceia. Em 1801 foi ali aquartelada parte da tropa inglesa, do coronel Clinton.

Forte de Loures. É tradição ter sido mandado construir por um particular, no século XVII. Batia a enseada de Gonçalo Aires e foz da ribeira. Já sem importância no tempo do capitão-general D. Diogo Coutinho, pretendeu este montar ali uma fabrica de seda.

Forte do Porto Novo. Foi começado em 1827 pelo governador Travassos Valdez, sobre a riba direita da ribeira do Porto Novo. Ainda não estava concluído quando da tomada da ilha pelas tropas miguelistas, em 1828, tendo ali explodido um caixão com munições. Este forte foi mandado concluir por D. Alvaro da Costa e era servido pela estrada velha do Caniço.

Houve um fortim na praia, já arruinado nesta época e sem importância.

Forte de S. João Baptista. chamado também do Ancoradouro e do Desembarcadouro. Foi construído sobre uma ponta de rocha a leste da baía de Machico, em 1708.

Fez fogo sobre o brigue de guerra da esquadra miguelista, Infante D. Sebastião, em 22 de Agosto de 1828, danificando-o ligeiramente.

Em 1910 foram construídas, na esplanada, casas de madeira e adaptado para hospital de coléricos.

Forte de N^a S^a do Amparo. De traçado triangular, foi construído em 1706, sem despesa para a Fazenda Real.

Conforme uma inscrição, correu com a obra dele Francisco Dias Franco, que foi o seu primeiro capitão.

Fica junto ao passeio de Machico e foi o ultimo a se render por ocasião do desembarque das tropas miguelistas, em 1828.

Forte de S. Roque de Machico. Construído no domínio filipino, na foz do Ribeirinho a dentro da baía de Machico. Ficava junto ao campo de revistas de S. Roque.
Em 1695 era condestável Pedro de Sousa Maciel.
Apenas restam uns blocos das muralhas sobre a praia.

Forte do Caniçal. Mandado construir no 1º. quartel do século XVIII, depois de um desembarque de piratas naquela povoação. Em 1758 era capitão deste forte João de Moraes Perestrelo. Ficava sobre a enseada.

Forte de S. Bento da Ribeira Brava. Mandado construir pelo governador Duarte Sodré Pereira para defesa do lugar.

Forte do Porto da Cruz. É de 1708 e foi construído sobre a baía. Em 1804 foi desmantelado, sendo a guarnição existente mandada trabalhar na desobstrução da Ribeira de Machico.

Em 1713 foi nomeado capitão deste forte João de Vasconcelos Uzel.

Forte de Santo António no Paul do Mar. Foi construído em 1754. Uma provisão do Conselho de Guerra, de 1761, manda aumentar ao condestável mais uma pipa de vinho ao ordenado anual de 12\$ da sua criação.

Forte de S. Jorge da Calheta. Em 1751 era capitão deste forte Bernardo da Gama.

Reduto de S. Jorge. Na freguesia de S. Jorge. Em 1785 era seu capitão Francisco Manuel Jardim Telo de Meneses.

Forte de S. Francisco. Foi mandado edificar na vila de Santa Cruz, pelo bispo governador D. Fr. João do Nascimento em 1749, aplicando para essa obra o dinheiro proveniente das multas que pagavam as ordenanças por falta de serviço de vigias.

Forte de S. José da Ilha do Porto Santo. Construído no governo pombalino a dentro da

vila, tendo casa para residência dos governadores.
Acha-se cedido actualmente á guarda fiscal.(1921)

Fortificações. Foi primeiro fortificador João de Carceres, pedreiro de estima, residente no Funchal, e na carta regia de 13 de Maio de 1513 se recomenda que nenhua pessoa de qualquer estado nem condiçõ que seja lhe nom faça nenhum nojo desaguisado nem sem rezam mas de todos receba onra e favor, pois estava encarregado da construção do baluarte e primeiros muros de defesa.

Em 1595 foi nomeado fortyficador da Ilha da Madeira o arquitecto Jeronimo Jorge, fidalgo da Casa Real, com o ordenado de 100\$ anuais.

Os dois filhos de Jeronimo Jorge,—Bartolomeu João e João Falcato—exerceram o oficio paterno durante o domínio filipino, notabilizando-se o primeiro na Fortaleza do Pico, sendo seus méritos cantados por Manuel Tomás, na Insulana, L. X., EST. 57.

Em 1602, Mateus Fernandes tem carta de fortificador, com o pomposo título de engenheiro mestre das obras reaes. Em 1617 é enviado a fortificar a Madeira, Bartolomeu Arias, por causa do dano causado pelos corsários nas pequenas povoações da costa.

No tempo da Restauração encontramos como fortificador Bartolomeu João, e um filho deste, Bartolomeu João de Abreu, herdou-lhe o oficio, de que teve mercê em 1660. É uma família de fortificadores.

O mais curioso é que uma senhora, D. Mariana da Câmara, por ser viúva dum fortificador, obteve o oficio em 1664 para a pessoa que casasse com sua filha, recebendo o futuro genro serventuario, apenas a terça parte do rendimento enquanto um filho que se achava ausente no Brasil e que devia herdar o oficio, não regressasse a tomar posse, por morte do pai.

As obras assim ressentiram-se. Foi então mandado vir do continente Manuel Gomes Ferreira, em 1699, fortificador de Setúbal, com os mesmos vencimentos que ali percebia.

Em 1711 tem carta de engenheiro das fortificações Inácio Gomes Fragoso e nenhuma obra da Fazenda Real se pode fazer sem sua intervenção, tendo o soldo mensal de 8\$.

O Conselho da Fazenda contrata em 1744 João Moniz de Abreu, por 100\$ anuais, para exercer idêntico ofício, seguindo-se em 1748 Domingos Rodrigues Martins.

De 1756 em diante este cargo é exercido por militares com um curso especial de engenharia, destacando-se entre eles Francisco Tossi Columbina, Francisco de Alincourt, Faustino Sebastiano da Costa e o brigadeiro Reinaldo Oudinot.

Os trabalhos de fortificação e engenharia militar acham-se presentemente a cargo duma secção do Comando Militar da Madeira. S.

Fosforescência do Mar. São miriades de cistoflagelados, pertencentes à Noctiluca miliaris, que produzem a fosforescência dos mares do litoral da Madeira, já notada por La Peyrouse por ocasião da visita que fez a esta ilha nos fins do século XVIII.

Há muitos dinoflagelados que são também fosforescentes, sendo possível que alguns venham a ser descobertos, quando o plancton da Madeira fôr convenientemente estudado.

Fosseis. V. Corpos calcareos da Piedade, Fanerogamicas, Jazigo de folhas e Linhite.

Fothergill (Dr.). Aconselhou as pessoas afectadas de molestias pulmonares a procurarem o clima da Madeira, num trabalho que tem por título On consumption medical observations, 1775.

Fotografia. As primeiras experiências fotográficas em terras portuguesas foram feitas na Madeira, por

Vicente Gomes da Silva em 1848, estudando o daguerreótipo em chapa de cobre prateada, e trazendo-lhe depois de França, José Antonio Monteiro Teixeira, uma câmara e caixilho e foi este a primeira pessoa fotografada nesta ilha. O atelièr «Vicente» abriu na rua de João Tavira, á esquina sul da rua do Bispo, executando positivos em vidro colorido á mão, e em 1856 muitas pessoas atacadas já da terrível epidemia da cólera, foram ali, á pressa, fotografar-se para deixarem o retrato á família.

Quando a imperatriz viúva do Brasil esteve na Madeira, mandou a expensas suas João Francisco Camacho, estabelecido na mesma rua com oficina de encadernador, se aperfeiçoar em Paris, mas este aproveitando a sua estada naquela capital, tratou de aprender a arte fotográfica, e de regresso á Madeira em 1864, estabeleceu-se na rua leste do convento de S. Francisco, com atelier fotográfico, o qual foi o segundo que aqui existiu. S.

Em 1867 havia numa casa contígua ao antigo mercado de S. João uma fotografia pertencente a Jacinto A. de Freitas e Aluisio Betencourt, e antes disso, por 1863, uma senhora natural desta ilha e filha do engenheiro militar Antonio Pedro de Azevedo (V. este nome), executou vários trabalhos fotográficos, que foram muito apreciados nesta ilha. Chamava-se essa senhora D. Amelia Augusta de Azevedo e faleceu em Idanha, perto de Lisboa, a 20 de Novembro de 1914, com 70 anos de idade.

V. Silva (Vicente Gomes da) e Torre Bela (Conde de).

Fowler (R. E.): Hither and thither, or sketches of a travel on both sides of Atlantic, containing notes of a visit to Madeira, Lisbon; Gibraltar, etc., Londres. Ignoramos o ano da publicação desta obra.

Frade (Peixe). Nome dado antigamente na Madeira ao *Blennius palmicornis*, peixe conhecido hoje pela designação de caboz. Habita a costa, sendo frequente nas poças.

O peixe conhecido em Portugal pelo nome de frade, é o Selache máxima, que aparece de vez em quando nos mares da Madeira. É um esqualo de grandes dimensões, que vem dos mares frios do norte e é encontrado ás vezes já morto, flutuando á superfície do oceano.

Fradesso Bello (João). Musico natural de Portugal e que residiu por largos anos no Funchal, onde constituiu família e faleceu a 15 de Maio de 1861. Foi discípulo do celebre musico Fr. José Marques, e deixou produções musicais de grande valor, que tiveram muita voga e receberam especiais louvores de notáveis criticos da arte musical.

Fraga Gomes (Alfredo de). Nasceu no Funchal a 21 de Abril de 1873 e é agrónomo deste distrito e membro da Sociedade de Sciencias Agronomicas de Lisboa. Escreveu uma interessante monografia da freguesia de Câmara de Lobos, que foi publicada no Boletim da Direcção Geral da Agricultura, e um folheto intitulado A doença da canna d'assucar pelo Conyothyrium melasporum na Ilha da Madeira, Lisboa 1900. Tem publicado numerosos artigos sobre assuntos agrícolas nos jornais do Funchal, e é conhecido em todo o distrito como funcionário muito zeloso, distinto e ilustrado. (1921)

Fragoso (Joaquim Maria). É natural do continente e há muitos anos que reside nesta cidade onde, como funcionário do Ministério das Obras Publicas, tem exercido varias comissões de serviço publico, e entre elas a de director da repartição técnica da Junta Geral do Distrito. No n.º 1 do vol. X do Boletim da Associação dos Condutores de Obras Publicas publicou um estudo sobre as estradas desta ilha, que intitulou Duas palavras sobre a viação da Ilha da Madeira, que ocupa 28 paginas da mesma revista. (1921). Faleceu a 17 de Maio de 1923.

França. Pouco depois da descoberta, veio para esta ilha André Gonçalves, conhecido pelo nome de Polonês, que se estabeleceu no Estreito da Calheta e ali teve terras de sesmaria. Seu filho João de França, que foi o que introduziu este apelido nesta ilha, teve muita fazenda e boa casa no Estreito, sendo o fundador da primitiva igreja desta freguesia, onde fez a sede do morgadio que instituiu. Morreu em 1511 e foi sepultado na igreja de que era fundador e padroeiro. Foi ultimo representante deste morgadio, um dos maiores da ilha, o conde da Calçada, que faleceu em 1906.

França (Alfredo de). Pertence a uma antiga família da freguesia do Faial, onde nasceu a 14 de Dezembro de 1883, sendo filho de Alfredo Abel de França. Cursou a faculdade de direito da Universidade de Coimbra, não chegando a tomar o grau de bacharel. Sendo ainda estudante, publicou, em verso, os opúsculos Poema Rubro, A Imagem, e o Pagem. Tem colaboração em muitos jornais e é actualmente redactor do Século, de Lisboa. É funcionário superior do Ministério das Colónias. (1921).

França (Dr. Carlos). Medico militar e distinto bacteriologista, enviado pelo governo á Madeira por ocasião da epidemia colérica de 1910. Prestou relevantíssimos serviços a esta ilha na direcção dos serviços sanitários durante o período da epidemia, tendo revelado sempre uma competência profissional pouco vulgar e grande abnegação no desempenho dos variados serviços a seu cargo.

Em homenagem ao Dr. Carlos França houve em 5 de Março de 1911 uma sessão solene nos Paços do Concelho, oferecendo-lhe o presidente da Câmara por essa ocasião uma elegante taça de prata finamente ornamentada e uma pasta com embutidos alegóricos de madeiras indígenas, dentro da qual estava a mensagem lida pelo mesmo presidente na referida sessão.

A esposa do Dr. Carlos França assistiu a esta festa, sendo-lhe oferecida pela Câmara uma bela corbeille de flores naturais, ornada com laços de fitas das cores nacionais.

Relativos á Madeira escreveu o Dr. França os trabalhos seguintes: A Epidemia colérica da Madeira, 1910-1911, relatório apresentado no Ministerio do Interior, Lisboa, 1911, de 91 pag., Le Cholera à Madère (Bullet. de la Soc. de Pathologie Exotique, tom. IV, 1911); e Contribution à l'étude du Lapin de Porto Santo (Bullet. de la Soc. Port. de Sc. Natur, VI, 1913).

França e Vasconcelos (José Julio de). Nasceu na Boaventura em 1776, formou-se em direito na Universidade de Coimbra e foi advogado no Funchal, onde faleceu a 22 de Abril de 1859, Deixou manuscrito um Nobiliario Madeirense.

France (Anatole). Já ficou dito neste Elucidario (I-66) que o eminent escritor francês Anatole France passou na Madeira a caminho da Republica Argentina no ano de 1909, tendo como companheiro de viagem o seu secretario particular e também homem de letras Jean Jacques Brousson. Publicou este em 1927 um livro intitulado Itenerario de Paris a Buenos Aires, em que se ocupa da sua passagem nesta ilha, dando largas á mais ardente fantasia e atribuindo a Anatole France ideias e opiniões acerca do que este escritor viu e ouviu no Funchal, que estão muito distanciadas da verdade, e que devem ser da pura inventiva do seu imaginoso secretario. A tal respeito, é interessante ler-se o artigo do Diário de Noticias do Funchal, de 23 de Junho de 1929.

Francelho (Cerchneis tinnunculus). Ave da família Falconida, que nidifica na Madeira e pode ser vista ás vezes sobre os telhados das casas, mesmo no centro do Funchal. É hoje muito menos frequente do que outrora, devido á guerra gue lhe movem certos caçadores.

Alimenta-se principalmente de lagartixas, cigarros e morganhos, mas se se lhe oferece ensejo, devora também pequenas aves, tais como canários, pintassilgos, etc..

A sua postura compõe-se muitas vezes de cinco ou seis ovos, de forma e cor variáveis, depositados geralmente nas fendas de rochedos inacessíveis.

Franco de Castro (Alfredo César). Ignoramos quaisquer circunstancias a seu respeito e apenas sabemos que em 1865 publicou em Lisboa um volume de 144 pag. intitulado Julia ou Recordações da Ilha da Madeira. É um romance dedicado a Vasco Tristão da Câmara, cujo entrecho se passa nesta ilha, onde o autor esteve alguns meses por motivo de saúde. Traz a descrição de vários edifícios do Funchal e ocupa-se sumariamente de alguns pontos da historia deste arquipélago.

Franco de Sousa (Francisco). Francisco Franco de Sousa Júnior nasceu no Funchal a 9 de Outubro de 1885 e é filho de Francisco Franco de Sousa e de D. Maria Carolina de Sousa. Depois de ter iniciado os seus estudos de desenho com seu pai na Escola Industrial do Funchal, matriculou-se na antiga

Academia Real de Belas-Artes, hoje Escola de Bellas Artes, onde fez brilhantemente o seu curso de escultura com o insigne mestre Simões de Almeida.

Ainda na Escola de Belas-Artes entrou nos concursos para o monumento da Guerra Peninsular e o monumento Barahona, obtendo uma menção honrosa em cada um desses concursos. Por essa mesma época executou o busto de D. Manuel II, que foi adquirido para o Museu de Artilharia de Lisboa e um outro trabalho encomendado pelo Gremio Literário de Lisboa.

Em 1910 foi aprovado no concurso de provas práticas para pensionista do Legado Valmor, em Paris, sendo notável a sua prova, um baixo relêvo, sobre um tema clássico. Nesse mesmo ano seguiu para Paris, onde foi discípulo do escultor francês A. Mercier, na Escola de Belas-Artes, e fez uma viagem de estudo por Espanha, Bélgica e Holanda.

Regressou à sua terra em 1911, mas três anos depois voltava a Paris, por causa da guerra. Entre os muitos trabalhos que tem executado no Funchal desde 1911 até o presente, mencionaremos os seguintes: os bustos dos Srs. Visconde de Cacongo, H. Vieira de Castro e Rocha Machado; o monumento em bronze do descobridor da Madeira, colocado na esplanada do Terreiro da Luta; a estátua monumento para o túmulo da família Rocha Machado; o monumento em bronze para o cemitério das Angústias, dedicado às vítimas dos torpedeamentos de 3 de Dezembro de 1916; a maquette para o monumento a Gonçalves Zarco, encomendada pela Junta Geral; a maquette para o monumento a Cristovão Colombo; o busto do presidente de Republica, Sidonio Pais; e o monumento em bronze consagrado aos aviadores, para o Jardim Municipal do Funchal(1921).

Franco de Sousa (Henrique). É irmão do precedente e nasceu no Funchal a 3 de Março de 1883. Iniciou em 1892 os seus estudos de desenho na Escola Industrial do Funchal, seguindo depois para Lisboa a matricular-se na então Academia Real de Belas-artes, onde completou o seu curso de pintura histórica com o eminente pintor Columbano Bordalo Pinheiro, em 1911. Durante o seu curso obteve varias medalhas de bronze e prata, menções honrosas e os prémios «Lupi» e «Anunciação».

Em 1910 expunha pela primeira vez na Sociedade Nacional de Belas-Artes três quadros e cinco desenhos,

sendo nessa ocasião classificado com as medalhas de 2^a. e 3^a. classes, em pintura e desenho; em 1911 expôs sete quadros e três desenhos, tendo o Estado adquirido nessa ocasião, para o Museu de Arte Contemporânea, o seu quadro Outros Tempos; e em 1912 era aprovado no concurso da Pensão Valmor, a artistas para o estrangeiro, seguindo nesse mesmo ano para Madrid e fixando-se depois em Paris, onde executou o quadro Ar livre, como prova de aproveitamento no estrangeiro.

Regressou á sua terra em 1914, onde tem continuado a revelar as suas notáveis faculdades artísticas em muitos trabalhos de valor (1921).

Frangolho. Papa feita com farinha de cevada ou de trigo. A cevada e o trigo destinados a esta papa são moidos em moinhos de mão, e a farinha é peneirada, mas quando se usa da cevada, seca-se ligeiramente o grão ao calor do lume, antes de ir para o moinho.

Frasão. «Provem, dizem as notas das Saudades, de Pedro Frazão, o qual vivia na ilha da Madeira por 1532 e casou com Maria de Gouveia, da qual teve D. Francisca Frazão, que em 1581 casou com Diogo de Ornelas e Vasconcelos». O nome Frasão era o apelido característico do conde da Calçada e de muitos de seus ascendentes.

Frasão. Assim se dominava a primeira embarcação a vapor que foi construída na Madeira. Era propriedade do falecido morgado Frasão, depois visconde e conde da Calçada, e foi lançada no mar em 1870 ou pouco depois.

Frederico Carlos. O príncipe Frederico Carlos Cristiano, que em 1848 sucedeu a seu pai na coroa da Dinamarca, com o nome de Frederico VII, esteve na Madeira no ano de 1846, na fragata dinamarquesa Glefioar, demorando-se nesta cidade de 25 a 30 de Maio daquele ano. Teve uma afectuosa recepção por parte das autoridades locais, havendo o príncipe oferecido a bordo um jantar de gala ás principais entidades

oficiais do Funchal.

Freguesias. Os religiosos franciscanos que acompanharam João Gonçalves Zargo quando este iniciou o povoamento e colonização do Funchal, foram os primeiros sacerdotes que nesta ilha exerceram funções eclesiásticas e paroquiais nas capelas de Santa Catarina, S. Paulo, Nossa Senhora do Calhau, Conceição de Cima, S. Sebastião, S. João, etc.. A primeira freguesia criada foi indubitavelmente no Funchal, mas torna-se difícil terminar hoje com precisão a sua primeira sede, sendo provável que ela não tivesse sido sempre a mesma e que até o serviço paroquial se exercesse simultaneamente em mais duma capela. O anotador das Saudades diz que talvez a primeira paróquia se tivesse estabelecido na ermida de S. Sebastião, o que não passa duma simples conjectura. O Dr. Alvaro de Azevedo afirma que o primeiro templo erigido no Funchal foi o de S. Sebastião, o que nos parece não ser verdadeiro, como em outro lugar veremos, e daí deduz a probabilidade da criação da primeira paróquia naquela capela. O descobridor João Gonçalves Zargo fixou a sua primitiva moradia no alto de Santa Catarina e depois em S. Paulo, mas é certo que o primeiro e mais importante núcleo de população se foi formando não longe da praia e pela margem esquerda da ribeira, que depois se chamou de João Gomes, sendo mais provável que a sede da primeira paróquia se estabelecesse ali, ao menos quando esta tornou um carácter mais permanente e de mais definitiva organização.

A primitiva capela de Nossa Senhora do Calhau data do segundo quartel do século XV, sendo construída pelos anos de 1438, devendo contar-se desta época ou pouco depois a criação da freguesia que ali teve a sua primeira sede.

A ordem de Cristo sempre ciosa dos seus privilégios e regalias, temendo que os religiosos franciscanos avocassem a si os direitos que a ela pertenciam pela doação que do espiritual lhe fora feita deste arquipélago, mandou a esta ilha um membro qualificado da mesma ordem, Fr. Nuno Cão (V. este nome), a fim de superintender em todos os serviços religiosos e fazer valer os direitos e isenções que D. Duarte concedera à referida ordem pela Carta Regia de 26 de Setembro de 1433. Fr. Nuno Cão assumiu a direcção da paróquia de Nossa Senhora do Calhau, e quando esta transferiu a sua sede, em 1508, para o templo que depois passou a ser catedral, continuou aquele eclesiástico a ser o pároco da freguesia até que em 1514 foi nomeado deão, por ocasião da criação da diocese.

A primeira paróquia, enquanto teve sua sede em Nossa Senhora do Calhau, como ainda depois de ser transferida para a Igreja Grande, teve uma área muita vasta, e dela se foram a pouco e pouco desmembrando novas freguesias, como aconteceu em muitos outros pontos da ilha. Por 1558 foi o Funchal dividido em duas freguesias, com suas sedes nas igrejas da Sé Catedral e de Nossa Senhora do Calhau. Já então as capelas de S. Martinho, Santo António, S. Roque, Nossa Senhora do Monte e Nossa Senhora das Neves formavam outros tantos centros de população e constituíam fazendas povoadas de relativa importância, sendo em breve transformadas em paróquias ou curatos autónomos e passaram a ser as sedes de novas freguesias. Em 1566 tinha sido criada a paróquia de S. Pedro, que teve pouca duração, pois foi extinta no ano de 1579, sendo de novo restaurada em 1589.

Fora do Funchal parece ter sido Câmara de Lobos a primeira freguesia que se criou no ano de 1430, e talvez pela mesma época ou pouco depois a da Calheta, que são consideradas mais antigas do que Machico, a pesar de ser esta a sede dum capitania. Por 1440 se criaram as freguesias da Ribeira Brava e Caniço e a seguir a da Ponta de Sol e Santa Cruz. De todas estas se desmembraram novas paróquias, quando a população se foi estendendo e galgando os montes e as lombas do interior.

A cada uma das freguesias deste arquipélago consagramos em artigo especial, em que damos uma sucinta notícia dos factos que mais possam interessar á sua historia.

Apresentamos em seguida a relação completa de todas as paroquias.

Concelho do Funchal: Sé, São Pedro, Santa Maria Maior e Santa Luzia (freguesias urbanas); S. Martinho, Santo António, S. Roque, Nossa Senhora do Monte e S. Gonçalo (freguesias suburbanas);

Concelho de Câmara de Lobos: Câmara de Lobos, Estreito de Câmara de Lobos; Quinta Grande e Curral das Freiras;

Concelho da Ribeira Brava: Ribeira Brava, Campanário, Serra de Água e Tabua;

Concelho da Ponta do Sol: Ponta do Sol, Canhas e Madalena do Mar;

Concelho da Calheta: Calheta, Arco da Calheta, Estreito da Calheta, Prazeres, Jardim do Mar, Paul do Mar, Fajã da Ovelha e Ponta do Pargo;

Concelho do Porto do Moniz: Porto do Moniz, Achadas da Cruz, Ribeira da Janela e Seixal; Concelho de S. Vicente: São Vicente, Ponta Delgada e Boaventura;

Concelho de Sant'Ana: Sant'Ana, São Jorge, Arco de São Jorge, Faial e São Roque do Faial;

Concelho de Machico: Machico, Porto da Cruz, Caniçal, Santo Antonio da Serra (parte) e Água de Pena (parte);

Concelho de Santa Cruz: Santa Cruz, Água de Pena (parte), S. Antonio da Serra (parte), Gaula, Camacha, e Caniço;

Concelho e ilha do Porto Santo: uma só freguesia, Porto Santo.

Destes concelhos, ficam na costa-norte da Madeira—Porto do Moniz, São Vicente e Sant'Ana, e os restantes na costa-sul, além do do Porto Santo, que fica na ilha do mesmo nome.

Freira. São conhecidas por este nome na Madeira a *Brama raii*, peixe escombrida, de hábitos pelágicos, e a *Ostrellata mollis*, palmipede marinho procelarida, indígena do arquipélago. A *Brama raii* é usada na alimentação, mas a sua carne é de ruim qualidade; a *Ostrellata mollis*, é espécie rara, sabendo-se que nidifica nas montanhas vizinhas do Curral das Freiras e nas rochas marítimas das Desertas, onde tem sido observada nos meses de verão e outono.

Freire (Ascenso de Sequeira). Foi nomeado governador e capitão-general da Madeira a 15 de Outubro de 1803, tendo chegado ao Funchal a 5 de Dezembro seguinte e tomado posse a 8 do mesmo mês e ano, quando ainda se encontrava nesta cidade o seu antecessor D. José Manuel da Câmara.

Veio acompanhado do desembargador Dr. Joaquim Antonio de Araújo, encarregado de proceder a uma sindicância acerca das graves desinteligências que se deram entre o governador e capitão-general D. José Manuel da Câmara e o bispo D. Luiz Rodrigues de Vilares. (V. estes nomes).

Durante o seu governo, em virtude das guerras europeias, navios de guerra ingleses entravam frequentemente no nosso porto, conduzindo diversas embarcações, principalmente espanholas, que apresavam no alto-mar.

Realizou-se nos anos de 1804 e 1805 o importante melhoramento do encanamento e construção das muralhas das três ribeiras que atravessam a cidade, sob a direcção do distinto engenheiro o brigadeiro

Reinaldo Oudinot (V. este nome).

Ascenso de Sequeira Freire saiu da Madeira depois da chegada do seu sucessor Pedro Fagundes Bacelar de Antas e Meneses, que tomou posse do lugar nos fins de Julho de 1807.

Freire (Francisco da Costa). Foi governador e capitão-general deste arquipélago e a sua nomeação data de 6 de Junho de 1724, tendo tomado posse a 27 de Julho do mesmo ano.

Como provedor da Santa Casa, prestou excelentes serviços a este estabelecimento de caridade. Deixou o seu nome vinculado á historia madeirense com a fundação do Recolhimento das Órfãs, em 1724 (V. este nome).

Freire (Nuno Pereira). Foi o primeiro governador e capitão-general da Madeira nomeado depois da libertação de Portugal do jugo castelhano. A sua nomeação é de 9 de Agosto de 1641, tendo tomado posse a 20 de Março de 1642.

Freire de Carvalho (José Liberato). Este conhecido e distinto escritor foi em Setembro de 1834 deputado pela Madeira para a sessão legislativa de 1834 a 1836.

Juntamente com Lourenço José Moniz, Antonio Aluísio Jérvis de Atouguia e João de Oliveira, foi dos primeiros representantes deste arquipélago em côrtes depois da implantação do governo constitucional.

Freitas. É apelido muito antigo entre nós. Um dos primeiros que o usou foi Gonçalo de Freitas, que fez assentamento no lugar de Santa Cruz e ali teve moradia, na quinta chamada da Torre. Era fidalgo da Casa Real e monteiro-mor do infante D. Fernando. Sua filha Catarina de Freitas instituiu um morgadio na terra que herdou de seu pai no sítio que depois teve o nome de Santa Catarina. De Gonçalo de Freitas foi filho João de Freitas, que gozou os privilégios de nobreza herdados de seu pai, dizendo um antigo nobiliário que por ordem de el-rei fez a igreja do Salvador em Santa Cruz e por isso teve a mercê da capela da mesma igreja para seu jazigo, em atenção aos seus serviços e aos gastos que na dita igreja havia feito. Um filho deste, por

nome Jordão de Freitas, distinguiu-se valorosamente na Índia e foi ali senhor duma ilha e capitão de Moluco. Foi membro desta família João de Freitas da Silva, que em 1631 organizou nesta ilha uma companhia de 100 homens á sua custa e com ela foi servir em Pernambuco, onde os holandeses o mataram.

Outra família do mesmo apelido e também muito antiga houve nesta ilha, que procede de João Rodrigues de Freitas, natural do Algarve, que teve terras de sesmaria na Madalena e ali morreu em 1523, sendo sepultado na igreja que ali fundara Henrique Alemão, com cuja viúva, por nome Isabel Lopes, tinha contraído matrimónio. Instituíram ali um morgadio, que depois foi uma importante casa e que teve como ultimo representante o morgado Nuno de Freitas Lomelino.

Freitas (Augusto César de). Foi um homem de raro talento e de notáveis aptidões literárias, a quem a adversidade feriu duramente, não permitindo que os seus dotes de espírito brilhassem e fossem apreciados como realmente o mereciam. Pouco conhecemos da sua biografia, a pesar de se tratar dum contemporâneo. Sabemos que foi professor de instrução primária e que se dedicou ao jornalismo, revelando notáveis qualidades de escritor. No Funchal foi redactor do Noticioso e do Paiz, e em Lisboa colaborou no Parlamento, Conservador e Monitor Portuguez, a par dos primeiros jornalistas, segundo afirma uma testemunha do tempo. Foi companheiro na redacção da Revolução de Setembro, do nosso primeiro jornalista António Rodrigues de Sampaio que muito o apreciava. Morreu abandonado na enxerga dum hospital em 21 de Dezembro de 1874.

Freitas da Silva (Dr. João de). Nasceu em Lisboa em 1842, e é 1.º visconde de Monte Belo, medico cirurgião pela extinta escola médica do Funchal, doutor em medicina pela facultade de Montpellier (1863) e guarda-mor da Estação de Saúde. Foi director do Lazareto de Gonçalo Aires e procurador á Junta Geral do Distrito. E.: De l'Affection bilieuse, thèse présentée et publiquement soutenue à la faculté de médecine de Montpellier. (1921).

Freitas (Dr. Justino Antonio de). Nasceu este ilustre madeirense a 13 de Setembro de 1804. Cursava a facultade de direito da nossa Universidade quando rebentou a guerra civil, que o obrigou a

interromper os trabalhos escolares, fazendo que só tardiamente pudesse concluir a sua carreira académica. Professando ideias liberais, sofreu as perseguições do governo absoluto, tendo estado largos meses preso nas cadeias de Coimbra e passando também algum tempo homiziado.

Fez um curso distintíssimo, concluindo a sua formatura em 1836 e tomando o grau de doutor em Abril de 1837. Entrou para o magistério superior da Universidade em 1840, como lente substituto, sendo promovido a lente catedrático por decreto de 4 de Novembro de 1852. Como professor do nosso primeiro estabelecimento de instrução, notabilizou-se principalmente pela reforma que introduziu no ensino do ramo até então pouco cultivado entre nós das ciências jurídicas, que era o direito administrativo, organizando em bases seguras e com uma verdadeira orientação científica, o estudo dessa disciplina que até essa época se professara na Universidade por uma maneira muito antiquada e que muito deixava a desejar. Para servir de texto na regência desta cadeira, publicou um valioso trabalho intitulado *Instituições de Direito Administrativo Portuguez*, de que se fizeram duas edições dentro de poucos anos. Além da sua importante colaboração nas revistas da especialidade, escreveu o *Manual dos Juizes eleitos*, que teve sete edições, e o *Manual do Rendeiro*, que duas vezes foi reeditado.

Foi o Dr. Justino de Freitas um dos mais habeis advogados do seu tempo, sendo em Coimbra, onde havia tantos distintos jurisconsultos que se dedicavam á carreira do foro, considerado então como o mais ilustre causídico daquela cidade, tendo continuado em Lisboa essas honrosas tradições, quando exerceu a advocacia na capital, ao fixar ali residência para desempenhar o cargo de vogal do conselho Superior de Instrução Pública e tomar uma parte mais activa nas lutas políticas e, de modo especial, nos trabalhos parlamentares.

Sustentou com brilho no seio da representação nacional, onde durante muitos anos teve assento como deputado, os créditos de que vinha precedido de distinto jurisconsulto e orador. Foi talvez, porém, como membro de varias comissões do parlamento e como relator de inúmeros projectos, que revelou as suas qualidades de distinto parlamentar. Teria varias vezes sobreçado uma pasta, se não procurasse sempre esquivar-se a entrar na formação de qualquer ministério. Os trabalhos do seu gabinete de advogado, tratando frequentemente de causas de muita importância e algumas delas de notória celebriade, a sua assiduidade nas sessões do Conselho Superior de Instrução e ainda os trabalhos no seio das comissões parlamentares, afastaram-no sistematicamente das graves preocupações e pesadas responsabilidades que lhe acarretariam uma pasta de ministro. «Foi por isso, lê-se algures, que em Justino de Freitas, além do

notável talento, servido por não vulgar erudição das cousas forenses, havia como que a inspiração artística da advocacia, e nos últimos anos de vida, mais que os interesses da honrosa e gloriosa profissão, o prendia á banca de advogado o amor fanático pelo exercício da jurisprudência».

O Dr. Justino António de Freitas militou activamente na política desde os bancos escolares. Seguiu as ideias liberais durante as nossas lutas civis, o que lhe valeu estar preso e ser perseguido, e tomou depois parte muito activa no movimento revolucionário de 1846, chegando a ser membro do governo provisório que então se constituiu. A pesar disso não pediu á política prebendas nem honrarias, pois nunca aceitou nem solicitou empregos, como também desprezou sempre os títulos e cargos honoríficos com que por vezes o quiseram distinguir.

Morreu em Lisboa a 28 de Novembro de 1865. Era pai do conhecido estadista Augusto César Barjona de Freitas.

Freitas (João Joaquim de). Nasceu em Machico a 5 de Outubro de 1832 e faleceu no Funchal a 1 de Abril de 1910. Desempenhou durante mais de trinta anos as funções de bibliotecário da biblioteca municipal do Funchal e foi também professor interino de literatura e língua portuguesa no liceu central desta cidade. A pesar de ter morrido quasi ignorado, foi um distinto pedagogo, e homem de não vulgar talento e muita erudição. Coadjuvou o distinto jurisconsulto Álvaro Rodrigues de Azevedo (V. este nome) na interpretação e correcção do manuscrito de Frutuoso, intitulado As Saudades da Terra, e colaborou nalguns jornais da ilha. Deixou uma rica biblioteca, que os subditos ingleses W. e A. Reid adquiriram por dois mil escudos e ofereceram á Câmara Municipal do Funchal. A antiga rua das Cruzes, no Funchal, tem actualmente o nome de João Joaquim de Freitas. (1921).

Freitas (Jordão Apolinario de). Nasceu nesta cidade a 23 de Julho de 1866 e é filho de Luiz M. de Freitas e de D. Ana Fortunata de Sousa e Freitas. Depois de ter concluído o curso teológico do Seminário desta diocese, tirou o curso da Escola Médico-cirúrgica do Funchal. Há muitos anos que fixou residência em Lisboa, onde actualmente (1921) exerce o cargo de director da biblioteca publica da Ajuda, tendo sido antes bibliotecário da Sociedade de Geografia. Tem-se especialmente dedicado a trabalhos de

investigação histórica e é já abundante a sua bagagem literária em livros e opúsculos, além da sua colaboração em varias revistas e jornais.

Tem publicado:

Subsídios para a bibliografia portugueza relativa ao estudo da língua japoneza e para a biografia de Fernão Mendes Pinto 1905;

Fernão Mendes Pinto e a sua ultima viagem á China, 1905;

A Inquisição em Goa, 1907;

o 2.º visconde de Santarém e os seus atlas geographicos, 1909;

Capela Real a Egreja Patriarchal na Ajuda, 1909;

O Marquez de Pombal, 1910;

Francisco Moraes o "Palmeirim", 1910;

Quando foi descoberta a Madeira, 1911;

Camões em Macau, 1911;

onde nasceu o 2.º visconde de Santarém? ,1913;

o Naufragio de Camões e os Lusiadas, 1915;

A imprensa de tipos moveis em Macau e no Japão nos fins do seculo XVI, 1916;

Cervantes e Argensola, 1916;

o Marquez de Pombal e o Santo Oficio da Inquisição, 1916;

Dom Bento de Camões e o Príncipe dos poetas Lusitanos, 1917,

além de outros trabalhos. Foi o compilador e anotador e escreveu o prólogo das obras do visconde de Santarém Opúsculos e Esparsos, 2 volumes, e Inéditos, 1 volume.

Freitas (José Vicente de). Nasceu na Calheta a 22 de Janeiro de 1869 e pertence a uma antiga familia daquela vila. É tenente-coronel de infantaria e fêz parte do corpo expedicionário português que esteve combatendo em França. (1921)

Foi nomeado governador civil deste distrito por decreto de 9 de Fevereiro de 1915, tomando posse deste cargo a 22 do mesmo mês e tendo servido até 15 de Maio do ano referido. A 28 de Abril de 1918 foi eleito deputado pela Madeira.

Publicou os trabalhos seguintes: Atlas de desenho, geometria descritiva e noções de arte, Lisboa 1908; Atlas de desenho, organizado em harmonia com os programmas de 1905, Lisboa, 1908, 2 volumes, o primeiro para a 1^a, 2^a. e 3^a. classes e o segundo para a 4^a. e 5^a. classes dos liceus; Compendio de Desenho para a instrução primaria, Lisboa, 1903, 2 volumes, o primeiro para a 1^a. e 2^a. classes e o segundo para a 3^a. e 4^a.; Roteiro e planta de Lisboa na escala de 1/7.500, edição de 1906; e Livro de Leitura para 4^a. classe das escolas primarias, com a colaboração F. Veyrier, Lisboa, 1910.

Foi presidente da Câmara Municipal de Lisboa e chefe do governo durante alguns anos.

Freitas Vale (Henrique Felix). Pertence a uma antiga família madeirense e nasceu nesta cidade por 1840. Foi advogado provisionista e recebedor do concelho do Funchal, e exerceu varias comissões de serviço publico. Teve uma larga colaboração em vários jornais e foi redactor principal da Lei e do Diário do Funchal. Publicou os folhetos A Crise Agrícola da Madeira, suas causas e efeitos, 1887 e A Revolta da Madeira e a comissão de inquérito, 1888. Há muitos anos que fixou residência no continente, onde tem exercido vários cargos administrativos. (1921).

Freixo (Fraxinus excelsior). Esta oleacea que só aparece agora nalgumas quintas, parece que fez parte outrora da flora florestal madeirense. Numa carta expedida por D. João II em 1493 «pera confirmaçom & firmidom da merçee das auguas & outras cousas» se lê o seguinte: « . . . emos por bem & nos praz de confirmar como per esta confirmamos & emos per confirmado o dito capitollo em que as ditas cousas se conteem com tall decraraçom que dos freyxos e cedros que pera nos reseruamos nom usaram nem cortaram tirado pela algua igreja ou casa de camara. . . »

Frias. O pico onde se começou a construir em 1622 o castelo de S. João Baptista mais conhecido pelo nome de fortaleza do Pico, teve e tem ainda o nome de Pico dos Frias, que lhe foi dado por Romeu Frias, de nacionalidade italiana, que ali morou e ali teve terras de sesmaria, havendo sido um dos mais antigos povoadores desta ilha.

Friderichsen (K.). Batologista dinamarquês que determinou as espécies do género Rubus colhidas pelo Dr. Vahl na Madeira. E.: Rubi fra Madeira (Bot. Tidsskrift, 1905).

Frigorífico. Pretendeu a extinta Junta Agrícola estabelecer um frigorífico no Funchal, adquirindo para esse fim um terreno entre as antigas ruas da Conceição e das Hortas, hoje Correia Heredia e do Alferes Veiga Pestana, pela quantia de 10.500\$00. As maquinas para o mesmo estabelecimento custaram 6.000\$00 e em instalações, muros, abertura da comunicação entre as duas referidas ruas, etc., dispenderam se até 1915 cerca de 5:000\$00.

O frigorífico a pesar de ser um estabelecimento susceptível de prestar bons serviços, nunca chegou a funcionar, e em sessão da Junta Agrícola de 23 de Agosto de 1918 foi resolvido que se entregasse á Câmara Municipal a rua onde foram construídas as edificações que lhe eram destinadas. (1921).

Fritze (R.). Botanico alemão que herborizou na Madeira em 1879 e 1880. E.: Ueber die Farnvegetation der Insel Madeira (Jahresbericht der schlesischen Ges. fur vaterl. Kultur, (1881).

Frutas. A não ser o cultivo cuidado e metódico da vinha e da bananeira, pode duma maneira genérica afirmar-se que neste arquipélago não existe a cultura das árvores de fruto, a pesar das especiais condições climatéricas permitirem uma excelente e abundante produção e a situação geográfica da Madeira favorecer uma fácil exportação das frutas para diversos países estrangeiros e colónias portuguesas. É certo que se encontram muitas árvores frutíferas de variadas qualidades e de quasi todas as regiões e ainda dos climas tropicais, mas são geralmente abandonadas ao desenvolvimento que lhes dá a própria natureza, sem o tratamento adequado que a experiência e a ciência lhes possam ministrar. O verdadeiro pomar é quasi inteiramente desconhecido entre nós, aparecendo as fruteiras espalhadas no meio das outras culturas, como sendo de geração espontânea e sem merecer a atenção e os cuidados da maior parte dos agricultores.

No entretanto, força é confessar que nos últimos anos tem-se modificado bastante essa situação e já o cultivo das árvores de fruto se pode considerar como um factor apreciável na economia do distrito.

Promulgaram-se algumas medidas legislativas, especialmente determinadas pela cultura e exportação da banana, que presentemente representa um dos mais importantes elementos da riqueza publica da Madeira.

O Decreto de 5 de Junho de 1935 criou no Funchal o Grémio de Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas, outro decreto da mesma data estabeleceu nesta cidade uma Delegação da Junta Nacional de Frutas, e os decretos de 21 de Agosto de 1938 e de 16 de Maio de 1939 adoptaram algumas medidas de protecção á exportação daqueles produtos.

Frutuoso (Doutor Gaspar). Gaspar Frutuoso, o famigerado autor das Saudades da Terra, nasceu na capital da ilha de S. Miguel, no ano de 1522, sendo filho de pais nobres e abastados, que lhe proporcionaram todos os meios de adquirir uma sólida e vasta instrução.

Em Salamanca, para onde se dirigiu em tenros anos, completou os preparatórios para a matrícula na célebre universidade daquela cidade, e ali se doutorou na faculdade de teologia, em que foi um estudante distintíssimo e se revelou uma inteligência privilegiada. Obtida a laurea de doutor, dirigiu-se para a diocese de Braga, onde pouco tempo se demorou, por as reiteradas instâncias dos seus parentes, amigos e admiradores o forçarem a regressar á sua cidade natal. Ao passar em Lisboa, foi vivamente solicitado para aceitar uma mitra, que terminantemente recusou nesta e ainda em outras ocasiões da sua vida.

Precedera-o em Ponta Delgada a fama dos seus méritos e virtudes e por isso estava o Dr. Gaspar Frutuoso naturalmente indicado para exercer na sua diocese os mais elevados cargos, a que procurou sempre escusar-se, contentando-se com paroquiar na freguesia da vila da Ribeira Grande, onde viveu largos anos e onde morreu e jaz sepultado.

Era de uma modéstia e simplicidade de trato verdadeiramente notáveis, "preferindo uma vida obscura e tranquila, dedicada ao trabalho e ao estudo, ás situações brilhantes e aparatosas, a que sem duvida podiam aspirar o seu talento, a sua vasta ilustração e as suas eminentes virtudes.

Morreu na vila da Ribeira Grande a 24 de Agosto de 1591, tendo 69 anos de idade, e foi sepultado na respectiva igreja paroquial, em que se lia na lápide tumular o seguinte epítafio: Aqui jaz o Doutor Gaspar Frutuoso, que foi Vigário e Pregador desta Igreja, vere Varão Apostolico, insigne em letras, e virtudes.

Foi no retiro remansoso do seu presbitério da Ribeira Grande que escreveu a vasta obra das Saudades da Terra, a que se seguiram as Saudades do Céo, que parece não chegou a completar.

Passando no ano de 1922 o quinto centenário do nascimento do doutor Gaspar Frutuoso, constituiu-se na cidade de Ponta Delgada uma comissão encarregada de comemorar condignamente essa data, aproveitando-se a oportunidade de pôr em justo relevo as eminentes qualidades de prosador, historiador e humanista, que notabilizaram aquele ilustre micaelense. Com o mais vivo aplauso de todos entendeu a Comissão Promotora do centenário, que a maior homenagem a prestar ao autor das Saudades da Terra seria a publicação integral da sua vasta obra, fazendo assim avigorar e perdurar a sua memória através das idades, ao mesmo tempo que proporcionava aos contemporâneos e vindouros o conhecimento da historia do grupo oriental das ilhas açorianas nos séculos XV e XVI. Por motivos ponderosos, não realizou aquela comissão o seu pensamento inicial, mas conseguiu dar á publicidade os livros terceiro e quarto das Saudades, compreendendo a historia das ilhas de S. Miguel e de Santa Maria, que formam o distrito administrativo de Ponta Delgada.

Constituem quatro grandes volumes, que têm a opulentar-lhes o valor e o interesse um desenvolvido estudo acerca do historiador das ilhas, em que o assunto ficou inteiramente esgotado, quaisquer que sejam os múltiplos aspectos em que porventura possamos julga-lo e aprecia-lo. A erudita Notícia Bibliográfica das Saudades da Terra, do Sr. João Simas, e muito especialmente a biografia e apreciação de Gaspar Frutuoso e da sua obra, da autoria do Sr. Rodrigo Rodrigues são estudos que revelam, não somente um paciente e conscientioso trabalho de investigação histórica a par do mais apurado e severo espírito crítico, mas ainda um aprofundado conhecimento dos dotes e predicados que devem caracterizar a obra do escritor, do erudito e do historiador, entrando em conta com as condições do tempo, do meio e de outras circunstâncias especiais em que a obra foi elaborada. Do magistral estudo do Sr. R. Rodrigues, cumpre destacar o capítulo 111, intitulado O Humanista, o Historiador, e o Valor da sua Obra (pág. XXXIX-LV), que, sem sombra de hipérbole, se pode colocar na mesma plana dos trabalhos congêneres de D. Carolina Michaelis, Teófilo Braga, Mendes dos Remédios e Fidelino de Figueiredo, os mais autorizados mestres da historiografia literária do nosso país.

No ano de 1866, procedeu-se á trasladação dos restos mortais do doutor Gaspar Frutuoso, que se encontravam na igreja paroquial da vila da Ribeira Grande, para o cemitério municipal da mesma vila, fazendo-se a inumação num modesto mausoléu mandado erigir pela respectiva Câmara Municipal á memória do ilustre historiador das ilhas.

Funchal (Agostinho de Sousa Coutinho, marquês do). É filho do conde de Linhares e pertence á família do primeiro conde e primeiro marquês do Funchal, de quem nos ocupamos neste Elucidário, tendo nascido a 3 de Março de 1866. Foi governador deste distrito de 23 de Dezembro de 1899 a 25 de Junho de 1900.

Exerceu segunda vez o mesmo cargo, para que foi nomeado por decreto de 22 de Outubro de 1904, havendo tomado posse a 10 de Dezembro do mesmo ano.

Funchal (Marquês do). Domingos António de Sousa Coutinho foi um dos mais distintos diplomatas portugueses, que em diversas capitais europeias e especialmente em Londres representou o seu país com o maior brilho e desinteresse, prestando serviços muito assinalados numa época de grandes perturbações que agitavam toda a Europa.

É sabido que a Madeira foi duas vezes ocupada por tropas inglesas a título de protecção e defesa contra os supostos ataques das forças napoleónicas, que corresponderam a uma verdadeira conquista, o que se prova não somente com muitos documentos diplomáticos da época, mas ainda pela maneira como administraram os negócios públicos deste arquipélago, conservando as autoridades portuguesas apenas um simulacro do poder, que na verdade residia unicamente no comandante em chefe das forças britânicas (V. Ocupação da Madeira por tropas inglesas). Os madeirenses sofreram toda a sorte de vexames nos oito anos que duraram essas ocupações. A pesar das resoluções tomadas no congresso de Viena em que a Inglaterra teria que evacuar sem demora esta ilha, é certo que em muitas chancelarias europeias e até nas altas esferas do governo português se julgava que a ocupação da Madeira correspondia a uma posse absoluta e definitiva. Ao distinto diplomata e então representante de Portugal em Londres, D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho,

que pelas eminentes qualidades de estadista e pelos seus numerosos escritos publicados no estrangeiro, tantos e tão assinalados serviços prestou ao seu país, se deve a desocupação deste arquipélago e a sua reentrega á nação portuguesa. O nosso governo agraciou-o com o título de conde e depois marquês do Funchal, título que ainda hoje é usado pelos representantes da sua família. Se ainda somos portugueses, a ele principalmente o devemos, e todavia não existe nesta cidade cousa alguma que recorde este facto e que seja ao mesmo tempo uma pequena homenagem prestada á memória do ilustre diplomata.

Morreu em Londres no ano de 1832.

Funchal – I Origem do nome. Afirma-se comumente que a umbelifera *Foeniculum vulgare*, que tem o nome de funcho, houvesse dado o nome ao Funchal. E não se conhecem razões ou factos que contradigam essa afirmativa. Os descobridores ou primitivos povoadores, ao desembarcarem neste lugar, que depois foi vila e mais tarde cidade, depararam com a planta, que abundantemente vegetava no vale e que, sem demora e sem esforço, se começou a chamar Funchal. Lá diz Frutuoso: «. . .Funchal, a que o capitam deo este nome, por se fundar em hum valle fermoso de singular arvoredo, cheyo de funcho até o mar». Segundo o autor das Saudades, foi o próprio João Gonçalves Zargo que deu o nome de Funchal ao lugar que depois foi a capital deste arquipélago.

Uma pergunta ocorre no entretanto fazer, e não é a primeira vez que ela é formulada. Existindo, por certo, neste vale árvores e plantas de grande porte, como iriam os descobridores dar-lhe de preferência o nome de um vegetal, que nem chega a ser um arbusto? É possível que no meio do maciço de árvores que povoavam o vale, houvesse uma clareira em que abundasse o funcho e que deste modo se destacasse da vegetação circunvizinha. Também se afirma que, nas mais próximas imediações do local do desembarque, depararam logo os descobridores com o funcho em abundância, e daí o fácil baptismo de Funchal dado ao lugar.

Com o nome de Funchal existiu e não sabemos se ainda existe uma povoação na freguesia do Lumiar, nos arredores de Lisboa, como já fizemos notar no artigo Ameixoeira (V. este nome). Segundo lemos na Encyclopedia Portuguesa, de Maximiliano de Lemos, também existem povoações com o nome de Funchal nas freguesias de Aldoar e Igreja Nova, no concelho de Mafra, Terrugem, no concelho de Sintra, e Vilar de Mouros. Existirá porventura, qualquer correlação entre o nome do Funchal e alguma destas povoações?

A este respeito, é interessante ler-se o pequeno artigo intitulado Ameixoeira inserto a pag. 63 do primeiro volume deste Elucidário.

Ainda recentemente, no «Dicionário Corografico de Portugal Continental e Insular», vimos mencionadas duas dezenas de sítios e povoações com o nome de Funchal.

II – Criação da vila e município. É possível que simultaneamente e em mais de um lugar se tivesse iniciado o primitivo povoamento, estando averiguado que na margem esquerda da ribeira de João Gomes e não distante da sua foz se formou um dos primeiros núcleos de população, que em breve extensamente se alargou pelas suas circunvizinhanças. E certo que este local e as suas mais próximas imediações ofereciam vantagens apreciáveis para um largo povoamento em virtude da sua vastidão, do abrigo que lhes ofereciam as altas montanhas que o circundavam, dum bom porto de mar, das abundantes linhas de águas que o atravessavam, do clima temperado que nele predominava, além de muitas outras circunstâncias dignas da maior ponderação. Mas também não deixava de apresentar seus graves perigos, por se achar exposto a iminentes inundações, quando as caudalosas ribeiras, saindo dos seus leitos e galgando as suas margens se tornassem elementos terríveis de destruição e de morte, como por vezes aconteceu, especialmente no ano de 1803, em que unia parte considerável da cidade e alguns centenares dos seus habitantes foram arrastadas para o oceano.

No entretanto foi rápido o desenvolvimento desse centro de população e logo adquiriu um notável grau de prosperidade, ao mesmo tempo que em outros pontos da ilha se iam também constituindo importantes núcleos de povoadores, transformados sem demora em paróquias autónomas e posteriormente em vilas e municípios.

Diz-nos o ilustre anotador das Saudades da Terra que no ano de 1430 se estabeleceu a primeira freguesia nesta ilha, tendo a sua sede em o sítio de Nossa Senhora da Calheta, no centro de população que ali se formara, o que nos parece pouco provável, se quisermos dar a essa palavra o significado dum agrupamento de povoadores com vida própria e independente debaixo do ponto de vista social e religioso. Seria talvez uma capelania, como as que se estabeleceram em diversos pontos, e que depois se transformaram em outras tantas freguesias.

Foi crescendo rapidamente em importância com o largo desenvolvimento da colonização, não tardando

muito que surgissem as legítimas aspirações da sua elevação à categoria de vila, usufruindo os privilégios e regalias que os respectivos forais concediam aos municípios.

A pesar das diligentes pesquisas a que procedeu o erudito anotador das Saudades da Terra, não conseguiu descobrir o diploma que elevou a vila a primitiva povoação do Funchal, mas pelos valiosos argumentos que aduz, baseados em vários documentos, pode assinalar-se o ano de 1451 como o daquela criação. E o mesmo anotador diz ter examinado uma miscelânea manuscrita na Biblioteca Publica de Lisboa, em que encontrou o seguinte: "Em 1452 D. Afonso V deu foral á villa do Funchal com muitos privilegios, fazendo os moradores de toda a ilha livre de pagarem siza nem portagens nem frutos nem tributos dos que naquele tempo havia no Reyno". Esta transcrição corrobora as conclusões a que chegou o Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo.

No diploma que criava as vilas se incluía ou a ele vinha apenso foral, que constituía a lei orgânica dos municípios, com as regalias e isenções que lhes eram concedidos e também com os encargos com que ficavam onerados. Até agora se não encontrou ainda o registo do foral da vila do Funchal e apenas se tem dele conhecimento pelas referências que lhe fazem vários diplomas oficiais e outros documentos, como o que acima fica citado.

A vila e primitivo município do Funchal compreendia a antiga capitania do mesmo nome e estendia-se desde a Ponta da Oliveira pelo sul e costa oeste da Madeira, até à Ponta do Tristão. Passado meio século foi esta área notavelmente reduzida com o estabelecimento das vilas e municípios da Ponta do Sol e da Calheta, sendo a primeira criada no ano de 1501 e a segunda aproximadamente pela mesma época, como já fizemos notar em outro lugar deste Elucidário. Decorridos pouco mais de 50 anos depois da criação da vila do Funchal, é esta elevada à categoria de cidade, no ano de 1508.

Ainda em 1834 o município do Funchal se estendia desde a parte oriental da freguesia da Ponta do Sol até o Caniço, sendo somente em 1835 que adquiriu a área que agora tem. Pelo alvará do Prefeito da Província, de 20 de Janeiro de 1835, perdeu a parte da freguesia da Ponta do Sol que lhe fora conservada pela carta do rei D. Manuel de 2 de Dezembro de 1501, em que fez «billa ho logar da Ponta do Soll», e em fins do mesmo ano de 1835 perdeu o Caniço, anexado ao concelho e município de Santa Cruz, e bem assim as freguesias de Câmara de Lobos e as que se lhe seguem pelo lado oeste até o mesmo lugar da Ponta do Sol. A antiga vila do Funchal teve primitivamente uma área muito restrita, e ainda no fim do século XV era limitada ao sul, junto

á praia, por uma cerqua de pedra seca, guarnecida dalguns cubelos eqüidistantes um tiro de besta e também por uma solida trincheira de madeira, a oeste pela ribeira de São João ou de São Paulo, ao norte pelos terrenos do Pico dos Frias e Valverde e a leste aproximava-se da margem direita da ribeira de Santa Luzia. O importante núcleo de população que desde os primeiros tempos se formou na margem esquerda da ribeira de João Gomes e proximidades da praia, ficava fora da área do que primitivamente se chamava vila, tendo depois sido encorporado nela.

V. Forais.

III – Criação da cidade. O natural e sempre crescente desenvolvimento do Funchal em antigos tempos, tornando-o um importante empório comercial e um centro de grande actividade industrial e mercantil, plenamente justifica a medida tomada pelo rei D. Manuel na sua carta Regia de 21 de Agosto de 1508, elevando a vila do Funchal á categoria de cidade. Havia 50 anos que de simples povoação se fizera vila, e decorrido apenas meio século passa a ter os foros de cidade, a primeira que se criou nos nossos domínios ultramarinos. A pesar da concisão que temos dado ás matérias versadas nesta obra, vendo-nos forçados a omitir toda a documentação, vamos excepcionalmente transcrever o diploma régio que criou esta cidade, que é a capital do arquipélago, o principal centro da sua vida intelectual e a sede do seu comercio e das suas indústrias. Ei-lo:

«Dom Manuel por graça de deos Rey de portugall & dos algarues daquem & daallem mar em africa Sennor de guinee & da conquista nauegaçom & comercio de ethioopia arabia persia & da yíndia. A quantos esta nosa carta birem fazemos sabeer que comsiramdo Nos como louuores a noso Sennor ha billa do Funchall na nosa ylha da madeyra tem crecido em mui grâde pouoraçom & como biuem nella muitos fidalgos caualleyros & pessoas homrradas e de grandes fazendas pollas quaees e pollo grande trauto da dita ylha esperamos com ajuda de noso Sennor que a dita billa muito mays se emnobreça & acreçemte e abemdo respeyto ao muito seruiço que recebemos dos moradores e esperamos ao diamte receber e des hy por folgarmos de fazeer homrra e merçee ahos ditos fidalgos caualleyros escudeyros e poboo della sem elles nem outrem por elles nollo pedir nem requerer nos de noso moto proprio poder Reall e absoluto com aquella booa boomtade que sempre teemos e teemos pera todo bem & mayor acreçemtamento das cousas da dita billa por esta presente carta nos praz a fazermos e de feyto fazemos çidade & queremos e nos praz que daqui em diamte se ymtitulle e chame çidade & tenha todallas ymsinyas que haas çidades de nosos Regnos

pertemçe teer e huse e gouua de todollos priuilegios priminemrias liberdades mercees graças & framqueeas de que gouuem e husam e deuem de gouuir & husar as cidades dos ditos nosos Regnos e que pollos Reys nosos anteçesores e por noz lhe sam outorgados. Porem o noteficamos asy a todos em geerall & mandamos a todollos nossos Corregedores Desembargadores Juyzes Justicas ofeçaaes e pessoas a que esta nosa carta for mostrada e ho conhecimento della pertemçeer per quall queer guisa & maneyra que seja que em todas as cousas da dita cidade lhe compram e guardem e façam muy ymteyramente comprar e guardar hos priuilegios liberdades graças priminemrias homrras & mercees que sam outorgados aas cidades de nosos Regnos e de que elles deuem gouuir e husar das ymsinyas que lhe pertemçe teer como dito he sem lhe yrem nem comsemtírem irem em parte nem em todo contra cousa algua das sobre ditas por que nosa mercee & boomtade he que muy ymteiramente lhe seja todo guardado sem comtradiçom algua e por certidom dello lhe mandamos dar esta carta por nos asynada e assellada de noso sello pemdente. Dada em simtra a xxj dias do mes Dagosto. Anno de noso sennor Jhu xpo de mil quinhentos & oyto. E estes privilegios de que asy nos praz que gouua ha dita cidade do funchall nom seram aquelles que em especiaal sam outorgados a alguuas cidades de nosos Regnos por que soomente husara & gouuira daquelles que em geerall sam dados o outorgados aas cidades de nossos Regnos. ElRey».

Poucos dias antes de ser expedida esta Carta Regia, tinha D. Manuel, em data de 17 de Agosto de 1508, enviado um alvará determinando que a câmara do Funchal seja regida & governada pela maneira que se rege a câmara da nossa cidade de lixboa. Este diploma, que apenas precedeu alguns dias o que elevou a vila á categoria de cidade, constitue um acto de especial deferênciia do monarca para com os habitantes do Funchal, que teve como seu complemento a Carta Regia de 21 de Agosto de 1508.

Vid. os artigos Armas (1-85 e ss.), Bandeira da Cidade (I-123 e ss.) e Forais.

IV – Capitania. Para o efecto da sua administração publica, foi este arquipélago dividido nas três capitanias ou donatarias do Porto Santo, Machico e Funchal, tendo como chefes, revestidos de poderes quasi ilimitados, os capitais-donatarios, em virtude das respectivas doações, que lhes foram conferidas pelos alvarás régios dos anos de 1440, 1446 e 1450. Nos desenvolvidos artigos subordinados aos títulos de Capitanias (1-244) e Donatarios (1-373) ficou dito o indispensável para se ter uma suficiente noticia acerca da capitania do Funchal.

V – Distrito Administrativo. O distrito do Funchal é constituído pelas ilhas que formam o arquipélago da Madeira (V. Arquipélago da Madeira). Antes do estabelecimento do governo constitucional era o arquipélago madeirense uma província e colónia ultramarina, cuja administração estava principalmente subordinada ao Ministério da Marinha. Por 1834, com a criação dos quatro distritos insulares, três nos Açores e um na Madeira, ficou este arquipélago com uma administração absolutamente idêntica á dos outros distritos, governando-se pelas mesmas leis que todo o continente do reino.

Aos donatarios sucederam em 1580 os governadores gerais e a estes os governadores e capitais-generais, em 1640, que perduraram até o ano de 1834. (V. Autoridades Superiores do arquipélago). Com a criação do distrito, teve a autoridade superior o título de Prefeito, sendo este lugar exercido pela primeira vez em 1834 por Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque. Em 1835 passou este cargo a ter o nome de Governador Civil e em 1836 o de Administrador Geral, e novamente o de Governador Civil em 1846, que ainda conserva.

Desde a criação deste distrito teve ele os dez concelhos do Funchal, Machico, Porto Santo, Ponta do Sol, Calheta, Santa Cruz, São Vicente, Câmara de Lobos, Sant'Ana e Porto do Moniz, e em 1914 foi criado o concelho da Ribeira Brava. (V. Concelhos). o concelho de Sant'Ana foi extinto em ano que não podemos determinar agora e pouco depois restabelecido, e o concelho do Porto Moniz foi também suprimido em 1849 e em 1896 e novamente restaurado em 1855 e em 1898.

Vid. Organização Administrativa.

VI – Concelho. Desde os fins de 1835 têm-se mantido inalteraveis os limites do concelho do Funchal. Os povos da Camacha e do Caniço, e especialmente os desta ultima freguesia, já fizeram mais duma tentativa e representaram ao chefe do distrito no sentido da sua desanexação do concelho de Santa Cruz, mas as influencias politicas da sede deste concelho anularam inteiramente os desejos e os esforços dos habitantes daquelas paróquias. Houve um governador civil que num relatório oficial apresentou a ideia da extinção do concelho de Câmara de Lobos, não tendo essa proposta encontrado eco nas estações superiores.

O concelho do Funchal, como já ficou dito no artigo Freguesias, compõe-se das freguesias da Sé, S. Pedro, Santa Maria Maior, Santa Luzia, Monte, S. Martinho, Santo Antonio, S. Roque e S. Gonçalo, mas em 1834, ao serem proclamados os privilegios constitucionais no arquipélago, ainda faziam parte dele as freguesias

de Câmara de Lobos, Estreito de Nossa Senhora da Graça, Curral das Freiras, Campanário, Ribeira Brava, Serra de Água, Tabua e Caniço.

Os limites do concelho do Funchal são: pelo norte, os cumes centrais dos montes que dividem as vertentes das costas norte e sul; pelo lado sul, o oceano; por oeste, a ribeira dos Socorridos; e por leste, a ribeira da Quinta, que separa a freguesia de São Gonçalo da do Caniço .

VII A Cidade – O arquipélago madeirense, que constitue o Distrito Administrativo do Funchal, tem como capital a cidade deste nome, que está situada na costa meridional da Madeira e alonga-se na base de elevadas montanhas, subindo rapidamente pelas encostas, desde a orla do oceano até uma altitude aproximada de duzentos metros. Constitue a parte considerável dum vasto e formosíssimo anfiteatro, estendido em dilatado vale, que no seu conjunto se apresenta como uma das mais surpreendentes maravilhas, que é dado á vista contemplar. Como que servindo de espaldar á cidade e sobranceira a ela, em quasi toda a sua extensão, levanta-se uma cordilheira ininterrupta de montes e colinas, cobertas da mais opulenta e variada vegetação, polvilhadas das mais pitorescas habitações, que ainda maior realce, maior encanto e maior deslumbramento imprimem a tão maravilhoso cenário. Não é para estranhar que o visitante entrando no porto do Funchal, quer sobre o Cabo do Garajau ou a Ponta da Cruz quer venha do quadrante sul, ao defrontar com um trecho autentico da baía e encostas da cidade de Nápoles, sinta preso e avassalado o espírito ao presencear este inigualável panorama e dele conserve para sempre as mais profundas e gratíssimas impressões. A povoação, que serviu de núcleo á futura cidade, tem cinco séculos de existencia e foi erguida em terrenos muito irregulares e accidentados, sem obediência a quaisquer ideias ou planos preconcebidos, num meio bastante distanciado dos centros populosos e por colonos vindos de pobres terras e aldeias, inteiramente divorciados dos elementos que a civilização mundial lhe poderia nessa época proporcionar. Os islenhos de então, nossos antepassados e progenitores, entregues apenas ao próprio esforço e sem um eficaz auxílio do governo metropolitano, lá foram erguendo, neste isolamento do oceano, muitas povoações, algumas vilas e uma cidade, particularmente estimulados pela notável feracidade do solo e pela amena benignidade do clima. No entretanto, embora a cidade do Funchal, considerada em si, não tenha belezas e encantos deslumbradores, conserva uma acentuada e interessante feição regionalista, que lhe é peculiar, e apresenta características próprias dignas do observador atento, que as condições mesológicas lhe imprimiram, oferecendo os ricos produtos das suas videiras, de reputação universal, os seus incitáveis bordados, as suas frutas e incomparáveis flores de todo o ano, os seus originalíssimos trenós, os

típicos carros do Monte, a mais encantadora paisagem da criação, o mais benigno e temperado clima deste planeta, etc., etc. e, a sobredourar tudo isso, uma eterna primavera e a nunca desmentida e sempre carinhosa hospitalidade dos seus habitantes.

«o Funchal, dizem os Srs. Adriano e Aníbal Trigo no trabalho a que já nos referimos, não é uma cidade moderna que se recomende pelas suas amplas avenidas, grandes monumentos, variadas distrações e outros atractivos que distinguem as mais importantes cidades da Europa; há todavia aqui um conjunto de circunstâncias naturais, verdadeiros privilégios da criação, um modo de ser tão particular e típico, um conforto tão agradável, uma hospitalidade tão atraente por parte dos seus habitantes, que dão à cidade uma feição muito característica, recomendando-a como estação sanitária por excelência, especialmente aos estrangeiros que aqui acorrem em elevadíssimo número, principalmente na estação de inverno para gozarem as delícias deste clima sem rival ou para procurarem lenitivo aos seus padecimentos».

«A impressão do viajante que pela primeira vez desembarca no Funchal, diz o Sr. Alberto Artur Sarmento num interessante trabalho que publicou em 1908, é sempre marcada dum agradável surpresa, quer pela claridade dos objectos e limpidez atmosférica, quer pelo aparato original tão simples e grandioso que brota da pouca Arte como a muita Natureza. Donde quer que seja a procedência do turista e a quadra do ano que atravesse, não deixa de ser sensível a uma emoção particular, emanada dum doce temperatura que rege este clima sem igual. E se acaso é no inverno e vem fugido às pesadas brumas do norte, a sua admiração toca as raias, vendo tão prestes mudado o cenário, transformado o continuo manto de gelo em tapetes de verdura, matizados de flores»,

Como é fácil de presumir, na cidade do Funchal concentram-se principalmente todas as manifestações da actividade humana nos seus múltiplos e variados aspectos, que têm apenas um atenuado reflexo nas restantes povoações do distrito. E assim o movimento turístico, comercial e industrial, á parte a indústria agrícola e algumas indústrias dela derivadas, a vida do pensamento exteriorizada pela imprensa e publicações literárias e ainda as raras concepções registadas no campo das artes. . . tudo isso se manifesta e se desenvolve no centro da civilização madeirense, que é a pequena cidade do Funchal.

VIII—Área da cidade—Os seus limites foram-se sempre alargando á medida que o movimento industrial e comercial do arquipélago, que nela inteiramente se ressentia, ia tomando maiores proporções,

atingindo em breve um elevado grau de prosperidade. Nos anos de 1809, 1863 e 1909, a Câmara Municipal assinalou com precisão esses limites, em conformidade com o desenvolvimento da população, tendo na ultima daquelas deliberações sido fixados deste modo: a área da cidade «seria o perímetro formado pelos ângulos, cujos vértices se apoiam nos pontos seguintes: 1.º Hotel Reid, á Estrada Monumental; 2.º Ponte Velha do Ribeiro Seco; 3.º Intersecção da Rua do Arcebispo D. Aires com a Estrada da Levada de Santa Luzia; 4.º Intersecção da dita estrada com a Avenida Pedro José de Ornelas; 5.º Intersecção do Caminho do Palheiro Ferreiro com o Caminho do Terço; e 6.º Foz da Ribeira de Gonçalo Aires, advertindo-se que a ligação do 3.º e 4.º vértices deve supor-se feita pela linha poligonal que segue todas as sinuosidades da Estrada da Levada de Santa Luzia».

A Câmara Municipal em sua sessão ordinária de 17 de Outubro de 1927, resolveu dar á cidade uma área excessivamente vasta, internando-a muito nas freguesias suburbanas e fixando os seus limites nos seguintes termos, que, aliás, não primam pela clareza: «Do mar em linha recta ao Caminho de ligação da Estrada Nacional n.º 23 com o Caminho Velho de São Gonçalo, Caminho da igreja de S. Gonçalo, Caminho do Palheiro Ferreiro, Caminho do Terço, Caminho da Levada do Bom Sucesso em linha recta á Estrada da Levada de Santa Luzia, daqui em linha recta ao Muro da Coelha (norte da Quinta Drolhe), Caminho da Água de Mel, Álamos, Ponte da Ribeira Grande, Quinta do Leme, Pilar, Avista-Navios, Caminho de São Martinho e do Amparo á Estrada Monumental e em linha recta até ao mar». Com estes novos limites, fixados á área da cidade, passou ela a ter uma quasi duplicada superfície, tomando proporções verdadeiramente exageradas. Segundo a deliberação camarária de 1909, faziam parte integrante da cidade as freguesias da Sé e de Santa Luzia, a quasi totalidade da de São Pedro e ainda uma parte considerável da de Santa Maria, sendo por isso chamadas freguesias urbanas. Pela nova divisão citadina de 1927, ficou a capital do distrito compreendendo a área estabelecida em 1909, acrescida da superfície que lhe deram as freguesias suburbanas de São Martinho, Santo Antonio, São Roque e São Gonçalo, sendo a paróquia do Monte a única que não participa do perímetro recentemente fixado aos limites da cidade. A sua antiga área, que era computada em cerca de quinhentos hectares, deve actualmente atingir uma superfície aproximada de 750. A verdade é que o alargamento demasiado da cidade não feriu as atenções da população, que continua considerando como extremos do Funchal citadino os limites, que lógica e acertadamente lhe foram fixados no ano de 1909.

Funchal (Comarca do). Somente no ano de 1767, com a nomeação de carácter permanente dos juízes de fora e dos corregedores, é que a administração da justiça neste arquipélago tomou uma feição regular de harmonia com a natureza dos importantes serviços que desempenhava. Perdurou esta situação até o ano de 1838 com a criação de duas comarcas, ambas com sede na cidade do Funchal, que ficaram denominadas comarca ocidental e comarca oriental, compreendendo a primeira as freguesias do concelho do Funchal, Câmara de Lobos, Ponta do Sol, Calheta, Porto do Moniz e S. Vicente, com excepção da paróquia da Sé, e abrangendo a segunda a freguesia da Sé e as paróquias dos concelhos de Santa Cruz, Machico, Sant'Ana e Porto Santo.

O decreto de 12 de Novembro de 1875 alterou profundamente a divisão judicial com a criação das comarcas do Funchal, Ponta do Sol, Santa Cruz e São Vicente. A do Funchal instalou-se no dia 16 de Novembro de 1876 e foi dividida em nove julgados, compreendendo as freguesias dos concelhos do Funchal e de Câmara de Lobos.

O decreto de 22 de Junho de 1927, que extinguiu a comarca de São Vicente, alterou a divisão dos julgados ou juízes de paz da comarca do Funchal, que então ficaram compostos pelas freguesias do Arco de São Jorge, Câmara de Lobos, Campanário, Curral das Freiras, Estreito de Câmara de Lobos, Faial, Santa Luzia, Santa Maria Maior, São Pedro, São Roque, Monte, Porto Santo, Quinta Grande, Sant'Ana, Santo Antonio, São Jorge, São Martinho e São Gonçalo, constituindo um julgado cada uma destas freguesias.

O extraordinário movimento desta comarca determinou a criação de mais um juízo, passando a haver o Juizo Cível e Comercial e o Juizo criminal, com um juiz á frente de cada um dos dois tribunais, o que tudo foi regulado pelo Decreto de 22 de Junho de 1927 e prestando-se deste modo um assinalado serviço ao regular e profícuo exercício da justiça. O Decreto de 29 de Junho de 1933 remodelou as disposições do decreto anterior, estabelecendo duas varas de competência mixta com a denominação de Juizo de Direito da Primeira Vara da Comarca do Funchal e de juizo de Direito da Segunda Vara. Por esse decreto foi criada a Secretaria Judicial, sendo cada Vara constituída por três secções e cada secção por um chefe e um oficial, e havendo ainda uma secção central comum ás duas varas com dois chefes, que tem a denominação de chefes de secretaria, sendo um adjunto.

A relação completa dos magistrados que têm exercido as funções de juízes de direito nas comarcas do

Funchal desde o ano de 1835 até á época actual será publicada nos artigos subordinados aos títulos de Juizes.

Vid. Administração Judicial e Organização Judicial.

Funchal. (Diocese do). Ao artigo dedicado á criação desta diocese (1-363) cumpre acrescentar que ela é a circunscrição eclesiástica portuguesa de mais limitada área e abrange apenas o território do arquipélago madeirense, tendo já pertencido á sua jurisdição a pequena ilha de Arguim. Compreende 50 paróquias que inteiramente correspondem ás 50 freguesias em que se acha dividido o distrito, estando essas paróquias agrupadas em quatro arciprestados (V. este nome) para o efeito da sua administração eclesiástica. Tem a sua sede na cidade do Funchal com a sua Sé Catedral e respectivo Cabido, Paço Episcopal, Seminário, repartições eclesiásticas e diversos serviços religiosos, em tudo superintendendo a acção directa do prelado diocesano, que tem residência efectiva na mesma cidade.

Foram os religiosos franciscanos e depois os sacerdotes enviados pela Ordem de Cristo, a que o arquipélago pertencia no espiritual, os primeiros que aqui exerceram funções eclesiásticas. O rápido desenvolvimento da população determinou a criação duma diocese, em que o respectivo prelado pudesse livremente exercer todos os actos do culto próprios da sua jerarquia episcopal. A Bula pro excellenti praeminentia, de 12 de Junho de 1514, estabeleceu a Diocese do Funchal e na mesma data foi Diogo Pinheiro, um dos mais graduados membros da Ordem de Cristo, nomeado seu primeiro prelado, não chegando a vir á sua diocese.

Compreendia então uma vastíssima área, que se estendia á maior parte das ilhas e terras descobertas ou conquistadas pelos portugueses. Em 1533 foi elevada á categoria de arcebispado, tendo como dioceses sufragâneas os bispados então criados, de Angra, Cabo Verde, São Tomé e Goa, sendo o arcebispado extinto no ano de 1551. O bispo D. Jeronimo Barreto promulgou e publicou no ano de 1581 as Constituições do Bispado, que o prelado D. Luiz de Figueiredo fez reimprimir em 1601, publicando no mesmo ano as Constituições Extravagantes, que adicionou áquelas. É o apóstolo São Tiago Menor o padroeiro da diocese do Funchal, cuja comemoração se faz anualmente no primeiro dia do mês de Maio.

A Sé Catedral é uma bela e vasta igreja, classificada como monumento nacional, que merece ser

demoradamente visitada. O puro gótico das suas linhas arquitectónicas, a esbelteza das colunas das suas naves, o tecto fabricado de cedro indígena, em estilo árabe e marchetado de marfim, a magnífica capela do Santíssimo Sacramento, a riquíssima cruz processional de prata dourada oferecida por D. Manuel I, algumas excelentes telas e outros primorosos objectos de arte são motivos de admiração e apreço para todos os que visitam este templo. A sua construção começou nos últimos anos do século XV e foi sagrada em 1516, não estando ainda inteiramente concluídas as obras de ornato e decorações interiores de toda a igreja.

Vid. o opúsculo Sé Catedral do Funchal pelo Padre Fernando Augusto da Silva.

O antigo Paço Episcopal, onde está instalado o liceu, foi construído em 1751, e a pesar da sua frontaria pesada e despida de quaisquer primores arquitectónicos, conserva no entretanto um certo aspecto de grandeza e não desonrava a alta hierarquia dos seus moradores. A actual residência episcopal fica situada no largo do Ribeiro Real e nas suas dependências encontram-se as diversas repartições eclesiásticas.

Com este assunto, tem uma próxima afinidade os artigos Arcebispado, Bispos do Funchal, Cabido, Deado, Paço Episcopal, Sé Catedral e Seminário, insertos neste Elucidário.

Funchal (Baía do). É a baía do Funchal a mais ampla do arquipélago e tem como limites a Ponta do Garajau, a leste e a Ponta da Cruz a oeste. Desenvolve-se numa curvatura e reentrância sensivelmente regulares entre aquelas duas pontas, achando-se ao abrigo dos ventos de todos os quadrantes, com excepção do vento que sopra de SSE a SSW pelo S. A sua amplidão permite fazer dela um vasto ancoradouro, mas as comunicações com a terra só podem estabelecer-se com relativa facilidade nos pontos mais acessíveis da costa marítima, que se estendem desde o Ilhéu da Pontinha, a oeste, até as proximidades da fortaleza de São Tiago, a leste, afastados um do outro cerca de dois mil metros. Dentro destes limites se realiza todo o tráfego e movimento do porto, sendo este limitado por uma praia de calhaus rolados, de grande fundo e livre de restingas ou cachopos, que possam dificultar o seu acesso. A preiamar ou o estabelecimento do porto, segundo a carta geográfica da Madeira do general A. P. de Azevedo, é ás 12h e 48m, sendo a elevação da maré de 2m,28, afirmando, porém, o engenheiro Mariano F. Faria e Maia, que as amplitudes das marés chegam a 2m,80. Com respeito ao porto do Funchal e marés do litoral da Madeira, diz o ilustre engenheiro Adolfo Loureiro que pouco se conhece acerca das influencias lunares no fenómeno das marés vivas e

mortas, propagação, velocidade e direcção que nelas se observam, altura e força da vaga conforme o rumo do vento, o seu impulso, duração, etc.. A temperatura das águas e a sua distribuição à superfície, os seus movimentos periódicos e condições, seguindo uma lei que parecia constante, deveriam passar a ser objecto de estudos oceanograficos muito interessantes, que infelizmente não se fizeram nunca.

Vid. Cais, Junta Autonoma das Obras do Porto, Molhe da Pontinha, Porto do Funchal e Marés.

Funchal (Roteiro do) Vid. Roteiro do Funchal.

Funchal Antigo. No pequeno artigo dedicado particularmente á elevação da antiga vila do Funchal á categoria de cidade, transcrevemos o alvará régio de 21 de Agosto de 1508 que promoveu essa criação, querendo agora deixar lançada neste lugar uma rápida ideia do que seria o Funchal nessa época com respeito aos poucos e estreitos arruamentos que então limitadamente o formavam. Como não é fácil fazê-lo com um grande rigor topográfico, limitar-nos-emos a um ligeiro esboço, apresentando os escassos elementos de que é possível dispor-se para esse fim.

A igreja que tomou por orago Nossa Senhora da Conceição, vulgarmente Nossa Senhora do Calhau, destruída pela aluvião de 1803, já em 1508 estava edificada na margem esquerda da ribeira de João Gomes, próximo do local onde hoje se encontra o chamado Poço do Calhau. Para leste dessa igreja estavam as ruas dos Balcões e de Santa Maria, esta menos extensa provavelmente do que agora é, mas com muitas casas grandes e bem construídas: em que residiam vários fidalgos e homens abastados.

O largo do Pelourinho e as ruas Direita e dos Mercadores existiam em 1508, mas decerto com aparência bem diversa da que agora apresentam. O largo do Pelourinho era arborizado, provavelmente com essências indígenas, e no sítio onde está hoje a rua da Cadeia Velha, via-se um enorme til, que, no dizer de Manuel Tomaz, «abraçava com ramos estendidos duas ribeiras», a de João Gomes e a de Santa Luzia.

Já a esse tempo existiam igualmente as ruas do Sabão e do Esmervaldo, estando nesta ultima a casa nobre de João Esmervaldo, cavaleiro flamengo que viera para a Madeira em 1480, e perto dela o granel do poço, que

fora residência de Cristovão Colombo e onde, segundo a tradição, esteve acomodada a primitiva alfândega do Funchal.

A capela dos Varadouros, demolida em 1911, existia já em 1508, mas do actual edifício da Alfandega, se alguma cousa existia, seriam apenas os alicerces, pois foi nesse ano que veio ordem da metrópole para se proceder á sua construção.

A primeira igreja paroquial foi a de Nossa Senhora do Calhau, mas em 1508 foi a paróquia transferida para a chamada igreja grande, cujo orago é Nossa Senhora da Assunção, e começada a edificar em 1493 com os rendimentos da imposição do vinho, a qual, desde que em 1514 foi criado o bispado do Funchal, ficou sendo, como ainda agora é, a Catedral. Só em 1558 é que a cidade foi dividida em duas freguesias, a da Sé e a de Santa Maria Maior, passando desde então a igreja de Nossa Senhora do Calhau a ser novamente templo paroquial.

Para além da rua dos Mercadores, no ponto onde está agora a entrada da cidade, havia algumas casas, mas o local era bem diferente do que é presentemente. A fortaleza de S. Lourenço não tinha sido ainda construída, e no terreno onde está agora a Praça da Constituição havia plantações de cana sacarina que se estenderiam provavelmente até perto da rua da Carreira, visto o edifício do hospital de Santa Isabel só ter sido começado depois de 1686.

Ao tempo do Funchal ser elevado á categoria de cidade, existia um pequeno hospital na rua a que chamam agora do Hospital Velho, tendo antes havido um outro estabelecimento de igual natureza junto da capela de S. Paulo já fora da povoação, em terreno cedido pelo donatário da ilha em 25 de Março de 1454.

A casa da câmara, denominada então Curral do Concelho, estava no sítio onde actualmente se dá o encontro da Avenida Antonio José de Almeida com a rua da Alfândega, e no largo de S. Sebastião via-se a capela da invocação deste santo, a qual foi um dos primeiros templos erigidos na ilha. A rua dos Ferreiros ia até pouco acima da igreja do Colégio que é edificação posterior á época a que nos referimos. Perto da actual travessa de João de Oliveira existia há muitos anos um prédio que chegámos a conhecer e cuja construção deveria remontar aos tempos do reinado de D. Manuel.

O recolhimento do Bom Jesus ainda não existia em 1508, nem tão pouco a rua onde ele se acha, nem a das

Hortas. A igreja do Carmo não estava também ainda edificada, mas a rua que da mesma igreja tomou o nome deveria existir a esse tempo, comunicando com a rua Direita pela rua chamada mais tarde da Cadeia Velha, e pela da Margem da Ribeira. É de crer que uma ponte de madeira no terminus da rua Direita, pusesse em comunicação as duas margens da ribeira de Santa Luzia.

A rua da Carreira, a mais larga da povoação, mas com aspecto bem diferente do actual, não iria provavelmente além da rua dos Aranhas, construída mais tarde, ficando-lhe perto a Mouraria, residência dos mouros cativos. A rua das Pretas existia também em 1508, mas a igreja de S. Pedro só mais tarde começou a ser edificada.

Fora da cidade estava o mosteiro de Santa Clara, levantado em 1492 perto da residência do donatário, que era provavelmente na quinta denominada agora das Cruzes, e bem assim a capela de S. Paulo e de Santa Catarina, tendo esta anexa um hospício onde viviam mulheres pobres. É possível que o hospital de S. Lazaro estivesse já edificado em 1508.

No sítio onde agora estão a rua 5 de Junho e as travessas que nela vêm desembocar, havia grande numero de casebres em que residia a gente mais pobre da povoação. Para oeste viam se extensas plantações de vinha e cana sacarina que deveriam ocupar os terrenos cortados agora pela rua da Imperatriz, calçada da Cabouqueira e parte da rua da Carreira.

A igreja de Santa Luzia e de Santa Maria Maior, o Convento da Incarnação, o das Mercês e a cortina da cidade, são edificações posteriores a 1508. Existiam porém, já a esse tempo o convento de S. Francisco, no sítio onde está hoje o Jardim de S. Francisco e a capela de S. João.

Por essa época, embora com aspecto diferente do actual, existiam já as pequenas ruas de João Tavira, Santa Catarina, Cidrão e Hospital Velho e os largos do Corpo Santo e de S. Paulo, além de outros largos e ruas, cujos nomes não ficaram na tradição local.

Do que fica dito vê-se, pois, que embora o Funchal de 1508 fosse muito menos extenso do que o actual, possuía no entanto a área suficiente para constituir uma cidade. Pelo lado de oeste estendia-se até pouco além do convento de S. Francisco, não chegando, porém, a atingir a ribeira de S. João, pelo lado de leste até a capela do Corpo Santo, que ainda no tempo de Frutuoso pegava com as primeiras casas da cidade, e finalmente pelo lado norte eram seus limites a rua do Hospital Velho, a do Carmo, que não iria

provavelmente além do ponto onde está a igreja, a da Carreira, a das Pretas e a Mouraria.

Mas não era só pela sua extensão que se recomendava a primeira povoação da Madeira no tempo de D. Manuel; recomendava-se também pelo seu clima, pelo seu porto e por ser a sede da indústria e da navegação de todo o arquipélago, sendo possível que todas estas circunstâncias contribuíssem mais ou menos directamente para levar o monarca a assinar o diploma que elevava á categoria de cidade a vila fundada por Zargo.

Funchalense (O). Deste jornal publicaram-se apenas três números, de 2 a 21 de Julho de 1847.

Com o mesmo título se publicou outro periódico, de que foi redactor o Dr. Sebastião Frederico Rodrigues Leal, saindo 103 números de 17 de Abril de 1859 a 13 de Junho de 1861.

Um terceiro jornal do mesmo título, de que apenas se publicaram 9 números, saiu de 1 de Setembro a 26 de Outubro de 1886.

Funchalense Liberal (O). O primeiro numero publicou-se a 3 de Fevereiro de 1827 e o decimo sétimo a 26 de Maio do dito ano. Foi seu redactor o distinto madeirense Dr. José Martiniano da Fonseca, enforcado no Porto pelas «justiças miguelistas».

V. Fonseca.

Funchalia. Género de crustáceos dedicado pelo falecido naturalista inglês, James Yate Johnson, á cidade do Funchal, onde residiu por largos anos. A Funchalia Woodwardi é a única espécie assinalada até agora no referido género, que foi publicado nos Proceedings of the Zoological Society, de 28 de Novembro de 1867.

Funcho (Foeniculum vulgare). Umbelífera frequente na região baixa da costa sul da Madeira. Os seus frutos são estimulantes e carminativos. Veja-se o que deixamos dito sobre a origem do nome do Funchal.

Funcho (Pico do). Fica na freguesia de São Martinho, com a altitude de 255 m.

Funda (Ribeira). Nasce nos Picos da Silva e da Relva e separa as freguesias do Estreito da Calheta e dos Prazeres, tendo como afluente o ribeiro do Mendes.

Funda (Ribeira). A freguesia de São Jorge é atravessada por uma ribeira que tem aquele nome.

Fundoa. Sítio povoado da freguesia de São Roque do Funchal. Neste sítio e na margem direita da Ribeira de Santa Luzia, encontra-se a capela de Nossa Senhora do Rosário, edificada por João da Paz de Castro no ano de 1668. Os jesuítas tiveram ali uma residência com capela privada e terras circunjacentes.

Neste sítio se encontrava um importante reservatório de águas potáveis que, por meio dum extenso aqueduto, eram conduzidas para o centro da cidade e especialmente destinadas ao abastecimento do antigo hospital da Misericórdia e outros edifícios. Foi mandado construir pelo então provedor o bispo D. Fr. Joaquim de Meneses e Ataíde no ano de 1817 e dirigido pelo engenheiro Paulo Dias de Almeida, sendo considerado na época como uma valiosa obra debaixo do ponto vista técnico.

Furado (Baixa do). É um baixio que se encontra na costa da freguesia das Achadas da Cruz.

Furado (Baixa do). V. Nariz (Baixa do).

Furado (Ponte do). É a saliência da costa marítima, que pelo lado de leste, limita a enseada da Abra (V. este nome), próxima da Ponta de São Lourenço.

Furado (Ponta do). No litoral da ilha do Porto Santo, a sudoeste se encontra esta ponta, também chamada Ponta da Cana Vieira.

Furão (Pico do). Fica esta elevação montanhosa nas serras da freguesia do Curral das Freiras.

Fura-Vasos. Peixe da família Percida, que frequenta no verão as águas do litoral do arquipélago. É raro, sendo quasi sempre colhido em redes de atravessar. O sabor é delicado e a cor dum carmezim brilhante.

É Também chamado alfonsim do rolo, e outrora foi conhecido por alfaraz e realista.

Furilhão. O Furilhão ou Prego do Mar, é um rochedo com 49 metros de alto, que se ergue a muito pequena distância do ilhéu Chão.

E tradição na Madeira que este rochedo foi bombardeado em certo dia por uma fragata inglesa, que o tomara por um navio suspeito. O Furilhão é conhecido dos navegadores ingleses pelo nome de Sail Rock.

Furna da Mulher. Tem este nome uma cavidade ou furna situada na costa marítima, de oeste, na Deserta Grande. (Ilhas Desertas).

Furtado. O apelido Furtado procede de Rodrigo Enes Furtado, que foi um dos mais antigos povoadores da Ponta do Sol e ali edificou uma capela na respectiva igreja paroquial, onde jaz sepultado, tendo falecido em 1486.

Furtado (Diogo de Mendonça). A sua nomeação para governador e capitão-general da Madeira data de 17 de Dezembro de 1659 e a respectiva posse é de 2 de Dezembro de 1660.

Cinco dias depois foi às casas da câmara desta cidade e perante o senado apresentou o diploma de doação que D. João IV fizera deste arquipélago à princesa D. Catarina, a fim de que fosse convenientemente registado. V. Doação da ilha da Madeira á Infanta D. Catarina.

Fusão (A). Publicou-se o primeiro numero a 21 de Janeiro de 1868, e o ultimo por meado de Julho do mesmo ano, tendo saído vinte e quatro números.

Fustete. V. Ameixieira de Espinho.

G

Gabinete de Historia Natural Antigo. Estabelecimento, onde se deviam colecionar os mais notáveis produtos naturais e curiosidades das Ilhas da Madeira e Porto Santo, começou a ser organizado no dia 4 de Abril de 1850, tendo sido destinadas para a sua acomodação algumas salas do Palácio de S. Lourenço.

O gabinete de historia natural, um dos muitos melhoramentos devidos á iniciativa e á enérgica vontade do conselheiro José Silvestre Ribeiro quando governador civil do Distrito, foi sempre muito deficiente, e as colecções que ele chegou a encerrar, perderam-se todas ou foram roubadas, depois que o mesmo governador deixou esta ilha no ano de 1852.

V. Museus.

Gados. Figuram na agricultura madeirense, dizia em 1865 o agrónomo Eduardo Dias Grande, todas as raças de animais domésticos do continente do reino, formando a raça bovina o capital mais importante da pecuária distrital. Havia então, segundo o mesmo agrónomo, 25:338 cabeças de gado bovino em todo o arquipélago, regulando o peso vivo de cada cabeça por 238 quilogramas.

«Ha boas razões para se acreditar, lê-se no relatório apresentado por Eduardo Grande á Sociedade Agrícola do Funchal, que viesssem do Minho (pátria de Zargo) os primeiros indivíduos da raça bovina, e é também de suppor que concorressem outros do Algarve, d'onde nas primeiras epochas accudiram grande numero de colonos. A ser assim, da conjugação d'aquelles dois ramos, proviria a raça da ilha, e a corpulência dos bois do norte modificada pelo aligeirado dos do Algarve, devia ainda ir apoucando-se no vulto, de geração em geração e affeiçoando-se á imagem das raças pequenas dos paizes quentes, de pastos finos e de relevo tão caprichosamente montanhoso. Esforço no trabalho, mediania na secreção do leite, producção abundante de manteiga, são caracteres destas raças.»

Miguel Fitzgerald fez vir para a Madeira em 1802 os primeiros bovídeos de raças inglesas e pouco depois pedia a cooperação do governo português para o estabelecimento duma granja modelo nesta ilha. Essa cooperação foi-lhe concedida, tendo chegado a celebrar-se um contracto entre o mesmo Fitzgerald e o governador e capitão-general D. José Manuel da Câmara para o estabelecimento da dita granja, mas a empresa não deu resultado, por motivos que inteiramente desconheemos.

Depois de Fitzgerald, outros indivíduos introduziram bovídeos de Inglaterra e doutras proveniências na Madeira, os quais tendo-se cruzado com os animais da ilha, deram origem a uma raça de corporatura meã, mas mais desenvolvida que a raça da terra. Os mestiços predominam hoje na população bovina madeirense, sendo conhecidos geralmente pela denominação de gado inglês, ao passo que no Porto Santo é a raça da terra que predomina, tendo ali adquirido dimensões mais reduzidas do que na Madeira.

Os bois, como os coelhos e certos vegetais, apresentam no Porto Santo exemplos típicos de nanismo, fenómeno este que bem pode ser atribuído á dificuldade que têm as espécies encerradas num espaço limitado, de fortificarem a sua raça por intermédio dos cruzamentos entre indivíduos variados e numerosos.

Há notícia de entre 1830 e 1840 serem introduzidas algumas vacas Ayrshire Dairy na Madeira, tendo mais tarde um criador inglês mandado vir as primeiras Durham. Depois vieram as reses holandesas, as Jersey, as Schwitz, as Alderney e as Taurinas, tendo sido todos estes elementos que misturando-se com a raça da terra em repetidos cruzamentos, deram origem ao novo tipo que, como dissemos, predomina agora na Madeira.

Na raça da terra há a assinalar duas sub-raças: a vermelha e a alvaçã. A primeira, a mais comum, acha-se representada em todas as freguesias da Madeira e conhece-se pelos pêlos vermelhos ou dum amarelo

escuro; a segunda está limitada aos concelhos do Porto do Moniz e da Calheta e é caracterizada principalmente pela cor branca ou esbranquiçada da pelagem. As reses da sub-raça vermelha também são conhecidas pela denominação de profetas ou do Porto Santo, enquanto as da sub-raça alvaçã recebem muitas vezes o nome de gado maneiro ou da Ponta do Pargo.

Os bois para o trabalho usados no Funchal, são quasi todos do Porto Santo; embora pequenos, estes animais prestam-se excelentemente ao serviço rude que se lhes exige e desenvolvem uma actividade que dificilmente se observa em bovídeos de outras proveniências. No resto da ilha o trabalho é feito muitas vezes por vacas da raça da terra, as quais não deixam por este motivo de ser votadas também á criação.

O gado nascido no Porto Santo desenvolve um pouco a sua estatura quando alimentado nos estábulos do Funchal e arredores, mas os seus descendentes perdem um tanto a rijeza nos cascos que torna os bovídeos da vizinha ilha tão apreciados para o trabalho em terrenos acidentados ou pedregosos.

Como animais de trabalho, são dignos também de apreço os bois que se importam ás vezes dos Açores, cuja corporatura é mais avantajada que a dos animais da raça da terra. As vacas Corvinas, importadas daquele arquipélago, parece que perderam na Madeira uma boa parte das suas aptidões lactígenas.

Os cruzamentos comunicaram mais actividade na secreção do leite á raça terranteza, mas esmoreceram-lhe o ânimo para o trabalho e enfraqueceram-lhe a aptidão para arrastar pesadas cargas nos acidentados terrenos da nossa ilha. Diz-se que as vacas da raça cruzada fornecem entre 900 e 1500 litros de leite anualmente, mas o agrónomo Eduardo Grande admite que esse fornecimento possa ir até 1770 litros nas freguesias desde a Ribeira da Janela até os Canhas, devido á humidade atmosférica, á qualidade das ervagens e a outras circunstancias que aí se dão. A produção diária no período de maior secreção do leite não vai geralmente além de 6 a 8 litros, embora se citem casos dessa produção atingir 14 e 15 litros.

Outrora criavam-se nas serras numerosos bovídeos da raça do arquipélago, mas presentemente quasi todos esses animais vivem estabulados ou estão sujeitos a um regime misto de pasto e estabulação. No Paul da Serra, nas Achadas da Cruz e algumas localidades mais, encontra-se ainda algum gado manadio o qual é destinado geralmente a ser abatido.

A criação do gado cavalar tem muitíssimo menor importância na Madeira que a do gado vacum, havendo a

distinguir nele os animais nascidos na terra e os que são importados de Portugal, da Inglaterra e de outros países quasi sempre pelos alquiladores. A raça da terra é forte, activa, sóbria e de singular ardência, mas tem pequena procura hoje, por causa da sua pequena estatura.

Por 1891 veio para a Madeira um garanhão de boa raça, destinado a melhorar a qualidade dos animais da terra, mas nenhum benefício resultou dessa introdução, talvez pela grande diferença de estatura que havia entre o cavalo reprodutor e as éguas da ilha. O cavalo depois de haver estado na Fajã da Ovelha, veio para o Funchal, onde foi sustentado por algum tempo pela Câmara Municipal, seguindo finalmente para Lisboa, a fim de recolher ao posto ou estabelecimento que o havia cedido.

A indústria hípica, que nenhuma importância tem agora na ilha, está restringida ao Paul da Serra e ao Santo da Serra. Os animais são criados geralmente em liberdade, mas quando têm dois ou três anos o criador recolhe-os para os vender se atingem uma certa corporatura, voltando os de qualidade inferior para a serra, se não podem ter aplicação alguma. Os potros de estatura muito reduzida são castrados no geral para obstar a que se reproduzam.

Também se encontra na Madeira o gado muar e asinino, aquele importado de Portugal, da Andaluzia e de Marrocos, e este do Porto Santo. A produção do gado muar já existiu no Porto Santo, mas hoje está ali completamente extinta.

Pelo que respeita aos ovídeos, aos caprideos e aos suídeos, há a dizer que são criados por toda a parte na Madeira, existindo ainda muitas cabras e porcos nas serras, a pesar disso ser proibido por lei. Grandes são os prejuízos que estes animais tem causado ás nossas matas, e seria um acto de grande utilidade publica fazer cumprir por toda a parte a chamada «lei de pastagem de gado nas serras da ilha da Madeira» publicada em 23 de Julho de 1913.

Os ovídeos madeirenses são quasi todos da raça da terra, que é bastante robusta e se cria geralmente nas montanhas, mas afora esses animais, existem alguns carneiros merinos e de raças inglesas, sujeitos ao regímen da estabulação ou da meia estabulação.

Segundo conta Eduardo Grande, o regente enviou em 1802 um oficio ao capitão-general D. José Manuel da Câmara, felicitando-o «pelo bom resultado que houvera da introdução do gado ovelhum de lan comprida»,

mas este gado degenerou na ilha, o mesmo acontecendo a outros animais de boa estirpe, introduzidos posteriormente. O referido Eduardo Grande encontrou no arquivo do Governo Civil alguns documentos donde se vê que no aludido ano de 1802 o irlandês Fitzgerald ofereceu ao Governo um casal de gado lanígero da mais excellente raça da Inglaterra.

As lãs brancas dominam no distrito, servindo para encher colchões e para o fabrico de certos tecidos grosseiros de que se vestem os camponeses.

O gado caprino, que até há bem pouco tempo vivia em grande quantidade nas serras, começa agora a ser retirado para as fazendas, mas há de ser difícil acabar com o mau habito de deixá-lo pastar livremente na região elevada da ilha, embora todos reconheçam que ele constitui o pior açoute das árvores e de toda a sorte de culturas. Os incêndios que desde 21 a 28 de Agosto de 1919 destruíram muitas das valiosas matas madeirenses, foram devidos aos criadores de gado, cuja irritação é grande por terem sido forçados a acatar as disposições da lei da pastagem nas serras da ilha da Madeira, publicada em 23 de Julho de 1913.

O leite das cabras que se apascentam nas montanhas fica desaproveitado, mas não deixam por isso de ser úteis estes animais, pois que fornecem as peles de que se fazem os chamados borrachos (V. este nome) e as botas chãs ou de vilão. A carne de cabra é pouco apreciada, mas a dos cabritos de tenra idade é saborosa e aparece em muitas mesas, principalmente durante a Páscoa.

É costume os criadores de cabras reunirem-se na serra num dia do mês de Agosto, a fim de colherem os animais destinados a serem vendidos ou abatidos. Com o auxilio dos cães, conseguem esses criadores conduzir as cabras para um terreno a que chamam falso, e que cercam de varapaus e urzes entrançados, sobre os quais colocam os coletes, sendo ai que se faz a referida escolha. As reses que vêm para os povoados são destinadas as mais das vezes á produção do leite, de que se faz um grande consumo em todo o distrito.

As fêmeas da raça da terra produzem anualmente 200 a 250 litros de leite, não falando no que é consumido pelas crias, mas há cabras de outras proveniências, de maiores aptidões lactígenas.

A cabra das Desertas, oriunda de animais que de longe em longe são lançados naquelas ilhas, é mais pequena que a da Madeira, distinguindo-se dela também pelos membros mais robustos e pelos chifres mais direitos. A armação dos bodes é robusta e retorcida no alto.

Entre as cabras que são conduzidas diariamente ao Funchal para o fornecimento de leite, vêm-se muitas, pertencentes á raça do vizinho arquipélago das Canárias, que se distinguem das cabras da terra pelo focinho mais grosso, pelos pêlos muito mais compridos, pelas orelhas grandes e pendentes e por alguns outros caracteres.

Pelo que respeita ao gado suíno, o único de que nos resta falar, distinguem-se nele a raça da terra, oriunda de animais vindos de Portugal nos tempos do povoamento, e as raças importadas modernamente, avultando entre estas as inglesas e alentejanas. Os suideos do Alentejo têm-se abastardado um tanto no distrito, mas as raças Berkshire, Yorkshire e outras, oriundas de Inglaterra, dão excelentes exemplares, quer se trate de animais de meã, quer de grande corporatura. A raça Poland-China, de origem americana e também introduzida na Madeira, é menos apreciada que as Berkshire e Yorkshire, pois que toma demasiada gordura.

Os porcos da terra que vivem errantes nas serras, apresentam ás vezes caracteres que os distinguem dos suínos das pocilgas, sendo principalmente no Fanal que se encontram os melhores exemplares da variedade madeirense. Os varrões desta variedade têm defesas robustas, que igualam em tamanho as do Sus Scrofa.

"o porco, diz Eduardo Grande no seu já citado relatório, é o animal dos países pobres e da pequena propriedade. Vorazes e omnívoros, a facilidade da sua propagação e a modicidade do seu preço, tornam-no precioso e quasi indispensável para os pobres habitantes dos nossos campos, e o único compatível com a estreiteza dos seus meios".

Com efeito, poucos são os camponeses que não criam nas parcelas de terreno que cultivam um ou mais suínos, sendo estes animais que lhes fornecem uma boa parte do adubo com que fertilizam as terras, e a carne que comem pelo Natal e no resto do ano.

A criação dos suídeos em plena liberdade pelas serras é proibida, como já dissemos, pela lei das pastagens, mas há-de ser difícil acabar em ela, se bem que alguma cousa se tenha feito nos últimos tempos com o fim de pôr termo a um abuso que bastante tem contribuído para o aniquilamento das nossas matas.

Os principais centros de produção de gado porcino são Sant'Ana e Ponta do Sol, mas em toda a ilha se cria este gado, de imensa utilidade para o camponês. Os machos e as fêmeas destinados á engorda, são castrados

dos dois meses em diante, e três ou quatro meses antes de serem abatidos têm uma melhoria na alimentação, passando a receber diariamente uma certa dose de milho ou de farelo de trigo a fim de nutrirem rapidamente.

o mapa seguinte mostra qual o numero de cabeças de gado de diferentes espécies existente no distrito do Funchal nos anos de 1851, 1873 e 1893:

Espécies	1851	1873	1893
Bovina	20.917	21.720	28.417
Cavalar	390	259	309
Muar	95	83	77
Asinina	251	201	51
Ovina	90.403	16.150	28.417
Caprina	86.686	18.210	18.604
Suína	19.667	23.510	34.230

Antes de concluirmos esta rápida noticia sobre as diferentes espécies da população pecuária do arquipélago, devemos dizer que embora o numero de cabeças de gado bovino e suíno não aumentasse de 1893 para cá tão consideravelmente como certas circunstancias podem fazer supor, todavia o seu valor é hoje imensamente superior ao que era então. Uma junta de bois para o trabalho, que pouco depois de principiar a guerra europeia se comprava por 200 e 250 escudos, custa hoje de 800 a 1200 escudos, e uma vaca de leite que há 20 anos se adquiria por 50 e 60 escudos e ainda não há muitos tempos por 100 e 120 escudos, atinge presentemente preços que oscilam entre 200 e 300 escudos. Um pequeno suíno custa agora 30 e 40 escudos, quando o seu preço regulava há poucos anos por 5 e 6 escudos.

A enorme procura que agora tem o leite, em virtude do desenvolvimento tomado pela indústria do fabrico da manteiga, é uma das principais causas dos preços atingidos pelo gado vacum, sendo de notar que algumas localidades está posta quasi inteiramente de parte a criação dos vitelos, que são mortos poucos dias depois de nascerem, a fim de que a produção lactígena das reses possa ser destinada exclusivamente a fins industriais.

A nosso ver, a população pecuária não pode ser notavelmente aumentada enquanto senão melhorarem os recursos forraginosos do distrito. Segundo os melhores cálculos, só existem hoje no arquipélago mais 3.480 cabeças de gado bovino do que em 1893, mostrando este acréscimo verdadeiramente insignificante para um país que tem na criação dos gados e no fabrico da manteiga importantíssimas fontes de receita, que estas indústrias adquiriram já todo o desenvolvimento compatível com os recursos locais.

O criador de gados que incendeia as florestas das nossas montanhas tem em vista geralmente alargar a área pascigosa do distrito, quando o que ele devia fazer para conseguir este desideratum era explorar convenientemente os prados e pastagens existentes e introduzir e propagar novas espécies forraginosas, adequadas aos terrenos e clima da ilha. Nunca se cuidou a sério em melhorar os recursos forraginosos do país, e deste desleixo se ressente agora mais do que nunca a nossa terra, cuja economia rural muito teria a lucrar com o incremento da população bovina e o aproveitamento racional das raças leiteiras.

Quem quiser possuir uma notícia mais circunstanciada sobre os gados existentes neste arquipélago, tem de compulsar o importante e desenvolvido trabalho, que lhe dedicou o distinto veterinário João Tierno, inserto no relatório que, há cerca de quarenta anos, dirigiu às Estações superiores, na qualidade de intendente de pecuária do distrito do Funchal. A pesar de não se referir a uma época muito recente, os seus dados estatísticos e as suas interessantes informações conservam ainda uma grande actualidade e podem ser consultadas com o maior aproveitamento. Ocupa-se do recenseamento dos gados, das áreas que ocupam, do numero das suas espécies com relação á superfície e á população, das suas raças e sub-raças, das suas características anatómicas, da sua importância na economia do distrito, das causas da sua pequena expansão etc. etc., o que tudo constitui indubitavelmente um largo e proficiente estudo.

Entre os interessantes artigos *Bovideos*, *Equideos*, *Oideos*, *Caprideos* e *Suideos*, deve destacar-se o primeiro, a que o seu autor deu uma desenvolvida esplanação, tornando-o, quanto possível, inteiramente completo no seu género.

Sobre o assunto, é também de grande aproveitamento o ler-se o interessante livro *Mamíferos do Arquipélago Madeirense*, da autoria do Sr. tenente-coronel Alberto Artur Sarmento.

Parecendo-nos muito acertadas e proveitosas as considerações que o *Diário de Notícias* do Funchal apresentou num dos seus editoriais do mês de Janeiro do ano corrente de 1941 acerca do fomento pecuário,

vamos com a devida vénia transcrevê-las nestas paginas, persuadidos de que elas poderão servir de orientação e de estímulo para os que neste arquipélago particularmente se dedicam á criação do gado bovino.

Na Madeira, terra essencialmente agrícola, a questão pecuária reveste interesse especial, sob o ponto de vista da lavoura, dos lacticínios e da própria alimentação publica.

Infelizmente, a criação do gado faz-se nesta ilha sem qualquer critério racional e o resultado é que não se tira da exploração pecuária todo o rendimento que esta comporta.

Em todas as terras onde existe um critério inteligente a este respeito procura-se determinar qual o fim da exploração pecuária e conforme este visa a produção de leite ou de carne assim também se escolhem as raças ou animais para criação.

Nas regiões próximas da cidade dão-se a preferência ás raças grandes produtoras de leite, por serem estas as mais remuneradoras. Nas regiões mais afastadas, em que o leite produzido se destina á indústria dos lacticínios, escolhem-se as raças que, produzindo menos leite, dão, contudo, um produto mais próprio para o fabrico de queijo ou de manteiga.

Na Madeira, infelizmente, o nosso agricultor não tem orientação segura a este respeito e não só não existem tipos ou variedades definidas mas também o que resta de importações feitas há anos tende a degenerar cada vez mais, com misturas e cruzamentos a que não preside qualquer critério racional.

A criação do gado não obedece a preceitos que são elementares em pecuária. Não se cuida da saúde dos animais, estes muitas vezes, vivem com falta de ar e luz, e quando no Matadouro se condensa um animal por estar doente ou ser impróprio para o consumo, faz-se grande algazarra como se o público fosse obrigado a comprar tudo aquilo que para ele é destinado.

Valha a verdade que raro é o gado criado entre nós, com o fim de ser abatido. A maior parte das reses que vêm para o Matadouro são vacas que foram, durante anos, leiteiras e que são mortas por já não ser compensadora a sua exploração.

Cremos que devia levar-se o nosso agricultor a seleccionar o seu gado na base que acima deixamos exposta. Nas freguesias suburbanas, S. Roque, S. Martinho, Monte, etc.--o gado criado devia ser essencialmente de grande produção leiteira. Nas freguesias mais distantes: Santa Cruz, Sant'Ana, Fajã da Ovelha, deviam ter-se vacas cujo leite, pela sua constituição, rica em nata, fosse o mais apropriado para o fabrico de queijo ou de manteiga.

Nas variedades locais, adaptadas ao meio, ao seu clima e ao sistema de estabulação, poderiam encontrar-se tipos aproveitáveis; susceptíveis de serem melhorados por uma selecção racional e por sangue novo, sempre conveniente e benéfico.

Não se cria na Madeira gado para carne.

Mas era também um aspecto a considerar e um objectivo a atingir desde que se pagasse a carne em consideração da qualidade do gado apresentado. É claro que já hoje se segue, em parte, esse critério, estabelecendo-se categorias no gado abatido. Mas devia ir-se mais além ainda acentuando-se bem que o criador que escolhe e trata racionalmente os seus animais deve ter uma maior compensação.

A instabilidade que se tem notado no lugar de Intendente de Pecuária tem prejudicado a adopção dum plano de acção em capítulo de tão grande importância na vida rural madeirense. Mas agora que aquela função está na dependência da Junta Geral, este corpo administrativo vai marcar, com certeza, uma orientação própria e estável tanto mais que o seu interesse pelos assuntos e problemas da lavoura garantem, em absoluto, o critério e o acerto dessa orientação.

Gafanhotos. De longe em longe aparecem na Madeira alguns gafanhotos vindos da costa africana, mas verdadeiros estragos causados por esses insectos, só há a registar os do mês de Outubro do ano de 1844. Durante dois ou três dias os gafanhotos descreveram no ar uma elipse com 5 a 6 quilómetros de diâmetro, pousando pela tarde sobre as árvores e as outras plantas, cuja folhagem destruíam.

Os gafanhotos desapareceram tão rapidamente como tinham aparecido, mas nas águas da baía do Funchal e do Porto Santo viu-se boiar durante alguns dias grande numero daqueles animais. "A Câmara Municipal do Porto Santo, dizem os Anais daquela ilha, lavrou um acordam em que se determinou que cada um dos

habitantes deveria apresentar um alqueire daqueles insectos ao secretario da mesma Câmara João António Pedroso, e deste modo em poucos dias foram enterrados 360 alqueires daquela monstruosa praga».

Os gafanhotos que invadiram a Madeira e o Porto Santo nos fins do mês de Outubro de 1844 pertenciam á espécie *Decticus albifrons*, a qual depois disso, tem sido vista algumas vezes no Funchal.

Gagel (Dr. C.). Geólogo e paleontologo alemão que visitou a Madeira em princípios do século XX. E.: *Ein Ausflug Nach Madeira*, Berlim, 1904, *Geologische Beobachtungen auf Madeira, Die mittelatlantischen Vulkaninseln* (incluido no *Handbuch der regionalen Geologie*) e *Beitrage zur Kenntnis der insel Selvagem Grande* (publicado no *Neuen Jahr.für Miner. Geol. und. Palaont.*, 1911).

Gago (António). No artigo Afonso (João) não nos referimos a outro companheiro de João Gonçalves Zargo na sua primeira viagem de descoberta do arquipélago, que tinha o nome de Antonio Gago e que Frutuoso diz ser «homem nobre dos Gagos do Algarve».

Vid. Companheiros de Zargo.

Gaiado (*Thynnus pelamys*). Peixe da família Escombrida, de passagem na Madeira, principalmente durante o verão e outono. É abundantissimo em certos anos e é consumido geralmente depois de salgado e seco ao sol. Apanham-no á linha e é aproveitado, como as outras espécies do género *Thynnus*, para a preparação da chamada conserva de atum, que a Madeira exporta em larga escala para Portugal. O gaiado é conhecido também pelo nome de bonito nalgumas partes de Portugal.

V. Atum.

Gaias. Por fins do século XV habitava em Machico Braz Gonçalves de Gaias, que era da casa de el-rei. Foi

um dos antigos povoadores desta ilha e aqui introduziu este apelido, que se extinguiu.

Gain (Dr. L.). Colheu algumas algas nas praias e rochas marítimas da Madeira e Deserta Grande, nos dias 11 e 12 de Agosto de 1911. E.: *Algues provenant des campagnes de l'Hirondelle II–1911 à 1912 (Bullet de l'Institut Océanographique, n.º 279, Janvier 1914, Monaco)*. Também estudou as algas das Selvagens.

Gaio. V. Gaivota.

Gaivota (*Larus cachinnans*). Ave da familia Larida, sedentária no arquipélago. A postura tem lugar sobre os rochedos marítimos, durante Abril e Maio, constando a ninhada de três ovos de cor variável. O ninho é construído com plantas secas, entrelaçadas.

Os madeirenses dão o nome de gaio ou gaivoto aos indivíduos novos da gaivota, os quais se distinguem dos adultos pela plumagem escura, que só ao cabo de três anos está substituída pela plumagem definitiva.

Galão. Medida de capacidade correspondente a 3,5 ou 3,6 litros. É muito usada nesta ilha na medição dos vinhos e aguardentes.

Galdo. No artigo consagrado á freguesia da Boaventura já nos referimos a Pedro Gomes Galdo, que foi um dos primeiros povoadores que usaram este apelido entre nós. Teve muitas terras de sesmaria na Boaventura e em S. Jorge. A este Pedro Galdo ou a um dos seus descendentes se atribue a fundação da capela de S. Cristovão, na freguesia da Boaventura, fundação muito anterior á da criação da paróquia.

Galé (*Baixa da*). Na costa marítima da ilha do Porto Santo, não muito afastado do Boqueirão de Cima,

fica um baixio, que tem o nome de Galé.

Galé (*Ponta da*). A esta pequena saliência do litoral da freguesia do Estreito da Calheta também alguns chamam Galera, estando situada entre a foz da Ribeira de São Bartolomeu e a da Ribeira Funda.

Galeão (*Baixa do*). A leste do porto da vila de São Vicente e não muito distanciada da costa, encontra-se uma restinga, que tem aquele nome.

Galhardo. Diz o anotador das Saudades que o nome Galhardo tem sua origem no apelido Gaillard, ignorando-se quem o introduziu nesta ilha.

Galinhas (*Ribeira das*). Nasce esta linha de água na freguesia da Fajã da Ovelha e desemboca na costa marítima da freguesia do Paul do Mar existindo um pequeno porto na sua foz, a que chamam o Porto das Galinhas.

Galinholas (*Scolopax rusticula*). Ave da família Caradiidra, sub-família Escolopacina, que cria na Madeira, habitando de preferência os vales arborizados do interior, como Ribeira da Janela, etc.. É muito perseguida pelos caçadores.

Galo (*Peixe*). V. *peixe Galo*.

Galo (*Pico do*). Eminênciia no sítio da Cruz da Caldeira, na freguesia de Câmara de Lobos, pouco distante do Cabo Girão.

Vid. Pico do Galo.

Galvão (António). Este conhecido escritor no seu Tratado dos descobrimentos antigos e modernos, escrito em 1550, ocupa-se do descobrimento deste arquipélago.

V. *Saudades da Terra*, pag. 372.

Gama. Parece ter sido o Dr. Lourenço Vaz Pereira da Gama o primeiro que nesta ilha usou este apelido de família. Passou à Madeira nos princípios do século XVI a exercer o lugar de provedor de defuntos e ausentes. Foi pai do Dr. Antonio da Gama, de quem nos ocupamos neste *Elucidário*.

Gama (Arnaldo). O conhecido romancista Arnaldo Gama (1828-1869) escreveu entre outros livros o romance intitulado *A Caldeira de Pêro Botelho*, cujo entrecho se passa em boa parte nesta ilha, sendo alguns personagens também naturais da Madeira, nomeadamente os fidalgos Diogo e Pêro Botelho. Acerca dos elementos de que se serviu para a urdidura deste romance histórico, diz Arnaldo Gama numa nota final do seu livro:—«Terminando, tenho a dizer que a historia dos amores de Diogo Botelho e D. Beatriz, bem como a da Caldeira de Pêro Botelho, foram tiradas da Relação de uma viagem a Espanha, escrita por Tomé Pinheiro da Veiga, que dizem ser autor da celebre Arte de Furtar, viagem de cujo manuscrito é possuidor o Sr. Antonio Rodrigues da Cruz Coutinho, proprietário e editor de este livro».

Gama (Dr. António da). António da Gama é por certo um nome desconhecido para a maioria dos madeirenses, a pesar de ter florescido no século XVI como um abalizado jurisconsulto, gozando de grande reputação no seu tempo, em toda a Europa culta.

Os seus escritos e a fama que adquirira como professor numa universidade estrangeira granjearam-lhe no nosso país os foros de um dos primeiros legistas da sua época, tendo exercido os mais elevados cargos na Casa da Suplicação, na Chancelaria e no Desembargo do Paços principalmente em atenção aos seus vastos

conhecimentos de jurisprudência. A sua obra *De Juribus, quibus Lusitanum imperium in Africa, Índia ac Guinea. Decisiones supremi senati regni Lusitanae* foi sucessivamente publicada em Lisboa, Francfort, Cremona, Veneza e Antuérpia, tendo seis edições nesta cidade, sendo a ultima em 1735, cento e quarenta anos depois da morte do seu autor.

A voga que tiveram alguns dos seus escritos em toda a Europa, durante um tão longo período de tempo, só deve atribuir-se ao seu valor intrínseco, tratando-se sobretudo de um estrangeiro, natural de um país que não se evidenciara muito pela sua cultura intelectual.

António da Gama ou António da Gama Pereira, como também se assinou em algumas das suas obras, nasceu nesta cidade no ano de 1520, sendo filho do doutor Lourenço Vaz da Gama Pereira, que neste arquipélago exerceu o lugar de provedor dos defuntos e ausentes, e de sua mulher Dona Branca Homem de Gouveia.

Desde tenros anos mostrou notável inclinação para as letras, e depois do estudo das humanidades, em que revelou grande aptidão para a língua latina, foi em 1537 cursar a Universidade de Coimbra, onde estudou direito cesareo, sendo o mais distinto discípulo do afamado professor e jurisconsulto Gonçalo Vaz Pinto, dizendo Barbosa Machado «que não invejando os seus condiscípulos era de todos elles invejado».

Em 1543 tomou o grau de bacharel e a 23 de Fevereiro de 1546 fez oposição a uma das cadeiras da universidade, com grande aplauso de mestres e discípulos.

Querendo alargar a área dos seus conhecimentos, dirigiu-se á Universidade de Bolonha, talvez a mais afamada daquela época, e depois de dar ali brilhantes provas do seu talento e do seu saber, foi admitido como membro do corpo docente deste celebre instituto, considerado então como um dos grandes focos da ciência europeia.

D. João 3.º, atraído pela fama do seu nome, convidou-o a vir para Portugal, nomeando-o em seguida lente de uma cadeira na nossa Universidade, sendo depois chamado á corte, onde permaneceu até a morte, desempenhando aqui elevados cargos, em que brilharam notavelmente a sua vasta inteligência e a profundez da seus conhecimentos. Foi Desembargador dos agravos da Casa da Suplicação, passando depois a Chanceler e em seguida ao Desembargo do Paço, tendo ainda exercido outros importantes logares.

Não só se notabilizou como magistrado e se evidenciou sempre como um jurisconsulto distintíssimo, mas ainda era muito venerado pelas suas eminentes qualidades de carácter, impondo-se o seu nome á mais alta consideração de todos.

Durante mais de 40 anos se entregou inteiramente ao desempenho das funções dos seus diversos cargos, não abandonando nunca o estudo da jurisprudência, em que era mestre consumado, sendo sempre a sua opinião muito acatada e consultada nos assuntos mais difíceis.

Além da obra que acima fica apontada, deixou outros escritos, todos em latim, que vêm enumerados na *Bibliotheca Lusitana*, alguns dos quais tiveram diversas edições. Também deixou varias obras inéditas. Faleceu em Lisboa a 30 de Março de 1595, sendo sepultado no convento de Santo Elói, lendo-se no seu túmulo a seguinte inscrição: *Sepultura do Doutor Antonio da Gama Pereira do Conselho del Rey N. Senhor, seu Desembargador do Paço e Canceller da Casa da Suplicação nos quaes Tribunaes serviu 49 anos. Viveu 75. Falleceu em 30 em Março de 1595.*

Gamboa. Este apelido "procede, diz o anotador das Saudades, de Antonio Garcia Gamboa, natural da vila de Almeida, cavalleiro da Ordem de Christo, que foi comendador das miunças da ilha do Porto Santo e do dizimo do pescado da villa de Machico e da de Santa Cruz: teve este também o foro de fidalgo, e a propriedade do posto de sargento-mor da ilha da Madeira, em tempo de D. Sebastião.»

Gamboa e Liz (António de). Foi nomeado Governador Civil deste distrito por decreto de 7 de Dezembro de 1835 e tomou posse a 14 de Maio do ano seguinte. Durante o seu governo, o cargo de chefe do distrito passou a ter a denominação de Administrador Geral, sendo o primeiro que entre nós exerceu este lugar. Em 1838, a Câmara Municipal do Funchal dirigiu uma representação ao governo da metrópole contra a má administração deste governador.

Nasceu em Arruda dos Vinhos a 10 de Janeiro de 1778 e morreu a 26 de Março de 1870.

Gansos de Arribação. Entre as aves que vêm ao arquipélago, têm sido observadas algumas

espécies de gansos, tais como o *Anser cinereus* e o *A. segetum*, o primeiro dos quais habita a Europa do norte e a oriental e o segundo as regiões do círculo polar artico.

Garajau (*Sterna Hirundo*). Ave da família árida, comum nos mares da Madeira. Faz criação sobre as rochas sobranceiras ao mar, depositando sobre o solo nu os três ovos de cor e forma variável que constituem a sua postura.

O garajau deixa estas ilhas em Outubro e Novembro e volta nos primeiros meses da primavera.
V. *Cabos*.

Garajau (Cabo). Referindo-se Gaspar Frutuoso á descoberta desta ilha e á primeira exploração através da costa marítima, diz o seguinte:—«Chegados a huma alta e grande ponta, que a terra fazia grossa e alcantilada no mar, acharam nella tantos garajáos (aves do mar), os quaes sem nenhum medo se punham sobre suas cabeças e sobre os remos, que os tomavam com a mão, com o que tiveram muito gosto e fizeram grande festa. E por esta causa ficou o nome de Ponta do Garajao...» Esta ponta constitue o extremo leste da baía do Funchal, e ao transpô-la, na direcção leste-oeste, aparece-nos de surpresa o encantador panorama da cidade a trepar em anfiteatro pelas encostas verdejantes, dando o conjunto um dos mais maravilhosos trechos de paisagem que um viajante pode ansiosamente esperar... A ponta do Garajau eleva-se 126 metros acima do nível do mar.

Num dos seus pontos mais elevados, a cerca de 120 metros de altitude e ainda dentro dos limites da propriedade que o conselheiro Aires de Ornelas possuía na freguesia do Caniço, fez este distinto madeirense erguer no ano de 1927, uma grande estátua dedicada ao Sagrado Coração de Jesus, que as embarcações avistam a grande distancia, quando demandam o porto do Funchal.

Sobre este palmipede e a ponta da costa marítima a que ele deu o nome, é interessante ler-se a série de artigos que o distinto naturalista Adolfo de Noronha publicou no *Diario de Noticias* do Funchal no mês de Dezembro de 1927.

Vid. Cabos.

Garantia Funchalense. A Companhia de Seguros Garantia Funchalense foi fundada nesta cidade a 6 de Janeiro de 1907, com o capital social de 200.000\$000 réis, tendo por fim realizar seguros terrestres e marítimos.

Garapa. É o suco produzido pela espremedura da cana sacarina. Nas fabricas que produzem aguardente está calculado que são precisos 30 quilogramas de cana para se obter um almude (171) de garapa, e que este almude de garapa produz 5 a 6 quartilhas de aguardente com 26 graus Cartier.

V. Cana Sacarina.

Garapau. Este nome é aplicado tanto na Madeira como no Porto Santo aos indivíduos novos do goraz e algumas vezes do besugo (V. estes nomes). Quando o primeiro destes peixes atinge um certo desenvolvimento, é chamado peixe anique, e só depois de adulto é que recebe a denominação de goraz. O goraz adulto procura as profundidades, ao passo que os indivíduos novos, os garapaus, vivem junto da costa, onde são pescados á linha pelos simples amadores.

Como é bem sabido, não há analogia alguma entre os garapaus da Madeira e os carapaus de Portugal, servindo este ultimo nome para designar os indivíduos novos do chicharro (V este nome), espécie esta que se encontra também nos mares que banham a Península.

Garças. A *Ardea purpurea* e a *A. cinerea* são duas espécies de garças que visitam o arquipélago, recebendo esta ultima o nome de garça real. A primeira aparece de preferência nos meses de outono, inverno e primavera. Pertencem á família Ardeida.

Garcez (Dr. António João Rodrigues). Era medico no Funchal, quando em 1821 foi eleito deputado pela Madeira para as Cortes Constituintes que funcionaram de 1821 a 1822. Não chegou a tomar assento nas cortes, por ter falecido em Lisboa antes de se terem verificado os seus poderes. Para preencher a vacatura foi chamado o deputado substituto Dr. João José de Freitas Aragão. (V. este nome).

Garcia Ramos (Acursio). Nasceu na ilha Terceira no ano de 1834. Durante alguns anos residiu no Funchal, exercendo as funções de medico militar. Em 1872 foi nomeado professor interino da Escola Medico-Cirurgica desta cidade e medico do hospital da Misericórdia. Entre ele e a Comissão Administrativa da Santa Casa, levantou-se um grave conflito, tendo por tal motivo o Dr. Acursio Ramos publicado em 1874 um folheto intitulado *O Hospital de Santa Isabel da cidade do Funchal visto á luz da hygiene*. Em 1880 publicou em Lisboa a obra *Ilha da Madeira*, em dois volumes, de 276 e 200 pags.. Deixou outras obras impressas.

Tendo-se envolvido nas lutas políticas da Madeira, conseguiram os seus inimigos que o coronel Antonio Augusto de Macedo e Couto o fizesse prender no ilhéu sob a acusação de pretender anarquizar o batalhão de caçadores n.º 12 e de ser a alma de um conluio maçónico que tinha por fim entregar a ilha aos americanos, mandando-o seguir dali para Lisboa, onde deu entrada no Castelo de S. Jorge e depois na torre de S. Julião da Barra. Tendo sido preso em 19 de Abril de 1874, só em 8 de Dezembro do mesmo ano conseguiu o Dr. Acursio recuperar a liberdade, depois do conselho de investigação do ridículo processo que lhe fora instaurado pelo referido coronel Macedo e Couto ter declarado que não havia fundamento para um conselho de guerra.

Faleceu em Lisboa a 14 de Setembro de 1892.

Gardner. E.: *The Geology of Madeira (Quart. Journ. of Geol. Soc. of London)*, XXXVIII, 1882.

Garnier (Dr. P.). Medico francês que publicou em 1858 uma tradução da obra do Dr. Barral sobre o clima da Madeira. Esta tradução tem o título *Le Climat de Madère et son influence thérapeutique sur la phthisie pulmonaire*, e nela foram introduzidas, com assentimento do autor, diversas alterações

importantes.

O Dr. Garnier, que esteve na Madeira nos fins de Outubro de 1850, escreveu também um folheto com o seguinte título: *Itinéraire de Paris à Madère (Union Médicale, Outubro, 1859)*.

Garoto (O). Publicação clandestina, de que saiu apenas um numero, com a numeração 0 e a indicação do 5.^º ano de publicação, a 28 de Outubro de 1912.

Com o mesmo título saiu outra publicação clandestina e irregular, que deu quatro números, sendo o 1.^º a 23 de Setembro de 1906 e o ultimo em Janeiro de 1907.

Garoupa (Serranus cabrilla). Peixe da família Percida, que habita os baixos fundos rochosos desde a costa até um pouco além de 100 braças. A briqueira é o aparelho geralmente empregado na sua pesca.

Além de comum, é a garoupa um dos peixes mais finos dos mares da Madeira.

Garreta (Léon). Jovem naturalista francês que fez uma exploração científica nas Selvagens em Junho de 1911 e que também visitou a Madeira, onde se demorou alguns dias. Viajava na pequena chalupa Adolphe Marie, que esteve quasi a soçobrar no seu regresso á Europa.

Garreta encontrou a morte nos campos de batalha da França, em 1914 ou pouco depois.

Garro. Usou este apelido de família Afonso Garro, que foi um dos primitivos povoadores do Funchal. Julgamos que há muito está extinta.

Gaspar (Alfredo Rodrigues). Nasceu nesta cidade a 8 de Agosto de 1865, sendo filho de Manuel Rodrigues Gaspar e de D. Maria Augusta Gaspar. Concluiu o curso de engenheiro maquinista em 1885 e o de oficial de marinha em 1888, e é capitão de mar e guerra e desde 1898 lente da Escola Naval. Tem-se particularmente dedicado ao estudo da balística e explosivos de que é lente, sendo considerado nestas matérias como uma verdadeira autoridade. Representou o nosso país no congresso de química aplicada que em 1909 se realizou em Londres e ali fez uma importante comunicação sobre o Estudo comparativo de algumas das provas de estabilidade dos explosivos...

Foi em 1911 eleito deputado ás Constituintes e senador em 1913. Em 1914 e 1915 foi ministro das colónias, voltando a gerir os negócios da mesma pasta em 1919, no ministério presidido pelo Sr. Sá Cardoso. Foi presidente do concelho de ministros no ano de 1924.

Morreu em Lisboa a 30 de Novembro de 1938.

Gata (*Scymnus lichia*). Esqualo dos mares profundos da Madeira, que tem sido colhido entre 150 e 900 braças. Tem valor industrial pelo azeite que se extraí do seu fígado e pela lixa que fornece a sua pele, usada na marcenaria sob o nome de lixa de gata.

Gaula (Freguesia de). Os medianamente versados na historia da literatura portuguesa conhecem a celebrada novela de cavalaria Amadis de Gaula, atribuída a Vasco de Lobeira e cuja origem, língua em que foi escrita, época da sua redacção, etc., têm sido objecto de diversos trabalhos de critica literária e de investigação histórica, especialmente nos livros de Teófilo Braga—*Introdução e Theoria da Historia da Literatura Portugueza*, *Poetas Palacianos* e *Amadis de Gaula*. Existirá alguma correlação entre o nome dado a esta paróquia e o da famosa novela? O Dr. Alvaro de Azevedo não o nega nem afirma, fazendo uma referência vaga e ambígua á freguesia de Gaula, quando trata do romance narrativa e dos cultores que ele teve neste arquipélago. Parece ter querido propositadamente esquivar-se a emitir uma opinião, que porventura poderia ser alcunhada de arriscada ou temerária. No entretanto, transcrevemos as palavras do anotador das Saudades: « Tristão de Léonois, Lancelot do Lago, e Yseult, são desses personagens; Gaula é a pátria do protagonista de uma delas; Amadis de Gaula é o título da celebre novella atribuída ao nosso Vasco de Lobeira, contemporâneo de D. João I. E nestas ilhas abundaram, nos princípios deste período, os Tristões, desde Tristão Vaz, ou simplesmente Tristão, Tristão da Ilha, primeiro capitão donatario de

Machico, assim designado, não por inferioridade em referência a Zargo, mas ao revez, por uma espécie de celebridade poética do nome, em honra de sua singular cavallaria e nobreza,» como escreve Fructuoso, copiado por Antonio Cordeiro, na *Historia Insulana*, liv. III, cap. IX, § 54: houve também nestas ilhas mais de um fidalgo chamado Lançarote, manifesta corrupção de Lancelot: Bartholomeu Perestrello, primeiro donatario da ilha de Porto-Sancto, poz a sua segunda filha o nome de Yseu, ou Hiseua, também clara viciação de Yseult: e, finalmente, Gaula, é denominação de então dada aos vastos terrenos a oeste da villa de Sancta-Cruz, que formam, desde 1558, a freguezia de Gaula.»

O Dr. Teófilo Braga refere-se ao assunto, quasi em idênticos termos aos do Dr. Álvaro de Azevedo, no seu livro Amadis de Gaula, donde trasladamos os seguintes períodos:— «E para notar, que no único ponto aonde a tradição portugueza conserva o romance de Lancelot, é onde há mais vestígios de um conhecimento do Amadis na sociedade aristocrática: o nome de Grimanesa, amante de Apolidão, senhor da ilha Firme, era também o da mulher de Tristão Teixeira, terceiro capitão de Machico. «O quarto e ultimo filho do capitão Tristam se chamou Lançarote Teixeira: foi um dos melhores ginetarios da ilha; porque além de por sua inclinação ser mui bom cavalleiro, tinha mui grande mão para domar cavallos, e era dado muito a isso, em tanto que em seu tempo se ajuntavam na villa de Machico sessenta cavalleiros de esporas douradas muito bem postos, e encavalgados por indústria deste Lançarote Teixeira, que quando vinha um dia de Sam João ou do Corpo de Deus, eram tantos os cavalleiros para jogos de canas e escaramuças, que mais parecia exército de guerra que folgar de festa: e além de todos serem mui destros nesta arte, elle todavia tanto se divisava entre elles, que se pode com razão dizer que foi luz e ornamento de Machico.» Deste Lançarote Teixeira nasceram além doutros filhos, um chamado Lançarote Teixeira de Gaula, e uma filha que casou com Fernão Nunes de Gaula. Gaspar Fructuoso descreve este lugar arredado de Machico: «Andando mais adiante desta ribeira (da Boaventura) quase uma legoa, está uma povoação de trinta vizinhos do mesmo termo de Santa Cruz, que se chama Gaula, e tem muitas vinhas de malvasias e muitas vinhas de outras castas». A influencia da novella do Amadis de Gaula neste mesmo local facilmente se prova, sabendo que esse Lançarote Teixeira de Gaula era neto de Tristão Teixeira das Damas, poeta amoroso do Cancioneiro de Resende: «Chamou-se-lhe das Damas, porque foi muito cortesão, grande dizidor e fazia muitos motes ás damas, e era muito eloquente no fallar. Este poeta, casado com D. Guiomar de Lordello, dama da Excellentíssima Senhora, era contemporâneo de Azurara e o seu carácter e gosto por força o faria conhecer das aventuras do Amadis de Gaula.».

Do que fica transscrito, não se pode logicamente inferir que haja qualquer correlação entre o nome dado a

esta freguesia e a existência da celebre novela de cavalaria. Embora Teófilo Braga afirme que a influencia do Amadis de Gaula neste mesmo local facilmente se prova, a verdade é que o facto de existirem em Gaula um Lançarote e a neta de um Tristão, personagens dos romances de cavalaria da novela do Amadis, isso não constitue um argumento que nos leve a estabelecer a identificação dos nomes da freguesia e da novela. Cumpre observar aqui que nos assentos mais antigos do registo paroquial, a começar por meados do século XVI, se encontra sempre o nome desta freguesia com a grafia de Guaula, que parece ser o nome primitivo que uma corrutela popular transformou em Gaula. Isto mais afasta ainda a ideia de qualquer próxima afinidade entre os dois nomes.

Esta freguesia foi constituída por terrenos que pertenciam á paróquia e vila de Santa Cruz, donde foi desmembrada pelos anos de 1558. Não temos encontrado noticia de que existisse ali uma capela, que houvesse sido a sede da nova freguesia. O respectivo pároco teve primitivamente a côngrua anual de 12.300 réis, que o alvará de D. Sebastião, de 9 de Junho de 1572, elevou a 20\$000 réis, sendo então vigário Fr. Diogo Moreno. Os alvarás subsequentes de 9 de Junho de 1581, de 20 de Janeiro de 1589 e de 4 de Julho de 1592 aumentaram sucessivamente o vencimento do pároco, que o ultimo diploma fixou em 16\$000 réis em dinheiro, uma pipa de vinho e um moio e meio de trigo. Jorge Rodrigues, Diogo Fernandes e Fr. Diogo Moreno foram dos mais antigos sacerdotes que exerceram funções paroquiais nesta freguesia.

A sede da paróquia instalou-se numa capela que já ali existia ou que foi construída por ocasião da criação da freguesia e que ficava a leste e a não grande distancia da actual igreja paroquial. A pesar de ser um templo de acanhadas dimensões, foi a sede da paróquia num período aproximado de dois séculos. O mandado do Conselho da Fazenda de 17 de Outubro de 1753 autorizou a edificação de uma nova igreja, cujas obras foram arrematadas pelo pedreiro Manuel Rodrigues pela importância de 3:400\$000 réis. Ignoramos quando se concluíram as obras de construção e em que ano se procedeu á bênção do novo templo. O campanário foi construído em 1915, dispendendo-se nele a quantia de 1.800\$00.

Tem esta igreja paroquial uma artística cruz de prata, que, em 1882, figurou na Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental, realizada em Lisboa, e que no respectivo catalogo vem assim descrita: «Cruz processional de prata dourada com a imagem de prata branca, e tendo as extremidades com a forma de flor de liz. Appoia-se numa base hexagonal representando um castello, defendido por seis gigantes com corucheus de estylo gothico. Altura, Om,70. Século XV.».

Teve esta freguesia as capelas de São João de Latrão, no sítio que ainda hoje conserva este nome, e a de São Marcos, no sítio do Porto Novo, das quais nos ocuparemos em outro lugar.

São principais sítios: Porto Novo, Fazenda, Levadas, Achada de Baixo, Achada de Cima, Achada da Rocha, Salgados, Pico, Cova do Moinho, Faia, Lombo, Fonte, Povo, Lobos, Furtados, Salão, Torre, Fonte do Lopo, Fazendinha São João, Castelejo, Aldonça, Beatas, Lombadinha, Lajeas, Farrobo e Contenda.

Entre os sítios merece especial menção o da Achada, conhecido pela Achada de Gaula, onde se encontra um grande agrupamento de casas de habitação, muitas das quais rodeadas de altos buxos, que as abrigam dos ventos e que dão ao local um aspecto bastante interessante e pitoresco, local que tem grandes traços de semelhança com a encantadora freguesia de Sant'Ana, até na constituição do próprio terreno. Do Pico dos Eirós, que domina as freguesias da Camacha, Santo da Serra e Caniço, descortina-se um vasto e surpreendente panorama, que pelo lado de leste se estende até a Ponta de S. Lourenço. O sítio da Lombadinha merece particular referência por ter sido noutro tempo quasi exclusivamente foreiro ao Cofre de Cativos, que tinha a sua sede em Lisboa e que se destinava ao resgate dos portugueses que ficavam prisioneiros dos mouros em Marrocos, onde sofriam os maiores ultrajes e as mais duras crueidades.

É esta freguesia irrigada pela levada do Pico dos Eirós, que é a mais importante, e nasce dentro dos limites da paróquia, a da Ribeira da Metade, que tem sua origem no ribeiro da Junça, na freguesia da Camacha, e a levada da Roda, cujo caudal vem da freguesia de Santa Cruz.

A paróquia é separada das freguesias do Caniço e Camacha pela ribeira do Porto Novo em cuja foz se encontra um pequeno porto com este nome, que é o mais importante da freguesia e onde a Junta Geral fez construir um pequeno cais ou desembarcadouro há cerca de quinze anos. Em Setembro de 1873 chegou ao Funchal a corveta norte-americana Supply, que não teve livre prática por proceder dum porto onde grassava a colera-morbus. Dois escalerões deste vaso de guerra tentaram fazer um desembarque de gente no Porto Novo, ao que energicamente se opuseram os habitantes do lugar, tendo esta atitude dos gauleses obrigado os marinheiros americanos a desistir do seu intento. Também há nesta freguesia o insignificante porto de Aldonça, tendo num ponto que lhe fica sobranceiro mandado construir o capitão-general Sebastião Botelho um pequeno forte no ano de 1820.

Afirma-se que, em outro tempo, ao ser um habitante desta freguesia interrogado acerca da sua naturalidade,

respondia invariavelmente: sou; de Gaula, você que se importa, se a pregunta era feita na época das amoras, que ali abundavam, ou então sou de Gaula por meus pecados, se a resposta era dada passada a época da colheita daquele fruto. A pregunta ainda hoje frequente e intencionalmente se repete, mas em geral não obtém resposta, porque o gaulês vê nela uma ofensa ou um motivo de irrisão ou escárnio para a freguesia da sua naturalidade.

Nuno Fernandes Cardoso, que era filho de Fernão Nunes Cardoso, «filho de linhagem», no dizer dos nobiliarios, veio para esta ilha pelos fins do século XV e teve largas terras de sesmaria na freguesia de Gaula, onde instituiu em 1511 o morgadio de São João de Latrão. Seu filho primogénito, Pedro Nunes Cardoso, foi, segundo afirma H. H. de Noronha, corregedor do crime da corte, desembargador da Casa do Porto e herdou nesta ilha o morgado de seus pais, morrendo em Gaula a 17 de Maio de 1552 e sendo sepultado na capela de São João de Latrão. Um irmão deste, por nome Diogo Nunes Cardoso, estudou em Coimbra e na Itália, onde se doutorou, e foi desembargador do Paço. Deste Diogo Cardoso foi filho Tomaz Nunes de Afonseca, que, diz um antigo nobiliario, «estudou em Coimbra e foi corregedor do crime na corte e depois de haver servido a el-rei em negócios de muita importância veiu a esta ilha, onde tinha herdado o morgado de Gaula de seu avô, por falta de sucessão de seu tio Pedro Nunes Cardoso». O ultimo representante desta casa vinculada foi Nuno Fernandes Cardoso e Vasconcelos, avô de Luiz Cardoso de Castro e Abreu, actual professor desta freguesia de Gaula. (V. S. João de Latrão).

O orago desta paróquia é Nossa-Senhora da Luz e tem a freguesia 3.120 habitantes.

No dia 28 de Março de 1932, faleceu nesta freguesia, onde nasceu e exercia as funções paroquiais, o padre João Jorge Bettencourt, que, sendo um sacerdote das mais acrisoladas virtudes, se distinguiu como jornalista, havendo durante alguns anos sido o redactor principal dum jornal diário que se publicou nesta cidade.

Recentemente surgiu a ideia de atribuir-se a origem do nome desta freguesia a uma família de apelido Gaula, que ali houvesse feito assentamento nos tempos primitivos da colonização, mas a verdade é que esse nome não deixou vestígios entre a população nem ficou registado nos livros do respectivo arquivo paroquial.

Vid. *Diário de Notícias* de 19 de Maio de 1929.

Gavião. «João Gavião, diz um distinto linhagista, era da casa de el-rei, vindo para a ilha da Madeira, naufragou na do Porto Santo, e passou a residir no Caniço, onde faleceu com testamento em 1555». Foi um dos primeiros que nesta ilha usaram o apelido de Gavião.

Gavião (*Accipiter nisus*). Ave falconida que estabelece o seu ninho sobre as árvores. É indígena, mas pouco frequente, não tendo sido mencionada na lista de Harcourt. É também conhecida pelo nome de fura-bardos.

Gavina (*Rissa tridactyla*). Ave da família Larida, oriunda das regiões articas e que vem hibernar no arquipélago da Madeira. Na baia do Funchal é comumvê-la no inverno, ora balouçando-se ao sabor da onda, ora empoleirada na borda das fragatas do carvão.

Gazeta da Madeira (A). Publicou-se de I de Fevereiro de 1866 a 27 de Fevereiro de 1869, tendo saído 101 números.

Geheeb (A.). E.: *Bryologische Fragment E. Madeira Moose* (Flora, 1886) . Faleceu a 13 de Setembro de 1909.

Gente Nova. Deu o primeiro numero a 15 de Outubro de 1919 e o ultimo, o decimo, a 20 de Março de 1920. Voltou a publicar-se em Fevereiro de 1921.
Era um jornal redigido por alunos do liceu.

Geodesia. Subordinado à epígrafe geral de Geodesia e debaixo do subtítulo de Localização das Cartas Hidrográficas do Arquipélago da Madeira no Elipsóide Internacional, publicou o Sr. Pires de Matos, distinto oficial da marinha de guerra portuguesa, nos *Anais do Club Militar Naval* (Jan.-Fev., 1940), um largo e valioso artigo, não permitindo a sua extensão trasladá-lo integralmente nestas paginas, mas de que apenas

vamos transcrever uns breves períodos, a fim de pôr este assunto ao corrente dos nossos leitores, aos quais ele possa porventura oferecer algum interesse.

«Em 1914 a Direcção dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos, estabeleceu uma triangulação na Ilha da Madeira, que teve como principal utilidade e fim imediato o levantamento da carta coro gráfica da Ilha, executado em 1915, revisto e actualizado pelo Instituto Geográfico e Cadastral em 1934 e publicado em 1938 na escala de 1/50 000.

A base da triangulação foi medida no Paul da Serra e para origem de coordenadas tomou-se o marco do Forte de S. Tiago, que foi construído próximo do local onde em 1892 uma Missão Americana fez observações de latitude e longitude astronómicas, tendo a Direcção dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos observado no Forte de S. Tiago, o azimute astronómico de um dos lados da triangulação.

Com excepção do azimute, foram pois as observações astronómicas da Missão Americana que serviram para o cálculo das coordenadas geográficas da Ilha da Madeira.

Em 1936 reconheceu-se a necessidade de rever a triangulação de 1914, reconstruir alguns marcos destruídos, triangular Porto Santo e Desertas e efectuar a ligação entre as Ilhas do Arquipélago, com o fim imediato do levantamento coro gráfico de Porto Santo e Desertas e levantamento hidrográfico do Arquipélago da Madeira. Nestes novos trabalhos realizados em 1936 pelo Instituto Geográfico e Cadastral, foram abandonados alguns vértices da antiga triangulação de 1914. Por outro lado e paralelamente com o Instituto, a Missão Hidrográfica prolongou a triangulação até a linha da arriba e aos portos em que se levantaram planos hidrográficos.

O Instituto Geográfico e Cadastral abandonou a antiga origem do Forte de S. Tiago e realizou observações astronómicas—latitude, longitude e azimute no marco astronómico da Ilha de Porto Santo.

Embora este marco esteja em melhor situação do que o de S. Tiago, pelo menos no respeitante à latitude, tudo fazia prever que as observações viriam ainda afectas de desvio da vertical considerável e que por consequência, adoptando as observações astronómicas desta nova origem, se cometariam erros apreciáveis, na colocação do conjunto no elipsoide.

Se tivéssemos para origem de coordenadas um marco no qual se não sentisse o efeito do desvio da vertical, se as triangulações fossem rigorosamente medidas e calculadas, se as superfícies do geoide e elipsoide internacional se ajustassem perfeitamente, se não existissem causas perturbadoras nem erros de observação, as coordenadas geográficas de qualquer vértice transportadas geodèsicamente, seriam sempre iguais às coordenadas astronómicas nele directamente observadas.

Assim não sucede contudo, verificando-se diferenças por vezes consideráveis que tem a sua explicação nas seguintes causas:

- a) atribuição ao marco de origem de coordenadas astronómicas afectas de desvio da vertical e de erros de observação;
- b) observações geodésicas não isentas de erros de observação;
- c) transporte de coordenadas geográficas num elipsoide de referência que se afasta do geoide mais ou menos irregularmente e segundo leis desconhecidas;
- d) influencias perturbadoras locais, devidas a desequilíbrio na distribuição de massas em volta das estações astronómicas e difíceis de calcular, pelo desconhecimento das densidades das várias camadas geológicas existentes abaixo da superfície da terra.

Uma única estação astronómica dar-nos-ia para os vértices e lados geodésicos determinadas latitudes, longitudes e azimutes geográficos. Cada vértice terá então tantos sistemas de coordenadas quantas as origens escolhidas.

A Missão Hidrográfica tinha ao seu dispor dois sistemas de coordenadas geográficas, correspondendo o primeiro à triangulação de 1914, com a origem em S. Tiago e o segundo à triangulação de 1936 com a origem em Porto Santo. Embora aproveitando provisoriamente o primeiro destes dois sistemas, nem um nem outro foram os adotados na publicação definitiva das cartas.

Para melhor esclarecimento e solução deste problema, resolveu a Missão Hidrográfica realizar observações astronómicas nos marcos seguintes:

PICO RÁDIO–FUNCHAL, a sul da Ilha da Madeira;
MONTADO, a norte;
PONTA DO PARCO, a oeste;

CANCELA, a este;

POISO E BICA DA CANA, no interior da Ilha respectivamente a altitudes de 1:414 e 1:621 metros;
ILHÉU CHÃO, nas Desertas.

As observações astronómicas nos marcos acima referidos, foram feitas com um teodolito universal, adquirido em 1937, á firma alemã Askania Werk A. G. Bambergwerk designado nos catálogos por Instrumento Universal A. U. Z. 21 C.

Adoptou-se o método de Talcott para a observação da latitude, conseguindo-se com cerca de 15 pares de estrelas fundamentais do catálogo Eichelberger, erros prováveis inferiores a $0''.10$. A longitude obteve-se comparando-se os estados referidos a GW. recebidos radiotelegraficamente e calculados pela determinação das horas do cronómetro das coincidências dos sinais rítmicos e dos segundos exactos do cronómetro, com os estados referidos a tempo local, conseguidos com cerca de 6 séries de 12 estrelas, sendo em cada série, 6 observadas com a ocular a leste e 6 com a ocular a oeste. O azimute foi obtido pela observação de estrelas circumpolares em elongação.

Uma vez recolhidos os elementos astronómicos citados, o problema a resolver consistiu em adotar métodos de cálculo, por meio dos quais todas as estações astronómicas acima referidas, pudesse contribuir para arbitrarmos aos vértices da rede geodésica estudada, as coordenadas geográficas mais prováveis.

No estado actual da geodesia o problema no seu aspecto absoluto é insolúvel, mas a verdade é que essa circunstância não desaconselha a adoção de um dos vários processos existentes para se atingir o fim em vista. Embora reconhecendo o valor das críticas feitas á hipótese de isostasia formulada por Pratt e adotada por Faye, Airy e outros cientistas, resolvemos contudo seguir o método de Hayford, que se fundamenta na hipótese da compensação isostática e que serviu para definir o elipsoide internacional.

Se os resultados obtidos se não podem legitimamente apresentar como definitivos, não é menos certo que apresentam inegável interesse.

Como na Madeira parte das cartas utilizadas têm as cotas e profundidades expressas em metros, será:

D= $0''000328$ vezes a cota em metros;

D= 0.000202 vezes a profundidade em metros.

As cartas empregadas no cálculo dos desvios topográficos foram as seguintes:

- 1) PLANO HIDROGRÁFICO DA BAIA D FUNCHAL—escala 1/7500;
- 2) CARTA COROGRÁFICA DA ILHA DA MADEIRA—escala 1/25000;
- 3) CARTA COROGRÁFICA DA ILHA DA MADEIRA—escala 1/50000;
- 4) PLANO HIDROGRÁFICO DA BAIA DE PORTO SANTO—escala 1/15000;
- 5) CARTA COROGRÁFICA DA ILHA DE PORTO SANTO—escala 1/25000;
- 6) CARTA HIDROGRÁFICA DA ILHA DA MADEIRA—escala 1/75000;
- 7) CARTA HIDROGRÁFICA DA ILHA DE PORTO SANTO—escala 1/50000;
- 8) CARTA HIDROGRÁFICA DAS DESERTAS—escala 1/50000;
- 9) CARTA HIDROGRÁFICA DO ARquipélago DA MADEIRA—escala 1/150000;
- 10) CARTA HIDROGRÁFICA DO ALMIRANTADO INGLES NÚMERO 1:226 —escala do paralelo médio 1/3181400.

Estas cartas exigiram a construção de Gráficos de distribuição de compartimentos nas escalas respectivas e tomado em consideração a projecção considerada.

Pela relação estabelecida $r'/r^1 = 1.426$, nota-se que o raio que limita exteriormente um compartimento, se obtém multiplicando o raio interior por 1.426.

Cada duas circunferências consecutivas dão lugar a um anel que compreende 16 compartimentos.

Atendendo à escala das cartas o anel interior de que nos servimos foi o 30, limitado exteriormente pelo raio de 134m,2. O anel exterior atingido pela compensação foi o número 6 com o raio exterior de 670,8 km.

Da observação dos resultados obtidos no Arquipélago da Madeira, podemos concluir que não havendo possibilidade de se obterem elementos astronómicos em número elevado de estações, é de toda a vantagem escolherem-se estações localizadas em terrenos tipograficamente pouco acidentados. É bom não perder de vista que o acidentado tipográfico muito próximo da estação, exige cartas suficientemente detalhadas que nem sempre se podem obter com facilidade. Quanto mais extensa for a região plana em volta da estação, tanto menores serão as escalas das cartas necessárias para se obter determinado rigor.

Numa ilha bastante accidentada, convirá localizar o marco astronómico em zona elevada, de preferência planáltica, em relação á qual haja, tanto quanto possível, simetria de distribuição de massas.

Num arquipélago, convém escolher para observações astronómicas a ilha de menor accidentado orográfico.

Nas condições acima definidas afigura-se-nos suficiente a correcção feita ás observações do marco da origem.

Devido á instabilidade dos eixos de referência e dificuldade de relacionar entre si esses eixos, o que só é possível aproximadamente depois de muito trabalho, as poligonais astronómicas, só nos podem prestar bons serviços, em trabalhos de mero reconhecimento.

As variações do desvio da vertical são máximas nas regiões da costa. Esse facto indica-nos como é perigoso o uso de uma poligonal astronómica nessas regiões, para a confecção de cartas em que se pretenda traduzir com certo cuidado e verdade a topografia do terreno. Em extensões de duas centenas de quilómetros poderemos cometer erros por vezes superiores a 500 metros em costas como a de Angola e Moçambique.

Poder-se-iam corrigir dos efeitos do desvio da vertical os vértices astronómicos, mas mesmo nas regiões em que se disponham de cartas suficientes, o método por muito trabalhoso não é de aconselhar.

Se a compensação nos faz perder parte do rigor conseguido mercê da aparelhagem moderna empregada e observações e cálculos mais demorados, não são, segundo algumas opiniões, de justificar despesas importantes com a aquisição de boa aparelhagem e maior perda de tempo gasto em melhores métodos de observação e cálculo.

A minha discordância é completa porque entendo não devermos perder de vista, que nestas espécies de trabalho há dois fins a atingir:

Primeiro—Localizar as cartas o melhor possível no elipsoide internacional, á luz dos métodos de investigação actualmente conhecidos.

Segundo—Reunir uma série cada vez maior de documentos para o estilo actual e principalmente futuro da forma da Terra.

Se para atendermos ao primeiro fim, qualquer teodolito modesto é suficiente, o segundo só poderá ser plenamente atingido se empregarmos nos nossos trabalhos o melhor que for possível de aparelhagem moderna e bons métodos de observação e cálculo.

Aqueles a quem o Estado entrega postos de investigação científica, segundo a minha modesta maneira de ver, nunca devem esquecer que os serviços não contribuem para o aumento dos conhecimentos humanos somente pelo fim imediato e utilitário dos seus trabalhos, mas também pelo mediato, por vezes menos aparente, mas de grande importância futura.

E depois a verdade é que o pequeno aumento de despesa que se faz não é impeditivo, mesmo quando os serviços contam com orçamentos modestos.

Geologia. A formação das ilhas que constituem o arquipélago da Madeira remonta á época terciaria, no mioceno. Levantamentos submarinos, formando colunas de emersão, nas quais se manifestaram acções vulcânicas até os primeiros tempos do quaternário, alteraram o seu contorno em períodos sucessivos de convulsões, bifurcando-se a Madeira e Porto Santo a 2000m de profundidade, e aflorando no Atlântico a 21 milhas de distancia.

A ausência de crateras bem definidas, já derrubadas ou modificadas pelos agentes naturais, é uma prova característica do seu longo período de formação.

Na Madeira, o principal foco eruptivo manifestou-se na parte central da ilha, no Curral das Freiras, imenso, brutal, produzindo relevos parciais de longada, estádios que se ergueram de 300m a 600m daí a 1200m num grande dilúvio de lavas, marcando e definindo o dorso da cadeia central, acumulando escórias envolvidas em novas torrentes, elevando-se progressivamente até altitudes maiores do que agora apresentam.

Focos adventícios e secundários se abriram, quer em parte no maciço central, quer irrompendo em pontos

bem distanciados. A inclinação exterior dos cones é por vezes bastante áspera, de forma que as lavas nem sempre se solidificam em camadas regulares, e então se dispersam em blocos e fragmentos.

Aos longos períodos de repouso sucederam-se maiores paroxismos, e numa das durações de tranquilidade se formaram terras pela desagregação natural das rochas, e puderam assim vegetar algumas plantas, flora inicial descoberta na linhite de S. Jorge, soterrada por subsequentes emanações vulcanicas. Num dos períodos convulsivos se deu o levantamento marcado pelos fosseis marinhos de S. Vicente, encravados a montante de um vale de erosão, a 360m de altitude, constituindo um enclave.

As primeiras formações sub-aereas manifestam-se no plioceno por uma grande ejaculação de lavas basálticas irradiando do primitivo foco, ora mais densas, ora mais fluidas, solidificando-se mais rapidamente á superfície, cobrindo-se de escorias em crista flexível que fende e se eriça, estendendo-se mais para o norte, recortando-se para o sul, correndo e escoando em diferentes declives, que próximo ao mar tendem para a horizontalidade.

Um novo período basáltico se lhe seguiu com grande projecção de escorias e formação de conglomerados, obstruindo e derivando as correntes de lava, lançadas irregularmente em todos os sentidos.

As lavas traquíticas sucederam ás basálticas, depois da Madeira ter atingido um relevo médio, e nelas se abrem fendas e focos que determinaram a corda de montanhas do espinhaço da ilha, lavas elevadas a uma grande percentagem de alumina ao norte do Curral, cobrindo depressões, acumulando-se entre os obstáculos.

As traquidolerites alternam com as traquites e a sua maior expansão é principalmente para oeste e norte, notando-se que as lavas desta natureza no vale da Boaventura são mais modernas do que as da formação superior do Curral.

As essexites brotadas de fendas adventícias e desentranhadas por pressão a grandes profundidades, parecendo rochas antigas, são recentes na formação, e encontram-se encravadas no Porto da Cruz, Curral e Ponta do Sol.

Muitos picos no interior da ilha acham-se encravados em lavas mais modernas que as da sua formação,

correndo lhes pelo sopé e encostas; outros afogaram-se em lavas e blocos de desabamento das caldeiras mais próximas, como se reconhece nos cortes das ribeiras dos Socorridos e Boaventura.

A cratera principal de formação, que na sua maior amplitude acusa 2.500 metros de diâmetro, interrompida no segmento sul, derrubado, arcava-se de oeste para leste pelos picos Grande, Empinos, Arranhamento, Jorge, Casado, Torrinhas, Lage, Eirinhas, Coelho, Ruivo, Torres, Cidrões Cedro, e os focos adventícios a dentro da mesma cratera deram origem aos ricos da Roda, do Meio e do Cerro, e aos montados do Cidrão e do Paredão.

O Paul da Serra considerado até há pouco tempo como uma cratera engasgada por desmoronamento interno, opinião Stuebel, -- é visto nos mais recentes estudos como um banco de lava, com tufos e escórias idênticos aos da formação do Lombo Gordo, no Curral, -- opinião Gagel.

Efectivamente, uma linha de alturas com pequenas depressões, talhadas pela erosão, liga estes dois pontos por:--Bica da Cana, Pináculo, Monte Medonho, Rocha Negra, Pico do Ferreiro.

Se toda a acção vulcânica se tivesse patenteado na caldeira central, o relevo máximo da Madeira ascenderia para o Pico Ruivo, ou um outro, á altitude de 2.500 metros.

O ultimo arranco vulcânico é manifestado fora da zona média, nos extremos da ilha-- Porto do Moniz, Caniçal--já desligadas as Desertas; e na região sul, por Câmara de Lobos, Funchal, Caniço, onde se encontram os cones mais recentes de formação.

Basaltos. O basalto é uma rocha de aparência homogénea, anegrada, pesada e rija.

A variação de cor e dureza dependem dos elementos acessórios e do seu antigo estado de fluidez. Encontra-se em grandes assentadas, desde as de pequena espessura a massas rochosas enormes, lavas de diferentes períodos de formação, predominando na região mais baixa.

Observam-se nos basaltos fendas de retracção pelo arrefecimento, partindo-se em blocos prismáticos, volumosos, de secção poligonal, em que predomina o hexágono irregular, colono se vê nos trabalhos de exploração das pedreiras. O empilamento destes maciços em alongados prismas forma lindas muralhas de

basalto colunar, frequentes nas margens das ribeiras profundas, sendo a fachada mais típica a do Tem-te-não-caias, no vale do Porto da Cruz.

Em menor espessura e corrente de fraca inclinação, encontra-se o basalto lamelar, retraído em faces paralelas que se desagregam pelo choque violento do picão. O basalto colunar é chamado pedra viva, variável de densidade e, portanto, exigindo diferente carga de mina para ser separado em blocos, faceado em parte depois, para material de construção. O basalto lamelar produz as lajes empregadas para mestras, levadas, lavadouros, pavimentos, etc.. As lájeas do adro do Monte foram arrancadas a uma pedreira já extinta, que pela natureza da rocha deu o nome ao sítio das Lajinhas. Estes basaltos são insusceptíveis de serem lavrados.

Na fractura do basalto encontra-se este, por vezes, coberto de um revestimento ou ténue camada pardacenta, devido à alteração de sais de ferro, provocando a linha de menor resistência, o casco, que os alvanéus descapam, rejeitando este basalto para trabalhos de maior importância, como tanques, etc..

Nos basaltos encontram-se pequenas bolhas formadas por gases, e a sua disposição e forma são indicativas da direcção e velocidade da corrente. Em bolhas maiores, ovóides, se formam, por vezes, geodes, onde cristaliza, exsudada da massa basáltica pelo arrefecimento, a aragonite, conhecida pelo nome de madre de pedra, por se encontrar no interior da rocha.

Quando cheio de um grande numero de vesículas, o basalto é conhecido pela designação de pedra favada e pedra de porco, pela aplicação que dela é feita em esfregar o coiro deste animal depois da chamusca, na matança, para o despojar das cerdas.

O basalto de grão fino e um tanto vesicular forma as cantarias rijas, que podem ser bem trabalhadas e de largo emprego em edificações, escudos, aduela de ponte, mós, moinhos de mão, gamelões, etc.. Bonitos lavoros se encontram na fachada da capela de S. Luiz, na antiga rua do Bispo, e no pórtico do cemitério das Angústias.

Traquites. São rochas rudes, de textura microlítica e determinada fluidez, apresentando, por vezes o aspecto de esferóides decompostos em camadas concêntricas como um bolbo tunicado, de cor pardo-suja, acinzentada, constituindo uma matéria amorfa de elementos feldespáticos, e contendo, á vista, pequenos

cristais disseminados de sanidina e magnetite.

As traquites têm sido confundidas com o pórfiro, e quando truncadas com as bombas vulcanicas.

As traquites na Madeira encontram-se na zona superior a 300m de altitude, decompondo-se como se vê nos cortes de caminhos desaterrados, onde apresentam um nódulo mais escuro.

Traquidolerites. Têm o aspecto de antiga fluidez bem característico, como se observa numa torrente de lava no vale da Boaventura, e são mais ricas em alcalinos do que as traquites, contendo por vezes granulos de peridotitos.

De coloração variável, passando do cinzento claro ao escuro, com transições pelo amarelado, salpicadas de pontuações mais claras, as traquidolerites alternam com as traquites nalguns pontos da região elevada e na encosta do Pico do Serrado, Rabaçal e Porto da Cruz.

Essexites. São rochas de profundidade, constituídas principalmente por plagioclase, olivina, magnetite, distinguindo-se a essexite porfirica cinzento-escura, acastanhada, ponteada de magnetite diopsido de brilho vítreo gorduroso, como na Penha de Águia, ribeiro do Massapez e Ponta do Sol, e a essexite melafirica, cinzenta, porosa, de grão fino, com cristais relativamente grandes, de augite e microlitos de olivina, como em Ponta Delgada, Ribeira Brava e ribeira de S. Vicente.

No ribeiro da Soca, no Porto da Cruz a primeira assentada de essexite tem um aspecto diferente das outras rochas da mesma natureza, não só das encontradas na Madeira, como de todas as outras conhecidas; por isso o Dr. Gagel, em vista da analise quantitativa e qualitativa desta rocha, e consultadas as maiores sumidades na matéria, a designou com o nome de madeirite, apresentando uma linda microfotografia, a cores, desta rocha, no seu valioso trabalho *Studien über den Aufbau und die Gesteine Madeiras*.

Diques. No período de convulsão, estalaram-se as rochas e novas lavas e escórias vieram preencher as fendas abertas, formando filões entre as paredes da fractura, que, quando menos resistentes que a massa introduzida, desagregando-se pela acção dos agentes atmosféricos, desamparam o filão e o deixam a nu.

É na região central que predominam os diques desnudados, e o recorte das Torres e Torrinhas assemelha-se ás ruínas de fantásticos castelos, cortina imensa derruida pelas forças da natureza, e qual sentinela isolada,

ao subir para o Pico Ruivo, se depara na Achada do Ferreiro, a 1522m de altitude, o pitoresco dique, o Homem em pé, que parece crescer pela erosão do terreno da base.

Entre os numerosos diques que atravessam as rochas do litoral, merecem reparo os encastoados nas paredes a prumo do Cabo Girão, entre eles, o Poço do Eiró, perfeitamente vertical.

A disposição dos diques e a sua direcção transversal, convergente e até de cruzamento, representa o efeito de diferentes centros de vibração em tempos distanciados, os quais tiveram muitas vezes os seus focos em pontos agora submersos no mar.

Canais de lava. As lavas esfriaram mais rapidamente á superfície e em contacto com as paredes e o leito onde correram que no interior, e por isso conservaram aqui por mais tempo a sua fluidez, tornando-se assim ocas ao terminar o escoamento e formando canais subterrâneos. Os canais de lava mais característicos são: o Fojo (canal derrubado), próximo á Ponta da Cruz; os do Cavalum, na Ribeira de Machico; o do Cardal, junto á ponte da vila de S. Vicente.

Bombas vulcânicas. São pedaços de lava contorcidos, quer projectados pelas caldeiras, e então apresentam o aspecto piriforme e lenticular, ou passados por fendas, tendo o aspecto da massa forçada num coador. Encontram-se entre conglomerados e isoladamente próximo aos cones mais modernos de formação. As bombas de olivina são fragmentos de uma rocha peridotica situada a profundidade e arrancada sob pressão nas explosões vulcânicas, ligada a basaltos ou formando conglomerados como mais frequentemente se encontra no Porto Moniz.

Tufos. São consolidações de lamas vulcanicas, muito variáveis segundo a natureza dos materiais que a constituíram, e apresentam-se geralmente escorificados.

Os tufos mais vulgares dão a pedra mole, de colorações amareladas, nas mais claras predominando a cal, contendo as mais escuras oxidações de sais de ferro. Emprega-se apenas em arrumação e muros para suporte de terras.

A cantaria mole é de grão grosseiro, heterogéneo, pardacenta, ou magenta escura; a cantaria de filtro, é cinzenta escura e aplicada para coar água em poços e pias; a cantaria de forno, vermelho-acastanhada, é

empregada no fabrico de fogareiros e aduela de fornos. Estas cantarias brandas são utilizadas também para material de construção, sendo no entanto corroídas pelo tempo e ação dos agentes naturais.

Escorias. Provieram das escumas vulcânicas que se solidificaram, rudes, rugosas, vesiculares, por vezes depondo-se em camadas, ou constituindo montículos, cones e gibosidades, nos contrafortes orográficos, sendo neste caso massas projectadas da caldeira em explosivo cachão.

Tem colorações muito variáveis, predominando as anegradas. Dão-lhes emprego como revestimento exterior de tanques e cascatas de jardins, e modernamente no interior dos tabiques de casas, substituindo as aparas de madeira.

Cinzas vulcanicas. Apresentam-se num estado de grande divisão da lava pulverizada durante as explosões, constituindo agregados microlíticos de aspecto amorfo, contendo porém uma infinidade de pequenos cristais escuros em que abunda a augite, as oxidações do ferro, e nas cinzas mais recentes a aragonite concrecionada—Ribeiro Seco, Gorgulho, etc..

Arrastadas por vezes em fraco declive pelas águas, interpõem-se em camadas negras nos tufos e acham-se depositadas em cavidades formando a areia de furna, empregada na argamassa para revestimento interno de algumas casas de habitação. Na magma dos tufos encontram-se também cinzas fazendo parte integrante das cantarias brandas.

A chamada areia do Monte é um aglomerado de cinzas, de tonalidade arroxeadas, que reduzido mecanicamente a partículas, tem idêntica aplicação à da areia de furna.

Pedra pomes. É uma obsidiana esponjosa sobrepondo-se às lamas vulcanicas, formando com estas aglomerados, quando viscosamente se escoam—Santa Luzia, Pilar, etc.,—ou assentadas em camadas paralelas às dos tufos, como ordenadamente se observa no litoral da Penha de França, à foz do Ribeiro Seco.

Pómices verdoengas, de aspecto recente, se encontram no Porto dos Frades, no Porto Santo, parecendo terem sido ali trazidas pelas correntes marítimas.

Argilas. Constituem uma massa formada de grande variedade de produtos terrosos, provenientes da decomposição de silicatos alumínios das rochas, especialmente das traquites.

Argilas antigas, endurecidas, contendo hidróxidos ferricos e carbonatos, acham-se intercaladas e cozidas entre camadas de produtos vulcanicos, recebendo o nome de laterites.

As argilas contendo areias formam os barros, natureza de terreno que dá o nome a vários sítios chamados Barreiros. Algumas argilas estão revestidas de uma camada de hidróxidos de ferro, com aparência de sucata –S. Jorge, Santana, etc.,—outras de carbonatos e sulfatos—Porto Santo.

O massapez é uma terra contendo grande quantidade de argila ferruginosa, pardacenta, conservando por muito tempo a água que embebe, e o salão é avermelhado e menos denso. Estas designações dão igualmente o nome a vários sítios onde se encontram as duas mencionadas terras.

As terras arroxeadas são provenientes da decomposição de traquitóides das altitudes, as terras amarelentas, da desagregação dos tufo chamados pedra mole.

Sobre as terras minerais corantes e argilas há dois curiosos relatórios do tempo dos capitais-generais D. Diogo Coutinho e D. José da Câmara, sobre a aplicação do almagre, ocres, e pozolana, propondo a sua aplicação e desenvolvimento industrial.

Alagoas. Dá-se este nome a vários sítios onde o terreno é alagadiço, formando lagoas na invernia, provenientes de depressões causadas pela erosão, em lugares baixos, ou a vestígios de antigos focos eruptivos secundários que se encontram nas altitudes. Desta ultima causa são as alagoas do Porto Moniz, Fanal de Cima e Fanal de Baixo, e a do Santo da Serra. No Pico da Cancela, no Caniçal, existe uma em forma de ferradura, e portanto, antiga alagoa derrubada.

Calcareos. São provenientes dos detritos de uma vida submarina, carapaças e conchas de pequenos animais, mecânica e quimicamente transformados em rochas que afloraram á superfície, ou foram arrancadas por acções vulcanicas.

Muitas vezes se encontram produtos calcareos vomitados pelas crateras sob a forma de lamas—Ponta da Cruz, Queimadas de Machico, etc..

Os calcareos actualmente em exploração para os fornos, existem no ilhéu da Cal, na Ilha do Porto Santo, na Selvagem Grande e a norte da Madeira, em S. Vicente. Em alguns jazigos não explorados se poderiam obter

pedras para outros fins industriais.

Carbonatos de cálcio em formas concretionadas e stalactites revestem as paredes de algumas furnas, especialmente no Ilhéu da Cal.

A calcite em forma de romboedros, de um branco puro ou variedades granulosas amarelentas, se encontra em S. Vicente; a aragonite, do sistema ortorrombico em agulhas e feixes divergentes, e lindas formas colunares e aciculares, acha-se na Madalena do Mar e Boaventura.

A acção antiga das águas carregadas de sulfatos, em dissolução, sobre os calcáreos, produziu o gesso intercalado em leitos de sedimento ou em concreções: nalguns logares, compacto, noutras grosseiramente cristalino. Puro, forma, a selenite encontrada na Selvagem Grande.

Concreções. A água das chuvas, carregada de anidrido carbónico e dissolvendo os carbonatos de cálcio, penetra nos tufos e areias movediças, formando canículos pela retracção, ramificáveis conforme a direcção do infiltramento.

Assim se formaram as curiosas arborizações calcareo-arenosas da Piedade, no Caniçal, e dos Mornos, no Porto Santo, e ainda nalguns tufos dos Covões, no Caniço, e entre tufos e cinzas no Fojo e Praia Formosa.

A forma caprichosa como por vezes se aglutinaram as areias calcáreas, especialmente na Piedade, deu-lhes o nome popular de bonecos.

Outras opiniões há que admitem a origem vegetal dos depósitos da Piedade e Mornos, incluindo-os na categoria de fósseis. (V. *Corpos calcáreos*).

Erosão. O relevo do grupo Madeira tem sido pela acção dos tempos bastante modificado, tendo como principal agente a acção da água das chuvas e do mar, no seu trabalho por vezes estupendo, mecânica e quimicamente desgastando os diferentes materiais e acarretando-os para o mar.

As rochas vão sendo decompostas, desequilibram, pendem e desabam, transformando-se em sucessivos detritos, depósitos transitórios em função do peso e da velocidade das correntes. As chuvas torrenciais que

acompanharam os diferentes períodos de formação vulcanica originaram a erosão progressiva e escavaram os vales com variável grau de energia, conforme a natureza do leito, enquanto as correntes, ora apertadas entre as ribas, ora ressaltando de nível, tombando em quedas, a escavar poças profundas removidas na sua base, transbordando, alargando-se depois, a formar os chãos e as várzeas, foram depondo e removendo a carga conforme os tributos de confluência, o fluxo e obstáculos encontrados.

A diferente intensidade invernosa, causando por vezes aluviões, estorce e deriva o caminho das águas, marcado em antigos leitos, traçado nas margens elevadas das ribas pelos vestígios do transporte.

Os nossos vales são cortes magníficos que mostram a forma como se precederam as camadas que os formam, os acidentes da sua disposição e a influencia das causas de discordância que motivaram a sua configuração actual.

A acção do mar tem reduzido muito o contorno do litoral e feito variar a linha da costa, talhada nalguns pontos quasi a prumo, abrindo calhetas, abras e enseadas, aumentando e diminuindo as praias, abrindo e insulando rochedos. A costa norte tem sido visivelmente corroída, a costa sul, sensivelmente aumentada, já nos tempos históricos.

As rochas traquíticas do ilhéu da Fonte da Areia, no Porto Santo, acham-se escavadas em forma de taças, onde, por vezes, se depositam o sal marinho e areias de diferentes detritos.

As fontes de João Diniz brotavam sobre o calhau no século XVI; o pilar de Bânger foi construído sobre uma baixa, passando-se no século XVIII em canoa, entre esta e a muralha da defesa da cidade; a capela da Misericórdia de Machico ficava na foz da ribeira e acha-se hoje distanciada do mar cerca de 200 metros. A ribeira de S. João vai assoreando a enseada da Pontinha. Basta ver a obstrução das ribeiras nas inverniñas e olharmos para o ourelo barrento do mar, para facilmente se compreender o trabalho provocado pelas águas.

Fajãs. O desabamento de quebradas pela denudação forma pataréus, poios ou sapatas na base do desmoronamento que, quando de grandes dimensões, constituem terrenos de inclinação natural, no interior ou na costa:— Fajã Escura, Fajã das Galinhas, Fajã dos Padres, Fajã do Mar, etc..

O Lugar de Baixo, na Ponta do Sol, é uma fajã progressiva, e muito aumentada pela aluvião de 1803.

Quando as quebradas tombam sobre as ribeiras, obrigam estas a estorcer-se e lhes derivam o leito.

A infiltração das águas entre camadas sedimentares de diferente natureza e de fraca inclinação ocasionou, no século XVII, um escorregamento suave ou avalanche de terrenos que se intrometeram no mar, na freguesia de S. Jorge.

Areias. São provenientes da trituração e rolamento de diferentes materiais. A sua coloração e natureza caracterizam a origem:—assim, a areia negra provém do basalto; a areia castanho-acinzentada, das traquites; a amarela escura, dos tufos; a amarela clara, dos calcareos conquilíferos. Nas areias se encontram cristais microlíticos das rochas decompostas, sendo abundantes os de olivina nos grandes preiamares da Praia Formosa.

As areias calcárias formam por vezes um arenito, aglomerado empedernido, ou se conglomeram com partículas de diferentes materiais, recebendo o nome de ariusco—Porto Santo. S.

Nas publicações do *Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra Memórias e Notícias* n.º II, 1940, vem inserto um desenvolvido estudo acerca da Geologia das Ilhas Selvagens subordinado ao título de *Uma Missão Geológica a bordo do navio Hidrográfico Carvalho de Araújo*, devido à pena do Dr. J. C. de Morais, director daquele museu.

V. Bowdich, Dana, Albuquerque, Hartung, Lyell, Smith, Macaulay.

Germinal (O) Deu o primeiro numero a 8 de Janeiro de 1919.

Giesta (*Cytisus scoparius*). Arbusto muito comum na Madeira e que aparece também na ilha do Porto Santo. Pertence à família das Leguminosas, sub-família das Papilionadas, e tem folhas 3 foliadas, com os foliolos muito pequenos, flores amarelas e vagens muito comprimidas, celheadas nas margens. A giesta é muito usada para adubo das terras, e com os seus ramos fabricam-se cestas, gigos e outros pequenos artefactos. Esta industria já existia na ilha no tempo em que foram escritas as *Saudades da Terra*.

Gil. Na freguesia de Santo Antonio há o sítio de Vasco Gil, onde um indivíduo deste nome, que foi um dos primeiros povoadores desta ilha, teve terras de sesmaria e pertenceu ao numero dos homens bons da antiga governança do Funchal. Foi talvez o primeiro que neste arquipélago usou o apelido de Gil.

Gil (Emilio A. Santos). Foi eleito deputado pela Madeira em Agosto de 1910, mas as cortes não chegaram a reunir-se.

Ginjeira (*Prunus Cerasus*). Árvore ou arbusto da família das Rosáceas, sub-família da Prunoideias, cultivada e naturalizada na Madeira. É originaria do Oriente e distingue-se facilmente da cerejeira em ter as folhas glabras na pagina inferior. As ginjas madeirenses são dum vermelho escuro e pouco acidadas e sucosas.

Ginjeira Brava (*Prunus Lusitanica, var. Hixa*). Árvore sempre verde, com folhas estreitas, oblongas, acuminadas, serradas, glabras, e flores brancas, dispostas em racimos longos e axilares. Só tem sido achada recentemente na Ribeira da Janela. Produz madeira amarelo-rosada ou castanho-avermelhada, muito resistente.

V. Tintureira.

Gipso. Sulfureto hidratado de cálcio; sistema monoclinico. Encontra-se sob a forma cristalizada e lamelar na ilha do Porto Santo.

Giraldes. «Trouxe este apelido o florentino Dr. Pedro Giraldes, que viveu na Calheta pelos anos de 1500 a 1535, e neste ultimo anno ahi instituiu a Misericordia, da qual foi o primeiro provedor».

Giraldes (Joaquim Pedro Cardoso Casado). Pelo tempo das invasões francesas, foi aplicada ao oficial do exército Casado Giraldes a pena de deportação para esta ilha, por suspeitas de ter prestado informações ás tropas de Napoleão quando invadiram o nosso país. Provada a falsidade da acusação, continuou Geraldes a residir na Madeira, e aqui exerceu o importante cargo de secretario geral do governo. Foi um paciente investigador das cousas madeirenses e afirma-se que no seu espólio se encontraram muitos documentos, que bastante interessavam á historia deste arquipélago. No primeiro quartel do século XIX publicou em Paris a Estatística Historico-Geographica das ilhas da Madeira e Porto Santo, de que apareceu na mesma cidade uma edição na língua francesa (*V. Autoridades Superiores do Arquipélago*). Escreveu diversas obras, entre as quais se cita um compêndio de geografia em quatro volumes, que teve muita voga no seu tempo. Morreu na cidade de Génova, onde era cônsul de Portugal, a 3 de Setembro de 1845.

Girão (Cabo). Notam alguns a pouca propriedade que há no emprego da palavra cabo aplicada a esta elevadíssima rocha, talhada a prumo sobre o oceano. Observando o mapa geográfico desta ilha, não divisamos ali uma saliência ou língua de terra que justifique aquele nome, o que melhor se verifica quando se viaja ao longo da costa ou ainda mesmo quando no ponto mais alto e saliente da rocha se descontina esta na sua maior extensão. Frutuoso parece querer dar-lhe o nome de cabo para significar o termo da primeira parte da primitiva exploração marítima, e de Girão por findar ali o giro do primeiro dia dessa mesma exploração. Para justificar ainda a denominação de cabo, refere-se o cronista a uma ponta que abaixo fazia, ponta que quasi passa despercebida ao observador e que de modo algum pode merecer o nome de cabo. Dizem as Saudades: «...viram uma rocha muito alta logo ahi pegada, e arrebentar o mar em huma ponta, que ela abaixo fazia, a qual lhes ficou por meta e fim do seu descobrimento, e lhes deram o nome de Cabo de Gyrão, por ser daquelle vez a derradeira parte, e cabo do gyro de seu caminho».

Como rocha sobranceira ao mar, afirmam vários autores que é das mais altas e aprumadas que se encontram no universo. Dalguns dos pontos mais elevados e salientes daquela gigantesca escarpa vê-se numa profundidade aproximada de 600 metros, a vaga do oceano quebrar-se no sopé da aprumada rocha. E por isso que em inúmeras obras nacionais e estrangeiras se encontram frequentes referências ás rochas do Cabo Girão, que ao estudioso e ao turista sobriamente oferecem motivo de atenta e demorada observação. Não é facil e cómodo o acesso aos pontos mais altos da rocha, por falta de uma boa estrada que lá conduza. Está projectada a construção de um ramal, na extensão de 800 metros, que deve comunicar esses pontos

com a estrada nacional que atravessa as freguesias da Quinta Grande e Campanário. (1921)

Por 1935 ou pouco depois, fez-se a ligação da estrada com o alto da rocha do Cabo Girão e ali se construiu um belo miradouro, que tem sido largamente visitado por nacionais e estrangeiros. Deste lugar se descontina um vasto e surpreendente panorama, em que a vista se alonga extasiada desde o formoso anfiteatro do Funchal até às freguesias do concelho da Ponta do Sol.

No relatório de um antigo director de obras publicas distritais na Madeira, encontramos uma curiosa notícia acerca deste conhecido ponto da nossa costa marítima, que vamos parcialmente transcrever, em virtude do interesse que ela porventura possa oferecer a algum dos nossos leitores.

«No Cabo Girão há um desnível, a prumo sobre o mar de 633 metros, altura grandiosa, que não se encontra facilmente em outro ponto do globo. Quando, estudando a estrada real do Funchal a S. Vicente, passei na parte superior do Cabo Girão e verifiquei pelo nivelamento a verdade desta altitude, e quis experimentar a impressão que sentiria ao contemplar o espectáculo de uma tão grande altura, pois que ouvira afirmar, com admiração, que os turistas ingleses ali se assentavam numa saliência do terreno, dependurando as pernas sobre o abismo. Aproximei-me timidamente da borda da rocha e notei que nenhuma impressão me causou a vista de tamanha altura! A razão era simples: em baixo o mar... o mar a perder de vista, imensa planície sem um ponto de referência que me desse a consciência de uma tão grande altura em que estava colocado. Os meus companheiros de trabalho duvidaram do tamanho de semelhante altura, quando um facto de ocasião me facilitou poder provar-lhes que os não havia enganado. Na prumada dessa altura, em baixo, no mar, estava um barco em que se pescava junto á terra. Via-se o barco, muito pequeno, e completamente vazio. Tinha encontrado um ponto de referência. No barco estavam homens que não se podiam avistar, porque a 633 metros de distância, na vertical, é difícil, se não impossível, ver-se a olho nu a projecção horizontal dum homem, que pouco mais é de que a superfície dum chapéu... ».

Vid. Cabos e Geologia.

Girard (Alberto A.). Naturalista que acompanhou o falecido rei D. Carlos em muitas das suas explorações oceanográficas. Era cidadão francês, mas naturalizou-se português e tinha curso de engenharia

civil tirado em Portugal. Nasceu em 1860 e faleceu a 2 de Setembro de 1914. E.: *Les Céphalopodes des Iles Açores et le l'Ile Madère* (*Jorn. das Sc. Math, Phys. e Nat.*, 1892). Também se ocupou de alguns moluscos fósseis do arquipélago da Madeira no *Extracto das comunicações da Comissão de trabalhos Geológicos*, tomo II, fasc. II.

Girassol (*Helianthus annuus*). Planta anual bastante cultivada na Madeira. Pertence á família das Compostas, é originaria do Peru e produz capítulos com um a dois decímetros de diâmetro. Os seus aquenios servem para alimento das aves, e as folhas são comidas com prazer pelos carneiros e vacas.

Godman (Frederic du Cane). No seu livro intitulado *Natural History of the Asores* (Londres, 1870), publicou uma lista, organizada por W. Mitten, das Muscineas da Madeira, Canárias e Açores, assim como um trabalho de H. C. Watson sobre a botânica açoreana, onde se encontram algumas observações que podem ser proveitosas àqueles que estudam a flora do nosso arquipélago.

Gofe. Papa que se faz no Porto Santo com a cevada tenra esmagada, depois de sofrer um princípio de torrefacção.

Quando as Canárias foram conquistadas pelos espanhóis, notaram estes que os habitantes «comiam gofio de cevada torrada», sendo de crer que gofe seja corruptela de gofio, e que este termo fosse introduzido no arquipélago da Madeira pelos indivíduos oriundos de Grã Canária, Palma, Tenerife e Gomera, que no século XV vieram para a nossa ilha. (V. *Escravos*).

Diz Eliseu Réclus que o gofio, o prato nacional de Canárias, é uma massa confeccionada com farinha de diversos grãos, rebentados ao fogo.

V. Frangolho.

Goiabeira (*Psidium pyriferum*). Pequena árvore originaria das Índias Ocidentais, cultivada e naturalizada na região inferior da Madeira. Com os frutos (goiabas) desta Mirtacea confecciona-se um doce muito saboroso.

A goiabeira é hoje muito menos frequente que outrora.

Goimpy (Comte François Louis Edmond Gabriel Martz de). Na Academia de Marinha em Paris, existe um manuscrito com o título *Observations faites à Aveiro et à Funchal* e de que é autor o conde Francisco L. E. G. M. de Goimpy. Ignoramos em que época foram feitas as ditas observações, bem como a natureza delas.

Góis (Damião de). Este ilustre cronista, que viveu na primeira metade do século XVI, foi, depois de Gomes Eanes de Azurara, um dos mais antigos historiadores que se ocuparam do descobrimento da Madeira. Acerca do valor das suas afirmativas, veja-se o que dizem as anotações das Saudades, a pag. 338 desta obra.

Goivo. Nome vulgar da *Matthiola maderensis* e da *M. incana*, plantas da família das Cruciferas, a primeira das quais é indígena e habita nas rochas do litoral, e a segunda cultivada nos jardins.

Goldschmidt (Julius). Este medico alemão, que durante muitos anos residiu no Funchal, habitava em Paris, onde tinha larga clinica, quando rebentou a guerra em 1914. Ocupando-se de cousas madeirenses, publicou os folhetos *Die lepra auf Madeira*, 1891, *Madère Étudiée comme station d'hiver*, 1880, e *Madère étudiée comme station d'hiver et d'été*, 1884.

Faleceu no ano de 1924.

Gomes (António Gil). Nasceu Antonio Gil Gomes na freguesia do Arco de S. Jorge a 23 de Junho de 1803 e morreu no Funchal a 3 de Julho de 1868, sendo filho do capitão João José Gil Gomes e de D. Maria

Justina Gil Gomes. As suas ideias liberais obrigaram-no a sair da Madeira em 1828, subtraindo-se assim ás perseguições e vexames que sofreram alguns dos seus amigos e pessoas de sua familia. No Rio de Janeiro, onde fixou residência, entregou-se ao exercício do professorado e colaborou assiduamente em vários jornais, tendo também escrito alguns opúsculos, que publicou naquela cidade. Estabelecido o governo representativo, regressou sem demora á sua terra natal, onde chegou em Agosto de 1834, e aqui se dedicou ao estudo e cultivo das letras, vivendo inteiramente afastado das lutas partidárias e quasi de todo segregado do convívio social. No Funchal teve uma larga colaboração em muitos jornais que se publicavam nesta cidade e em que de preferência versava assuntos económicos, publicando também aqui um folheto sobre reformas aduaneiras e um livro intitulado *Compilação de Elementos de Filosofia Racional*. Gozou no seu tempo da fama de homem de não vulgar inteligência e de uma vasta ilustração.

Gomes (Francisco Luiz). Este distinto publicista (1829-1869), que escreveu os *Brahananes* e outras obras de incontestável valor, sendo atacado dumha grave doença pulmonar, veio a esta ilha procurar melhorias aos seus padecimentos, não encontrando, porém, na benignidade do nosso clima a cura que tanto ambicionava. O grande romancista Julio Diniz (V. este nome) que se encontrou no Funchal com Francisco Luiz Gomes, refere-se a ele numa carta datada de 5 de Abril de 1869, nos termos seguintes: «o Francisco Luiz Gomes está aqui no Funchal. Fiquei desapontado quando o vi. É uma figura que ninguém vê sem se voltar para traz depois d'elle passar. Imagina tu um esqueleto no rigor da palavra, alto, esguio; as pernas a vergarem-se-lhe sob o peso do corpo; a roupa a fluctuar-lhe como se pendurada de um prego; a cor de cobre própria dos índios; os dentes descarnados e salientes. Faz medo, coitado! Ninguém dirá que está ali um homem de inteligência!»

Pouco depois deste encontro com Julio Diniz, saiu Francisco Luiz Gomes da Madeira e dirigiu-se á Índia Portuguesa, sua terra natal, tendo sucumbido durante a viagem, aos estragos da tuberculose pulmonar, nos primeiros dias do mês de Outubro de 1869.

Gomes (João). Não está averiguado se veio para este arquipélago como um dos seus antigos povoadores ou se teria nascido nesta ilha. Em diversos logares é citado com o nome de João Gomes da Ilha e também com o de João Gomes o Trovador, pois que cultivou com distinção a poesia, encontrando-se treze

composições suas no Cancioneiro de Garcia de Resende. Casou no Funchal com D. Guiomar Ferreira, filha de Gonçalo Aires Ferreira, o conhecido companheiro de Gonçalves Zarco. Teve terras de sesmaria nas margens da ribeira que tomou e ainda hoje conserva o nome de João Gomes. Foi pagem do infante D. Henrique e faleceu no ano de 1495. Foi um dos primeiros que neste arquipélago usou o apelido do seu nome.

V. Cancioneiro de Resende (A Madeira no).

Gomes (M. Teixeira). É o actual representante de Portugal na Inglaterra (1921). Visitou há anos a Madeira e percorreu uma parte da ilha, dando-nos conta das suas excursões na segunda edição do seu livro *Cartas sem moral nenhuma*, de pag. 159 a 239. Refere-se com grande entusiasmo ao tríptico existente na sacristia da igreja de S. Pedro, dizendo que «como typos nada conheço superior em pintura alguma, e a composição, o colorido, o desenho são, de certo, de um poderosissimo artista». O visconde de Meireles ocupou-se em artigos publicados no Heraldo da Madeira, das referências feitas por Teixeira Gomes, pondo em brilhante relevo as belezas daqueles quadros. Teixeira Gomes afirma que foi o descobridor dessa maravilha, e na verdade não sabemos de outro indivíduo que anteriormente a ele se tivesse referido a essas telas desconhecidas.

Gomes (Romano de Santa Clara). É bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra e conservador privativo do Registo Predial na comarca do Funchal. (1921)
Representou a Madeira no parlamento, como deputado, na sessão legislativa de 1895 a 1897.
Nasceu no Funchal a 12 de Agosto de 1869.

Gomes de Castro (Tristão). Nasceu nesta ilha em 1543, sendo filho de Cristovam Martins de Agrinhan e de D. Joana Gomes de Castro. Era descendente de João Gomes, o Trovador, e administrou a casa vinculada que herdou de seus pais. Fez estudos fora desta ilha, tendo fama entre os seus contemporâneos de homem de larga ilustração. Cultivou a poesia, dizendo vários nobiliarios que foi um excelente poeta latino. Barbosa Machado, na Biblioteca Lusitana, ocupa-se de Tristão Gomes de Castro,

citando a obra por ele escrita em dois volumes, Argonautica da Cavallaria, Façanhas de Lesmundo, que ficou inédita. Morreu em 1611.

Gomes de Cintra (Diogo). V. Cintra (Diogo Gomes de) e Descobrimento.

Gomes Leal. Este distinto poeta residiu no Funchal durante algum tempo, quando seu pai era funcionário na alfândega desta cidade. O «Diario da Madeira» de 7 de Julho de 1923, publicou uma interessante carta de Gomes Leal, escrita na Madeira e dirigida a Albano Coutinho com a data de 25 de Abril de 1868, em que faz referência a diversas cousas madeirenses.

Gomito de Baleia. V. Baleias.

Gonçalo Aires (Ribeira de). Gaspar Frutuoso, ao referir-se aos primeiros trabalhos de exploração, quando se iniciou o povoamento desta ilha, conta, entre outros episódios, o seguinte: «Foi Gonçalo Ayres com os companheiros correndo a terra por espaço de três horas, no fim das quaes se agastava já o capitam com a tardança delles, senão quando, exque assomavam pela ribeira abaixo com capellas na cabeça, e enramados vinham fallando com muito prazer, que não achavam cousa viva, senão aves; e daqui ficou o nome a «Ribeira de Gonçalayres». Esta ribeira atravessa a freguesia de São Gonçalo, e na sua foz fica o lazareto chamado de Gonçalo Aires.

V. Ferreira (Gonçalo Aires) e Lazareto.

Gonçalves (Comendador Manuel). Foi um inteligente e activo comerciante do Funchal, que pelo seu génio empreendedor e de rasgada iniciativa prestou excelentes serviços á sua terra, e mais ampla e prestimosa seria a sua accção se uma acintosa guerra não tivesse entravado a realização dos seus projectos.

Foram grandes e frutuosas as diligências que empregou para libertar o comercio local da influencia de certas casas estrangeiras, que asfixiavam as actividades comerciais e industriais dos negociantes naturais desta ilha. Deve-se principalmente ao seu esforço a organização da Companhia dos Sanatórios, como mais largamente se verá no artigo que lhe será dedicado.

Como director da Companhia de Ferro do Monte, realizou o importante melhoramento do prolongamento do elevador desde o Monte até o Terreiro da Luta, e fez construir ali um excelente restaurante, que rivalizava com os estabelecimentos congéneres existentes no estrangeiro.

O comendador Gonçalves nasceu no Funchal por 1867 e faleceu na freguesia do Monte a 18 de Agosto de 1916.

Gonçalves (Francisco Mendes). Por meados do século passado, saiu da Madeira um rapaz de tenra idade, natural da freguesia do Campanário, que se fixou na Republica Argentina, onde passados alguns anos adquiriu uma grande fortuna e posteriormente chegou a ser um dos homens mais ricos daquela prosperala nação sul-americana. O que, porém, merece registo especial neste lugar é a pasmosa actividade e o genio empreendedor deste madeirense, que como comerciante, colonizador de vastos territórios incultos, director de casas bancárias e negociador de operações da alta finança, alcançou o maior prestigio e a maior influencia, estendendo a rede das suas transacções a toda a Argentina, ao Brasil e Paraguai e não sendo raro que os governos desses países tivessem de recorrer á sua experiência e aos seus conhecimentos para a solução de muitos problemas que de perto tocavam aos mais altos interesses do estado. Morreu na cidade de Buenos Aires, em idade avançada e possuidor de uma grande riqueza, a 28 de Dezembro de 1930, sendo conhecido pelo nome de milionário Gonçalves.

É para lamentar que não tivesse atendido a nenhuma das solicitações que da Madeira lhe foram dirigidas para acudir a alguns pequenos melhoramentos a realizar na sua paróquia natal e de que esta urgentemente necessitava.

Gonçalves (Joaquim Melchior). Foi membro da primeira Câmara Constitucional do Funchal,

capitão de ordenanças e sócio correspondente da Sociedade dos Amigos das Sciencias e Artes. Condenado pela alçada que veio à Madeira em 1823 a quatro anos de degredo para as ilhas de Cabo Verde, partiu para ali, voltando, porém à pátria em 1826. Constitucional exaltadíssimo, foi pronunciado pela alçada mandada á Madeira em 1828, mas não chegou desta vez a ser preso por se ter homiziado.

Conta-se que tendo Melchior Gonçalves saído em certa noite para visitar alguns amigos, se encontrou no Largo da Sé com um bando de quadrilheiros, dirigidos pelo Governador José Maria Monteiro. Reconhecendo que lhe era impossível fugir, tomou a resolução de se dirigir ao referido governador, e declarando-lhe que andava em sua busca para lhe fazer uma comunicação que só por ele devia ser ouvida, pediu-lhe que para poder falar livremente fizesse retirar os quadrilheiros para uma certa distância.

Tendo o pedido sido satisfeito, dispunha-se o governador a ouvir a comunicação que Melchior Gonçalves tinha a fazer-lhe, quando este lhe atirou rapidamente alguns socos que o prostaram, fugindo em seguida, sem que os quadrilheiros, que logo correram em sua perseguição, conseguissem alcançá-lo.

Ignoramos as datas do nascimento e do falecimento de Francisco Melchior Gonçalves, mas diz-nos pessoa da sua família que era natural do Campanário e que emigrou antes de 1834 para o Brasil, onde morreu.

Gonçalves (Moisés). Era cirurgião-dentista por uma escola de Nova Iorque, tendo exercido durante muitos anos a clínica dentária na cidade de Lisboa com grande clientela e sendo então considerado o mais distinto da sua classe. Em 1895 publicou o importante trabalho «Os Dentes Humanos» num volume de 198 paginas. Era natural da vila de Santa Cruz.

Gonçalves de Freitas (Conselheiro António). Nasceu na freguesia da Ponta Delgada a 5 de Dezembro de 1827 e era filho do capitão António Joaquim Gonçalves de Freitas e de Eulalia Cândida de Freitas, tendo falecido em Lisboa a 14 de Julho de 1875. Formou-se em direito pela Universidade de Coimbra no ano de 1848, depois de haver obtido varias classificações e de se ter revelado um estudante muito talentoso e aplicado. No período decorrido de 1852 a 1860 exerceu a advocacia no Funchal e dedicou-se á política e ao jornalismo. Foi deputado pela Madeira nas três legislaturas decorridas de 1860 a 1865.

Fixando residência na capital, ali desempenhou vários cargos públicos e entre eles o de director geral das contribuições directas. Era tido como uma grande autoridade em questões de administração de fazenda publica, em que se especializou. Foi mais de uma vez convidado para sobraçar uma pasta de ministro, num tempo em que nem todos o poderiam ser, mas recusou sempre aceitar um cargo de tamanha responsabilidade. Gozou em Lisboa de grande prestigio, não só pelos seus dotes intelectuais e reconhecida competência, mas ainda pelas austeras qualidades de carácter que enobreciam o seu espírito. Foi um dos mais distintos madeirenses do século XIX.

Gonçalves de Freitas (Luiz António). Era filho do conselheiro António Gonçalves de Freitas (V. este nome) e de D. Julia de Abreu Gonçalves de Freitas, tendo nascido a 23 de Fevereiro de 1858. Concluíu em Coimbra a sua formatura em direito em 1880. Começou muito cedo a cultivar as letras e publicou alguns volumes de versos, sendo ainda aluno da Universidade. É grande a sua bagagem literária tanto em prosa, como em verso. Depois de ter dado á luz alguns volumes, empreendeu a publicação de todos os seus escritos com o título de *Obras Completas de Luiz António Gonçalves*, que a morte não o deixou completar, mas de que ainda saíram a lume dezanove volumes. Entre as suas obras podemos citar *Impressões, Phantasias, A Pupila de Beltrão, Oscillações, Mavalen, Reminiscências, Discursos e Trabalhos Parlamentares, Artigos Políticos, Das Galerias, Expansões, Respigas, Humorismos, Discussão e Controvérsias, Mescla de Assumptos, Rachel, Horas de Paz, Noite de Nupcias, Os Pecados da Mocidade*.

Representou a Madeira em cortes na sessão legislativa de 1882 a 1884 e os discursos que proferiu no parlamento, defendendo os interesses deste arquipélago, acham-se publicados no seu livro *Discursos e Trabalhos Parlamentares*.

Foi chefe de repartição no governo civil de Lisboa e exerceu diversas comissões de serviço publico.

Alguns meses antes de falecer passou o Dr. Luiz Gonçalves de Freitas pelo enorme desgosto de perder a sua selecta biblioteca, devorada por um incêndio, o que lhe causou um abalo tão violento, que esteve prestes a sucumbir. Algum tempo depois fulminou-o uma congestão cerebral, a 28 de Outubro de 1904, tendo apenas 46 anos de idade.

Foi um distinto e apreciado poeta, tendo também escrito varias peças teatrais tanto em prosa, como em verso. Teve larga colaboração em muitas revistas e jornais, sendo um grande numero desses escritos coligido na edição das suas *Obras Completas*.

Gonçalves de Freitas (Visconde de). Pedro Maria Gonçalves de Freitas, visconde de Gonçalves de Freitas, nasceu nesta ilha a 17 de Março de 1836, sendo filho do capitão António Joaquim Gonçalves de Freitas e de D. Eulália Cândida Gonçalves de Freitas. Cedo se dedicou, como advogado provisionista, à carreira do foro e nela veio a conquistar os créditos de um distinto e brilhante causídico. Foi advogado de algumas causas que ficaram celebres, revelando sempre a pujança do seu extraordinário talento, a argúcia do seu espírito, a engenhosa dialéctica da sua argumentação, de par com uma linguagem fácil, imaginosa e cheia de calor e entusiasmo, que impressionava profundamente os auditórios.

Como político, teve entre nós um extraordinário prestígio e houve tempo em que foi o maior influente partidário de todo o arquipélago. Representou a Madeira em cortes, como deputado, nas legislaturas de 1884 e 1887 e de 1894 a 1895, e como par do reino electivo na sessão legislativa de 1887 a 1889. Também foi deputado pelo arquipélago de Cabo Verde, onde residiu alguns anos, exercendo ali a advocacia.

Foi empregado superior das alfândegas e desempenhou o cargo de director da alfândega do Funchal, tendo também exercido outras comissões de serviço público, como a de governador civil deste distrito.

Redigiu o antigo periódico o *Direito* e colaborou em outras publicações, revelando-se um distinto jornalista. No seio da representação nacional, mostrou as suas brilhantes qualidades de parlamentar, já como orador, já como profundo conhecedor dos assuntos que ali versava.

Morreu nesta cidade a 6 de Julho de 1915, contando 79 anos de idade.

Gonçalves Marques (Vasco). V. Marques (Vasco Gonçalves).

Goraz (*Pagellus centrodontus*). Peixe da família Esparida, vulgar na Madeira e um dos que mais

apreciados são, pelo seu fino sabor. A gorazeira e a briqueira são os aparelhos preferidos para a sua captura.

Gorazeira. Aparelho de pesca muito usado na Madeira. Compõe-se de uma linha principal e de pequenas linhas secundarias que se ligam á primeira, tendo cada uma destas um anzol na extremidade. Na extremidade da linha principal está fixo um peso que obriga o aparelho a mergulhar.

Gorda (Ponta). Pequena saliência na costa marítima, não muito distanciada do ilhéu do Gorgulho e da Ponta da Cruz, na freguesia de São Martinho.

Gorda (Ponta). No litoral da freguesia de São Jorge. V. *São Jorge (Ponta de)*.

Gordo (Pico). Elevação montanhosa nas serras da freguesia da Calheta, próxima do Monte das Estrebarias, a uma altitude de 1200 metros.

Gordo (Monte). V. *Piedade*.

Gordon (C. A.) E.: *The Flower of the Ocean, the Island of Madeira*. London, 1894, I vol.

Gorgulho. O nome de gorgulho é aplicado ao *Sitophilus granarius* e ao *S. Orizae*, espécies de coleópteros que atacam o grão e as farinhas e que são frequentes nas casas e armazéns em toda a ilha. A segunda espécie, que parece ser mais comum do que a primeira, distingue-se facilmente pela sua cor mais escura.

Gorgulho (Sítio e Ilhéu do). Sítio do litoral para oeste da cidade e na freguesia de S. Martinho onde existiu um pequeno forte, hoje em completa ruína.

O Gorgulho é interessante sob o ponto de vista geológico por causa das correntes de lava que se vêem junto do referido forte.

Há ali uma escada de ferro e um plano inclinado, mandados construir pela Companhia Wilson.

Neste sítio mandou a Câmara Municipal do Funchal construir no ano de 1932 uma piscina publica para banhos e exercícios de natação, que é servida com água do mar.

Neste sítio e a pouca distancia do litoral fica um pequeno ilhéu com o nome de Gorgulho.

Gorjão (Francisco Pedro de Meneses). A sua nomeação para governador e capitão-general da Madeira foi de 18 de Maio de 1737 e tomou posse a 16 de Julho do mesmo ano. Exerceu este lugar até o dia 27 de Maio de 1747, em que saiu desta ilha directamente para o Maranhão, a governar aquela província, tocando no Funchal a frota que para ali se dirigia e que conduzia o novo bispo da mesma diocese, D. Fr. Francisco de São Tiago.

No cargo de governador da Madeira, sucedeu-lhe o bispo diocesano D. João do Nascimento, que foi nomeado a 5 de Maio de 1747 e exerceu o lugar até o ano de 1751.

Vimos algures que Francisco Pedro de Meneses Gorjão «falleceu na idade de 83 anos, cheio de serviços pela pátria, como consta da lápide da sua sepultura existente na capella da quinta de S. Lourenço.

Gourlay (Dr. William). Médico inglês que veio para a Madeira em 1792 e aqui residiu por espaço de 18 anos. E.: *Observations on the Natural History, climate and diseases of Madeira during a period of eighteen years*, London, 1811. A exactidão das observações meteorológicas publicadas na obra de Gourlay e referentes ao período que vai de 1793 a 1803, tem sido posta em dúvida por alguns autores, entre os quais o

distinto médico português Dr. Barral.

Gouveia (Cónego António Homem de). Nasceu na freguesia da Ponta do Pargo a 17 de Dezembro de 1869. Cursou o Seminário desta Diocese e ordenou-se de presbítero no ano de 1893. Por Carta Regia de 30 de Novembro de 1899 foi nomeado cónego da Sé do Funchal. Foi escrivão da Câmara Eclesiástica e tem exercido diversas comissões de serviço publico. Representou a Madeira em cortes nas sessões legislativas de 1905 a 1906, de 1906 e de 1906 a 1907. Dos discursos que proferiu no parlamento, foram três publicados em opúsculos com os títulos de *A Escravidão da Igreja em Portugal*, Lisboa, 1905, de que no mesmo ano se fez outra edição no Funchal, *Necessidade do Descanso Dominical*, Lisboa, 1907, e *A Situação da Madeira*, Lisboa, 1907.

Gouveia (Francisco Bento de). Nasceu na freguesia da Ponta Delgada a 16 de Julho de 1874 e tem-se consagrado a estudos e pesquisas industriais, conseguindo fabricar o papel com a palha da cana de açúcar e extrair das traquites madeirenses a sílica necessária ao fabrico do vidro. Dedicou-se também há anos a estudos enológicos, chegando a fabricar com o Jacquez um tipo de vinho de pasto, que mereceu a aprovação do falecido Batalha Reis. Foi um dos redactores no antigo Diário Popular, colaborou numa revista que foi levada á cena no teatro Manuel de Arriaga e é fiscal de primeira classe dos produtos agrícolas, conservando-se porém afastado do serviço há já algum tempo. (1921)

Gouveia (João). Nasceu nesta cidade a 8 de Fevereiro de 1880 e é filho do coronel José Maria de Gouveia e de D. Elisa Camacho de Gouveia. Cedo amanheceu nele o estro poético, mas cedo também deixou de cultivar a poesia. Desconhecemos os motivos que o levaram a abandonar a carreira das letras, que tão auspiciosamente tinha encetado. Publicou os volumes *Breviário*, Funchal, 1900, de 112 pág. e *Atlante*, Lisboa, 1903, de 108 pág..

Parece que João Gouveia fechou a sua alma á inspiração das musas para melhor se entregar aos estudos da mecânica, e de modo especial á construção do aeroplano de que foi o inventor. Os jornais ocuparam-se largamente e com os maiores elogios deste invento, mas parece que surgiram graves e insuperáveis

dificuldades para a sua construção.

Há muitos anos que João Gouveia vive em Lisboa, tendo aplicado ultimamente a sua atenção á construção dum aparelho avícola, que despertou grande interesse em todos os que se consagram á criação artificial das galinhas. (1921).

Gouveia (José Maria de). Nasceu no Funchal a 13 de Março de 1856 e há muitos anos que fixara residência no continente. Era coronel de infantaria, e em 1895 publicou nesta cidade um folheto intitulado Serviço de Campanha, Instrução Pratica de secção para uso dos oficiais inferiores da arma de infantaria. Faleceu em Lisboa no mês de Novembro de 1930.

Gouveia Júnior (Francisco Gomes de) Nasceu na freguesia de Santo António a 12 de Abril de 1864 e era filho de Francisco Gomes de Gouveia e de D. Antónia de Jesus de Gouveia. Depois de ter cursado o liceu do Funchal, frequentou a antiga escola dos correios de Lisboa, cujo curso concluiu. Era oficial aposentado dos correios e exerceu varias comissões de serviço publico, entre as quais as de vice-presidente da Câmara Municipal do Funchal e presidente da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia. Teve uma larga colaboração em diversos jornais funchalenses e em outras publicações, e foi o redactor principal do jornal *A Madeira*.
Faleceu a 11 de Agosto de 1926.

Governador e Capitães-Generais. Em 1640 começou o arquipélago madeirense a ser administrado por Governadores e Capitães-Generais, de que damos a seguir a relação completa:

Luiz Miranda de Henriques Pinto (1640),
Nuno Pereira Freire (1641),
Manuel de Sousa Mascarenhas (1645),
Manuel Lobo da Silva (1647),
Bartolomeu de Vasconcelos (1651),
Pedro da Silva da Cunha (1655),

Diogo de Mendonça Furtado (1659),
D. Francisco de Mascarenhas (1665),
Aires de Saldanha de Sousa e Meneses (1668),
João de Saldanha de Albuquerque (1672),
Alexandre de Moura e Albuquerque (1676),
João da Costa de Brito (1680),
Pedro de Lima Brandão (1683),
D. Lourenço de Almada (1687),
D. Rodrigo da Costa (1689),
Pantaleão de Sá e Melo (1694),
D. Antonio Jorge de Melo (1698),
João da Costa de Ataíde e Azevedo (1701),
Duarte Sodré Pereira (1703),
D. Pedro Alvares da Cunha (1711),
João de Saldanha da Gama (1715),
Jorge Martins de Sousa e Meneses (1718),
Francisco da Costa Freire (1724),
D. Filipe de Alarcão Mascarenhas (1727),
Joao de Abreu Castelo Branco (1733),
Francisco Pedro de Meneses Gorjão (1737),
D. Alvaro José Xavier Botelho de Távora (1751),
Manuel de Saldanha e Albuquerque (1754),
José Correia de Sá (1758),
João Antonio de Sá Pereira (1766)
João Gonçalves da Câmara Coutinho (1777),
D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho (1781),
D. José Manuel da Câmara (1800),
Ascenso de Sequeira Freire (1803),
Pedro Fagundes de Antas e Meneses (1807),
Luiz Beltrão de Gouveia e Almeida (1813),
Florencio José Correia de Melo (1814),
Sebastião Xavier Botelho (1818),

D. Rodrigo Antonio de Melo (1821),
Antonio Manuel de Noronha (1822)
D. Manuel de Portugal e Castro (1823)
José Lúcio Travassos Valdez (1827),
José Maria Monteiro (1828) e
D. Alvaro da Costa de Sousa e Macedo (1830).

V. estes nomes.

Governadores Civis. Sob a denominação de Governadores Civis, damos aqui a relação completa das autoridades superiores deste distrito desde a implantação do governo constitucional embora algumas destas autoridades tivessem o nome de Prefeito e de Administrador Geral:

Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque (1834),
Conde de Carvalhal (1835),
Antonio de Gamboa e Liz (1835),
Barão de Lordelo (1838),
Domingos Olavo Correia de Azevedo (1841),
José Silvestre Ribeiro (1846),
Visconde de Fornos de Algodres (1852),
José Gerardo Ferreira Passos (1854),
Antonio Rogerio Gromicho Couceiro (1856),
José Maria Baldy (1858),
Conde de Farrobo (1860),
Januario Correia de Almeida (1862),
Jacinto Antonio Perdigão (1863),
D. João Frederico da Câmara Leme (1868),
Marquês de Sesimbra (1868),
Visconde de Andaluz (1869),
Afonso de Castro (1870),

D. João Frederico da Câmara Leme (1870),
Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro (1876),
Afonso de Castro (1877),
Visconde de Vila Mendo (1881),
Visconde de Vila Mendo (1882),
Tomaz Nunes de Serra e Moura (1884),
Vasco Guedes de Carvalho e Meneses (1884),
Visconde de Canavial (1884),
D. João de Alarcão Valasques Sarmento Osorio (1885).
José de Azevedo Castelo Branco (1890),
D. Manuel Saldanha da Gama (1890),
Luiz do Canto de Castro Merens de Tavora (1892)
D. Manuel Saldanha da Gama (1893),
Antonio Augusto de Sousa e Silva (1894),
José Ribeiro da Cunha (1896),
José Antonio de Almada (1897),
Marquês do Funchal (1899),
D. Tomás de Almeida Manuel de Vilhena (1900),
D. Bernardo da Costa de Sousa Macedo (1901),
José Ribeiro da Cunha (1901),
Marquês do Funchal (1904),
João de Soares Branco (1906),
José Ribeiro da Cunha (1906),
D. Bernardo da Costa de Sousa Macedo (1906),
Boaventura Mendes de Almeida (1907),
João de Paiva de Faria Leite Brandão (1908),
Afonso de Melo Pinto Veloso (1910),
José Ribeiro da Cunha (1910),
Manuel Augusto Martins (1910),
João Maria de Santiago Prezado (1912),
Alfredo Ernesto de Sá Cardoso (1913)
Vasco Borges (1914),

Sebastião Heredia (1914),
José Vicente de Freitas (1915),
Sebastião Heredia (1915),
José de Sousa Rosa (1917),
Daniel Telo Simões Soares (1917),
Carlos José Barata Pinto Feio (1918),
Americo Ciriaco Correia da Silva (1918),
Manuel Augusto Martins (1919),
Daniel Telo Simões Soares (1919),
Vasco Crispiniano da Silva (1920),
Antonio da Cruz Rodrigues dos Santos (1920),
João Miguel Rodrigues da Silva (1920),
Antonio Augusto da Silva Pereira (1921)
Aires de Mesquita Espranger (1921),
Acacio Augusto Correia Pinto (1921),
Alvaro Nobre da Veiga (1922),
Eduardo Rocha Sarsfield (1922),
João Augusto de Freitas (1922),
Daniel Telo Simões Soares (1923),
Julio Ferreira Cabral (1924)
José Varela (1924)
Antonio C. Rodrigues Leitão (1924),
João Guilherme Meneses Ferreira (1925),
Manuel dos Santos Mendonça (1926),
Francisco Martins Luzignan de Azevedo (1926),
Ernesto Florencio Cunha (1927)
José Maria de Freitas (1928),
Artur Almeida Cabaço (1931),
Antonio Caldeira Coelho (1934)
Augusto Goulart de Medeiros (1934),
José Nosolini Pinto Osorio da Silva Leão (1938),
Gustavo Teixeira Dias (1941).

Governadores Gerais. Com o domínio filipino terminou o governo dos Capitães-Donatarios (V. Donatarios), passando este arquipélago a ser administrado por Governadores Gerais, da imediata nomeação do governo espanhol. A administração dos Governadores Gerais durou todo o período da administração castelhana. Foram eles:

João Leitão (1581),
D. Agostinho Herrera (1582),
João Leitão (1583),
Tristão Vaz da Veiga (1585),
Antonio Pereira de Barredo (1590),
Diogo de Azambuja e Melo (1594),
Cristovão Falcão de Sousa (1600),
João Fogaça de Eça (1603),
D. Manuel Pereira Coutinho (1609),
Jorge da Câmara (1614),
Pedro da Silva (1618),
D. Francisco Henriques (1622),
Fernão de Saldanha (1625),
D. Francisco de Sousa (1627),
D. João de Meneses (1632) e
Luiz de Miranda Henriques Pinto (1635).

V. cada um destes nomes e o artigo Autoridades Superiores do Arquipelago.

Os governadores e capitais-generais e depois deles os primeiros governadores civis, tomavam posse dos seus cargos na sala das sessões da Câmara Municipal do Funchal, na presença da municipalidade reunida. Era tal o respeito que inspiravam os antigos capitães-tenentes que, quando saíam, todos os homens paravam e tiravam os chapéus quando eles se aproximavam, devendo os cavaleiros apear-se á sua passagem. Em 3 de Setembro de 1803 recolheu ás prisões do ilhéu um tal Henrique Correia de famílias fidalgas, por se não haver apeado á passagem do governador D. José Manuel da Câmara e responder um tanto desabridamente a esta autoridade ao ser admoestado pela sua desatenção, e o falecido morgado

Antonio João da Silva Betencourt Favila também foi preso em certa ocasião por não ter cumprimentado um governador e capitão-general! *Quantum matatus ab illo!*

O Dr. Damião Peres, ilustre professor da Universidade de Coimbra e antigo reitor do liceu do Funchal, que tem o seu nome ligado a valiosos trabalhos acerca da historia do nosso país, publicou nos anos de 1974 e 1975 dois interessantes opúsculos intitulados *O Desembargador João Leitão Governador Geral da Madeira e O Problema dos Governadores Gerais da Madeira*, em que se propôs demonstrar que carecia de fundamento a designação genérica de Governadores gerais dada pelo Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo, erudito comentador das Saudades da Terra, ás autoridades superiores deste arquipelago durante a dominação castelhana, competindo-lhes apenas o nome de capitais gerais, segundo se lê em alguns documentos oficiais da época. O co-autor deste Elucidário C. A. de Meneses, numa série de artigos publicados no *Diário da Madeira* do mês de Setembro de 1925, explica e justifica a designação empregada pelo Dr. A. R. de Azevedo, aduzindo ponderosos argumentos que invalidam a afirmação do Dr. Damião Peres. Bom é notar que se trata duma particularidade de secundaria importância, que não oferece grande interesse á historia desta ilha.

Governadores Militares. V. Comandantes Militares.

Grabham (Dr. Michael). Médico inglês nascido a 11 de Janeiro de 1840 e que residiu durante muitos anos no Funchal. E.: *The Climate and resources of Madeira*, Londres, 1870 e *Materia Atlantica*, Londres, 1901. Este ultimo trabalho, escrito em português, era destinado a servir de guia ás pessoas que viessem a esta ilha, por ocasião da visita dos reis de Portugal. O Dr. Grabham publicou alguns artigos na imprensa londrina acerca da Madeira.

Graça. Sítio da freguesia de Machico, nas imediações da Vila, onde se encontra a capela de Nossa Senhora da Graça, ignorando-se a época da sua construção. Sabe-se que é bastante antiga e que foi reedificada pela respectiva irmandade no ano de 1750.

Graça. Sítio da ilha do Porto Santo. Nela existiu uma antiga capela, dedicada a N^a S^a da Graça, que deu o nome ao local. Achando-se muito arruinada, foi iniciada a sua reconstrução em proporções maiores do que a primitiva, nos princípios do século XIX, por iniciativa do governador daquela ilha Manuel Inacio de Avelar Brotero, mas não chegou a concluir-se a sua reedificação, estando hoje reduzida a um montão de ruínas. Oferecia a singularidade de ter a forma octogonal, dizendo-se que reproduziria em miniatura um celebre templo de Itália.

Gráfico (O). Numero único de um jornal publicado pela classe tipográfica. Saiu a 8 de Janeiro de 1919.

Gramá (*Cynodon Dactylon*). Graminea rizomatosa com espigas lineares, verdes ou violaceas, reunidas em numero de 3 a 7 no alto dos caules. É muito comum na Madeira, e os seus rizomas são emolientes e diüreticos.

Gramacho. Parece ter sido origem deste apelido de família entre nós, que hoje julgamos extinto, o fidalgo Rui Gramacho, que foi um dos primeiros povoadores e teve terras de sesmaria em Santa Cruz. Na freguesia de Sant'Ana há um sítio que tem o nome de Achada do Gramacho.

Grande (Eduardo). Era natural de Portalegre e foi agrónomo adido ao Governo Civil do Distrito do Funchal, tendo sido depois secretario geral do mesmo Governo Civil. Desempenhou também o cargo de vogal da comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia. Escreveu um relatório que foi apresentado á direcção da antiga Sociedade Agrícola do Funchal, sendo publicado em 1865. Este relatório, a pesar de ter algumas deficiências, contém varias informações curiosas sobre o estado agrícola da Madeira na época em que foi publicado.

Eduardo Grande faleceu em Lisboa por 1881.

Grande (Pico). Uma das grandes eminências que circuitam a freguesia da Serra de Água, á altitude de 1600 metros.

Grande (Pico). Elevação montanhosa da cordilheira do interior da ilha, não muito distanciada do conhecido Pico Ruivo.

Grande (Ribeira). É afluente da ribeira de Machico.

Granel do Poço. V. Alfândegas e Colombo.

Granizo. É este meteoro aquoso, conhecido na Madeira pelo nome de neve, que forma os extensos lençóis brancos que, durante o Inverno, cobrem ás vezes durante dias as serras da ilha. A queda do granizo nas serras é acompanhada ou precedida muitas vezes de trovoadas, e traz sempre como consequência um abaixamento sensível de temperatura em todo o litoral.

O granizo na região alta da ilha, apresenta-se sempre em pequenas massas irregulares e esquinadas; a forma arredondada, que parece ser devida a um começo de fusão sofrido pelas mesmas massas ao atravessarem uma camada mais espessa da atmosfera, só aparece na região media, e uma ou outra vez no litoral. Na altitude de 1500 metros chega o granizo algumas vezes a formar camadas com mais de um metro de espessura. Quando ele aparece, o que é raro, entre 600 e 800 metros, derrete geralmente ao cabo de poucas horas.

O granizo é quasi desconhecido no Porto Santo; todavia caiu em tanta abundância naquela ilha em 4 de Fevereiro de 1860, que os montes e os vales ficaram cobertos dele. "Na vila era em tal porção, dizem os Anais do Porto Santo que muitas pessoas encheram pratos e celhas, chegando a fazer sorvete; caso virgem entre este povo".

O granizo sob o nosso clima só aparece desde os fins do Outono até o principio da primavera, e concorre notavelmente para aumentar o volume das águas das fontes e das ribeiras. Diz-se que há perto de 60 anos uma chuva de pedra causou grandes estragos nas culturas da freguesia do Caniçal, e cita-se também o facto de há anos o granizo ter destruído uma boa parte da folhagem das árvores frutíferas e de outros vegetais na freguesia dos Canhas. Estes casos são, porém, felizmente tão raros que o agricultor madeirense ao proceder ao cultivo das suas terras nem se lembra desse inimigo, tanto para recear em latitudes mais setentrionais.

Para deixar consignadas nestas paginas uma noção mais completa acerca da natureza dos fenómenos meteorológicos da neve, geada e granizo nas ilhas do nosso arquipélago, vamos transcrever alguns períodos dum artigo que sobre esse interessante assunto o co-autor deste Elucidário, e distinto naturalista C. Azevedo de Meneses publicou há bastantes anos no antigo Diário da Madeira.

São tão deficientes as informações que nos fornecem sobre estes meteoros as varias obras que tratam da climatologia e meteorologia da Madeira, que talvez ofereçam um certo interesse os poucos dados, fruto quasi todos da própria observação, que acerca dos mesmos passamos a apresentar.

A neve, em regra, só cai na Madeira desde Janeiro até princípios de Março, isto é, no período em que os frios são mais intensos, e nunca se observa, segundo cremos, abaixo de 1200 ou 1000 metros. Os madeirenses, que visitam ou atravessam as serras durante os meses de inverno, chamam aos flocos de neve folhelho, reservando o termo neve para designar o granizo, o qual é muito mais frequente na ilha, observando-se também em menores altitudes.

Durante a época dos maiores frios, o termómetro centígrado desce por vezes no Funchal a 8 e a 7 graus. Se se admitir pois, que o calor diminui um grau por cada 180 metros de elevação, temos que o termómetro deverá marcar nas mesmas ocasiões, em altitudes superiores a 1300 metros, temperaturas um pouco inferiores a zero, as quais são suficientes, como é sabido, para provocar o aparecimento das nevadas. A neve no nosso clima é pouco duradoura, derretendo geralmente ao cabo de poucas horas.

Guilherme Teles de Meneses, que fêz algumas observações meteorológicas no posto do Pico do Arieiro (1700 metros), viu o termómetro registar aí 2 graus abaixo de zero em Novembro, sendo lícito supor, portanto, que na mesma localidade se observam temperaturas ainda mais baixas nos meses de Janeiro e Fevereiro que, na Madeira, são os mais frios do ano.

Na opinião do falecido naturalista inglês James J. Johnson, o limite das neves eternas na latitude da Madeira deve estar a 3450 metros, altitude esta da qual nem se aproxima o nosso Pico Ruivo...

Durante os meses de Inverno acontece também algumas vezes aparecerem as geadas nos pontos elevados da ilha. As camadas de neve com a forma cristalina, que se formam sobre certos corpos, são conhecidas do povo pelo nome de dente de cão. Informam-nos que as geadas costumam aparecer na costa do norte acima de 600 ou 700 metros, mas na costa sul cremos que elas são desconhecidas dentro dos limites da região cultivada, a qual só em raros pontos vai acima de 800 metros.

O granizo é muito mais frequente na ilha do que a neve em floco ou folhelho e as geadas ou dente de cão. Cai em maior abundância desde Novembro até Março, mas também aparece algumas vezes em Outubro e Abril. É o granizo que forma esses extensos lençóis brancos que na estação invernosa cobrem às vezes durante dias (3 a 15, poucas vezes mais) uma boa parte das nossas montanhas.

Todos os anos cai granizo nas serras, mas nem sempre ele é visível do Funchal. A queda do granizo é muitas vezes acompanhada ou precedida de trovoadas, e traz sempre como consequência um abaixamento de temperatura na cidade. Quando esse meteoro aparece, o que é raro, entre 600 e 800 metros, derrete geralmente ao cabo de poucas horas.

O granizo nas serras da Madeira apresenta-se sempre em pequenas massas irregulares e esquinadas, semelhantes na forma às areias basálticas das praias. A forma arredondada, que é muito menos frequente, só aparece nas altitudes medias das vertentes meridional e setentrional, e uma ou outra vez nas proximidades da costa. Na altitude de 1500 metros, chega o granizo alguns anos a constituir camadas de mais de um metro de espessura.

As neves e as geadas, pelas altitudes em que aparecem, nenhum prejuízo causam às culturas da ilha; o granizo, porém, pode ser às vezes nocivo, mas nunca tanto como nos países da Europa. Diz-se que há mais de 50 anos uma chuva de pedra provocou grandes estragos nas culturas da freguesia do Caniçal, e contou-nos Guilherme Teles de Meneses ter visto há uns nove ou dez anos o granizo destruir uma boa parte da folhagem das árvores frutíferas em outras regiões da freguesia dos Canhas. Estes casos, porém, são felizmente tão raros, que o agricultor madeirense ao proceder ao cultivo das suas terras, como acima ficou dito, nem se lembra desse inimigo, tanto para temer em latitudes mais setentrionais. Muito mais se arreceia

ele das estiagens, cujos efeitos são na verdade bem mais funestos para a agricultura, principalmente nos pontos onde não chegam as águas de irrigação».

Vid. Neve e Dente de Cão.

Grant. (W. R. O.). Ornitologista do Museu Britanico que explorou cientificamente as Selvagens. Publicou na revista *The Ibis* do ano de 1896, p. 41-55, um trabalho intitulado *On the Birds observed in the Salvage Islands near Madeira*, e nas revistas *The Field* e *The Zoologist* um relato da sua viagem ás Selvagens. Este ultimo trabalho, em que colaborou Cecil Bering, tem por titulo *An Expedition to Salvage Islands*.

Grão de Bico (*Cicer arietinum*). Leguminosa muito cultivada na Madeira e Porto Santo. As suas sementes, de um amarelo pálido ou escuras, servem para alimento do homem, e torradas e reduzidas a pó, são empregadas como sucedâneas do café.

Gras (*A. le*). V. Kherallet.

Gray (*J. E.*). V. Antozoarios.

Greeff (Richard). Doutor em filosofia e medicina. E.: *Reise nach den Canarischen Inseln*, Bonn, 1868, e *Madeira und die Canarischen Inseln*, Marburgi, 1872. o primeiro destes escritos trata também da ilha da Madeira.

Green. Dois astrónomos com este nome visitaram a Madeira, o primeiro em 1768, por ocasião da

primeira viagem do capitão Cook, e o segundo em 1877. Este ultimo fez aqui algumas observações sobre o planeta Marte, que são mencionadas por Flammarion num dos seus trabalhos sobre astronomia.

Greenfield de Melo. (José Maria). Foi eleito deputado pela Madeira para a legislatura de 1890 a 1892.

Gregorio (Fajã do). V. *Fajã dos Asnos*.

Greshoff (M.). E: *De Tuinen van Funchal: Botanische Herinneringen aan het eiland, Madeira (Overgedrukt uit Album der Natur)*.

Grey (H.) E.: *A Voyage to Madeira and the Azores with a peep at Lisbon in september and october 1879*; Londres. o autor desta obra prefere a ilha de S. Miguel á da Madeira.

Grilos. Insectos ortopteros muito conhecidos por causa do som agudo que produzem pelo atrito das pernas contra os élitos.

São frequentes na Madeira o *Liogryllus bimaculatus* e o *Gryllus hispanicus*, sendo aquele o grilo dos campos e este o grilo das cozinhas.

Grinalda Madeirense (A). Saíram doze números deste jornal literário, publicando-se o primeiro numero a 14 de Março de 1880.

Foi um jornal muito apreciado, que teve como redactores os alunos do liceu João Jovita dos Santos e João

de Caires, que depois se formaram em direito.

Guarda (Frei Pedro da). Foi Frei Pedro da Guarda um pobre e humilde franciscano, que nasceu em 1435 na cidade de que tomou o apelido e que morreu no convento de São Bernardino, da freguesia de Câmara de Lobos, no ano de 1505. A austeridade da sua vida, as duras penitencias a que se entregava e a pratica exemplarissima, de todas as virtudes cristãs, granjearam-lhe fama de santo, ainda durante a sua peregrinação terrena. Depois da sua morte atribuíram-lhe, por sua intercessão, muitos factos miraculosos, tendo-se promovido vários processos de beatificação para canonicamente se lhe poder prestar o culto dos altares. O ultimo foi há cerca de 32 anos e num volume de 163 paginas in-fol. se publicaram vários extractos das principais peças do processo. A Santa Sé nunca chegou a pronunciar-se sobre a canonização, mas os prelados desta diocese permitiram um certo culto publico, que durante séculos não esmoreceu nunca e antes se foi afervorando com o tempo. O Santo Servo de Deus, nome por que era conhecido e ainda hoje o é, tinha inúmeros e fervorosos devotos, que de toda a ilha acorriam ao local da sua sepultura a implorar-lhe protecção e socorro para os males de que sofriam.

Na cidade da Guarda viviam João Luiz, tecelão, e sua mulher Agueda Gonçalves, de cujo consórcio nasceu Pedro, no ano de 1435. Aos vinte anos de idade entrou na ordem franciscana, onde professou como leigo, e durante trinta anos esteve em conventos do continente, tornando-se notória a austeridade da sua vida e atribuindo-se-lhe alguns factos prodigiosos. Querendo subtrair-se á admiração que causavam as suas virtudes, pediu para recolher-se na Madeira num convento da sua ordem, o que fez pelos anos de 1485. Procurando um obscuro abrigo no convento de São Bernardino, da freguesia de Câmara de Lobos, ali viveu cerca de vinte anos, tendo morrido a 27 de Julho de 1505. A vida penitente que levou neste retiro e sobretudo os factos miraculosos que se atribuíram á sua intercessão, atraíram as atenções dos seus contemporâneos, como já fizemos notar, formando-se em torno do seu nome uma verdadeira auréola de santidade, que ainda mais cresceu e se avolumou depois da sua morte.

O governador deste bispado António Alfredo Santa Catarina Braga mal chegou a esta ilha em 1835, esforçou-se por apagar os vestígios da influencia exercida pelas ordens religiosas, que tinham sido expulsas no ano anterior. A essa influencia estava ligado o culto prestado, ao Santo Servo de Deus e tratou sem demora de proibir todas as manifestações de carácter religioso em honra do humilde franciscano.

A 2 de Junho de 1835, dirigiu-se Antonio Alfredo ao convento de São Bernardino, acompanhado de vários eclesiásticos e de algumas pessoas de representação social, e procedeu a uma investigação sumária acerca dos factos prodigiosos atribuídos a Frei Pedro da Guarda, ordenando em seguida que a estátua deste religioso, que ali se venerava, fosse publicamente queimada na sua presença e bem assim outros objectos que serviam nas cerimónias culturais prestadas àquele humilde irmão leigo da ordem franciscana. De tudo fez lavrar um auto no próprio local que é documento cheio de rancores, embora aparente o maior zelo pela integridade da doutrina católica e prestígio da religião. No dia seguinte fez publicar uma provisão em que o culto ao Santo Servo de Deus era inteiramente condenado e proibido, infligindo severas penas aos eclesiásticos que não acatassem as determinações contidas na mesma provisão.

O acto praticado pela autoridade eclesiástica causou grande indignação e escândalo em toda a ilha, não tanto pela proibição do culto, que podia justificar-se à face das leis canónicas, mas pelo aparato e solenidade de que foi revestida, e especialmente pelo auto de fé praticado na imagem do pobre frade, cuja memória não merecia certamente ser exposta a tamanha execração pública.

Parece que o processo de beatificação há poucos anos instaurado, vai prosseguir novamente, sendo possível que num futuro próximo seja decretada pela Santa Sé a prestação de culto público a Fr. Pedro da Guarda, que o povo só conhece pelo nome de Santo Servo de Deus.

Como acima ficou dito, várias diligências se empregaram no sentido de alcançar-se o decreto de beatificação do humilde franciscano Fr. Pedro da Guarda, sendo a mais importante de todas a que se realiza pelos anos de 1623, cujo processo se encontra ainda em Roma e que chegou a atingir um adiantado desenvolvimento. No ano de 1905, iniciou-se na curia episcopal do Funchal e prosseguiu em Roma nos tribunais da Santa Sé um novo processo, de que em 1905 se publicaram várias peças avulsas num in-folio de 180 páginas. Este processo, por motivos que desconhecemos, não teve prosseguimento, estando suspensos os trabalhos de investigação que a tal respeito se tinham ali começado na secretaria das congregações eclesiásticas.

No ano de 1864, publicou-se no Funchal um opúsculo, contendo uma biografia de Fr. Pedro da Guarda, extraída das crónicas da Ordem Serafica em Portugal.

Guarda Nacional. Por alvará do Prefeito e Governador Militar da Madeira, datado de 1 de Setembro de 1834, foi nomeada uma comissão para fazer o recenseamento e alistamento nominal de todos os indivíduos que nos termos do decreto de 29 de Março do mesmo ano, deviam fazer parte da guarda nacional mas em fins de 1835 não estava ainda devidamente organizada esta guarda a pesar dos oficiais dela terem sido já eleitos e aprovados pelas autoridades competentes.

Parece que nos primeiros tempos houve um certo receio em fornecer armamento aos indivíduos da Guarda Nacional, por se suspeitar que nem todos eles eram afectos á causa constitucional.

A Portaria de 19 de Março de 1835 mandou formar na Madeira um batalhão de caçadores da Guarda Nacional, o qual se constituiu definitivamente em 1836, tendo os seus oficiais e oficiais inferiores sido eleitos em 10 de Janeiro deste ultimo ano, numa reunião realizada na Praça da Constituição.

A Câmara Municipal envia ao Governador a lista dos oficiais eleitos para este a submeter á aprovação do Governo. Havia eleições de dois em dois anos, e o primeiro comandante do batalhão de caçadores da Guarda Nacional foi Valentim de Freitas Leal.

A Guarda Nacional do Funchal tinha uma bandeira oferecida por D. Ana Mascarenhas e Ataíde em 14 de Janeiro de 1835.

As guardas nacionais foram dissolvidas pela lei de 7 de Outubro de 1846.

Guarda Republicana. A companhia independente n.º 1 da Guarda Republicana, hoje (1921) companhia mixta n.º 1, foi criada por decreto de 10 de Maio de 1919. A 3 de Dezembro de 1919 chegaram ao Funchal, no Quelimane, 2 sargentos, 3 cabos e 21 soldados da referida guarda, pertencendo 11 praças á cavalaria e 15 á infantaria, tendo essa força sido aumentada de então para cá, e contando ao presente 3 sargentos, 8 cabos, 1 cabo corneteiro e 66 soldados, comandados por um capitão comandante da companhia, e 1 subalterno comandante da secção mixta do Funchal. Na re-ferida força há 16 madeirenses, soldados licenciados de infantaria e artilharia.

O efectivo da Companhia não está ainda bem determinado, pois depende do numero de postos que vierem a estabelecer-se na ilha.(1921)

A Guarda Republicana retirou para Lisboa em 1922, nas viagens do vapor São Miguel dos meses de Abril e Maio. Nos últimos tempos tinha o seu quartel na Quinta Vigia, pertencente ao Estado e onde em antigos tempos residiram a imperatriz de Áustria e o arquiduque Maximiliano, depois imperador do México.

Guarnição de Jardim. os madeirenses dão esta denominação a varias espécies do género Verbena, a mais comum das quais é a *V. bonariensis*, perfeitamente naturalizada em vários pontos do Funchal. Esta espécie é conhecida também pelos nomes de jarvão ou urgebão e, como a *V. officinalis*, considerada pelo povo como estimulante e tónica. Tem flores lilases, dispostas em espigas, e folhas muito asperas, inciso-serradas.

Guarnição Militar. A guarnição militar da Madeira é formada pelo regimento de infantaria n.º 27, pela bateria n.º 3 de artilharia de montanha, por uma companhia da guarda republicana e pela companhia n.º 1 da guarda fiscal (1921). Antes, porém, de ser distribuída á ilha esta guarnição, estiveram aqui outras forças militares, muitas das quais constam da relação que a seguir publicamos:

Infantaria N.º 5. o regimento de infantaria n.º 5 foi organizado pelo decreto de 21 de Julho de 1834, para defesa da Madeira.

Infantaria n.º 11. o batalhão de infantaria n.º 11 guarneceu a Madeira desde 1837 a 1847, tendo, porém, parte dele saído para Portugal em 1843. Foram forças de infantaria n.º 11 e de artilharia n.º 4 que fizeram o pronunciamento de 29 de Abril de 1847, saindo por este motivo da ilha em Agosto do mesmo ano, depois de restabelecido o governo da rainha.

Caçadores n.º 6. O batalhão de caçadores n.º 6, na força de 400 praças, chegou á Madeira em 1847, mas tendo-se revoltado na noite de 30 para 31 de Julho de 1852, foi transferido imediatamente para Lisboa, onde chegou a 15 de Agosto, sendo desarmado a bordo, e indo as praças de pré para a fragata Diana e os

oficiais para a fragata D. Fernando. (V. Lapierre).

Infantaria n.º 7. o 2º batalhão de infantaria n.º 7, na força de 241 praças, chegou ao Funchal a 29 de Agosto de 1852 e demorou-se aqui até 19 de Abril de 1853.

Infantaria n.º 13. Rendeu o 2.º batalhão de infantaria n.º 7 uma força de 250 praças de infantaria n.º 13, que esteve na Madeira até 27 de Julho de 1854. o vapor Duque da Terceira, que conduziu esta força a Portugal, naufragou perto de Aveiro.

Caçadores n.º 2. De 24 de Julho de 1854 a Agosto de 1855 estiveram na Madeira quatro companhias do batalhão de caçadores n.º 2.

Infantaria n.º 4. o 2.º batalhão do regimento de infantaria n.º 4 esteve na Madeira desde 24 de Agosto de 1855 até Julho de 1856.

Infantaria n.º 1. O 1.º batalhão de infantaria n.º 1 chegou á Madeira a 28 de Junho de 1856 e retirou para Portugal a 6 de Agosto de 1858. Foi esta força que nos trouxe a epidemia da colera-morbus, que grassava então com grande intensidade em Portugal.

Infantaria n.º 16. Uma força de 306 praças de infantaria n.º 16 rendeu a força precedente demorando-se na Madeira até 17 de Agosto de 1859.

Infantaria n.º 10. A Madeira esteve guarnecidada por forças deste regimento, desde que saiu daqui infantaria 16, até 1860.

Infantaria n.º 2. Substituiu infantaria n.º 10, e esteve na Madeira até 19 de Junho de 1861.

Caçadores n.º 1. Chegou a 16 de Junho de 1861, e saiu para Portugal em Julho de 1862.

Caçadores n.º 5. Uma força de 218 praças do batalhão de caçadores n.º 5 chegou á Madeira a 17 de Julho de 1862 e saiu para Portugal a 1 de Agosto de 1864.

Caçadores n.º 12. Em Julho de 1864 vieram para a Madeira 10 oficiais e 72 praças de pré a fim de

constituírem o novo batalhão de caçadores n.º 12 que, segundo o plano publicado a 23 de Junho de 1864, devia ter o seu quartel no Funchal. O efectivo do novo batalhão foi completado com praças recrutadas na ilha.

O batalhão de caçadores n.º 12 era destinado a estacionar no Funchal; como, porém, fosse transferido para Tomar em Dezembro de 1869 em virtude de intrigas políticas, veio substitui-lo o batalhão de caçadores n.º 5, só regressando á ilha, donde desde então não tornou mais a sair, no ano de 1870.

Pela organização militar de 30 de Novembro de 1884 passou a ser regimento o batalhão de caçadores n.º 12.

Caçadores n.º 5. o batalhão de caçadores n.º 5 chegou á Madeira em Dezembro de 1869, mas como duas das suas companhias se insubordinassem no dia 2 de Agosto de 1870, em seguida a uma revista de armamento, foi todo o batalhão transferido para Portugal, sendo mandado regressar á ilha o já mencionado batalhão de caçadores n.º 12.

Infantaria n.º 27. o regimento de caçadores n.º 12 desde o dia 9 de Outubro de 1899 que se chama regimento de infantaria n.º 27, de harmonia com o disposto no decreto de 14 de Setembro do mesmo ano. (1921).

Além das forças a que acabamos de referir-nos, outras há a mencionar, mas que só vieram a esta ilha para retornar temporariamente as tropas aqui em serviço. Assim em 1847, estiveram na Madeira o batalhão de caçadores n.º 4 e um destacamento de artilharia n.º 2, mandado vir dos Açores pela Junta Governativa; em 1887, o regimento de infantaria n.º 1 e uma companhia de caçadores n.º 5, enviados para esta ilha por causa dos motins populares provocados pelas eleições das Juntas de Paróquia; e em 1911, o batalhão de caçadores n.º 6, a quem o Governo da Republica encarregou de manter a ordem na Madeira, conjuntamente com as tropas da guarnição, enquanto durou aqui a epidemia colérica. Dos princípios de 1918 a Março de 1919, esteve no Funchal uma companhia de artilharia de posição para defesa desta ilha contra qualquer ataque dos alemães.

Antes da proclamação da Constituição no dia 5 de Junho de 1834, só temos conhecimento de haverem estado na Madeira as seguintes forças regulares do exército: o regimento de infantaria n.º 7 e um destacamento de artilharia n.º 2, que chegaram aqui a 23 de Agosto de 1823, recolhendo o primeiro a Lisboa

em 1826, depois de haver provocado alguns conflitos no Funchal; uma força de artilharia n.º 7, que se achava na Madeira em 1823; um batalhão de infantaria n.º 1, um outro de infantaria n.º 2, um contingente de caçadores n.º 11, um destacamento de artilharia e um outro de artífices engenheiros, que guarneceram a ilha durante o governo miguelista; o regimento de infantaria n.º 13, que também esteve aqui durante o mesmo governo, saindo para Lisboa em fins de 1829, depois de se haver insubordinado; e finalmente quatro companhias do regimento de caçadores da Beira Alta e o primeiro batalhão do regimento de infantaria de Lagos, que estavam nesta ilha em 1831.

Em 1815 havia na Madeira um batalhão de artilharia de 1^a linha, com seis companhias, como vem referido na Estatística Histórico-geográfico da ilha da Madeira, de Casado Giraldes, e durante o domínio dos Filipes houve na Madeira o chamado presídio espanhol, constituído por tropas permanentes e assalariadas, destinadas a assegurar a posse desta ilha e a autoridade do governador geral da guerra «Era o dito presídio, diz o Dr. Azevedo, composto de quatro companhias, cada uma com o seu capitão, e o da primeira comandante do presídio todo, e em sua autoridade independente do governador português».

Pelo que respeita a tropas de 2^a e 3^a linhas, sabe-se ter havido na Madeira as milícias, as ordenanças, as vigias, a artilharia auxiliar e a guarda nacional (V. estes nomes), assim como os terços auxiliares, aprovados pela resolução regia de 27 de Novembro de 1784, o batalhão de voluntários de D. Pedro IV e o batalhão de voluntários realistas urbanos, este criado no tempo de D. Miguel, e aquele durante o governo de Travassos Valdez, o batalhão nacional de voluntários funchalenses, estabelecido em 28 de Agosto de 1836, o batalhão nacional de caçadores do Príncipe Real, criado em 6 de Março de 1847 e dissolvido em 29 de Abril do mesmo ano, o batalhão nacional do Funchal, organizado pela Junta Governativa, em 1847, etc., etc..

No tempo de D. Pedro II foi instituída uma companhia de artilharia, para a acomodação da qual se principiou a construir uma casa que, antes de concluída, foi devorada por um incêndio, e em 5 de Setembro de 1661 ordenou-se a criação de um corpo de 100 artilheiros para defesa das fortalezas, vencendo cada um deles 50 réis diários. Em 1762 havia na Madeira uma companhia de cavalaria, em 1780 uma companhia de infantaria da guarda do governo e em 1799 existiam tropas de infantaria que venciam soldo, sendo de crer, porém, que todas estas forças pertencessem à 2^a linha.

O Sr. major Alberto Artur Sarmento nos seus Alicerces para a historia militar, em vários artigos publicados no Heraldo da Madeira e em outros escritos, fornece valiosas informações com respeito às forças militares

que em diferentes épocas têm guarnecido esta ilha.

Guedes (Vasco). Vasco Guedes de Carvalho e Meneses, ao tempo em que era comandante militar da Madeira, foi nomeado governador civil deste distrito por decreto de 14 de Agosto de 1884, tendo tomado posse a 18 do mesmo mês.

Foi governador geral de Angola e para justificar-se das acusações que lhe fizeram quando administrava aquela possessão ultramarina, publicou em 1882, no Funchal, um folheto intitulado *Apontamentos para a Historia de Angola*.

Morreu em Abril de 1915.

Guelro (*Atherina presbyter*). Pequeno peixe da família Aterinida, frequente nos mares do arquipelago. Na estação calmosa frequenta em densos cardumes as águas do litoral e as poças da costa. É peixe saboroso, mas que poucas vezes aparece no mercado, costumando os pescadores utilizá-lo como isca e engodo. É na pesca do gaiado que ele tem a principal aplicação.

Guerra (Grande). Ficou sendo conhecida por esta denominação a luta tremenda que teve começo na Europa em 1914, provocada pela Alemanha, e que durante quatro longos anos agitou todo o mundo civilizado, obrigando os países beligerantes a esforços e sacrifícios que nenhuma guerra anterior tinha ainda exigido. Portugal também entrou nessa luta, a pedido da sua velha aliada, a Inglaterra, e as suas tropas, embora pouco numerosas, prestaram excelentes serviços em todos os pontos onde foram chamadas a combater. Quer na Europa, quer na África, os soldados portugueses fizeram resplendor com todo o seu brilho o nome do nosso país, e a maneira como os seus serviços durante a campanha foram apreciados pela imprensa estrangeira, especialmente a francesa, é altamente honrosa para o nosso orgulho nacional.

Na relação que a seguir publicamos, vão indicados os nomes dos filhos da nossa terra que morreram em combate ou ficaram prisioneiros do inimigo, e bem assim os daqueles que foram condecorados ou louvados por bons serviços prestados durante a campanha, não abrangendo a mesma relação os nomes de todos os

madeirenses que fizeram parte dos corpos expedicionários e estiveram na zona da guerra, por nos ter sido impossível obter a tal respeito informações completas e dignas de confiança:

1.^º—*Ernesto de França Mendes*, major do Estado Maior do Exército. Foi agraciado pelo Governo Francês com a grã cruz da Legião de Honra e pelo Governo inglês com a ordem de Serviços Distintos.

2.^º—*João Nepomuceno de Freitas*, major de Infantaria e comandante do batalhão de Infantaria n.^º 2. Ficou prisioneiro no combate de 9 de Abril de 1918.

3.^º—*Americo Olavo Correia de Azevedo* (V. este nome), capitão de Infantaria. Ficou prisioneiro dos alemães no referido combate, e foi condecorado com a Cruz de Guerra e a Torre e Espada.

4.^º—*Jaime César Nunes de Oliveira*, capitão de Infantaria e comandante da 4.^a companhia do batalhão de infantaria n.^º 35 do C. E. P.. Foi condecorado com a medalha de Serviços Distintos em campanha e com a medalha de campanha com a legenda «Passagem do Escalda e perseguição do inimigo», tendo tido além disso três louvores, sendo dois do General-Comandante do C. E. P. e um do Ministro da Guerra.

5.^º—*Francisco Silvestre Varela*, capitão de Infantaria e comandante da 1^a companhia do batalhão de Infantaria n.^º 35. Menção honrosa.

6.^º—*Jaime Pereira Rodrigues Baptista*, capitão de Infantaria. Foi feito prisioneiro no combate de 9 de Abril de 1918.

7.^º—*Antonio Eduardo Gonçalves Henriques*, tenente de Infantaria. Louvado.

8.^º—*Carlos José Machado dos Santos*, tenente medico. Louvado.

9.^º—*João Paulo da Veiga Pestana*, alferes miliciano de infantaria. Contava 20 anos de idade e estava tirando o curso de engenharia em Portugal quando foi chamado a frequentar a escola de oficiais milicianos, partindo pouco depois para a França, onde encontrou morte gloriosa no combate de 9 de Abril de 1918. Em sessão da Câmara Municipal do Funchal de 10 de Abril de 1919 propôs o vereador Francisco Gomes de

Gouveia que fosse dado o nome de Alferes Veiga Pestana á rua das Hortas, sendo esta proposta aprovada por unanimidade.

10.^º—*Gabriel Rocha de Gouveia*, alferes miliciano de Infantaria. Era natural da Calheta e morreu em França, a 13 de Outubro de 1917, com cerca de 30 anos de idade.

11.^º—*Alfredo de França Doria Nobrega*, alferes miliciano de Infantaria. Foi condecorado com a Cruz de Guerra, sendo feito depois cavaleiro de Cristo, com palmas, por ter contribuído para que o batalhão de Infantaria 15 fosse, depois da batalha de 9 de Abril de 1918, retomar o seu lugar na frente, encorporado como unidade de combate numa brigada britanica.

12.^º—*Henrique Ernesto Teixeira Moniz*, alferes miliciano de Infantaria. Foi primeiramente louvado, recebendo depois a Cruz de Guerra de 3^a classe pela coragem e sangue frio que revelou no combate de 23 de Novembro de 1917.

13.^º—*Americo Aldonio de Meneses*, alferes miliciano de Infantaria. Foi feito prisioneiro no combate de 9 de Abril de 1918.

14.^º—*Artur de Brito Figueiroa*, alferes miliciano de Infantaria. Foi feito prisioneiro no combate de 9 de Abril de 1918.

15.^º—*Carlos Olavo Correia de Azevedo* (V. este nome), alferes miliciano. Ficou prisioneiro em 9 de Abril de 1918.

16.^º-*Osvaldo de Andrade*, alferes de artilharia. Louvado.

17.^º—*Armando Pinto Correia*, alferes de Infantaria. Louvado duas vezes por actos de coragem e dedicação praticados durante a campanha. Partiu para França em Agosto de 1918.

18.^º—*José Maria da Conceição Macedo*, alferes miliciano. Tem a Cruz de Guerra de 3.^a classe por serviços distintos em campanha.

19.^º—*João da Silva Júnior*, alferes miliciano. Foi condecorado com a Cruz de Guerra de 2^a classe por

serviços distintos prestados na batalha de 9 de Abril de 1918.

20.^º—*Daniel Fernandes de Aguiar*, tenente de Infantaria. Tem a Cruz de Guerra de 3^a classe e a medalha militar de prata, de bons serviços, e foi louvado pelo arrojo e espírito guerreiro que revelou em muitos combates e pelas missões arriscadas que desempenhou durante a campanha.

21.^º—*Antonio Martins Ferreira Júnior*, alferes de Infantaria 2. Louvado pela coragem com que conduziu os seus homens e esforço empregado para recolher os feridos no raid realizado de 2 para 3 de Abril de 1918, a pesar de se achar também ferido. Tem a Cruz de Guerra e ficou prisioneiro dos alemãis na batalha do Lis em 9 de Abril de 1918.

22.^º—*Carlos Elói da Mota Freitas*. Foi morto no combate naval que o caça minas Augusto de Castilho sustentou com um submarino alemão, em 15 de Outubro de 1918. O Governo concedeu-lhe a Cruz de Guerra de 1.^a classe, tendo o certificado desta condecoração sido enviado pela Secretaria de Estado da Marinha ao pai do mesmo aspirante. A Câmara Municipal do Funchal, em sessão de 8 de Maio de 1919 resolveu dar o nome do aspirante Mota e Freitas à travessa da Sacristia, em Santa Maria Maior.

23.^º—*João Augusto de Sousa*, alferes-capelão. Menção honrosa.

24.^º—*Jaime de Gouveia Barreto*, alferes-capelão. Louvado.

25.^º—*Eduardo Rodrigues*, 2.^º sargento. Foi feito prisioneiro no combate de 9 de Abril de 1918.

26.^º—*Pedro da Silva*, soldado voluntário do exército americano, natural da Madeira. Morreu em França, no combate de 12 de Abril de 1918.

27.^º—*Luiz Baptista*, soldado voluntário do exército americano, natural da freguesia de S. Pedro, no Funchal. Foi ferido em combate e condecorado pelo Governo Americano.

28.^º—*Henrique José de Sousa*, tenente de Infantaria. Foi morto em combate, na África Oriental.

29.^º—*João de Andrade*, cabo contramestre de corneteiros, natural do Paul do Mar. Faleceu a 24 de

Agosto de 1918, no hospital de Lourenço Marques, em virtude de ferimentos recebidos em combate. Fora louvado em ordem de serviço da expedição de 9 de Abril de 1918.

30.^º-*Julio Teodoro Betencourt*, tenente de Infantaria. Tem a Cruz de Guerra de 3.^a classe por serviços distintos na África Ocidental, na campanha contra os alemãis.

31.^º-*Alberto de Sena Mendes*, 1.^º sargento do batalhão do 1.^º grupo de metralhadoras. Morreu no combate de Naulila, depois de haver detido com o fogo da sua peça o avanço dos alemãis.

32.^º--*Alvaro Teles de Azevedo*, capitão (hoje major) de infantaria. Comandou uma bateria de metralhadoras no sul de Angola e tem a Cruz de Guerra e a medalha de prata de valor militar.

33.^º-*Manuel da Costa Dias*, tenente (hoje major) da administração militar. Esteve no sul de Angola em 1915, e em França de 1917 a 1918. Tem a Cruz de Guerra e duas medalhas de bons serviços.

34.6--*Braulio Ludgero de Freitas*, tenente (hoje capitão) da administração militar. Esteve em Angola em 1915 e em França de 1917 a 1918. Louvado e tem a medalha de prata, de bons serviços.

35.^º-*Dr. João Francisco de Sousa*. V. este nome.

Dos madeirenses mortos em combate só o cabo João de Andrade pertencia ao regimento de Infantaria n.^º 2., existindo no quartel do Colégio uma singela lápide destinada a relembrar o seu nome. Esta lápide foi inaugurada em 10 de Junho de 1920, tendo sido feito o descerramento pelo pai do falecido e assistindo á cerimónia o regimento na sua máxima força.

A grande guerra, além de se ter feito sentir na Madeira pelas tristíssimas consequências que atingiram o mundo inteiro, também ecoou sinistra e sangrentamente na capital deste arquipélago com o bombardeamento do nosso porto por submarinos alemãis, nos dias 3 de Dezembro de 1916 e 12 de Dezembro de 1917 como já referimos no artigo *Bombardeamento do Funchal*. Os submarinos inimigos percorreram com frequência as águas deste arquipélago e as equipagens de muitas embarcações a vapor e á vela, afundadas por eles, vieram procurar a sua salvação nas costas marítimas destas ilhas. Vamos mencionar algumas dessas embarcações, e ainda outras que foram torpedeadas ou assaltadas em viagem

para a Madeira, sendo possível que a nossa relação apresente lacunas sensíveis, sobretudo com respeito ao período em que a imprensa se viu forçada a omitir a narrativa de certas ocorrências de guerra.

A escuna Senhora da Conceição foi afundada por um submarino alemão, nas costas da França, mas pertencia à praça do Funchal e trazia um carregamento de enxofre para esta ilha. Tinha sete tripulantes e um praticante de piloto, natural da Madeira, desembarcando todos no porto de Gijon, em Hespanha. O torpedeamento deu-se no mês de Abril de 1916.

No mês de Julho do ano referido, saiu do Funchal, conduzindo um carregamento de vinho com destino a alguns portos do norte da Europa, o vapor dinamarquês Moskow que foi apresado e afundado pelos alemães, tendo a companhia de seguros Aliança Mardeirense pago a importância da carga.

O vapor italiano Etna foi torpedeado a 150 milhas do Porto Santo, tendo os seus 44 tripulantes chegado àquela ilha no dia 2 de Abril de 1917.

Na freguesia da Ribeira Brava desembarcaram a 17 de Julho de 1917 os marinheiros que tripulavam o vapor grego Chalkidom, que fora afundado por um submarino a 80 milhas da Madeira. Tinha 23 tripulantes e dirigia-se de New-York para Marselha.

A cerca de 150 milhas da ilha do Porto Santo foi metida a pique a barca portuguesa Viajante, que trazia carga geral para a Madeira. Depois de três dias de extenuante viagem, chegou a equipagem desta embarcação ao Funchal a 5 de Outubro, seguindo alguns dias depois para Portugal.

Aportaram á vizinha ilha do Porto Santo, no dia 22 de Outubro do mesmo ano, cinquenta tripulantes, incluindo os oficiais, do vapor japonês Ikoma Maru, que se dirigia de Marselha para o Chile a receber um carregamento de salitre. O Ikoma Maru travou combate, sem resultado, com o submarino alemão, a 170 milhas daquela ilha e ali foi afundado. Pertenciam á nacionalidade japonesa, com excepção de dois artilheiros e um telegrafista, que eram franceses, tendo chegado ao Funchal no dia 24 de Outubro.

O iate americano Margaret S. Roberts, que a 6 de Outubro do ano referido saíra de New York, conduzindo um carregamento de trigo para a Madeira, foi torpedeado a 15 de Novembro entre os Açores e esta ilha, chegando os seus seis tripulantes ao Funchal, no dia 19 do mesmo mês.

Um submarino alemão, conduzindo apresados dois vapores noruegueses, encontrou a galera francesa Tijuca, no dia 22 de Novembro de 1917, a cerca de 240 milhas a nordeste da Madeira, tendo afundado os vapores, a galera e o iate português Trombeta, que navegava nas mesmas águas. As equipagens dos navios noruegueses e do iate português tomaram o rumo dos Açores, dirigindo-se os tripulantes do Tijuca ao Funchal, onde desembarcaram, em numero de 36, no dia 27 de Novembro.

No dia 17 do mencionado mês e ano, foi torpedeado a 250 milhas desta ilha, o lugre português Açoreano, cuja tripulação, composta de 12 indivíduos, aportou á Ponta do Sol no dia 19, seguindo no mesmo dia para o Funchal.

No nosso porto fundeu no dia 4 de Junho de 1917 o vapor norueguês Kaggefos, que conduzia a tripulação, composta de 23 marinheiros, do vapor da mesma nacionalidade Sorland, que tinha sido metido a pique por um submarino alemão, nas costas da França, e que se dirigia de Saint Nazaire para Baltimore. Estes tripulantes desembarcaram no Funchal, e alguns dias depois seguiram para Inglaterra.

A 30 de Janeiro de 1918 foi torpedeado o pequeno vapor Neptuno (antigo Maria) pertencente á praça do Funchal. Saíra na véspera de Lisboa com destino a esta ilha.

Na primeira quinzena do mês de Fevereiro de 1918 aportaram ao Funchal os tripulantes de um navio inglês, um grego e um italiano, torpedeados nas águas deste arquipelago.

A 250 milhas das nossas costas, entre os Açores e Madeira, foi afundada uma barca italiana, tendo os vinte homens que a tripulavam chegado ao Funchal no dia 15 de Março de 1918.

A 30 do mesmo mês e ano, foi afundada a 100 milhas do Porto Santo a escuna portuguesa Beira Alta, que trazia de Lisboa para a Madeira 20 toneladas de semilhas, além doutra carga.

Aportaram ao Funchal, nos primeiros dias do mês de Abril de 1918, os tripulantes de um veleiro português, que seguia o rumo dos Açores para Lisboa e que fora torpedeado por um submarino.

É de 24 de Fevereiro de 1916 o decreto que autorizou a apreensão dos navios das nações inimigas surtos em portos portugueses, encontrando-se então ancorados na baía do Funchal os vapores alemais Colmar, Petropolis, Guahyba e Hochfeld. Em virtude de ordens superiores, o capitão do nosso porto Sales

Henriques, acompanhado do comandante da guarda fiscal tenente Leovegildo Rodrigues, procedeu no dia 2 de Março de 1916 á ocupação daquelas embarcações, tendo os respectivos tripulantes, em numero de 100, deixado sem demora os seus navios. Segundo as declarações dalguns desses tripulantes, o governo alemão mandou destruir e inutilizar varias peças dos maquinismos, obstando assim a que os navios pudessem navegar. Essas ordens foram cumpridas pelas tripulações, mas depois dos convenientes reparos, ficaram os vapores em boas condições de navegabilidade, tendo seguido todos para o continente. A esses navios foram postos os nomes de Madeira, Porto Santo, Machico e Desertas.

Os súbditos alemães residentes na Madeira foram internados no Lazareto de Gonçalo Aires, seguindo dali para a ilha Terceira. Do Lazareto evadiu-se o capitão do vapor Colmar, correndo entre o publico varias versões acerca da maneira como se realizou aquela fuga.

No dia 30 de Março de 1921 desembarcaram no cais da Pontinha, pouco depois das 8 horas da noite, os despojos mortais de um soldado desconhecido, que cairá, dando a vida pela pátria, nas plagas longínquas da África Oriental, na luta contra os alemães. A urna contendo os despojos, que tinha vindo no vapor Briton, da Union Castle Mail, passou a noite no Posto de Desinfecção Marítima, sendo conduzida no dia imediato, pela 1 hora da tarde, para os Paços do Concelho, onde ficou depositada até o dia 3 de Abril, em que embarcou para bordo do cruzador Republica, encarregado de transportá-la para Lisboa. Tanto por ocasião da vinda da urna para os Paços do Concelho, onde ficou em câmara ardente, como da retirada dela para o cais, a fim de embarcar, se formaram luzidos e imponentes cortejos, tendo-se encorporado no dia 1 de Abril as autoridades civis e militares, o corpo consular, alguns oficiais ingleses, representantes das diferentes escolas e agremiações, contingentes das forças militares da guarnição do Funchal, etc. etc.. No artigo Soldado desconhecido procuraremos descrever as aparatosas manifestações que se realizaram nesta cidade de 1 a 3 de Abril de 1921, para glorificar o modesto soldado, cujos restos mortais descansam agora no majestoso mosteiro da Batalha, mandado edificar pelo rei D. João I após a heróica peleja de Aljubarrota.

Para melhor esclarecimento do que deixamos dito, deve ler-se o artigo *Bombardeamento do Funchal*, inserto a pag. 159 do vol. I deste Elucidário. Ainda como informação que bastante interessa a este assunto, diremos que no *Diário da Madeira*, de 9 de Janeiro de 1919, se encontra uma desenvolvida narrativa do primeiro bombardeamento do Funchal, de 3 de Dezembro de 1916, escrita pelo próprio comandante do submarino U. 38 Max Valentiner, de que um redactor do Seculo fez largos extractos e criteriosamente comentou.

O Diário do Governo de 14 de Abril de 1938 publicou uma relação de 62 pessoas residentes no Funchal, vítimas dos prejuízos causados por um submarino alemão, ás quais se reconheceu o direito a certas indemnizações no valor total de 46.451\$04.

Guerra Júnior. (Manuel José Júlio). Era filho do oficial de engenharia Manuel José Júlio Guerra e nasceu no Funchal no ano de 1845. A pesar de não ter completado o curso de engenharia civil, dedicou-se a esta especialidade, executando alguns trabalhos que foram bastante apreciados. Escreveu a obra *Diccionario Topographico para uso dos engenheiros civis e seus auxiliares*, de que apenas publicou a primeira parte em 1872. Foi um distinto fotografo amador, tendo realizado vários aperfeiçoamentos nesta arte. Pelos seus trabalhos, mereceu ser condecorado com um grau da ordem de S. Tiago.

Guillin. Fez algumas observações geológicas no Funchal, que foram publicadas no apêndice da obra de Bory Saint Vincent.

Guincho. (Baixa do). Fica na costa norte da Ponta de São Lourenço.

Guincho (Ilhéu do). Não muito distanciado do porto do Pesqueiro, na costa marítima da freguesia da Ponta do Pargo, encontra-se um pequeno ilhéu que tem aquele nome.

Guincho (Ilhéu do). V. Seixal (Ilhéus do).

Guindaste (Ponta do). Fica esta saliência da costa marítima na freguesia de Gaula, não muito afastada do pequeno porto do Porto Novo.

Guiomar (Mirante de D.). Nas antigas instruções sobre o modo de ancorar no porto do Funchal vem assinalado o mirante de D. Guiomar por ser ponto fácil de distinguir e de reconhecer de bordo das embarcações. Está situado na quinta das Angústias que pertenceu ao Conde Alexandre Carlos de Lambert (V. este nome) e foi vendida ao Dr. Julio Paulo de Freitas, por escritura de 19 de Agosto de 1903.

D. Guiomar, ou melhor D. Guiomar Madalena Acciaioly, a senhora que deu o nome ao mirante da antiga quinta das Angústias, viveu nos fins do século XVIII e princípios do XIX, e teve os seus bens penhorados por dívidas á Fazenda Nacional. Pertencia-lhe a casa do largo da Sé, agora demolida, onde esteve a cadeia (V. este nome), e possuía outros prédios na cidade. No Archivo da Marinha e Ultramar faz-se referência a um ofício do governador D. José Manuel da Câmara para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, relativo á remessa de letras da junta da Fazenda para o Real Erário e de jóias, pratas e tapeçarias pertencentes á herança de D. Guiomar Madalena.

Gulf Stream. Esta corrente oceânica que tem origem no golfo do México e avança até o Cabo Norte e Spitzberg, divide-se em vários ramos, um dos quais, mais considerável que todos os outros, desce ao longo da costa ocidental de Africa. Este ramo depois de seguir a direcção E., corre para S. S. W. entre a Madeira e Canárias, com uma velocidade de 12 a 16 milhas por dia.

A corrente do Golfo do México eleva a temperatura do mar e é a causa principal da grande quantidade de água no estado de vapor, que contém a atmosfera do nosso arquipélago. É essa corrente que transporta as sementes de Guilandina, Mucuna e Entada (favas ou castanhas do mar) que aparecem ás vezes no Porto da Cruz e na ilha do Porto Santo.

V. Favas do Mar.

Günther (Alberto). Ictiologo do Museu Britanico, que descreveu algumas espécies novas de peixes madeirenses, entre as quais o *Melanocetus Johnsonii*, peixe das grandes profundidades oceânicas e que constituiu o objecto de uma comunicação á sociedade Zoológica de Londres, sob o título *On a new genus of Pediculate Fish from the sea of Madeira*.

Guyaneida (A). Há cerca de oito anos houve uma grande emigração de madeirenses para a Guiana Inglesa. Esse êxodo extraordinário, que ameaçava deixar esta ilha desprovida, inspirou a alguns rapazes cheios de talento e de bom humor um poema herói-cómico que, a pesar de não ter sido impresso, teve voga no tempo e foi então muito apreciado. O assunto era a emigração e nele figuravam alguns dos indivíduos em maior destaque na sociedade funchalense. O poema era em extremo caustico e mordaz, chegando por vezes a ser irreverente e talvez mesmo agressivo. Não tinha, porém os menores intuitos ofensivos, e constituía apenas a expansão franca e alegre de rapazes que se divertiam, ao mesmo tempo que se adestravam no cultivo da poesia. Essa engracadíssima sátira foi escrita por vários indivíduos que mais tarde se distinguiram em diversos ramos da actividade humana. Eram eles Francisco Clementino de Sousa, Mauricio Castelo Branco, Gabriel Franco de Castro, Matias Figueira, João José Vieira e Carlos Acciaioli Ferraz de Noronha.

Existem várias cópias manuscritas dessa sátira, cuja publicação seria interessante fazer-se, a pesar de haver actualmente poucos indivíduos contemporâneos das pessoas que figuram nesse poema herói-comico.

H

Habitações primitivas. Abundando copiosamente nesta ilha, por ocasião do descobrimento as espécies florestais, foram elas que forneceram a principal matéria prima para a edificação das primeiras habitações. As primitivas casas de moradia eram todas construídas de madeira extraída desse vasto arvoredo, sendo de presumir que em muitas delas se empregasse o cedro indígena e outras espécies que melhor se adaptassem àquele fim.

João Gonçalves Zargo teve a sua primeira morada no alto de Santa Catarina, construída talvez dos ricos e odoríferos cedros que em matas cerradas abundavam por toda a parte. Seria sem dúvida uma mais que modesta e desconfortável habitação, edificada num só pavimento e despida de todo o aparato arquitectónico. De madeira era também a pequena capela de Santa Catarina, que a mulher do descobridor fez construir junto da sua habitação.

Somente alguns anos depois é que se construiu a primeira casa de dois andares, encontrando-se a tal respeito num antigo manuscrito a seguinte interessante informação: «Neste Campo de Duque (V. vol. 1, pág. 22) se fez a primeira casa sobradada que houve nesta villa do Funchal e em toda a ilha, e a mandou fazer João Manuel, de madeira de cedro lavrado. Teve-se esta casa de sobrado naquelle tempo por causa tam nova e admirável, sendo todas as outras casas que havia terreas e de taboados, que deram capítulos a El-Rei contra o dito João Manuel, acumulando-lhe que fazia torre, onde parecia se queria fazer forte e

levantar-se contra o Funchal e contra a coroa.

A dita casa ainda hoje (meados do século XVIII) está em pé e a possui António de Carvalhal, e é a casa de sobrado mais baixa que há no Funchal».

Segundo vemos em varios logares, consta da tradição que a primeira casa de pedra construída nesta ilha foi a que João Gonçalves Zargo levantou para sua moradia junto da capela de São Paulo (Vid. Moradias de Zargo). Também se afirma que uma das mais antigas edificações desta natureza foi a que se destinou a hospital e construída também nas proximidades da mesma capela de São Paulo.

Hadfield (William). E.: Brazil, the River Plate and the Falkland Island..., including notices of Lisbon, Madeira, etc., Londres, 1854.

Haeckel (Ernesto). Biólogo alemão nascido em 1834 e falecido a 10 de Agosto de 1919. Esteve na Madeira em 1866 e na Historia Natural da Criação ocupa-se do coelho do Porto Santo, considerando-o como espécie distinta do coelho europeu. Já a pág. 283 deste Elucidário tivemos ocasião de dizer que tal opinião não tem o mínimo fundamento, cumprindo-nos acrescentar agora que as doutrinas do sábio professor da Universidade de Iena estão desacreditadas perante todos os homens de ciência, chegando o professor Yves Delage a declarar que elas não passam de «uma execranda mixórdia, indigna de naturalistas do nosso tempo».

Hagen (Dr. O.) E.: Notiz über eine außerordentliche Lufttrockenheit in Madeira (1861, folh. de 5 pag.).

Hann E.: Klima der Azoren und der Madeira (Meteor. Zeitschr., 1871).

Harcourt (Eduardo Vernon). E.: A Sketch of Madeira, with maps and views (Londres, 1850). Encontram-se nesta obra uma lista das aves madeirenses e várias notas meteorológicas, entre as quais as de W. V. Harcourt.

Hartung (Dr. George). Distinto geólogo alemão que visitou o arquipelago da Madeira no inverno de 1853 a 1854. E.: Geologische Beschreibung der Inseln Madeira und Porto Santo, Leipzig, 1864.

É este o trabalho mais completo que existe publicado sobre a geologia do arquipelago, compreendendo também uma notícia sobre os fósseis madeirenses estudados pelo professor Carlos Mayer, alguns dos quais eram desconhecidos da ciência.

Hartwig (W.) E.: Die Vogel Madeira's (Cab. Journ. f. Ornith, 1896, p. 452-485). No Ornis, jornal de Viena, encontra-se uma notícia sobre algumas espécies de aves, publicada por Hartwig e na já citada revista Cab. Journ. fur Ornith. do ano de 1893, encontra-se um aditamento à lista das aves do arquipelago.

Heberden (Dr. Thomas). Era irmão do bem conhecido William Heberden e exerceu a profissão médica no Funchal, tendo prestado excelentes serviços por ocasião da epidemia de sarampo de 1751. Quando Banks e o Dr. Solander visitaram a Madeira em 1768, forneceu-lhes muitos objectos de história natural, assim como uma cópia das suas observações sobre a flora da ilha. Dedicaram-lhe os dois naturalistas o género *Heberdenia*, reunido por Aiton, mais tarde, ao género *Ardisia*. As observações meteorológicas feitas pelo Dr. Herberden, no Funchal, desde 1747 a 1751, foram as primeiras que se realizaram nesta ilha, tendo sido publicadas no vol. X das Philosophical Transactions.

O Dr. Heberden fez também alguns estudos astronómicos na Madeira, tendo aparecido nas Philosophical Transactions um trabalho seu com o seguinte título: Observations of immersions and emersions of Jupiter's first Satellite made at Funchal, in Madeira, 1763-1768.

V. Doenças e Epidemias.

Heer (Dr. Osvaldo). Botânico e paleontólogo suíço, que esteve na Madeira desde o inverno de 1850 á primavera de 1851. E.: Remarques sur la manière de végéter des arbres de l'Europe et des Etats Unis transportés à Madère (Bot. Zeitung 1853); Ueber die fossilen Pflanzen von St. George in Madeira (Zurich, 1855); e Der Renton-Garten in Funchal (Gartenflora Deutschlands und der Schweiz). Faleceu em Lausanne em 1883.

Heineken (Dr. Carlos). Medico inglês que residiu no Funchal durante 9 anos e faleceu aqui a 4 de Janeiro de 1830. Num artigo publicado no vol. XII (1824) do Medical Repository e noutro escrito que apareceu nos Rambles in Madeira, recomenda o clima do Funchal no tratamento das moléstias pulmonares.

Durante a sua residência na ilha fez muitas observações meteorológicas, que são de grande valor para o conhecimento da nossa climatologia.

Henrique (Infante D.). O nome do infante D. Henrique anda indissoluvelmente ligado ao descobrimento e primitiva colonização deste arquipélago. Foi ele o iniciador e o promotor das nossas descobertas marítimas, e a Madeira é o grande padrão imorredouro que verdadeiramente marca o começo auspicioso da nossa odisseia de navegantes. Se a João Gonçalves Zargo se devera há muito ter erguido entre nós um monumento, que recordasse a nacionais e estrangeiros a distinta individualidade do descobridor, não devera também ser esquecida a figura gloriosa do ínclito infante que abriu a Portugal uma nova era de prosperidade, iniciando a realização da única empresa que verdadeiramente nos tornou grandes aos olhos do mundo inteiro. A Madeira é devedora á sua memória de uma condigna homenagem, que os vindouros saberão com inteira justiça prestar-lhe, quando chegar a oportunidade do futuro reparar os erros e as faltas do passado.

Já em outro artigo nos referimos ás doações que deste arquipélago foram feitas ao infante D. Henrique. É de presumir, embora o não digam os cronistas nem exista documento conhecido que o comprove, que fosse o próprio D. João I quem primeiro tivesse doado esta ilha a seu filho e nele reconhecesse o verdadeiro senhor de todo o arquipélago. As conhecidas doações posteriores (V. Doações) serviriam apenas para confirmar de uma maneira mais solene e mais autentica as já anteriormente feitas, e seriam também uma prova de que

D. Duarte, sem querer abandonar os seus direitos de soberania, reconhecia em seu irmão os privilégios e regalias que o monarca seu pai e antecessor tinha conferido ao mesmo infante.

A prova da latitudinaria concessão alcançada por D. Henrique está nas doações por ele feitas aos descobridores João Gonçalves Zargo e Tristão Vaz, e em que ele, referindo-se a esta ilha diz minha ylha da Madeyra. Estamos convencidos que o monarca doou este arquipélago à Ordem de Cristo, levado principalmente pela circunstancia de ser o infante D. Henrique o grão-mestre da mesma Ordem, além de outras ponderosas razões que porventura aconselhassem essa concessão.

Pode afirmar-se que D. Henrique teve sobre este arquipélago o domínio mais absoluto e nele exerceu verdadeiros direitos majestáticos. Aos contemplados com as doações do infante, foram os monarcas gradualmente cerceando os privilégios que ele lhes concedera, os quais quasi inteiramente acabaram com o domínio filipino.

Em vários logares desta obra nos referimos á acção do infante D. Henrique na descoberta, primitiva colonização administração e desenvolvimento deste arquipelago e por isso omitimos aqui vários factos e circunstancias que poderiam interessar ao assunto deste artigo.

O infante D. Henrique nasceu em 1394 e faleceu em 1460.

Henriques. Este apelido de família procede de D. João Henriques, terceiro filho de D. Henrique Henriques, que foi aposentador e caçador-mor de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel. Há outros Henriques que descendem de Henrique Alemão, e Henriques de Noronha, que procedem de D. João e de D. Diogo Henriques, e de D. João e D. Garcia de Noronha, todos filhos de D. Garcia Henriques, de Sevilha.

Henriques (D. Francisco). Foi nomeado governador geral da Madeira a 20 de Julho de 1622 e tomou posse a 28 de Outubro do mesmo ano. Era natural desta ilha e nela morreu, quando exercia o cargo de governador, a 27 de Junho de 1624 e jaz sepultado na igreja do Colégio. Por sua morte ficou exercendo interinamente as funções de governador geral o bispo diocesano D. Jerónimo. Fernando, que foi confirmado no logar por Carta Regia de 3 de Agosto de 1624.

Henriques (Dr. Júlio Augusto). Esteve na Madeira a 25 de Junho de 1903, por ocasião da viagem científica que fez à ilha de S. Tomé, tendo visitado o Monte e diversos pontos da cidade.

O Dr. Júlio A. Henriques nasceu em Cabeceira de Bastos a 17 de Janeiro de 1838 e era lente jubilado da cadeira de botânica da Universidade de Coimbra, e um dos mais distintos naturalistas do nosso país.

Henriques (Dr. Luiz). Pelos fins do século dezoito, uma violenta tempestade arrojou contra os rochedos da costa, para os lados da Pontinha, uma embarcação de nacionalidade norueguesa. João de Carvalhal Esmeraldo, depois conde de Carvalhal apareceu nas imediações do local do sinistro e, ao observar a triste situação dos pobres naufragos, feriu a sua atenção uma criança de cerca de doze anos de idade, moço da câmara do navio naufragado, que, pela sua fisionomia insinuante, viveza de expressão e olhar inteligente e prescurtador, lhe despertou um vivo interesse e o moveu á mais terna compaixão. O abastado fidalgo tomou a criança debaixo da sua protecção e alguns anos depois enviou-a para a Inglaterra a frequentar a Universidade de Edimburgo. Terminado o curso de medicina, que foi brilhantíssimo, regressou á Madeira, onde fixou residência e aqui constituiu família, falecendo nesta cidade no ano de 1845. Era o Dr. Luiz Henriques.

Ignoramos os motivos que o levaram a adoptar um nome genuinamente português e a abandonar o nome que tinha no seu país natal. No entretanto, foi sempre considerado como estrangeiro e, quando pretendeu exercer cargos públicos, teve que naturalizar se cidadão português, o que se deu por decreto de 22 de Dezembro de 1821.

Foi o Dr. Luiz Henriques um medico abalizado e um distintíssimo operador. Afirma-se que teve a prioridade numa dificilíma operação cirúrgica, que só algum tempo depois começou a fazer-se em Londres, tendo-nos alguém informado que o caso vem narrado em alguns livros de medicina, escritos em língua inglesa. Também nos informam que foi o primeiro medico que nesta ilha, e talvez em Portugal, fez aplicação da então recente descoberta do clorofórmio nas operações cirúrgicas, tendo a essa primeira operação assistido o nosso grande estadista e diplomata o conde e mais tarde duque de Palmela, que nessa ocasião se achava no Funchal.

Quando em 1837 se criou a Escola Medico-Cirurgica do Funchal, foi o Dr. Luiz Henriques nomeado lente

dela e o seu primeiro director, cargos que exerceu até o ano de 1845, tendo simultaneamente sido cirurgião principal do hospital de Santa Isabel.

O Dr. Henriques suicidou-se nesta cidade no dia 18 de Julho de 1845, ingerindo() uma dose avultada de ópio, de que frequentemente abusava.

Na sala principal da Escola Medica encontrava-se o seu retrato a oleo, oferecido a este estabelecimento pelo seu bisneto o Dr. Salvador Brun do Canto (V. este nome), que foi deputado por esta ilha.

Henriques (Jordão Mauricio). É filho de António Maria Henriques, frequentou o liceu e o Curso Superior de Letras e nasceu no Funchal a 15 de Outubro de 1880. Foi escrivão interprete da Estação de Saúde e professor da Escola Primaria Superior, tendo também sido professor interino do Liceu. Foi redactor do antigo Diário Popular e teve uma larga e valiosa colaboração em outros jornais madeirenses, distinguindo-se os seus escritos por uma requintada forma literária.

Publicou em 1922 um livro intitulado Da Pátria e da Escola. Tendo seguido a carreira diplomática, prestou serviço durante alguns anos no Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo actualmente cônsul geral de Portugal na cidade do Rio de Janeiro.

Henriques (Manuel António de Azevedo). Se temos conhecimento deste madeirense pelo pouco que dele nos diz o autor do Diccionario Bibliographico Portuguez. Publicou em Lisboa, em 1778, um opúsculo de 47 paginas, intitulado Reino de Deus ou Reino de Portugal, Panegyrico Funchalense, oferecido. .. a D. Maria I e D. Pedro III.

Henriques (Padre João Mauricio). Nasceu nesta cidade a 22 de Março de 1852 e era filho de António Gomes Henriques e D. Ana Rosa de Sousa Henriques, tendo falecido em Lisboa a 16 de Dezembro de 1901. Cursou o liceu e o seminário do Funchal, e ordenou-se de presbítero no ano de 1877. Depois de ter exercido funções eclesiásticas como cura da freguesia de Santa Cruz e pároco das Achadas da Cruz e de Santana, foi despachado capelão militar por decreto de 2 de Março de 1885, tendo servido algum tempo no

Algarve e passando em 1887 a prestar serviço no Funchal, no regimento de caçadores n.º 12 e depois em infantaria n.º 27. Colaborou em alguns jornais madeirenses e foi redactor do Diário de Notícias desta cidade. Em 1909 publicou no Funchal um opúsculo de 104 páginas, intitulado Breve Noticia historica e descriptiva do extinto regimento de caçadores n.º 12.

Henriques (Padre Leão). Nasceu na freguesia da Ponta do Sol no primeiro quartel do século XVI, sendo filho de D. João Henriques e de D. Filipa de Noronha. Era próximo parente do padre Luiz Gonçalves da Câmara (V. este nome), celebre aio de D. Sebastião, e descendia de João Gonçalves Zargo, o ilustre descobridor da Madeira. Estudou cânones em Paris e em Coimbra, e foi o primeiro reitor da Universidade de Évora. Abraçou o instituto da Companhia de Jesus ainda em tempo do fundador, tendo mantido com ele estreitas relações de amizade e dele directamente recebido provas da mais alta consideração e apreço. Exerceu na sua ordem os mais elevados cargos como os de reitor dos colégios de Coimbra e Évora, provincial, delegado em Roma, etc.. Foi durante muitos anos confessor e conselheiro do cardinal e rei D. Henrique, junto de quem gozou de muito prestígio e influência. Teve uma grande nomeada na sua época como homem de vasta erudição e de extraordinário talento. Os seus biógrafos referem-se particularmente aos sentimentos da mais generosa e ardente caridade de que era dotado, tendo para com os pobres e infelizes as mais requintadas expansões de carinho e ternura de que é susceptível o coração humano. Morreu em Lisboa a 8 de Abril de 1589.

Henriques de Noronha (Henrique). Nasceu na freguesia de Câmara de Lobos a 1 de Março de 1667, sendo filho de Pedro Bettencourt Henriques e de D. Maria de Meneses, e tendo sucedido na casa vinculada de seu tio o morgado Inácio de Bettencourt e Câmara. Era uma inteligência muito culta e dedicou-se especialmente a estudos históricos e genealógicos, em que alcançara uma grande cópia de conhecimentos, sendo considerado uma verdadeira autoridade em assuntos respeitantes à história madeirense. Enviou alguns trabalhos manuscritos á Academia Real da História Portuguesa, sendo por isso admitido no numero dos seus membros. Diogo Barbosa Machado na Biblioteca Lusitana e António Caetano de Sousa na História Genealogica da Casa Real Portuguesa, ocupam-se com louvor dos trabalhos de Henriques de Noronha e fazem-lhe referências muito elogiosas. São-lhe atribuídas as Memorias seculares e eclesiásticas para a composição da história da diocese do Funchal, a que se referem as Saudades da Terra a

paginas 786 e a que já também nos referimos com alguma largueza a pág. 389 e 390 do I vol. deste Elucidário. Escreveu um Nobiliário Genealógico de famílias madeirenses, de que existe uma copia em três volumes na biblioteca da Câmara Municipal deste concelho e que é tido por um dos mais autorizados escritos sobre o assunto (V. Nobiliarios).

Morreu Henrique Henriques de Noronha a 26 de Abril de 1730. Existe dele um retrato a óleo no palacete dos condes de Torre Bela.

Henriques Pinto (Luis de Miranda). Foi nomeado governador geral deste arquipelago a 18 de Novembro de 1635 e tomou posse a 6 de Junho de 1636, tendo terminado o seu governo a 6 de Junho de 1640. Foi o ultimo governador geral da Madeira, passando o seu sucessor a ser chamado governador e capitão-general.

Henriques Pinto (Luiz de Miranda). Sucedeu a seu pai Luiz M. Henriques Pinto e foi o primeiro governador deste arquipélago que teve o nome de governador e capitão-general, denominação esta que se conservou até 1834, e foi o ultimo que governou a Madeira sob o domínio castelhano. A sua nomeação, feita pela vice-rainha de Portugal Margarida de Saboia, duquesa de Mantua é datada de 22 de Maio de 1640, tendo tomado posse a 6 de Junho do mesmo ano. Foi ele que a 11 de Janeiro de 1641 fez a proclamação de D. João IV nesta ilha. V. Restauração de Portugal.

Henry (Paul). Oficial da marinha de guerra francesa, morto em Pekin a 30 de Julho de 1900, por ocasião da entrada dos exércitos aliados na cidade. Esteve na Madeira em Outubro de 1895, a bordo do navio Iphigénie, e em Outubro de 1896 e Junho de 1897 a bordo da Melpomène.

R. Bazin ocupa-se da estada deste oficial na Madeira no seu livro intitulado L'enseigne de vaisseau Paul Henry.

Hepáticas. Estas Muscineas estão representadas no arquipelago da Madeira por 76 espécies, segundo diz Miss Armitage no seu trabalho intitulado Some Madeira Hepaticae. São pequenas plantas que vivem nos logares umidos, nos troncos das árvores, na terra, nos muros e nas rochas, e que se apresentam ora com caule e folhas, ora inteiramente desprovidas destes orgãos. Entre as Hepáticas madeirenses mencionaremos - a *Madotheca canariensis*, a *M. Thuja*, a *Frullania polysticta*, a *F. Teneriffae*, o *Anthocerus dichotomus*, a *Aitonia rupestris*, a *Saccogyna viticulosa*, a *Plagiochila spinulosa*, a *Lunularia cruciata* e a *Marchantia polymorpha*. V. Armitage, Mitten, Godman e Luisier.

Hera (*Hedera Helix* subesp. *canariensis*). Planta trepadora por meio de raízes laterais, curtas. Pertence á familia das Araliaceas e é muito frequente na Madeira, onde a utilizam para bardos e para revestir muros. A água de heras serve para lavar e tingir os tecidos pretos. As cordas chamadas de hera são fabricadas não com as fibras, mas com os ramos delgados e flexíveis da planta. É com estas cordas que é uso segurar o bagaço das uvas nos lagares.

Hera-Terrestre (*Sibthorpia peregrina*). Escrofulariacea-antirrinoidea de caules radicantes nos nós; folhas peludas, orbicular-reniformes; corolas amarelas ou brancas, pequenas, com 5 a 8 divisões. É muito frequente na Madeira onde a empregam frequentemente como espectorante. No Seixal dão a esta planta o nome de herva redonda. A verdadeira hera-terrestre (*Glechoma hederacea*) é uma planta da família das Labiadas, que se não encontra na Madeira, nem mesmo cultivada.

Heraldo da Madeira (O). Começou este jornal diário a publicar-se no dia 14 de Agosto de 1904 e terminou a sua publicação a 14 de Agosto de 1915, tendo saído 3.218 números. Nos primeiros anos tinha oito paginas e publicava gravuras aos domingos. Durante algum tempo publicou-se deste jornal uma edição em língua inglesa, especialmente destinada aos passageiros dos vapores estrangeiros que demandavam o porto do Funchal, sendo esta edição de publicação irregular.

Teve como director o capitão J. Reis Gomes, sendo redactor principal O Pe. Fernando A. Silva e redactores os tenentes A. Artur Sarmento e Jaime de Campos Ramalho.

Publicou um numero considerável de escritos inéditos e de valiosos documentos que muito interessam à historia deste arquipélago.

Herbários. Os herbários madeirenses não são raros na Europa, em razão do grande numero de explorações botânicas realizadas aqui nos séculos XVIII e XIX, principalmente por naturalistas estrangeiros. No Museu Britânico e no Jardim de Kew estão as colecções de R. T. Lowe, possuindo também o primeiro destes estabelecimentos os herbarios de Banks, do Dr. Solander, de Francisco Masson e de Downe, e o segundo, o valioso herbario do nosso falecido conterrâneo João Maria Moniz e parte do Dr. Carlos Lemann. Na Universidade de Cambridge estão numerosos exemplares colhidos por este ultimo naturalista na Madeira, e no já referido jardim de Kew acham-se muitos exemplares das colecções do botânico francês Mandon, que percorreu o arquipélago em 1865 e 1866.

É de supor que o herbario madeirense que pertenceu ao Dr. Heer se ache no Jardim Botânico de Zurique, visto terem sido depositadas aí muitas das suas colecções botânicas, e que o herbario de Forster esteja na Universidade de Kiel ou no Museu de Historia Natural de Paris, para onde foram, segundo diz Alphonse De Candolle, as colecções botânicas obtidas na segunda viagem de Cook á roda do mundo.

Nos herbarios de Franqueville e de Cosson, em França, nos de Boissier, de Candolle e de Delessert, na Suíça, e no do Museu Palatino de Viena, existem muitos exemplares de plantas madeirenses colhidas por Mandon, e no Museu Botânico de Florença estão muitas das colecções que o botânico inglês Webb organizou nesta ilha em 1828. Nos herbarios de M. Gandoger e de O. Debeaux, em França, existem ricas colecções provenientes desta ilha, oferecidas por um dos autores deste Elucidario, e nas Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto podem ver-se numerosas plantas secas da nossa região, remetidas pelo mesmo colector, o qual enviou também colecções completas das Ranunculaceas, Onoteraceas e Ciperaceas madeirenses á antiga Academia Internacional de Geografia Botânica de Mans e colecções dos Fatos indígenas à mesma Academia e ao Príncipe Bonaparte, distinto pteridólogo francês.

Ignoramos que destino tiveram as colecções de Holl, Lippold, Schacht e capitão Norman; quanto ás de Bornmuller, Trelease e Dr. Vahl, tudo leva a supor que se achem em poder dos seus organizadores. Muitas das plantas colhidas por Nathaniel Mason na Madeira estão no já citado Museu Palatino, ao passo que as

colecções do distinto botânico português Barão de Castelo de Paiva, foram por ele oferecidas á Academia das Sciencias de Lisboa, passando daí á Faculdade de Sciencias da mesma cidade.

James Y. Johnson organizou um pequeno herbario de plantas madeirenses, que se acha depositado no Museu do Seminário do Funchal, sendo esta colecção, a pesar de bastante incompleta, notável por conter a maior parte das espécies raras da ilha. A ultima vez que a vimos (1921) estava em bom estado de conservação, devido ao cuidado que havia em submetê-la de tempos a tempos aos vapores de sulfureto de carbono.

Graças ás herborizações do jovem botânico madeirense José Gonçalves da Costa, estudante do 3.^º ano teologico do Seminário Episcopal do Funchal, é hoje (1921) o herbario do mesmo seminário um dos mais ricos que se conhecem em plantas do arquipelago da Madeira. As herborizações do Sr. Costa têm sido efectuadas especialmente no Funchal, Porto do Moniz, Achadas da Cruz, Ribeira da Janela e Porto Santo, havendo resultado delas elementos de muito valor, entre os quais algumas espécies e variedades novas.

Temo-nos referido a colecções de Fanerogamicas e de Criptogamicas Vasculares; pelo que toca a colecções de Criptogamicas Celulares, as mais valiosas que têm sido organizadas até o presente são, segundo cremos, as de Kny, Johnson, Mandon, Winter, Miss Armitage, Castelo de Paiva, Bornmuller e Padre J. Barreto, as cinco primeiras de Muscineas e as restantes de Líquenes madeirenses. o rev.^º padre Jaime Barreto fez há anos abundantes colheitas de Fungos madeirenses, e o Dr. Liebetruth, o capitão Albertis, o rev.^º E. Schmitz e o Dr. Gain coligiram as Algas marinhas do arquipélago. o Dr. Lindman coligiu as algas de água doce da Madeira, e o mesmo fez um dos autores deste Elucidario, tendo os seus exemplares sido determinados em grande parte pelos rev.os Zimmermann, botânico suíço, e Schodduyn, botânico francês.

o museu do Seminário do Funchal possue além do herbario de Johnson, de que já falámos a excelente colecção de Muscineas que pertenceu a este mesmo botânico, as colecções de Líquenes e de Fungos do Rev. padre Jaime Barreto e as de algas marinhas do Rev. padre Ernesto Schmitz, encontrando-se também ali um caderno com Líquenes colhidos há muitos anos nesta ilha pelo falecido naturalista madeirense João Maria Moniz, além de outros materiais de menor valor.

As colecções botânicas existentes no Seminário são as únicas que podem orientar o naturalista estrangeiro que visita a Madeira, no estudo da flora indígena, pois que nem o governo nem as corporações

administrativas se lembraram ainda de criar um museu regional, destinado a receber as produções dos três reinos, que são variadíssimas e interessantes em muitas partes do arquipélago.

V. Gabinete de historia Natural e Museus.

Heredia. O fidalgo espanhol D. Antonio Herédia fez parte do exército que sob o comando do duque de Alba entrou em Portugal em 1580. Em 1602 veio para a Madeira como capitão da Companhia do Presídio Castelhano, sendo depois comandante do mesmo Presídio, e mais tarde governou todo o arquipélago, na ausência do governador efectivo. É este o tronco da família Herédia, na Madeira, que teve como últimos representantes Francisco Correia Herédia, Antonio Correia Herédia e Francisco Correia Herédia, visconde da Ribeira Brava (V. estes nomes). D. Antonio Herédia e os seus descendentes ligaram-se às mais distintas famílias madeirenses. Na família Heredia se incorporou o importante morgadio dos Britos, que tinha sua sede principal na freguesia da Ribeira Brava, na capela de Nossa Senhora da Apresentação, no sítio que ainda hoje conserva este nome. Existia adjunta uma grande casa solarenga, que era uma das maiores residências existentes fora do Funchal. Casa e capela há muito que foram demolidas.

Heredia (António Correia). Nasceu este ilustre madeirense a 2 de Março de 1822 e faleceu em Lisboa a 23 de Junho de 1899, sendo filho de Francisco Correia Herédia (V. este nome) e de D. Ana Margarida de Bettencourt Acciaioly e Sá Escórcio Drumond, e descendia de antigas e nobres famílias desta ilha. Não sabemos que possuísse habilitações literárias oficiais, mas a falta de cursos superiores ou universitários não obstou a que fosse um hábil e talentoso jornalista, e teria porventura sido um distinto escritor, se variadas ocupações não lhe houvessem inteiramente absorvido a grande actividade do seu espírito. Provam-no os escritos que deixou. Exerceu muitos cargos públicos, e assim foi presidente da Câmara Municipal, procurador à Junta Geral, secretário geral, governador civil, director das alfândegas do Funchal, Porto e Lisboa, director geral das alfândegas, deputado, par do reino, presidente de muitas comissões destinadas à reforma de diversos serviços públicos etc. No desempenho de alguns destes cargos escreveu vários relatórios, regulamentos e projectos de lei, que exuberantemente provam o seu saber, a sua competência e as suas grandes faculdades de trabalho. Além da sua obra jornalística, que é grande, publicou: *Breves reflexões sobre a abolição dos morgados na Madeira*, Lisboa, 1849, *As contradições xmcula-das*, Funchal, 1850, *A Boa Fé do «Archivista»*, Funchal, 1852, *Observações sobre a situação*

económica da ilha da Madeira e sobre a reforma das Alfândegas, Lisboa, 1888, de 96 pág., *Relatório do Projecto do Regulamento Geral das Alfândegas*, Lisboa, 1876, de 129 pág., *Exposição e Documentos enviados à Camará dos Dignos Pares*, Lisboa, 1886, *António Correia Herédia – Ao Público*, Lisboa, 1885, de 235 pág..

António Correia Herédia foi secretário geral deste distrito e serviu também de governador civil, e representou a Madeira no parlamento, nas sessões legislativas de 1857 a 1858, 1858 a 1859 e 1865 a 1868.

Por ocasião do governo provisório da Junta do Porto, no ano de 1847, foi António Correia Herédia o secretário da Junta Governativa da Madeira, ou antes (foi nesta cidade a alma desse movimento revolucionário. V. *Junta Governativa*.

Heredia (Conselheiro Francisco Correia). Pertencia à antiga e nobre família Herédia desta ilha. Um dos representantes directos desta família e administrador de vários vínculos foi D. José de Brito Heredia, cuja filha e única herdeira, D. Antonia Basilia Heredia de Bettencourt, casou em 1801 com o conhecido e distinto diplomata e estadista Antonio Saldanha da Gama, que foi agraciado com o título de conde do Porto Santo. Morrendo os condes do Porto Santo sem descendência, passou a importante casa ao parente mais próximo Francisco Correia Herédia, pai de Antonio Correia Herédia e avô do visconde da Ribeira Brava.

O conselheiro Francisco Correia Heredia nasceu nesta ilha a 4 de Julho de 1793 e morreu em Lisboa a 27 de Julho de 1880, e era filho de D. Francisco Moniz de Aragão e Melo de Heredia. As perseguições que ele e sua família sofreram por parte dos miguelistas, obrigaram-no a emigrar para o Brasil, seguindo depois para França e Inglaterra e reunindo-se mais tarde ao exército libertador, em cujas fileiras militou, distinguindo-se pelo seu valor, principalmente no cerco do Porto.

Foi deputado por este distrito na sessão legislativa de 1842 a 1845, e presidente da Junta Governativa que na Madeira se organizou por ocasião do movimento revolucionário da Maria da Fonte.

Foram assinalados e ficaram memoráveis os serviços que prestou por ocasião da epidemia da colera-morbus, que assolou esta ilha em 1856.

Exerceu entre nós diversos cargos públicos, como presidente da Câmara do Funchal, recebedor geral, governador civil interino, presidente da Junta Governativa, etc..

A Relião e Progresso, de 20 de Agosto de 1880, transcreveu um longo artigo biográfico do conselheiro Herédia, publicado no Diário de Notícias, de Lisboa.

Herédia (Francisco Correia). V. Ribeira Brava (Visconde da).

Herédia (Sebastião de). Por decreto de 30 de Dezembro de 1914, foi nomeado governador civil da Madeira, havendo tomado posse a 8 de Janeiro de 1915.

Foi segunda vez governador civil deste distrito por decreto de 24 de Maio de 1915 e tomou posse deste cargo a 22 de Julho do mesmo ano.

Heréus. V. Levadas.

Hermenegildo Capelo (Rua). Os terrenos que actualmente formam o Jardim Municipal, a rua Hermenegildo Capelo e o local onde se levanta o teatro Manuel de Arriaga, constituíam a antiga cerca do convento de S. Francisco. A pesar da oposição dos religiosos franciscanos abriu-se ali a rua no ano de 1814, que ficou tendo o nome de Rua dos Frades. Em 1823 foi patente ao público o mercado mandado construir pela câmara desta cidade no local que depois se destinou ao teatro, passando a rua adjacente a ter a denominação de Rua do Mercado de S. João. No ano de 1885, por ocasião da passagem nesta ilha dos exploradores Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens (V. estes nomes), deliberou a câmara municipal dar os seus nomes às ruas que ladeiam pelo sul e norte o Jardim Municipal.

Herrera (D. Agostinho). Senhor de Fuerte-Ventura e conde de Lançarote, foi nomeado a 12 de Novembro de 1582 governador geral da Madeira. Veio a este arquipelago na missão especial de preparar a defesa militar desta ilha contra a suposta invasão da esquadra francesa que, ás ordens de D. António, Prior do Crato, atacava os navios portugueses e se preparava para assaltar alguns portos, como depois sucedeu no arquipélago dos Açores. Dissipado o receio dessa suposta agressão, deixou Herrera a Madeira, retomando João Leitão o lugar de governador geral (V. este nome).

Herva-Branca. V. Abrotona e Selvageira.

Herva-Cidreira (*Melissa officinalis*). Planta europeia da família das Labiadas, cultivada nas hortas madeirenses. É empregada em infusão como sudorífico, e nas digestões laboriosas e afecções nervosas.

Herva-da-Guiné. Gramínea forraginosa, cultivada e naturalizada no Funchal e em Santa Cruz. Tem colmos altos e peludos nos nós, e racimos estreitos, frouxos, alongados; reunidos em panicula.

É planta antiga na terra, pois que foi achada por Masson em 1776. o seu nome científico é *Panicum Maximum*.

Herva-de-Santa-Maria (*Solanum nigrum*). Solanacea de folhas ovadas ou romboidais, de ordinário sinuado-dentadas; flores brancas reunidas em cimeiras corimbiformes; bagas negras na maturação. Encontra-se nos entulhos, muros, logares cultivados, etc., no Funchal e arredores. As folhas desta planta são empregadas como anódinas; adicionando-se-lhes azeite depois de cortadas e esmagadas, formam o chamado emplasto ou unguento das Aires, muito útil no tratamento das feridas e inflamações.

Herva-de-São-João. V. Hipericão.

Herva-Ferrea (*Brunella vulgaris*). Labiada geralmente prostrado-ascendente, com os verticilastros reunidos em espiga terminal e compacta, provida de grandes brácteas. E planta adstringente e o seu suco é usado às vezes no tratamento das chagas e inflamações.

Herva-Gigante (*Acanthus mollis*). Acantacea do sul da Europa, cultivada na Madeira. As folhas grandes e irregularmente recostadas desta planta, usam-se no tratamento das feridas.

Herva-Menina (*Commelina agraria*). Planta da família das Comelinaceas frequente nos logares umidos da zona inferior da Madeira. É originaria da América Meridional, e tem pequenas flores azuis, dentro de um involucro espataceo e cordiforme.

Herva-Pessegueira. Poligonacea muito abundante nos charcos e logares umidos da Madeira. As suas folhas são manchadas e as suas flores são pequenas, rosadas e reunidas em espiga cilindrica ou alongada. O nome científico desta planta é *Polygonum Persicaria*.

Herva-Pombinha. V. Molarinha.

Hidrografia. Vid. Geodesia.

Hinks (Rev. Thomas). E.: *The Madeiran Polyzoa* (Ann. & Mag. Nat. Hist., ser. 5, Vol. VI).

Hinton. Há mais de 90 anos que a família Hinton, de nacionalidade inglesa, se estabeleceu na Madeira. Em 1838 William Hinton que era estudante da Universidade de Oxford, veio a esta ilha por motivo de saúde. Encontrava-se então no Funchal o súbdito britânico Robert Wallas proprietário de uma fabrica de

moagem a vapor, montada no mesmo local onde actualmente se acha a Fabrica do Torreão. William Winton casou em 1839 com Mary Wallas, filha de Roberto Wallas e de Mary Wallas, tendo vendido as propriedades que possuía na Inglaterra e estabelecendo-se definitivamente na Madeira no ano de 1841. Alguns anos depois fundou a fabrica de açucar do Torreão. William Hinton, que era representante duma casa vinculada (esquire) em Greenhill House, no condado de Wiltshire, Inglaterra, nasceu em Nápoles no ano de 1817 e morreu no Funchal a 15 de Junho de 1904. Era o pai de Harry Hinton, actual proprietário da Fabrica do Torreão.

No artigo dedicado à freguesia da Camacha, a pág. 196 do I volume, deixámos indicada a origem da importante indústria de obra de vimes, devendo aqui acrescentar que ela se deve principalmente a William Hinton, que levou um hábil operário daquela freguesia a construir uma peça de mobiliário empregando o vime da Madeira e servindo-lhe de modelo uma cadeira de fabrico inglês que esse súbdito britânico e activo industrial trouxera de Inglaterra.

É ocasião oportuna de apresentar um ligeiro perfil do actual representante dessa distinta família, que tem o seu nome intimamente ligado à Madeira pelo grande desenvolvimento dado ás indústrias sacarinhas e pelos actos de larga benemerencia que entre nós tem praticado e particularmente pela desvelada protecção dispensada a todas as obras de assistência existentes nesta ilha. Para isso reproduziremos alguns trechos de um artigo publicado num jornal diário do Funchal, por ocasião de Henrique Hinton ser agraciado pelo governo português, como justo reconhecimento dos serviços prestados a esta terra.

«Temos a dar hoje aos nossos leitores uma notícia que é, particularmente, de todo o ponto agradável: foi proposto para o grau de Grande Oficial da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial, o nosso bemquisto amigo Sr. Henrique Hinton, que já era por seus altos merecimentos, Comendador da antiga Ordem de Cristo.

Poucas vezes sentimos tanta satisfação, como hoje, em dar a publico uma notícia desta ordem, pois não temos que forçar a nossa consciência e o nosso espírito na busca de merecimentos, tantas vezes fictícios, com que dourar a mercê proposta. Eles aí estão bem patentes, diante de nossos olhos e na mente de quantos conhecem a vida agrícola e industrial da Madeira. Conservando as tradições de sua distinta família que, no corrente ano, faz precisamente um século se estabeleceu nesta Ilha, como se lê no Elucidário Madeirense, e ilustrando essa tradição com um trabalho constante, inteligente e probo, no sentido do desenvolvimento e aperfeiçoamento da sua grande indústria, o actual chefe e alma da Fabrica do Torreão, vai receber a nova

honra que lhe dá o Governo Português como um preito da mais nítida e absoluta justiça. De há anos que a agricultura madeirense, presa de vicissitudes várias, tem vivido, principalmente, pelo mecanismo que representa na nossa economia a Fábrica da firma William Hinton & Sons.

De nome inglês, ela tem à sua frente essa nobre e varonil figura de gentleman que é Mr. Harry Hinton, nascido nesta Ilha, aqui casado, aqui residindo, e possuindo pela terra do seu berço um amor e um carinho que se manifesta, a cada hora, em múltiplas manifestações de coração, que vão desde as obras de assistência-ocultas muitas-até o interesse bibliográfico e artístico de todas as publicações nacionais e estrangeiras, antigas e modernas, que se referem á Madeira. Mas este, sendo muito importante para a nossa sensibilidade e para a nossa gratidão, não é o aspecto que devemos especialmente focar, neste momento ao falarmos da alta mercê honorífica proposta para o peito de Mr. Harry Hinton, pelo Sr. Ministro do Comércio e Indústria.

Esse aspecto é o da sua acção industrial no nosso meio, acção que, movimentando e desenvolvendo a cultura sacarina, valorizou consideravelmente os terrenos madeirenses, deu aos lavradores remuneração certa pelo seu produto-o que não aconteceu nem acontece com mais nenhuma outra cultura -, pode manter a criação dos gados e a produção do leite com que se fabrica uma das mais acreditadas, senão a mais preferida, das marcas de manteigas portuguesas. E, tudo isto, a par da produção dum dos melhores açucres do mundo e do álcool para condimento de nossos preciosos vinhos, em condições de tão rara perfeição fabril, que sempre mereceram as classificações mais honrosas nos certames a que têm concorrido.

No seu género, Mr. Hinton possue e apetrecha a fabrica mais aperfeiçoadas do mundo: dizem-no os competentes; e, com ela, pode desenvolver, para sua matéria prima, uma agricultura que é a melhor fonte da riqueza madeirense.

E podemos ainda acrescentar que a cultura da banana madeirense, em larga escala, como todos sabemos muito deve á iniciativa e esforços deste benemérito industrial, que é sob este ângulo também um grande e inteligente agricultor.

Por isso a condecoração proposta, o Grande Oficialato da Ordem do Mérito Agrícola e Industrial, cabe-lhe com toda a propriedade e com toda a justiça. Estendendo ao facto o conceito inglês, bem poderemos exprimir que, dentro deste grau honorífico, Mr. Hinton será bem «the right man in the right place».

Hinton (Questão). A chamada questão Hinton, que por muitas vezes se tem agitado na imprensa, no parlamento, no seio das corporações administrativas, nos centros diplomáticos, nos conselhos de ministros e até em comícios, tirou sua origem do régimen de privilegio concedido pelos governos da metrópole ao industrial Henrique Hinton, proprietário da Fabrica do Torreão, para o fabrico exclusivo do açúcar e álcool, mediante a observância de determinadas clausulas, sendo a principal a da obrigação da compra da cana de açúcar produzida na costa sul da ilha por um preço previamente fixado por lei. Este régimen foi concedido por meio de varias leis e decretos, quasi idênticos nas suas disposições fundamentais, embora se diferenciem entre si nalguns pontos de secundaria importância.

O régimen sacarino que durante perto de um quarto de século vigorou na Madeira, foi um notável elemento de prosperidade para este arquipélago. o preço regularmente compensador da cana de açúcar levou os lavradores a cultivarem este género agrícola em grande escala, tendo-se deste modo valorizado consideravelmente a propriedade rústica e reflectindo-se isso muito beneficamente na vida económica do distrito.

o primeiro período do régimen sacarino começou com o decreto de 30 de Dezembro de 1895, que criou a matrícula facultativa das fabricas de açúcar e de álcool. o decreto de 24 de Setembro de 1903 e o seu regulamento de 24 de Dezembro de 1904, vieram introduzir varias modificações no régimen de 1895. A lei de 24 de Novembro de 1904 reforçou as disposições do régimen em vigor, alterando algumas dessas disposições. Menos de quatro anos decorridos, promulgou o parlamento um novo régimen sacarino com a lei de 9 de Setembro de 1908, que foi substituída pelo decreto de 11 de Março de 1911, aparecendo finalmente os decretos de 12 de Abril e 2 de Maio de 1919, que acabaram com o monopólio sacarino. Este ultimo diploma contém certas disposições que são geralmente consideradas como prejudiciais aos interesses dos cultivadores da cana, mas que o decreto de 12 de Abril de 1920, agora em vigor, não revogou.

Os artigos publicados pela imprensa periódica, os panfletos avulsos, as representações e reclamações dirigidas ao governo e os discursos proferido no parlamento acerca da questão Hinton, dariam matéria para encher alguns volumes. Além disso, temos conhecimento da publicação dos seguintes folhetos: O alcool do continente na Madeira, Lisboa, 1908, de 10 pag.; A questão saccharina da Madeira, Lisboa, 1910, de 50 pág. (dr. Quirino de Jesus); Bases para a solução da questão saccharina e meios de combater o alcoolismo na Madeira, por Henrique A. Vieira de Castro, Funchal, 1911, de 12 pag.; A nova questão Hinton, Lisboa, 1915,

de 65 pag. (dr. Quirino de Jesus); A Nova Questão Hinton, Lisboa, 1915, de 137 pag.; A nova questão Hinton, Lisboa, 1915, de 103 pag. (João Soares Branco); o problema sacarino da Madeira, por Pestana Júnior, Funchal, de 51 pag.; Os Direitos de W.^m Hinton & Son por Quirino de Jesus e a Questão Sacarina, por Julio do Amaral, 1918, de 22 pag..

Hipericão. São conhecidos por este nome o *Hypericum perforatum* e o *H. humifusum*, plantas vivazes da família das Hipericaceas, com flores amarelas e pequenos pontos transparentes nas folhas. A primeira destas espécies, a que dão também os nomes de herva-de-S. João e de malfurada, tem os caules firmes, muitas vezes erectos, e as folhas estreitas, linear-oblongas ou elípticas, distintamente agudas; a segunda tem os caules filiformes e prostrados, e as folhas pequenas, ovadas ou oblongas, mais ou menos obtusas. Ambas estas espécies são frequentes na Madeira, e a infusão das suas folhas é preconizada nas moléstias renais e da bexiga. o *Hypericum Androsaemum* não existe na Madeira.

Hiperstenite. Johnson assinala esta rocha, pertencente ao grupo diabásico, no Porto da Cruz, mas esta descoberta parece não estar confirmada pelas observações dos geólogos modernos que têm visitado a localidade. No entender de Gagel aparecem naquela localidade a essexite e a madeirite, rochas estas que correspondem provavelmente à Hiperstenite, de Johnson.

V. Geologia.

Hissopo (*Satureja thymoides*). Pequena Labiada lenhosa, com as folhas sésseis ou quasi sésseis, parecendo lineares por serem enroladas nas margens, e corolas purpurescentes, pequenas, com o tubo inclusivo ou quasi inclusivo no cálice. É muito frequente em quasi todo o arquipélago, onde é empregada como espectorante. o hissopo das farmácias (*Hyssopus officinalis*) não se encontra na Madeira, nem mesmo cultivado.

Historia Insulana. O título completo desta obra é Historia Insulana das Ilhas a Portugal sujeitas no

Oceano Occidental, sendo seu autor o padre António Cordeiro (V. este nome) e havendo-se feito dela duas edições nos anos de 1717 e 1866. Foi até 1873 um trabalho muito conhecido e apreciado por todos os que se interessavam pela historia do arquipélago madeirense, mas com a publicação naquele ano das Saudades da Terra e das valiosíssimas anotações que as acompanham, passou a obra do padre Cordeiro a ter um valor muito secundário, principalmente pela circunstancia de ser um resumo, nem sempre isento de defeitos, do desenvolvido manuscrito do Dr. Gaspar Frutuoso. Além das poucas paginas que alguns cronistas tinham dedicado á historia da Madeira, nada mais se conhecia impresso sobre o assunto, tendo por esse motivo despertado verdadeiro interesse o aparecimento do livro do padre Antonio Cordeiro. Como faz notar o Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo no prefácio das Saudades da Terra, não supre a Historia Insulana o trabalho de Frutuoso, nem em alguma cousa se lhe avantaja, porque a obra de Cordeiro é um resumo das Saudades e não vai além de 1590, ano em que elas foram escritas, a pesar da Historia Insulana ter sido publicada no ano de 1717. Enquanto o livro II das Saudades ocupa 300 paginas impressas, o livro III da Historia Insulana, que se ocupa da Madeira, não excede 44 paginas de texto na segunda edição desta obra.

A Historia Insulana compõe-se de nove livros, tratando o primeiro dos diversos povos que ocuparam a antiga Lusitania, o segundo das Canárias e Cabo Verde, o terceiro do Porto Santo e Madeira e os seis restantes das ilhas dos Açores, ás quais consagra Cordeiro a parte mais considerável da sua obra. Há muito que se tinha esgotado e era já bastante rara a Historia Insulana, quando em 1866 se fez uma segunda edição, em tudo igual á primeira, com excepção de um aditamento que tem por título Algumas notas e adições á História Insulana do padre Antonio Cordeiro na parte relativa á ilha da Madeira, por A. J. G. A.. Numa breve introdução, diz o anotador, referindo-se ao vasto trabalho de Gaspar Frutuoso, embora um pouco exageradamente: «esta obra continha materiais reunidos sem critica, amontoados de genealogias, em que era valente o seu autor, e lançados sem ordem, os quais exigiam um homem de outro pulso, e capaz de escrever uma historia seguida e limpa dos muitos defeitos que porventura o mesmo Gaspar Frutuoso haveria evitado, se lhe sobejasse vida. Tal não era o padre Cordeiro! ele não se deu a este trabalho, nem procurou verificar os factos relatados pelo seu antecessor; antes contentando-se de recopila-los como Justino fizera á historia de Togo Pompeu, cahiu nas mesmas faltas do seu original, e a Insulana está ainda bem longe de perfeição».

Pinheiro Chagas no II volume da terceira edição da sua Historia de Portugal, atribue erradamente estas notas ao escritor Guião, sendo indubitavelmente certo que elas pertencem ao distinto madeirense Antonio Joaquim Goncalves de Andrade (V. este nome), deão da Sé do Funchal, que residia em Lisboa, quando se

publicou a segunda edição da Insulana. Essas notas, que ocupam apenas trinta paginas de texto, são muito interessantes e valiosas, e mostram o aprofundado conhecimento que o autor tinha das cousas históricas deste arquipelago.

História Insulana (Comissão de). Por portaria de 17 de Março de 1911, foi nomeada uma comissão composta de distintos homens de letras, entre os quais se contavam alguns que se haviam notabilizado pelos seus escritos relativos às Ilhas Adjacentes, comissão que tinha por missão especial fazer coligir e dar á luz numa publicação intitulada Arquivo Insular todos os documentos que pudesse interessar á historia dos arquipélagos da Madeira e dos Açores. Essa comissão instalou-se sem demora e reuniu-se varias vezes, tomando varias deliberações acerca dos importantes trabalhos a realizar, entre os quais avultavam a publicação de altigos manuscritos e documentos inéditos e a reedição de obras raras e de difícil aquisição, prestando-se assim um relevante serviço á cultura portuguesa e de modo particular aos que se dedicavam ao estudo das nossas primitivas descobertas e aos iniciais empreendimentos da nossa colonização ultra marina. Por motivos que desconhecemos, não teve essa comissão uma larga duração e não produziu trabalho digno de apreço, a pesar do carácter oficial que a caracterizava e da competência que distingua a totalidade dos seus membros.

História Madeirense. Para a historia deste arquipélago existem muitos materiais dispersos, carreados por alguns pacientes investigadores, mas ainda não apareceu o arquitecto e o construtor do edifício. Um consciencioso estudo sobre a Madeira, que se não restrinja apenas a uma enumeração fastidiosa de nomes e datas, está inteiramente por fazer. Queremos referir-nos a um moderno trabalho de critica histórica, em que as ideias do tempo os costumes os indivíduos o ambiente em que se desenrolaram os acontecimentos, etc, sejam apresentados numa brilhante e evocadora síntese, dando-nos num rápido conjunto a visão completa de toda a vida madeirense no período largo de cinco séculos. Nesse quadro panorâmico, destacar-se-iam em acentuado relevo, a primitiva colonização, que logo tomou o aspecto das velhas sesmarias e se transformou depois no contrato de colonia, as relações entre os senhorios, feitos morgados, e os servos da gleba que arroteavam o solo, a accção despótica e quasi discricionária dos donatários a influência exercida neste meio pelos colonizadores continentais e por inúmeros estrangeiros, as expedições à Africa, as antigas emigrações para o Brasil, os elementos de riqueza trazidos pelo fabrico do

açúcar e do vinho, o seu correlativo comercio de exportação, as modificações que todos esses e ainda outros factores teriam produzido nos costumes locais, etc., etc..

Todo esse laborioso estudo aguarda ainda uma robusta inteligência e um investigador consciencioso que, com um notável poder de generalização realize essa desejada obra, aproveitando os elementos fragmentados e dispersos que em varias partes se encontram. As eruditas e valiosas anotações das Saudades da Terra são uma prova incontestável de que o seu talentoso e ilustradíssimo autor tinha sobrejo fôlego e uma segura orientação para tamanho empreendimento, mas o seu modesto intento de simples anotador do trabalho de Gaspar Frutuoso não lhe permitiu legar-nos a obra que, sem esforço e talvez até com grande aprazimento do seu espírito, poderia ter produzido. Pontos há da nossa historia que o Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo trata com o indispensável desenvolvimento e com todo o rigor da critica histórica, havendo outros que deixou apenas esboçados e sem os comentários que o assunto exigia, por estarem fora do plano que traçou e o obrigarem a dar ás notas das Saudades da Terra uma desmarcada latitude. A pesar de tudo, é principalmente nesse valioso e abundante repositorio de noticias e informações, de apreciações e de criticas, de observações e reflexões filosóficas que o futuro autor da historia madeirense encontrará o seu mais copioso tesouro ao pretender elaborar e escrever a sua obra.

Uma dúzia de anos depois de impressas anotações, publicou o Dr. Rodrigues de Azevedo no Diccionario Universal Portuguez Illustrado um desenvolvido artigo sobre a Madeira, que é uma interessantíssima monografia acerca deste arquipélago e que se ocupa embora em resumido quadro, de todos os assuntos que possam porventura interessar ás diversas manifestações da sua actividade desde os tempos primitivos da descoberta. Nele traça magistralmente um notável esboço da historia madeirense, que divide em quatro períodos e que faz preceder das seguintes palavras:

«E isto é emprêsa não fácil, mórmente na parte que respeita à crise desde o descobrimento até á definitiva consolidação deste arquipelago com a metropole; crise solapada e ainda até agora não investigada, crise que, seguramente, se repercutiu depois no arquipélago dos Açores, mais ou menos em todo o nosso ultramar, e cujos efeitos talvez seriam fatalíssimos ao poder colonial de Portugal, se o elemento monarchico não a conjurasse, como bizarramente soube e conseguiu conjurar, auxiliado pelos magistrados jurisconsultos e apoiado no burguez elemento municipal, na lucta em que, desde o continente até ali, se empenhou contra o elemento aristocrático fortemente localizado na ilha da Madeira e, talvez, de princípio, inconsciente instrumento de um intuito pessoal. Mas, além mesmo d'esta parte melindrosa, a historia

madeirense é interessante já quanto à autonomia local, já quanto ás relações com a metrópole e com as demais colónias portuguesas, mormente as da Africa occidental e da América, porque a ilha da Madeira, e, n'esta, a villa, depois cidade, do Funchal foram, por tempos, o centro da outrora importantíssima governação eclesiástica, o ponto principal de todo o movimento náutico e mercantil dos portugueses no Atlântico, avultando primeiramente na exportação de »madeiras de construcção, depois na cultura, fabrico e comercio do assucar, em seguida no dos seus optimos vinhos, por ultimo em ambos estes géneros, além de outros de menos monta, e, finalmente como estação de saúde, em razão do seu bello e afamado clima e pittoresca paizagem, pelo que namorada é de quantos forasteiros a visitam, maxime dos Ingleses, que duas vezes militarmente a ocuparam no primeiro quartel do presente século e a custo a largaram de sua posse, fazendo ainda muitos delles ahi a sua predilecta residência, especialmente na estação invernosa. Em consequênciadas particulares circunstancias acima indicadas, quem queira estudar as instituições e historia do Portugal ultramarino tem de força que ir em grande parte investigal-as nos archivos e historia da Madeira, terra onde Colombo esteve e onde talvez recebeu os primeiros raios de luz que lhe revelou a existencia do novo mundo. É, pois, sem duvida, útil e curiosa esta historia. Junctemos á succinctissima sinthese acima exarada alguns traços mais importantes ou mais característicos do quadro».

Os quatro períodos em que o Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo divide o seu esboço da historia do arquipelago, decorrem: o 1.^º desde o descobrimento até á morte de D. João I, em 1433, o 2.^º desde este ano até á libertação do jugo espanhol, em 1640, o 3.^º estende-se até a implantação do governo constitucional, em 1834, e o 4.^º desde este ano até a actualidade. No artigo Bibliografia dissemos que no artigo Elementos para a Historia madeirense faríamos uma pequena resenha das obras que oferecessem um mais abundante pecúlio de noticias e informações respeitantes á historia deste arquipelago. Nesse artigo tratámos com algum desenvolvimento dos arquivos públicos e mais fontes manuscritas, mas por mero lapso não inserimos uma breve relação das obras impressas, o que faremos neste lugar. Como por vezes temos dito e geralmente todos sabem, são as Saudades da Terra, e sobretudo as suas valiosas e abundantes notas, o mais rico, copioso e seguro repositorio de elementos que possuímos para a historia do nosso arquipelago. Desse trabalho monumental nos ocuparemos na altura competente deste Elucidario. Seguem-se em importância e valor as obras Historia Insulana e o Archivo da Marinha e Ultramar, ás quais já consagrámos neste Elucidario artigos especiais. De importância mais secundaria, mas oferecendo também apreciáveis informações e noticias, podemos fazer menção da Epoch Administrativa (3 vol., 1849, 1850, 1852) e dos outros opúsculos de Servulo de Meneses acerca da administração modelar do governador Silvestre Ribeiro, Breve Noticia sobre a Ilha da Madeira.. . por Paulo Perestrelo da Câmara (1841), Catalogo dos Bispos da

Igreja do Funchal, por D. Antonio Caetano de Sousa (1721), na Colecção dos Documentos e Memórias da Academia Real de Historia Portugueza, tomo 1, As Dezertas e As Selvagens, por A. Artur Sarmento (1903 e 1906), Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes, por Adolfo Loureiro (1910, vol. V), vários opúsculos sobre o contrato de colónia (V. a bibliografia do artigo Contrato de Colonia), Documentos para a Historia das cortes geraes da nação portugueza, pelo barão de São Clemente (1888, vol. V), Constituições Sinodais do Bispo do Funchal (V. artigo Constituições do Bispo), diversas obras sobre o descobrimento deste arquipélago, que vêm citadas a pag. 330, 349, 350 e 906 das Saudades e ás quais devemos acrescentar-Memória sobre a descoberta das ilhas do Porto Santo e Madeira, por E. A. Betencourt (1875), Quando foi descoberta a Madeira?, por Jordão de Freitas (1911) e o Reconhecimento do Arquipelago da Madeira, por Manuel Gregorio Pestana Júnior (1920), alguns opúsculos sobre os morgadios da Madeira e a sua abolição (V. o artigo Instituições Vinculares), vários folhetos acerca da proclamação da Constituição de 1821 neste arquipélago (V. o artigo Constituição de 1821), três opúsculos sobre a corografia madeirense (V. artigo Corografia), Statistica Historico-Geografica das ilhas da Madeira e Porto Santo, por Joaquim Pedro Cardoso Casado Giraldes (Paris, 1815), Ilha da Madeira, por Acursio Garcia Ramos (2 vol., 1879 e 1880), alguns folhetos acerca do proselitismo protestante do Dr. Roberto Kalley (V. o artigo Kalley) e a preciosa colecção de jornais madeirenses pertencente á empresa do Diário de Notícias do Funchal, de que se ocupa o opúsculo Resenha Chronologica do Jornalismo Madeirense (1908). No artigo Madeira do Diccionario Universal Portuguez Illustrado, que consagra algumas páginas á bibliografia madeirense, no artigo Biografia deste Elucidário e em todo o decurso desta obra se faz menção de muitas espécies bibliográficas que interessam à historia do nosso arquipélago.

Seja-nos permitida a satisfação, que não vaidade, de dizer aqui que no longo decurso desta obra também carreámos alguns materiais apreciáveis para a historia do nosso arquipélago. E, tanto maior é essa satisfação, quanto podemos sem contradita afirmar que o fizemos com o mais completo desinteresse, pondo ao dispor deste modesto empreendimento o trabalho de alguns anos de perseverantes e conscientes investigações e pesquisas nos arquivos públicos e particulares, e em muitas dezenas de obras impressas e manuscritas tanto nacionais como estrangeiras. Parece-nos ter deixado suficientemente esclarecidos vários pontos da historia madeirense e concorrido com muitos elementos indispensáveis para aqueles que depois de nós tentarem escrever essa historia, ou, ao menos, forem os continuadores deste nosso desvalioso, mas aturado trabalho.

Historical (An) Account of the Discovery of the Island of Madeira, abridged from the Portuguese Original, to which is added an Account of the Present State of the Island. Londres, 1750, 1 vol.

Historical (An) Sketch of the Island of Madeira, with a coloured view of the Island. Londres, 1819, 1 vol.

History (A) of Madeira, with a series of twenty seven coloured engravings illustrative of the costums, manners and occupations of the Inhabitants of that Island. Londres, 1821. É obra de William Combe (1741-1823).

Hochstetter (Dr. Ferd. von). Geólogo austriaco que visitou a Madeira em Julho de 1857, na qualidade de membro da expedição científica dirigida pelo comodoro Wuellerstorff- -Urbair, comandante da fragata Novara. Mediu a altura do Pico Ruivo e escreveu um folheto intitulado Madeira (Viena, 1861).

Holl (Frederico). Botânico alemão que esteve na Madeira desde Junho a Agosto de 1827. E.: Verzeichniss der auf der Insel Madeira beobachteten Pflanzen (Flora oder Bot. Zeitung, 1830).

Holotúria. Género de equinoderms holoturidos, que compreende um grande numero de espécies. A Holothuria tubulosa, de corpo alongado e mole, é frequente perto da costa, na Madeira. V. Equinodermes.

Homem. Este apelido de família procede: de Garcia Homem de Sousa, que casou com Catarina Gonçalves da Câmara, filha de Zargo; de Francisco Homem de Gouveia, fidalgo da casa de D. Manuel e que viveu no Estreito da Calheta, onde instituiu um morgado em 1529; de Francisco Homem d'El-Rei, que viveu na Calheta, no princípio do século XVI; e de Rui Fernandes Homem, filho natural de Fernão Homem e sobrinho do referido Garcia Homem de Sousa.

Homem em pé. Coluna de lava de cerca de 12 metros de alto, que se ergue isolada nas proximidades da Cumeada Alta, na freguesia de Sant'Ana.

V. Geologia.

Homenagem de Desagravo ao Redemptor do Mundo. Número único de um jornal publicado a 26 de Outubro de 1913 pela Juventude Católica do Funchal, em grande formato e de 24 páginas.

Hooker (William). Na sua obra intitulada *Niger-Flora* encontra-se uma lista de plantas da Madeira, organizada por ele, á qual se segue uma outra do Dr. C. Lemann, relativa também a plantas desta ilha. No volume VI (1847) do *Journal of Botany* foi publicado um artigo de W. Hooker intitulado *Notes on Madeira Plants*.

Hora Oficial. Foi estabelecida pelo decreto n.º 2.922 de 30 de Dezembro de 1916. Em 31 de Janeiro do ano imediato pediu a autoridade militar à Câmara que o Relógio da Sé fosse adiantado uma hora, às 23 horas, sendo atendida esta requisição, mas com a declaração feita pelo presidente o Dr. Fernando Tolentino da Costa, de que não reconhecia em tal medida utilidade alguma para a Madeira.

Hortas (Rua das). Chama-se agora (1921) rua do Alferes Veiga Pestana, em virtude da deliberação tomada pela Câmara em 10 de Abril de 1919, e comunica a rua do Carmo com as avenidas de Pedro José de Ornelas e Elias Garcia, na freguesia de Santa Luzia.

O alferes João Paulo da Veiga Pestana morreu em França, no combate de 9 de Abril de 1918.

Hortelã. Nome vulgar da *Mentha viridis* e da *M. silvestris*, plantas da família das Labiadas, a primeira das quais parece ser indígena. As folhas da *M. viridis* deitadas no leite, dão-lhe um sabor particular. Ambas estas espécies são cultivadas nas hortas madeirenses, sendo porém a *M. silvestris* muito menos comum que a *M. viridis*.

Hortelã de Burro. (*Cedronella triphylla*). Labiada subarbustiva e de cheiro forte e desagradável; folhas com 3 segmentos lanceolados e crenados; corolas grandes, violaceas, nervosas, dilatadas na face. É frequente no Monte, Ribeiro Frio, Camacha, Jardim da Serra, etc..

Hortelã Pimenta (*Mentha aquatica-viridis f. piperita*). Labiada muito aromática e de sabor apimentado, glabra ou quasi glabra, com as folhas lanceoladas ou oblongo-lanceoladas, serradas. É muito cultivada nas hortas, e a infusão das suas folhas é útil nas dores intestinais, nas cólicas e nas tosses espasmódicas. O óleo essencial da hortelã-pimenta é muito caustico.

Hospício da Princesa D. Maria Amélia. Já no artigo consagrado à imperatriz D. Amélia (v. este nome) dissemos que a viúva de D. Pedro IV, acompanhando sua filha a princesa D. Maria Amélia, chegou à Madeira no dia 28 de Agosto de 1852, tendo a princesa falecido nesta cidade a 4 de Fevereiro do ano seguinte. Dois meses depois, a 6 de Maio de 1853, saía a imperatriz desta ilha, acompanhando os restos mortais da saudosa e malograda princesa.

Antes, porém, de abandonar a Madeira dirigiu à rainha D. Maria II, a 13 de Abril de 1853, uma carta em que se encontra o seguinte período: «Desejando deixar nesta ilha, em proveito dos indigentes atacados da cruel enfermidade a que sucumbiu a princesa D. Maria Amélia, Minha Muito Amada e Saudosa Filha, algum vestígio da Nossa Estada na Madeira, que recorde os testemunhos que Ambas recebemos dos seus bons habitantes, ocorreu-me a ideia de estabelecer no Funchal por ora unicamente por modo de ensaio, para mais tarde, segundo me mostrar a experiência, ter a forma de uma fundação pia, um hospício ou casa de caridade, para serem recebidas e tratadas vinte e quatro pessoas pobres e doentes de tísica pulmonar, debaixo da direcção de uma comissão». A esta carta, respondeu a rainha de Portugal com outra carta, donde são extractadas as seguintes palavras: «A tentativa de uma fundação que exprime de um modo tão digno de Vossa Majestade Imperial a ilustrada virtude que a inspira, não podia deixar de provocar as minhas simpatias e merecer a minha plena aprovação, comprazendo-me em assegurar a Vossa Majestade Imperial que me empenharei em prestar-lhe toda a cooperação e auxilio que de mim dependa para se realizar o generoso propósito de Vossa Majestade Imperial».

A imperatriz, querendo realizar sem demora o seu nobilíssimo pensamento, fez arrendar um prédio à rua do Castanheiro, pertencente ao morgado Antonio Caetano Moniz de Aragão, e determinou que ali se instalasse provisoriamente o hospício, cuja abertura teve lugar a 10 de Julho de 1853. Antes de deixar a Madeira, visitou a ilustre fundadora todas as instalações e dependências do novo hospital, dando-lhe por essa ocasião os regulamentos e instruções necessárias para o seu conveniente funcionamento. Foi nomeado seu director clínico o distinto madeirense e abalizado medico Dr. António da Luz Pita, e encarregou uma comissão, composta do cônego Dr. António Joaquim Gonçalves de Andrade, D. Jorge da Câmara Leme, José Phelps, Joaquim Pedro de Castelbranco e Jacinto de Freitas Lomelino, de dirigir a administração do estabelecimento. Tendo o cônego Andrade acompanhado a imperatriz na qualidade de seu capelão e havendo D. Jorge da Câmara Leme pedido escusa de membro daquela comissão, foram indigitados para me substituir Antonio Gonçalves de Almeida e Diogo Guilherme Selby.

Na fundação do novo hospital prestaram os mais relevantes serviços o cônego Gonçalves de Andrade e o Dr. Luz Pita que, depois, como medico do estabelecimento, lhe consagrhou a mais fecunda actividade e um zelo inexcedível, de que é uma prova eloquente o relatório que escreveu acerca do movimento do hospício e das observações clinicas por ele feitas no primeiro ano da sua instalação. Deve aqui fazer-se particular menção do acrisolado serviço prestado pela primeira regente D. Amália Cândida Teixeira, sobretudo no calamitoso período em que a colera-morbus grassou intensamente nesta cidade, pelo que a imperatriz lhe ofereceu um magnífico relógio de ouro, como lembrança do excessivo trabalho dispendido durante a terrível epidemia. Foi esse exgotante trabalho que em extremo lhe depauperou as forças, vindo a falecer no hospício a 23 de Janeiro de 1867.

Queria a imperatriz perpetuar nesta ilha, por maneira mais duradoura, a memória da filha estremecida e ao mesmo tempo exteriorizar mais proficuamente os sentimentos de caridade que nutria pela sorte dos desgraçados feridos pela terrível tísica pulmonar. E, logo a ideia da construção de um edifício apropriado que, pela sua situação, dimensões, amenidade do local e todos os requesitos de conforto, pudesse satisfazer inteiramente ao fim que tinha em vista nasceu no seu espírito, tomou vulto e dentro de pouco tempo passou a ser uma feliz e eloquente realidade.

A Carta de lei de 19 de Julho de 1853 autorizou a fundação do Hospício com as faculdades e privilégios nela consignados podendo para isso fazer-se a aquisição de bens independentemente de toda a licença ou encarte, ter uma administração apenas subordinada à fundadora ou aos seus herdeiros e não ficar na

dependência ou fiscalização de quaisquer estações ou entidades oficiais. O Dr. António da Luz Pita, como procurador e representante da imperatriz, comprou os terrenos águas e benfeitorias destinados à construção do novo estabelecimento hospitalar.

No dia 4 de Fevereiro de 1856 realizou-se o assentamento da pedra angular ou lançamento da primeira pedra do grandioso edifício. O acto, a que presidiu o prelado diocesano, D. Manuel Martins Manso, revestiu uma imponente solenidade e a ela assistiram todas as pessoas mais qualificadas do Funchal e uma grande multidão de povo. O local para a construção e os terrenos adjacentes tinham sido previamente preparados, e já nele se haviam realizado importantes trabalhos para o fim a que se destinavam os projectos e plantas do edifício foram elaborados pelo arquitecto inglês E. B. Lamb, tendo-se-lhe introduzido notáveis modificações indicadas pelo madeirense e distinto engenheiro e arquitecto João de Figueiroa de Freitas e Albuquerque, sob cuja direcção se realizou a construção de toda a obra e à qual prestou os mais apreciáveis serviços.

A construção, por dificuldades insuperáveis, não decorreu com a presteza que desejava a augusta fundadora e só foi dada por concluída seis anos depois de iniciada. Longe teríamos de ir, se quiséssemos fazer uma descrição detalhada do sumptuoso edifício e das suas numerosas dependências. Sem nele encontrarmos grandes primores arquitectónicos, nem traços rigorosos de um estilo bem definido, não tendo também as proporções de um vasto e grandioso palácio, é no entretanto uma construção elegante, cheia de imponência e de majestade embora de linhas severas, para o que muito contribui o basalto negro das suas portas, janelas, cunhais, cimalhas e ornatos, que se destacam na nítida brancura das paredes. É o que em toda a parte se pode chamar um grande e belo edifício, que em nada deslustra a posição social da sua ilustre e virtuosa fundadora.

Entre as dependências do Hospício, destaca-se a capela, pequena, mas elegantíssima, de sóbrios mas primorosos ornatos. Sobranceira ao altar, vê-se uma linda imagem de Nossa Senhora das Dores oferta do infeliz príncipe Fernando Maximiliano, depois imperador do Mexico.

Seria um pormenor interessante saber-se o custo da compra dos terrenos, da construção do edifício, das diversas instalações e do mobiliário mas ignoramos se existem dados seguros a tal respeito ou se a imperatriz ocultaria propositadamente até onde chegou a generosidade do seu coração.

A ilustre fundadora confiou a direcção do Hospício e o tratamento dos doentes ao instituto religioso das

Irmãs de Caridade, fundado por S. Vicente de Paulo e que tinha a sua sede na cidade de Paris. O capelão do estabelecimento seria um sacerdote da Congregação da Missão, também fundada pelo protótipo da caridade cristã. O primeiro capelão, por nome Carlos Francisco Bertrand, e as primeiras Irmãs de Caridade chegaram á Madeira em princípios do 1862. A 4 de Fevereiro deste ano nove anos depois da morte da princesa receberam-se os primeiros doentes, em numero de doze, e iniciou-se o funcionamento do novo estabelecimento hospitalar.

Ao fundo do amplo vestíbulo e entre os dois lanços da escadaria, se encontra uma lápide de mármore preto, contendo a seguinte inscrição, que sintetiza a historia daquela casa de caridade: «hospício da Princesa D. Maria Amélia, Filha de D. Pedro I.", Imperador do Brasil e Rei de Portugal, 4.º do mesmo nome e Duque de Bragança, e de D. Amélia, Imperatriz do Brasil e Duqueza de Bragança. Chegou a esta ilha a 20 de agosto de 1852. Faleceu a 4 de Fevereiro de 1853, tendo de idade 21 anos, 2 meses e três dias. Em memoria de tão amada e chorada Filha, sua saudosa Mãe levantou este edifício para tratamento de pobres, doentes de moléstia do peito. Foi lançada a primeira pedra a 4 de fevereiro de 1856 e acabada a obra no ano de 1859. Entraram os primeiros doentes a 4 de fevereiro de 1862».

O Hospício apenas funcionou alguns meses, tendo cerrado as suas portas por meados de Julho de 1862. As Irmãs de Caridade tinham recebido ordens do governo português para deixar o nosso país, saindo para França a 9 de Junho daquele ano, na fragata de guerra francesa Arenoque, que expressamente as fora buscar ao Tejo. Fizera-se uma excepção para a Madeira, mas M. Etienne, superior geral da congregação, ordenou que as irmãs de Caridade deixassem a direcção do Hospício da Princesa D. Maria Amélia e recolhessem sem demora ao seu país, tendo saído do Funchal a 2 de Agosto de 1862. A imperatriz determinou, então, que se encerrasse provisoriamente, até ulterior resolução, a casa de que fora a fundadora.

Só passados nove anos, em Novembro de 1871, é que o Hospício reabriu as suas portas e, pela segunda vez, nele entram os primeiros doentes. Voltaram as Irmãs de Caridade, que assumiram a direcção dos serviços de administração e de enfermagem, como anteriormente tinham.

Pouco mais de um ano depois da sua abertura, faleceu a 26 de Janeiro de 1873 a imperatriz D. Amélia, a ilustre e generosa fundadora daquele hospital modelar, e a cuja saudosa e santa memória tanto deve a pobreza da nossa terra. Não chegou nunca a visitar a sua grandiosa obra, que tanto ambicionara ver de

perto, nem tão pouco assegurara de uma maneira definitiva a sua existência futura, deixando a sua irmã Josefina, rainha da Suécia, o encargo de assentar em bases sólidas a perpetuidade do monumento que consagrara á memória de sua filha, a princesa D. Maria Amélia.

No testamento da imperatriz lêem-se as seguintes palavras: «Conhecendo a afeição de minha irmã Josefina por mim e tendo-se compreendido sempre os nossos corações, recomendo-lhe instantemente a fundação permanente do pequeno hospital para doentes do peito «Hospicio da Princesa D. Maria Amelia», que fiz construir no Funchal, na ilha da Madeira, para aí perpetuar a memória da minha querida filha, afim de que se vier a morrer antes de concluída a dita fundação, tudo se faça segundo as minhas intenções. A baroneza Carolina de Stengel, minha dama de honor, o Senhor Primislao Sperling, meu secretario, o bom e tão dedicado doutor Barral poderão dar a minha irmã todas as informações que ela desejar a tal respeito; eles conhecem os meus projectos de dotação e de administração para o dito hospital, e o Dr. Barral, pelos seus conhecimentos especiais, será de muito bom conselho».

Tornou-se então a rainha Josefina a desvelada protectora da obra que sua irmã fundara, e foi ela que verdadeiramente assegurou a sua existência futura, acrescentando os fundos e dando-lhe uma mais sólida organização. Foi a 5 de Junho de 1876; poucos dias antes de morrer, que, em disposição testamentaria, determinou a maneira de dar estabilidade à obra e ordenou que por instrumento publico se desse o carácter oficial e definitivo de fundação perpétua ao Hospício da Princesa Dona Maria Amelia. Seu filho, o rei Óscar da Suécia, realizou em 1877 o pensamento daquela rainha, sendo então lavrados vários documentos, que asseguraram a existência do Hospício e regularam a maneira do seu funcionamento. Para isso muito contribuiu, com a sua inteligente e eficaz cooperação, M. Primislao Sperling, antigo secretario da imperatriz D. Amélia.

É interessante e engenhosa a maneira como se organizou a direcção e administração do Hospício. O rei Oscar nomeara em 1877 um conselho composto de três membros, tendo cada um deles por sua vez nomeado um suplente. Por falta ou morte do efectivo é chamado o suplente que logo nomeia o seu substituto. Por falta de tidos, nomeia o representante da rainha Josefina um membro do conselho e a superiora das Irmãs de Caridade outro, e os dois nomeiam o terceiro. Têm sido membros efectivos do conselho de administração o visconde de Aljezuar, que foi camarista da Imperatriz, padre Emilio Eugenio Miel, conselheiro Augusto Maria Quintela Emauz, Bernardino de Barros Gomes, José Franco de Sousa, Dr. Luiz Filipe de Abreu, Vitor Boulard, Marquês de Pombal, conde de Oeiras, José Quintela, Desiré Caulet,

Alfredo Fragues, Dr. Lino Neto e outros. Este conselho tem a sua sede em Lisboa e cumpre-lhe enviar anualmente ao representante da rainha Josefina, ao rei de Portugal, ao imperador do Brasil e á Superiora da congregação das Irmãs de Caridade um relatório da sua administração e do estado financeiro do estabelecimento, estando impressos muitos desses relatórios. Os seus fundos foram constituídos em 1877 por um milhão de francos em títulos de dívida do estado francês, que depois, por indicação do rei Oscar, se converteram em acções de uma companhia dos caminhos de ferro da Suécia. Estes fundos têm aumentado sempre, embora lentamente, porque o crescimento das despesas não permite que esse aumento seja grande. No fim do ano de 1914 tinham atingido o valor de 261:055\$98. Os membros do conselho de administração tem sempre dado provas do maior zelo e do maior desinteresse na direcção dos negócios deste estabelecimento, pelo que são credores das simpatias dos madeirenses, aos quais o mesmo hospital exclusivamente interessa e aproveita.

Por contrato, realizado em Paris, a 20 de Maio de 1877, e em obediência aos desejos da fundadora e da rainha Josefina, entre o conselho de Administração e a Superiora das Irmãs de Caridade, foi entregue a estas a direcção do Hospício, no que diz respeito aos serviços de administração interna, de enfermagem, etc., e ao mesmo conselho dão conta da maneira como dirigem esses serviços.

Os serviços religiosos do hospital ficaram a cargo dos sacerdotes da Congregação da Missão, estando ali, permanentemente, ao menos um eclesiástico que exerce as funções de capelão. Desde a fundação, têm desempenhado este cargo os padres Carlos Francisco Bertrand, em 1862; Francisco Fougeray, 1862 João Baptista Pémartin, 1871; Ernesto Schmitz, 1874; Alberto Docet, 1875; Jorge Luiz Monteiro, 1875; Ernesto Schmitz, 1878; Pedra Varet, 1881; Leão Xavier Prévot, 1892; Pedro Pinto Leitão, 1895; José Maria Garcia, 1897; Vitor Maria Boulard, 1898; Fernando Aliot, 1900; Sebastião Mendes, 1908; José Maria Garcia, 1909; e Henrique Jansen, 1920.

A direcção dos diversos serviços clínicos do Hospício tem quasi sempre sido confiada a um só medico, mas esses serviços já estiveram a cargo de dois, embora por pouco tempo, sendo então um o medico principal e o outro servindo de ajudante. Foi o abalizado medico António da Luz Pita, o primeiro que ali desempenhou funções clínicas, seguindo-se-lhe o Dr. Pedro Júlio Vieira, por pouco tempo, e depois o Dr. César Augusto Mourão Pita, num longo período de algumas dezenas de anos. Por morte deste, em 1907, foi nomeado o Dr. João Francisco de Almada, que é o medico actual. Além do relatório do Dr. Luz Pita, consta-nos que o Dr. Mourão Pita imprimiu alguns relatórios dos serviços clínicos do hospital, mas de que não temos

conhecimento. Todos os anos é enviado ao conselho de administração, pelo medico em exercício, um circunstanciado relatório do movimento hospitalar e do serviço clínico ali desempenhado.

Poucas pessoas ilustres e de distinção têm passado na Madeira que não hajam visitado aquela casa de caridade, estando os livros dos visitantes cheios de nomes de indivíduos de todas as categorias sociais, desde reis e príncipes, de sábios e homens notáveis nas ciências e nas letras, até obscuros marinheiros de navios aportados ao Funchal. O rei D. Carlos e a rainha D. Amélia, o rei Óscar da Suécia e vários príncipes e princesas ali inscreveram os seus nomes e entre os homens de ciência destaca-se o Dr. Jaccoud, uma grande notabilidade medica e especialista em doenças pulmonares, que em breves linhas traçou o mais elevado elogio daquele estabelecimento.

Na sala de visitas, encontram-se duas magníficas telas, representando a imperatriz D. Amelia e sua filha a princesa D. Maria Amelia. Quando o rei Oscar visitou o edifício, notou a falta do retrato da rainha Josefina, sua mãe, mandando-o depois colocar ali, o que simplesmente constituía um acto de inteira justiça.

O numero dos doentes que actualmente se encontram ali é de vinte e quatro, tencionando o conselho de administração aumentar esse numero, ao que tem obstado a pavorosa crise determinada pela guerra. (1921).

A imperatriz concebeu a ideia, que deixou consignada numa das suas disposições, de criar nas vizinhanças do Hospício um orfanato com escolas adjuntas, destinadas a crianças pobres. A irmã superiora daquela casa, madame Rolland, pôde, em Maio de 1878, depois da prévia construção de um edifício que mais tarde se ampliou, realizar o nobre pensamento da fundadora, recebendo então doze crianças. Esse numero aumentou consideravelmente e chegou a contar-se por muitas dezenas, havendo os acontecimentos políticos do nosso país determinado o quasi completo desaparecimento dessa obra, uma das mais notáveis e mais proveitosas que entre nós tem inspirado o espírito da caridade. O funcionamento do orfanato em nada afectava a vida económica do Hospicio, pois que era exclusivamente mantido pela generosidade de muitas pessoas, nacionais e estrangeiras, que viam nele um verdadeiro elemento de regeneração social e um abrigo seguro para tantas desventuradas crianças, que a orfandade lançara na miséria e a muitas no caminho da perdição.

A demasiada latitud dada a este artigo, obriga-nos a omitir outras circunstancias e pormenores, que

porventura poderiam aproveitar á historia deste estabelecimento verdadeiramente modelar, que a nossa terra tem a glória de possuir.

Hospital de Santa Isabel. Vid. Hospital dos Marmeleiros.

Hospital de S. Lazaro. Desconhecemos o ano em que foi estabelecido este hospital, mas tudo leva a crer que a sua instituição remonte aos fins do século XV. Em 25 de Julho de 1512 permitiu-se que a «casa da gaferia se mude a Santa Catarina e Santa Catarina a ella. . . . , resguardando o que compre aos encarregos da dita casa de Santa Catarina », mas, segundo parece, o hospital de São Lazaro continuou no local onde o haviam estabelecido, não voltando a falar-se depois na sua transferência.

Em 1515 resolveu a Câmara do Funchal «que todollos que forem doentes do mall de sam lazaro se baoõ aa casa de s. lazaro..... & que os oficiaes a ruem as ruas & todollos que acharem que sam doentes do dito mall os faram logo yr a sam lazaro ou sayr fora da cidade». Resolveu mais a mesma Câmara que os servidores dos lazarios trouxessem umas tabuletas de madeira, para serem conhecidos, e que os lazarios achados na cidade, depois de lhes haver sido dado destino, fossem açoutados publicamente.

A princípio recebiam os leprosos a quantia de 30 réis diários para a sua alimentação, mas em 26 de Janeiro de 1641 passaram a ter o subsidio de 40 réis pago pela Câmara, subsidio que foi elevado a 80 réis no século XVIII e a 100 réis em 4 de Setembro de 1801.

A 24 de Abril de 1835 resolveu a Câmara fornecer directamente o alimento aos doentes do Hospital de S. Lazaro, devendo o vereador do respectivo pelouro apresentar mensalmente uma conta das despesas feitas com o mesmo alimento, e em 1910 regulavam as dietas dos enfermos por 145 réis diários, resolvendo a Municipalidade em sessão de 17 de Novembro conceder para o dito fim até a importância de 200 réis diários.

Uma provisão régia de 1685 confiou ao Governador Geral a administração dos lazarios, que estivera antes a cargo do bispo, mas pela provisão de 1693 passou a superintendência desses doentes para o juiz de fora,

continuando as despesas com os mesmos a serem feitas pela Câmara do Funchal. Há um antigo diploma determinando que os lazarios «se fossem enviando para a ilha de Maio».

O Dr. Julião Fernandes da Silva, autor da Carta Critica sobre o metodo curativo dos médicos funchalenses, atribuía os casos de elefantíase que desde o século XV se manifestam na ilha, ao uso do peixe salgado, das favas, do vinho azedo e do inhame acrescentando que as moléstias venéreas mal curadas e a supressão das hemorróidas, também podem originar aquela moléstia. Para aquele distinto medico do século XVIII, a elefantíase é contagiosa, devendo portanto haver «clausura para os que padecem a moléstia», mas o Dr. Barral, que escreveu em 1853, diz que embora a mesma moléstia seja hereditária em bastantes casos, nunca pareceu contagiosa na ilha. Muitos médicos modernos consideram a elefantíase moléstia contagiosa, mas conhecemos vários enfermeiros e enfermeiras do extinto hospital de S. Lazaro que, tendo privado durante anos com doentes afectados daquela terrível enfermidade, nunca tiveram nem a mais ligeira erupção cutânea.

«O hospital de S. Lazaro, diz o Dr. Barral, collocado no sítio de Santa Catharina, ao oeste da cidade, é uma pequena e antiga casa destinada a recolher doentes atacados de elefantíase, e sustentada pelo município. Contem vinte e seis doentes pouco mais ou menos, de ambos os sexos e de diferentes idades, e já tem asylado mais de trinta e quatro. Ali acham casa, cama, alimento, assistência de facultativo e remédios. O edifício como objecto de arte, a pesar de ter sido de seu princípio, destinado para este fim, é de péssima e insignificante construcção. É bem ventilado porque sempre é possível ter as janellas, ainda que pequenas, abertas, e reune as principais condições de salubridade. Não encontrámos ali cheiro nenhum infecto, posto que na divisão do sexo feminino os repartimentos e cortinas, que desaprovamos, poderiam muito contribuir para o haver. Os doentes ali asylados recebem uma alimentação suficiente e saudável e alguns remédios palliativos ou outros para combater os symptomas mais incommodos da moléstia, ou de doenças intercurrentes».

Em 5 de Junho de 1912 resolveu a Câmara, por proposta do Dr. Fernando Tolentino da Costa, extinguir o hospital de S. Lazaro, onde só existiam quatro doentes, pertencendo dois ao concelho do Funchal e dois ao da Ponta do Sol, e em 19 de Junho do ano imediato deliberava a mesma Câmara que a Cadeia Civil fosse instalada no edifício do hospital extinto, visto serem bastante onerosas as condições em que o Governo cedia provisoriamente a fortaleza do Pico para a acomodação dos presos.

Em 28 de Dezembro de 1912 procedeu o Presidente da Câmara ao arrolamento de todos os moveis e utensílios existentes em S. Lazaro, mas só em Fevereiro do ano imediato foram os dois leprosos, que a esse tempo estavam ainda no hospital, recolhidos num casebre á travessa do Cascalho, tendo-se pensado antes em remetê-los para o hospital de S. José ou para o da Universidade de Coimbra. As ultimas folhas do hospital de S. Lazaro pagas pela Câmara foram de despesas efectuadas no referido mês de Fevereiro.

Além do subsidio de 10.000 réis mensais concedido pelo Governo, tinha o hospital de S. Lazaro o rendimento de dois legados, sendo um de António Ferreira de Araújo Guimarães da cidade do Porto, e outro do Barão de Castelo de Paiva. Em 1912 a Câmara gastava a quantia de 1:693\$000 réis com aquele estabelecimento, estando incluída nesta verba os ordenados dos empregados, na importância de 693\$600 réis. Há uma provisão do bispo D. João do Nascimento, datada de 16 de Dezembro de 1748, autorizando a criação de uma confraria, com sede na igreja de S. Pedro, destinada a auxiliar a manutenção do hospital de S. Lazaro.

A terra para a igreja nova dos Lazaros foi comprada por 8:000 em 1665, e em 17 de Maio de 1779 ficou concluído um cemitério para enterramento dos doentes que morriam no hospital, visto se ter reconhecido que a mesma igreja não tinha capacidade para dar sepultura a todos eles. A instalação dos presos na cadeia de S. Lazaro teve lugar em 29 de Novembro de 1913, a pesar de só em Fevereiro de 1915 terem sido arrematadas as obras de conclusão do edifício.

Em fins de 1890 e princípios de 1891 aplicou o Dr. Julio Goldschmidt a tuberculina de Koch em vários doentes do hospital de S. Lazaro, mas sem fazer suspender, em nenhum deles, a marcha da moléstia, da qual todos vieram a falecer. Os tuberculosos, em quem pela mesma época foi inoculada a referida tuberculina, também nenhuns resultados satisfatórios tiraram desse método de tratamento.

Nos últimos 30 anos, raras vezes albergou o hospital de S. Lazaro mais de dez leprosos, sendo a maior parte deles naturais dos concelhos da Ponta do Sol e Calheta. A elefantiase dos gregos é a mais frequente na ilha e aqueles que dela sofrem apresentam tubérculos ou ulcerações na cara, mãos, pernas, etc., tem uma respiração difícil e raras vezes atingem a idade de 50 anos, manifestando-se a moléstia quasi sempre entre os 15 e 25 anos. Dos doentes que conhecemos no hospital, quasi todos morreram repentinamente, em virtude da sufocação provocada por edema nos órgãos respiratórios.

Ao assunto deste artigo, oferece particular interesse o livro do Dr. Augusto da Silva Carvalho Historia da Lepra em Portugal, que contém um capítulo acerca do hospital de S. Lazaro do Funchal, o opúsculo do Dr. Julio Goldschmidt La Lèpre, incluindo as demoradas observações clinicas feitas por esse medico no referido hospital, e o Arquivo Historico da Madeira vol I-107 e seguintes, que encerra algumas valiosas notas referentes á sua historia.

No Diário de Noticias, do Funchal, de 12 de Março de 1937, publicou o Dr. Vicente Henriques de Gouveia um desenvolvido artigo epigrafado Haverá alguma relação entre o inhame e a elefantise?, que oferece particular interesse aos que pretendem ter mais amplo conhecimento deste assunto.

Hospital dos Marmeleiros. O Hospital de Santa Isabel, pertença da Santa Casa da Misericórdia do Funchal, que durante 244 anos funcionou no edifício actualmente ocupado pelas instalações da Junta Geral deste distrito autónomo, começou a ser conhecido pelo nome de Hospital dos Marmeleiros desde o ano de 1931, em que os diversos serviços hospitalares passaram a ser desempenhados na nova e ampla casa existente no sítio dos Marmeleiros da freguesia de Nossa Senhora do Monte.

Como mais largamente se dirá no artigo Sanatórios, o governo português fez no ano de 1903 a concessão ao príncipe alemão Frederico Hohenlohe de poder estabelecer na Madeira sanatórios marítimos e de altitude destinados ao tratamento de moléstias pulmonares, mediante a obrigação de neles ser recebido um certo numero de doentes pobres de nacionalidade portuguesa atacados de doenças daquela natureza. Entre esses estabelecimentos contava-se o hospital do sítio dos Marmeleiros, começado a construir em 1905 e particularmente destinado aos indigentes e que por isso se ficou chamando Sanatório dos Pobres. O decreto de 3 de Novembro de 1909 autorizou a rescisão do contrato feito entre o governo português e o príncipe de Hohenlohe, sendo a este arbitrada a indemnização de 4.425 000 marcos acrescidos de 328.541 marcos correspondentes ao juros decorridos.

O edifício dos Marmeleiros cuja construção não ficara de todo concluída, permaneceu ali ao mais completo abandono e exposto a todas as intempéries, até que o governo central no acto mais louvável e mais proveitoso de administração pública, o cedeu à Misericórdia do Funchal, para a instalação do seu hospital pelos decretos de 9 e 29 de Março de 1928, sendo para ali transferidos os primeiros doentes no mês de Novembro de 1930 e os restantes no ano seguinte. Procedeu-se então à inteira conclusão do edifício e á sua

conveniente adaptação àquele fim, sendo, no seu género, uma das primeiras casas hospitalares do país, não só como uma instalação apropriada mas ainda pela maneira como ali se ministram todos os serviços clínicos e de enfermagem.

Para esse fim, foi a Mesa Gerente da Santa Casa autorizada, pelo decreto de 17 de Janeiro de 1930, a contrair um empréstimo de quinhentos contos de réis na Caixa Geral dos Depósitos, dando como garantia a percentagem do adicional de 4% sobre os impostos cobrados na alfândega do Funchal, que foi criado pelo decreto de 28 de Novembro de 1927.

É de inteira justiça deixar aqui consignado que o mais assinalado benefício recebido pela instituição da Santa Casa da Misericórdia do Funchal no longo período de quatro séculos foi o da instalação do seu hospital no edifício do Sanatório dos Marmeiroes e que esse inapreciável e nunca assaz louvado melhoramento se deve principalmente aos diligentes esforços e á dedicação sem limites da Mesa Gerente presidida pelo cônego Manuel Francisco Camacho, no período decorrido de 1930 a 1933.

Eram porém insuficientes as instalações hospitalares para o numero sempre crescente de doentes, impondo-se urgentemente a ampliação do edifício e também a criação de novas receitas para melhorar a situação económica daquela instituição de assistência.

A pesar das instantes diligências das respectivas Mesas Gerentes junto das estações superiores, foi indispensável que o Dr. José Nosolini assumisse o cargo de governador civil deste distrito para se alcançar a realização do grande benefício da construção de algumas novas enfermarias, que pudessem acomodar mais 120 doentes e de três salas de operações, além de outros melhoramentos, verificando-se no dia 10 de Agosto de 1940 a instalação solene desses novos serviços hospitalares.

Vid. Misericórdias.

Hospital Militar. Há mais de um século, quando adoeciam as praças da guarnição militar da Madeira eram recolhidas no Hospital da Santa Casa da Misericórdia desta cidade. Alegando carência de recursos e falta de sala apropriada para manter uma enfermaria destinada especialmente a esse fim, a direcção daquele estabelecimento ponderou, por mais de uma vez, ás estações superiores, a necessidade de um pequeno hospital independente e separado do da Santa Casa e apenas sujeito ás autoridades militares desta então província ultramarina. Por seu lado, os governadores e capitais-generais apoiaram as propostas

da Santa Casa, e insistiram pela criação de uma modesta casa hospitalar.

Não se conhece o ano preciso da sua instalação, mas sabe-se que foi criado no período decorrido de 1820 a 1824. Do mês de Janeiro daquele ano existe um ofício enviado pelo governador e capitão-general Sebastião Xavier Botelho ao governo da metrópole, insistindo por essa criação, e do ano de 1824 há conhecimento de um documento oficial, contendo diversas referências respeitantes ao movimento do novo hospital, que teria sido estabelecido pouco anteriormente ao citado ano de 1824.

Consta que foi primeiramente instalado num prédio urbano situado na rua do Castanheiro, conhecido pelo nome de Casa de D. Guiomar, edifício de certa amplitude mas cuja construção não fora inteiramente concluída e onde não teve uma larga permanência, passando depois a funcionar numa casa «á rua das Mercês, acima da capela do mesmo nome», isto é nas proximidades do actual edifício em que se encontra o estabelecimento de assistência publica denominado Auxilio Maternal.

Uma portaria, datada de 14 de Fevereiro de 1849, autorizou a mudança do hospital para a casa da rua da Rochinha de Baixo com servidão para a rua de São Tiago, onde funcionou até o ano próximo passado de 1938, que era uma propriedade particular e que passara à posse da Fazenda Publica por falta do pagamento das respectivas contribuições.

Aceita definitivamente a ideia do aproveitamento das diversas dependências do antigo hospital militar, como sendo o local mais apropriado para a construção do edifício destinado à instalação do nosso liceu, logo se empregaram as necessárias diligências para a aquisição do velho casarão da rua da Rochinha, que para aquele fim foi cedido á Junta Geral deste distrito pelo decreto de 5 de Setembro de 1936, com a faculdade desta corporação administrativa poder expropriar os terrenos circunjacentes, que se tornassem indispensáveis para essa projectada edificação.

A Direcção Geral da Assistência Publica, por incumbência do Ministério da Guerra, propôs á provedoria da Santa Casa da Misericórdia do Funchal o internamento, no Hospital dos Marmeleiros, das praças e oficiais que carecessem de hospitalização, ao que a Mesa Gerente da mesma Santa Casa prontamente acedeu mediante o cumprimento de certas clausulas, que foram aceitas por aquela Direcção Geral de Assistência Publica.

Nos meses de Setembro e Outubro de 1938, em virtude da correspondência oficial trocada entre o Comando Militar da Madeira e a Mesa Gerente da Santa Casa da Misericórdia, ficaram definitivamente assentes as condições da admissão de doentes da guarnição militar desta ilha no Hospital dos Marmeleiros, tendo os primeiros doentes dado ali entrada no dia 22 de Novembro daquele ano.

Hospital Velho (Rua do). Estende-se da praça dos Lavradores até entestar com o limite sul da rua da Rochinha e com a travessa do Arcipreste. É das mais antigas ruas do Funchal e teve em outros tempos o nome de Diogo Afonso. A sua denominação provém de nela ter permanecido durante longos anos o hospital de Santa Isabel, anteriormente à sua instalação no edifício onde actualmente se encontra. Também teve depois o nome de rua de Santo António, que ainda hoje para muitos conserva, por ali se haver construído uma capela daquela invocação, cujas ruínas se encontram no lado sul da mesma rua. Contígua ao hospital ficava a antiga igreja paroquial da freguesia de Santa Maria Maior.

Hughes (T. M.). Poeta inglês que visitou a Madeira em 1845, e autor da Ocean Flower, poema em dez cantos, precedido de um resumido estudo histórico e descritivo sobre a ilha e de um esboço de literatura portuguesa.

O poeta Hughes é um dos poucos ingleses que consideram a historia de Machim e Ana de Arfet como pura invenção, «provavelmente originada das íntimas relações entre Portugal e a Inglaterra.. «Bem quizera eu, diz o poeta, não devassar a tocante ficção (de Machim); poucas fabulas ha tão poéticas como essa legenda de que ora trato: porém, mau grado meu, só lhe acho a frágil base da vaga tradição; tal que, demorando-me com acuradas investigações por três dias em Machico, não alcancei envergar ali o mínimo vestígio confirmativo da realidade do caso».

I

Eça (João Fogaça de). Sob o jugo castelhano foi governador geral da Madeira João Fogaça de Eça, cuja nomeação data de 14 de Agosto de 1603.

Iceria (*Icerya Purchasi*). Insecto da ordem dos hemipteros, assinalado pela primeira vez no Funchal há cerca de 40 anos e que já foi encontrado também em S. Vicente e noutras localidades da ilha. Vive em muitas espécies florestais e frutíferas, assim como em varias plantas de jardim.

A *Vedalia cardinalis* muito semelhante ao pequeno insecto conhecido na Madeira pela denominação de rã-rã, é o pior inimigo da iceria, convindo portanto distribui-la pelas árvores atacadas por este hemiptero. A *Vedalia* faz a postura dentro do saco dos ovos da iceria, servindo as larvas desta de alimento ás daquela, á medida que vão aparecendo.

Cada fêmea da iceria pode pôr 1000 ovos ou mesmo mais, os quais ficam dentro dum saco de matéria cerosa segregada por ela e deposita em filamentos juxtapostos lateralmente.

Ideia (A). Saíram quatro números deste periódico, de 11 a 30 de Novembro de 1902.

Ielinek. Escreveu, de colaboração com o Barão de Castelo de Paiva, o trabalho seguinte: *Reise S. Magestat Fregate «Novara» um die Erde (Botanischer Theil I. Wien)*.

Vid. Novara.

Igreja. Neste sítio da freguesia de Nossa Senhora do Monte encontram-se a igreja paroquial deste orago, onde se acha sepultado o imperador Carlos da Áustria falecido na quinta do Monte a 1 de Abril de 1922, e a capela de Nossa Senhora da Conceição, fundada há poucos anos pelo capitão José Sotero da Silva e hoje propriedade de José de Freitas Belmonte.

Igreja. Vid. Achada, I-II.

Igreja. Em o sítio deste nome da freguesia da Quinta Grande, na quinta do Pombal, encontra-se a capela de Santo António, mandada edificar pelo padre António Silvino Gonçalves de Andrade no ano de 1884, de que é actual proprietário o Dr. João Francisco de Almada.

Igreja Velha. Na freguesia de São Roque do Funchal acha-se um sítio deste nome e até existiu uma antiga capela dedicada a S. Roque, que serviu de igreja paroquial desde 1579 a 1790, ano em que se desmoronou, encontrando-se já então em adiantado estado de ruína.

Igrejas Inglesas. O terreno onde está a igreja anglicana da rua da Bela Vista foi comprado pela Feitoria Inglesa em 1810, por 5.435 dólares. Alguns anos mais tarde adquiriu a mesma Feitoria por 840 dólares, um outro terreno situado na mesma rua e contíguo àquele. A igreja ficou concluída em Março de 1822, tendo custado 40:000 dollars, importância esta que foi obtida por meio de subscrições e pela contribuição voluntária de 2 xelins e 6 dinheiros por cada pipa de vinho exportada pelos negociantes ingleses.

Em 1848 estabeleceu-se na rua dos Aranhas uma outra igreja anglicana, da qual foi capelão o botânico Ricardo Tomás Lowe. Divergências havidas por questões religiosas entre os súbditos ingleses residentes na Madeira, deram lugar à abertura daquela igreja, onde durante 33 anos houve serviço religioso. A igreja escocesa, aberta em 1842 numa casa á travessa do Surdo, tem hoje edifício seu na rua do Conselheiro, junto do Jardim Municipal.

Igrejinha (Rua da) Tinha por limites o largo do Colégio e a rua das Pretas. Na extremidade dela, no sítio onde está hoje o largo da Igrejinha, ficava a capela de Nossa Senhora da Piedade, ou, como vulgarmente se dizia, a Igrejinha fundada em 1613 por Domingos Rodrigues Garcez e demolida pela Câmara em 1836.

Ilha. Sítio povoado da freguesia de S. Jorge. Houve ali uma pequena capela da invocação de N^a. S^a. da Piedade, construída no ultimo quartel do século XVIII pelo padre Matias Jorge Jardim. Fazia este sítio parte de um morgadio instituído por Jorge Pinto, em 1559, de que foi ultimo administrador o açoreano Laureano da Câmara Falcão, chamado o morgado da Ilha, que há algumas dezenas de anos vendeu estas terras aos respectivos caseiros. O nome dado a este sítio provém da circunstancia de ser rodeado pela ribeira que, bifurcando-se, se torna a ajuntar-se num mesmo ponto.

Ilha da Madeira. Deu quatro números este periódico, sendo o primeiro a 7 de Setembro e o ultimo a 3 de Outubro de 1878.

Ilhéu. É entre nós conhecido por este nome o ilhéu que fica situado no extremo e a oeste do porto do Funchal e que hoje (1921) constitui um dos limites do molhe ou porto de abrigo da Pontinha. Nele se achava a pequena fortaleza de Nossa Senhora da Conceição do ilhéu, um farol de luz vermelha, ele indicava a entrada do porto, e um posto semafórico. Tem sido reproduzido pela gravura em inúmeras obras nacionais e estrangeiras, em muitas revistas, em bilhetes postais, etc., e também figura frequentemente como

composição nos embutidos madeirenses, em caixas de costura e outros produtos de marcenaria local.

Referindo-se á primeira exploração através da costa marítima, feita pelos descobridores, diz Gaspar Frutuoso: «no cabo do qual (o vale do Funchal) estão dous ilhéus, onde se foram abrigar por ser já tarde». Os dois ilhéus eram o que actualmente se chama Ilhéu embora hoje ligado á terra por meio do molhe, e o que deixou de ter esse nome quando se construiu o pequeno forte de S. João da Pontinha, nos fins do século XVIII, e que desde então ficou também em ligação com a terra. Quem conhece o local, sabe que os dois pequenos ilhéus se encontravam a curta distancia um do outro.

Francisco Manuel de Melo nas suas *Epanaphoras de Varia Historia Portuguesa*, em que se ocupa da suposta historia de Machim, faz umas erróneas referências a estes ilhéus, ás quais o ilustre anotador das Saudades contrapõe as seguintes palavras:

«Corre parelhas com esta a não menor ficção, no seu tanto, de que Zargo «tomou água e lenha» nos dois ilhéus, que, no dizer pittresco de Melo, são os guardaventos do porto do Funchal. Desses dois ilhéus, o mais ao mar, é ainda agora insulado nas águas como dantes (era em 1873), pelo qual conserva o nome Ilheo; o outro desde muitos tempos ligado ao litoral da ilha por fortes paredões, tem, por isso, a denominação de Pontinha: ambos são escalvados penhascos, açoitados e varridos pelas vagas nas levadias e tempestades do quadrante do sul, infelizmente não raras nesta paragem; ambos, por isso, só teem a vegetação do limo e musgo marítimos; ambos são sem nascente alguma de água potável; ambos, inabaláveis testemunhas a deporem com a sua eterna nudez contra a afirmativa de terem eles dado água e lenha a Zargo e seus companheiros».

Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição do Ilhéu foi construída por meados do século XVII (V. *Fortificações*) e a respectiva capela foi mandada edificar por alvará régio de 9 de Novembro de 1682, tendo seu capelão privativo. V. *Nossa Senhora da Conceição do Ilhéu (Capela de)*.

O farolim do ilhéu começou a funcionar a 18 de Maio de 1866 (V. *Faróis*).

Em 1890 ficou o ilhéu definitivamente ligado ao litoral por meio de um quebra-mar que une aqueles dois pontos e que constitui a parte mais considerável do molhe da Pontinha.

Ilhéu Chão. Tem 1,852 metros de comprido por 617 na maior largura, e é assim chamado, por ser plano no alto. É desabitado, como as outras duas Desertas, e o seu ponto mais elevado está a 98 metros acima do nível do mar. Está separado da Ponta de S. Lourenço por um canal de pouco mais de vinte quilómetros de largo, pelo qual navegam navios de todo o lote.

O *Lolium Loweii*, graminea peculiar do arquipelago, só tem sido achado, até o presente, no Ilhéu Chão.

As três Desertas «todas são morgado dos Capitães da Jurisdição do Funchal, diz Frutuoso, por onde se pode colegir deverse a eles a glória deste descobrimento; pois, com estas ilhas jazerem defronte de Machico, e muito perto delle em comparação do Funchal, todavia nunca os capitães de Machico tiveram jurisdição, posse ou propriedade nellas, que todas são dos Capitães do Funchal: pela qual rasão, seus descendentes se intitulão senhores dellas, como já tenho dito».

Vid. *Chão (Ilhéu)*, 1-269 e *Deserta Grande e Desertas*, 1-356 e 357.

Ilhéu de Baixo. Vid. Baixo (Ilhéu de), I-116.

Ilhéu de Cima. Vid. Cima (Ilhéu de), 1-272.

Ilhéu de Fora. Vid. Fora (Ilhéu de), II-42.

Ilhéus. Os principais ilhéus adjacentes ao litoral da Madeira são, na costa meridional: Agostinho, Desembarcadouros e de Fora (Ponta de S. Lourenço), Santa Catarina (Santa Cruz), Ilhéu (baía do Funchal), Gorgulho e Praia (São Martinho), Campanário ou Lapa (Campanário), Guincho, (Ponta do Pargo); e na costa setentrional os do Porto do Moniz chamados Mole e Negro (Porto do Moniz), os da Ribeira da Janela (Ribeira da Janela), os do Seixal, conhecidos pelos nomes de Ceroulas e Guincho, (Seixal), os da Boaventura ou Preto e Vermelho (Boaventura). São Jorge (São Jorge), Rocha do Navio (Sant'ana), os do Faial, sendo o principal o do Faial (Faial), e Porto da Cruz (Porto da Cruz). Vid. estes nomes.

Os principais ilhéus, que, a não grande distancia da costa, rodeiam a ilha do Porto Santo são estes: o das

Cenouras, o de Baixo ou da Cal, o de Cima ou dos Dragoeiros e hoje chamado também do Farol, o de Fora ou Rocha do Nordeste, o da Fonte ou Fonte da Areia e o de Ferro (V. cada um destes nomes).

No grupo das Desertas encontra-se o ilhéu do Furilhão ou Prego do Mar (V. estes nomes), também conhecido pelo nome de ilhéu do Navio.

Iluminação Pública. Quem, há pouco mais de noventa anos percorresse, pela noite, as ruas do Funchal, encontrava-as envolvidas em completa escuridão. De longe em longe, um traço de luz coado pelas vidraças das habitações ou uma lanterna guiando algum transeunte noctívago, vinham quebrar momentaneamente as trevas em que a cidade se achava sepultada.

O benemérito conselheiro José Silvestre Ribeiro tomou posse do cargo de governador civil a 7 de Outubro de 1846 e logo a 23 do mesmo mês mandou colocar alguns candeeiros, embora poucos, nos pontos mais centrais da cidade. Estava iniciado o grande melhoramento da iluminação publica do Funchal.

Os particulares vieram em auxilio da iniciativa do ilustre governador, e algumas das pessoas mais abastadas fizeram também colocar candeeiros nos prédios que habitavam. Em Dezembro daquele ano já a cidade contava algumas dezenas de focos de iluminação publica. Só mais tarde, á força de instâncias de Silvestre Ribeiro, é que a Câmara Municipal tomou a deliberação de alargar a área da iluminação e tomar a si os encargos daquele importante serviço. O mesmo governador comunicava ao governo central, a 22 de Agosto de 1849, que esta cidade se achava iluminada com 70 candeeiros, esperando que esse numero fosse gradualmente aumentado.

A iluminação foi alimentada a azeite até o ano de 1870, passando pouco depois a ser a petróleo até a instalação da luz eléctrica.

Da extremidade de umas hastes de ferro horizontais, de pouco mais de um metro de comprimento, pendiam os candeeiros, sendo os mais antigos amarrados a uma corrente, que, ao longo da haste e da parede, se vinha prender numa fechadura que era aberta para fazer subir ou descer o deposito do combustível e assim proceder-se á sua limpeza e também acender-se ou apagar-se o candeeiro. Depois passaram a estar fixos na

extremidade de varas de ferro, sendo preciso o auxilio de escadas para todo o serviço de iluminação.

Silvestre Ribeiro ainda fez varias tentativas para iluminar a cidade a gás, mas resultaram inúteis os seus esforços e diligências. Na sessão camarária de 14 de Julho de 1858 tomaram-se nesse sentido algumas deliberações, que não foram coroadas de melhor êxito. Chegou a abrir-se um concurso, cujas bases foram publicadas num opúsculo, mas sem resultado algum apreciável.

A 4 de Janeiro de 1884 a Câmara do Funchal fez um contrato com o engenheiro Eduardo Augusto Kopke para a iluminação do Funchal a gás, podendo ser substituída pela luz eléctrica, contrato que não chegou a ter execução.

A 22 de Maio de 1895 realizou-se novo contrato entre o mesmo engenheiro e a Câmara Municipal desta cidade para a iluminação a luz eléctrica, que ainda está em vigor, e em 20 de Abril de 1896 transferiu A. Kopke para «The Madeira Electric Lighting Company Limited», a concessão que lhe havia sido feita, tendo esta transferência sido autorizada pela Camara, em sessão de 25 de Maio de 1896.

A inauguração da luz eléctrica na cidade do Funchal teve logar em 19 de Maio de 1897, e em 28 de Dezembro do ano imediato funcionavam já as 500 lâmpadas e os 8 arcos voltaicos mencionados no artigo 4.^º do contrato, tendo esta ultima data sido considerada como termo do prazo de 24 meses fixado á mesma companhia para a instalação das luzes destinadas á iluminação publica.

Em 5 de Janeiro de 1899 aprovou a Câmara Municipal uma proposta para ser elevado de 500 a 701 o numero de lâmpadas da iluminação publica, existindo presentemente em toda a cidade e subúrbios 14 arcos voltaicos e 1400 lâmpadas, e estendendo-se a mesma iluminação até o Lazareto, quinta Reid, no Caminho do Meio, Conceição, em S. Roque, Quinta do Leme, em Santo António, Nazaré em São Martinho, e Confeiteira, no Monte.

Em 1821 tentou a Câmara Municipal do Funchal estabelecer a iluminação publica na cidade, tendo resolvido em sessão de 26 de Fevereiro «fazer colocar 1, 2 ou 3 lanternas em cada rua, e devendo os moradores concorrer alternadamente com as despesas para a mesma iluminação».

Em fins de Fevereiro de 1821 apareceram iluminadas algumas ruas da cidade, mas este melhoramento teve curta duração, a pesar da sua utilidade.

Imaculado Coração de Maria (*Capela do*). Em 1918 se começou a construir uma capela desta invocação no sítio da Fajã do Penedo, da freguesia da Boaventura, devido á iniciativa e aturados esforços de D. Maria Margarida dos Anjos Ribeiro, que reside no mesmo sítio. Foi solenemente benzida e com notável brilho, a 23 de Agosto de 1919, pelo prelado diocesano D. António Manuel Pereira Ribeiro.

Imparcial (o). Começou este jornal a publicar-se a 14 de Abril de 1840 e suspendeu a 20 de Junho de 1846, tendo saído 300 números.

Com o mesmo título se publicou outro jornal, que deu 40 números, desde 8 de Julho a 21 de Novembro de 1889.

Saiu um jornal com igual título a 3 de Dezembro de 1916, dando porém poucos números.

Imperador. V. Castanheta do alto.

Importações e Exportações. A ilha da Madeira importa cereais, tecidos de lã, linho e algodão, azeite, petróleo, sal, enxofre, géneros de mercearia e de botequim, aduela, adubos químicos, louças, vidros, tabaco, material mecânico, obra de cutelaria, etc., e exporta vinho, açúcar, bordados, obra de verga, manteiga, ovos, cebolas, frutos, etc.. Reexporta carvão de pedra.

Os valores das importações, exportações e reexportações pela Alfândega do Funchal, no ano de 1908, foram respectivamente de 2.012:000\$00, 750:000\$00 e 1.215:000\$00.

Uma verba importante que figura nas importações, é a do carvão de pedra, produto este destinado especialmente ao abastecimento dos navios a vapor que frequentam o nosso porto. No referido ano de 1908 importaram-se 167.682.031 toneladas de carvão e reexportaram-se 150.617.881.

V. Alfândegas.

Imprensa. (A). Publicaram-se trinta e sete números deste jornal, desde 24 de Julho de 1862 a 29 de Novembro de 1863. Foi seu redactor Alípio Augusto Ferreira.

Imprensa Livre. (A). Deu noventa e um números, tendo saído o primeiro a 29 de Agosto de 1868 e o ultimo a 24 de Dezembro de 1870. Foi seu redactor o Dr. José Leite Monteiro.

Incêndios (Extinção de). O serviço municipal da extinção de incêndios na cidade foi iniciado em 1837, tendo a Câmara dispendido com a aquisição de uma bomba mandada vir de Londres por intermédio da casa de João de Oliveira & C.^a, a quantia de 460\$000 réis.

Antes de 1837, eram as bombas pertencentes a alguns particulares, que se empregavam na extinção dos incêndios, tendo os condutores das mesmas sido isentos de servir na guarda nacional, a fim de se poder contar com o seu auxílio nas ocasiões precisas.

O serviço da extinção de incêndios só em 1889 é que principiou a ser bem desempenhado, devido à criação da Companhia de Bombeiros Voluntários do Funchal. Antes disso, cometiam-se os maiores desatinos em ocasiões de incêndios, chegando-se a lançar espelhos e loiças das janelas dos prédios atingidos pelo fogo, para obstar a que este os destruísse!

Em Agosto de 1878, por ocasião dum incêndio que se manifestou num prédio á rua da Alfândega, onde estavam instaladas a padaria e a confeitoria do inglês Payne, foram tantos os vidros e loiças atirados á rua, que houve quem supusesse terem os prejuízos causados pelo homem, no mesmo prédio, sido mais avultados do que os causados pelo fogo.

No fim do volume ou em suplemento a esta obra, daremos uma notícia mais circunstanciada acerca dos

melhoramentos introduzidos no serviço dos incêndios e em especial nos havemos de referir às corporações de Bombeiros Voluntários e Municipais, que nesta cidade se têm organizado para esse fim.

Incêndios nas Matas. Dos muitos incêndios que tem havido nas matas da ilha da Madeira, os mais importantes são incontestavelmente os dois de que fazemos aqui menção:

Incêndio no tempo de Zargo. O incêndio das matas da Madeira no tempo de Zargo, o primeiro donatário do Funchal, é um acontecimento a que se referem João de Barros, Frutuoso, Antonio Cordeiro, Manuel Tomás e outros autores, e que também foi perpetuado pela tradição. Refere Ferdinand Denis que um antigo viajante francês conheceu um velho marinheiro a quem uma testemunha ocular contara o incêndio da ilha da Madeira, e segundo o erudito anotador das Saudades da Terra, no Arquivo da Torre do Tombo, *Livro das Ilhas*, folhas 84, está a pública-forma de um breve apostolico do Pontífice Paulo II, com data de 1469, em que manifestamente se alude ao mesmo incêndio.

Gaspar Frutuoso, o historiador das ilhas, dá conta nos termos seguintes, do incêndio no sertão da Madeira: «Daqui acordou o capitam (João Gonçalves Zargo), vendo que se não podia com o trabalho dos homens desfazer tanto arvoredo que estava nesta ilha desde o princípio do mundo ou da feitura della, e para o consumir, e se lavrarem as terras e aproveitar-se dellas era necessário por-lhe o fogo; e como quer que, com o muito arvoredo e pela muita antiguidade, estava delle derribado pelo chão, e delle seco em pee, apegou o fogo de maneira neste valle do Funchal, que era tão bravo que, quando ventava de sobre a terra, não se podia soffrer a chama e quentura delle, e muitas vezes se acolhia a gente aos ilhéus e aos navios até o tempo se mudar; e, por ser o valle muito espesso assi de muito funcho, como de arvoredo, atiou-se de maneira o fogo, que andou sete anos apegado pelas árvores, e troncos e raizes debaixo do chão, que se não podia apagar, e fez grande destruição na madeira assi no Funchal, como em o mais da ilha ao longo do mar na costa da banda do sul, onde se determinou roçar e aproveitar».

D. Francisco Manuel de Melo, referindo-se ao incendio da Madeira, diz na Epanaphora III o seguinte: «He força que duvide do incêndio que (Barros) affirma durou sete anos por toda a ilha. Ao que, parece, implicão os bosques que sempre nella permanecerão, dos quaes ha tantos anos, se cortão madeiras, para fabrica de assucares: de que dizem chegou a haver na Ilha, cento & cincuenta ingenhos; que mal poderião continuamente sustentarse, depois de hum incêndio tão universal, & menos produzir-se depois delle: mas

fique sempre salvo o credito de tal Autor».

Os argumentos de Melo têm um certo valor para mostrar que o incêndio da Madeira nem durou sete anos, nem se estendeu a todos os pontos da ilha, havendo ainda a acrescentar que se ele tivesse sido geral, como pretendem alguns escritores, não poderia Cadamosto, que também se refere ao sinistro, dizer em 1455 (?) que o nosso país produzia madeiras muito apreciadas, entre as quais sobressaíam o cedro e o teixo. É ainda de advertir que para o fogo durar sete anos consecutivos em matas constituídas especialmente por essências folhosas seria preciso que durante esse longo espaço de tempo não caíssem na ilha nenhum desses violentos aguaceiros que, ainda hoje, a pesar das chuvas serem muito menos abundantes do que outrora, inundam os vales do interior e dão origem a torrentes que se despenham em catadupas do alto das serras.

Não padece dúvida que muitas matas do vale do Funchal e de outros pontos da costa sul da ilha foram destruídas pelo fogo, mandado lançar imprudentemente por João Gonçalves Zargo para o fim de arrotear as terras, mas admitir que esse fogo, ateando-se rapidamente e saltando de arvore em arvore, chegou a atingir toda a ilha, parece-nos fantasia própria da imaginação opulenta de Manuel Tomás e de outros antigos escritores. Do trecho das Saudades da Terra que deixámos transcrito, não se depreende que o incendio fosse geral, e João de Barros, o primeiro historiador que noticiou o sinistro, circunscreve-o á parte da ilha da Madeira «onde se ora chama Funchal», acrescentando, porém, «que o fogo tomou posse da roça & do mais aruoredo, que sete anos andou viuo no brauio daquellas grandes matas que a natureza tinha criado auia tantas centenas de anos».

Diz o Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo que tendo sido a parte sul da ilha «precisamente a cultivada e habitada logo depois do descobrimento, é possível, não só que ahi fossem pouco a pouco roteados os terrenos por meio de incendio das matas virgens, sistema que ainda hoje, por falta de braços, por outras rasões agricolas e economicas, e por necessidade de momento, se emprega nos sertões americanos, mas tambem que a estes roteamentos pelo fogo se fosse recorrendo nos septe primeiros annos, sem que disso poucos tempos depois se achassem resquicios. O sul da ilha da Madeira foi o primeiro explorado e habitado, e é a zona mais productiva. Curto periodo fôra preciso para que o trabalho do homem ahi extinguisse os signais de devastação. E limitado o incendio a uma parte da ilha somente, os argumentos em contrario perdem a força. Mello mesmo duvida não tanto do incendio, quanto de que este fosse tão universal».

Reduzido o sinistro ás proporções que lhe atribue o dr. Azevedo, não há motivo para que deixemos de

aceitá-lo como verdade historica, tanto mais que, como diz o mesmo escritor, ele se acha autenticado pela clara alusão do Breve Apostolico, que é quasi contemporaneo. Foi um êrro, não resta duvida, mandar lançar fogo aos arvoredos, em vez de os decepar a machado, mas desse erro não resultou felizmente o completo aniquilamento das mesmas matas, como já atrás se viu.

O incêndio fez crescer a fertilidade do solo madeirense, que era ainda maravilhosa ao tempo em que Cadamosto visitou esta ilha, mas não mereceu a aprovação do infante D. Henrique, que nos primeiros tempos da povoação tirava, segundo parece, das madeiras que eram levadas para Portugal, um rendimento considerável.

Refere Frutuoso que na ilha havia tanta quantidade de madeira tão fermeira e rija, que levavam para muitas partes copia de taboas, traves, mastros, que tudo se serrava com engenhos ou serras d'agua, dos quaes ainda hoje ha muitos da banda do norte da mesma ilha: e neste tempo, pela muita madeira que dahi levavam para o Reyno, se começara com ella a fazer navios de gavea e castello d'avante, porque dantes não os havia no Reyno, nem tinham para onde navegar, nem havia mais navios que caravellas do Algarve, e barineis em Lisboa e no Porto».

Azurara, tratando das vantagens que resultaram dos descobrimentos devidos á iniciativa do infante D. Henrique, menciona «as grandes alturas das casas que se vão ao ceo, que se fizeram e fazem com a madeira daquellas partes». Ao que o visconde de Santarém acrescenta a seguinte nota, que é transcrita por Pinheiro Chagas na sua *Historia de Portugal*:

«Esta interessante particularidade indica que a Madeira transportada a Portugal das ilhas novamente descobertas pelo infante D. Henrique, principalmente da ilha da Madeira, fôra em tanta quantidade, que a sua abundancia fizera mudar o sistema de construcção dos predios urbanos, augmentando os andares, elevando assim as casas, substituindo-o por esta sorte ao romano e arabe, que até então provavelmente se usara. Esta probabilidade adquire maior peso á vista do sistema de illuminação de Lisboa, ordenado por el-rei D. Fernando, como consta duns documentos do cartorio da camara de Lisboa».

Azurara, extremamente laconico em tudo quanto diz respeito ás ilhas, nada diz na Chronica do Descobrimento da Guiné acerca do incêndio da Madeira, mas do que ele aponta sobre a altura das casas, pode deduzir-se que por mais duradouro e extenso que fosse o mesmo incêndio, ficou ainda o arvoredo

suficiente para a ilha poder exportar grande copia de madeiras para Portugal.

Incêndio em 1919. Depois do incêndio das matas da Madeira, ocorrido durante a vida de Gonçalves Zargo, o que maiores proporções atingiu e mais danos causou é incontestavelmente o do mês de Agosto de 1919, ateado por mãos criminosas. Durante oito dias se trabalhou vigorosamente na extinção do referido incêndio, que tendo principiado no dia 21, na parte ocidental da Madeira, se alastrou depois rapidamente a outras localidades da ilha mas o vento extraordinariamente seco e quente, a que os naturais chamam leste e que soprou com desusada violência desde o referido dia até 27 de Agosto, veio inutilizar muitas vezes os esforços daqueles que, com a maior coragem e dedicação, procuravam, sob uma atmosfera de fogo, obstar ao avanço do terrível elemento destruidor. Por varias vezes se receou que os incêndios atingissem os povoados, alguns dos quais, como é sabido, ficam situados perto da região média da ilha, mas felizmente pôde isso ser evitado, a pesar do vento ter contrariado bastante os trabalhos tendentes a localizar as devastações do fogo. Na região alta, alguns pequenos prédios foram devorados pelas chamas, e desapareceram muitos gados e ficaram inutilizadas muitas culturas, mas não se registaram desastres pessoais importantes, embora alguns indivíduos se ferissem ligeiramente nos trabalhos da extinção dos incêndios. Nos dias 28 e 29 de Agosto caíram algumas chuvas nas serras, que bastante concorreram para extinguir totalmente os incêndios que nos dias anteriores haviam aniquilado muitas das nossas mais belas matas, causando em toda a ilha prejuízos superiores a 2:000 contos.

No concelho do Porto do Moniz sofreram bastante as matas da parte da Ribeira da Janela e do Fanal; no de S. Vicente, as da beira do Paul, da Lombada das Vacas, do Lombo da Palha e da serra da Ponta Delgada; no de Sant'Ana, as do Arco de S. Jorge e do Faial; no de Machico, as do Pico da Suna e dos Lamaceiros; no do Funchal, as de S. Roque e do Monte; no de Câmara de Lobos, as do Ribeiro Garcia e Fontainhas; no da Ribeira Brava, as da Serra de Água; e no da Calheta, as da Lombada Gorda, da Ribeira dos Moinhos, do Rabaçal e da beira do Paul da Serra.

No Rabaçal, nesse sítio que os viajantes percorrem com entusiasmo, pelas soberbas paisagens que dele se disfrutam, os prejuízos não foram gerais, e as casas nada sofreram, devido ao esforço e dedicação empregados para salvá-las. No Monte e em S. Roque o incêndio tomou proporções verdadeiramente assustadoras, abrangendo uma área de alguns quilómetros e ameaçando destruir um grande numero de habitações, e na Bica da Cana, no Paul da Serra, ficaram muito danificadas as plantações mandadas fazer aí pela Junta Agrícola.

Na grave conjuntura que a ilha atravessou, prestaram bons serviços o Governador Civil, general Simões Soares, o Comandante Militar, coronel Veiga, o Regente Silvícola Schiappa de Azevedo, o pessoal florestal e varias forças de infantaria 27, tendo todos dentro dos limites das suas atribuições, trabalhado com perseverança e empregado os meios possíveis para a localização e extinção dos incêndios. No que houve pouco zelo e energia foi em procurar os incendiários e entrega-los ao poder judicial, a fim de serem castigados sem contemplação, sendo a benevolência com que sempre têm sido tratados os inimigos das nossas matas, a principal causa do desnudamento das montanhas e da ilha ter sofrido por diferentes vezes os estragos causados pelas torrentes e aluviões.

Incenso. V. Árvore do Incenso.

Inclinação Magnética. Foi medida por A. P. de Azevedo e Soulier de Sauve, a 25 de Abril de 1839, e pelo mesmo A. P. de Azevedo e os oficiais do Rattermaker, a 20 de Dezembro de 1846. As primeiras observações feitas na Praça Académica com a bússola de Gambey, acusaram a inclinação de $59^{\circ} 30'$; as segundas, feitas no adro do Colégio com o «Fox's Dipping» e o «Intensity Instrument», deram a inclinação de $60^{\circ} 40'$.

Em 4 de Fevereiro de 1872 e 17 de Julho de 1873, acharam os oficiais da Challenger, respectivamente, a inclinação $56^{\circ} 14' 1$ N. e $55^{\circ} 12' 5$ N.. Mais recentemente, achou o distinto meteorologista açoreano, Sr. coronel Francisco Afonso Chaves, as seguintes inclinações magnéticas: $54^{\circ} 32' 5$ N., em 22 de Junho de 1903, e $54^{\circ} 22' 7$ N., em 4 de Junho de 1906. Todas estas observações foram realizadas na parada do quartel do Colégio, tendo-se servido o Sr. coronel Chaves da bússola Abbadie-Brunner para o conhecimento da inclinação.

Independente (O) A 20 de Agosto de 1846 saiu o primeiro numero deste jornal e o ultimo a 15 de Maio de 1847, tendo-se publicado trinta e seis números.

Com o mesmo título publicaram-se oito números de um jornal, que durou de 22 de Julho a 20 de Agosto de

1881.

Houve um terceiro jornal com o mesmo título, que teve pouca duração, tendo saído o primeiro numero a 19 de Agosto de 1915.

Indumentária. O vestuário do camponês da Madeira nada oferece hoje de extraordinário, pois consiste geralmente numas calças de linho, seriguilha, marafuz ou qualquer outro tecido, numa camisa de linho ou algodão e num colete e casaco feito muitas vezes do mesmo tecido das calças. Nalgumas partes da ilha está muito em uso um casaco de marafuz ou seriguilha, sem mangas, ficando os braços cobertos apenas pelas mangas da camisa. o agricultor enquanto trabalha despe de ordinário o colete e o casaco, mas conserva o chapéu ou o barrete, que lhe protegem a cabeça contra os ardores do sol.

O barrete do camponês não tem semelhança alguma com as antigas carapuças; é feito de lã, adapta-se bem à cabeça e tem no alto uma pequena borla e nos lados dois apêndices que, ou se deixam cair sobre as orelhas, ou se levantam, prendendo-se ás vezes num botão. Este barrete, a que chamam de orelhas, parece ser criação madeirense e já era usado em 1857.

Os antigos trajes das mulheres dos campos quasi que desapareceram, tendo sido substituídos por vestidos e corpetes ou polcas de chita ou lã, perfeitamente idênticos aos que usam as mulheres das classes baixas do Funchal. Na Camacha e nalgumas outras localidades as mulheres amarram na cintura um rolo de pano e vestem sobre ele varias saias, do que resulta as ancas tomarem uma forma arredondada e o vestido, que é um tanto curto, mover-se de um para outro lado, durante as marchas. Este movimento não é destituído de graça quando a mulher é alta e elegante, e anda com passo desembaraçado.

O lenço, cujas pontas são amarradas sob o queixo, é a cobertura da cabeça mais usada pelas camponesas, mas freguesias há onde o uso da mantilha e do chapéu tende a generalizar-se sobretudo entre as mulheres que vêm frequentes vezes ao Funchal. Um chale lançado sobre as costas, completa muitas vezes o vestuário da mulher dos nossos campos.

Os antigos trajes dos nossos camponeses eram incontestavelmente muito mais engraçados e pitorescos que

os actuais. Umas calças largas de linho terminando nos joelhos, onde eram fonzidas, e uma camisa e uma jaqueta do mesmo pano constituíam o vestuário dos homens ao passo que as mulheres vestiam saia listada de um tecido de linho e lã, fabricado na ilha, camisa de linho e capa de baeta azul ou encarnada, descendo até baixo da cintura, tendo a mesma capa recortes agudos, debruados ás vezes de fita. Muitos homens possuíam casacos ou capotes de lã grosseira, com que se cobriam em dias de frio.

Para os dias festivos tinham os homens os seus jalecos e casacos de fazenda azul, e as mulheres lindos coletes ou espartilhos de cores vistosas, ás vezes engenhosamente bordados, que vestiam sobre as camisas. Homens e mulheres abotoavam as camisas de fino linho com botões amarelos, ás vezes de oiro, e cobriam a cabeça com um pequeno barrete de pano azul (carapuça), forrado de encarnado, o qual apresentava a forma de um funil invertido. As mulheres abastadas reconheciam-se pelos cordões de ouro com que se enfeitavam, os quais depois de darem duas voltas em torno do pescoço, vinham prender-se na parte inferior do espartilho.

É de crer que as saias listadas e os espartilhos bordados procedessem de antigos trajes mouriscos, tanto mais que se sabe que houve outrora muitos mouros, principalmente no Funchal e Ponta do Sol, mas pelo que respeita á carapuça, difícil é conjecturar qual fosse a sua origem, se bem que White nos diga que nalguns quadros de Rubens se vê na cabeça das senhoras um objecto muito semelhante a esse antigo barrete madeirense. A carapuça protegia tão mal a cabeça, que causa admiração que o povo a usasse nesta ilha.

Sloane, Ovington, o capitão Cook, Forster e Barrow não aludem á carapuça nas relações das suas viagens, o que nos leva a crer que esse barrete só no primeiro quartel do século XIX principiou a ser usado na Madeira. Paulo Dias de Almeida na sua Descrição da ilha da Madeira, escrita em 1817 e publicada no *Archivo da Marinha e Ultramar*, apresenta duas estampas em que figuram as carapuças, mas sem as longas pontas que davam a estes barretes a forma de funis invertidos.

Antes de conhecerem a carapuça em forma de funil, usavam os camponeses um barrete de lã encarnada ou azul, cuja forma se pode ver na estampa que acompanha a obra sobre o clima da Madeira, publicada pelo Dr. Nicolau Caetano Pita em 1812. Este barrete ajustava-se á cabeça e era por certo muito mais cómodo do que a carapuça terminada em ponta, que pouco depois se generalizou na ilha.

Diogo Vieira de Tovar e Albuquerque num trabalho inédito escrito em 1807 e que tem por título Descripção política e económica da ilha da Madeira, diz-nos o seguinte com respeito aos trajes usados na ilha: «Os homens de trabalho vestem sempre uma carapuça de pano, unida á cabeça, com duas pequenas orelhas, uma casaca comprida, ceroulas de panno de linho largas, e curtas pelo joelho ao que são unidas, botas justas da cor natural do couro, de que são feitas. Accredito que este costume he conservado talvez do uso dos primeiros habitantes portuguezes da ilha, pois que os portuguezes d'esse tempo vestião quasi da mesma maneira, ao menos na forma: também accredito que o uso das casacas compridas, na gente do trabalho, he fomentado e mantido pelos ingleses, afim de favorecerem o maior consumo dos seus pannos, pois toda a ilha se fornece de pannos da Inglaterra. As mulheres usam das mesmas carapuças, saias de algodão, ou chita, e botas. A gente polida veste inteiramente á portugueza».

Na freguesia do Caniço os homens usam uns chapéus feitos de folha de palmeira, que embora tenham grande duração, se não recomendam pela elegância ou pela maleabilidade. Ignoramos em que época começaram a ser usados esses chapéus.

As carapuças com a forma de funil invertido foram usadas em certas freguesias até 1870; no entretanto ainda por 1880, e mesmo depois apareciam uma vez por outra no Funchal alguns velhos camponeses trazendo na cabeça esses extravagantes barretes. Algumas carapuças tinham nos lados dois apêndices, ao passo que outras eram desprovidas deles.

Dos antigos trajes madeirenses só restam hoje as botas de couro branco, ou amarelado, desprovidas de salto e tendo o cano voltado no meio, e as capas de baeta azul, com recortes agudos, que ainda são usadas por algumas camponesas, mesmo nas freguesias limítrofes do concelho do Funchal.

Barrow, que esteve na Madeira em 1792, diz que a classe média, isto é os lojistas e os trabalhadores mecânicos, usavam chapéu, sapato e meia, e um comprido casaco para lhes esconder os remendos das calças, e que as mulheres da mesma classe vestiam invariavelmente fato preto e traziam um capacete na cabeça. Ovington que visitou a ilha em 1689, notou que o povo afectava uma certa gravidade no vestuário, trajando de preto para imitar o clero, e que o uso da espada estava tão generalizado, que até os criados traziam consigo, enquanto serviam á mesa.

Os homens de certa categoria social usavam outrora coletes de seda bordados, e os médicos ainda em 1870

se reconheciam quasi sempre pelas longas sobrecasacas pretas e pelo chapéu alto. Durante a semana santa e na época das confissões, as senhoras substituíam os chapéus por véus pretos, que lhes cobriam a cabeça e ás vezes a cara, tendo esta moda, que remontava a antigos tempos, começado a cair em desuso pouco depois de 1880.

Pelo meado do século XIX os vereadores da Câmara Municipal do Funchal usavam capas e calção e meia nas cerimónias oficiais, sendo ainda com este trajo e os obsoletos chapéus de plumas que os membros da Municipalidade se apresentaram nas exéquias de D. Luiz I e na aclamação de D. Carlos I, realizadas em 1889, não obstante o uniforme municipal se achar reduzido nessa época ás referidas capas, que eram de seda preta e forradas de branco.

Estas capas foram substituídas por faixas de seda azul e brancas nos princípios do século XX, as quais se usaram até á época da proclamação da República nesta ilha.

Afora pequenas particularidades locais, o vestuário dos habitantes da Madeira em nada difere hoje do vestuário usado na Europa. As modas de Paris são rigorosamente acatadas no Funchal, rendendo-lhe principalmente o belo sexo a mais fiel vassalagem, ás vezes á custa de grandes sacrifícios.

Se no tempo de Barrow as mulheres das classes médias vestiam sempre um fato preto, sabe Deus em que estado hoje são elas as que mais culto prestam á moda e as que mais tendência manifestam para o luxo não obstante o alto preço dos tecidos de qualquer natureza, e em especial dos tecidos finos. São os novos ricos de um e outro sexo, criaturas geralmente vaidosas e sem educação, quem exibe os melhores trajes, enquanto as classes superiores vestem ás vezes modestamente, já por falta de recursos, já para se não confundirem com aqueles que, por meios nem sempre lícitos, conseguiram aumentar de um modo assombroso os seus capitais.

Quem percorre em dias festivos as ruas da cidade nota por toda a parte o maior luxo e sente a impressão de que a grande maioria dos funchalenses dispõe dos meios precisos para sustentá-lo. Infelizmente, porém, não é assim, e se nos fosse dado penetrar em muitas casas, talvez encontrássemos áí a miséria e o desalinho a contrastar com as custosas galas que os seus habitantes ostentam em publico. (1921).

A verdade é que a antiga e característica indumentária, especialmente a usada pelas mulheres dos campos

da Madeira, desapareceu inteiramente embora se pretenda descobrir quaisquer vestígios dela em certas localidades mais afastadas do centro do Funchal.

Para um estudo mais desenvolvido acerca desta matéria, devem ser consultadas, além dos autores que ficam citados neste artigo, os seguintes escritos, que fornecem curiosas e interessantes informações: *Diário da Madeira* de 7, 8 e 13 de Março de 1938, *Arquivo Historico da Madeira*, vol. IV a pág. 178 e seguintes, e *Ilhas de Zargo*, a págs. 683 e seguintes.

Indústria Agrícola. É a indústria agrícola a mais antiga e a mais generalizada no arquipélago madeirense, ocupando-se nela cerca de setenta e cinco por cento dos seus habitantes. Os terrenos aráveis pouco excederão a superfície de 300 quilómetros quadrados ou sejam 30.000 hectares. As terras incultas, compreendendo os pontos mais altos e accidentados, devem abranger uma área superior a 200 quilómetros quadrados. O cultivo destas terras não vai geralmente além de 700 a 750 metros de altitude, ficando as de situação imediatamente mais elevada reservada para a apanha das lenhas, matos e giestas, e ainda para a criação e pastagem dos gados, com exceção do da raça bovina.

É interessante e útil trasladarmos aqui o que o distinto botânico madeirense Carlos Azevedo de Meneses deixou num dos seus escritos acerca da distribuição das plantas, segundo as altitudes em que elas podem aclimar-se e desenvolver-se.

Pode-se admitir a existência na Madeira de quatro zonas agrícolas, correspondentes às quatro zonas botânicas em que é uso dividir a ilha, estendendo-se a primeira desde a beira-mar até 200 ou 300 metros, a segunda até 700 ou 750 metros, a terceira até 1 600 metros e a quarta até 1.850 metros.

A cana de açúcar, a bananeira e os cactos caracterizam a primeira zona, a que podemos chamar subtropical, adoptando a classificação de Koppen, cultivando-se, porém, nela além daquelas plantas, a vinha, o trigo, a cevada, o milho, as couves, os nabos, a aboboreira negra ou da Guiné, a aboboreira de Tenerife ou chilacaiota, a cabaça a caiota, as favas, os feijões, as ervilhas, as batatas as semilhas, etc., etc.. Entre as fruteiras frequentes abaixo de 200 ou 300 metros, citaremos a anoneira, a mangueira, a goiabeira, a pitangueira, a papaia e a abacate, espécies oriundas dos países quentes e que exigem um certo grau de calor

para viver e prosperar.

São espécies características da segunda zona a vinha e os castanheiros, vendendo-se, porém, em muitas partes as mesmas plantas hortenses da zona inferior, assim como várias fruteiras que também ali existem, tais como as laranjeiras, as pereiras, as macieiras, as ameixieiras, os pessegueiros, os damasqueiros, as nespereiras, as nogueiras, as figueiras, as amoreiras, etc., etc.. Os cereais e em especial o trigo, são abundantemente cultivadas principalmente nos terrenos não irrigados artificialmente, ao passo que a cana sacarina é a partir de 300 ou 400 metros uma planta pouco remuneradora, em virtude do baixo grau das suas garapas. As cerejeiras são cultivadas nos vales umidos e frescos da parte superior da segunda zona vivendo às vezes associadas aos loureiros, aos tis e aos vinhaticos, magníficas lauraceas que fazem parte da flora florestal indígena.

A terceira zona, quasi inteiramente destinada á produção das forragens, dos matos e das árvores silvestres, apresenta, ainda, aqui e além, alguns campos cultivados de trigo e de centeio, e algumas courelas onde vegetam as couves, os feijões, as semilhas, etc., mas aí já a batata não produz tubérculos aproveitáveis, a bananeira e a anoneira não frutificam e a vinha não amadurece seus frutos senão nalgumas localidades menos visitadas pelos nevoeiros. É na terceira zona que existem os bardos, que separam a região inculta da região cultivada.

A quarta zona, que abrange os píncaros dos mais altos montes, tem-se conservado inculta até o presente, e não cremos que em tempo algum venham a utilizá-la com proveito para trabalhos agrícolas, por ser inóspita durante a maior parte do ano e as suas terras serem escoriaceas e pouco fundas.

Das espécies úteis que assinalámos nas quatro zonas em que se divide a Madeira, as mais importantes já pelo seu rendimento, já pela área que ocupam, são a cana sacarina, a vinha, a bananeira e o trigo. A cultura da cana, que abrange agora uma superfície de cerca de 2000 hectares, foi até há pouco tempo e continua sendo ainda uma das mais rendosas da ilha, muito mais lucrativa do que a da vinha e a par da da bananeira. Esta ultima abrange uma área de 150 a 200 hectares, e a vinha e o trigo uma área que deve regular, para cada uma destas plantas, por uns 2.000 a 2.200 hectares.

Os terrenos da Madeira são trabalhados á enxada e só em muito raras localidades se faz uso da charrua, quando os mesmos terrenos permitem o emprego desta maquina agrícola. Extremamente dividida, em

virtude de várias circunstancias, a propriedade rústica madeirense oferece geralmente nas suas courelas uma associação de culturas que, embora curiosa, nem sempre nos parece de vantagem para os interesses do agricultor.

Convém dizer aqui que sob o ponto de vista agrícola não está a nossa ilha tão atrasada como geralmente se supõe. Se os trabalhos agrícolas se fazem a braços por quasi toda a parte, é porque a conformação dos terrenos se não presta ao emprego de maquinas aratorias, e se não está em uso o sistema da rotação das culturas, tão necessário para se obterem boas colheitas, é porque ele é contrario à extraordinária divisão da propriedade e também ás vezes aos interesses do agricultor. Nas terras inclinadas das vertentes meridional e setentrional, são as águas que carream dos altos os principais elementos fertilizadores, sendo assim que muitos solos não adubados nem beneficiados pelos afolhamentos, mantêm constantemente um certo grau de produtibilidade.

As sorribas, o emprego dos adubos, a limpeza e beneficiação das terras, etc., fazem-se quasi sempre na Madeira de um modo racional, e se alguma coisa nos parece digna de censura é principalmente o pouco cuidado que se presta as mais das vezes á selecção das sementes e á conservação das boas variedades, e a maneira pouco criteriosa como é encaminhada em muitos casos a cultura das árvores. A baixa qualidade de muitos dos nossos frutos e o mau aspecto de muitos dos exemplares que povoam os nossos pomares, são quasi sempre consequência da falta ou má execução das podas e do excesso da produção a que as fruteiras são forçadas na ilha.

É nesta indústria que se encontram os mais importantes elementos da riqueza publica e das prosperidades de todo o arquipélago. A vida económica da sua população e o seu relativo bem-estar dependem em grande parte do progresso e desenvolvimento da indústria agrícola.

As duas principais culturas que pelos seus lucros compensadores ocupam os terrenos mais férteis e em mais larga extensão, são a cana sacarina e a vinha, quasi coevas dos primitivos trabalhos da colonização. Nos últimos três decénios tem-se extraordinariamente desenvolvido a cultura da bananeira, que, com as duas precedentes, constituem as chamadas três culturas ricas da Madeira.

A mais antiga é a do cultivo da cana de açúcar, que foi o principal factor do rápido desenvolvimento da população em diversos pontos da ilha, após o seu descobrimento. A sua produção não se tem mantido

uniformemente através dos tempos, em virtude das moléstias que por vezes atacaram os canaviais, e ainda devido a causas económicas de carácter local. Na actualidade é talvez esta cultura o mais apreciável fautor da riqueza publica, sobretudo na região meridional da Madeira mais próxima do litoral, não somente pelo seu preço remunerador, mas ainda pela forragem que fornece á criação dos gados e matéria prima para a preparação dos adubos chamados de curral. A área ocupada pela cultivação da cana sacarina deve ser aproximadamente de dois mil hectares. A produção por hectare tem sido variável, oscilando entre vinte a trinta e cinco toneladas, sendo aproximadamente de trinta a média da época actual. A média da sua produção total em todo o arquipélago foi, nos últimos quatro anos, de quarenta e seis milhões e quatrocentos e quarenta mil quilos em cada ano.

É também hoje um apreciável elemento de riqueza e de prosperidade o cultivo da vinha.

Como o da cana sacarina, tem igualmente tido sorte variá, conforme as épocas e as circunstancias particulares do meio e sobretudo as doenças, que causaram já a completa extinção dessa cultura, como aconteceu por meados do século XIX. A pouco e pouco se foi refazendo a plantação dos vinhedos e há algumas dezenas de anos, que é notável a produção do mosto em todo o arquipélago. Vimos algures que a superfície ocupada por esta cultura é de cerca de dois mil hectares, com a produção média de seis a sete pipas de vinho por hectare. O cultivo das vinhas estende-se normalmente desde o litoral até a altitude de 500 metros, atingindo algumas 600 e até 700 metros.

Por várias causas, foi pouco compensador ou antes ruinoso o trabalho dos viticultores nos últimos anos, em virtude do baixo preço por que foram vendidos os respectivos mostos.

A produção vinícola no período decorrido de 1910 a 1930 foi o seguinte:

ANOS	LITROS
1910.....	5.135.994
1911.....	7.609.411
1912.....	8.468.683
1913.....	6.787.968
1914.....	6.088.310
1915.....	6.579.574
1916.....	9.260.397
1917.....	2.843.518

1918.....	5.352.890
1919.....	8.041.177
1920.....	6.929.287
1921.....	4.881.355
1922.....	5.946.635
1928.....	5.193.315
1929.....	7.114.656
1930.....	11.956.300

No quinquénio 1918-1922, a média de produção anual foi de cerca de 6 230.000 litros, não tendo baixado no decénio decorrido de 1923 a 1931 e podendo portanto conjecturar-se que o arquipélago teria aproximadamente produzido nos últimos dez anos uma média anual de 6.500.000 litros de vinho ou sejam 1.300 pipas de quinhentos litros.

Os concelhos do Funchal e de Câmara de Lobos são os de maior produção vinícola, seguindo-se-lhes os de São Vicente, Porto do Moniz, Porto Santo e Calheta. É na costa meridional da Madeira que se encontram as videiras que fornecem a matéria prima para a preparação dos vinhos generosos, de reputação universal, devendo especializar-se a freguesia de Câmara de Lobos, como sendo o local em que se produzem os mais preciosos mostos do arquipélago. As principais e mais afamadas castas cultivadas eram o sercial, a malvasia, o boal e o verdelho, de que se fabricavam tipos especializados de vinhos, de que as duas primeiras, depois de envelhecidas, constituíam as mais preciosas espécies de vinhos generosos de todo o mundo. Com a invasão filoxerica introduziram-se novas cepas resistentes com as quais foram enxertadas as antigas castas, não se tendo porém mantido, senão em escala muito limitada, a selecção especializada no fabrico das diversas espécies.

O mais rico auxiliar da indústria agrícola é o característico sistema de irrigação constituído pelos importantes e numerosos aquedutos conhecidos pelo nome de Levadas, que se acham espalhados em todas as freguesias da Madeira. Delas nos ocuparemos com o necessário desenvolvimento.

Os artigos *Bananeira*, *Cana Sacarina*, *Vinhos* e *Junta Agrícola* interessam a este assunto da Indústria Agrícola.

Indústria da Obra de Vimes. A indústria da obra de vimes ou de artefactos de verga, especialmente destinada ao fabrico de peças de mobiliário, tem o seu principal centro produtor na freguesia da Camacha e dela já demos uma rápida noticia a págs. 195 e segs. do I volume no artigo dedicado àquela freguesia.

No ano de 1912 dizia o chefe da secção dos serviços técnicos da indústria no Funchal:

«A fabricação das obras de vime experimenta ao presente grandes progressos, isto tanto pelo aumento e valorização das culturas correspondentes, como pelo valor da exportação de vimes e de obras, que cresce e se enriquece também pela mais esmerada mão de obra e gosto na composição.

É já hoje frequente encontrar trabalhos de gosto e esmerado acabamento nesta especialidade, e tudo isto que o operário madeirense consegue com absoluta falta de instrução profissional, deixa-nos a viva impressão do muito melhor que ele seria capaz de produzir, quando guiado pelo ensino artístico.

Dado o modo por que esta indústria aqui funciona, quasi que exclusivamente localizada na freguesia da Camacha, donde não tem sido possível desvia-la, é fácil reconhecer que só o ensino profissional exercido em escola na mesma localidade, poderia ser convenientemente aproveitado.

A Escola Industrial do Funchal podia contribuir para a educação deste operário, mas ele é que não a frequenta porque reside muito longe, e as condições da indústria inteiramente ligadas desde largos tempos aos costumes e hábitos de trabalho locais, não oferecem na maioria dos casos remuneração suficiente para quem tenha de residir fora de sua casa e afastado doutros pequenos interesses de que carece para viver.

o preço da mão de obra tem descido nos últimos tempos, e é certamente também, como nos bordados, por um certo carácter de indústria caseira, que o pagamento da mão de obra se pode reduzir a preços que, no trabalho oficial, seriam absolutamente inadmissíveis.

A exportação de vimes pode supor-se ter sido em 1911, de 900 toneladas, não sendo exagerado supor-se que outras tantas se terão consumido no fabrico local.

O valor comercial da exportação não se deve calcular em menos de 180 contos de réis anuais, somente em obras de verga.

Esta indústria pode supor-se ao presente ocupar a actividade de mais de 600 pessoas, contando-se mais de 300 homens, 200 mulheres e 100 menores».

Da mesma procedência obtivemos, em 1921, as seguintes informações: «Esta indústria está hoje decadente, ao passo que se desenvolve noutros países, e principalmente na África do Sul, para onde a ilha exporta os seus vimes. o encarecimento da matéria prima, que obsta a que alguns industriais que lutam com falta de capitais a adquiram na época própria, a saída para o estrangeiro de muitos operários que se empregavam na referida indústria, enquanto outros se dedicam na ilha a outros serviços mais lucrativos, os fretes mais pesados que oneram os vimes em obra, em razão destes ocuparem maior espaço nos porões dos navios, e os direitos e impostos locais que oneram mais os artefactos de verga do que a matéria prima, são, no entender daquele esclarecido industrial, as principais causas da referida indústria ter perdido uma grande parte da sua antiga importância.

A Madeira produz 700 a 800 toneladas de vimes anualmente, saindo talvez metade desta produção para fora da ilha. No Cabo da Boa Esperança, outrora importante mercado consumidor dos artefactos de verga da Madeira, fabricam-se hoje muitos dos mesmos artefactos com vimes importados da nossa ilha, o mesmo acontecendo no Brasil. A Inglaterra é o país que importa actualmente maiores quantidades da obra de verga fabricada na Madeira, recebendo também, segundo nos informam, grandes porções de vimes em bruto».

Posteriormente àquele ano, não conseguimos colher outros dados de informação, mas julgamos que essa indústria entrou há muito numa fase de grande decadência devida às causas que ficam apontadas e particularmente pela concorrência que lhe é feita pelo aparecimento de outros centros produtores.

Indústria dos Bordados. Esta indústria concorreu consideravelmente para as prosperidades do arquipélago, sendo por todos considerada como um grande elemento de riqueza. Constituindo uma ocupação caseira, em que a mulher madeirense, a dentro do seu lar e desempenhando as suas obrigações domesticas, podia simultaneamente entregar-se aos trabalhos dessa indústria, conseguiu ela estender-se a

todos os casais pobres e remediados, e foi um dos mais apreciáveis factores da prosperidade da família. Crianças de oito e dez anos e velhas octogenárias entregavam-se afanosamente aos misteres dessa indústria, quando ela atingiu um estado muito florescente e altamente compensador para todos. Veio depois a sua decadência e a sua ruína, sendo na actualidade pouco remuneradores os trabalhos dos que a ela se entregam e havendo até um avultadíssimo numero de operarias que não encontram ocupação á sombra da mesma indústria. No entretanto, ainda muitos milhares de pessoas, espalhadas em todo o arquipélago, se dedicam á confecção dos bordados, a pesar da situação ruinosa a que chegou a respectiva indústria. É ainda um pequeno recurso para os pobres e uma atenuante para a crise que a todos avassala.

Quando em 1920 era muito prospéro o estado daquela indústria chegou a haver na cidade do Funchal 60 casas comerciais, a maior parte estrangeiras, que exclusivamente se ocupavam da compra, manipulação e exportação de bordados, existindo então mais de 35 000 bordadeiras espalhadas por todas as freguesias desta ilha e Porto Santo. Nos fins do ano de 1923 o numero de casas exportadoras elevava-se a 100, computando-se então em 70.000 contos o valor da mercadoria exportada especialmente para a América do Norte. Veja-se o que acerca desta indústria deixámos já dito com algum desenvolvimento a págs. 162 e segs. do vol. I desta obra subordinado ao título bordados.

Indústria dos Lacticínios. De há muito que se fabrica manteiga na Madeira, mas a princípio era bastante rudimentar a maneira como ela era confeccionada. o leite, pouco abundante quasi sempre era demorado nas vasilhas até se perfazer a quantidade de nata indispensável para se obter a coagulação dos princípios butirosos o que, reunido á falta de asseio e á ignorância no método do salgar fazia com que o produto obtido fosse em geral de baixa qualidade.

Em todo o caso, já em 1870 se fabricava na Madeira alguma manteiga que rivalizava com a que vinha do estrangeiro, a qual costumava ser vendida no Funchal a 300 réis a libra. o preço da manteiga de segunda qualidade regulava entre 180 e 240 réis a libra (459 gramas).

Nos princípios do segundo quartel do século XIX quasi toda a manteiga que se consumia no Funchal vinha da Inglaterra, mas quarenta anos depois já a ilha produzia a manteiga necessária para o seu consumo, podendo mesmo exportar alguma para Lisboa. A exportação da manteiga que em 1881 era apenas de 129 quilogramas subiu em 1885 a 1932 quilogramas, em 1887 a 9 897, em 1889 a 25:554 e em 1890 a 42:476,

baixando nos dois anos imediatos a 1775 e a 2.580 quilogramas, para subir em 1893 a 48:124.

Por 1895 montou Adolfo Burnay uma fabrica de lacticínios em Santo António da Serra, a qual tendo começado um tanto modestamente, pois que apenas aproveitava o leite produzido pelas suas vacas, alargou mais tarde o campo da sua exploração, passando a adquirir todo o leite que os criadores de gado da localidade podiam ceder e pagando-o a 20 réis o litro.

Os criadores ficavam com direito ao soro, o que constituía para eles uma grande vantagem, visto esse produto, em virtude dos processos rápidos de desnatação, não ter tempo para fermentar, e poder portanto ser aproveitado na alimentação do homem.

A fabrica do Santo da Serra, além de excelentes manteigas que eram vendidas na ilha e exportadas para Lisboa, produzia também queijos mas estes tiveram pouca aceitação, devido a ser pouco esmerado o seu fabrico. Só muitos anos depois é que esta ultima indústria pôde aperfeiçoar-se e tomar um certo incremento na Madeira, devido aos estudos e experiências do engenheiro-agronomo João da Mota Prego.

Em 1920 existiam dispersas pela ilha 22 fabricas e 30 e tantos postos de desnatação, que pagavam cerca de 600 contos pelos 11 a 12 milhões de litros de leite comprados anualmente ao lavrador. o preço do leite, que era outrora de 2 centavos o litro, foi fixado em 1919 em 5 centavos, e mais recentemente, em 4 de Janeiro de 1921, em 10 centavos quando para o fabrico de manteiga e em 14 centavos quando para o fabrico do queijo.

A Madeira exportou para a metrópole e África em 1920 cerca de 450:000 quilogramas de manteiga, tendo sido o consumo local de cerca de 110:000 quilogramas. o preço da manteiga no deposito do Funchal, que era a princípio de \$72 e \$80, passou para 1\$20 em Dezembro de 1919, em virtude de uma portaria solicitada pelos exportadores, para 3\$00 em Setembro de 1920 e para 4\$00 em Novembro de 1921, mas sucede muitas vezes o consumidor não poder obter ali aquele género de primeira necessidade, visto os exportadores nem sempre fornecerem convenientemente o único estabelecimento onde o público pode ser servido em condições vantajosas.

Sendo precisos em media 23 litros de leite para se obter um quilograma de manteiga, é claro que o lucro dos negociantes está principalmente na exportação, visto aquele género atingir em Lisboa e África preços muitíssimo superiores aos do Funchal. A manteiga destinada aos usos industriais, mas de que se abastece ás

vezes uma parte da população do Funchal, é vendida (1921) a 8\$00 o quilograma, tendo-o sido antes a 7\$00, a 5\$00, a 4\$80 e a 1\$80. Este ultimo preço vigorou até Agosto de 1920.

Segundo um termo de responsabilidade assinado pelos representantes de varias fabricas de manteiga muito recentemente (1921) o deposito deveria ser abastecido diariamente com 400 quilogramas desse género, ou sejam 2.800 quilogramas cada semana, para serem vendidos ao publico ao preço de 4\$00, devendo a manteiga antes de entrar no consumo ser examinada pelo sub-delegado de saúde e ficando os fabricantes com o direito de vender particularmente e pelo preço que estipularem aquela que excede as quantidades com que têm de concorrer para o mesmo depósito.

A nenhuma pessoa era permitido vender manteiga por preço superior a 4\$00 o quilograma desde que não fosse fornecedora do deposito, e os fabricantes que faltassem ás clausulas do acordo, deixando de entrar no deposito com as quantidades que lhes fossem rateadas, ficavam privados de obter autorização para exportar qualquer porção de manteiga enquanto não provassem estar em dia os seus fornecimentos.

Antes do acordo a que nos referimos eram os fabricantes obrigados a fornecer para o consumo publico no Funchal 10 por cento da manteiga que exportassem, e em fins de 1919 existiam dez fabricas que deviam concorrer para o deposito com 40 por cento da sua produção, havendo um rateio que era feito pela Administração do Concelho.

Como os fabricantes eram em regra pouco pontuais em remeter para o deposito junto do Mercado as quantidades de manteiga a que eram obrigados, resultava daí o publico não poder fornecer-se muitas vezes desse género de primeira necessidade pelos preços estabelecidos no acordo e ter de ir adquiri-lo por preços exorbitantes num deposito particular que existia á rua Direita. Se as autoridades exercessem sempre uma fiscalização rigorosa no fornecimento da manteiga, em vez de recorrerem ás denominadas bicas, que só serviam para afugentar muitos consumidores e proteger os fabricantes, evitar-se-iam bastantes abusos e estabelecer-se-ia a ordem num género de serviços que, embora tenha sido melhorada nos últimos tempos, está ainda muito longe de satisfazer ás necessidades do publico.

O que acima fica dito a respeito da indústria dos lacticínios não vai além do ano de 1921, continuando posteriormente a esta época a progredir e a desenvolver-se bastante essa indústria, que constitui um apreciável factor na riqueza publica deste arquipélago. Promulgaram-se vários diplomas legislativos

destinados a promover a prosperidade da mesma indústria, entre os quais se destacam o decreto de 4 de Junho de 1936, que criou a Junta Nacional de Lacticínios da Madeira, e os decretos de 22 de Setembro e 24 de Novembro de 1938 e 24 de Novembro de 1939, que regulam o funcionamento da referida Junta.

Uma parte considerável da população rural não aceitou de boamente as disposições desses decretos que julgou atentatórias dos seus legítimos interesses, e levou os seus protestos ao ponto de praticar os maiores excessos, invadindo as repartições publicas e cometendo outros lamentáveis desacatos. A força armada, vinda do continente, teve de intervir, perdendo a vida alguns populares. Efectuaram-se inúmeras prisões e muitos indivíduos sofreram a pena de exílio nos Açores e Cabo Verde.

Hoje todos reconhecem as vantagens das medidas legislativas que foram adoptadas, tendo-se as direcções da Junta Nacional de Lacticínios desempenhado cabalmente da espinhosa missão que lhe foi cometida. Os seus Boletins de Informação e Publicidade são documentos valiosos, que merecem a ponderada leitura dos que se interessam por estes assuntos.

Indústria Pecuária. A indústria agrícola tem, como se sabe, na criação dos gados um dos seus mais valiosos auxiliares, especialmente na espécie bovina, fornecendo esta a matéria prima para o fabrico do queijo e da manteiga. Vivendo todo o gado vacum na Madeira estabulado, é este que principalmente abastece o agricultor com os elementos indispensáveis para a adubação dos terrenos destinados ás diversas culturas.

O que poderíamos aqui dizer acerca da indústria pecuária ficou exposto com alguma largueza no artigo *Gados*, a pág. 70-75 deste volume do *Elucidário*, para onde remetemos o leitor.

No entretanto não queremos deixar de consignar aqui uma particularidade interessante acerca dos equídeos da região madeirense, como um esclarecimento ou complemento do que já ficou dito no artigo dedicado aos *Gados*. Esta informação é extraída de um artigo publicado no antigo Diário Popular de 2 de Julho de 1902, cuja leitura pode ser bastante proveitosa a este assunto.

«De Portugal foram para a Madeira os gados necessários à alimentação e labutaçao dos colonos. Como porém pelo arroteamento das terras diminuíssem gradualmente os pastos, gradualmente foi também

diminuindo a corporatura dos animais por escassez de alimentação.

Hoje os descendentes dos cavalos que primeiro povoaram a ilha constituem uma variedade caracterizada pela sua exígua estatura, pois que, em média os cavalos madeirenses têm a altura de 1.m22, não ultrapassando o máximo de 1.m30.

Eis como esta variedade foi descripta pelo Sr. João Tierno, antigo intendente de pecuária da Madeira.

«Em geral os cavalos d'esta casta teem a cabeça comprida, delgada e descarnada; o chanfro direito, outras vezes ligeiramente arqueado; orelhas curtas; arcadas orbitarias salientes; pescoço pouco grosso e regularmente crinado; costado chato; dorso ensellado; garupa descahida; cauda grande e espessa; ventre pequeno e deprimido, membros direitos de ossos delgados. São resistentes, sóbrios, dessa sobriedade forçada a que os magros roedouros obrigam; e a gymnastica funcional, a que os acostumou o pascigo em serras alcantiladas, deu-lhes o aprumo dos membros, a rijeza dos cascos, qualidades que, juntas á ardencia natural do seu temperamento de montanhezes, os torna aptos para o trabalho nas veredas ásperas da ilha.

Por esta ocasião se vê que o poney da Madeira é o cavalo português de perfil convexo, o tipo betico-lusitano que, apesar da exiguidade a que o escasso regimen alimentar o reduziu, conserva ainda a elegância das formas primitivas.

O regimen do gado cavallar na Madeira é o pastoril. Até mesmo as éguas em adeantado período de gravidez, são mantidas n'esse regimen, pascendo nas montanhas, onde as crias nascem e acompanham as mães, sem um abrigo que as preserve das contingências do tempo.

Em tais condições, comprehende-se como a raça betico-lusitana, transportada para a ilha, durante cinco séculos foi atenuando a morphologia primitiva, até se transformar no que é actualmente a variedade madeirense.

A população hippica da Madeira não tem importância económica. Alguns bons cavalos que se vêem na ilha foram levados do continente e são utilizados em serviço de sella ou para tiro do pequenissimo numero de carruagens de rodas que ha na cidade do Funchal, onde a viação urbana se faz de preferência em luxuosos trenós tirados por bois.

Mais d'uma vez os madeirenses tentaram a aventura dos cruzamentos, com a mira no aumento da corporatura dos seus garrinos; o regimen imposto aos animaes pela situação agrícola da ilha inutilisou sempre essas tentativas.»

Indústria Piscatória. Esta indústria exerce-se nas duas ilhas principais do arquipélago, selado no Funchal, Caniço, Machico, Câmara de Lobos e Paul do Mar, na costa sul da Madeira, que ela tem maior importância. Em 1914 havia 537 embarcações matriculadas e com a tonelagem de 1.222,17, sob a designação expressa de servirem na pesca nos nossos mares, e no mesmo ano existiam 519 embarcações empregadas noutros serviços marítimos, tais como transporte de passageiros, bombotes, condução de cargas entre os diversos portos do arquipélago, etc., etc.. Os pescadores registados como tais, pagando o seu imposto de captação e concorrendo para o Instituto de Socorros a Náufragos, eram em numero de 893, sendo 835 adultos e 58 menores, havendo porém outros indivíduos com autorização para exercerem a indústria da pesca, mas que não se entregavam a ela senão na falta de outros trabalhos. Com este adicionamento, subia a 1648 o total dos pescadores matriculados, sendo 1585 adultos e 63 menores.

Os principais aparelhos de pesca empregados na Madeira são as redes, as canas, a briqueira, a agulheira, a gorazeira, a cherriola, o peneiro, as varas de salto e os covos (V. estes nomes). A pesca que se faz a maior distancia da costa é a do atum e a das espadas, empregando-se nesta ultima um cordel muito longo, do qual partem pequenos cordeis laterais ou chambions, tendo cada um deles na extremidade um pedaço de arame, que sustenta o anzol. Prendendo um ou mais destes aparelhos á borda do barco, obtém-se, às vezes em pouco tempo uma grande quantidade de espadas. O peixe espada vive geralmente à profundidade de cerca de mil braças.

Com as redes colhem-se os chicharro, as cavalas, os sargos, os pargos e outras espécies que vêm à superfície da água; com a briqueira, a garoupa, o peixe-rei, o pargo, o alfonsim, a bôca-negra, o goraz, a castanheta-do-alto, etc.; com a agulheira, os pargos, os chicharros, as cavalas, etc.; com a gorazeira, o salmonete do alto, a pescada, o pargo, a bôca-negra, o goraz, a castanheta-do-alto, etc.; com a cherriola, a pescada, o cherne, etc.: com o peneiro, a castanheta, o roncador e outros peixes pequenos; e com os covos, as moreias, os salmonetes de rolo, os polvos, etc.. As varas de salto são destinadas á pesca do atum e do gaiado, os quais

também podem ser apanhados á linha, quando não aparecem á superfície das águas, e as canas de pesca servem para apanhar bodiões, bogas, douradas, dobradas e muitas outras espécies que não atingem grandes dimensões. A cavala, o chicharro, o caranguejo, a lapa, a pota e a aranha do mar são muito usados como isca, variando esta muitas vezes com as espécies que se pretendem colher.

As redes chamadas de arrasto, em que há uns pesos de chumbo num dos lados para as fazer tomar a posição vertical, usam-se com bom resultado na pesca das espécies que vivem perto da costa. As redes pequenas, de forma cónica, usadas por vezes na pesca da cavala, do chicharro, da sardinha e do guelro, dão alguns pescadores a denominação imprópria de peneiros (V. este nome).

Há um candeio, a que os pescadores chamam griseta-cão, que é empregado frequentes vezes na pesca nocturna (V. Chicharro), e para enganar o peixe há o sistema de pesca a que chamam de corrido, de que já falámos a pág. 320 do volume I deste Elucidario.

Em 1910 estabeleceu Judice Fialho uma armação para a pesca do atum no Porto Santo, que não deu resultados, dizem que por serem as águas junto daquela ilha muito claras; e tempos antes, em 1903, procuraram os falecidos comendadores Manuel Gonçalves e Francisco de Araújo Figueira estabelecer armações fixas para a pesca das espécies pelágicas, sem também serem felizes nas suas tentativas, a pesar de terem vindo á Madeira um técnico e dois mandadores de armações para estudarem as condições piscatórias dos nossos mares, e se ler num relatório apresentado pelo mesmo técnico em Outubro de 1903, ser de vantagem o exercício da grande pesca no arquipélago, utilizando as armações, indicando-se o ilhéu de Cima, no Porto Santo, e Machico, como os melhores locais para a colocação de aparelhos destinados á pesca do atum.

A Companhia Atlântica de Pescarias, que pretendeu explorar a indústria da pesca nas águas do arquipélago, servindo-se de aparelhos não conhecidos em Portugal, também não obteve resultados animadores nos trabalhos a que procedeu, retirando-lhe o Governo, em princípios de Dezembro de 1921, a licença que lhe concedera para proceder á dita exploração, e em 1792 e 1802 houve duas tentativas para o estabelecimento de sociedades de pescarias na Madeira, nenhuma das quais foi, porém, coroada de êxito. Em 1822 chegaram a vir práticos de Sesimbra para dirigir os serviços da pesca, o que não obstou a que a sociedade que nesse ano se estabeleceu se dissolvesse pouco tempo.

Em 1909 estabeleceu-se uma fabrica de conserva de atum na Ponta da Cruz e em 1912 uma outra no Paul do Mar, mas estas iniciativas que beneficiaram certamente a indústria da pesca na Madeira, foram causa de que aquele peixe subisse de preço, passando também a faltar amiudadas vezes no mercado, onde anteriormente era frequente. Deve-se notar, no entretanto, que se o atum se tem vendido nos últimos tempos a 2, 3 e mesmo a 4 escudos o quilo, deve-se isso mais á ganância e falta de escrúpulos dos negociantes, do que á procura que têm sempre as varias espécies do género *Thynnus* que aparecem nos mares do arquipélago, para a indústria da conserva do peixe. (1921)

Os barcos de pesca pertencem umas vezes ás respectivas companhas, outras a negociantes com quem os pescadores dividem os rendimentos que auferem da exploração do mar. Quanto aos aparelhos usados na pesca, são sempre ou quasi sempre pertença do dono ou donos das embarcações.

Os pescadores da Madeira são conhecidos não somente pelo arrojo e intrepidez no mar, mas ainda pelas aptidões que revelam no exercício do seu mister. Pouco favorecidos pela sorte ainda não há muitos anos, constituem hoje uma classe que vive com relativa independência, mercê do lucro exagerado que tiram da venda do peixe e das suas necessidades serem poucas e de fácil satisfação. (1921). O rendimento da indústria da pesca que orçou por 110 contos em 1914, por 434 contos em 1920 e por 977 contos em 1921, subiu de Janeiro a Novembro de 1922 a mais de 1:155 contos, não porque as quantidades de peixe colhidas fossem muito maiores do que em 1921 ou nos anos anteriores, mas por serem muito mais altos os preços das vendas. Há barcos de pesca que podem numa só viagem trazer peixe de valor superior a 3 contos.

O imposto do pescado rendeu 22.252\$65 em 1920, 50.080\$94 em 1921 e 59.257\$96 de Janeiro a Novembro de 1922, e a quantidade de peixe pescado anualmente nos mares do arquipélago deve regular entre 1.500:000 e 1.800:000 quilogramas.

O culto na capela do Corpo Santo, no Funchal, e na capela de Nossa Senhora da Conceição em Câmara de Lobos é mantido principalmente por indivíduos da classe piscatória. Em Câmara de Lôbos fundaram os pescadores em 1769, um montepio com a invocação de S. Pedro Gonçalves Telmo, estando a imagem deste santo colocada no altar da referida capela de Nossa Senhora da Conceição.

Entre os peixes que se pescam nos mares da Madeira, os de melhor qualidade são o cherne, o alfonsim, o salmonete-do-alto, a tainha, o peixe-galo e a abrotea, seguindo-se-lhes a garoupa, o salmonete, o sargo, o

goraz, o pargo, o boqueirão, o bodião, o atum avoador, a agulha, a espada, a cavala, o chicharro e a sardinha, que são também bastante procurados e apreciados.

A falta ou abundância de determinadas espécies em certas épocas do ano explica-se pelas modificações que sofre o plancton (V. *Oceanografia*) em virtude de causas pouco conhecidas. Assim como os animais herbívoros procuram as campinas verdejantes, por ser aí que encontram a sua alimentação, assim também os peixes buscam as localidades onde abundam os organismos de que se nutrem. Se o plancton falta, sucede que o peixe que dele se sustenta directamente emigra para outras regiões, visto sem uma alimentação conveniente não ser possível a vida das espécies que existem quer em terra quer nas águas do oceano.

Para maior complemento desta matéria, transcrevemos as seguintes informações do *Dicionário Corografico do Arquipelago da Madeira*:

Escasseiam-nos dados seguros e recentes acerca do movimento desta indústria entre nós. Vamos apresentar os elementos de estatística, que no importante trabalho Portos Marítimos de Portugal nos oferece o ilustre engenheiro Adolfo Loureiro relativos ao ano de 1909 e colhidos na Capitania do Porto do Funchal. Os portos em que se exerce a indústria piscatória são estes: Funchal, Caniço, Porto Novo, Aldonça, Santa Cruz, Seixo, Machico, Caniçal, Porto da Cruz, Faial, São Jorge, Ponta Delgada, São Vicente, Seixal, Porto do Moniz, Ponta do Pargo, Paul do Mar, Jardim do Mar, Calheta, Fajã do Mar, Madalena do Mar, Anjos, Lugar de Baixo, Tabua, Ribeira Brava, Campanário, Câmara de Lobos e Porto Santo, advertindo-se que uma grande parte destes portos são centros piscatórios de pequena e até alguns de insignificante importância. O numero total de pescadores atingiria então 2 482, sendo 1.566 maiores de 18 anos, 726 de 12 a 18 anos e 190 menores de 10 anos. São relativamente de movimento bastante considerável e de todos os mais importantes os portos de Câmara de Lobos Paul do Mar e Machico, que respectivamente contavam 575, 336 e 244 indivíduos empregados nos misteres da pesca. A estes seguem-se, em numero de pescadores, os portos do Funchal com 153, Porto Santo 156, Caniço 95, Caniçal 90, Santa Cruz 88, Calheta 82, etc.. Os barcos ocupados nesta indústria eram em numero de 509 com a lotação de 1 268 toneladas e o valor de 29.113\$000 réis, computando-se o valor do pescado em 126 523\$265 réis, que pagou de imposto 5.696\$572 réis.

Contrariando um pouco estas informações, fornece-nos o *Elucidário Madeirense* alguns dados, de carácter oficial, relativos ao ano de 1914, dizendo-se ali que era então de 893 o numero de pescadores, 835 adultos e 58 menores, havendo, porém outros indivíduos com autorização de exercer essa indústria, mas que só o

faziam transitoriamente, o que dava um total de 1648 pescadores matriculados, sendo 1.585 adultos e 63 menores.

o imposto cobrado em todo o arquipelago sobre o peixe exposto à venda produziu, 4.346\$48 no ano de 1930 3.040\$40 em 1931, 2.308\$52 em 1932 e 1.259\$52 no primeiro semestre de 1933.

Na importante publicação *Estatística das Pescas Marítimas no Continente e Ilhas Adjacentes no ano de 1931....»*, encontramos os seguintes dados referentes ao nosso arquipélago: No ano de 1927 existiam empregadas nesta indústria 446 embarcações de vela ou remos com 1427 pescadores, em 1928 havia 481 embarcações de velas ou remos com 1735 pescadores; em 1929 era de 490 o numero de embarcações com 1 547 pescadores, em 1930 havia 21 embarcações de motor mecânico e 519 de vela ou remos com 1.416 pescadores, e em 1931 existiam 24 embarcações de motor e 1444 de vela ou remos.

Indústria Sacarina. Das matérias primas fornecidas pelas culturas da cana sacarina e da vinha nasceram imperiosamente as indústrias do fabrico do açúcar, do álcool, da aguardente e do vinho. A indústria sacarina, no régimen proteccionista em que actualmente se encontra, é de todas a mais importante e a que presta melhores serviços á agricultura, como já acima fica dito. A produção do açúcar, que foi nos tempos primitivos da colonização o maior elemento de riqueza e de prosperidade, tem sido muito variável no longo período de cinco séculos, porque ela está intimamente ligada á existência florescente ou decadente dos respectivos canaviais, que em certas épocas as moléstias fizeram completamente desaparecer. O açúcar consumido no arquipélago, que é de superior qualidade, e todo fabricado no Funchal, tendo sido a sua produção de quatro mil cento e setenta e três toneladas no ano de 1932.

O álcool fabricado aplica-se exclusivamente ao tempero e á adubaçāo dos vinhos generosos e sem ele tornava-se impossível a conveniente preparação dos vinhos destinados à exportação. A indústria do álcool no ano de 1932 produziu oitocentos e doze mil e setecentos e setenta e sete litros.

O fabrico da aguardente, que durante muitos anos constituiu o maior flagelo que assolava a Madeira, era muito considerável e tinha entre nós um consumo assustador, mas felizmente que nos últimos vinte anos

está reduzido a proporções bastante reduzidas, o que notavelmente tem ocorrido para combater com eficácia o alcoolismo e melhorar a saúde pública, sendo, por todos os motivos, para desejar que absoluta e inexoravelmente se mantenham as medidas proibitivas em vigor. Chegou-se a produzir dois milhões de litros de aguardente, embora uma parte dele se aplicasse ao tempero de vinhos consumidos no arquipélago reduzindo-se em 1927, por disposição legal, essa produção a quinhentos mil litros em cada ano, que na sua quasi totalidade era ingerida pelos amadores desse apetecido tóxico, sendo hoje bastante diminuta essa produção.

Apresentamos em seguida uma nota da produção total da cana sacarina em todo o arquipélago, durante alguns anos, e bem assim da produção do açúcar e do álcool no mesmo período de tempo, devendo advertir-se que na totalidade da cana produzida está também incluída a que foi empregada no fabrico da aguardente.

ANOS	PRODUÇÃO DE CANA (QUILOS)	PRODUÇÃO DE AÇÚCAR (QUILOS)	PRODUÇÃO DE ALCOOL (LITROS)
1929	44.776.559	1.763.313	615.093
1930	46.992.144	3.148.200	715.422
1931	45.006.160	3.541.275	914.579
1932	48.997.194	4.173.565	812.777

Para um mais perfeito conhecimento deste assunto, torna-se indispensável a leitura dos artigos *Açúcar, Aguardente, Álcool e Cana Sacarina*, insertos no primeiro volume deste *Elucidário*.

Indústria Vinícola. Esta indústria pela sua notável importância e pelas características particulares

que a distinguem tem sido através dos tempos não somente um dos maiores elementos de riqueza publica deste arquipelago como ainda, a par da benignidade do clima e da encantadora paisagem, um dos factores mais apreciáveis para a generalizada fama de que goza o nome de Madeira.

Poucos anos depois de povoada, já esta ilha produzia alguns vinhos, pois que Cadamosto que esteve aqui por 1450 se refere a eles, bem como á cultura da vinha. Uma provisão de 1485 autorizou o lançamento da imposição do vinho para as despesas do concelho, e nos forais de 1515 se mandou pagar dizimo do vinho da ilha.

Para a corte de Francisco I, de França, que subiu ao trono em 1515 e morreu em 1547, exportou a Madeira, segundo refere Paulo Perestrelo da Câmara, os seus vinhos malvasia e seco por ocasião das guerras em que aquele soberano envolvera os seus estados, e diz Rebelo da Silva na Historia de Portugal, que já em 1567 a Bélgica importava os vinhos da ilha. Lemos algures que consta de um velho registo da Alfandega desta cidade que em 1566 a Madeira exportava alguns vinhos e que regulava então por 3.200 réis o preço da pipa de vinho, havendo ainda a narrativa da viagem de Lopes, escrita em 1588 e publicada no Purchas' Pilgrinages, e as Saudades da Terra, de Frutuoso, escritas em 1590, que se referem á exportação dos nossos vinhos no século XVI. Lê-se a pág. 113 desta ultima obra que o «vinho malvasia é o melhor que se acha no universo, e se leva para a Índia, e para muitas partes do mundo».

Ernbora, porém, esteja bem averiguado que no século XV a Madeira produzia vinhos e que a exportação destes se fazia já no século XVI, é opinião do Dr. Azevedo, e vários factos vêm comprova-la que foi depois de 1640 e especialmente desde a íntima aliança entre Portugal e a Inglaterra pelo casamento da infanta D. Catarina com Carlos II, em 1660, que a mesma exportação começou a fazer-se em larga escala, em virtude de muitos comerciantes ingleses se haverem estabelecido na Madeira para dedicar-se a esse ramo de negocio os quais foram cumulados de privilégios e isenções pelo nosso governo.

Em 1621 solicitaram a Câmara e os moradores do Funchal uma provisão regia para que no Brasil só fossem admitidos os vinhos nacionais, isto com o fim dos desta ilha poderem facilmente ser para ali exportados, mas, segundo parece, só em 1643 é que alguma coisa se fez no intuito de proteger a nossa vinicultura, tendo sido expedida nesse ano carta de D. João IV ao provedor da fazenda real para que se abastecesse aqui de vinhos para as armadas.

Em 1646, diz o anotador das Saudades, exportava a Madeira umas 2000 pipas de vinho, e Christopher Jeaffreson que passou por esta ilha em 1676, na sua viagem para as Indias Ocidentais, declara terem-no informado que nalguns anos orçava a produção do vinho por 25:000 pipas, indicando quais os artigos importados que eram trocados por esses vinhos e pelos doces que aqui se fabricavam. Jeaffreson fez embarcar no seu navio uma porção de vinhos com destino a St. Kitts.

Pelos anos de 1680, segundo refere Paulo Perestrelo, havia na cidade do Funchal umas dez casas de comercio inglesas, outras dez de diversos estrangeiros, e seis ou oito portuguesas, que compravam os vinhos já prontos e os exportavam tomando em retorno artigos de consumo, e alguns mercadores começaram a reduzir os vinhos mais baixos a aguardente, que embarcavam para o Brasil e costa de Africa, com outros géneros havidos por importação, recebendo em troca escravos e oiro.

Diz o viajante inglês Atkins que visitou o Funchal em 1720, que conseguiu adquirir aqui duas pipas de vinho, dando por uma delas dois fatos usados e por outra três cabeleiras em segunda mão, mas embora esta informação só possa merecer confiança se se admitir que aquele viajante confundiu pipas com galões, o que se não pode pôr em dúvida é que em antigos tempos estava muito em uso na ilha a troca de certos objectos por vinho, referindo o inglês Paterson, chefe de uma expedição que visitou a Madeira em 1698, haverem alguns membros dela trocado aqui certos artigos de vestuário agaloados ou bordados, por vinho e outras provisões.

Lê-se num artigo publicado em 1882 no *Wine and Spirits News* que o vinho da Madeira se tornara muito conhecido na Inglaterra no século XVIII, e que em 1799 um comboio de 96 navios ancorara no porto do Funchal, no dia 14 de Outubro, a fim de carregar 3041 pipas de vinho para as Índias Ocidentais, devendo parte desse vinho seguir depois para Inglaterra.

José Soares da Silva que escreveu por 1730 *as Memorias para a historia do governo de D. João o I*, diz aí que a Madeira «exportava todos os anos mais de 20:000 pipas de vinho, além das águas ardentes», e numa antiga estatística se lê que em 1774 era a exportação de 7.073 pipas, em 1788 de 10.819, em 1790 de 13.713, em 1800 de 16.891, em 1813 de 22.000, em 1818 de 18.000, em 1821 de 10.115 e em 1825 de 14.432.

Em 1830 estava reduzida a exportação a 5.994 pipas, mas depois melhorou ela notavelmente, tendo saído da ilha 8.875 pipas em 1834, 9.782 em 1840, 7.054 em 1844 14.445 em 1849, 13.875 em 1850 e 12.356 em

1851.

Em 1852 foram exportadas 5.676 pipas somente, já por efeito da mangra que devastava então os vinhedos da ilha, e entre 1853 e 1881 a maior quantidade de vinho exportado foi 4.204 pipas, em 1853, e a menor 536, em 1865.

A exportação em 1882 foi de 4.250 pipas, em 1883 de 2.759, em 1884 de 3.210, em 1885 de 3.701, em 1886 de 5.227 e em 1887 de 4.247.

A exportação do vinho Madeira no período que vai de 1910 a 1932 consta do mapa seguinte, sendo fácil reduzir a pipas as quantidades mencionadas, sabendo-se que cada pipa (V. este nome) de embarque corresponde a 418 litros:

Anos	Litros
1910.....	2.962.317
1911.....	3.189.672
1912.....	2.872.369
1913.....	3.242.427
1914.....	2.392.508
1915.....	2.630.393
1916.....	4.754.724
1917.....	1.268.781
1918.....	1.286.213
1919.....	8.361.286
1920.....	2.581.352
1921.....	1.429.858
1922.....	3.790.131
1923.....	3.558.193
1924.....	4.435.085
1925.....	4.884.110
1926.....	3.765.340
1927.....	3.303.997

1928.....	4.004.097
1929.....	4.392.128
1930.....	4.747.304
1931.....	4.670.113
1932.....	3.262.009

Nos anos de 1920, 1921 e 1922 importou a França, respectivamente, 413.343, 95.458 e 1.705.187 litros de vinhos da Madeira; a Alemanha 9.703.000, 72.381 e 348.428; a Inglaterra 304.437, 419.594 e 217.800; a Suécia 1.111.033, 189.108 e 371.403; a Dinamarca 297.465, 337.169 e 872.925; e o Brasil 208.570, 33.923 e 68.740. No tempo do império, era a Rússia um dos principais países importadores dos vinhos da Madeira, tendo ido para ali 770.840 litros em 1899, 674.600 em 1900, 491.420 em 1901 e 239.710 em 1902.

A França foi o país que em 1922 importou maiores quantidades de vinho Madeira, mas a falta de um acordo comercial com aquele país, baseado na reforma das nossas pautas, deu lugar a que depois de decorridos doze anos em régimen de modus-vivendi, tendo-se obtido nos últimos tempos numerosas prorrogações a curto prazo, fosse ali proibida em 1923 a entrada dos nossos vinhos licorosos, com grave prejuízo para a vinicultura madeirense e de Portugal.

Os nossos vinhos mais preciosos são hoje exportados principalmente para a Suécia, Dinamarca e Noruega, onde se faz um largo consumo deles (1921).

As guerras entre a França e a Inglaterra, a da independência dos Estados Unidos da América e as campanhas da mesma França contra a Europa, e especialmente contra a Inglaterra (1754-1761, 1775-1783 e 1793-1815) deram azo, diz o Dr. Azevedo, a uma grande procura dos nossos vinhos, chegando-se a exportar, termo médio, de 1810 a 1815, umas 20:000 pipas, anualmente, mas a adulteração ou falsificação dos mesmos vinhos feita não só no estrangeiro, mas até na ilha mesma pouco a pouco fizeram declinar um ramo de negócio que durante mais de meio século se manteve bastante prospero.

Em 1809 pagava-se 7.000 a 8.500 réis por um barril de mosto e o negociante vendia o vinho ao preço de 250\$000 até 400\$000 réis cada pipa; em 1922 e 1923 variou o preço dos mostos, respectivamente, entre 30 e 35 escudos e entre 85 e 110 escudos, pagando-se a pipa de vinho no estrangeiro ao preço médio de 30

libras. Se se atender ao valor da nossa moeda nos princípios do século XIX e na actualidade, facilmente se reconhece que embora as condições da nossa viticultura e vinicultura tenham melhorado notavelmente nos últimos anos, não são todavia tão prosperas agora como o foram em épocas afastadas de nós.

Para obstar noutras épocas a que os vinicultores adulterassem os vinhos, quer temperando-os com aguardentes de baixa gualidade, quer lotando-os com vinhos fracos, apareceram o decreto de 22 de Dezembro de 1800, ordenando e policiando as marcas das vasilhas, o decreto de 22 de Julho de 1801 proibindo a admissão dos vinhos dos Açores na Madeira, as ordens da Junta da Fazenda vedando a entrada nesta ilha aos vinhos do continente, e por fim a postura da Câmara Municipal, de 27 de Maio de 1837, pela qual se procurou impedir que os vinhos das freguesias do norte transitassesem para as do sul. «Mas a falsificação, diz o Dr. Azevedo, mormente no estrangeiro, continuou em grande ponto, e o descrédito e concorrência que trazia aos genuínos vinhos da Madeira, muito os prejudicaram na estima, valor e consumo que tinham».

«Ao mesmo tempo, diz ainda o mesmo autor, outros vinhos, tais como o do Porto, o de Xerez, os da Sicília, os da França, e o do Cabo da Boa Esperança desde 1815, afluíram ao mercado inglês, tornando-se alguns delles predilectos do paladar dos opulentos: de modo que, pacificada a Europa nesse anno de 1825, e á proporção que a agricultura se desenvolveu, a geração então nova se foi habituando a ess'outros vinhos, em detrimento dos da Madeira, especialmente de 1825 em diante, como mostra o interessante mappa dos vinhos importados de diversos paizes para consumo na Inglaterra, desde 1784 até 1842, inserto no artigo Wine, do Dictionary... of commerce..., by J. R. Mc. Cullosh. Esse mappa não menciona, quanto ao anno de 1784, importação alguma de vinho da Madeira; no período de 1786 a 1794, indica 196:140 galões; no de 1805 a 1814, 354:050; no de 1815 a 1820, 353:940; no anno de 1821, 400:476; no de 1825 , 372:504; e depois, em gradual diminuição, chega a 1842, anno em que a Inglaterra só importou 65:509 galões. Quantum mutatus ab illo!—Aos convergentes golpes da fraude, da concorrência, e da moda, foi, portanto, declinando o commercio dos vinhos da Madeira nas praças britannicas.

«Mas, em compensação, conquanto não completa, estes vinhos, na década de 1830 a 1840, se foram de mais em mais acreditando nos mercados das cidades Hanseaticas, Russia, Hollanda, e outros pontos da Europa, e nos Estados Unidos da América. Estes importavam umas 4:200 pipas anualmente; o império moscovita, 2:000; os outros países, cerca de 3000. Por isso, a exportação de vinho desta ilha, que em 1830 estava reduzida, como já dissemos, a 5:994 pipas, progressivamente aumentou, chegando em 1840 a 9:782, no

preço de 30 a 44 libras esterlinas por pipa».

Para evitar a mistura nos lagares das uvas das castas inferiores com as daquelas que produzem os vinhos generosos da Madeira, houve outrora em cada freguesia um inspector geral escolhido pela Câmara Municipal, com autoridade para nomear sub-inspectores encarregados de «fiscalizar a pureza das vindimas e a boa escolha das uvas, e tudo o mais concernente á bondade da colheita».

A primeira nomeação de inspectores para as vindimas fez-se, segundo cremos, em sessão camarária de 21 de Agosto de 1820, e em sessão de 3 de Setembro de 1836 recomendou-se aos indivíduos nomeados para esses cargos que evitassem a mistura «da uva de mau vinho, tal como a denominada cachudo, malvazião, carão de dama, maroto, etc., com a uva de boa qualidade».

Dissemos atrás que foi por 1660 que a exportação dos vinhos da Madeira começou a tomar incremento, em virtude do impulso que lhe deram os negociantes britânicos, mas estes negociantes a quem os nossos monarcas comularam de privilégios, chegando a dispensá-los do pagamento do imposto de 400 réis por cada pipa de vinho exportado, estabelecido em 1646, vieram a tornar-se mais tarde os mais cruéis inimigos da viticultura madeirense.

Sendo quasi os únicos compradores de vinhos, os mercadores britânicos tornaram-se, como diz o Dr. Azevedo, árbitros supremos do preço deles, ficando-lhes todos na mais completa sujeição. Nos fins do século XVIII e princípios do século XIX essa sujeição era pouco manifesta, pois que os vinhos, devido ao seu alto preço, davam para remunerar condignamente os proprietários e agricultores, mas ao começarem os mesmos vinhos a decair, logo se iniciou para muitos madeirenses uma época de misérias e de privações que foi de larga duração e trouxe á nossa ilha alterações profundas na sua situação económica. «Antes do nefando tratado de 1810, diz Paulo Perestrelo da Câmara, era inibido aos ingleses comprar vinhos em mosto; porem, sendo-lhes isto facultado, tornaram-se os árbitros deste género, e os verdadeiros senhorios das terras».

Se não fora a existência de algumas respeitáveis casas comerciais portuguesas na ilha, entre as quais ocupava o primeiro lugar a do morgado João da Câmara de Carvalhal, mais tarde Conde de Carvalhal, teriam os mercadores britânicos exercido aqui livremente a mais deplorável das tiranias, enquanto auferiam no estrangeiro os lucros ainda consideráveis da exportação dos nossos vinhos. Varias vezes essas casas

estabeleceram preços remuneradores para os mostos a fim de evitar que estes fossem pagos por preços irrisórios, como pretendiam os negociantes ingleses aqui estabelecidos.

Em 1852 apareceu na ilha o Oidium Tuckeri que destruíu a maior parte dos seus vinhedos, levando a miséria a muitos lares e obrigando muitos madeirenses a emigrar para o Brasil e outros países, mas a crise medonha que então assolou a nossa terra regenerou-a, como judiciosamente diz o dr. Alvaro de Azevedo nas suas notas ás Saudades da Terra. «O mercador inglês, extinto o vinho, liquidou como poude e retirou-se; das antigas casas britannicas só ficaram as de Newton Gordon & Comp.^a J. W. & T. Selby, Blandy, e Rutherford & Grant, sendo as duas ultimas mantidas principalmente pelo valioso negocio do carvão de pedra. Assim a Madeira ficou libertada desses seus dominadores capitalistas. O villão, aguilhoado da necessidade, devotou-se ás terras que colonisava, explorando-as, não com uma exclusiva cultura, como até então fora a vinha, mas com diversas: a da canna de assucar, que em breve lhe deu mais e mais prompto dinheiro que o vinho nos ultimos tempos; e as dos cereaes, dos legumes, da batata doce e não doce, do inhame e das hortaliças, que em breve lhe trouxeram ao lar a fortuna e a alegria, por annos tão arredias».

De 1872 a 1883 sofreu a Madeira novas devastações produzidas desta vez pela invasão filoxerica, mas reconstituídas as suas plantações de vinha pela introdução de cepas resistentes com as quais foram enxertadas as antigas castas, de novo voltou a ilha a produzir os seus deliciosos e afamados vinhos. Infelizmente, porém, não estavam esquecidos os processos de falsificação a que já aludimos, e a maneira como deles se abusou, principalmente no estrangeiro, chegando-se a imitar os rotulos de consideradas casas exportadoras para facilitar a aceitação das mais ordinárias mistelas, bastante concorreu para desvalorizar a principal produção da nossa ilha e para tornar bastante critica a situação do viticultor, a quem os negociantes pagavam pelos mostos preços irrisórios pela dificuldade que tinham em encontrar compradores para os seus vinhos.

A grande guerra fazendo esgotar os stocks do verdadeiro vinho Madeira, concorreu para valorizar as colheitas e fomentar a exportação, mas para que esta se mantenha e se desenvolva, como é de interesse para a ilha, preciso é, todos o sabem, que o sabor, o corpo e o aroma do mesmo vinho não sejam alterados pelas falsificações. Lotar os nossos vinhos com vinhos fracos de Portugal ou adulterá-los por outra qualquer forma, mesmo não prejudicial à saúde, é um erro, ou melhor, um crime, que pode prejudicar gravemente a economia desta ilha, que tantas perturbações tem sofrido já por causa da ganância e da falta de escrúpulos de alguns negociantes.

Nalguns mercados estrangeiros não poucas vezes se comete o abuso de apresentar como provenientes da Madeira vinhos produzidos na Espanha, na Grecia e noutras países, cumprindo também que o mesmo abuso não continue a praticar-se, para o que é necessário pôr em execução e generalizar as clausulas do convenio do Washington de 2 de Junho de 1911 e o que ficou estabelecido nos artigos 274 e 275 do tratado de paz assinado em Versailles em 28 de Junho de 1919 e celebrado entre a Alemanha, de uma parte, e da outra 27 potencias, uma delas Portugal.

Afirma-se que alguns viticultores para alcançarem quantidades de álcool superiores aquelas de que necessitam e a que têm direito, fornecem notas exageradas da produção dos mostos das suas propriedades, o que, a ser exacto, constitui um abuso certamente prejudicial aos interesses da terra, visto o excesso do mesmo álcool poder ser utilizado nas falsificações. Em 15 de Outubro de 1919 pretendeu-se obter no Parlamento uma lei que autorizasse os nossos vinicultores a empregar na preparação dos vinhos da Madeira as mesmas quantidades de álcool aplicadas aos vinhos do Porto, mas tal lei que só serviria para favorecer a fraude, não chegou a ter aprovação. Com álcool e açúcar em abundância não precisariam alguns comerciantes de ir buscar ao agricultor o vinho preciso para satisfazer as encomendas vindas do estrangeiro.

A utilização no preparo dos vinhos generosos de uvas adequadas ao fabrico de vinhos de pasto embora não constitua uma verdadeira fraude, deve no entretanto evitar-se, criando-se tipos especiais madeirenses destes últimos vinhos, conforme é permitido pelo regulamento de 1913. Um conhecido enólogo conseguiu fabricar há anos um tipo de vinho de pasto madeirense, que alguns provadores, consideraram de excelente qualidade.

Entre os actuais (1921) exportadores de vinhos da Madeira mencionaremos os seguintes: Companhia Vinicola da Madeira; Antonio Isidro Gonçalves; Tarquinio Torquato da Camara Lomelino; Freitas Martins, Caldeira & C.ª; Julio A. Cunha, Sucessores; Portugal, Santos & C.ª; F. F. Ferraz & C.ª; Luiz Gomes da Conceição & Filhos; João Carlos de Aguiar & C.ª; Artur Barros Sousa; F. M. Sardinha & C.ª; João Teodoro Figueira; The Madeira Wine Association; Cossart, Gordon & C.ª; Blandy Brothers & C.ª; Leacock & C.ª; Henrique P. Miles; e Power, Drury & C.ª. A venda dos nossos vinhos no estrangeiro faz-se por intermédio de agentes que as casas exportadoras mantêm ali para tal fim.

Temo-nos ocupado da exportação dos vinhos da Madeira e da necessidade que há de restituir-lhes a merecida fama de que gozaram outrora em muitos países estrangeiros; vamos agora apresentar alguns dados relativos á produção, aos principais tipos e ao fabrico dos mesmos vinhos, no intuito de completar a noticia que nos propusemos escrever sobre uma das principais riquezas da nossa ilha.

A produção vinícola que em 1813 era de 25.440 pipas, estava reduzida a 20.986 pipas em 1847, a 11.140 em 1850, a 2.277 em 1852, a 660 em 1853, a 138 em 1854 e a 38 em 1855. De 1856 em diante nota-se um pequeno aumento na produção em relação àqueles dois últimos anos, mas em 1858 ainda ela não excedia 197 pipas, tendo descido a 162 no ano imediato. Em 1861 e 1865 foi a produção, respectivamente, de 400 e 5.000 pipas, e em 1882, quando a filoxera (V. este nome) fazia ainda grandes devastações nos vinhedos da ilha, foi ela de cerca de 4.500 pipas, baixando a 3.500 em 1883.

A enxertia das antigas castas em cepas resistentes e o aproveitamento em larga escala do Jacquez como produtor directo, melhoraram notavelmente a situação da ilha nos anos subsequentes, tendo sido a produção de umas 8.000 pipas em 1895, de 9.200 em 1900 e de 11.401 em 1909.

O Funchal e Câmara de Lobos são os concelhos em que é maior a produção vinícola, seguindo-se-lhes os concelhos de S. Vicente, Porto do Moniz, Porto Santo e Calheta. Os vinhos generosos provêm da costa do sul da Madeira, e em especial de Câmara de Lobos e do Funchal, mas os vinhos do Porto da Cruz, na costa do norte, são em regra de muito boa qualidade.

Os principais vinhos madeirenses são os seguintes: malvasia, boal, sercial, verdelho, tinta e Madeira. Os quatro primeiros receberam os nomes das uvas que os produzem; o ultimo provém da mistura no lagar de diversas castas madeirenses.

O malvasia é doce e aromático, e no entender de Frutuoso e dos modernos consumidores ingleses, o mais valioso dos vinhos da Madeira; o boal é também aromático e excelente para mesa ou toast»; o sercial é seco e não pode ser consumido antes de oito ou dez anos, sendo considerado, porém, nesta idade «como um dos vinhos mais delicados e salutares da ilha», o verdelho é forte, aromático e «tem muito valor para mesa»; e a tinta é doce e aromática, sobretudo enquanto é nova, devendo a sua cor ao folhelho que se deixa ficar no vinho durante a fermentação. o Madeira, o mais comum dos vinhos da ilha, provém de uvas de diversas castas espremidas juntas nos lagares e pode ser mais ou menos forte e mais ou menos aromático conforme a

sua idade e composição.

É o Madeira que a ilha exportava e exporta ainda em larga escala, sendo este vinho conhecido outrora nos mercados ingleses pelos nomes de East ou West Índia Madeira, quando tinha sido enviado até esses países a fim de melhorar pela acção do calor, e de London Particular, quando não tinha realizado tal viagem.

Na Madeira prepara-se um vinho a que chamam surdo, juntando aos mostos quantidades avultadas de álcool. Este vinho que conserva uma parte do açúcar, serve para dar corpo a outros vinhos e também para adoçá-los, tendo tido outrora na Inglaterra, para onde se exportavam pequenas quantidades dele, o nome de Nuns's wine.

Dissemos atrás que era de 30 libras o preço médio actual da pipa de vinho, mas afirmam-nos que alguns vinhos velhos têm sido vendidos ultimamente a 100 libras. Johnson que escreveu o seu Handbook em 1885, diz aí que o preço do vinho da Madeira vai desde 25 a 300 libras por pipa, e nos princípios do século XIX, na época da grande exportação, variava esse preço entre 55 e 90 libras. o custo duma pipa de vinho era de 15, 18 e 20 libras antes da ultima guerra (1914-1918), de cerca de 40 libras em 1878 (preço médio), de 50 a 80 libras em 1856, de 25 a 50 alguns anos antes e de 30 a 44 em 1840.

As vindimas realizam-se no mês de Setembro, mas nos logares quentes e soalheiros podem principiar nos fins de Agosto, e nos logares altos e frios prolongar-se até meados de Outubro. As uvas são esmagadas no lagar por homens descalços, vendo-se junto dele uma tina destinada a receber o mosto. Espremidas as uvas, é o bagaço arrumado no centro do lagar e apertado helicoidalmente por meio dum cordão grosso, fazendo-se depois assentar sobre ele umas taboas, nas quais se vai exercer a pressão da vara, uma grossa travé que se aperta por meio dum parafuso que a atravessa numa das extremidades e se prende inferiormente á chamada pedra do lagar.

Assim comprimido, o bagaço fornece uma nova porção de mosto que sai pela bica do lagar para a tina que se acha num plano inferior, mas o trabalho da extracção do sumo da uva não está ainda concluído, pois resta a operação da repisa, que consiste num ultimo esmagamento do bagaço, realizado igualmente por homens descalços, dentro do lagar. Esta operação é bastante violenta e só pode ser bem executada por indivíduos novos e sadios.

A água-pé é fabricada deitando água sobre o bagaço e submetendo este a uma nova pressão. Adicionando-lhe álcool, obtém-se um vinho fraco que é consumido nos campos da ilha.

O mosto é transportado em barris ou em borrachos para a adega do vinicultor, sendo despejado aí em pipas ou tonéis, onde tem lugar a fermentação, que dura em regra dois meses. Terminada a fermentação, são os vinhos limpos das borras e transferidos para outros cascos de antemão lavados, desinfectados com cal e finalmente mechados, onde se realiza a sua clarificação por meio de ovos, leite, sangue de boi ou barro.

Depois da clarificação, são os vinhos remetidos para as estufas, isto quando a sua educação se não faz pelo sistema de canteiro. outrora era costume deitar álcool no vinho antes do aquecimento, mas hoje o processo mais seguido é não lhe deitar nenhum senão depois. E o álcool extraído da cana sacarina que é usado agora no tratamento dos nossos vinhos, mas por meados do século XIX empregava-se nesse tratamento o álcool fabricado com os vinhos do norte, e nos princípios do mesmo século muitas vezes serviram as aguardentes estrangeiras para o tratamento dos vinhos da ilha, encontrando-se registadas nos livros da Câmara Municipal do Funchal varias representações do Senado solicitando a proibição da entrada dessas aguardentes na Madeira.

Aos vinhos fracos madeirenses adiciona-se em geral 10 a 11 por cento de álcool, aos vinhos melhores, 6 por cento, e ao vinho surdo, 30 por cento. Este ultimo vinho serve, como já dissemos, para melhorar e dar corpo aos outros vinhos, sendo preferível o seu emprego ao da calda de açúcar, muito utilizada outrora pelos vinicultores. O arrobe (mosto fervido), é pouco empregado hoje no tratamento de vinhos.

Segundo o Dr. Ferreira da Silva, os mostos madeirenses têm uma percentagem de açúcar de 19 a 28 por cento, e dizem Kickton e Murdfield que para a preparação dos vinhos generosos da Madeira «é necessário aumentar a qualidade nobre e vinosa pelo adicionamento de mostos tornados surdos (vinhos abafados ou surdos, Jeropigas), e por líquidos destilados do vinho», acrescentando, porém, a seguir, que o álcool, como produto rectificado da cana sacarina, também é empregado em larga escala na ilha no tempero dos vinhos. Dizem ainda os mesmos autores que o vinho da Madeira é um vinho de dessert, de carácter particular e exclusivamente preparado na ilha portuguesa da Madeira, e que a sua composição é pouco uniforme em diversos resultados analíticos, o que é devido não só á percentagem de açúcar, que é variável para os diversos vinhos de base, mas sobretudo á diversidade dos meios de adoçá-los, que são empregados.

O diploma que regulamentou o comércio e produção dos vinhos da Madeira e de 8 de Novembro de 1913, não tendo obtido aprovação um outro que apareceu em 1915 e contra o qual se insurgiram a imprensa, as corporações administrativas e o povo da ilha. As principais disposições deste último diploma e o que acerca dele se disse e se escreveu, constam dumha publicação que tem por título—A Imprensa, as Colectividades do Distrito e o Projecto de Regulamentação da Produção, Fiscalização e comércio dos Vinhos da Madeira (Funchal), (1916).

Desde o meado de Janeiro de 1924 ficou existindo no Funchal uma comissão encarregada pelo Ministério da Agricultura de propor ao Governo as alterações que deve sofrer o regulamento de 8 de Novembro de 1913, de maneira a exercer-se a mais rigorosa fiscalização dos vinhos e a evitarem-se as adulterações.

Acerca da compra dos mostos aos viticultores e da exportação dos vinhos publicou o governador civil José Nosolini um Regulamento datado de 18 de Outubro de 1939, que estabelece as condições em que essa compra e exportação devem ser feitas.

Prestam apreciáveis elementos de informação ao assunto deste artigo os seguintes escritos: «Os vinhos da Madeira e o seu descredito pelas estufas», 1889, «Noticia sobre o vinho Canavial», 1882, e «Os tres sistemas de tratamento dos vinhos da Madeira», 1900, todos da autoria do conde de Canavial; «o Vinho da Madeira. Como se prepara um nectar», 1937, por J. Reis Gomes; «Os Vinhos da Madeira», 1935, por Nuno Simões; Acção Bactericida do Vinho Madeira pelo dr. Vicente Henriques de Gouveia, 1930, e «Vinho da Madeira» por Ferreira da Silva.

V. Álcool, Estufas, Vinhas, Vinho de roda e Vinho de canteiro.

Industrias. Nas páginas precedentes, apresentámos uma resenha do movimento industrial exercido neste arquipélago debaixo dos seus principais aspectos, e neste artigo daremos uma ligeira notícia de outras indústrias, que, embora de menor importância, merecem figurar neste lugar para conhecimento de algum dos leitores desta obra.

Existem presentemente (1921) na Madeira 2 fábricas de conserva de peixe, 1 de tabacos (vide este nome) 1

de velas de estearina, 2 de velas de cera, 1 de cerveja, 2 de bebidas gasosas, 2 de sabão (V. *Saboarias*), 2 de pregos, 1 de telha e ladrilhos de cimento, 6 de serração de madeiras, 5 de bolacha e biscoitos, 7 de massas alimenticias, 1 de adubos quimicos e 1 de tintas. Existem também uma oficina de fundição, varias pequenas fabricas de manteiga (V. este nome), 7 de queijos, 5 olarias, 6 fabricas e cerca de 300 azenhas para a moagem de cereais, diferentes marcenarias, nalgumas das quais se fabricam moveis muito elegantes e que rivalizam com os que vêm de Portugal, pequenas fabricas de cortumes, grande numero de lagares onde se espremem as uvas que produzem os deliciosos vinhos da ilha. (V. *Vinhos*), estufas (V. este nome) para tratamento dos mesmos vinhos, 2 oficinas de pequenas reparações e construções navais, diferentes oficinas de fogo de artificio, varios fornos de cal, muitos teares, etc., etc.. As bordadeiras (V. *Bordados*), estão espalhadas por toda a ilha, e há também fabricantes de botas chás ou de pele de batata, de chapeus de palha de centeio e de artefactos de verga (V. *Camacha, Giesta e Vime*), e quem se dedique á tinturaria, se bem que esta industria esteja ainda muito atrasada entre nós. Merece também aqui uma especial referencia a industria das incrustações em madeiras que, embora pouco desenvolvida, tem uma feição caracteristica e regional, e que é bastante apreciada pelos estrangeiros (V. *Embutidos*).

As industrias das velas de estearina, dos pregos, do queijo, dos adubos quimicos, das tintas, de telha de cimento, das bolachas e biscoitos e da conserva de atum são modernas na ilha, exercendo-se esta ultima na fabrica da Ponta da Cruz, fundada em 1909, e na do Paul do Mar, fundada em 1912, ao passo que as restantes são todas mais ou menos antigas, remontando algumas aos seculos XV e XVI, como a do açucar, a da moagem, a do sabão, a da serração de madeiras, a dos artefactos de giesta, etc., etc..

A fabrica de conservas da Ponta da Cruz exportou para Portugal 557.085 quilos de atum em 1910, sendo este o ano em que preparou maior quantidade de peixe, e a fabrica de velas de estearina a que atrás nos referimos chegou a fornecer mais de 60:000 pacotes anualmente, tendo porém agora, por motivos que desconhecemos, reduzido a sua produção.

Outrora fabricavam-se no Funchal muitas velas de sebo, mas esta industria começou a desaparecer por 1878, com a afluencia ao nosso mercado das velas de estearina vindas da Inglaterra, que eram vendidas por preços bastante modicos. As velas de sebo apareciam noutras epochas tanto na residência dos ricos, como na dos pobres, e eram vendidas a 20 réis cada uma.

As fabricas e azenhas da Madeira, e os moinhos de vento do Pôrto Santo, reduziam a farinha, antes da

guerra, 9 a 10 milhões de quilogramas de trigo, sendo 7 a 8 milhões importados, 11 a 12 milhões de quilogramas de milho, sendo quasi todo ele importado, e cerca de 350 mil quilogramas de cevada e centeio, produzidos na ilha. No tempo dos donatarios só eles podiam ter moinhos de cereais e fornos públicos, sendo lícito porém a qualquer ter moo de braço, mas não moendo a outrem.

A industria da serração de madeiras é, como a da moagem, bastante antiga, e a ela se referem Frutuoso e a carta de doação da capitania do Funchal feita pelo infante D. Henrique a João Gonçalves Zargo. Segundo aquele cronista, «na ilha havia tanta quantidade de madeira tão fermosa e rija, que levavam para muitas partes copia de taboas, traves, mastros, que tudo se serrava com engenhos ou serras d'agua, dos quais ainda hoje ha muitos das bandas do norte da mesma ilha.»

A este assunto interessa ler-se o opúsculo Serras de Agua na Ilha da Madeira e Porto Santo publicado em 1937 pelo Dr. Jordão de Freitas.

Em vez das serras de água, há agora varias oficinas para a serração de madeiras, em que o motor é a força do vapor, sendo seis as principais, como atrás ficou dito.

Frutuoso refere-se ás indústrias do sabão e dos artefactos de verga, tendo a primeira constituído um monopólio até a publicação da lei de 25 de Abril de 1857. Em 1860 havia já duas fabricas de sabão, e duas existem também actualmente, importando-se todavia de Portugal grandes quantidades daquele produto para o consumo da ilha.

Em 1856 havia uma fabrica de cerveja no Funchal, e a indústria da fundição data talvez de 1834. Ha oitenta anos fundiam-se já o ferro, o estanho, o cobre e o zinco nas oficinas de José Pires Soares e de William Hinton, empregando-se os altos-fornos e trabalhando a ventoinha pela força braçal ou por cavalos, e se essa indústria não tomou desde logo incremento entre nós, é porque da Inglaterra vinham grandes porções de objectos metálicos de varia natureza, que eram vendidos aqui por baixos preços. Além da fabrica de fundição, estabelecida agora (1921) na rua 5 de Junho, havia há poucos anos uma outra na antiga rua da Princesa.

Embora no Funchal e na Camacha se trabalhe em tecidos de palha de centeio para o fabrico de chapéus, é no Estreito de Câmara de Lobos que esta indústria está mais desenvolvida e que se executam trabalhos mais esmerados. As tecedeiras desta ultima freguesia entrançam também a palha com que se fabricam chapéus

arrendados para senhoras.

A indústria dos queijos, estacionária durante anos, mas que parece agora em progresso, exerce-se no Faial, no Estreito de Câmara de Lobos, na Ponta do Sol e nos Canhas. Foi Adolfo Burnay quem fabricou os primeiros queijos na Madeira, numa fabrica de lacticínios montada por ele no Santo da Serra em 1895, mas essa tentativa não deu resultados, e só decorridos quinze anos é que começaram a aparecer no concelho da Ponta do Sol alguns queijos que, pelo seu sabor agradável e bom preparo, mereceram a aceitação do publico.

Os teares estão muito disseminados pela ilha e tecem panos de linho, estopas e tecidos mixtos de linho e lã (seriguiha, marafuz, etc.). Segundo uma estatística que temos presente, há cerca de oitenta anos fabricavam-se em todo o distrito 143.000 metros de pano de linho, 3.300 de estopa e 7.800 de tecidos mixtos, mas hoje está essa produção reduzida talvez a metade, devido aos panos da terra serem menos procurados para os usos domésticos. Os concelhos da Calheta, Sant'Ana e Ponta do Sol são aqueles em que se fabrica maior quantidade de tecidos de linho e de linho e lã.

São de construção madeirense não só os barcos de vela e a remos que fazem serviço nas águas do arquipelago, mas ainda o pequeno vapor Vitoria, que navegava na costa sul da Madeira. Este vapor foi construído em Machico, e a leste da antiga Praça Académica construíram operários madeirenses, há mais de cinquenta anos, o pequeno, mas excelente vapor Queen, que, depois de ter navegado nas nossas águas, passou a fazer serviço no Tejo. Em 1920 construiu no recinto do Cabrestante o iate Gonçalves Zargo, e está agora (1921) em construção no Campo do Almirante Reis um outro navio de maior lotação do que aquele—o iate Anfítrite—destinado também a viagens no alto mar.

No Funchal há três olarias, a mais importante das quais é a Funchalense, na estrada do Conde de Carvalhal, e espera-se que dentro em pouco será instalado no sítio do Gorgulho um estabelecimento de primeira ordem, destinado ao fabrico do vidro (*V. Traquites*) e da telha, tijolos, etc. (1921).

As matérias primas usadas na cerâmica da ilha são o barro vermelho, a areia branca e o salitre de Portugal, e o barro massapez da Madeira e Porto Santo, mas este ultimo tem o inconveniente de se fender às vezes, quando não associado a outro barro, em virtude de um excesso de óxido ferrico. No Estreito da Calheta fabricam telhas de forma arqueada, infusas e outros objectos, utilizando apenas o barro da terra.

Diz Frutuoso que no Porto Santo havia muitos dragoeiros, do tronco dos quais se fazia muita louça, mas hoje estão estas árvores extintas naquela ilha, não sendo utilizadas na Madeira, onde são muito raras, em coisa alguma. Da madeira da urze e do folhado se fazem colheres e outros objectos na Camacha e noutras freguesias.

Nos campos da Madeira, e em especial no Porto do Moniz, fabricam-se massas alimentícias por meio de maquinas muito rudimentares, construídas na ilha. Estabelecimentos providos de maquinismos aperfeiçoados, destinados ao mesmo fim, só existem no Funchal e em Santa Cruz.

A indústria da confeitoraria teve importância no Funchal, como vimos a pág. 298 do I.^o volume deste Elucidario, e entre as pequenas indústrias caseiras da Madeira, convém assinalar a das flores de penas e de papel, a das gaiolas, a dos chapéus de folhas de palmeira (V. Caniço) e a da ginger-beer. As mulheres da Madeira, diz Frutuoso, «além de serem mui bem assombradas, mui fermosas, e discretas, e virtuosas, são extremadas na perfeição de ricos e exquisitos manjares de toda a sorte, e em todas as invenções de ricas cousas que fazem, não somente em pano com polidos lavores, mas também em assucar com delicadas fructas.»

No fim de 1912 havia 494 estabelecimentos industriais registados em todo o distrito, e a população fabril era de 3.547 indivíduos, sendo 209 empregados, 287 mestres e contramestres e 3.051 operários. Nesta ultima classe contavam-se 2 042 homens, 426 mulheres, 288 menores do sexo masculino e 295 do sexo feminino.

Embora a Madeira seja um país mais agrícola do que industrial, indústrias há todavia que se podem considerar aqui vigorosas e outras que prometem vantagens, sendo mesmo já hoje mais ou menos remuneradoras. O pessoal operário é em regra activo e inteligente, e se nem sempre produz trabalhos isentos de certos defeitos, é porque a sua pouca educação não só literária, mas também artística, lhe não permite adiantar-se convenientemente.

A indústria do desdobramento dos produtos da cana sacarina é das mais valiosas da ilha, sendo também muito importantes a dos bordados, a da manteiga, a das moagens, a do sabão, a da fundição e a da cerveja. Estas duas ultimas indústrias, que foram exercidas por portugueses, estão agora nas mãos de estrangeiros, tendo sido também um industrial inglês quem durante largos anos teve o monopólio do fabrico do açúcar

em todo o distrito.

Infante (Pico do). Elevação montanhosa, na freguesia de Santa Maria Maior, ao norte do sítio da Choupana.

Inferno (Ribeira do). Nasce nas serras da freguesia de São Vicente e separa esta freguesia da do Seixal, lançando-se no oceano. Nas margens desta ribeira e nos pontos interiores dela, encontram-se alguns dos pontos da nossa mais arrebatadora paisagem, deparando-se ali frequentemente com os mais horrorosos e profundos despenhadeiros. O caudal desta ribeira alimenta uma levada, que fertiliza as terras da freguesia de São Vicente.

Influências Étnicas. Os primeiros núcleos de povoadores, que no segundo quartel do século XV vieram colonizar este arquipélago constituíram-se com habitantes do continente português, especialmente das províncias do Minho e do Algarve. Foram na sua maioria recrutados entre os agricultores e trabalhadores dos campos, encontrando-se também bastantes artífices, que se entregavam ao exercício das chamadas artes mecânicas.

Os capitães-donatários fizeram-se acompanhar de alguns parentes e de outras pessoas das suas próximas relações, e já atrás (I vol. pág. 293) deixámos indicados os nomes de catorze indivíduos, alguns dos quais de origem nobre, que compartilharam com João Gonçalves Zarco dos trabalhos do primitivo povoamento. O mesmo teria sucedido com os donatários Tristão Vaz em Machico, e Bartolomeu Perestrelo no Porto Santo.

Dá-nos o dr. Gaspar Frutuoso esta curiosa informação, que varias razões persuadem não ser destituída de fundamento: « . . .deo licença El-Rey a toda pessoa que quizesse vir com ele (Zargo) para povoação das ditas ilhas, assi a do Porto Santo como a da Madeira. Mandou dar os homicidas e condenados que houvesse pelas cadeias e Reyno, dos quaes João Gonçalves não quis levar nenhum dos culpados por causa da fee, ou traição, ou por ladrão; das outras culpas e homisios levou todos os que houve e foram dele bem tratados; e da outra gente, os que por sua vontade queriam buscar vida e ventura, foram muitos, os mais deles do

Algarve».

Não é de estranhar que assim houvesse acontecido, em virtude da falta de gente para uma tentativa de colonização numa região tão afastada e em condições inteiramente desconhecidas, sendo também para notar que em todo os tempos e lugares os criminosos e condenados forneceram sempre um largo contingente para os incipientes povoamentos. Esta circunstancia não podia ter influencia na pureza etnica da população e nem ainda nos seus costumes e predicados de carácter, porque essa pequena leva de condenados era relativamente insignificante comparado com o numero avultado dos colonizadores vindos de muitas terras de Portugal.

Não pode, porém, negar-se que a grande multidão de mouros, negros e mulatos trazidos para estas ilhas nos primeiros tempos da colonização e ainda em épocas posteriores abastardou notavelmente a pureza nativa da raça lusa, imprimindo-lhe certas características próprias das origens étnicas de onde procediam, que ainda presentemente se notam em muitos habitantes de algumas localidades rurais. Já o deixámos assinalado no desenvolvido artigo acerca dos Escravos (I-407) e voltaremos a versar o assunto no artigo que dedicaremos aos Mouros.

Sendo também bastante considerável o numero de estrangeiros vindos de diversos países da Europa, que no princípio da colonização e particularmente nos séculos XVI e XVII se estabeleceram na Madeira, não é para causar estranheza que do seu cruzamento com os naturais se manifestassem em alguns centros de população certos traços fisionómicos característicos de outras raças europeias, como tem sido observados por vários visitantes nas suas narrativas de viagem e pode ainda verificar-se no nosso meio, devendo a este propósito ler-se o artigo Estrangeiros inserto a pag. 419 do 1.^º volume desta obra.

Conquanto se possa discordar de algumas das afirmativas feitas nos capítulos Povoadores e Origem Étnica da apreciada obra Ilhas de Zargo, é no entretanto indubitável que ali se encontram valiosos elementos de informação e de estudo para o assunto que serve de epígrafe a este pequeno artigo.

Ingleses. Já no artigo Doação da Ilha da Madeira á infanta D. Catarina nos referimos ás tentativas, que se dizem feitas pelo governo inglês, para obter a posse deste arquipelago, por ocasião do casamento da

infanta portuguesa D. Catarina com Carlos II, rei de Inglaterra. O ponto foi largamente tratado pelo Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo numa das notas das Saudades da Terra, e embora se não prove ali de uma maneira concludente que se tivessem entabulado negociações entre os dois governos para a cedência da Madeira não pode pôr-se em dúvida que nesta e ainda em outras ocasiões, quis a diplomacia britânica aproveitar o ensejo de manifestar essas aspirações, que se julga virem de longe. Posteriormente àquela época, há então factos positivos e eloquentes, que claramente demonstram os desejos da nossa velha aliada. As duas ocupações da Madeira por tropas inglesas, realizadas a título de protecção e defesa contra os supostos ataques das forças napoleónicas, corresponderam a uma verdadeira conquista, o que se prova não somente com muitos documentos diplomáticos da época, mas ainda pela maneira como administraram os negócios públicos deste arquipélago, conservando as autoridades portuguesas apenas um simulacro de poder, que na verdade residia unicamente no comandante em chefe das forças britânicas. (**V. Ocupação da Madeira por tropas inglesas**). Os madeirenses sofreram toda a sorte de vexames nos oito anos que duraram essas ocupações. A pesar das resoluções tomadas no congresso de Viena em que a Inglaterra teria que evacuar sem demora esta ilha, é certo que em muitas chancelarias europeias e até nas altas esferas do governo português se julgava que a ocupação da Madeira correspondia a uma posse absoluta e definitiva. Ao distinto diplomata então representante de Portugal em Londres, D. Domingos António de Sousa Coutinho que pelas eminentes qualidades de estadista e pelos seus numerosos escritos publicados no estrangeiro, tantos e tão assinalados serviços prestou ao seu país, se deve a desocupação deste arquipélago e a sua reentrega á nação portuguesa. O nosso governo agraciou-o com o título de conde e depois marquês do Funchal título que ainda hoje é usado pelos representantes da sua família. Se ainda somos portugueses, a ele principalmente o devemos, e todavia não existe nesta cidade cousa alguma que recorde este facto e que seja ao mesmo tempo uma pequena homenagem prestada á memória do ilustre diplomata.

No período das nossas lutas civis em que a diplomacia britânica tanta interferência teve nos nossos negócios internos, voltou de novo a Inglaterra a esboçar os seus velhos e nunca esquecidos desejos, embora de uma maneira sempre velada, que não chegou a comprovar-se por meio de factos que deixassem vestígios nas relações diplomáticas dos dois países. É certo, porém, que nos centros políticos da época se falou por vezes no assunto com certa insistência, sobretudo nas ocasiões em que mais necessário se tornava o auxílio da Inglaterra.

Em 1897, o Jornal inglês *The Empire* aventou a ideia da cedência do arquipélago madeirense á Inglaterra,

ou então realizar a sua compra, o que não deixou de ser secundado por outras folhas britânicas embora seja certo que alguns jornais de grande circulação e importância de Londres enjeitaram por completo o que parecia ser o começo de uma campanha intencionalmente preparada.

No artigo Estrangeiros não fizemos referência especial aos ingleses ou a outros súbditos de qualquer nacionalidade, merecendo no entretanto a colónia britânica na Madeira que, pela sua antiguidade, numero dos seus membros, importância de que goza entre nós e outras circunstancias particulares, lhe dediquemos um pequeno artigo nesta altura do Elucidário.

Não parece ter sido grande o numero de ingleses que procurassem estas paragens nos tempos primitivos da colonização e ainda no decorrer do século XV e princípio do século XVI. Por esses tempos, muitos estrangeiros do norte da Europa, nomeadamente flamengos e também do sul, especialmente genoveses, foram os que em maior numero aportaram a esta ilha, trazidos pelo espírito de aventura e mais ainda pelo trafico industrial e comercial (V. Estrangeiros). Só por fins do século XVI é que a colónia inglesa foi engrossando e começou a ter verdadeira importância, dizendo o Dr. Rodrigues de Azevedo «que data de 1640 o seu estabelecimento na Madeira em maior numero do que dantes.»

O consulado inglês nesta ilha foi criado em 1658, sendo nele provido primeiramente João Cater. Podemos apresentar uma relação, que não temos por completa, doutros indivíduos que exerceram este cargo:

Richard Milty, João Arls e Guilherme Bolton (todos em 1691),
Benjamin Henrique (1705),
Thomás Morgan (1709),
Diogo Clarque (1726)
Ricardo Baker (1734),
Matheus Itnox (1738),
Carlos Chambres (1750),
Guilherme Naich (1756),
Carlos Murray (1787),
José Pringle (1803),
Archibald Brown (1805),
Henrique Veitch (1813),

George Stoddart,
G. Hayward e W. Keen.

Temos nota de que em 1754 eram negociantes no Funchal os súbditos ingleses Guilherme Naich, João Catanach, Gul Mundach, Richard Hill, Thomas Lamar, Richard Hill Jnr., João Scot, João Pringle, Matheus Hiccox, Carlos Chamber, Diogo Gordo, João Searte e Francisco Newton, além de outros. Paulo Perestrelo da Câmara no seu livro Breve Noticia sobre a ilha da Madeira diz que em 1840 existiam nesta cidade vinte e tantas casas comerciais inglesas, das quais cita o nome de doze, a que chama ricas e acreditadas, cujas firmas o Dr. Azevedo transcreve a pag. 721 das *Saudades*.

A partir de 1640 se apossou a colónia britânica de quasi todo o comercio, sobretudo de vinhos, que chegou a estar inteiramente nas mãos dos negociantes ingleses. Daqui resultou, com este verdadeiro monopólio, que esses mercadores criassem para si, como diz o anotador de Gaspar Frutuoso, grossas fortunas e os proprietários das terras e os agricultores vinhateiros empobrecessem. Foram depois surgindo algumas casas comerciais exportadoras de vinhos de nacionalidade portuguesa, mas não podiam lutar com os colossos ingleses, não só por falta de capitais, mas também por não encontrarem no estrangeiro a fácil colocação dos seus produtos, além dos privilégios e isenções de que gozavam aqueles negociantes estrangeiros. Os administradores de terras vinculadas que geralmente levavam uma vida ociosa, e também muitos proprietários rurais, sem exclusão dos próprios colonos, iam no decurso do ano levantando nas casas inglesas quantias avultadas para serem satisfeitas na época das colheitas, tornando-se assim aquelas casas credoras dos pobres viticultores, que ficavam à mercê do capricho e da ganância dos comerciantes de vinhos. Numa destas ocasiões, em que as casas exportadoras fixaram um preço pouco remunerador dos mostos, salvou João de Carvalhal, depois conde de Carvalhal, a situação angustiosa dos lavradores, comprando os vinhos por preços compensadores e obrigando os mercadores ingleses a seguir-lhe o salutar exemplo. Mas João de Carvalhal gozava entre nós do maior prestígio e influência, era um riquíssimo proprietário em todas as freguesias da ilha e, mais ainda, tinha cerca de três milhões de cruzados em estabelecimentos bancários de Inglaterra.

Da nota XXVIII das *Saudades da Terra* transcrevemos alguns períodos, que muito interessam ao assunto deste artigo:

«Feita a revolução do 1.^º de Dezembro de 1640, Portugal, para que se mantivesse na guerra da independência contra Hespanha, teve de captar os bons officios da França, e especialmente da Inglaterra, e

só os obteve a preço de penosos holocaustos, como já tivemos ocasião de notar a pag. 378. Um dos favores concedidos aos súbditos britannicos foi o permitir-se-lhes, em 1654, a entrada das suas mercadorias, mediante pequeno direito. Em 1658 já havia na ilha da Madeira um cônsul inglez. De 1660 a 1662 já os mercadores inglezes aqui gozavam de especial isempção tributaria na exportação do vinho. Em 1680 já aqui tinham poderosas casas de comercio, que sortiam dos géneros de primeira necessidade a população em geral, e de todos os géneros, inclusive os de luxo, a classe agrícola, e a proprietária, a qual, infelizmente, salvas honrosas excepções, se havia habituado á ociosidade e dissipação. —Daqui data a preponderância ingleza na ilha da Madeira».

Esta preponderância mais se radicou e alargou com os privilégios concedidos aos inglêses pelo celebre tratado de Methuwen, tornando ainda mais apertada, diz a citada nota, a vassalagem da Madeira ao mercantilismo britânico, que se transformou em completo e absoluto domínio com a ocupação deste arquipélago pelas tropas vindas da Inglaterra.

Não sabemos se com o fim de atenuar um pouco os excessos desse reconhecido predomínio e evitar quaisquer protestos ou reclamações por parte da autoridade superior do arquipélago acerca dele, tinha o governo inglês resolvido oferecer ao Governador e Capitão General da Madeira uma importância anual, que para a época não era pequena oferta, cuja legalidade ou conveniência em recebê-la suscitou reparos no espírito do Governador João António de Sá Pereira, que, numa consulta ao governo do marquês de Pombal, datada de 30 de Abril de 1768, diz as seguintes curiosas palavras:

«A Nação ingleza querendo obsequiar os Governadores para os ter sempre propícios a fim de melhor poder continuar nos grandes interesses que tira desta ilha, e vendo que as suas embarcações nada pagavam para o Governo, impôz com permissão de sua Corte, um tributo aos capitães dos seus navios da quantia de 240 reis por cada pipa de vinho ou aguardente, de 300 por cada caixa de assucar, de 150 por cada arroba de casquinha e de 200 por cada saco de urzella, que se exporte d'aqui nas suas embarcações, a que ficaram chamando-direitos de nação—cujos são pagos pelos carregadores, sejam portuguezes, inglezes ou de qualquer outra nação, para a arrecadação dos quais nomeiam todos os anos um thesoureiro e escrivão, o que faz uma grande soma; d'ella se valem para todas as despezas que o comum da nação aqui faz, entre as quaes é esta. . . ». A oferta era de 600\$000 réis anuais, o que há 150 anos representava uma quantia avultada. Ignoramos quando começou a ser paga, e se o continuou a ser depois da consulta de Sá Pereira. O que achamos bastante curioso, mas em extremo aviltante para os nossos brios de nação livre, era o

privilegio concedido á Inglaterra de poder arrecadar impostos e direitos aduaneiros nesta ilha, como se fosse uma colónia inglesa!

Outro privilegio de que gozou a colónia britânica desta ilha foi o que já deixámos indicado no artigo Conservador dos Ingleses (V. este nome), em virtude do qual tinham os súbditos ingleses o direito da escolha de um juiz no julgamento das causas em que tivessem de dirimir-se pendências ou questões entre eles e os portugueses. Tiveram também os ingleses aqui residentes uma conservatória privativa para o registo das suas propriedades e de certas transacções comerciais, mas não podemos determinar com precisão em que consistia esse privilegio e como funcionava a respectiva repartição.

Os súbditos britânicos tiveram alguns templos no Funchal para o exercício do culto protestante. Há actualmente a igreja anglicana, na rua da Bela Vista, construída no primeiro quartel do século passado, e a igreja calvinista na rua do conselheiro José Silvestre Ribeiro. Ainda não há muitos anos existia outro templo na rua dos Aranhais, que julgamos ter pertencido à seita chamada dos ritualistas (V. *igrejas Inglesas*). Temos vaga notícia de que anteriormente à construção destes templos, outras igrejas protestantes houve nesta cidade, mas não podemos precisar a época da sua construção nem os locais em que foram erigidas. Em diversas épocas apareceram entre nós alguns súbditos britânicos, estranhos á colónia inglesa, que se têm entregado á propaganda e ao proselitismo da religião calvinista, nomeadamente o distinto medico Dr. Roberto Kalley, de quem nos ocuparemos em artigo especial.

Tem a colónia inglesa seu cemitério privativo e teve outro nas proximidades do actual, como mais largamente se poderá ver no artigo **Cemiterio Britanico**.

Nos princípios do século passado se instalou no hospital de Santa Isabel desta cidade uma enfermaria conhecida pelo nome de Enfermaria Britânica, que principalmente se destinava ao tratamento dos tripulantes dos navios ingleses que demandavam o nosso porto. Não durou muitos anos, porque nas salas ocupadas por essa enfermaria se instalou em 1837 a Escola Médico-cirúrgica do Funchal. Ignoramos quaisquer circunstancias que digam respeito á fundação desta enfermaria, á sua sustentação e funcionamento, motivos da sua extinção, etc..

A excepcional benignidade do nosso clima (V. *Clima*) tem atraído a esta ilha um extraordinário numero de estrangeiros, entre os quais figuram em primeiro logar os ingleses; muitas personagens ilustres da

Inglaterra, como a Rainha Adelaide (V. este nome) e outros príncipes, estadistas, homens de ciência, literatos, etc., têm procurado na Madeira lenitivo aos seus padecimentos ou um logar de repouso para restaurar forças depauperadas por trabalhos extenuantes, colocando-se ao abrigo de um clima que é uma eterna primavera e numa região em que superabundam as mais encantadoras e surpreendentes belezas naturais.

É ocasião de dizer aqui que a um numero relativamente grande de súbditos ingleses se deve o estudo de certos ramos de historia natural deste arquipélago. Existem trabalhos muito valiosos e de profunda e demorada pesquisa científica, que não podem nem devem ser esquecidos pelos madeirenses. Neste *Elucidário* temos procurado pôr em relevo os nomes dos autores desses trabalhos, dando, embora sucintamente, uma noticia da natureza dos seus estudos e dos serviços que prestaram ás ciências naturais. Os distintos homens de ciência Richard T. Lowe, T. V. Wollaston, James Y. Johnson, Dr. A. M. Norman, etc., etc., serão sempre lembrados por todos os que se dedicarem ao estudo das coisas madeirenses e os seus nomes acham-se indissoluvelmente ligados á historia do nosso arquipélago. Se no nosso jardim publico, como alguém já lembrou, se inaugurasse uma galeria de uma série de bustos em mármore ou bronze, representando alguns dos mais distintos filhos da Madeira ou que a esta terra tivessem prestado serviços assinalados, certamente que ali figurariam com inteira justiça dois ou três dos mais ilustres naturalistas ingleses que se ocuparam da flora e fauna das ilhas do arquipélago.

O Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo referindo-se á influencia exercida no nosso meio pelos ingleses, disse o seguinte: a Madeira está em grande porte anglizada, na raça, nos costumes, na propriedade, no comercio, na moeda; e a língua inglesa é aqui a mais falada depois da nacional. Se nós somos imprudentes em dizer isto, o que são os governos se o ignoram, pois que o não evitam, o que serão? Só o brio português nos mantém portugueses.

Estas palavras, embora referidas ao ano de 1873 em que foram escritas, não se ajustam inteiramente á verdade, mas encerram sem duvida alguma afirmativa que de todo perfilhamos e que nos parece corresponderem à realidade dos factos. A colónia inglesa criou neste meio uma notável influencia e predominio, devido em grande parte ao açambarcamento que conseguiu fazer de alguns importantes ramos de comercio, estando inteiramente nas suas mãos a compra e a exportação dos vinhos, as agências das embarcações que frequentavam o nosso porto, bem como o fornecimento do respectivo carvão e dos mantimentos e refrescos de que essas embarcações precisavam, as transacções cambiais e de transferência de fundos para o estrangeiro, o negocio da importação e da venda dos principais géneros de alimentação e

vestuário de que nesta ilha se necessitava, a exploração de diversas indústrias, etc., ficando deste modo quasi uma população inteira na dependência de algumas dúzias de súbditos estrangeiros. E à medida que as casas inglesas iam alargando o seu trafico comercial e engrossando os seus cabedais, ia paralelamente crescendo o seu predomínio, para o que muito concorriam a altivez inata da sua raça e a natural e conhecida timidez dos madeirenses. Nestas circunstancias, não foi difícil aos ingleses imporem-se como dominadores, abusando de uma maneira verdadeiramente despótica e cruel da triste e angustiosa situação em que algumas vezes se encontraram os habitantes desta ilha. Não é também de estranhar que uns pobres insulares, vivendo no isolamento do oceano e sem espírito algum de reacção contra as influencias estranhas, se deixassem seduzir pelos costumes, tendências e predilecções de estrangeiros, que vinham dos grandes centros europeus e eram considerados como os verdadeiros protótipos de um povo civilizado, sendo certo que essas influencias exerceram em alguns pontos uma acção muito benéfica no nosso meio especialmente nas relações sociais e no convívio elegante das chamadas pessoas de sociedade.

Daqui, porém, a asseverar-se que a Madeira está anglizada e que a influencia britânica se fez sentir na raça, e de uma maneira muito profunda nos costumes e hábitos dos naturais, é certamente uma afirmativa exagerada, que não deve passar sem os ligeiros reparos que fazemos. E se quiséssemos aplicar as palavras do Dr. Alvaro de Azevedo ás circunstancias presentes, maior seria ainda a distancia a que elas ficam da realidade (1921). o predomínio da colónia inglesa madeirense tem enfraquecido bastante nas duas ultimas décadas, devido á eficaz iniciativa e enérgica atitude de alguns comerciantes portugueses, e especialmente do malogrado negociante comendador Manuel Gonçalves. o comercio libertou-se das influencias britânicas locais, e essa emancipação dia a dia se faz notavelmente sentir em muitos ramos da nossa actividade industrial e comercial.

É ocasião oportuna de dizer que a colónia inglesa não chegou nunca a radicar simpatias no nosso meio, a pesar do predomínio e da influencia de que gozava. o orgulho de raça, o isolamento que quasi sempre procurou guardar, a altivez com que em geral tratava os naturais, as raras manifestações de filantropia ou benemerencia em favor da terra que a tornou opulenta, são as principais causas de não ter criado um ambiente que lhe fosse propicio e a tornasse benquista aos olhos dos madeirenses. Há, porém, raras e honrosas excepções, e no que diz respeito a actos de assinalada filantropia, não esqueceremos nos logares respectivos os nomes de Roberto Page, J. Phelps e Harry Hinton (*V. Estrangeiros*).

o numero de indivíduos de nacionalidade inglesa com residência permanente no Funchal era em 1920 de 50 a 60, ao passo que em 1845 havia aqui 293 indivíduos daquela nacionalidade, 280 em 1855 e 200 em 1885. De 1845 a 1855 a média dos visitantes ingleses foi de 342, e de 1880 a 1885, de 200. Acham-se agora no Funchal cerca de 250 ingleses, que tencionam passar aqui o Inverno (1921).

Embora o inglês seja a língua estrangeira mais conhecida da classe comercial, e haja muitos marítimos e bomboteiros analfabetos ou quasi analfabetos que o falem praticamente com um certo desembaraço, é certo todavia que a grande maioria das pessoas cultas do Funchal ou não conhece essa língua ou a conhece mal. A língua francesa é a única cujo estudo merece as atenções de todas as pessoas que desejam instruir-se, sendo grande o numero dos madeirenses que a falam com elegância e perfeição, e ainda maior o daqueles que, se bem que a não falem, estão nos casos de ler e compreender o que de melhor se tem escrito nessa língua.

Nos meses de Março e Abril de 1930, publicou o Diário de Notícias do Funchal uma série de artigos, subordinados ao título *Ingleses na Madeira* e devidos á pena do Sr. tenente-coronel Alberto Artur Sarmento, que encerra largas e interessantes informações acerca da colónia britanica da Madeira no longo período de três séculos.

Inhame. Das cinco ou seis espécies da família Aróideas, conhecidas na Madeira pelo nome de inhames, diz o distinto botânico Carlos Azevedo de Meneses, somente duas nos parecem dignas de menção especial, por causa da sua frequência e das vantagens que da cultura das mesmas tiram os habitantes. São elas a *Colocasia antiquorum* e a *C. esculenta*.

A primeira espécie que se diz ter sido introduzida na Madeira em 1640, goza desde os mais remotos tempos da reputação de planta alimentar, pois já os povos do Egípto e da antiga Grécia faziam dos seus rizomas alongados, tuberculosos e féculentos, um largo uso nas suas mesas, chegando mesmo a exportá-los para outros países do Mediterrâneo.

Os madeirenses distinguem na *Colocasia antiquorum* duas variedades, dando a uma o nome de inhame branco, e a outra o de inhame vermelho. Separa-se esta daquela variedade em ter as nervuras da pagina inferior das folhas um pouco avermelhadas e o interior dos rizomas de uma cor rosea ou vermelha pálida,

que se torna mais pronunciada depois da cozedura.

Os inhames brancos encontram-se nos logares encharcados; os vermelhos são menos exigentes em umidade, e podem mesmo viver nos logares secos, uma vez que haja o cuidado de irrigá-los a miúdo.

Os inhames a que nalguns pontos da ilha chamam do mato ou da feiteira entram na variedade vermelha, e provêm de terrenos altamente situados e que só recebem águas de irrigação de 8 em 8 ou de 15 em 15 dias.

A colheita dos inhames faz-se geralmente em Março e Abril, e a multiplicação da espécie tem lugar por meio de pequenos fragmentos dos seus tubérculos, a cada um dos quais deve aderir um ramo aéreo a que se eliminam as folhas. Sempre que é possível, adubam-se com estrumes de curral ou com substâncias vegetais as terras destinadas aos plantios.

Decorrido um ano depois da plantação, podem-se colher os inhames, mas algumas pessoas costumam deixá-los na terra mais tempo, às vezes dois anos, a fim de obterem assim rizomas mais volumosos.

O inhame vermelho coze com mais facilidade que o branco. Este só deve considerar-se nos casos de ser consumido, depois de haver estado exposto ao fogo durante cinco horas pelo menos. Alguns médicos têm querido atribuir os casos de elefantiasi que se observam nalguns pontos da ilha ao largo consumo que aí se faz de inhames mal cozidos.

Até ao presente, que nos conste, ainda nenhum naturalista observou flores nos inhames brancos e vermelhos da Madeira, o que talvez se deve atribuir à circunstância destas plantas serem arrancadas muito novas ou antes da época da fluorescência. No Algarve, segundo Brotero, os inhames florescem durante o verão.

Os inhames vermelhos são mais procurados do que os brancos, pelos habitantes do Funchal, em razão de serem mais saborosos, menos picantes e mais fáceis de cozer. Os inhames brancos são consumidos quasi exclusivamente pela população dos campos.

A cultura dos inhames ocupa uma larga área tanto no norte como no sul da Madeira, mas tem menos importância do que a das batatas e batatas doces. Os terrenos baixos que marginam as ribeiras e ribeiros,

e uma boa parte do leito destes, são os pontos em que essa cultura se faz em maior escala.

A *Colocasia esculenta*, conhecida vulgarmente pelo nome de inhame de enxerto, é muito menos cultivada do que a *C. antiquorum*, embora os seus rizomas sejam mais saborosos e feculentos que os desta espécie.

O inhame de enxerto, do mesmo modo que o vermelho, requere terrenos umidos ou irrigados a miúdo, mas não encharcados, e a sua multiplicação faz-se também por meio de fragmentos dos rizomas, a cada um dos quais deve aderir uma haste ou ramo aéreo.

Inhame de Lagartixa (*Cotyledon Umbilicus*). Planta pequena e suculenta, com as folhas basilares peltado-suborbiculares, longamente pecioladas. Esta Crassulacea é frequente nos muros e rochas no Monte, S. Martinho, Santo António, etc., e o seu suco tem sido aconselhado contra a epilepsia, as chagas e feridas das pernas, etc..

Inquisição. O Tribunal da Inquisição não existiu na Madeira, mas sabe-se que teve aqui familiares, estando registados os nomes de alguns deles nos livros da Câmara Municipal do Funchal (V. *Familiares do Santo Oficio*).

Por provisão de 20 de Julho de 1612 foi encarregado o visitador Francisco Cardoso de Cernejo de vir a esta ilha, mas ignoramos se dessa diligência resultaria serem mergulhados nos cárceres do Santo Oficio, em Lisboa, ou entregues ás chamas, alguns filhos da Madeira.

Recomendava-se na referida provisão aos oficiais da ilha que dessem todo o favor e ajuda precisos ao dito Cernejo, mandando mesmo despejar para sua residência, os melhores prédios que houvesse nas localidades que ele tivesse de visitar!

Dos madeirenses perseguidos pela Inquisição, o mais conhecido é o poeta Francisco Alvares de Nobrega (V. este nome). Como Bocage, gemeu nos cárceres do Santo Oficio, e, ainda depois de morto, teve o quarto em que residia invadido pelos familiares daquele tribunal, que inutilizaram muitos dos seus escritos (V.

Judeus).

Insectos. Segundo o falecido naturalista inglês James Yate Johnson, existem no arquipelago da Madeira 1.331 espécies de insectos, distribuídos do modo seguinte: Coleopteros, 695; Euplexopteros, 4; Ortopteros, 19; Tisanopteros, 6; Neuropteros, 37; Tricopteros, 10; Himenopteros, 217 . Lepidopteros, 112; Hemipteros, 54; Homopteros, 14; Afanipteros, 3; e Dipteros, 160.

É preciso notar, porém, que depois que estes dados foram publicados, novos estudos se fizeram sobre alguns grupos, tendo o professor Teodoro Becker assinalado 212 espécies madeirenses no grupo dos Dipteros e Malcolm Burr 29 no dos Ortopteros. Talvez nos não afastemos muito da verdade se dissermos que existem no arquipelago umas 2.000 espécies de insectos, sendo os grupos dos Coleopteros, dos Himenopteros e dos Dipteros os que se acham mais largamente representados na nossa região.

Wollaston, o autor dos *Insecta Maderensis*, achou 629 Coleopteros na Madeira, 163 no Porto Santo e 89 nas Desertas, tendo notado que muitas destas espécies não têm asas ou as têm muito imperfeitamente desenvolvidas. Este facto, no entender de Darwin, é uma consequência da selecção natural, combinada provavelmente com a falta de uso daqueles órgãos. Os insectos, acrescenta o mesmo naturalista, que não se nutrem no solo, mas que, como certos Coleopteros e Lepidopteros, se nutrem nas flores, e que devem por conseguinte servir-se das asas para achar os alimentos, têm, como observou Wollaston, as asas muito desenvolvidas, em vez de as terem no estado rudimentar.

Instituição Filosófica e Mecânica. Com este título fundou-se no Funchal, em 1840, uma sociedade que tinha por fim fazer estudos científicos sobre a Madeira. Durou pouco tempo esta sociedade, tendo um dos seus membros, o engenheiro militar António Pedro de Azevedo, publicado na *Flor do Oceano* uma tradução da memória de James Smith sobre a geologia madeirense.

Instituições de Beneficência. Por 1425 fundou Constança Rodrigues de Almeida, mulher do descobridor João Gonçalves Zargo, a capela de Santa Catarina (V. este nome) e «a par dela, diz Frutuoso,

fez muitas casas para gasalhado de mulheres de boa vida, pobres mercieiras a quem deixou esmolas para sempre terem cuidado de alimparem e servirem aquela casa (a capela) como ainda agora se costuma». Estas palavras são comentadas pelo Dr. Rodrigues de Azevedo da maneira seguinte: «A Mercearia de Santa Catharina.... era como que um hospício, onde, por esmola, viviam mulheres pobres e de bons costumes, que tinham a seu cargo o aceio da capela da sancta. Uma e outra teem sido conservadas até ao presente. São propriedade do Sr. conde de Castello-Melhor».

Nada sabemos acrescentar ao que fica transscrito e ignoramos também se realmente até o ano de 1873 se manteve a fundação de Constança de Almeida, embora, sem dúvida, com tenção diferente da instituição primitiva. O que podemos agora asseverar é que essa instituição há muito que desapareceu e que as casas e a capela passaram a outros proprietários. Foi esta certamente a primeira instituição de beneficência que houve na Madeira, tendo tido uma existência de cerca de quatro séculos e meio.

Por meados do século XV doou João Gonçalves Zargo uns terrenos junto á capela de São Paulo para a fundação de um hospital, que á custa do povo foi construído por 1469. É a segunda instituição de beneficência que teve o arquipélago. Este hospital, que ali permaneceu poucos anos, foi transferido para a freguesia de Santa Maria Maior e ficou a cargo da confraria da Misericórdia, que então se instituiu nesta cidade e que depois se estabeleceu nas vilas de Machico, Santa Cruz, Calheta e Porto Santo. Do hospital, que mais tarde se mudou para o edifício que actualmente ocupa, e das Misericórdias do Funchal e das cidades vilas nos ocuparemos mais largamente no artigo Misericórdias. Ao hospital de S. Lazaro, cuja fundação data dos princípios do século XVI, já consagrámos um artigo especial neste Elucidário. Do hospital de alienados Manicomio Câmara Pestana nos ocuparemos em outro logar desta obra.

Gonçalo Aires fundou no ultimo quartel do século XV a capela de S. Bartolomeu e, anexa, uma albergaria destinada a clérigos pobres, mas parece que não chegou a ter a aplicação para que foi instituída. (V. o artigo *Gonçalo Aires*).

Do recolhimento do Bom Jesus, que também teve e ainda conserva o carácter de uma instituição de beneficência, já dissemos o indispensável no artigo que lhe fica dedicado no logar respectivo. Alguma cousa se dirá também acerca do Recolhimento das Orfãs, fundado em 1725, na altura conveniente desta obra.

No artigo *Asilos*, tratámos com alguma largueza destas casas de caridade, quer das extintas, quer das que

ainda existem, e para ele remetemos o leitor.

A bela instituição de beneficência, que tem por nome Hospício da Princesa D. Maria Amélia, consagrámos já um desenvolvido artigo e nele nos referimos também ao Orfanato que lhe fica anexo.

Embora sob a forma de associação, são verdadeiras instituições de caridade a Associação Protectora dos Pobres, a Associação Protectora dos Estudantes Pobres, a Assistência a Crianças Fracas e o Auxílio Maternal, aos quais já noutro lugar fizemos referência.

Instituições Vinculares. Tem-se asseverado que o arquipélago madeirense, proporcionalmente à sua área e à sua população, foi a região do país em que existiu maior numero de morgadios ou prazos vinculados. A avaliar o facto pelo numero de capelas, que na sua grande maioria eram de instituição vincular, espalhadas por todas as freguesias da ilha, pode assegurar-se que os morgadios abundavam fartamente na Madeira. Afirmou o conselheiro José Silvestre Ribeiro, num documento oficial, que dois terços dos terrenos de todo o arquipélago eram vinculados. A Madeira foi uma terra de morgadios, embora alguns deles arrastassem uma vida miserável, que não abonava as suas prosapias avoengas.

Nos tempos primitivos da colonização aportaram a esta ilha muitos fidalgos nacionais e estrangeiros e um numero ainda mais avultado de mercadores e aventureiros, que vieram aqui tentar fortuna, atraídos pela fama da notável feracidade do solo, pelo espírito de aventura e também pela falta de recursos nas terras donde eram oriundos. A estes foram dados em sesmaria grandes tratos de terrenos, que faziam arrotear por escravos negros e mouros importados de África, e por colonos livres vindos do continente do reino. Muitos desses sesmeiros criaram boas casas com avultado rendimento que lhes dava a exuberante fertilidade do solo, sobretudo com a produção do açúcar, que em larga escala se exportava. Depois «o sesmeiro rico, no dizer do anotador das Saudades da Terra, enfastiou-se da vida campesina, ufanou-se da sua originaria fidalgua e apeteceu vivenda de mais aparato bulício; desprezou por isso a terra, vinculou-a na mira de assegurar-se dos réditos dela; contratou-lhe a cultura com os colonos livres mediante a demidia, ou, por partes, o terço do fructos, para manter-se em ocioso gaudio abandonou as suas fazendas e veiu assentar residência luxuosa e desperdiçada nas povoações, principalmente no Funchal, Machico Santa Cruz, Calheta, Ponta do Sol e Ribeira Brava.»

Embora o Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo carregue as cores ao quadro, como em geral costuma fazê-lo quando se refere ao monarquismo, á nobreza e ao clero, no entretanto encerra grandes verdades o trecho que aí deixamos transcrito. Nele se põem em relevo algumas das causas de carácter local da criação dos morgados nesta ilha, causas que devem conjugar-se com outras que eram comuns a todo o país e que Gama Barros aponta na sua monumental obra historia da Administração Publica em Portugal. Já em outro logar tínhamos dito que o colono vindo do continente fez sesmeiro, tornou-se depois senhor da terra e em muitos casos se transformou em morgado, deixando aos escravos o cultivo e amanho das propriedades rústicas e indo desfrutar na cidade ou na corte o rendimento dos seus campos e herdades.

Parece que já no segundo quartel do século XV se instituíram alguns morgadios na Madeira. Assim o dá a entender Gaspar Frutuoso, embora o não diga de uma maneira clara e terminante. De vínculos criados no ultimo quartel do mesmo século há então notícia segura, como sejam o de Água de Mel, em Santo António, que se encorporou na casa Carvalhal, o da Consolação, no Caniço, de que foi ultimo representante o conselheiro Aires de Ornelas, o de João Afonso em Câmara de Lobos, que ficou na casa Torre Bela, o de Vasco Moniz, em Machico, de que foi ultimo administrador José de Betencourt e Freitas, os instituídos por João Gomes, junto da ribeira que tomou este nome, o de Rodrigo Aires Furtado, na Ponta do Sol, e ainda muitos outros.

Foi na primeira metade do século XVI que se instituíram muitos vinculos, alguns dos quais constituíram depois importantes casas, contando-se entre eles o morgadio da Lombada dos Esmeraldos (V. este nome), na Ponta do Sol, fundado em 1512 pelo fidalgo flamengo João Esmeraldo (V. este nome) nas terras que aforou a Rui Gonçalves da Câmara, o dos Lomelinos, em Santa Cruz, instituído por Urbano Lomelino, em 1518, o dos Franças, no Estreito da Calheta em 1503, por João de França, o de São João de Latrão, em Gaula, por Nuno Fernandes Cardoso, em 1511, o da Penha de Águia, no Porto da Cruz, por Antonio Teixeira, em 1535, o de São Gil, em Santa Cruz, por D. Brites Escorcio, filha de João Drumond, o da Ribeira dos Melões, na freguesia do Campanário, por Pedro Gonçalves de Clara, o dos Reis Magos, no Estreito da Calheta, em 1529, por Francisco Homem de Gouveia, além de outros que por brevidade omitimos.

Dentre os morgadios que ficam apontados e outros que se criaram no decorrer dos tempos, alguns houve que se tornaram casas muito abastadas e que se mantiveram até os nossos dias na prosperidade e na opulência. Mencionaremos entre outros a casa do conde de Carvalhal uma das mais ricas do nosso país em

bens territoriais e que há setenta anos tinha a renda anual de cem contos de réis, a do conde da Calçada, a da condessa de Torre Bela, a do morgado Nuno de Freitas Lomelino, a do conselheiro Agostinho de Ornelas, a do visconde de S. João e a do morgado Bettencourt e Freitas.

Como já tivemos ocasião de dizer no artigo Elementos para a historia madeirense, perderam-se ou ignoramos o destino que tiveram os livros do antigo Juízo dos Resíduos e Capellas, em que se encontravam os registos das antigas instituições vinculares, com seus encargos pios, fundação de capelas, descrição das terras vinculadas, etc., sendo ai que se poderiam colher dados valiosos para um estudo interessante e completo acerca dos morgados e vínculos existentes neste arquipélago.

Esse numero avultado de instituições vinculares foi reduzido com a lei do marquês de Pombal, de 9 de Setembro de 1769, que supriu muitos dos pequenos morgadios, e ainda com a lei de 3 de Agosto de 1770, que remodelou os vínculos então existentes e principalmente coibiu a criação de outros.

A pesar disso, subsistiram ainda entre nós muitas casas vinculadas, que lutaram com grandes dificuldades económicas, chegando alguns a pedir, como tivemos ocasião de verificar em documentos dos princípios do século XIX e não sabemos se ainda antes, a comutação dos encargos pios a que estavam obrigadas, com o fundamento de que os rendimentos das terras eram insuficientes para a satisfação desses mesmos encargos. A 17 de Fevereiro de 1849, o madeirense e par do reino Dr. Daniel de Ornelas e Vasconcelos, 1.º barão de São Pedro, apresentou na câmara alta um projecto de lei extinguindo todos os vínculos existentes neste arquipélago, considerando-os não só inúteis, mas até nocivos, especialmente por constituírem um grande entrave aos progressos da agricultura. Este projecto produziu grande sensação na Madeira e deu lugar a larga discussão na imprensa. Trinta e tantos representantes de antigas casas vinculadas dirigiram uma representação ao parlamento, refutando a doutrina do projecto e pedindo a sua rejeição. É um documento sobremaneira interessante e que ainda hoje merece ser lido. Além dele e da discussão na imprensa local, publicaram-se sobre o assunto os folhetos: *Breves reflexões sobre a abolição dos morgados na Madeira*, por António Correia Heredia, *As contradições vinculadas*, pelo A. das «*Breves reflexões sobre a abolição dos morgados na Madeira*», e *Resposta ao folheto «Breves reflexões sobre a abolição dos morgados na Madeira*», pelo Sr. A. C. Heredia», cujo autor ignoramos.

O projecto do barão de São Pedro não obteve aprovação nas câmaras, mas a lei de 11 de Maio de 1863, que decretou a completa abolição dos morgados em todo o país, veio dar um golpe profundo nas instituições

vinculares madeirenses e acabar com antigas e abastadas casas desta ilha. Foram-se a pouco e pouco dividindo e subdividindo, não restando hoje intacta nenhuma dessas casas.

No livro *Vínculos Portugueses* de Alfredo Pimenta, encontrámos algumas notícias acerca de diversas casas vinculadas ou morgadios com sede na Madeira, devendo especialmente mencionar-se a que teve por ultimo administrador o 2.^º visconde de Torre Bela, João Correia Brandão Henriques de Noronha, e que compreendia 26 vínculos, havendo sido o primeiro instituidor João Afonso Correia no ano de 1490; a casa dos condes da Calheta, encorporada no marquesado de Castelo-Melhor, instituído primitivamente por João Gonçalves Zargo em 1450; a dos morgados da Ilha (sítio da freguesia de S. Jorge) instituída por Jorge Pinto no ano de 1559; e a das Selvagens (Ilhas) instituída em 1717 por Manuel Ferreira Teixeira.

Foi felizmente incorporada no Arquivo Distrital do Funchal uma parte considerável dos documentos que constituíam o importante arquivo do Juízo dos Resíduos e Capelas a que acima se faz referência e que se encontravam na antiga repartição da Administração do Concelho do Funchal (Vid. Juiz dos Resíduos e Capelas).

InSTRUÇÃO. Como é natural e lógico que tivesse acontecido, a instrução publica neste arquipélago seguiu aproximadamente as fases da do continente do reino. Nas suas linhas fundamentais, a historia de uma é a historia da outra.

A instrução superior teve representação entre nós com a criação da Escola Médico-cirúrgica do Funchal, em 1837, que acabou no ano de 1910 (V. *Escola Médico-cirúrgica*). Nalgumas localidades da Madeira, já se está fazendo sentir (1921) a falta de médicos, que dentro de pouco tempo será grande, podendo, decerto, em época não muito afastada de nós, afirmar-se o que em 1824 dizia ao governo da metrópole o governador e capitão general deste arquipélago: que no Porto Santo e nos campos da Madeira não havia nenhum cirurgião operador e que «apenas se encontrava algum miserável sangrador, de cuja competência teem sido vitimas muitos dos que o chamaram para o trato e curativo das suas molestais». A nossa Escola Médica deveria ter sido remodelada na sua organização primitiva e quadro das suas aulas, tornando-se mais profícuo o ensino das matérias ali professadas, mas as necessidades dos distritos insulares não aconselhavam a sua extinção, que foi principalmente devida, segundo se afirma, a imposição do director de

saúde publica, o Dr. Ricardo Jorge.

A instrução especial foi professada entre nós com o ensino da teologia no Seminário Diocesano, a partir da fundação deste no ultimo quartel do século XVI (*V. Seminário*). Também havia cursos especiais de teologia no convento de S. Francisco e no Colégio dos Jesuítas, para uso privativo dos respectivos religiosos. Como cursos especiais se podem considerar a aula de desenho e pintura, criada em 1810, a aula de desenho que durante alguns anos funcionou nesta cidade, sustentada pela Câmara Municipal do Funchal, e a Escola Industrial, estabelecida em 1889, de que tudo já demos desenvolvida notícia no artigo Escola Industrial António Augusto de Aguiar. No primeiro quartel do século passado existiu nesta cidade um curso de estudos militares, cuja organização, funcionamento e tempo da sua existência desconhecemos por completo. Como cursos de instrução especial devemos ainda citar a Escola Normal (*V. este nome*), que durou de 1900 a 1910, a Escola Primaria Superior (*V. este nome*), criada em 1919, e a Escola de Pilotagem (*V. este nome*), que começou a funcionar no ano de 1914.

As primeiras aulas de instrução secundaria de carácter publico que houve entre nós, foram as que os jesuítas regeram no seu Colégio de S. João Evangelista e que constavam de latim, filosofia, retórica e literatura. Não sabemos quando começaram a funcionar, mas já existiam em 1590, pois a elas se refere o autor das Saudades, e terminaram com a expulsão daqueles religiosos no ano de 1759. Foi este curso secundário conhecido pelo nome de Aulas do Pátio, por funcionar num pátio interior, que era uma dependência do colégio. Ficava situado na rua do Estudo e no mesmo edifício continuaram a ser regidas algumas aulas secundarias depois da expulsão dos jesuítas, com a mesma denominação de Aulas do Pátio. E foi ainda no mesmo edifício que em 1837 se estabeleceu o liceu desta cidade (*V. Liceu*), que ali permaneceu cerca de 50 anos. Não podemos precisar que tempo mediaria entre a expulsão dos jesuítas e a continuação das Aulas do Patio e nem também sabemos dizer se esses cursos funcionaram ininterruptamente até o estabelecimento do nosso liceu. Em 1772 foram criadas as aulas publicas de filosofia, latinidade, matemática e retórica, e por 1825 as de francês e inglês (*V. Aulas Secundarias*), levando tudo a supor que essa criação se destinasse a suprir a falta das aulas regidas pelos jesuítas, devendo então admitir-se que houve uma interrupção nesses cursos no período decorrido de 1759 a 1772.

Com relação à instrução primaria, leia-se o artigo Escolas Primárias, em que este assunto é tratado com algum desenvolvimento.

Insubordinações Militares. Apenas temos conhecimento das seguintes, ocorridas na ilha da Madeira: a de Julho de 1829, no regimento de infantaria n.º 13, por ter sido nomeado comandante interino um oficial estranho á corporação; a de 30 de Julho de 1852, no batalhão de caçadores n.º 6, sendo morto por essa ocasião o tenente Lapierre; e a 2 de Agosto de 1870, no batalhão de caçadores n.º 5, em seguida a uma revista de armamento.

V. Guarnição Militar e Lapierre.

Insulana. Deste poema nos ocuparemos, quando falarmos do seu autor. **V. Tomaz (Manuel).**

Invejosa. É conhecido por esta denominação na ilha do Porto Santo, o *Echium plantagineum*, planta da família das Borraginaceas, que também se encontra na Madeira e Desertas.

Inverno no Funchal. Acerca da estação invernosa nesta cidade, dá o Dr. F. A. Barral, na sua apreciada obra Noticia sobre o clima do Funchal, uma noticia muito curiosa e interessante, que vamos registar nestas colunas, embora já nos tenhamos referido ao assunto no artigo Clima:

«O clima do Funchal tem uma estação mais quente, e outra mais fria; tem chuvas, trovoadas, algumas vezes ventos fortes, tempestades, alluviões, e o leste; e tudo isto que não vem todos os annos em época e estação fixa, que não dura sempre o mesmo tempo, produz variações notáveis, e quebra essa suposta uniformidade e monotonia. Os annos de 1749 e 1750 foram summamente secos, segundo Heberden. No de 1826 choveu muito mais do que nos outros annos. No anno de 1834 para 1835 houve mais dias de chuva do que é costume haver, não caindo proporcionalmente uma maior quantidade de água; a chuva foi mais miúda e aturada como nos paizes do Norte. Em 1803 e 1842 houve terríveis alluviões.

Alguns annos o verão é mais quente: no de 1852 o thermometro á sombra subiu no mez de Setembro a 83° (escala de Fahrenheit), e em alguns logares a 85°, o que é raro. Em quasi todos os invernos ha dias em que

cahe neve na serra e se sente algum frio; no inverno de 1851 para 1852 não caiu neve, e no de 1852 para 1853 caiu maior quantidade de neve do que em muitos invernos antecedentes, sentiu-se frio e o thermometro desceu em algumas noites abaixo de 50°, e chegou alguma vez a 45.º, o que também é raro.

É certo que ali as estações não apresentam aquellas grandes diferenças e notáveis contrastes dos climas de mais alta latitude, e que dão ao paiz aspectos mui diversos. A Madeira, ou para melhor dizer, a parte meridional da Madeira, onde está situado o Funchal, é sempre um jardim. Nem os frios do inverno, nem os calores do verão murcham e seccam a sua viçosa vegetação; mas assim mesmo passa-se nessas diferentes épocas do anno chamadas estações, alguma cousa que muito bem as caracterisa: fenomenos menos pronunciados do que em outros paizes, mas facilmente sentidos pelos naturaes. O inverno do Funchal será o verão de Londres, porém o residente ali percebe a diferença entre as duas estações: temperatura mais baixa, noites mais frias, maior humidade, mais vezes chuva: todas estas alterações caracterisam para elle o inverno; ainda que a estação pareça ao inglez recem-chegado o seu verão, e ao portuguez do continente o seu outono.

O inverno no Funchal é uma bella estação. Temperatura agradável durante o dia, atmosphera pela maior parte clara, ou com poucas nuvens; ventos e chuva moderados, e está de tal modo regulada que deixa intervallos no dia, em que todos, ainda mesmo os doentes, podem sahir sem incommodo, as ruas secando com facilidade. É no inverno que se conhece bem a excellencia d'este clima, sobretudo quando se compara com todos os outros mais conhecidos e procurados; e esta é a estação que dá, segundo pensamos, a grande superioridade ao clima da Ilha sobre os outros climas, que no verão poderão melhor disputar com a Madeira a sua preeminência. Se alguma vez se chega a sentir frio, é de madrugada ou de noite, e fora de casa, a horas em que os doentes não devem passear; e esses mesmos dias reputados mais frios em alguns annos tem sempre muitas horas de uma temperatura agradável em que os doentes podem sahir. Ha habitações no Funchal que pela sua exposição ou construção teem nesses poucos dias de frio uma temperatura mais baixa do que se desejaria e do que convém: dias em que o fogão acceso algumas horas com pouco lume, principalmente á noite, é agradável, sobretudo para os habitantes do norte. E o lume ainda tem a vantagem de diminuir e dissipar a humidade que no inverno pode haver em algumas casas. Ha n'essa estação por vezes um vento de Nordeste menos húmido e de uma temperatura fresca, que dá aos indivíduos um certo grão de vigor e energia útil.

A transição do inverno para a primavera é ordinariamente insensível, parece a continuaçao da mesma

estação; entretanto algumas vezes em Março ha chuvas fortes, que duram por dias com ventos do quadrante do Oeste. Esta estação é summamente agradável até ao fim do mez de Maio, a temperatura conservando-se ainda muito moderada. E em geral é só em Julho que um certo numero de doentes, principalmente ingleses, julgam dever deixar a Ilha para voltar a Inglaterra, e antes d'esse tempo a mudança pode ser muito estranha e prejudicial».

Irmãzinhas dos Pobres. Vieram estas religiosas para a Madeira no ano de 1900 e logo fundaram um asilo para velhos, para o que muito contribuíram o prelado diocesano D. Manuel Agostinho Barreto e o padre Antonio José de Macedo, como já fica referido no artigo Asilos, a pag. 94 do 1.^o vol. desta obra. Com o decreto da expulsão das ordens religiosas do nosso país, tiveram as Irmãzinhas dos Pobres que abandonar o asilo que haviam fundado, saíndo da Madeira, em numero de doze, no dia 18 de Abril de 1911, em direcção á cidade francesa de Latour.

Isabel. (Imperatriz). V. Austria (Imperatriz da) a pág. 106, do 1.^o volume deste *Elucidario*.

Isabel (Princesa). A rainha Isabel da Bélgica, esteve na Madeira nos tempos em que era princesa, tendo chegado aqui no vapor inglês Araguaya, a 28 de Julho de 1909, e saído para Canárias no vapor alemão Kamerun, a 6 do mês de Agosto seguinte. Residiu no Monte Palace Hotel, onde meses antes estivera seu marido o príncipe Alberto, actual rei da Bélgica (1921), e visitou muitos pontos da cidade e arredores, tendo também feito duas viagens por mar, uma até a Ponta do Pargo, desembarcando na Madalena, e outra até Machico, desembarcando nesta localidade e fazendo uma excursão até o sítio da Portela.

A princesa viajava com o nome de condessa de Rethy e foi cumprimentada pelo Governador Civil e Comandante Militar, tendo sido acompanhada nalguns passeios pela primeira destas autoridades.

V. Bélgica (Rei da).

Isca (*Phagnalon saxatile*). Pequeno subarbusto da família das Compostas, muito comum em todas as ilhas do arquipelago. Com os seus ramos, depois de esmagados, fabricam no Porto Santo uma isca muito ordinária, mas que é bastante utilizada pelos habitantes daquela ilha, especialmente os pescadores.

Noutras épocas também se fabricava na Madeira muita isca do *Phagnalon*, sendo conhecidas ainda hoje de muita gente as aplicações que pode ter esta planta.

Isopodos. V. Bicho Conta e Carcinologia.

Ivo (Pedro). Este escritor portuense que deixou assinalada a sua passagem na literatura do nosso país com um conhecido e apreciado livro de contos, visitou a Madeira no ano de 1867 e seduzido pelas belezas naturais desta ilha escreveu uma inspirada composição poética a que deu o título de *Adeus à Madeira*, que veio inserta no *Diário da Madeira* de 19 de Junho de 1924.

J

Jaca Brava (*Grapsus marmoratus*). Crustaceo decápodo braquiúro, comum no litoral das ilhas do arquipelago. Habita de preferência a região entre os níveis do preia-mar e baixa-mar, sendo procurado como isca para certas espécies de peixe.

Jaca de Pau (*Grapsus minutus*). Crustaceo braquiúro que as correntes marítimas trazem a esta ilha, preso geralmente a objectos de madeira, tais como vigas, quartolas, etc. Vive também sobre as carapaças das tartarugas que vêm ás águas da Madeira.

Jacarandá (*Jacaranda mimosifolia*). Árvore da família das Bignoniaceas, cultivada nas quintas, avenidas e jardins do Funchal. Floresce durante a primavera, sendo de um lindo efeito as suas flores azuis reunidas em paniculas, e conserva-se despida ou mal vestida de folhas até o começo do verão, o que a torna muito pouco estimada como árvore de sombra e imprópria por consequência para revestir ruas e praças publicas, ao menos sob o nosso clima.

Jacas Mansas. (*Xantho floridus* e *X. rivulosus*). Crustáceos decápodos braquiúros que vivem

nas costas madeirenses, na parte descoberta pela maré-baixa. São aproveitados como isca.

Jaccoud (Dr.). Este abalizado medico francês, conhecido especialista de doenças pulmonares, esteve na Madeira nos meses de Setembro e Outubro de 1881, onde veio expressamente dedicar-se ao estudo do nosso clima debaixo do ponto de vista terapêutico, chegando á conclusão de que era incontestável a superioridade do clima desta ilha sobre o das outras estações de saúde. Na sua notável obra *Curabilité et traitement de la phthisie pulmonaire*, ocupa-se com largueza da Madeira como estação de inverno para o tratamento das doenças pulmonares. Essas paginas, que revestem a maior importância pela incontestada autoridade do nome que as subscreve, devem ser lidas e ponderadas pelos que queiram ocupar-se do clima deste arquipelago.

Jacinto (Hyacinthus orientalis). Liliacea de flores azuis, cultivada nalguns jardins funchalenses. Foi achada naturalizada nas proximidades da Santa, no Porto do Moniz, pelo Sr. J. G. da Costa.

Jambeiro (Eugenia Jambos). Árvore da família das Mirtaceas, cultivada nalguns jardins e quintas da Madeira. É originaria da Índia e produz frutos subglobosos e odoríferos, de sabor agradável. A infusão das folhas de jambeiro tem sido aconselhada contra a diabetes.

Jamboto. Sítio povoado da freguesia de Santo Antonio do Funchal. Este nome é a corrupção de João Boto, antigo povoador. Neste sítio se encontra uma nascente de água férrea, que em tempo adquiriu bastante nomeada, por se lhe atribuirem determinadas qualidades terapêuticas, tendo por isso a Câmara Municipal do Funchal mandado proceder á analise química e bacteriológica dessa água, sendo o resultado da mesma analise publicado num opúsculo no ano de 1900 e transcrito a pags. 119 e seguintes do livro *Paroquia de Santo Antonio da Ilha da Madeira* da autoria de um dos autores deste *Elucidario*.

Janela (Ribeira da). É o mais extenso e caudaloso curso de água da Madeira. Tem sua origem no Paul da Serra e, atravessando a freguesia de que conserva o mesmo nome, ali se lança no oceano. A pequena distancia da sua foz encontra-se um ilhéu que também tem igual nome. As conhecidas levadas do Rabaçal alimentam-se em boa parte dos mananciais desta ribeira, captados nas suas origens.

V. Ribeira da Janela (Freguesia da).

Jangão. Sítio povoado da freguesia da Ponta do Sol. Era a sede do antigo morgadio do Vale da Bica, instituído em 1522 por João Esmeraldo e de que foi ultimo representante o distinto madeirense conselheiro Aires de Ornelas. Encontra-se ali e fazia parte desta casa vinculada a capela de Nossa Senhora da Piedade, fundada por Antonio de Carvalhal Esmeraldo pelos anos de 1670, tendo sido restaurada em 1777 e em 1879 pelos respectivos administradores Francisco de Ornelas de Vasconcelos e o conselheiro Agostinho de Ornelas de Vasconcelos.

V. Lombada dos Esmeraldos.

Jardim (Dr. Alberto Figueira). Nasceu nesta cidade a 10 de Abril de 1882, sendo filho do advogado Dr. Nuno Ferreira Jardim e de D. Isabel Figueira Jardim. É bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra e professor efectivo do Liceu do Funchal. Entre as comissões de serviço publico que tem desempenhado, contam-se as de vogal da Junta Geral do Distrito, de presidente da Comissão Executiva da mesma Junta, de membro da Câmara Municipal e de Juiz substituto desta comarca. Além de varia colaboração em alguns jornais, escreveu na língua inglesa o opúsculo *Madeira, the Pearl of the Atlantic*, Lisboa, 1914, e em português o livro de poesias *Amostras*, Funchal, 1915 e a tragédia em verso *Galateia*, Funchal, 1920.

Jardim (Dr. Manuel Gomes). Nasceu na freguesia do Porto do Moniz a 9 de Janeiro de 1881. Concluído o curso do Seminário Diocesano, frequentou em Roma a Universidade Gregoriana, tendo-se

ordenado de presbítero no ano de 1904. Em 1921 foi nomeado cônego da Sé do Funchal. Há anos que é professor do Seminário desta diocese. Tem tido varia colaboração nalguns jornais, sendo actualmente (1921) o director da *Vida Diocesana*. Dos seus discursos sacros estão publicados em opúsculos—Sermão ao Santíssimo Sacramento, Funchal, 1912 e *Oração Fúnebre nas exéquias do S. Pontífice Pio X*, Lisboa, 1915 e num volume *A Aurora da Redenção*. É autor dos notáveis trabalhos de polémica religiosa *As Razões do Protestantismo*, *A Existencia de Deus á luz da sciencia e da razão* e *A Igreja e o Protestantismo*. Em defesa da restituição do edifício do Seminário da Incarnação á Comissão Diocesana do Culto do Funchal escreveu o opúsculo *A Legalidade do Decreto n.º 13.514*.

Jardim. (Dr. Nuno Ferreira). Nasceu no Funchal a 27 de Janeiro de 1851 e formou-se na faculdade de direito da Universidade de Coimbra no ano de 1874. Tem exercido a advocacia nas comarcas da Madeira com notável brilho e proficiência, dando á luz alguns dos trabalhos jurídicos em que houve de intervir a sua acção como distinto advogado.

Jardim (Lino Cassiano). Nasceu na freguesia de Santana e era medico-cirurgião pela Escola Medica desta cidade. Para poder exercer livremente a clínica no Brasil, defendeu tese perante a facultade de medicina do Rio de Janeiro, publicando a sua dissertação com o título *Da Febre Biliosa...* Rio de Janeiro, 1871.

Jardim (Luiz António). Era bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, sócio da Sociedade dos Amigos das Sciencias e Artes e foi advogado no Funchal, onde nasceu, segundo presumimos, por 1780. Fez parte da primeira Câmara Constitucional do Funchal, e em 1822 foi eleito por esta ilha deputado substituto ás cortes ordinárias. Publicou na imprensa do *Patriota Funchalense* uma colecção Poética, em um volume de 122 paginas, e sob o título de *Parabéns poetico-políticos*, uma oitava, dezoito sonetos e uma ode, em um folheto de 29 paginas.

Faleceu no Funchal a 14 de Fevereiro de 1825.

Jardim Botânico. Sítio da freguesia do Monte, onde existiu um viveiro de plantas, nos princípios do século passado, conhecido pelo nome de Jardim Botânico.

Jardim da Serra. No extremo norte da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos se encontra a encantadora e aprazível estancia conhecida pelo nome de Jardim da Serra. A amenidade e beleza do logar justificam esta denominação. É em grande parte formado por um pitoresco vale encravado no seio de acidentadas montanhas e rodeado de basta e luxuriante vegetação. É incontestavelmente um dos pontos mais encantadores da Madeira e das suas eminentes se descortinam alguns dos mais vastos e surpreendentes panoramas de toda a ilha. No Pico dos Bodes e na Boca dos Namorados, que lhe ficam sobranceiros, temos principalmente que extasiar-nos á vista do abismo do Curral das Freiras e das montanhas que o circundam, sendo este um dos pontos da Madeira, como já notámos, em que a natureza se apresenta mais notavelmente grandiosa e de aspectos mais surpreendentes, pela grande elevação e forma caprichosa dos montes, pelo alcandorado e aprumo das encostas, pelos desfiladeiros que se encontram disseminados por toda a parte, pelo tom agreste e selvagem da paisagem, o que tudo dá ao conjunto um ar de tamanha grandeza e majestade, e de tão extraordinária e encantadora beleza, que o viajante, ainda o menos apercebido e sensível, fica surpreso e estático ao deparar com este cenário de tantas e tão incomparáveis maravilhas. E é das alturas do Jardim da Serra que melhor se podem observar essas surpreendentes vistas panorâmicas, que fazem atrair a este local um considerável numero de visitantes nacionais e estrangeiros.

Foi certamente seduzido por essas belezas naturais e encantadora amenidade do lugar que o cônsul inglês Henrique Veitch fez construir neste sítio uma bela casa de campo, tendo sido sepultado nas imediações dela, num mausoléu que ali se levanta em plena serrania. (*V. Veitch*).

Foi neste sítio, que entre nós se tentou pela primeira vez a cultura do chá em princípios do século XIX, sob a direcção de H. Veitch, que conseguiu, diz-se algures, «oferecer um tea genuíno e da Madeira, que foi bastante apreciado por todos os seus convidados». Cremos que já ali não existe exemplar algum da *Thea sinensis*. Sabemos que recentemente (1921) o ilustrado agricultor Augusto César de Gouveia ensaiou com o melhor êxito a plantação do chá nas suas propriedades da Fajã da Ovelha, obtendo um excelente produto, que rivaliza com o melhor chá aqui importado de Inglaterra. Parece-nos que além das tentativas do Jardim

da Serra e da Fajã da Ovelha, outras se fizeram nesta ilha para o cultivo daquela planta.

Jardim de Aclimação. O botânico austríaco Frederico Welwitsch propôs em 23 de Setembro de 1852 a criação de dois jardins de aclimação, um em S. Paulo de Luanda, e outro no Funchal. «O jardim do Funchal, dizia o referido botânico, formaria um jardim subtropical, recebendo os vegetais tropicais já habituados a certa cultura regular, naturalizando-os aí, para depois se poderem cultivar com melhor resultado em climas menos quentes, bem como acostumando as plantas para ali remetidas de países mais frios, a vegetar numa temperatura mais elevada, adaptando-as deste modo a não estranharem tanto a sua cultura em regiões da zona tropical... Os jardins científicos de Lisboa, Coimbra e Porto receberiam do jardim do Funchal os vegetais tropicais e subtropicais ali aclimados, e lhe remeteriam as plantas úteis vindas dos países mais frios, para ali se aclimarem».

O jardim de aclimação do Funchal nunca chegou a ser criado, a pesar das grandes vantagens que dele deviam resultar não só para a nossa ilha, mas também para Portugal e vários países estrangeiros.

V. Smith.

Jardim de Oliveira (António). Nasceu na freguesia de S. Vicente a 7 de Junho de 1858 e formou-se em direito pela Universidade de Coimbra, em 1883. Exerceu durante alguns anos a advocacia no Funchal e desempenhou entre nós diversas comissões de serviço público, tendo sido também professor de legislação no liceu do Funchal.

A 30 de Março de 1890 foi eleito representante da Madeira em cortes, para a sessão legislativa de 1890 a 1892.

Nomeado Secretário Geral do Governo Civil do Funchal em 1890, abandonou a vida activa de advogado e quasi exclusivamente se consagrou ao desempenho das suas funções oficiais.

Na falta, ausência ou impedimento dos Governadores Civis, inúmeras vezes teve ocasião até 1919, ano em que se aposentou, de desempenhar o cargo de chefe superior do distrito.

Embora adoptássemos por norma abster-nos de referências elogiosas aos vivos, não podemos deixar de aludir aos assinalados serviços que o conselheiro Dr. Jardim de Oliveira prestou á Madeira, sobretudo por ocasião da grave crise das subsistências por que passou esta terra, motivada pela conflagração europeia. Tendo ordenado, para afastar o espectro da fome, o desembarque de algumas toneladas de milho de uma embarcação portuguesa que chegara ao nosso porto em princípios de Agosto de 1917, não foi este acto aprovado pelas estações superiores, sendo logo nomeado Governador Civil e Comandante Militar o coronel Sousa Rosa e deixando por tal motivo a chefia do distrito o conselheiro Jardim de Oliveira. O facto causou a mais funda impressão de desagrado em todos os habitantes desta ilha e logo nos dias 7 e 9 de Agosto se realizavam duas imponentes manifestações de apreço e simpatia ao conselheiro Jardim de Oliveira, que tiveram a mais alta significação, por se terem a elas jubilosamente associado inúmeras pessoas de todas as categorias sociais, sem distinção de quaisquer facções de seita ou partido.

O conselheiro Jardim de Oliveira residiu alguns tempos em Lisboa depois de obter a sua aposentação, mas tendo regressado ao Funchal em 1921, exerceu aqui a profissão de advogado, da qual andara um tanto afastado em virtude das suas funções oficiais.

Faleceu no Funchal a 31 de Maio de 1926.

Jardim do Mar (Freguesia do). A meio das escalvadas rochas que constituem uma parte do litoral das freguesias da Calheta e do Paul se acha situada a minúscula freguesia do Jardim do Mar. A transição brusca de encostas aprumadas e despidas de vegetação para uma risonha e verdejante estancia, que pitorescamente se debruça sobre o oceano, dá suficiente explicação ao nome que os primitivos povoadores deram a este logar. E, de mais, se afirma que ali abundavam varias flores silvestres, entre as quais sobressaiam as rosas bravas, existindo ainda hoje um sítio que tem o nome de Roseiras, que parece confirmar a tradição.

Gaspar Frutuoso na descrição sumaria que faz das freguesias e logares mais importantes da costa sudoeste desta ilha, refere-se ás localidades do Jardim do Mar e do Paul do Mar, dando-lhes apenas os nomes de

Jardim e de Paul, ignorando nós se nos tempos primitivos da colonização assim seriam conhecidas e sem talvez a acrescentada designação de Mar, que hoje e desde há muito conservam. Também não sabemos se os logares do Paul da Serra e do Jardim da Serra tiveram estas denominações para os distinguir daquelas localidades, sendo umas banhadas pelo mar e outras situadas no interior da ilha. Será hoje talvez impossível averiguá-lo.

Entre o litoral da Calheta e Paul, se destaca uma saliência da costa, que tem o nome de Ponta do Jardim e que constitue uma parte considerável desta freguesia. É esta também formada por uma fajã, que se deslocou dos terrenos sobranceiros que lhe ficavam a montante. Não há notícia da sua formação e conjectura-se que já existisse em época anterior á descoberta.

Diz Gaspar Frutuoso: «Daqui a meya legoa está huma freguesia que se chama o Jardim, de quarenta fogos, com huma igreja de invocação de Nossa Senhora da Graça. Também tem engenho, terra de pão e vinhas». O anotador das Saudades rectifica essa informação com as seguintes palavras: «Ha nesta noticia manifesto equivoco porque, como mostram os supracitados diplomas relativos ás freguesias do Estreito da Calheta e Jardim do Mar, Nossa Senhora da Graça era já então o orago da primeira, e, ao tempo em que o mesmo Gaspar Frutuoso compoz as Saudades (1590), ainda não tinha sido errecta a segunda: referia-se, pois, o autor aquela e não a esta, o que se confirma pelas circunstancias locais que indica».

Sendo o solo do Jardim do Mar bastante fértil, é de presumir que o arroteamento das suas terras se fizesse nas mais antigas explorações agrícolas, embora por indivíduos que tivessem moradia permanente na vizinha localidade do Paul, a que o Jardim primitivamente pertenceu. Também é de presumir que a sua população de residência fixa provenha de época bastante antiga, a pesar da paróquia ser de criação mais recente, o que tem cabal explicação no numero muito restrito dos seus habitantes.

Entre os mais antigos moradores do Jardim do Mar, faz o Dr. Rodrigues de Azevedo menção de Gonçalo Alves de Araújo, que do continente se passou á Madeira no fim do século XV e que ali teve terras de sesmaria, sendo conhecido pelo nome de Gonçalo Alves do Jardim. Foi, porém, mais rico sesmeiro aqui e no Paul do Mar, Joanes de Couto Cardoso, tendo o primeiro e o segundo filhos deste instituído dois morgados com sedes no Paul e no Jardim, de que é hoje (1921) representante Francisco João Vasconcelos de Couto Cardoso, importante proprietário na ultima destas freguesias.

Começou o Jardim do Mar por ser um curato dependente dos Prazeres ou do Paul, o que não conseguimos averiguar, parecendo que primeiramente foi curato filial dos Prazeres e depois do Paul do Mar, datando a sua criação do segundo quartel do século XVIII. No Índice Geral do Registo da Provedoria da Real Fazenda se lê a pag. 132: «Alvará do Senhor Rei D. João V, de 15 de Novembro de 1734, da criação do cura do Jardim do Mar, com ordenado de um moio e meio de trigo e uma pipa e meia de vinho, visto o grave incomodo que tinham os moradores deste logar de irem ouvir missa á freguesia dos Prazeres ou Paul, o que consequentemente não só perdiam missa, mas também morriam sem sacramentos». E nas Memorias sobre a criação e aumento do Estado Eclesiástico na Ilha da Madeira, encontramos citado mais o seguinte diploma: «Alvará do dito Senhor, de 12 de Março de 1736, do respectivo ordenado de um moio e meio de trigo e uma pipa e meia de vinho ao dito cura do Jardim do Mar, o Padre Manuel do Nascimento, com a certidão do vigário dos Prazeres de como cumpre suas obrigações».

O curato foi criado em fins do ano de 1734 e parece ter começado o respectivo serviço religioso no princípio do ano seguinte com a nomeação do cura Manuel do Nascimento, existindo ali uma pequena capela, que serviu de sede ao mesmo curato. Foi reedificada em 1786, pois que a 9 de Dezembro deste ano foi concedida licença para ser benzida. o requerimento, pedindo essa licença, é feito por Francisco Manuel da Silva, cura do Jardim do Mar, dizendo-se nele que «por ordem de Sua Magestade.... se fabricou de novo a capella de N. S. do Rosário a que é afecto aquelle curato, que se achava arruinada, ficando somente o altar em pé e construindo-se de novo todas as paredes do seu corpo...»

E provável que o Jardim constituísse uma fazenda povoadas, com capela, como aconteceu em tantos outros pontos da Madeira, tendo as fazendas e capelas sido o primitivo núcleo e o centro de futuras freguesias.

O cura não tinha residência permanente no Jardim do Mar, pois que uma provisão do prelado diocesano de 20 de Julho de 1809, ordenava que o sacerdote que exercesse esse logar estabelecesse ali a sua morada para prontamente acudir a todas as obrigações do seu cargo, o que somente começou a observar-se depois de 1836, quando o vigário capitular e governador do bispado, por provisão de 28 de Setembro deste ano, desligou o Jardim da dependência do Paul do Mar, dando deferimento a uma representação que lhe fôra dirigida pelos respectivos moradores, que já então eram em numero aproximado de 300. Sómente, porém, pela carta regia de 24 de Junho de 1848, é que o Jardim foi elevado á categoria de paroquia, sem a menor dependencia, na sua vida civil e religiosa, da vizinha freguesia do Paul do Mar.

A antiga capela serviu de igreja paroquial até que foi substituída pelo templo actual, acerca do qual vamos transcrever do Jornal, de 28 de Maio de 1909 os seguintes trechos:

«Em 3 de Maio de 1906, o então vigário desta freguesia, Rev. padre César Martinho Fernandes principiava a demolir o acanhadíssimo, vetusto, e meio arruinado templosinho de Nossa Senhora do Rosário, para, em seu logar, levantar um edifício elegante, belo e artístico para o serviço do culto divino.

Era então ministro do reino Hintze Ribeiro, e governador civil do Funchal o Sr. conselheiro José Ribeiro da Cunha. Este funcionário prometera um conto de réis para a ajuda da reconstrução da igreja; no entretanto, o ministério caiu, a promessa claudicou e já não havia igreja no Jardim do Mar.

Dinheiro, nenhum!

Povoação pequeníssima, que contava nesse ano 420 habitantes simplesmente. Como reedificar, pois, sem recursos um templo? Era um sonho de crianças ou uma quimera de visionários... Mas não foi sonho nem quimera; foi muito em breve uma realidade.

A generosidade mais desentranhada e a dedicação mais devotada pelo culto da religião, levou a população desta freguesia a realizar prodígios de economia verdadeiramente sublimes!

Meteram mãos á obra.

O pároco, espírito perspicaz e audaz, desenha a planta do novo templo, efectua a compra de uma parte do terreno, contrata com emprezarios, convoca o seu povo, recolhe-lhe as quotas para as empreitadas e põe tudo em movimento.

Muitos dos paroquianos não tendo dinheiro para satisfazerem as suas quotas, pedem-no emprestado sob juros e alguns deles ainda hoje o estão devendo.

O pároco não foi só o arquitecto; é também o construtor, o mestre e o operário: ele dirige todos os trabalhos, mede, alinha, esquadrina, terça a cal e lança o prumo.

As mulheres gemem e suam sob o peso de sacos de areia e de cargas de pedra, que, da mesma maneira que seus maridos, pais e filhos, os acarretam da praia para o local das obras, tudo pelo amor de Deus!

O nosso distinto amigo, Sr. Francisco João de Vasconcelos, além de pôr á disposição do Rev. pároco a sua capela de Nossa Senhora da Piedade, para a celebração dos ofícios divinos, oferece terreno, dá avultadas somas, e só num dia sustentou á sua custa noventa e tantos homens que, a pedido dele, acarretaram pedra gratuitamente.

Houve também outras pessoas que, além das quotas que lhes competiam, ofereceram outras quantias espontaneamente.

Os emigrados desta freguesia ao terem lá fora a notícia desta enorme tarefa, remetiam o precioso fruto dos seus suores para ser aplicado nesta obra de zelo religioso.

E a conjugação de todos estes esforços e sacrifícios fez surgir da terra a breve trecho um edifício, rigorosamente construído segundo a arte, o único que na Madeira ostenta o verdadeiro estilo gótico puro.

Na construção deste templo distinguiram-se três entidades beneméritas, que convém salientar: o pároco de então, Rev. padre César Martinho Fernandes, o Sr. Francisco de Vasconcelos e o povo em geral, cujos nomes ficarão perpetuamente vinculados á historia desta freguesia, e sempre vivos e lembrados enquanto a igreja existir de pé, com o seu campanário elegante e donaireso, sorrindo ás gerações futuras.

O Jardim do Mar orgulha-se (1921) legitimamente de ter sido a única povoação de toda a diocese que edificou uma igreja paroquial. Porém, o seu principal orgulho está na esperança da recompensa futura, por cujo fim se realizaram tantos prodígios de abnegação».

O novo templo foi solenemente benzido pelo prelado diocesano D. Manuel Agostinho Barreto, no dia 19 de Outubro de 1907, havendo por essa ocasião diversas manifestações de regozijo, que revestiram grande brilhantismo e ás quais concorreram inúmeras pessoas das freguesias circunvizinhas.

O Rev. padre César Martinho Fernandes deixou pouco depois esta paróquia, tendo exercido funções eclesiásticas noutras freguesias e seguindo para a América do Norte, onde permaneceu alguns anos. Ao regressar á pátria voltou a paroquiar na pequena freguesia do Jardim, e ali faleceu no dia 1 de Novembro de 1920, tendo apenas 42 anos de idade. Repousa á sombra da igreja que ele com tantos trabalhos e canseiras conseguiu levantar, sendo de inteira justiça que os habitantes desta freguesia façam erguer um modesto

mausoléu sobre os sete palmos de terra que cobre o seu cadáver.

O Diário da Madeira, de 20 de Novembro de 1920, publicou uma pequena biografia deste dignissimo e benquisto sacerdote, a quem esta Freguesia ficou devedora dos mais relevantes e assinalados serviços, os quais bem dignos se tornaram de ser rememorados.

Desde que os curas do Jardim do Mar foram obrigados pelo prelado diocesano a ter moradia fixa dentro da área do seu curato, ali tiveram com efeito residência mais ou menos permanente, no período decorrido de 1837 até 1848, ano da criação definitiva da freguesia, os sacerdotes Francisco José Nunes, João José Lucio Gonçalves, Manuel da Purificação, Manuel Joaquim de Sena, Francisco Gomes da Silva e Manuel Rodrigues Correia.

Junto da casa solarenga dos morgados Coutos Cardosos, levanta-se a capela de Nossa Senhora da Piedade, que serviu de igreja paroquial durante a construção do novo templo. Dela nos ocuparemos no artigo consagrado ás capelas.

Esta paróquia tem por limite as freguesias do Paul, Prazeres e Estreito da Calheta. Comunica com a primeira através de uma praia de grossos calhaus e exposta aos perigos das pedras que violentamente se despenham das rochas sobranceiras. Conduzem ás outras duas freguesias uns simulacros de estrada, pequenos carreiros praticados em aprumadas vertentes, que nos últimos anos sofreram importantes e indispensáveis reparos. O local do desembarcadouro e o caminho que leva ao Paul do Mar também foram convenientemente reparados, sendo todos esses melhoramentos devidos á iniciativa e diligentes esforços de Francisco João de Vasconcelos, que era ali grande proprietário e ali residia quasi todo o ano. Também em boa parte se deve ao mesmo cavalheiro a construção da nova igreja, como já fica referido, tendo sido o mais poderoso auxiliar do padre Martinho Fernandes na erecção desse templo. João Francisco de Vasconcelos faleceu em Lisboa a 13 de Abril de 1928.

O orago da igreja paroquial é Nossa Senhora do Rosário.

Tem uma escola oficial mista criada em 1914.

Tristão Vaz Teixeira Bettencourt da Câmara, irmão de José Bettencourt da Câmara de quem já nos ocupámos neste Elucidário (V. vol. I, pág. 204), casou com uma senhora da casa vinculada dos Coutos Cardosos, a quem acima nos referimos, tendo sido agraciado em 1896 com o título de barão do Jardim do

Mar. Foi proprietário e director do Diário de Notícias do Funchal e morreu nesta cidade a 20 de Outubro de 1903. Era tio de Francisco João de Vasconcelos de quem acima nos ocupámos.

Jardim Municipal. Em 21 de Fevereiro de 1878 nomeou a Câmara Municipal do Funchal uma comissão de vereadores, encarregada de promover sob a superintendência do Governador Civil, o estabelecimento de jardins na cerca do extinto convento de S. Francisco e no terreno entre a mesma cerca e a Praça da Constituição. O terreno a oeste da Praça da Constituição foi ajardinado pouco tempo depois, mas os trabalhos na cerca de S. Francisco só se iniciaram em Agosto de 1880, tendo o projecto e planta do jardim que ali existe sido aprovados pela Câmara em 15 de Setembro de 1881. Para custear as despesas exigidas por esses trabalhos, destinou a Câmara primeiramente a importância de 15 contos, desviada do empréstimo de 69.980\$000 réis, contraído em 1883 com a Companhia Geral do Crédito Predial, e depois a importância de 19 980\$000 réis, proveniente de outro empréstimo contraído no ano imediato com a mesma companhia.

Em Outubro de 1880, quando se procedia aos primeiros trabalhos no terreno do extinto convento de S. Francisco, achou-se ali, seguido diz um documento da época, «uma pedra, servindo de tampa a um pequeno vão talhado em outra pedra, no qual foram encontrados uns restos que pareciam de pergaminho apodrecido». A pedra ou tampa foi mandada recolher no Arquivo Municipal, onde todavia se não encontra, e apresentava a seguinte inscrição, em letras douradas: *D. Ma. I^a. Rainha de P. Pio VI, P. M. Fr. Bernardo N. E. P. D. U. S. C. “Julho 1780”*.

Em 1 de Outubro de 1885 deu a Câmara ao novo Jardim o nome de Jardim Municipal, mas em 6 de Setembro de 1897 foi esse nome substituído pelo de Jardim D. Amélia, o qual se conservou até, 27 de Outubro de 1910, em que foi resolvido restabelecer a denominação dada em 1885 ao mesmo recinto. Em 21 de Março de 1902 inaugurou-se ali a iluminação eléctrica, e em 1916 foi a mesma iluminação melhorada, visto já em 1911 se ter reconhecido que os fios transmissores da energia se achavam em mau estado.

Em 28 de Março de 1921, pelas 5 horas da tarde, foi celebrada perante enorme assistência a cerimónia do lançamento da primeira pedra do monumento que o Sr. Henrique Vieira de Castro vai fazer erigir no Jardim Municipal, em homenagem aos aviadores que primeiro realizaram o raid Lisboa-Madeira, sendo a acta,

depois de assinada pelas autoridades que assistiram á cerimónia, encerrada, juntamente com algumas moedas, num cofre de ferro, que o Governador Civil colocou nos alicerces da obra (1921).

As primeiras plantas introduzidas no Jardim Municipal vieram de Paris, tendo chegado depois outras do Porto e de mais algumas procedências. Entre as espécies que vegetam ali actualmente, são dignas de menção especial a *Pritchardia filifera*, a *Phoenix canariensis* e o *Trachycarpus excelsus*, palmeiras muito ornamentais, a *Dammara australis* e a *Ginkgo biloba*, coníferas de fólias largas, e a *Wigandia macrophylla*, a *Astrapaea Wallichii*, a *Jossinia tinifolia*, a *Plumiera lutea*, a *Pterocarya japonica*, o *Negundo fraxinifolium* e a *Alsophila excelsa*. Em 29 de Agosto de 1888 resolveu a Camara comprar vinte e nove vidraças para o estabelecimento de uma estufa que ainda hoje existe no Jardim Municipal e onde vegetam algumas espécies curiosas, principalmente begónias e avencas.

O terreno e edificio do convento de S. Francisco, onde está o Jardim Municipal, foram cedidos à Camara por decreto de 7 de Novembro de 1844.

Jardim Pequeno. Assim se denominava um pequeno jardim construído em 1878, entre a antiga Praça da Constituição e a cerca do extinto convento de S. Francisco, hoje Jardim Municipal. Este jardim, onde havia alguns bancos e uma bela vegetação, desapareceu em 1914, quando se começou a construir a Avenida Oeste, hoje do Dr. Manuel de Arriaga.

No local do jardim houve outrora um chafariz, cujas águas o governador D. Álvaro da Costa de Macedo fez desviar para a fortaleza de S. Lourenço, e antes de 1878 havia no mesmo local um largo ou praça, em torno do qual se viam algumas árvores. As bacias do chafariz foram requisitadas pela Câmara ao Administrador Geral em 1838, achando-se presentemente no largo de S. Sebastião ou do Comercio.

Por ocasião da inauguração das comunicações telegráficas com o continente, em 1874, houve brilhantíssimas iluminações no antigo largo de S. Francisco.

Jardin (Sir W.). Ocupou-se das aves da Madeira no *Edin. Journ. of Nat. and Geogr. Science*, de

Janeiro de 1830, p. 245.

Jardins Botânicos. V. Viveiros.

Jardins da Madeira. Nem só as plantas espontâneas oferecem interesse aos naturalistas que visitam a Madeira; as plantas cultivadas nas quintas e jardins são dignas também de atenção, já pela sua variedade, já pela pujança da sua vegetação, já finalmente pelo brilho e esplendor da sua folhagem ou flores. Ao lado das plantas da Europa média, crescem ao ar livre nos jardins madeirenses muitas espécies tropicais, produzindo esta associação de formas das mais variadas latitudes, uma impressão estranha no visitante ilustrado que pela primeira vez percorre esta ilha com o fim de admirar as suas belezas naturais. As floras das mais variadas zonas do globo tem aqui representantes, e só a árvore do pão, o cavaleiro, o cajueiro, o baobab e diferentes espécies mais, não vegetam sob o clima da Madeira, certamente por não encontrarem aqui o numero de raios de calor de que carecem para percorrer todas as fases da sua vegetação.

Em todos os quintais do Funchal há sempre algumas parcelas de terreno destinadas á cultura de flores, e raras são as pessoas dentro da cidade que não possuem pelo menos alguns vasos com plantas ornamentais, ás quais dispensam os maiores cuidados. Nos campos observa-se a mesma inclinação para guarnecer as proximidades das habitações de lindas e variadas plantas, reconhecendo o naturalista entre elas diversas formas que, em latitudes mais setentrionais, só podem viver em estufas ou protegidas por abrigadouros, cousas estas quasi desconhecidas entre nós.

Em quasi todos os pequenos jardins dos campos da Madeira se encontram os mimos, os martírios, os craveiros, a urze-de-cheiro, as malvas (*Pelargonium*), as maravilhas, os goivos, as saudades-de-inverno, o não-me-deixes, a losna, os alfinetes-de-senhora, a dália, os cuidados, os pampilios, as mãozinhas-de-nossa-senhora, a madre-silva, a saudade, a bôca-de-peixe, o manjericão, o alecrim, a salva, o rosmaninho, o pessegueiro-ingles ou verbena, a erva-gigante, os amores-perfeitos, os lírios, as beladonas, as açucenas, a coroa-de-henrique, os junquilos, o esparto, o alegra-campo (V. todos estes nomes), os amores-de-rapazes (*Mesembrianthemum conspicuum*), os amores-escondidos (*Grazania rigens*) a *Lobelia Erinus*, a *Vinca rosea*, a *Epiphyllum truncatum*, etc., mas estas espécies, mais ou menos ornamentais, não podem ombrear

nem em brilho nem em magnificencia com certas formas que povoam as quintas da ilha e lhes imprimem uma fisionomia especial.

A quinta Vigia, a quinta do Deão, o Jardim Municipal e o do Hospício da Princesa D. Maria Amélia, são os recintos dentro do Funchal que mais se recomendam pelo luxo e variedade da sua vegetação arborescente, vendo-se ai belas amostras da flora de varias latitudes do globo, associadas aos tipos indígenas de folhagem coriácea e persistente. O *Liriodendron tulipiferum*, o *Bombax ceiba*, a *Astrapaea Wallichii*, a *Mammea americana*, a *Euphorbia Lit-chi*, a *Pachira aquatica*, a *Spondias lutea*, o *Podocarpus neriifolius* e o *Taxodium distichum* são essências que vegetam na quinta Vigia, ao passo que nos jardins do Hospício da Princesa D. Maria Amélia, que lhe ficam próximos, se encontram entre outras as seguintes espécies lenhosas: *Pittosporum Tobira*, *P. eigenoides*, *Brachychiton populneum*, *Erythrina senegalensis*, *E. poianthes*, *E. Caffra*, *Schotia brachyata*, *Acacia Julibrissin*, *Aleurites triloba* e *Ginkgo biloba*. A *Crescentia cucurbitina* é um dos principais ornamentos da quinta do Deão, enquanto no Jardim Municipal são as palmeiras, entre as quais avulta a *Phoenix canariensis*, e o *Pandanus odoratissimus* e a *Dammara australis* que constituem o principal adorno do local.

As essências que ficam indicadas, á excepção de três ou quatro, são bastante raras na ilha: entre as que são frequentes, parecem-nos dignas de menção a magnolia, a arvore-do-incenso, diferentes acácias, o louro-cerejo, a pimenteira-da-índia (*Schinus*), o louro-regio, o ligustro, a cevadilha, o jacarandá, a duranta, o canforeiro, a caneleira, o carvalho, o plátano, a sementeira (*Celtis*), a figueira-da-índia, o cedro-de-goa e a araucária. Estas árvores, o barbuzano, o til, o vinhatico e o dragoeiro indígenas, e diferentes arbustos exóticos, entre os quais assinalaremos a camelia, os cardiais (*Hibiscus*), a manhã-de-páscoa, a trombeteira e diferentes roseiras e mimos, constituem os principais representantes da flora lenhosa das quintas e jardins madeirenses.

A camelia, se bem que cultivada no Funchal, não atinge aqui todo o desenvolvimento de que é susceptível, e caso semelhante se dá com a Kalmia, o *Rhododendron arboreum X ponticum*, o *Prunus lauro-cerasus*, o *Viburnum Opulus*, a *Syringa vulgaris*, a *Ribes Grossularia*, a *R. rubra* e a *Betula Alba*, que vegetando perfeitamente nos jardins da Camacha, definham e morrem muitas vezes em altitudes inferiores a 400 ou 500 metros. o vinhatico, árvore indígena, desenvolve-se mal abaixo de 150 ou 200 metros.

Cobrindo os muros e gradeamentos das quintas e jardins do Funchal aparecem numerosas plantas, tais

como os Ampelopsis, a *Quisqualis indica*, a *Tacsonia manicata*, a *Wistaria sinensis* as Allamandas, as Bignonias (V. este nome), o *Stephanotis floribunda* (jasmim-do-cabo), a *Cobaea scandens*, o *Plumbago capensis*, o *Jasminum grandiflorum*, a *Thunbergia Harrisii*, a *Solandra macrantha*, a *Lantana Camara*, a *Bougainvillea spectabilis*, a *Ficus stipulata* e o *Asparagus Lowei* (espontaneo), enquanto nos canteiros, que ocupam muitas vezes uma boa parte dos mesmos jardins, se vêem de mistura com os arbustos de que atrás fizemos menção, os coleos, os crisantemos, os pelargonios, os gladiolos, os bambus, o *Lathyrus odoratus*, a *Russelia juncea*, a *Salvia eriocalyx*, a *Libonia floribunda* a *Cyrthanthera Pohliana*, a *Zinnia elegans*, o *Heliotropium peruvianum*, a *Acalyphe musaica*, a *Iresine Verschaffelti*, a *Dichorisandra thyrsiflora*, a *Iris biflora*, a *Canna indica* (conteira), a *Globba nutans* (flor-de-espirito), o *Imantophyllum miniatum*, o *Crinum Moorei*, o *C. Amabile* e ainda varias outras plantas. Lindas azáleas e begonias, assim como o Farfugium grande, orquídeas dos generos *Sobralea*, *Stanhopea* e *Cypripedium*, algumas palmeiras e numerosos fetos indigenas e exóticos, se cultivam em vasos e barricas para ornamento dos jardins e das entradas das habitações.

A Madeira não possui jardins alguns que em extensão e riqueza da sua flora possam rivalizar com certos jardins do sul da Europa ou da ilha de S. Miguel, nos Açores; há porem, naqueles recintos da nossa ilha uma fisionomia tão peculiar, filha quer da variedade de aspectos da sua vegetação, quer da maneira como aí se manifesta a vida da natureza, que o estrangeiro que os visita tem neles sempre bastante que admirar e que aprender, sobretudo se é dotado do espírito de observação que dá o estudo das ciencias naturais. Qualquer que seja a época em que essa visita se realize, depara ele sempre com uma multidão de plantas em toda a pujança da sua vegetação, facto este que não pode deixar de impressioná-lo vivamente, pois que revela a existencia nesta ilha de uma primavera constante, desconhecida em países mais setentrionais.

«É extraordinariamente deliciosa e magnifica, diz o comodoro Wuellerstorf-Urbair, comandante da fragata austriaca Novara, a primeira impressão que a vista do Funchal causa ao viajante com a perspectiva dos seus jardins e das suas flores e com a opulenta vegetação que engrinalda e coroa os montes, que se elevam desde a margem. Não ha ali, é verdade, a selvatica majestade nem as formas colossais da vegetação, que é própria dos países dos tropeços. Sentem-se ali antes as feições de uma ilha da Itália meridional do que as magnificências duma paisagem do equador. Desenrola-se, porem, ao aspecto do observador, um tão grato painel, onde a vida da natureza aparece em tão rica variedade e formosura que a mais criadora fantasia nada pode conceber de mais amorável e encantador. As mais formosas plantas das zonas temperadas e subtropicais deleitam ali os olhos em seu pleno desenvolvimento, ao passo que aparecem também alguns

dos mais belos representantes da flora dos tropicos no esplendor luxuriante desta maravilhosa vegetação, que um naturalista da Alemanha comparou ha pouco tempo aos fabulosos hortos pensis de Semiramis».

Os períodos que deixamos transcritos, elegantemente traduzidos por Latino Coelho, exprimem a admiração e o deleite de um homem de ciência ao contemplar pela primeira vez a luxuriante vegetação da nossa ilha. Como o sábio austríaco falam outros viajantes, não se notando discrepâncias nos seus escritos quanto á maneira de apreciar o aspecto e a riqueza da flora das quintas e jardins da Madeira.

Jarro. Nome vulgar da *Richardia aethiopica*, planta da família das Aráceas naturalizada na Madeira.

Jarvão. V. Urgebão.

Jasmineiro-do-cabo. São conhecidas por esta denominação a *Gardenia florida*, arbusto da família das Rubiaceas, originario das Índias, e a *Stephanotis floribunda*, planta volúvel da família das Asclepiadaceas, originaria de Madagáscar.

Jasmineiros. Existem na Madeira varias espécies do género *Jasminum*, duas das quais –o *J. odoratissimum* e o *J. azoricum*, são indígenas. A primeira destas Oleaceas, que tem folhas geralmente 3-foliadas e flores amarelas, encontra-se em S. Gonçalo, no Caniço, etc.: a segunda, que tem folhas também 3-foliadas, mas com os foliolos maiores, e flores brancas, tem sido achada unicamente nas proximidades da Serra de Água. O *J. grandiflorum*, do Malabar, e o *J. revolutum*, da Índia, são cultivados nos jardins, tendo o primeiro flores brancas, e o segundo flores amarelas.

O *Trachelospermum jasminoides* também é conhecido na Madeira pelo nome de Jasmineiro, embora pertença á família das Apocinaceas.

Jaspe. É uma mistura de quarço opaco com hidratos diversamente corados. Encontra-se no Porto Santo, onde apresenta uma cor amarela clara e acastanhada.

Jazigos de folhas. No Ribeiro do Meio, numa encosta do vale de S. Jorge, foram encontrados há muitos anos, no mesmo local em que aparece a linite, diferentes camadas de tufos e de argilas, numa das quais havia numerosas folhas de Dicotiledoneas e de Fetos. O Dr. Heer que estudou estas folhas, reconheceu que elas pertenciam a 25 espécies, entre as quais se contavam o til, o folhado, a urze molar, a uveira, a tintureira e a murta.

Num tufo claro a oeste da povoação do Porto da Cruz, também aparecem algumas folhas e impressões de folhas pertencentes talvez ao *Rubus Bollei* e ao *Carex pendula*, assim como pedaços de uma madeira esponjosa e macia.

Quando falarmos da linite, referir-nos-emos novamente ao jazigo de S. Jorge; quanto ao jazigo do Porto da Cruz, pode-se admitir que ele se formasse num antigo lago, limitado talvez pelo ilhéu da baía, tendo-se acumulado aí os tufos e as areias que a erosão pôs mais tarde a descoberto.

Jerónimo Fernando (D.). Ficando vago o bispado do Funchal em 1617 pela transferência do prelado D. Lourenço de Távora para Elvas, foi apresentado bispo da nossa diocese o presbítero secular Jerónimo Fernando, no ano de 1619, tendo tomado posse do cargo no ano de 1621. Era natural de Santarém e filho de Cristóvão Dias de Figueiroa e de D. Maria de Basto, descendendo por bastardia do rei D. Duarte, segundo se lê no seu epitáfio, no claustro do convento da Graça em Lisboa. Camilo Castelo Branco numa nota do seu romance o Regicida, diz o seguinte acerca da ascendência deste prelado:

« O infante D. Fernando, pai de el-rei D. Manuel, teve uma filha bastarda que se chamava Leonor. A rainha D. Leonor, mulher de D. João II, e meia irmã daquela menina, levou-a para o paço e educou-a com esmero e carinho de irmã. Saiu a dama muito namoradeira e desatinada, com imenso dissabor da rainha, que a reprehendeu repetidas vezes inutilmente. Até que um dia estando a corte em Santarém, a irmã colheu a bastarda de sobresalto galanteando da janella para a rua um cavalleiro que deu de esporas ao presentir a

rainha. Travou-se altercação rija entre as duas Leonores, rompendo a bastarda no excesso de reguingar que havia de casar-se com quem muito lhe quadrasse. «Isso não!—replicou a mulher de D. João II—has de casar com quem eu muito bem quizer; e ha de ser com o primeiro homem que passar na rua, se for solteiro». Neste lance, apontou no extremo da rua um homem ordinario, de nome Alvaro Fernandes, correeiro de officio. Chamou-o a rainha, deu-lhe um dote, e ordenou ao capellão que os casasse. Tiveram filhos. o padre Jeronymo Fernandes, de Santarém, era bisneto da tal casquilha, filha do infante D. Fernando, e irmã del-rei D. Manuel, e também portanto bisneta do tal Fernandes correeiro. o padre allegou e provou a Filipe II que era terceiro neto do infante D. Fernando e obteve a mitra do Funchal».

D. Jerónimo Fernando foi o nono prelado desta diocese, governando-a pelo longo período de trinta anos. Pouco afável no trato e de seu natural áspero e desabrido, teve por isso a alcunha de Bravo, sabendo no entanto atenuar o significado dessa palavra com a impecável correção do seu proceder e pela maneira irrepreensível como desempenhou as altas funções do seu cargo. Uma grave acusação, porém, se lhe fez, mas de carácter político: a de ter sido partidário do domínio espanhol e de não se associar às manifestações que entre nós se fizeram por ocasião da restauração. Foi o Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo que numa das anotações das Saudades se tornou eco dessa acusação, mas é certo que num manuscrito do meado do século XVIII se diz que «sendo governador desta ilha Luiz de Miranda Henriques, e chegando em dez de Janeiro esta nova (a da restauração) logo foi aclamado rei o dito senhor em toda a ilha, sendo grande a parte do bispo em socregar o tumulto do povo a quem se fez suspeitoso o governador pela homenagem que tinha dado a el-rei Filipe II». Esta afirmação contradiz a afirmativa do anotador das Saudades da Terra, não sendo hoje muito fácil averiguar de que lado estará a verdade histórica.

Foi D. Jerónimo Fernando muito zeloso no exercício da pregação e nas visitas pastorais, tendo sido o primeiro prelado que esteve crismando e pregando na ilha do Porto Santo.

Era assíduo no serviço religioso da catedral, á qual deu um novo regimento, e mandou fazer á sua custa o órgão grande que ainda ali se encontra no coro, que fica junto á entrada principal do templo. Reformou vários serviços eclesiásticos, coibindo muitos abusos e impondo a rigorosa observância da disciplina canónica, embora por vezes com excessiva severidade, levantando por isso clamores e protestos da parte dos seus súbditos. É certo que foi acusado de prover em vários cargos eclesiásticos alguns sacerdotes do continente, com preterição de antigas praxes e até de ordens regias existentes a favor dos clérigos madeirenses, mas justificou-se dessa acusação e as suas nomeações foram mais tarde mantidas e

confirmadas pelas estações superiores.

Por três vezes, na ausência dos respectivos governadores, esteve á frente da administração do arquipélago, tendo sido louvado pelos governos da metrópole pela maneira imparcial como se houve no desempenho desse cargo.

Por fins de 1641 se retirou para o continente, não voltando mais á diocese. Morreu a 2 de Maio de 1650, sendo sepultado na igreja do convento da Graça, em Lisboa. Na sua lápide tumular se lê o seguinte epítafio: Túmulo de D. Jerónimo Fernando, bispo do Funchal mais de trinta annos, quarto neto de El-Rei D. Duarte de Portugal pelo serenissimo infante D. Fernando, seu filho, falleceo a 2 de Maio de 1650.

Jérvis. Este apelido de família procede de Ricardo Jarvis, mercador inglês que, por 1660 se estabeleceu no Funchal.

Jervis de Atouguia e Almeida (D. Maria Helena de). **Vid** . Almeida (D. Maria Helena Jérvis de Atouguia).

Jesuítas. O sexto capitão-donatario do Funchal João Gonçalves da Câmara achava-se em Lisboa quando nos primeiros dias do mês de Outubro de 1566 os corsários franceses assaltaram esta cidade e deram aqui o terrível saque de que falam com tanto horror as antigas crónicas madeirenses. Acudiu prontamente o donatario, mas chegaram tarde os socorros da sua armada, pois que os franceses haviam já saído da ilha, depois de alguns dias de destruição e de matança. Nesta frota trouxe o capitão-donatario o jesuíta português Francisco Varca, que tinha como companheiro um religioso castelhano de apelido Naxera, pertencente á mesma ordem. Agradaram em extremo as pregações e os serviços religiosos dos dois membros da Companhia de Jesus chegando o autor das Saudades a dizer, numa exageradissima hipérbole, «que não sabia qual destas cousas fora maior para esta ilha, se o que perdeu com a chegada dos corsários, se o que ganhou com a vinda destes religiosos».

Três anos depois, a instantes pedidos dos moradores do Funchal, criou D. Sebastião nesta cidade um colégio da Companhia pelo alvará régio de 20 de Agosto de 1569, que vem integralmente transcrito a pág. 738 das *Saudades da Terra*. Por este diploma é fixada a dotação anual de 600\$00 réis, «pagos em fructos dos de melhor qualidade e de que o Reytor e padres do dito Colégio sejão mais contentes». Esta dotação, referida ao ano de 1569, isto é, há três séculos e meio, não era pequena, mas aumentou consideravelmente com muitas doações particulares e vários privilégios concedidos pelos monarcas.

Para a formação da nova comunidade, partiram de Lisboa no dia 9 de Março de 1570, chegando á Madeira no dia 18 do mesmo mês, os padres Manuel de Sequeira, reitor do Colégio, Pedro Quaresma, professor de teologia moral, Belchior de Oliveira, para o desempenho das funções religiosas, o diácono Vasco Baptista, professor de latim e retórica e mais dois religiosos, que em virtude de estar grassando a peste na capital, não deram entrada nesta cidade, tendo-se instalado provisoriamente numas casas contíguas á capela da Ajuda, pertencentes a Fernão Favila, onde permaneceram pouco mais dum mês.

Transferiram em seguida os Jesuítas a sua residência para a albergaria de São Bartolomeu, fundada por Gonçalo Anes Velosa (V. vol. 1, pag. 30 e 70) e ali estiveram alguns anos. Decorridos menos de dois meses depois da sua chegada, abriram as suas aulas de teologia, filosofia, latim e retórica numas casas contíguas á antiga capela de S. Sebastião, no local que hoje tem o nome de largo do Comercio. A abertura solene realizou-se a 6 de Maio, tendo por essa ocasião o professor Vasco Baptista proferido na língua latina um discurso alusivo ao acto.

De 13 a 30 de Junho de 1570, isto é poucos meses depois dos religiosos da Companhia se estabelecerem no Funchal, demoraram-se nesta cidade os quarenta jesuítas que nas alturas das Canárias foram martirizados por huguenotes franceses, sendo mais tarde canonizados, como fica referido no artigo dedicado ao beato Inacio de Azevedo. (V. vol. I, pág. 110).

Do Colégio e Igreja dos jesuítas nos ocuparemos em artigo especial.

No alvará régio de instituição se lê que os religiosos residiriam neste Colégio «estudando e lendo latim e casos de consciência», mas sabe-se que ensinavam também lógica e retórica, o que constituía um curso abreviado das antigas humanidades. Quando os religiosos da Companhia se instalaram no novo Colégio, abriram ali os seus cursos, que tiveram o nome de Aulas do Pátio, por funcionarem num pátio interior, que

era uma das dependências do mesmo Colégio, como já tudo fica referido no artigo Instrução.

Além da igreja do Colégio de S. João Evangelista, possuíram os jesuítas as residências do Pico dos Frias, nas proximidades da fortaleza do Pico, a do Pico do Cardo, em Santo António, a de Nossa Senhora do Socorro, no Caniço, e a da Fundoa, em S. Roque, na margem direita da ribeira de Santa Luzia. Eram casas de campo com suas capelas anexas, onde alternativamente desempenhavam os diversos serviços religiosos.

A manutenção da comunidade, as solenidades religiosas e outras funções do culto, os encargos pios impostos pelos benfeiteiros e doadores do colégio e igreja, e ainda as outras obrigações inerentes ás ordens religiosas, demandavam grandes despesas, que eram custeadas pelas avultadas rendas que nesta ilha possuíam os Jesuítas. A darmos inteiro credito aos documentos publicados a pag. 747 e seguintes das Saudades, vemos que a Companhia de Jesus contava na Madeira com a receita de 10.808\$049 réis, provindo 5:670\$000 réis de impostos públicos, 4:028\$783 réis dos rendimentos das fazendas do Colégio, Igreja e Capela-Mor e 1:109\$266 réis dos rendimentos das fazendas das capelas de N. S. do Socorro, Santo Antonio, S. Miguel, S. Francisco Xavier e Cem Mil Virgens. Além destes rendimentos, tinha a comunidade do colégio de S. João Evangelista outros, provenientes de capitais mutuados a juros, etc..

Os impostos públicos que arrecadavam os Jesuítas eram, segundo os mesmos documentos, a renda do pão e vinho das freguesias do Campanário, Ribeira Brava, Tábua e Serra de Água, a do pescado e miunças da freguesia do Campanário, a do pescado, verdura e miunças da freguesia da Ribeira Brava, a das miunças e verduras das freguesias da Tábua e Serra de Água e a do pescado da freguesia da Tabua.

Com a expulsão dos jesuítas ordenada pelo marquês de Pombal em todo o país, tiveram os membros da Companhia residentes nesta ilha de abandonar o seu Colégio, havendo antes ali permanecido mais de um ano presos e incomunicáveis. A 29 de Maio de 1759 foram inesperadamente cercados o Colégio e a Igreja, mantendo-se a prisão e a incomunicabilidade até o dia 16 de Julho de 1760, em que os religiosos embarcaram para Lisboa. Veio ao Funchal a nau Nossa Senhora da Natividade, comandada pelo conde de S. Vicente, que foi o encarregado de conduzir á capital os dezoito jesuítas que estavam na Madeira.

Durante a prisão procedeu-se ao sequestro de todos os bens moveis e imóveis, fazendo-se o arrolamento das propriedades rústicas e urbanas, do mobiliário, dos objectos do culto, das pratas e do dinheiro, etc., sendo cuidadosamente arrecadados todos os documentos e papéis que se encontravam nas diversas residências. A

Igreja e o Colégio foram entregues á guarda do Prelado Diocesano. Deram-se os prédios de arrendamento, sendo mais tarde vendidos em hasta publica. A Quinta Grande, que é hoje uma freguesia e constituía a mais vasta propriedade dos jesuítas, foi vendida por 140:000 cruzados, a quinta do Pico do Cardo por 7 contos e a residência do Pico dos Frias por 9 contos.

Entre os jesuítas madeirenses devemos aqui mencionar Luiz Gonçalves da Câmara, Manuel Alvares e Sebastião de Moraes, dos quais nos ocupamos em outros logares deste *Elucidario*.

Jesus (Dr. Quirino Avelino de). Nasceu no Funchal a 10 de Novembro de 1865, sendo filho de Manuel de Jesus e D. Quirina Augusta de Jesus. Depois de cursar as aulas preparatórias do Seminário desta diocese e de ter concluído o segundo ano do curso teologia matriculou-se em 1887 na facultade de direito da Universidade de Coimbra, terminando a formatura no ano de 1892. Sendo ainda aluno da Universidade, colaborou em vários jornais, tornando-se muito conhecida a série de artigos que escreveu acerca da situação económica da Madeira, que logo revelaram as suas futuras qualidades de escritor e jornalista.

Concluída a formatura em direito, estabeleceu-se na capital e dedicou-se com ardor ao jornalismo, à advocacia e ao estudo de diversas questões sociais religiosas e económicas, tendo-se especializado em assuntos coloniais, em que em breve se tornou uma verdadeira e indiscutida autoridade. Em 1893 publicou o livro *As Ordens Religiosas e as Misões Ultramarinas*, e na sessão legislativa de 1897 proferiu, como deputado, um discurso sobre a questão ultramarina, que lhe deu foros de distinto colonial. Mais se robusteceram estes créditos com a publicação da notável revista *Portugal em África*, de que foi durante alguns anos director e redactor principal.

Dedicou-se activamente à vida jornalística, foi director do *Correio Nacional* e assíduo colaborador e depois redactor principal da *Tarde*, e em ambos estes periódicos sustentou campanhas que ficaram assinaladas nas crónicas do jornalismo português. É vasta e valiosa a sua colaboração em muitos jornais e revistas, sendo ultimamente o director do *Economista Português*, versando largamente questões económicas e financeiras, que, ao presente, (1921), constituem uma das modalidades do seu espírito.

A pesar de se não haver dedicado ex-professo ao exercício da advocacia, tem no entretanto produzido vários

trabalhos jurídicos, devendo especializar-se um sobre as levadas da Madeira, que está publicado em opúsculo. Como advogado da casa comercial Hinton Sons desta praça, escreveu e publicou vários folhetos, que já ficaram mencionados no artigo *Questão Hinton*. De acérrimo e entusiástico defensor, como advogado e publicista, do regimen sacarino, tornou-se a breve trecho, com igual ardor e convicção, um inimigo declarado do mesmo regimen.

O Dr. Quirino A. de Jesus era chefe de serviço da Caixa Geral dos Depósitos, lugar este para que foi nomeado em 1890, e foi eleito deputado pela Madeira em 25 de Novembro de 1900, tendo antes representado em cortes o distrito de Braga. Havendo militado a princípio no partido regenerador, filiou-se depois no partido nacionalista, do qual se afastou em virtude de divergências que teve com os respectivos dirigentes.

Além de prosador distinto, como o provam os inúmeros artigos que tem escrito sobre questões económicas e coloniais, administração publica, Jurisprudência, etc., etc., é também poeta de merecimento, tendo publicado um poema épico intitulado *Lusa Epopeia*, que é pouco conhecido na Madeira.

Faleceu em Lisboa a 3 de Abril de 1935.

Jesus (Fr. Rafael de). Nasceu em 1614 e morreu em 1693. A pesar dos seus defeitos como literato e historiador, gozou de nomeada no seu tempo e escreveu, além de outras, uma obra que interessa á historia deste arquipelago e da qual se fizeram duas edições. Intitula-se a 1^a. edição: *Castrioto Lusitano. Entreprese e restauração de Pernambuco e das capitanias confinantes. Vários e bellicos successos entre portuguezes e belgas, acontecidos pelo decurso de 24 anos, tirados de noticias, relações e memórias certas. Oferecidos a João Fernandes Vieira*, Castrioto Lusitano; Lisboa, 1679. É a descrição da vida e feitos heróicos do ilustre madeirense João Fernandes Vieira, de quem já nos ocupámos neste *Elucidario*.

Jesus Maria José.(Capela de). Sebastião Gonçalves Cordeiro e sua mulher Luzia de Ornelas fundaram em 1694 a capela de Jesus-Maria-José, na freguesia de Câmara de Lobos, no sítio que hoje conserva aquele nome. A respectiva escritura de dotação é de 10 de Maio de 1694.

No sítio do Lombo do Doutor, na freguesia da Calheta, também se encontrava uma capela de Jesus-Maria-José, fundada em 1708 por João de Andrade Berenguer Neto e sua mulher D. Tomásia de França Andrade, que a dotaram por escritura publica de 30 de Outubro daquele ano.

Com a mesma invocação existiu uma capela na freguesia da Sé, em local que não podemos determinar, fundada em 1626 pelo cônego Manuel Afonso, e Mateus da Gama Ferreira fundou na freguesia do Monte, em terreno que depois passou a pertencer á freguesia de Santa Luzia, uma capela consagrada igualmente a Jesus-Maria-José. A sua construção deve ser anterior a 1676, ano em que foi criada a freguesia de Santa Luzia.

João de Deus (Método de). Em 1 de Setembro de 1879 dirigiu o conde de Carvalhal, presidente da Câmara Municipal do Funchal, um ofício ao Dr. João de Deus, apresentando-lhe o professor Teodoro João Henriques, encarregado pela mesma Câmara de estudar o novo processo de ensino da leitura ás crianças, organizado por aquele distinto poeta e zeloso apóstolo da instrução popular. o professor Henriques esteve alguns meses em Lisboa, sendo ele quem no regresso á Madeira divulgou entre o professorado publico e particular o processo de ensino que aprendera com o ilustre autor da Cartilha Maternal.

João Diniz (Fontes de). V. Fontes de João Diniz.

Jogo das Canas. Esteve muito em uso na Madeira no tempo dos donatários, tendo tido por ele grande predilecção o capitão Simão Gonçalves da Câmara, conde da Calheta. Lê-se a pág. 202 das Saudades da Terra que em 1555, por ocasião de regressar á Madeira Antonio Gonçalves da Câmara, acompanhado de sua segunda mulher D. Margarida de Vila-verde, dama da rainha, se fizeram aqui muitas festas, em que muito brilhou Francisco Leomelim, que era tão destro no jogo das canas «e tão bem se adragava, que lhe não dava canna, nem nas unhas do cavallo».

O jogo mourisco das canas consistia, diz Pinheiro Chagas, «em arrojar ligeiramente, no rápido galope dum cavallo costumado a esta espécie de exercício, uma cana ligeira, que o adversário devia evitar, arrojando ao

mesmo tempo a sua».

Na Novela *A Filha de Tristão das Damas*, da autoria de J. Reis Gomes, encontra-se uma interessante noticia acerca do «jogo das canas» nesta ilha.

Johnson (James Yate). Distinto naturalista inglês falecido no Funchal, com cerca de 80 anos de idade, a 3 de Fevereiro de 1900. Veio para a Madeira pouco depois de 1850, tendo visitado antes a Argélia e a Sicília, em busca de alívios para os seus padecimentos pulmonares. Publicou grande numero de trabalhos sobre a ictiologia madeirense, e dedicou-se também ao estudo das conchas, dos briozoarios, dos crustáceos, dos zoófitos e da flora do arquipelago, tendo deixado um herbario de fanerogamicas bastante incompleto, mas rico em espécies raras, que se acha agora no museu do Seminário do Funchal. Colheu grande numero de muscíneas madeirenses, que foram estudadas pelo briologista inglês William Mitten. Foi também distinto jurisconsulto e um grande amigo da Madeira, tendo sido nesta ilha, onde a princípio só residia durante o inverno, que conseguiu melhorar consideravelmente dos seus antigos padecimentos pulmonares.

Publicou a segunda e terceira edições da obra *intitulada Madeira its climate and scenery* (V. White), aquela em 1857 e esta em 1885, e escreveu vários trabalhos sobre a historia natural da ilha, entre os quais mencionaremos os seguintes: *Description of some new genera and species of fishes obtained at Madeira* (*Proc. Zool. Soc.*, 1863); *Description of three new genera of marine fishes obtained at Madeira* (*Ibid.*, 1863); *Description of a new genus of Trichiuroid Fishes obtained at Madeira* (*Ibid.*, 1865); *Description of Trachichthys darwinii* (*Ibid.*, 1866); *Description of a new genus of Spinacidae* (*Ibid.*, 1867); *Description of a new species of Cancer obtained at Madeira* (*Ibid.*, 1861); *Description of a new genus and a new species of Macrurous Decapod Crustaceans... discovered at Madeira* (*Ibid.*, 1867); e *Notes on some rare and little known plants of Madeira* (*Hooker's Journ. Botany*, 1857).

V. Antozoarios.

Johnston (William). V. Cartas Geograficas.

Joinville (Príncipe de). Nasceu em 1818 e morreu em 1900. Era filho de Luiz Filipe de Orléans, rei de França, e tinha casado com a infanta portuguesa D. Francisca, irmã de D. Pedro 2º, do Brasil e da rainha de Portugal D. Maria II. Foi um distinto oficial da marinha francesa e nessa qualidade visitou varias vezes a Madeira, comandando alguns navios de guerra. Em 1840 estiveram no nosso porto as fragatas da marinha de guerra francesa La Belle Poule e La Favorite, que conduziam a missão encarregada de proceder em Santa Helena á exumação do cadáver de Napoleão 1.º e de o conduzir a terras de França, sendo o príncipe de Joinville o chefe dessa importante e honrosa missão. A este facto nos referiremos mais largamente no artigo Napoleão na Madeira.

Joksimowitsch (Ziwko). Paleontologista servio que se ocupou dos fosseis do Porto Santo e Selvagens num trabalho a que deu o título de *Die Zweite Mediterranstufe von Porto Santo und Selvagem*. Este trabalho publicado em Berlim, nas Memorias da Sociedade Geológica, assinala 106 formas distintas, entre espécies e variedades, todas colhidas pelo naturalista madeirense Adolfo César de Noronha naquelas ilhas.

Jones (Eugene F. G). E: A Handy, Guide to Madeira, 1895, folh..

Jorge (Francisco). Este arquitecto e engenheiro foi por alvará régio de 10 de Fevereiro de 1595, encarregado de dirigir os trabalhos das fortificações desta ilha. Era pai de João Bartolomeu, de quem já nos ocupamos neste Elucidario. (V. *Disc. dos Arch. e Eng. Port.* vol. 2.º, pág. 38).

Jornal (O). Princiou a ser publicado a 27 de Março de 1906 e suspendeu a 31 de Dezembro de 1910, tendo saído mil trezentos e noventa e sete números.

Jornal da Manhã. Publicaram-se cento e vinte e oito números deste jornal, tendo saído o primeiro

numero a 6 de Fevereiro e o ultimo a 22 de Agosto de 1887.

Jornal de Notícias. Saíram cento e oito números, de 31 de Março a 23 de Agosto de 1886.

Jornal do Commercio do Funchal. Publicou-se de 15 de Julho a 18 de Novembro de 1878, saindo cento e cinco numeros.

Jornal do Funchal. Saiu o primeiro numero a 31 de Outubro de 1878 e o ultimo, que foi o 73º., a 31 de Janeiro de 1879.

Jornal do Povo. Começou a publicar-se a 22 de Janeiro de 1888 e suspendeu a 10 de Janeiro de 1890, tendo saído cento e dezassete numeros.

Jornalismo. O nosso patrício Dr. Jordão Apolinário de Freitas publicou há anos, em folha avulsa, uma relação alfabética dos jornais madeirenses, que a empresa do Diário de Notícias desta cidade corrigiu e ampliou com a publicação do opúsculo *Resenha Cronológica do Jornalismo Madeirense*, do qual nos vamos servir para organizar a lista que damos em seguida, acrescentando os nomes dos jornais que entre nós viram a luz publica desde 1908, ano em que foi publicada aquela Resenha.

Nos domínios coloniais portugueses, isto é fora do continente do reino, foi nesta ilha que viu a luz da publicidade o primeiro Jornal—o *Patriota Funchalense* (V. este nome), aparecido no ano de 1821. Quando em 1830 saiu nos Açores a primeira publicação periódica, já no Funchal se tinham publicado oito jornais.

«Feita a revolução no Funchal, diz o Dr. Rodrigues de Azevedo em 28 de Janeiro de 1821, o Dr. Nicolau Caetano Bettencourt Pitta projectou o estabelecimento de uma typographia e a publicação de um periódico;

foi aquella mandada vir de Lisboa com o typographo Alexandre Gervasio Ferreira; e no dia 2 de Julho do mesmo ano, dia escolhido por ser considerado o do descobrimento da ilha, saiu o n.º 1 do Patriota Funchalense, de que era redactor o referido Dr. Pitta».

O Patriota Funchalense terminou a sua publicação em Agosto de 1823 e em Fevereiro deste ano começou a sair o Pregador Imparcial da Verdade, da Justiça e da Lei, em Abril o Regedor e no mesmo mês a Atalaia da Liberdade. De cada um destes periódicos e de todos os outros que se publicaram nesta ilha, damos uma rápida noticia nos logares respectivos.

1821—O Patriota Funchalense.

1823—O Pregador Imparcial da Verdade, da Justiça e da Lei, O Regedor e A Atalaia da Liberdade.

1827—O Funchalense Liberal e O Defensor da Liberdade.

1828—O Regedor Filho, A Flor do Oceano e O Realista.

1834—A Flor do Oceano.

1838—A Chronica.

1840—O Defensor, O Imparcial, A Chronica e Chronica Official.

1841—O Tribunal Secreto.

1842—O Beija-Flor.

1846—O Echo da Revolução e O Independente.

1847—O Madeirense, Boletim Oficial e O Funchalense.

1849—Correio da Madeira.

1850—O Amigo do Povo e O Archivista.

1851—O Agricultor Madeirense, o Estudo e O Progressista.

1852—A Ordem e O Baratissimo.

1854—Semanário Oficial e O Clamor Publico.

1855—A Discussão.

1856—O Meteoro

1857—A Madeira e O Direito.

1858—A Verdade, A Justiça e A Reforma.

1859—O Funchalense.

1860—A Voz do Povo, A Flor do Oceano e Direito.

1861—A Revista Semanal, A Lei e O Campo Neutro.

- 1862—A Aurora do Domingo, Boletim Official do Distrito Administrativo do Funchal, A Pátria, A Imprensa e O Noticioso.
- 1863—O Archivo Litterario e O Recreio.
- 1864—O Districto do Funchal, O Raio da Madeira e A Tribuna.
- 1865—O Paiz, o Crepusculo e Revista Judicial.
- 1866—Gazeta da Madeira, A Sentinella, O Oficial da Ronda, O Commercio do Funchal e As Novidades.
- 1867—O Correio do Funchal e A Razão.
- 1868—A Fusão, A Aurora Litteraria, O Popular, Imprensa Livre e A Voz Publica.
- 1870—A Liberdade e Revista Jurídica.
- 1871 - A Regeneração e A Onda.
- 1872—A Madeira Liberal e A Lâmpada.
- 1873—O Oriente do Funchal, A Vergasta e A Lei.
- 1874—Estrella Litteraria, O Paquete e O Popular.
- 1875—A Verdade, A Aurora Litteraria, A Aurora Liberal, Estrella Academica e O Liberal.
- 1876—Diário de Notícias.
- 1877—A Penumbra Litteraria, O Districto do Funchal, Echo de Santa Cruz, Diário do Funchal, Boletim Judicial e O Athleta.
- 1878—Jornal do Commercio do Funchal, A Ilha da Madeira, Jornal do Funchal, Reflexos, Maceta de Santa Cruz e A Liberdade.
- 1879—A Lei, O Progresso, Religião e Progresso e A Liberdade.
- 1880—A Grinalda Madeirense e Diário da Madeira.
- 1881—A Liga, O Independente, As Novidades e Diário da Tarde.
- 1882—Diário da Manhã, a Primavera, The Comet e Diário Popular.
- 1883—O Povo, A Mulher, As Faíscas, A Republica e O Palco.
- 1884—A Monarchia, o Correio da Manhã e O Academico.
- 1885—O Domingo Catholico.
- 1886—Jornal de Notícias, A Epochae Funchalense.
- 1887—Jornal da Manhã.
- 1888—Jornal do Povo e A Lucta.
- 1889—O Monoculo, O Latego, O Imparcial e O Reclame.
- 1890—O Combate, O Estudante e A Opinião.
- 1891—Portugal, A Espora e Diário do Commercio.

- 1892–O Clamor Popular, Atalaia e A Madeira Liberal.
- 1893–O Distrito.
- 1894–A Madeira, Boletim Mensal da Obra Diocesana de São Francisco de Salles e O Zé Povo.
- 1895–A Época.
- 1896–A Voz Publica, A Lucta, O Diário do Commercio, Echo Académico e O Commercio da Madeira.
- 1897–Correio do Funchal, A Aurora, A Tribuna Academica, A Madeira, Diário Popular e O Recreio.
- 1898–Trip - Trap e Semana Ilustrada.
- 1899–A Voz do Operário.
- 1900–A Academia e Revista Madeirense.
- 1901–Quinzena Religiosa, O Rebate, O Democrata, Correio da Tarde, A Cruz, e The Madeira Magazine.
- 1902–A Luz da Madrugada, A Ideia, Debate e Revista Litteraria.
- 1903–O Democrata.
- 1904–O Heraldo da Madeira.
- 1906–Alma Académica, O Jornal, A Pátria, A Risota, O Garoto e A Chacota.
- 1907–O Povo, Revolucionário, Trabalho e União, Primeiro de Dezembro e Esperança.
- 1908 - A Voz da Madeira.
- 1909–Brado d'Oeste e A Sentinella.
- 1910–Rebelde, Comercio do Funchal Academia.
- 1911–Radical, Aurora e A Voz do Povo.
- 1912–Diário da Madeira, A Boa Nova, o Defensor, A Escola, Boletim Eclesiástico da Madeira, A Epocha, O Tempo e A Vida.
- 1913–O Liberal, a Democracia, Athenista, Alma Nova e A Vida Académica.
- 1914–A Regeneração, A Esperança e Parochia de Santo Antonio do Funchal.
- 1915–O Realista, A Verdade e O Independente.
- 1916–O Chicote, O Imparcial e O Progresso.
- 1917–O Democrata.
- 1918–A União, O Desporto, O Madeirense, O Seringa, O Atlantico, O Nacional e O Vigilante.
- 1919–O Germinal, a Luz, A Esperança, a Sentinella e Gente Nova.
- 1920–Echos da Madeira, O Operário, O Commercio da Madeira, Os Novos, A Razão e Revista de Direito.
- 1921–Vida Diocesana.
- 1922–Correio da Madeira, O Proletário, Terra e Tribuna do Povo.
- 1923–A Lanterna, O Cacete, Jornal da Madeira e Sport do Funchal.

Judeus. Havia judeus na Madeira no século XV, tendo muitos deles, com vontade ou sem ela, abraçado o cristianismo, depois do bárbaro decreto da expulsão dos filhos de Israel, publicado por D. Manuel em Dezembro de 1496.

Essa conversão não colocou porém as antigas famílias hebreias ao abrigo de rigores e perseguições, e muito antes de 1547, ano em que o Tribunal do Santo Ofício foi definitivamente estabelecido em Portugal, sofreram os cristãos-novos desta ilha muitos agravos e violências, devidos ao espírito de intolerância que reinava então no nosso país.

Nas ilhas dos Açores e da Madeira, diz Alexandre Herculano na Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal, nesses pequenos tractos de terra, como que perdidos nas solidões do Atlântico, se repetiram os insultos e as accusações de judaísmo, em cujo abono appareciam facilmente testemunhas, que depois se provava serem falsas». «fazem disto fé, acrescenta uma nota o mesmo autor, os instrumentos judiciais apresentados pelos christãos novos em Roma em 1544, que se acham na Symicta, vol. 31, fol. 137 e seguintes».

Convém observar que D. Diogo Pinheiro, bispo do Funchal, sustentou sempre nos conselhos do rei D. Manuel os verdadeiros princípios da tolerância evangélica em tudo quanto se relacionava com os infelizes hebreus. «Os processos por crimes de Judaísmo, diz Herculano, que cahiam apparentemente debaixo da sua jurisdição, ou que lhe mandavam julgar, terminavam por via de regra, pela soltura dos réus. Conhecendo a fundo a historia da conversão dos judeus, que tinha presenciado, estava profundamente convencido de que tal conversão não passara de uma brutal violência. Para elle o facto do baptismo imposto não tinha validade alguma, e os conversos haviam ficado tão judeus como eram d'antes».

Nos «Apontamentos e Capítulos» que o infante D. Fernando remeteu em 1461 a João Gonçalves da Câmara e aos cavaleiros, escudeiros, juízes, procuradores e homens bons da capitania do Funchal, lê-se o seguinte: «No que me pedis que judeus nem genoeses nom traitem em essa ylha asy como compradores y arremdadores por a destroyçam Que se faz em terra ondes elles husam, digo que me praz em ello teer a maneyra que o dito senior infante meu padre tinha».

Revela a petição dirigida ao infante que já em 1461 havia na Madeira uma certa má vontade contra os israelitas, má vontade que só bem claramente se manifestou mais tarde, quando a intolerância e o fanatismo de D. Manuel vieram abrir caminho às perseguições de que foram vítimas os membros dessa raça proscrita, ainda mesmo quando aceitavam o baptismo, para evitar a expulsão do país.

Júdice de Vasconcelos (João Frederico). Foi deputado pela Madeira na sessão parlamentar de 1904.

Juiz da Alfândega. Era o mais importante cargo desta casa fiscal, que passou depois a ter a denominação de provedor. Além da direcção da alfândega, tinha a seu cargo a arrecadação de outras receitas e cobrança de diversos impostos, como deixámos referido no artigo *Alfândegas*. (V. vol. I, pág. 36).

D. Manuel nomeou em 20 de Fevereiro de 1494 Francisco Alvares juiz da alfândega do Funchal, por ter casado com uma filha do Juiz anterior, tendo este cargo subsistido até o século XIX.

Juiz Conservador da Nação Britânita. V. Conservador dos Ingleses.

Juiz do Povo. Era eleito pela *Casa dos Vinte e Quatro* (V. este nome), representava-as classes populares junto, de diversas corporações e entidades oficiais e tinha certas atribuições de carácter administrativo. Desempenhava oficiosamente o papel de intermediário entre o povo e as autoridades locais, principalmente nos casos em que as disposições legais não eram da mais evidente clareza, e não podia ser eleito sem ter seis anos, pelo menos, de exercício na *Casa dos Vinte e Quatro*.

Segundo uma deliberação tomada pelo Senado da Cidade do Funchal em 22 de Dezembro de 1802, o juiz do povo quando ia á Câmara «requerer sobre algum negocio», sentava-se numa cadeira rasa (as cadeiras de espaldar eram destinadas aos vereadores e ao escrivão) acima do mais velho dos mesteres».

Não sabemos quando foi criado entre nós o cargo de juiz do povo, que durou até 1834.

Juiz dos Resíduos e Capelas. Tinha primitivamente o nome de Juiz dos Resíduos e Provedor de Capelas, Hospícios, Albergarias, Gafarias e Orfãos da Ilha da Madeira. Em 1486, foi provido neste logar João do Porto, que é o mais antigo de que encontrámos notícia. O cargo, que passou depois a ter atribuições menos latais, destinava-se principalmente a fiscalizar o cumprimento dos legados pios e encargos inerentes a muitas capelas e igrejas, e registo das propriedades oneradas com esses encargos, etc..

Em 1763, queixava-se o Corregedor da Comarca ao Governador e Capitão-General dos abusos cometidos neste juízo, mostrando a necessidade da criação dum Provedor de Capelas e Resíduos, a fim de pôr-se termo a tais desmandos e excessos. Refere-se ao tombo começado a organizar em 1590 e composto de oito volumes, dizendo que por eles se verifica que muitas capelas foram usurpadas á coroa ou aos seus legítimos possuidores. Desconhecemos que providências foram adoptadas acerca das faltas graves que se cometiam. Sabemos no, entretanto, que, no ano de 1800, se descobriram novos abusos praticados por João Luiz Pestana da Silva, escrivão do juízo, que se apropriou de uma importante soma proveniente de vários legados, falsificando para isso diversos documentos.

O «Archivo da Marinha e Ultramar» dá-nos notícia dos indivíduos que exerceram o importante cargo de Juiz dos Resíduos e Capelas no largo período de tempo decorrido de 1493 a 1767, cujos nomes inserimos em seguida:

Pedro Quaresma (1493),
bacharel João Fernandes (1501),
Afonso Costa (1535), Luiz da Guarda (1546),
licenciado José Jorge (1555),
Jácome Dias, Simão Cabral e o licenciado Gonçalo Mendes (1560),
Liones Simões Homem e o licenciado Luiz Preto (1566),
Manuel Rodrigues Pereira (1593),

desembargador André Lobo e o bacharel Pedro Fernandes Tinoco (1597),
desembargador Baltasar Fróis (1599);
Belchior Tavares de Sousa (1639),
António Tavares de Sousa 1682-1699),
Francisco Moniz de Meneses (1705),
António da Cunha Franco (1714),
Agostinho de Ornelas e Vasconcelos (1718),
Sebastião Mendes de Carvalho (1731),
Pedro Nicolau Betencourt de Freitas (1752),
António Dionisio da Silva Conde (1761),
João José Betencourt de Freitas (1767),
José Vicente Lopes de Macedo (1769),
Pedro Nicolau de Betencourt e Freitas (1797).

Á medida que se foram multiplicando os vínculos e morgadios, tornou-se muito considerável o número dos legados e dos encargos pios, que oneravam os prédios rústicos e urbanos, não sendo raro que os respectivos usufrutuários, procurassem subtrair-se ao cumprimento desses mesmos encargos. Esse tribunal, especialmente em assuntos de carácter religioso, nem sempre procedia com a devida isenção e de harmonia com as leis, dando-se por vezes graves conflitos entre os respectivos juízes e as autoridades eclesiásticas e vendo-se estas forçadas a recorrer ás estações superiores, a fim de serem cumpridas as disposições dos legados pios, que deveriam constituir o mais sagrado dever e a que ninguém poderia conscientemente eximir-se. Por vezes, o corregedor da comarca e o governador e capitão-general intervieram nesses conflitos, a fim de coagir o tribunal á observância das leis vigentes.

Tornando-se vinculada na Madeira a maior parte das propriedades e encontrando-se registados e arquivados no cartório deste tribunal todos os documentos respeitantes ás instituições vinculares, aos seus direitos de posse das propriedades e aos privilégios a elas inerentes, é fácil avaliar a importância que tinha esse cartório e o interesse que ainda pode oferecer para o estudo pormenorizado dessas instituições.

Julgava-se inteiramente perdida essa valiosa coleção de documentos, mas não há muitos anos que foi encontrada na antiga secretaria da administração do concelho do Funchal, achando-se hoje devidamente

catalogada no Arquivo Distrital da Madeira. Fica assim rectificado o que foi dito a pág. 388 do I vol. do *Elucidário* (2^a. edição) acerca deste tribunal.

Ignoramos quando foi extinto na Madeira este tribunal, mas sabemos que ainda funcionava no ano de 1829. Nas administrações dos concelhos, com a implantação do sistema constitucional, exerciam-se muitas das funções privativas desse tribunal, que desde há muito caducaram.

Juízes de Direito. Existem na Madeira desde 15 de Outubro de 1835, dia em que entrou em exercício nesta ilha a reforma judicial decretada em 16 de Maio de 1832, tendo desde então até 1876, isto é, enquanto funcionaram aqui as comarcas (primitivamente julgados) ocidental e oriental, vindo ao Funchal os magistrados seguintes, muitos dos quais serviram nas duas comarcas:

Domingos Olavo Correia de Azevedo (1835),
José Pereira Leite Pita Ortigueira Negrão (1835),
Francisco Jerónimo Coelho de Sousa (1838),
Francisco Leite Pereira da Costa Bernardes (1846),
D. João Correia Portugal da Silveira (1847),
José Afonso Botelho (1849),
Antonio Magalhães Mexia Baião de Lança Salema (1852),
José Pereira Sanches de Castro (1855),
Augusto das Neves Sousa Pimenta (1861),
Caetano José Gomes Monteiro (1862),
Antonio Bernardo de Amorim de Guerra Quaresma (1863),
Francisco José Monteiro Tavares (1869),
Cassiano Sepulveda Teixeira (1869) e Francisco Antonio da Silva Seide.

A actual comarca do Funchal foi instalada a 16 de Novembro de 1876, assumindo as funções de juiz de

direito o referido Francisco Antonio da Silva Seide, antes disso juiz de direito da comarca ocidental. Depois dele tem havido na comarca os seguintes juízes:

Manuel Celestino Emídio. Posse a 23 de Agosto de 1878.
Tertuliano Ciriaco Alves de Araújo. Posse a 3 de Março de 1881.
Manuel José da Fonseca. Posse a 23 de Maio de 1887.
Joaquim Simões Cantante. Posse a 12 de Fevereiro de 1893.
Fernando Augusto Crisóstomo de Gouveia. Posse a 29 de Março de 1899.
Manuel de Barros Nobre. Posse a 11 de Novembro de 1899.
Manuel Rufino da Graça. Posse a 9 de Março de 1905.
Manuel Borges de Sousa Teles. Posse a 22 de Agosto de 1911.
Domingos José Vieira Ribeiro. Posse a 18 de Fevereiro de 1918.
Francisco Nunes da Costa Torres. Posse a 27 de Novembro de 1919.
Arnaldo Frigateiro Pinho Branco. Posse a 27 de Março de 1922.
Albino Antonio de Almeida Matos, 1923.
Felix José da Costa Soto Maior, 1924.
Joaquim Crisóstomo da Silveira Júnior, 1925.

Como ficou dito no artigo Funchal(*comarca de*), á comarca da sede do distrito foi acrescentado mais um juízo, passando a haver dois tribunais com os seus magistrados privativos e tendo desempenhado esses cargos os

Drs. Joaquim Crisóstomo da Silveira Júnior (1925),
Albano de Gusmão Tavares do Canto Taveira (1929),
Pedro de Melo Coutinho de Albuquerque (1929)
Luis Afonso Viana de Lemos (1932),
Augusto Simões Cantante (1935),
Antonio Magalhães Barros Araújo Queirós, visconde de Cortegaça (1935),
Tomás Antonio Bandeira da Gama Pessanha Faria Coutinho Vilhegas do Casal (1938),
José Ferreira Machado (1939) e
José Pinto Magalhães (1940).

Vid. o artigo Administração Judicial (1-16 e segs.) e o livro «O Arquipelago da Madeira na Legislação Portuguesa» pelo Pe. Fernando Augusto da Silva.

Juízes Eleitos. Havia-os nas freguesias, e desempenhavam funções análogas ás dos juízes pedâneos do regimen absoluto. Foram criados pela Reforma Judiciária de 1837 e extintos pela lei de 16 de Abril de 1874. Havia juízes efectivos pela constituição de 1822.

Juízes de Fora. No artigo *Administração Judicial*, dissemos que em 1767 fora aplicado à Madeira o decreto de 2 de Agosto de 1766, que criara os lugares de juiz de fora e corregedor nos Açores, passando estes cargos a ser exercidos no arquipélago madeirense por dois magistrados, quando anteriormente àquela data eram desempenhados por um só indivíduo. A aplicação do decreto de 2 de Agosto de 1766 tornou apenas permanente o exercício dos dois cargos, que passaram também a ser definitivamente desempenhados por dois magistrados.

São muito antigos entre nós os dois lugares de juiz de fora e de corregedor, mas não tinham carácter permanente e por vezes eram acumulados pelo mesmo indivíduo. No arquivo da Câmara do Funchal, estão registados muitos diplomas de nomeação dum e doutro lugar, sendo os mais antigos o de 1512, passado a favor de Rui Pires, como juiz de fora, e o de 1466 a favor de Denis Anes de Aragão, como corregedor. E seguidamente, embora com algumas interrupções no exercício do cargo, desempenharam as funções de juiz de fora

Pedro Fernandes (1554),
Lourenço Correia (1558),
Pedro Anes (1566),
Pedro Barbosa (1567),
Lourenço da Cunha Macedo (1573),

Francisco de Sousa (1645),
Antonio de Sousa Galvão (1649),
Manuel de Sena Tenreiro (1657),
Antonio Freire Cardoso (1657),
Manuel Soares Monteiro (1662),
António Martins Machado (1681),
Manuel de Sequeira e Gouveia (1685),
Manuel Viegas (1689),
Francisco Gomes de Góis (1691),
Manuel de Sousa Teixeira (1695).
Nuno de Afonseca Homem (1698),
Antonio de Macedo (1702),
Vital Casado Rotier (1705),
Antonio da Costa Maciel (1709),
Antonio da Cunha Franco (1714),
João de Andrade Albuquerque (1717),
Feliciano Prestes de Gouveia (1722),
Sebastião Mendes de Carvalho (1730),
Manuel Vieira Cardoso (1733),
José Barquette de Oliveira (1739),
Miguel de Arriaga Brun Silveira (1747),
Luís Antonio de Sousa Tavares e Abreu (1763),
Antonio Felipe Bulhões (1766),
Francisco Alvares de Andrade (1770)
Bernardo José de Oliveira Perdigão (1779),
Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira (1784),
José Maria Cardoso Soeiro (1790),
Antonio Felipe Ferreira Cabral (1798),
José Julio Henriques Gordilho (1802),
Manuel Caetano de Almeida Albuquerque (1808),
José Joaquim Nabuco de Araújo (1812),
Luis Ribeiro de Sousa Saraiva (1819),

Joaquim de Assis Saldanha (1821),
Antonio Joaquim de Carvalho (1823),
Manuel Ferreira Seabra da Mota (1826) e
Manuel Cirilo Esperança Freire (1828), que foi o ultimo e serviu até 14 de Junho de 1834.

O juiz de fora era o presidente nato da Câmara Municipal do Funchal e só exercia funções dentro do termo, que era uma subdivisão da Comarca. Era substituído nos seus impedimentos pelo vereador mais velho, que era chamado então juiz por bem da lei, e tinha aposentadoria paga pela Câmara. Tanto ele como o corregedor deviam ser formados em leis.

Vid. Administração Judicial.

Juízes dos Ofícios Mecânicos. Eram eleitos pelos grémios das classes operarias na Casa dos Vinte e Quatro, devendo o Juiz do povo dar conhecimento á Câmara Municipal do resultado das eleições, afim de esta lhes mandar passar as respectivas cartas. Além do juiz mais velho, havia ás vezes um segundo juiz, ou juiz mais moço, tendo cada oficio, além destes funcionários, um escrivão e um mordomo da bandeira. Os sapateiros elegiam um juiz para a obra preta e um para a obra branca, e era uso o escrivão do oficio de ferreiro sê-lo também do oficio de serralheiro.

Sabemos terem existido no Funchal Juízes dos ofícios de pedreiro, carpinteiro, marceneiro, serralheiro, ferreiro, sapateiro, boteiro, curtidor, barbeiro, moleiro, alfaiate, carpinteiro de machado, calafate e tanoeiro.

Juízes Ordinários. Havia-os no regímen absoluto, e pelas Ordenações Filipinas exerciam funções durante um ano. Eram funcionários judiciais, e precederam os juízes de fora na presidência da Câmara Municipal do Funchal. As demais câmaras do arquipélago foram presididas por eles até á implantação do governo liberal na Madeira, em 1834.

A lei de 30 de Abril de 1835 acabou com os juízes ordinários, mas a Nova Reforma Judiciária de 1837

restabeleceu-os, vindo a ser extintos definitivamente pelo decreto de 20 de Julho de 1886. As suas atribuições ficaram competindo aos Juízes de direito, em todos os julgados que eram cabeça de comarca ou faziam parte da cidade ou vila onde houvesse cabeça de comarca, e aos juízes de paz em todos os demais julgados.

Nos tempos do governo absoluto, havia cinco julgados na Madeira, cada qual com o seu juiz ordinário, a saber: Machico, Santa Cruz, Ponta do Sol, Calheta e S. Vicente. No Funchal, cabeça da comarca, havia um juiz de fora.

Juízes dos Órfãos. Havia um juiz dos órfãos no Funchal, outro na Calheta e um terceiro em S. Vicente, os quais «tinham jurisdição em todos os feitos cíveis em que os órfãos eram autores ou réus, até a sua emancipação». Já no tempo de D. Manuel, havia um juiz dos órfãos na Madeira, tendo sido Fernão de Perada, nomeado em 1493, quem primeiro exerceu esse cargo nesta ilha.

Em 1835, passaram para os juízes de paz as atribuições que pelas antigas leis pertenciam aos juízes dos órfãos, tendo no Funchal sido nomeada uma comissão para inventariar os cartórios dos órfãos, os quais foram entregues ao juízo de fora, em virtude de alvará do Presidente da Província.

Os inventários dos órfãos, depois de haverem estado no arquivo da Câmara, passaram para os arquivos dos juízes de paz, sendo os delegados dos Procuradores da Republica que presentemente têm as atribuições que pertenceram aos antigos juízes.

Juízes de Paz. O decreto de 16 de Maio de 1832 criou um juiz de paz em cada uma das freguesias de que se compusessem os julgados, devendo o mesmo juiz ser eleito pelo povo. Eram destinados os juízes de paz a conciliar as partes, e de 1835 a 1840 desempenharam funções que pertenciam anteriormente aos juízes dos órfãos.

O decreto de 29 de Março de 1890 determinou que os juízes de paz fossem de nomeação do Governo, e o de 5 de Junho de 1905 fixou a composição dos distritos de juízes de paz do Funchal, Ponta do Sol, Santa Cruz e

São Vicente.

Juízes Pedâneos. Havia-os na Madeira e também se chamavam juízes de vintena. Exerciam funções nas aldeias afastadas de uma légua ou mais da sede do termo, e julgavam as questões de coimas, danos e acções sobre bens moveis de pequeno valor.

No regime absoluto, a Comarca dividia-se em termos, e os termos em vintenas.

Havia juízes pedaneos na Ribeira Brava, Câmara de Lobos e Caniço, na época em que estes lugares pertenciam ao município do Funchal e era a Câmara Municipal quem os nomeava.

Júlio da Silva Carvalho (Rua de). Esta rua, que teve primitivamente o nome de João da Mata, passou a denominar-se do Mosteiro Novo, quando ali se construiu um edifício destinado a um pequeno mosteiro, mas que não chegou a ter essa aplicação. Também se chamou rua do Seminário por ter funcionado na casa destinada ao mosteiro o seminário diocesano. Há poucos anos, foi-lhe dado o nome de rua Julio da Silva Carvalho (V. este nome). Voltou a ter o nome de Rua do Seminário.

Junça. Nome vulgar do *Cyperus longus*, ciperacea frequente na Madeira.

Junco. Entre as espécies do genero *Juncus* existentes na Madeira, avultam o *J. acutus*, que serve para gaiolas, e o *J. inflexus* e o *J. effusus*, cujos caules se utilizam para atilhos e vencelhos.

Junquinho. Os madeirenses chamam junquilhos a algumas espécies do género *Narcissus*, da família das Amarilidaceas, ao passo que, no Porto Santo, é o *Cyperus laevigatus*, da família das Ciperaceas, que recebe aquele nome.

Junta Agrícola. Foi criada pelo decreto de 11 de Março de 1911. Este diploma legislativo que veio então solucionar a chamada questão Hinton, a que no respectivo relatório se faz especial referência, estabeleceu um novo régimen sacarino, que foi diversamente apreciado e deu lugar a controvertidas opiniões, mas que incontestavelmente encerra princípios e fixa disposições de tal modo úteis e salutares, que, uma vez observados, muito concorreriam para o engrandecimento e prosperidades de todo o arquipélago madeirense. Nunca deve ser esquecido que esse decreto criou a Junta Agrícola e a correlativa expropriação desses laboratórios de substancias tóxicas, que se chamam fabricas de aguardente.

A criação da Junta Agrícola, diz o lúcido relatório que precede o respectivo decreto, há-de contribuir na mais larga medida para o desenvolvimento económico da Madeira, e assim decerto teria acontecido, se aos trabalhos dessa corporação não tivesse prendido algumas vezes uma errada orientação. Num país essencialmente agrícola e em que a maioria da população vive do plantio e cultura da terra, fácil será avaliar os assinalados serviços que uma corporação de carácter técnico especial e que dispõe de importantíssimos recursos poderia prestar á nossa agricultura se todas as disposições do aludido decreto tivessem sido acatadas e integralmente cumpridas. Assim não aconteceu, porém, e lá se consumiram, antes da crise calamitosa que atravessamos (1921), importâncias avultadíssimas, sem que se melhorassem as condições do povo madeirense, pondo em execução certas medidas salutares apontadas no citado diploma.

O relatório do decreto de 11 de Março de 1911 refere-se à denominação de Ilha da Aguardente dada á Madeira, em virtude da abundante produção deste, tóxico e do excessivo uso que dele se faz neste arquipélago. Dessa denominação se tornou eco, dando-lhe foros de cidade, um conhecido político e estadista que, numa conferencia publica, tão pouco gentilmente tratou os habitantes desta ilha chamando-os ébrios e alcoólicos, depois de ter recebido aqui as mais altas distinções e as mais subidas demonstrações de consideração e apreço, que foram até o ponto de se lhe conferir numa solene e aparatoso sessão da Câmara do Funchal, os títulos e honrarias de cidadão funchalense, com a inauguração do seu retrato no salão nobre dos Paços do Concelho.

O decreto, preconizando o alto princípio moralizador que hoje tanto preocupa os governos dos estados, de combater enérgica e eficazmente o alcoolismo, consigna uma das mais proveitosas medidas adoptadas a favor deste arquipélago – a expropriação das fabricas de aguardente. Importava isso ao bom nome da nossa

terra e ia principalmente realizar-se uma grande obra social e humanitária.

Já em outro lugar dissemos (1921) que na Madeira se vai notando um acentuado definhamento da raça. Na estatura, na constituição orgânica, nas forças musculares, etc., observa-se uma decadência digna de registo. O facto passa por ora despercebido ao grande publico, mas não assim aos médicos, e de modo especial aos que têm de fazer a selecção dos mancebos destinados ao serviço militar.

Há, porém, um facto ainda mais eloquente e persuasivo—a assombrosa percentagem que á loucura vai fornecendo a população madeirense, segundo o autorizado testemunho da ciéncia. E também considerável o contingente que o alcoolismo fornece á tuberculose, sem contarmos ainda com os casos frequentes de idiotia, epilepsia, convulsões e outras degenerescências mais ou menos comprovadas. Uma parte importante dos habitantes desta ilha, que se entrega ao alcoolismo, traz já na célula a tendéncia imperiosa para o vicio, que encontra terreno favorável para o seu desenvolvimento na facilidade de achar á venda o terrível tóxico com que cinquenta fabricas inundam o mercado, embora vão elas ao mesmo tempo envenenando, bestializando, tuberculizando e enlouquecendo a incauta população dum distrito.

A vista destas razões, sumariamente expostas, ressalta a conveniência e a necessidade dessa grande providencia, que foi a expropriação das fabricas de aguardente. Todos, porém, sabem que essa medida do maior alcance moral e social não chegou nunca a ser inteiramente adoptada. O que foi julgado absolutamente indispensável para a população negra de Angola, com a proibição do fabrico e do tráfego comercial da aguardente, foi considerado de somenos importância para os habitantes da raça branca deste nosso arquipélago da Madeira!

A Junta Agrícola foi criada pelo artigo 26º. do decreto de 11 de Março de 1911, que textualmente transcrevemos:

Art. 26º. É criada uma Junta Agrícola da Madeira que terá o especial encargo de gerir o fundo constituído pelo imposto da fabricação de aguardente, devendo também constituir receita desta junta as multas impostas por quaisquer infracções do presente decreto com força de lei e o que constar dos respectivos regulamentos.

§ único. Este fundo será aplicado ao desenvolvimento económico da Madeira, devendo uma parte ser

reservada para a expropriação das fabricas de aguardente, para custear a propaganda no estrangeiro do vinho Madeira, para prover ás despesas da fundação e manutenção de uma estação agrária que venha a criar-se na ilha e para promover a reenxertia ou transformação das castas de videiras actualmente exploradas, de modo que, num prazo indicado em regulamento, os vidonhos produtores sejam apenas os que tradicionalmente compunham o tipo chamado de vinhas da Madeira».

A criação da Junta Agrícola da Madeira tinha, pois, como fins especiais e expressamente determinados: 1.º a expropriação das fabricas de aguardente; 2.º a propaganda no estrangeiro a favor dos vinhos da Madeira; 3º. a fundação e manutenção duma estação agrária; 4.º a transformação pela reenxertia, das castas de videiras actualmente existentes, em ordem a torna-las nos tipos tradicionais que produzem o chamado vinho Madeira.

Como já dissemos, a expropriação das fabricas de aguardente não chegou a ser iniciada (1921), cumprindos acrescentar agora que a propaganda no estrangeiro a favor dos nossos vinhos não deu resultado algum satisfatório por causa da maneira pouco prática como foi executada, e que a propagação, por meio da enxertia, das castas que produzem o tradicional vinho da Madeira não se fez na escala que seria para desejar, apesar de todos verem nela o meio de restituir á ilha uma das suas mais antigas e valiosas fontes de riqueza. O campo experimental da Bica da Cana deu poucos resultados prácticos, mas manda a boa justiça que se diga que dos viveiros de Louros e da Ribeira Brava, e em especial deste ultimo, saíram muitas plantas úteis seleccionadas, e que a organização dos serviços destinados a combater os insectos e parasitas que atacam os vegetais nada deixou a desejar, tendo constituído um excelente serviço prestado aos nossos agricultores, pois lhes evitou prejuízos sem conto principalmente nas árvores frutíferas.

A importância demasiada que a Junta Agrícola ligou á indústria do turismo, fê-la esquecer por vezes os fins para que especialmente tinha sido criada e consumir somas avultadas em estudos e trabalhos que só devia empreender mais tarde.

No Porto do Moniz e no Paul da Serra, gastou-se sem proveito conhecido muito dinheiro, e a aquisição por preços elevados de vários montados e extensos terrenos nas nossas serras, embora se possa justificar pela necessidade de arborizar a zona montanhosa da ilha ou de aproveitar águas que estão correndo inutilmente para o mar, não mereceu a aprovação da grande maioria dos habitantes da Madeira.

O frigorífico (V. este nome), que era um estabelecimento susceptível de prestar bons serviços à ilha, nunca chegou a funcionar por motivos que nos são desconhecidos, sendo por fim entregue à Câmara a rua onde tinham sido levantadas as suas instalações.

É interessante verificar que o decreto de 15 de Maio de 1912, que aprovou o Regulamento para a execução do decreto com força de lei de 11 de Março de 1911, estabeleceu novas disposições acerca dos fins da criação da Junta Agrícola e do seu funcionamento, alterando a sua constituição orgânica e fundamental, que lhe fora assinalada e conferida por uma lei. Impôs o citado decreto a esta corporação o encargo de proceder ao povoamento florestal das serras e ao estabelecimento duma eficaz polícia rural, e o de promover todos os melhoramentos de viação, sanidade e outros que tendam a desenvolver a indústria do turismo na ilha, sendo à sombra destas disposições que se realizaram alguns dos actos que atrás deixamos apontados.

Convém notar aqui que o regulamento de 15 de Maio de 1912 coloca em ultimo lugar a obrigação de expropriar as fabricas de aguardente e que apenas consigna a decima parte dos rendimentos anuais da Junta para fazer face a essa expropriação.

Pelo citado regulamento, a Junta Agrícola ficou assim constituída: o agrónomo distrital ou o director da Estação Agraria, três representantes delegados das Câmaras Municipais, dois delegados da Junta Geral, dois delegados da Associação Comercial, um delegado da Comissão de Viticultura e o regente silvícola ao serviço da junta Geral.

O artigo 21.^º do mesmo regulamento determinou que, para a fiscalização das fabricas de aguardente, seria destacado do corpo de fiscalização dos impostos o seguinte pessoal: um chefe de distrito de 1^a. classe, um chefe de distrito de 2^a. classe, dois chefes fiscais, trinta fiscais de 1^a. classe e noventa fiscais de 2^a. classe.

Para o bom e regular funcionamento da Junta Agrícola, existem três decretos datados de 28 de Dezembro de 1912, sendo o primeiro destinado a aprovar o Regulamento Interno da Junta Agrícola, o segundo o Regulamento para a expropriação das fabricas de aguardente e o terceiro o Regulamento para a cobrança do imposto da aguardente.

O segundo regulamento destrói completamente a cláusula mais importante e mais vantajosa da lei que criou

a Junta Agrícola, que é a da expropriação das fabricas, pois que determina que só passados três anos depois da vigência do régimen sacarino de 1911 e quando se reconheça que em qualquer região do arquipélago madeirense desapareceu a cultura da cana, é que então se procederá á expropriação das fabricas e ainda assim quando estas o requererem. E com um traço de pena dum simples regulamento anula-se inteiramente as mais úteis e salutares disposições duma lei!

O decreto de 1 de Fevereiro de 1913 aprovou as Instruções para a propaganda dos produtos do solo madeirense e o de 8 de Março do mesmo ano deu aprovação ao Regulamento do serviço rural e florestal. Não foi por falta de regulamentos que a Junta Agrícola deixou de desempenhar cabalmente a sua missão civilizada.

Esta corporação instalou-se no dia 22 de Agosto de 1912, e teve mais nove sessões neste ano. Reuniu-se 40 vezes no ano de 1913 e 29 no de 1914. As suas receitas relativas aos cinco anos económicos de 1910-1911 a 1914-1915, foram respectivamente em números redondos, de 25, 64, 155, 149 e 121 contos.

Por portaria de 27 de Fevereiro de 1915, foi o Dr. Fernando Maria Allen Urculu Vieira de Castro, juiz na comarca de Santa Cruz, nomeado para proceder a uma sindicância aos actos da Junta Agrícola, cujos trabalhos iniciou mas não chegou a concluir, tendo o Dr. Francisco Antunes de Mendonça, por portaria de 26 de Agosto do mesmo ano, sido encarregado de prosseguir a sindicância encetada e dado por terminadas as suas investigações a 4 de Novembro de 1915, que é a data do seu relatório apresentado ao Governo.

Foram longos e minuciosos os trabalhos da sindicância, ocupando a sua publicação cem páginas do Diário do Governo. O relatório da sindicância encerra-se com oito conclusões, na primeira das quais se afirma «que todos os vogais da Junta Agrícola, mesmo os que já cessaram as suas funções, procederam com honra e dignidade». Nas outras conclusões, citam-se algumas pequenas transgressões ás leis e regulamentos, que em nada afectam a primeira conclusão.

O artigo 3.º da lei de 31 de Agosto de 1915 passou para a Junta Agrícola a administração, conservação e reparação das levadas do Estado, e estabeleceu que o funcionamento da mesma Junta continuaria, sem limitação de tempo, além do ano de 1918. Pelo artigo 5.º da mesma lei, ficou a Junta com competência para aprovar o seu orçamento.

Em 2 de Setembro de 1915, apareceu um decreto permitindo á Junta Agrícola contratar com a Caixa Geral dos Depósitos o empréstimo de 100:000\$ para ser especialmente aplicado à construção de estradas e hotéis de turismo, de conformidade com o preceituado no n.º 4 do artigo 3.º do citado regulamento de 15 de Maio de 1912, e, em 11 de Fevereiro de 1916, foi apresentado ao Parlamento, não sendo, porém, aprovado, um projecto de lei concedendo autonomia á mesma Junta e alargando os privilépios e regalias desta Corporação.

O decreto de 2 de Maio de 1919, que modificou o régimen sacarino, extinguiu a Junta Agrícola, tendo o decreto de 12 de Junho do mesmo ano mandado transitar o seu pessoal para a 9^a. região agrícola, a cargo da Junta Geral do Distrito.

Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal. Esta corporação foi criada pelo decreto de 13 de Agosto de 1913. O fim da sua criação e a esfera das suas atribuições estão consignados no artigo 1.º da sua lei orgânica, e são os seguintes: «As obras de reparação indispensáveis no porto de abrigo, na Pontinha, tanto do lado interno como do lado externo da enseada; instalação no mesmo molhe de maquinismos de carga e descarga; ligação com a alfândega por meio duma linha férrea eléctrica; armazéns no terminus da linha e bem assim prolongamento e melhoramento do cais da entrada da cidade; construção dum cais para mercadorias em frente da alfândega; abertura duma avenida marginal entre o cais da entrada da cidade e o extremo leste do Campo Almirante Reis; construção duma pequena doca entre o cais da alfândega e a foz da Ribeira de Santa Luzia, com as devidas instalações para serviço de pequena cabotagem da ilha; e, finalmente, todas as demais instalações complementares, como seja um edifício da alfândega a construção dum posto marítimo de desinfecção, a dum mercado, praça do peixe, casa para capitania do porto e serviço de saúde, e bem assim a conservação, exploração e aproveitamento de todas as instalações, obras e serviços que vier a montar dentro dos limites das suas atribulações ».

A Junta Autónoma do Porto era constituída pelas seguintes entidades: presidente da Junta Geral, presidente da Câmara do Funchal, presidente da Junta Agrícola, director das Obras Publicas do Distrito, director da Alfândega, capitão do porto, presidente da Associação Comercial, um vogal especialmente designado pelo Ministro do Fomento, um vogal eleito pelas casas bancárias, um vogal eleito pelas associações de classe dos comerciantes por grosso e a retalho, e um vogal eleito pelas Câmaras dos diferentes concelhos do distrito, sendo também membros desta corporação os deputados e senadores eleitos

pelo círculo do Funchal.

As receitas da Junta Autónoma vêm taxativamente expressas no art.º 11.º da sua lei orgânica e eram estas:
a) Um adicional de 3 por cento sobre os direitos de importação e sobre os impostos municipais cobrados pela Alfândega do Funchal, exceptuados os géneros alimentícios; b) 6 por cento do rendimento anual do imposto de produção da aguardente cobrado pela Junta Agrícola da Madeira; c) 50 por cento do aumento que se verificar na cobrança dos impostos directos pagos pelos contribuintes do concelho do Funchal, que sejam receita da Junta Geral do distrito, a partir do segundo semestre do ano económico em que a Junta se instituir, em relação ao máximo atingido por essa cobrança em igual período dos três anos económicos anteriores; d) 30 por cento do rendimento do imposto municipal sobre os tabacos nacionais e estrangeiros; e) o rendimento da exploração comercial do porto do Funchal, venda de terrenos conquistados ao mar, arrendamento de armazéns e dos mencionados terrenos ou doutros que o Governo ou quaisquer entidades cedam á Junta.

Por portaria de 27 de Novembro de 1915, foi aprovado o regulamento interno da Junta Autónoma, que consta de 25 artigos. Também tem a Junta um regimento interno da sua Secretaria.

O condutor Furtado de Mendonça, que esteve ao serviço da Junta, publicou em 1915 um opúsculo intitulado Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal. Memória descriptiva e justificativa das obras projectadas, que contém os planos e projectos das obras a realizar no nosso porto, não tendo este trabalho merecido a aprovação das estações superiores.

Posteriormente, formulou o engenheiro Francisco Soares Junior um novo projecto, que foi submetido á apreciação da respectiva repartição técnica do Ministério do Fomento e que se afirma ser um estudo que revela especiais conhecimentos do assunto. Foi publicado com o seguinte título: *Junta Autonoma das Obras do Porto do Funchal. Novo projecto das obras do porto artificial do Funchal. Memoria descriptiva e justificativa*. (Lisboa, 1921, 19 págs.).

Anteriormente a esta Junta Autónoma, tinha sido nomeada, por portaria de 8 de Dezembro de 1911, uma comissão dos melhoramentos do porto do Funchal, que a 29 de Abril de 1912 elaborou um parecer acerca das obras a realizar. O membro da mesma comissão engenheiro Adriano Augusto Trigo apresentou um importante trabalho, que foi publicado em opúsculo com o título de Breves Considerações sobre os

melhoramentos de que carece o porto do Funchal. Esta comissão não teve larga duração e, além dos pareceres apresentados, não realizou outros trabalhos apreciáveis.

Como já ficou dito, a Junta Autónoma das Obras do Porto foi criada pelo Decreto de 13 de Agosto de 1913, tendo os decretos de 27 de Novembro de 1915, de 2 de Julho de 1926, de 6 de Fevereiro de 1934 e de 5 de Setembro de 1936 modificado a sua primitiva organização e regulado a maneira do seu funcionamento. Concederam-se a este organismo mais largas atribuições e novas fontes de receita para poder satisfazer os fins da sua criação.

Nos seus primeiros anos de existência, limitou-se a Junta Autónoma à arrecadação das suas receitas, que serviram de base ao concurso aberto em Março de 1922, para a adjudicação duma empreitada, dando-se assim inicio aos trabalhos anteriormente projectados. Ficou deserto este concurso, abrindo-se segundo, em Janeiro de 1923, sendo adjudicatária desta construção a firma «Fumasil Company Limited», que então se constituiu em Londres. Depois duma larga discussão na imprensa, representações dirigidas ao poder central, recursos aos tribunais, parecer da Procuradoria Geral da Republica, etc., foi, em 1928, considerado como rescindido o contrato realizado entre a Junta Autónoma e a «Fumasil Compainy», ficando á mesma Junta a liberdade de abrir novo concurso para adjudicação daquelas obras.

Com a nomeação dum director técnico das obras a realizar no porto do Funchal, passou a Junta Autónoma a ter uma mais fecunda actividade, que logo se manifestou com o reforço do quebra-mar que protege o molhe existente entre o ilhéu e a Pontinha, construindo-se 239 blocos com o volume de 4.784, m³, no período decorrido de Abril de 1930 a Março de 1931, que custaram a soma de 590.000 escudos. Impunha-se a imediata realização deste melhoramento, porque o grande temporal de 15 de Dezembro de 1926 causara graves danificações no molhe, pondo-o em risco de uma próxima e total destruição. Outro melhoramento que as circunstancias locais mais imperiosamente exigiam era o prolongamento do cais da Entrada da Cidade, abrindo-se concurso para a respectiva empreitada, que terminou a 30 de Outubro de 1930, sendo a construção adjudicada á casa Nederlandsche Maatschappij Voor Havenwerken pela importância de 4.763.000 escudos. O acrescentamento do cais teria 80 metros de comprimento e 16,m⁴ de largura e seria formado por cinco grandes blocos com o volume total de 3.337 metros cúbicos. O primeiro bloco foi colocado no respectivo local a 25 de Junho de 1932 e o quinto e ultimo no mês de Janeiro de 1933. (Vid. *Cais*).

A principal fonte das receitas da Junta Autónoma é a arrecadação do imposto, cobrado na Alfândega do

Funchal, que recai sobre a importação do tabaco, de que damos uma súmula, referente aos anos decorridos de 1923 a 1932:

1923.....	24.930\$79
1924.....	24.542\$72
1925.....	2.147.068\$71
1926.....	2.847.403\$55
1927.....	3.086.744\$47
1928.....	2.966.987\$57
1929.....	2.838.127\$89
1930.....	3.486.740\$16
1931.....	3.836.731\$01
1932.....	3.864.564\$28

O quadro do pessoal da Junta Autónoma das Obras do Porto é constituído por um engenheiro-director, um chefe de contabilidade, um chefe de secretaria, um escriturário, um «encarregado» do Cais da Pontinha, um apontador, um fiscal de armazéns e um contínuo.

Para uma mais completa notícia acerca desta matéria, leiam-se os artigos Cais, Molhe da Pontinha e Porto do Funchal insertos neste Elucidário e ainda os seguintes escritos: *Breves considerações sobre os melhoramentos de que carece o porto do Funchal* pelo engenheiro Adriano Trigo, 1912; *Lei Organica da Junta*, 1914; *Memória descriptiva e justificativa das obras projectadas...* » pelo engenheiro Furtado de Mendonça, 1915; *Lei Organica e Regulamento da Junta Autonoma*, 1917; *Novo Projecto das obras do porto artificial do Funchal por Francisco Antonio Soares*, 1921; *Obras do Pôrto do Funchal*, publicado pela Companhia das Obras do Porto, 1926; *Obras do Porto do Funchal, parecer de três professores da Universidade*, 1926; *A Questão do Porto do Funchal, representação ao governo*, 1927; *Documentos relativos á questão do porto do Funchal*, 1928; *Construção do prolongamento do cais da Entrada da Cidade*, pelo engenheiro Rodrigo Antonio Machado Guimarães, 1933; *Protecção do quebra-mar da Pontinha*, pelo mesmo, 1931; *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, vol. 5.º, por Adolfo Loureiro, 1910, e *Dicionário Corografico do Arquipelago da Madeira* pelo padre Fernando Augusto da Silva.

Junta do Desembargo do Paço. Foi criada na Madeira a 10 de Setembro de 1811 e uma das suas atribuições era indicar os indivíduos da governança que deviam servir de membros do Senado. Pela provisão que nomeava os vereadores, pagava a Câmara Municipal do Funchal ao secretario da Junta o emolumento de 6\$400 réis.

Junta Governativa do Bispado em 1869. Apesar desta diocese ter sido algumas vezes governada por Juntas Governativas, em virtude da morte ou ausência dos respectivos prelados, uma houve que, pela maneira como geriu os negócios do Bispado, deu muito que falar de si, tendo-se a imprensa desta cidade e ainda da capital ocupado dos seus actos, que chegaram a merecer a formal condenação do episcopado português e até da Santa Sé. Pela ausência do Bispo D. Patrício Xavier de Moura no ano de 1869, ficou esta diocese sendo administrada por uma Junta Governativa composta de três eclesiásticos, que, afastando-se da observância das leis canónicas e das praxes em vigor, concitou a má vontade do clero e dos fiéis, tendo sido censurado o seu procedimento pela nunciatura de Lisboa. O acto mais saliente e escandaloso da sua administração foi o da circular de 26 de Janeiro de 1870, em que eram condenadas varias praticas de piedade e religião, na mais diametal oposição com os ensinamentos da Igreja e com as doutrinas dos seus mais abalizados doutores e teólogos. O distinto escritor e grande polemista católico Sousa Monteiro ocupou-se do assunto no Bem Publico, e, em 1870, publicou-se em Lisboa um opúsculo com o título Breves reflexões acerca da Circular de 26 de Janeiro de 1870 do presidente da Junta Governativa do Bispado do Funchal.

Junta Governativa da Madeira em 1847. A revolta popular que em 1846 rebentara na província do Minho e se alastrara rapidamente por outros pontos do país, ficou na nossa historia conhecida pelo nome de revolução da Maria da Fonte. Depois da constituição dum governo provisório na cidade do Porto, que teve a denominação de Junta Governativa do Porto, outras Juntas suas delegadas se organizaram em diversas vilas e cidades com o fim de apoiar o movimento revolucionário que se propunha derrubar o governo dos Cabrais e anular as grandes influencias de que gozava nas esferas do poder. Seguiu-se um período verdadeiramente calamitoso de guerra civil, que prometia eternizar-se, a não haver-se dado a intervenção de algumas potências estrangeiras.

A revolução teve seu eco na Madeira na madrugada de 29 de Abril de 1847, com o pronunciamento das tropas da guarnição, que no antigo passeio publico aderiram solenemente à revolução e à Junta Governativa do Porto. No pátio do hospital de Santa Isabel, pelas cinco horas da manhã daquele dia, se reuniram a Câmara Municipal, vários funcionários, algumas pessoas de representação e bastantes populares, achando-se postada a força armada a poucos metros de distancia, e proclamaram então os princípios da revolução e aderiram á Junta do Porto, nomeando a Junta Governativa da Madeira, que ficou constituída por Luis de Ornelas e Vasconcelos, presidente, Francisco Correia Heredia, vice-presidente, Diogo Berenguer, Luis Agostinho de Figueiroa, Dr. José Julio Rodrigues e Antonio Correia Heredia, secretario. Tendo Luis de Ornelas e Vasconcelos abandonado desde logo os trabalhos da Junta, assumiu a sua presidência, até á sua dissolução, o morgado Francisco Correia Heredia.

Era então governador civil do distrito o benemérito conselheiro José Silvestre Ribeiro, que, não aderindo ao movimento revolucionário, abandonou imediatamente o governo e se recolheu á Quinta do Pico de S. João e depois á quinta do Deão, pondo-se ao abrigo da hospitalidade que lhe ofereceram dois súbditos ingleses ali residentes.

A Junta Governativa da Madeira desenvolveu desde os primeiros momentos da sua constituição uma pasmosa actividade, que parece ter excedido os trabalhos das suas congénères, que se haviam organizado em muitas terras de Portugal. Nomeou governador civil o professor do Liceu Manuel Joaquim da Costa Andrade, que escusando-se pouco depois de assumir aquele cargo foi substituído pelo tenente-coronel Manuel José Júlio Guerra, que também havia sido nomeado comandante militar da Madeira. O Dr. António Ribeiro Pacheco Nunes, o Dr. Luís da Costa Pereira e o Dr. Juvenal Honório de Ornelas foram respectivamente nomeados delegado do procurador régio, presidente da Câmara e delegado de saúde. Foram demitidos muitos funcionários públicos e substituídos por indivíduos que tivessem aderido ao movimento revolucionário ou aos princípios proclamados pela Junta do Porto. Houve acesso de postos para alguns oficiais da guarnição e vários sargentos foram promovidos a alferes. A acção governativa da Junta da Madeira fez sentir, por vezes, duma maneira verdadeiramente arbitrarria em muitos ramos da administração publica levantando protestos enérgicos dos povos, apesar dos poderes discricionarios de que a mesma Junta se revestira. Segundo um documento da época, deixou completamente exaustos os cofres públicos do distrito.

Como se protelasse a guerra civil, a Inglaterra, a Espanha e a França resolveram interferir nos negócios

internos do nosso país, pondo termo á anarquia que por toda a parte se alastrava. No dia 23 de Junho, apareceu no porto do Funchal a fragata inglesa de guerra Thetis, impondo o seu comandante á Junta Governativa da Madeira a sua imediata dissolução, o que esta fez no dia 14 de Julho de 1847, dirigindo por essa ocasião uma proclamação a todos os habitantes deste arquipélago.

No dia 21 de Julho, ancoraram no nosso porto os navios de guerra inglesas Terrible e Recruit e a fragata francesa Armide, tendo os respectivos comandantes, no dia 26 do mesmo mês, entregue o governo do distrito ao conselheiro José Silvestre Ribeiro, revestindo o acto, que se realizou no palácio de S. Lourenço, a maior solenidade e havendo por essa ocasião varias demonstrações de regozijo.

No dia 11 de Agosto, tendo já terminado o movimento revolucionário ancorou na baía do Funchal, procedente da cidade do Porto, o vapor de guerra D. Luiz que conduzia a seu bordo o batalhão de Caçadores n.º 6, sob o comando do tenente-coronel José Marques Salgueiral.

Acerca deste assunto, leia-se o opúsculo da autoria do tenente-coronel Alberto Artur Sarmento, intitulado «Maria da Fonte na Madeira».

Junta da Justiça. Foi criada neste arquipélago pelo alvará régio de 26 de Outubro de 1803 e compunha-se do Governador e Capitão General, do Corregedor da Comarca, do juiz de Fora e do Juiz ou Provedor dos Resíduos e Capelas. Ignoramos qual fosse a extensão das suas atribuições, mas lemos algures que ela se destinava a «conhecer os crimes cometidos na comarca e que das suas deliberações havia recurso para a Casa da Suplicação, em Lisboa. O Governador e Capitão-General por motivos que desconhecemos, informava em 1809 o governo da metrópole que convinha excluir da Junta da Justiça o Juiz dos Resíduos e Capelas. E em 1824, queixava-se o Governador ás estações superiores dos excessos cometidos pela referida Junta e propunha que se tornasse extensivo a este arquipélago o alvará régio de 15 de Outubro de 1810 que criara nos Açores a Junta da Justiça Criminal. Não sabemos quando foi extinta, mas ainda funcionava entre nós no ano de 1830.

Junta de Melhoramentos da Agricultura das Ilhas da Madeira e Porto

Santo. Esta corporação foi criada pela carta regia de 20 de Julho de 1810. Diz o Dr. Rodrigues de Azevedo que a sua criação foi inspirada pelas Instruções que o corregedor Dr. Veloso de Oliveira (V. este nome) deixou exaradas na câmara da Calheta acerca da agricultura. Tinha por fim não somente proteger e desenvolver em geral a indústria agrícola, mas ainda de modo particular promover a cultura dos baldios, repartindo-os em aforamentos, e assim estender a área das terras aráveis, tornando produtivos tantos terrenos que jaziam maninhos e estéreis. Esta providencia, que foi secundada pelo alvará régio de 18 de Setembro de 1811, teve também em vista remediar alguns dos males que a terrível aluvião de 1803 causara á agricultura madeirense.

Apesar das fundadas esperanças que a criação da Junta inspirou a muitos e dos males iminentes que ela fora chamada a combater, o Governador e Capitão-General Luis Beltrão de Gouveia e Almeida só convocou a primeira reunião desta corporação em princípios de Dezembro de 1813, isto é, três anos depois de haver sido criada! Não sabemos que tempo funcionou e julgamos que foram nulos os serviços que prestou á agricultura da Madeira.

Esta Junta foi extinta em 1821.

Junta da Real Fazenda da Ilha da Madeira. Havendo o Governador e Capitão-General deste arquipélago João Antonio de Sá Pereira ponderado ao governo da metrópole a maneira pouco zelosa como nesta ilha se arrecadavam varias receitas publicas, tendo-se até deixado de fazer a cobrança de algumas delas, foi, por carta regia de 6 de Abril de 1775, criada a Junta da Real Fazenda da Ilha da Madeira, que tinha por fim especial superintender na arrecadação de todos os impostos e contribuições.

Era composta do Governador, como presidente, dum Escrivão, do Tesoureiro, do Corregedor e do Juiz de Fora.

A Junta da Real Fazenda veio substituir a antiga Provedoria da Fazenda e funcionou até 6 de Agosto de 1834, tendo desde então até 30 de Junho de 1835 sido administrados os negócios da fazenda por uma comissão interina estabelecida pelo decreto de 23 de Junho de 1834, o qual extinguiu também a mesma Junta.

No 1.^º de Julho de 1835, passaram os negócios da fazenda para a gerência dum recebedor geral, sendo

Francisco Correia Heredia quem primeiro desempenhou este lugar no Funchal.

Juntas Gerais. O decreto de 16 de Maio de 1832 criou as Juntas Gerais de Província, que não chegaram a funcionar neste arquipélago. Pela lei de 16 de Julho de 1835, estabeleceram-se as Juntas Gerais de Distrito, afirmando um documento oficial de 1837 «que nesta Província uma só vez e extraordinariamente se reuniu a Junta com fim determinado e mui circunscrito, podendo dizer-se com verdade que vai hoje abrir-se a primeira sessão ordinária da Junta Geral deste distrito». Parece-nos que aquela reunião única e extraordinária se realizou no ano de 1836, e a primeira sessão ordinária teve lugar no dia 15 de Julho de 1837. Presidiu a esta sessão o Governador Civil António de Gamboa e estiveram presentes os doze procuradores:

Aires de Ornelas e Vasconcelos,
Dr. Alexandre de Oliveira,
Antonio Ferreira Nogueira,
Francisco Ferreira de Abreu,
João Crisóstomo Ferreira Uzel,
José Joaquim Fernandes de Sousa,
Manuel Joaquim da Costa Andrade,
Manuel Joaquim da Trindade,

Patrício Malheiro de Melo,
Rufino de Carvalho Pereira,
Sebastião Joaquim Rodrigues Leal e Vicente de Paula Teixeira, sendo eleito presidente Aires de Ornelas e
Vasconcelos e secretario Francisco Ferreira de Abreu.

Teve dezoito reuniões, sendo a do encerramento a 25 de Agosto de 1837.

Os primeiros vogais da Junta Geral, em numero de treze, foram eleitos na casa da Câmara no dia 11 de Outubro de 1835 pela forma determinada no artigo 10.^º do decreto de 18 de Julho do mesmo ano. Os códigos administrativos de 1836 e 1842 não alteraram o numero de procuradores à Junta, mas o código de 1878 elevou esse numero a 21, devendo os procuradores eleitos escolher na sua primeira sessão a Comissão Distrital. A eleição directa das Juntas Gerais foi autorizada pelo código de 1878; o código de 1842 determinava que estas corporações administrativas fossem eleitas pelas Câmaras com os Conselhos

Municipais.

Os códigos administrativos de 1895 e 1896 sancionaram o disposto no decreto de 6 de Agosto de 1892 relativamente á extinção das Juntas Gerais, mas a Junta Geral do Funchal foi restabelecida pelo decreto de 8 de Agosto de 1901, que aplicou a este distrito a organização especial facultada aos distritos dos Açores pelo decreto de 2 de Março de 1895, modificado pela lei de 12 de Junho de 1901. Pela extinção das Juntas Gerais, ficou existindo na sede de cada distrito uma comissão Distrital. As Juntas Gerais, nos distritos continentais, só foram restabelecidas pelo decreto de 13 de Outubro de 1910.

Segundo o disposto na lei de 7 de Agosto de 1913, a Junta Geral de regime autonomico compõe-se de procuradores eleitos directamente, pelos Concelhos, sendo 7 por cada concelho de 1^a. ordem, 5 por cada concelho de 2^a. e 3 por cada concelho de 3^a., e tem uma comissão executiva composta de três procuradores.

V. Autonomia Administrativa, Organização Administrativa e Receitas e Despesas do Distrito.

Juntas de Paróquia. O decreto de 18 de Julho de 1835 criou as Juntas de Paróquia no arquipélago da Madeira. Chegaram a instalar-se em algumas freguesias, mas, num grande numero de paróquias, nunca funcionaram. Não sabemos se essas corporações administrativas tiveram uma acção benéfica em algumas das localidades em que foram eleitas. Julgamos que foi de todo inútil e estéril o seu funcionamento e não temos encontrado vestígios da sua administração paroquial. Pode afirmar-se que tiveram curta duração e que a sua acção foi inteiramente nula entre nós.

Depois da promulgação do Código Administrativo de 1886, que mantinha as antigas Juntas de Paróquia e lhes concedia mais amplas faculdades, pretendeu-se, dando cumprimento à lei, instalar essas corporações administrativas na Madeira.

As Juntas de Paróquia teriam sido instaladas e até desempenhado as suas funções administrativas, se a mesquinha política de campanário não houvesse aproveitado o feliz ensejo para excitar antigos ódios e exercer as mais condenáveis represálias. Levantou-se então uma aturada e tenaz oposição ao

funcionamento dessas corporações administrativas, que a breve trecho degenerou em grandes violências e nos mais lamentáveis excessos.

Principalmente o receio de que as Juntas de Paróquia teriam que lançar impostos e não poderiam funcionar sem usar desse recurso por não possuírem receitas próprias, excitou a indignação popular e logo se levantou um geral clamor em toda a ilha contra as Juntas de Parreca ou simplesmente a Parreca, como o povo chamava aquelas corporações administrativas.

Lavrou então rapidamente como um incêndio uma revolta em todo o distrito, que nem sempre se manifestou na praça publica, mas que existia latente nos espíritos. Não temos conhecimento de outro sucesso que entre nós produzisse uma tão intensa e geral indignação, a não ser talvez o da epidemia da peste em 1907. Estarmos convencidos que, ainda hoje, se gente mal intencionada agitasse a questão da Parreca como estandarte de revolta, conseguiria de novo pôr em movimento os espíritos e produzir talvez graves perturbações de ordem publica (1921).

Por esse motivo, ninguém mais pensou nem pensa ainda em eleger as Juntas de Paróquia. São corporações que, para nós, só existem nas paginas do Código Administrativo. É já passado o longo período de trinta anos e outro lapso de tempo igual se passará, sem que elas representem uma verdadeira realidade para este arquipélago. E manda a verdade dizer que elas não trariam benefícios aos povos. Se algumas câmaras sertanejas e até das capitais de distrito têm feito o que nós sabemos.

A situação da Madeira era então bastante crítica. A cana de açúcar tinha desaparecido quasi completamente, e os vinhedos produziam pouco e estavam também gravemente ameaçados. o afastamento da navegação do nosso porto e os males de que enfermava todo o país ainda mais agravaram a situação económica do arquipélago. o terreno não podia ser mais favorável para fazer germinar a indignação publica com a ideia do lançamento de novos impostos. A instalação das Juntas de Paróquia, hábil mas malevolamente explorada por politicantes sem escrúpulos, foi o rastilho do incêndio, que em breve se alastrou por toda a parte.

Em muitas freguesias da Madeira, deram-se acontecimentos de muita gravidade, alterando-se por vezes a ordem publica. Em algumas delas, esses acontecimentos revestiam um carácter de manifesta hostilidade para com todos os que exerciam cargos de autoridade ou desempenhavam quaisquer funções publicas, sem

exclusão das pessoas mais gradas e mais consideradas que aí residiam. Foi uma época de verdadeiro terror, vendo-se muitos obrigados a deixarem os seus domicílios e procurarem ao Funchal abrigo seguro contra os desmandos do povo revoltado.

No concelho de Sant'Ana, e em especial na freguesia do Faial, a população amotinou-se e praticou muitos desatinos, sendo vexados, maltratados e até espancados o pároco e algumas das pessoas mais respeitáveis da localidade.

Na Ponta do Sol, o povo desceu à vila em atitude ameaçadora e teria de certo praticado os mais condenáveis excessos se a força militar lhe não embargasse a passagem. Esta foi agredida e ameaçada de ser corrida violentamente à pedrada, tendo que usar das carabinas, ficando mortos cinco populares e outros feridos.

Na freguesia do Caniço, os sucessos motivados pela suposta reunião da Junta de Paróquia atingiram também proporções da maior gravidade, que tiveram as mais trágicas consequências. No dia 22 de Novembro de 1887, os habitantes daquela freguesia, em numero considerável, invadiram a casa paroquial, com o pretexto de que ali estava funcionando a Junta de Paróquia e, depois de uma busca minuciosa a toda a habitação e a todas as dependências da igreja, que ocuparam inteiramente, bem como as vizinhanças desta, ali permaneceram muitas horas em atitude ameaçadora e hostil, receando-se a todo o momento que essa atitude se desencadeasse em tremenda tempestade.

Do Funchal, chegou, ao anoitecer, às proximidades da igreja paroquial do Caniço uma força comandada pelo capitão Luís Maria dos Reis, que pretendeu imediatamente fazer evacuar o templo, o que dificilmente conseguiu, sendo então violentamente apedrejada a tropa e caindo morto um soldado vitimado por uma grande pedra lançada do telhado da Igreja. A força armada, que usara de toda a prudência, vendo-se assim atacada, defendeu-se e repeliu a agressão, caindo varados pelas balas quatro populares e ficando muitos feridos, alguns deles mortalmente.

Do continente, vieram contingentes dos regimentos de caçadores n.º 5 e de infantaria n.º 16, comandados pelo tenente-coronel Cibrão, a fim de auxiliar as forças militares aqui aquarteladas, os quais prestaram bons serviços.

Os acontecimentos tiveram eco na imprensa do continente e nas altas regiões do poder. Os nossos

representantes em cortes e alguns madeirenses residentes em Lisboa fizeram sentir ao governo central que os sucessos ocorridos na Madeira tinham principalmente a sua origem na angustiosa situação em que a ilha se encontrava e que a revolta era, na sua essência, um protesto enérgico contra o abandono a que o arquipélago estava votado por parte dos poderes públicos.

O governo adoptou imediatamente varias providencias e tomou depois algumas medidas de alcance com respeito ás obras publicas, suspensão de direitos de cabotagem, etc..

Por decreto de 31 de Dezembro de 1887, nomeou o governo uma grande comissão presidida pelo coronel de engenharia Manuel Raimundo Valadas e composta de varias entidades oficiais deste distrito e de alguns proprietários e comerciantes, tendo como secretario o Dr. Gaspar Malheiro Pereira Peixoto, secretario-geral do governo civil do Funchal.

O coronel Valadas mostrou o maior zelo no desempenho da espinhosa missão de que fora incumbido, e, no desejo de bem se orientar e de produzir trabalho útil, ouviu todos os que a ele se dirigiram, tomou em consideração os alvitres da imprensa, das corporações administrativas e ainda dos particulares, fez um estudo detalhado das causas originarias da situação em que se encontrava o distrito, e, no seio da comissão, que teve inúmeras reuniões, procurou, pela discussão e exame minucioso das questões, chegar a conclusões práticas e definitivas acerca dos graves assuntos que a mesma comissão fora chamada a resolver.

O presidente da comissão escreveu e apresentou ao governo um extenso e elucidativo relatório, que se afirma ter sido um trabalho valioso e que continha indicações preciosas acerca das causas da revolta que se alastrou na Madeira e das providencias que conviria adoptar para debelar a crise de que enfermava o distrito. O governo central foi instado para que esse relatório se publicasse, mas não o permitiu nunca, consentindo apenas que os representantes da Madeira no parlamento o examinassem na secretaria do Ministério do Reino, onde se encontrava. Disse-se então, e disso se fez eco a imprensa, que o relatório continha referências a cousas e pessoas, que não convinha que fossem divulgadas.

O coronel Valadas e o contingente de 250 praças de infantaria chegaram ao Funchal a 11 de Janeiro de 1888.

Juratzka. (J.). E.: *Muscorum frondosorum species novae* (*Bot. Zeit.*, n.^o 3, Janeiro de 1866).

V. Kny.

Justiça (A). Começou a sair a 27 de Março de 1858, tendo terminado a sua publicação a 26 de Junho de 1861 com o numero 166. Foi seu redactor Bernardo Francisco Lobato Machado.

K

Kalley (Dr. Roberto Reid). Nasceu em Mont Floridan, próximo de Glasgow, na Escócia, a 6 de Setembro de 1809, sendo filho de Roberto Kalley e de Joana R. Kalley e morreu na cidade de Edimburgo a 17 de Janeiro de 1888. Em 1832, concluiu a sua formatura em medicina por uma das universidades inglesas.

Aproximadamente seis anos depois, a 2 de Outubro de 1838, chegou o Dr. Kalley ao Funchal, onde, à parte pequenos intervalos, residiu até o dia 9 de Agosto de 1846. Tornou-se célebre pelo proselitismo protestante que largamente exerceu entre nós e pelas graves perturbações que trouxe ao seio da família madeirense. Era homem de extraordinário talento e medico notabilíssimo, possuindo o raro predíaco de subjugar as multidões com a sua palavra sugestiva e eloquente, que era nele o principal segredo da eficácia da sua propaganda. Seria sem dúvida um crente, mas era sobretudo um fanático. Dominava-o um feroz e odiento sectarismo, e nunca teria arredado um passo na sua audaciosa e incansável propaganda, se o não houvessem forçado a abandonar precipitadamente esta ilha.

Limitou-se, nos primeiros tempos, ao exercício gratuito da clínica, em que logo se tornou notável, à prática da caridade para com os pobres e á fundação de escolas, o que, junto ás suas atraentes qualidades pessoais e ao prestígio da sua palavra, fez criar em torno do seu nome uma auréola de simpatia, consideração e respeito por parte de todas as classes sociais da nossa terra. A Câmara Municipal do Funchal dirigiu-lhe publicamente um alevantado elogio pelos serviços prestados á instrução e pelos actos de filantropia praticados para com os deserdados da fortuna, e o governo da metrópole isentou do pagamento de direitos

na alfândega desta cidade os medicamentos que importasse destinados ao tratamento dos pobres. O benemérito transformou-se depois num feroz propagandista, reconhecendo-se claramente que nele o proselitismo sobrelevava em tudo o desinteressado exercício da caridade. Isto mais se acentuou ainda depois duma viagem que fez á Inglaterra, onde permaneceu de Junho a Setembro de 1845, afirmado-se que as conferências que ali realizara com os dirigentes das sociedades bíblicas e com importantes personagens interessadas na propaganda anti-católica, lhe afervoraram em extremo o natural ardor sectário e lhe incutiram maior coragem e audácia para a propagação das ideias protestantes.

No seu regresso, encetou o Dr. Kalley uma mais intensa propagação. Os próprios doentes que ele atendia na sua casa eram obrigados a escutar as suas práticas religiosas, embora manifestassem repugnância em o fazer. Eram já então gerais os clamores contra o audaz propagandista, mas nem as advertências e ordens emanadas das autoridades, nem as ameaças populares, que surdamente rugiam, entibiaram o fervor do celebre medico escocês, que, com a casa cercada pela polícia e ouvindo os insultos que lhe dirigiam, continuava intemeratamente a propagação dos seus ideais religiosos.

Os ultrajes dirigidos á religião católica concitaram contra o Dr. Kalley a geral animadversão dos povos da Madeira. Veio para o meio de nós arrancar ao povo as crenças dos seus maiores e levar ao seio das famílias as mais funestas dissensões. A reacção que naturalmente se fez a esse audaz proselitismo produziu graves perturbações, tendo que intervir as autoridades locais para coibirem os desmandos dos propagandistas. Deram então cenas bem lamentáveis, em que se cometiam excessos por parte de católicos e protestantes, que inteiramente se teriam evitado, se o Dr. Kalley não houvesse iniciado a sua propagação ou ao menos não lhe imprimisse um carácter de tão acentuado fanatismo.

Como se tratava dum súbito britânico, procederam com ele com verdadeira moderação e prudência, e mais de uma vez o medico protestante, perante as autoridades locais e outras entidades de alta categoria social, fez a declaração formal de que ia pôr termo á evangelização do seu credo entre os madeirenses, limitando a sua propagação aos estrangeiros residentes na Madeira ou que aqui porventura aportassem. Faltou inteiramente ás promessas feitas e os ânimos se foram exacerbando cada vez mais, tendo seu lamentável epílogo nos tristes acontecimentos do dia 9 de Agosto de 1846.

O Dr. Roberto Kalley morava numa quinta, ao Vale Formoso, e ali se realizavam as reuniões dos seus prosélitos. Há muito que a casa estava guardada pela polícia, receando-se que as iras populares se

manifestassem em excessos condenáveis. No entretanto, o ardor apostólico do fanático propagandista não tinha lazer. Também trabalhava com uma notável actividade como medico, atendendo gratuitamente os doentes e distribuindo medicamentos e esmolas pelos pobres ao mesmo tempo que se afirmava que operava maravilhas na arte de curar.

A 9 de Agosto de 1846, em pleno dia, a casa do Dr. Kalley foi cercada por uma enorme multidão de populares, sendo a polícia impotente para a conter. Praticaram-se então excessos de toda a ordem. Arrombaram as portas da residência e, invadindo-a de tropel, processaram todos os recantos em busca do Dr. Kalley, que encontrou felizmente na fuga um abrigo seguro contra a fúria dos assaltantes. Refugiou-se em casa dum seu compatriota e ali o cônsul inglês o aconselhou a que sem demora saísse da Madeira. Vestido em trajes de mulher e conduzido numa rede á praia desta cidade, pôde embarcar para bordo dum navio inglês e ausentar-se desta ilha, onde não tornou a voltar.

O Dr. Roberto Kalley dirigiu-se para o Illinois, nos Estados Unidos da América e chamou para junto de si muitos dos madeirenses que tinham seguido as suas doutrinas. Outros, receosos de serem perseguidos, e um numero ainda mais considerável levado apenas pelo espírito de aventura, emigraram e foram engrossar as colónias portuguesas de Demerara, Trindade e dos Estados Unidos da América.

O governo português enviou à Madeira Antonio José de Avila, mais tarde duque de Avila e Bolama, a sindicar daqueles acontecimentos, vindo acompanhado do novo governador civil, o conselheiro José Silvestre Ribeiro.

O Dr. Kalley, por intermédio do seu governo, reclamou uma indemnização pelos prejuízos causados na livraria e mobiliário da sua casa, tendo o governo português satisfeita a importância de 1574 libras esterlinas ou sejam cerca de sete contos de réis, em que foram computados esses prejuízos. Ignoramos quando foi apresentada a reclamação, mas sabemos que só passados alguns anos depois dos acontecimentos que a motivaram, é que o conselheiro José Silvestre Ribeiro, governador Civil deste distrito, informou confidencialmente o governo da metrópole, a 25 de Julho de 1851 e em virtude de ordens superiores, acerca do pedido de indemnização, opinando que ele devia ser atendido nos termos em que fora formulado (V. Proselitismo Protestante).

Além dos inúmeros artigos que sobre a Questão Kalley inseriram os jornais do tempo, publicaram-se

também os folhetos *Exposição de Factos*, por R. R. Kalley, Funchal, 1843, de que se fez 2^a. edição, em Lisboa, em 1875, *An Account of the recent persecutions in Madeira, pelo Dr. Kalley*, Londres, 1844, e *Revista Histórica do proselitismo protestante exercido na ilha da Madeira pelo Dr. Roberto Reid Kalley, medico escocês*, por Manuel de Sant'Ana e Vasconcelos, Funchal 1845 e *Perseguições dos Calvinistas da Madeira*, por João Fernandes da Gama, S. Paulo (Brasil), 1896, de 218 pags..

A reclamação feita pelo Dr. Kalley por intermédio do seu governo, com o pedido de uma importante indemnização, em virtude dos prejuízos causados na sua residência pelo povo amotinado, foi objecto de varias discussões na imprensa local e do continente e excitou o maior interesse em todo o nosso país e ainda no estrangeiro. o caso diplomático levou longo tempo a solucionar-se, pois que somente decorridos sete anos após a lamentável ocorrência é que o governo português satisfez o pagamento da indemnização exigida pelo dr. Roberto Kalley. Vários incidentes se deram e algumas notas diplomáticas se trocaram entre os governos de Portugal e da Inglaterra, chegando-se finalmente a uma solução amigável. Era então ministro dos Negócios Estrangeiros o ilustre madeirense Visconde de Atouguia, que expôs em um desenvolvido relatório as causas da reclamação e desse importante documento são extraidas as interessantes informações que se seguem:

«Havendo a Administração de 18 de Junho de 1849 expedido uma Portaria em 7 de Fevereiro de 1851 ao Governador Civil do Funchal, para que procedesse a todas as averiguações sobre os prejuízos que o Dr. Kalley representara haver-lhe causado um tumulto popular que houve na mesma cidade do Funchal, satisfez aquelle Magistrado em 25 de Julho de 1851 com a sua informação.

A actual Administração, depois de um escrupuloso exame de todos os papeis relativos a esta reclamação do Governo Britânico, e muito principalmente em presença da informação dada pelo supracitado Governador Civil, (o conselheiro José Silvestre Ribeiro) não podia deixar de reconhecer o direito que o Dr. Kalley tinha a uma indemnização pelos prejuízos que sofreu na ilha da Madeira, em consequência do mencionado tumulto que tivera lugar em 9 de Agosto de 1846.

Não querendo, porém, a mesma Administração tomar sobre si a responsabilidade de arbitrar quantia alguma por tal título, sem mandar proceder a novas indagações, ordenou confidencialmente, ao Governador Civil que, respondendo a três quisitos que lhe enviara, desse ao mesmo tempo a sua opinião sobre a reclamação de que se trata. Remettendo, pois aquelle Magistrado em 3 de Novembro de 1851, a resposta que

lhe fora exigida, acrescentou que, pelo que dizia respeito a sua opinião, se referia à ultima parte da sua informação de 25 de Julho de 1851.

Nessa informação, observava o dito Governador Civil, depois de assegurar ao Governo, que tinha dado a este objecto a mais séria attenção e empregado todos os meios possíveis para indagar a verdade com o maior escrúpulo, individuação e imparcialidade, que na tumultuosa e desordenada scena do dia 9 de Agosto de 1846, em que tinha vivido uma verdadeira pilagem na casa do Dr. Kalley, necessariamente se haviam de estragar, quebrar, inutilizar e extraviar muitas cousas, além das que foram presa das chamas.

Nestas circunstancias, instado o Governo de Sua Magestade pelo de Sua Magestade Britanica para satisfazer aquella indemnisação, e não querendo ser taxado de má fé, annuio a pagar a quantia reclamada de reis sete contos oitenta quatro mil seiscentos trinta e um reis, equivalente a libras 1574,7 schillings e 3 pencis ao cambio de reis de 4500 cada uma, em que se demonstrou haverem sido calculados os prejuízos aludidos, em três prestações, que foram satisfeitas nas epochas convencionadas.

Secretaria d'Estado dos Negócios Estrangeiros em 20 de Junho de 1853.—Visconde de Athouguia.

Kampfer (Dr.) Esteve na Madeira em 1841 e 1842. E.: *Notizen über die Insel Madeira (Zeitschrift f. die gesammte medizin, 1847)*.

Kerhallet (C. Ph. J.) E.: *Madère, les Iles Selvages et les Iles Canaries*, Paris, 1868 (*Cartes et plans de la marine, n.º 267*). Colaborou neste trabalho A. le Gras.

Kirkpatrick (R.). Naturalista do Museu Britanico que visitou a Madeira e Porto Santo, tendo feito na última destas ilhas diferentes estudos zoológicos. Escreveu um pequeno trabalho intitulado *On Melia Normanii, a sponge with a siliceous and calcareous skeleton* (Londres, 1911). A curiosa esponja de que se faz menção neste trabalho, foi encontrada pelo naturalista madeirense Adolfo C. de Noronha nos mares do Porto Santo.

Kirkpatrick diz num dos seus trabalhos ter achado no Porto Santo o *Eozoon canadense*, o mais antigo fóssil conhecido, mas tal descoberta carece de confirmação.

Kirwan. Publicou uns dados meteorológicos referentes ao Funchal, de que fez menção Bowdich nas *Excursions in Madeira* (Londres 1825).

Knowler (M). Distinto súbdito britânico, que visitou esta ilha no ano de 1845. Proferiu no Funchal, na língua inglesa, uma série de seis conferências sobre a poesia dramática, que causaram verdadeira sensação pela eloquência, brilho da forma e aprofundado conhecimento do assunto. Afirma-se que foram publicadas na Inglaterra, contendo várias referências à estada do autor na Madeira.

Kny (Dr. Leopoldo). Botânico alemão que herborizou na Madeira durante o ano de 1860. As muscineas colhidas por ele e consideradas novas para a ciência, foram descritas pelo briologista A. Juratzka (V. este nome). E.: *Ueber die Flora Oceanischer Inseln* (*Zeitschr der Gesellsch. fur Erdkunde*, 1867).

Koebel (W. H.) *E. Madeira old and new*; Londres, 1909.

A pág. 5 desta obra se lê o seguinte: convém advertir que as notas à obra de Frutuoso publicadas em 1873 por Álvaro Rodrigues de Azevedo, são imensamente úteis a todos quantos desejem estudar aquele velho manuscrito. O Dr. Azevedo foi advogado na Madeira, um estudioso e um livre pensador, tendo esta ultima circunstância dado motivo a que caísse no desagrado do clero local. Os membros mais intransigentes desta classe iniciaram uma campanha contra o seu modo de vida, prometendo-lhe depois da morte um funeral de cão (a dog's funeral). Morto ele, porém, teve o clero a mais amarga das desilusões. Por documentos deixados pelo Dr. Azevedo, viu-se que este obtivera uma bula papal que lhe garantia o maior número de cerimónias fúnebres que estava no poder da Igreja conceder. Teve, portanto, todas essas cerimónias, mas o clero que nelas tomou parte nada ganhou pelos seus serviços, visto tudo haver sido pago antecipadamente em Roma.

Será possível conceber-se uma mais viva manifestação de ironia póstuma?»

Não passa de uma simples patranha o que refere o Sr. Koebel com respeito à bula papal obtida pelo Dr. Azevedo. Este distinto professor teve por sua morte as cerimónias fúnebres que costumam ser concedidas a todos os católicos, e nada há que estranhar nisso, visto ele se haver reconciliado com a igreja nos últimos 10 ou 15 anos que teve de vida. O Dr. Azevedo foi sempre um homem grave e sério, e incapaz, portanto, de preparar a tal "manifestação de ironia póstuma", que o Sr. Koebel lhe quis atribuir. Não gozaram do menor crédito as afirmações deste súbdito britânico.

Krempelhuber. E.: *Prodromus Lichenographiae insulae Maderae (Flora Ratisbonensi*, pag 221-224 e 230-235).

Krohn (Dr. Roland E.S.) Médico inglês, mas pertencente a uma família de origem russa, que exerceu clínica na Madeira durante alguns anos. E.: *Die Hygiene auf Funchal in Madeira (Archiv für Schiffs und Tropen-Hygiene*, vol. III, 1899) e *Führer durch Madeira*, Berlim, 1906, I vol.

Faleceu num sanatório da Suiça, vitimado pela tuberculose pulmonar, pelos anos de 1908.

Kulczynski (V.) E: *Arachnoidea opera R. E. Schmitz collecta in insulis Maderianis et in insulis Selvages dictis* (Cracovia, 1899).

L

Labaça. É o nome vulgar de várias Poligonaceas do género Rumex. Na Madeira, estas plantas encontram-se nas ribeiras, nas margens dos caminhos etc..

Laboratório de Bacteriologia e Higiene. Foi criado pelo decreto de 17 de Maio de 1904, a pedido da Junta Geral deste distrito, a cujo cargo ficaram a sua instalação e as despesas do seu funcionamento. O seu pessoal compunha-se então de um médico-chefe, um preparador e um servente, tendo as exigências do serviço obrigado a aumentar posteriormente o quadro desse pessoal.

O seu primeiro director foi o Dr. António Balbino do Rego, que os lamentáveis acontecimentos ocorridos no Funchal em Janeiro de 1906 obrigaram a abandonar o exercício desse cargo, que desempenhou com muito zelo e reconhecida competência. Passou a exercer, interinamente, o lugar de director o preparador Dr. António Capelo.

Pelo decreto de 22 de Dezembro de 1939, foi remodelado o serviço deste Laboratório, que ficou com uma secção de análises bacteriológicas e clínicas e outra de análises químicas e tecnológicas, sendo o seu pessoal constituído por um director-médico bacteriologista, um químico analista, um preparador, um ajudante de preparador e dois auxiliares de laboratório.

O distinto bacteriologista Dr. Vicente Henriques de Gouveia, já muito conhecido pelos seus notáveis trabalhos de laboratório, foi contratado para director-médico no ano de 1931 e nomeado definitivamente para este lugar a 5 de Novembro de 1940.

Lacticínios. No artigo «Indústria dos Lacticínios» (pag. 149), fizemos rápida referência aos decretos que criaram a Junta Nacional dos Lacticínios da Madeira e estabeleceram as normas que deviam regular o seu funcionamento. Era ocasião azada de dar uma notícia desenvolvida acerca da maneira como esse organismo tem desempenhado as atribuições que aqueles decretos lhe impuseram, se o espaço e os elementos de que agora podemos dispor nos permitissem fazê-lo. No entanto, seria cometer uma flagrante injustiça se, ao menos, não deixássemos aqui consignados, embora passageiramente, os incontestáveis benefícios que os citados créditos, por intermédio da mesma Junta, têm dispensado à economia de todo o distrito. O assunto foi tratado com o mais ponderado critério, com profundo conhecimento de causa e com grande amor à verdade nos valiosos e por muitos títulos interessantes «Boletins de Informação e Publicidade» publicados pela Junta de Lacticínios da Madeira, que podem ser proveitosamente consultados e para os quais chamamos a atenção dos nossos agricultores. (Vid. Gado e Manteiga).

Lafões (Duque de). A rainha D. Maria I intitulando-se «governadora e perpetua administradora do mestrado de cavalaria da Ordem de Nossa Senhor Jesus Cristo» fez mercê em 1778 a seu tio D. João de Bragança, duque de Lafões, da comenda das ilhas Terceira, Madeira e S. Miguel, da dita ordem, tendo a Câmara Municipal do Funchal tomado conhecimento, dessa mercê, que foi mandada registar no livro competente, em 15 de Maio de 1784.

Lagartixa (Lacerta Dugesii). Pequeno réptil muito frequente na Madeira e que causa grandes estragos nas uvas, tomates, etc.. Já existia na ilha antes do descobrimento, pois que a ele se refere Gaspar Frutuoso nos seguintes termos: «nesta fresca ilha se não achou outro género de bichos senão humas lagartixas pequenas tamanhas de hum dedo, que não fazem damno notável, nem são peçonhentas». Frutuoso também assinalou as lagartixas na ilha do Porto Santo (V. Saudades, pag. 50) e o naturalista R. T. Lowe encontrou entre os corpos calcários da Piedade as maxilas dum pequeno vertebrado que o professor

Owen viu ser um réptil, não podendo porém declarar, por falta de materiais para comparação, se era idêntico à lagartixa madeirense.

Lagoa. Constituindo a obstruída cratera dum vulcão, encontra-se na freguesia do Santo da Serra um pequeno lugar, a que chamam a Lagoa, e que nos invernos mais prolongados se enche de água, formando um pequeno lago, que mede uma superfície aproximada de seis mil metros quadrados. É um lugar pitoresco e muito visitado em outros tempos.

Lagoa (Pico da). Na serra do sítio do Poiso, fica o Pico da Lagoa, que atinge uma altitude de 1450 metros.

Lagostas. Designação dada ao *Scyllarus latus* e ao *Palinurus vulgaris*, crustáceos macruros que se apanham nos baixos fundos, sendo este caracterizado pelas antenas longas e grossas, e aquele pelas antenas foliáceas e curtas. A segunda espécie, chamada também lagostim ou lagostão, é menos comum que a primeira, e apanhada como ela, ou de mergulho, ou accidentalmente, nas redes e outros aparelhos.

O *Arctus ursus*, rocegado por vezes nos mares do Funchal e Porto Santo, não é considerado comestível.

No «Diário de Notícias» do Funchal de 26 de Outubro de 1927, publicou Adolfo César de Noronha, um desenvolvido e interessante artigo acerca destes crustáceos sob o título de «A Lagosta da Madeira».

Laje (Pico da). Na serra do sítio do Poiso, fica o Pico da Laje, que atinge uma altitude de 1450 metros.

Laje (Porto de). Fica este porto na costa da freguesia do Seixal, encontrando-se ali um pequeno desembarcadouro.

Laje (Ribeira da). Acha-se esta linha de água na freguesia do Faial e nela encabeça uma levada, que rega alguns terrenos no concelho de Santa Cruz.

Lajedo (Pico do). É uma elevação montanhosa situada na costa setentrional da freguesia do Caniçal.

Lamaceiros. São conhecidos por este nome vários sítios da Madeira, mas o mais digno de ser visitado é o que fica na freguesia do Santo da Serra.

O sítio dos Lamaceiros, no Porto do Moniz, merece também ser visitado. Duns picos que lhe ficam próximos, avista-se uma parte da Ribeira da Janela. Encontra-se ali uma capela da invocação de São Pedro, muito danificada pelo terramoto de 1748 e pouco depois reconstruída, tendo sido há poucos anos novamente restaurada.

Lamaceiros. Sítio muito pitoresco da freguesia do Santo da Serra, donde se disfrutam lindas vistas sobre as paróquias do Porto da Cruz, Faial e Santana. Fica a três quilómetros de distância da Igreja Paroquial do Santo da Serra. Até este sítio correm, num aqueduto comum, as águas das levadas do Furado, Juncal, Nova do Furado ou dos Accionistas e a da Serra do Faial, passando, ali, a primeira para conduto próprio e a segunda para a freguesia do Porto da Cruz. As águas das outras duas levadas vão em conjunto até o sítio do Lombo da Raiz (V. este nome).

Lambert (Conde de). O general conde Alexandre Carlos de Lambert, ajudante de campo da imperatriz da Rússia, passou alguns tempos na Madeira, tendo adquirido para sua residência a quinta das Angústias, à Rua da Imperatriz D. Amélia.

Segundo se afirma, o conde de Lambert teve um grave conflito na Polónia com um general russo, cujo nome

ignoramos, acabando os dois por convencionar que aquele a quem coubesse em sorte deveria suicidar-se, tomando uma poção venenosa. Tendo a sorte sido adversa ao general, imediatamente cumpriu aquilo a que insensatamente se obrigara, retirando o conde pouco tempo depois para a Madeira imensamente desgostoso com o desfecho do conflito em que se vira envolvido.

O conde de Lambert, que nasceu por 1816, estava na Madeira em 1863, tendo visitado Lisboa e Londres neste ano, mas voltando à Madeira no mês de Setembro. Faleceu pelos anos de 1866.

Lambert (Quinta). No artigo consagrado ao cemitério das Angústias, dissemos que Daniel da Costa Quintal fundara em 1662, em terras do seu morgadio, a capela de Nossa Senhora das Angústias, que deu o nome à rua que lhe passa próxima e ainda aos sítios das suas imediações. Não podemos agora precisar, como também já notámos, se a capela de Nossa Senhora das Angústias, existente na quinta do mesmo nome (Lambert), é a reconstrução da antiga ermida de igual invocação e se porventura era ali que ficaria situada a propriedade de Daniel da Costa Quintal. Quer-nos parecer que sim. A quinta das Angústias quando passou à posse de Nicolau Hemiterio de la Tuelière e depois a do conde de Lambert, sofreu grandes melhoramentos na casa, na capela e terrenos adjacentes, tornando-se uma das mais aprazíveis e confortáveis vivendas do Funchal. A rainha Adelaide de Inglaterra (V. este nome) residiu nesta quinta de 3 de Novembro de 1847 a 11 de Abril de 1848 e o duque de Leuchtenberg (V. este nome) também ali residiu de 27 de Agosto de 1849 a 23 de Abril de 1850. A imperatriz viúva do Brasil, D. Amélia (V. este nome), acompanhada de sua filha a princesa D. Maria Amélia (V. este nome), estabeleceu ali residência a 28 de Agosto de 1852. A malograda princesa faleceu nesta casa a 4 de Fevereiro de 1853. Três meses depois, a 6 de Maio, saiu da capela da quinta o féretro que continha os despojos mortais da princesa e que era seguido pela imperatriz, realizando-se o embarque no cais da Pontinha.

A quinta das Angústias foi comprada pelo Dr. Júlio Paulo de Freitas à condessa de Lambert, Luísa Margarida de Loucosme Bredes, e seus filhos, pela quantia de 4:000 libras, em 19 de Agosto de 1903. Era nesta quinta que ficava o conhecido mirante de D. Guiomar (V. este nome).

Lamedo (António José de Jesus). Foi talvez o mais distinto funcionário que teve em tempos

antigos a Câmara Municipal do Funchal, apesar de haver desempenhado apenas o modesto cargo, agora extinto, de porteiro e guarda-livros da mesma Câmara.

Ignoramos quando nasceu Lamedo e se era ou não natural desta ilha; o que sabemos é que «não só pelo seu procedimento, verdade, inteligência e boa letra, mas pela experiência que tinha das letras antigas, que poucas pessoas sabem ler», foi nomeado pela Câmara em 3 de Junho de 1765 para exercer o referido cargo sendo essa nomeação confirmada por provisão regia de 17 de Agosto de 1766.

Lamedo nunca chegou a ter a propriedade do lugar de porteiro da Câmara Municipal do Funchal, a princípio por ser vivo o antigo serventuario Pedro Luís Correia, e depois por outros motivos que nos são desconhecidos, sendo essa a razão porque se encontram nos registos municipais diversas deliberações ou diplomas reconduzindo-o no referido cargo, o qual desempenhou até Maio de 1797.

Em 1781, foi Lamedo nomeado repesador de trigo e farinha, cargo este que acumulou daí em diante com o de porteiro da Câmara, sempre a contento das diferentes vereações com quem serviu. Serviu também durante algum tempo de procurador do Senado no tribunal da Comarca.

O mais importante serviço prestado por António José de Jesus Lamedo ao Município, foi a organização do índice, em dois tomos, dos diplomas que se encontram no Registo Geral da Câmara, tendo o primeiro tomo 284 e o segundo 81 folhas. Este valiosíssimo trabalho que levou «três anos, dias úteis» a fazer, segundo declara o seu autor, está no arquivo da Câmara e tem o seguinte título: Índese & dos Tombos da Camara desta Cidade mandado copiar neste livro 1.^º, e no 2.^º pelos Senhores D.^{or} Juis de Fora Bernardo José de Oliveira Perdigão, e Vereadores Francisco de Ornelas de Brito Tristão Joaquim Neto, e o Procurador do Conselho Manoel Jozé de Brito, e Misteres.

O Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo referindo-se ao trabalho de Lamedo, nas notas às Saudades, diz que «ele é fundamental para o estudo da historia do archipelago da Madeira», sendo de facto o mesmo trabalho, onde se encontram resumidos com clareza todos os documentos disseminados pelos livros de registo da Câmara até o ano de 1794, um interessante e valiosíssimo repositorio de informações imensamente úteis sobre a nossa história, administração e costumes. A maneira como foram coordenadas as matérias nada deixa a desejar, revelando todo o trabalho um método, paciência e dedicação pouco vulgares.

António José de Jesus Lamedo faleceu repentinamente na freguesia da Sé, desta cidade, a 24 de Maio de 1797, tendo sido sepultado no extinto convento de S. Francisco. Foi casado com Antónia Rosa, que lhe sobreviveu, e calculamos que teria cerca de 70 anos, na época do seu falecimento.

Lâmpada (A). Saiu o 1.^º numero a 21 de Novembro de 1872 e o 51.^º a 3 de Janeiro de 1874.

Lampreia (Petromyson marinus). Peixe ciclóstomo que aparece algumas vezes nos mares da Madeira, mas ao qual os pescadores da ilha não dão denominação alguma. Além da forma vermiciforme, não tem barbatanas peitorais, nem ventrais, e é provido dum boca redonda e sem maxilas, com a qual forma uma espécie de ventosa com que se prende a outras espécies.

A lampreia do mar costuma aparecer nos rios da Europa, durante a primavera.

Lampreia (Francisco Joaquim de Sá Camelo). Nasceu no Funchal a 27 de Junho de 1829, era filho do marechal João Lampreia e morreu em Lisboa a 17 de Dezembro de 1876, sendo deputado por Moura e contando apenas 47 anos de idade. Era formado em medicina pela Universidade de Coimbra, revelando-se sempre um estudante de excepcional e brilhante talento e manifestando, bem novo ainda, os seus raros dotes oratórios, que mais tarde, no seio do Parlamento o tornaram um dos mais notáveis oradores do seu tempo. Militou no partido progressista histórico e foi amigo íntimo do duque de Loulé, chefe desse partido. Representou em cortes vários círculos do continente e foi também deputado pela Madeira na sessão legislativa de 1865. Foi professor efectivo do liceu do Funchal e exerceu em Lisboa diversas comissões de serviço público, em que sempre revelou as altas faculdades de seu espírito.

Completaremos este ligeiro artigo com as palavras cheias de verdade que a este madeirense consagra o Diccionario Popular: Era formado em medicina pela Universidade de Coimbra, onde adquiriu a reputação de orador brilhante e de talento excepcional. Era-o effectivamente, e se não pôde ostentar toda a grandeza dos seus dotes intelectuais na scena política, se não mostrou tudo o que valia, foi porque a doença o veio impossibilitar de desempenhar o papel para que fora talhado o seu grande espírito.

«Citam-se factos em que se manifestava a alteza do seu engenho e sobretudo a sua natural disposição oratória. Quando fazia acto do 4.^º ano médico, figurava entre os seus examinadores um lente distintíssimo, mas que já tomara o costume de não estudar as theses dos discípulos, de forma que, principiando a argumentar, declarava sempre que a questão sustentada na these era evidentíssima e que elle ia combatel-a apenas por dever de examinador. Este sistema dava o seguinte resultado. Se o estudante sustentava bem a these, o público entendia que nada era mais fácil, se era batido, a glória do lente brilhava com todo o esplendor da dificuldade vencida. Lampreia foi ao acto, e, ouvindo a observação do lente de que a these sustentava uma doutrina evidente, irritou-se e respondeu logo:—Se ella é tão evidente como v. exa. supõe, defende-a v. exa. que eu passo a atacal-a.

«Desafiado por essa forma, o lente não pode recuar, e, na posição singular de adversário das suas próprias teorias, Lampreia desenvolveu uma tal finura dialéctica, uma tal habilidade de argumentador e tanta eloquência natural que a victoria pode dizer-se que lhe pertenceu.

«Tão brilhante talento, tão raras faculdades, mal poderam manifestar-se, porque a enfermidade os veio paralysar. Uma doença de larynge inutilisou-lhe a eloquência; a sua voz enrouquecida e áspera mal se podia ouvir e malograva-lhe todos os efeitos oratórios, mas o seu talento ainda assim podia tanto que muitas vezes exercia prestígio na Câmara».

O conselheiro Lampreia foi incontestavelmente um dos mais distintos madeirenses do século passado.

Lampreia (João de Oliveira Sá Camelo). Nasceu no Funchal por 1864 e é filho do distinto madeirense Francisco Joaquim de Sá Camelo Lampreia (V. este nome). Frequentou o antigo Instituto Comercial de Lisboa seguiu a carreira diplomática, sendo em 1883 nomeado adido às legações de Estocolmo e Copenhague. Em 1890, partiu para Roma como secretário de embaixada e ali permaneceu alguns anos, servindo várias vezes de encarregado de negócios. Depois de ter prestado serviço na legação de Madrid, passou para o Rio de Janeiro em 1896, como primeiro secretário. Por decreto de 8 de Setembro de 1900, foi nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário no Brasil, lugar que exerceu durante alguns anos. Prestou ali relevantes serviços ao seu país, ao mesmo tempo que congregou em torno do seu nome as mais acendradas simpatias não só da importante colónia portuguesa, mas ainda das mais altas

individualidades da Republica Brasileira. Com a implantação do novo regimen político, abandonou a carreira diplomática, residindo na cidade do Rio de Janeiro entregue às labutas duma activa vida comercial. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro a 11 de Julho de 1943.

Landi (Conde Giulio de). Quando a páginas 300 do 1.^o vol. (2.a ed.) deste «Elucidário» nos ocupámos do padre Manuel Constantino, era nosso intuito transcrever alguns trechos do artigo que havíamos publicado em «o Jornal», de 29 de Julho de 1934, subordinado ao título «Pela História da Madeira—Notas Bibliográficas», e em que tínhamos dado a conhecer o plagiato que o referido Manuel Constantino fizera do livro do conde Giulio de Landi, que, em tradução italiana, fora publicado por Alemanio Fini no ano de 1574. Não foi transcrito, por mero lapso, o que se faz neste lugar, como complemento do artigo respeitante ao padre Manuel Constantino:

«Certamente que, desde Barbosa Machado até a idade contemporânea, muitas vezes nasceria o desejo de haver-se um conhecimento mais completo da Insulae Materiae historia. . . Era a única obra impressa que exclusivamente se ocupava deste arquipélago, não existindo outros trabalhos publicados, além das poucas páginas que se encontravam em alguns cronistas, como Zurara, Barros, Galvão e Damião de Góis. Parece que o escrito de Constantino se tornara desde logo muito raro, devido talvez ao facto de ter sido dado à estampa em Roma e ainda porventura a outras ignoradas circunstâncias. Apenas sabemos de duas referências, que mostram um conhecimento exacto do livro: a do anotador da Historia Insulana em 1866, e a do Dr. Jordão de Freitas, em 1911.

Não deve, por isso, causar estranheza que o autor deste ligeiro artigo aconselhasse a compra, embora por elevado preço, dum raríssimo exemplar aparecido em Viena de Austria, e houvesse sem demora promovido a sua tradução em vernáculo, tendo também escrito a Advertência Preliminar e as copiosas notas que acompanharam a publicação dessa tradução, feita nesta cidade no ano de 1930.

Qual não foi, porém, a nossa surpresa e a nossa decepção, quando há dois anos chegou ao nosso conhecimento que existia uma obra impressa acerca da Madeira anterior à de Constantino, publicada na cidade de Placência no ano de 1574, de que fora autor o conde Giulio Landi, subindo de ponto a nossa surpresa até a indignação, ao sabermos que o escrito do doutor Manuel Constantino era uma copia servil,

um descarado plagiato, do trabalho de Landi, à parte umas ligeiras alterações!

Foi o nosso prezado amigo Dr. Jordão de Freitas, distinto cultor das ciências históricas, que nos fez essa comunicação numa interessantíssima carta então recebida e de que não fizemos a publicação integral, como tencionávamos, por se haver lamentavelmente extraviado. Fora o caso de que o erudito director da Biblioteca da Ajuda, a propósito da impressão da *Insulae Materiae Historia*, dera ao nosso ilustre amigo Sr. Henrique Hinton notícia da existência desse escrito anterior ao de Constantino e de que apenas sabia o título, o nome do autor e ano da publicação. Procedendo o Sr. Hinton em Londres, por interposta e autorizada pessoa, a uma pesquisa na célebre biblioteca do British Museum, descobriu ali o rarissimo livro, talvez exemplar único, de que logo fez extrair uma cópia fotográfica completa, que ofereceu à Biblioteca Municipal do Funchal.

O Dr. Jordão de Freitas, ao publicar em 1911 um interessante opúsculo intitulado Quando foi descoberta a Madegra?, examinara detidamente o exemplar da *Insulae Materiae Historia*, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, e, ao ser-lhe facultada, há cerca de dois anos, a cópia fotográfica do trabalho do conde Giulio Landi, reconheceu sem esforço que aquele escrito era um perfeito plagiato deste, fazendo até notar, pelo cotejo a que então procedera, as pequenas diferenças que se encontram entre as duas obras, como logo nos foi comunicado na carta a que acima fazemos referência.

O título da obra em questão e que serviu de texto para a cópia literal da *Insulae Materiae Historia* é, *ipsis verbis*, o seguinte: «La descrittione de l'Isola de la Madera, già scritta ne la lingua latina, dal molto Ill. Signor conte Giulio Sandi, et hora tradotta dal latino ne la nostra materna lingua, dal reverendo A. Alemanio Fini, ne la quale i contengono molto belle, e deleteuoli narrationi; e massimamente l'agricoltura del Zucchero, e li costumi degli huomini di quel paese, e li nobili esercitii Cavaleresci; e particolarmente il giuoco di Canne, & il tnodo di lottare, e la Caccia de li Tori à piedi, & à Cavallo, V'é posta anco la Descrittione latina del primo autore di tutte le souradette cose, acciò possa il lettore leggere in quella lingua che sia piu di gusto suo. In Placenza, appresso Francesco Conti. 1574»

Como se vê pelo contexto do título que fica transcrito, a obra foi originariamente redigida em latim pelo conde Giulio Landi e traduzida para italiano pelo padre Almenio Fini, tendo sido publicada na cidade de Placência em 1574, compreendendo a primitiva redacção na língua latina e a sua tradução na língua italiana. O livro tem 95 páginas numeradas, além da da portada, sendo as primeiras doze preenchidas com uma dedicatória de Almenio Fini e outra de Giulio Landi, escritas em língua italiana, dirigidas à princesa de

Placência e Parma. Segue-se o texto italiano, que se estende da pág. 13 a 54, continuando o latino até a pag. 95, que é a última do livro.

Como acima dizemos, causou-nos uma grande estranheza e também um grande desprazer, que um homem da categoria moral, social e mental do doutor Manuel Constantino cometesse o plagiato, que temos de atribuir-lhe à vista do confronto das obras que ficam apontadas. Chegámos até a supor que estávamos, porventura, em frente dum intrincado problema bibliográfico, que talvez viesse a ser suficientemente esclarecido com o aparecimento de novos elementos de investigação e de critica, até agora desconhecidos.

Langerhans (Dr. Paul). Ocupou-se dos vermes da Madeira no *Zeitschrift für wissenschaftliche Zoologie* (1879-84) e escreveu um pequeno livro intitulado *Handbuch fur Madeira*, (Berlin, 1884).

Lapa da Cadeia (Furna da). É uma furna que fica perto do pico Ruivo e onde as pessoas que visitam este monte costumam passar a noite. É larga, mas pouco funda, de sorte que protege pouco aqueles que a ela se recolhem, dos ventos e chuvas que vêm dos lados do Curral das Freiras. Da furna ao alto do pico, gastam-se cerca de 20 minutos.

Nas suas imediações, mandou a Delegação de Turismo construir no ano de 1940 uma «pousada» para abrigo e descanso dos que fazem a ascensão daquela elevação. Vid. Ruivo (Pico).

Lapa do Sol. Lugar pitoresco e de onde se descortinam vastos horizontes, situados nas proximidades do monte Mendonho das serras de São Vicente.

Lapas. A *Patella áspera*, a *P. caerulea* a *P. lusitanica* e a *P. vulgata* são conhecidas pela designação geral de lapas, sendo a primeira a lapa branca dos pescadores, a mais comum das quatro espécies, a segunda a lapa preta, a terceira a lapa pé de burro e a quarta o concharéu (*V. este nome*). A lapa branca é a que vive em maiores fundos; a lapa pé de barro encontra-se muitas vezes acima da linha da preia-mar e a lapa

preta, também chamada das mulheres, fica a descoberto logo que baixa a maré. Estas três espécies são comuns à Madeira, Porto Santo e Desertas.

A *Patella vulgata*, que existiu outrora em todas as ilhas do arquipélago, somente se encontra hoje nas Selvagens. Destas ilhas, vem todos os anos grande numero de lapas salgadas e em vinagre, pertencentes àquela espécie e à *Patella áspera*.

Também são conhecidos pelo nome de lapas, diferentes insectos homópteros, da família dos coccídeos, entre os quais mencionaremos os seguintes: o *Diaspis Rosae*, das roseiras; o *Aspidotus Lataniae*, das nespereiras, goiabeiras, pereiras, vinha, funcho e robinias; o *Aspidotus Hederae*, das giestas, arruda, vinha e taxónia; o *Lecanium haemisphericum*, das laranjeiras e anoneiras; o *Lecanium nigrum*, das anoneiras e bananeiras; o *Lecanium Oleae*, das oliveiras e esparto; o *Ceroplastis tenuitectus*, das figueiras e anoneiras; o *Ceroplastis floridensis*, das mangueiras e do buxo; o *Asteroclanium variolosum*, dos carvalhos; e o *Chrysomphalus dictyospermi*, das palmeiras, laranjeiras, limoeiros, árvores do incenso, relva (*Fluggea japonica*), etc..

O professor Cockerell que percorreu o arquipélago em 1920 e 1921, achou aqui trinta e tantas espécies de coccídeos. **V. Paoli (Guido).**

La Pérouse (João Francisco Galaup de). Navegador francês do século XVIII. Chegou à Madeira, a bordo da Bússola, a 13 de Agosto de 1785, saindo para Canárias, a 16 do mesmo mês. Na companhia da Bussola, vinha o Astrolabio, comandado pelo capitão de Langle, no qual havia embarcado também o ilustre Monge, que não passou além de Tenerife. La Pérouse foi muito obsequiado no Funchal pelo negociante inglês Johnston, de quem recebeu na ocasião da partida 100 garrafas de vinho malvasia, meio barril de vinho seco e frutas em doce e aguardente, e jantou no dia 14 de Agosto em casa do português Monteiro, encarregado dos negócios do consulado de França, tendo almoçado nesse mesmo dia na residência do cônsul inglês Murray.

Lápides. Para o estudo que um dia venha porventura a fazer-se acerca da epigrafia madeirense, vamos deixar mencionadas neste lugar várias inscrições lapidares, algumas delas já arquivadas na primeira edição

desta obra e outras com que fomos deparando nas nossas investigações através da história do nosso arquipélago, concorrendo desta maneira com alguns elementos dispersos e ainda pouco conhecidos, que poderão ser proveitosos para a elaboração desse interessante estudo. Pertencem todas a épocas relativamente recentes e não oferecem particular interesse quanto à sua antiguidade, pois que a história da Madeira principiou há cerca de quinhentos anos e os sucessos apontados só podem remontar até os meados do século quinze. E, com respeito aos factos de que não se conhecem com inteira precisão as respectivas datas, procuramos sempre indicar o ano aproximado em que esses factos tenham ocorrido.

João Gonçalves Zargo foi sepultado na capela-mor da igreja da Conceição de Cima (hoje Santa Clara) por ele fundada, afirmando-se em alguns lugares, embora não haja prova do facto, que se fez a trasladação das suas cinzas para o túmulo do seu genro Martim Mendes de Vasconcelos, o qual se encontra junto do coro da mesma igreja. Deste assunto nos ocupámos com alguma largueza no artigo Zargo da primeira edição deste Elucidário, sendo muito para estranhar que nessa igreja não se ache qualquer inscrição tumular referente ao primeiro capitão-donatário do Funchal. Deve ter falecido pelos anos de 1467.

No ano de 1919, descobriu-se junto do altar-mor da referida igreja uma pedra sepulcral, em que se encontra esta inscrição: Sepultura de João Gonçalves da Câmara, segundo capitão da Ilha. Por essa ocasião e no mesmo local, deparou-se com outra laje tumular, que conserva estes dizeres: Sepultura de Simão Gonçalves da Câmara.., 3.º capitão desta Ilha. Aqui jaz Simão Gonçalves da Câmara, conde da Calheta e quinto capitão desta ilha.

Com relação ao túmulo de Martim Mendes de Vasconcelos, a que acima se faz alusão, lê-se a pág. 594 das «Saudades da Terra» o seguinte: «... na igreja do convento de Santa Clara, à entrada, do lado direito, o sarcofago desse Martim Mendes de Vasconcelos, com inscrição de letra gótica maiúscula, ilegível por gasta; mas no pavimento adjacente, se vê uma grande lápide de mármore e nela o seguinte epítafio: «Sepultura do capitão Gaspar Mendes de Vasconcelos que mandou fazer para si e seus herdeiros por se tirar a primeira campa que aqui se pôs como descendente do primeiro Martim Mendes de Vasconcelos que aqui jaz e passou a esta ilha a casar com Elena Gliz da Câmara filha de João Gonçalves Zargo seu descobridor desta. Foi feita na era de 1710».

Outro genro de João Gonçalves Zargo foi Diogo Cabral, que faleceu no ano de 1486 e teve sepultura na Capela de Nossa Senhora da Estrela, por ele fundada na freguesia da Calheta em o sítio que ainda conserva aquele nome. Há duas dezenas de anos que a lápide que cobria os despojos mortais de Diogo Cabral foi

removida para o cemitério paroquial, adaptando-a a uma sepultura qualquer, depois de se haver aspado o brasão de armas e o epítápio do genro de Zargo, o que tudo constitui um abuso inqualificável.

Não muito distanciado desse local, no sítio da Serra de Água da freguesia do Arco da Calheta, existiu a capela de Nossa Senhora da Conceição, fundada por Gonçalo Fernandes na primeira metade do século XVI, onde há aproximadamente dez anos foi encontrada uma lápide tumular bastante antiga com esta inscrição: Sepultura de Gil y Enes pedreiro mestre ad Sé, que se encontra arrecadada no Museu Municipal desta cidade. Segundo nos informa Henrique Henriques de Noronha, nas suas tão interessantes e acreditadas Memorias, foi Gil Enes «o architecto de toda a obra» da Sé Catedral do Funchal.

É ocasião de nos referirmos a uma sepultura existente na nossa Catedral, que está situada junto da porta lateral, lado norte, coberta com duas figuras de bronze, recortadas, e postas a par, lendo-se a respeito dela, no opúsculo Laminas Sepulcrais de Bronze da autoria do distinto arqueólogo Pedro Vitorino, o seguinte: «As figuras orçam por 0,90 de altura. Uma está mutilada. Assentam sobre lousa, possivelmente pedra azul da Bélgica.. . A reduzidíssima série de lâminas sepulcrais do nosso país, oferece-nos exemplares dos dois tipos conhecidos: uma pedra onde a figura se fixa recortada numa lâmina metálica (Funchal). . . e uma folha inteira de metal.. formada de diversas peças.»

Como diz Pedro Vitorino, essas sepulturas são muito raras no nosso país e por isso este espécime da Sé Catedral, único existente na Madeira, deve merecer o mais cuidado apreço na sua conservação. Afirmou-se, mas sem fundamento, que ali foram sepultados o flamengo João Esmeraldo, falecido em 1536, e sua mulher.

No limiar superior do pórtico da capela de Santa Catarina, está gravada a data de 1425, que quererá significar o ano do começo do povoamento madeirense e talvez da construção dessa ermida, embora se possa conjecturar que aquela pedra não pertença à construção primitiva mas a uma reedição posterior à data indicada. Foi o primeiro templo levantado na Madeira e dele nos ocupámos em um desenvolvido artigo publicado no «Jornal» de 27 de Outubro de 1942.

No Cemitério das Angústias, encontra-se uma pedra de mármore que se achava no antigo convento de São Francisco e nela se lê este epítápio: «Aqui Jás Lois Alvares da Costa q fundou esta casa na era de 1473 e seu filho Francisco Alvares da Costa primeiro ouvidor e vedor da fazenda nestas ilhas da Madeira». Quando, no ano de 1865, se demoliu a igreja do referido convento e se fez a remoção de muitas ossadas nela existentes

para o cemitério das Angústias, aquela lápide serviu para cobrir esses despojos mortais e na mesma pedra se inscreveram estas palavras: «Jazigo dos ossos exumados do extinto convento e igreja de São Francisco (a que a inscrição primitiva se refere) trasladados a 2 de Maio de 1865».

Filipe Gentil de Limoges fundou em 1562 uma capela, dedicada a São Filipe na freguesia de Santa Maria Maior, em o sítio que hoje conserva o nome dessa ermida. Nela se encontra uma lápide tumular, que tem esta estranha inscrição: «Sepultura dos inocentes que tiranamente mataram na Achada desta cidade 1612». A ama dos expostos dessa época recebia as crianças recém-nascidas e as matava e enterrava no sítio da Achada, sendo as respectivas ossadas recolhidas alguns anos depois e depositadas no pavimento da referida capela e ai se colocou aquela pedra sepulcral, como fica referido.

Há mais de trinta anos, ao fazerem-se umas escavações no quartel de infantaria n.º 25, antigo Colégio dos Jesuítas, encontrou-se uma grande pedra de «cantaria» com dois e meio metros de comprimento, em que se lia a seguinte inscrição latina: « Altissimus creavit medicinam de terra et vir prudens non abhorrebit illam», de que o tradutor Pereira de Figueiredo dá esta versão: «O Altíssimo é o que produziu da terra todos os medicamentos e o homem prudente não lhes terá oposição». É o versículo 4.º do capítulo XXXVIII do livro Eclesiástico, do Antigo Testamento, em que se faz o elogio da medicina e daqueles que exercem essa nobre e benemérita profissão. Na igreja do mesmo Colégio de São João Evangelista, encontram-se várias capelas que serviam de mausoléus aos seus instituidores e descendentes, com suas pedras tumulares e respectivas inscrições, dando os nomes dos padroeiros e as datas da sua morte.

A antiga capela dos Varadouros, assim chamada em virtude do local em que se encontrava, foi demolida por 1682 e reedificada no ano de 1689, quando ali se construiu o conhecido Portão dos Varadouros, que ficou sendo a entrada principal da cidade e por onde os bispos e os governadores faziam o seu solene e aparatoso ingresso no Funchal. A capela fora reconstruída sobre o arco desse portão, que no cimo conservava uma lápide com uma curiosa inscrição latina, transcrita a páginas 628 das anotações das «Saudades da Terra».

Pelo terceiro quartel do século XV, ter-se-ia construído uma pequena ermida na Lombada da Ponta do Sol, que depois se chamou dos Esmeraldos, sendo no mesmo local edificada pelo flamengo João Esmeraldo a capela do Santo Espírito e solenemente sagrada pelo bispo titular D. João no ano de 1508. Procedeu-se à sua reedição no primeiro quartel do século XVIII, vendo-se em uma das suas paredes interiores uma placa de mármore com a inscrição. Esta Igreja foi consagrada por Dom João Lobo Bispo de Tanger aos 27

de Agosto de 1508, talvez a mesma que teria figurado na primitiva construção.

Nas frontarias das igrejas paroquiais de Santo António, Caniço e Estreito da Calheta, encontram-se três inscrições lapidares com as datas de 1783, 1789 e 1791, respectivamente aos anos da construção desses templos, todas redigidas na língua latina e com a indicação dos nomes dos seus oragos ou padroeiros. No frontispício da paroquial da Tábua, lêem-se estas palavras: «Rei D. Pedro 1696».

Na capela de Nossa Senhora do Pópulo, da freguesia de Santo António, pertencente a residência que os jesuítas ali possuíam, encontrava-se uma pedra de mármore, em que estavam insculpidos estes interessantes dizeres: «Em memória dos gloriosos martires da Companhia de Jesus o P. Ignacio de Azevedo e seus 39 companheiros que navegando para o Brazil no ano de 1579 aos 15 de Julho à vista da ilha da Palma mereceram a do martírio pela fé de Cristo lançados ao mar pelos hereges e tendo estado nesta quinta de Pico do Cardo vinham a este lugar com a sua cruz e nele faziam as suas devoções. Se erigiu esta para maior glória de Deus Ano de 1745». Os factos a que esta lápide se refere vêm desenvolvidamente narrado a páginas 125 e seguintes do livro «Paróquia de Santo António da Ilha da Madeira» da autoria do padre Fernando Augusto da Silva.

A igreja de São Tiago Menor, actual paroquial da freguesia de Santa Maria Maior, conserva no seu frontispício uma lápide, que tem uma inscrição em língua latina e na qual se consigna a doação feita em 1803 pela Câmara Municipal do Funchal ao Estado, para que o mesmo templo passasse a servir de igreja paroquial, em virtude da grande aluvião do referido ano haver destruído a primitiva igreja, então situada entre o Largo dos Lavradores e o fontanário conhecido pelo nome de Poço de Nossa Senhora do Calhau.

No vestíbulo do majestoso edifício do «Hospício da Princesa Dona Maria Amélia», depara-se com uma pedra de mármore preto, em que se lê uma pormenorizada inscrição relativa à fundação e construção desse excelente hospital de tuberculosos, que começou a funcionar no ano de 1862.

Todas as fortalezas e pontos de defesa marítima levantados na Madeira e particularmente nesta cidade conservavam curiosas inscrições lapidares, de que as anotações do Dr. Alvaro de Azevedo ao livro de Gaspar Frutuoso dão completa notícia.

Lapierre. (Tenente). Oficial de caçadores 6 que foi assassinado no quartel do Colégio pelos soldados deste batalhão, no dia 31 de Julho de 1852. Segundo se afirma, era o comandante que os amotinados pretendiam matar, mas como o tenente lhes fizesse frente, deu isto tempo a que um furriel fechasse a porta por onde a soldadesca tinha de passar para alcançar o quarto do comandante, e a que este, prevenido do que se passava, se pusesse em fuga.

Chamava-se Miguel Fernandes o referido furriel e foi por largos anos fiscal da praça de S. Pedro, tendo sido condecorado pelo governo por haver livrado o seu comandante da sanha da soldadesca indisciplinada.

Os jornais da época não ousaram comentar os excessos do batalhão de caçadores 6, mas anos depois dizia um periódico madeirense que esses excessos tinham sido promovidos por indivíduos da classe civil, com o fim de expulsar da ilha o comandante, que pertencia ao partido regenerador.

Lapinha. É com este termo que na Madeira se designam os «presépios», que desde séculos tão generalizados estão entre nós. Julgamo-lo uma palavra peculiar deste arquipélago. Deve ser o diminutivo de «lapa» com o significado de furna, gruta ou cavidade aberta em um rochedo, por analogia ou semelhança com o local do nascimento do Divino Redentor. É possível que em outros tempos conservassem essa analogia ou semelhança, mas, ao presente e na generalidade, as «lapinhas» madeirenses são armadas sobre uma mesa, tendo como centro uma pequena escada de poucos decímetros de altura, de três lanços contíguos, e no topo da qual se coloca a imagem do Menino Jesus. Em todos os degraus da escada e em torno dela estão dispostos os «pastores» e vários objectos de ornato, por vezes bem estranhos e sem próxima afinidade com o resto do presépio. Em obediência às condições do meio, terão algumas características próprias, como sejam as ornamentações com os ramos do arbusto «alegra-campo» e dos fetos «cabrinhas», que lhes imprimem uma feição pitoresca e alegre. Terão uma certa originalidade os chamados «pastores», isto é, pequenas figuras de barro de grosso fabrico local, que quasi sempre não representam pastores ou zagalos mas indivíduos das várias camadas sociais.

Ainda são muito vulgares as «lapinhas» com as chamadas «rochinhas», consistindo estas no simulacro de um pequeno trecho de terreno muito acidentado, feito de «socas» de canavieira e que geralmente conserva

na base uma pequena «furna» representando o presépio em minúsculas figuras de barro.

Existiam, mas hoje são já muito raras, estas mesmas «rochas», talhadas em maiores proporções e em que se viam igrejas, estradas, pequenas povoações etc., embora sem grande harmonia no conjunto, mas oferecendo um certo e original pitoresco. Vid. «Natal».

Laranjal. Sítio povoado da freguesia de Santo António do Funchal. Marcos Braga, um dos mais antigos povoadores da Madeira, teve ali terras de sesmaria, que seu neto Domingos Braga converteu em instituição vincular, sendo actual representante desta casa o Dr. Remigio Barreto.

Laranjeira. Arvore da família das Rutaceas, originaria do Himalaia. O seu nome botânico é Citrus Aurantium e as subespécies cultivadas na ilha são duas: a amara, conhecida pelo nome de laranjeira azeda, e a sinensis conhecida pelo nome de laranjeira doce ou da China. As laranjas doces produzidas na Madeira são inferiores quase sempre às que vêm de Portugal e de S. Miguel.

As folhas e flores de laranjeiras são usadas em infusão nas moléstias nervosas e nas digestões laboriosas.

A laranjeira azeda, a mais empregada em medicina, e pouco cultivada na Madeira, e os seus frutos, que se vendiam outrora muito baratos, só podem ser comidos em doce.

As tangerinas ou laranjas tangerinas são produzidas pelo Citrus nobilis, espécie originária da China, cultivada em muitos jardins do Funchal.

Laranjeira (Rua da). Era a parte da actual rua do Carmo compreendida entre a igreja deste nome e a ponte do Ribeirinho, junto da travessa do Rego.

Ficava na rua da Laranjeira a capela de Santo António, mandada demolir pela Câmara, cujo instituidor e ano de construção se ignoram e que foi mandada demolir pela Câmara em 5 de Fevereiro de 1836.

Largo da Fonte. No sítio da Fonte, na freguesia do Monte, fica o chamado largo da Fonte, local que tem um fontanário alpendrado e nele uma pequena imagem de Nossa Senhora do Monte. É marginado pela estrada do Caminho de Ferro do Monte, encontrando-se ali uma estação do mesmo elevador, que tem o nome de Estação da Fonte. É lugar bastante pitoresco e muito frequentado pelas pessoas que visitam a encantadora estancia do Monte, especialmente desde que se deu maior amplidão ao local, o que se realizou há poucos anos.

Largo dos Milagres. Sítio da vila de Machico, onde se encontra a Capela do Senhor dos Milagres, destruída pela grande aluvião de 1803, que tinha o nome Capela de Cristo ou da Misericórdia, a que então pertencia, sendo pouco depois reedificada. Vid. Cristo (Capela de) a pág. 332 do vol. 1.

Larica (Antonio Augusto). Era filho de Fortunato Leandro Larica, nasceu no Funchal em 1831 e tomou o grau de doutor em medicina na facultade de Montpellier, em 1852. Foi por largos anos guarda-mor da estação de saúde do Funchal e faleceu nesta cidade a 22 de Maio de 1903. E.: Apprécier les méthodes opératoires de la fistule vésico-vaginale, thèse présentée et publiquement soutenue à la Faculté de Médecine de Montpellier le 26 Avril 1852 (Montpellier, 1852).

Látego (O). Publicou-se de 12 de Junho de 1889 a 8 de Março de 1891, dando cento e sessenta e quatro números.

Latino Coelho (Rua). A antiga rua Nova de Santa Maria, que comunica a praça ou largo dos Lavradores com o largo das Torneiras.

Recebeu o nome de Latino Coelho, em sessão da Câmara Municipal do Funchal de 7 de Setembro de 1911,

mas é geralmente conhecida pelo seu antigo nome.

Latzel (Dr.). E.: Beitrag zur Kenntnis der Myriapoden Fauna von Madeira, den Selvages und den Canarischen Inseln (Jahrb. der Hamburgischen Wissenschaftlichen Anstalten, XII (1895).

Lauráceas. Várias razões aconselharam que aqui transcrevêssemos integralmente o interessante artigo que acerca das «lauraceas» da Madeira publicou o co-autor deste Elucidário Carlos de Meneses no «Diário da Madeira» de 22 de Maio de 1909. Ei-lo:

«A família das lauraceas que comprehende cerca de 900 espécies na sua quase totalidade tropicae e distribuidas por 42 géneros, tem os representantes seguintes no archipelago da Madeira: vinhatico, barbusano, til e loureiro.

O vinhatico (*Persea indica*), que também se encontra no estado espontâneo nos archipélagos das Canárias e dos Açores, é uma das árvores florestaes mais úteis e interessantes da Madeira. As suas folhas são grandes, coriáceas, oblongas ou oblongo-lanceoladas, de um verde claro ou avermelhadas, pubescente-sedosas enquanto novas, glabras depois de adultas, as suas flores pequenas, de um branco esverdinhado, tomentoso-pubescentes, dispostas em paniculas auxiliares de pedunculos comprimidos, e as suas bagas ovoides ou oblongas, negras quando maduras.

A madeira d'esta espécie, que tem uma cor avermelhada, é muito apreciada na ilha; utilizam-na principalmente na construcção de moveis, sendo difícil distinguir-a da do mogno com a qual oferece muito notáveis semelhanças, se bem que lhe seja um pouco inferior em qualidade. Na mobília feita de mogno, as ondulações são mais pronunciadas do que na que provém da madeira da espécie da nossa ilha.

O vinhatico, muito frequente outrora, vae-se tornando raro por causa da guerra sem tréguas que se lhe move para o aproveitamento da sua preciosa madeira, que é vendida por preços elevados no mercado do Funchal. Mattas extensas, que conhecemos no interior e na parte norte da ilha, foram destruidas completamente por indivíduos sem escrúpulos e que nem se deram ao trabalho de semear novamente os terrenos, para os não privar por largos annos do revestimento florestal que tão útil se torna num paiz

accidentado como é a Madeira.

Esta lauracea madeirense encontrava-se ainda em muitos valles e ravinhas do norte e da parte central da ilha, e é cultivada em várias quintas da Camacha e de Santo António da Serra. Vegeta mal no Funchal e em todas as localidades da região meridional situadas abaixo de 150 ou 200 metros. Floresce desde agosto até novembro e fructifica de outubro até abril. Prefere os sítios húmidos e pode atingir 25 metros, e até, n'alguns casos, 30 e mesmo 32 metros de alto.

O vinhatico vive no estado sub-espontaneo n'alguns pontos de Portugal, onde é conhecido, segundo diz Brotero, pelo nome de loureiro real. Sobre a introducção e a cultura desta árvore no continente do reino, merece ser consultado um artigo publicado pelo reverendo padre Manoel Narcizo Martins, no vol. VI da «Broteria» revista de sciencias naturaes do collegio de São Fiel.

A madeira do vinhatico, durante o século XVIII era exportada para a Inglaterra onde a conheciam pelo nome de mogno da Madeira. Segundo o professor Piazzi Smith, os maiores navios da Invencível Armada, destinada por Filipe II a combater a Gran-Bretanha, foram construídos ou decorados interiormente de madeira de vinhatico e de til proveniente da ilha, mas como os historiadores portuguezes, ae menos que nos conste, nada digam a tal respeito, parece-nos que se não deve aceitar sem uma certa reserva a revelação do referido professor.

A madeira a que os marceneiros do Funchal dão o nome de vinhatico do Brazil, provém do *Eucalyptus robusta*, espécie cultivada n'alguns pontos da ilha.

O barbusano (*Apollonias canariensis*), peculiar dos archipelagos da Madeira e Canárias, é uma árvore de folhas coriáceas, ovadas oblongas ou oblongo-lanceoladas, de um verde sensivelmente mais escuro que no vinhatico, de flores de um branco esverdinhado, dispostas em paniculas mais curtas que as folhas, e de fructos oblongos, negros. Nas folhas desta árvore encontra-se uma cecidia muito resaltada, produzida por um eriophydio, e que foi descripta pelo distincto cecidologista o reverendo Joaquim da Silva Tavares, no vol. II da «Broteria».

A madeira do barbusano, que é pesada e de um castanho ou cinzento escuro, é agora muito pouco utilisada pelos marceneiros em razão de ser extremamente compacta e rija. D'ella se fazem nos campos excellentes

fusos, tendo também servido outrora para traves de habitações.

O barbusano encontra-se em vários pontos da costa norte da ilha, compreendidos entre o Seixal e a Boa Ventura, em S. Gonsalo, no Curral das Freiras, na Levada do Bom Successo, etc., sendo a lauracea que melhor se accommoda à região do littoral. Fructuoso menciona-o no Porto Santo, onde parece estar hoje completamente extinto. É bastante cultivado nas quintas do Funchal e do Monte, onde chega a atingir 30 e 35 metros de alto, enquanto que fora d'essas localidades raras vezes passa além de 20 metros. Floresce desde novembro até março e fructifica geralmente desde janeiro até abril.

O til (*Oreodaphne foetens*) distingue-se facilmente das outras lauraceas madeirenses em ter as bagas envolvidas até certa altura (às vezes até meio) por uma espécie de cúpula formada pelo cálice accrescente. Tem folhas ovadas, ovado-oblongas ou oblongas, glabras, mas com fascículos de pellos nas axillas das nervuras da pagina inferior, e flores pequenas de um branco esverdinhado, dispostas em paniculas mais longas ou mais curtas que as folhas.

Nos tis de certa edade, o cerne e o borne são muito bem delimitados, sendo este branco e aquelle negro. A madeira, quando recentemente cortada, tem um cheiro forte e bastante desagradável que só desaparece completamente passados annos. Esta madeira só tem hoje applicação na construção de moveis, mas quando era mais frequente era também utilizada para vigamentos e solhos de edifícios. As velhas arcas onde nos campos costumam guardar os trigos, são na maior parte feitas de til.

Os marceneiros madeirenses estabelecem distinção entre til branco e til preto, se bem que ambos pertençam a uma mesma espécie botânica; a madeira branca de til é extraída das árvores novas, a negra das árvores velhas. Cremos que só depois dos 40 annos é que a parte interior do lenho da espécie de que estamos falando começa a tomar uma cor negra bastante pronunciada.

O til preto é o unico que é verdadeiramente estimado pela marcenaria; o til branco tem muito menos valor, se bem que também possa ter emprego em embutidos e na construcção d'alguns utensílios.

O til é uma espécie peculiar do grupo de Madeira e Canárias; na Madeira vive especialmente nos vales do interior e do norte, onde se vae tornando raro, assim como o vinhatico, devido à grande procura que teem as suas madeiras e ao alto preço por que estas são pagas no mercado. Pode atingir 35 metros, e mesmo um

pouco mais, mas o mais usual e não exceder 25 a 30 metros d'alto. Floresce desde Novembro até junho, e as suas bagas, que são negras e ovoides ou oblongas, aparecem irregularmente durante uma grande parte do anno. A folhagem do til pode servir como forragem.

O loureiro (*Laurus canariensis*) é das lauraceas madeirenses, a mais abundante e a que atinge maiores altitudes. Nos pontos elevados da região montanhosa não excede em geral 10 a 12 metros d'alto, mas nos vales e na região baixa da ilha pode attingir 25 a 30 metros. As suas folhas, que são ellipticas, ovadas, oblongas ou lanceoladas, possuem um aroma agradável e característico, e as suas pequenas umbellas de flores dum branco amarellado, dispostas em fascículos, são de ordinário mais curtas do que os peciolos. Floresce pela mesma época do barbusano, e as suas bagas, que são ovoides e negras, raras vezes amarellas, aparecem desde setembro até abril.

A madeira do loureiro, que é de cor clara, é inferior á das outras lauraceas madeirenses e pouco usada para obras. O seu carvão é molle e menos procurado que o das urzes (*Erica scoparia*) e o das uveiras (*Vaccinium maderense*).

As folhas do loureiro são usadas como adubo nas cosinhas, e das bagas extrahe-se um óleo que servia outrora na iluminação das casas pobres dos campos. Para a extracção deste óleo cozem-se as bagas e expremem-se depois dentro d'un sacco de panno em pequenos lagares de madeira; como o óleo é mais leve do que o liquido restante, sobrenada, sendo tirado facilmente do recipiente em que a operação teve lugar. A luz que se obtém pela combustão do óleo de louro não produz mau cheiro, mas é fraca e faz muito fumo. A árvore a que nos referimos acha-se hoje completamente extinta na ilha do Porto Santo onde também existiu outr'ora.

Nos troncos dos velhos loureiros encontra-se a miúdo uma phytocecidia muito curiosa, produzida pelo *Exobasidium Lauri*, fungo da família das Exobasideas. Esta phytocecidia, que pode attingir 20 centímetros de comprido e se ramifica ordinariamente, é conhecida pelo nome de «madre de louro» e considerada na Madeira como tendo propriedades emmenagogas.

O loureiro é uma espécie peculiar da Madeira e Canárias; a árvore açoreana, referida por Watson e por Meissner a (*Laurus canariensis*, de Webb, é a *Persia azorica*, de Seubert. O pequeno loureiro de Portugal e da região mediterranea (*Laurus nobilis*) avisinha-se bastante da árvore madeirense, que constitue hoje uma

espécie distincta d'elle, devido ao isolamento geographic o e ás influencias climatericas, factores importantes na separação das formas systematicas.

Além das quatro lauraceas indígenas que ficam mencionadas, existem na Madeira as essencias exóticas seguintes: a abacate (*Persea gratissima*), o camphoreiro (*Cinnamomum Camphora*) e a canneleira (*C. Zeilanicum*). O camphoreiro e a abacate são muito frequentes produzindo esta fructos pyriformes, violaceos ou verdes, muito apreciados tanto pelos nacionaes, como pelos estrangeiros que visitam a ilha.

Todas as lauraceas indígenas são de folhagem persistente, rebentam bem de touça, têm crescimento rápido e larga duração e propagam-se perfeitamente de semente. As muitas qualidades que as recomendam levam-nos a crer que ellas desempenharão um papel importante na rearborização das montanhas madeirenses, hoje na maior parte desnudadas, se um dia vier a cuidar-se a sério na realização desse melhoramento em que ha tantos annos se fala e que na verdade bem digno é das attenções daquelles que pelas funcções que desempenham podem promover a prosperidade do districto.»

Lavadeira (*Motacila boarula*). Ave da família motacilida, muito comum na Madeira, onde frequenta as ribeiras, as ruas, os telhados das habitações, etc. etc., reconhecendo-se facilmente pela cor amarela do peito e pelo movimento da cauda, que é um pouco longa.

A sua postura é de 4 a 5 ovos e fabrica o ninho nos telhados e escavações dos muros, com raizes, folhas de gramineas, etc..

Conhecida também pela denominação de lavandeiral e no Porto da Cruz, chamam-lhe às vezes papamoscas.

A lavadeira de fora, que passa o inverno na Madeira e é frequente no Porto Santo, é a *Motacila alba*.

Lavradores (Largo ou Praça dos). Fica situado este largo na margem esquerda da ribeira de João Gomes, no prolongamento das ruas da Infâncio e do Oudinot que nele desembocam. Dá também acesso á

rua do Hospital Velho. Neste largo, se realizava em todos os sábados uma feira destinada á venda de varas de pinheiro e estacas de castanheiro, empregadas nas latadas conhecidas na Madeira pelo nome de «corredores». Neste largo, fica a principal entrada do grande mercado da cidade conhecido pelo nome de Mercado dos Lavradores, inaugurado no ano de 1939.

Lazareto. Em sessão da Câmara Municipal do Funchal de 1 de Julho de 1816 foi lida uma portaria do Governador e Capitão-General, ordenando a construção dum lazareto à custa dos bens do Concelho, e, na sessão de 11 do mesmo mês e ano, foi lido um ofício da mesma autoridade, lembrando que os meios precisos para se levantar o referido estabelecimento poderiam ser obtidos por meio duma subscrição.

Apesar destas instruções e da Câmara em 8 de Julho de 1816 ter representado ao Príncipe Regente pedindo o empréstimo da quantia precisa para a construção do lazareto, não foi esta obra levada a efeito, determinando poucos tempos depois o Governador que os navios procedentes de portos suspeitos ancorassem defronte da Praia Formosa, devendo os passageiros fazer quarentena na casa chamada da Engenhoca, que ficava provavelmente naquele sítio ou nas suas imediações.

Em 2 de Dezembro de 1800, mandou a Câmara Municipal que dois navios que haviam chegado ao porto do Funchal sem carta de saúde levantassem ferro dentro de 2 horas, e que os guardas que se achavam a bordo fossem lançados na Praia Formosa e ai despidos e «mergulhados por mais de 6 vezes», ficando depois de quarentena, com sentinela á vista, por espaço de 40 dias.

Em 1848, sendo governador civil da Madeira José Silvestre Ribeiro, foi estabelecido um lazareto na quinta do Gorgulho, pertencente ao súbdito inglês Henrique Veitch, tendo o periódico O Madeirense, de 11 de Novembro do mesmo ano, publicado o regulamento daquele estabelecimento.

Da Quinta do Gorgulho, passou o lazareto em 1851 para umas casas mandadas edificar pelo conselheiro José Silvestre Ribeiro num terreno pertencente á Fazenda Nacional, á foz da Ribeira de Gonçalo Aires, sendo neste mesmo terreno que foram levantados mais tarde os prédios do actual lazareto, cujas obras principiaram no dia 22 de Abril de 1866 e acabaram em 1874. Em 1857, foi destruída por um incêndio um das dependências do lazareto mandado construir por José Silvestre Ribeiro.

Na construção dos prédios da foz da Ribeira de Gonçalo Aires, foram postas de parte certas exigências topográficas que deviam ser atendidas, não tendo os mesmos prédios sido aproveitados por tal motivo para lazareto geral, embora esteja reconhecido que podem servir sem inconveniente para lazareto de observação. Em 1874, vieram á Madeira, de mandado do Governo, os Drs. Craveiro e Pereira, para procederem ao exame do edifício do lazareto, sendo curioso notar que as mesmas entidades que haviam concorrido para a construção desse estabelecimento na foz da ribeira de Gonçalo Aires, foram as primeiras a declarar aqueles médicos que ele não correspondia aos fins para que fora empreendido e executado.

O edifício do lazareto serviu em 1904 para o tratamento das pessoas atacadas de meningite cérebro-espinhal, em 1905 para o das pessoas atacadas de peste bubónica, em 1907 para o dos variolosos e em 1910 e 1911 para o dos coléricos. Em 1897, pensou-se em estabelecer uma enfermaria para alienados no mesmo edifício, e nesse mesmo ano tentou a Câmara Municipal do Funchal transferir para ali a cadeia da Comarca, o que não pôde levar a efeito, em razão do Governo não ter atendido á petição que nesse sentido lhe fora dirigida.

Em 1919, estiveram recolhidos no Lazareto 280 presos políticos, implicados na revolução monárquica que houve neste mesmo ano em Portugal.

O Lazareto de Gonçalo Aires teve um director e um médico nomeados em 1889, e um fiscal nomeado em 1890. Estes empregados, que o Governo admitira em virtude do disposto no art. 59 do decreto com força de lei de 3 de Dezembro de 1868, deixaram de prestar serviço no mesmo lazareto depois da publicação do Regulamento de Saúde de 24 de Dezembro de 1901, que transformou esse estabelecimento em posto de observação.

Lazareto (Caminho do). Fica nas freguesias de Santa Maria Maior e S. Gonçalo e é prolongamento da calçada do Socorro, limitando pelo lado norte os terrenos do lazareto de Gonçalo Aires. A travessa que desemboca neste caminho, para leste do ribeiro do Pasto, é conhecida pelo nome de travessa do Lazareto. Na margem do lado sul do Caminho do lazareto e sobranceiro ao mar, fica o cemitério israelita, conservando na entrada uma inscrição em língua hebraica que significa «Habitação da Vida» e a data de

5.611, que corresponde ao ano de 1851 da nossa era.

Leal. É antigo apelido de família, principalmente no Porto da Cruz. Antonio de Almada casou com Isabel Rodrigues Leal, desta freguesia, por meado do século XVI, e em 1684, Maria de Aguiar, viúva de Gonçalo de Faria Leal, instituiu a capela de Nossa Senhora do Socorro no Estreito de Câmara de Lobos. Um membro dessa família, por nome João Nepomuceno de Freitas Leal, fundou no ano de 1770 uma capela dedicada a S. João Nepomuceno, no sítio do Lombo dos Leais, da referida freguesia do Porto da Cruz.

Leal (Conselheiro João Baptista de Freitas). O conselheiro João Baptista Leal, que pertencia a uma antiga e distinta família madeirense, nasceu no Funchal a 24 de Junho de 1837 e faleceu nesta cidade, na idade de 82 anos, a 30 de Março de 1920, sendo filho do comendador Valentim de Freitas Leal e de D. Augusta de Freitas Abreu Leal. Em 1864, concluiu a sua formatura em direito na Universidade de Coimbra. Não se dedicou à carreira da advocacia, mas, por varias vezes, e sempre com distinção e verdadeiro amor à justiça, exerceu o lugar de Juiz de direito substituto desta comarca. Desempenhou diversas comissões de serviço publico, como membro do Conselho do Distrito, procurador á Junta Geral, presidente da Comissão Administrativa do Asilo e da Sopa Económica, etc.. A sua dedicação pela causa católica e os serviços que prestou à Igreja, levaram Leão XIII a agraciá-lo com a alta distinção de camareiro secreto de espada e capa do Pontífice Romano. Foi um dos principais fundadores da Associação Católica desta cidade e da primeira Conferencia de São Vicente de Paulo, que se estabeleceu entre nós.

Promoveu a publicação do antigo jornal a Verdade, cujo primeiro numero saiu a 23 de Janeiro de 1875 e do qual foi durante muitos anos o principal redactor. De 1879 a 1888, publicou em sete fascículos, de cerca de 1400 páginas, a descrição duma viagem que fez por vários países da Europa, a que deu o título de Recordações e Impressões de Viagem. Em 1894, publicou no Funchal um opúsculo de 136 paginas, intitulado Devocionario das Almas do Purgatório, de que em 1901 fez uma nova edição, notavelmente aumentada, de 281 pág.. Também publicou vários opúsculos, contendo alguns discursos que pronunciou nas sessões solenes da Associação Católica desta cidade, na qualidade de presidente da mesma Associação.

o conselheiro Freitas Leal era um cavalheiro muito ilustrado e escritor correcto e elegante, do mais aprimorado e fidalgo trato e de uma notável austeridade de caracter.

Leal (Sebastião Frederico Rodrigues). Este madeirense era formado em direito e seguiu a carreira da magistratura, tendo sido delegado do procurador régio numa das comarcas do Funchal. Representou a Madeira no parlamento na sessão legislativa de 1857 a 1858 e foi redactor do jornal o Funchalense, que se publicou nesta cidade de 1859 a 1861.

Na ilha Graciosa, publicou-se em 1866 um opúsculo com o título seguinte: Abusos d'autoridade praticados na ilha Graciosa pelo juiz de direito Sebastião Rodrigues Leal, de 58 pag..

Ledo e Vinhatico. Sítio povoado da freguesia do Arco da Calheta. João Fernandes de Andrade, um dos mais antigos povoadores desta paróquia, fundou no sítio do Ledo, uma capela da invocação de Nossa Senhora do Lanço, que fez sede dumha instituição vincular. Também ali existiu a capela de Nossa Senhora do Desterro, edificada por Rafael Esteves, no terceiro quartel do século XVII. Funciona neste sítio uma escola oficial de ensino elementar.

Legislação. No pequeno artigo da primeira edição desta obra, intitulado Legislação, deixámos dito que dariámos no «Suplemento» uma notícia sumaria dos diplomas legislativos promulgados acerca deste arquipélago, como um valioso subsidio para o estudo das providencias adoptadas pelos governos da Metrópole na administração publica da Madeira, no longo período de cinco séculos. o «Suplemento», que formaria o terceiro volume do «Elucidário Madeirense», não chegou a ser publicado e nesta nova edição não pode ser suprida aquela falta pelo demasiado espaço que ocuparia a publicação de um resumo dessa legislação. Ficou parcialmente sanada a referida deficiência com a publicação do livro «o Arquipélago da Madeira na Legislação Portuguesa», da autoria do padre Fernando Augusto da Silva, em que se encontra um sumário desses diplomas legislativos do período decorrido de 1934 a 1939, acompanhado de um desenvolvido índice remissivo e anotado, ocupando mais de uma centena de páginas do citado livro. A fazer-se uma segunda edição dessa obra, deveria acrescentar-se um sumário da legislação promulgada anteriormente ao período do constitucionalismo, de que as eruditas notas das «Saudades da Terra» nos oferecem um abundante repertório, além de várias antigas colecções da legislação portuguesa, e em especial

os trabalhos de José Anastacio de Figueiredo e José Justino de Andrade e Silva.

Lei (A). o primeiro jornal com este título, que se publicou no Funchal, apareceu a 11 de Julho de 1861, tendo dado vinte e sete números, sendo o último a 25 de Janeiro de 1862.

Dois outros periódicos com o mesmo título apareceram posteriormente nesta cidade, tendo dado o primeiro cento e trinta números, desde 6 de Dezembro de 1873 a 20 de Junho de 1877, e o segundo noventa e sete números, tendo sido publicado o primeiro número a 27 de Abril de 1879.

Leiria (Júlio Augusto). Engenheiro militar natural do Continente e que desempenhou os cargos de director das obras públicas do distrito do Funchal e de professor dos três primeiros anos de matemática no nosso liceu. Publicou em 1871 um mapa da ilha da Madeira, a que já nos referimos neste Elucidário, e escreveu em 1874 um opúsculo com o seguinte título: Duas palavras de Júlio Augusto Leiria em resposta ao folheto intitulado «O Hospital de Santa Isabel da cidade do Funchal».

Existe em Machico uma estrada que tem o nome do engenheiro Leiria, pois aos diligentes esforços deste funcionário se deve o começo da sua construção.

Faleceu em Coimbra, no mês de Janeiro de 1878, contando cerca de 50 anos de idade.

Leitão. Nos tempos de Felipe I, veio para a Madeira o desembargador João Leitão, que foi capitão-mor da Guerra e Governador Geral do arquipélago, mas ignoramos se dele procedem os Leitões que Manuel Tomás, na Insulana, inclui entre as famílias notáveis da Madeira. Pelo meado do século XIX, estabeleceu-se no Funchal o negociante e banqueiro João José Rodrigues Leitão, oriundo do Continente, o qual deu origem a um outro ramo da família Leitão. Vid. Caongo (I-182).

Leitão (João). Caindo Portugal sob o domínio espanhol, perderam os capitães-donatários da Madeira o poderio e importância de que gozavam e passaram a ser quasi meramente honoríficos os privilégios e

atribuições inerentes aos seus altos cargos, que em 1580 se achavam já bastante atenuados, como fica dito no artigo Donatários.

O governo espanhol criou para a administração dos nossos domínios coloniais o lugar de governador geral, que tinha altas atribuições e cuja acção governativa se estendia a todos os ramos da administração publica.

Apesar de D. Felipe ser proclamado rei de Portugal em Setembro de 1580, o primeiro governador geral do arquipélago da Madeira nomeado pelo governo intruso só chegou ao Funchal muitos tempos depois daquela proclamação. Foi escolhido para este cargo o desembargador João Leitão, homem de inteira confiança do Governador do Reino, que vinha também encarregado de proceder a uma devassa acerca dos acontecimentos políticos ocorridos nesta ilha por ocasião da proclamação de Felipe 2.º. As suas atribuições compreendiam a administração da fazenda e o julgamento das causas crimes, além de toda a superintendência em assuntos civis e militares, vendo-se duma provisão de aposentadoria registada no tomo 2.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal, que foi enviado à Madeira em 5 de Janeiro de 1582.

Receando-se, em 1582, que a esquadra francesa, que protegia as pretensões de D. António, Prior do Crato, pudesse invadir a Madeira, foi mandado a esta ilha D. Agostinho de Herrera, como general das armas, continuando o desembargador João Leitão com a administração civil, e reassumindo em 1584 toda a jurisdição civil e militar, quando D. Agostinho de Herrera deixou este arquipélago. João Leitão serviu até 1585, sucedendo-lhe no governo Tristão Vaz da Veiga.

Referentes a este assunto, ficaram impressas na «Adenda e Corrigenda» do segundo volume da 1ª. ed. desta obra as seguintes palavras, que convém registrar neste lugar:

«No ano corrente de 1924, publicou o Sr. Dr. Damião Peres, antigo reitor do nosso liceu e hoje professor da Universidade do Porto, um pequeno opúsculo intitulado O desembargador João Leitão, primeiro governador geral da Madeira, que exclusivamente se destina a demonstrar que o desembargador Leitão não foi de direito mas apenas de facto governador geral deste arquipélago e que a sua vinda para a Madeira se deu em 1582 e não em 1581, como se lê nas Saudades da Terra e no vol. 1.º deste Elucidário. Quanto à rectificação daquela data, convém notar aqui que ela se acha feita há mais dum ano, a pág. 44 deste volume. Com respeito à circunstância de não ser conhecido o diploma da nomeação daquele magistrado para o cargo de governador geral, não prova ela que não tivesse exercido interinamente e de facto esse lugar, como o Dr.

Damião Peres parece reconhecê-lo. Iria o governo de Madrid, ao estabelecer-se a dominação espanhola em Portugal, deixar por largo tempo uma colónia importante como a Madeira sem ter nela um seu representante oficial, que superintendesse nos diversos negócios da administração pública? Esse representante foi João Leitão. E até o facto provado de «ter sido investido em uma multiplicidade de atribuições e regalias», a que deve juntar-se a de estar encarregado de proceder a uma devassa de carácter político, explicam suficientemente a não efectividade da sua nomeação para o desempenho daquele cargo». (1921)

Leite Monteiro (Conselheiro José). Não era madeirense o conselheiro José Leite Monteiro, mas tinha pela terra onde passara a maior parte da sua existência a tocante e carinhosa idolatria que o mais estremecido filho pode nutrir pelas belezas do seu rincão natal. Todos os seus afectos, todas as suas aspirações, todos os voos da sua inteligência se concentravam nos apertados limites desta pequena ilha. Espírito eminentemente superior, vastíssima ilustração, jurisconsulto dos mais abalizados, com variadas e notáveis aptidões em muitos ramos dos negócios públicos, podia ter legitimamente aspirado neste país às mais invejáveis situações na política, no foro, nas letras, no professorado, se a sua natural modéstia, o amor ao recolhimento e ao estudo, a inata repugnância pelas exterioridades aparatosas, o não desviasses imperiosamente do exercício dos brilhantes e elevados cargos que em geral tanto seduzem e atraem os intelectuais. O conselheiro Leite Monteiro, noutro meio e dadas outras circunstâncias, podia ter facilmente alcançado uma posição de destaque e elaborado alguns trabalhos valiosos, que as condições mesológicas madeirenses em que viveu não lhe permitiram produzir.

Nasceu na cidade do Porto a 27 de Setembro de 1841, sendo filho do Dr. Caetano José Gomes Monteiro, que foi Juiz de direito duma das comarcas do Funchal, onde faleceu, e de D. Margarida Fernandes Leite Monteiro.

Matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1859 e concluiu a formatura no ano de 1864. Em 1863, publicou um folheto intitulado *O Ultramontanismo na Instrução Pública em Portugal* e, em 1864, o livro *Estudos de Patologia Social*. Estes escritos são reveladores dum notável e precoce talento, embora as doutrinas neles defendidas tivessem provocado as críticas mais acerbias. Em 1895, encetou a publicação da obra *Elementos de Direito Civil Português*, de que apenas saiu o 1º. fascículo com 244

páginas.

É vastíssima a colaboração do Dr. José Leite na imprensa periódica funchalense, nomeadamente na Lâmpada, no Oriente do Funchal, na Imprensa Livre e no Direito. Ficaram célebres muitos dos seus artigos pela originalidade e beleza da forma, pela força da dialéctica e mais ainda talvez pelo ardor e veemência da linguagem. Se tivesse feito jornalismo na capital, pode afirmar-se, sem exagero, que o seu nome andaria a par do dos grandes jornalistas que foram Sampaio António Enes, Mariano de Carvallho e Emídio Navarro.

Como advogado, produziu trabalhos notabilíssimos, que grande pena é terem ficado sepultados nas estantes dos cartórios. Que saibamos, apenas foram publicados dois ou três opúsculos sobre assuntos jurídicos, além da obra que já fica citada.

Foi brilhantíssimo o concurso que fêz, por provas públicas, para professor de filosofia dos liceus. O Dr. Teófilo Braga, admirador do Dr. Leite Monteiro, foi de Lisboa ao Porto assistir a esse concurso, em que um dos concorrentes era o nosso distinto patrício o Dr. Manuel Joaquim Teixeira. Obteve a mais alta classificação e foi em 1867 despachado professor do nosso liceu. Apesar das provas brilhantes prestadas nesse concurso e da incontestável competência do dr. Leite Monteiro para a regência da cadeira de filosofia, manda a verdade que se diga que lhe faltavam as qualidades dum verdadeiro pedagogo e que em geral os seus alunos pouco aproveitavam com as lições do mestre.

Entre as comissões de serviço público que desempenhou, conta-se a de Governador Civil substituto, tendo por várias vezes exercido a efectividade deste lugar e sendo para ele nomeado pelos decretos de 3 de Fevereiro de 1902 e 26 de Março de 1906. Foi também membro do Conselho de Distrito e presidente da Junta Geral e da Câmara Municipal do Funchal, tendo no exercício deste último cargo mostrado grande interesse pelo desenvolvimento da biblioteca pública. Quasi todas as obras estrangeiras relativas à Madeira que ali existem, foram adquiridas durante a sua gerência, tendo pretendido também criar um museu municipal.

Fez parte do antigo partido fusionista e entrou nas lutas políticas madeirenses de 1868, prestando mais tarde notáveis serviços ao partido regenerador, principalmente como redactor do Direito. Era membro da Associação de Direito Internacional de Berlim e a ele e ao falecido cônego Alfredo César de Oliveira se deve a publicação da obra Flores da Madeira, em que foram reunidas muitas produções valiosas de poetas madeirenses.

Faleceu a 10 de Março de 1920.

Leite Monteiro (Parque). Principiou a ser construído em 1894 em terrenos comprados por 1:640\$000 réis a João Baptista de Sousa, em virtude de deliberação tomada na sessão camarária de 2 de Agosto daquele ano, e embora no que diz respeito a vegetação e ornamentos nada ofereça de extraordinário, é no entretanto um local que se visita com prazer, já pela sua frescura e viçosidade já pelas perspectivas que dele se desfrutam. A fonte chamada de Nossa Senhora e onde se vê uma pequena imagem da Virgem, é de mármore e está situada no parque, existindo junto dela um amplo largo, onde vegetam os mais belos platanos que conhecemos na ilha.

A antiga fonte de Nossa Senhora, muito mais engraçada e pitoresca do que a actual, foi destruída em 1896, em virtude da queda dum grande castanheiro que lhe ficava sobranceiro, tendo as obras de assentamento da nova fonte sido arrematadas em sessão camarária de 12 de Agosto de 1897.

No interior da fonte, encontra-se uma lâmina de metal amarelo, com uma inscrição em inglês, que diz o seguinte: «Carlos Murray, cônsul geral de S. M. Britânica nas ilhas da Madeira e Porto Santo, fundador e primeiro proprietário da quinta de Belo Monte, comprou no ano de 1776 a água desperdiçada desta fonte ao morgado Henrique Felix de Freitas, pela quantia de 5:000 reis anuais, para ser paga por todo o sempre aos herdeiros do dito morgado; e ordenou que se fizesse esta construção para melhor se juntarem as águas, se reparar a fonte e se edificar o aqueduto e fonte na margem da estrada, tudo à sua custa, no ano do Senhor de 1778».

A Câmara Municipal do Funchal, em sua sessão de 22 de Agosto de 1895, deu o nome do seu presidente, o Dr. José Leite Monteiro, ao parque do Monte, mas a comissão administrativa municipal, nomeada após a proclamação da Republica, anulou essa deliberação, em sessão de 27 de Outubro de 1910. Em 13 de Fevereiro de 1913, sendo presidente da comissão administrativa municipal o Dr. Manuel Gregorio Pestana Júnior, foi restabelecido o primitivo nome do parque, tendo sido esta resolução muito bem recebida pelo público funchalense.

Leituga. Este nome serve para designar algumas Compostas que existem na Madeira, tais como a *Tolpis macrorhiza*, a *Crepis laciniata*, a *C. divaricata*, o *Sonchus pinnatus*, etc.. Todas estas espécies são bastantes leitosas.

Lemann (Dr. Carlos). Botânico inglês que veio para a Madeira em 1837 e saiu desta ilha, com destino a Londres, a 19 de Maio de 1838. As plantas por ele colhidas nesta ilha e nas Canárias, estão no Jardim de Kew e na Universidade de Cambridge. V. Hooker.

Lemay (Gaston). Ocupa-se da Madeira no seu livro intitulado *A bord de la «Junon», voyage autour du monde* (Paris, 1879).

Leme (João da Câmara). Nasceu no Funchal no ano de 1865 e desempenhou o cargo de porteiro do Governo Civil. Publicou nesta cidade, em 1887, um volume de poesias, de 83 pag., com o título de Amor e Pátria. Por ocasião do seu aparecimento, afirmou-se na imprensa que o opúsculo era um completo plágio, forrageado em diversos poetas portugueses e nomeadamente em Almeida Garrett.

Leme. É apelido de família muito antigo entre nós. Procede de António de Leme, que nesta ilha foi tronco dum a larga e distinta descendência.

Na tomada de Arzila e Tanger, distinguiram-se pela sua bravura e heroísmo os dois fidalgos flamengos Martim de Leme e António de Leme, naturais da cidade de Bruges, na antiga Flandres, que por seu pai Martim de Leme haviam sido mandados a combater às ordens do rei de Portugal fazendo-se acompanhar dum certo numero de homens de guerra armados e equipados à sua custa. Na carta e brasão de armas de 2 de Novembro de 1471, passados por D. Afonso V a favor de António de Leme, que era então cavaleiro da casa do príncipe D. João, se fez menção honrosa daquele facto e se lhe confere e ratifica o título de nobreza que já tinha no seu país natal, dando-se-lhe por armas «em campo de ouro cinco melros de preto em aspa

sem pés nem bicos e por timbre um dos melros entre uma aspa de ouro».

António de Leme teve, entre outros filhos, Martim de Leme, que parece ter nascido, como seu pai, em Flandres e que depois de servir em Portugal e exercer elevados cargos palatinos na sua pátria, passou à Madeira pelos anos de 1483, trazendo para a Câmara do Funchal cartas de recomendação do infante D. Fernando, mestre da ordem de Cristo, a que esta ilha então pertencia. Foram-lhe dadas terras de sesmaria na paroquia de Santo António, que legou a seus herdeiros, e morreu no Funchal, sendo sepultado no convento de S. Francisco. Martim de Leme casou com D. Maria Adão Ferreira, filha de Adão Gonçalves Ferreira, o primeiro homem que nasceu nesta ilha, sendo este filho de Gonçalo Aires Ferreira companheiro de Zarco no descobrimento da Madeira.

Foi ele, ou um seu filho do mesmo nome que construiu na referida freguesia a casa de habitação ainda hoje chamada Quinta do Leme e também a capela anexa, a cuja construção o Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo fixa o ano de 1535. Consorciou-se António de Leme com D. Catarina de Barros, a qual constituiu um morgado da terça dos seus bens, em terras que possuía na freguesia da Ponta do Sol. Viveram e faleceram na residência da Quinta do Leme e foram sepultados, segundo vemos num antigo livro de linhagens, «na capela-mor de Santo António do Campo» que é indubitavelmente a igreja paroquial daquela freguesia.

Destes nasceu Pedro de Leme, que foi o instituidor do morgado dos Lemes, na quinta do mesmo nome, com a expressa obrigação de perpetuar-se o apelido de Leme no sucessor e administrador deste vínculo. Por motivos que inteiramente desconhecemos e que hoje será talvez impossível descobrir-se, foram Pedro de Leme e seu filho primogénito Cristovão de Leme presos e conduzidos a Lisboa, onde ambos faleceram no cárcere, no mesmo ano e a curto intervalo, sendo o ultimo em Setembro de 1556. Estamos em frente dum misterioso drama e talvez duma sangrenta tragédia, em que pai e filho arrojados ao fundo duma prisão por algum nefando crime, aí fossem mortos por mão vingadora, com receio de que a comutação da pena ou o perdão, como facilmente acontecia aos nobres, os restituísse ainda à liberdade.

D. Maria de Leme, filha de Pedro de Leme e que casou com Pedro Gomes Galdo, entrou imediatamente na administração da casa que herdou de seus pais, tendo morrido sem deixar descendência. Seguiu-se um largo pleito judicial, passando o morgadio da Quinta do Leme a Francisco de Moraes e sua mulher D. Maria da Câmara, filha e genro de D. Leonor de Leme, irmã de D. Maria de Leme, ultima administradora do vínculo. Foi imediata sucessora na posse do morgadio a filha daqueles, D. Felipa da Câmara, que casou com

António da Silva Barreto, o qual morreu em 1633, tendo deste consórcio nascido Manuel da Silva Camara, que entrou logo na sucessão do morgadio, falecendo pouco depois no ano de 1634.

Foi herdeiro e imediato sucessor na administração desta casa vinculada, Inacio da Câmara Leme, tenente - general na Madeira, cavaleiro da Ordem de Cristo e moço fidalgo da Casa Real, que gozou de bastante prestígio e influencia nesta ilha. Foi ele que, por meados do século XVII, reedificou a casa e capela da Quinta do Leme. Matrimoniou-se em 1647 com D. Isabel de Castelo Branco Bettencourt, nascendo deste casamento, em 1649, o herdeiro da casa, Francisco da Câmara Leme, também como seu pai cavaleiro de Cristo e moço fidalgo da Casa Real. Contraiu matrimónio com D. Francisca de Sá e Meneses e dele nasceu o primogénito e sucessor, Pedro Julio da Câmara Leme a 25 de Julho de 1695, moço fidalgo e cavaleiro da Casa Real como seu pai e avô, o qual se consorciou com D. Mariana de Meneses, filha de Pedro de Bettencourt Henriques e de D. Mariana de Meneses.

Foi seu filho e sucessor no morgadio, Francisco Aurelio da Câmara Leme, que casou em 1731 com D. Antónia Maria Acciaioli de Vasconcelos Betencourt. Teve os privilégios de cavaleiro de Cristo e moço fidalgo que herdara de seus maiores. Foi ele que em 1748 procedeu à total reconstrução da capela de S. Felipe da Quinta do Leme, que o terramoto daquele ano deixara em ruínas, como se pode ver no artigo já citado.

Entrou na posse imediata e administração do vínculo o filho destes, Francisco António da Câmara Leme, que casou respectivamente com D. Anna Correia Accioli, D. Maria Luiza Correia Accioli, irmã de sua primeira mulher, e D. Julia da Cunha, que era filha bastarda do conde da Cunha e que morreu de cólera em Lisboa em 1832. Francisco António da Câmara Leme faleceu sem geração, passando por sua morte a administração deste vínculo a seu sobrinho, João de Carvalhal Esmeraldo de Bettencourt de Sá Machado, 1º. conde de Carvalhal, ficando assim incorporado na grande casa Carvalhal, a mais rica e importante desta ilha.

Acerca do título de Dom, de que usaram alguns membros desta família, lê-se na obra Resenha das Familias Titulares e Grandes de Portugal, vol. 1.º, pag. 384, o seguinte: «Os Câmaras Lemes... da ilha da Madeira, nunca tiveram Dom. O último representante desta família principiou, depois de certa época e arbitrariamente, a anteceder o nome de baptismo com o Dom; a continuação do arbítrio passou aos descendentes, e havendo-se mencionado sem a devida averiguacao em várias mercês régias que lhes teem sido feitas, ficou legalizado o Dom, fazendo assim S. M. duas mercês sem encargo para esta. Este facto dá-se

com mais pessoas».

Esta informação não contraria o que nos referiu um velho fidalgo madeirense, para explicar o emprego do Dom, de que usaram os últimos membros da família Câmara Leme. Um deles, requerendo uma mercê qualquer, fez preceder o seu nome de D para significar Diz, mas, ao ser concedida a graça pedida, o funcionário que redigiu a carta régia tomou, por inadvertência, a abreviatura de dia por dom, escrevendo: concedemos a Dom Fulana de tal etc.. E daqui veio, segundo se afirma, o uso ilegítimo do Dom com que se pavonearam os últimos descendentes dos Câmara Lemes.

Lemos (D. Jorge de). Antes do estabelecimento da diocese, esteve em 1508 nesta ilha o bispo D. João Lobo (V. este nome), e depois da criação do bispado vieram à Madeira os prelados D. Duarte, no ano de 1516, e D. Ambrosio em 1538 (V. estes nomes), que aqui exerceram as funções episcopais em vez dos respectivos bispos proprietários D. Diogo Pinheiro e D. Martinho de Portugal, que nunca visitaram as terras da sua Jurisdição, bem como o terceiro bispo D. Fr. Gaspar do Casal. Foi o quarto prelado D. Fr. Jorge de Lemos o primeiro que pessoalmente assumiu a direcção episcopal deste bispado, que administrou no período decorrido de 1558 a 1569, tendo porém, residido apenas cinco anos nesta ilha.

Pertencia a nobres famílias e era filho de Francisco Velho e de D. Brites de Lemos. Professou no convento de São Domingos, de Lisboa, e, entre os cargos que exerceu na sua ordem, conta-se o de professor de teologia. Sendo já adiantado em anos, foi confirmado bispo do Funchal a 9 de Março de 1556 pelo papa Paulo IV, tendo tomado posse do cargo no ano de 1558. Cinco anos depois, aumentou-se para o reino e em 1569 renunciou à mitra. Morreu passado pouco tempo e foi sepultado na igreja do convento onde professara.

Sendo o primeiro prelado diocesano que viera a este bispado, foi recebido com especiais demonstrações de consideração e estima pelo clero e por todo o povo desta ilha. Havia mais de 130 anos que começara a colonização, e, apesar das faculdades especiais de que gozava o delegado do vigário de Tomar e ainda de já existir no Funchal uma comunidade religiosa franciscana de austera observância, é certo que alguns abusos se introduziram na doutrina eclesiástica e no cumprimento das diversas leis canónicas. Tendo o prelado que corrigir esses abusos e de reformar antigos e inveterados costumes, incorreu naturalmente no desagrado de muitos, donde resultaram graves dificuldades e atritos, que soube no entretanto aplanar com o seu espírito

de justiça e com a irrepreensível conduta do seu proceder. «Foi, diz D. António Caetano de Sousa, de condição áspera, que temperou sempre com a prudência; no trato magnífico e grande premiador dos beneméritos».

Merceceu-lhe especiais atenções o serviço da Sé Catedral, solicitando e conseguindo que se criassem alguns lugares novos, como o de sub-chantre, mestre de capela e moços do coro, o aumento dos vencimentos dos cónegos e dignidades, a reforma da música e a criação dos curatos, desligando assim o deão do encargo do serviço paroquial. No seu tempo se dividiu em duas paróquias a única freguesia que havia no Funchal, que ficaram tendo suas sedes na Sé Catedral e em Santa Maria Maior. Pouco depois impetrhou a criação da freguesia de São Pedro, que não teve larga existência, pois foi extinta em 1579, sendo novamente restaurada no ano de 1587. Empregou diligências para a criação do Seminário Diocesano, que somente alguns anos mais tarde foi estabelecido nesta cidade (Seminário).

Em 1563, saiu D. Jorge de Lemos para o reino, onde exerceu o cargo de esmoler-mor do rei D. Sebastião. A 15 de Novembro de 1569, aceitou o papa a renúncia que D. Jorge fez deste bispado e nomeou para o substituir D. Fernando de Távora, religioso da Ordem dos Pregadores.

Lemos (Coronel José António de Azevedo). Comandante da expedição militar que veio à Madeira em 1828, com o fim de submeter esta ilha ao governo miguelista. Tornou-se conhecido pelas graves desinteligências que teve com o Governador e Capitão-General José Maria Monteiro, chegando a solicitar do Governo a substituição desta autoridade por causa da sua incapacidade e de ter por hábito ouvir apenas «uma infame roda de indivíduos abomináveis por seus vícios e maus costumes». Em certa ocasião, insultou o Governador no Palácio de S. Lourenço, não chegando a bater-lhe por se terem oposto a isso vários oficiais que se achavam presentes.

O coronel Lemos permitiu às tropas do seu comando toda a casta de excessos contra os constitucionais, tornando-se por isso pouco simpático à maioria da população funchalense.

Lencastre (Dr. Luis Adriano de Magalhães Meneses e). Foi eleito para o reino pela Madeira para a sessão legislativa de 1890 a 1892.

Lendas. O anotador das Saudades da Terra refere-se muito sumariamente ás lendas que no decorrer dos tempos se foram formando entre os povos deste arquipélago, tratando apenas com largo desenvolvimento e vasta erudição a conhecida lenda de Machim e Ana d'Arfet, de que nos ocuparemos no lugar respectivo deste Elucidário. A lenda da Ilha Encoberta, que não é privativa desta região e em geral faz parte da crença dos sebastianistas, apresenta entre nós o aspecto particular da mesma ilha ficar situada, se tal expressão pode ser permitida, nas proximidades da Madeira e haver indivíduos que dizem tê-la distintamente avistado em certas manhãs do dia de S. João. Além destas e algumas de carácter religioso, não se refere o Dr. Azevedo a outras lendas que tivessem tido voga nesta ilha. Diz ele: «Abundam na ilha da Madeira lendas religiosas, das quais estamos formando colecção; além das três mencionadas (a do Senhor dos Milagres, no convento de S. Francisco, a de Fr. Pedro da Guarda, em Câmara de Lobos, e a da fundação do convento das Mercês), já temos as seguintes: a de Nossa Senhora do Monte, a do Senhor dos Milagres, de Machico, a de Santo António da Serra, a do Senhor Jesus, da Ponta Delgada, a de São Vicente, do ilhéu (na freguesia de São Vicente), a de São Martinho e a de Nossa Senhora do Recolhimento das Órfãs. Reservamo-nos para as publicar em volume separado». Este volume nunca foi publicado.

Além destas lendas ou narrativas populares, poucas conhecemos nesta ilha, mas iremos fazendo menção daquelas que chegarem ao nosso conhecimento. Já no 1.º vol. pag. 44, sob o título de Capela das Almas Pobres, nos referimos a uma delas.

Lenha. A madeira para queimar usada no Funchal e nas demais povoações importantes da ilha, provém em geral do pinheiro marítimo, sendo os toros ou achas desta árvore vendidos muitas vezes aos centos ou às talhas. Cada cento tem 1400 paus e cada talha 56 paus; ao cento de 100 paus chamam os lenheiros cento pequeno.

A lenha encareceu imensamente durante a guerra, devido ao consumo que dela faziam os vaporessos costeiros e as fábricas, e hoje custa um cento de lenha seis vezes mais do que em 1914, devido ainda às mesmas causas e à valorização de todos os produtos da terra. Um cento de lenha regular que custava há dez anos 12 a 13 escudos, custa hoje entre 70 e 80 escudos. (1921)

Os habitantes algumas freguesias costumam ir à serra buscar lenha, sendo grandes as devastações que

fazem nas árvores para obterem o combustível de que necessitam para os usos domésticos.

Lentes. Foram lentes no estrangeiro, em universidades ou cursos superiores, os madeirenses Manuel Constantino, António da Gama, Belchior de Teive, João António Monteiro, João da Silveira Caldeira, Francisco Justino Gonçalves de Andrade e João Jacinto Gonçalves de Andrade, tendo alguns destes sido também professores na Universidade de Coimbra.

Em escolas superiores nacionais, sabemos terem regido cadeiras os seguintes madeirenses:

Universidade de Coimbra: Luis Gonçalves da Câmara e António João de França Bettencourt, na Faculdade de Teologia; Vitório Lopes Rocha, José Ferreira Pestana, Augusto de Arzila Fonseca e José Vicente Martins Gonçalves, na Faculdade de Matemática; Jacinto António de Sousa, na Faculdade de Filosofia; e Nicolau Francisco Xavier da Silva e Justino António de Freitas, na Faculdade de Direito.

Universidade de Lisboa: Francisco Luis Pereira de Sousa, José de Freitas Teixeira Espinola Castelo Branco, José Joaquim de Freitas Abreu Rego, José Julio Rodrigues e Francisco Maria Henriques, na antiga Escola Politécnica, hoje Faculdade de Ciências; Luis da Câmara Pestana, António Aurelio da Costa Ferreira e Marck Athias na antiga Escola Medico-Cirurgica, hoje Faculdade de Medicina; Jaime Constantino de Freitas Moniz, no antigo Curso Superior de Letras, hoje Faculdade de Letras; e Jaime Boaventura de Azevedo, no antigo Instituto Superior de Agronomia, hoje Faculdade de Agronomia.

Universidade do Porto: Urbano Canuto Soares, na Faculdade de Letras.

Escola de Guerra: Manuel da Costa Dias.

Escola Naval: António Aluisio Jérvis de Atouguia e Alfredo Rodrigues Gaspar.

Escola Médica do Funchal: Luiz Henriques, António da Luz Pita, Juvenal Honorio de Ornelas, António Alves da Silva, Conde de Canavial, João Augusto Teixeira, Mauricio Augusto Sequeira e Nuno Silvestre Teixeira.

Lentilha (*Lens culinaris*). Leguminosa-papilionada frequentemente cultivada no Porto Santo e que

aparece também no Caniçal. A lentilha cultivada no Caniço é a *Vicia monanthos*, a qual tem vagens 3-4-espermáticas, e não 2-espermáticas, como acontece na lentilha do Porto Santo.

Lentilha de Água (*Callitrichie stagnalis*). Planta aquática, com os caules alongados e as folhas pequenas as superiores aproximadas em roseta. É empregada às vezes na ilha como aperiente. V. Pastinha de água.

Leopoldina (Arquiduquesa). D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal, casou pela primeira vez com a arquiduquesa de Áustria Leopoldina (1797-1826) e em segundas núpcias com D. Amelia, fundadora do Hospício da Princesa D. Maria Amelia.

Pela manhã do dia 11 de Setembro de 1817, ancorou no porto do Funchal uma esquadra composta das naus portuguesas D. João VI e D. Sebastião e da fragata austriaca Augusta, comandada pelo capitão de mar e guerra Henrique de Sousa Prego. Destinava-se ao Rio de Janeiro e conduzia a seu bordo a princesa Leopoldina, que ia contrair matrimónio com o príncipe real D. Pedro, depois imperador do Brasil e rei de Portugal.

A comitiva da princesa era composta dos marqueses de Castelo Melhor, condes da Lousã, conde de Penafiel, portugueses; príncipe de La Tour e Taxis, conde de Eltz, conde de Bellegarde, conde de Krassischs e o embaixador da Áustria no Brasil, austríacos, além de 11 criados.

Teve a princesa uma brilhante recepção desembarcando num improvisado cais de madeira feito na Pontinha e indo hospedar-se no palácio de S. Lourenço.

No dia 12 de Setembro, jantou na Quinta do Palheiro do Ferreiro, a convite de João de Carvalhal, que ali deu por essa ocasião uma esplêndida festa.

Visitou o Monte no dia 13, percorrendo algumas quintas e ali lanchou em casa do rico comerciante inglês Roberto Page, que preparou à princesa uma bela recepção na quinta Belmonte.

O governador e capitão-general Florencio José de Melo e o bispo D. Joaquim de Meneses e Ataide foram elogiados pelo governo do Rio de Janeiro, pela maneira como receberam a arquiduquesa e pelas demonstrações de apreço e de regozijo que no Funchal se fizeram por ocasião da sua passagem nesta ilha.

O governador e capitão-general, com autorização da princesa, encarregou o major José Caetano César de Freitas de a acompanhar ao Rio de Janeiro, como representante dos povos deste arquipélago, e de apresentar as suas felicitações ao príncipe real D. Pedro por ocasião do seu consórcio.

No palacete dos condes da Calçada, na rampa de Santa Clara, existiu um quadro a óleo da princesa Leopoldina, tendo num dos ângulos da tela os seguintes dizeres: Arquiduqueza Leopoldina, Princesa Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, passeando na quinta do Palheiro Ferreiro em 12 de Setembro de 1817.

Presentemente, este quadro é propriedade do Sr. Júlio Barros.

A arquiduquesa Leopoldina foi, como se sabe, mãe de D. Pedro II, imperador do Brasil, e de D. Maria II, Rainha de Portugal.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 11 de Dezembro de 1826.

Com título de «A Princesa do Reino - Unido Portugal Brasil na Ilha da Madeira em 1817», publicou o distinto escritor tenente-coronel A. Artur Sarmento um interessante opúsculo, no ano de 1943, acerca da visita dessa ilustre princesa a esta ilha na sua passagem para a cidade do Rio de Janeiro.

Lesmas. Moluscos gasterópodos limacídeos que aparecem nos lugares húmidos ou umbrosos, nas hortas, por entre as ervas, etc.. o *Limax flavus* vive muitas vezes perto das habitações, ao passo que o *L. gagetes* aparece principalmente sob as pedras e o *L. cinereus* nas hortas. o *Arion ater*, de cor anegrada, olivacea ou azul acinzentado, encontra-se nas vinhas e logares ervosos.

A *Helix undata* que vive ordinariamente sob as pedras e os cântaros, é conhecida às vezes pelo nome de lesma, apesar de ser provida de concha.

Lessa (Padre António João de). Nasceu este sacerdote na freguesia da Madalena do Mar a 1 de Junho de 1774 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro a 12 de Abril de 1858. Saiu para o Brasil no ano de 1808, sendo já presbítero, e fixou residência na então nascente povoação de Cantagalo, que dentro de poucos anos atingiu um grande desenvolvimento e se transformou na cidade do mesmo nome. O padre Lessa dedicou-se à política, tendo concorrido bastante para a independência do Brasil. Foi deputado em duas legislaturas e gozou do maior prestígio entre os políticos da sua época. Vários escritores brasileiros se referem à sua acção persistente nos acontecimentos que precederam a independência e ainda nas lutas políticas que se seguiram. Deixou impresso um livro intitulado *Cartas de Cantagalo*. No ano de 1929, o seu sobrinho Clodo Ribeiro de Lessa escreveu e fez publicar um volume de 160 páginas a que deu o título de *Esboço Biográfico do Padre António João de Lessa*, e em que se descreve a vida agitada deste sacerdote madeirense.

Leste. Os madeirenses dão o nome de leste ao vento que sopra do lado da Costa de África e é acompanhado sempre de aumento considerável da temperatura e dum alto grau de secura atmosférica. Quando ele se faz sentir, o sol fica embaciado e o céu apresenta-se completamente limpo de nuvens, o que poucas vezes acontece noutras ocasiões. O leste começa geralmente por uma viração quente, à qual se segue um vento forte e também quente que arrasta nuvens de poeira em terra e provoca grande agitação nas águas do mar. Embora semelhante ao siroco, que sopra na região mediterrânea, é, ao contrário dele, um vento seco, o que é devido a vir muito elevado e não poder receber a humidade da grande extensão de mar que atravessa. Aves e insectos são arrastados algumas vezes pelo Leste até à Madeira, e tem-se visto em muitas ocasiões depositar-se sobre os moveis uma certa quantidade de poeira e de areia fina e impalpável, proveniente talvez do Sara, parecendo a atmosfera tão densa quando tem em suspensão essas partículas, como se existisse uma névoa a obscurecer-lá. Diz James Y. Johnson que encontrou em certa ocasião nessas poeiras seis diatomaceas e vários fragmentos de outras, todas elas pertencentes a espécies que vivem em muitos países do mundo.

O Dr. Heberden viu em 1750 o termómetro à sombra marcar em ocasião de leste $22^{\circ}.7$, $24^{\circ}.4$ e 25° , o que nada tem de extraordinário, e o Dr. Heineken que fez observações nesta ilha desde 1824 a 1826, não viu o

termómetro subir nunca durante o leste a mais de 29°. 4, embora soubesse que algumas vezes tinha ele subido a 35° à sombra e a 54°. 4 ao sol, com o referido vento. o Dr. Mason em 1835 viu em ocasião de leste subir o termómetro à sombra a 27°. 2 e ao sol a 58°. 8, enquanto que a mais alta temperatura à sombra observada por Roberto White, também durante o leste, foi 25° em 23 de Fevereiro de 1850. Em épocas mais recentes, as mais altas temperaturas à sombra registadas com o vento da costa de Africa foram 32°. 5 (Julho de 1882), 33°. 5 e 35°. 6 (Agosto de 1902), 37°. 3 (Agosto de 1907), 35°. 0 (Julho de 1917), 37°. 0, 37°. 2 e 38°. 4 (Agosto de 1919) e 34°. 0 (Agosto de 1920). A temperatura máxima à sombra, em 3 de Dezembro de 1920, foi 26°. 6, e a mínima 14°. 9, tendo soprado nesse dia o vento este.

"Mac Euen, diz o Dr. Barral, encontrou em 17 de Fevereiro de 1849, durante o leste, 21° de diferença, entre o termómetro seco e o termómetro húmido, o que dá 18 por cento de humidade relativa na atmosfera, e o barão de Humboldt fala de 16 por cento como sendo a menor quantidade de vapor e a maior secura observada nas regiões mais baixas da atmosfera, e isto em um vasto continente».

Embora o grau de secura assinalado por Mac Euen seja muito pouco frequente, é verdadeiramente extraordinária a diferença que existe entre a humidade relativa normal e a que se nota quando sopra o leste, e se indivíduos há que se não ressentem das condições atmosféricas provocadas por esse vento, mostrando até maior actividade e vigor físico quando elas se dão, outros há em quem as mesmas condições produzem incômodos sérios, os quais todavia não conduzem nunca a resultados fatais.

Quando sopra o leste, os moveis secam e por vezes estalam como se estivessem expostos ao fogo, e as plantas murcham e perdem todo o seu brilho e frescura. Os animais, e especialmente as aves, parecem sofrer com esse vento, que alguns têm comparado ao samiel; ao simoon, ao harmattan e a outros ventos muitos quentes e secos que se fazem sentir no interior das regiões africanas.

Embora o vento a que nos referimos venha de ESE., no Funchal, sopra sempre do lado E., o que parece ser devido a ele se curvar ou reflectir depois de haver batido nas montanhas. Quando o leste é fraco, só se faz sentir na região alta da ilha, que é a parte que é sempre directamente atingida por ele, sendo os efeitos deste vento pouco perceptíveis nos vales do interior e na costa setentrional, mesmo nas ocasiões em que ele sopra com violência na região baixa meridional. Ocasiões há em que sopra o vento norte na Ponta de S. Lourenço e o leste na cidade e noutras localidades, o que prova que este vento nem sempre é geral, muito embora se faça sentir sempre na região alta da ilha, ao menos até 1.400 metros, quando sopra na região baixa.

O leste dura 1 a 5 dias, raras vezes mais, e é seguido geralmente de chuva. Anos há em que ele não aparece e outros em que aparece mais dum a vez. Quando sopra no inverno, perde uma parte dos seus caracteres desagradáveis, e os naturais apenas o notam pela grande secura que provoca na atmosfera.

No tocante aos sítios em que bate o leste ao chegar à Madeira e á direcção que ele toma depois, há muitos pontos obscuros e que no interesse da ciência conviria esclarecer, mas isto só se poderá conseguir quando se montarem postos meteorológicos nas montanhas e na extremidade oriental da ilha, e se entregar a direcção deles a indivíduos habeis e zelosos no cumprimento dos seus deveres. Na base do Pico de Teide, em Tenerife, desde 1908 que existe um observatório meteorológico que muitos serviços tem prestado á ciência, ao passo que entre nós se não dá um passo para tirar o devido proveito dum posto construído em 1895 nas proximidades do Pico do Areeiro, mas que nunca foi dotado com o pessoal e os instrumentos necessários para as observações!

Por ocasião do leste que houve no Funchal de 21 a 27 de Agosto de 1919, o vento não se fez sentir a princípio para além da Ponta da Oliveira, e quando se manifestou um violento incêndio nos pinhais do Monte e de S. Roque, observámos que o fumo, pela direcção que seguia, parecia impelido pelo vento de NE. Esse leste tornou-se particularmente digno de atenção pela sua duração e pelos grandíssimos prejuízos que causou ás culturas, sendo de notar ainda que foi enquanto ele durou que se registou a mais alta temperatura á sombra observada no Funchal desde que se fazem aqui observações meteorológicas. A humidade relativa desceu a 28 por cento ás 3 horas da tarde do dia 23 de Agosto, tendo na mesma ocasião o termómetro ao sol marcado 57°, temperatura esta que não pode ser considerada como máxima, visto a maior força solar, como dissemos já quando falámos do clima, não se apresentar áquela hora, mas sim muito mais cedo. Vid. Clima (1-273).

Letter (A). to His Grace the lord archbishop of Canterbury with reference to certain allegations and to the position of the old congregation of the church of England in Madeira; Londres, 1856, folheto.

Leuchtenberg (Duque de). No dia 23 de Agosto de 1849, ancorou no nosso porto a fragata da marinha russa Kamtchatka, conduzindo a seu bordo o príncipe Maximiliano, duque de Leuchtenberg, irmão do príncipe Augusto, primeiro marido de D. Maria II, e de D. Amelia, viúva de D. Pedro IV. O navio ficara

de quarentena e o príncipe só pode desembarcar no dia 27 de Agosto, tendo uma brilhante recepção preparada pelo então governador civil, o benemérito conselheiro José Silvestre Ribeiro.

Percorreu o príncipe muitas freguesias da Madeira e visitou também o Porto Santo, sendo um entusiástico admirador das belezas naturais do nosso arquipélago. Demorou-se nesta ilha até o dia 23 de Abril de 1850, em que embarcou em direcção á Russia. Deixou entre nós as mais gratas recordações, não só pela extrema lhaneza do seu trato como pelos sentimentos de caridade de que deu eloquentes provas em favor dos pobres da nossa terra.

O duque de Leuchtenberg, que era filho do célebre príncipe Eugenio Napoleão e genro do imperador da Rússia Nicolau I, viera á Madeira em procura de alívios aos seus padecimentos e, ao ausentar-se, declarou, no meio de convulsivo choro, que aqui passara alguns dos dias mais felizes e mais tranquilos de toda a sua vida.

A sua comitiva compunha-se do Príncipe Pierre Bagratin, conde de Ojarowski, capitão Pauchine, o secretário Eugène Mussar, o médico Dr. S. Fischer e quinze criados.

Residiu na quinta das Angústias, onde anteriormente também residira a rainha Adelaide de Inglaterra, e onde morreu em 1853 a princesa D. Maria Amelia. Visitou o Porto Santo no ano de 1850, indo aquela ilha na fragata russa Palas.

Um filho do príncipe Maximiliano, o príncipe Nicolau Maximiliano, também duque de Leuchtenberg, visitou a Madeira em 1886, tendo chegado ao porto do Funchal a 1 de Dezembro e desembarcado no dia imediato. Foram-lhe prestadas as honras militares a que tinha direito, na qualidade de príncipe apparentado com as casas reais de Portugal e da Rússia.

O príncipe Nicolau passou uma parte do ano de 1887 na Madeira, retirando para a Europa a 16 de Junho.

Levada de Santa Luzia (Estrada da). Estrada plana e extensa que limita pelo norte uma parte da cidade do Funchal e se estende desde as proximidades da ribeira de Santa Luzia até á avenida de Pedro

José de Ornelas, junto da rocha da Pena. É ladeada pela levada do mesmo nome, que já existia em 1515 e é uma das mais antigas da ilha.

De todo o caminho da Levada de Santa Luzia se desfrutam lindos panoramas, vendo-se ali excelentes prédios e algumas quintas, entre as quais se destaca a da Palmeira, uma das mais belas dos arredores do Funchal. É seu proprietário o benemérito industrial e súbdito britânico Henrique Hinton, que ali fez colocar a janela da célebre casa em que Cristovão Colombo residiu no Funchal (Vid. 1-289).

Levadas. I – Sua origem – Ao aportarem à Madeira os primitivos povoadores, logo reconheceram a excelente benignidade do clima e a exuberante fertilidade do solo. Estas tão favoráveis disposições da natureza, coroadas por uma encantadora paisagem, despertariam as mais animadoras esperanças para a arriscada empresa que iam iniciar, mas também se aperceberiam sem esforço das grandes dificuldades que importaria vencer para atingir-se o desejado fim de uma feliz e prospera colonização. Quais outros predecessores de um lendário Robinson, abandonados em uma deserta e ignorada ilha, teriam que praticar verdadeiros milagres de heroísmo nos árduos trabalhos do arroteamento das terras virgens e na construção e instalação das suas primeiras e bem desconfortáveis moradias.

Logo se defrontaram com dois obstáculos, talvez julgados insuperáveis: a luxuriante e gigantesca vegetação, que em cerrada floresta se estendia desde as orlas do oceano até os píncaros das montanhas, e o inverosímil accidentado dos terrenos, que em ininterruptas ramificações das mais elevadas eminências se desdobravam em picos alterosos e vales profundos por toda a superfície da ilha.

Com denodado esforço se entregaram as incipientes explorações agrícolas, desbastando os densos matagais e preparando convenientemente as rústicas glebas destinadas a receber as primeiras culturas. Fácil seria verificar que o aproveitamento das águas constituiria uma das suas maiores preocupações e canseiras, o que permanentemente se têm transmitido de geração em geração, tomando os mais variados aspectos e formando uma vasta rede de interesses económicos e sociais, que mereciam um aturado e desenvolvido estudo, ainda infelizmente por elaborar.

Tentadas essas primeiras explorações, impôs-se sem demora um novo sistema de irrigação, que favorecesse

a nativa riqueza do solo inculto, extraíndo-se dele os mais compensadores resultados.

Foram as condições especiais do meio e privativas desta região, que determinaram a construção dos primeiros canais ou aquedutos, a que depois se chamaram Levadas e que ficaram constituindo o mais rico elemento da agricultura madeirense. São de presumir os incalculáveis esforços empregados nesse primeiro empreendimento e as dificuldades que surgiram na sua realização, sobretudo quando os terrenos a irrigar se achavam distanciados das origens das nascentes.

Em um excelente artigo publicado há anos e numa bem expressiva síntese, dá-se uma ideia muito exacta das causas que justificavam essas então rudimentares construções, ao afirmar-se que «a agricultura tinha de ser a base da economia da sociedade que iam constituir, mas também que ela só podia tomar grandes proporções e oferecer largos interesses nas encostas, colinas e vales da beira-mar, onde a composição do solo, a fertilidade do terreno, a suavidade da temperatura e o régimen brando dos ventos assegurariam produções intensas e preciosas, com vantagens infindas para a população, para os donatários, para a Ordem Militar de Cristo e para a coroa. Era ali que estava especialmente, a zona das melhores culturas – a da vinha e a da cana de açúcar, – que já então foram iniciadas e que fizeram depois a celebriade, a fama e a riqueza da Madeira, garantindo à metrópole, sem interrupção, avultados rendimentos, ainda nos períodos mais críticos e adversos de Portugal.

Tais terrenos, porém, não podiam ser explorados com intensidade, constância e vantagem, sem que fossem dotados com águas de irrigação, que regularmente humedescessem e fecundassem o solo, mantendo verdes e cheias de seiva as plantações, fortalecendo-as e opulentando-as, não só durante o verão mas ainda em parte da primavera e do Outono e em geral durante as estiagens, possíveis no próprio Inverno. Ao mesmo tempo quasi todas as fontes e nascentes estavam nos pontos elevados, nas serras, correndo para os regatos e ribeiras e por meio destas para o oceano. Desde logo surgiu a necessidade e o pensamento de interceptar, em certas altitudes, o curso natural das águas, derivando-as para utilíssimos canais, construídos desde grandes distâncias, ao longo de rochedos escarpados, através de imensos obstáculos, apenas vencíveis por uma tenacidade heróica, até às regiões mais férteis e prometedoras. Tal é a instituição admirável e profícua das levadas, factor primacial da agricultura e portanto de todas as condições económicas e financeiras da ilha da Madeira.»

O gigantesco trabalho da construção das levadas, que durou séculos, as lutas sustentadas para a aquisição e

posse dos respectivos caudais, as sublevações populares que por tal motivo se deram várias vezes, a organização das associações de «heréus» para a exploração e distribuição das águas, os frequentes pleitos judiciais, as muitas leis que se promulgaram reguladoras deste assunto, as discussões provocadas no parlamento, nas corporações administrativas, na imprensa e em comícios públicos dariam basta matéria para um largo e interessante estudo, como acima deixámos dito.

II – Sua importância e necessidade. – Tudo isso mostra a imperiosa necessidade das nossas levadas e a capital importância que elas representam na economia do arquipélago. Iam-se simultaneamente desbravando a densa vegetação florestal que cobria as lombas e encostas, preparando diligentemente o trabalhoso amanho das terras aráveis e conduzindo com presteza os fartos mananciais que fertilizariam as incipientes culturas agrícolas.

Como é sabido, a irrigação dos terrenos faz-se principalmente por meio das levadas. É certo que há terras de cultivo deixadas apenas á contingência das chuvas, mas as chamadas culturas ricas, isto é, a vinha e a cana de açúcar, e ainda mesmo a maior parte das verduras e hortaliças, são irrigadas pelas numerosas levadas que se acham dispersas por toda a ilha. Não pode considerar-se um sistema de irrigação inteiramente privativo desta região, mas é quasi único no nosso país e tem suas características próprias, que o distinguem dos outros sistemas seus congéneres.

Em alguns países, os canais de irrigação constituem trabalhos de maior vulto somente quanto á sua capacidade e volume de águas que conduzem, sendo quasi sempre praticados no próprio solo, e sem outras obras de arte de mais avultada importância. Não são geralmente de grande extensão e destinam-se a fertilizar terrenos por vezes vastos, mas de elevação pouco considerável. Não admira que alguns funcionários técnicos de obras públicas vindos do continente, confessem que as descrições escritas acerca da irrigação madeirense lhes não davam uma ideia segura da rede das nossas levadas e particularmente da maneira como recebem e conduzem as águas, e ainda como se faz a distribuição destas pelas terras de regadio.

Os aquedutos são uns estreitos e extensos canais abertos no solo e geralmente construídos de sólida alvenaria, que não chegam em geral a atingir um metro de largura e cuja profundidade poucas vezes vai além de 50 a 70 centímetros. Há levadas que têm algumas dezenas de quilómetros de extensão. Na

generalidade, partem de pontos elevados e centrais da ilha e encabeçam nas mais caudalosas ribeiras, alimentando-se dos abundantes mananciais que correm abandonados nos leitos pedregosos das mesmas ribeiras. Para isso, costeam, por vezes, elevadas e alcantiladas serras, atravessam aprumadas ravinas, perfuram os montes num perigoso trabalho de longos anos e com o dispêndio de avultadíssimos capitais e até de bastantes vidas, dando á terra o sangue que a fertiliza e às plantas a seiva que as fazem abundantemente produzir. Quem de perto conhecer o inverosímil accidentado dos nossos terrenos, o caprichoso relevo das suas vertentes e a elevação das suas serras de par com profundos vales e perigosos despenhadeiros, avaliará facilmente o colossal esforço que representa essa gigantesca e utilíssima obra, que sobremaneira honra o país que a empreendeu e executou.

Será para estranhar, e, sem um mais detido exame, parecerá á primeira vista que estes canais de irrigação, tão dispendiosos e de tão difícil e penosa construção não ofereçam uma compensação remuneradora dos capitais empregados, mas a verdade é que eles constituem o principal elemento da prosperidade da agricultura madeirense, sobretudo das chamadas «culturas ricas», e como acima ficará ligeiramente esboçado, um dos factores mais importantes das prosperidades de todo o arquipélago.

É uma verdade axiomática que uma parte considerável dos nossos terrenos aráveis têm fome de um conveniente amanho e sede da água fertilizante que os torne fecundos e produtivos. É preciso arrancar desse solo estéril e maninho a abundância e a riqueza que ele encerra no seu seio, é necessário transformar essas campinas de aspecto desolador em leiras verdejantes de belos e óptimos frutos, é indispensável lavrar e cultivar a terra ubérrima, dando trabalho e movimento a muitos braços paralisados por falta de uma útil e adequada actividade, como já o temos repetido.

Em o relatório da «Junta Autónoma de Hidráulica Agrícola de Portugal» relativo ao ano de 1937, para justificar a exploração das águas de regadio, afirma-se que ela é remédio para a absorção do excesso demográfico, proporcionando-se trabalho a braços inactivos e melhorando-se portanto a situação económica das populações rurais.

Se esse argumento se ajusta com verdade e com justiça as terras do continente português, tem então a mais completa e absoluta aplicação com respeito às fertilíssimas glebas do arquipélago madeirense.

Quem compulsar os «Censos da População», cujos trabalhos se realizam de dez em dez anos, facilmente

verifica que é a Madeira a região do país que acusa uma maior densidade de população, fora dos intensos aglomerados de habitantes das cidades de Lisboa e Porto. E essa maior densidade, sendo muito superior comparada com a de quasi todas as terras do continente, torna-se então verdadeiramente desproporcional, se especialmente a confrontarmos com um grande número dessas mesmas regiões continentais.

Para o comprovar, bastará dizer que apenas o distrito do Porto excede o do Funchal nessa densidade, tendo aquele 304 habitantes por quilómetro quadrado ao passo que a Madeira tem 270, mas em compensação há distritos como os de Beja, Évora, Portalegre, Bragança, e Castelo Branco, cuja densidade populacional é respectivamente de 20, 21, 24, 27 e 36 habitantes por cada quilómetro quadrado. Fora o Porto, é o distrito de Braga o que proporcionalmente conta mais densa população, pois atinge cerca de 140 habitantes por quilómetro quadrado, ficando ainda num plano de inferioridade comparado com o do Funchal, que é de 270 como fica dito.

O censo da população referente ao ano de 1920 atribui à Madeira 179.000 habitantes e o de 1930, o número de 211.000 ou seja um aumento de dezoito por cento em dez anos e o de 1940 dá-nos o número de 250.000.

Se o autorizado parecer da «Junta Autónoma de Hidráulica Agrícola» plenamente se justifica, com sobrada razão poderá ser aplicado à Madeira, em que o aumento da população caminha num crescendo assustador.

A «importância e necessidade» das nossas levadas, isto é, a conservação e ampliação dos actuais aquedutos e a exploração de novos mananciais, constituem o principal factor da agricultura madeirense, como deixámos dito, e são portanto o elemento basilar e primordial de toda a economia do distrito. Com uma bela e expressiva concisão e tendo com o nosso assunto uma íntima afinidade, lêem-se estas palavras no relatório de um antigo e distinto agrónomo, como alvitres a realizar: . 1.^º Trabalhos de Hidráulica Agrícola que permitam o alargamento das culturas regadas; 2.^º emparcelamento constante e progressivo da propriedade agrária; 3.^º trabalhos de arborização que permitam uma melhor regularização das quedas fluviais; 4.^º abertura de novas vias de comunicação servidas por transportes rápidos e económicos».

Felizmente que os problemas que de perto se relacionam com o que fica exposto, estão em via de uma satisfatória solução com a promulgação dos decretos n.^ºs 33.158 e 33.159, de 21 de Outubro de 1943, aos quais nos havemos de referir com mais largueza no prosseguimento deste pequeno estudo.

III – Os seus caudais – É bastante variável o volume do caudal de cada levada, que geralmente tem de subordinar-se à maior ou menor abundância dos mananciais ou nascentes que formam esses mesmos caudais. Algumas levadas dão passagem a um manancial muito abundante, em quatro caudais, indo simultaneamente irrigar os terrenos em quatro pontos afastados. Outras, de menor volume, repartem-se apenas em dois ou três caudais, regando-os ao mesmo tempo em dois ou três lugares diferentes. E ainda existem outros canais de irrigação, que constituem o maior número, destinados a fertilizar as terras com a totalidade da sua água, por ser pouco volumoso o caudal que os alimenta. Quando principia o período das regas, em que as águas são mais abundantes, permitem, por vezes, os mananciais das levadas ter ainda uma maior divisão, o que dificilmente se pode conseguir nos meses de mais adiantada estiagem. A estas divisões, se dá comummente o nome de ramais ou lanços da levada.

É também bastante variável, embora dentro de determinados limites, o volume do caudal destinado a irrigar em cada ponto. Pelas medições realizadas em muitas levadas, as quais costumam ser feitas no período da maior estiagem, vê-se que um fluxo contínuo de 12 litros de água por segundo constitui já um pequeno caudal suficiente para a irrigação de certas culturas. Há levadas de volume ainda menor, mas são em número muito restrito. Cada um dos quatro ramais ou lanços da levada dos Piornais tem um fluxo contínuo de cerca de 30 litros por segundo, que é abundante e mais que suficiente para qualquer espécie de cultura. Entre estes limites que, duma maneira aproximada, podemos considerar como máximo e mínimo, se devem compreender as medições dos caudais que separadamente irrigam os terrenos em cada ponto.

Como já tem sido lembrado, interessante seria a organização de um quadro ou tabela com uma medição aproximada das águas respeitantes a cada levada, mas nunca se realizou a tal respeito um trabalho completo, e apenas parcialmente se fez esse pequeno estudo acerca das levadas do Estado. Em um desenvolvido relatório elaborado por um distinto engenheiro no ano de 1911, lemos que as duas levadas do Rabaçal, «a velha» e a «nova», tinham cada uma o fluxo médio de 80 litros por segundo no chamado período da estiagem e que ambas elas se dividiam em três ramais distintos para o efeito da irrigação, o que dava um fluxo médio de 26 litros para cada um desses seis lanços de levadas. Em uma medição a que se proceda no ano de 1943, verificou-se que o fluxo, por segundo, da citada «levada velha» é de 65 litros e o da «levada nova» é de 86. Diz-nos o referido relatório que as levadas de Santa Luzia, Hortas e Bom Sucesso, tinham na referida época respectivamente a vazão de 15,31, 17,5 e 27,4 litros por segundo, podendo-se com esses dados, embora incompletos, formar um juízo aproximado do volume de água que em geral alimenta as

nossas levadas.

Além dos prejuízos de carácter geral, como infiltração, evaporação, etc., sofrem os caudais das levadas uma apreciável diminuição em seu volume com a falta de uma adequada arborização, particularmente nas origens das respectivas nascentes, com o furtivo desvio de águas por meio de rombos praticados nas paredes dos aquedutos, com a falta das frequentes e apropriadas reparações e principalmente com a abusiva construção das chamadas «sacadas». Estas foram assim definidas, com inteira precisão, em um artigo da revista «Portugal em África»: «consistem em pequenas paredes de pedra e torrões de argila, atravessadas na corrente, fazendo derivar as águas para terrenos do leito das ribeiras, que não deviam ser cultivados, ou para os das vertentes, que deviam estar sujeitos ao regimen da arborização. As levadas, que só mais abaixo encabeçam com as ribeiras, ficam assim apenas com os escoamentos, muitas vezes pequeníssimos, prejudicando-se enormemente a agricultura nas regiões fecundas da beira-mar.»

IV – O seu funcionamento – Construídos os aquedutos desde as origens das nascentes e neles captados os respectivos mananciais, logo se iniciam os trabalhos de irrigação, que muitas vezes se realizam a grandes distâncias dos locais em que encabeçam as levadas. O seu funcionamento regular subordina-se ao chamado «giro», que é o espaço decorrido entre uma rega de qualquer terreno e a sua rega subsequente, lapso este de dias que em regra nunca se altera e que se mantém com a mais rigorosa fiscalização. Quando se diz que uma propriedade «tem uma hora de água no giro» de quinze dias, deve entender-se que essa propriedade goza do direito de ser irrigada de quinze em quinze dias dentro do período normal da irrigação. O «giro» nas levadas particulares é muito variável e chega a ser, embora raramente, de sessenta dias, mas a regra mais comum medeia entre quinze e vinte dias. Há levadas que «andam em giro» todo o ano, mas as suas águas nem sempre são aproveitadas, particularmente na quadra mais rigorosa do Inverno. Nas levadas do Estado, têm os «giros» um prazo de tempo determinado, que se estende desde o dia um de Maio até o último dia do mês de Setembro.

Como está naturalmente indicado, esses «giros» são em geral realizados pelos proprietários das terras ou seus «caseiros» e «meeiros» ou ainda por quaisquer trabalhadores por eles assalariados para esse fim. É ocasião de nos referirmos aos «heréus», que era primitivamente o nome dos cultivadores das terras irrigadas com as águas das levadas, mas que depois passou a significar com maior rigor, o próprio proprietário, grande ou pequeno, dessas águas de regadio.

V – Sua administração – As levadas particulares ou de heréus foram primitivamente administradas por aqueles que as construíram e tinham sobre elas direitos de propriedade, passando depois os proprietários, ou melhor os usufrutuários das águas, a nomearem um administrador que gerisse os negócios das mesmas levadas e a que chamavam o Juiz da Levada. É certo que o Estado sempre se considerou o único proprietário dos mananciais que alimentavam os diversos aquedutos e até por vezes, em documentos oficiais, se afirmou que as próprias levadas pertenciam ao mesmo Estado, mas o que praticamente se observou e constituía uma lei consuetudinaria em todo o arquipélago, era que os heréus se tinham na conta de donos e senhores das levadas e de proprietários ou ao menos perpétuos usufrutuários dos caudais que as alimentavam. Daqui resultou que a administração das levadas era feita pelos heréus, por intermédio dos juízes por eles eleitos, embora houvesse de ser homologada ou ratificada essa escolha pelos donatários, pelos governadores gerais, pelos governadores e capitães-generais ou pelos governadores civis. Em muitos casos, mas não sempre, os governadores nomeavam os juízes e referendavam os alvarás de nomeação, mas esses actos de interferência na administração das levadas representavam em geral a observância duma mera formalidade, sendo na verdade a escolha previamente feita pelos respectivos heréus. Com a promulgação do Código Civil, em 1868, desapareceu essa espécie de homologação e os proprietários de águas e levadas passaram a administra-las por meio de comissões de gerência anual e eleitas pela assembleia geral dos heréus. A lei de 26 de Julho de 1888 deu capacidade jurídica à reunião dos heréus, ficando estes constituindo uma verdadeira associação com todos os privilégios que as leis lhe garantem, tornando ainda mais independente a administração das mesmas levadas.

Há muito que desapareceu a antiga denominação de Juiz da Levada, que foi em outro tempo um cargo disputado e geralmente exercido por pessoas qualificadas. Num documento oficial enviado ao governo da metrópole em 1812 pelo corregedor da comarca António Rodrigues Veloso de Oliveira, se encontra, a seguinte informação acerca dos Juízes das levadas, que merece ser transcrita: « . . . Levadas tem um juiz eleito por pluralidade de votos dos heréus e confirmado por provisão da Junta da Fazenda em cada ano, assim como um levadeiro. He do ofício do juiz mandar concertar a levada depois do inverno e pôla corrente no primeiro de Abril. Alguns dos Juízes recebem o seu pagamento em água, além da sua antiga e respectiva parte, outros repartem as despesas pelos hereos soldo a livra, e no caso de repugnância de pagamento pedem um mandado executivo ao Juiz dos Direitos Reais para o reembolso das ditas despezas; outros finalmente recobram as despesas e percebem um dia de água da levada pela sua administração, e este é o

costume comum e razoável».

É ocasião de nos referirmos, embora rapidamente, à associação que se organizou nesta cidade no ano de 1903 com o nome de Liga das Levadas, destinada a defender os direitos e interesses dos aquedutos que se abastecem nos mananciais que correm na ribeira de Santa Luzia e formada principalmente pelas levadas de D. Isabel, Moinhos e Santa Luzia. A esta associação prestou relevantes serviços o engenheiro civil Vitorino José dos Santos, não só na direcção de todos os negócios em que a Liga teve de intervir, mas sobretudo na organização dum importante arquivo em que se encontram valiosos elementos para o estudo detalhado das águas e levadas desta ilha, tanto debaixo do ponto de vista histórico, como também nos seus aspectos técnico e jurídico.

Dissolvida a «Liga das Levadas», ignoramos onde teria sido arrecadada essa valiosa e abundante colecção de documentos, que, embora pertencentes a uma sociedade particular, muito conviria que fossem incorporados no Arquivo Distrital do Funchal.

Quanto às chamadas «Levadas do Estado» em que as despesas da sua construção, conservação e funcionamento corriam por conta das receitas gerais do Estado, era a sua administração exercida pelas antigas direcções das obras publicas deste distrito e posteriormente pela respectiva repartição técnica da Junta Geral, que naturalmente estava indicada para o regular desempenho desse importante serviço.

Como adiante veremos, o decreto de 21 de Outubro de 1943 introduziu várias modificações no regime da administração das levadas.

VI - Primeiras explorações – As primitivas explorações agrícolas começaram nos litorais e não podiam distanciar-se muito das linhas de água ou das nascentes que tinham de fertilizar os terrenos arroteados. Essas explorações tiveram em breve que alargar grandemente a sua área, nascendo logo a necessidade de conduzir as águas a maiores distâncias por meio das levadas. As dificuldades e os obstáculos a vencer foram sempre e ainda são verdadeiramente extraordinários e por vezes quase insuperáveis, mas no longo período de cinco séculos não deixou nunca de trabalhar-se activamente na tiragem das levadas, tendo-se ainda há poucos anos iniciado um novo e apreciável empreendimento nas serras da Ribeira da Janela, que por imperiosos motivos houve de interromper-se.

A construção desses canais com as interessantes características que lhe são peculiares constituem uma gloriosa tradição de trabalho, de tenacidade, de inteligência e de bom senso, que sobremaneira honra e enobrece a terra que tal empreendimento concebeu e tão frutuosamente o realizou.

E agora, a mais de quatro séculos de distancia, é gratíssimo recordar a clarividência dos nossos antepassados, que logo após o inicio do povoamento descobriram esse rico filão de ouro, que faria produzir, prosperar e enriquecer a nossa indústria agrícola, como veio plenamente a realizar-se no largo decorrer dos tempos.

E, desde meados do século XV até os fins do século XIX, manteve-se inalterável essa tradição, que o mesmo é afirmar que a construção das levadas foi um trabalho contínuo e persistente, á parte quaisquer circunstancias imperiosas que tivessem justificado uma possível interrupção.

Esse colossal esforço, como tantas vezes acontece nos grandes empreendimentos, teve, porém, uma modesta origem e levou largos anos para atingir o seu pleno desenvolvimento. Como é fácil de conjecturar, tiveram as primitivas levadas uma feição bastante rudimentar, não somente quanto a construção dos aquedutos, sua extensão e forma de fazer-se a captação das águas, como ainda com respeito ao modo de proceder-se a irrigação das glebas e á condução e distribuição das mesmas águas. O tempo, as condições do meio, a experiência é que ensinariam a maneira prática de usar-se com o maior aproveitamento as vantagens que oferecia esse novo processo de fertilizar as terras.

Interessante seria determinar com relativa precisão os lugares que começaram a ser beneficiados com o inapreciável beneficio das levadas, o que hoje se torna quase impossível, conjecturando-se que nas margens da ribeira de Santa Luzia se achavam os mais antigos tractos de terrenos que aproveitaram com o novo sistema de irrigação. Não andará muito distanciado da verdade quem o mesmo supuser acerca das terras que marginam as ribeiras de Machico e de Câmara de Lobos nos pontos que limitam o litoral.

VII – Levadas Antigas – Em mais de um lugar deste ligeiro estudo, temos procurado acentuar a importância e a necessidade das levadas, mostrando não somente a sua antiguidade, que remonta ao tempo da primitiva colonização, mas principalmente evidenciando o prodigioso esforço empregado na construção dos respectivos aquedutos. Em reforço dessa afirmativa e como pormenor histórico digno de registo,

transcreveremos alguns trechos da narrativa do padre Gaspar Frutuoso que interessa a este assunto:

«Perto da fonte onde nasce a agoa desta ribeira dos Soccorridos, se tirou a levada della para moer o engenho de Luiz de Noronha; e dizem que do logar donde a começaram de tirar até donde se começão a regar os canaviais ha bem quatro legoas, por se tirar de tão grande fundura da ribeira em voltas, que para chegar acima á superficie da terra e começar a caminhar atravessando lombos, fazendas e grandes rochedos por cima pela serra por onde vai esta levada, tem de alto mais de seiscentas braças; da qual altura, que he muito ingreme, se tira a agoa em cale de pão em voltas, até se pôr na terra feita, e sem falta custou chegar pola em tal logar passante de vinte mil cruzados, fora o muito mais que fez de custo levada dali quatro legoas, alem de muitas mortes de homens que trabalhavam nela em cestos amarrados com cordas pendurados pela rocha, como quem apanha urzela; porque he tão alcantilada e ingreme a rocha em muitas partes, que não se faziam, nem se podiam fazer doutra maneira estancias para assentar as calles, sem passar por estes perigos. Tem duzentos e outenta lanços por onde vai esta agoa, que postos enfiados hum diante do outro terão hum quarto de legoa de comprido: são de taboados de til, que pela mayor parte tem cada taboa vinte palmos de comprido, e dous e meyo de largo; e depois de assentadas estas cales na rocha, fazem o caminho por dentro dellas os levadeiros, que continuamente tem cuidado de as remendar e concertar, alimpandoas tambem da sugidade e pedras que acontece cahir nellas, e fazer outras cousas necessarias á levada, pelo que tem grossos soldos, por terem officio de tão grande trabalho e tanto perigo.

«Nesta rocha está huma furna grande que serve de casa para os levadeiros, e para guardar nella munições necessárias de enchadas, alviões, barras, picões e marrões, e outras ferramentas; e nella se metem cada ano dez e doze pipas de vinho para os que trabalhão na levada e outras pessoas que a vão ajudar e reformar, quando quebrão alguns lanços de cales; e he cousa monstruosa a quem vê isto com seus olhos a estranha e aventureira invenção que se teve para se tirar dahi esta agoa».

Como atrás ficou referido, existiam já várias levadas no século XV, mas as mais importantes datam do século XVI. Duma destas, que inteiramente desapareceu, fazem menção as Saudades da Terra nos seguintes termos, que merecem ser transcritos:

Para se regarem canas de assucar nesta villa e para o Caniçal, se tirou huma levada d'agoa de tão longe, que do logar onde nace até a villa serão quatro legoas e meya ou perto de cinco, na qual se gastaram mais de cem mil cruzados, por vir de grandes serras e funduras; e dizem que na obra della se furaram dous picos de

pedra rija, por não haver outro remedio. Raphael Catanho, genoes, com o grande spirito que tem, como quase todos os estrangeiros e principalmente os desta nação, foi o primeiro que começou a tirar esta agoa, e depois El-Rey a mandou levar ao cabo: e, pelo muito custo que fazia, já se não usa». Doutra, existente nas margens da Ribeira dos Socorridos, já acérca dela extractámos das Saudades alguns interessantes periodos.

Num relatorio enviado ao Governo Central em 1813 pelo Governador do arquipelago, se diz que «ha levadas que custaram a seus donos dez, vinte e trinta mil cruzados e que despendem seis a sete na sua conservação anual».

VIII – Propriedade das Águas – Muitas foram as providencias adoptadas pelos governos da metrópole acerca das águas da Madeira, sobretudo assegurando o uso e aproveitamento delas às terras cultivadas. É importante e avultada a colecção de diplomas legislativos sobre este assunto, que abrange não somente as disposições respeitantes à posse e direito das águas, como também á sua divisão e distribuição, administração das levadas, etc..

O mais antigo diploma que se conhece respeitante a levadas, é uma carta do infante D. Fernando, expedida em 1461, em que se determinava que houvesse dois homens ajuramentados, encarregados de repartirem as águas. Esta carta está registada a folhas 207 do tomo I do Arquivo da Câmara Municipal do Funchal, encontrando-se a folhas 222 do mesmo tomo uma outra, datada de 1485, em que se mandava «soltar as águas aos domingos a todos os hereos».

Como as antigas levadas tem origem na região superior da ilha, convinha garantir a posse das águas às terras da zona baixa onde existem as chamadas culturas ricas, sendo por isso que desde remotos tempos deparamos com uma legislação especial, destinada a evitar o desvio dessas águas para fins diversos daqueles para que tinham sido destinadas. Já uma carta de D. João I, transcrita noutra do rei D. João II, datada de 7 de Maio de 1493, se determinava que nas fontes, tornos e olhos de água nenhum particular pudesse ter nem adquirir direito nem domínio por título algum, e disposição idêntica se encontra no citado diploma de D. João II, e ainda noutro do mesmo monarca, datado de 8 do mesmo mês e ano.

Na carta de 8 de Maio de 1493, lê-se o seguinte: «... Portanto mandamos a vós capitães, etc... que vindo perante vós algum morador ou vizinho da dita ilha (da Madeira) implorando vosso ofício de juiz que é fazer

justiça às partes de que nós somos muito encarregado, e algum poderoso lhe impedir e proibir por sua terça passasse e corresse levada que já em algum tempo fosse e corresse e que por alguma causa e acontecimento, negligencia ou por danificação da levada deixasse de correr, vós e os que no oficio vos sucederem, ouvireis com sua razão a queixa, e logo, sem mais delongas nem espírito nem figura de juízo, mandareis por a dita levada no antigo primeiro estado, passagem e corrente, mandando notificar a esse tal poderoso que assim impedir a dita levada, ao qual não ouvireis nem consentireis nem admitireis a alegar razão de direito em seu favor, porque de tudo o hemos por excluído até que com efeito a dita levada corra e passe para diante, mandando com pena de quinhentos cruzados não proíba nem impeça por si nem por outro correr e passar a dita levada, na qual pena o hemos logo por incorrido, e será aplicada metade para cativos e metade para a parte, e se porventura acrescer em contumácia o mandareis prender e emprasaréis que no dia certo da partida do primeiro navio que dessa ilha vier a dois meses apareça pessoalmente nesta nossa corte, a dar a razão que teve para não obedecer ao que vós outros lhe mandastes em nosso nome. A carta de mercê do rei D. Manuel, de 9 de Fevereiro de 1502, confirmou os diplomas anteriores referentes a águas na ilha da Madeira, e a provisão de D. José I, de 5 de Março de 1770, deu nova força à doutrina jurídica precedente, nos termos seguintes: «Faço saber a vós corregedor da comarca da ilha da Madeira, que Leandro Pereira de Couto e Andrade, capitão de infantaria do Porto do Paul dessa ilha, me representou por sua petição que, administrando vários vínculos consistentes em bens de raiz, em alguns nasciam varias fontes de água, que juntas com outras de diversas fontes corriam para os moinhos da Fajã da Ovelha, e nos dias santos se aproveitavam desta água algumas pessoas, vendendo-as, por não lhes ser precisas para regarem suas terras, do que resultava dano ao suplicante, por não se poder utilizar daquela respectiva quantidade de água nativa nas suas terras, pedindo-me fosse servido mandar se desse posse ao suplicante das águas respectivas ás suas fontes. E visto o mais que alegou, e informação que sobre este requerimento me enviastes: Hei por bem e vos mando que na conformidade da provisão do senhor rei D. João II, de 1493, que por copia vos remeto, façais executar a divisão e repartição das águas, sem atenção alguma ao nascimento que tiverem, em terras particulares ou a qualquer posse ou costume em contrario, declarando por abusivas as vendas e aforamentos que se fazem das que se congregam na levada que se refere, por se deverem repartir pelos moradores á proporção das terras que cultivam...»

O alvará de 19 de Outubro de 1562 cometeu aos donatários a superintendência das levadas, devendo eles manda-las tirar e limpar, e distribuir as águas mediante certo preço, mas de forma que nesta distribuição se desse a preferência ás pessoas que possuíssem canaviais ou engenhos.

Em 1563, segundo se lê nas notas ás Saudades da Terra, foram expedidos três alvarás: um, para que, sob a presidência do vereador mais velho da Câmara do Funchal, os vizinhos das ribeiras procedessem regularmente á limpeza e fortificação delas; outro para que fossem cumpridas as anteriores provisões da limpeza anual das levadas; e outro, para que, na distribuição das águas, precedessem os canaviais, sendo o preço delas taxado em cada capitania pelo respectivo capitão donatario com «hua pessoa honrada & conforme a quantidade e proveyto que fezessem».

A lei de 12 de Novembro de 1841 declarou em vigor a legislação sobre águas e arvoredos relativa á ilha da Madeira, mas o Código Civil com as suas disposições nem sempre claras veio, não dizemos invalidar, mas tornar discutíveis certas prerrogativas de que desfrutavam as levadas. Foi somente depois da publicação da lei de 20 de Abril de 1914 que essas prerrogativas foram reconhecidas para as levadas que tinham direitos adquiridos á data da publicação do Código Civil, acabando-se assim com a situação embaraçosa em que se encontravam muitas das mesmas levadas, motivada pela interpretação que os tribunais superiores estavam dando aos artigos 438, 444 e 450 do citado Código.

«o regimen jurídico, diz o Dr. N. F. Jardim no n.º 4 da Revista de Direito, a que as águas de regadio estavam sujeitas na ilha da Madeira anteriormente ao Código Civil, acomodando-se ás condições locais e inspirando-se no previdente propósito de fomentar e garantir a instituição das Levadas, como factor principal do desenvolvimento agrícola da região, afastou-se inteiramente do direito comum, negando aos proprietários do solo todo o domínio e posse nas nascentes cujo fluxo afluísse por acção natural ás ribeiras donde as levadas se alimentassem.

Este regimen sancionado pelo uso constante de séculos, e por diversos diplomas legislativos, tais como a conhecida carta de mercé de D. João II, de 7 de Maio de 1493, foi expressamente declarado em vigor pelo art. 3.º da lei de 12 de Novembro de 1841, e em vigor permaneceu até que entrou em execução o Código Civil, segundo o disposto no art. 5.º da lei de 1 de Julho de 1867.

«São categóricos e precisos os termos em que se exprimia aquela Carta de Mercê:
«portanto hemos por bem e nos praz que particular algum tenha direito, domínio nem accão nas fontes, olhos e tornos de água que em suas terras nasceram... »

«Segundo o mesmo régimen, nem o princípio que hoje se consigna no art. 444, nem as restricções que o § único do art. 438 põe á prescrição, eram aplicáveis na Madeira ás nascentes existentes em prédios de domínio particular, cujas águas tivessem curso natural para ribeiras donde derivassem levadas, pois que

nenhum direito se reconhecia aos donos daqueles terrenos sobre as tais nascentes, e bastava para conferir ás levadas o uso exclusivo de tais águas, o simples facto de naturalmente e sem artifício elas escorrerem para essas ribeiras.

«Em tais condições, é manifesto que as levadas da Madeira, á data em que começou a vigorar o Código Civil, não tinham necessidade de outro título para justificar os seus direitos adquiridos sobre quaisquer das nascentes a que se alude, além da sua ocupação e posse efectiva da corrente para cuja formação as águas destas nascentes contribuíam. E á prescrição baseada naquela posse não podia opor-se com razão a falta de obras de arte nos prédios de que as aguas provinham, visto que tais obras nem eram precisas para encaminhar para a ribeira águas que naturalmente e sem artifício a esta vinham dar, nem o direito secular até então vigente, exigia semelhante condição para garantir o direito das Levadas, como deixamos ponderado.

«Todavia, desde que o Código entrou em vigor, e á sombra duma interpretação literal dos artigos 438 § único e 444, começaram diversos donos de prédios onde existiam nascentes nas condições referidas a arrogar-se a livre disposição das águas respectivas, negando-se a reconhecer os direitos e posses, quasi sempre seculares das levadas, quando estas posses não fossem assinaladas por alguma obra de arte naqueles prédios, cousas que em raríssimos casos sucedia, pelos motivos que apontámos.

«A luta assim travada entre o proprietário do local da nascente e a levada, que ao abrigo do régimen anterior recebia e possuía a água, deu lugar a uma infinidade de pleitos, em que as levadas foram geralmente vencedoras nos tribunais da ilha, mas vencidas na instância superior, onde, por menos completo conhecimento das circunstancias locais e do régimen especial de que temos falado, se perfilhou, e no decorrer do tempo se foi mais e mais acentuando, doutrina contraria ás levadas e á manutenção das suas posses e direitos adquiridos desde longa data.

«Daí resultou multiplicarem-se em toda a ilha as obras destinadas a desviar das ribeiras, de que eram tributarias, as águas dos prédios adjacentes, e a conduzi-las para outros pontos, em proveito exclusivo dos donos desses prédios e obras, e em detrimento das levadas, para as quais deste modo se ia progressivamente reduzindo o caudal de que se abasteciam, a ponto tal que, se as coisas assim continuassem, cedo ficariam secas muitas ribeiras, extintas as levadas que delas se alimentavam e esterilizados os terrenos que fertilizavam».

A lei de 20 de Abril de 1914 veio apenas dar parcialmente remédio a essa situação anormal, pois que não assegurava às levadas, de modo incontroverso, a posse das nascentes que têm origem em propriedades alheias e que desde séculos, por um legitimo direito consuetudinários, eram inteiramente usufruidas pelas mesmas levadas.

Foi somente o decreto de 14 de Fevereiro de 1931 que veio solucionar da forma mais precisa e mais completa esse tão grave e momentoso assunto, pondo termo a varias questões, por vezes irritantes e sempre prejudiciais, que extraordinariamente afectavam a vida normal dos agricultores e proprietários das terras cultivadas. Apesar da extensão desse decreto e do bem elaborado relatório que o precede, daremos dele desenvolvida notícia em uma das páginas seguintes.

Devemos acrescentar, para esclarecimento das providencias adoptadas com respeito ao regímen das águas nesta ilha, que o decreto de 14 de Setembro de 1889 tornou extensiva á Madeira a lei de 6 de Março de 1884 e que o regímen hidráulico aplicado ao Continente do Reino pela lei de 1 de Dezembro de 1892 podia também estender-se ás Ilhas Adjacentes, quando o poder executivo assim o julgasse conveniente.

Os recentes decretos n.ºs 33.158 e 33.159, de 21 de Outubro de 1943, contém algumas disposições acerca da posse e uso dos mananciais destinados a alimentar as levadas, que devem merecer as atenções dos interessados.

IX – Situação jurídica – A lei de 20 de Abril de 1914, acima citada apenas veio dar parcialmente remédio a essa situação anormal, pois que não assegurava às levadas, de modo incontroverso, a posse das nascentes que têm origem em propriedades alheias e que desde séculos, por um legítimo direito consuetudinários, eram inteiramente aproveitadas pelas mesmas levadas. No entretanto, merece ser transcrita neste lugar: «Artigo 1.º São mantidas ás entidades jurídicas levadas da ilha da Madeira os direitos por elles adquiridos á data da publicação do Código Civil, sobre certas e determinadas águas que derivam das nascentes existentes em prédios alheios.

Art. 2.º As águas, porém, que hajam sido exploradas nesses prédios, pelos seus respectivos donos, a partir daquela data tendo-as aproveitado em seu uso exclusivo e sem oposição das levadas, durante dois annos

pelo menos, consideram-se parte integrante dos prédios - em que tiverem sido exploradas, podendo, por isso os respectivos donos dispôr d'ellas livremente.

Art. 3.^º Os donos dos prédios sujeitos ao encargo das águas para as levadas, podem, a contar da publicação da presente lei, explorar nesses prédios novos mananciaes de água que ahi se encontrem, dispondo d'estes livremente.

§ 1.^º Os donos dos respectivos prédios não poderão, contudo, iniciar ou continuar ali trabalhos de pesquisa de águas sem que requeiram sejam intimadas as entidades jurídicas— levadas—para, na segunda audiência posterior á intimação, se proceder á nomeação de peritos, nos termos do artigo 235.^º e seguintes do Código do Processo Civil, a fim de, em vistoria, serem medidas as águas da levada e ser assegurada a esta a quantidade de água a que tem direito.

§ 2.^º A medição, de que trata o § 1.^º far-se-ha antes das primeiras chuvas de Setembro e em Janeiro.

Art. 4.^º Fica assim interpretado, com referência ao objecto da presente lei, o disposto nos artigos 432.^º, 444.^º e 450.^º do Código Civil, e revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Justiça a faça imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da Republica, e publicada em 20 de Abril de 1914. Manuel de Arriaga—Manuel Monteiro.

Foi somente o decreto de 14 de Fevereiro de 1931 que veio solucionar da forma mais precisa e mais completa esse tão grave e momentoso assunto, pondo termo a várias questões, por vezes irritantes e sempre prejudiciais, que afectavam a vida normal dos agricultores e proprietários das terras cultivadas. A sua importância e o esclarecimento que presta ao nosso assunto, leva-nos a trasladá-lo na integra, apesar da sua extensão e bem assim o lúcido relatório que o precede, embora a sua doutrina fique já exposta com certa largueza nas páginas precedentes.

«A configuração orográfica da Madeira, nos seus traços gerais, consiste em uma cadeia de montanhas orientada no sentido leste-oeste, cujas vertentes se estendem para o norte e para o sul, em pronunciado declive até o oceano, sulcadas de ribeiras onde se juntam e correm todas as águas das chuvas e das nascentes que nestas vertentes afloram, formando o conjunto duas zonas de condições climatéricas

diversas: a do litoral, onde a população e as culturas mais valiosas se concentram, e a zona superior, somente adaptada na sua maior parte á vegetação florestal.

Destas circunstancias locais peculiares resultou para os primeiros povoadores da Madeira a necessidade de derivarem das ribeiras, a montante dos terrenos por eles ocupados, e conduzirem até estes terrenos, em aquedutos adequados, as águas indispensáveis para a fertilização deles e para usos domésticos.

Foi esta a origem das «Levadas da Madeira», e porque elas foram assim uma resultante das imutáveis condições naturais da região, evidente é que a mesma necessidade que determinou a primitiva fundação destas instituições impôs no decorrer do tempo, e exige na actualidade, a conservação delas, como elemento essencial para assegurar a continuidade da vida económica local, que toda se prende com a prosperidade da agricultura.

O reconhecimento claro desta verdade provocou da parte do Estado, ainda no início da povoação da Madeira, e por diversas vezes, posteriormente, providencias de carácter legislativo e administrativo destinadas a garantir ás levadas a integridade dos respectivos caudais, derivados, como ficou apontado, das correntes dos numerosos regatos e ribeiras que são uma feição característica da região, e acrescidos ainda dos fluxos das nascentes que directamente afluem aos aquedutos em diversos pontos do seu percurso.

Estas correntes, na época do estio e das irrigações, são formadas pelas águas de nascente e minadouros existentes nos terrenos marginais dos regatos e ribeiras, onde cada levada tem a sua origem, ou madre, e cujo declive, mais ou menos abrupto e rápido, dá livre curso a essas águas para o leito dos regatos e ribeiras subjacentes, no seu desenvolvimento de montante para jusante, resultando da junção destes fluxos e das águas que escorrem para os aquedutos, no seu percurso, os caudais que as levadas recolhem e distribuem para as necessidades agrícolas e domésticas da zona cultivada que os mesmos aquedutos abastecem.

E, como, na enorme maioria dos casos, os terrenos onde brotam as nascentes são de domínio particular alheio, os diplomas legislativos a que aludimos, no justo e previdente propósito de acautelar os grandes interesses que da conservação das levadas da Madeira dependem, criaram um regime jurídico excepcional para esta região, que assentou fundamentalmente na denegação aos proprietários do solo de qualquer direito nas nascentes cujo fluxo aflui por acção natural ás ribeiras donde estas levadas se alimentam ou aos respectivos aquedutos.

Assim o decretou, entre outros diplomas, a carta de mercê de D. João II, de 7 de Maio, nos seguintes termos:

«Portanto hemos por bem e noz praz e mandamos que particular algum tenha direito nem acção nas fontes, olhos e tornos de água que em suas terras nascerem.. »

Segundo este regime, cuja vigência foi afirmada no artigo 3.^º da lei 12 de Novembro de 1841, e, mais recentemente ainda, na lei de 26 de Julho de 1888, que atribuiu personalidade jurídica ás levadas da Madeira, tinham estas assegurado o uso das águas a que nos vimos referindo, sem necessidade de outro título que não fosse a ocupação e posse efectiva das correntes para cuja formação elas contribuísem, e sem que á prescrição baseada em tal posse pudesse opor-se a ausência de obras de arte nos prédios donde as águas provinham, visto que nem eram precisas obras para encaminhar para as ribeiras águas que a estas vinham dar naturalmente e sem artifício, nem semelhante condição era exigida pela lei.

Manteve-se através de quatro séculos a situação jurídica que deixamos esboçada, e que tam eficazmente protegia as levadas, facilitando-lhes a repressão dos intentos espoliadores com que por vezes se procurava desviar, do seu curso, para outros fins e destinos, a corrente de alguma das ribeiras ou o fluxo de qualquer nascente tributaria, em detrimento do caudal das levadas de jusante.

Esta situação mudou com a promulgação do Código Civil. Por efeito de interpretações demasiadamente literárias dos artigos 444.^º e 438.^º, parágrafo único, do mesmo Código e do artigo 5.^º da lei de 1 de Julho de 1867, que o aprovou, surgiu a ideia de que o antigo regime das levadas da Madeira fora incluído na fórmula revogativa daquele artigo 5.^º e que á sombra da lei nova podiam os donos de prédios onde existissem nascentes nas condições supra referidas dispor livremente das águas respectivas, sem embargo de qualquer posse das levadas, quando nesses prédios não houvesse obras de arte que a assinalassem nos termos do citado artigo 438.^º, § único.

Estas ideias traduziram-se logo em factos, iniciando-se em muitos pontos da ilha obras destinadas a divertir das ribeiras, de que eram tributárias, as águas dos prédios adjacentes, e por vezes as próprias correntes destas ribeiras, em proveito exclusivo dos donos desses prédios, e em prejuízo das levadas para as quais deste modo se ia reduzindo progressivamente o caudal.

Iniciou-se deste modo uma luta de interesses que deu lugar a inúmeros pleitos, nos quais as levadas foram geralmente vencedoras perante os tribunais da Ilha, mas vencidas nas instâncias superiores, onde, por menos completo conhecimento das circunstâncias locais e do regime especial de que temos falado, se resolveu em sentido oposto ao direito por elas invocado.

Nas circunstâncias angustiosas que ameaçavam de extinção as levadas da Madeira, e de inteira subversão toda a economia local, foram dirigidas aos Poderes Públicos representações solicitando instante mente a adopção de providencias legislativas que remediassem o mal, e o remédio foi dado na lei de 20 de Abril de 1914, em cujo artigo 1.º se dispôs o seguinte:

São mantidos ás entidades jurídicas—levadas da Ilha da Madeira—os direitos por elas adquiridos, à data da publicação do Código Civil, sobre certas e determinadas águas que derivam das nascentes existentes em prédios alheios.

Evidentemente, os direitos adquiridos pelas levadas da Madeira à data da publicação do Código Civil, e assim mantidos, são os que lhes eram reconhecidos na lei anterior, isto é, no regime especial cujos princípios basilares apontamos, a saber:

1.º Pertenciam ás levadas todas as águas que provêm das nascentes existentes nos prédios alheios, marginais das ribeiras de onde as mesmas levadas se abastecem, e que, pela disposição natural do terreno, vinham juntar-se nos leitos destas ribeiras e formar a corrente captada e aproveitada por aquelas, bem como as águas que no prolongamento dos aquedutos para estes escorressem;

2.º A aquisição deste direito não dependia da existência de obras de arte nos prédios alheios donde as águas provêm, bastando para titular o direito das levadas a essas águas o facto de virem por mera acção natural juntar-se e integrar-se na corrente das referidas ribeiras e acharem-se, por assim dizer, automaticamente na posse das levadas.

Tais são os direitos que a lei de 20 de Abril de 1914 expressamente manteve no artigo 1.º, e implicitamente no artigo 4.º, onde se declararam interpretados nos termos das novas disposições os artigos 438.º 444.º e 450.º do Código Civil, pois que o efeito jurídico e lógico do disposto no artigo 4.º, com relação ás águas de que no artigo 1.º se trata não pode ser outro, senão o de bem acentuar que a aquisição dos direitos

ressalvados no artigo 1.º se não subordinaria às restrições estabelecidas naqueles artigos do Código Civil, mas havia de regular-se pelos princípios que vigoravam à data da sua publicação.

Nem de outra forma se compreenderia a ressalva, feita no artigo 1.º, pois que seria um flagrante contrasenso sujeitar direitos adquiridos, que declaradamente se pretende salvaguardar, às exigências de uma lei posterior à aquisição no tocante ao título e modo desta.

Graças à lei de 20 de Abril de 1914, ficou em grande parte conjurado o perigo que ameaçava tam gravemente os grandes e multíplices interesses que andam ligados às levadas da Madeira.

O decreto-lei n.º 5.787, de 10 de Maio de 1919, porém, que precipitadamente substituiu um novo regime das águas ao que fora estabelecido no Código Civil, veio novamente por em risco aqueles interesses.

Considerando pois que, a bem dos interesses da agricultura madeirense, convém reafirmar e manter os direitos adquiridos pelas levadas, nos termos do regime secular à sombra do qual foram adquiridos; e

Atendendo à representação feita ao Governo pela Associação de Agricultura da Madeira;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São mantidos às levadas da Ilha da Madeira os direitos por elas adquiridos à data da publicação do Código Civil, e ressalvados no artigo 1.º da lei de 20 de Abril de 1914, sobre as águas de que se abastecem, provenientes de nascentes em prédios alheios.

Art. 2.º A posse de qualquer levada em determinadas águas que nasçam em prédios alheios, e por mera acção natural se encorporem na corrente de que ela se abastece ou no caudal do respectivo aqueduto em qualquer ponto do seu percurso, é suficiente para estabelecer o direito da mesma levada a tais águas, sem necessidade nem dependência de qualquer obra de arte naqueles prédios.

Art. 3.º Os donos dos terrenos marginais de qualquer corrente de onde se abasteçam as levadas, ou dos

respectivos aquedutos, que à data da publicação do Código Civil tivessem direito a regar esses terrenos com águas derivadas dessa corrente ou das nascentes que afluam aos ditos aquedutos, posteriormente o hajam adquirido por modo legitimo, não poderão sob qualquer pretexto desviar tais águas para além dos mesmos terrenos marginais, com prejuízo do beneficio que ás levadas advém das escorras e sobrejdos das irrigações neles feitos.

Art. 4.º As pesquisas e exploração de nascentes nos prédios a que se refere o artigo 1.º ficam subordinadas ao que sobre o assunto dispunham os artigos 2.º e 3.º da lei de 20 de Abril de 1914, com a modificação de que a medição de que tratava o parágrafo único do artigo 3.º far-se-há antes das primeiras chuvas de outono e no fim de Fevereiro, em dois anos sucessivos.

Art. 5.º Quando das obras e explorações nos prédios referidos resulte diminuição no volume da água que qualquer levada receba das nascentes dos mesmos prédios, serão os donos de tais prédios obrigados a restabelecer aquele volume.

Art. 6.º As levadas da Ilha da Madeira, além do direito à passagem dos seus aquedutos pelos prédios alheios na forma da lei geral, terão também o direito de acesso a estes aquedutos, podendo o pessoal encarregado da conservação, limpeza e desobstrução deles pelas respectivas administrações, ou pelos «hereos», nas ocasiões em que respectivamente caiba a cada um o uso da água, transitar ao longo dos mesmos aquedutos pelas veredas ou caminhos laterais, conforme o antigo costume, sempre que tais serviços necessários sejam para se assegurar o livre curso de água.

Art. 7.º Nos direitos assim reconhecidos às levadas inclue-se o de fazerem no prédio onde exista alguma das nascentes referidas no artigo 1.º, e onde o aproveitamento dela o exija, os encanamentos necessários para a condução do fluxo respectivo, pelo modo que menos incômodo for para o dono do prédio, e sem prejuízo de que fica estabelecido no artigo 4.º.

Art. 8.º Fica deste modo interpretado, com referência ao objecto da presente lei, os dispostos nos artigos 99.º e § único, 102.º, 105.º e 145.º do decreto-lei n.º 5:787-III, de 10 de Maio de 1919, e revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com

força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 14 de Fevereiro de 1931.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA».

Como adiante se verá, o Decreto de 21 de Outubro de 1943 interessa particularmente ao assunto deste capítulo e estabelece algumas novas disposições acerca da propriedade das águas de regadio da administração das levadas.

Interessa sobremaneira a este assunto o valioso trabalho jurídico do Dr. Guilherme Moreira intitulado Das Aguas no Direito Civil Português e muito particularmente o largo capítulo n.º 21 dessa tão apreciada obra, epigrafada Os direitos adquiridos sobre as aguas das nascentes e levadas na Ilha da Madeira, que é um proficiente e consciencioso estudo, embora haja, porventura, de divergir-se de algumas das afirmações daquele ilustre professor e abalizado jurisconsulto.

X – Adjudicação ou Venda das Levadas — A ideia da concessão, adjudicação ou venda das levadas do Estado a uma empresa particular, com a condição principal de se obrigarem os adjudicatários á inteira conclusão da projectada rede desses canais de irrigação, surgiu na imprensa do Funchal por 1882, não tendo, porém, encontrado eco no espírito público e não aparecendo então nenhuma empresa que tentasse obter essa concessão, apesar das vantagens que ela oferecia.

Em 1891, o engenheiro militar José de Ascensão Guimarães, associado com alguns proprietários interessados na tiragem da levada do Coquim, pediu a concessão da exploração desse aqueduto, concluindo a sua construção sem encargos para o Estado. Não teve deferimento este pedido, sendo desconhecidas as condições em que ele foi feito.

Poucos anos depois, um grupo de lavradores e proprietários das freguesias do Caniço, São Gonçalo e Santa Maria Maior, dirigiu uma representação ao Governo central pedindo a permissão de concluir a construção da levada destinada a irrigar aquelas localidades, para o que dispunham da importância de quarenta contos de réis, não sendo, porém, atendida a proposta que apresentaram.

Por 1893, o nosso patrício capitão Manuel Alexandre de Sousa pretendeu uma larga concessão das águas desta ilha ainda não aproveitadas, destinando-as à agricultura e a usos domésticos e industriais, com a faculdade de pesquisar e expropriar quaisquer nascentes e obrigando-se à conclusão das levadas dentro do período de dez anos. Este pedido não teve seguimento.

Ao abrigo das disposições do decreto de 30 de Setembro de 1892, os engenheiros Carlos Roma Machado de Faria e Maia e Aníbal Augusto Trigo apresentaram em Junho de 1895 uma proposta ao Governo para a conclusão e exploração das levadas do Estado, depois de terem procedido a um demorado estudo sobre o assunto. «Obrigavam-se, diz um jornal do tempo, a concluir as levadas em construção no prazo de dois anos. Cediam a favor do Estado o prémio de 10 p. c. sobre os capitais da primeira construção e instalação a que se julgavam com direito, em virtude do art.º 1.º do citado decreto, e bem assim três quartas partes do rendimento líquido excedente a 6 p. c. de todo o capital empregado na construção. Davam ao Governo a faculdade de resgatar toda a concessão no fim de 15 anos, mediante a devida indemnização. Davam, por último ao Governo a faculdade de estabelecer os preços da renda da água pela forma que julgassem mais conveniente para a agricultura, obrigando-se ainda a não exceder o preço médio da hora de água em cada concelho, preço que seria determinado em funções do giro e volume de água de cada levada. E como por esta forma a receita não podia garantir o capital da empresa, os signatários dessa proposta pediam ao governo lhes garantisse o juro de 6 por cento para todo o capital que se empregasse na conclusão das levadas, devendo os orçamentos ser aprovados pelo Governo, e as obras fiscalizadas por agentes seus». Também não obteve andamento esta proposta, apesar dos pareceres favoráveis que alcançou em todas as estações oficiais por onde teve que transitar. Para isso concorreram a imprensa e a política partidária locais, e talvez principalmente o requerimento do capitão Alexandre de Sousa, alegando os seus direitos de prioridade com o pedido de concessão feito em 1893.

Requereram então os engenheiros Roma e Maia e Aníbal Trigo que a concessão, a dar-se, se fizesse por meio dum concurso público. Promulgou o parlamento a lei de 21 de Maio de 1896, que consignava expressamente o direito das levadas às águas que as alimentavam e autorizava o Governo a pôr em concurso, segundo as bases anexas à mesma lei, a construção e exploração das levadas madeirenses. Esse concurso foi aberto pelo decreto de 18 de Junho de 1896 com as bases e condições estabelecidas pela lei de 21 de Maio e com a observância das clausulas consignadas na portaria de 22 de Julho do mesmo ano. A 26 de Setembro de 1896, fez a adjudicação ao capitão Manuel Alexandre de Sousa, que oferecera o abatimento de 70 p. c. sobre a media final a que se referia o parágrafo único da base quarta, ao passo que os

engenheiros Roma e Maia e Aníbal Trigo ofereceram apenas o abatimento de 21 p. c. Desde logo se afigurou a muitos que o concessionário não poderia, em tais condições, observar todas as cláusulas do contrato. E assim aconteceu. Tomou o adjudicatário conta da direcção das levadas, mas, passados quasi três anos, não tendo procedido a quaisquer trabalhos de construção e vendo-se na impossibilidade de realizar as condições do concurso, pediu e obteve a rescisão do contrato, passando novamente todos os serviços das levadas para a Direcção das Obras Públicas do distrito a 22 de Junho de 1899. Um ano antes, tinha o visconde da Ribeira Brava, deputado pela Madeira, apresentado no parlamento um projecto de lei para a venda das levadas, que tem a data de 29 de Abril de 1898 e que chegou a ser aprovado na câmara dos deputados.

Ainda na vigência do contrato da concessão das levadas, se tinha o Governador Civil do distrito Dr. José António de Almada, em ofício de 6 de Novembro de 1897, dirigido ao Governo, pedindo para este arquipélago a aplicação do decreto de 1 de Dezembro de 1892, que criara um novo régimen hidráulico para todo o país, e alvitmando a ideia da vinda a esta ilha dum técnico competente que emitisse parecer fundado e conscientioso sobre as vantagens ou desvantagens da aplicação dessa lei. Foi o ilustre engenheiro Adolfo Loureiro encarregado de proceder a esses estudos, demorando-se alguns meses na Madeira e regressando ao Reino em Abril de 1898. Foi de parecer que o decreto podia ter aplicação ao arquipélago madeirense, depois de introduzidas algumas modificações, tendo em vista as especiais condições orograficas, hidrográficas e climáticas desta ilha.

Em 1910, foi apresentado na Câmara dos Deputados um projecto de lei autorizando a venda das levadas e aplicando o seu produto à conclusão das que estavam em construção e à tiragem de outras novas, mas esse projecto ficou sepultado no seio das comissões.

No dia 11 de Fevereiro de 1916, os deputados visconde da Ribeira Brava, Dr. Carlos Olavo Correia de Azevedo, capitão Américo Olavo Correia de Azevedo e capitão Manuel da Costa Dias apresentaram em cortes três projectos de lei destinados a conceder a autonomia a Junta Agrícola, a reformar o chamado contrato de colónia e a vender em hasta publica as levadas que o Estado possuía nesta ilha e que já então estavam na posse da Junta Agrícola. Tal oposição se levantou na Madeira contra esses projectos, que não chegaram a ser admitidos à discussão parlamentar.

XI—As Levadas Existentes—Existem na Madeira cerca de duzentas levadas, sendo muitas delas de pequena importância e destinadas a irrigar limitados tractos de terreno. As de maior importância pertencem ao

Estado, destacando-se entre elas a do Rabaçal, que representa um trabalho gigantesco, e a chamada Levada da Serra do Faial, que tem algumas dezenas de quilómetros de extensão. São também pertença do Estado as levadas do Furado, Juncal, da Serra de S. Jorge, de S. Vicente e da Ribeira Brava.

Merecem especial referência, pelo seu valor e benefício que prestam á agricultura, as levadas particulares dos Piornais e de Santa Luzia, de todas as mais importantes, Nova do Curral e Castelejo, Madalena, Bom Sucesso, D. Isabel, Moinhos, Hortas e outras, todas no concelho do Funchal,

Disseminadas por todas as freguesias da ilha existem inúmeras levadas, de maior ou menor importância, conforme exigem as necessidades locais.

Em seguida, fazemos menção, discriminadas por freguesias, das levadas de que conseguimos obter noticia, e acerca de algumas delas daremos conhecimento de diversos factos que interessam á sua historia.

Achadas da Cruz: Moinhos, Pereiras, Achada da Arruda, Terça, Lagos e Pico da Azeveda;

Arco da Calheta: Rabaçal, Madre Grande e Paul;

Arco de São Jorge: Arco Pequeno;

Água de Pena: Juncal, Nova do Furado, Moinho da Serra, Nova e Lugarinho;

Boaventura: Lombo das Faias, Achada Grande, Levada Grande, Serrão, Lombo do Serrão e Barreira;

Calheta: Rabaçal, Raposo e Netos, Azenha e Levada Grande;

Camacha: Azenha, Pico do Arvoredo, Telha, Madre de Agua, Porto Novo, Ribeirinha e Salgados;

Câmara de Lobos: Nova, Braz Gil e Fontal Figueira;

Campanário: Roda e Madre de Água.

Canhas: Cruzes, Galego e Serra.

Caniço: Pico do Arvoredo, Baires, Azenha e Serra;

Curral das Freiras: Achada, Fonte Gordinho, Rocha e Rochão;

Estreito da Calheta: Rabaçal, Moinhos, Ribeiro do Farrobo, Nova e Ferreiros;

Estreito de Camara de Lobos: Estreito, Tis e Serra;

Faial: Cruzinha, Água de Alto e Queimadas;

Fajã da Ovelha: Rabaçal, Moinhos, Farrobo, Portela, Cova e Ribeira da Inês;

Gaula: Pico dos Eirós, Ribeira da Metade, Roda e Levadinha;

Machico: Nova, Rocha, Figueiras, Embarcadouro, Fonte da Velha e Alcanforados;

Madalena do Mar: Madre de Água, Palmeira, Banda de Além, Vargem, Nateiro e Passo;

Monte: Cales, Pisão, Corujeira e Ribeira das Cales;
Paul do Mar: Rabaçal, Ribeira do Porto, Moinhos e Grande;
Ponta Delgada: Grande, Cabouco e Lombo;
Ponta do Pargo: Cabo, Lombada Velha, Ribeira da Vaca, Chiqueiro da Palha, Salão, Lombadinha, Amparo e Lombo;
Ponta do Sol: Lombada, Ribeira de São Tiago, Nova das Terças e Rateira, Ribeira do Alto e Serra;
Porto da Cruz: Furado e Castelejo;
Porto do Moniz: Moinhos, Serra, Lagoa, Santos, Poço Novo, Eira Velha, Morgado e Cabo do Calhau;
Prazeres: Rabaçal, Ribeira de Inês, Água do Povo e Ribeiro;
Quinta Grande: Quinta Grande;
Ribeira Brava: Monte Medonho, Moinhos, Roda e Levadinha;
Ribeira da Janela: Nova, Lombo Gordo, Cedros, Baixo e Cima;
Santana: Queimadas, Castanheira, Levadinha, Salto António, Velha e Cantinho;
Santa Cruz: Juncal, Nova do Furado, Roda, Levadinha, Morena, Moinhos e Almocreves;
Santa Luzia: Santa Luzia e Hortas;
Santo António: Curral e Castelejo, Madalena, Pico do Cardo, Lombo, Paredão, Negra e Serra;
Santa Maria Maior: Bom Sucesso, Palheiro do Ferreiro, Pico do Infante e Cabeço;
Santo da Serra: Juncal e Nova;
São Gonçalo: Farrobo, Hortelã e Represa do Pasto;
São Jorge: Velha, Nova e Asilo;
São Martinho: Piornais e Curral e Castalejo;
São Pedro: Moinhos e Ribeira de S. João;
São Roque: D. Isabel, Esperança, Santana e Laranjeira;
São Roque do Faial: Ribeiro Frio e Nova;
São Vicente: Ribeira Grande, Folhadal, Barros e Ribeira do Inferno;
Seixal: Chão da Ribeira, Serra de Água Farrobo;
Tabua: Monte Medonho, Vinháticos e Ribeira da Caixa.

XII - Levadas do Estado – Como se tem repetido, a captação desses benéficos e riquíssimos cursos de água com os importantes aquedutos que os conduzem, a que chamamos «levadas», foram da

iniciativa dos primitivos colonizadores, obra esta verdadeiramente notável que os seus herdeiros e sucessores souberam continuar sem interrupção e com a mais eficaz e diligente actividade no longo período de quatro séculos. É certo que a acção do Estado se fez beneficamente sentir na inteira concessão dos mananciais, no modo da sua administração e funcionamentos e ainda em diversos auxílios de ordem material, que muito contribuíram para o progresso e desenvolvimento desse grande empreendimento, mas a construção dos aquedutos com os penosos trabalhos que lhe estavam anexos eram realizados pelos cultivadores das terras á custa do seu próprio esforço.

Breve se reconheceu que a iniciativa particular, era impotente para a realização de uma empresa de mais larga envergadura de mais abundantes e benéficos resultados. Depois de prolongados anos de lutas, de instantes solicitações e das mais acertadas informações ministradas pelas autoridades locais, conseguiu-se finalmente que o governo da metrópole tomasse a resolução de aproveitar os ricos mananciais perdidos no interior da ilha e procedesse à construção das grandes levadas que hoje fertilizam os terrenos de várias e importantes freguesias.

Há pouco mais de um século que o governo central tomou o encargo da construção de algumas levadas, que são presentemente os mais importantes e abundantes caudais de que se utiliza a nossa agricultura. Essas levadas, dificilmente poderiam ser construídas por quaisquer empresas particulares, não só pela falta de capitais, mas também de uma larga iniciativa por parte dos proprietários e lavradores. O Estado não tira das receitas liquidas arrecadadas um rendimento compensador das avultadas quantias empregadas, mas a valorização dos terrenos e o correlativo aumento do seu rendimento colectável, o crescimento da riqueza pública, o progresso da indústria agrícola e das outras que com ela se relacionam, a abundância de produtos destinados à alimentação pública, nomeadamente cereais e hortaliças, etc., justificam completamente o empreendimento do governo na construção das levadas da Madeira.

Algumas das nossas levadas, tanto as do Estado como as particulares, pela sua grande importância e pelos inapreciáveis benefícios que dispensam á agricultura madeirense, merecem que de modo particular nos ocupemos delas, a começar pelas mais importantes de todas elas, as do Rabaçal, que constituem um factor valioso na riqueza pública do vasto populoso concelho da Calheta.

São propriedade do Estado e por ele directamente conservadas e administradas as mencionadas levadas do Rabaçal, e as da Serra do Faial, Juncal, da Serra de São Jorge, São Vicente e Ribeira Brava, da Ribeira do

Inferno, do Monte Medonho e do Furado.

XIII – Levada do Rabaçal – O pitoresco lugar do Rabaçal fica situado no interior da ilha, em uma altitude de mil metros acima do nível do mar. Dista cerca de 15 quilómetros da vila da Calheta a que se acha ligado por uma boa estrada, construída há poucos anos. As águas aproveitadas no Rabaçal para a alimentação das levadas como acima ficou dito são constituídas pelas fontes originárias da Ribeira da Janela e várias correntes tributárias da mesma ribeira, que é o mais abundante curso de água de toda a ilha. Estas fontes nascem no extremo ocidental do Paul da Serra, no centro dum círculo de montes de difícil e longo acesso.

Certamente que desde os tempos primitivos da colonização devia aquela região ter atraído as atenções dos primeiros povoadores, não só debaixo do ponto de vista das belezas naturais, mas ainda e principalmente da riqueza daqueles ubérrimos caudais, que corriam inutilmente para o oceano. Não chegou até nós a notícia de quaisquer tentativas que se houvessem feito nos primeiros quatro séculos, no sentido de serem aproveitadas algumas daquelas águas.

Tem-se por vezes afirmado que datam do domínio filipino as primeiras tentativas feitas para o aproveitamento das águas do Rabaçal para irrigação, mas não existe qualquer documento ou informação de origem segura que inteiramente o confirme. Quando no ano de 1835, se iniciaram os trabalhos de construção, encontraram-se evidentes vestígios de antigas explorações, que, segundo as mais acertadas probabilidades, devem remontar-se ao terceiro quartel do século XVIII.

Com esta afirmativa, se relaciona muito de perto o seguinte interessante ofício do governador e capitão-general da Madeira João António de Sá Pereira, barão de Alverca, dirigido ao sargento-mor e engenheiro Francisco de Alencourt e datado de 8 de Outubro de 1768: –«Logo que Vm.^{ce} receber esta partirá com o ajudante-engenheiro Francisco Salustiano da Costa em direcção á vila da Calheta, onde deve procurar o Dr. Francisco Cristovão de Ornelas e Vasconcelos e na ausência deste ao Juiz Ordinário da mesma vila, de quem adquirirá saber qual é a pessoa a quem o Desembargador Corregedor deixou encarregado de instruir a vossa mercê nas notícias donde nascem as agoas declaradas no papel incluso; e passando aos sítios dellas examinará vossa mercê a qualidade e quantidade das nascentes; o modo mais fácil de se poderem aproveitar as agoas, fazendo-as passar aos campos chamados da-Cumiada-, e ás freguesias dos Canhas,

Arco da Calheta, Estreito, Prazeres, Fajã da Ovelha, Ponta do Pargo, e chegar até á do Porto do Moniz, ou até onde for possível.

«E sendo tudo assim examinado, levantará vossa mercê huma planta de todos aquelles sítios, indicando nella as nascentes de agoas, a distancia a que he possível conduzil-as, e as vias por onde devem passar.

«E para que se conheça o interesse que pode haver no aproveitamento das ditas agoas, fará vossa mercê hum arbítrio e orçamento da despesa que se poderá fazer, e da utilidade que poderá resultar de se cultivarem as terras d'aquellas freguezias, regadas com semelhantes águas, regulado tudo conforme a qualidade e producção das mesmas terras e preços dos fructos, e mais viveres desta ilha».

Com data de 31 do referido mês e ano, dirigiu o mesmo barão de Alverca uma larga exposição ao ministro e secretario do Reino acerca dos inapreciáveis benefícios resultantes desse empreendimento, citando as celebres cartas regias de D. João I, D. João II e D. Manuel, ás quais mais largamente nos havemos já referido no decurso deste despretensioso estudo.

Há mais de um século (1835), dizia-se em um documento oficial que a levada do Rabaçal «terá sua origem nas primeiras nascentes da Ribeira da Janela; circulará por uma grande covoada engrossando sempre até á Rossada por espaço de 192 braças; daqui prossegue em 310 braças de sul-sudoeste e nor-nordeste; donde correrá com mais 120 braças para oeste: daí no rumo sul-sudeste passará a outro grande recôncavo, em cujo circulo se contam 432 braças até Ligarte. Então se encaminhará para o norte por espaço de 432 braças, saindo por leste-sudeste a outra cavidade de 120 braças até o Pico Gordo, seguem-se mais 252 braças pelo lombo da Aveira até o Pico do Cotum, onde romperá para a Calheta pelas Estrebarias e crescem mais 49 braças, o que tudo soma 1963 braças.»

José Maria da Fonseca orçou os trabalhos de construção da levada até o monte das Estrebarias em cerca de 20 contos de réis, importância muito avultada para aquela época. Já anteriormente, em 1819, o governador e capitão general D. Sebastião Xavier Botelho, em ofício dirigido ao governo central, pedia com instância a construção duma levada, propondo que «se fizesse um adiantamento da real fazenda, pagando-se depois por uma prestação anual sobre os moradores das terras, que aquelas águas regarem, ficando-lhes depois pertencendo de propriedade, conforme o plano que melhor convier».

Julgamos terem resultado infrutíferas todas essas diligências, porque em 1830, o capitão António Jacinto de Faria Andrade de Bettencourt pediu ao governo da metrópole, sob certas condições, a propriedade das águas do Rabaçal, para as explorar por conta própria e proceder á construção das respectivas levadas.

Parece que, em 1834, quando o governador e capitão general da Madeira D. Álvaro da Costa de Sousa Macedo deixara o governo, tinha já, em virtude de ordens superiores recebidas anteriormente, ordenado o começo dos trabalhos de exploração daquelas águas, mas que a incerteza dos tempos e os acontecimentos políticos do país não deixaram talvez iniciar. Foi ao seu sucessor, o ilustre Luís da Silva Mousinho de Albuquerque, que coube a glória de haver dado princípio aquelas gigantescas obras, talvez as mais importantes que em toda a ilha se têm realizado.

Esses trabalhos começaram em 1835 e prosseguiram durante alguns anos, mas com bastante lentidão, tendo sido interrompidos por 1844. Se devemos a Luís Mousinho o inicio da obra, a José Silvestre Ribeiro devemos o notável incremento que ela tomou no período decorrido de 1847 a 1852. Pode afirmar-se sem receio de contradita, que, se não foram os titânicos esforços empregados por Silvestre Ribeiro, não teriam talvez tido prosseguimento as obras do Rabaçal ou só muito tardeamente se conseguiria o seu total acabamento.

Ao tomar José Silvestre Ribeiro conta da administração do distrito em 1846, volveu sem demora as suas atenções para aquela gigantesca obra, compreendendo as enormes vantagens que resultariam para a agricultura do vasto concelho da Calheta com a conclusão desse grandioso empreendimento. Mas só em 1849, sendo deputado pela Madeira e alcançando do governo da Metrópole o subsidio anual de seis contos de réis destinado aquelas obras até o seu completo acabamento, é que elas prosseguiram com notável rapidez, tendo-se concluído o perfuramento do molete das Estrebarias a 5 de Novembro de 1850, que era a parte mais arriscada e de mais difícil execução de todo o projecto. Com esse impulso que lhe imprimiu a mão de Silvestre Ribeiro, lá foram os trabalhos prosseguindo pelos anos fora, com maior ou menor lentidão, até que por 1890, ao acabar-se a levada nova, se deram as obras por definitivamente concluídas.

Devemos fixar aqui uma data imemorável na historia das obras do Rabaçal—a de 16 de Setembro de 1855—em que as águas atravessando pela primeira vez o túnel das Estrebarias, passaram do norte para o sul da ilha a fertilizar vastos terrenos que se achavam incultos.

Os primeiros trabalhos realizados no Rabaçal no ano de 1835 foram orientados pelo próprio governador Luís Mousinho de Albuquerque, que era um distinto engenheiro e que no próprio local das obras procedeu a diversos e importantes estudos. Dirigi todos os trabalhos desde o seu começo até o ano de 1843 o engenheiro Vicente de Paula Teixeira, que revelou sempre o maior zelo e dedicação por aquele empreendimento e a ele prestou serviços muito assinalados, deixando o seu nome vinculado àquelas obras. No período decorrido de 1843 a 1847, estiveram elas sob a direcção do tenente-coronel de engenheiros Manuel José Júlio Guerra.

Foi em 1847 que o capitão de engenharia Tiberio Augusto Blanc foi encarregado de dirigir aqueles trabalhos, sendo o mais valioso auxiliar que José Silvestre Ribeiro encontrou para dar-lhes o incremento que eles tomaram nos anos de 1847 a 1851. É também um nome que anda intimamente ligado à história das obras do Rabaçal e que não deve ficar em vergonhoso esquecimento. Outro nome que é preciso lembrar nesta ocasião é o do brigadeiro António Rogerio Gromicho Couceiro, que foi director das obras públicas deste distrito e depois benemérito governador civil da Madeira. Foi sob a sua direcção que pela primeira vez as águas atravessaram a galeria subterrânea das Estrebarias, passando do norte ao sul da ilha.

No decurso das obras, cuja realização levou mais de meio século, sofreram elas várias modificações com relação ao plano primitivo, conforme as circunstâncias ocorrentes foram aconselhando. Para conduzi-las ao seu termo final, dispendeu-se a avultada soma de quasi 186 contos de réis, mas o grandioso empreendimento aí está a atestar eloquentemente o que valem o zelo, a dedicação e o amor de alguns homens pelas prosperidades e bem estar da nossa terra.

Como se sabe, são duas as levadas do Rabaçal - a Levada velha e a levada nova - regando a primeira as freguesias dos Prazeres, Fajã da Ovelha, Ponta do Pargo e Paul do Mar, e a segunda as freguesias da Calheta, Estreito da Calheta e Arco da Calheta. Cada uma delas tem na sua origem, no tempo da estiagem, um fluxo continuo aproximado de 80 litros por segundo e dividem-se ambas em seis ramais para o efeito do regadio, tendo no ano de 1906 distribuído 2580 horas de água.

As obras da levada velha, que só acabaram em 1860, custaram ao Estado a quantia de 69:369\$420 réis; as da levada nova que, como já dissemos, só ficaram definitivamente concluídas em 1890, importaram em 116:208\$480 réis. Esta ultima levada é alimentada pelas águas das Vinte e Cinco Fontes e da Fonte do Cedro, e o túnel onde as mesmas águas passam foi principiado em 1863 e acabado em 1877.

XIV - Levada da Serra — A mais extensa das levadas do Estado e a mais importante de todas, depois das do Rabaçal, é a chamada levada da Serra ou mais propriamente da Serra do Faial, por ter a sua origem em vários mananciais que nascem nas serras daquela freguesia. Desde o seu ponto de partida até o Lombo da Raiz, correm em comum as suas águas com as de outras levadas, mas deste ponto até ao sítio da Choupana são conduzidas em aqueduto próprio, numa extensão não inferior a trinta quilómetros. Da vereda que margina esta levada se descortinam variados e surpreendentes panoramas, através das freguesias de Santa Maria Maior, Camacha e Santo da Serra, sendo passeio obrigado para muitas das pessoas que desejam conhecer algumas das belezas naturais desta ilha.

Destina-se esta levada a fertilizar os terrenos do Caniço, São Gonçalo e Santa Maria Maior, sendo bastante antigas as tentativas que se empregaram para abastecer aquelas freguesias de águas destinadas à irrigação. Por iniciativa de alguns particulares, diz o citado trabalho do engenheiro Adriano Trigo, organizou-se no ano de 1830 uma companhia por acções, denominada Sociedade da Nova Levada do Furado, com o fim de aproveitar as águas que corriam perdidas na ribeira da Lage, situada na freguesia do Faial, e canaliza-las até o Pico do Infante, para serem distribuídas por aquelas freguesias. Os estatutos desta sociedade, aprovados em 21 de Março de 1840, davam-lhe direito de captar as referidas águas e de as conduzir até o Lombo da Raiz pelo canal comum das levadas do Juncal e Furado, que o Estado já a esse tempo possuía. Dali até o Pico do Infante, seriam as águas trazidas através dum novo aqueduto construído a expensas da mesma sociedade. Por dificuldades financeiras e também por erros graves de nivelamento, a empresa não realizou o fim que se propusera, tendo dispendido nos trabalhos executados cerca de quarenta e dois contos de réis, quantia já avultada para aquela época. Apenas conseguiu, aproveitando os aquedutos das levadas do Furado e do Juncal, conduzir algumas águas até ao concelho de Santa Cruz, que ficaram constituindo a chamada Levada dos Accionistas.

Depois de muitas dificuldades, tomou o governo central a iniciativa de proceder à construção duma levada que abastecesse de águas de irrigação as freguesias do Caniço, São Gonçalo e Santa Maria Maior. Iniciaram-se os estudos e trabalhos preparatórios no ano de 1861, sendo verdadeiramente notáveis os esforços e diligências que se empregaram para o frutuoso prosseguimento desses trabalhos. Foi a partir do ano de 1871 que as obras tomaram mais incremento, realizando-se a sua definitiva conclusão no ano de 1905. Nos dias 25, 26 e 27 de Setembro deste ano, começaram as águas a atravessar o extenso aqueduto, realizando-se no

último daqueles dias a inauguração oficial e solene daquele tão importante e notável melhoramento.

Para melhor esclarecimento do que fica referido, convém dizer que as águas desta importante levada destinada a irrigação dos terrenos das freguesias do Caniço, São Gonçalo e Santa Maria Maior vem em comum com as águas das levadas do Juncal e Nova do Furado até o sítio do Lombo da Raiz, na freguesia do Santo da Serra, e que a partir deste ponto o manancial corre em aqueduto próprio até o seu terminus no alto do Caminho do Meio.

XV – Outras Levadas do Estado – Uma das levadas das mais antigas pertencentes ao Estado foi adquirida por contrato celebrado no ano de 1822 entre o primeiro conde de Carvalhal e a Junta da Real Fazenda, em virtude do qual ficaram reservados àquele titular nove dias de água de um dos ramais da mesma levada, que hoje (1921) é desfrutada pelos herdeiros do general D. Luís da Câmara Leme, sobrinho do referido Conde de Carvalhal. É alimentada com os mananciais que correm no Ribeiro Frio e destina-se à irrigação da freguesia do Porto da Cruz. Tem 8 quilómetros e meio de extensão e termina no sítio dos Lamaceiros, sendo aí apartadas as suas águas das levadas do Faial, Accionistas e Juncal, com as quais corre em comum até esse local.

É este aqueduto alimentado pelos mananciais do Ribeiro Frio, tendo, por uma medição realizada por 1910, um fluxo de 40 litros por segundo, e destina-se à irrigação, em dois ramais, da freguesia do Porto da Cruz.

A levada do Juncal é talvez tão antiga como a do Furado e foi construída a expensas do Estado desde as primeiras explorações das suas nascentes. São estas tomadas na ribeira do Juncal e correm em comum com as do Furado numa grande extensão, fazendo-se a separação delas na caixa divisória existente no sítio dos Lamaceiros e seguindo dali até o sítio do Lombo da Raiz, donde são desviadas para a irrigação das freguesias de Santo António da Serra, Água de Pena e Santa Cruz. Mede 15 quilómetros e meio de extensão desde a sua origem até ao sítio do Lombo da Raiz, na freguesia do Santo da Serra. Tinha a levada do Juncal o abundante fluxo de 92 litros por segundo, e era aplicada à irrigação em um só ramal, constituindo o mais farto caudal de toda a ilha no uso das regas.

Outra levada pertencente ao Estado é a da Serra de São Jorge, que irriga as freguesias de São Jorge, Santana e Faial e tem sua origem no sítio do Pé dos Poios, na serra da primeira destas freguesias. É de recente

construção e veio substituir a levada da Fajã dos Vinhaticos. Esta foi construída no período decorrido de 1860 a 1904, sendo abandonada neste ultimo ano e então substituída pela da Serra de São Jorge. É de 11 quilometros a sua extensão.

Esta levada, apesar do nome, pouco ou nada aproveitava à freguesia de São Jorge, porque a quase totalidade do seu caudal se destinava a irrigação das freguesias de Santana e do Faial, mas, no ano de 1938, a Junta Geral, utilizando algumas nascentes abandonadas, fez construir mais um «ramal» dessa levada, que fertiliza os terrenos do chamado sítio da Ilha, beneficiando largamente toda aquela região.

E também pertence do Estado a levada de São Vicente e Ribeira Brava, destinada a irrigar estas freguesias. A levada do Monte Medonho, que nasce neste sítio nas serras de São Vicente, fertilizava esta freguesia, tendo sido em 1908 desviada do seu primitivo destino e aplicada à irrigação das freguesias da Ribeira Brava e Tábua. Para substituir o caudal do Monte Medonho, se construiu um novo aqueduto, que tem o nome de levada da Ribeira do Inferno, sendo assim chamada por ter origem na ribeira deste nome, e que abastece a freguesia de São Vicente.

Em uma comunicação emanada da Junta Geral, lê-se que nos últimos três anos (1938-1940) se tem feito muitos quilómetros de aquedutos novos especialmente nas freguesias do Caniço, São Gonçalo e Santa Maria Maior e também se construiu um importante «ramal» que conduz água para a freguesia da Ponta do Pargo e em uma extensão superior a dois mil metros.

Há aproximadamente 50 anos que se iniciou a construção da levada chamada do Coquim, que se destinava a irrigar os terrenos das freguesias da Boaventura e Ponta Delgada, tendo-se dispendido nesses trabalhos cerca de treze contos de réis e julgando-se então que com mais de dez contos se dariam por ultimadas todas as obras. Seria um canal de dois a três quilómetros de extensão, mas de capital importância para os terrenos fertilíssimos da ultima daquelas freguesias. Os trabalhos ficaram inteiramente interrompidos cinco ou seis anos depois de começados.

XVI – Levadas Particulares – Como atrás ficou dito, já no ultimo quartel do século XV existiam várias levadas, que conduziam abundantes mananciais, principalmente destinados a agricultura da

cana de açúcar. Pode, porém, afirmar-se que as mais antigas levadas são contemporâneas das primeiras explorações agrícolas. As mais importantes dessas levadas, algumas das quais ainda existem, datam, porém, do século XVI.

As primeiras explorações de águas e construção dos respectivos aquedutos foram empreendidas pelos primitivos colonizadores á custa do próprio esforço e, através do tempo, a iniciativa particular teve sempre uma acção muito importante na tiragem e conservação das levadas.

Uma das mais antigas e a mais importante das levadas particulares é a de Santa Luzia, assim chamada por se alimentar das águas da ribeira deste nome. Existe registado no arquivo da Câmara do Funchal um alvará régio de 1515, em que D. Manuel ordena que de futuro não fosse mudado o curso da mesma levada. Numa comunicação dirigida em 1813 ao Governo da Metrópole pelo Capitão-General e Governador do arquipélago, se encontram algumas notas descriptivas desta levada, dizendo-se que ela tem sua origem numa alta serrania que tem os nomes de Terreiro das Galinhas e Terreiro de Água, e dista duas léguas da cidade. A estas fontes se juntaram depois a do ribeiro dos Frades e mais adiante a do Pisão, engrossando sobretudo o caudal as abundantes nascentes dos Tornos, além de muitos outros mananciais que se precipitam na mesma ribeira. Toda a água se dividia em duas partes, sendo uma destinada aos moinhos e a outra constituía a Levada de Santa Luzia. No mesmo documento, se afirma que «no princípio do encanamento recebe 250 polegadas quadradas de água e que a sua extensão desde aquele ponto até ao Socorro é de 2130 braças». O curioso documento do ano de 1515, a que acima se faz referência, é concebido nos seguintes termos: «Nós El-Rei fazemos saber a vós bacharel Ruy Pires, juiz de fora por nós, com alçada em a nossa cidade do Funchal e aos officiaes da câmara da dita cidade, que nós soubemos ora que uma levada que os Balthazares e outros hereus teem na ribeira de Santa Luzia, a queriam levantar mais acima do que estava, o que é em muito prejuízo e damno da dita cidade e da limpeza d'ella e contra a defesa que temos posta que nunca em nenhum tempo na dita ribeira se fizesse innovação, mais do que havia a tempo que fizemos mercê d'aguas da dita ribeira á dita cidade, e por que nós não havemos por bem que a dita levada se mude nem faça n'ella nenhuma innovação, vos mandamos que tanto que este vos for apresentado, mandeis da nossa parte aos ditos Balthazares e hereus a que pertence, que não bullam coisa alguma com a dita levada, nem a mudem donde soia estar, sob pena de a perderem para nós, e nós juizes e officiaes consentindo-lho havemos nós por condemnada em pena de cincuenta cruzados, e se na dita levada alguma mudança é feita, logo a fazei tornar ao ponto e estado em que antigamente estava, e vós juiz fazei de tudo isto que assim mandamos fazer um auto e trasladar este no livro da Câmara da dita cidade para em todo o tempo se saber

como isto assim mandamos e defendemos e avizamos-vos por nossa carta que n'isto fiqueis, e este alvará ficará em vossa mão, e cumprio-o assim, feito em Almeirim aos vinte e dois dias do mez de fevereiro, Damião Dias o fez de mil quinhentos e quinze, não faça duvida onde diz ditos e riscados annos por que o fiz por verdade, o qual tanto que foi trasladado logo foi entregue e dado ao dito bacharel Ruy Pires juiz de fora e o concertei com o próprio eu Affonso Eannes que o escrevi». (L.º 1.º do Registo Geral , fls 116, v.)

Acerca da ribeira de Santa Luzia e das levadas que ela alimenta e referente ao ano de 1866, encontramos algures que ela tinha então o fluxo de 185 litros por segundo e abastecia as levadas de Santa Luzia, Moinhos e Dona Isabel, cujas águas vinham em comum até o sítio da Fundoa de Cima, em S. Roque, onde tinha a sua embocadura a última dessas levadas. Do sítio da Fundoa, as águas seguiam conjuntamente até à Ribeira das Cales e aqui se dividiam em duas partes iguais e formavam as levadas dos Moinhos e de Santa Luzia. Nessa época, a medição acusava 19,5 litros para a levada de Dona Isabel e 83 para cada uma das outras duas. Em uma medição a que se procedeu no ano de 1901, vemos que o caudal comum das três levadas era de 153 litros por segundo, cabendo 63 à de Santa Luzia, 55 à dos Moinhos e 34 à de Dona Isabel. Depois da de Santa Luzia, uma das mais importantes e antigas levadas particulares é a dos Piornais, que nasce na margem esquerda da ribeira dos Socorridos e é destinada à irrigação das freguesias de São Martinho e São Pedro. Vimos algures que a tiragem desta levada foi empreendida por Luís Doria Velosa, o qual morreu no ano de 1546. Com referência a esta e às levadas do Castelejo e da Ribeira dos Socorridos, se encontra tombado no arquivo da Câmara desta cidade um diploma régio de 1562, em que D. Catarina mandava que elas «se tirassem e limpassem» no tempo próprio à custa dos heréus e senhorios.

Em uma interessante «Memoria» publicada no «Diário de Notícias» do Funchal, de 4 de Dezembro de 1921, lê-se que «a levada dos Piornais tem a sua origem nas vertentes que formam a Ribeira dos Socorridos e as primeiras obras de arte encontram-se na freguesia do Curral das Freiras, sítio da Fajã dos Chiqueiros, entre as Ribeiras do Cidrão e a do Gato, concelho de Câmara de Lobos, a quinze quilómetros da cidade do Funchal, onde se dividem as águas em dois volumes iguais, entre esta Levada e a Nova do Curral e Castelejos, em harmonia com o disposto na escritura de transacção entre as duas, de 13 de Fevereiro de 1896, do notário Alexandre Baptista Pereira. Segue, depois, o seu curso recolhendo várias nascentes numa e noutra margem da Ribeira dos Socorridos, até que entra na sua madre ou açude, da margem esquerda da dita ribeira, no sítio da Fajã do Poio, freguesia de Santo António, concelho do Funchal. A cerca de cinquenta metros, no sítio do mesmo nome, está construída a caixa divisória da água, entre as Levadas Nova de Câmara de Lobos e a dos Piornais, em conformidade com a escritura de 19 de Dezembro de 1898, do já referido notário, em que a primeira recebe uma sétima parte da água e a segunda as seis sétimas partes

restantes».

Acerca dessas levadas, são bastante interessantes as informações que nos dá o ilustre comentador das «Saudades da Terra», que vamos transcrever: «Nesse período (princípio do século XVI), as principais levadas gerais ou comuns da ilha da Madeira, arterias por onde, desde então até agora, apesar de já deturpada a instituição, circula abundante o sangue da sua vida agrícola, o precioso filtro da sua abastança e constante rejuvenescimento. Já no anno de 1515 existia a levada de Sancta Luzia, suburbios ao norte do Funchal; por um alvará desse anno (Arch. da Cam. do Funchal, tomo I fls. 116 v.) mandou D. Manoel que de futuro ela não fosse mudada. Por outro, de 26 de setembro de 1562 (ib. idem, tombo velho, fls. 135), determinou a rainha D. Catharina, regente em nome de D. Sebastião que as levadas da Ribeira dos Soscorridos, dos Piornaes, e do Castellejo, a oeste do Funchal, se tirassem e limpassem no devido tempo, á custa dos hereos e senhorios, sendo a despesa adiantada pelo cofre da alfândega, até a quantia de 120\$000 reis: e por outro, de 19 de outubro do mesmo anno (liv. II do registo da Provedoria, fls. 185), generalisou análoga disposição a todas as demais levadas, «bisto se perderem muitas canas daçuar e deixarem de se prantar outras por se nom tirarem e limparem as levadas em tempo», e commetteu aos donatarios a superintendência dellas, tanto para esse fim, como para «tirar novas levadas ou muda-las, destribuir» as águas mediante certo preço de «preferênci as pessoas que tevessem canaviaes ou engenhos», e tomar «conhecimento das demamdas sobre esso, decidimdoas, e dando apellaçom e agravo». E, finalmente, o cardeal D. Henrique, regente em nome do mesmo D. Sebastião, mandou expedir três alvarás em 1563: um, para que, sob a superintendência do vereador mais velho da Câmara do Funchal, os vizinhos das ribeiras procedessem regularmente á limpeza e fortificação dellas; outro, para que fossem cumpridas as anteriores provisões da limpeza anual das levadas; e outro, para que, na distribuição das águas, precedessem os canaviaes, sendo o preço dellas taxado em cada capitania pelo respectivo capitão donatario, com «hua pesoa honrrada, conforme a quantidade e o proveito que fezesem».

– Os dois primeiros alvarás estão registados no Arch. da Cam. do Funchal, tombo velho, fls. 117; e tomo II, fls. 75; o terceiro consta ter sido, lançado no livro III da Provedoria, fls. 99».

Merce igualmente uma especial referência a levada chamada de D. Isabel, também conhecida pelo nome de levada da Fundoa, que irriga vários terrenos das freguesias de S. Roque, São Pedro e Santa Luzia. Não se sabe ao certo quem foi esta D. Isabel que lhe deu o nome, mas parece pertencer à família do morgado João Paulo Esmeraldo, que há um século era o único proprietário da mesma levada. Tendo vários proprietários

realizado obras importantes nesta levada e aumentado consideravelmente o respectivo caudal, constituiu uma associação de heréus, por escritura publica de 5 de Abril de 1825, pertencendo hoje este aqueduto a um avultado numero de lavradores e proprietários.

A Levada do Bom Sucesso teve seu começo no ano de 1855 com pequeno caudal e um insuficiente aqueduto. Foi pelos fins do século passado e nos primeiros anos do século actual que se construiu a «caixa geral» dessa levada e se fez a aquisição do montado» dos Lourais. Por 1910 ou pouco depois, foram adquiridos novos e importantes mananciais.

É bastante antiga a Levada dos Moinhos e tinha já um importante caudal no tempo dos primeiros donatários, emprestando a força motriz para fazer mover as muitas azenhas que ao longo dela se encontravam e que eram propriedade dos mesmos donatários e constituíam um dos seus melhores rendimentos de que então gozavam.

Passaria por diversas fases o seu aproveitamento, encontrando-se acerca dela esta notícia relativa ao ano de 1855: «A água da Levada dos Moinhos destinada para a limpeza desta cidade e regas, em todos os dias que ha direito a dispor delas, tem a distribuição que a comissão administrativa da mesma levada adotou e é a seguinte: das seis horas da manhã até ás duas da tarde é aplicada á limpeza, de forma que todas as moradias sejam limpas pelo menos duas vezes por semana, e os hospitais, quarteis e cadeias todos os dias possíveis. Das duas horas da tarde até ás seis da manhã exclusivas, é aplicada a regas e distribuída por 153 hereus».

É ocasião oportuna de fazer uma rápida referência ás diversas questões que muitas vezes se levantaram entre a Câmara Municipal do Funchal e a Comissão Administrativa da Levada de Santa Luzia, motivadas pela necessidade de proceder-se ao abastecimento da cidade com boas águas potáveis, o que só podia vantajosamente realizar-se com o manancial dos Tornos, que é uma das mais importantes nascentes que alimentam a levada de Santa Luzia e dos Moinhos. De um caudal comum, a que pertencem os Tornos, se bipartem os dois ramais que formam as referidas levadas, sendo a dos Moinhos propriedade da Câmara na sua quasi totalidade. Para aproveitar-se o manancial dos Tornos, tinha o município que indemnizar a «Levada de Santa Luzia», o que provocou largas discussões, vindo finalmente a realizar-se um acordo entre aquelas duas entidades, no ano de 1912. A respectiva escritura encontra-se publicada integralmente no «Diário de Notícias», do Funchal de 15, 16 e 17 de Julho de 1912.

Para servir de orientação e de base a esse acordo, nomeou a Câmara Municipal dois distintos engenheiros com o fim de procederem ao estudo desse debatido assunto, os quais emitiram o seu autorizado parecer, do qual vamos transcrever as conclusões a que chegaram:

«Sendo na estiagem o fluxo médio da levada de Santa Luzia de 63,162 por 1", igual volume devia aproveitar a Levada dos Moinhos, que partilha com aquella da água da ribeira n'uma caixa repartidora construída no sítio das Calles, em volumes eguaes. Porém as medições realizadas na madre da Levada dos Moinhos accusam um fluxo de 50,101 apenas por 1", o que denuncia uma perda importante de 13,124 ou 13,161 d'agua em fluxo contínuo, devida a infiltrações e evaporação, perda que provém exclusivamente da má condução das águas desta levada no pequeno lanço existente a juzante da caixa repartidora e a montante da sua entrada na canalização da cidade.

Admittindo, pois, para a Levada dos Moinhos o fluxo de 63,162 por 1", e deduzido delie o de 39,120, (mais do que é suficiente para assegurar os diferentes usos da Levada dos Moinhos no interior da cidade), vê-se que ainda restará á Camara um volume importante d'agua ou seja um fluxo de 24,136 ou 24,142 por 1". Este fluxo que deverá ser aproveitado fora da Levada dos Moinhos e a seu montante, servirá para farta compensação da água a canalizar das nascentes dos Tornos, nascentes que acusaram apenas um fluxo de 17,124 por 1" em setembro de 1900, na mesma estiagem em que tiveram lugar as medições a que nos reportamos, das levadas referidas.

Do exposto se conclue, que ha margem para manter todos os serviços da Levada dos Moinhos no interior da cidade, destinando uma parte importante do seu caudal para inteira compensação a fazer ás restantes levadas derivadas da mesma ribeira, quando se faça a captação das nascentes dos Tornos. E esta compensação em igualdade de volumes, será altamente favorável para estas ultimas levadas, pois evidentemente o volume d'água das nascentes dos Tornos chega hoje bastante reduzido a essas levadas «mercê das grandes e inevitáveis perdas por infiltração e evaporação no seu muito longo e caudaloso percurso».

A par destas levadas muitos mananciais se foram aproveitando em toda a ilha com destino a irrigação, sendo numerosos os aquedutos que se construíram para a condução e distribuição de águas. É certo que muitas destas levadas são de um caudal pouco abundante e limitam-se a irrigar terrenos não muito extensos, mas constituem sempre um apreciável factor de riqueza e de prosperidade para as localidades que

as possuem.

XXII – AS Aguas do Paul da Serra - O planalto do Paul da Serra, único de certa extensão que existe na Madeira, está situado a 1500 metros de altitude e mede cinco quilómetros e meio de comprimento na direcção leste a oeste e pouco mais de três quilómetros na sua maior largura. A sua importância relaciona-se de perto com os serviços de irrigação, porque muitos e dos mais abundantes mananciais que alimentam as levadas têm ali a sua origem. Achamos por isso interessante deixar aqui transcritas algumas das informações ministradas pela Junta Geral do Distrito, acerca de diversos trabalhos que já nesse planalto se realizaram no sentido de serem parcialmente aproveitadas as águas pluviais que ali caiem em grande abundância na quadra do inverno. Estas informações dizem respeito ao período decorrido de 1938 a 1940.

«Região de chuvas e neves mais abundantes, constitue campo de infiltração donde derivam os maiores caudais de água utilizados e utilizáveis para irrigação.

«Nel ou nas suas encostas teem origem as ribeiras mais caudalosas da Madeira- Ribeira da Janela, Ribeira do Seixal, Ribeira do Inferno, Ribeira de São Vicente, Ribeira da Ponta do Sol e Ribeira da Madalena.

«Levadas mais importantes que dele derivam: Levada do Pico da Urze, que abastece abundantemente o Arco da Calheta e que tem a sua origem a cerca de 1.350 m. de altitude: Levadas do Rabaçal (1.000 a 1.100), que regam o concelho da Calheta (necessita mais água); Levada do Monte Medonho que abastece parte da Ribeira Brava e Tabua; Levada do Caramujo, que irriga S. Vicente.

«As águas da Ribeira do Seixal são em abundância, sendo aproveitadas quasi exclusivamente de dia. As águas da Ribeira do Inferno não têm aplicação à irrigação.

«As águas das Ribeiras da Ponta do Sol e Madalena abastecem bem as respectivas localidades.

«Numa certa altitude tem a sua origem uma pequena levada particular, cuja água é utilizada nos Canhas.

«Há ainda diversas levadas particulares que tem a sua origem em altitudes mais baixas mas cujo caudal só

em pequena proporção dependerá das águas infiltradas no Paul.

«Do enorme volume de águas que caiem no Paul da Serra, apenas algumas se infiltram; a grande demasia escoavam-se para as ribeiras.

«Promovendo a retenção de uma maior percentagem da água que cai no Paul da Serra, ou doutro das suas «beiras», conseguir-se-á maior caudal de água para as nascentes. Este propósito levou a Junta Geral a iniciar trabalhos experimentais no chamado «Campo Grande» do Paul da Serra, onde se construiu uma barragem para retenção de águas que se escoam pelo Ribeiro do Alecrim para a Ribeira da Janela, nas quais já gastou perto de 100 contos.

«Ultimamente, e com o intento de prosseguir a trabalhos de natureza semelhante, fez-se um reconhecimento noutros pontos do planalto, verificando-se a existencia de alguns em que represas de custo relativamente pequeno, mas de grande capacidade, se podem construir. Estão neste caso o Chão das Mesas e os Ariais ou Campo Pequeno para onde se podem desviar as águas do Ribeiro do Lagedo que, de inverno conduz enormes caudais de água para a Ribeira da Janela.

«Em consequência dos trabalhos já feitos, temos notícia que aumentou o volume dos olhos de água, ou nascentes, em vários pontos sob a influencia das infiltrações do planalto. Esta informação é de molde a encorajar-nos no prosseguimento das obras.

XVIII – Aguas do Porto Santo – A vizinha ilha do Porto Santo, quando são prolongadas as estiagens, o que acontece de quando em quando, sofre as consequências de uma verdadeira calamidade publica, sendo muito para louvar a atitude da Junta Geral do Distrito da presidência do Dr. João Abel de Freitas, que ali mandou proceder a importantes trabalhos de hidráulica agrícola com o fim de atenuar as crises produzidas por essas estiagens e beneficiar consideravelmente a indústria agrícola de toda aquela região. Foi julgada necessária a construção de uma grande vala que o referido presidente, em uma entrevista concedida a um jornal, no ano de 1942 descreve nos termos que vamos reproduzir.

«A construção de uma vala para captação e distribuição de águas das chuvas a que se está procedendo, é

talvez a obra de maior alcance económico-social até hoje ali realizada não só pela sua oportunidade em fornecer trabalho a centenas de braços, mas pela influencia que deverá ter no desenvolvimento agrícola da região.

Esta vala tem, em primeiro lugar, a função de captar as águas que, por vezes em grandes caudais, escorrem das encostas do Pico do Castelo, e que tanto dano têm causado nas encostas subjacentes; eliminada uma das causas principais do descalabro em que esses terrenos se encontram, é possível que apareça o incentivo de reconstrução das paredes e se faça a reconstituição dos terrenos desaparecidos.

Em segundo lugar, a água assim captada será transportada, na parte da vala considerada de distribuição, através de terrenos de areias, nos sítios da Camacha, Eira Velha, Areias, etc., que constituem reservatório natural de grande capacidade onde se infiltrará toda a água para ali canalizada; deste grande campo de infiltração deriva água para quasi todas as nascentes e poços existentes.

Pretende-se assim fazer o aproveitamento de águas até aqui prejudiciais por duas formas: em primeiro lugar e de uma forma directa, pela rega de terrenos subjacentes à vala, e em segundo lugar, pelo aumento de águas subterrâneas e, consequentemente, do fluxo das nascentes. Daqui resultará também, justificação económica de abertura de novos poços, e portanto, o alargamento dos terrenos de regadio.

Outra vantagem da construção desta vala, é ainda, a de constituir incentivo para a construção de poços ou represas, nos lugares mais convenientes ao longo do seu percurso, em que sejam retidas as águas, para futura irrigação, quando se verifique a existencia regular de excedentes de água, a justificar essa construção».

XIX - Ainda as Levadas do Estado - Como ampliação e mais completo esclarecimento do que atrás deixámos dito, inserimos em seguida alguns dados estatísticos, que obsequiosamente nos foram fornecidos pela repartição técnica das Obras Publicas da Junta Geral do Distrito, os quais encerram valiosas e interessantes informações acerca das levadas do Estado nesta ilha, que muito importa registar, por não se encontrarem publicados em qualquer documento oficial. É um relatório que sobremaneira honra a repartição que o elaborou e que bastante nos apraz deixar arquivado nestas desprestensiosas páginas do «Elucidário Madeirense». De mais constitui ele uma elucidativa exposição dos trabalhos realizados, por

mandado daquela repartição no ano de 1943, na medição dos caudais e da extensão dos respectivos aquedutos, o que há muitos anos não se realizava.

«A Levada Velha do Rabaçal tem sua origem nas Fontes do Risco, a 1045 metros de altitude. A extensão do canal principal é de 24.000 metros incluindo o Furado Velho, que tem o cumprimento de 450 metros. O fluxo é de 65 litros por segundo (3.900 penas), medição feita em Agosto de 1943. Rega nas freguesias dos Prazeres, Paul do Mar, Fajã da Ovelha e Ponta do Pargo dividida em três ramais, dos quais o primeiro rega na freguesia dos Prazeres com giros de 19 dias e 12 horas; o segundo, também com o mesmo período de giros, rega no Paul do Mar e na Fajã da Ovelha; regando o terceiro ramal nas freguesias da Fajã da Ovelha e na Ponta do Pargo, igualmente em giros de 19 dias e 12 horas.

A Levada Nova do Rabaçal tem origem na Ribeira dos Cedros á cota de 990 metros. São subsidiarias desta levada as chamadas Vinte e Cinco Fontes, e as captações da Ribeira Grande ou do Risco. O caudal total medido nas nascentes, em Agosto de 1943, é de 86 litros por segundo (5160 penas). Desde a origem até o Furado Novo, a extensão do canal é de cerca de três quilómetros. O Furado Novo mede 800 metros, e à saída do Furado Novo o canal tem a extensão de 7 quilómetros para Leste e 6 para Oeste. Esta levada assim como a Levada Velha é também dividida em três partes com igual fluxo regando o primeiro terço nas freguesias do Arco da Calheta e Calheta com giros de 18 dias e 12 horas; o segundo terço também com giros de 18 dias e 12 horas rega na freguesia da Calheta; e o terceiro terço rega na freguesia do Estreito da Calheta com giros de 19 dias e 12 horas. o total de horas em cada giro das Levadas do Rabaçal é o seguinte:

2 ramais X 18,5 dias X 24 horas = 888 horas, 4 ramais X 19,5 d. X 24 horas = 1872 horas, perfazendo 2.760 horas. Deste total de horas de agua, 2690 são arrendadas e as restantes constituem as chamadas «quebras».

A Levada do Caramujo ou da Ribeira do Inferno tem origem na Ribeira do Inferno, na base do Pico Ruivo do Paul á cota de 1 185 metros. o comprimento do canal é de 6000 metros e o fluxo desta levada é 20 litros por segundo (1200 penas).

A Levada do Lombo do Moiro ou do Monte Medonho tem origem nas Ribeiras do Folhadal, Pináculo e Monte Trigo à cota de 1450 metros. A sua extensão é de cerca de 10 600 metros e o caudal é de 18 l. por seg. (1080 penas). Rega nas freguesias da Ribeira Brava e Tabua com giros de 14 dias e 12 horas. As águas desta levada eram aproveitadas na freguesia de São Vicente para onde seguem actualmente as da Levada do

Caramujo, a qual foi construída pelo Estado com o fim de ser trocada pela Levada do Lombo do Moiro, ficando as obras de conservação e reparação da Levada do Caramujo a cargo do Estado. Na Ribeira Brava estão arrendadas 926 horas e nas Tabua 410.

4 ramais X 14,5 d X 24 h.= 1392 h.

Arrendadas 1336

Quebras 56

A Levada da Serra de São Jorge tem origem no Caldeirão do Inferno a 920 metros de altitude, captando também as águas do Caldeirão Verde. o caudal total é de 40 l. por seg. (2400 penas) e a extensão do canal até a Venda Nova é de 11.000 metros. Do canal principal desta levada derivam três canais secundários, que regam no sítio da Ilha da freguesia de São Jorge e nas freguesias de Santana e do Faial com giros de cerca de 14 dias. Estão arrendadas 788 horas e 15 minutos.

A Levada da Serra do Faial propriamente dita tem origem na Ribeira Seca na altitude de 1 100 metros, recebendo também a água de uma levada chamada Levadinho de João Dias que mede cerca de 1000 metros, a montante das captações da Ribeira Seca. Concorrem também para a formação do caudal da Levada da Serra do Faial, as nascentes da Ribeira da Ametade, nascentes entre o Furado do Lapão e o Lombo Furão, o Córrego da Cabra, as nascentes da Rocha do Gavino, o Corrego da Choupana, nascentes das Feiteiras e outras pequenas nascentes distribuídas ao longo do canal principal. o caudal total medido em todas as nascentes no dia 16 de Setembro de 1943 acusou o montante de 80 l. por seg. (4.800 penas). o comprimento do caudal principal, desde a Ribeira Seca ao sítio da Choupana, na freguesia de Santa Maria Maior, é de 54.000 metros. Das levadas do Estado é a que tem maior extensão. Esta levada é dividida em quatro ramais, cujo giro é de 27 dias. o giro é dividido em meios giros de 13 dias e 12 horas, recebendo cada regante, de cada vez, metade do tempo inscrito no cadastro.

4 ramais X 27 d. X 24 h. = 2.592 h.

Distribuição sem quebras.

A Levada do Juncal tem origem na Ribeira do Juncal e é conduzida juntamente com a da Serra do Faial até o Lombo da Raiz na freguesia do Santo da Serra, numa extensão de 16.000 metros, onde novamente é separada, indo regar nas freguesias do Santo da Serra, Santa Cruz e Água de Pena. Ao caudal da Levada do Juncal, que na origem é de 76 l. por seg., junta-se a Levada dos Accionistas, que é uma levada particular e

que rega nas mesmas freguesias que a do Juncal e que tem origem na Ribeira das Lajes. Do Lombo da Raiz em diante, as levadas do Juncal e dos Accionistas seguem juntas no canal secundário. Ao fazer-se a divisão dos respectivos caudais, cabe um terço a Levada dos Accionistas, ficando a levada do Juncal com dois terços do caudal. o período de giro da levada do Juncal é de 16 d. e 12 h., sendo a distribuição feita por dois ramais, no total de 792 horas por giro, sem quebras.

A levada do Furado tem origem no Ribeiro Frio a 860 metros de altitude vindo também no canal principal da Levada da Serra do Faial até aos Lamaceiros numa extensão de 8.500 metros, de onde segue para a Portela de Machico Maiata e Porto da Cruz, sendo as regas feitas em giros de 16 a 18 dias. o caudal desta levada é de 40 l. por seg. (2.400 penas). Desta levada estão arrendadas 579 horas e 15 minutos.

Os preços de arrendamento das levadas do Estado, por hora e por ano, são os seguintes:

Levadas do Rabaçal.....	Esc. 54\$00
Levada do Monte Medonho.....	« 24\$00
Levada da Serra de São Jorge.....	« 27\$00
Levada da Serra do Faial.....	« 72\$00
Levada do Juncal.....	« 96\$00
Levada do Furado.....	« 27\$00

Pertence também à Junta Geral a nascente de água do Serralhal, na freguesia do Caniço, cujas águas classificadas como potáveis rendem anualmente Esc. 3.410\$00.

Os rendimentos das levadas do Estado nos últimos cinco anos, foram as seguintes:

1939.....	Esc. 351.263\$00
1940.....	« 364.283\$00
1941.....	« 448.401\$45
1942.....	« 461.318\$55
1943.....	« 470.180\$00

Tem a Junta Geral dedicado grande atenção à reparação das levadas a seu cargo em especial nos últimos

anos, pois pretende levar a cabo a grande obra de revestimento impermeável de todas aquelas que ainda se encontram «em terra». É uma obra de grande vulto cujos efeitos já se fazem sentir a partir de 1941, pois a diminuição das perdas por infiltração é já sensível em todas as levadas.

Para intensificar os trabalhos de reparação, deliberou a Junta Geral, em sua sessão de 15 de Novembro de 1940, lançar um adicional nas rendas das águas, contribuindo com verba igual ao montante do adicional, além da verba que entendesse poder votar para as habituais reparações. Foi este adicional que motivou parte do aumento no rendimento, a partir do ano de 1941. Foram gastos em reparações, nos últimos cinco anos, as verbas seguintes:

1939.....	Esc. 116.432\$80
1940.....	« 113.933\$60
1941.....	« 208.200\$80
1942.....	« 201.725\$15
1943.....	« 147.623\$25

XX – A Construção das Novas Levadas – Sendo, como todos sabem e aqui o temos repetido, as levadas os mais valiosos elementos das prosperidades da nossa agricultura, causou a maior satisfação a promulgação do decreto de 26 de Julho de 1939, que determinava a vinda á Madeira de uma missão especial, encarregada de estudar as possibilidades técnicas e económicas nos aspectos hidro-electricos e hidro-agrícolas em seu conjunto e ainda relacionados entre si. Não se fez esperar muito a vinda dessa comissão técnica, composta de funcionários competentíssimos, que nos trabalhos a que sem demora deram início revelaram o mais aprofundado conhecimento do assunto e manifestaram também o mais acendrado zêlo na solução dos diversos problemas que com ele intimamente se relacionavam. E para tal fim, essa missão percorreu uma parte considerável da ilha, realizou vários estudos in loco solicitou informações e esclarecimento de diversas entidades oficiais, ouviu a opinião dos interessados por intermédio das pessoas mais qualificadas do nosso meio etc., patenteando dêste modo o maior desejo de produzir um trabalho útil, completo e consciente no desempenho do espinhoso cargo que lhe fora cometido.

Pelos fins do ano de 1941, essa comissão deu por terminados os seus trabalhos de gabinete e os seus desenvolvidos relatórios subiram às estações superiores, sendo um de carácter geral e três respeitantes a cousas agrícolas, a matérias eléctricas e a assuntos de engenharia civil.

Do «Relatório Geral», podemos apresentar o rápido sumário das diversas matérias nele contidas, sendo assim permitido formar-se um juízo embora superficial e incompleto, da extensão e importância dos trabalhos a que se procedeu.

Divide-se em quatro partes distintas: 1.^a Preliminares; 2.^a Condições Gerais; 3.^a Possibilidades de Aproveitamentos e 4.^a Considerações Finais. A segunda parte subdivide-se nos seguintes capítulos: I Orografia; II Esboço geológico; III Comunicações e distribuição da população; IV Clima; V Povoamento Florestal; VI Regime de propriedade; VII Regime jurídico das águas; VIII Levadas; IX Agricultura e X Indústrias da Ilha da Madeira.

O capítulo VIII é particularmente interessante e ocupa-se em primeiro lugar das Levadas Particulares e com maior desenvolvimento das Levadas do Estado, subordinado a estes pontos: 1 Levadas do Rabaçal (Velha e Nova); 2 Levadas do Caramujo e Lombo do Moiro; 3 Levadas da Serra de S. Jorge, Furado, Juncal e da Serra do Faial; 4 Resultados económicos da exploração pelo Estado; 5 Administração das Levadas e 6 Tentativas para dar destino definitivo às Levadas do Estado.

No capítulo X respeitante às Indústrias trata-se: A Seu estado actual; B Possibilidades de desenvolvimento; C Indústrias de transportes colectivos e D Produção e comércio de energia eléctrica.

A terceira parte – Possibilidades de Aproveitamentos – abrange os capítulos: A Ribeira de Machico (1.^º aproveitamento Caniçal); B Ribeiras de São Jorge, Faial e Tem-te-não-caias a) Plano geral, b) Ribeira de São Jorge –2.^º aproveitamento Santana e Faial; c) Ribeira de São Roque–3.^º aproveitamento Porto da Cruz d) Ribeiro Frio–4.^º aproveitamento alto de Machico, e Ribeira do Juncal–5.^º aproveitamento Santo da Serra, Santa Cruz e Água de Pena, f) Ribeiras de São Jorge, Seca e Ametade–6.^º aproveitamento Caniço, São Gonçalo e Santa Maria Maior O Ribeiro Bonito–7.^º aproveitamento São Jorge; D Ribeira do Porco–8.^º aproveitamento Arco de São Jorge e Boaventura; E Ribeira dos Moinhos–9.^º aproveitamento Ponta Delgada; E Ribeira Grande–10.^º aproveitamento S. Vicente; G Ribeira da Ponta do Sol–11.^º aproveitamentos Tabua e Ponta do Sol; H Ribeiras de São Vicente, Inferno, Seixal e da Janela–12.^º e 13 G

aproveitamentos Ribeira Brava, Câmara de Lobos, Serra de Água, Calheta e Ponta do Pargo; Ribeira dos Cedros—14.^º aproveitamento Porto do Moniz; J Ribeiro do Seixal—15.^º aproveitamento Seixal; Ribeira de Santa Luzia —16.^º aproveitamento Santa Luzia; L Levada do Pico—17.^º aproveitamento—Pico dos Eirozes; M Ribeira da Janela—18.^º aproveitamento—Porto Moniz; N Armazenamento, retenção e elevação de águas e águas subterrâneas; O Resumo e Conclusões.

É possível e talvez provável que os planos esboçados nesses relatórios e que ficam transcritos venham a sofrer modificações ao serem executados, mas supomos que nas suas linhas gerais não se afastarão muito dos projectos concebidos. E como esses planos levam alguns anos para ser realizados, achamos conveniente deixar aqui exarada esta rápida notícia acerca deles, como um interessante e apreciado esclarecimento.

Foi no «Diário do Governo» de 21 de Outubro de 1943 e datados deste dia que se publicaram os decretos n.^{os} 3.158 e 33.159, que determinam a construção de uma vasta rede de canais de irrigação e fixam as normas a adoptar para a realização de tão inapreciável melhoramento. Há muito que não era outorgada á Madeira uma medida de tamanho alcance e que tão de perto vá aproveitar á economia geral do arquipélago.

Não podemos, por isso, subtrairmo-nos ao desejo de, transcrever os resumos que desses importantes diplomas fizeram os jornais de Lisboa e do Funchal, deixando aqui arquivadas as disposições que mais interessam a este assunto e que servirão de complemento ao que deixámos dito nos capítulos precedentes.

«Por se tratar de um vasto plano de trabalhos, que tem em vista conceder à Ilha da Madeira considerável melhoria relativamente á sua economia agrícola e à sua produção industrial, e atendendo a que tanto os estudos como a execução das obras exigem uma técnica bastante especializada, o Governo entendeu criar um organismo autónomo, de carácter eventual, encarregado de administrar e dirigir a construção de obras novas e a reparação das existentes. Este organismo será designado por «Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira» e dela fará parte um delegado da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.

O valor da execução e administração das obras previstas está computado em 60.000 contos, assim distribuídos:

Aproveitamentos hidráulicos – Obras de rega, 20.798 contos; centrais eléctricas, principais (3), 15.890 contos; e secundárias (2) 3.462 contos.

Redes eléctricas –De transporte e energia, 5.034 contos; e de distribuição geral, 1020 contos; imprevistos, 8.790 contos; e despesas gerais das obras, 5.000 contos.

As obras constantes do plano serão executadas no prazo de dez anos e distribuídas por duas fases, cada uma com cinco anos de duração.

Na primeira, deverão realizar-se as obras seguintes:

Aproveitamentos hidro-agricolas-Machico e Caniçal; Ribeira Brava e Câmara de Lobos; e Ponta do Pargo e Calheta.

Aproveitamentos hidro-electricos – Central da Serra de Água; Central da Calheta; linhas de transporte de energia e subestação do Funchal.

Na segunda, deverão realizar-se as restantes obras previstas no relatório da missão técnica que serviu de base á elaboração do diploma que trata do assunto.

As obras previstas, incluindo as despesas gerais de administração, serão custeadas em partes iguais, pelo Estado e pela Junta Geral do Distrito do Funchal. O encargo anual será, portanto de 6.000 contos, competindo a cada uma das entidades referidas a verba de 3.000 contos.

Permite-se à Junta Geral a faculdade de contrair um empréstimo, em duas séries, cada uma até 15000 contos, para poder suportar os encargos da execução do plano de aproveitamentos hidráulicos.

A comissão administrativa ficará habilitada a gerir os fundos que anualmente lhe forem consignados nos orçamentos gerais do Estado e da Junta Geral do Distrito.

As obras serão executadas pela citada comissão, devendo adoptar-se, de modo geral, o regime de empreitada. Fica também a seu cargo a elaboração dos projectos. Prevê-se ainda a autorização ministerial para determinados estudos e fiscalização de obras poderem ser distribuídos a pessoal estranho à comissão, em regime de prestação de serviço, quando não for possível efectivar esses trabalhos com o seu pessoal técnico.

Com a execução das obras previstas, consegue-se a irrigação de uma área de terreno que se eleva a 3.111 hectares, isto é, cerca de 30% da actualmente regada, o que demonstra bem o grande valor que representam para a economia da Madeira os novos aproveitamentos. É também permitida a assistência técnica e a fiscalização do Estado nas obras de grande reparação e melhoramento dos aproveitamentos existentes, com o objectivo de evitar alguns inconvenientes que se têm verificado na prática, sem contudo se abandonarem

as normas tradicionais da ilha.

Quanto aos aproveitamentos para a produção de energia, valiosos resultados se esperam da sua execução, não só pela influencia que terão na importação de combustíveis, mas também pelo desenvolvimento que se hão-de imprimir às indústrias e outras actividades económicas da Madeira. Para se ajuizar da importância que os aproveitamentos hidro-electricos previstos terão para a economia da ilha, basta observar que a potência permanente, de estiagem, de tais aproveitamentos atinge cerca de 5.830 kw potência que excede, em muito, a actualmente ali instalada.

A resolução do importante problema, a que se acaba de fazer referência, está compreendida no vasto plano de conjunto que o Governo se propôs realizar nas Ilhas Adjacentes.

Começou na Madeira a efectivação desse plano, com as obras de estradas, cuja construção se encontra em franco andamento, está iniciado o plano de estradas nos distritos de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, e vai agora naquela ilha proceder-se à execução das obras dos aproveitamentos hidráulicos, seguindo-se assim, uma ordem que parece a mais conforme com os interesses nacionais.

A taxa de juro dos empréstimos que a Junta for autorizada a contrair não poderá ser superior a 4%, sendo aqueles amortizáveis em vinte anos e em conta corrente durante o quinquénio da execução das obras de cada fase.

A comissão administrativa será constituída por uma individualidade com larga experiência de administração pública, um delegado da Junta, um engenheiro civil de reconhecida competência em estudos de construção de obras hidráulicas e um licenciado em direito com o curso complementar de ciências político-económicas ou em ciências económicas e financeiras, nomeados pelo Governo, servindo o primeiro de presidente e o último de secretário.

A comissão terá como órgão executivo um director-delegado, que será o seu vogal engenheiro civil. Os trabalhos da mesma serão fiscalizados por um engenheiro-inspector superior das Obras Públicas, o qual informará o Governo do andamento das obras e terá autoridade para em nome deste, se opor a qualquer resolução, quando o julgue conveniente.

O pessoal técnico, administrativo e menor, necessário aos serviços, será contratado ou assalariado, nos termos das leis em vigor, sob proposta da comissão e aprovação ministerial.

O pessoal técnico, incluindo os membros da comissão, poderá concorrer aos logares dos quadros permanentes dos serviços afins do Ministério das Obras Públicas e Comunicações nas mesmas condições estabelecidas para os funcionários contratados dos quadros eventuais, no decreto-lei n.º 26.117, de 23 de Novembro de 1935, e quando já pertencente aos quadros permanentes ou eventuais do referido Ministério, é-lhe aplicável a doutrina do decreto-lei n.º 30.896, de 22 de Novembro de 1940, ficando-lhe assegurada a contagem, para a promoção e reforma, do tempo em que nesta comissão de serviço permanecerem, como de actividade nos respectivos quadros.

O Estado e a Junta Geral serão reembolsados das despesas efectuadas com as obras hidro-agrícolas por meio de uma «taxa de beneficiação e rega».

Os projectos de aproveitamentos hidro-agricolas serão baseados no cadastro das propriedades beneficiadas, constituído pela planta agrológica e parcelar na escala 1 /2.500, e pelo registo cadastral de todos os prédios interessados nas obras, contendo, entre outros elementos, os rendimentos bruto e líquido actuais e os que resultarão da execução da obra bem como os encargos ou ónus actuais e futuros, de cada prédio.

O cadastro, bem como o projecto dos estatutos da respectiva Associação de Regantes, serão postos à reclamação dos interessados e patentes, durante 30 dias, em lugar público da freguesia a que pertencerem os terrenos abrangidos pelas obras.

A comissão administrativa promoverá a aquisição ou expropriação dos terrenos e águas particulares e quaisquer direitos, preexistentes ao aproveitamento a que houver lugar, e bem assim ajustará com os corpos administrativos a aquisição por cedência gratuita, permuta ou compra dos terrenos que lhes pertençam e que se tornem necessários á execução das obras aproveitadas.

Considera-se extinta a missão técnica criada pelo decreto-lei 29.718, de 26 de Junho de 1939, a qual fará entrega á comissão administrativa dos aparelhos, utensílios e material por ela adquiridos, mediante inventário.

A comissão administrativa efectivará, imediatamente a seguir á conclusão de obras, a constituição da Associação de Regantes da respectiva levada, em harmonia com os estatutos aprovados, convocando os regantes, por meio de éditos, para se reunirem e elegerem a direcção á qual serão entregues as obras e os estatutos mediante competente auto. A este assunto se refere outro decreto também publicado no «Diário do Governo».

As associações de regantes serão constituídas obrigatoriamente pelos proprietários, usufrutuários, enfiteutas, fiduciários, colonos, arrendatários e parceiros dos terrenos beneficiados pelos respectivos aproveitamentos hidro-agricolas.

A conservação e a exploração das obras, assim como as resoluções das associações de regantes, serão fiscalizadas pela comissão administrativa e, depois desta extinta, pelos Serviços Hidráulicos a cargo da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.

A taxa de beneficiação e rega, destinada ao reembolso das despesas efectuadas com as obras hidro-agrícolas, consistirá numa anuidade fixa por hectare, calculada a uma taxa de juro não superior a 3 % e variável conforme as possibilidades agrícolas e económicas das terras, a base de reembolso em 50 anos.

Esta anuidade constitue um ónus real sobre o prédio e a sua importância pode ser cobrada juntamente com a contribuição predial rústica, constando, todavia de documento separado.

As despesas de exploração e conservação de cada aproveitamento hidro-agricola serão custeadas pelos beneficiários, com o produto de uma taxa anual denominada «exploração e conservação», fixada superiormente com função das obras a executar ou a prever, depois de ouvida a direcção da Associação dos Regantes.

É obrigatória a utilização das águas de rega nos prédios incluídos definitivamente no cadastro, ficando a Junta Geral ou a Associação, mediante aprovação do Governo, autorizadas a expropriar os prédios que os não utilizarem, pelo valor que tinham antes das obras, acrescido da capitalização das anuidades já pagas.

Quando na área dominada pelas levadas que fazem parte do plano aprovado, houver prédios que não sejam regados e outros que já o sejam, a distribuição será feita dando-se, em regra, preferência aos que ainda o

não sejam e cujos proprietários, rendeiros ou colonos não disponham de águas que, economicamente, possam ser encaminhadas para esses prédios. Quando as águas de uma levada possam ser aproveitadas simultaneamente para rega e para produção de energia eléctrica, esta utilização será feita de forma a não prejudicar o regime de rega.

Concluídas as instalações hidro-electricas e respectiva rede geral, promover-se-á a exploração da venda de energia, no regime de arrendamento, em toda a ilha ou por zonas, se outro não for definido pelo Governo, tomando-se para base de licitação a renda progressiva a pagar ao Estado e à Junta Geral segundo os escalões que vierem a ser fixados no caderno de encargos.

A competência atribuída ao Governo pelas disposições atrás mencionadas será exercida por intermédio do Ministro das Obras Públicas e Comunicações».

Estão pois, em via de próxima realização a construção de algumas levadas que servirão de continuação ao grandioso empreendimento iniciado há séculos e que constitui um dos mais importantes factores das prosperidades deste distrito.

XXI – Terminologia Usual – É de todos sabido e ficou bem acentuado nas páginas precedentes que as «levadas» constituem o principal elemento da agricultura madeirense e um dos mais importantes factores da economia de todo o nosso arquipélago. Ainda prestam outros valiosos serviços, como sejam o fornecer a água para todos os usos domésticos a alguns milhares de indivíduos que vivem nos sítios marginais das mesmas levadas, o emprestar a força motriz para o funcionamento de muitas azenhas e o abastecer numeráveis lavadouros públicos com a água indispensável para poderem ser aproveitados durante todo o ano. Assim acontece com o abundante caudal da levada dos Piornais em um percurso superior a uma dezena de quilómetros.

É já quatro vezes secular e generalizado em todo o arquipélago o emprego de termos peculiares destinados a designar as condições e meios de acção em uso no privativo sistema da irrigação madeirense. Embora sejam muito conhecidos e cotidianamente empregados pelas populações rurais, não o são todavia para um número considerável de habitantes citadinos e de modo particular para as pessoas que apenas breve e

passageiramente visitam a Madeira. A estas, em especial, se destina a pequena «nomenclatura» ou «terminologia» que aqui deixamos esboçada acerca dos nossos aquedutos ou canais de irrigação.

Levadas – Apesar de já ficar dito, repetiremos que são estreitos canais abertos no solo e geralmente construídos de sólida alvenaria, que não chegam a ter um metro de largura e cuja profundidade poucas vezes vai além de cinquenta a setenta centímetros. Partem quase todas de pontos centrais da ilha, encabeçando a maior parte delas nos rios das ribeiras, havendo algumas que medem dezenas de quilómetros de comprimento.

Caudal ou volume» de água. – É bastante variável o fluxo do caudal ou «volume» de água, que corre em cada aqueduto, ainda mesmo que esse «volume» totalmente se destine à irrigação de um só lugar. Mais variável porém se torna quando o «volume» comum que atravessa o canal se divide em duas, três ou quatro partes, afim de proceder-se às regas em outros tantos lugares diferentes. O volume de cada linha de água para a irrigação em um só ponto pode aproximadamente variar entre o fluxo contínuo de 12 e 30 litros por segundo ou sejam de 720 a 1800 penas. Há levadas de um caudal pouco abundante, que apenas aproveitam a certas culturas, e há outras de mais volumoso caudal, que indistintamente podem servir para todas as regas.

Madre da Levada – Dá-se esta designação aos locais da sua origem ou pontos de confluência com outros aquedutos e também às paredes de alvenaria ou de barro que formam as mesmas levadas. Na Madeira, designava-se, em outro tempo, por «madre de água» o ponto em que brotavam as nascentes ou «tornos» de água.

Caixa da Levada – É o próprio aqueduto, abstraído do caudal que nele corre.

Mainel da Levada – São «mainéis» as paredes da levada e particularmente a parte que sobressai ao solo adjacente.

Esplanada–É a estreita vereda que em geral acompanha contígua e paralelamente a levada em quasi toda a sua extensão. É geralmente aproveitada como servidão e caminho para os moradores das vizinhanças.

Caixa Divisória – Há aquedutos que conduzem um caudal abundante, destinado a ser dividido em dois, três

e quatro «lanços» ou aquedutos secundários para a irrigação em diversos pontos, realizando-se a sua rigorosa repartição em local apropriado para esse fim, que tem o nome de «Caixa Divisória».

Furados – Aos pequenos túneis ou estreitos caminhos subterrâneos destinados a passagem dos aquedutos, dá-se na Madeira o nome de «Furados». Os mais importantes são o Furado Velho da Levada Velha do Rabaçal, que mede 450 metros de extensão, e o Furado Novo da Levada Nova do Rabaçal, que tem 800 metros de comprimento, havendo outros de muito mais limitada extensão.

Lanço – Quando um caudal se reparte, afim de proceder-se à irrigação em diversos pontos aplica-se a cada uma dessas divisões a designação de «lanço» ou «ramal», sendo este, por vezes, susceptível de subdivisões.

Adufas – Conservam este nome as pequenas «comportas», que se fazem nos mainéis ou paredes dos aquedutos e destinadas a dar vasão às águas nos pontos em que se procede a irrigação.

Giro – Em sentido mais lato, entende-se por «giro» o período inteiro da irrigação que normalmente se estende do mês de Abril ou Maio aos fins de Setembro. Em sentido mais restrito, chama-se «giro» ao tempo decorrido entre a rega de um terreno e a sua rega subsequente, lapso este de dias, que geralmente não se altera para cada levada. É porém, variável de uma para outra levada, mediando cada «giro» entre quinze e trinta dias. Há casos em que o «giro» se divide, havendo «giro pequeno» e «giro grande».

Adopta-se a expressão «um ano de giro» para significar o direito que têm os cultivadores a irrigar as suas terras durante todo o ano, isto é, durante o tempo normal das regas, em virtude de arrendamentos por eles feitos às levadas do Estado ou ainda às levadas particulares.

Quando se diz que uma propriedade rústica «tem uma hora de água no giro de quinze dias», deve entender-se que essa propriedade goza do direito de ser irrigada de quinze em quinze dias, durante o tempo de uma hora dentro do período ordinário da irrigação.

Heréus – «É, ao presente, diz-nos o ilustre comentador das Saudades no ano de 1873, nesta ilha da Madeira, o proprietário de qualquer porção de água em uma levada, mas originariamente era o agricultor ou colono que cultivava terras regadias». Embora o Dr. Azevedo nos informe que este termo foi usado, em sentido análogo, no continente português, a verdade é que o não encontramos registado nos modernos

dicionários da língua, parecendo-nos que é hoje privativamente empregado neste arquipélago com o significado que fica indicado.

Como atrás se disse e se vê por vários diplomas legislativos, existem na Madeira diversas associações de «heréus», legalmente organizadas e formadas pelos proprietários de águas das levadas com administração própria exercida por uma «Comissão» eleita pelos mesmos «heréus». As levadas mais importantes têm cada qual a sua administração autónoma e independente das outras levadas. Em um documento oficial do ano de 1485, encontra-se já o termo «heréu», com significação idêntica á que hoje lhe é atribuída.

Juiz da Levada – O Estado considerou-se durante séculos o único proprietário das águas destinadas ao uso comum dos cultivadores das terras, estando a cargo dos donatários, dos governadores gerais e dos governadores e capitães-generais a direcção de todos os serviços respeitantes ás mesmas águas, que para isso nomeavam um «Juiz», geralmente escolhido entre pessoas qualificadas do nosso meio social. Os «heréus» foram-se a pouco e pouco libertando dessa tutela e adquirindo a propriedade das águas, passando á nomeação de comissões administrativas, que uma lei tornou autónomas e com vida jurídica própria, quando fossem observadas determinadas cláusulas. Desnecessário será dizer que este regime respeita somente ás levadas particulares, pois as do Estado, que contam pouco mais de um século de existência, são administradas pelas respectivas repartições de obras públicas.

Sacadas – Dá-se comumente este nome ás «paredes» de pedras e torrões de argila atravessadas nas correntes, fazendo desviar furtivamente as águas para as terras marginais das mesmas correntes, antes de entrarem nos aquedutos, diminuindo deste modo o caudal das levadas.

Terral – Era conhecido este termo, e em alguns logares ainda o é, para designar a contribuição a satisfazer por cada «heréu» e destinada ás despesas havidas na conservação das levadas e pagamento do pessoal nelas empregado. O arrendatário da água, que não era «heréu» não pagava «terral», mas contribuía com uma módica importância para o mesmo fim a que se chamava «a vigia».

No serviço das regas é muito usual o emprego destes termos: tornadouro para designar o local em que a linha de água entra nos terrenos a irrigar ou nos «regos» cultivados; levadeiros se chamam os homens encarregados da distribuição da água, para efeito das regas, nas diversas propriedades; e minadoiros são as

pequenas nascentes de água que afloram à superfície do solo.

Vigias — Durante o período da irrigação, vários indivíduos percorrem permanentemente as margens das levadas, afim de manter-se a livre passagem do caudal, desobstruindo o aqueduto de qualquer obstáculo que prejudique essa passagem.

XXII – As Levadas e os Arvoredos — Embora talvez hisperbolicamente, mas com um certo pitoresco, se diz algures que «as árvores são as mães das levadas», para assim se exprimir a íntima afinidade que existe entre a vegetação florestal e os mananciais que alimentam os aquedutos empregados na irrigação madeirense. Essa próxima correlação constitui uma verdade elementaríssima, que até os mais modestos cultivadores de terras reconhecem, e consubstancia a evidente necessidade de promover-se e manter-se um intenso repovoamento dos arvoredos, especialmente nas eminências das serranias e de modo muito particular nas imediações das origens das respectivas nascentes. No entretanto, sempre que se oferece oportunidade de tratar das «levadas», é ponto obrigado uma referência ao rico e inapreciável contingente que as florestas emprestam aos caudais, que formam as mesmas «levadas».

É de todos sabido que as eminências cobertas de arvoredo favorecem notavelmente a formação dos nevoeiros, a condensação dos orvalhos e a queda das chuvas, podendo todo o revestimento florestal ser considerado como um dos mais poderosos meios de atracção das águas pluviais que fertilizam uma região. O fenómeno meteorológico é facilmente verificável na Madeira, apesar da limitada área dos seus oitocentos quilometros quadrados de superfície.

A necessária conservação das águas, a sua gradual infiltração através do solo e a sua regular distribuição pelas vertentes e encostas deve-se em grande parte à benéfica existência dos arvoredos. Deste modo se vão alimentando as fontes e nascentes e formando-se os abundantes e preciosos mananciais, pois, de outra sorte, as águas das chuvas se transformariam em rios mais ou menos caudalosos, causando os maiores estragos nos terrenos marginais e ainda se perderiam nos leitos pedregosos das ribeiras.

Com a distribuição mais ou menos regular e uniforme das águas pluviais, favorecida pela permanência dos grandes maciços arbóreos, não somente se evita o frequente arrastamento de muitas terras aráveis, como ficou dito, mas também se fixa e consolida a estabilidade de muitas glebas já cultivadas e de valiosa

produção agrícola, que as chuvas torrenciais, sem diques que as contivessem, destruiriam na sua impetuosa passagem. É este certamente um inapreciável benefício que, embora de uma maneira indirecta, as florestas prestam á mais importante e generalizada indústria madeirense, além de prevenir e acautelar a ocorrência de incalculaveis prejuízos.

A larga experiência dos anos vem insofismavelmente demonstrando que os caudais das levadas estão diminuindo de volume na razão directa da destruição dos arvoredos. É certo que as favoráveis condições climatéricas e a exploração de novas nascentes tem parcialmente corrigido essa perda lamentável, mas o mal perdura e tende a agravar-se assustadoramente. Ninguém pode duvidar que, no decorrer do tempo e a persistir o já tradicional vandalismo, as águas de regadio ficarão reduzidas a bem limitadas proporções, afectando profundamente a indústria agrícola, de que vive setenta por cento da população madeirense, e produzindo inevitavelmente um grande e talvez irremediável desequilíbrio em toda a economia do arquipélago.

Não é, pois, uma impertinente insistência nem uma descabida redundância o vir alguém, embora pela milionésima vez, tratar o «velho e relho» mas sempre novo e actual assunto da arborização das nossas serras.

Vem de longe as enérgicas medidas de repressão emanadas do governo da metrópole e destinadas a combater a destruição dos arvoredos desta ilha, datando de 1493 o alvará régio de D. João II, que é o mais antigo de que há notícia e ao qual se seguiu a promulgação de outros diplomas legislativos, nomeadamente o conhecido «Regimento das Madeiras», do ano de 1515, que já foi chamado o verdadeiro «Código Florestal da Madeira». Em alguns desses alvarás, encontram-se disposições expressas acerca dos benefícios que as matas prestam ás nascentes, acautelando-se a permanente conservação destas origens com o fim de serem destinadas ao importante serviço da irrigação. Outras providencias se adoptaram no decorrer do tempo, como foi o alvará régio de D. João IV de 12 de Janeiro de 1641, em que tão severamente se condena o prejudicialissimo uso de «se acabarem cada vez mais as nossas serras, com contínuos e crescentes cortes de arvoredos em detrimento da necessária condensação atmosférica, do regime das chuvas e consequentemente dos caudais das levadas e das fontes.»

Não nos referimos á benéfica influencia que as matas exercem em diversos aspectos do clima, aos serviços que prestam como combustível, como forragens e como matéria prima para certas industrias e ainda a

outras prestimosas aplicações por ser objecto estranho ao particular assunto deste capítulo.

XXIII - Legislação e Bibliografia – Para quem pretenda possuir uma notícia mais circunstanciada acerca do assunto, tão importante para a nossa terra dos aquedutos e mananciais empregados na irrigação, e de que apenas deixámos aqui traçado um ligeiro esboço, vamos fazer rápida menção dos principais diplomas legislativos e dos mais conhecidos escritos, que de modo particular interessam a esta matéria e que fornecem elementos muito apreciáveis para o seu estudo:

«Capítulo» do ano de 1451 do infante D. Fernando, grão mestre da Ordem de Cristo, registado a fls. 207 do tomo 1.^º do «Arq. da Cam. do Funchal, mandando nomear dois indivíduos encarregados da repartição das águas de regadio; Cartas régias de 7 de Março e 8 de Maio de 1493, em que se consignam os direitos dos cultivadores das terras ás nascentes destinadas á irrigação, achando-se integralmente transcritas a páginas 673 e seguintes das *Saudades da Terra*», Carta régia de 9 de Fevereiro de 1502, adoptando várias providencias que facilitam a construção dos aquedutos («*Saud. da Ter.*» a pag. 688); Carta régia de 2 de Fevereiro de 1515, em que se tomam algumas medidas acerca de diversas levadas com respeito ás nascentes e distribuição das águas (Arq. da Cam. 1-116); Cartas régias de 26 de Setembro e 19 de Outubro de 1562, que particularmente se ocupam das levadas da «Ribeira dos Socorridos» dos «Piornais» e do «Castelejo», (citadas a pag. 691 das «*Saudades da Terra*»); Três cartas régias do ano de 1563 , registadas no Arq. da Cam. e indicadas nas *Saud.* a pag. 691, estabelecendo diversas providencias em reforço das medidas já adoptadas; Cartas régias de 1644 e 1655, concedendo empréstimos para a realização de importantes melhoramentos nas nascentes e aquedutos; Carta régia de 5 de Março de 1770, confirmando as antigas concessões feitas, transcrita a pag. 711 das «*Saudades da Terra*»; Portaria de 13 de Julho de 1839 acerca da conclusão de uma levada construída no sítio do Ribeiro Frio da freguesia do Paial; Decreto de 8 de Novembro de 1839 ordenando á Junta Geral a organização dos regulamentos para o serviço das levadas; Portaria de 1 de Março de 1840 aprovando os estatutos da Sociedade da Nova Levada do Furado; Lei de 12 de Novembro de 1841 estabelecendo que não seja alterada a legislação especial das águas das levadas; Lei de 11 de Julho de 1849, autorizando o Governo a concluir as obras da Levada do Rabaçal; Lei de 11 de Março de 1884 regulando o pagamento dos empréstimos para as obras das levadas; Lei de 26 de Julho de 1888, permitindo ás associações de «heréus» adquirirem bens imobiliários e conferindo-lhes capacidade jurídica; Portaria de 30 de Maio de 1894 nomeando uma comissão para o estudo de um regimento para as florestas e águas da Madeira; Decreto de 9 de Novembro de 1894 concedendo um subsídio para a construção da Levada do

Furado; Lei de 21 de Maio de 1896 autorizando o Governo a adjudicar a construção das levadas; Decreto de 18 de Junho de 1896, mandando abrir concurso para a adjudicação; Decretos de 13 de Novembro de 1903, 3 de Janeiro de 1905, 24 de Agosto do mesmo ano, 29 de Agosto de 1906 e 6 de Novembro do mesmo ano, abrindo diversos créditos para a construção de novas levadas; Portaria de 14 de Novembro de 1910, concedendo provisoriamente o aproveitamento das águas da Ribeira da Janela, que não sejam utilizadas pelos proprietários marginais; Lei de 20 de Abril de 1914, mantendo às entidades jurídicas «Levadas da Madeira» os direitos adquiridos sobre determinadas águas de nascentes existentes em prédios alheios; Decreto de 31 de Julho de 1928 autorizando a venda das levadas; Decreto de 14 de Fevereiro de 1931, mantendo as «Levadas» os direitos por elas adquiridos á data da publicação do Código Civil, ressalvados os direitos da lei de 14 de Abril de 1914; Decreto de 26 de Junho de 1939, enviando á Madeira uma missão técnica para o reconhecimento das possibilidades técnicas e económicas nos aspectos hidro-electricos e hidro-agricolas em conjunto , e Decretos números 33.158 e 33.159, datados de 21 de Outubro de 1943, que autorizam a construção de uma importante e vasta rede de canais de irrigação e fixam as normas a adoptar para a realização desse inapreciável melhoramento.

De todos os diplomas legislativos que ficam citados, devem considerar-se como as bases fundamentais, que constituem as verdadeiras leis orgânicas da vida das levadas, as cartas régias de 1493, 1515 e 1563 e os decretos de 1841, 1888, 20 de Abril de 1914, 14 de Fevereiro de 1931 e 21 de Outubro de 1943, embora os restantes encerrem elementos valiosos para os que quiserem adquirir um mais largo conhecimento deste importante assunto.

Entre os escritos publicados acerca das levadas da Madeira, três superiormente se destacam pela sua relativa extensão, inteira imparcialidade e reconhecida proficiência. Nenhum deles constitui um trabalho de conjunto, pois que os seus autores, versando a matéria sob restritos pontos de vista, não pretendiam fazer um estudo completo, mas somente expor o assunto de que singularmente pretendiam ocupar-se. No entretanto, é certo que em todos esses escritos se encontram valiosos dados e informações, que são indispensáveis para qualquer estudo que se pretenda elaborar. São eles: «Representação dirigida ao Governo acerca das águas de irrigação na Madeira» pelos presidentes de diversas associações de heréus, redigida pelo Dr. Quirino Avelino de Jesus e publicada no ano de 1897 em um opúsculo de 34 páginas; «Plano Geral de distribuição das águas da Levada da Serra do Faial» pelo engenheiro Adriano Augusto Trigo, um volume de 138 paginas, publicado em 1911; «das águas no Direito Civil Português» pelo Dr. Guilherme Alves Moreira, publicado em 1920, onde se encontra um desenvolvido capítulo sob o número 21

e intitulado «Os direitos adquiridos sobre as águas e levadas na Madeira».

A concessão ou adjudicação das levadas, a aplicação do régimen hidráulico do Continente á Madeira e os projectos da venda das mesmas levadas provocaram largas e acirradas discussões na imprensa do Funchal, em que as paixões políticas, os interesses e os ódios não deixaram de ter um farto e deplorável quinhão. É no entretanto indubitável que esses artigos, em numero aproximado de cem, fornecem elementos apreciáveis para quem pretender fazer a historia circunstanciada das fases por que têm passado a gerência e direcção das levadas madeirenses.

Pode consultar-se especialmente o Diario do Comercio de Agosto e Setembro de 1896, o Diario do Comercio de Março, Abril, Agosto, Setembro e Outubro de 1897 e Abril de 1898, o Diário Popular de Julho, Agosto e Novembro de 1897 e Abril, Maio e Julho de 1898, o Diário de Notícias de Maio de 1897 e Abril e Maio de 1898, e o Correio do Funchal de Janeiro e Fevereiro de 1897. Os numerosos artigos da imprensa funchalense acerca do projecto da venda das levadas de 1916, e publicados nos meses de Fevereiro e Março do mesmo ano, foram coligidos num volume de 196 páginas intitulado A Imprensa e os três projectos.

Além das obras e dos jornais citados, podemos mencionar sobre levadas as seguintes publicações: Saudades da Terra, do Dr. Gaspar Frutuoso e anotadas pelo Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo; Apontamentos para o estado da crise agrícola no distrito do Funchal, pelo Dr. João da Câmara Leme Homem de Vasconcelos, Funchal, 1879; levadas da Madeira. Relatório justificativo da proposta apresentada pelo Consultorio de Engenharia e Architectura do Funchal no concurso para a adjudicação da Empresa de irrigação no arquipelago da Madeira, por Carlos Roma Machado de Faria e Maia e Anibal Augusto Trigo, Lisboa, 1896; As aguas e as levadas da Madeira, por Quirino Avelino de Jesus, artigo publicado no n.º 51 (Março de 1898) da revista Portugal em Africa, que ocupa as pags. 81 a 127; e A Empreza das Levadas nas mãos de um aventureiro... agravo para a Relação de Lisboa em que é aggravado Manuel Alexandre de Sousa e aggravante Anibal Augusto Trigo, Funchal, 1896, 41 pag..

Nas colunas de O Jornal e subordinado ao título genérico de «Problema Máximo», deixámos inserta uma série de artigos, em que advogámos a necessidade da construção de mais algumas levadas, da conservação e melhoria das existentes e da exploração de novas nascentes, afim de aumentar o volume dos respectivos caudais.

Léveillê (Hector). Distinto botânico francês nascido a 13 de Março de 1863 e falecido no Mans a 25 de Novembro de 1918. Sobre a flora madeirense escreveu os seguintes trabalhos: *Les Onotheracées de Madère* (Le Monde des Plantes, Outubro, 1896); *A propos de deux plantes de Madere* (Idem, Outubro de 1897); e *Les Renonculacées, Geraniacées et Haloragées de Madere* (Idem, Fevereiro, 1898).

Não visitou a Madeira, tendo-lhe sido fornecidos por um dos autores deste Elucidário os materiais precisos para os estudos que fez sobre a flora desta ilha.

Liberal (O). Publicaram-se quatro números deste jornal, sendo o primeiro a 23 de Dezembro de 1875.

Com o mesmo título, publicou-se outro jornal nesta cidade, desde 1 de Maio a 7 de Dezembro de 1913, tendo saído 176 números.

Liberdade (A). Saíram quatro números deste jornal, sendo o primeiro a 12 de Março de 1870 e o último a 12 de Abril do mesmo ano.

Com o mesmo título se publicou outro periódico nesta cidade, de 20 de Novembro de 1878 a 5 de Fevereiro de 1879, dando 59 números.

Liceu. A instrução secundaria esteve no nosso arquipélago principalmente confiada aos religiosos da Companhia de Jesus até o ano de 1759, em que foram expulsos desta ilha. No seu Colégio, onde está hoje aquartelado o regimento de infantaria n.º 27, ensinavam os jesuítas as humanidades nas chamadas Aulas do Pátio, que eram uma dependência do mesmo Colégio, e ali dirigiam, além dum curso teológico, as disciplinas de línguas portuguesa e latina, filosofia e retórica (V. jesuítas).

Em 1772, por Carta Regia de 6 de Novembro, estabeleceu o marquês de Pombal na Madeira três aulas de latim, uma de grego, uma de retórica e outra de filosofia, suprindo deste modo a falta ocasionada pela extinção do curso regido pelos jesuítas. Nos princípios do século XIX, foram criadas nesta cidade as aulas de

desenho e pintura, de aritmética e geometria, e mais tarde as de língua francesa e inglesa. Algumas destas disciplinas funcionavam nas antigas Aulas do Pátio e as restantes em outros edifícios do Estado. Não tinham estes estudos a conveniente organização científica e literária, nem a sua orientação obedecia a métodos e programas de ensino definitivos, carecendo sobretudo duma direcção que lhes imprimisse unidade e fizesse deles um curso sistemático e regular.

O decreto de 17 de Novembro de 1836 estabeleceu um liceu na capital de cada distrito do Continente e Ilhas Adjacentes, onde seriam professadas dez cadeiras ou disciplinas, dando por terminado o exercício das aulas que funcionavam antes dispersamente pelo país.

Ao governador deste arquipélago Antonio de Gamboa e Liz, foi ordenado que desse execução ao decreto e promovesse a criação do liceu nesta cidade. O edifício escolhido foi o das antigas Aulas do Pátio, reunindo o primeiro conselho dos professores e instalando-se o novo estabelecimento de instrução no dia 12 de Setembro de 1837. A sua abertura, que revestiu grande solenidade, realizou-se a 10 de Outubro seguinte e neste mesmo dia começou o regular funcionamento das aulas.

Os primeiros professores nomeados provisoriamente, que ali regeram cadeiras, foram o Dr. Manuel Joaquim Moniz, que serviu de reitor interino, o Dr. João de Freitas e Almeida, Marceliano Ribeiro de Mendonça e Alexandre Luis da Cunha, passando todos á efectividade por decreto de 17 de Setembro de 1838. Por decreto da mesma data, foi o Dr. Lourenço José Moniz nomeado professor proprietário e reitor efectivo do nosso liceu. Francisco de Andrade começou a reger uma cadeira, como professor provisório, em princípios do ano lectivo de 1838, sendo promovido á efectividade a 19 de Novembro do mesmo ano.

Foram sucessivamente nomeados professores efectivos o Dr. Luis da Costa Pereira (1850), José Camilo Delanave (1854), Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo (1855), Dr. Joaquim Camelo Lampreia (1859), Dr. Manuel José Vieira (1861), João Fortunato de Oliveira (1863), Dr. José Leite Monteiro (1867), Daniel Simões Soares (1881), Dr. Mauricio Augusto Sequeira (1887), Padre Ricardo Augusto Sequeira (1887), etc..

Têm servido de reitores deste liceu o Dr. Manuel Joaquim Moniz (1837), Dr. Lourenço José Moniz (1838), Marceliano Ribeiro de Mendonça (1850), Francisco de Andrade (1866), Dr. Nuno Silvestre Teixeira (1881), cônego Manuel Esteves Fazenda, (1900), Dr. Nuno Silvestre Teixeira (1900), Dr. António Augusto Pereira da Silva (1910), Anibal Sertorio dos Santos Pereira, Dr. Damião Peres, Dr. Joaquim Carlos de Sousa Dr.

Alberto Figueira Jardim, Dr. Antonio Luis Franco Dr. Angelo Augusto da Silva.

Entre os professores falecidos, foram considerados como verdadeiras notabilidades no ensino, não só pela maneira brilhante como regeram as suas cadeiras, mas ainda pelos valiosos trabalhos que deram à luz acerca das matérias que ali professaram, Francisco de Andrade com as suas gramáticas da língua pátria, Marceliano Ribeiro com uma gramática latina e os seus estudos sobre filosofia, e o Dr. Alvaro de Azevedo com um Livro sobre critica literária e um compêndio de leitura, filologia e redacção.

Entre os relatórios escritos pelos reitores, destacam-se os de Marceliano Ribeiro de Mendonça e do Dr. Nuno Silvestre Teixeira, alguns dos quais se acham impressos, merecendo, porém, uma especial referência os valiosos «Anuarios» saídos a lume nos últimos anos e elaborados pelo distinto reitor Dr. Ângelo Augusto da Silva.

Cremos que as dez cadeiras ou disciplinas estabelecidas pelo decreto de 17 de Novembro de 1836 não foram professadas no nosso liceu desde a sua criação, e que somente em anos imediatos é que a regência delas se tornou efectiva. Não podemos acompanhar as diversas fases por que tem passado o ensino no liceu desta cidade através das muitas reformas de instrução secundaria, porque isso exigiria um paciente trabalho de investigação que a brevidade do tempo e a estreiteza desta obra não nos permitem realizar.

Como dissemos, foi o liceu instalado nas antigas Aulas do Pátio, que eram dependências do Colégio dos Jesuítas e tinham acesso pela rua dos Ferreiros, permanecendo ali mais de 40 anos e sendo transferido em Janeiro de 1881 para uma casa da mesma rua, que era um antigo solar dos morgados Vasconcelos de Couto Cardoso e depois pertenceu aos barões de São Pedro, onde principiou a funcionar no dia 11 do mesmo mês e ano. Em Janeiro de 1914, mudou as suas instalações para o antigo Paço Episcopal, à antiga rua do Bispo, hoje Gomes Freire, onde actualmente (1921) se encontra, e em 1880 esteve algum tempo em umas dependências do palácio de São Lourenço.

O opúsculo «Cem Anos de Vida Escolar» da autoria do professor J. R. Basto Machado publicado no ano de 1937, por ocasião de passar o primeiro centenário da criação do liceu do Funchal, encerra alguns dados que interessam á historia deste estabelecimento de ensino.

Há muito que a imprensa local e todos os reitores que se têm sucedido na direcção do nosso liceu não deixaram nunca de insistir na imperiosa necessidade da construção de um edifício destinado á instalação,

nas exigidas condições pedagógicas, daquele importante estabelecimento de ensino secundário. Depois de ponderados estudos respeitantes á escolha do local mais apropriado a esse fim e à maneira de realizar essa dispendiosa construção, resolveu a Junta Geral do Distrito tomar a iniciativa desse empreendimento de tão notável alcance social e educativo, havendo para isso obtido do Governo Central a cessão do antigo hospital militar desta cidade, o que foi autorizado pelo decreto de 5 de Setembro de 1936. Dentro de pouco tempo se iniciaram os trabalhos da suntuosa construção, que prosseguiram rapidamente e sem interrupção e no mês de Outubro de 1942 achavam-se instalados no novo edifício todos os serviços liceais e satisfeita uma das grandes necessidades do nosso meio, havendo principiado o funcionamento das diversas aulas no dia 8 do mês e ano referidos.

Licopodiáceas. Estas Criptogamicas Vasculares estão representadas na Madeira pelas duas espécies seguintes: *Lycopodium complanatum* e *L. Selago*, servindo esta ultima, durante a época do Natal, para ornamentar as lapinhas ou presépios.

Liebetruth (Dr.). Botânico austríaco que colheu algas marinhas na Madeira, em 1862.

Lignite. No Ribeiro do Meio, no vale de S. Jorge, a cerca de 300 metros acima do nível do mar, conhecem-se há muitos anos dois veios ou depósitos de lignite impura, estando esta lignite associada a diferentes camadas de tufo e argila, numa das quais foram encontradas em abundância folhas fósseis de Dicotiledonias e de Fetos. Como sobre os depósitos assenta uma espessa camada de basalto e de escórias, com mais de 300 metros de alto, parece evidente que no local existiu uma vegetação terrestre abundante, muito anterior ás formações vulcanicas que o cobrem.

A natureza dos tufos que acompanham a lignite e alguns dos aglomerados próximos, autorizam, diz Lyell, a admitir que perto do local onde existem os depósitos houve outrora uma série de erupções, não sendo impossível, portanto, que a mesma lignite e as folhas se tivessem acumulado numa cratera, e que a erosão do vale as pusesse depois a descoberto.

Diz-se que a analise da lignite de S. Jorge acusou 60 por cento de carvão e 30 por cento de cinzas.

Esta lignite que durante largos anos estivera soterrada em virtude de desmoronamentos dos terrenos superiores foi novamente posta a descoberto em 1917.

V. Jazigos de fôlhas e Fanerogâmicas.

Ligusto (*Ligustrum japonicum*). Arvore da família das Oleaceas que se vê nalgumas ruas, praças e jardins públicos e particulares. Tem folhas grandes, ovado-acuminadas e flores brancas, muito aromáticas dispostas em panículas.

Lima (Dr José L. Avila e). Foi eleito deputado por este arquipélago a 28 de Agosto de 1910. Não chegou a reunir-se o parlamento por ter sido proclamada a Republica a 5 de Outubro do mesmo ano.

Lima e Cunha (Henrique de). Nasceu no Barreiro a 15 de Março de 1843 e faleceu em S. Pedro de Sintra a 17 de Outubro de 1915. Era oficial de artilharia, comandou, sendo capitão, a companhia n.º 3 de artilharia de guarnição, foi professor de desenho no liceu do Funchal e desempenhou uma comissão na Direcção das Obras Publicas do distrito. E.: Plano de melhoramentos para a ilha da Madeira, Lisboa, 1879, folheto.

Limeira (*Citrus medica*, subsep. *Lumia*). Pequena árvore da família das Rutaceas, pouco cultivada na Madeira. Os seus frutos são conhecidos pelo nome de limas ou limões doces.

Limites da Cidade. A postura municipal de 30 de Dezembro de 1909, confirmada pela Comissão Distrital em 3 de Agosto de 1911 estabeleceu que a parte urbana do Concelho do Funchal era o perímetro formado pelos ângulos cujos vértices se apoiam nos pontos seguintes: 1.º Hotel Reid á Estrada Monumental; 2.º Ponte Velha do Ribeiro Seco; 3.º Intersecção da R. do Arcebispo D. Aires com a Estrada da

Levada de Santa Luzia; 4.^º Intersecção da dita Estrada com a Avenida de Pedro José de Ornelas; 5.^º Intersecção do Caminho do Palheiro do Ferreiro com o Caminho do Terço; e 6.^º Foz da Ribeira de Gonçalo Aires. A ligação do 3.^º e 4.^º vértices deve supor-se feita pela linha poligonal que segue todas as sinuosidades da Estrada da Levada de Santa Luzia.

Os limites da cidade eram os seguintes, segundo o alvará de 5 de Outubro de 1863: ao sul as praias da baía do Funchal; a leste, na freguesia de Santa Maria Maior, os sítios de Louros, Forca e Rochinha de Cima; ao norte, na freguesia de Santa Luzia, os sítios do Vale Formoso, Calçada da Torrinha e Ponte do Deão; e a oeste, na freguesia de S. Pedro, os sítios do Pico, S. João da Ribeira, Maravilhas, Ribeiro Seco e Ponte Monumental.

Antes daquele alvará era a cidade limitada pela ermida de Santa Catarina, Ponte de S. Paulo, Castelo do Pico, Beco dos Arrifes até o moinho de cima, igreja de Santa Luzia, Pena, Rochinha e Encruzilhada da Forca, tendo estes limites sido fixados por uma comissão nomeada em sessão camarária de 19 de Dezembro de 1809.

A Cidade principiou a estender-se para os lados do Ribeiro Seco e do Caminho do Monte depois da aluvião de 1803, em razão de terem ficado arruinados muitos prédios da cidade e haver falta de habitações para muitas famílias.

A Câmara Municipal, em sua sessão ordinária de 17 de Outubro de 1927, resolveu dar á cidade uma área excessivamente vasta, internando-a muito nas freguesias suburbanas e fixando os seus limites nos seguintes termos, que aliás, não primam pela clareza; «Do mar em linha recta ao Caminho de ligação da Estrada Nacional n.^º 23 com o Caminho Velho de S. Gonçalo, Caminho da Igreja de S. Gonçalo, Caminho do Palheiro Ferreiro, Caminho do Terço, Caminho da Levada do Bom Sucesso, em linha recta á Estrada da Levada de Santa Luzia, daqui em linha recta ao Muro da Coelha (norte da Quinta Drolhe), Caminho da Água de Mel, Álamos, Ponte da Ribeira Grande, Quinta do Leme, Pilar, Avista-Navios, Caminho de São Martinho e do Amparo á Estrada Monumental e em linha recta até ao mar».

Com estes novos limites, fixados á área da cidade, passou ela a ter uma quasi duplicada superfície, tomando proporções verdadeiramente exageradas. Segundo a deliberação camarária de 1909, faziam parte integrante da cidade as freguesias da Sé e de Santa Luzia, a quasi totalidade da de São Pedro e ainda uma parte considerável da de Santa Maria, sendo por isso chamadas freguesias urbanas. Pela nova divisão citadina de

1927, ficou a capital do distrito compreendendo a área estabelecida em 1909, acrescida da superfície que lhe deram as freguesias suburbanas de São Martinho, Santo António, São Roque e São Gonçalo, sendo a paróquia do Monte a única que não comparticipa do perímetro recentemente fixado aos limites da cidade. A sua antiga área, que era computada em cerca de quinhentos hectares, deve actualmente atingir uma superfície aproximada de 750. A verdade é que o alargamento demasiado da cidade não feriu as atenções da população, que continua considerando como extremos do Funchal citadino os limites que lógica e acertadamente lhe foram fixados no ano de 1909. O censo oficial da população relativo ao ano de 1920 atribui à cidade o número de 24.284 habitantes, estando hoje esse número muito aumentado, não só pelo natural crescimento da população, nas ainda pelo alargamento que a cidade teve em 1927, como já fica referido.

Limoeiro (*Citrus medica* subesp. *Limonium*). Rutacea do Himalaia, muito cultivada na Madeira. O sumo dos seus frutos serve para a preparação de limonadas e é útil em certas inflamações da garganta. O limoeiro que produz os limões chamados de galinha, é a variedade acida da subespécie *Limonium*.

Limoges. Apelido de família de origem francesa, hoje extinto na Madeira. Felipe Gentil de Limoges instituiu o morgado e capela de S. Filipe, em Santa Maria Maior. V. São Filipe (Capelas de).

Limonite. Óxido de ferro anidro. Encontra-se em massas com o carácter de concreções, na Ponta de S. Lourenço (ilha da Madeira).

Lindinger (Dr. Leonhard). E.: Die Schildlause (Coccidae) Europas, Nordafrikas und Vorderasiens, einschliesslich der Azoren, der Kanaren und Madeiras...; Stuttgart, 1912, 388 paginas.

Este trabalho assinala 18 espécies madeirenses encontradas sobre 34 espécies diferentes de plantas.

Lindman (Dr. Carlos). Botânico sueco que visitou a Madeira em 1885. As algas colhidas por ele nesta ilha, foram determinadas pelo professor Oscar Borge.

Língua Cervina. O feto que os madeirenses designam por este nome é o *Elaphoglossum squamosum*, caracterizado pelas folhas alongadas e cobertas de escamas ferruginosas ou quás negras. Esta espécie vive no Porto da Cruz, na Boa Ventura, nos Lamaceiros, etc., e é muito usada na Madeira como medicamento bêquico. O feto conhecido em Portugal pelo nome de língua cervina, é o *Scolopendrium vulgare*, espécie que é também madeirense, mas bastante rara.

Língua de Vaca (*Sonchus fruticosus*). Composta de 1 a 3 metros, frequente no Monte, na Camacha e nas ravinas do interior. Tem folhas alongadas, com os lóbulos laterais largos e arredondados, e capítulos grandes, amarelos, umbelados, formando pelo seu conjunto uma panícula. É conhecida também pelo nome de serralha da rocha.

Linhite. V. Lignite.

Linho (*Linum usitatissimum*). Esta planta têxtil é cultivada em quasi todas as freguesias da Madeira, ocupando uma área de uns 150 a 200 hectares. O linho em seguida á colheita, é passado pelos dentes do ripanço, afim de perder a baganha, indo depois a curtir para dentro de tanques ou nas águas das ribeiras, onde permanece por 8 a 10 dias. Decorrido este prazo, é posto a secar, depois do que é esmagado com um malho. Afim de separar as fibras têxteis da parte lenhosa que a elas adere, vai o linho á gramadeira e depois a tasquinhar, mas é somente no sedeiro, que é uma espécie de pente formado de dentes metálicos fixos sobre uma peça de madeira, que se desenreda e se pode tornar mais delgado o fio, fazendo-se ao mesmo tempo a separação das estopas.

Tanto o linho como as estopas são fiados na roca, por mulheres, e o fio que deste modo se obtém é, depois de ensarilhado, metido no forno ou em barrela, indo depois a corar ao sol. Dobado o fio depois de branqueado pode passar finalmente aos pequenos teares que existem disseminados por vários pontos da ilha e onde termina a série de operações a que o povo acertadamente costuma chamar os tormentos do linho.

Os panos de linho fabricados na Madeira são de excelente qualidade e muito duráveis e é deles que se faz uma boa parte da roupa branca de que usa a gente dos campos.

A linhaça (sementes do linho) é muito usada na medicina dos campos, mas a que se encontra nas boticas, vem quasi toda de fora da ilha.

A este assunto, interessa o livro «As pequenas Indústrias da Madeira» no capítulo O Linho na Madeira da autoria do tenente-coronel Alberto Artur Sarmento.

Lippold (Dr.). Botânico alemão que herborizou na Madeira em 1838. Escreveu no Gardner's Magazine, de Outubro de 1838, uma notícia sobre os jardins da casa do Dr. Renton, na ilha da Madeira.

Líquenes. O distinto liquenólogo espanhol o rev.^o padre Longinos Navas aponta e descreve na sua Sinopsis de las Líquenes de las Islas de Madera 203 espécies destas curiosas plantas celulares, constituídas, como é sabido, pela associação dum alga com um fungo. O fungo aproveita da alga os princípios hidrocarbonados; esta recebe daquele abrigo contra a dissecção, e uma certa quantidade de substâncias azotadas. Esta associação denomina-se simbiose.

Entre os líquenes madeirenses, citaremos os seguintes: *Sticta damaecornis*, *Pseudocyphellaria aurata*, *Lobaria pulmonaria*, *Xanthoria parietina*, *Usnea florida*, *Nemaria fuciformis*, *N. rocella*, *N. fucoides*, *Cenomyce pyxidata* e diferentes *Lecanora*, *Parmelia*, *Lecidzia*, etc.. As três espécies que possuímos do género *Nemaria*, conhecidas pelo nome de urzelas, eram muito utilizadas outrora para a extração dum substância vermelho-violacea que se obtinha pondo as plantas a fermentar com cal e urina. Os líquenes encontram-se

na casca das árvores, nas rochas e paredes, na terra, etc.. V. Krempelhuber, Stein, Stizenberger, Steiner, Navas.

Lira. É apelido ainda hoje comum nalgumas freguesias desta ilha. Na Calheta, houve uma família nobre deste apelido, á qual pertenceram o cônego Antonio Veloso de Lira e o padre Manuel de Lira (V. estes nomes). Dizem alguns nobiliarios que provém de Teresa de Lira, mulher de D. Afonso de Aragão dos fins do século XV, tendo o filho destes, por nome Lopo Dias, adoptado aquele apelido, que desde então se tem mantido na ilha.

Lira (António Veloso de). Foi um dos mais distintos madeirenses do século XVII. Pertencia a uma antiga e nobre família da freguesia da Calheta e ali nasceu a 14 de Junho de 1616, sendo filho de Manuel Dias de Lira e de D. Mecia Rosa de Couto. Feito nesta ilha o estudo das humanidades, matriculou-se na célebre Universidade de Salamanca, que era então muito frequentada por portugueses. Estava prestes a concluir ou teria já terminado o seu doutoramento em teologia, quando rebentou a revolução que sacudiu o jugo castelhano e pôs no trono o duque de Bragança. Era considerável o número de compatriotas de Veloso de Lira, quasi todos estudantes, que se encontravam naquela cidade espanhola, tendo ele contribuído mais do que ninguém para que todos regressassem imediatamente à sua pátria, afim de se associarem ao movimento de libertação e independência que logo se manifestou em todo o país. A este facto se refere Camilo Castelo Branco no artigo Estudantes Portugueses em Salamanca, inserto no seu livro Coisas leves e pesadas. António Veloso de Lira na obra Espelho de lusitanos faz uma ligeira referência a esse acontecimento, dizendo que se encontravam então em Salamanca mais de quatrocentos portugueses.

Dedicou-se ao cultivo das letras e gozou no seu tempo da fama de homem de vasta ilustração. Publicou em 1643 um livro intitulado Espelho de Lusitanos em o cristal do psalmo 43, de que se fêz segunda edição no ano de 1753. Como o padre Antonio Vieira e outros espíritos superiores, não pôde subtrair-se ao gosto dominante da época e os seus escritos estão eivados desse detestável gongorismo, que então infestava a literatura portuguesa e espanhola. Apesar dos seus defeitos, a obra é reveladora de uma inteligência superior e de uma não vulgar ilustração, tendo Alexandre Herculano, ainda por meados do século passado, feito dela largos extractos na revista o Panorama. Não sabemos que tivesse publicado outras obras, dizendo

Barbosa Machado que deixou os seguintes inéditos: Política Christiana, Zodiacus Ecclesiae, Stella Matutina in medio nebulae, Domus Sapientiae, Philosophia muta, Glosa sobre os Evangelhos e Antiguidades da ilha da Madeira.

Depois de uma longa permanência no Continente do Reino, fixou residência na Madeira sendo em 1670 nomeado cônego da nossa Sé e em 1689 elevado à dignidade de cônego magistral. Entre os cargos que desempenhou entre nós destaca-se o de governador deste bispado. Morreu nesta cidade a 4 de Janeiro de 1691 e foi sepultado na capela-mor da Sé Catedral.

Lira (Padre Manuel de). Este sacerdote madeirense esteve alguns tempos cativo em Argel, onde prestou grandes serviços aos outros cativos que ali se encontravam, tratando-os e socorrendo-os com a mais evangélica caridade. Pertencia a uma antiga família da Calheta, onde nasceu e onde veio a falecer na primeira metade do século XVII. Era parente do cônego António Veloso de Lira (V. este nome).

Lírio. São conhecidas por este nome todas as Iridáceas do género Iris, cultivadas na Madeira. A Iris biflora, oriunda de Portugal e fácil de reconhecer pelas suas flores grandes, brancas ou roxas, é a mais comum das plantas do mesmo género.

Os madeirenses dão também o nome de lírio à Reseda Luteola, planta da família das Resedaceas, muito frequente na ilha. Esta planta encerra um princípio corante amarelo, que os madeirenses costumam utilizar colhendo os exemplares em flor e deitando-os a ferver com o que querem tingir, sendo o objecto tingido submetido finalmente a uma barrela de cinza.

O lírio deve ser colhido pouco tempo depois da floração e quando houver já algumas sementes maduras.

Lírio (*Controlophus ovalis*). Peixe da família Escombrida, que se pesca a distância da costa, tanto à superfície, como a meia água. É espécie comestível, mas pouco apreciada.

Literatura. A literatura madeirense seguiu as fases da literatura continental, embora poucos escritores deste arquipélago deixassem nome aureolado na historia literária do país.

É certo, porém, que logo no século do descobrimento apareceram alguns poetas de notável mérito, que figuram no Cancioneiro de Garcia de Resende, chegando Teófilo Braga no seu livro Poetas Palacianos, a considerá-los como formando um grupo á parte, característico e distinto, a que deu o nome de Cyclo Poético da Ilha da Madeira, de cuja classificação discorda o anotador das Saudades da Terra. No entretanto, afirma o Dr. Alvaro de Azevedo que «nem por isso aquele muito notável grupo deixa de ser título bastante a que a ilha da Madeira tenha quinhão honroso na historia ante-classica da literatura nacional, quinhão que o Sr. Theophilo Braga lhe revindicou.» Os principais desses poetas que figuram no cancioneiro são Tristão Teixeira, 2.º donatário de Machico, conhecido pelo nome de Tristão das Damas, João Gomes, o Trovador, João Gonçalves da Câmara, 2.º donatário do Funchal, Rui de Sousa, João de Abreu, Manuel de Noronha, filho do 2.º capitão donatário João Gonçalves e Rui Gomes. Não temos conhecimento de nenhum prosador madeirense que tivesse vivido no século XV (Vid. Cancioneiro de Resende, 1-233).

Dos prosadores madeirenses do século XVI, faz Barbosa Machado, na Bibliotheca Lusitana, menção de Afonso da Ilha, Luís Gonçalves da Câmara, Damião das Chagas, Tristão Gomes de Castro, Manuel Alvares, Antonio da Gama e Sebastião de Morais (V. estes nomes). Deste período há a mencionar o poeta cego Baltasar Dias (V. este nome).

No século XVII, figuram como escritores Luís de Moraes, Antonio da Visitação, João Pinto da Vitoria, Francisco de Santa Teresa, Antonio Veloso de Lira, Belchior de Teive, Gregorio Baptista, Remigio de Assunção, Manuel Constantino, Francisco de Castro e Daniel da Costa (V. todos estes nomes). Pertence a este período o poeta Manuel Tomás (V. este nome) que, embora não seja madeirense, escreveu o conhecido poema A Insulana, que exclusivamente se ocupa de cousas desta ilha.

No século XVIII, mencionaremos os escritores Nicolau Francisco Xavier da Silva, Manuel Rodrigues, Henrique Henriques de Noronha e Julião Fernandes da Silva (V. estes nomes). Neste período, distinguiram-se como poetas Troilo Vasconcelos da Cunha, Francisco de Vasconcelos Coutinho, Francisco Alvares de Nobrega e Francisco Manuel de Oliveira (V. estes nomes).

Na primeira metade do século XIX, devemos citar os nomes do Dr. Nicolau Caetano de Bettencourt Pita, padre João Crisóstomo Espinola de Macedo, João António Monteiro, Joaquim José Ferreira de Freitas, José Manuel da Veiga, Francisco Ferreira de Abreu, Justino Antonio de Freitas, Servulo Drumond de Meneses, José Anselmo Correia Henriques, Marceliano Ribeiro de Mendonça, António Gil Gomes, Manuel de Santana e Vasconcelos. Paulo Perestrelo da Câmara e Francisco de Andrade, como prosadores, e Manuel Caetano Pimenta de Aguiar e Francisco de Paula de Medina e Vasconcelos, como poetas (V. estes nomes).

Citamos como escritores madeirenses do terceiro quartel do século passado José Antonio Monteiro Teixeira, viscondessa das Nogueiras, Luis da Câmara Leme, Antonio Correia Heredia, Patrício Moniz, José Vicente Barbosa du Bocage, Agostinho de Ornelas, Luis da Costa Pereira, Januario Justiniano de Nobrega, João Augusto de Ornelas, João de Nobrega Soares, conego Alfredo César de Oliveira, visconde das Nogueiras e Maximiliano Eugenio de Azevedo.

Do último quartel do século XIX, mencionaremos como autores madeirenses os nomes de Luís de Ornelas Pinto Coelho, João Baptista de Freitas Leal, Alexandre José Sarsfield, D. Joana Castelo Branco, Padre José Gonçalves de Aguiar, Padre Manuel Fernandes de Santana, Ciríaco de Brito e Nobrega, Carlos Azevedo de Meneses, Antonio Feliciano Rodrigues e Francisco Antonio Ferreira.

Livramento. Sítio povoado da freguesia do Caniço. Tomou o nome duma capela, que ali existiu, dedicada a Nossa Senhora do Livramento e que foi centro duma concorrida romagem, transferida hoje para a Igreja Paroquial. Atribui-se a fundação desta capela a Sebastião de Oliveira por meados do século XVII, que teve ali terras de sesmaria.

Livramento. Sítio povoado da freguesia do Monte. O nome provém-lhe da capela da invocação de N. S. do Livramento, que ali se encontra, mandada construir por Inácio Ferreira Pinto, no ano de 1684, e reedificada um século mais tarde por João José Bettencourt de Freitas, sendo de instituição vincular. No mesmo sítio se acha uma capela consagrada ao Sagrado Coração de Jesus, construída há poucos anos pelo

padre Jorge de Faria e Castro.

Livramento. Sítio da freguesia da Ponta do Sol, em que se encontra uma capela dedicada a Nossa Senhora do mesmo nome e mandada construir por Diogo Ferreira de Mesquita e sua mulher D. Isabel de Meneses, no ano de 1656, sede dum morgadio por eles instituído, sendo descendentes do fidalgo alemão Adriano Spranger, que por ali possuía terras de sesmaria.

Livramento. Sítio da freguesia de São Vicente. Acha-se nele uma capela, que tem a invocação de Nossa Senhora do Livramento e que deu o nome a este lugar, havendo sido fundada pelo padre Manuel Gomes Garcês no ano de 1683.

Lobato (João Carvalho). Há anos, vários jornais norte-americanos referiram-se com grandes elogios e certa largueza a este madeirense pelas suas descobertas especialmente no campo da mecânica e da electricidade, tendo obtido por esses inventos algumas «patentes de invenção» em diversos países da Europa. As últimas notícias que acerca dele alcançámos, foram publicadas no periódico madeirense «O Jornal» de 26 de Fevereiro de 1932, que a seu respeito insere um desenvolvido e interessante artigo.

Lobato Machado (Bernardo Francisco). Nasceu nesta ilha no ano de 1802 e faleceu no Funchal a 20 de Fevereiro de 1878. Foi um hábil advogado «provisionista» e deixou alguns escritos, que ao tempo gozaram de merecida reputação, especialmente um bem elaborado formulário acerca de varias questões forenses. Tornou-se muito conhecido como jornalista pela violência com que atacava os seus adversários e pela linguagem descomposta de que geralmente usava, vendo-se obrigado a homiziár-se para escapar ás ameaças de prováveis represálias. Ainda há poucos anos se falava com frequência dos artigos da mais acerba verrina que Lobato Machado publicara no jornal semanal A Vergasta, de que foi o redactor principal. Foi assíduo colaborador dos jornais «Amigo do Povo», «Clamor Publico, e a Justiça».

Lobo (D. João). Foi o primeiro bispo que veio a esta ilha. Havia mais de 80 anos que começara a colonização do arquipélago e ainda nenhum prelado desempenhara as funções episcopais. O vigário de Tomar ou antes o mestrado da Ordem de Cristo, a que a Madeira pertencia no espiritual, enviou em 1508 o bispo D. João Lobo, que visitou todas as igrejas e principais capelas desta ilha. O bispado do Funchal foi criado em 1514 e portanto D. João Lobo limitou a sua missão religiosa apenas ao exercício das funções prelatícias, isto é crismar, ordenar os clérigos, benzer os paramentos e vasos litúrgicos, consagrar os templos, etc., não tendo qualquer interferência na administração dos negócios eclesiásticos, na observância da disciplina canónica e na repressão dos abusos cometidos, o que somente competia ao bispo diocesano, que não existia ainda, cabendo então esse encargo ao representante da Ordem de Cristo, que nesse tempo era já Nuno Cão (V. I-243), freire da mesma Ordem. O primeiro templo sagrado (e poucos há que sejam sagrados, mas sim apenas benzidos) nesta ilha foi a capela da Lombada do Esmeraldo, na freguesia da Ponta do Sol, e ainda actualmente numa das paredes interiores do edifício se lê a seguinte inscrição: Esta igreja foi consagrada por D. João Lobo, Bispo de Taiere, aos 27 de Agosto de 1508. Este prelado regressou a Portugal depois de ter estado pouco mais de um ano nesta ilha. Foi depois da sua visita, que mais de perto se reconheceu a necessidade da criação dum diocese neste arquipélago, que só veio a estabelecer-se no ano de 1514, como acima fica dito. No excelente livro de Vieira Guimarães A Ordem de Cristo, publicado em 1901, lemos o seguinte: Já em 1508 para satisfazer os desejos destes reclamantes (a criação do bispado do Funchal), o Vigário de Tomar lhes enviou o bispo de anel D. João Lobo, que foi esperada na ilha pelo mestre Frei Nuno Cão, com toda a clerezia e lhe fizeram muitas festas».

Lobos Marinhos. Diz Frutuoso que João Gonçalves Zarco e seus companheiros encontraram no local a que chamaram Câmara de Lobos «tantos lobos marinhos que era espanto; e não foi pequeno refresco e passatempo para a gente, porque mataram muitos delles e tiveram na matança muito prazer e festa».

O que fizeram os descobridores repetiu-se inúmeras vezes mais tarde, o que deu em resultado desaparecerem os lobos marinhos de Câmara de Lobos e talvez doutros pontos da ilha onde é possível que existissem hoje esses animais só aparecem nas furnas marítimas da Deserta Grande, mas como os pescadores os matam quando os encontram, é de crer que venham a desaparecer daquela ilha, como já desapareceram da Madeira.

Na primavera de 1878, foram mortos na Deserta Grande oito lobos marinhos, e depois disso outros foram destruídos ou capturados naquela ilha, sendo alguns deles expostos à curiosidade do público do Funchal. No Museu Britânico, existem vários exemplares de lobo marinho, provenientes da Deserta Grande, um dos quais com mais de metro e meio de comprido, e no museu do liceu do Funchal existiu um pequeno exemplar da mesma espécie, capturado também naquela ilha e que chegou a viver alguns dias num lago do Jardim Municipal. Encontra-se um exemplar no Museu Municipal.

O lobo marinho do arquipélago da Madeira é o *Monachus albiventer*, espécie mediterrânea que tem na Deserta Grande o seu habitat mais meridional.

Lombada. Sítio povoado da freguesia de Santa Cruz. A antiga capela de São Pedro que ali existe, foi construída por João Escorcio Drumond nos princípios do século XVI e ficava na margem da Ribeira da Boaventura. Arrasada pela grande aluvião de 1803, procedeu-se pouco depois à sua reedição em lugar menos exposto à violência da corrente. Afirma-se que neste sítio erigiu D. Maria do Rosário de Arvelos, no ano de 1670, uma capela da invocação de Nossa Senhora da Penha de França que há muito desapareceu.

Lombada dos Esmeraldos. Também é conhecida pela Lombada da Ponta do Sol por ficar situada na freguesia deste nome. Deveria ter sido esta a sua primitiva denominação. Quando passou a pertencer a João Esmeraldo e aos seus descendentes, como administradores do morgadio ali instituído, é que tomou o nome da Lombada dos Esmeraldos. Para evitar escusadas repetições, remetemos o leitor para o artigo consagrado a João Esmeraldo (vol. 1, pag. 410), onde já demos notícia desenvolvida desta grande propriedade, que era e ainda é a maior de toda, a ilha. Apenas acrescentaremos alguns pormenores de que ali se não faça menção. O descobridor João Gonçalves Zarco logo nos primeiros tempos da colonização reservou para si e seus filhos várias lombadas e extensos tratos de terreno, que quase todos se transformaram em importantes e florescentes casas vinculadas. Rui Gonçalves da Câmara (Vid. vol. 1.º, pag. 206), segundo ou terceiro filho de Zarco, foi contemplado com a grande lombada que ia do mar à serra e se extendia da ribeira da Caixa até à ribeira da Ponta do Sol. Ignoramos que tempo esteve de posse desta propriedade e que explorações agrícolas teria nela realizado. Ao contrário do que se diz no artigo dedicado a João Esmeraldo, foi em 1473 que este comprou ou antes aforou a Rui Gonçalves da Câmara aquele vasto e

fertilíssimo terreno pela importância de 600\$000 réis e a renda vitalícia anual de 150\$000 réis, isto é no ano anterior àquele em que foi estabelecer-se nos Açores, pois as crónicas deste arquipélago dão como certa a ida de Rui Gonçalves para a ilha de São Miguel no ano de 1474.

João Soares de Albergaria, 2.º capitão e donatário de S. Miguel, acompanhou á Madeira sua mulher que aqui faleceu, dizendo o padre António Cordeiro na Historia Insulana que querendo ele agradecer a Rui Gonçalves da Câmara «a grande hospedagem que lhe fizera», resolveu vender-lhe a sua donataria, e por preço tão barato, acrescenta Gaspar Frutuoso, que a cedeu por oitocentos mil reis em dinheiro e quatro mil arrobas de assucar» Afirma-se que a venda ou antes o aforamento da lombada da Ponta do Sol se destinou á compra da donataria da ilha de São Miguel, o que parece muito provável.

Como já fica sumariamente exposto nos artigos citados, João Esmeraldo casou em primeiras e segundas núpcias, e a favor dos dois filhos que houve dos dois matrimónios instituiu em 1522 o morgadio do Vale da Bica, composto da metade oriental da Lombada, e o do Santo Espírito, compreendendo a metade ocidental indo a linha divisória do Pico das Pedras, junto do Paul da Serra, pelo caminho do concelho abaixo até à coroa do Pico da Amendoeira e dai até entestar no mar. Feitas estas partilhas, tiraram sortes e coube o morgado do Vale da Bica a João Esmeraldo de Vasconcelos, filho do primeiro matrimónio, e o do Santo Espírito ao filho do segundo matrimónio Cristovão Esmeraldo. Levantaram-se dúvidas acerca destas partilhas e seguiram-se depois longas demandas que, com intervalos, se renovaram pelos anos fora, perdurando por mais dum século esses pleitos judiciais, que pareciam intermináveis. Deram-se então curiosos episódios e peripécias que o conselheiro Agostinho de Ornelas, ultimo administrador do morgadio do Vale da Bica, sumariamente descreve num interessante artigo publicado no n.º 237 do jornal A Verdade, de 16 de Outubro de 1897.

Ali construiu Esmeraldo uma capela dedicada ao Espírito Santo, a que também chamavam da Conceição, que foi sagrada pelo bispo D. João Lobo no ano de 1508 e que ficou sendo a sede deste morgadio. O templo actual é uma reedição da primeira metade do século XVIII, sendo a capela mais vasta, mais elegante e mais rica de toda a diocese. É digno de admiração e apreço o lambris de azulejos, que interiormente cobre o roda-pés das paredes da capela, representando, em figuras simbólicas, os Dons e os Frutos do Espírito Santo. Tem cinco altares e nela se encontram algumas imagens primorosamente esculturadas, Nas suas imediações, se acha o vasto e arruinado solar, que era a mais aparatoso casa de campo da Madeira, tendo sido reedificada pelos anos de 1679 pelo morgado Luís Esmeraldo de Atouguia. O último representante

desta instituição vincular foi o 2.º conde de Carvalhal, que ali estadeou o brilho e a magnificência com que costumava revestir as suas deslumbrantes e aparatosas festas. Neste sítio, onde chamam o Passo, se encontram um dos dois cemitérios paroquiais e as ruínas duma velha capela dedicada a Santo Amaro, cuja construção se atribui também a João Esmeraldo. Vid. A Lombada dos Esmeraldos na Ilha da Madeira pelo padre Fernando A. Silva.

Lombada do Loreto. Sítio povoado da freguesia do Arco da Calheta, onde se encontra a antiga capela de Nossa Senhora do Loreto, que é o centro duma concorrida romagem, afluindo ali muito povo de várias freguesias distantes e principalmente das paróquias circunvizinhas. Esta capela, apesar de pequena, tem um certo aparato arquitectónico e pena foi um que mal adaptado alpendre lhe prejudicasse a harmonia do conjunto. A sua construção data dos primeiros anos do século XVI, tendo sido fundada por Pedro Gonçalves da Câmara, neto de João Gonçalves Zargo, primeiro capitão-donatário do Funchal. Teve um grande solar adjunto, havendo o fundador feito ali a sede do importante morgadio que instituiu. Outros dão a capela e o vínculo instituídos por D. Joana de Eça, viúva do referido Pedro Gonçalves da Câmara, camareira-mor da rainha D. Catarina e padroeira do convento da Esperança, em Lisboa, onde foi sepultada. As freiras deste mosteiro possuíram muitas terras na freguesia do Arco da Calheta, que lhes foram legadas por D. Joana de Eça. Nas ruínas da Igreja do Convento da Esperança, foi encontrada, no primeiro quartel deste século, a sepultura da padroeira D. Joana de Eça.

Lombo das Adegas. Sítio povoada da freguesia da Ponta do Sol. Pedro Delgado, antigo povoador, teve ali terras de sesmaria, que depois se converteram em uma instituição vincular. Provavelmente fundada por esta família, existiu ali um pequeno oratório dedicado a Santo António, que no ano de 1853 foi ampliado e convertido em capela pública, sendo a terceira ermida dessa invocação que existe naquela paróquia.

Lombo dos Aguiares. Sítio povoado da freguesia de Santo António do Funchal. Foi Diogo Afonso de Aguiar, genro de João Gonçalves Zargo, ou alguns dos seus mais próximos descendentes, os senhores deste sítio, que tomou o nome dos seus proprietários.

Lombo da Apresentação. Sítio povoado da freguesia da Ribeira Brava. Tomou o nome da capela de Nossa Senhora da Apresentação, que ali existiu, tendo anexo um grande solar que era a sede do morgadio instituído em 1524 por João Mendes de Brito e sua mulher Isabel Fernandes Tavares, de que foi último representante o visconde da Ribeira Brava.

Lombo do Atoougia. Sítio Povoado da freguesia da Calheta, tomando o nome do antigo povoador Luís de Atouguia, que ali teve terras de sesmaria, onde instituiu um morgadio. Existiu neste sítio uma capela da invocação de Nossa Senhora da Boa Morte, fundada por Francisco Homem de Couto, no ano de 1661, e ainda ali se encontra a capela de São Pedro de Alcantara, conhecida também em outro tempo por São João Baptista, mandada edificar em 1783 por João Baptista Teixeira. Neste mesmo sítio, onde chamavam a Vargem de Baixo, António Moniz de Meneses e sua mulher D. Catarina de Meneses, fizeram construir, no ano de 1657, uma capela consagrada a Nossa Senhora da Piedade.

Lombo dos Canhas. Sítio povoado da freguesia dos Canhas. Existiu ali a capela de Nossa Senhora da Anunciação ou da Incarnação, reedificada em 1696 por João Rodrigues da Câmara e sua mulher D. Isabel César da Câmara, e que serviu por algum tempo de igreja paroquial.

Lombo de D. Isabel. Sítio da freguesia de Santo António do Funchal, que entesta com o sítio do Vasco Gil e é atravessado pela estrada que conduz ao Curral das Freiras, ficando no seu cimo o lugar conhecido pelo nome de Estrela.

Lombo do Doutor. Sítio povoado da freguesia da Calheta. Deu-lhe o nome o doutor Pedro Berenguer de Lemilhana, que ali instituiu um morgadio. Era natural de Espanha e moço fidalgo da casa real. Existiu neste sítio a capela de Jesus-Maria-José, fundada em 1708, por João de Andrade Berenguer Neto, descendente do doutor Pedro Berenguer. Também houve neste sítio a capela de Santa Catarina,

construída por Rodrigo Enes no ano de 1505. Fica neste sítio o conhecido lugar do Vale da Bica.

Lombo da Estrela. Sítio povoado da freguesia da Calheta. Encontra-se neste sítio a capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso, edificada por Lourenço da Costa em 1683. Ficava neste sítio a antiga capela de Nossa Senhora da Estrela, onde se instalou a sede da paróquia, por ocasião da sua criação, como deixámos dito no artigo referente à freguesia da Calheta. Também existiu neste sítio uma capela de invocação de Santa Quitéria, construída no ano de 1724, por João Homem de Abreu. Muitas vezes se tem projectado a mudança da sede da vila da Calheta para este sítio.

Lombo Grande. Extensa lomba que da freguesia do Curral das Freiras se estende até o cume da serra das Torrinhas, sendo cortada por uma estrada que se dirige á freguesia da Boa ventura. Antes de atingir-se a cumeada das Torrinhas, bifurca-se a estrada, tomando um dos ramais a direcção do Pico Ruivo, que é o caminho preferido para a ascensão daquela eminência.

Lombo da Igreja. Sítio povoado da freguesia do Estreito da Calheta. Costuma geralmente ser dividido em dois sítios: Igreja Acima e Igreja Abaixo, conforme a sua situação relativa á Igreja Paroquial. Fica neste sítio a capela de Nossa Senhora da Conceição, fundada por André de França e Andrade, pelos anos de 1672, que foi sede dum dos maiores morgadios da Madeira e que teve como último administrador o 1.º conde da Calçada (1812-1906).

Lombo dos Leais. Sítio da freguesia do Porto da Cruz encorporado no sítio povoado do Folhadal. Fica neste sítio a capela de São João Nepomuceno, fundada por João Nepomuceno de Freitas Leal, no ano de 1770. Próximo da capela se encontra uma excelente casa de habitação, pertencente á antiga família Leal, de que este sítio tomou o nome.

Lombo das Mercês. Sítio encorporado no sítio povoado das Florenças, na freguesia do Arco da

Calheta, que tomou o nome da capela da invocação de Nossa Senhora das Mercês, fundada em 1650 por Gaspar Homem de El-Rei e sua mulher D. Isabel Florença, que era de instituição vincular. Também se afirma que João Portes Homem construiu neste sítio, no ano de 1684, uma capela dedicada a Santa Maria Madalena.

Lombo do Mouro. Sítio nos altos da serra da freguesia da Ribeira Brava, onde se encontra uma pequena casa para abrigo dos viandantes e por onde deveria passar a projectada estrada destinada a ligar a Encumeada de São Vicente com a freguesia do Porto do Moniz, através do Paul da Serra.

Lombo da Pereira. Fundado pelo Padre José Lino da Costa e inaugurado a 8 de Julho de 1922, existe no sítio deste nome da freguesia do Santo da Serra, um orfanato destinado a albergar crianças pobres, e que aí tem prestado excelentes serviços á infância desvalida.

Lombo da Raiz. Sítio da freguesia do Santo da Serra, onde se encontra uma pequena casa, que pode servir de abrigo aos que por ali transitam, e onde também se faz a separação, para aqueduto próprio, das águas da Levada da Serra, que irriga as freguesias do Caniço, São Gonçalo e Santa Maria Maior. Estas águas vem em comum, até o Lombo da Raiz com as da Levada do Juncal destinada ás paróquias do Santo da Serra, Água de Pena e Santa Cruz, e com as da Levada Nova do Furado, que fertiliza as terras da freguesia de Santa Cruz.

Lombo dos Reis. Sítio povoado da freguesia do Estreito da Calheta, em que se encontra a capela dos Reis Magos, fundada por Francisco Homem de Gouveia, pelos anos de 1529, que ali fez a sede do morgadio que instituiu e que mais tarde foi encorporado na casa dos donatários da ilha do Porto Santo. Acha-se no mesmo sítio a capela da invocação de Nossa Senhora do Livramento, edificada por D. Inácia Betencourt Perestrelo, no ano de 1860.

Lombo do Salão. Sítio povoado da freguesia da Calheta. Com a invocação de Santo António dos Milagres, encontra-se ali, onde chamam o Vale dos Amores, uma pequena capela, que é hoje (1921) propriedade de Juvenal Raimundo de Vasconcelos. Também existiu neste sítio a Capela dos Santos Cosme e Damião, fundada em 1681 pelo médico António de França Gomes. Ainda ali se encontra, no lugar conhecido pelo nome de Cadeado, uma capela dedicada a São Francisco Xavier e construída, do ano de 1693, por Manuel da Silva Pinheiro.

Lombo de São João. Sítio povoado da freguesia da Ponta do Sol. Nele se encontra a capela de S. João, que deu o nome ao lugar.

Ignora-se o ano da sua primitiva construção e quem fosse o seu fundador. Era de instituição vincular e pertenceu ao morgado Diogo Berenguer de França, que em 1871 foi agraciado com o título de visconde de São João, tomado deste sítio.

Lombo de São João. Sítio povoado da freguesia da Ribeira Brava, que tomou o nome da capela, ali existente, da invocação de São João Baptista. Ignora-se o ano da sua primeira construção, mas sabe-se que foi reedificada em 1750 pelo alferes Tomé João Pimenta administrador do vínculo a que a mesma capela pertencia.

Lombo das Têrças. Sítio povoado da freguesia da Ponta do Sol, onde se acha a capela de Nossa Senhora do Monte, construída pelo povo em 1751 e acrescentada no ano de 1775, tendo sido objecto dum grande profanação no mês de Junho de 1810. Existiu ali uma capela dedicada a São Caetano, construída em 1780 por António de Carvalhal Esmeraldo e Alencastre.

Lombrigueira. (*Chenopodium ambrosioides*). Quenopodiácea indígena, conhecida também pelo nome de formigueira, muito frequente tanto na Madeira, como no Porto Santo. Tem folhas sinuado-

dentadas ou quasi inteiras, com cheiro forte e particular, as quais são um medicamento vermífugo muito eficaz e que os madeirenses empregam ás vezes como emenagogo.

Lomelino. Este apelido de família foi introduzido na Madeira em 1476 por João Baptista Lomelino e seu irmão Urbano Lomelino, ambos genoveses e descendentes dos marqueses Lomellini, que entravam no número das vinte e oito famílias que compunham o antigo senado de Génova. Vieram para esta ilha recomendados pela infanta D. Beatriz, em carta escrita á Câmara do Funchal. Fez Urbano Lomelino assento em Santa Cruz, onde adquiriu muitas terras e ali casou com Joana Lopes, de quem não teve descendência, deixando os seus bens a seu sobrinho Jorge Lomelino, a favor de quem instituiu um morgadio que foi dos mais importantes desta ilha. Como já dissemos a pág. 308 do 1.º volume, instituiu Urbano Lomelino o convento dos Franciscanos da vila de Santa Cruz, que Jorge Lomelino concluiu, por ter aquele morrido em 1518, antes de terminadas as obras de construção. (V. Convento da Nossa Senhora da Piedade, pág. 308 do 1.º vol.). Jorge Lomelino morreu a 9 de Dezembro de 1548 e foi depositado na igreja do convento de Santa Cruz, de que era padroeiro. Na capela da Quinta das Cruzes, que foi pertença do morgadio dos Lomelinos, encontra-se um carneiro de mármore contendo uma ossada, que se afirma ser de Urbano Lomelino, o fundador daquela casa vinculada.

Armas de família: «um escudo partido, com um perfil negro um tanto arcado, e a parte de cima roxa e a de baixo do dito escudo de oiro», segundo informa Henriques de Noronha.

A casa dos Lomelinos constituiu um dos mais ricos morgadios da Madeira e teve como ultimo representante Nuno de Freitas Lomelino, falecido no Funchal a 12 de Janeiro de 1882.

Lomelino (Pedro Jose). Nasceu na ilha do Porto Santo a 19 de Novembro de 1864, sendo filho de Justiniano Lomelino de Serpa e de D. Fortunata Augusta de Castro. Frequentou o liceu do Funchal e concluiu o curso da Escola Medica desta cidade no ano de 1887. Foi o primeiro director da escola distrital de habilitação ao magistério primário, criada no Funchal no ano de 1900 (V. Escola Normal) e nessa qualidade publicou em 1902 o opúsculo—Relatório da Escola Distrital do Funchal. É actualmente (1921)

director da Escola Primaria Superior (V. este nome) e facultativo municipal. Tem exercido várias comissões de serviço publico, entre as quais se conta a de Governador Civil substituto deste distrito para que foi nomeado por decreto de 22 de Outubro de 1904, tomando posse a 24 do mesmo mês e ano.
Faleceu em viagem de Lisboa para a Madeira a 9 de Novembro de 1930.

Longevidade. Em 1911, havia em todo o distrito do Funchal 586 homens e 868 mulheres com mais de 80 anos, distribuídos do modo seguinte:

	Varões	Fêmeas
Funchal.....	142	273
Câmara de Lobos.....	75	111
Ponta do Sol.....	76	122
Calheta.....	67	111
Porto do Moniz.....	22	29
S. Vicente.....	37	31
Santana.....	41	32
Machico.....	33	57
Santa Cruz.....	84	94
Porto Santo.....	9	8

Destes indivíduos, 385 varões e 578 fêmeas tinham de 80 a 85 anos: 126 varões e 177 fêmeas, de 85 anos; 56 varões e 76 fêmeas, de 90 a 95; 14 varões e 32 fêmeas, de 95 a 100; 5 varões e 3 fêmeas, de 100 a 105; e 2 femeas de mais de 105 anos. Em 1911, vivia na Achada dos Judeus em S. Vicente, uma mulher com 109 anos.

A proporção dos indivíduos de 80 a 100 ou mais anos, por 1000 habitantes, era a seguinte no referido ano de 1911:

Funchal.....	8,24
Câmara de Lobos.....	9,23

Ponta do Sol.....	9,84
Calheta.....	8,88
Porto do Moniz.....	11,62
S. Vicente.....	7,96
Santana.....	7,20
Machico.....	6,46
Santa Cruz.....	8,90
Porto Santa.....	7,79

Em Março de 1920, morreu na Madeira um homem com 101 anos, em Setembro um outro com 106 anos, e em Dezembro uma mulher 103.

O Dr. Mittermaier calculou em 35,16 anos a duração média da vida humana no Funchal, mas, segundo alguns cálculos que fizemos há tempos, essa duração média eleva-se a 39,8. o Dr. Heberden que esteve na Madeira no século XVIII calculou em 39 anos a duração média da vida humana em toda a ilha.

Sobre a longevidade no Continente e nas Ilhas Adjacentes, consulte-se o Censo da População n.º I de Dezembro de 1911 (parte 4.ª); Lisboa, 1914.

Longman (William). E.: Impressions of Madeira (with a map), 1875.

Lopes. «Diogo Lopes, da Estacada, diz o anotador das Saudades, foi um dos primeiros povoadores da ilha da Madeira: morou em Câmara de Lobos, no sítio da Torre, e era sua sesmaria boa parte do terreno que fica do Pico para o lado do Funchal até o Covão».

Lopes de Mendonça (António Pedro). Este conhecido e distinto escritor chegou a esta ilha, onde se demorou algum tempo, a 3 de Novembro de 1861.

Lopes Rocha (João Francisco). Era filho de António Lopes Rocha e de D. Vitoria Maria Rocha e nasceu na freguesia da Sé desta cidade a 18 de Julho de 1747. Concluiu a formatura em cânones na Universidade de Coimbra em 1770 e no mesmo ano se ordenou de presbítero. Por carta régia de 30 de Julho de 1775, foi apresentado pároco na freguesia de Santa Maria Maior e alguns anos mais tarde nomeado cônego da nossa Sé Catedral, em cujo corpo capitular exerceu depois os cargos de arcediago e deão. Desempenhou por mais duma vez as funções de governador do Bispado. Pela sua ilustração e grande influencia, gozou entre nós do maior prestígio, sendo muito considerado por todas as classes sociais desta terra. Teve lutas com o prelado diocesano D. José da Costa Torres, principalmente por ocasião da perseguição movida ás sociedades secretas de que Lopes Rocha tinha sido membro (V. Maçonaria). Escreveu então ao Ministro de Estado José Seabra da Silva uma extensa carta, queixando-se das perseguições de que estava sendo vítima, que, independentemente da justiça que porventura lhe pudesse assistir, é um documento que revela, por parte do seu autor, uma grande independência de carácter, uma não invulgar ilustração e uma notável beleza e correcção da forma. Esta carta, escrita no ano de 1793, foi publicada em Londres no Campeão Portuguez do mês de Julho de 1820, algum tempo depois da morte do seu autor, ocupando cerca de quarenta páginas daquela revista.

O Dr. João Francisco Lopes Rocha faleceu nesta cidade a 8 de Maio de 1819, tendo 71 anos de idade.

Lopes Rocha (Dr. Vitório). Nasceu nesta cidade a 5 de Setembro de 1752, sendo filho de Antonio Lopes Rocha e irmão do deão Dr. João Francisco Lopes Rocha. Cursou na Universidade de Coimbra a Faculdade de Matemática e nela tomou o grau de doutor, recebendo o capelo a 24 de Dezembro de 1777. Fez concurso para lente e ali exerceu o magistério durante muitos anos. Sendo já jubilado e sócio da Academia Real das Sciencias, requereu o lugar de prefeito das Escolas Publicas da Madeira, cargo que não sabemos se chegou a desempenhar. Não conseguimos alcançar quaisquer outras informações a respeito deste madeirense.

Lordelo (José da Fonseca e Gouveia, barão de). Este chefe do distrito foi o segundo que entre nós teve a denominação de Administrador Geral. O decreto da sua nomeação é de 28 de Abril de 1838 e tomou posse do seu cargo a 14 de Setembro do mesmo ano, tendo chegado ao Funchal três dias antes. Foi

exonerado, a seu pedido, por decreto de 14 de Novembro de 1840.

O barão de Lordelo nasceu em 1792 e morreu a 30 de Janeiro de 1863, sendo agraciado com o baronato a 10 de Outubro de 1838.

Losna (*Artemisia argentea*). Composta indígena, com os caules lenhosos, as folhas esbranquiçadas, 1-2-penatisectas, com os segmentos muitos estreitos, e os capítulos pequenos, formando panicula. É cultivada nas hortas e jardins, e encontra-se espontânea na Ponta do Sol, Calheta e Porto Santo. Embora os madeirenses só a usem como emenagogo, pode também ser útil como tónico e vermífugo.

Lotarias. A Santa Casa da Misericórdia desta cidade teve mais dum vez a faculdade de estabelecer uma lotaria destinada a auxiliar as despesas com a sustentação desta casa de caridade. A primeira de que temos conhecimento foi concedida pelo aviso régio de 5 de Abril de 1803, sendo de trinta contos de réis e dividida em seis mil bilhetes ao preço de cinco mil réis cada um. Os trabalhos desta lotaria eram dirigidos pelo corregedor da comarca, pelo juiz de fora e por mais três indivíduos nomeados pelo governador e capitão-general. A extracção dela deveria realizar-se algumas vezes no ano, mas parece que não chegou nunca a andar a roda.

Por diligências do provedor da Santa Casa, o ilustre madeirense Dr. João Francisco de Oliveira, foi feita nova concessão à misericórdia do Funchal em 1823, devendo a receita que produzisse a lotaria ser aplicada a consertos no Recolhimento das Órfãs e a transformar este estabelecimento numa casa de educação de meninas decentes tanto da cidade como das vilas distantes.

Tendo a proposta do provedor sido apresentada ao Governo, com informação favorável do Governador, obteve facilmente a Santa Casa da Misericórdia as licenças regias necessárias para a realização da referida lotaria, determinando-se porém que o que esta produzisse seria aplicado em primeiro lugar ao pagamento das dívidas da mesma Santa Casa e depois aos reparos de que carecesse o citado recolhimento. Julgamos ter tido pouca duração esta lotaria.

Por carta regia de 12 de Setembro de 1857, ainda outra concessão alcançou a Misericórdia, que lhe aproveitou por alguns anos. O prémio grande da lotaria variava muito de valor, tendo sido de 400\$000 réis, 500\$000 réis, 600\$000 réis, 800\$000 réis e 1:000\$000 réis.

Em Maio de 1865, havia 2.400 bilhetes e 488 prémios, sendo os três maiores de 800 e de 200 e de 100 mil réis; e em Janeiro de 1868 era a lotaria de 1800 bilhetes, dos quais 600 premiados, havendo um premio de 400, outro de 100 e um terceiro de 50 mil réis. Cada bilhete custava 1000 réis e os prémios menores eram de 1200 réis.

Nos princípios do século XIX, foram os reedificadores do Teatro Grande coadjuvados pelo governo com a concessão duma lotaria anual, cujo prémio grande era de 3 contos de réis, e, na acta da sessão da Câmara Municipal do Funchal de 12 de Janeiro de 1814, faz-se referência a «uma loteria que houve nesta cidade em beneficio dos lazarios», mas nenhuma outra informação podemos colher acerca da mesma lotaria, que, segundo parece, foi promovida pela Municipalidade com o fim de obter meios para melhorar as condições daqueles doentes.

Loucas (Campo das). Era conhecido outrora por esta designação ou pela de Campo de Challons, um vasto terreno situado a leste da antiga praça Académica e compreendido hoje no campo do Almirante Réis.

As tropas aquarteladas no Funchal tinham ali frequentes vezes os seus exercícios militares.

Lounsbury (Prof. C. P.). Naturalista que achou casualmente na Madeira nos jardins do hotel «Bela Vista», um pequeno insecto de cerca de meio milímetro de comprido, que foi baptizado com o nome de *Prospatella Lounsburyi* ou *Aspidiotiphagus Lounsburyi*, e que destrói o *Chrysomphalus dictyospermi*, coccídeo que vive sobre as laranjeiras, palmeiras, bananeiras, árvores de incenso, etc..

O pequeno insecto a que nos referimos, importado provavelmente da America, onde todavia não tem sido encontrado, reproduz-se, ao que parece, por partenogénese e alimenta-se das larvas do *Chrysomphalus*, coccídeo este que prejudica notavelmente as nossas laranjeiras e outras espécies úteis.

No vol. XI da Redia (1916), pag. 305, descreveram os professores Berlese e Paoli a Prospaltella, tendo o seu trabalho o titulo de: *Un endofago esotico efficace contra il Chrysomphalus dictyospermi*, Morg.

V. Lapas e Paoli.

Loup (Mademoiselle). Com o pseudónimo de Mademoiselle Loup, publicou a empresa do Comercio da Madeira, em Fevereiro de 1922, um opúsculo de 80 paginas com o título Bosquejos, devido á pena, segundo então se afirmou, de uma escritora madeirense. Consta de varias crónicas e impressões publicadas no mesmo jornal.

Loureiro (Adolfo). Este distinto engenheiro veio à Madeira no ano de 1898, enviado pelo governo central, afim de estudar a adaptação a este arquipélago do régimen hidráulico criado para o Continente do Reino pelo decreto de 1 de Dezembro de 1892. Demorou-se alguns meses nesta ilha e apresentou ao Governo num extenso relatório o resultado dos trabalhos a que procedeu. Fez em Lisboa, na Associação dos Engenheiros Civis, uma interessante conferencia sobre o arquipélago madeirense, que se acha publicada sob o título Breves Noticias sobre os archipelagos da Madeira, dos Açores, de Cabo Verde e das Canárias. Na sua vasta obra intitulada Os Portos Marítimos de Portugal, consagra o 5.^º volume aos portos da Madeira. o 5.^º volume dos Atlas, que completa a obra, contém 16 estampas, todas referentes a este arquipelago.

O engenheiro Adolfo Loureiro morreu em Lisboa a 23 de Novembro de 1911.

Loureiro (Laurus canariensis). Árvore de família das Lauráceas, de 6 a 20 metros, com as folhas persistentes e aromáticas, as umbelas reunidas em fascículos axilares, de ordinário mais curtas que os pecíolos, e as bagas ovoides, negras, raras vezes amarelas. Produz madeira clara, inferior á das outras Lauráceas madeirenses, e as suas folhas são usadas como adubo nas cozinhas.

Das bagas, extraía-se outrora um óleo que servia na iluminação das casas pobres dos campos e que se

preparava cozendo as bagas espremendo-as depois dentro dum saco de pano, em pequenos lagares de madeira. Como o óleo é mais leve de que o resto do líquido sobrenadava, sendo tirado facilmente do recipiente em que se fazia a operação.

O loureiro encontra-se na primeira, segunda e terceira zonas da Madeira, mas nesta ultima é uma árvore de pequenas dimensões. Existiu outrora espontâneo no Porto Santo, onde se extinguiu, sendo porém cultivado agora naquela ilha.

O alvará de 14 de Setembro de 1651 determinou que só o Conde de Vimioso, donatário de Machico, pudesse vender e «fazer navegar para fora da ilha baga de loureiro e comprá-la aos particulares.

Vid. Lauráceas e Madre de Deus.

Lourenço (João). Descendia de nobre linhagem e foi companheiro de João Gonçalves Zarco na descoberta e colonização desta ilha V. Afonso (João).

Louro-Cerejo (*Prunus Laurocerasus*). Pequena árvore ou arbusto da família das Rosáceas, cultivado na Camacha, Monte, Choupana, etc.. É originário da Persia e reconhece-se pelas suas folhas grandes, obovado-elípticas, serradas, com cheiro a amêndoas amargo quando esmagadas entre os dedos. O óleo essencial e a água destilada de louro-cerejo contém ácido prússico. O louro-cerejo é conhecido também na Madeira pelo nome de louro inglês.

Louro Régio (*Viburnum Tinus*). Arbusto ou pequena árvore cultivado nas quintas e Jardins da Madeira. É originário da Península Hispânica e tem folhas coriáceas, de ordinário ovado-elípticas, e flores brancas, dispostas e cimeiras corimbiformes.

Louros. Sítio povoado da freguesia de São Gonçalo. Existiu neste sítio uma

pequena capela, consagrada a Nossa Senhora da Incarnação e construída, no ano de 1656, por Diogo Bernardes Branco. Encontra-se ali um Posto Agrário ou campo experimental agrícola, conhecido pelo nome de Viveiro dos Louros, que é mantido pela Junta Geral do Distrito.

Lowe (Padre Ricardo Tomás). Naturalista inglês nascido a 4 de Dezembro de 1802. Tendo vindo para a Madeira em 1826, aqui se demorou até 1852, voltando depois a esta ilha em 1855, em 1860, em 1863, em 1865, em 1867 e em 1871. Desejando visitar uma vez mais a Madeira, embarcou no vapor Libéria que deixou o porto de Liverpool, com destino a esta ilha, a 11 de Abril de 1874, mas tendo o mesmo vapor naufragado na baía de Biscaia, no segundo ou terceiro dia de viagem, aí encontrou Lowe a morte, assim como sua esposa Catarina Maria, com quem havia casado em 1828.

Durante a sua longa residência na Madeira, reuniu Lowe materiais importantíssimos para o estudo da fauna e da flora do arquipélago, tendo os relativos á flora, que felizmente para a sciencia haviam ficado em Inglaterra, sido distribuídos depois da sua morte pelo Museu Britânico e Jardim de Kew. Existem duplicados de muitas plantas da Madeira e Canárias, colhidas por Lowe, no Jardim Imperial de Petrogrado, no herbário de Webb, em Florença, e no de De Candolle.

Em 1858, visitou Lowe as Canárias, onde voltou em 1861, e em 1864 e 1866 as ilhas de Cabo Verde. De 1834 a 1848, exerceu o cargo de capelão da igreja britânica na rua dos Aranhas no Funchal.

Era mestre em artes pela Universidade de Cambridge e sócio correspondente da Academia das Sciencias de Lisboa e da Sociedade Zoológica de Londres, e depois de se ausentar para Inglaterra, em 1852, foi por algum tempo capelão em Lea, condado de Lincoln.

No cemitério britânico, à rua do Dr. Vieira, existe uma modesta lápide encimada por uma cruz, onde se pode ver uma inscrição destinada a comemorar alguns factos da vida de Ricardo Tomás Lowe, o estrangeiro que maiores serviços científicos prestou à Madeira.

Entre os muitos trabalhos de R. T. Lowe, mencionaremos os seguintes A Synopsis of the Fishes of Madeira (Trans. of the Zool. Soc., II, 3, 1837); Supplement to a Synopsis of the Fishes of Madeira (Idem, III, I, 1839);

A History of the Fishes of Madeira (Londres, 1843-1860, I vol.); Primitiae Faunae et Florae Maderae et Portus Sancti (Trans. Cambridge Phil. Soc. IV, 1, 1830); Novitiae Florae Maderensis (Idem, VI, 3, 1838); A Manual Flora of Madeira and the Adjacent Islands (Londres, 1868, vol. I e II. parte I); Florulae Salvagicae Tentamen (Londres, 1869, I folh.); Catalogus Molluscorum Pneumatoram Insularum Maderensium (Proceed. Zool. Soc. of London, 1854); e Protest against the ministration in Madeira of the rev. T. K. Brown...., with an appendix (Funcha, 1848).

A propósito da questão travada entre Lowe e Brown por causa da violação verdadeira ou suposta das leis e constituições da igreja inglesa na Madeira, publicou a English Review, do mês de Junho de 1848, um artigo favorável ao primeiro daqueles autores.

Lucta (A). Saíram dois jornais com este título, sendo o primeiro a 11 de Fevereiro de 1888 e terminando a publicação a 1 de Julho de 1894, com o numero 319, e o segundo a 5 de Janeiro de 1896, dando 26 números, o ultimo dos quais a 28 de Junho do mesmo ano.

Lugar de Baixo. Sítio da freguesia da Ponta do Sol, que fica entre a vila e a freguesia da Tábua. É uma das muitas fajãs que se formaram no litoral pela queda de terrenos que lhe ficavam sobranceiros. «O Logar de Baixo é desde 1804, diz o anotador das Saudades, muito maior que dantes, porque nesse anno, grande parte dos terrenos da Lombada, que lhe fica a cavalleiro, fendidos pelas tempestades dos anos anteriores, cahiram para o lado do mar, e ali formaram uma campina extensa e productiva. O choque da queda foi tal que o mar subiu do seu nível em toda a costa adjacente e sentiu-se o abalo tanto em terra como no mar, á distancia de mais de dez quilómetros: o mar entrou muito a dentro na vila da Ponta do Sol».

O Lugar de Baixo fazia parte da grande propriedade da Lombada dos Esmeraldos (**V. este nome**), mas quando, por morte de João Esmeraldo, se procedeu a novas partilhas entre os seus dois filhos e a viúva Águeda de Abreu, reservou esta para si o prédio do Lugar de Baixo como parte integrante do seu dote. É possível que por sua morte revertesse ao morgadio do Santo Espírito, sendo certo que nele se incorporou em época que ignoramos. Foi vendido em hasta publica pelo mesmo tempo em que o foi a Lombada, tendo sido arrematada pelos comerciantes ingleses A. Criorgi & C.^a. Existe ali a capela de Santo António, com uma bela casa anexa, de que nos ocuparemos noutro lugar desta obra.

Lugar de Baixo (Enseada e Porto do). No sítio deste nome, há uma pequena enseada entestando com uma praia, que lhe serve de porto, sendo algumas vezes preferível, ali o desembarque do que no cais da Ponta do Sol e da Ribeira Brava. Neste porto desembarcou, no dia 25 de Outubro de 1858, o infante D. Luis, depois rei de Portugal, por o estado do mar não permitir fazê-lo no cais da vila da Ponta do Sol.

Luís (Infante D.). O infante D. Luís, depois rei de Portugal, esteve pela primeira vez na Madeira no ano de 1858. Foi o primeiro membro da família real portuguesa que visitou esta ilha. Na corveta Bartolomeu Dias, de que era comandante, chegou ao nosso porto no dia 8 de Outubro daquele ano, acompanhado pelo seu camarista conde de Linhares. Veio de conserva a canhoneira Sagres. O desembarque efectuou-se no cais da Pontinha, no dia imediato, tendo a recepção revestido o maior luzimento e imponência. Durante os vinte dias que D. Luís se demorou na Madeira, além dos mais festejos e demonstrações publicas de apreço e simpatia que se fizeram em sua honra, realizaram-se esplêndidas festas de carácter particular, cuja lembrança perdurou por largos anos na tradição local, pelo brilhantismo e extraordinário aparato que revestiram. Entre essas festas, sobressaíram notavelmente a do Palheiro Ferreiro e a do jantar e baile no palácio de São Pedro, oferecidos pelo conde de Carvalhal, que muito impressionaram o infante, o baile do Club Funchalense, oferecido pela Câmara Municipal, e a recepção em casa do morgado das Cruzes, Nuno de Freitas Lomelino. D. Luís visitou demoradamente o Asilo da Mendicidade, o Hospício da Princesa D. Maria Amélia, o hospital de Santa Isabel, o hospital militar, o liceu e algumas repartições publicas.

No dia 25 de Outubro, dirigiu-se o príncipe com a sua comitiva á vila da Ponta do Sol, e após o desembarque seguiu imediatamente para a formosa estancia do Rabaçal, regressando à tarde à mesma vila onde pernoitou.

Na véspera da sua partida, deu o infante D. Luís recepção no palácio de São Lourenço e fez ali suas despedidas, agradecendo a alocução que o Governador civil lhe dirigiu nesta ocasião e as extraordinárias provas de consideração e simpatia que recebera dos habitantes desta ilha. Saiu para Lisboa no dia 27 de Outubro de 1858.

Voltou D. Luís à Madeira em 1861, vindo, em nome de D. Pedro V, visitar a imperatriz de Austria Isabel e acompanha-la por ocasião de sua saída desta ilha. Chegou ao Funchal a 17 de Abril daquele ano, e acompanhou até Gibraltar, na corveta Bartolomeu Dias, a embarcação que conduzia a Imperatriz.

Luis Miranda (Caminho de). Teve esta denominação, desde 19 de Janeiro do 1896 até 27 de Outubro de 1910, o caminho entre a igreja paroquial de Santo António e a Ribeira. O comendador Luís de Bettencourt Miranda nasceu no Funchal a 16 de Dezembro de 1856 e aqui faleceu a 17 de Julho de 1921, tendo sido durante mais de 30 anos oficial e depois secretario da Câmara, lugares estes em que prestou excelentes serviços ao Município.

Luisier (Padre Alphonse). É natural da Suíça, pertence á Companhia de Jesus e foi durante alguns anos professor no extinto Colégio de Campolide, em Lisboa. Tendo recebido em 1907 uma colecção de muscíneas madeirenses, organizada por um dos autores deste Elucidario, e sendo-lhe enviada mais tarde a excelente colecção briologica que pertencera a James Y. Johnson e é hoje propriedade do Museu do Seminário, foram estes os materiais que principalmente lhe serviram para os seus estudos sobre a briologia madeirense, acerca da qual tem publicado os trabalhos seguintes, todos de muito valor: Note sur quelques mousses nouvelles pour la flore de Madère (Bullet. Soc. Port. Sc. Nat., 1, 2, 1907), Deuxième note sur les mousses de Madère (Ibid., II, I, 1908), Contribution à l'Etude des Muscinées de Madère (Broteria, vol. VIII e IX, 1909 e 1910) e Les Mousses de Madère (Ibid., vol. XV, 1917 a 1922).

O professor A. Luisier não estuda sómente as Muscíneas; tem-se consagrado também ao Estudo das Fanerogamicas, existindo no volume XIX do Boletim da Sociedade Broteriana um trabalho seu sobre as plantas da região setubalense.

Tendo sido privado das suas colecções briologicas por ocasião da revolução de 1910, conseguiu rehaver mais tarde uma parte delas, o que o habilitou a prosseguir nos seus valiosíssimos estudos sobre as Muscíneas do arquipelago da Madeira.

Lula (*Luligo Vulgaris*). Molusco cefalópodo que se apanha junto á costa, nas redes de arrasto e na torneira, aparelho introduzido no arquipélago há cerca do 15 anos.
Também chamam lulas a outros cefalópodes, um dos quais é luminoso.

Lund (Dr. G.). Medico inglês que exerceu clinica no Funchal e fez aqui observações meteorológicas em 1855 e 1856. E.: *The climate of the Island of Madeira*, Londres, 1854. Escreveu em 1853 um outro trabalho sob o mesmo título e ocupou-se também da Madeira no *Association Medical Journal*, do mês de Setembro de 1853.

Lúpulo (*Humulus Lupulus*). Planta trepadora da família das Urticaceas, cultivada em S. Roque, Santana, etc.. Tem folhas semelhantes ás da vinha, e as suas inflorescencias, dotadas dum sabor amargo muito pronunciado, são usadas no fabrico da cerveja.

Luz. É apelido de família bastante antigo na Madeira. Em 1513, havia um Pedro da Luz, que era escrivão da Misericórdia do Funchal.

Luz (A). Publicaram-se setenta e seis números deste Jornal, de 21 de Maio de 1881 a 4 de Novembro de 1882.

Com o mesmo título, apareceu a 6 de Fevereiro de 1918 um outro jornal, que ainda se publica (1921).

Luz da Madrugada (A). Saíram sete números, publicando-se o primeiro a 27 de Abril de 1902 e o ultimo a 7 de Setembro do mesmo ano.

Lyell (Carlos). Distinto geólogo inglês nascido em Kinordy, em 1797, e falecido em Londres, em 1875. Esteve na Madeira durante dois meses do inverno de 1853 a 1854, tendo feito aqui diversas explorações geológicas, acompanhado quasi sempre do geólogo alemão Hartung.

Lyell ocupa-se da geologia da Madeira no capítulo XLI dos seus Princípios de Geologia (1868) e no capítulo XXIX do Manual de Geologia Elementar (1855). A paginas 325 dos Proceedings of the Geological Society, do mês de Março de 1854, encontra-se um artigo intitulado On the Geology of some parts of Madeira, em que aparecem resumidas as principais observações feitas pelo sabio geólogo inglês nesta ilha.

M

Eça (João Fogaça de). Sob o jugo castelhano foi governador geral da Madeira João Fogaça de Eça, cuja nomeação data de 14 de Agosto de 1603.

Mac Euen (Carlos). Americano, natural de Filadelfia, que fez observações meteorologicas na quinta Hollway, desde Dezembro de 1848 a Maio de 1849. Estas observações andam reunidas à obra do Dr. Mason sobre o clima da Madeira, publicada em 1850.

Maçacota (*Chenolea lanata*). Subarbusto esbranquiçado-lanuginoso e com as folhas superiores reunidas geralmente em fascículos. Encontra-se na Ponta de S. Lourenço, no Porto Santo e na Selvagem Pequena.

Maçarico. Os madeirenses conhecem por este nome o *Numenius phaeopus* e pelo de maçarico real o *N. arquatus*. Estas especies que pertencem à família caradríida e subfamilia totanina, aparecem nas rochas marítimas da Madeira.

Maçaroco (*Echium nervosum*). Arbusto da família das Borraginaceas, frequente nas

proximidades do litoral, na costa sul da Madeira. Pode atingir 2 metros de alto, e tem flores azuis, dispostas em panículas ovadas, geralmente densas. Produz madeira negra que era usada outrora para embutidos. O *Echium candicans* é um arbusto de 5 a 15 decímetros e que se distingue facilmente do *E. nervosum* pelas suas paniculas alongadas e mais ou menos cilíndricas.

Macaulay (Dr. James). Distinto cientista inglês que passou na Madeira uma parte dos anos de 1839 e 1840, tendo escrito acerca desta ilha um valioso trabalho intitulado *Notes on the Physical Geography, Geology and Climate of the Island of Madeira*, o qual foi publicado no Edinburgh New Philosophical Journal, de Outubro de 1840, pagina 1 a 39. James Macaulay foi o redactor do *Stranger*, jornal escrito na língua inglesa e publicado no Funchal, de que saiu apenas o primeiro numero, em Janeiro de 1840.

Macedo. Este apelido, diz o dr. Rodrigues de Azevedo, vem de Martim Gonçalves de Macedo, preclaro defensor de D. João I, na batalha de Aljubarrota.

Macedo (D. Álvaro da Costa de Sousa). Foi D. Álvaro da Costa de Sousa Macedo o último governador e capitão-general deste arquipélago, e o ultimo representante que o governo absoluto teve entre nós. Tomou posse do seu cargo a 1 de Abril de 1830 e saiu da Madeira a 13 de Julho de 1834.

D. Álvaro de Macedo não só não ofereceu a menor resistência à proclamação do governo constitucional nesta ilha, mas acatou inteiramente a nova ordem de cousas e teria até continuado, se o desejasse, a ser o governador da Madeira, segundo o convite que directamente lhe fizera o próprio monarca D. Pedro IV.

Embora se tivesse conservado á frente da governação desta província no período revolto das nossas lutas civis, em que odios e dissensões profundas dividiram a família madeirense em dois bandos irreconciliáveis, soube-se conduzir de modo a não acirrar essas divergências partidárias, mantendo-se, quanto lhe permitiam as circunstâncias, numa atitude de notável imparcialidade, que lhe granjearam a estima e a consideração dos povos desta ilha.

Apesar do espírito de rectidão e justiça que o animava e das tendências conciliadoras que orientavam os actos da sua administração, houve um momento em que se deixou arrastar pelas despóticas imposições da política partidária, e cedendo às instâncias dos seus correligionários e maus conselheiros, mandou demolir até os seus fundamentos o Teatro Grande do Funchal, que era a segunda casa de espectáculos do país e que tinha sido construído havia aproximadamente sessenta anos.

Este teatro, de que falaremos com mais larguezas, levantava-se no largo que o povo ainda hoje chama da Fortaleza e era de capacidade e proporções superiores a uma pequena terra de província como o Funchal, tendo, além disso, no seu todo, um aspecto de grandeza e majestade que impressionava muito agradavelmente os visitantes. Em algumas noites de espectáculos, os partidários das ideias constitucionais aproveitavam a reunião do grande número de espectadores para expandirem os seus sentimentos liberais e fazerem propaganda dos princípios que professavam, estendendo-se essa propaganda do palco à plateia, apesar disso constituir um desacato às instituições.

A verdadeira causa da demolição foi essa. Um simples encerramento do teatro tinha-o salvo da sua completa destruição, mas D. Álvaro de Macedo, alegando que aquela casa de espectáculos ficava contígua a uma fortaleza, causando embaraços à defesa da cidade, e que igualmente afeava o local e a entrada para o palácio dos governadores, tomou a medida radical de o fazer demolir, não deixando pedra sobre pedra.

D. Álvaro de Macedo tinha sido agraciado com o título de Conde da Madeira. Morreu em França poucos anos depois de sair desta ilha. Era tio de D. Bernardo da Costa de Sousa Macedo, que, por duas vezes, serviu de governador civil d'este distrito.

Macedo (D. Bernardo da Costa de Sousa). Foi nomeado Governador Civil da Madeira por decreto de 21 de Fevereiro de 1901, tendo tomado posse a 9 de Maio do mesmo ano.

Por decreto de 6 de Junho de 1906, foi, pela segunda vez, nomeado Governador Civil do distrito, e tomou posse do lugar a 23 do mesmo mês e ano.

Macedo (Padre dr. João Crisóstomo Espinola de). Escassos dados possuímos para a biografia deste madeirense. Era bacharel formado em teologia e foi capelão interino da igreja de S. Tiago Menor e depois vigário na vila de Santa Cruz, tendo sido preso em 1811, por ordem do cabido da Sé, em consequência duma queixa apresentada contra ele pelo juiz ordinário da mesma vila. Redigiu o segundo jornal que entre nós se publicou, o Pregador Imparcial da Verdade, da Justiça e da Lei, que saiu a lume em Fevereiro de 1823. Embora de ideias políticas diferentes das de José Agostinho de Macedo, foi no entretanto um seu distinto discípulo na violência da linguagem e no descomposto da frase, cujos processos soube imitar nos escritos que nos deixou. Entre eles, avulta um opúsculo impresso em Londres no ano de 1825, que é raríssimo e tem o seguinte extravagante título: o Tramista Descoberto! Converça do cônego Francisco B-r-o, da cidade do Funchal, com o seu moço Simão Caraça, que foi estudante e servio de economo, por alguns anos, em hum beneficio da Igreja da Ponta do Sol da ilha da Madeira, ouvida pelo padre João Vicente do O-v-a no pateo do mesmo cônego. . É um folheto de 98 paginas, crivado de erros tipográficos, que principalmente se ocupa do governador da Madeira Sebastião Xavier Botelho, fazendo-se nele referencias pouco lisonjeiras ao próprio autor, que se oculta no anonimato e deste modo se colocou mais ao abrigo das suspeitas que sobre ele pudesse recuar.

Seguiu as ideias proclamadas pela revolução do Porto e foi eleito deputado substituto por esta ilha em 1822, mas, ao ser restaurado o absolutismo, enviou ao Juiz de fora o seu diploma de deputado «por não querer guardar por mais tempo em seu poder um documento que considerava indecoroso».

Devido aos excessos de linguagem empregados nos seus escritos e ainda a outros motivos que desconhecemos, concitou contra si a má vontade de elementos preponderantes no Funchal, que teve como, epílogo um facto sensacional ocorrido no dia 9 de Fevereiro de 1822, que entre nós causou o maior escândalo e que até teve grande retumbância no Continente do Reino. Alguns oficiais, cadetes e sargentos do batalhão de artilharia da terra foram à residência do dr. Espinola de Macedo, que era na antiga rua da Conceição, e dali o arrancaram violentamente, conduzindo-o ao Pelourinho, onde, em pleno dia e à vista de muita gente, diz um escrito contemporâneo, «o esvergalharam, sendo macerado e ludibriado». Os autores da agressão foram presos e julgados, sendo condenados a penas severas de prisão e degredo, valendo-lhes o advento do governo absoluto, que os restituui à liberdade.

Lê-se na acta da sessão da Camara Municipal do Funchal de 8 de Fevereiro de 1822 que o dr. Macedo, vigario de Santa Cruz, era «um insultador publico em seus manuscritos e obras impressas, onde costumava atacar os cidadãos honrados, as corporações legais e uteis e todas as autoridades constituidas»; todavia, como advogado nos tribunais da ilha, deixou fama de orador e polemista notável, e, como jornalista, foi dos melhores do seu tempo.

Em 1823, foi o dr. Macedo condenado e deportado por crimes políticos para fora do Reino, saindo do Funchal para Gibraltar no bergantim inglês Fanny, em Maio daquele ano.

Faleceu em 1828, em idade avançada.

Macela (*Anthemis nobilis*). Composta muito cultivada. na Camacha e outros pontos da Madeira. A infusão dos seus capítulos é estimulante e tonica, podendo servir externamente para combater certas inflamações dos olhos. Não é a forma typica, mas a variedade aurea que aparece na Madeira. A macela usada na Madalena e na Fajã da Ovelha, é a *Achillea Ageratum*, planta pertencente também à família das Compostas.

Macelão (*Achillea Millefolium*). Composta cultivada e subespontânea na Madeira. É conhecida também pelo nome de feiteirinha, e tem propriedades idênticas às da macela, sendo porém menos usada pelo povo.

Maceta de Santa Cruz. Publicou-se na vila de Santa Cruz e deu apenas dois números, a 10 de Novembro e a 24 de Dezembro de 1878.

Machado. Frutuoso faz referência ao pico de Lopo Machado, sobre a ermida de Nossa Senhora das Neves, mas diz o dr. Azevedo que o apelido Machado procede de João Machado de Miranda, natural de Guimarães, que passou à Madeira a chamado de seu tio Bartolomeu Machado, por não ter herdeiros de sua mulher D. Francisca Velosa, tendo ambos instituído um morgado de seus bens na descendência do dito

sobrinho.

Machado (Dr. Vicente Cândido). Nasceu no Funchal a 3 de Outubro de 1855 e morreu nesta cidade a 23 de Novembro de 1911. Concluiu a formatura na faculdade de medicina de Paris em 1880. Regressando á Madeira, realizou com o melhor êxito no dia 2 de Outubro do mesmo ano uma melindrosa operação cirúrgica na pessoa do falecido prelado D. Manuel Agostinho Barreto, o que logo lhe deu grande nomeada como distinto medico e operador. Defendeu e publicou a tese *E'ssai sur les oreillons sous-maxillaires*, e em polémica com o conde de Canavial publicou em 1884 o opusculo *Resposta ao folheto do dr. João da Camara Leme Homem de Vasconcellos...*

Machico (Capitania de). Em virtude de instruções recebidas do infante D. Henrique segundo informa o Dr. Gaspar Frutuoso, procederam os descobridores João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz, logo no principio da colonização, à partilha das terras que deviam constituir a área das suas jurisdições, como ponto de partida para a regular administração dos dominios que lhes foram confiados. Já nos artigos *Capitanias* (vol. Iº. pag. 244 e s.) *Donatários* (vol., pag. 373 e s.) nos referimos à divisão da ilha da Madeira em duas capitanias, com sedes no Funchal e em Machico, e à maneira como se fez a delimitação delas, cabendo a primeira a Gonçalves Zarco e a segunda a Tristão Vaz. A pág. 456 e 457 das *Saudades*, vem transcrita a carta da doação feita pelo infante D. Henrique a Tristão Vaz da capitania de Machico, que tem a data de 8 de Maio de 1440. E a mais antiga das doações das três capitanias em que foi dividido o arquipélago, devendo entender-se de todas estas doações que elas foram apenas a confirmação solene e autentica das concessões anteriormente feitas.

A capitania de Machico estendia-se desde a Ponta da Oliveira até à Ponta de São Lourenço e desta a Ponta do Tristão, compreendendo uma parte consideravel da costa-sul e toda a costa-norte da ilha. A sua área correspondia aos actuais concelhos do Pôrto Moniz, São Vicente, Santana, Machico e quasi todo o de Santa Cruz, com excepção duma parte da freguesia do Caniço.

A capitania de Machico tinha muito maior area e extensão do que a do Funchal, mas tôda a costa norte, que dela fazia parte, era duma flagrante inferioridade pela sua situação, clima, natureza do solo, falta de praias e

desembarcadouros, dificuldade de comunicações, etc.. Como se há-de ver no artigo *Vila e Municipio de Machico*, a sede desta capitania cresceu e desenvolveu-se rapidamente, chegando a afirmar-se que ela ombreou com a do Funchal e até a excede em importancia e prosperidades. É proveitoso ler-se a tal propósito as primeiras paginas do livro *A Filha de Tristão das Damas* e as notas insertas a pág. 254 e 255 da mesma novela. Não foi, porém de longa duração esse notável desenvolvimento inicial. As condições especiais da sede da capitania do Funchal, no que diz respeito à sua admirável situação, à largueza do sitio para o desenvolvimento duma populosa povoação, à amplidão do seu porto, à feracidade do solo, ao pitoresco do logar, à amenidade do clima, etc., haviam de impor-se imperiosamente e a breve trecho teriam que suplantar as outras localidades que se fossem criando, ainda sob os melhores auspícios de rápido progresso e desenvolvimento. A capitania de Machico estacionou e decresceu depois em prosperidades, devido também à importância que em breve adquiriu a povoação de Santa Cruz, logo feita vila no principio do século XVI e que se tornou um grande centro industrial e comercial no fabrico e exportação do açúcar, chegando a sua alfandega a ter um movimento muito maior do que o da sua vizinha e rival.

É ocasião de dizer que a administração dos donatários desta capitania, incluindo o primeiro, sempre deixou muito a desejar. Ouçamos o dr. Álvaro de Azevedo, nos seguintes trechos, embora um pouco extensos, que nos dão uma ideia segura do que foi essa administração da donatária de Machico passou, por sucessão, de Tristão Vaz ao seu primogénito Tristão Vaz das Damas, assim cognominado «porque (diz Frutuoso) foi muito cortezão, grande dizedor e ás damas fazia muitos motes»; delle são as tres canções colligidas no Cancioneiro Geral, de Resende. ahí indicadas por «de Tristão Teixeira, Capitão de Machico»: a este sucedeu seu filho, tambem chamado Tristão Teixeira, e por sua morte herdou a donataria seu filho Diogo Teixeira, quarto e ultimo donatario descendente de Tristão Vaz. Os governos destes quatro capitães foram deploraveis e de constante conflito com o poder real, com elles severo. Tristão Vaz, por despotá, especialmente com Tristão Barradas, «o qual teve aferrolhado com huma braga moendo em hum moinho farinha (*Saudades* pag. 116), foi pelo rei chamado a Lisboa e, por sentença, degradado para a ilha do Principe, onde alguns annos esteve, até que, seguramente no reinado de D. Afonso V e por intercessão do infante D. Henrique, foi restituído na capitania, vindo a falecer por 1470. Tristão Teixeira das Damas, «por capitulos que d'elle deram», também chamado foi pelo rei a Lisboa, onde por alguns annos andou, com muito trabalho e dispendio, tratando do seu livramento e «tirando, finalmente, sua honra a limpo»; mas, após elle o rei mandou o dr. Alvaro Fernandes, e, depois, Fernão de Perada, por corregedores, com alcada em toda a ilha da Madeira. Tristão Teixeira, sucedendo ao das Damas, parece que não tomou o titulo de

capitão donatario, mas simplesmente o de governador, qualidade em que tinha ficado superintendendo a capitania na ausencia de seu pai, o que o apeava, nominalmente pelo menos, de um direito proprio a mero delegado regio: e, alem d'sso, enquanto elle viveu, estiveram na ilha o bacharel Ruy Pires por juiz de fora e ouvidor na capitania do Funchal, e, depois deste, o dr. Diogo Taveira por corregedor em ambas as capitanias; assim vigiado houve-se Tristão Teixeira cordatamente. Seu filho e sucessor Diogo Teixeira, porem, «foi homem imperfeito de juizo. ... e quasi mentecapto;.... governou tão mal», que «el-rey D. Manuel e el-rey D. João III. . . lhe quizeram tirar a capitania, e sobre isso trouxe demanda. . . até o anno de 1536», no decurso da qual na mesma capitania estiveram por corregedores o dr. Francisco Diniz nove annos, e, depois, o licenciado Antão Gonçalves, quasi tres annos; venceu Diogo Teixeira o pleito, pelo gue esteve na posse da capitania até 1538; mas, por ultimo, D. João III lha tirou e as rendas della, mandando-o entregar á guarda de João Simão de Sousa, que «em seu poder o teve até o anno de 1540», no qual o captivo morreu, sem filho varão nem outro herdeiro, ficando porisso «a casa e herança á Coroa . {*Saudades*, pag. 117 a 119}: assim terminou a descendencia de Tristão Vaz. «Ainda no anno de 1541 fez D. João III mercê desta capitania a Antonio da Silveira, capitão que foi de Diu, por serviço que lhe tinha feito»; este, mediante licença regia, vendeu-a ao Conde de Vimioso, D. Affonso de Portugal; por falecimento deste, nella sucedeu seu filho D. Francisco, e, por morte do ultimo vagou á coroa, mas nenhum d'estes a governou pessoalmente, senão por ouvidores, havendo sempre corregedores superintendentes, com os quais esses ouvidores tiveram conflictos mais ou menos graves».

No artigo **Donatarios** (vol. 16 pag. 373 e s.), demos já a relação completa dos capitães donatários de Machico até o ano de 1775, sendo a donatária para a maior parte deles um titulo meramente honorifico.

A criação da vila de Santa Cruz em 1515 e da de São Vicente em 1744, com os seus forais e isenções, não cercearam propriamente a area da capitania de Machico, mas restringiram bastante a jurisdição dos seus donatários ou dos seus ouvidores.

Houve ouvidores nesta capitania, que eram de nomeação do capitão donatário. O primeiro que exerceu este cargo foi Manuel Homem da Câmara, nomeado a 4 de Junho de 1641. Tinha dois juízes ordinários de cujas sentenças se apelava para o ouvidor. Havia também um Juiz dos órfãos, sendo este cargo criado a 25 de Setembro de 1625 e nele provido Cristovão Moniz Barreto.

Segundo afirma Frutuoso, a capitania de Machico rendia para o seu donatário em 1590, isto é, há quasi três séculos e meio, cerca de novecentos mil réis anuais.

Machico (Conde de). Carlos Stuart, enviado extraordinário e ministro plenipotenciario de Inglaterra em Lisboa, e membro do governo do Reino de Portugal durante a Guerra Peninsular, foi agraciado com o titulo de conde de Machico por decreto de 22 de Novembro de 1825 e de marquês de Angra por decreto de 1 de Maio do ano seguinte. Teve geração, mas não nos consta que o título de conde de Machico se tivesse perpetuado nos seus descendentes. Morreu em 1845.

Machico (Enseada, Porto e Cais de). Afora as baías do Funchal, Pôrto Santo e Abra, é a enseada de Machico a mais ampla e pitoresca do arquipélago. É orlada por um belo trecho de praia e por duas estradas que lhe ficam sobranceiras, entestando directamente com um formosíssimo vale, que se alarga pelas margens verdejantes da ribeira na extensão de alguns quilómetros. O centro da vila é ligado ao cais de desembarque por uma formosa estrada arborizada, que oferece o mais agradável passeio nas tardes calmas de estio. Aproximadamente no extremo sul da enseada, junto da capela de São Roque, construiu-se há muitos anos um desembarcadouro, que foi de todo abandonado. No outro lado da baía, projectou-se a construção dum cais, aproveitando-se uma restinga que ali existe, com uma estrada de ligação para o interior da vila, realizando-se essas obras no período decorrido de 1870 a 1873. Considerado aquele desembarcadouro como insuficiente, procedeu-se em 1905 á construção dum novo e mais amplo cais, que sofreu modificações e melhoramentos no ano de 1907. Nos três pontos que limitam a entrada desta baía, foram colocados três farolins nos fins do ano de 1931, que estão prestando excelente serviço aos numerosos barcos de pesca, que demandam esta enseada durante a noite. Este pôrto é de relativa extensão mas de pouco fundo, não sendo portanto permitido o acesso a embarcações de grande lotação. Sobranceiro ao local do cais existiu um antigo forte, chamado do Desembarcadouro ou de São João Baptista, hoje desmantelado, em cuja esplanada se improvisou em 1910 um hospital, por ocasião da epidemia colérica que assolou a Madeira naquela época.

V. Desembarcadouro

Machico (Estação sanitária de). Esta localidade, além das condições especiais que a tornam um lugar preferido para passar a quadra estival, deve também ser considerada como uma excelente estação de saúde. A amenidade dum clima fresco e temperado, a bela praia de banhos e as preconizadas águas de São Roque com as suas conhecidas virtudes terapêuticas, recomendam-na como a mais apreciável estância sanitária do arquipélago depois da do Porto Santo. São também motivos de atracção as belezas naturais do formosíssimo vale, em que assenta a pitoresca vila, a facilidade de realizar pequenas excursões á linda povoação de Santa Cruz e á encantadora freguesia do Santo da Serra, os passeios marítimos ao Caniçal, á Prainha e á Ponta de São Lourenço, um hotel permanente e confortável, casas de aluguer e rápidas e frequentes comunicações com a cidade do Funchal, etc. etc..

Machico (Freguesia de). As mais antigas e gloriosas tradições que se referem ao descobrimento desta ilha e á sua primitiva colonização acham-se indissoluvelmente ligadas ao nome do lugar, que depois foi a freguesia, a vila e a sede da capitania de Machico. A historia da Madeira começa no instante mesmo em que as caravelas comandadas por João Gonçalves Zargo e Tristão Vaz ferraram ancora na pitoresca e encantadora baía desta localidade. Neste momento principia também a historia de Machico. Ao dobrarem o promontório de São Lourenço, pouco antes baptizado com este nome, preparou-se aos olhos estáticos dos navegadores uma pequena, mas formosa enseada, limitada por uma praia de calhaus rolados, que entestava com um risonho vale apertado entre abruptas e alterosas montanhas. Tudo convidava a efectuar-se o primeiro desembarque. Parece que os descobridores aqui aportaram por uma tépida e serena tarde de Julho, quando ja o sol se avizinhava rapidamente do ocaso. Apesar da ansiedade que avassalava esses espíritos, avidos da aventura e do desconhecido, não permitiram os capitães que nesse dia se pisasse pela primeira vez a terra virgem desta longinqua e ignorada ilha. O desembarque realizou-se no dia imediato (V. Descobrimento do arquipélago), descrevendo-o o historiador das ilhas nos seguintes termos:

«Tanto que amanhaceo ao outro dia, mandou o capitam hum batel a terra, de que deo cargo a Ruy Paes, que fosse ver a disposição e sitio della, e lhe trouxesse recado do que achasse. O qual hindo, não pôde desembarcar na praya, por causa do arvoredo que chegava ao mar, e páos que elle e a ribeira ali tinham juntos. Daqui foi para a banda do Nacente desembarcar na rocha, onde estão pedras e baixos, que se pode facilmente desembarcar nelles, por aparelado que ande o mar; porque está resguardado com a rocha; e este

logar se chama hoje o Desembarcadouro, onde tambem desembarcaram os de Machim. Postos em terra, acharam-na muito graciosa e saudosa de grandes arvoredos, e a logares prados, o que tudo se via tambem dos navios. Foi Ruy Paes com os da companhia per antre o arvoredo e o mar, e, achando lenha cortada e rasto de gente, foram por elle dar no tronco do pão grande onde Machim estivera, e acharam a meza e o crucifixo, que os ingleses deixaram, e as sepulturas com as cruzes á cabeceira; do que ficaram espantados, posto que tudo tinham ouvido ao seu piloto».

Se houvessemos de dar credito à amorosa lenda de Roberto Machim e Ana de Arfet, teríamos de admitir que os descobridores, ao desembarcarem nas praias de Machico, encontraram as sepulturas dos dois infelizes amantes, deparando nelas com o epitáfio que narrava a sua desgraçada aventura e onde se pedia que ali fosse erguida uma capela da invocação de Cristo. O que, porém, parece averiguado é que no dia mesmo em que os capitães da pequena frota realizaram o seu primeiro desembarque, fizeram logo erguer um improvisado altar e ali celebrou o sacrificio da missa um dos religiosos franciscanos que Gonçalves Zargo trouxera em sua companhia. Era uma ardente manifestação de fé, dando sem demora á Providencia a mais rendida acção de graças pelo feliz e importante descobrimento que acabavam de realizar. Afirma-se que os descobridores fizeram o voto de levantar uma igreja naquele local, e é esta a verdadeira origem da fundação da capela de Cristo ou do Senhor dos Milagres (V. *Capela de Cristo*, pag. 332 do Iº. vol.).

Qual a verdadeira origem do nome desta localidade? Nada se sabe de positivo a tal respeito, apesar de alguns homens de alta envergadura intelectual, como Pinheiro Chagas, Camilo Castelo Branco, Álvaro Rodrigues de Azevedo e J. I. de Brito Rebêlo, se terem ocupado com larguezas do assunto. Ao tratarmos da lenda de Machim, procuraremos condensar as opiniões dos que com mais reconhecida competência versaram esta matéria, apresentando um resumido quadro das diversas hipóteses e conjecturas a que a explicação do facto deu lugar.

Ninguém duvida que foi Machico um dos primeiros lugares povoados, formando-se ali desde logo um importante nucleo de população, que rapidamente se desenvolveu, mas escasseiam-nos noticias pormenorizadas acerca da sua mais antiga colonização e primitivos povoadores, e até se ignora o ano preciso da criação da paroquia. Apenas se sabe que o descobridor Tristão Vaz, tendo escolhido este logar como sede da sua capitania, ali fêz assentamento logo nos primeiros tempos da descoberta, dedicando-se afanosamente ao povoamento e cultivo das suas terras. Diz Gaspar Frutuoso que alguns afirmam que o primeiro donatário se estabeleceu em Machico com sua mulher e filhos, no mês de Maio de 1425. Foram

dados muitos terrenos de sesmaria a colonos e fidalgos vindos do continente tornando-se logo uma povoação importante, que chegou a ombrear com o Funchal e até o excedeu, segundo se lê em alguns antigos documentos.

O dr. Álvaro de Azevedo assinala o ano de 1430 para a criação das freguesias de Câmara de Lobos e Calheta, e o de 1440 para as do Caniço e Ribeira Brava, fixando o ano de 1450 para a de Machico, o que é bastante para estranhar, se atendermos a que êste lugar foi um dos primeiros povoados e dos que mais rapidamente cresceram e prosperaram, tendo sido além disso a sede duma capitania e um centro muito importante da primitiva colonização. Inclinamo-nos a crer que a paróquia de Machico teria sido criada por meados do século XV, enquanto que as outras seriam apenas constituídas em capelarias curadas ou curatos autónomos nos anos que ficam indicados. O lugar de Machico deveria ter tido um serviço religioso mais ou menos regular desde a edificação da capela que ali fez Tristão Vaz logo no começo da povoação e arroteamento das terras, sendo em 1450 que D. Frei Pedro Vaz, prior da Ordem de Cristo, enviou á Madeira Frei João Garcia como primeiro vigário da paróquia de Machico, criada recentemente. Caso semelhante se deu no Funchal com Frei Nuno Cão, mandado também pela Ordem de Cristo a paroquiar na sede da capitania e a superintender nos serviços religiosos de toda a ilha. No artigo Freguesias, emitimos a opinião de que a primeira paróquia criada na Madeira teve sua sede no Funchal, acrescentando agora que a fundação da de Machico seria quasi coeva daquela, como aconteceu com as duas vilas que tiveram a sua criação na mesma época.

A freguesia, como fica dito, foi criada por 1450 e alargava a sua jurisdição paroquial por toda a área da capitania, estabelecendo-se depois capelarias curadas, dependentes da igreja matriz, nos lugares de Santa Cruz, Pôrto do Moniz, S. Vicente, Ponta Delgada, São Jorge, Santana, Faial e Porto da Cruz. A de Santa Cruz foi sem demora convertida em freguesia independente e as outras capelarias tornaram-se a pouco e pouco paróquias autónomas. O rápido aumento da população na sede da capitania determinou a criação de novos lugares eclesiásticos, sendo criada uma colegiada com seis beneficiários anteriormente ao ano de 1572 e um curato por alvará regio de 15 de Novembro de 1576.

Teve mais a igreja paroquial desta freguesia os lugares de pregador, criado por alvará de 4 de Agosto de 1590, de organista, criado por alvará de 27 de Novembro de 1594, e o de tesoureiro, cuja data de criação desconhecemos.

No *Indice Geral do Registo da Antiga Provedoria*, faz-se menção dos seguintes diplomas respeitantes aos cargos eclesiasticos desta freguesia: alvará regio de 11 de Fevereiro de 1560, fixado a côngrua do vigario em 12.300 réis anuais em dinheiro, 40 alqueires de trigo e um quarto de vinho; alvará de 18 de Junho de 1572, elevando a 34.000 réis a totalidade da mesma côngrua; alvará de 8 de Maio de 1591, acrescentando mais 7.700 àquela importancia; alvará de 27 de Outubro de 1592 mudando êste vencimento para 24.000 réis em dinheiro, dois moios de trigo e duas pipas de vinho; alvará de 18 de Junho de 1572, determinando que cada beneficiado tivesse 12.000 réis anuais de côngrua; alvará de 8 de Maio de 1591, acrescentando um moio de trigo e uma pipa de vinho aquele vencimento; e alvará de 5 de Novembro de 1741, comutando esta côngrua em 6.000 réis em dinheiro, dois moios de trigo e uma pipa de vinho. Ao cura foi fixada a côngrua anual de 18.000 réis pelo alvará regio que criou êste logar.

Na área desta paroquia foram erigidas as capelas do Senhor dos Milagres, de que já nos ocupámos (vol. 1º., pag. 332), São Roque, Nossa Senhora do Rosario, Nossa Senhora da Graça, Nossa Senhora das Preces, São Cristóvão Nossa Senhora do Amparo, São José, Santo Antonio e Santana, ás quais nos referiremos mais de espaço em outro logar desta obra.

Entre os factos que interessam á historia desta freguesia, merecem especial menção as aluviões de 1724 e 1803 (V. Aluviões, vol. 1º., pag. 54 e seguintes), o ataque da esquadra e tropas miguelistas a esta vila (V. Ocupação da Madeira pelas tropas miguelistas) e os morticinios ocorridos na igreja matriz desta paroquia em Maio de 1870 (V. Motins Populares).

No artigo Geologia, já se fêz ligeira referencia ao canal de lava existente na margem esquerda da ribeira, nas proximidades da quinta Santana, e a pag. 265 do vol. 1º. dêste *Elucidario*, transcrevemos a descrição que dele fêz Hartung no seu livro *Geologische Beschreibung der Inseln Madeira und Porto Santo*. A cerca dêste canal, ou furna de Cavalum como é geralmente conhecido, corre uma lenda que o sr. tenente-coronel A. Artur Sarmento aproveitou para um dos capítulos do seu livro *Migalhas*.

Sobranceira ao mar e no extremo oeste da baía fica a antiga capela de São Roque no sopé da qual nascem as fontes conhecidas pelo nome do orago da mesma capela e que brotam da rocha quasi no mesmo nível da linha de agua do oceano. Têm estas aguas excelentes qualidades terapêuticas, sendo o seu uso especialmente aconselhado em certas molestias do estomago. O depoimento de muitos doentes e o testemunho dos medicos são provas irrefragaveis da sua eficacia. A respectiva Câmara Municipal mandou

proceder á analise quimica e bacteriologica destas aguas, vindo o seu resultado confirmar o juízo que das mesmas aguas se formava. Atraiem elas a esta vila um numero considerável de pessoas na estação calmosa. Por esse motivo e pela praia de banhos, vai-se transformando esta localidade numa concorrida estação termal e balnear. Outro poderoso atractivo é a encantadora beleza do local e a completa ausência de calores, o que, no seu conjunto, torna a vila de Machico um dos mais apetecidos lugares da Madeira para passar a quadra estival.

Já no artigo **Fortificações** (a pág. 45), nos referimos aos fortés que defendiam esta localidade. Impõe-se a demolição da pequena, velha e inutil fortaleza que defronta com o melhor passeio publico da vila, formado por uma bela alameda de antigos e corpulentos plátanos.

Os principais sítios desta freguesia são: Vila, Pé da Ladeira, Pontinha, Estacada, Moinhos, Serra de Agua, Azinhaga, Piquinho, Tôrre, Têrça, Fazenda, Moinho da Serra, (Caramanchão, Murtinhal, Landeiros, Marco, Maroços, Ribeira Grande, Ribeira Seca, Poço do Gil, Paraíso, Graça, Banda de Além e Misericordia.

Há três escolas oficiais nesta freguesia (1921) sendo duas na sede da vila e outra no sitio do Caramanchão.

O censo da população de 1930 dá a esta freguesia 10.114 habitantes.

O filho mais ilustre de Machico é Francisco Alvares de Nobrega, conhecido pela antonomásia de Camões Pequeno, que nasceu no sitio da Torre desta freguesia no dia 2 de Outubro de 1772 e do qual já nos ocupámos neste *Elucidario* (vol. I, pag. 60). Também foi um distinto filho desta localidade o dr. José António de Almada, nascido a 7 de Março de 1843 (vol. I, pag. 48).

Machico. (*Igreja Paroquial de*). Tem-se afirmado que a capela de Cristo (V. vol. I, pag. 332), hoje do Senhor dos Milagres, na vila de Machico, foi o primeiro templo edificado nesta ilha. Discordamos desta afirmativa (V. *Santa Catarina, Capela de*) e até somos de opinião que ela nem foi a primeira que se erigiu naquela freguesia. Tristão Vaz, ao fixar residência em Machico, fez sem demora construir uma pequena capela, que depois acrescentou e melhorou, sendo nela instituída a sede da freguesia, quando foi criada por meados do século XV.

A igreja actual, apesar de muito antiga, não parece ser o primitivo templo em que se estabeleceu o centro da nova paroquia. É constante tradição que as colunas de mármore branco da bela porta lateral foram oferecidas pelo rei D. Manuel. Tendo este morrido em 1521, pode conjecturar-se que a construção não será de data muito anterior àquele ano. Um antigo manuscrito fixa essa edificação no ano de 1499. Diz-se algures que os grossos suportes que reforçam as paredes exteriores parecem ser da construção primitiva.

Tem este templo sofrido através dos tempos importantes reparos e algumas modificações no interior e especialmente nos altares, conservando, porém, nas suas linhas gerais, o tipo da primitiva edificação. Nos anos de 1683, 1698 e 1713, realizaram-se nele notáveis reparações, devendo especializar-se as que se fizeram na capela-mor depois do ano de 1698. O campanário foi demolido, por ameaçar iminente ruína, no ano de 1844, tendo sido reconstruído em 1853. Nesta torre, houve um antigo relógio anterior ao ano de 1609, que deixou de funcionar em 1824.

O arco e as abóbadas das capelas do Santíssimo Sacramento e de S. João são em estilo ogival, sendo de notável beleza e perfeição o tecto da primeira destas capelas. Os arcos da capela-mor e dumha capela do lado do evangelho são manuelinos.

Sobreceiro ao altar da capela do Santíssimo, encontra-se, pintado sobre tábuas, um quadro representando a adoração dos Reis Magos, que é sem contestação uma notabilíssima obra de arte. Disse dele um antigo e distinto professor da nossa Escola Industrial:

«Com o decorrer dos séculos, a notável pintura tem sofrido as inclemências da velhice, sendo deveras para lamentar que não tenha podido ser conservada, como tantas outras obras primas de igual antiguidade. Todavia, nela ainda se destaca o impecável desenho das figuras e toda a pujança do colorido, todo o carácter especial que essa tela manifesta e que tanto aproxima das produções de Grão Vasco, o grande artista que entre nós floresceu no começo do século XVI. É indubitavelmente a esse pintor, cujos quadros se admiram na catedral de Viseu, ou á escola que criou, que é devida a Adoração dos Magos de Machico. Atestam-no os característicos do desenho e da cor, e sobretudo a preocupação da factura, que mais se evidencia na reprodução dos bordados a ouro, nas joias, nas ornamentações metálicas, tocadas com extrema minúcia, com extraordinária verdade. Dentre as raras reliquias da pintura antiga que a Madeira possui, é esta sem dúvida a mais notável. . .». Ainda há pouco, um dos mais distintos pintores portugueses classificou este

quadro como uma bela obra de museu, aconselhando que sem demora se procedesse á sua restauração, sem prejuizo da pintura original.

A capela do Santíssimo Sacramento, que encerra esta primorosa obra de arte, foi fundada por D. Branca Teixeira, filha do primeiro capitão-donatario de Machico, que no seu testamento faz referencia á sua capela dos Reis Magos, á qual legou avultados bens para a celebração de missa quotidiana. Diz Frutuoso que Branca Teixeira morreu solteira e era comummente conhecida pela Mestra, pela virtude que tinha de curar.

A capela de São João teve por fundador o segundo capitão-donatario e era destinada a servir de jazigo aos donatários desta capitania, tendo no cimo do arco as armas dos Teixeiras. Os altares ou capelas de São Francisco Xavier e do Espírito Santo, com os seus encargos pios, tiveram como instituidores o cônego dr. Manuel Pereira de Castro, antigo vigário de Machico, e Sebastião de Morais, para seus jazigos e sede do morgadio que este ultimo estabeleceu.

Merece referencia especial um quadro das Almas, que se encontra no altar situado entre os arcos da capela-mor e do Santíssimo Sacramento. É, sem duvida, uma obra de valor, que uma má restauração sensivelmente estragou.

A tradição não só atribui a D. Manuel a oferta das colunas de mármore do portão lateral da igreja, como também diz que o mesmo monarca ofereceu o orgão que ainda hoje se encontra no coro do mesmo templo. Estando muito danificado, foi mandado reparar em 1857 pelo governador Antonio Rogerio Gromicho Couceiro. Nele se lê a seguinte inscrição: Munificencia do Snr. Rei Dom Manuel. A pedido da Camara Municipal mandado reparar pelo Exmº Snr. General Antonio Rogerio Gromicho Couceiro, governador civil e militar da Madeira, 1857.

Machico (Origem do nome de). No artigo consagrado à freguesia de Machico, dissemos que a origem desta singular denominação não era ainda conhecida. Apesar das investigações feitas e das varias hipóteses e conjecturas que se tem formulado para a cabal explicação dela, continua insolúvel o problema. E, embora o ilustre anotador das Saudades afirme que o resolveu satisfatoriamente, é, porém, certo que a sua autorizada opinião não foi acatada pelo distinto publicista e historiador Manuel Pinheiro Chagas, como

abaixo veremos.

Mas tem, na verdade alguma importancia historica a averiguacao dêste ponto? A esta pergunta responde o dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo nos seguintes termos: «...assumiu importancia desde que, em 1868, o inglez Henrique Major, na obra *The Life of Prince Henry of Portugal*, tomado a serio a falsa lenda do suposto inglez Roberto Machim e graduando em argumento a falsa etimologia que de Machim deriva Machico, tirou por conclusão que essa lenda foi um facto real, e que o seu Machim descobriu o archipelago da Madeira muitos anos antes de Zarco e Tristão Vaz ahi aportarem nos fins do primeiro quartel do seculo XV, opinião essa que o mesmo Major, autorisando-se com escritos sem valor historico, desenvolveu com artificio e que de futuro pode ser invocada com fundamento a exigencias leoninas, com tanta mais plausibilidade quanto é certo que o governo português e a Academia Real das Sciencias de Lisboa cumularam de ingenuas honrarias o autor deste erudito mas retrahido livro da *Life of Prince Henry*, cujo intuito não parece outro senão, engrandecendo as nossas legitimas glorias maritimas, avocar a bem da Inglaterra a precedencia no efectivo descobrimento do archipelago da Madeira. Vale, pois, a pena deslindar qual a origem do nome de Machico, contrapondo á inexactidão, propalada por Major, a probabilidade historica».

Não podemos seguir em todos os detalhes o dr. Rodrigues de Azevedo na sua longa, erudita e por vezes fastidiosa exposição acerca da origem deste nome. Desde que se prove, e o dr. Azevedo fê-lo da maneira mais cabal e terminante, que o caso de Machim não passa duma pura e mera lenda, demonstrado fica também que o nome de Machico não pode derivar do infortunado Roberto Machim, o desdito amante da malograda Ana de Arfet. A argumentação do dr. Azevedo acerca desta origem, serve apenas para reforçar o valor de sua cerrada dialectica ao provar a insubsistencia da lenda, mas não é uma nova prova da falsidade da mesma lenda. De mais, a noticia do caso de Machim só nos aparece um seculo depois do descobrimento do arquipelago madeirense, afastando até deste modo a simples probabilidade do nome de Machico poder derivar de Machim.

O dr. Álvaro de Azevedo procura a origem da palavra Machico na corruptela de Monchique, nome duma povoação do Algarve, sendo desta província naturais muitos dos primitivos povoadores desta ilha e com todas as probabilidades alguns dos proprios tripulantes das caravelas de Zarco. Em virtude de noticias fornecidas pelo ilustre algarvio Estácio da Veiga e por outras pessoas que visitaram o vale de Monchique, parece que as condições orograficas e hidrograficas das duas localidades dão grandes traços de semelhança

entre Monchique e Machico, deduzindo o dr. Azevedo dessa circunstancia um argumento a favor da opinião que sustenta. A estas afirmativas contrapõe Pinheiro Chagas as seguintes razões: «Em primeiro logar Azurara, contemporaneo de alguns dos descobridores, escreve Machito, em quanto Cadamosto, que deveria, na sua qualidade de estrangeiro, adulterar a palavra, é que escreve Monchrico, aproximando-a mais da palavra portuguesa do que o proprio chronicista português, o que é positivamente absurdo. Em segundo logar não é menos absurdo que o nome duma terra algarvia fosse em tão pouco tempo adulterado pelos proprios algarvios. Eles lhe puzeram o nome e eles o corromperam. A pronuncia ilhôa nada tem que ver com semelhante adulteração, em primeiro logar porque os colonos ainda eram no tempo de Azurara dos nascidos em Portugal, e ainda não tinham tido tempo de adquirir uma pronuncia especial, em segundo logar porque Azurara não era escriptor madeirense, era escriptor continental, escreveu o nome como lh'o diziam os navegadores algarvios, e, repetimos, não ha nada menos aceitavel do que a suposição de que os homens nascidos em Monchique, depois de terem posto a uma terra descoberta por eles o nome da sua patria, não o soubessem pronunciar vinte anos depois». Camilo Castelo Branco, sem admitir nem enjeitar a hipótese do dr. Azevedo, diz que lhe parece que ela se avantaja a tôdas. O anotador de Gaspar Frutuoso respondeu largamente á critica de Pinheiro Chagas, mas parece-nos que não refutou a argumentação do ilustre historiador.

Dois anos depois da publicação das Saudades, diz E. A. Bettencourt no seu opusculo intitulado *Memoria sobre a descoberta das ilhas de Porto Santo e Madeira*: «O nome de Machico dado a uma localidade da ilha da Madeira tambem, a nosso ver, não pode servir de argumento em favor da estada de ingleses naquela ilha, antes de lá terem chegado os portugueses. Notaremos em primeiro logar, sem contudo queremos fazer desta a principal impugnação, que o nome de Machico tanto pode ser corrupção de Machim como diminutivo de Macho. A indole vulgar do idioma português não se oppõe a esta suposição. Azurara auxilia-a quando na sua Chronica lhe chama Machito, e o proprio Melo quando o nomeia Machino. Pois assim como na Africa se ficou chamando «Angra dos Cavalos» ao ponto onde em 1435 os descobridores lançaram dois cavalos para neles irem explorar o interior do paiz; não poderia tambem o nome de Machico, machito ou machino ter sido dado áquela localidade da Madeira por um igual motivo? Esta opinião é rejeitada por Pinheiro Chagas e o dr. Azevedo.

Em 1879, o grande escritor Camilo Castelo Branco, no seu livro *Historia e Sentimentalismo*, inseriu um artigo intitulado 24 Lenda de Machim em que apresenta uma nova origem da palavra Machico, dizendo que ela se deve pronunciar Maquito e que deriva do termo italiano Macchia, que significa mata, brenha,

espinhal, etc.. Esta explicação do ilustre romancista provocou uma interessante polemica entre êle e Pinheiro Chagas, que vem publicada na integra no já referido livro Historia e Sentimentalismo. O anotador das Saudades também não abraça a opinião de Camilo.

Dezassete anos depois da polemica travada entre Pinheiro Chagas e Camilo Castelo Branco, trouxe a publico o general Brito Rebêlo, em 1894, um interessante documento, que lança muita luz sobre o assunto de que nos vimos ocupando e a que já fizemos referencia no vol. X desta obra, a pag. 174. Se não é uma prova decisiva, constitui sem duvida a mais aceitável presunção até hoje apresentada acérca da origem da palavra Machico. O documento está concebido nos seguintes termos: a Carta porque o dicto senhor deu huas casas que stam na rua nova de Lixboa que parte com casas do capitam moor e com Joham piriz canellas a Machico mestre da sua barcha em que morasse em quâto fosse sua mercee etc.. em Alanquer X ij (12) dias dabril de mijl e iiiij xbij anos (1379). *Arch. da Torre do Tombo*, L.^o 2.^o de D. Fernando, fs. 42. «Deste documento, acrescenta o general J. I. de Brito Rebelo, resulta o facto positivo da existencia em Portugal, no anno de 1379 (1417), de um maritimo, de graduação importante, com o nome de Machico; e desde que se encontra tal nome, está achada a origem daquelle com que foi designado certo ponto da ilha da Madeira. Documentos desta natureza provam os factos com toda a evidencia. Parece-me, pois, que se pode estabelecer a seguinte conjectura: O Machico de que falla o documento, ou algum seu descendente, foi á ilha da Madeira na primeira ou em alguma das primeiras viagens; por velhice, doença ou outro acidente falleceu em certo ponto da costa; os seus companheiros enterraram-no, assignalando o logar com uma cruz tosca de pau. Seria esta a que se recolheu na primitiva egreja, quando se fundou, e a lenda figurou depois como retirada da sepultura de Machim, e o sitio ficaria sendo designado pelo nome do primeiro que honrou com os seus despojos a terra até ahi desabitada. Passou-se, porém, o facto deste ou doutro modo; um documento até hoje desconhecido vem levantar do olvido de quasi cinco séculos, o nome do ignorado maritimo que, auxiliando a empreza a que se votava o infante D. Henrique, legou o seu nome a um local de uma das mais formosas regiões descobertas por seu desvelo, e explicar a origem daquelle designação. Fique, pois o nome de Machico inscripto na lista dos primeiros descobridores. Ao citarmos, portanto, e exalçarmos os nomes de Gonçalves Zarco e Perestrello, não esqueçamos jamais o do pobre Machico, que talvez fosse quem os guiasse na sua audaz e feliz expedição».

É evidente que Brito Rebêlo levou muito longe as suas conclusões. Há aceitáveis probabilidades nas suas conjecturas, mas a verdade é que, com o documento transscrito, não se pode demonstrar que o marinheiro Machico, a quem D. Fernando I doou umas casas em Lisboa, tivesse tomado parte na expedição de João

Gonçalves Zarco. Prova-se a existencia do nome de Machico entre nós, o que constitui um novo argumento contra a veracidade do caso de Roberto Machim, e mais confirma a narrativa de Azurara e outros antigos cronistas acérca do descobrimento deste arquipélago. É no entretanto muito valioso e interessante o documento encontrado pelo general Brito Rebêlo no Arquivo da Tôrre do Tombo.

Machico (Vila e Município de). «O vale de Machico, onde assenta a vila do mesmo nome, tem, diz o dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo, uns cinco a seis quilometros de extensão, por dois a tres de largo, decorre na direcção norte-sul, entre duas cordilheiras, uma por leste, que, vindo sobre a vila erguer o Pico do Facho, depois se prolonga para o Caniçal, e, entrando pelo mar fora, forma a alterosa Ponta de São Lourenço, no extremo pincar da qual se ergue de ha anos, um bom farol de rotação, que desde além da ilha do Porto Santo se avista; outra, que vem terminar no elevado planalto denominado a Queimada, a cavalleiro do mar. Destas cordilheiras brotam e derivam abundantes e bellas aguas que lhe fertilisam o torrão de si uberrimo, e, já escoando-se através do accidentade solo, já afluindo aos ribeiros menores, vem formar-lhe a caudal ribeira, que, ao longo delle serpeia até á praia, onde desagua no Atlântico. Nestas condições o vale de Machico é opulento em variadissima vegetação, desde as gramineas até os arvoredos frutíferos e não frutíferos; pitoresco e amenissimo, deveria ser surpreendente quando, no estado de floresta virgem, contemplado foi por Zarco e Tristão Vaz. O vasto porto e ampla enseada protegidos a leste pela Ponta de São Lourenço, por oeste abrigados com a alterosa costa chamada do Sul, e, por isso, seguro com todos os ventos excepto o deste quadrante, completam o panorama geral do sitio de Machico. A vila assenta na extrema baixa do vale, á beira-mar, cortada longitudinalmente pela ribeira em duas partes ou bairros: para o oeste, o antigo, a vila propriamente dita, com as casas da nobreza, com a igreja matriz, modestamente manuelina, o paço do concelho, e, ao longo da praia, a encantadora alameda; para leste, a Banda de Além, arrabalde de pobres marítimos, humildes habitações, estreitas e tortuosas vielas, mas brancas as casinhas e em anfiteatro, porque já vão invadindo a encosta do convisinho Pico do Facho, e, marginal da Ribeira, para o lado do mar, a pequena igreja de Christo, ou, mais exacto, da ordem de Christo, como ainda o estão dizendo as cruzes desta milicia que lhe exornam o portico primitivo, templosinho este sem duvida o primeiro levantado na ilha da Madeira; e entre estes dois bairros, os grossos muralhões, a dentro dos quais corre a ribeira, mansa e limpida quasi sempre, torrencial e medonha nas invernias: tal é a vila, que, engastada naquele quadro, lhe realça a beleza..... Todo este variado painel, contemplado do alto da Queimada ou do Pico do Facho, que dominam o vale e as encostas, a ribeira e as culturas, a vila e os

casalejos, o porto e a enseada, o mar até onde vai confundir-se com o horizonte, a Ponta de São Lourenço a azular-se com a atmosfera, a costa do sul pouco a pouco esvaecida na penumbra do occaso... é majestosamente belo... »

Não se conhece a data da criação da vila de Machico. O primeiro e mais antigo livro do arquivo municipal, em que talvez viesse registado o respectivo diploma, desapareceu há algumas dezenas de anos e não se tem encontrado quaisquer referencias a êsse documento. Nos *Anais do Municipio*, redigidos há cerca de setenta anos, afirma-se que «a criação da vila de Machico data da epocha em que foi criada a vila do Funchal», o que parece provavel, se atendermos a que as duas localidades foram, nos tempos primitivos da colonização, crescendo simultaneamente em importancia, chegando-se a supor que Machico atingiu maior desenvolvimento que a futura capital do arquipelago. O dr. Rodrigues de Azevedo aceita a opinião que as duas vilas tivessem sido criadas pela mesma epoca.

Também se não conhece a data precisa da criação da vila do Funchal, conjecturando o anotador das Saudades que essa criação data do ano de 1451 (*V. Funchal (Criação da Vila e Município do)* vol. II, pag. 59), devendo igualmente adoptar-se essa epoca aproximada como a da elevação de Machico á categoria de vila.

O município de Machico correspondia em área e extensão á antiga capitania. Sofreu êle um profundo cerceamento com a criação da vila e municipio de Santa Cruz no ano de 1515 e não menor mutilação sofreu ainda com o estabelecimento do municipio e vila de São Vicente no ano de 1744.

Com a implantação do governo constitucional e a sua recente organização administrativa, de novo o município de Machico ficou reduzido a mais acanhadas dimensões, quando em 1835 se criou o concelho de Santana. Apesar dos protestos do Senado de Machico, manteve-se a criação do novo concelho, que ficou constituído com as freguesias que actualmente o compõem e ainda com a paroquia do Pôrto da Cruz. Pelo decreto de 19 de Outubro de 1852, foi esta freguesia desanexada do concelho de Santana e encorporada no de Machico.

Em virtude do mesmo decreto, foram anexados ao concelho de Santa Cruz alguns sitios das freguesias de Machico e Santo da Serra, o que provocou enérgicos protestos por parte da Camara Municipal de Machico e

de varias entidades oficiais e particulares em destaque neste concelho. Depois de vários incidentes e peripécias, que pareciam intermináveis, fêz o secretario geral do distrito, António Lopes Barbosa de Albuquerque, servindo de governador civil, reunir na Casa dos Romeiros do Santo da Serra, no dia 11 de Setembro de 1862, representantes das camaras municipais de Machico e Santa Cruz, administradores do concelho, diversos funcionários publicos e outras pessoas de representação, e ali se assentou definitivamente numa nova divisão concelhia e paroquial, que ficou sendo a actual, tendo dêste modo terminado as reclamações e protestos que duma e doutra parte se levantaram.

Acerca das armas do município de Machico, lê-se nos já citados Anais, o seguinte: «Uma esfera em relevo, qual a das armas de el-rei D. Manuel, quando duque de Beja e grão mestre da Ordem de Cristo, são as armas da antiga vila de Machico, oferecidas pelo mesmo rei em 1499 ao senado da Camara. É tradição que o cunho de prata com cabo de marfim que ainda existe na Camara, é o proprio com que el-rei enobrecera esta vila».

D. Manuel I também ofereceu ao antigo senado de Machico um padrão de pesos de bronze, que, além das armas reaes, tem gravada a seguinte inscrição: «Dom Emanuel o primeiro de Portugal, o muito alto e excellentissimo rei, me mandou fazer, Anno de Nossa Senhor. J. H. P. O. D. 1499». O mesmo monarca ofereceu igualmente alguns objectos de valor á igreja matriz desta vila, como em outro lugar veremos.

Interrogada a camara de Machico em 1780 acerca dos privilégios de que gozava, respondeu que o senado desta vila desfrutava as mesmas regalias e isenções do senado da camara de Lisboa, e que era concebido nos seguintes termos o tratamento que lhe competia: Ill.mo Senado da Camara da antiga e nobre villa de Machico.

Depois do restabelecimento do governo constitucional, foi nomeada uma comissão administrativa da câmara a 16 de Julho de 1834, sendo eleita a primeira vereação a 20 de Outubro do mesmo ano. O primeiro administrador do concelho foi Alberto de Oliveira, nomeado a 4 de Outubro de 1835.

A vila de Machico foi sede duma Misericordia, à qual nos referiremos mais de espaço no artigo Misericordias.

Teve alfandega, de que já nos ocupamos a pág. 43 e 44 do vol. I desta obra. Os municípios ou vilas de

Machico e Santa Cruz tiveram um foral comum, que vem transcrito a pág. 507 e seguintes das Saudades da Terra e tem a data de 15 de Dezembro de 1515. Encerra dados interessantes para a historia da administração publica nestes municípios.

Desde o ano de 1929, possui esta vila um belo edifício, em que se acham instaladas algumas repartições concelhias e os diversos serviços camarários, tendo notavelmente contribuído para a construção destes Paços do Concelho o general Antonio Teixeira de Aguiar, ilustre filho da freguesia de Machico.

Machim (Lenda de). A poética e emocionante lenda de Machim, com os seus lances de tragedia, tem sido cantada em prosa e verso por escritores nacionais e estrangeiros, comovendo a sensibilidade doentia dos que acreditam ou facilmente se deixam impressionar por essas narrativas amorosas. Depois do trabalho exaustivo do dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo, aplicando ao caso de Machim toda a severidade da critica histórica, a ninguém é lícito admitir a possível realidade daquela encantadora mas fantastica invenção. Desde o ano de 1563, em que António Galvão no seu Tratado dos Descobrimentos deu pela primeira vez curso a esta lenda, até alguns escritores nossos contemporaneos, tem sido ela descrita com muitas variantes, revestindo porém uma forma mais interessante e atraente na III Epanaphoro de D. Francisco Manuel de Melo, sobretudo pela beleza da dicção e pitoresco da narrativa. A versão mais conhecida é, no entretanto a de Gaspar Frutuoso, que essencialmente não difere da de D. Francisco de Melo. Vamos transcrever a ingenua descrição do historiador das ilhas, para não cometermos a falta de omitir nestas paginas a noticia da tão conhecida lenda de Roberto Machim e Ana de Arfet.

«No tempo d'El-Rey Duarte de Inglaterra houve um nobre inglez, afamado cavalleiro, a que chamavam de alcunha o Machim, o qual, por ter altos pensamentos e ser tambem de honrosos feitos, andava de amores com huma dama de alta linhage, a que chamavam Anna de Arfet. Proseguindo elle com extremo seus amores, veyo ella tambem a amar muito a quem a amava, porque em fim o amor, se não for com amor, não tem igual paga; e, como este (como as cousas odoriferas) se não pôde encobrir aonde está encerrado, com mostras e suspeitas que de si deram, foram descobertos os amantes, por se quererem ambos muito (que ainda ás vezes a proibição de huma cousa he causa de mayor desejo della, e he isca de mayor incendio o querer alguem apagar o fogo amoroso, pois nossa natureza mais incita, e aspira ao que mais lhe he vedado). Como os senhores de alguns campos regadios no tempo das grandes enchentes fazem ás agoas grandes

valos no principio donde vem para as lançar para outra diferente parte, e os medicos para curar a pontada de hum lado, mandam sangrar do contrario; assi os parentes, cuidando deitar agoa no fogo, e não alcatrão, que arde nelle, como senhores do agro e medicos de sua amorosa infermidade, para devertir a corrente do amor, que a alagava, e apartar o sangue da contraria pontada, como fazendo contrarios valados e sangrias, com aprazimento d'El-Rey a casaram em Bristol com hum homem de alto estado. Machim foi disto mui lastimado e ella mui descontente, e, não tendo nenhum meyo á paixão e dor destes extremos com que ambos se viram, mostrando com lagrimas ardentes a lastima deste casamento, accordaram com grande segredo fugirem para França, com quem Inglaterra então tinha grandes guerras. E falando-se Machim com alguns agravados e parentes, a quem descobrio seu peito e todo o seu talento e thesouro (que tinha encerrado onde estava seu coração e amor), deram-se as fees, e juraram de hirem todos com elle para França. E para melhor pôrem em effeito esta partida, foram secretamente poucos a poucos ter a Bristol, onde estavam certas náos de mercadores carregadas para Espanha, determinados a meterem-se em huma dellas, e, por força, fazendo-se á vela, passarem-se a França, fazendo saber com todo secreto este seu acordo a Anna de Harfet, para vir ter com eles, e fugirem. E, ordenado o dia que as náos estivessem despejadas da gente principal, hum dia de festa, sendo o mestre e mercadores em terra, e estando Ana de Harfet avisada, cavalgou o mais secretamente que houve em hum palafrem, e, levando um crucifixo e todas suas joyas de preço, deo consigo no logar ordenado, onde a estavam já esperando com hum batel. Meteo-se nelle com o seu Machim, que com seus criados e amigos a recolheram, e levaram a huma das náos que tinham prestes, a qual fizeram logo á vela; e, cortadas as amarras, recolheram o batel. Acertou, porem, de ventar huma tormenta grande, revolvendo as ondas, como invejosas daquelle desenvolto amor, com que logo se afastaram da terra; e, como anouteceo, havendo conselho que poderiam sahir as outras atraz ella porque haviam de entender que passavam a França, desviaram-se desse caminbo, esperando de hir tomar as derradeiras partes de França em Gasconha, ou Espanha. E, como o piloto e mestre ficaram em terra, e os que hiam na não sabiam tomar a terra nem a altura della, achando vento prospero, correram para onde os levava a ventura com todas as velas, por não os alcançarem; e em poucos dias se acharam em huma ponta de huma terra brava, toda coberta de arvoredo até o mar, de que ficaram espantados e confuzos. Logo detrás da ponta viram huma enseada grande, e metendo-se nela, deitaram ancora, lançaram batel fóra, foram ver que terra era; e não podendo sahir com a quebrança do mar, foram-se a huma rocha, que entrava no mar da banda do Nacente, onde sahiram bem á sua vontade, e dahi se foram á playa entre o arvoredo e o mar, até darem em huma ferrosa ribeira de boa agoa, que por entre o arvoredo sahia ao mar, não achando animal nem bicho nenhum; porém acharam muitas aves, e viram o arvoredo tão grosso e espesso, que os poz em espanto. Entre outras arvores, acharam junto ao mar huma mui grande e grossa, que da antiguidade

tinha hum ôco no pee, onde entravam como huma casa. Tornando com esta nova á náo, o Machim e os companheiros, entendendo que era terra nova, pozeram em vontade de a pedirem aos Reys de Espanha. Anna de Harfet, como hia enjoada e mareada do mar, rogou ao Machim que a levasse a terra a ver aquella ribeira, e desmarrear-se alguns dias do enjoo. Felo elle assi: mandou levar roupa e mantimento a terra, para estar ali alguns dias de vagar, em quanto o tempo lho desse, levando comsigo alguns companheiros para estarem em sua companhia na terra, e outros hiam e vinham á náo; mas, como a fortuna corre em alguem, não lhe dá vagar de repouso. A terceira noute depois que chegaram, levantou-se um vento tão forte sobre a terra, que a náo se desamarrou; os que dentro estavam deram á vela, sem poderem parar; seguiram por onde o vento os levava, e em poucos dias, dizem, que foram dar á costa de Berberia, onde foram logo captivos dos Mouros, e levados a Marrocos.

Quando amanheceo, e os que ficaram em terra não viram a náo, quedaram-se mui tristes, dando-se logo por perdidos e desesperados de mais poderem dali sahir. A dama de Machim de se ver ficar ali, pasmou e nunca mais falou, e dahi a tres dias morreo. Machim, pelo muito que lhe queria, arrebentava; e, vendo-se desterrado de sua patria, e seu amor morto, que era todo o conforto de seu desterro, não lhe lembravam já saudades da terra; só as tinha insofriveis da sua Anna de Harfet, que diante de si tão prestes via feita em terra. Com estas com que ficava, e com ardentes suspiros e lagrimas, a acompanhava ali; onde estavam agasalhados, a mandou enterrar, e poz-lhe huma cruz de páo á cabeceira, e huma mesa ou campa de pedra com o seu crucifixo sobre ella, e aos pés do crucifixo poz um letreiro em latim, em que contava todo o seu tristissimo sucesso, e o que naquelle viagem tão sem ventura lhe tinha acontecido, pedindo que, se em algum tempo ali vivessem christãos, fizessem naquelle logar huma igreja da invocação de Christo. Acabado o que, pedio aos companheiros que, com a roupa que tinhham e aves que tomassem, se fossem aonde a ventura os guiasse, pois ele a não tivera de lhe viver sua amiga; e que queria ali ficar e morrer onde matára Anna de Harfet, e só com sua saudade acompanhando o corpo morto, pois ella o acompanhára vivendo. Os companheiros movidos de piedade, lhe diceram todos que o não haviam de deixar, e que ali haviam de morrer e ficar com elle. O Machim, que muito lhes agradeceo aquelle amor, e mais lhes agradecera sua残酷de, se só o deixaram, de dor e paixão de sua amiga não durou mais de cinco dias. Os companheiros, que não com pouca saudade de sua companhia o enterraram junto da sua Anna de Harfet, pozeram-lhe outra cruz á cabeceira, e, deixando o mesmo crucifixo como Machim o pozera, e estas duas sepulturas naquelle terra herma por tristissimo espectaculo saudoso e amoroso, meteram-se no batel em que vieram da náo (posto que outros querem que o fizessem do tronco da arvore, que grossa era e capaz de muitas pessoas) e, hindo ter á costa de Berberia, foram lá captivos dos Mouros e levados a Marrocos, onde já

estavam tambem captivos os outros companheiros da náo, tão sem prazer e sem ventura. Estes breves, momentaneos, e custosos gostos tem as grandes e compridas esperanças do mundo, cujo costume, condição, e natureza sempre foi e será descarregar com mui pouco ou nada a quem pede muito».

O dr. Rodrigues de Azevedo, em algumas anotações das Saudades da Terra e num desenvolvido artivo do Diccionario Universal Portuguez Illustrado, ocupa-se com a maior largueza dêste assunto, não sómente para mostrar a inteira falsidade das afirmativas dos que julgaram ver na lenda uma verdade historica, mas ainda para revindicar para os portugueses a prioridade no descobrimento deste arquipelago. As afirmações do escritor britanico Richard Henry Major na sua monumental obra sobre o Infante D. Henrique, também levaram o anotador das Saudades a êsse estudo, pois a reconhecida autoridade do sabio inglês podia induzir em erros graves os que lessem o seu notavel livro acerca dos nossos primeiros descobrimentos maritimos. Quem quiser ter um conhecimento mais aprofundado dêste assunto há-de principalmente socorrer-se da interessante e erudita dissertação do dr. Azevedo inserta na nota V das Saudades (pag. 340-429) e no *Dissionario Universal Illustrado Portuguez* (vol. da letra M, pag. 190), e também pode consultar a *Historia de Portugal* (vol. II, pag. 230 e seguintes), de Pinheiro Chagas, onde se encontram elogiosas referencias ao anotador das Saudades, «um sabio madeirense e um dos mais eruditos escritores que Portugal possui».

A mais brilhante narrativa da lenda ou romance de Roberto Machim e Ana de Arfet é a de Rebelo da Silva, publicada no vol. IX do *Archivo Pittoresco*.

Macieira. V. Pereiro.

Maclaren (Duncan). Esteve na Madeira de Outubro de 1844 até o verão de 1845 e escreveu um pequeno trabalho intitulado *A visit to Madeira and Tenerife*. Lê-se neste trabalho que, de 1844 a 1845, visitaram a Madeira 250 estrangeiros, incluindo neste numero os inválidos e os amigos e criados que os acompanhavam, e que nos dois anos anteriores tinha o numero de visitantes orçado entre 300 e 400, havendo por essa época cerca de 300 ingleses com residencia na ilha.

Maçonaria. Segundo diz o dr. José de Arriaga na Historia da revolução portuguesa de 1820, foi a ilha

da Madeira uma das primeiras terras de Portugal em que a maçonaria encontrou mais favorável acolhimento. Em 1770, havia já uma loja maçónica na Madeira, da qual faziam parte Aires de Ornelas Frasão, Francisco de Alincourt e Bartolomeu Andrieux, segundo se vê de um ofício dirigido pelo Governador João Antonio de Sá Pereira ao marquês de Pombal em 3 de Dezembro desse ano, e em 14 de Abril de 1792 queixava-se o Governador D. Diogo Forjaz Coutinho a Martinho de Melo e Castro de que o francês João José de Orquinny tinha estabelecido uma loja masonica nesta ilha, pertencendo a maior parte dos associados ás classes da nobreza e do clero.

Os referidos Frasão, Alincourt e Andrieux foram presos em 1770 como pedreiros livres, por ordem do Governador, sendo o primeiro remetido para Lisboa, mas vê-se de um documento madeirense que o Marquês de Pombal não só mandou soltar o segundo d'estes maçons, como o restituíu ao cargo que desempenhava de sargento-mor engenheiro, o que faz crer que outro tanto sucedesse aos outros dois presos.

Quanto ao francês Orquinny, era grão-comendador do Grande Oriente da França, e conseguiu ser nomeado pelo governo de D. Maria I para estudar a flora madeirense e o seu valor terapêutico. Chegou á Madeira em 1789, mas do que ele cuidou desde logo foi de transplantar para esta ilha as instituições, maçónicas francesas, o que conseguiu facilmente, não sendo igualmente feliz em Lisboa, para onde partiu em 1792, pois que ai a polícia descobriu os seus designios, prendeu-o nos carceres da Inquisição e expulsou-o depois para o estrangeiro.

Os maçons madeirenses sofreram em 1792 uma grande perseguição. Mal o bispo D. José da Costa Torres teve conhecimento de que se havia constituído uma loja maçónica no Funchal, e que dela faziam parte o juiz de fora, o corregedor, vários eclesiásticos, muitos filhos de casas nobres, homens de letras, etc., instou com o inquisidor geral, diz o dr José de Arriaga, «para que este publicasse um edital contra os pedreiros livres e convidando; os cidadãos da ilha a denunciar perante a inquisição todos aquelles que soubessem pertencer á maldita seita, que tinha pacto com Satanaz e era excomungada. O edital não se fêz esperar e apareceu naquelle anno. Houve panico geral, porque já uma grande parte da ilha pertencia á maçonaria, e o edital ia com efeito causar graves perturbações no seio das famílias e ser origem de acontecimentos desastrosos».

«Imediatamente se seguiram as prisões, continua o mesmo autor. O vigário geral, o juiz dos residuos e o visitador do bispado foram demitidos dos seus logares e suspensos de pregar e confessar, podendo no entanto dizer missa. Muitos vigários foram presos em suas freguesias e mettidos em processo, outros foram

suspensos de pregar e confessar fóra da sua jurisdição; os capelães da Sé foram depostos das suas capellanias, os curas dos seus curatos, e muitos ecclesiasticos suspensos de pregar e confessar em todo o bispado, sendo notados de herezia e incursos na excomunhão».

Muitos mações, entre os quais diferentes oficiais militares e funcionários públicos, fugiram da Madeira por essa ocasião, tendo alguns deles seguido para os Estados Unidos da America, acompanhados de suas famílias, onde foram bem recebidos.

O Governo pôs termo, por considerá-la impolitica, á perseguição movida contra os mações, e em 23 de Junho de 1792 chegou à ilha o perdão para todos os membros das sociedades secretas, devendo estes abjurar das heresias de que eram acusados. O bispo recusou-se a reintegrar os sacerdotes por ele demitidos ou suspensos, mas estes recorreram para a Coroa, que lhes deu provimento.

O poeta madeirense Francisco Alvares de Nobrega e o deão da Sé do Funchal, João Francisco Lopes Rocha, padeceram bastante por ocasião da referida perseguição, tendo êste ultimo dirigido uma carta ao ministro José de Seabra da Silva, datada de 16 de Outubro de 1793, em que amargamente se queixava do Bispo por lhe manter a suspensão do exercicio de seus ofícios sacerdotais e dos respectivos vencimentos, com manifesta violação das leis portuguesas e das expressas determinações do governo da Rainha. Esta carta, publicada muitos anos depois no tomo III do Campeão Portuguez em Londres, é documento importante para o estudo das instituições maçónicas na Madeira.

O Bispo D. José da Costa Torres foi 4 anos depois da perseguição, em 22 de Tunho de 1796, transferido para o bispado de Elvas, e, diz um manuscrito da época, citado pelo Dr. Azevedo, «sahiu (da ilha da Madeira) na noite de 6 de Outubro de 1796, sem se despedir de pessoa alguma, nem do S. S.mo Sacramento: e thêgora ignora-se o motivo deste affectado embarque de noite, e por portas travessas». D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho só deixou de ser capitão-general das ilhas da Madeira e Porto Santo quando faleceu em 30 de Março de 1798.

Diz o Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo no artigo Madeira, publicado no *Diccionario Universal Portuguez*, que tudo faz crer que o impulso maçônico nesta ilha foi de origem francesa, e que, se o Marquês de Pombal, e, depois, os ministros de D. Maria I não quiseram contrariá-lo abertamente, é porque viram nele o meio de contrabalançar o absorvente predominio dos mercadores britânicos. Se foi êste, porém, o intento dos

aludidos ministros, êle malogrou-se, pois que a ocupação inglesa e a protecção concedida mais tarde por varios individuos da mesma nacionalidade aos liberais madeirenses, criou entre estes o partido britânico, que, como diz o mesmo erudito investigador, só pouco a pouco se desfez, por efeito da queda do governo de D. Miguel, em 1834.

A maçonaria reorganizou-se enquanto a Madeira esteve ocupada por tropas britânicas (1801 a 1802 e 1807 a 1814), datando provavelmente dessa época a fundação da loja Unido, da qual saíram as lojas Constancia e Fidelidade, estabelecidas durante o período liberal. Agostinho de Ornelas foi o primeiro venerável dessa loja, e tanto ela como as suas filiais parece que estiveram subordinadas ao Grande-Oriente de Lisboa, ou, pelo menos, trabalharam de acordo com êle, enquanto o país se regeu por instituições liberais.

A alçada que o governo absoluto mandou á Madeira em 1823 dispersou os maçons e condenou muitos deles a degredo, mas já em 1825 havia aqui uma sociedade secreta denominada dos Jardineiros, organizada por bacharéis e estudantes da Universidade. Vê-se de um antigo documento que em 1824 os maçons se reuniam em casa do inglês Gran, que era também pedreiro livre.

A constituição maçónica foi impressa na tipografia do Patriota Funchalense em Janeiro de 1823, e entre os maçons condenados pela alçada que veio à Madeira nesse ano, avultam o Dr. Nicolau Caetano Pita, redactor daquele jornal, o Dr. Francisco de Assis Saldanha, juiz de fora, o Padre Gregorio Nazianzeno Medina e Vasconcelos e o Padre Tomé João Pestana Homem de El-Rey, vigário do Campanario.

A maçonaria, diz o Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo no *Diccionario Universal Portugues*, resurgiu robusta em 1826, tendo á sua frente João do Carvalhal, mas os acontecimentos políticos de 1828, a alçada que neste ano veio á Madeira, a pronuncia de 216 e a prisão de 101 liberais e maçons, os degredos e prisões a que estes foram condenados, a emigração e o homisio dos não presos, o terror dos cidadãos em que tantos portugueses foram mortos e enfim os cinco anos de sanguinário despotismo do governo de D. Miguel, dizimaram e dispersaram a maçonaria madeirense, assim como, por causas idênticas, a do continente do reino o havia sido.

«Quando em 5 de Junho de 1834 as instituições liberais foram estabelecidas na Madeira, poucos maçons aqui existiam; consta, porém, que ainda assim duas lojas se levantaram, mas já longe do antigo espírito de unidade maçônica; não verdadeiras lojas, senão clubes facciosos, e que, por isso, em pouco foram

absorvidos pelos clubes partidários propriamente ditos, prevalecendo a todos o celebre Club do Carmo, onde suas armas estrearam os já agora falecidos caudilhos políticos madeirenses da geração anterior à que principiou na vida militante pelos anos de 1846 e 1847».

Em 1843, não existia nenhuma loja maçônica na Madeira, e assim se mantiveram as cousas até 11 de Março de 1872, em que alguns homens estranhos à política, dirigidos pelo tenente-coronel reformado José Paulo Vieira, instalaram no Funchal a loja capitular Liberdade, da qual foi primeiro venerável o dito tenente-coronel.

A 16 de Abril de 1873 instalou-se no Funchal a loja Trabalho, a 23 de Maio de 1877 a loja União Liberal e a 13 de Abril de 1878 a loja Cinco de Junho, mas estas três lojas fundiram-se pouco depois de 1880, ficando existindo desde então uma única loja com a denominação de Trabalho, que teve curta duração.

A maçonaria madeirense montou em 1872 uma tipografia, na qual publicou primeiro a *Madeira Liberal* e depois o *Oriente do Funchal*, sendo esta folha continuação daquela, e se as lojas «não fossem abandonadas, dizia em 1882, o Dr. Azevedo, abandonadas por quem tinha o imperioso dever de dar-lhes conselho, direcção, força, seriam hoje gloria da Maçonaria Portuguesa».

Além da loja capitular Liberdade, de que falámos atrás, existem hoje (1921) no Funchal a loja Trabalho, o Gremio 5 de Outubro, a Britannic Lodge e a loja Patria Portuguesa, tendo a primeira destas associações maçónicas sido fundada em Junho de 1901, a segunda em 13 de Outubro de 1911, a terceira em 29 de Dezembro de 1913 e a última em 12 de Janeiro de 1916. A loja Revolução e Progresso, fundada em 1899, durou apenas 6 ou 7 meses, e a loja Britanica, criada, segundo cremos, em Junho de 1908, foi substituída pela Britannic Lodge, cujos obreiros são na quasi totalidade ingleses e obedecem ao Grande Oriente da Inglaterra.

Tal é, em resumo, o que tem sido a maçonaria madeirense desde a fundação da primeira loja, nos fins do terceiro quartel do século XVIII, até a actualidade (1921). Sendo os seus fins idênticos aos da maçonaria portuguesa, um dos artigos do seu programa é pôr em obra os princípios avançados, e por isso teve de sofrer grandes perseguições e vexames antes de conquistar as liberdades que de há muito desfruta na nossa ilha.

Madalena do Mar (Freguesia da). Esta paróquia do litoral sudoeste da Madeira fica a Jusante da freguesia dos Canhas, sendo limitada a leste pelo sitio dos Anjos, da mesma freguesia, e a oeste pela paróquia do Arco da Calheta.

Conjectura-se que o seu primitivo nome tivesse sido Madalesia ou Santa Maria Madalena, a que mais tarde se houvesse acrescentado a denominação de Mar, por ser banhada pelo oceano e mais ainda talvez para a distinguir do sitio e capela de Santa Maria Madalena, da freguesia do Porto do Moniz, quando ali começou a ser o centro duma conhecida e concorrida romagem. A hipótese não é inteiramente destituída de fundamento e outros exemplos ha que a justificam. O nome pelo qual é hoje geralmente conhecida, ainda nos documentos oficiais, é de Madakna do Mar, embora o povo, nas suas tendências simplificadoras da linguagem, lhe chame também MadaZe7ia.

A paróquia tirou sua origem dunha fazenda povoada que ali houve desde os primeiros tempos da colonização, com uma capela, cujo orago seria Santa Maria Madalena, segundo se vê algures, ahrmando-se também que a primitiva ermida tinha a invocação de Santa Catarina. Acérca desta origem, lê-se em vários antigos nobiliários o que sumariamente se encontra nas notas das Saudades, concebido nos seguintes termos: «... Henrique Allemão, personagem lendário dos primitivos tempos da colonização desta ilha da Madeira. Dele se dizia que era príncipe polaco, e que perdida em 1444 a batalha de Varna por Uladislau IV contra Amurato II fizera voto de peregrinar a terra e fôra armado cavaleiro de Santa Catharina do Monte Sinai. Vindo à ilha da Madeira, João Gonsalves Zargo lhe deu, no sitio depois chamado a Magdalena do Mar, largo terreno de sesmaria, por carta que foi confirmada pelo infante D. Henrique em 29 de Abril de 1457, e por D. Afonso V em 18 de Maio do mesmo anno. Com efeito. Henrique Allemão aí fundou grande fazenda povoada, com capela da invocação de Santa Maria Magdalena, da qual veiu o nome ao lugar. Casou com Senhorinha Annes, e morreu desastradamente esmagado por uma quebrada que do Cabo Gyrão caiu sobre o barco em que elle hia da cidade do Funchal para a Magdalena. Sua mulher casou depois com João Rodrigues de Freitas. Ainda agora ha, acima da villa da Ponta do Sol, a Fajã do Allemão, que o povo corruptamente denomina do limão».

Podemos, pois, considerar o polaco Henrique Allemão como o primitivo fundador desta povoação, sendo também ele quem mandou erigir a primeira capela que ali se levantou. Senhorinha Aues, viúva de Henrique Allemão, passou a segundas nupcias com João Rodrigues de Freitas fidalgo algarvio, tendo estes instituído

um morgadio, que teve sua sede na referida capela e de que actualmente são representantes os viscondes de Geraz do Lima. Um filho do instituidor, também por nome João Rodrigues de Freitas, declara no seu testamento, feito em 1520, que foi o fundador da capela de Santa Maria Madalena, a qual é portanto de construção anterior àquele ano. Devemos daqui inferir que Henrique Alemão edificou a ermida primitiva e que João Rodrigues de Freitas a reconstruiu mais tarde ou fundou de novo a capela de Santa Maria Madalena sendo então frequente darem-se como instituidores e fundadores de capelas e igrejas indivíduos que apenas as reedificavam ou nelas faziam obras uotáveis de reparação.

Antes desta localidade ser paróquia autónoma, teve seus capelães privativos, sendo-lhes em 1538 concedido o direito de poderem administrar os sacramentos aos moradores do lugar e em 1539 o de construirem uma pia baptismal, a pedido do padroeiro da capela, que era então João Rodrigues, que julgamos ser o seu fundador ou um seu próximo descendente.

Esta freguesia foi desmembrada da da Ponta do Sol, sendo constituída paroquia independente pelo bispo D. Jerónimo Barreto a 1 de Fevereiro de 1582, sendo seu primeiro pároco o padre João Leandro Afonso. O alvará régio de 22 de Setembro de 1587 fixou ao pároco o vencimento anual de 20.000 réis, que foi acrescentado pelo alvará de 10 de Setembro do ano seguinte com meio moio de trigo e um quarto de vinho. Dois anos depois, por alvará de 15 de Novembro, passou aquele ordenado a ser de 16 000 reis em dinheiro, um moio de trigo e uma pipa de vinho, tendo um aumento de 3 000 réis anuais pelo alvará régio de 6 de Dezembro de 1611. Temos conhecimento de outro alvará, datado de 28 de Julho de 1649, que fixou o vencimento anual do pároco em 19.000 réis em dinheiro, um moio e meio de trigo e uma pipa e um quarto de vinho.

No texto de Gaspar Frutuoso, escrito em 1590, encontram-se as seguintes referencias a esta freguesia: «... Magdalena cousa tão singular e nobre pela ermida desta sancta que os moradores ali fizeram, onde se colhe muito proveito de assucares». Noutro logar das Saudades se lê: «Meya legoa da Villa da Ponta do Sol ao longo do mar, está a freguesia da Magdalena, de até trinta fogos. Tem um engenho que foi de hum Manuel Dias, e boa fazenda de boas terras de canas, e muita agoa fresca. Ha nesta freguesia huma ermida de Nossa Senhora dos Anjos, que, tirando ser pequena, he huma rica casa, com um retábulo pequeno, e fresco, e bem ornado, junto da qual está uma fresca fonte debaixo de huns seixos, entre huns canaviais de assucar de mui fermosas canas.» (Vid. Anjos 1-71). Este sitio dos Anjos pertence hoje á freguesia dos Canhas e fez já

parte da paróquia da Ponta do Sol, ignorando nós se ele já porventura teria pertencido à freguesia da Madalena, como afirma Gaspar Frutuoso.

Havia nesta freguesia a capela de Santa Quiteria, de que hoje apenas resta um montão de escombros. Foi mandada construir pelo padre João da Silva Alves.

É de notável feracidade o solo desta localidade, que logo nos primeiros tempos da colonização sofreu uma larga exploração agrícola. Cultivou-se a cana sacarina em larga escala, montando-se sem demora um engenho para o fabrico de açúcar e tornando-se este lugar um importante centro produtor daquele género. Ainda hoje são os seus terrenos muito férteis para as chamadas culturas ricas, sendo também notável a produção da banana destinada à exportação.

Pelo censo de 1920, é de 1093 o numero de habitantes desta freguesia, dispersos pelos sítios do Passo, Vargem, Lombo, Banda de Além, Palmeira, Torreão, Ribeira da Madalena, Moledos, Achada e Rua.

Tem uma escola oficial do sexo masculino, criada em 1882, e uma mixta, móvel, que funciona desde o ano de 1919 (1921).

As levadas da Ribeira da Madalena, do Nateiro e a Levada Nova irrigam esta freguesia.

Era natural da paroquia da Madalena do Mar o médico-cirurgião António Policarpo dos Passos Sousa, que durante muitos anos exerceu o cargo de secretário da Câmara Municipal da Ponta do Sol. Segundo o testemunho dos seus condiscípulos e contemporâneos, era um homem de extraordinário talento, que uma morte prematura e outras circunstâncias especiais não permitiram manifestar-se com o brilho que muito seria para desejar. Cultivou com distinção a poesia, deixando várias composições que no tempo foram muito apreciadas.

Também era natural desta freguesia o padre António João de Lessa, que faleceu no Brasil onde se distinguiu. (Vid. este nome).

No litoral desta freguesia, desemboca a ribeira da Madalena, que nas alturas em que atravessa a freguesia

dos Canhas sofreu, na sua margem esquerda, um grande desmoronamento de terreno no ano de 1932, que causou enormes prejuízos e obstruiu em grande parte o leito da mesma ribeira. Essa ocorrência contribuiu em grande parte para que, no dia 30 de Dezembro de 1939, o caudal da ribeira, com as grandes invernias que então caíram tomasse as mais assustadoras proporções e arrastasse na sua passagem algumas dezenas de habitações, desse a morte a várias pessoas e causasse incalculáveis prejuízos, constituindo uma das maiores calamidades provocadas pelas inundações nesta ilha.

Madeira (A). Saíram quarenta e três números deste jornal, de 2 de Abril de 1857 a 30 de Janeiro de 1858, sendo seus redactores João de Sant'Ana e Vasconcelos e o dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo.

Com o mesmo titulo, se publicou outro jornal, que deu vinte e três números, desde 16 de Junho a 22 de Setembro de 1894.

A 30 de Abril de 1897, começou a publicar-se um jornal com igual titulo, que suspendeu a 13 de Dezembro de 1899, tendo saído duzentos e cinquenta e nove números. Foram seus redactores Francisco Gomes de Gouveia Júnior e padre Fernando A. Silva.

Madeira (Arquipélago da). A importância deste arquipélago fica posta em conciso mas flagrante relevo nas seguintes palavras, saídas da pena autorizada do dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo, o erudito anotador das Saudades da Terra: «Tem este arquipélago sido objecto de estudo de sábios naturalistas estrangeiros e nacionais; é célebre, especialmente a ilha da Madeira, pela uberdade do solo, óptimos vinhos, arrebatadora beleza da paisagem e salubridade do clima; é históricamente notável, por ser o primeiro dos descobrimentos portugueses no século XV, e, depois, até o declinar do século XVI, metrópole secular e eclesiástica dos nossos dominios ultramarinos, empório da nossa navegação e commercio coloniais, pelo que nos archivos madeirenses, especialmente no da Câmara Municipal do Funchal, no de Machico, no da antiga e extinta Junta da Fazenda e no do Governo Civil do Funchal existem preciosos documentos e noticias, que talvez em outra parte se não encontrem, para a história das instituições e governação das nossas possessões de além-mar.»

O arquipélago da Madeira compõe-se das ilhas da Madeira (Vid. Madeira (Ilha da), do Porto Santo (Vid. este nome), do grupo das Desertas (1-357), compreendendo este a Deserta Grande (1-356), o Ilhéu Chão (1-269) e o Bugio (1 - 176).

Devido à distancia relativamente pequena a que êste arquipélago se acha do continente europeu e também ao facto de ser tido como um grupo de «Ilhas Adjacentes» de um país do mesmo continente, não faltaram geógrafos que consideraram a Madeira como fazendo parte da Europa, mas esta opinião não é hoje seguida ou adoptada por qualquer autorizado escritor.

A sua posição geográfica tem sido objecto de algumas discordancias, tendo o dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo, depois de um estudo aprofundado do assunto e procedido ao confronto comparativo de várias cartas, adoptado como mais seguras as seguintes coordenadas geográficas: o arquipélago demora entre os paralelos $33^{\circ} 7'50''$ e $32^{\circ} 22'20''$, de latitude norte, e entre os meridianos $16^{\circ} 16'30''$ e $17^{\circ} 16' 38''$ de longitude oeste (Greenwich).

Fica este arquipélago situado entre a Europa Ocidental, que lhe defronta por nordeste, a costa marroquina da Africa Ocidental, que lhe decorre de leste para sueste, o arquipélago dos Açores, por noroeste, e o das Canárias pelo sul. O ponto mais próximo a que o arquipélago madeirense se acha da costa ocidental de Marrocos é o Cabo Cantim, que tem sensivelmente a mesma latitude da Madeira e que fica equidistante cerca de 60 milhas, das cidades de Mazagão, ao norte, e Mogadouro, ao sul. A distancia a que ele se encontra do continente português é aproximadamente de 500 milhas e 350 do Cabo Cantim, na costa ocidental africana.

A situação relativa das ilhas da Madeira, Pôrto Santo e o grupo das Desertas apresenta a forma dum triangulo escaleno, cujo lado mais curto é o canal que se estende entre o Ilhéu de Fora, no extremo leste da Madeira (Ponta de São Lourenço), e o Prego do Mar ou Ilhéu do Navio, próximo do Ilhéu Chão (Desertas); o lado imediatamente mais longo é formado pelo canal (Travessa), que vai do citado Ilhéu de Fora (Ponta de São Lourenço) até o Ilhéu de Baixo ou da Cal (Pôrto Santo); e o lado mais extenso é constituído pelo canal que se prolonga desde o já referido Ilhéu de Baixo ou da Cal (Pôrto Santo) até o Prego do Mar ou Ilhéu Chão (Desertas), tendo respectivamente cada canal 11, 27 e 32 milhas, que são as distancias que a Madeira, o Porto Santo e o grupo das Desertas guardam entre si.

Os pontos extremos dêste arquipélago são geralmente fixados da seguinte maneira: pelo norte a Rocha do Nordeste ou Ilhéu de Fora (Pôrto Santo), pelo sul a Ponta da Agulha ou Ponta do Sul, na extremidade sul do Bugio (Desertas), por leste o Ilhéu de Cima ou dos Dragoeiros (Pôrto Santo) e por oeste a Ponta do Pargo (Madeira).

São divergentes os cálculos feitos acerca da superfície de todo o arquipélago e em especial de cada uma das ilhas que o compõem. O dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo, que versou este assunto com alguma largueza, no notável artigo do *Dic. Univ. Port.* II, diz que alguns autores computam em mais de mil quilómetros quadrados a área global do arquipélago tendo-se posteriormente admitido que essa superfície se calculava em torno de 800 quilómetros, e termina por afirmar que os cálculos mais recentes e que julga mais aproximados da verdade dão a todo o arquipélago uma superfície de 560 quilómetros quadrados, tendo 500 quilómetros a ilha da Madeira, 50 a do Porto Santo e 10 o pequeno grupo das Desertas.

Em vários documentos de carácter oficial e ainda recentemente no «Censo da População», publicado no ano de 1934 se diz que a superfície da ilha da Madeira é de 740,ka62 quilómetros quadrados e a do Porto Santo de 42,k217.

O arquipélago da Madeira, afora as cidades de Lisboa e Porto, é a região do nosso país em que é maior a densidade da população, dando o «Censo» já citado o numero de 270 habitantes por cada quilómetro quadrado para a época actual. No artigo População, dar-se-á uma notícia desenvolvida, por concelhos e freguesias, do movimento da população em todo o arquipélago. No entretanto, diremos aqui que o censo a que se procedeu no ano de 1940 atribui o total de 251.798 habitantes ao nosso arquipélago, sendo 249.097 à Madeira e 2.701 ao Porto Santo.

O arquipélago da Madeira e o pequeno grupo das Ilhas Selvagens (**V. Selvagens**) constituem o distrito administrativo do Funchal, que tem por capital a cidade do mesmo nome. (V. os artigos respeitantes ao distrito, comarca, concelho, cidade e diocese do Funchal, em que se dá sucinta notícia da organização dos diversos serviços públicos, civis, religiosos e militares, que têm ali as suas sedes).

Em vista dos trabalhos realizados há poucos anos pela «Missão Hidrográfica das Ilhas Adjacentes», vê-se que os dados referentes à superfície das ilhas deste arquipélago divergem parcialmente dos elementos até

agora conhecidos. As condições especiais em que foram executados esses trabalhos oferecem a mais inteira confiança e por isso vamos deixar aqui arquivados alguns dos novos dados obtidos por essa «Missão Hidrográfica», transcrevendo-os do primeiro volume da obra Ilhas de Zargo.

A Ilha da Madeira tem 728 quilómetros quadrados de superfície, a do Porto Santo 49, a Deserta Grande 10, o Bugio 3 e o Ilhéu Chão 380 metros quadrados.

São da mesma procedência estas informações respeitantes ao perímetro da linha da costa marítima da Madeira: Da Ponta do Barlavento à Ponta da Cruz 37.200 metros, da Ponta da Cruz à Ponta do Pargo 40 950, da Ponta do Pargo à Ponta do Tristão 7.575, da Ponta do Tristão a Ponta de São Jorge 32.400 e da Ponta de São Jorge à Ponta do Barlavento 33.225, o que perfaz a totalidade de 151.350 metros. O perímetro da costa da Ilha do Porto Santo é de 37.800 metros, da Deserta Grande de 26.700, do Bugio 17.000 e do Ilhéu Chão 3.700.

O maior comprimento vem assim indicado: da Ponta de S. Lourenço à Ponta do Pargo, 57.000 metros, e da Ponta de São Lourenço à Ponta do Tristão 52.650, sendo de 22.900 metros a largura entre as Pontas da Cruz e de São Jorge. O Porto Santo mede 11.600 metros de comprimento e 5.000 de largura, a Deserta Grande 11 000 de c. e 1.900 de l., o Bugio 7.500 de c. e 700 de l. e o Ilhéu Chão 1.600 de comprimento e 500 de largura.

Madeira (ilha da). É a maior e a mais importante das ilhas do arquipélago. Fica situada entre $32^{\circ} 52'8''$ e $32^{\circ} 37'25''$ de latitude norte, e entre $16^{\circ} 39'30''$ e $17^{\circ} 16'38''$ de longitude oeste (Greenwich). Dista vinte e uma e meia milhas do Porto Santo (da Ponta de São Lourenço ao Ilhéu de Baixo ou da Cal) e onze milhas das Desertas da Ponta de São Lourenço ao Ilhéu Chão). Do porto do Funchal ao ancoradouro da vila do Porto Santo, vai a distancia de quarenta e meia milhas. Estende-se esta ilha de leste a oeste, e tem uma «forma tirante a pentágono», que lhe é aproximadamente dada pelas pontas de São Lourenço, a leste, a de Santa Cruz, ao sul, a do Pargo e a de Tristão, a oeste, e a de São Jorge, ao norte. O seu maior comprimento, na direcção leste-oeste, tendo como limites extremos as pontas de São Lourenço e do Tristão, é de 67 quilometros, e a sua maior largura na direcção norte-sul, tendo como limites extremos as pontas de São Jorge e da Cruz, é de 28 quilómetros. O perímetro da costa conjectura-se que seja aproximadamente de 157

quilómetros e a sua superfície de 500 quilómetros quadrados.

Uma cordilheira elevada, que corre de L. a W., estabelece a divisão da Madeira em duas costas, a meridional e a setentrional, sendo nessa cordilheira, onde há eminências que vão desde 1000 a 1861 metros, que têm origem as grandes ribeiras da ilha, as quais trazem de Inverno grandes volumes de agua que não poucas vezes têm causado estragos no Funchal e outros pontos do litoral. As vertentes da serrania central são em geral mais abruptas para o lado norte do que para o do sul, havendo naquele lado apenas dois portos sofríveis, o do Porto do Moniz e o do Porto da Cruz, enquanto que na costa meridional há varias enseadas e baías, onde os navios e os barcos podem encontrar abrigo contra os ventos dominantes. Os principais contrafortes da referida serrania são a Penha de Águia e o Cortado de Santana, na costa do norte, e a Ponta do Pargo, o Cabo Girão e o Cabo Garajau, na costa do sul.

Os cumes mais altos da região central da Madeira são os picos Ruivo, das Torres, do Canário, do Areeiro, de Santo António, Grande e das Torrinhas, os quais rodeiam o Curral das Freiras, vasta profundidade considerada por alguns geólogos como uma cratera, e por outros com um vale de erosão, e as ribeiras mais notáveis da ilha são a de Machico, a de Santa Cruz, a de S. Pedro a do Porto Novo, a de João Gomes, a de Santa Luzia, a de S. João, a dos Socorridos, a de Câmara de Lobos, a Ribeira Brava, a da Ponta do Sol, a da Madalena, a de S. Bartolomeu, a da Janela, a do Seixal, a de S. Vicente, a dos Moinhos, a de S. Jorge e a do Faial.

Na enseada do Funchal fundeiam os navios em plena segurança com todos os ventos que não sejam os dos quadrantes desde o S. W. até o S. E. pelo sul, e em volta dela está edificada na falda das montanhas, e em anfiteatro, a cidade do mesmo nome, capital da ilha e de todo o arquipélago, conhecida desde remota data pela amenidade do seu clima, pela beleza dos seus arrabaldes, pelas lindas quintas que a ornam e pela polidez dos seus habitantes.

Tem a ilha da Madeira uma só cidade, que é a do Funchal; seis vilas, que são, começando pelo lado de leste, as de Machico, Santa Cruz, Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta e S. Vicente.

Os pontos do interior da ilha mais dignos de ser visitados pelos soberbos panoramas que deles se desfrutam, são o Rabaçal, o Monte Medonho, as Fontes da Ribeira do Inferno, a Cumeada de S. Vicente, o Pico Ruivo, o Pico do Areeiro, a Boca dos Namorados, o Ribeiro Frio, a Ribeira de S. Jorge, Santana, o Pico

da Suna, etc., e no litoral há lugares que também merecem ser vistos, tais como a Piedade, a Ponta de S. Lourenço, o Garajau, a Praia Formosa, o Fojo, o Cabo Girão, a Foz da Ribeira da Janela, a da Ribeira do Inferno, a Ribeira de João Delgado, a ermida de S. Vicente, a Entroza, a Ponte de S. Jorge, a Rocha do Navio e o Pôrto da Cruz. Em muitas ribeiras há belas quedas de agua e de todos os pontos elevados se admiram vistas extensas e variadas, de uma beleza inexcedivel.

O Paul da Serra é a unica planície de uma certa extensão que aparece na Madeira, sendo porém um lugar inóspito durante o inverno, devido à violência com que aí se desencadeiam as tempestades.

As estradas madeirenses são muitas vezes péssimas, e nalgumas o anglo de inclinação é tal que só com grande esforço se pode transitar por elas. O viajante pode visitar quasi todos os pontos dos arrebaldes do Funchal, servindo-se dos carros puxados por bois, mas para alcançar certos pontos do interior e subir ás fragosas eminências que formam uma boa parte da ilha, necessário é recorrer ao cavalo ou a rede, sendo este ultimo meio de transporte o mais adequado a certo género de viagens. (1921).

O Funchal está ligado ao Terreiro da Luta, acima da igreja do Monte, por um elevador ou caminho de ferro de cremalheira (1921), e a Machico e à Ribeira Brava vai-se hoje com bastante comodidade, visto as estradas permitirem o transito de automóveis. A Cumeada de S. Vicente, ponto do interior donde se desfrutam vistas surpreendentes tanto para o norte como para o sul da ilha, pode desde 1916 ser visitada em automóvel, estando já começadas outras estradas destinadas a facilitar aos turistas o conhecimento das belezas naturais da nossa terra.

Nos últimos anos têm as estradas tido um grande desenvolvimento como se verá no artigo «Viação».

A Madeira produz vinha, cana sacarina, cereais, batatas, semilhas, cebolas, varias cucurbitaceas e leguminosas uteis, linho, sorgo, etc., e a sua flora é riquíssima, vendo-se nas quintas e jardins plantas de quasi todas as regiões do globo, vegetando tão bem como no seu país natal. Além de todas as arvores de fruto europeias, aparecem na ilha as anoneiras, as bananeiras, as goiabeiras, as papaias, os maracujás e outras espécies originarias dos países quentes.

A foca ou lobo marinho e dois morcegos são os únicos mamíferos que parecem ser indigenas, mas as aves, e principalmente os moluscos e insectos, acham-se representados na ilha por grande numero de especies. Os mares madeirenses fornecem grande numero de especies de peixes, algumas delas de carne muito saborosa,

e a tartaruga não é rara, se bem que os seus ovos não tenham nunca sido achados na Madeira ou no Porto Santo.

Não existem na ilha minas de metais e depósitos de enxofre, mas as pirites de ferro e o ferro espelhado têm sido achados em pequenas quantidades perto da Ponta do Sol, e em Santo António e noutras localidades encontram-se aguas mais ou menos ricas em carbonato de ferro. Em S. Vicente, encontra-se a pedra calcarea e em S. Jorge existe um deposito de lignite bastante impura.

As chuvas são pouco abundantes na estação quente, e anos há em que não cai uma única gota de agua na região baixa da Madeira durante os meses de Julho e Agosto. Para remediar esta falta, construíram-se numerosos canais ou levadas (*V. este nome*) que conduzem a varias localidades as aguas do interior, sendo graças às irrigações, que se praticam aqui desde tempos antiquíssimos, que certas culturas se mantêm não só durante o estio, mas noutras épocas em que as chuvas faltam ou são pouco copiosas. Há levadas construídas pelo Estado, e levadas construídas por particulares, sendo estas em muito maior numero do que aquelas.

A Madeira exporta os seus excelentes vinhos, obras de vimes, bordados, cebolas, manteiga, açúcar, etc., e importa cereais, tecidos, azeite, petróleo, sal, géneros de mercearia etc.. Entre as industrias madeirenses, são dignas de referencia especial a dos bordados, a do fabrico do açúcar e aguardente, a da manteiga, a das conservas do atum, a dos tecidos de palha para chapéus de diferentes qualidades e a das obras de verga.

Os primeiros povoadores da Madeira foram os donatarios e as pessoas que os acompanharam. Refere Frutuoso que, quando se tratou de povoar a ilha, o Rei «mandou dar os homecidas que houvesse pelas cadêas do Reyno, dos quais João Gonçalves Zargo nao quiz levar nenhuns dos culpados por causa da fee, ou treição, ou por ladrão; das outras culpas homisios levou todos os que houve, e foram delle bem tratados; e da outra gente, os que por sua vontade queriam buscar vida e ventura, foram muitos, os mais delles do Algarve».

Mas, se é certo que vieram de Portugal, e em especial do Algarve, as primeiras pessoas que colonizaram as terras do arquipélago, não é menos certo que a este núcleo de povoadores se juntaram sucessivamente variados elementos provenientes de outras partes. O comercio dos açucares e depois o dos vinhos atraíram

à Madeira numerosos estrangeiros, desejosos de fazer fortuna, ao mesmo tempo que muitos cativos mouros e escravos negros e canários eram transportados para esta ilha afim de arrotearem as terras e serem empregados noutros serviços.

Por 1486, havia na Madeira muitos estrangeiros que se tinham tornado cultivadores e fabricantes de açúcar, pelo que foram por duas vezes mandados sair da ilha e depois readmitidos, e quando em 1590 Frutuoso escreveu as Saudades da Terra, existiam no Funchal muitas famílias inglesas e flamengas, que exerciam o seu negocio na rua dos Mercadores. A colónia flamenga, importante ainda nos princípios do século XVII, desapareceu mais tarde ou fundiu-se com a população madeirense, ao passo que a colónia inglesa se manteve e aumentou mesmo desde 1640, chegando a adquirir no século XIX verdadeira preponderância no comercio da ilha.

o domínio castelhano, que se dilatou por espaço de 60 anos, trouxe á Madeira grande numero de espanhóis, e quando as tropas inglesas se retiraram desta ilha depois de a terem ocupado de 1801 a 1802 e de 1807 a 1814, deixaram estabelecidas aqui algumas famílias.

Do que fica dito, vê-se pois que a população da Madeira está muito longe de ser homogénea. Os cruzamentos em diversas proporções e em diversas direcções realizados durante mais de 4 séculos modificaram um tanto o tipo primitivo dominante, dando origem a desvios que se não harmonizam muitas vezes com a situação geográfica da ilha.

É em ocasiões de arraiais e de procissões que melhor se observam os vestígios que deixaram na população madeirense os vários elementos que se estabeleceram nesta ilha desde o meado do século XV. As peles brancas, os cabelos loiros e os olhos azuis, próprios das raças do norte da Europa, não são raros entre as mulheres, e pode-se dizer que 20 a 30 por cento das crianças são loiras até á idade de 6 a 8 anos. Os homens são em regra mais ou menos morenos, mas observa-se algumas vezes entre eles o tipo loiro, se bem que com muito menor frequência do que entre as mulheres.

o tipo berbere caracterizado pela cor trigueira, especialmente no homem, pelo nariz um tanto curvo e pelos cabelos negros e corredios, aparece já um tanto modificado nalguns pontos da costa de leste, sendo natural que proceda principalmente dos antigos mouros que habitaram a ilha. «A cidade do Funchal, diz o dr. Azevedo nas notas ás Saudades da Terra, teve a sua mouraria, e é tradição que na freguesia da Ponta do Sol

viveram muitos mouros».

É de crer que a vinda de muitas famílias castelhanas para a Madeira durante o domínio filipino influísse algum tanto na propagação do tipo berbere na ilha; no entretanto não foi da Espanha, onde ele é comum, mas de Marrocos, que primeiro nos veio êsse tipo, tão fácil de reconhecer ainda entre a população de certas localidades madeirenses.

Nos livros paroquiais do século XVIII, encontram-se muitos termos de baptismos, casamentos e óbitos de escravos negros, e, na narrativa da segunda viagem do capitão Cook, lê-se que havia na Madeira em 1772 um numero prodigioso de negros e de mulatos, uns livres, outros escravos. o dr. Azevedo, que escreveu em 1870 as notas às Saudades da Terra, diz que abundavam nessa época os mestiços da raça africana «mormente no Curral das Freiras e no norte da ilha».

Certos indivíduos pertencentes principalmente ás classes baixas da sociedade, revelam ainda no encarapinhado dos cabelos, na forma do nariz e na côr da esclerótica e as vezes da pele, as suas afinidades com a raça etiopica, mas estas afinidades tendem a desaparecer mercê dos cruzamentos, podendo mesmo afirmar-se que não existem já num grande numero de localidades da ilha.

Os habitantes dos campos da Madeira são em regra de constituição vigorosa e suportam sem se ressentir as maiores fadigas. o temperamento sanguíneo é vulgar entre eles, ao passo que na cidade predomina o temperamento bilioso-sangüíneo, com um mixto mais ou menos pronunciado umas vezes de linfático, outras de nervoso.

«Os grandes roubos e assassinios, diz o Dr. Barral são raros na Madeira; a mendicidade estudada, organisada, imoral e caluniadora das grandes cidades ainda ali não existe; e um grande numero de habitantes da ilha não chega a ter uma idea dos extraordinários crimes que se cometem hoje na Europa, em plena civilisação».

O dr. Hans Sloane que visitou a Madeira nos princípios do século XVIII, conta que todos os negociantes andavam armados e que nenhum deles ousava sair de noite com receio de ser ferido ou morto. Diz ainda o mesmo médico que para fazer desaparecer um inimigo bastava dar uma pequena moeda a um negro, e que em certa ocasião tratou de um sacerdote que fora ferido de noite por ter sido tornado por outra pessoa a

quem pretendiam matar.

Não sabemos se há exagero no que refere o dr. Sloane; o que sabemos é que os crimes de morte são hoje raríssimos na Madeira e que a qualquer hora da noite se pode percorrer sem grande risco as ruas do Funchal e subúrbios, apesar da polícia ser insuficiente para velar pela segurança dos cidadãos. Todos os escritores modernos fazem justiça ao povo da Madeira, considerando-o como um dos mais ordeiros e generosos do mundo.

Num trabalho intitulado *Breve e verdadeira demonstração dos principios e progressos do governo que João António de Sá Pereira fez na ilha da Madeira*, lê-se que havia desde antigos tempos o costume das mulheres que estavam para contrair matrimónio fugirem das casas paternas para se unirem aos seus namorados, e que no dia imediato «os futuros noivos se vestiam com aceito para irem a casa dos seus amigos participar que F. tinha saído da casa dos seus pais para casar.» Lêsse mais no referido trabalho que esta prática «era vulgar, com poucas exceções, entre a nobresa» e que quando se presumia que fulano queria casar com fulana, se tratava quando seria a noite da fugida ou do furto».

O governador João António de Sá Pereira, o Pombal Madeirense, como lhe chama o Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo, procurou por termo a estes e muitos outros abusos que se praticavam na ilha, e por isso ao retirar-se para Lisboa, a 10 de Junho de 1777, se iluminaram muitas casas e foram queimados muitos fogos de artificio, tendo êle assistido a todas estas manifestações de regozijo, em razão do navio em que devia seguir viagem não ter podido por falta de vento sair imediatamente do pôrto do Funchal.

O velho habito, há muito desaparecido da ilha, das donzelas fugirem da casa paterna antes do dia do casamento, mostra-nos que é erro supor que entre os nossos antepassados predominava sempre a simplicidade de costumes. As práticas e usos condenáveis são de todos os tempos, e, se uma parte da geração actual apresenta indícios claros de corrupção, é preciso convir todavia que certas praxes sociais são hoje mais acatadas do que em tempos antigos.

A gente do povo na Madeira, bem inclinada quase sempre, vive hoje geralmente despreocupada e feliz. O exercício de qualquer ramo de industria ou de comercio deixa actualmente lucros consideráveis, e a elevação dos salários e a valorização dos produtos da terra trouxeram ás classes operarias e aos agricultores uma independência e bem estar que não usufruíam noutras épocas. Este estado de cousas não afectou porém de

modo sensível os costumes singelos das populações campesinas, cujas aspirações continuam a ser as mesmas dos seus antepassados, e é somente na cidade e proximidades que se observam por vezes nas classes trabalhadoras hábitos perdulários e uma certa tendência para o gozo, que certamente não existiam ainda há bem poucos anos.

A ilha da Madeira é incontestavelmente uma das mais importantes colónias portuguesas. Notável pela uberdade do seu solo, pelos seus óptimos vinhos, pela suavidade do seu clima e pelas belezas naturais de que é dotada, ela é conhecida de há muito como um país privilegiado, graças às excelentes descrições que a seu respeito têm publicado muitos estrangeiros.

Muito há, porém, a fazer ainda para que esta ilha se torne aquilo que pode e deve ser. Se a natureza foi prodiga para com ela, revestindo-a de encantos que poderão ser igualados, mas não excedidos, nem sempre tais encantos se patenteiam aos olhos do estrangeiro ávido de impressões, em consequência do atraso em que se acha a nossa viação.

A construção de boas estradas onde possam transitar automóveis e destinadas a ligar o Funchal aos pontos mais afamados pela sua beleza ou pelas soberbas paisagens que dele, se desfrutam, é uma necessidade que se impõe se quisermos tirar da vinda dos estrangeiros a esta ilha todo o proveito que ela é susceptível de dar. Se amanhã os turistas puderem visitar tão comodamente o Rabaçal, o Fanal, o Paul da Serra, o Ribeiro Frio e o Santo da Serra, como visitam hoje o Monte e outros pontos dos arredores da cidade, teremos dotado a ilha com um grande melhoramento e assegurado aos seus habitantes um futuro cheio das mais largas prosperidades (1921).

Neste artigo *Madeira* (da 1.^a ed.), estão sumariamente expostos alguns dados e informações de carácter genérico, procurando-se, nos artigos subordinados ao mesmo título e que vão seguir-se, fornecer mais circunstanciados elementos acerca de todos os assuntos que ficam indicados.

Tem por capital e centro de todo o seu movimento a cidade do Funchal, da qual já nos ocupámos com alguma largueza a paginas 59-68 deste volume.

Madeira (*Administração Pública na*). Além de outros artigos, vid. os seguintes:

Administração Civil—Autonomia Administrativa, Autoridades Superiores, Capitanias Colonia, Doações, Donatários, Governadores, Juntas Gerais, Ordem de Cristo, Organização Administrativa, Povoamento, Colonização, Representação em Cortes, e Sesmaria;

Administração Eclesiástica—Arcebispado, Bispos e nome de cada prelado, Cabido, Colegiadas, Constituições do Bispo, Conventos, Diocese, Freguesias, Jesuitas, Mosteiro Novo, Ordem de Cristo e Ordem Seráfica;

Administração Fiscal—Alfandegas, Contribuições, Junta da Fazenda, Organização Fiscal e Receitas e Despesas;

Administração Judicial—administração Judicial, Alçadas, Conservatórias do Registo Predial, Donatários, Juizes, Organização Judicial e Policia;

Administração Militar—Carreira de Tiro, Comandantes militares, Donatários, Fortificações, Guarnição Militar, Guerra (Grande), Milícia, Ocupações, Organização Militar, Policia, Soldado Desconhecido e Surprise;

Administração Municipal—Anais do Município, Camaras Municipais, Capitanias, Concelhos, Forais, Municípios e Organização Administrativa;

Administração Paroquial Freguesias, Juntas de Paróquia e Organização Administrativa.

Madeira (Antropologia). Como se sabe, a «antropologia», em seu significado etimológico e no seu sentido mais genérico, é o estudo do homem ou da humanidade, mas comumente toma-se este termo para designar o estudo dos caracteres físicos do homem e das leis das suas principais variações. Aplicado esse estudo particularmente a uma região, entram como factores essenciais as raças predominantes no primitivo povoamento e as suas origens, o contacto com outros povos através do tempo, a situação geográfica, os aspectos orográficos e hidrográficos, a paisagem, o clima, a produtividade do solo, as condições sociais e económicas, os usos e costumes locais etc etc., além das variadas circunstâncias de carácter psicológico, etnológico e religioso estritamente mesológicas, que são também de valioso e indispensável auxílio para esse estudo.

Um trabalho dessa natureza, que exige uma preparação especial e largo conhecimento do meio ambiente, está inteiramente por fazer com respeito à Madeira, existindo no entretanto alguns elementos dispersos, que podem ser vantajosamente aproveitados para esse fim, devendo mencionar-se como principais os

primeiros capítulos do segundo volume da apreciada obra «Ilhas de Zargo» e as informações dispersas nas páginas das Saudades da Terra e nas suas eruditas anotações.

No decurso deste «Elucidário» e especialmente no artigo Madeira (Ilha da), encontram-se disseminadas varias notas não despiciendas para a elaboração desse estudo, e também nos artigos *Colonia (Contrato de)*, *Costumes Antigos*, *Crenças Populares*, *Escravos*, *Estrangeiros*, *Indumentária*, *Influências Etnológicas*, *Instituições Vinculares*, *Mouros*, *Povoameto*, «*Rambles in Madeira*», *Romarias* e *Vilão*.

Madeira (As artes na). Para êste assunto, encontram-se alguns elementos nos artigos Monumentos, Museus, Musica, Teatros, Património Artístico e especialmente nos valiosos trabalhos do dr. Manuel de Almeida Cayola Zagalo intitulados «Museu de Arte no Funchal» e «A Pintura dos Séculos XV e XVI da Ilha da Madeira», «As Ilhas de Zargo» e o «Arquivo Historico da Madeira».

Madeira (Aspectos Hidrográficos: Baias, Enseadas, Portos e Praias da). Como já deixámos dito a páginas 116 deste volume, não sendo fácil estabelecer-se uma rigorosa diferença de significado entre os termos «baía» e «enseada», ao referirmo-nos às reentrâncias que se encontram ao longo da costa marítima, consideramos como «baías» as do Funchal (pág. 66 deste volume) e Porto Santo (vid. este nome).

São estas as pequenas enseadas da Madeira: Abra, Machico, Garajau, Camara de Lóbos, Lugar de Baixo, Santa Cruz, Reis Magos, e Porto do Moniz (Vid. estes nomes).

Os portos da Madeira, segundo se lê em uma informação de carácter oficial, consideravam-se até há pouco como bons o do Funchal (Vid. *Funchal (Baía do)* e *Porto do Funchal*) e o do sul da ilha do Porto Santo (Vid. este nome), sendo tidos como sofríveis os da Abra, Machico, Santa Cruz, Camara de Lóbos, Ribeira Brava, Ponta do Sol, Pôrto do Moniz e Porto da Cruz, e maus os do Caniçal, Porto Novo, Reis Magos, Oliveira, Campanário, Lugar de Baixo, Madalena do Mar, Anjos, Fajã do Mar, Calheta, Jardim do Mar, Paul do Mar, Pesqueiro, Seixal, Fajã da Areia, Ponta Delgada, Boaventura, São Jorge e Faial. Os portos das freguesias do

Porto do Moniz e Porto da Cruz são considerados como bons desembarcadouros, quando sopram os ventos do quadrante sul, não sendo então permitido qualquer tráfego em toda a costa meridional da Madeira, o que aliás sucede poucas vezes em cada ano. Nos últimos trinta anos, as condições dos portos destas localidades melhoraram consideravelmente com a construção de pequenos cais e desembarcadouros e com os trabalhos de acrescentamento e reparação realizados nos já existentes (V. cada um dos nomes acima indicados).

A este assunto interessa bastante o artigo *Distâncias Marítimas*, inserto a páginas 367 do vol. I, que apresenta uma tabela do numero de milhas a que os diversos portos da Madeira se encontram distanciados uns dos outros.

Já disse alguém que na Madeira não havia praias, talvez pela circunstância de não serem de areia e terem uma limitada extensão. Com efeito as desta ilha, exceptuando a da Prainha no Caniçal, são formadas de pequenas pedras ou calhaus rolados e de escuro basalto, tendo todas elas um aspecto sombrio e um piso difícil e incomodo. Em compensação, possui a vizinha ilha do Porto Santo uma das mais belas e extensas praias de todo o país. As principais praias da Madeira, algumas delas de extensão muito limitada, são as seguintes: Prainha, Caniçal, Machico, Seixo, Santa Cruz, Porto Novo, Reis Magos, Funchal, Formosa (V. estes nomes), Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Lugar de Baixo, Madalena do Mar, Calheta e Paul do Mar, na costa meridional, e as do Porto do Moniz, São Vicente, Fajã da Areia, Ponta Delgada, São Jorge e Porto da Cruz na costa setentrional. (Vid. estes nomes, sob a designação de «Portos» ou «Praias», e ainda o artigo Portos).

Madeira (Aspectos Hidrográficos: Baixas e Ilhéus). Vid. artigo Ilhéus a pág. 138 e cada um dos nomes ali mencionados.

Os recifes ou baixios que nas proximidades do litoral afloram a superfície do oceano ou que ainda na baixamar se encontram a pequena profundidade são geralmente conhecidos na Madeira pelo nome de Baixas. Merecem ser mencionadas a de Aguagem, situada ao sul do Ilhéu dos Desembarcadouros, próximo da Ponta de São Lourenço, a de Atanásio, Badajreira, Barbeiros, Bispo, na costa marítima de Câmara de Lobos, Carneiro, Cesto, nas proximidades do litoral do Jardim do Mar, Conceição, Cotrim, no Porto Santo, Furado

ou do Nariz, Galé, Galeão, Guincho, Junqueira, Larga, Leão, Marinheiros, Neta, Raiz, São Pedro, Três Irmãs, Machico e Pôrto do Moniz (Vid. estes nomes).

Madeira (Aspectos Hidrográficos: Ribeiras). Estes aquedutos naturais, que correm geralmente nos leitos de profundos e apertados vales, são bastante numerosos nesta ilha e de caudais muito abundantes na quadra invernal. Nascem nas faldas da cordilheira central e vão lançar-se no oceano, tendo algumas delas correntes subsidiárias, que lhes aumentam o volume e a rapidez do seu curso. «Todas, no inverno, diz o ilustre anotador das Saudades, trazem água abundante, frequentemente torrencial: enchem então, e, por vezes, transbordam, arrastando das montanhas milhares de toneladas de penedos mais ou menos grossos, muitos tamanhos, que depois, só em pedaços podem ser removidos, e todos, rolando na torrente uns de encontro aos outros, produzem no choque sinistro ruído, até que, obstruindo os leitos das mesmas ribeiras, os tornam sobranceiros aos terrenos marginais, e estes, quando obstruídos, não ficam, são arrastados pelas águas transviadas a muita distância, mar dentro, desfeitos em lodo; no verão porém, os veios de água tornam-se-lhes escassos, e chegam em algumas ribeiras a secar, em consequência dos desvios já para regas marginais, já para as levadas, que, tomado aí as águas correntes, as transportam a fertilizar remotas culturas em toda a superfície do litoral da ilha». Estas ribeiras transformam-se de quando em quando em caudalosas correntes, que, saindo dos seus leitos e invadindo as margens que as ladeiam, arrastam violentamente grandes extensões de terrenos cultivados, currais e até casas de habitação, causando, por vezes, consideráveis prejuízos pessoais e materiais aos moradores das suas vizinhanças.

No artigo Ribeiras, daremos uma relação circunstanciada das ribeiras desta ilha com a designação dos lugares da sua origem, foz e percurso, indicando também as suas torrentes tributárias e respectivos pontos de confluência.

Vide Quedas de Água.

Madeira (Aspectos orográficos: Encostas, Planaltos e Vales). O inverosímil accidentado do solo madeirense e a caprichosa e variada configuração orográfica da sua forma merecia uma larga e minuciosa descrição, que a falta de espaço e de seguros elementos não permite fazer, limitando-nos a uma

enumeração sumaria das principais elevações montanhosas e suas altitudes, das pontas, vertentes e encostas, dos vales, planaltos, profundidades, etc., que se encontram espalhados nos 500 quilómetros quadrados de superfície de toda esta ilha.

«É ela constituida, diz-se no já citado *Dicionário Universal Portuguez Ilustrado*, por uma elevada serrania de mil e duzentos a mil e novecentos metros de altura, do dorso da qual sobre saem alguns picos e que vai de leste a oeste desde a Ponta de São Lourenço até bifurcar-se afinal, prolongando-se para noroeste sobre o Porto do Moniz a formar a Ponta do Tristão e lançando um ramal de menor vulto para sudoeste, cujo extremo é a Ponta do Pargo: esta serrania longitudinal, descendo com suas faldas e alguns ramaes secundários por norte, por oeste e por sul em toda a sua extensão até o mar, divide a ilha em três grandes regiões, a saber: a do norte, desde a Ponta de São Lourenço, até à do Tristão; a de oeste, desde a do Tristão até à do Pargo, que abrange o território adentro da mencionada bifurcação; e a do sul, que decorre desde a Ponta do Pargo até á de S. Lourenço: mas, como a região de oeste pende para noroeste e já está em muito sob a acção do quadrante do norte, os marítimos, e, com estes os Madeirenses em geral, só distinguem duas regiões, uma, a que chamam Costa do Sul, que é a supra demarcada para este lado, e outra a Costa do Norte, que comprehende a do norte e a de oeste referidas» (Acerca destas costas», veja-se o que fica referido a pág. 324 do vol. I).

Como ficou dito, a cordilheira que, com altas eminências e sem solução de continuidade atravessa longitudinalmente a Madeira de leste a oeste, estabelece bem distintamente as duas costas setentrional e meridional, erguendo-se no dorso dessa cordilheira muitos picos de acentuada altura entre os quais se destacam o Pico Ruivo, de todos o mais elevado, o do Cidrão, Torrinhas, Canário e Arieiro. Mencionaremos os mais conhecidos, além dos que ficam citados: Pico do Castanho, Pico da Maia, Pico do Arco de São Jorge, Pico das Torres, Pico da Neve, Pico do Poiso, Pico da Lagoa, Pico de Santo António, Pico do Arrebentão, Pico do Infante, Pico Grande, Pico dos Bodes, Pico da Urze, Pico do Gato, Pico da Amendoeira, Pico Queimado, Pico da Suna, etc.. Como ramificações dos montes e picos da cordilheira central, destacam-se ainda muitas outras eminências, que por vezes se estendem até as regiões do litoral. Entre estas eminências mencionaremos as do Pico dos Barcelos, Pico da Cruz, Pico do Cardo, Pico; dos Eirós, Pico do Facho, Pico das Favas, Pico da Cruz, Pico da Relva, etc. (V. cada um dos nomes que ficam indicados).

Para maior esclarecimento, devemos chamar a atenção do leitor para a desenvolvida notícia que se encontra a pág. 52 e ss. do vol. I, em que se faz menção das - «altitudes» de um numero avultado de elevações

montanhosas e de outros pontos dignos de serem especialmente conhecidos. A êste assunto, oferecem particular interesse os dados fornecidos pela Missão Hidrográfica das Ilhas Adjacentes e que vêm insertos a pág. 95 do vol. I da apreciada obra «Ilhas de Zargo».

A única extensão de terreno que no solo accidentadíssimo da Madeira merece o nome de planalto é o do Paul da Serra (V. este nome). No entretanto, chamam-se comumente planaltos as pouco extensas planícies do Santo da Serra (V. Lagoa) na freguesia do mesmo nome, a Achada de Santana, na freguesia de Santana, e a das Achadas, na freguesia das Achadas da Cruz.

As principais pontas ou saliências da costa marítima desta ilha são as seguintes: a de São Lourenço, a de maior extensão, que tem várias pontas secundárias com os nomes de Furado Abra, Dedais, Rosto, etc., Ponta da Queimada, Ponta de Santa Catarina, Ponta do Guindaste, Ponta da Atalaia, Ponta da Oliveira, Ponta do Garajau, Ponta da Cruz, Ponta da Agua, Ponta do Sol, Ponta da Galé, Ponta do Jardim, Ponta da Fajã da Ovelha, Ponta do Pargo, Ponta do Tristão, Ponta do Porto do Moniz, Ponta Delgada, Ponta de São Jorge, Ponta de Santana, Ponta do Cortado e Ponta de Larano (V. cada um destes nomes).

O solo montanhoso e accidentadíssimo desta ilha determina a formação de muitos vales, alguns de notável profundidade, mas que em geral atingem uma extensão bastante limitada. Os principais são o do Funchal, especialmente no sitio chamado o Val Formoso; o de Machico, que da praia da vila do mesmo nome se estende entre as margens da respectiva ribeira; o do Jardim da Serra no extremo norte da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos; o de São Vicente, situado na bacia hidrográfica da ribeira do mesmo nome incluindo a vila e suas imediações; o da Penha de Aguiia, que torneja a rocha deste nome (V. Penha de Aguiia), o da Metade, proximo do Ribeiro Frio; o da Ribeira da Janela, entre as margens da ribeira deste nome. (Vid. Vales).

Relacionam-se com este assunto os artigos Fajãs e Quebradas.

Madeira (Calamidades Públicas). Os seguintes artigos dão uma rápida notícia das maiores calamidades que têm aflijido este arquipélago: *Aluviões, Cólera, Epidemias, Filoxera, Fome, Peste, Saque dos Huguenotes Terramoto de 1748*.

Madeira (Clima da). Vid. *Clima, Granizo, Inverno no Funchal, Leste e Postos Mfetereológicos*. No artigo *Clima* estão indicados os autores de diversas publicações acerca do clima desta ilha, devendo aqui mencionar-se o mais recente e o mais completo estudo sobre êste assunto, intitulado « Le Climat de Madère» pelo almirante Hugo de Lacerda e editado em 1936 pela Junta Geral do Distrito e do qual se fêz uma tradução na lingua inglesa com o titulo de «The Climate of Madeira», publicada no ano de 1938.

Madeira (Colonização da). Vid. Capitanias, Descobrimento, Habitações Primitivas, Donatários, Povoamento e Colonização, além de outros artigos.

Madeira (Corografia da). Vid. Madeira (Aspectos Hidrográficos), Madeira (Aspectos Orográficos) e Corografia (1-316).

Madeira (*Descobrimento da*). Vid. *Descobrimento do Arquipélago*.

Madeira (*Epigrafia*). Vid. *Lápides*.

Madeira (*Fauna da Madeira*). Vid. *Fauna*.

Madeira (*Flora da*). Vid. *Flora*.

Madeira (*Florestas da*). Vid. *Arborização, Incêndios, Matas, Revestimento Florestal, Serviços Florestais*.

Madeira (*Freguesias da*). Vid. *Freguesias, Organização Administrativa* e os nomes de tôdas as paroquias ali indicadas.

Madeira (*Geodesia*). Vid. *Geodesia, Cartas Geográficas e Plantas da Cidade*.

Madeira (*Geologia*). Vid. *Geologia*.

Madeira (*Hidrografia da Madeira*). Vid. *Aspectos Hidrográficos*.

Madeira (*História da*). Existem muitos e valiosos elementos dispersos em várias obras impressas e algumas inéditas, além da documentação registada nos arquivos públicos, que forneceriam os materiais indispensáveis para a elaboração de um breve estudo histórico acerca do arquipélago madeirense, que, em resumido quadro e numa síntese de conjunto, nos desse uma notícia das principais fases da sua já longa vida activa de cinco séculos, desde o inicio do primitivo povoamento até à época que vai decorrendo. Em pouco mais de uma centena de páginas, se traçaria esse interessante esboço, que está inteiramente por fazer, sendo bastante para sentir que ainda não tivesse aparecido quem diligenciasse realizá-lo.

Deixámos já esboçado com mais larguezas este assunto, no artigo *História Madeirense*, a pág. 124- 127 deste volume, para o qual remetemos o leitor. Tem ainda uma próxima afinidade com esta matéria os artigos *Bibliografia* e *Elementos para a História Madeirense*, insertos a pág. 143 e 386 do vol. 1 desta obra, Madeira na Torre do Tombo, além de muitos outros artigos.

Madeira (*Indústrias da*). Dos artigos dispersos em toda esta obra acerca das indústrias madeirenses, damos uma resumida nota, que facilitará a procura dos elementos que mais de perto possam interessar a cada uma dessas mesmas industrias. Além do artigo *Industrias* (a pág 145 e ss.) vejam-se os seguintes:

Agrícola (*Indústria*) – *Aguas, Colonia (contrato de), Filoxera, Gados, Junta Agricola, Levadas,*

Mangra, Matas, Mildio, Prados, Região Agricola, Regimen Cerealifero, Sesmarias e Sociedade Agrícola;

Bordados (Indústria dos) – Vid. *Bordados e Industria dos Bordados*;

Lacticínios (Indústria dos) – Vid. *Gados, Industria dos Lacticinios, Lacticinios e Manteiga*,

Obra de Vimes (Indústria da) – Vid. Camacha, *Industria da Obra de Vimes e Vimieiro*;

Pecuária (Indústria) – Vid. *Gados, Indústrsa Pecuária e Prados*;

Pescatória (Indústria) – Indústria Pescatória, *Pescaria, Portos e Redes de Pesca*;

Sacarina (Indústria) – Vid. *Açúcar, Alcool, Cana Sacarina, Companhia Fabril de Açúcar, Engenhos, Industria Sacarina, Proteccionismo Sacarino e Questão Hinton*;

Salinas (Indústria de) – Vid. *Salinas*;

Vinícola (Indústria) – Vid. *Estufas, Industria Vinicola, Vinhas e Vinhos*;

Industrias (Pequenas) – Vid. *Industrias e o livro Pequenas Industrias da Madeira* da autoria do tenente-coronel Alberto Artur Sarmento e que compreende os seguintes capítulos: Plantas Texteis, Linho, Papel, Oleos Vegetais, Azeite de Loiro, Velho sabão, Tintas e Tinturarias, Amoreira e Bicho de Sêda, Barro e Olarias, Mel, Cera e Mel, Arte, Doces e Embutidos.

Madeira (Instrução na) Vid. *Academias, Aulas Secundárias, Cancioneiro de Garcia de Resende, Instrução, Liceu, Literatura, Romanceiro e Seminário*.

Madeira (Origem do nome de). Falando da descoberta, diz Gaspar Frutuoso: «... á qual chamaram da Madeira por causa do grande e espesso arvoredo de que era coberta...». Infere-se desta narrativa que foram os próprios descobridores que, à ilha desconhecida a que aportaram, deram o nome de Madeira. Noutro lugar diz o mesmo Frutuoso: «o infante vendo as mostras e ouvindo a relação que da ilha elles lhes deram, lhe poz o nome, que agora tem, de ilha da Madeira...» Deve, por certo, entender-se que o infante D. Henrique se limitou a confirmar o nome com que os primitivos navegadores denominaram a terra que tinham descoberto. Em outra passagem das Saudades se afirma expressamente que foi o

descobridor João Gonçalves Zargo que a esta ilha chamou Madeira: «a que o dito capitam poz nome da Madeira». E ainda mais terminantemente o diz em outro logar da obra citada: «..lhe poz o nome assi o felicissimo capitam primeiro della João Gonsalves Zargo, por causa do muito expesso e grande arvoredo de que era coberta, e ser toda cheya de infinidade de madeira ».

Ao contrario do que sucedeu com outras ilhas e terras descobertas, nunca foram esta ilha e arquipelago conhecidos por outro nome além daquele que primitivamente tiveram. É certo que o dr. Gaspar Frutuoso afirma «que por ser assi mui fragosa dizem que seu nome era ou devia ser ilha das Pedras», mas desta maneira enfatica de dizer do historiador das ilhas se conclui que ele não quisera asseverar ter tido esta ilha aquêle nome. E além desta passageira referencia de Frutuoso, que não chega a ser uma afirmação, não se conhece em quaisquer outros escritos antigos ou modernos aquela denominação para designar a ilha ou arquipélago da Madeira.

Ouçamos uma pregunta de Pinheiro Chagas: «Era esse nome que mais naturalmente lhe ocorreria? Quando o termo madeira designa especialmente os troncos de arvores já derrubados e preparados para usos próprios, não era estranho que fosse esse nome que servisse imediatamente a Gonçalves Zarco para designar a ilha, em vez de ilha do Arvoredo, ilha das Flores, ilha das Matas?»

Esta pregunta do ilustre historiador não invalida a simples e ingenua, mas verdadeira narrativa de Gaspar Frutuoso.

Madeira (Orografia da). *Vid. Aspectos Orográficos.*

Madeira (Levadas da). Da sua origem, importância, funcionamento, historia e respectiva legislação, dá-se desenvolvida notícia no artigo Levadas.

Madeira (Paisagem da). São inumeráveis as composições em prosa e verso, tanto em vernáculo como em línguas estrangeiras, que cantam e enaltecem as conhecidas e já proverbiais belezas da Madeira,

em que admiravelmente se salientam o maravilhoso acidentado das suas altas montanhas, o aprumo inverosímil das suas ravinhas e desfiladeiros, a profundidade dos seus vales, o relevo caprichoso do seu solo, as diferentes tonalidades e matizes das suas ricas culturas agrícolas, a variedade e fragrância das suas flores, a eterna primavera do seu clima, os famosos vinhos, frutos e bordados, os típicos e interessantes costumes regionais, a patriarcal hospitalidade dos habitantes, etc., etc.. Nem palidamente tentaremos descrever, embora muito de relance, todo esse conjunto de maravilhas com que a omnipotência divina dotou este privilegiado torrão em que nascemos, limitando-nos a chamar a atenção do leitor para as brilhantíssimas páginas que vários escritores consagraram a enaltecer essas tão surpreendentes belezas, esculpindo as suas perduráveis impressões em trechos da mais bela e inimitável prosa. No «Dicionário Corográfico da Madeira», deixámos arquivados, em uma dezena de páginas, muitos excertos desses brilhantes escritos, que o limitado espaço não nos permite trasladar neste lugar.

Ocupando-nos da maravilhosa paisagem da Madeira, não queremos deixar de mencionar, embora em passageira referência, a alguns lugares que merecem ser em especial visitados em virtude dos surpreendentes panoramas que deles extasiadamente se disfrutam. Lembraremos o Rabaçal, o Monte Medonho, as Fontes da Ribeira do Inferno, a Cumeada de São Vicente, Pico dos Barcelos, Pico Ruivo, o Pico do Arieiro, a Boca dos Namorados, o Ribeiro Frio, a Ribeira de São Jorge Santana, o Pico da Suna, Terreiro da Luta, no interior da ilha, e também a Piedade, Ponta de São Lourenço, Garajau, a Praia Formosa, o Fojo, o Cabo Girão, a foz da Ribeira da Janela, a da Ribeira do Inferno, a Ribeira de João Delgado, a ermida de S. Vicente, a Entroza, a Ponta de S.Jorge, a Rocha do Navio e o Pôrto da Cruz, no litoral. Em muitas ribeiras há belas quedas de água, e de todos os pontos elevados se admiram vistas extensas e variadas, de uma beleza inexcedível.

Madeira (População da). Vid. População.

Madeira (Portos da). Vid. *Aspectos Hidrográficos, Cais, Junta das Obras do Pôrto, Molhe da Pontinha, Movimento do Pôrto, Navegação aérea, Naufrágios*, e o 5º vol. da importante obra do engenheiro Adolfo Loureiro *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, que se ocupa do arquipélago da Madeira.

Madeira (Sistemas de Governo na). Vid. *Constituição de 1821, Mudanças de sistemas de Governo, Proclamação do Govêrno Absoluto, Proclamação do Govêrno Constitucional, República (Proclamaçdo da), Dominio Castelhano e Restauração de Portugal.*

Madeira (Vilas da). Pela ordem da sua criação, existem neste arquipélago as vilas de Machico e Porto Santo (meados do século XV), Ponta do Sol (1501), Calheta (1502), Santa Cruz (1515), São Vicente (1744) e Ribeira Brava (1928), que são sedes dos concelhos do mesmo nome. As povoações de Camara de Lobos, Porto do Moniz e Santana, são também sedes dos respectivos concelhos, mas nunca foram elevados á categoria de vilas. Vid. cada um dos nomes indicados.

Madeira e Afonso de Albuquerque (A). Os medianamente versados na historia da dominação portuguesa no oriente não ignoram que o grande Afonso de Albuquerque, por motivos de ordem politica, económica e religiosa, concebera o arrojado plano de invadir o Egito, em que particularmente entrava o desígnio de desviar dos seus verdadeiros leitos algumas das origens fluviais do rio Nilo, empregando, porventura, para isso o processo de sucessivas e trabalhosas drenagens.

O que, porém, nem todos saberão é que Afonso de Albuquerque contava com os «cabouqueiros da Madeira» para a realização dessa parte do seu audacioso e talvez irrealizavel projecto.

Convém lembrar aqui o que já em outro lugar deixámos dito acerca da obra colossal da construção das nossas levadas, que merece sempre ser pôsto no mais saliente e assinalado realce. Para essa arriscada e penosa construção, foi, por vezes, preciso costear elevadas e alcantiladas serras, atravessar aprumadas ravinas, perfurar os montes, num perigoso e titânico trabalho de longos anos e com o dispêndio de avultados capitais e até de bastantes vidas, dando á terra o sangue que a fertiliza e ás plantas a seiva e a vitalidade que as fazem abundantemente produzir.

Chegara a Portugal, chegara á India a fama dos tenazes e persistentes esforços empregados pelos primitivos colonizadores madeirenses no arroteamento das terras virgens e particularmente na difícil e arriscada construção dos aquedutos destinados á sua irrigação.

Não admira que o mais insigne governador da Índia se lembrasse dos «cabouqueiros da Madeira», como ele chama, nas suas tão interessantes e instrutivas Cartas hoje publicadas em volumes, aos trabalhadores rurais desta ilha, para levar á realização a ideia que concebera acerca da invasão do Egipto.

Não podendo, no momento em que escrevemos estas linhas, trasladar textualmente as palavras de Afonso de Albuquerque, vamos transcrever da «História de Portugal» de Pinheiro Chagas (III - 322) os trechos que interessam a este assunto e que inteiramente justificam a nossa afirmativa.

«O que é certíssimo, e o que geralmente se ignora, é que este projecto, em breve esquecido, recebeu, para assim dizermos, um princípio de execução: o próprio filho do governador redactor dos Commentários, afirma que seu pai escrevera mais de uma vez ao rei D. Manuel, para lhe suplicar que mandasse ir para a Abissinia algumas centenas desses camponezes da Madeira, que eram reputados os mais perseverantes trabalhadores dessa época para o corte das serras, costumados, pela natureza do terreno da ilha, a arrazarem montanhas e a aplanarem vales, afim de fazerem levadas com que mais facilmente regassem as suas canas de açúcar.»

Madeira e a «Ilha dos Amores». (A) Os medianamente versados na obra camoniana não ignoram que em volta do conhecido episódio da Ilha dos Amores têm surgido muitas questões de carácter crítico e literário, sendo bastante copiosa a bibliografia portuguesa que delas largamente se ocupa. Sem falar nos autores mais antigos, bastará citar os contemporâneos Teófilo Braga, conde de Ficalho, Epifanio Dias, José Maria Rodrigues, Ludovice de Meneses, e ainda outros, para se avaliar o interesse que esse assunto haja despertado entre muitos comentadores dos «Lusiadas».

Um dos pontos, que tem sido mais amplamente discutido, é o da «localização» ou «situação geográfica» da fantástica ilha, sendo êsse o que agora nos oferece particular interesse, em virtude da relação próxima ou remota, que possa existir entre ele e a ilha da Madeira.

É certo que o maior número dos críticos e intérpretes consideram aquele episódio como um produto de pura ficção poética, sem que Camões o houvesse determinadamente fixado em qualquer ponto do mundo conhecido, quer tivesse apenas recorrido aos mais rasgados voos da sua ardente fantasia, quer buscasse inspiração em alguns poemas de nomeada universal, como seriam a *Odisseia* de Homero, e o *Orlando Furioso* de Ariosto, ou em várias lendas árabes e indianas, cujas narrativas se assemelham à descrição camoniana. Não escasseiam, porém, escritores de reconhecida autoridade, que tem sustentado, não diremos com argumentos absolutamente irrespondíveis mas decerto com presunções muito ponderosas e aceitáveis, que Luís de Camões, na sua longa derrota à África, à Índia, à China e outros países orientais, houvesse descoberto campo fértil de inspiração para a inventiva de seu episódio nas inúmeras ilhas, que os seus olhos extasiados contemplaram na vastidão dos dois Oceanas.

Ambas as hipóteses se aventaram e ambas têm encontrado os seus fervorosos paladinos. «O poeta, diz um notável comentador dos *Lusiadas*, por um gracioso esforço de imaginação, tomou uma ilha mitológica com todos os seus caracteres e transporta-a das regiões do Mediterrâneo – pátria da velha poesia – para os mares do oriente... A sua verdadeira situação geográfica é na fantasia do poeta e não está mal colocada». Alguns, porém, também ilustres e considerados intérpretes, admitem que as ilhas de Angediva, Ceilão, Zanzíbar, Ascensão, Terceira, Madeira pudessem ser outros tantos estádios em que o glorioso poeta houvesse «pousado» a sua incandescente fantasia e recebesse os primeiros motivos de inspiração para a traça da sua sublime e ainda não excedida criação.

Na série dos últimos anos, era a Madeira que contava um maior e mais autorizado número de votos, se se procedesse a uma espécie de plebiscito entre os que têm emitido opinião sobre este assunto.

Num folheto da nossa autoria, que tem o título de *Camões e a Madeira*, também nos ocupámos com alguma larguezza desse assunto, e acabamos (1938) de ler com especial agrado mais um trabalho versando a mesma matéria, que vai sempre despertando a atenção de novos e fervorosos cultores.

Saiu há pouco da «Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra», em Lisboa um pequeno opúsculo intitulado *Ilha dos Amores*–Dados para a sua identificação, devido à pena do sr. Henrique Manuel Terra Negra, que já tem publicado diversos estudos acerca da obra camoniana. Abre com a seguinte dedicatória: À Flôr do Oceano–Pérola do Atlântico - Ilha Maravilhosa.

Trata-se dum curioso trabalho de exegese literária que merece ser lido com o devido aprêço e que oferece particular interesse aos estudiosos e aos cultores destes assuntos. É certo que não fomos encontrar nele, nem poderíamos esperá-lo, a demonstração cabal de que Camões tinha em mente a fama de que a Madeira já gozava no seu tempo, quando a sua imaginação arquitectou aquele maravilhoso episódio dos Lusíadas. Não seria, porém, um demasiado arrôjo o supô-lo, se considerarmos atentamente nas expressões laudatórias que o poeta deixou traçadas na estancia 5.^a do canto V do seu imortal poema. Tornou-se aqui um grande panegerista desta ilha e foi sem dúvida o precursor de todos quantos têm exaltado as suas belezas naturais.

No opúsculo a que nos estamos referindo, vem citadas muitas passagens do poema, cujas interpretações servem de base a várias hipóteses, presunções e conjecturas, mas que apesar de habilmente arquitectadas não constituem argumentos comprovativos da tese que se pretende demonstrar. E algumas dessas interpretações encerram afirmativas excessivamente arrojadas, como se vê do seguinte trecho, que nem se aproxima duma aparente realidade:

«A flora da Ilha dos Amores é igual á da Madeira, porque ambas são a mesma ilha. Outro tanto diremos da fauna, apesar de lá haver temidas gazelas (IX, 63, F) ou para ornar o estilo poético ou porque elas então existiam na ilha. Em Portugal não há ursos (referimo-nos á espécie zoologica) mas havia-os antigamente. A Madeira de 1498 faz diferença da ilha maravilhosa de nossos dias. É natural, já lá vão mais de 400 anos».

Há, porém, outras interpretações, que aplicadas aos textos camonianos, com outro rigor de critica e uma mais demorada análise, poderiam conduzir a hipóteses e conjecturas de acertada verosimilhança e até possivelmente á descoberta de verdades incontrovertíveis. No entretanto, julgamos bastante felizes e até de engenhosa arquitectura algumas dessas interpretações, que além de revelarem uma notável perspicácia de espírito mostram ainda um aprofundado conhecimento da nossa Biblia Nacional.

Registamos com prazer as palavras finais deste interessante opúsculo, que fica integrado na já vasta bibliografia madeirense:

«Ao terminarmos as presentes nótulas sobre o episódio fabuloso da Ilha dos Amores, que é (como todas as fábulas) um misto de verdades e ficções, daqui saudamos e felicitamos jubilosamente a

Fresca e bela
Flôr do Oceano
ilha
namorada
aparelhada lá no meio
do reino de cristal liquido e manso,
de dões de Flora e Zefiro adornada;
Ilha maravilhosa da Madeira
que do muito arvoredo assim se chama,
formosa, alegre e deleitosa,
por quem a Deusa Cipria se esqueceu
de Cipro, Gnido, Pafos e Citera;

Insula
divina
Pérola
do Atlântico
que é
a ilha angelica pintada
por Camões
no epos da famosa gente nossa».

Madeira Liberal (A). Começou a publicar-se a 24 de Julho e terminou a 26 de Novembro de 1872, dando dezasseis números.

Saiu outro jornal com o mesmo título, dando cento e dezasseis números, desde 12 de Agosto de 1892 a 22 de Outubro de 1893.

Madeira Magazine (The). Revista publicada na língua inglesa, de que só saíram cinco números,

sendo o primeiro a 11 de Outubro e o último a 9 de Novembro de 1901.

Madeira nas Praças de África (A). Nas «Saudades da Terra» em diversos artigos, crónicas e em muitos nobiliários, encontram-se inúmeras referencias aos madeirenses que nas praças de Marrocos notavelmente se distinguiram nas arremetidas contra os mouros, e de modo particular merecem honrosa menção os prontos e valiosos socorros enviados desta ilha, quando as mesmas praças se achavam ameaçadas e em perigo de serem destruídas pelos aguerridos partidários de Mafoma. Os donatários do Funchal organizaram diversas expedições, algumas delas bem equipadas e abastecidas e sem encargos para a metrópole, que prestaram á Pátria os mais assinalados serviços. Em alguns artigos dispersos desta obra e especialmente no opúsculo «A Madeira e as Praças de África» da autoria do sr. coronel Alberto Artur Sarmento, encontram-se diversas notícias que interessam a este assunto.

Madeira Realenga (A). Os monarcas e os governos da metrópole, identificados no mesmo pensamento, foram a pouco e pouco restringindo os primitivos e quasi discricionários poderes dos primeiros donatários deste arquipélago até conseguirem uma grande centralização na administração pública e na arrecadação das diversas tributações e impostos. Já nos artigos Doações (vol. 1, pag. 368) e Donatários (VOL.-I, pag. 373 e 374), nos referimos com alguma largueza a este ponto, recordando que a Carta Regia de 27 de Abril de 1497 (V. Saudades, pag. 479) foi um dos primeiros e principais golpes vibrados nos privilégios e isenções dos antigos donatários. As capitaniais, que eram quasi consideradas como propriedade dos donatários, passaram gradualmente a ser pertença da coroa e verdadeiras colônias do poder central. Não deve entender-se que a Madeira se tornou realenga no sentido de haver-se inteiramente subtraído á acção governativa dos capitães-donatários, mas que a sucessiva limitação dada aos poderes que eles usufruíam cerceou de tal modo os seus privilégios e reduziu as suas prerrogativas que bem pode afirmar-se, com o autor das Saudades, que o arquipélago passou á posse do Estado, quando antes era um feudo e um senhorio de que quasi inteiramente desfrutavam os donatários.

Madeira na Torre do Tombo (A). Ninguém ignora que o Arquivo Nacional da Torre do Tombo é o mais rico e abundante repositório de documentos manuscritos e originais que existe no nosso

país, e, por isso também, a fonte mais segura e mais copiosa para os trabalhos de investigação histórica, que se pretendam fazer relativos a Portugal continental e ainda aos seus antigos domínios ultramarinos da África, da Ásia e da América.

O arquipélago da Madeira está largamente representado nesse arquivo, encontrando-se ali uma preciosa documentação, que muito conviria tornar conhecida dos que especialmente consagram os seus labores ao estudo das cousas históricas madeirenses. Não desconhecemos as dificuldades que esse empreendimento acarretaria, não somente pela falta de catalogação para a grande maioria dos documentos arquivados na Torre do Tombo, mas ainda pela avultada despesa a realizar com o pessoal devidamente habilitado, que houvesse de proceder a essas penosas e demoradas investigações.

No entretanto, alguma cousa se poderia e deveria fazer. Sirva-nos de exemplo e de estímulo o arquipélago açoreano. Quando em 1878 o ilustre micaelense dr. Ernesto do Canto iniciou a publicação do Archivo dos Açores, logo encarregou o jornalista José Torres de realizar uma exploração, embora sumária, naquele vasto arquivo, de que resultou o encontro de valiosos documentos, que foram insertos em vários volumes dessa importante publicação. Semelhantemente se deveria fazer a respeito da Madeira, limitando-se os primeiros trabalhos de investigação a uma pesquisa entre os documentos já catalogados e iniciando-se desde logo a organização dum inventário, quanto possível completo, da documentação que interessasse á história destas ilhas. Realizado e publicado êsse inventário, ir-se-ia, a pouco e pouco e depois duma acurada selecção, dando á estampa os manuscritos de mais útil e necessário aproveitamento, conforme as circunstancias de ocasião o aconselhassem. Não faltaria, em Lisboa, ou mesmo na Madeira, uma pessoa de reconhecida probidade e competencia, que fôsse encarregada dêsse arduo trabalho, mas faltará talvez uma corporação administrativa ou uma entidade oficial que tome a iniciativa de realizar essa tão proveitosa e louvável ideia.

Com grande aprazimento de espírito, vemos em alguns números do Arquivo Historico da Madeira publicada uma relação de documentos, respeitantes a esta ilha e pertencentes á preciosa colecção do «Corpo Chronologico» da Tôrre do Tombo, sendo de presumir que entre os oitenta e três mil documentos que formam essa colectanea se achem ainda encorporados outros documentos, consultando-se para êsse fim os doze volumes de Indice, que felizmente existem, do citado «Corpo Chronologico»,. Sabe-se também que nos livros das Ilhas, dos Místicos, das Ementas, das Confirmações Gerais e especialmente nos livros e maços das Chancelarias de todos os reis da segunda dinastia e ainda em outras colecções se encontra larga e valiosa documentação referente a êste arquipélago.

Como acima deixámos dito, o trabalho de pesquisa a realizar nas colecções da Tôrre do Tombo respeitante à Madeira deveria iniciar-se com um demorado exame nos catálogos e livros de inventários ali existentes e particularmente nos seguintes, que vemos citados num pequeno estudo histórico e descriptivo do referido Arquivo:—«Funchal, Alfandega, Catalogo em verbetes; Cabido da Sé, Catalogo em verbetes: Convento de Santa Clara e N. S. da Incarnação, Catalago em caderno; Relação dos livros existentes no arquivo da Alfandega, Catalogo em caderno; Relação dos livros existentes no arquivo do Cabido da Sé, Catalogo em caderno; Relação dos livros existentes na repartição de fazenda do distrito, Catalogo em caderno». No mesmo estudo lemos também que na «Sala da Livraria» se encontram estes documentos: «Receita e Despesa das Obras da Relação, Alfandega do Funchal, Azamor e Ormuz, 10 maços; Rendimento dos quintos do açucar da ilha da Madeira, maço único; Rendimento das alfandegas do Algarve, Funchal e Marvão, maço 7; e Registo pertencente á Sé do Funchal, livro único». E ainda no já referido estudo se diz que na «Sala A-Ministério do Reino» se encontram: «Alfandega do Funchal, 255 livros, Est. 18 e 19; Santa Clara, 16 maços, Est. 74 e 128 livros, Est. 74; Incarnação. 46 livros, Est. 75; Cabido da Sé, 23 maços e 44 livros, Est. 74».

Entre os livros da Alfandega, a que acima se faz referencia, contam-se os da antiga Provedoria, que estava adjunta àquela casa fiscal e nela exercia superintendência até o ano de 1775, em que foi extinta. Os diplomas emanados do poder central, referentes á arrecadação de certas contribuições e impostos, criação de lugares e nomeações dos que deviam exercê-los, construção e reparação dos edifícios, remodelação de varios serviços públicos, etc., etc., eram dirigidos á Provedoria da Real Fazenda, que arquivava e registava êsses diplomas e em parte lhes dava execução, sendo por isso os respectivos livros de registo de grande interesse e valor para a historia da nossa terra. Reconhece-se a importancia dêsses documentos com a leitura do «Index da antiga Provedoria da Real Fazenda...». volumoso in-folio existente nesta cidade, que foi há anos parcialmente publicado no *Heraldo da Madeira*, em que se faz uma relação sumária metodicamente exposta, dos diplomas registados em vinte e quatro volumes, que abrangem o largo período decorrido de 1566 a 1775. Esse índice deveria ser novamente reproduzido em qualquer jornal ou revista, pois que a primeira impressão saiu eivada de muitas gralhas tipográficas, aproveitando-se essa oportunidade para acompanhar a nova publicação com pequenas notas elucidativas do texto.

Com respeito aos livros pertencentes ao arquivo do Cabido da Sé do Funchal, a que acima também fizemos referencia, foi-nos facultada uma longa e interessante relação da maior parte dêsses livros, actualmente guardados na Tôrre do Tombo, que pela sua demasiada extensão não reproduzimos neste lugar. No

entretanto, mencionaremos os seguintes códices, por terem pertencido a um arquivo, que o ilustre anotador das Saudades classificou de rico: «Ano de 1525 e seguintes—Livro I.^º dos acordãos e resoluções do cabido da Sé; 1538 e 1553 e seg.—Livro que trata da estada na Madeira do bispo visitado D. Ambrosio, enviado pelo arcebispo do Funchal D. Martinho e algumas medidas tomadas por este metropolita; 1586 e seg.—Livro do Tombo; 1587 e seg. —Livro das Visitações; 1572—Livro do Compromisso; 1590—Livro do inventário da prata e ornamentos; 1568—Livro da Receita e Despeza da Fábrica, etc.» Devem ser valiosos estes documentos apontados na mesma relação: «Século XV em diante escritos em pergaminho e papel relativos às igrejas das ilhas da Madeira e Porto Santo e bem assim à Sé Catedral do Funchal, Maços desde o n.^º 1 a 23..

Pelo que deixamos dito e pelas transcrições que ficam feitas, vê-se que não seria muito difícil reunir uma soma considerável de elementos para a organização dumha relação ou catalogo dos documentos que interessam à Madeira, aproveitando-se para isso os inventários e índices já existentes, além das outras investigações a que conviria proceder oportunamente.

Haverá sessenta anos que o madeirense Roberto Augusto da Costa Campos, distinto funcionário da Torre do Tombo, visitou os arquivos de algumas repartições publicas do Funchal, fazendo a recolha, posteriormente autorizado, de uns centenares de volumes, para serem encorporados no Arquivo Nacional, onde actualmente se encontram, aguardando alguns pacientes investigadores, que tornem conhecidos esses valiosos códices dos que tenham necessidade de os consultar.

Madeira na Universidade de Coimbra (A). O infante D. Henrique, por carta de 22 de Setembro de 1460, fêz doação à Universidade de Coimbra de «doze marcos de prata», que deveriam ser pagos pelos dízimos que a Ordem de Cristo cobrava no arquipélago da Madeira e que especialmente se destinavam ao lente de «prima» da facultade de teologia, encontrando-se o respectivo diploma transcrito a páginas 39 e seg. da «Memoria da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra» pelo dr. Mota Veiga. No testamento do Infante, vem consignada uma verba em que diz: «ordeno que o lente da cadeira de prima aja em cada ano para sempre doze marcos de prata por a primeira renda dos dízimos que a Ordem de Cristo ha na Ilha da Madeira.»

O distinto sacerdote micaelense Fr. António do Presépio, falecido no ano de 1931, extraiu do arquivo da

Universidade de Coimbra os nomes de todos os madeirenses e açoreanos, que frequentaram aquele estabelecimento de ensino superior no largo período decorrido de 1578 a 1730. Com esses nomes organizou alfabeticamente uma longa e interessante relação, que não só contém apreciáveis elementos para a biografia de muitos filhos ilustres das Ilhas Adjacentes como também nos fornece uma valiosa informação acerca do número relativamente avultado de estudantes naturais dos Açores e Madeira, que naquela época cursaram a Universidade de Coimbra. Compõe-se essa relação de 589 nomes, pertencendo 276 à Madeira, 149 à Ilha de S. Miguel, 108 à Terceira, 24 ao Faial, e os restantes 32 às outras ilhas açoreanas. Vê-se que proporcionalmente a população foi muito mais elevado o número de alunos madeirenses que frequentaram a Universidade, naquele período de tempo, do que os das diversas ilhas do arquipélago dos Açores.

Por ser demasiadamente extensa, não reproduzimos aqui essa relação de 276 nomes de estudantes, referente ao período de 157 anos, mas fizemo-la publicar nos vol. I e II do «Arquivo Histórico da Madeira» onde se encontra.

Vid. Doutores e Lentes.

Madeiras. O nome de Madeira dado a esta ilha pelos descobridores tira sua origem da rica e luxuriante vegetação que a cobria em toda a sua superfície. O abundante e gigantesco arvoredo, que tanta admiração excitou nos primeiros navegantes que aqui aportaram, estendia-se em floresta cerrada desde as orlas do oceano até os píncaros das mais elevadas montanhas. O povoamento e a colonização desta ilha impunham a necessidade imperiosa de destruir parcialmente esses bastos e impenetráveis matagais, que somente um incêndio poderia rapidamente reduzir às indispensáveis proporções e permitir uma imediata exploração agrícola. (V. Incêndio Nas Matas, vol. II, pág. 140).

Parece que a destruição causada pelo fogo foi muito além do que seria para desejar porque o historiador João de Barros afirmou por meados do século XVI que «os presentes sentem bem este dano por a falta que teem de madeira e lenha, por que mais queimou aquele primeiro fogo do que então até agora podera decepar força de braço e machado». Esta asserção de Barros, deve referir-se, segundo nos parece, aos primeiros anos que se seguiram ao incêndio, porque os regimentos das madeiras desta ilha de 1515 e 1562 desmentem aquela afirmativa. A Madeira repovoou-se rapidamente de espécies florestais, e se o incêndio

lhe fez perder a primeira e nativa opulência do seu arvoredo, não pode duvidar-se de que a breve trecho se cobriu duma extensa e abundante vegetação. Há muitos factos que o comprovam.

O comercio e a exportação de madeiras foram uma consequência lógica da abundância das espécies arboreas que fartamente povoavam as montanhas. É de Gaspar Frutuoso o seguinte interessante trecho:— «E havia tanta quantidade de madeira tão fermeira e rija, que levavam para muitas partes copias de taboas, traves, mastros, que tudo se serrava com engenhos ou serras de agua, dos quais ainda hoje ha muitos da banda do norte da mesma ilha; e neste tempo, pela muita madeira que dahi levavam para o Reyno, se começara com ela a fazer navios de gavea e castello d'avante, porque dantes não os havia no Reyno, nem tinham para onde navegar, nem havia mais navios que caravellas do Algarve, e barineis em Lisboa e Porto».

Esta superabundância de madeiras determinou um notável progresso na arquitectura naval e na construção dos predios, segundo afirma o visconde de Santarém, citado por Pinheiro Chagas, como já vimos a paginas 141 deste volume do *Elucidário*.

Ainda acerca da abundância de arvores florestais e de algumas delas em especial, é interessante ler-se o seguinte trecho do historiador das ilhas: «toda esta ilha he fragosissima, e povoada de alto e fresco arvoredo; que, por ser tal, se perdem alguns caminhantes nos caminhos, e já acontece alguns nelle perdidos morrerem. E não sómente ha pelo meyo e lombo da terra grandes e levantadas serrarias, mas tambem grandes e altas funduras cobertas de matos, e grossos páos, e arvoredo de til, que, quando o cerrão, dentro do cerne he muito preto, e cheira mal. Deste pão se faz muito taboado para caixas de assucar, e soalhado de casas, e madres, e delle he a mayor parte da lenha que se queima nos engenhos. Tambem ha outro pão vermelho, que se chama vinhatego, de que se fazem as caixas para o serviço de casa, que são muito boas; mas as feitas delle para o mar são muito mais prezadas. Outros páos ha de aderno, de que se faz muita madeira para pipas para vinho e mel; mas para o mel são melhores que para o vinho, não porque a calidade da madeira o faça ruim, mas porque he muito rija e seca, e não revê tanto o mel nella, como o vinho, que o faz humedecer, e algumas vezes o deita pelo meyo do pão: o qual pão de aderno he tão rijo, que se fende á cunha. Ha tambem muitos folhados que crecem muito direitos e grossos, de que se faz a armação para as casas, e muitas vezes de hum só pão fazem tres e quatro pernas de asnas; mas não he tão rijo como o desta ilha de S. Miguel; he brando de cortar quasi como o cedro, e delle se fazem os temões para servirem na laboura. Ha outro pão, azevinho, muito rijo, de que se fazem os cabos de machado: mas não he branco, como o he o desta ilha. Tambem ha páos de louro, e nas faldras da serra, da banda do Sul, muita giesta, que

he mato baixo como urzes que dá flor amarella, de que gastão nos fornos, e della se colhe a verga, que esburgão como vimes, de que se fazem cestos brancos mui galantes e frescos para serviço de meza, e offerta de baptismos, e outras cousas, por serem muito alvos e limpos: e se vendem para muitas partes fóra da ilha e do Reyno de Portugal, porque se fazem muitas invenções de cestos mui polidos e custosos, armando-se ás vezes sobre hum, dez, e doze diversos, ficando todos juntos em huma peça só; e para se fazerem mais alvos do que a verga he de sua natureza, ainda que muito branca, os defumão com enxofre. E ha tambem muita madeira de barbuzano, de que pela mayor parte fazem os tanchões para as latadas, por ser pão muito rijo e durar muito no chão. E não faltão muitas urzes, de que se faz o carvão para os ferreiros e fogareiros».

O nome que tem a freguesia da Serra de Agua e os varios outros sitios e lugares que conservam igual denominação, dão-nos a conhecer que existiam dispersos nesta ilha muitos engenhos de serragem movidos a agua ou simplesmente serras de agua, como se encontra escrito em diversos documentos antigos e ainda nalguns diplomas legislativos.

O abundante arvoredo e os abusos que se cometiam no seu aproveitamento determinaram a promulgação de varias medidas legislativas no sentido de acautelar a destruição da riqueza florestal que cobria as serras desta ilha. O mais notável desses diplomas é o Regimento das Madeiras, de 27 de Agosto de 1562, que ocupa oito paginas duma das notas das Saudades. Dele diz o dr. Alvaro de Azevedo que é um documento importante para a historia agrícola da Madeira, constituindo a sua peculiar legislação florestal ainda agora em grande parte vigente, e é fonte de posturas municipais em todos os concelhos desta ilha.

A flora lenhosa madeirense contém ainda hoje algumas essências que fornecem madeiras de aplicação muito vantajosa na marcenaria. Da madeira do vinhatico e til, esta negra e aquela avermelhada, fabricam-se lindos móveis, tendo a primeira grande semelhança com a do mogno; da do cedro, clara, leve e aromática, excelentes caixas que, em regra, não são invadidas pelas traças; e das do maçaroco, fustete, seixo, piorno, pau branco, azevinho, tintureira, etc., fazem-se embutidos de variadas cores para mesas, caixas, estojos e outras pequenas obras. As madeiras da faia, barbuzano, loureiro, aderno, folhado, urze, ginjeira brava, sanguinho, mocano, etc., também têm ou podem ter aplicação em varios trabalhos, mas é geralmente muito limitado o seu emprêgo na marcenaria por serem agora quasi tôdas muito raras.

A este assunto prestam informações apreciáveis os artigos deste Elucidário intitulados *Arborização, Incêndios, Regimen Florestal e Serviços Florestais*.

Madeirense (o). Apareceram oitenta e sete números deste jornal, o primeiro a 30 de Janeiro de 1847 e o ultimo a 30 de Janeiro de 1849.

Com o mesmo titulo, publicou-se outro jornal na Madeira, de que saíram setenta e sete números, o primeiro a 27 de Abril de 1918 e o ultimo a 23 de Janeiro de 1919.

Madeirenses em Angola. Apesar da sua grande importância, não possuímos notícia pormenorizada acerca da colónia constituída por madeirenses no Lubango e planalto da Huíla e por isso nos limitamos a transcrever as interessantes informações que nos dá o dr. Leandro de Mendonça, filho da Madeira, no discurso que proferiu em Sá da Bandeira nos fins do ano de 1940, ao inaugurar-se ali um padrão comemorativo da chegada dos primeiros madeirenses aquelas terras africanas. Depois de fazer o mais elevado elogio dos filhos desta ilha pela sua morigeração de costumes, amor ao trabalho e notáveis aptidões para a colonização, disse o seguinte:

«Os primeiros madeirenses destinados à colonização do planalto da Huíla, em número de 222 indivíduos dos dois sexos, deixaram o Funchal a bordo do navio de guerra «India», a 13 de Outubro de 1884 e chegaram a Mossamedes a 18 de Novembro desse mesmo ano. Como a deficiência dos meios de transporte não permitisse a vinda de todos os colonos ao mesmo tempo para o Planalto, foram estes divididos em dois grupos. O primeiro chegou ao lugar dos Barracões no dia 25 de Dezembro de 1884 e o segundo a 18 de Janeiro do ano seguinte, conforme se diz nos Relatórios do Director da Colónia, D. José da Camara Leme. A 19 de Janeiro dêste mesmo ano, foi oficialmente instalada a Colónia. Passados seis meses, chegaram mais 349 colonos, que embarcaram no Funchal no vapor de guerra «Africa». Dêstes 349 emigrantes, 44 reuniram-se a umas famílias da Humpata, e deslocando-se para o vale de Chimpumpunhime, aí fundaram a Colónia de S. Pedro da Chibia. Durante dois anos, enquanto não se completou a instalação destas duas colónias, cessou a corrente de emigrantes, para recomeçar em 1888, ano em que se fixaram na Huila mais 10 colonos. Nos anos seguintes, em 1889 e 1890, vieram mais 704 emigrantes, perfazendo 1.281 madeirenses.

É a este punhado de emigrantes, pouco mais de mil, entre homens, mulheres e crianças, que

voluntariamente deixaram a Madeira, que se deve a transformação da mata virgem, que era antigamente o Lubango, na ubérrima e progressiva cidade de Sá da Bandeira».

Madeirenses no Brasil. Já no artigo *Emigração* (1-391), nos referimos ao avultado numero de emigrantes que nos séculos XVI e XVII saíram desta ilha para o Brasil, sendo ocasião de recordar o que em muitos lugares se lê acerca da plantação da cana sacarina naquele país, ao afirmar-se que foram madeirenses os que para ali levaram as primeiras plantas e também primeiramente iniciaram a cultura desse rico vegetal, que depois tão largamente se generalizou e veio a constituir um dos grandes elementos de prosperidade da nascente colónia.

Também se afirma que foi o Governador do Brasil, Martim Afonso de Sousa, que solicitou a ida desses madeirenses e promoveu, por meio deles, o começo da plantação da cana sacarina.

As crises que afigiram a Madeira em diversas épocas determinaram a ida de grandes levas de emigrantes, sendo interessante estas informações fornecidas por uma das anotações das «Saudades da Terra»: «Em 1676, a decadência tinha neste arquipélago chegado a ponto que a emigração para o Brasil, até então mero expediente ou especulação de particulares, passou a ser promovida como providencia governativa: nesse ano foi expedida uma carta régia e outra em 1747, ambas registadas no arquivo da Câmara do Funchal, determinando a primeira que, a expensas do estado, fossem transportadas para o Brasil trezentos até quatrocentos casais, e a segunda, recomendando ao capitão-general que dispensasse ajuda e favor a essa emigração.»

É sabido que, particularmente no período das guerras da Restauração, em que naquele país tão brilhante e heroicamente se notabilizou a acção do madeirense João Fernandes Vieira (vid. a pág. 18 do vol. II), se deu uma grande emigração de madeirenses para o Brasil, favorecida pelo ilustre restaurador de Pernambuco, e que um numero avultado de filhos da nossa terra altamente se distinguiram ao lado do seu ilustre conterraneo, encontrando-se os nomes de muitos deles mencionados nas crónicas da época e em diversos artigos e nobiliários e de alguns dos quais deixaremos registados os seus actos de bravura no artigo Varões Ilustres.

Não somente nesse período de pugnas militares, mas ainda posteriormente e em vários ramos da actividade

humana, foram muitos os madeirenses que sobremaneira honraram o torrão natal pelo seu amor ao trabalho, pela sua inteligência e pela sua iniciativa, chegando alguns a criar foros de cidadãos beneméritos e merecendo as mais elogiosas referencias das pessoas mais qualificadas daquele país.

Com respeito ao século XIX, desejamos aqui fazer rapida menção dos madeirenses D. Mateus de Abreu Pereira, e D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, bispos de São Paulo, doutores Francisco Justino Gonçalves de Andrade e João Jacinto Gonçalves de Andrade, lentes da Universidade da mesma cidade, dr. Patricio Moniz, grande orador sagrado, Caetano Alberto Soares, distinto Jurisconsulto, general Joaquim de Oliveira Alvares, padre João Antonio de Lessa, deputado, João da Silva Caldeira, professor de química, Francisco João Rossio, engenheiro militar, além de outros, dos quais deixámos algumas notas biográficas dispersas nas páginas desta obra.

É sabido que uma das mais notaveis obras realizadas pelos portugueses em terras brasileiras foi a criação do «Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro», que fundou uma rica e copiosa biblioteca, cujo catálogo, em grande parte impresso, se compõe de alguns volumes. Foi um dos mais activos e prestimosos iniciadores dessa fundação o madeirense Francisco Eduardo Alves Viana, negociante na cidade do Rio de Janeiro.

Madeirite. Vid. Hiperstenite.

Madre de Deus (*Capelas da*). É um pequeno templo de típica edificação manuelina, que por isso oferece particular interesse aos que o visitam e em especial por alguns detalhes da sua construção e que fica na freguesia do Caniço, no sítio a que deu aquele nome. É uma construção do século XVI e afirma-se que foi fundado por uma família Salvago, que ali teve terras de sesmaria. Nela se celebram ainda os actos do culto e pertence (1921) aos herdeiros de João Maurício de Gouveia.

Existe com a mesma invocação uma capela na freguesia da Tabua, mais conhecida pelo nome de Mãe de Deus. Ignoramos o ano da sua construção, mas sabemos que por meado do século XVIII foi totalmente destruída pela violência da corrente da ribeira que lhe ficava próxima. Foi reconstruída por 1767 na outra margem da ribeira, em sitio mais seguro, sendo vistoriada a 9 de Dezembro do mesmo ano, para o efeito da

celebração dos ofícios divinos. Um breve pontifício de 22 de Maio de 1781 concede indulgência plenária aos que visitarem esta capela no primeiro domingo de Maio.

Inacio Uzadamor do Rêgo e sua mulher fizeram construir em 1705 na freguesia do Estreito de Camara de Lobos, uma capela dedicada a Nossa Senhora da Madre de Deus e ao taumaturgo S. Antonio, sendo de 5 de Dezembro daquele ano a licença para ser benzida.

Madre de Deus (Frei Francisco da). Professou na Ordem Seráfica em 1613 e foi guardião do convento franciscano da vila de Santa Cruz. Alguns o dão como madeirense, mas não há certeza de ter nascido nesta ilha. Foi um homem de vasta erudição, tendo escrito um livro místico, que é notável pela beleza da linguagem. (Vid. *Bib. Lusit.* II-165).

Madre de Louro. Fitocecidea que aparece com frequência nos troncos dos velhos loureiros. Pode atingir 20 centímetros de comprido e é produzida pelo *Exobasidium Lauri*, fungo da família das Teleforaceas. Associada à aguardente, constitui um hemostatico muito usado na Madeira, sendo também empregada como hemenagogo.

Madre-Silva. Nome vulgar da *Lonicera etrusca*, originaria da região mediterrânea, e da *L. confusa*, originaria da China e do Japão, plantas comuns na Madeira e pertencentes à família das Caprifoliaceas. A primeira destas plantas está perfeitamente naturalizada na ilha; a segunda, só aparece nos jardins. A *L. longiflora* é uma madre-silva de flores grandes, cultivada nalguns jardins do Funchal.

Madureira. Um dos primeiros povoadores da Madeira foi Manuel Madureira da Maia, que morou em Gaula. João Rodrigues Madureira foi um esforçado cavaleiro madeirense que combateu em África nos princípios do século XVI.

Magalhães (Dr. José Alfredo Mendes de). Este conhecido político, lente da Escola Médica do Porto e antigo ministro e deputado, foi mandado à Madeira como alto comissário da República, por ocasião da epidemia cólerica que grassou neste arquipélago de Outubro de 1910 a Fevereiro de 1911.

Embora incumbido especialmente de tratar de assuntos relativos à saúde pública, o Dr. Magalhães levou mais longe a sua acção como delegado do Governo, tendo conseguido por meio das medidas enérgicas que pôs em prática, restabelecer a ordem pública, que se achava um tanto alterada nesta ilha desde a implantação do governo republicano. A sua proclamação de 27 de Dezembro, em que comunicava aos madeirenses o propósito firme em que estava de fazer punir em processo sumário e com o maior rigor, aqueles que tentassem alterar a ordem, foi recebida com gerais aplausos, e a prisão dum sargento apontado como um dos principais causadores do desassossego que reinava na Madeira, acabou por tranquilizar os ânimos dos que receavam que as novas instituições só trouxessem a anarquia à ilha.

O sargento a que nos referimos e que chegou a desempenhar um papel importante no Funchal nos primeiros tempos da República, esteve preso e incomunicável na fortaleza de, S. Tiago, donde saiu para Lisboa, sendo aí demitido do exército em virtude do seu mau comportamento militar.

O dr. Magalhães fez uma conferência pública no Teatro do dr. Manuel de Arriaga, que agradou bastante, e interessou-se pela criação dum Asilo Infantil de Artes e Ofícios.

Em retribuição dos serviços prestados pelo Dr. Alfredo de Magalhães, outorgou-lhe a Comissão Administrativa da Câmara Municipal o diploma de cidadão benemérito do Funchal, tendo-lhe sido entregue o mesmo diploma no salão nobre dos Paços do Concelho, no dia 25 de Fevereiro de 1911.

V. Cólera Mórbus em 1856 e 1910 e Junta Agrícola.

Magnolia (*Magnolia grandiflora*). Árvore da América do Norte, muito cultivada nas quintas e jardins do Funchal. Floresce em Maio e Junho.

Os madeirenses também dão o nome de magnolia ao *Osmanthus fragrans*, arbusto da familia das Oleaceas originario do Japão e que produz pequenas flores brancas e odoriferas.

A carocha dos jardins da Camacha e doutras localidades pertence ao genero Magnolia e á familia das Magnoliaceas, sendo muito apreciada por causa do seu aroma.

Major (Richard Henry). Escritor inglês contemporaneo, que morreu em Londres no mês de Junho de 1901. Era membro da Real Sociedade de Geografia e encarregado da repartição dos mapas e cartas no Museu Britânico. Tornou-se muito conhecida no nosso país a obra que publicou em 1868 com o título *The Life of Prince Henry of Portugal*, que é um verdadeiro padrão levantado à memoria do infante D. Henrique e que constitui também uma insuspeita homenagem prestada á odisseia marítima realizada pelos portugueses no decurso do seculo XV. Henrique Major considera como verdade histórica a lenda de Machim, refutando triunfantemente o dr. Alvaro de Azevedo as afirmativas do escritor inglês e dedicando a êste assunto algumas das mais interessantes paginas das eruditas anotações das *Saudades da Terra*. A irrefutável argumentação do dr. Rodrigues de Azevedo deixou o caso de Machim reduzido ás proporções duma encantadora e poetica lenda, que não tem o mais leve vislumbre de fundamento histórico. Major publicou um outro trabalho com o título *The Discoveries of Prince Henry the Navigator and their results* (Londres 1877), tendo a sua primeira obra sido traduzida na lingua portuguesa, por José Antonio Ferreira Brandão.

Malacologia. V. Albers, Andrew, Caracóis, Castelo de Paiva, Cefalópodos, Conchas, Girard, Lowe, Nobre, Polvo, Pota, Watson, Wollaston e Cockerel, êste ultimo nome no Suplemento.

Malcolm Burr. E.: (*The Orthoptera of Madeira* (*The Entomologist's Record*, vol. XXIV, nº. 2)). Este trabalho assinala vinte e nove ortópteros madeirenses.

Malfurada. Nome vulgar de varias espécies do genero *Hypericum* e da *Globularia salicina*. Esta ultima

espécie pertence à família das Globulariaceas, e é um arbusto de folhas inteiras, glabras e lanceoladas, e de corolas brancas ou azuis e brancas. É frequente na Madeira.

V. Hipericão.

Malheiro. Em princípios do século XVI, vivia na Madeira um Bartolomeu Malheiro, que cedeu um terreno para a construção dum novo hospital (V. *Saudades*, pág. 645), mas a actual família Malheiro, de que é representante no Funchal o dr. José Maria Malheiro (1921), ilustrado auditor administrativo do distrito, procede de Paulo Malheiro de Melo, natural de Viana do Castelo e que se estabeleceu nesta ilha no século XVIII. No primeiro quartel do século XIX. havia no Funchal a casa comercial de Paulo Malheiro de Melo & Filhos, sendo a família Malheiro considerada como de origem nobre.

Malheiro de Melo (Patrício). Nasceu no Funchal a 17 de Março de 1791 e faleceu na freguesia do Caniço a 18 de Maio de 1942. Tomou parte activa no movimento de 28 de Janeiro de 1821, de que resultou ser proclamada a Constituição na Madeira, e foi membro da primeira Câmara Constitucional do Funchal e cônsul da Prússia. Pronunciado pela alçada que veio à Madeira em 1828, não chegou a ser preso por se ter ausentado para o estrangeiro, donde só regressou depois de restabelecido o governo constitucional no país.

Malmequer. Nome vulgar do *Chrysanthemum segetum*. Composta frequente na Madeira e Pôrto Santo.

Malpica. V. Amor de burro.

Malva. Os madeirenses conhecem por este nome tanto as espécies do género *Pelargonium*, cultivadas nos jardins, como as espécies dos géneros *Lavatera* e *Malva*, espontâneas ou subespontâneas no

arquipelago. o *Pelargonium inquinans* é a mais comum das Geraniaceas introduzidas nos jardins; a *Lavatera cretica*, a *Malva silvestris* e a *M. parviflora* são as Malvaceas dominantes na Madeira. Tôdas estas Malvaceas são emolientes e empregam-se para combater as inflamações. A decocção das suas flores ou fôlhas usa-se em gargarejos, banhos, colirios, etc.. Os habitantes do Pôrto Santo fabricam cordas com as fibras que por meio de trituração conseguem extrair da *Lavatera arborea*, especie cultivada e naturalizada naquela ilha.

Mamíferos. Vid. o artigo *Fauna* e quem pretender possuir um mais largo conhecimento desta materia consulte o opúsculo *Mamíferos do Arquipelago da Madeira* da autoria do tenente-coronel Alberto Artur Sarmento.

Mancão (*Fulica atra*). Ave de arriabação da família Ralida, que aparece ás vezes na Madeira. É conhecida em Portugal pelos nomes de galeirão, franga real, nagera negra e galo.

Manchon (L.). E.: *A travers Madère, onze jours en hamac* (Paris, 1888).

Mandon (G.). Distinto botânico francês, muito conhecido pelas valiosíssimas colecções botânicas que organizou tanto no arquipélago da Madeira como na Bolívia. Esteve nesta ilha de 1865 a 1866, tendo as suas colecções servido de base a um trabalho de Cosson sobre a flora do arquipélago da Madeira.

V. Cosson.

Mangas (Manuel Júlio Tôrres). É filho do coronel Manuel Júlio Torres Mangas, que foi governador civil e comandante militar da Madeira por ocasião do movimento revolucionário que se deu nesta cidade na manhã de 29 de Abril de 1847, proclamando os princípios da Junta do Porto (V. *Junta*

Governativa). De Manuel Júlio Torres Mangas, filho, apenas sabemos o que nos diz Brito Aranha no vol. XVI do Diccionario Bibliographico. Nasceu no Funchal em 1835 e exerceu varios cargos publicos na metrópole e no ultramar. Foi jornalista e colaborou no *Jornal do Porto*, *Verdade*, *Ecco Popular*, *Nacional*, *Alemtejano* e *Jardim Literario*. Escreveu um opusculo intitulado Vida do Visconde de Almeida Garrett, principe dos poetas no século XIX.

Mangerona (*Majorana hortensis*). Labiada aromática, cultivada nalgumas hortas madeirenses, unicamente para servir como adubo nas cozinhas. É originaria da América do Norte e da Ásia media, e é conhecida também pelo nome de orégãos (V. este nome).

A Majorona paniculata, provavelmente simples variedade da M. Maiorca, também aparece nalgumas hortas distinguindo-se facilmente da M. hortensis em não ter o lábio inferior do calice muito pequeno ou nulo.

Mangin (General). o general Carlos Maria Manuel Mangin, um dos defensores de Verdun, chegou ao Funchal no cruzador Jules Michelet, a 26 de Novembro de 1921, pouco depois das 9 horas da manhã, tendo sido cumprimentado a bordo pelo Governador Civil e Comandante Militar, e desembarcando pouco depois das 10 horas e meia no cais da entrada da cidade, ao principio do qual se erguia um lindo arco de triunfo, feito de buxo, tendo do lado sul as palavras Viva a França, nas extremidades a bandeira nacional e ao centro um troféu formado de quatro bandeiras francesas e uma portuguesa.

Foi junto a este arco que o Governador Civil, Comandante Militar, Presidente da Câmara, oficialidade da guarnição e outras entidades oficiais receberam o General, conduzindo-o ao palácio de S. Lourenço, onde se demorou algum tempo, partindo todos em seguida para a Sé Catedral onde iam realizar-se exéquias solenes em homenagem aos marinheiros franceses mortos por ocasião do torpedeamento da canhoneira Surprise, no porto do Funchal.

Tanto junto do cais como à saída da fortaleza de S. Lourenço, foram prestadas honras militares ao general por uma força de infantaria n.º 27, sob o comando dum capitão.

Em homenagem ao general Mangin houve no dia 26 um jantar no palácio de S. Lourenço, oferecido pelo

Governador Civil, e no dia 27 um lanche no Terreiro da Luta, oferecido pelo Comandante Militar. o general fez varias digressões nos arredores do Funchal e visitou o Prelado Diocesano no dia 26, logo depois das exéquias. A bordo do cruzador Jules Michelet, realizou-se no dia 27 um jantar de gala oferecido pelo general e a que assistiram as autoridades e outras entidades oficiais.

O general encorporou-se no cortejo que acompanhou os restos mortais dos marinheiros da Surprise desde o cemitério das Angustias até o cais da Pontinha, tendo vindo ao Funchal para assistir a essa trasladação para bordo do cruzador Jules Michelet, que deixou o pôrto do Funchal, com destino á França no dia 28, pelas 7 horas e 30 minutos da noite.

V. Surprise.

Mangra dos Carvalhos. Manchas brancas que aparecem sobre as folhas dos carvalhos e são produzidas pelo *Oidium quercinum*, fungo da familia das Mucedinaceas. Foi observado pela primeira vez em 1909, nos carvalhos do Monte. A propagação da espécie tem sido feita provavelmente por meio de conídios transportados pelos ventos.

Mangra da Vinha. No dia 29 de Julho de 1853, chegou ao Funchal o agrónomo João de Andrade Corvo, que depois foi um dos nossos mais distintos escritores e estadistas. Vinha comissionado pelo Governo central para estudar detidamente a doença que atacara os vinhedos desta ilha e propor as providencias que mais eficazmente pudessem debelar as calamidades que então nos assolavam.

As nossas vinhas tinham sido atacadas pelo *Oidium Tuckeri*, a que o povo dera o nome de mangra. Havia poucos anos que essa doença aparecera na Europa e parece que pela primeira vez se constatou a sua existência num jardim de Inglaterra no ano de 1845. Suspeitou-se que o seu aparecimento na Madeira datasse de 1851, mas no ano de 1852 é que a doença se propagou e começou a produzir os seus terríveis estragos. Em Fevereiro de 1851, esteve no Funchal um súbdito francês e, entre a colecção de plantas que vendeu nesta cidade, encontravam-se algumas variedades de vinha, colhidas em França em localidades já invadidas pela doença. Supõe um distinto agrónomo que esta tivesse sido a causa da invasão do *Oidium*

Tuckeri neste arquipélago.

Para nos dar uma ideia aproximada da violência da moléstia e das suas desgraçadas consequências bastará dizer que a média da produção dos vinhos nos anos de 1849, 1850 e 1851 foi de cinquenta mil hectolitros e que no primeiro ano da invasão geral da mangra, em 1852, foi de oito mil, tendo em 1853 baixado a três mil e em 1854 apenas a seiscentos hectolitros. A diferença de 1851 para 1854 é aproximadamente de 80 para 1.

Foi enorme a crise económica produzida em todo o distrito. Não era próspero o estado da ilha, que nessa época contava apenas com a remuneradora cultura da vinha. A cana sacarina cultivava-se em pequena escala. A banana e outras frutas, e também as hortaliças não chegavam para a exportação. As indústrias da manteiga e dos bordados existiam em estado rudimentar e só mais tarde atingiram o desenvolvimento que hoje têm entre nós.

A crise que sucedeu à doença dos vinhedos foi das mais graves que têm assolado este arquipélago. Uma das consequências dela foi a emigração, que em alguns anos atingiu proporções assustadoras. A fome estabeleceu arraiais entre nós, com todo o seu cortejo de horrores.

Para acudir a tantos males, mandou o Governo central proceder à construção e reparos de várias estradas, empregando-se assim alguns centenares de braços, que não tinham ocupação. O Governador Civil do distrito, por alvará de 22 de Novembro de 1852, nomeou uma grande comissão encarregada de promover nalguns países estrangeiros uma subscrição e a aquisição de donativos, chegando a distribuir socorros no valor de trinta e sete contos e empregando durante seis meses cerca de trezentos homens em cada dia na estrada que liga o Funchal com a vila de Camara de Lobos.

João de Andrade Corvo demorou-se dois meses na Madeira e publicou em 1854 uma interessante memória acerca dos estudos a que procedera neste arquipélago e que é um trabalho que ainda hoje merece ser lido pelos estudiosos.

A mangra existe ainda nas vinhas do arquipélago e de há muito que se usa do enxofre para combatê-la. Forma manchas a princípio brancas e depois acinzentadas, que aparecem nas folhas, nos pampanos e nos cachos da videira, e são produzidas pelo micélio e esporos (conídios) do fungo. O micélio vive à superfície dos órgãos verdes da vinha e emite para dentro deles pequenos sugadores, por meio dos quais se nutre.

V. Cinzeiro

Mangueira (*Mangifera indica*). Pequena árvore da família das Anacardíaceas muito cultivada na zona inferior da Madeira. É originaria da Índia, e os seus frutos grandes e amarelos ou avermelhados, são dos melhores que a Madeira produz. As mangas aparecem desde Agosto até Outubro.

Manhã de Pascoa. Nome vulgar madeirense da *Euphorbia pulcherrima*, planta lenhosa da família das Euforbiáceas, originária do México. As folhas florais são grandes e vermelhas nesta eufórbia.

Manicas. As cavalas enquanto novas recebem esta denominação.

V. Cavala.

Manicómios. No arquivo da Câmara desta cidade encontramos uma referência ao pedido feito pelo senado funchalense no ano de 1493 para a construção dum Tronco, nome com que então se designava a casa destinada à detenção dos alienados. Julgamos que este pedido não obteve deferimento favorável por parte do Governo da Metrópole ou do grão-mestrado da Ordem de Cristo, e ignoramos onde por ventura ficaria o local em que seriam recolhidos os infelizes atacados de alienação mental, nomeadamente os pobres e miseráveis, se é que teria existido uma casa com aplicação especial a esse humanitário fim.

O Regimento do Hospital Civil desta cidade, elaborado no ano de 1816, que para a época era um excelente trabalho e que é em extremo minucioso, descendo por vezes a detalhes e pormenores desnecessários, não faz referência alguma à hospitalização ou detenção dos loucos, o que nos leva a supor que eles não seriam então ali recolhidos. O mesmo acontece com o Regimento de 1834. No Regulamento de 1844 é que pela primeira vez encontramos a determinação expressa de haver «alguns quartos seguros para loucos, os quais devem ser separados das outras enfermarias...». Até à construção do Manicómio Camara Pestana, eram os

pobres loucos internados numas dependências do hospital, tornando-se proverbial entre nós a deshumanidade com que eram tratados pelos enfermeiros e serviços do mesmo hospital.

O conselheiro José Silvestre Ribeiro que, na administração superior deste distrito, procurou acudir a todas as necessidades públicas, oficiou à Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia, ponderando as razões que aconselhavam a construção dum edifício apropriado à hospitalização dos alienados e prometendo todo o seu apoio à realização desse importante melhoramento. Sucedeu com o estabelecimento dum manicómio o que semelhantemente se deu com a remoção da antiga cadeia, com a construção do cais, do molhe da Pontinha, do teatro e mercado de frutas e hortaliças, matérias forçadas da imprensa local, especialmente em épocas eleitorais ou quando a escassez de assunto levava o jornalista a ferver mais uma vez o chá do Tolentino.

O que, porém, durante muito tempo constituiu um importante melhoramento a realizar, passou a ser a satisfação duma imperiosa e impreterível necessidade. A percentagem dos indivíduos atacados de alienação mental foi-se tornando assustadora, sobretudo pelos motivos que deixámos sumariamente expostos no artigo Junta Agrícola, ao nos referirmos à necessidade de reprimir o alcoolismo com a mais apertada restrição da produção de aguardente. A imprensa tornou mais intensa a sua propaganda á vista da fundamentada recusa da admissão dos alienados no nosso hospital, á repugnante aglomeração desses desgraçados nos infectos calabouços do comissariado de polícia e ao avultado numero deles que vagueavam por essas ruas e estradas, despertando-se então no público um entrânho sentimento de compaixão por aquelas misérias humanas e ao mesmo tempo uma geral indignação pelo criminoso abandono a que os poderes públicos votavam os alienados pobres e desprovidos dos indispensáveis recursos para o seu internamento em casas de saúde apropriadas. A Madeira contribuía para a hospitalização oficial dos alienados, mas no manicómio de Rilhafoles recusava-se a admissão de doentes enviados desta ilha, devido certamente á falta das necessárias acomodações. Um distinto medico alienista que esteve de passagem nesta cidade, verberando energicamente a desoladora situação dos pobres loucos, veio pôr em mais saliente relevo a necessidade da fundação dum estabelecimento hospitalar destinado a albergar os indivíduos privados da luz da razão.

Organizou-se então uma comissão, com o fim de levar á prática essa tão altruísta como humanitária ideia, que desde logo iniciou os seus trabalhos, sendo estes coroados do mais completo êxito. Foi o dr. António Jardim de Oliveira um dos primeiros que entre nós sugeriu essa ideia e se tornou um dos seus mais

estrénuos defensores. A existência dum manicómio entre nós é hoje uma feliz realidade, e se este estabelecimento não corresponde inteiramente ao seu fim, sobretudo pela falta de mais amplas acomodações e de uma mais perfeita enfermagem, é sem dúvida uma casa de saúde que está prestando relevantíssimos serviços e que veio preencher uma das mais urgentes e imperiosas necessidades que se faziam sentir entre nós. (1921)

Morrendo o dr. Luís da Camara Pestana em Lisboa, no dia 15 de Novembro de 1899, logo surgiu nesta ilha e entre a colónia madeirense da capital a ideia de erguer-se no Funchal um monumento destinado a perpetuar a memoria do distinto bacteriologista e ilustre filho desta terra. Foi o Ateneu Comercial, agremiação que há muito deixou de existir, que entre nós tomou a iniciativa de realizar aquela ideia, delegando nos seus membros honorarios visconde de Caongo, Luis de Freitas Branco, Henrique Vieira de Castro, António Rodrigues Leitão e Nicásio de Azevedo Ramos plenos poderes para que a homenagem a prestar ao abalizado homem de sciencia se traduzisse sem demora numa merecida e palpável realidade.

Constituídos aqueles cavalheiros em comissão, de que o primeiro foi o presidente e o ultimo o secretario, apresentou o visconde de Caongo o alvitre da fundação dum estabelecimento destinado à hospitalização de alienados, que seria também o monumento a erigir ao dr. Camara Pestana e que teria o nome deste nosso ilustre conterraneo. A esta comissão foi agregada outra, que nesta cidade se organizara com o fim de angariar donativos para os inundados dos Açores e que era composta do dr. António Jardim de Oliveira, conde de Ribeiro Real dr. João Augusto Teixeira e conego Manuel Correia de Figueiredo, comissão que tinha em seu poder cerca de dois contos, passando esta importância a servir de núcleo ou fundo da comissão do Manicomio Camara Pestana.

Trabalhou esta comissão com todo o zelo e ardor, mas os madeirenses não souberam corresponder aos diligentes esforços empregados obtendo-se apenas, por subscrição publica, cerca de oito contos de réis, quantia mais que insuficiente para realizar a obra que se empreendera, não só quanto á construção do edifício e instalação do hospital, mas principalmente quanto ao regular funcionamento do estabelecimento, embora se tratasse do internamento dum reduzido numero de doentes.

Surgiram diversos alvitres com relação ao local em que deveria ser construído o edifício hospitalar, tendo especiais preferências a cerca do extinto convento da Incarnação, mas, apesar das diligencias empregadas, não se conseguiu do governo central a cedência dum tracto de terreno destinado àquela construção. Também foi lembrada a sua instalação numa parte do hospital dos Lazaros e igualmente se

pensou numa das dependencias do edificio da Misericordia, reconhecendo-se depois que esses recintos não se prestavam à regular acomodação dum manicómio, embora se procedesse ali ás indispensáveis e custosas obras de adaptação. Resolveu por fim a comissão, depois de ouvidos os pareceres das autoridades sanitárias, adquirir a quinta do Rochedo, situada na freguesia de São Gonçalo, efectivando-se a respectiva compra a 28 de Março de 1904, pela importância de cinco contos.

Pouco depois fez a comissão oferta do edifício, e de alguns donativos que conservava em seu poder, à Junta Geral do distrito, não somente pela impossibilidade em que se encontrava de acudir à sustentação do hospital, mas ainda porque àquela corporação administrativa cumpria manter a hospitalização dos alienados, em harmonia com o preceituado no decreto de 10 de Outubro de 1902. A Junta Geral aceitou e agradeceu a doação feita, sendo esta deliberação confirmada pelo governo central a 10 de Maio de 1904. Suscitararam-se duvidas e levantaram-se algumas dificuldades com relação á entrega do edifício da quinta do Rochedo, em virtude das cláusulas impostas pela comissão doadora, vindo a realizar-se a cedência definitiva no ano de 1907, mas tendo no entretanto a mesma Junta mantido o regular funcionamento do hospital.

No recinto da quinta Rochedo, fez a comissão fundadora construir um pavilhão para alojamento dos doentes e adaptou ao mesmo fim a casa de moradia da mesma quinta, tendo ali instalado o estabelecimento hospitalar que sustentou e manteve durante algum tempo.

A subscrição publica atingiu cerca de dez contos e quinhentos mil réis, incluindo nesta importância os juros que se acumularam, os dois contos da comissão dos inundados e um legado de mil e quinhentos escudos de D. Júlia Maria Torres da Costa. A estas quantias, deu a benemérita comissão o seguinte destino: compra da quinta e respectiva contribuição 5.656\$000, construção do primeiro pavilhão 3.393\$00, roupas e mobiliario 627\$00, e aquisição do busto do dr. Camara Pestana 402\$00.

A inauguração do novo estabelecimento hospitalar revestiu particular solenidade, sendo também nesta ocasião inaugurado o busto em bronze do nosso ilustre e malogrado patrício, em cuja base se lê a seguinte inscrição: Este Manicómio foi fundado por subscrição pública e é consagrado à memoria do illustre bacteriologista madeirense Dr. Luis da Camara Pestana.

A comissão que tomou a iniciativa da fundação deste hospital era composta do visconde de Caongo, dr. António Jardim de Oliveira, Henrique Vieira de Castro, Nicásio de Azevedo Ramos, conde do Ribeiro Real,

conego Manuel Correia de Figueiredo, dr. João Augusto Teixeira, M. Nascimento de Ornelas, Sabino Joaquim Rodrigues e António Rodrigues Leitão, mandando a justiça e a verdade dizer aqui que o visconde de Caongo, Henrique Vieira de Castro e Nicásio de Azevedo Ramos, respectivamente presidente, tesoureiro e secretario, foram os membros da mesma comissão que maior zélo e dedicação desenvolveram na realização de tão altruísta e humanitário pensamento.

Em 1908, comprou a Junta Geral uns terrenos adjacentes à quinta e pertencentes ao capitão Cândido Gomes, e neles fez edificar em 1913 um novo pavilhão, havendo o numero crescido de alienados levado a mesma corporação a construir um terceiro pavilhão no ano de 1915.

A inauguração do Manicomio realizou-se a 4 de Abril de 1906 e no mês de Maio seguinte foram os médicos - cirurgiões José Joaquim Mendes e João José Maria de Oliveira nomeados respectivamente director e enfermeiro-geral interinos do novo hospital. O seu actual director efectivo (1921) é o dr. João Francisco de Almada, que tomou posse do cargo no mês de Julho de 1907.

O Regulamento do Manicomio Camara Pestana foi elaborado por uma comissão delegada da Junta Geral e teve a plena aprovação da mesma Junta na sua sessão ordinária do mês de Novembro de 1906.

Em fins de Dezembro de 1919 e 1920, estavam ali internados respectivamente 54 e 54 alienados, sendo de 28:627\$00 a despesa feita com a sustentação dos doentes no ano de 1920.

Em 21 de Maio 1924, foram removidos para a casa de saúde do Trapiche, estabelecida em princípios do mesmo ano pelos beneméritos irmãos de S. João de Deus, 38 alienados do sexo masculino que se achavam no manicomio Camara Pestana, continuando neste estabelecimento os doentes do sexo feminino, cujo tratamento foi confiado a uma corporação religiosa.

Pelo que fica dito, vê-se que, a partir do ano de 1924, sofreram os serviços hospitalares de alienação mental uma notável transformação, não somente pelo facto de serem os doentes do sexo masculino instalados na Casa de Saúde do Trapiche e ficar o edifício do Manicomio Câmara Pestana unicamente reservado aos enfermos do sexo feminino, mas ainda pela grande melhoria no tratamento dos internados, que se tornou verdadeiramente modelar em ambas as instalações, não receando confrontos com os estabelecimentos similares que se encontram no nosso país.

Do livro «Paróquia de Santo António da Ilha da Madeira», vão extractar-se algumas páginas acerca da historia e funcionamento da Casa de Saúde de São João de Deus» estabelecida no sitio do Trapiche.

A ideia do estabelecimento dum hospital para alienados, nas casas do Trapiche, é anterior á fundação do Manicomio Camara Pestana. Essa concepção partiu do bispo diocesano D. Manuel Agostinho Barreto, que empregou os mais diligentes e aturados esforços para a sua realização, conseguindo que a proprietária fizesse a cedência da quinta destinada aquele fim e insistindo junto dos irmãos de São João de Deus para que estes tomassem a direcção do Manicomio a fundar. As suas diligencias não foram então coroadas de bom êxito, tendo surgido graves dificuldades que não puderam ser vencidas. Convém ficar bem acentuado que desejou ardenteamente, e nesse sentido trabalhou com a maior dedicação e entusiasmo, dotar este arquipélago com um hospital modelar de alienados, sendo êste mais um titulo de gloria a ennobrecer as suas eminentes qualidades de benemérito e apostólico prelado.

Criou-se o Manicómio Câmara Pestana no ano de 1906 e D. Manuel Barreto continuou a julgar necessária a fundação do Trapiche, prevendo que num futuro próximo se tornaria absolutamente indispensável mais essa instituição hospitalar. Por essa época e talvez ainda antes dela, alguns irmãos de São João de Deus, que por mais duma vez tinham vindo á Madeira fazer peditórios para as obras de hospitalização que mantinham no Continente, reconheceram quanto seria util e frutuosa a sua acção nesta ilha, atendendo ao numero considerável de doentes, que precisavam de ser internados nas condições exigidas pela sciencia e de harmonia com os preceitos da verdadeira caridade cristã.

Por 1920, pensou-se na entrega da direcção do Manicomio Camara Pestana aos irmãos de São João de Deus, levantando-se então uma grande celeuma na imprensa e nas sessões da Junta Geral. No entanto, vai tomado corpo a antiga ideia da fundação do hospital no Trapiche. Presta-lhe o seu mais incondicional apoio o prelado diocesano sr. D. António Manuel Pereira Ribeiro, e a dedicação e o desinteresse do dr. João Francisco de Almada, conjugados com os bem orientados esforços dalguns irmãos de São João de Deus, fazem o resto. A obra seria em breve uma palpável realidade.

Em princípios do mês de Junho de 1922, os irmãos de São João de Deus ocupam as casas da quinta do Trapiche. É uma instalação mais que rudimentar, em que as dificuldades surgem de todos os lados, pondo em grande prova o espirito de abnegação e sacrificio dos pobres irmãos. A coragem não lhes falta e logo recebem alguns poucos doentes, não alienados, desta freguesia. Estava iniciada a sua cruzada de bem fazer.

Os primeiros doentes privados da razão só foram ali internados em Outubro de 1923. o período decorrido entre aquelas duas datas foi especialmente consagrado a realizar alguns peditorios por vários pontos da ilha e à aquisição dos meios indispensáveis para a adaptação do edifício ao fim a que agora se destinava. Uma parte considerável da casa solarenga encontrava-se em estado adiantado de ruína, sendo além disso difícil a sua acomodação para nela se instalarem, em condições de segurança, indivíduos atacados de perturbações mentais. Tiveram por isso os irmãos que lutar com grandes trabalhos e sacrifícios, para preparar convenientemente o edifício e torná-lo apto para a recepção dos primeiros doentes. O seu numero foi aumentando e desde logo se reconheceu os assinalados e nunca excedidos serviços que a nova instituição vinha prestar.

Em Maio de 1924, agitou-se na Junta Geral a questão da transferência dos alienados do Manicómio Camara Pestana para a Casa de Saúde do Trapiche, pondo-se em saliente relevo, no seio daquela corporação, não somente a insuficiência da enfermagem, o acanhado das instalações e o tratamento brutal e deshumano prestado aos doentes, mas ainda os escândalos de toda a ordem, que se davam no interior daquela Bastilha, como então foi chamado á casa de alienados da Quinta do Rochedo. Impunha-se absolutamente a transferência dos doentes para o hospital do Trapiche. O principal paladino desta ideia foi o dr. Domingos Réis Costa, que, apoiado pelo presidente da Junta Geral dr Vasco Gonçalves Marques e por outros vogais, advogou com o maior entusiasmo, tanto nas sessões dêste corpo administrativo como na imprensa local, o imediato internamento dos doentes do Manicómio na Casa de Saúde dos Irmãos de São João de Deus. Esta transferência deu-se no dia 21 de Maio de 1924, tendo sido transferidos 38 alienados do sexo masculino da Quinta do Rochedo para a quinta do Trapiche. Estava realizada uma grande obra de humanidade.

A inauguração solene deste manicómio realizou-se no mês de Agosto de 1924 com a assistência do ilustre prelado diocesano, provincial da ordem de São João de Deus e de outras pessoas de representação social.

Para a manutenção legal da Casa de Saúde do Trapiche, constituiu-se uma agremiação, com os seus estatutos aprovados pela autoridade competente, denominada «Associação dos Irmãos de São João de Deus». Dela foi director, desde o inicio da fundação hospitalar até o ano de 1928, o membro da Corporação Manuel Maria Gonçalves, que, apesar da simplicidade do seu trato, desafectada modéstia e precária saúde, conseguiu orientar e levar a cabo aquela obra, que é uma instituição modelar da mais acendrada caridade para com os doentes e ao mesmo tempo um calvário das mais heróicas virtudes por parte dos seus beneméritos e inexcedíveis enfermeiros.

Despertou-se por toda a parte um vivo entusiasmo pelos relevantes serviços prestados pela nova casa de alienados. Vão aparecendo esmolas e donativos, que ali acorrem levados pelas chamadas romagens. Grupos muito numerosos de indivíduos de todas as idades, sexos e condições, formam grandes romarias, que vão depor os seus óbulos de dinheiro, de géneros alimentícios e de objectos de uso doméstico de toda a ordem nas mãos dos dirigentes. Essas romarias tiveram seu inicio nesta paroquia e aqui prosseguiram por largo tempo, sendo especialmente dignas de menção as dos sítios das Casas Próximas, Madalena, Preces, Três Paus e Boliqueime que constituíam extensos cortejos dum atraente pitoresco, em que o espírito de bem-fazer se casava admiravelmente com a mais interessante e tipica originalidade. Outras freguesias tomaram também a iniciativa de idênticas romarias, com proporções ainda mais aparatosas entre as quais sobressaíram as do Monte, São Roque, Câmara de Lobos e Estreito.

Dos muitos e importantes melhoramentos, realizados pelos irmãos de São João de Deus, é forçoso salientar a construção da estrada para automóveis, que pôs a casa do Trapiche em rápida e directa comunicação com o sitio do Boliqueime e portanto com a cidade, a ligação da mesma casa com a rede geral dos telefones, a canalização de águas e as obras preparatórias para a edificação de novos pavilhões, sem contar a adaptação dos antigos edifícios para a instalação do hospital, como já deixámos acima referido.

O movimento de doentes neste estabelecimento hospitalar, desde a sua fundação, tem sido o seguinte, referido a 31 de Dezembro de cada ano:

1923	em	31	de	Dezembro	existiam	2
1924	«	«	«	«	59	
1925	«	«	«	«	79	
1926	«	«	«	«	87	
1927	«	«	«	«	88	
1928	«	«	«	«	104	

Tem esta Casa de Saúde, como todas as suas similares, um serviço especial de culto, de que é director o capelão privativo do estabelecimento. Apesar da sua acção religiosa se destinar particularmente ao uso dos doentes e da comunidade que ali trabalha, têm os sacerdotes irmãos de São João de Deus tomado parte nos diversos actos do culto realizados nesta freguesia, sendo os mais excelentes e desinteressados auxiliares dos

respectivos párocos. Na sua capela administram prontamente os sacramentos aos fiéis que os procuram, atendem os enfermos nos seus domicílios com os socorros espirituais, acompanham os mortos à sua ultima jazida e prestam na Igreja Paroquial todos os serviços que lhe são solicitados. O primeiro capelão foi o padre José Maria Antunes, que ali serviu desde Fevereiro de 1923 a Julho de 1925. No mês de Agosto do mesmo ano, foi substituído pelo padre Lazaro Ribeiro, que é o actual capelão em serviço (1928).

A história desta modelar Casa de Saúde, desde a sua instalação até a actualidade, além do numero sempre crescente dos seus internados e dos melhoramentos materiais que ali se vão progressivamente introduzindo, consiste apenas nesta causa simplicissima, mas admiravelmente bela e também admiravelmente santa: sempre o mesmo espírito de coragem, de abnegação e de sacrifício por parte dos incansáveis enfermeiros, sempre o tratamento mais assíduo e mais carinhoso para com os doentes, sempre o mais desvelado cuidado pelo seu bem estar material, e isto, também sempre, sem uma fraqueza, sem um desfalecimento, sem um desanimo, apesar das dificuldades, dos contra tempos e das lutas que é preciso sustentar de quando em quando.

Os dados e informações, que ficam transcritos, não vão além do ano de 1928, mas são muito importantes e merecem especial registo os progressos realizados naquela casa de saúde, nos últimos anos decorridos, dos quais deixaremos aqui uma resumida notícia.

Além de outros melhoramentos, construíram-se dois grandes pavilhões para alojamento dos doentes, uma ampla capela, casa para residência do pessoal e uma vacaria.

Nos dois pavilhões, o de S. José para os doentes calmos e o de S. João de Deus para doentes agitados, há espaçosas salas de jantar, de recreio e de jogos, de banhos, dormitórios, quartos particulares, etc.. E tudo obedece á higiene e aos últimos dados da ciencia psiquiátrica.

Junto dos pavilhões, existem pátios para recreio dos doentes artisticamente ajardinados, cobertos de árvores da sombra; de onde se contempla um belo panorama sobre a cidade e grande parte dos seus arredores.

O tratamento dos doentes progride continuamente. Podem os madeirenses orgulhar-se de ter hoje uma Casa onde os nossas doentes mentais disfrutam juntamente com o carinho e a caridade cristã, das últimas exigências da Psiquiatria.

Quem alguma vez tenha visitado o velho Manicómio Câmara Pestana com o seu apertado regime de vigilância, medidas de repressão e isolamento, pasmará da vida desta Casa, outrora tida por impossível e irrealizável.

Muitos doentes vivem como se tivessem saúde. Já não passam uma vida de repressão durante vinte, trinta e mais anos. Muitos trabalham nas oficinas de sapataria, carpintaria, de cerralharia, nas diferentes construções e reparações dos edifícios, no cultivo da horta, no cuidado dos animais domésticos, como vacas, cabras, porcos, coelhos, galinhas. Eles é que fazem a limpeza nos refeitórios e dormitórios. O ajardinamento dos pátios e dos jardins do estabelecimento está ao seu cuidado. E tudo fica tão perfeito como se fosse feito por pessoas de excelente saúde.

Deste modo, os beneméritos irmãos de S. João de Deus conseguem distrair algumas centenas de homens que de outro modo seriam a causa do seu próprio mal-estar.

Além disso, o distinto médico psiquiatra Anibal Augusto Faria e o ilustre clínico dr. William Clode visitam três vezes semanalmente os doentes e empregam os últimos dados da ciência alienista como o electrochoque, etc.

A agremiação «Associação dos Irmãos de São João de Deus» instituída para a manutenção legal desta Casa de Saúde deixou de existir em 1940, porque foi concedida então personalidade jurídica à «Ordem Hospitalária de S. João de Deus» devido à Concordata feita entre a Santa Sé e Portugal, continuando a ser mantida pela Junta Geral deste Distrito.

O movimento hospitalar da «Casa de São João de Deus», do Trapiche, relativo ao número de doentes, nos últimos quinze anos, foi o seguinte:

1929	118
1930	122
1931	143
1932	152
1933	162

1934	167
1935	175
1936	168
1937	180
1938	186
1939	189
1940	194
1941	215
1942	238
1943	239

Estes dados dizem respeito ao numero exacto de doentes existentes no hospital no dia 31 de Dezembro de cada um dos anos referidos.

O serviço religioso, para uso privativo da comunidade e dos doentes, que o podiam e queriam aproveitar, fazia-se na antiga capela da quinta e passou a realizar-se nas dependências de um dos «pavilhões» até o ano de 1936, em que teve lugar a inauguração da nova igreja dedicada ao santo fundador da benemérita ordem hospitaleira de São João de Deus, que embora particularmente se destine ao fim acima indicado, presta aos moradores daquele lugar e dos sitios circunvizinhos os mais prestimosos serviços de toda a assistência religiosa.

Do período decorrido de 1906, ano da fundação do «Manicomio Camara Pestana» até 1924, ano em que ficou unicamente destinado ao tratamento dos doentes do sexo feminino, passando então todos os do sexo masculino para a Casa de Saúde do Trapiche, já foi dada desenvolvida notícia nas primeiras colunas d'este artigo acerca dos «Manicomios».

Passado um ano, isto é, a partir de 9 de Maio de 1925, foi o «Manicomio Camara Pestana», da freguesia de S. Gonçalo, entregue a direcção das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, que até ao presente têm ali exercido os seus penosos e arduos trabalhos hospitalares com o maior zelo, acendrada dedicação e a mais proficiente competência. Ao desempenho destes serviços, aplicamos, incondicionalmente o que acima deixamos dito acerca da maneira como eles têm decorrido na «Casa de São João de Deus» do Trapiche na freguesia de S. António.

O movimento da «Casa de Saúde Camara Pestana», exclusivamente destinado ao tratamento de indivíduos do sexo feminino, fica bem expresso, no numero de doentes ali existente, no dia 31 de Dezembro de cada um dos anos seguintes:

1926	64
1927	67
1928	77
1929	105
1930	117
1931	135
1932	153
1933	169
1934	183
1935	191
1936	201
1937	232
1938	249
1939	232
1940	260
1941	272
1942	283
1943	286

Manifestações de Regozijo. Além da musica e das iluminações, que são provavelmente de todos os tempos, por outras formas costumavam manifestar outrora os madeirenses o seu regozijo em dias de festas ou de feriado nacional. Refere Frutuoso que entre as festas que se realizaram no Funchal para comemorar o nascimento do príncipe D. João, filho de D. João III, se correram «muitos touros grandes e bravos», sendo o lugar das touradas um campo junto do adro da Sé, onde também se jogavam as canas e havia outros divertimentos.

Em 9 de Dezembro de 1761, resolveu a Câmara Municipal do Funchal realizar alguns festejos pela notícia do nascimento do príncipe, D. José, de harmonia com o que fora já deliberado em sessão de 29 de Outubro do mesmo ano, em vista de um ofício do Governador e Capitão General, tendo consistido os mesmos festejos no seguinte, segundo se lê no livro das actas das sessões da dita Camara: «Tres dias de luminarias publicas, com todas as invenções de fogos conducentes e percizos ao mesmo festejo, e nas tardes dos três dias que se andem assignar, na primeira haverá umas cavalladas, preparando-se o curro com asseio percizo e competente para a mesma função, e na segunda correr-se-há um pato, em cuja tarde haverão alguns carros de musica e outros festejos que enchem a mesma tarde; e na terceira tarde haverá uma representação de figuras a cavallo, em que representarão as quatro partes do mundo, e com elles a ilha da Madeira e todas as mais villas della, e alem d'este festejo haverá tambem argolinha».

O jogo ou divertimento da argolinha, em que o cavaleiro devia no rápido galope do seu cavalo enfiar com uma lança uma ou mais argolas colocadas no campo, era muito do agrado dos madeirenses, tendo tido lugar pela ultima vez no Funchal, há pouco mais de trinta anos.

Nos dias considerados de regozijo nacional, como eram os dos aniversários régios, havia nos tempos do absolutismo beija-mão no palácio de S. Lourenço, sendo para êste fim exposto sob um docel, numa das salas do mesmo palácio, o retrato do monarca reinante. A titulo de curiosidade, damos a seguir o texto dum aviso dirigido em 1815 aos vereadores da Câmara Municipal do Funchal, em vésperas do aniversario da rainha D. Maria I, para comparecerem na referida cerimonia:

«O Ill.^{mo} Dr. Juiz de Fora, Presidente, determina e avisa a V. S^a. que no domingo, 17 do corrente, logo depois do Te-Deum, se ache V. S^a. na sala das vereações, para d'allí sahir com os mais senhores vereadores em corpo formado da Camara ao palacio de S. Lourenço, onde o Ex.^{mo} Governador e Capitão General deste Estado dá um respeitavel beija-mão para celebrar o feliz anniversario da Serenissima Rainha Nossa Senhora».

Era costume noutras epochas as festas de carácter oficial durarem três dias, tendo havido, por exemplo, grandes iluminações no Funchal nos dias 4, 5 e 6 de Janeiro de 1803, por causa do nascimento dum infante; nos dias 10, 11 e 12 de Fevereiro de 1807, por idêntico motivo; nos dias 7, 8 e 9 de Julho de 1815, por causa duma solenidade religiosa em honra de S. Tiago Menor; nos dias 11, 12 e 13 de Outubro de 1823, por ter o

«rei de Espanha sido restituído à plenitude dos seus régios poderes»; em principios de 1826, por ter D. João VI tomado o titulo de imperador do Brasil e rei de Portugal; nos dias 6, 7 e 8 de Agosto do mesmo ano, pela proclamação da nova constituição; nos dias 12, 13 e 14 de Março de 1828, pela chegada de D. Miguel a Lisboa; nos dias 7, 8 e 9 de Fevereiro de 1829, pelas melhoras do mesmo principe; e nos dias 11, 12 e 13 de Dezembro de 1834 por causa do casamento da rainha D. Maria II com o principe Augusto, duque de Leuchtenberg. Quando casou D. Maria II, suspendeu-se por tres dias o luto nacional que fôra decretado pelo falecimento de D. Pedro, duque de Bragança:

O decreto de 19 de Novembro de 1825 determinou que nos tribunais e noutras repartições publicas se não fizesse uso de cera nas iluminações, mas sim de azeite, encerrando-se as luzes em lanternas colocadas na parte exterior das janelas, tendo sido nos festejos que se realizaram no Funchal por haver D. João VI tomado o titulo de imperador e rei, que a Câmara Municipal se serviu pela primeira vez nos Paços do Concelho do sistema de iluminação recomendado naquele diploma.

Os festejos que tiveram lugar no Funchal no dia 28 de Janeiro de 1822 para comemorar o primeiro aniversário da proclamação da Constituição revestiram uma desusada imponência, segundo se vê da descrição que deles fez o n.º 62 do Patriota Funchalense, e muitos outros houve que seriam dignos também de menção, se nos propusessemos dar uma noticia de todas as manifestações de regozijo a que encontramos referencias nos jornais e documentos antigos que compulsámos.

A falta de comparência das chamadas pessoas da governança nas ceremonias religiosas ou profanas destinadas a solenizar os aniversários regios, era, nos tempos do absolutismo, punida com prisão na cadeia publica ou numa fortaleza, sendo esta também a pena em que incorriam aquelas que sem motivo justificado, deixavam de acompanhar a procissão de Corpus Christi. Os fidalgos e demais pessoas de categoria da cidade deviam, em dias de gala, iluminar os seus predios e associar-se a outras demonstrações de regozijo de carácter oficial que era uso fazerem-se.

Nos artigos Festas do Espírito Santo, Jogo de Canas, Natal, Procissões, Rambles in Madeira, Romarias, etc , encontrarão os leitores outros esclarecimentos com respeito a festas, distracções e manifestações de regozijo dos madeirenses, quasi todas sem carácter oficial. Para concluir esta noticia, acrescentaremos apenas que o costume de festejar com tiros, foguetes e outros fogos de artificio a transição do ano velho para o novo, na noite de 31 de Dezembro para 1 de Janeiro, não é muito antigo, e que somente principiou a generalizar-se há

45 para 50 anos (1921), tendo sido o falecido negociante João José Rodrigues Leitão quem, segundo se afirma, o estabeleceu na Madeira pelos anos de 1860 a 1865.

Manilha. A medição das aguas fazia-se outrora por manilhas, anéis e penas, contando cada manilha 16 anéis e cada anel oito penas.

A manilha, segundo se lê num ofício datado de 8 de Novembro de 1849 e publicado no vol. II da *Epocha Administrativa*, era «um orifício com um palmo de circunferencia.»

A manilha é uma medida pouco usada hoje, mas as aguas potáveis continuam a ser vendidas às penas, meias penas e quartos de pena, como na época em que não estava em vigor o sistema métrico decimal.

V. Pena de água.

Manjericão. Labiada aromática e pertencente ao género *Ocimum*, muito cultivada, principalmente em vasos, no Funchal e nos campos.

Manso (D. Manuel Martins). Foi D. Manuel Martins Manso o 24º bispo do Funchal, tendo estado á frente da administração desta diocese desde 16 de Novembro de 1850 a 13 de Junho de 1858.

Nasceu no concelho de Mogadouro a 21 de Novembro de 1793 e morreu na cidade da Guarda a 1 de Dezembro de 1878.

No ano de 1819, concluiu a sua formatura em canones na Universidade de Coimbra e ordenou-se de presbítero em 1822, tendo sido em 1824 nomeado vigário geral de Bragança, onde por varias vezes foi vigário capitular governador da diocese.

Apresentado bispo do Funchal a 18 de Abril de 1849, foi confirmado pela Santa Sé a 28 de Maio de 1850,

recebendo a sagração episcopal a 8 de Outubro do mesmo ano.

Referindo-se a este prelado, diz o dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo: oculto e virtuoso, o bispo Martins Manso foi o Bom pastor na diocese do Funchal e da mesma maneira procedeu na da Guarda, para onde foi transferido em 1858». Durante os oito anos que presidiu aos destinos da igreja funchalense, mostrou-se sempre muito zeloso no cumprimento das suas funções episcopais, deixando entre nós as mais honrosas tradições. Ainda hoje são lembradas a prudência, mansidão e espírito evangélico com que dirigiu os negócios deste bispado, captando a mais geral simpatia, pelo que foi muito sentida a sua partida para a diocese da Guarda.

Manta (*Buteo vulgaris*). Ave da família Falconida, que se encontra principalmente na região alta da Madeira e que constrói os seus ninhos nas rochas, sobre os loureiros, etc..

Arrebata pequenas aves e é hoje menos frequente do que outrora, por ser muito perseguida pelos caçadores. Os seus ovos são manchados.

Mantegazza (Paulo). Há poucos anos e posteriormente a 1905, publicou-se em Lisboa uma tradução, feita por Henrique Braga, da obra do ilustre escritor e psicólogo italiano Paulo Mantegazza, intitulada *Uma pagina de Amor (Um dia na Madeira)*, que é no seu conjunto um trabalho de pura ficção, mas que encerra algumas interessantes páginas sobre a Madeira, que merecem ser lidas, especialmente pela beleza da linguagem e pela originalidade do seu entrecho. A tradução é feita sobre a 24.^a edição italiana, sendo, das obras que contêm referências a este arquipélago, aquela que logrou maior número de edições, devido exclusivamente ao nome laureado do autor e à passional acção amorosa que se desenvolve no decurso de toda a obra. Fecha o livro com uma pequena notícia sobre a Madeira e um capítulo com uma resenha de várias obras que se ocupam desta ilha. Uma e outra oferecem algum interesse, apesar das inexactidões que contêm.

Manteiga. Vid. Industria de Lacticínios a pág. 149.

Manuel de Castro (Rampa e ponte de D.). Deu o nome a esta via publica D. Manuel de Portugal e Castro, que foi Governador e Capitão General deste arquipélago de 1823 a 1825. Mandou construir a ponte e alargou uma estreita rampa que ali existia. Fica entre o extremo sul da rua Direita e a rua 5 de Outubro, em frente da travessa dos Açougues, que comunica com a rua dos Tanoeiros.

Manz (Gustavo). E.: *Madeira, Ruck-und Ausblicke von einer Frühjahrsreise (Westermanns Illustrierte Deutsche Monatshefte Braunschweig, 1906)*.

Mãozinhas de Nossa Senhora. V. Alecrim de Nossa Senhora.

Maracotão. Fruto de um damasqueiro cultivado na Madeira.

Maracujá. As Passifloraceas a que os madeirenses dão este nome são as seguintes: *Passiflora ligularis*, do Peru; *P. edulis*, do Brasil; *Tacsonia mollissima*, de Quito; *T. Van Wolxemii*, de Nova Granada; e *T. Parritae*, de Tolima. O género Passiflora distingue-se do genero Tassonia em ter o tubo do calice muito curto. A primeira especie (maracuja amarelo ou ingles) e a segunda (maracujá roxo) são as mais apreciadas na ilha. Diz-se que o sumo dos frutos da *P. edulis* é util no tratamento das molestias cancerosas.

Maravilhas (*Impatiens Balsamina*). Planta anual da familia das Balsaminaceas, originaria da India. É muito cultivada nos jardins da Madeira.

Maravilhas (Rua das). Fica entre a rua da Cabouqueira e o começo do caminho de Santo António,

terminando num pequeno largo que tem igualmente o nome de Maravilhas. Existia e existe ainda neste largo uma quinta chamada das Maravilhas, que tem este nome por nela ter sido edificada uma capela dedicada a Nossa Senhora das Maravilhas (V. este nome).

March (João Howard). No artigo Ingleses (pág. 164), fizemos já uma ligeira referencia a John Howard March, dizendo que pertencia a nacionalidade inglesa, sendo certo que ele nasceu nos Estados Unidos da América do Norte e era súbdito deste país. Foi um rico comerciante no Funchal, tendo algumas vezes exercido o cargo de consul americano. Notabilizou-se entre nós pelos actos de grande benemerencia que praticou, não somente socorrendo com extraordinária generosidade a pobreza desta terra e algumas das casas de caridade, mas contribuindo também liberalmente para a realização de vários melhoramentos públicos, sustentação de escolas, etc.. Apesar de professar a religião protestante, reedificou a igreja do Santo da Serra e o vasto adro que a circunda. Em 1828, emprestou o dinheiro preciso para o pagamento das tropas miguelistas que se haviam apoderado do Funchal, ao mesmo tempo que recolhia em sua casa muitos constitucionais afim de protegê-los contra as perseguições dos absolutistas, e por ocasião da crise da fome que assolou esta ilha nos anos de 1846 e 1847, prestou relevantes serviços e muito concorreu para o bom êxito das subscrições que neste arquipélago e no estrangeiro se abriram a favor dos pobres da Madeira.

Por ser republicano, não podia nessa época o governo português agraciá-lo com qualquer dos graus das ordens militares então existentes, e por isso mandou cunhar uma medalha de ouro especial, para galardoar os relevantes serviços prestados por aquele súbdito norte-americano.

Marés. A pág. 378 do 1º. vol. da obra «Ilhas de Zargo», encontram-se as seguintes informações, que tomamos a liberdade de transcrever textualmente:

«Sobre o movimento das correntes das marés da Madeira, foram-nos fornecidas amavelmente pela Missão Hidrográfica das Ilhas Adjacentes estas seguras notas:

Durante a enchente, as aguas vêm dos quadrantes do S., durante a vazante, do quadrante de N. E..

As aguas da enchente dividem-se na costa S. da Madeira, correndo para W. e para a partir da zona da Ponta do Sol à Ponta do Jardim do Mar. Desta Ponta até á Ponta do Pargo, as correntes marítimas desenvolvem-se geralmente de N. W. junto da costa.

As correntes respectivas têm direcções paralelas ou ligeiramente inclinadas para a costa, sendo por vezes bastante fortes ao largo (zona dos 500 ms. de fundo aproximadamente). Junto das pontas, tornam-se mais fortes dando lugar por vezes a encontro de aguas como se observam na Ponta do Pargo e principalmente na Ponta de S. Lourenço, onde as suas velocidades atingem cerca de 2 milhas em marés vivas.

As correntes de enchente fazem-se sentir principalmente na costa S., nas Pontas do Pargo e de S. Lourenço, e também na costa N.W., na Ponta do Tristão e junto do Ilhéu Mole (Porto do Moniz).

As aguas de vazante produzem fortes correntes para S.S.W. na Ponta de S. Lourenço, para W. na Ponta de S. Jorge e para S.W. no Ilhéu Mole e Ponta do Tristão. As águas correm quasi paralelamente à costa desde a Ponta de S. Jorge para o Ilhéu Mole, isto é na costa norte; na costa N.E. as correntes são nulas ou muito fracas, excepto nas profundidades da Ponta do Barlavento.

As correntes de vazante fazem-se sentir principalmente na costa N., sobretudo na Ponta de S. Lourenço e Ilhéu Mole onde atingem, em marés vivas, velocidades de 1,5 milhas.

Em marés mortas, as correntes são em geral nulas ou muito fracas. Sobre estas correntes exercem influencia os ventos predominantes e as situações barométricas do Atlântico Norte.

No Funchal, fazem-se sentir principalmente as correntes de enchente que têm direcções ligeiramente inclinadas para a costa (E.N.E.) e atingem, em marés vivas, velocidades de cerca de 1,2 milhas, a cerca de meia enchente. As correntes de vazante são em geral nulas ou muito fracas, correndo as aguas para E.N.E. e outras vezes para W.

No Porto do Moniz, fazem-se sentir em marés vivas tanto as correntes de enchente com as de vazante, mas principalmente durante a enchente produzem-se correntes de reversa e estoques de água no começo dentro do porto, correndo as águas mais direitas durante a vazante, à velocidade de 1 milha.

No Porto da Cruz, as correntes são em geral bastante fracas ou nulas.

Na Ilha do Porto Santo, as correntes marítimas atingem maiores velocidades nas marés vivas, correndo dos quadrantes S. durante a enchente, e do quadrante N.E. durante a vazante. Fazem-se sentir principalmente na Ponta S. do Ilhéu de Cima onde as águas correm para N.E., em marés vivas, com a velocidade de 1 milha durante a enchente, e com a de 1,5 durante a vazante. Na Ponta do Ilhéu de Baixo, durante a enchente, correm para W. ou E. com a velocidade de 1 milha, em marés vivas, durante a vazante.

As marés são muito regulares, havendo diariamente dois preamares e dois baixamares. Os valores das constantes harmónicas e não harmónicas são os dos quadros determinados pela Missão Hidrográfica das Ilhas Adjacentes. Pela comparação entre os valores dos estabelecimentos do porto se obtêm as diferenças entre as horas dos preamares e baixamares dos respectivos portos». Esses quadros vem insertos a pág. 380 e seg. das Ilhas de Zargo.

Desde 1939 que a «Junta Autonoma dos Portos do Arquipélago da Madeira» publica anualmente um interessante opusculo intitulado Tabela das Marés no Porto do Funchal, em que desde o dia 1 de Janeiro até 31 de Dezembro se indicam com precisão, em determinadas horas, as alturas dos preamares e baixa-marés, tomadas de manhã e à tarde dentro do pôrto do Funchal. Esses dados são precedidos das seguintes advertencias:

«Esta tabela foi calculada pela Missão Hidrológica das Ilhas Adjacentes, a partir dos registos de 1937, fornecidos pelo marégrafo da mesma Missão, instalado no Molhe da Pontinha. As alturas da tabela de marés são referidas ao plano do zero hidrográfico, que fica situado 1 m, 40 abaixo do nível médio oceânico (1937) e 4m,138 abaixo da marca do nível da Missão Hidrográfica das Ilhas Adjacentes existentes no bordo superior do poço do seu marégrafo. – As horas são de tempo legal do Funchal (tempo médio de Greenwich menos uma hora).

Os «elementos das marés» no porto do Funchal, ali indicados, são estes: unidade de altura 1.m06, amplitude máxima observada 2.m58, amplitude média deduzida 1.m53, amplitude mínima observada 0.m55, desigualdade diria máxima em altura, 0.m25, e o «estabelecimento do porto» a 0. h32.m.

O estabelecimento do pôrto, ou a hora da maré cheia das aguas vivas, é no Funchal, segundo a carta geográfica do general Antonio Pedro de Azevedo, às 12.h48m, sendo a elevação da maré de 2,m28».

Margaça. Nome vulgar da Anthemis mixta e da A. Cotula, plantas anuais pertencentes à familia das Compostas. A primeira encontra-se nas ruas do Funchal, no Rabaçal, na Ponta do Pargo, etc.; a segunda, na Ponta de S. Lourenço, no Porto Santo, etc..

Maria I (D.). Revestiram grande aparato as manifestações de sentimento pela morte da rainha de Portugal D. Maria I, tendo-se publicado a tal respeito, em Lisboa, um interessante opúsculo com o titulo de «Relação do que se praticou na Cidade do Funchal, da ilha da Madeira, no dia 17 de Dezembro de 1816, em que a Câmara fez celebrar as funebres ceremonias da Fracção dos Escudos e Reais Exequias pela alma da Sereníssima Rainha D. Maria I».

Maria Amélia (Princesa D.). A princesa D. Maria Amélia foi o único fruto do consórcio de D. Pedro IV com a imperatriz D. Amélia. Nasceu em Paris a 1 de Dezembro de 1831 e morreu no Funchal a 4 de Fevereiro de 1853. Recebeu uma aprimorada educação em Portugal e no estrangeiro, e só interrompeu os seus estudos quando em 1852 foi acometida pela doença que a vitimou. Falava diversas línguas e possuía uma considerável copia de conhecimentos, que causavam verdadeira admiração ás pessoas que com ela privavam. A uma viva inteligência e brilhantes dotes de espírito juntava a mais cativante bondade e os mais atraentes predicados de coração.

Tinha a princesa uma fraca compleição e foi nos jardins do Palácio das Necessidades que um resfriamento provocou os primeiros rebates da doença. Passada essa crise, aconselharam os médicos uma viagem à Madeira, que se realizou no mês de Agosto de 1852, como já ficou sumariamente narrado no artigo Amélia (Imperatriz D.) (vol. I, pag. 63), para onde remetemos o leitor.

A morte da princesa D. Maria Amélia nesta cidade determinou a criação do Hospício que tem o seu nome, fundado pela sua desolada mãe a imperatriz D. Amelia.

Para evitar-se escusadas repetições, leiam-se os artigos (Amélia Imperatriz D.), Hospício da Princesa D. Maria Amélia e Quinta Lambert, e quem quiser ter mais desenvolvida noticia da visita da imperatriz, morte da princesa e fundação do Hospício, consulte o opúsculo visita de sua magestade a imperatriz do Brasil,

viúva, duqueza de Bragança, à ilha da Madeira, e fundação do Hospício da Sereníssima Princesa D. Maria Amélia, escrito por Januário Justiniano de Nobrega e publicado no Funchal em 1867, por Julio da Silva Carvalho.

O escritor Mario de Almeida preparava em 1916 a publicação dum livro intitulado Lisboa antes da Regeneração, de que um Jornal de Lisboa publicou um excerto do capítulo que tinha por título *Princesa D. Maria Amélia – Os seus derradeiros momentos – O Paço das Angustias*, que é uma descrição interessante e sentida da estada da malograda princesa nesta ilha. Esse belo trecho de prosa foi transcrito no Diário da Madeira, de 15 de Setembro de 1916.

V. Maximiliano (Fernando José).

Maria da Fonte. Vid. *Junta Governativa da Madeira em 1847*, a pág. 202.

Marialva (Octávio). V. Santos (Octávio).

Marmeiro (*Cydonia oblonga*, subespecie *maliformis*). Arbusto da família das Rosaceas, subfamília das Pomoideas, originário, segundo parece, do sudoeste da Ásia. É cultivado na Madeira, onde os seus frutos são muito procurados para a preparação da marmelada. O sumo do marmelo é útil das diarreias, e a infusão das sementes pode ser usada contra a tosse.

Marmulano (*Sideroxylon Marmulano*). Arbusto da família das Sapotaceas, com suco leitoso, folhas obovadas ou obovado-oblongas, coriaceas, grandes, e flores muito pequenas dispostas em fascículos

axilares. Encontra-se no Pôrto do Moniz, na Ribeira da Janela, no Seixal, no Porto Santo, etc. Produz uma madeira amarelada e as suas fôlhas constituem uma boa forragem.

Marques (Dr. Vasco Gonçalves). Nasceu no Funchal a 29 de Agosto de 1877, sendo filho do dr. Joaquim Gonçalves Marques e de D. Maria Gonçalves Marques e é medico-cirurgião pela extinta Escola Médico-cirúrgica desta cidade, tendo concluído o respectivo curso em 1897. Foi por algum tempo facultativo no Seixal, passando depois para o Porto do Moniz, na qualidade de medico do partido da Câmara, e conservando-se naquela localidade até 1904, ano em que foi nomeado secretario da policia de emigração no Funchal, cargo que desempenhou até depois da implantação da Republica no nosso país.

Tendo-se filiado, sendo ainda bastante novo, no partido regenerador, prestou-lhe sempre os mais assinalados serviços, quer nas lutas eleitorais que nos tempos da monarquia se empenharam no concelho do Pôrto do Moniz, onde possuía grande influencia política, quer na imprensa do mesmo partido, e em especial no Direito, onde durante alguns anos escreveu inúmeros artigos, em que revelou apreciados dotes de jornalista.

Proclamada a Republica e dissolvidos os velhos partidos monárquicos, filiou-se o dr. Vasco Marques no partido democrático, que tinha por chefe o dr. Afonso Costa, continuando a revelar sob o novo régimen as suas altas faculdades mentais e a sua rija tempera de combatente. Redigiu o Liberal e o Democrata, e foi administrador do concelho do Funchal em 1912 e 1913, tendo depois da morte do Visconde da Ribeira Brava, sido eleito presidente da comissão distrital do referido partido. Em 1920, ingressou no partido republicano da Reconstituição Nacional, onde desempenha agora cargo idêntico ao que tinha ultimamente na comissão distrital do partido Republicano Português (1921).

Quatro vezes tem o dr. Vasco Marques sido eleito senador pela Madeira: em 13 de Junho de 1915, 11 de Maio de 1919, 10 de Julho de 1921 e 29 de Janeiro de 1922. No seio da representação nacional, tem proferido muitos discursos, advogando os interesses deste arquipélago.

Como presidente quer da Junta Geral, quer da comissão executiva desta corporação, muitos serviços tem prestado à sua terra, devendo-se-lhe o grande incremento tomado pela viação distrital nos últimos anos, a

aquisição do edifício da Incarnação, onde esteve instalado o Seminário Episcopal, e da casa que serve de asilo dos velhinhos, a construção dum novo pavilhão no manicómio Camara Pestana, etc., etc.. No plano de melhoramentos que êle e a comissão executiva da Junta Geral delinearam e pretendiam levar a efecto, vemos assinaladas a construção de varias estradas novas e as reparações de que carecem muitas das existentes, a captação de aguas para irrigação, a rearborização das serras da Madeira, a construção dum bairro moderno, etc., etc..

O dr. Vasco Marques prestou excelentes serviços no Porto Santo, por ocasião duma epidemia que se manifestou naquela ilha, e no Porto do Moniz, onde, como dissemos, esteve por largos anos, deixou imensas simpatias pela maneira como soube desempenhar as funções do seu cargo. Foi também durante alguns tempos professor de alemão no liceu do Funchal e em 4 de Outubro de 1897 alistou-se no corpo de oficiais medicos da reserva, tendo presentemente no exercito o posto de capitão miliciano (1921).

Marquês (Largo do). Também é conhecido pelo nome de Moinhos. Nas suas imediações ficavam varias azenhas, pertencentes aos marqueses de Castelo Melhor, que também deram o nome ao sitio, tendo sido demolidas no ano de 1898. V. Moinhos.

Marquês de Pombal. No dia 20 de Janeiro de 1776, celebraram-se com a maior pompa ceremonias religiosas na igreja do Colégio, em acção de graças por ter o marquês de Pombal escapado ao crime planeado pelo genovês João Baptista Pele, que foi justiçado em Lisboa. Pregou Frei Inácio José de Varona que, para agradar ao Marquês, representado na mesma ceremonia pelo seu parente o Governador Sá Pereira, deu a entender no seu discurso que os jesuítas não deviam ter sido estranhos ao referido crime.

As despesas com as festas religiosas correram por conta da Real Junta da Fazenda da Ilha da Madeira.

Marracho (Lamna cornubica). Esqualo da família Lamnida, que vive também nos mares de Setúbal, Buarcos e Sesimbra. Ataca o homem e destrói várias espécies úteis, sendo por isso perseguido pelos pescadores, sobretudo quando se aproxima da costa. Também é conhecido pelo nome de anequim.

É com o *bicheiro* (V. este nome) que os pescadores costumam apanhar os marrachos, matando-os depois á paulada ou por qualquer outro meio.

Marroios (*Marrubium vulgare*). Labiada vivaz, comum no Porto Santo. Tem sido achada também nas proximidades da capela da Piedade, na Ilha da Madeira, e nas três Desertas. As suas flores são brancas e as suas folhas ovado-suborbiculares, rugosas, acinzentadas ou esbranquiçadas. A infusão de marroios é usada como medicamento tónico, excitante e emenagogo.

Martins. Frutuoso faz referencia a Cristovão Martins de Grinão, por alcunha o Peru, e a Vasco Martins Moniz, homens nobres que viviam no Funchal no seculo XV, e diz o dr. Azevedo que houve um espanhol chamado Diogo Martins, a quem a rainha D. Catarina deu armas em 1560. Ao tempo em que os franceses saquearam o Funchal, residiam aqui Cristovão Martins e o escrivão da fazenda João Martins, e entre os indivíduos que assinaram o auto do voto em que S. Tiago Menor foi tomado por padroeiro da cidade, aparece Fernão Martins, que ignoramos se pertencia á nobreza da ilha.

Martins (Agostinho). Distinto musicista madeirense nascido em 1841 e falecido no Funchal a 9 de Abril de 1909. Foi discípulo do célebre violinista Agostinho Robio, quando contava apenas 10 anos de idade, vindo a ser mais tarde um musicista distintíssimo, que ostentava em conhecimentos e execução com os melhores violinistas nacionais e estrangeiros.

Foi o fundador da Academia Marcos Portugal, da Sociedade de Concertos Funchalense e da filarmónica Restauração de Portugal, e nos últimos anos da sua vida organizou o sexteto que tinha o seu nome e que conquistou entre nós uma distinta reputação.

Martins (Dr. Frederico dos Santos). É filho do abastado proprietário Manuel Martins, nasceu

nesta cidade a 1 de Novembro de 1869 e é bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. Há muitos anos que estabeleceu residência em Lisboa, onde exerce distintamente a advocacia. Representou a Madeira em cortes nas sessões legislativas de 1902-1904 1904 e 1906. Em vários opúsculos, tem publicado alguns dos seus trabalhos jurídicos na defesa de diversas causas civis e comerciais. É autor do notável trabalho «Direito Comercial Marítimo», de que apenas se publicou a primeira parte em um volume de 383 páginas, no ano de 1932.

Martins (Dr. João Augusto). Medico militar do quadro do Ultramar, já falecido. Era natural de Cabo Verde e tinha o curso da Escola Medica de Lisboa. E.: A Madeira e o seu clima, Lisboa, 1901, de 10 páginas e Madeira, Cabo Verde e Guiné, Lisboa, 1891, de 271 páginas. Esta ultima obra recomenda-se pela correção, elegância e graça espontânea com que se acha escrita.

Martins (Dr. Manuel Augusto). Nasceu nesta cidade a 1 de Março de 1867 e era bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra e um dos mais antigos advogados do Funchal. Por telegrama do Governo Provisório da Republica, de 5 de Outubro de 1910, foi nomeado Governador Civil da Madeira, tendo no dia imediato tomado posse deste cargo, que lhe foi conferido por um empregado do secretariado Governo Civil.

Por decreto de 17 de Fevereiro de 1919, foi de novo nomeado Governador Civil dêste distrito, assumindo o cargo a 19 do mesmo mês e ano e deixando-o em Maio seguinte, por ter sido eleito deputado por Evora.

Foi durante o primeiro período da sua administração, como Governador Civil do Funchal, que se manifestou nesta cidade a epidemia da colera-morbus, tendo então vindo à Madeira, como Alto Comissário e representante do Governo Central, o dr. José Alfredo Mendes de Magalhães (V. este nome).

Em Julho de 1921, foi eleito senador por este arquipélago.

Teve uma larga colaboração na imprensa local, nomeadamente no jornal *O Povo*, de que foi redactor principal durante alguns anos.

Faleceu no Funchal a 4 de Abril de 1936.

Mártires (Quarenta). Acerca da passagem pela Madeira dos quarenta religiosos da Companhia de Jesus, que no dia 15 de Julho de 1570 foram massacrados nas alturas do arquipélago das Canárias, veja-se o artigo Azevedo (Beato Inácio de) a páginas 110 do vol. I e o livro *Paróquia de Santo António na Ilha da Madeira*.

Martírio. Nome vulgar da *Passiflora caerulea*, especie da familia das Passifloraceas, oriunda da América do Norte e muito cultivada na Madeira.

Martius (C. Fred. Phil. de). Botânico alemão nascido em Erlangen, em 1794, e falecido em Munich, em 1868. Tendo feito parte da expedição scientifica organizada em 1817, pelos governos austriaco e bávaro para explorar o Brasil, visitou a Madeira nos fins do primeiro quartel do século XIX, mencionando nos seus trabalhos diversas especies botanicas encontradas tanto no Funchal, como em Nossa Senhora do Monte.

Mascarenhas (D. Filipe de Alarcão e). Sucedeu a Francisco da Costa Freire como Governador e Capitão-General deste arquipélago, tendo sido nomeado a 13 de Agosto de 1727 e havendo tomado posse a 27 de Setembro do mesmo ano.

Mascarenhas (D. Francisco de). A sua nomeação para Governador e Capitão General da Madeira data de 31 de Julho de 1665 e tomou posse do lugar a 28 de Novembro do mesmo ano. Teve grandes dificuldades durante o seu governo e a 18 de Setembro de 1668 rebentou uma sedição popular, que o depôs do seu cargo, o prendeu e depois o fêz embarcar violentamente, como mais largamente se verá no artigo Motins Populares. Foi substituído interinamente pelo morgado Aires de Ornelas e Vasconcelos.

Era filho do conde de Santa Cruz e tinha servido com valor na guerra da Restauração. Morreu a 25 de Fevereiro de 1699.

Mascarenhas (Manuel de Sousa). Foi nomeado Governador e Capitão-General da Madeira a 27 de Fevereiro de 1645 e tomou posse a 11 de Abril do mesmo ano. Foi preso pelo seu sucessor Manuel Lôbo da Silva, em virtude da ordem que trouxe do governo da metrópole, sendo Manuel de Sousa Mascarenhas acusado de ter praticado graves abusos no exercício do cargo de Governador deste arquipélago.

Mason (J. A.). Era doutor em medicina pela Universidade de Edimburgo, tendo começado, porém, os seus estudos médicos em Paris. Visitou a Madeira em 1834, por causa duma afecção pulmonar de que estava sofrendo, mas, como não alcançasse aqui as melhorias que esperava, mudou de clima, vindo a falecer em Nice no ano imediato, com 27 anos de idade. E.: *A Treatise on the Climate and Meteorology of Madeira*. Nesta obra, valiosa por muitas razões e que só em 1850 viu a luz da publicidade, pretendeu o seu autor provar que o clima do Funchal era mais úmido que o de Londres e suas proximidades!

Mason (Nathaniel Haslope). Botânico e comerciante inglês de objectos de historia natural que visitou a Madeira em 1857 e organizou aqui varias colecções de fanerogamicas, fetos, madeiras, conchas, coleopteros e coraliarios, que forneceu a diversos estabelecimentos científicos europeus.

Massapez. Solo argiloso e duro, frequente na região cultivada da Madeira. Quando não é irrigado com frequência, apresenta grandes fendas, o que não sucede noutros solos da ilha.

Masson (Francisco). Este botânico inglês chegou à Madeira em Maio de 1776, e no ano seguinte visitou os Açores, onde se conservou, segundo cremos, até Outubro de 1778. Depois de ter estado nas Índias Ocidentais, na Inglaterra e em Portugal, voltou á Madeira, de onde saíu finalmente em 1785.

Foi Masson quem primeiro fez explorações botânicas regulares no arquipélago da Madeira e tornou

conhecidas varias espécies peculiares desta parte do território português. Enviou por varias vezes a José Banks exemplares da flora do nosso arquipélago, tendo mandado também ao filho de Lineu algumas plantas que êste descreveu e publicou.

No Museu Britânico, estão muitas das plantas remetidas a José Banks, existindo também ali um manuscrito intitulado *Massonii Flora Maderensis*, que parece ser copia de outro que se extraviou, organizado por Francisco Masson.

Acerca da estada de Masson na Madeira e dos trabalhos botânicos que aqui se realizou, deve ler-se o artigo publicado no «Heraldo da Madeira», de 27 de Abril de 1915.

Mastruço. São conhecidos por êste nome na Madeira o *Lepidium virginicum*, o *L. sativum* e o *Cronopus didymus*, plantas da familia das Cruciferas, sendo as duas primeiras subespontaneas e a ultima indigena. O *Coronopus didymus* e o *Lepidium virginicum*, fáceis de reconhecer, êste pelos seus caules erectos, pelas suas fólias superiores dentadas, e pelas silículas suborbiculares, e aquêle pelas suas fólias muito recortadas e pelas suas silículas mais largas que compridas, reniformes, são muito comuns na Madeira, ao passo que o *L. sativum*, de silículas largamente aladas, só existe em S. Roque. Tôdas estas especies são antiscorbuticas e a última pode ser comida em salada. O suco das fólias do *Cronopus didymus* é usado externamente no tratamento de certas molestias de pele.

Matadouro Municipal. O antigo matadouro municipal foi construído em 1851, Junto do Mercado do Peixe (Praça de S. Pedro). Preenchia bem o fim a que era destinado e tinha agua em abundância para a sua limpeza.

Há uma deliberação camarária do ano de 1495, mandando os carniceiros matar e esfolar o gado no Cabo do Calhau, mas em 20 de Maio de 1791 resolveu a Câmara fazer um orçamento para a edificação dum matadouro junto à casa da Almotaceria, tendo pedido ao Real Erário em 1795 o empréstimo de 400\$000 réis para levar a efecto a mesma edificação. Em 9 de Setembro de 1825, foi o matadouro transferido por ordem da municipalidade para as proximidades da ribeira de Santa Luzia, ficando os almotacés autorizados

a punir «os magarefes e esfoladores» que matassem gado fora do novo local que lhes fôra assinalado.

Já em 1446, havia no Funchal açougue e casa para a venda de carnes, e vê-se do livro das vereações do ano de 1488 que a casa dos açouques ficava nessa época para os lados de Santa Catarina.

O matadouro de 1851 foi demolido e substituído pelo actual Matadouro Municipal, que data do ano de 1941, e se acha situado na margem direita da Ribeira de João Gomes, no prolongamento do antigo Beco do Cascalho, e é um moderno e amplo edifício, construído não somente com a vastidão necessária para a inteira execução de todos os serviços que lhe são peculiares, como ainda em obediência aos mais rigorosos preceitos da higiene.

Matas. As nossas principais matas são de loureiros, castanheiros e pinheiros. Os loureiros dominam nos vales do interior da Madeira; os castanheiros formam importantes soutos abaixo de 750 ou 800 metros; e os pinheiros, que sobem hoje até à altitude de 1200 metros, cobrem extensos tratos de terreno das vertentes meridional e setentrional, constituindo uma das mais importantes riquezas da ilha.

Os tis, os vinhaticos, as barbuzanos, os paus-brancos, os adernos, os folhados, os azevinhos e outras essencias indigenas tendem a desaparecer da arborização da Madeira, e as matas de urzes seculares que conhecemos há 30 ou 40 anos na região superior da ilha, há muito que foram destruidas pelos lenheiros e carvoeiros, sem que ninguém pensasse em pedir-lhes contas dos seus actos de vandalismo.

A Madeira, que na época do descobrimento constituía uma extensissima floresta a que foi necessário lançar fogo para se proceder ao arroteamento das terras, tem hoje muito reduzida a sua área arborizada por essências silvestres. Supomos que essa área não excede 15:000 hectares, o que bem pouco é numa terra accidentada como é a nossa, convindo portanto que se criem novos arvoredos, principalmente nas margens das ribeiras e nas vertentes dos montes centrais, para que as suas raízes sustentem as terras e as torrentes se não despenhem com violência, dando lugar a prejuízos incalculáveis. V. Arborização, Arvores e Arbustos, Baldios e Madeiras.

Matos. Este apelido de família começa em Luís Fernandes de Matos Coutinho, que passou á ilha da Madeira por 1580 e teve grande casa de comercio no Funchal, sendo neto de Pedro Vasques de Matos, que se dizia descendente dos reis de Leão.

Mau Olhado. Ainda hoje é crença vulgar não só nos campos, mas também no Funchal, que há indivíduos dotados do poder de causar doença por meio dos órgãos visuais. Se uma criança comece a emmagrecer sem causa conhecida, ou se o porco, a vaca, a ovelha ou a cabra adoecem sem ser de moléstia de fácil verificação, há sempre quem atribua esses males ao mau olhado, já que não é facil achar para eles melhor explicação. A arvore que dá bons frutos pode deixar de dá-los em virtude de mau olhado, e até os nossos alimentos não estão isentos dos sortilégios daqueles a quem o demónio concedeu o poder de fazer o mal, sem que a justiça lhes possa exigir responsabilidades.

Ninguém, segundo os crentes, pode fugir do mau olhado, mas curá-lo é coisa fácil, e nem mesmo se exige a presença do doente para que o tratamento dê bom resultado. Basta uma peça do vestuário da pessoa atacada, ou outro qualquer objecto que tocasse nesta, para que a curandeira proceda ao tratamento, com absoluta certeza de êxito.

Para verificar se uma pessoa está afectada de mau olhado, deita-se um pingo de azeite em agua; se o azeite alastrá, é porque há o mau olhado, se se conserva unido, é porque ele não existe.

Reconhecida a existência do mau olhado, repete-se a experiência tantas vezes quantas forem necessárias para se conseguir que o azeite não alastre ao cair na agua. Logo que se alcança este resultado, está o doente curado. O tratamento pode durar ás vezes oito dias, não devendo a agua que serve num dia, ser utilizada nas experiências imediatas.

A curandeira profere as palavras seguintes, de cada vez que procede ao tratamento: Eu te curo em nome de Deus e da Virgem Maria; se te deram (o mau olhado) no comer, ou no beber, ou no rir, ou no zombar, ou na tua formosura, ou no teu andar, quem te deu nunca mais te torne a dar, e saia deste corpo e vá para o mar.

A crença no mau olhado é uma das poucas abusões que o progresso e a civilização não conseguiram destruir

ainda entre nós. Tão arrraigada está ela no animo das pessoas simples dos nossos campos, que não há conselhos nem advertências que as façam reconhecer o que há de ridículo e burlesco nos meios de que se servem as curandeiras para anular os supostos malefícios causados por certas criaturas aos seus semelhantes.

Os chifres que se vêm frequentes vezes sobre os chiqueiros, são colocados aí pelos donos dos suinos para obstar a que estes sejam influenciados pelo mau olhado ou pelo ar mau! Nos barcos de pesca também se guardam por vezes algumas pontas de boi para que o mau olhado não afugente o peixe, especialmente o atum e espécies vizinhas.

Vid. Medicina Campestre.

Maurice. E.: *Découverte de l'ile de Madère* (*Musée des Familles*, vol. IV, 1836, pág. 90).

Maximiliano (Imperador do México). A 5 de Julho de 1852, chegou pela primeira vez à Madeira o príncipe Fernando Maximiliano, que depois foi imperador do México. A sua curta demora nesta ilha, ficou assinalada pela maneira generosa como contribuiu para a construção da Ponte Monumental e pela valiosa dádiva que fez ao Asilo da Mendicidade e Órfãos do Funchal.

Casou em 1857 com a princesa Maria Carlota, filha de Leopoldo I, rei da Bélgica, e chegou à Madeira, com sua esposa, a 6 de Dezembro de 1859, no vapor de guerra austríaco Elisabeth. O príncipe saiu desta ilha a 22 de Dezembro em viagem de estudo pela América do Sul, e a princesa passou o Inverno no Funchal, aguardando o regresso de seu marido, que foi a 5 de Março de 1860. No dia 12 do mesmo mês e ano, saíram os príncipes desta ilha em direcção à Áustria.

A 10 de Abril de 1864, aceitou o príncipe Fernando Maximiliano o encargo de ser imperador do México, e

como tal foi logo proclamado e reconhecido, tendo passado na Madeira, com sua esposa, em direcção aquele país, a 28 daquele mês e ano na fragata austriaca Novara, que ia acompanhada pela fragata francesa Themis. Foram prestadas aos imperadores as honras devidas á sua alta jerarquia, tendo a elas correspondido gentilmente os ilustres viajantes, convidando para um jantar a bordo da Novara o bispo diocesano D. Patricio Xavier de Moura, o Governador Civil conde de Farrobo, o conde de Carvalhal, o consul Carlo de Bianchi, o dr. Luiz Pita, etc..

Sabe-se o desgraçado fim que teve o infeliz imperador. Não podendo sufocar as revoluções que se sucediam no país e abandonado pelo governo francês, foi fuzilado a 16 de Junho de 1867. A imperatriz enlouqueceu e não tornou a recuperar o uso da razão.

Todos reconhecem hoje que o imperador Maximiliano foi vítima da mais atroz injustiça. Avesso por índole ás violências e a todas as medidas de excessivo rigor, sucumbiu talvez á falta de energia e de audacia de que o acusavam alguns dos seus mais fiéis partidários.

Era um espírito muito culto, tendo publicado alguns volumes, que foram traduzidos na língua francesa.

Parece que esteve projectado o enlace matrimonial do príncipe Maximiliano com a princesa D. Maria Amélia, filha de D. Pedro IV e da imperatriz D. Amélia, fundadora do hospício que tem o nome daquela princesa.

A bela estatua de Nossa Senhora das Dores, que encima o altar da capela do Hospício da Princesa D. Maria Amélia, foi oferta do Príncipe Fernando Maximiliano.

Maximiliano de Habsburgo. É irmão do falecido ex-imperador de Áustria e ex-rei da Hungria Carlos de Habsburgo, e chegou á Madeira a 17 de Abril de 1922, no vapor inglês Kenilworth Castle, indo hospedar-se no Monte, na casa de sua cunhada a ex-imperatriz Zita.

Saiu para Lisboa no vapor inglês Arcoma, a 26 de Abril de 1922, seguindo dali para Espanha.

Mayer (Carlos). Vid. Hartung (pag. 114).

Mécia (Casa de Dona). É conhecida pelo nome de «Casa de Dona Mécia» o antigo edifício do Funchal, situado na Rua dos Aranhas, a que já fizemos referência nesta obra (1-183), onde durante alguns anos funcionou a Escola de Habilitação ao Magistério e onde anteriormente esteve instalado o templo protestante da seita dos ritualistas. Não faltaram indivíduos que tivessem considerado essa casa como sede das trágicas aventuras que o distinto escritor madeirense João Augusto de Ornelas, fantasiosamente arquitectou no seu curioso romance *A mão de Sangue*, e que também houvessem prestado crédito à interessante narrativa de Camilo Castelo Branco, inserta no seu livro *O Santo da Montanha* (cap. XXV-XXXI), que encerra alguns proveitosos pormenores acerca da Madeira.

A «Casa de Dona Mécia», pela sua antiga e típica construção e certas características e particularidades que a distinguem foi no mês de Setembro de 1940, em virtude de portaria publicada no «Diário do Governo», incluída na lista dos monumentos nacionais e imóveis de interesse público, ficando portanto sob a acção directa da repartição pública que superintende nesses serviços.

A Casa de Dona Mécia foi classificada como «imóvel de interesse público».

Vid. Monumentos Nacionais.

Medalhas. Temos conhecimento das seguintes medalhas, destinadas a galardoar serviços prestados na Madeira ou a comemorar acontecimentos dignos de serem transmitidos à posteridade:

Medalha do Monumento Constitucional. Era de prata, foi feita por Severiano Alberto de Freitas Ferraz e tinha, segundo diz o n.º 62 do Patriota Funchalense, de 1 de Fevereiro de 1822, num dos lados «entre dois ramos de oliveira, os respeitáveis nomes dos 13 herois benemeritos da patria, e por baixo o seguinte: foi lançada a pedra fundamental deste monumento pelo governador D. Rodrigo António de Mello, a 28 de Janeiro de 1822. Do outro lado, tinha a seguinte inscrição: A Camara do Funchal annuindo aos votos dos

cidadãos desta província, conveiu em que se erigisse este monumento allusivo á regeneração politica da monarquia portuguesa, proclamada n'esta cidade a 28 de Janeiro de 1821. Em roda desta inscrição estavam gravados os memoraveis dias 24 de Agosto, 15 de Setembro e 1 de Outubro de 1820, e 26 de Janeiro, 26 de Fevereiro e 4 de Julho de 1821. Na serrilha da medalha estava gravado o seguinte: Viva a Constituição, viva a Religião e viva a dynastia da Casa de Bragança.»

A medalha do monumento constitucional foi, no dia 1 de Setembro de 1823, por ordem das autoridades absolutistas, amassada e depois pesada e vendida, dando o seu produto entrada no cofre do concelho.

Medalhas de Exposições. Refere o n.º 62 do Correio da Madeira que foram distribuídas 17 medalhas de prata pelos indivíduos que apresentaram os produtos mais dignos de apreço na exposição de Industria Madeirense que teve lugar nos dias 1 a 4 de Abril de 1850, e no n.º 102 do Funchalense se le que no dia 25 de Maio de 1861, teve lugar no palacio de S. Lourenço a distribuição de prémios aos expositores que se tornaram dignos deles na exposição realizada nos dias 20 a 23 de Abril no mesmo palácio, sendo conferidos 12 premios de primeira classe, 18 de segunda e 20 menções honrosas. Não vimos medalha alguma da exposição de 1850, mas vimos uma de segunda classe, da exposição de 1861, em que num dos lados se lê:, 1^a. Exposição da Sociedade Agricola do Funchal-1861», e no outro « Res non verba-Premio de 2^a. classe.» Esta medalha, que é de prata e tem o diametro de 40 milímetros, apresenta várias guarnições em relêvo e foi delineada e executada pelo falecido Vicente Gomes da Silva (V. este nome).

Medalha para galardoar os serviços de John March. V. March.

Medalha comemorativa da visita regia. Para comemorar a visita dos reis D. Carlos e D. Amelia ás Ilhas Adjacentes, foi cunhada em Lisboa uma medalha especial, de que chegaram poucos exemplares á Madeira. Tem numa das faces a efígie dos ex-monarcas.

Medalha comemorativa da defesa do Funchal. A lei n.º 1123, de 4 de Março de 1921, concedeu aos militares que durante a guerra prestaram serviços no Funchal, o direito a usar a medalha comemorativa das Campanhas do Exercito Português a que se refere o decreto nº. 5.086 de 3 de Janeiro de 1919, com a legenda «Funchal-Defesa Marítima 1916- 1918.»

Medeiros. Este apelido de família parece estar quasi extinto na Madeira. Procedia de Rui Vaz de Medeiros, um dos primeiros povoadores que vieram para esta ilha e que teve terras de sesmaria na Tábua.

Medicina Campestre. Os habitantes dos campos da Madeira possuem em geral um certo numero de conhecimentos médicos. Rara é a camponesa que não sabe medicamentar-se quando afectada de certos padecimentos uterinos, e rara é também aquela que não conhece um ou mais remédios de bom efeito no tratamento de várias moléstias ligeiras que atacam com frequência as crianças e adultos. Há curandeiras que sabem reduzir com perícia uma luxação, e mais duma pessoa culta tem tirado proveito dos conselhos e indicações dessas mulheres, quasi sempre analfabetas, a algumas das quais se não pode negar uma certa habilidade e experiência na arte de tratar um determinado numero de enfermidades.

Damos a seguir algumas informações sobre a maneira como certos padecimentos são tratados nos campos da Madeira, muito ficando por dizer sobre o assunto, que bem digno é de ser estudado por quem, pela especialidade de seus conhecimentos, esteja mais no caso do que nós, de ajuizar das vantagens ou desvantagens do emprego de determinados agentes medicinais.

Areias. A infusão de hipericão dá bom resultado no tratamento desta molestia, uma vez que o doente faça pouco uso de carnes, vinho e aguardente.

Asma. Para combater esta moléstia, usam dar aos doentes caldo de lesmas ou de excremento de pombos.

Bronquites, tosses e defluxos. Tratam-se por meio de mel de abelhas e das infusões quentes de hera terreste, salva, eucalipto, hissopo, marroios , verbasco, borragem , selvageira, sementes (frutos) de funcho e de coentro. Os sinapismos no peito, as fricções com aguardente e o escaldá-pés estão muito em uso nas bronquites intensas, ao passo que os simples defluxos passam as mais das vezes sem o emprêgo de

medicamentos.

O agrião com açúcar e aquecido no forno é muito usado para combater as tosses.

Chagas, feridas, tumores, erisipelas e outras inflamações. A tanchagem, a herva de Santa Maria, o amor de burro e a erva gigante aplicam-se cozidos ou pisados nas inflamações externas, e igual aplicação tem o meimendro, conhecido geralmente pelo nome de meioimento. O sangue extraído da crista dum galo cortada de fresco, dizem ser útil no tratamento das erisipelas, e também se diz que dá bom resultado a aplicação do tremoço moído sobre a parte do corpo onde existe a inflamação.

O suco do balsamo de canudo, o do inhame de lagartixa e o da formigueira, servem para curar as feridas, e as fricções com as folhas pisadas dos engos são aconselhadas nas lesões causadas por feridas ou pancadas. O unguento, denominado das Aires, útil em muitas inflamações, é confeccionado com azeite e folhas da erva de Santa Maria e de tanchagem, pisadas.

O cozimento de malvas, de chá bravo, de amoricos ou agrimonia, de sabugueiro (flores), de diabelha e de outras plantas, é muito usado em lavatorios, banhos, gargarejos, colirios, etc., e a infusão da macela, além de muito útil nas indisposições de estomago, é um medicamento eficaz nas inflamações de olhos. Os terços tratam-se aplicando sobre a parte inflamada o miolo de pão.

No tratamento dos panarícos, empregam os madeirenses os rebentos pisados de carvalho; e para facilitar a supuração dos fleimões, usam das cataplasmas de linhaça, de semilha, de banana e de cenoura.

Desmaios ou sincopes. Se provem de fraqueza ou de perturbações nas funções digestivas, é uso dar a cheirar ao doente o vinagre ou uma bota de individuo que cuide pouco da limpeza dos pés; se provém de causas mais graves, recorre-se aos sinapismos nas pernas e ao escaldar-pés, enquanto não chega o medico. No tempo em que havia sangradores na Madeira, praticava-se muitas vezes a sangria para fazer o doente voltar a si. Há curandeiras que sabem aplicar convenientemente as ventosas nos casos de apoplexia.

Diabetes. A infusão de folhas de jambeiro é aconselhada contra esta molestia, muito pouco frequente nos campos. Na cidade, tem sido empregada com bom resultado a infusão das fôlhas do eucalipto (V. êste nome).

Disenteria. Para tratá-la, administra-se ao doente o chá de canela e de alfavaca de cobra, a limonada de vinagre, o cozimento de arroz, etc., Um purgante faz em certos casos suspender as evacuações.

Epistaxe ou sangue pelo nariz. Cessa muitas vezes introduzindo na venta por onde sai o sangue uma pitada de sal fino, ou lavando o nariz com agua fria simples ou associada ao vinagre. A hemorragia também pode desaparecer fazendo levantar o braço correspondente à venta doente e deixando o dedo indicador na posição vertical.

Falta de ar. Combate-se com o chá de laranjeira ou de hortelã-pimenta, quando devida a padecimentos nervosos; e por meio das ventosas, quando proveniente de molestia nos orgãos respiratorios. (V. *Asma*).

Hemorroidas. Tratam-se por meio da infusão da alfavaca de cobra, usada interna e externamente, e dos semicupios frios ou quentes.

Impigens e outras molestias cutâneas. Os medicamentos usados para combater as molestias cutâneas são: internamente, as infusões de molarinha, de amor perfeito, de azeda, de urtiga viva, de teijeira, de bolsa de pastor e de fôlhas de nogueira; e, externamente, o petroleo, a agua do mar e os sucos um tanto causticos da celidonia e do trovisco. O uso do enxôfre sublimado vai-se generalizando, e para acalmar as comichões dartrosas dá excelente resultado a agua bem quente lançada sobre a parte do corpo afectada pela molestia.

A cinza e o cuspo são considerados uteis no tratamento das impigens, sendo uso fazer acompanhar a sua aplicação das palavras seguintes: Impigem rabicha, que vieste aqui buscar? Cuspo da boca e cinza do lar para te curar.

A farinha torrada e umedecida com oleo da forja, é empregada externamente nos eczemas na cara, a que

os madeirenses chamam cobro.

Ictericia. Trata-se pelo cozimento dos rizomas do morangueiro ou da grama, e chupando a cana sacarina.

Inflamações no figado. Tratam-se pelos purgantes e pelas cataplasmas de urgebão. A infusão desta planta e a dos marroios também são usadas com bom resultado nas moléstias do figado.

Molestias do estomago. A infusão de macela é o medicamento mais empregado para combater as colicas, indigestões e outros padecimentos estomacais. Nos enfartamentos, aplica-se às vezes a infusão de erva-cidreira, e nas dores do estomago, a infusão de hortelã-pimenta. Uma chicara de chá preto é suficiente nalguns casos para fazer desaparecer as perturbações das funções digestivas, provenientes da má qualidade ou da quantidade dos alimentos.

Um copo de agua bem quente, bebido quando o estomago está vazio, diz-se ser muito util nas dispepsias e dores de estomago, e as cataplasmas de linhaça são também úteis nestas dores, as quais podem também desaparecer com a simples aplicação de um pano de baeta convenientemente aquecido ou duma fatia de pão molhada em vinho quente.

Neuralgias. Tratam-se, aplicando um pano de baeta quente ou um sinapismo no lugar da dor. A cebola branca, assada nas brasas e aplicada bem quente, no lugar dorido dizem-nos que dá excelente resultado.

Padecimentos uterinos. Com aguardente madre de louro, canela, botões de arruda, erva doce e dois a três botões de cravo da India, prepara-se um medicamento muito usado internamente nos padecimentos uterinos. A infusão de acelgas, alfavaca e amor de burro também é usada para o mesmo fim, assim como a de losna e outras plantas emenagogas. O alecrim, a alfazema, a alfavaca, o amor de burro, o alecrim de Nossa Senhora, etc., são usados em banhos ou lavatorios, e com a arruda e a alfazema ou o rosmaninho pisados, um ovo batido e um pouco de farinha, faz-se um cataplasma que tem acção estimulante sobre o utero. Um meio calice de aguardente acalma as dores que acompanham muitas vezes a menstruação.

Queimaduras. Tratam-se por meio de uma clara de ovo, da urina fresca, da nata do leite e do azeite com

uma pitada de sal fino.

Raquítismo. As crianças que sofrem desta molestia são metidas em mosto dentro dos lagares em que se espremem as uvas.

Retenção de urinas e outras afecções nas vias urinarias. Os madeirenses combatem estas moléstias por meio dos banhos mornos, das cataplasmas de linhaça e das infusões de sempre-noiva, amor de burro, artemisa, grama, barba de milho, pedunculos de cereja, lentilha de agua, hipericão, pessegueiro inglês, etc..

Reumatismo. O enxôfre o petroleo aplicados externamente, a massagem, os sinapismos, as fricções com aguardente, vinho morno ou alcool canforado, as lavagens com cozimento de alecrim ou de trombeteira e os banhos de agua salgada, são de alguma vantagem no tratamento do reumatismo. Dizem-nos que algumas pessoas se tem curado desta molestia usando do petroleo aplicado com uma pena de galinha.

A infusão de fôlhas de abacate está sendo usada internamente para combater o reumatismo, dizendo-se que tem dado bons resultados no tratamento desta molestia as fricções ou fomentações com petroleo associado a uma clara de ovo bem batida.

Vermes intestinais. Se se trata da tenia ou solitaria, os medicamentos usados são as pevides de abobora (as da abobora machado são as mais ficazes) e a decocção da casca da raiz da romeira; se se trata das ascáridas ou das pequenas lombrigas que aparecem frequentes vezes no intestino das crianças, facilita-se-lhes a expulsão por meio do chá ou das pastilhas de hortelã-pimenta. O alho pisado é usado ás vezes contra as lombrigas.

Verrugas. Fazem-se desaparecer com a aplicação do sal ou do suco amarelo e caustico da celidonia, planta que é comum na Madeira. Supõe muita gente que para o sal produzir efeito, deverá ser lançado ao fogo depois de se friccionar com êle a verruga.

Muito posteriormente a publicação (em 1921) desta notícia acerca da medicina campestre neste arquipélago, publicou o visconde do Pôrto da Cruz um opúsculo intitulado «A Flora Madeirense na Medicina Popular».

Medicis (D. Cosme de). Vivia no Funchal por meados do século XVIII, e era, segundo reza a tradição, homem abastado. Tendo convidado em certa ocasião varios amigos para passar o dia numa furna para leste do local onde está agora o lazareto, afim de se entregarem a varias diversões, encontraram todos aí a morte em virtude do desabamento dos terrenos superiores, escapando apenas, por se achar arastado da mesma furna, um negro que era criado de D. Cosme, o qual veio trazer à cidade a noticia da terrível catástrofe que havia presenciado.

O local onde se deu a catástrofe, é conhecido dos marítimos pela designação de furna de D. Cosme.

De 1679 a 1684, frequentou a faculdade de teologia da Universidade de Coimbra o padre D. Zenóbio de Medicis, filho de D. Cosme de Medicis. É de crer portanto que o desastre se desse muito antes dos meados do século XVIII, pois que é pouco provável que nesta época fosse vivo ainda o dito D. Cosme de Medicis.

Medina. Este apelido de família é, segundo o dr. Alvaro R. de Azevedo, de origem espanhola, sendo possível que aparecesse na ilha durante o domínio filipino. A familia Medina de Cabo Verde, é de origem madeirense.

No ano de 1930, publicou o dr. João Cabral do Nascimento, o interessante opúsculo «Genealogia da Familia Medina da Ilha da Madeira».

Medina (Frei Diogo de). Era monge da ordem de S. Bento e distinto calígrafo, tendo escrito a maior parte do tomo I do «Registo Geral da Camara Municipal do Funchal», onde aparecem documentos dos séculos XV e XVI. Ignoramos se era madeirense, assim como quaisquer outras particularidades de sua vida.

Medina e Vasconcelos (Francisco de Paula). O conhecido autor da *Zargueida*, que no seu tempo gozou de grande nomeada como poeta, nasceu na freguesia da Sé desta cidade a 20 de Novembro de

1768, sendo filho de Teodoro Felix de Medina e Vasconcelos e de D. Ana Joaquina Rosa de Vasconcelos. Morreu como desterrado político na ilha de São Tiago, do arquipélago de Cabo Verde, no ano de 1824, tendo 56 anos de idade. Julgamos que é descendente deste nosso ilustre patrício, a distinta família Medina e Vasconcelos, que existe naquele arquipélago. É também oriundo de Francisco de Paulo Medina o grande poeta satírico madeirense Francisco Clementino de Sousa.

Não abundam elementos que nos habilitem a traçar com um certo desenvolvimento a biografia do poeta Medina. Por algumas das poesias contidas no seu volume *Poesias Lyricas*, se conclui que tinha vinte anos quando se matriculou na Universidade de Coimbra, o que deve ter acontecido no ano de 1788, acrescentando que «no espaço só de dois invernos ouviu as doutas prelecções dos sabios que os arcados explicam das sciencias.» Diz o dr. Azevedo que tendo sido Medina «desde a mocidade sectário das ideias dos philosophos do século XVIII, isso lhe originou, por 1790, o ser preso ano e meio em Coimbra, e, depois, obrigado a sair da cidade, e expulso para sempre da Universidade.» A severidade d'este castigo parece indicar que sobre Medina pesavam acusações muito graves, mas que ele inteiramente repudia quando afirma que foi hum falso crime nem por mim pensado. O poeta escreveu duas Epistolas, em verso ao reitor da Universidade D. Francisco Rafael de Castro, sendo uma pouco depois da sua prisão e outra quando «já, senhor, hão passado doze luas depois que choro entre tyranos ferros», cartas destinadas a implorar a protecção do Prelado e a alcançar o seu libertamento, não se sabendo se o estro sentido de Medina comoveria as entradas do inflexível magistrado, talvez pouco sensível aos lamurientes rogos dum pobre e desamparado estudante. É certo, porém, que poucos meses depois foi posto em liberdade, regressando à terra natal pelos anos de 1792.

A dar crédito aos versos de Medina, passou ele uma vida de amarguradas atribulações, tanto na Madeira como no Continente do Reino, que teve um triste epílogo com o seu desterro para Cabo Verde. No período decorrido de 1792 a 1823, fez algumas visitas a Portugal e não sabemos se ao estrangeiro, tendo uma vez estado ausente da Madeira cerca de seis anos. Seria, por certo, durante essas mais ou menos prolongadas demoras no Continente do Reino que publicou alguns dos seus volumes de versos, que saíram a lume em Lisboa nos anos de 1797, 1805 e 1806.

Medina e Vasconcelos, que, no já citado dizer do dr. Álvaro de Azevedo, se manifestou desde a mocidade sectário das ideias dos filósofos do século XVIII, foi também um acérrimo partidário da Constituição de 1821, sendo por isso envolvido nas redes da alcada que em 1823 veio a esta ilha (vol. I. pág. 32) proceder a

uma rigorosa e vexatória devassa acerca dos acontecimentos que se deram entre nós por ocasião da proclamação do primeiro governo representativo que vigorou no nosso país. Os seis magistrados que constituíam a alçada chegaram ao Funchal a 26 de Agosto de 1823 e proferiram a respectiva sentença a 24 de Outubro do mesmo ano. Nela se diz que Medina e Vasconcelos «esquecido dos deveres da honra e de fiel vassalo, e dos vínculos que mais estreitamente o ligavam como funcionário publico, tivera o desacordado arrojo de proferir em publico gravíssimas injurias ofensivas do decoro, veneração e respeito devidos ao Throno e ás reais pessoas de suas magestades, e tão graves que se julgam indignas de se escreverem neste acordão». Na mesma sentença se afirma que estava filiado na Maçonaria e tomava parte nos seus trabalhos, tendo notavelmente concorrido para a proclamação e estabelecimento do governo constitucional neste arquipélago. Foi condenado «em oito anos de degredo para o Estado de Angola, com inhabilidade para os ofícios de Justiça ou Fazenda, e em cincuenta mil réis para o Fisco».

Medina e Vasconcelos morreu na capital do arquipélago de Cabo Verde no ano de 1824, isto é, pouco depois de proferida a sentença que o desterrara para Angola, sendo-nos desconhecidos os motivos que determinaram a alteração da pena quanto ao lugar em que deveria ser cumprida. Este nosso patrício exercia no Funchal o lugar de tabelião de notas, quando foi processado pela alçada e desterrado para Cabo Verde.

Das obras poéticas publicadas por Francisco de Paula Medina e Vasconcelos, temos conhecimento das seguintes: *Poesias Lyricas de Medina ..* Lisboa, 1797, de 245 pag.; *Sextinas Elegiacas ao sempre memoravel estrago... na calamitosa aluvião do dia 9 de Outubro de 1803*, Lisboa 1805, de 24 pag.; *Zargueida, Descobrimento da Madeira*, Lisboa, 1806, de 254 pag; e *Georgeida*, Londres, 1819, de XIV-215 pag.. Inocencio, no *Diccionario Bibliographico Portuguez* faz ainda menção destas composições poéticas: *Poesias lyricas*, Lisboa, 1793; *Noute triste a que deu logar a morte da Ex.^{ma} Sr^a. D. Carlota Margarida*. Lisboa, 1792; *Noites tristes de Fileno na ausencia de Marilia*, Lisboa, 1805; e *Elegia á deploravel morte do grande e incomparável Manuel Maria Barbosa du Bocage* Lisboa, 1806.

Inocencio, num pequeno juizo crítico que faz das poesias de Medina, diz o seguinte: «como poeta lyrico pertenceu à escola francesa; os seus versos são em geral sonoros e bem fabricados, e de certo não lhe faltava naturalidade. Pretendeu embocar a tuba épica; mas vê-se que esta empreza era muito superior ao seu talento, e por isso nos dois ensaios que n'aquelle genero compoz, não conseguiu elevar-se jamais além da mediocridade. Ha comtudo, em um e outro, episodios que não deslustram a sua musa e que se podem ler

com gosto».

Das composições de Medina e Vasconcelos, foi a Zargueida a que lhe deu maior renome e ainda hoje é de tôdas a mais conhecida. É um poema épico em oitava rima, moldado nas formas classicas da antiga epopeia. Divide-se em dez cantos e contém mais de cinco mil versos. Trata do descobrimento da Madeira por João Gonçalves Zargo, aproveitando o apelido do descobridor para titulo do poema. Contém uma série de interessantes episódios com algumas felizes divagações poeticas, entre as quais avulta a lenda de Machim. E somente no canto X, que se faz a descrição do descobrimento desta ilha. Precede o poema um soneto dedicado a Bocage, a que este insigne poeta respondeu com outro soneto, que é sem duvida a mais bela composição que êste volume encerra.

No «Arquivo Historico da Madeira» e no «Diário de Notícias» de 15 de Julho de 1928, encontram-se algumas informações inéditas acerca do poeta Medina e Vasconcelos.

Medina e Vasconcelos (Cónego Dr. Gregório Nazianzeno). Nasceu no Funchal no ano de 1787 e faleceu nesta cidade a 23 de Abril de 1858. Era bacharel formado em leis pela Universidade de Coimbra e cónego da Sé do Funchal, tendo exercido entre nós a advocacia com notável brilho. Desempenhou vários cargos, como o de juiz da conservatória britânica, procurador á Junta Geral, vigário geral do bispado, etc.. Foi um brilhante jornalista e deputado pela Madeira na sessão legislativa de 1837 a 1838. Gozou de grande prestigio e influencia pela sua não vulgar ilustração e notáveis qualidades de carácter. Era irmão do poeta Medina e Vasconcelos, autor da *Zargueida*.

Medina e Vasconcelos (Sérvulo de Paula). Era filho do poeta madeirense Francisco de Paula Medina e Vasconcelos, nasceu no Funchal por 1822 e foi empregado civil para as ilhas de Cabo Verde, com o governador D. José Miguel de Noronha, em 1845, falecendo ali por 1854. Publicou no Funchal, em 1845, um drama intitulado *Amor e Pátria*, que foi representado nesta cidade no teatro Concordia, em Agosto de 1844, foi redactor do *Beija-Flôr* e por 1851 foi em Cabo Verde redactor do *Boletim Official*, onde publicou o romance *Um filho chorado*.

Medinas (Rua dos). Servem-lhe de limites as ruas da Cadeia Velha e do Ribeirinho de Baixo. Provém-lhe o nome de ali ter residido uma família de apelido Medina. Antes da aluvião de 1856, esta rua era habitada por famílias dignas da maior consideração e respeito.

Medusa. A fragata francesa Medusa, muito conhecida pelo seu naufrágio no banco de Arguim, a 40 léguas da costa de Africa, e pelos incalculáveis sofrimentos a que estiveram sujeitos muitos dos seus tripulantes e passageiros depois que abandonaram o navio, passou à vista da Madeira no dia 28 de Junho de 1816, não chegando porém a comunicar com a terra. A fragata era comandada por Duroy de Chaumareys, a cuja teimosia e incapacidade se deve a morte de mais de 150 pessoas que nela haviam embarcado em Aix, com destino aos estabelecimentos franceses da costa ocidental de Africa. O naufrágio deu-se no dia 2 de Julho de 1816.

Meia Légua. Para leste do Lazareto de Gonçalo Aires fica uma rocha a que os marítimos chamam vulgarmente a Rocha da Meia Légua.

Meimendro (*Hyoscyamus albus*, subespecie *major*). Salanacea com as folhas inciso-lobadas e as flores amarelas, afuniladas, com os filetes e a parte interna das corolas purpureo-escuros. Encontra-se no litoral da Madeira e no Pôrto Santo. É planta venenosa, mas as suas fôlhas podem ser usadas externamente no tratamento das ulcerações. O óleo de meimendro tanto pode ser extraído desta espécie, como do *Hyoscyamus niger*, Solanacea que se não encontra na Madeira. Nalgumas partes da ilha dão ao meimendro o nome de meiomento.

Meireles. O primeiro que deste apelido achámos foi Joaquim Coelho de Meireles, que em 1812 era tesoureiro da Câmara Municipal do Funchal.

Meireles (Visconde de). Este distinto escritor e jornalista, que faleceu no ano de 1915, visitou varias vezes esta ilha, por cujas belezas naturais e benignidade de clima tinha a mais devotada admiração. Foi no ano de 1913, em que se demorou uma larga temporada nesta cidade, que advogou com brilho e valiosos argumentos a ideia da reconstrução da casa onde viveu Cristovão Colombo, como já noutro logar referimos (vol. 1, pág. 286 e s.). Também se ocupou do tríptico pintado em madeira, que existe na sacristia da igreja paroquial de São Pedro, dando a conhecer aos madeirenses a bela descrição que lhe dedicou o distinto escritor M. Teixeira Gomes, no seu livro *Cartas sem moral nenhuma*.

Mela. V. Doença das Semilhas.

Melancia (*Citrullus vulgaris*). Cucurbitacea cultivada no Pôrto Santo, mas pouco conhecida na Madeira. As melancias do Pôrto Santo são de boa qualidade, ainda que pequenas quasi sempre.

Melão (*Cucumis Melo*). É principalmente na ilha do Porto Santo que se vê com frequência esta Cucurbitacea. No tempo em que Manuel Tomás escreveu a Insulana, parece que havia abundância de melões na Madeira, pois que os encontramos mencionados entre os muitos frutos que produzia então esta ilha. E de crer que a ribeira dos Melões derive o seu nome de ter havido outrora nas suas margens ou imediações grande abundancia de meloeiros.

Melim. É diz o dr. Alvaro de Azevedo, a forma portuguesa de Lomelini ou Lomelino, mas ao presente constitui diverso apelido em famílias de ramo decadente, senão inteiramente estranhas aos Lomelinos.

Melo. Este apelido de família, diz o dr. Alvaro R. de Azevedo, veio ligar-se com o dos Camaras e dos Noronhas pelo casamento de D. Felipa de Noronha, segunda filha de João Gonçalves da Câmara, segundo

donatário do Funchal, com Henrique Henriques, senhor das Alcáçovas, filho de D. Fernando Henriques e de D. Branca de Mello.

Melo (D. António Jorge de). Este Governador e Capitão-general do arquipélago foi nomeado para este lugar a 13 de Março de 1689, tendo tomado posse a 27 de Abril do mesmo ano.

Melo (Professor Carlos de). E.: *Machico and the discovery of Madeira (The Scottish Geographical Magazine, Abril. 1896)*.

Melo (Diogo de Azambuja de). Este Governador-Geral da Madeira sob o domínio filipino, foi nomeado a 23 de Maio de 1594 e tomou posse a 20 de Janeiro de 1595. Faleceu no Funchal, em 1600.

Melo (Florencio José Correia de). Data de 12 de Outubro de 1814 a sua nomeação para Governador e Capitão-General deste arquipélago, tendo chegado ao Funchal a 16 de Abril de 1815 e tomado posse do seu lugar a 22 de Abril.

Chegou à Madeira poucos meses depois da saída das tropas inglesas desta ilha, que, durante o longo período de 7 anos, levaram a maior indisciplina às forças da guarnição e uma grave desordem e perturbação a todos os serviços públicos. Correia de Melo conseguiu quanto possível corrigir esses abusos e prestou excelentes serviços na administração pública do arquipélago.

Durante o seu governo, passaram na Madeira o imperador Napoleão, a 23 de Agosto de 1815, em direcção ao seu desterro de Santa Helena, e a princesa Leopoldina, a 11 de Setembro do mesmo ano, que se dirigia ao Brasil a contrair matrimónio com o Príncipe Real D. Pedro e a quem Florencio de Melo fez uma brilhante recepção (V. *Napoleão na Madeira e Princesa Leopoldina*).

Florencio José Correia de Melo fez pessoalmente entrega do governo da Madeira ao seu sucessor e saiu

desta ilha na segunda quinzena do mês de Maio de 1819.

Melo (D. Francisco Manuel de). Já no artigo referente a Machim nos ocupámos deste ilustre escritor, por ter sido êle que na sua terceira Epanaphora deu maior curso à poética e conhecida narrativa que tem como protagonista aquele lendário personagem. Outras razões aconselham porém mais larga referencia ao autor da *Carta de Guia de Casados e dos Apologos Dialogaes*, e por isso voltamos a tratar dele.

Rui Gonçalves da Câmara, segundo filho do ilustre descobridor da Madeira, foi terceiro capitão da ilha de S. Miguel, por compra que fizera a João Soares daquela importante donatária. O filho segundo de Rui Gonçalves, por nome Antão Rodrigues da Camara, que casara com uma senhora nobre do reino, instituiu uma grande casa vincular na ilha de S. Miguel, de que hoje é representante o conde da Silvã, e a esta distinta familia pertence o grande escritor D. Francisco Manuel de Melo.

Acerca deste Antão Rodrigues da Camara, encontramos na Historia Insulana do padre Antonio Cordeiro, o seguinte curioso episodio:

«... e sahiu tão grande cavalleiro, que em uma ocasião indo ele com muitos a cavallo cortejando a el-rei D. Manuel, que a cavallo ia tambem pela corte de Lisboa, e sucedendo passar um indio por diante com um elefante que levava a mostrar, todos os cavallos, até o do mesmo rei, se alteraram com tal vista e fugiram e cahiram alguns cavalleiros, mas Antão Rodrigues de tal sorte governou o seu cavallo que, investindo ao elefante fez que seu cavallo posesse a boca sobre a anca do elefante e dando-lhe com o terçado uma leve espadeirada se voltou para el-rei dizendo que nada era aquilo: e mandou el-rei logo o seu estribeiro mór que tal cavallo comprasse a todo o preço a Antão Rodrigues, este logo o ofereceu, mas dado sim e por preço algum não, e não vindo el-rei em tal nem querendo vendel-o Antão Rodrigues, voltou este com o cavallo para a ilha donde o tinha levado, ensinado já para elle...»

D. Francisco Manuel de Melo refere-se à sua ascendencia, entroncando-a no descobridor da Madeira:

«... João Gonçalves Zarco, um varão famoso entre os nossos, por que não contando as casas mais antigas,

de que por incertas não fazem memoria, poucos homens havemos tido em Portugal de tão opulentas descendencias, a quem devem sua varonia tres condes deste apelido, Calheta, Villa Franca e Athouguia... E por casamentos procedem de João Gonçalves 21 titulos deste reino... E porque em suas cousas não parece invalido meu testemunho, é razão que eu me conte em a propria lista de seus sucessores, não com menor obrigação que alguns que tenho referido; pois, tirando os que possuem os morgados de suas varonias., sou eu quem gosa o maior morgado da familia dos Camaras, instituido por Antonio Rodrigues da Camara, que foi materno avô do meu avô paterno e neto de João Gonsalves da Camara, filho do seu segundo filho Ruy Gonsalves da Camara, senhor da ilha de S. Miguel... ».

Entre a larga e brilhante geração que, espalhada pelo Continente, Açores, Madeira e Brasil, procede do grande navegador e descobridor da Madeira, não avulta decerto uma figura tão distinta como a de D. Francisco Manuel de Melo, que, sendo o maior talento do seu tempo, segundo o testemunho dos seus contemporâneos, foi também um notabilíssimo escritor, um guerreiro ilustre e um habil politico e diplomata.

Nota o dr. Azevedo a propositada inexactidão de Melo, fazendo-se descendente de Zarco por varonia legítima, quando é certo que Rui Gonçalves da Camara (V. vol. 1, pág. 206) não teve descendência do seu único casamento com D. Maria Bettencourt.

Edgar Prestage na sua notável obra D. Francisco de Mello, ocupando-se do seu exílio para o Brasil, refere, nos seguintes termos, a passagem do ilustre escritor por esta ilha:

«Sabado, 17 de Abril de 1655, partiu a armada de Lisboa com trinta e seis naus, e em quatro dias chegou á Madeira onde tinha de receber os vinhos da Companhia. Ali vieram noticias de que uma armada ingleza sahira ao mar com mais de quarenta galeões e doze mil homens com tenção de passar ao Brazil, e logo houve duvidas, se, em vista desta circumstancia, se devia guardar o Regimento do Rei que ordenava passasse o general ao Rio de Janeiro com os mais grossos galeões, dividindo o resto da armada em duas esquadras destinadas, uma a Pernambuco e outra á Bahia. Chamados para um conselho os cabos maiores e entre eles sem duvida, D. Francisco Manuel, houve diversidade nos pareceres, mas por fim ficou resolvido que a armada seguisse a sua derrota para Cabo Verde e lá tomasse informações com respeito á frota ingleza.

«A estada na Madeira de quasi um mez devia ter sido agradável ao escritor, porque lhe proporcionava

ocasião de ver as bellezas naturais da ilha, que decerto lhe mereceram particular interesse, não só por ter sido ocupada pelo seu ascendente João Gonçalves Zarco, que veio a ser capitão da ilha e fundador da cidade do Funchal, mas porque um anno antes elle proprio historiava na 3^a. Epanaphora o suposto descobrimento pelos amantes fugidos Roberto Machim e Anna de Arfet. Deixando a Madeira em 15 de Maio, a armada descobriu a ilha da Palma em 19 e em 26 a de Cabo Verde....

Como já fica dito, D. Francisco Manuel de Melo ocupa-se do descobrimento da ilha da Madeira na terceira parte das Epanaphoras que se tornou muito conhecida entre nós depois que o dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo fêz dela largos extractos numa das suas notas ás *Saudades da Terra*.

Essa narrativa, na sua linguagem florida e imaginosa, na inverosimilhança de muitos factos e episódios que apresenta e até nas frequentes digressões de todo estranhas ao assunto, dá-nos a impressão nítida da descrição duma dessas fantásticas aventuras amorosas de que vêm recheadas as novelas de cavalaria da idade média. Logo ao primeiro lance de vista, e independentemente dum estudo crítico e demorado do texto, se descobre que o ilustre escritor não historiou, mas fêz apenas uma obra de pura ficção romântica. Guerreiro e poeta, homem do mundo e galanteador, imaginação fogosa e ardente, deixou-se incendiar pela lava da sua fantasia e soube de tal maneira impressionar os espiritos dos que o leem, que, passados dois séculos e meio, a sua narrativa atrai ainda, senão crentes fervorosos, pelo menos almas impressionáveis que nela encontram verdadeiras seduções e encantos. Vários prosadores e poetas foram achar ali fonte de inspiração para algumas das suas mais belas composições literárias.

Não foi, porém, Melo que inventou a história de Machim, pois antes dele, a começar por António Galvão (1563), vários escritores se referiram a ela. Quis dar-lhe foros de verdade historica, baseando a sua narrativa num manuscrito, que afirmava possuir da lavra de Francisco Alcoforado, um dos companheiros de João Gonçalves Zarco. O próprio dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo, que com tão poucas complacencias trata D. Francisco Manuel, admite a possibilidade de este ter sido iludido na sua boa fé no tocante à existência do referido manuscrito, mas não há vislumbre de duvida que deu largas à sua ardente fantasia na narrativa que nos deixou na sua terceira Epanaphora acerca da descoberta da Madeira.

Quanto á Relation Historique de la découverte de l'isle de Madère, publicada em Paris em 1674 e que no prefacio da mesma se diz ser o proprio manuscrito do Alcoforado, não passa duma escandalosa fraude literaria, como exuberantemente o demonstra o dr. Alvaro de Azevedo, não cabendo, porém, a Melo a

menor culpabilidade dela, pois que o ilustre escritor morreu em 1666 e a publicação da Relation fez-se no ano de 1671.

É possível que já no tempo de Melo se houvesse, embora vagamente, espalhado a notícia de que o arquipélago da Madeira fora descoberto no século XIV, não sendo portanto Zarco e os seus companheiros os que primeiramente tivessem aportado a estas plagas solitárias. Com o decorrer dos tempos, tem sido esta afirmativa corroborada com argumentos de valor, sem que o facto venha diminuir a gloria de Zarco, como navegador e como descobridor e primeiro colonizador da Madeira.

O dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo trouxe pela primeira vez à lume, em 1873, a ideia provável de se ter pensado e talvez entabolado negociações para a cessão da Madeira á Inglaterra, como parte integrante do dote de D. Catarina.

Diz o dr. Azevedo numa das anotações á obra de Gaspar Frutuoso:

«E a rainha regente D. Luiza, como a todo o custo lhe parecia barato conseguir este casamento para a infanta, preparava em segredo o sacrifício de mais uma valiosa e cubiçada colónia portuguesa, se para isso preciso fosse: o da ilha da Madeira... Deste facto não ha notícia nos historiadores do tempo, quer portugueses, quer ingleses, nem mesmo nas memorias de Lord Clarendon, o qual trata largamente do referido casamento, e até como chanceller que era de Carlos II, interveio eficazmente nas negociações diplomáticas para ele. Tão cauta foi a rainha D. Luisa que assim soube esconder o seu projecto de ceder a ilha da Madeira; mas, pelas provas que achámos, estamos convencidos de que realmente o houve.»

Em reforço da sua afirmativa, espraiia-se em seguida o dr. Rodrigues de Azevedo em interessantíssimas considerações que, se não constituem argumentos decisivos e razões inteiramente probatórias, são no entretanto conjecturas e presunções de grande valor a favor do pensamento da cedência desta ilha, se a Inglaterra tivesse exigido mais este sacrifício a Portugal. Não transcrevemos neste logar as sensatas reflexões do dr. Azevedo pela sua demasiada extensão e por ser fácil encontrá-las a pág. 381 e seguintes das *Saudades da Terra*.

O mesmo ilustre anotador sustenta também, embora com argumentos de menos peso, que D. Francisco Manuel de Melo, na ideia daquela cedência, colaborou com a rainha D. Luísa de Gusmão, escrevendo a sua Epanaphora e dando a Madeira como descoberta por ingleses para tornar mais viável e menos odiosa aos

portugueses a entrega dela à Inglaterra. É de justiça ouvir Edgar Prestage, o ilustrado biografo de D. Francisco Manuel de Melo:

«... o anotador das Saudades da Terra de Gaspar Frutuoso allega que D. Francisco, tendo recebido a lenda do descobrimento da ilha pelos dois amantes ingleses Roberto Machim e Anna de Arfet, fez della um romance com o fim de popularisar esta historia e tornar menos dura para o pundonor portuguez a entrega da Madeira a Carlos II da Inglaterra, se isso fosse preciso. Ora no nosso entender, este argumento é um pouco forçado, para não dizer phantastico, e o sr. A. R. de Azevedo para sustental-o, tem de carregar na acusação, dizendo que a Epanaphora, que no livro impresso vem datada de Bellas em 1654, foi de proposito antedadada, tendo sido escrita depois da volta de D. Francisco do Brazil. Mas esquece-se de ter previamente afirmado que a Epanaphora demonstra, da parte do seu auctor, ignorancia da topographia da ilha, circumstancia que era natural em 1654, mas que mal podia dar-se depois, visto que, como já contámos, D. Francisco ficou lá um mez quando de caminho para o exilio.

«Foi pois a absoluta necessidade para Portugal de conseguir o auxilio militar e diplomatico da Inglaterra que justificou a cessão de Tanger e Bombaim, além dum dote enorme, que nunca foi pago por inteiro, e a mesma necessidade teria justificado a cessão da Madeira, se tivesse sido exigida. Se a rainha regente estava prompta a cedel-a, como o argue o sr. Azevedo, não sabemos dizer, em vista do silencio dos historiadores, mas de que D. Francisco de Mello fosse parceiro de D. Luiza de Gusmão na trama, não existe prova nenhuma. Quanto a nós, é uma asserção gratuita, que não merece crédito. Estamos na opinião que o nosso biographado realmente acreditava no primitivo descobrimento inglez, como tinham acreditado antes delle historiadores de nomeada, embora phantasiasse nos pormenores da narrativa".

É este um ponto que será talvez hoje impossível esclarecer, mas que na verdade não tem uma importância capital. O mesmo não se poderá dizer relativamente à suposta cedência da Madeira aos ingleses, porque isso interessa bastante à historia madeirense e mais ainda á historia geral do nosso país. O dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo não deixou o assunto suficientemente esclarecido, estabelecendo apenas uma hipótese provável, e o talentoso autor do opúsculo Um ponto de história pátria nada acrescentou de essencial às considerações

do anotador das *Saudades da Terra*.

Melo (Pantaleão de Sá e). Foi nomeado Governador e Capitão-General da Madeira a 1 de Março de 1694 e tomou posse do seu cargo a 22 de Julho do mesmo ano.

Melo (D. Rodrigo António de). A sua nomeação para Governador e Capitão-General do arquipélago madeirense é de Junho de 1821, tendo tomado posse a 2 de Julho do mesmo ano. Foi demitido, a seu pedido, por carta regia de 22 de Março de 1822, mas só deixou o governo depois da chegada e posse do seu sucessor António Manuel de Noronha, a 22 de Abril de 1822. Foi êle que presidiu á cerimonia, a 28 de Janeiro de 1822, do lançamento da primeira pedra do monumento da Constituição, que revestiu a maior solenidade.

Melro Preto (*Turdus merula*). Ave da família Turdida, indígena da Madeira e que faz os seus ninhos sobre as arvores de pequeno porte, as bananeiras, etc. A postura tem lugar geralmente em Maio e Junho. Tem sido achado no Porto Santo, mas não faz criação naquela ilha. São os indivíduos machos que se recomendam pelo seu canto forte e agradável.

O melro preto apresenta algumas vezes manchas brancas.

Mendes. Martim Mendes de Vasconcelos, mandado por D. João I para na Madeira casar com Helena Gonçalves da Câmara, filha de Zargo, foi um dos primeiros povoadores da ilha, tendo tido grandes sesmarias em S. Martinho, junto à ribeira dos Socorridos, e no Estreito de Câmara de Lobos. Joane Mendes de Brito foi outro antigo povoador, que teve sesmaria na freguesia do Campanário.

Mendes (*Coelho*). Há perto de quarenta anos residiu no Funchal um açoreano de apelido Coelho Mendes, que nesta cidade publicou, pelos anos de 1885, um volume de poesias, intitulado *Flores Agrestes*,

tendo também publicado um pequeno opúsculo numa polémica que sustentou com o cónego Aires Pacheco.

Com o título de Flores Agrestes, tinha já anteriormente João Fortunato de Oliveira publicado no Funchal um volume de poesias no ano de 1860, e muitos anos depois, em 1903, publicou também Manuel Ribeiro nesta cidade um pequeno volume de versos com o mesmo título.

Mendes dos Reis (José). Em Maio de 1919, foi eleito deputado por este arquipélago.

Mendonça. Este apelido de família procede talvez de descendentes dos donatários do Porto Santo e de Machico, visto Bartolomeu Perestrelo, primeiro donatário daquela ilha, ter casado com Beatriz Furtado de Mendonça e João Teixeira, terceiro filho de Tristão Vaz, haver casado com Filipa de Mendonça Furtado, de quem houve Tristão de Mendonça.

Mendonça (António Teixeira de). Na *Bibliotheca Lusitana*, diz Barbosa Machado que António Teixeira de Mendonça era natural da ilha da Madeira e que escreveu o Livro das *Geraçoes do Reino de Portugal*. Nada mais sabemos a seu respeito.

Meneses. Procede este apelido de família de Vasco Martins Moniz de Meneses, fidalgo da casa real, que teve sesmaria no Caniço e grande casa na vila de Machico, tendo instituído morgado da sua terça por testamento aprovado em 1498, e de Antonio Telo de Meneses ou António Teles, fundador da capela de Santo António, na freguesia de Santa Maria Maior. Os Teles de Meneses vêm por bastardia dos condes de Vila Pouca, segundo a opinião do falecido genealogista madeirense José Bettencourt da Camara.

Meneses (Aires de Saldanha de Sousa). A 9 de Novembro de 1668, foi nomeado Governador e Capitão-General da Madeira, tendo tomado posse de seu cargo a 10 de Abril de 1669. Foi, anos depois, Governador e Capitão-General de Angola.

Meneses (Carlos Azevedo de). Nos gloriosos anais das ciências, não figuram muitos nomes de indivíduos que houvessem tido como berço a chamada «Perola do Oceano». Contando as ilhas açoreanas um numero considerável de seus filhos que notavelmente se distinguiram em todos os ramos do saber humano, não pôde a Madeira acompanhar sempre os seus irmãos insulares na cultura das mais transcendentais manifestações do espírito.

Estas palavras não querem exprimir a afirmação de que a nossa terra não haja sido pátria de alguns distintos cultores das ciências, das letras e das artes, que merecidamente devem ser rememorados e dos quais nos temos tantas vezes ocupado com a maior admiração e apreço.

É o que, neste momento, ainda novamente vimos fazer, como o mais justificado preito de justiça e como o mais sentido e penhorante reconhecimento, acerca do que foi o nosso distinto e dedicado companheiro na elaboração das mil e tantas paginas deste «Elucidário Madeirense». Pertencendo à pena de Carlos Azevedo de Meneses, na sua quasi inteira totalidade, a colaboração da parte científica desta obra, cumpre-nos pôr em saliente relevo que é ele o autor dos artigos de maior valor e de mais alto mérito espalhados largamente em todas estas páginas.

Carlos de Meneses era oriundo de antigas e distintas famílias madeirenses e nasceu no Funchal a 26 de Agosto de 1863, sendo filho do abalizado médico dr. Antero Drumond de Meneses e de D. Elisa Azevedo de Meneses, neto paterno do ilustre madeirense Servulo Drumund de Meneses (1-381) e materno do general e engenheiro António Pedro de Azevedo (1-113) e sobrinho do distinto escritor e dramaturgo Maximiliano de Azevedo (1-113).

Carlos Azevedo de Meneses, nas relações de intimidade que manteve com o falecido botânico João Maria Moniz e por uma natural propensão de seu espírito, criou pelo estudo da botânica e especialmente da flora madeirense uma paixão ardente, que somente a morte veio destruir, pois que não interrompera nunca os seus trabalhos científicos, tendo ainda em 1928 publicado um interessante estudo na acreditada revista Broteria, de que era um distinto e assíduo colaborador. Carlos de Meneses, pelos seus numerosos trabalhos e pelos seus aprofundados estudos, era considerado como um abalizado botânico e contado no número dos

mais ilustres naturalistas portugueses. A sua obra, que é vasta, que é profunda e que é absolutamente conscientiosa, despida portanto de todo o charlatanismo científico, foi sempre muito apreciada e elogiada pelas mais altas capacidades naquela especialidade das ciências naturais, tendo sido por isso recebido no seio de muitas sociedades científicas e convidado a colaborar nas mais acreditadas revistas nacionais e estrangeiras, em que era apenas permitida a colaboração de valiosos trabalhos botânicos.

Entre essas revistas, podemos fazer menção da *Broteria*, *Anais das Sciencias Naturais*, *Jornal das Sciencias Matematicas, Fisicas e Naturais*, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, *Academie de Geographie Botanique*, *Bulletin de Géographie Botanique* etc. etc.. Foi membro laureado da Academia Internacional de Geografia Botânica de Man, socio efectivo da Sociedade Portuguesa de Sciencias Naturais de Lisboa, associado provincial da Academia das Sciencias da mesma cidade, membro da Sociedade Broteriana, de Coimbra e ainda de outras, de que não pudemos colher informações mais seguras.

Dos trabalhos científicos de Carlos Azevedo de Meneses, mencionaremos a *Flora do Arquipélago da Madeira*, que constitui um trabalho de 282 páginas, *Fanerogamicas da Madeira e Porto Santo, Arvores e Arbustos Madeirenses*, *As Gramineas do Arquipelago da Madeira*, *Madeira Ferens*, traduzido para o inglês por Herbert Gilbert, *Contribuição para o estudo da Flora do Arquipelago da Madeira*, *Contribuição para o estudo das Algas da Madeira*, *As Zonas botanicas da Madeira e Porto Santo*, *As Labiadas do Arquipélago da Madeira*, *A Flora dos mais altos picos da Madeira*, e ainda outros muitos opúsculos escritos na língua francesa entre os quais se conta a *Notice sur les Phanérogames de Madère et Pôrto Santo*, inumeros folhetos e separatas de estudos insertos em revistas da especialidade, não contando o abundante numero de artigos disseminados por várias publicações científicas.

Carlos de Meneses não limitou a sua actividade científica e literária apenas a elaboração dos seus escritos de acentuada feição botânica, mas ocupou-se com certa largueza de outros assuntos das ciências naturais e ainda particularmente de carácter histórico como o comprovam muitos artigos insertos no Elucidário Madeirense e em diversos jornais do Funchal.

Completados os estudos secundários, frequentou durante alguns anos o Instituto Comercial de Lisboa, cujo curso não chegou a concluir. Serviu como amanuense da secretaria da Câmara do Funchal e foi posteriormente nomeado director da Biblioteca Municipal, lugar que desempenhou até à sua morte, ocorrida a 1 de Maio de 1928.

Meneses (Inácio Espinola de Castro e). Diz a *Bibliotheca Lusitana* que era natural do Funchal e que escreveu a obra intitulada *Nove Dialogos em Castelhano*.

Meneses (D. João de). Foi Governador Geral da Madeira, tendo tomado posse em Janeiro de 1634. Distinguiu-se nas guerras da restauração e foi Governador do Porto.

Diz dele o dr. Rodrigues de Azevedo que era oculto mas firme inimigo do domínio dos Filipes, a ponto de que, estando em Madrid ao tempo da revolução do 1.^º de Dezembro de 1640, feita em Lisboa, fugiu para esta cidade, quando foi preso em Burgos, conseguindo no fim de cinco anos escapar-se e pôr-se ao serviço de D. João IV.

Morreu na Holanda em 1649.

Meneses (Jorge Martins de Sousa e). Este Governador e Capitão-General da Madeira foi nomeado a 1 de Junho de 1718 e tomou posse a 5 de Outubro seguinte. Distinguiu-se na Índia como militar e deu grandes provas de valor na guerra da Sucessão. Morreu a 24 de Janeiro de 1728.

Meneses (Pedro Fagundes Bacelar de Antas e). Este Governador e Capitão-General da Madeira foi nomeado para este cargo a 4 de Março de 1807 e dele tomou posse a 5 de Agosto do mesmo ano.

Cinco meses depois da sua chegada ao Funchal, foi esta ilha pela segunda vez ocupada por tropas britânicas, que aqui chegaram em fins de Dezembro de 1807 e só abandonaram a Madeira em Outubro de 1814 (V. *Ocupação da Madeira por tropas inglesas*).

Em Maio de 1813, foi Pedro Fagundes atacado dum paralisia, impossibilitando-se de continuar à testa do governo. Retirou-se para o Continente do Reino e faleceu em Lisboa a 1 de Novembro de 1813. Encontrava-

se ainda no Funchal quando chegou o seu sucessor Luís Beltrão de Gouveia a 7 de Agosto daquele ano.

Meneses e Lencastre (Dr. Luís Adriano de Magalhães). Foi par do reino electivo pela Madeira na sessão legislativa de 1890 a 1892.

Menezesia. Genero de Protomicetaceas (Fungos) dedicado pelo distinto micologo frances o rev. C. Torrend a um dos autores dêste *Elucidário*, e que apenas comprehende por enquanto uma unica espécie – a *Menezesia setulosa* – achada em Setembro de 1913 na freguesia do Monte, nos ramos em decomposição da *Hedera Helix*. Foi publicado a pag. 175 do vol. XI da *Broteria* (secção botânica).

Menino Jesus Perdido. Assim era chamada uma festa anual de carácter privado, pois não era autorizada por qualquer indicação litúrgica, que se celebrava, por vezes com aparato, no interior dos conventos de religiosas e sem a interferência directa dos respectivos capelães, revestindo, no entretanto, uma edificante forma de devoção e de piedade digna de especial apreço. No convento de Santa Clara desta cidade, foi estabelecida por meados do século XVII pela piedosa monja Clara da Chaga, oferecendo interesse o que acerca dessa festa e seus pormenores se encontra em «o Jornal» de 6 de Janeiro de 1934. No livro *Ripas da Madeira*, encontram-se interessantes pormenores acerca das festas do «Menino de Jesus Perdido», embora delineados com alguns traços de pura ficção.

Mentastro. Nome vulgar da *Cedronella triphylla*, da *Mentha aquatica* e da *M. rotundifolia*, plantas da familia das Labiadas. Esta ultima especie, que se distingue pelo seu cheiro forte e desagradavel e pelas suas fôlhas reticulado-rugosas, crenadas, encontra-se nos leitos das ribeiras e proximidades das levadas.

V. Sandalos e Hortelã de burro.

Mercado e Capela de São Sebastião. O largo a que o povo vulgarmente chama do Chafariz, tinha o nome de São Sebastião, havendo recebido há poucos anos da Câmara Municipal a nova denominação de largo do Comercio. Antes da formação do largo com a área que hoje conserva, havia ali uma estreita rua, que era o prolongamento da rua do Aljube e tinha também o nome de rua de São Sebastião. Entre a rua de S. Francisco e o edifício da Misericórdia (V. *Jardim Pequeno*), existia um fontanário a que comumente chamavam a Fonte, cujas bacias foram requisitadas pela Câmara em 1838 para serem utilizadas no actual chafariz do largo do Comercio, o qual foi construído em 1827.

O nome de São Sebastião provém da pequena capela desta invocação que ali existiu. Era das mais antigas desta ilha, mas não a mais antiga de todas, como parece acreditar o ilustre anotador das Saudades. Já a este ponto nos referimos no artigo Freguesias e dele mais de espaço nos ocuparemos no artigo consagrado á capela de Santa Catarina.

Não sabemos se por haver sido uma das mais antigas capelas da Madeira ou por especial devoção que os habitantes do Funchal consagrasssem ao seu orago ou padroeiro, o certo é que os moradores da vila e depois da cidade tiveram sempre pelo pequeno templo a mais profunda e respeitosa veneração. Passados, porém, quatro séculos, apareceu na manhã de 22 de Janeiro de 1803 inesperadamente demolida a velha ermida, que o Governador e Capitão-General D. José Manuel da Câmara mandara arrasar na noite anterior, a ocultas dos habitantes desta cidade. Tinha o Governador ordenado à Câmara a demolição da capela, por ela administrada, num curioso documento que trazia a data de 15 de Janeiro daquele ano e que foi pela primeira vez publicado no Jornal a Flôr do Oceano, de 1840. o motivo ali alegado para o apeamento do pequeno templo e de duas casas que lhe ficavam contiguas era o da construção dum mercado, com o pretexto de não haver outro local que melhor se adaptasse àquele fim. Não querendo o senado assumir a responsabilidade de uma medida tão violenta e que previamente sabia que iria excitar as iras populares, não cumpriu a ordem do Governador, tendo este então sem perda de tempo mandado destruir a capela.

O espanto e a indignação foram gerais, mas as ameaças do Governador e as providencias que antecipada e cautelosamente soube adoptar, puderam conjurar o mal e evitar a prática das violências, que todos esperavam. Apenas o prelado diocesano D. Luís Rodrigues Vilares protestou contra a demolição da capela sem preceder autorização sua, mas a isto se limitou o estalar da tempestade que fundadamente se receava.

O povo, porém, não esqueceu a sua capela nem o desejo de a levantar de novo. São passados 19 anos. Há grande movimento na cidade e reina um vivo entusiasmo entre os seus habitantes. Adere-se à revolução que rebentara no Porto em Agosto de 1820 e pública e solenemente se proclamam os princípios liberais que ela viera implantar no país. Embora o facto não tenha para nós uma cabal explicação, a verdade é que o povo, ao acabar de manifestar-se entusiasticamente pelas ideias apostolizadas pela revolução do Porto, foi ao largo de S. Sebastião já transformado num mercado, destruiu a obra de D. José Manuel da Câmara e para ali carreou todos os materiais ainda existentes da antiga capela e outros que pôde haver à mão, e pediu a imediata construção da ermida arrasada em Janeiro de 1803. Conta o dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo que o então Governador e Capitão-General Sebastião Xavier Botelho, descendente da mais alta nobreza de Portugal e distinto homem de letras, lá foi também conduzir um cesto com pedras para a reedificação da capela que um dos seus antecessores mandara demolir.

Diz um documento da época que a demolição das barracas do mercado de S. Sebastião começou às 4 horas da tarde de 1 de Fevereiro de 1821 e que às 5 horas estava tudo por terra, tendo vindo a noite muita cantaria, pedra e madeiras destinadas à capela. No dia 7 se começou a quebrar a pedra para a capela, «o que tudo se fez com muito motim e alarido do povo, que metia medo a todos os ministros», e dentro de poucos dias se executou a reconstrução, que todavia não chegou nunca a ser ultimada.

Em 21 de Fevereiro de 1826, pediu a Camara ao Governador e Capitão-General que mandasse «remover a ermida de S. Sebastião. . . visto este edificio não passar dum pardieiro, que com muita indecência está servindo de receptáculo de imundícies e obscenidade», e em 28 do mesmo mês e ano renovou o mesmo pedidos acrescentando que a dita ermida devia ser transferida para outro lugar «mais do serviço de Deus e de Sua Magestade Imperial e Real». Em Janeiro de 1827, já a ermida de S. Sebastião estava demolida.

Em Julho de 1827, existia já o chafariz do largo de S. Sebastião, mas só mais tarde foi dotado com o elegante obelisco de mármore, donde jorram quatro bicas de agua, que se lança num tanque circular, também de mármore, a que dá acesso uma escada igualmente de forma circular. É a construção mais aparatoso que em fontanários possuímos nesta ilha.

O antigo mercado de verduras e hortaliças há muito que desapareceu, sendo o mesmo largo presentemente (1921) o local da venda dum calçado característico da Madeira, muito usado pela gente do povo das freguesias rurais e feito de pele de cabra, principalmente fabricado nas freguesias do concelho de Câmara de

Lobos.

Antes da destruição da capela em 1803, foram transferidas processionalmente dali para a igreja de S. Tiago, as imagens de Nossa Senhora, Santo Elói e S. Sebastião, tendo tido lugar esta cerimónia no dia 20 de Janeiro do mesmo ano, com acompanhamento do clero das freguesias da Sé, S. Pedro e Santa Maria Maior do Calhau, da comunidade de S. Francisco, da nobreza e do povo, este representado pela Casa dos Vinte e Quatro. Os trabalhos do nivelamento do solo e da construção das barracas duraram pouco tempo, tendo-se realizado a inauguração do mercado no dia 18 de Junho de 1803.

Mercados – *Mercado de S. João*. Foi inaugurado no dia 24 de Junho de 1823 e devia chamar-se Mercado Constitucional de S. João, nome êste que não chegou a ser-lhe dado por ter chegado á Madeira a notícia do restabelecimento do regimen absolutista, em virtude da revolução de 27 de Maio do mesmo ano. Ficava no local onde se ergue hoje o teatro do «Dr. Manuel de Arriaga», tendo sido construído com dinheiro emprestado por João de Carvalhal Esmeraldo, presidente da primeira Camara Constitucional.

Era conhecido em nossos dias pela denominação de «Feira Velha» e foi demolido em 1883, quando a Municipalidade resolveu construir o referido teatro. Dentro do recinto do mercado, construiu-se em 1878 o «Circo Funchalense», onde trabalharam algumas companhias.

O mercado chamado de S. João esteve para ser construído entre as ruas do Hospital Velho e Nova de Santa Maria, num campo que ali existia, o qual chegou a ser vistoriado pela Camara e o tenente-coronel de engenharia Feliciano António de Matos em 15 de Maio de 1821.

O terreno onde o mercado foi edificado pertencia aos frades de S. Francisco e foi aforado à Câmara em 24 de Dezembro de 1822.

Parece que o mercado de S. João esteve encerrado ou deixou de servir o público durante algum tempo, pois lemos algures que ele foi reaberto a 4 de Abril de 1846.

Mercado de D. Pedro V. As obras deste mercado começaram em Julho de 1876, tendo a Câmara para as levar a efeito contraído quatro empréstimos, sendo um de 6 contos de réis, em 1876, dois de 10 contos de réis cada um, em 19 de Junho e 7 de Novembro de 1878, e o ultimo de 34 contos de réis, dos quais apenas 4 foram destinados ao pagamento de folhas antigas do mesmo mercado. A importância do primeiro destes empréstimos foi levantada pelos vereadores sob sua responsabilidade na casa bancária de João José Rodrigues Leitão.

No sitio onde está (1921) o Mercado de D. Pedro V, aberto ao publico a 19 de Dezembro de 1880, houve outrora uma oficina para a serragem de madeiras, e depois algumas barracas para a venda de frutas e hortaliças. Foi Servulo Drumond de Meneses, quando vereador da Câmara em 1853, quem primeiro lembrou a conveniência de se mandar edificar o mesmo mercado.

Mercado de São Pedro – Vid. Praça do Peixe.

Mercado União. Foi construído em 1835 no local onde existiam as ruínas da igreja de Nossa Senhora do Calhau, tendo a Câmara Municipal em 12 de Junho pedido licença ao Prefeito para demolir a torre e os restos da mesma igreja, não obstante a carta regia de 10 de Março de 1805 tê-los mandado conservar. Para dar maior extensão ao mercado adquiriu a Câmara dois prédios, um pertencente a Francisco João de Santa Clara e Brito e outro à confraria do Santíssimo de Santa Maria Maior, os quais foram também mandados demolir.

Embora o mercado já funcionasse em fins de 1835, só em princípios de 1839 é que foi fechado com uma galeria de ferro, com três portas.

Em 10 de Novembro de 1910, resolveu a Câmara extinguir e demolir no fim do ano o mercado União, mas só em 8 de Junho de 1911 é que se mandou abrir praça para as obras da referida demolição, as quais foram arrematadas em 10 de Abril do mesmo ano.

Iam-se tornando muito acanhadas as instalações do Mercado de D. Pedro V, destinado especialmente à venda de «verduras e hortaliças», e da Praça de S. Pedro, em que se fazia a venda de todo o peixe consumido na cidade. Essas ponderosas circunstâncias e ainda a impreverível necessidade do prolongamento da «Avenida do Mar» aconselhavam a edificação de novos mercados, em harmonia com o movimento sempre crescente da população, com os mais modernos e rigorosos preceitos da higiene e com a largueza e desafogo que importava imprimir a esses importantes serviços. Aventurou-se a Camara do Funchal a essa empresa e fez levantar uma grandiosa construção, em que esses múltiplos serviços ficaram funcionando em um só edifício, embora em diversas, vastas e independentes instalações, com todas as condições exigidas pela mais perfeita organização desses mesmos serviços, chegando a afirmar-se que no seu género era a primeira instalação de todo o país.

O local escolhido foi o de um vasto polígono enquadrado dentro dos limites do Largo dos Lavradores, Rua de Santo António ou do Hospital Velho, Rua da Boa Viagem e Rua Nova de Santa Maria ou de Latino Coelho, sendo a entrada principal aberta no antigo Largo dos Lavradores.

Como já ficou dito, apesar da diversidade dos serviços acumulados e que se faziam em dois diferentes mercados, tudo ficou disposto e ordenado, em virtude da larga capacidade das instalações e da especial e metódica organização que a tudo presidiu, de modo a não dar-se quaisquer perturbações e antagonismos entre as variadas secções de carácter industrial e comercial, que ali exercem a sua actividade.

Mercês (Rua das). Comunica as ruas dos Netos e de S. Pedro) com o largo do Marquês e a rua da Saúde, e deriva o seu nome de ter existido nela o convento das Mercês, de que já falámos no 1.º vol. deste Elucidário e cuja cerca se estendia até perto da capela das Almas, sendo então bastante estreita a travessa das Capuchinhas.

A Câmara pensou em estabelecer a cadeia no convento das Mercês, cujos terrenos obtivera depois da proclamação da República, mas tendo desistido dessa ideia resolveu em 22 de Abril de 1914 ceder ao «Auxílio Maternal» os mesmos terrenos, recebendo em troca a parte do convento de Santa Clara cedida á mesma instituição pelos decretos de 31 de Outubro de 1912 e 22 de Setembro de 1913.

O convento das Mercês começou a ser demolido em 1911 para a construção da cadeia tendo servido nesse mesmo ano para alojamento de parte das tropas que vieram á Madeira para manter a ordem publica por ocasião da epidemia colérica. É de 4 de Março de 1915 a comunicação que a comissão executiva da Camara fêz ao Governo de que não utilizava o edifício do referido convento para construção da cadeia.

V. Nossa Senhora das Mercês e Conventos.

Merens de Távora (Luís do Canto e Castro). A 22 de Junho de 1892, tomou posse do cargo de Governador Civil deste distrito, para que tinha sido nomeado por decreto de 9 do mesmo mês e ano.

Mero (*Serranus fimbriatus*). Peixe da família Percida, semelhante à garoupa, mas maior, que se pesca ordinariamente perto da costa. Vive em tocas e, embora não seja dos peixes mais finos, tem todavia um sabor agradável.

Mesquita. Este apelido de família procede de Pedro Ferreira de Mesquita que em 1662 vivia na Ponta do Sol e aí fundou a capela de Nossa Senhora dos Milagres, e de um tal António de Mesquita, natural de Malhorca, que, por motivos que nos são desconhecidos, veio ter a esta ilha.

V. Esprânger.

Mesquita e Castro (Francisco Albuquerque de). Por decreto de 1 de Maio de 1876, foi nomeado Governador Civil deste distrito, tendo tomado posse a 10 de Junho do mesmo ano.

Mesteres. Os procuradores dos mesteres ou mesteres, como também eram chamados, eram os oficiais mecânicos que faziam parte da chamada Casa dos Vinte e Quatro. Todos os anos, em Janeiro, o Juiz do Povo apresentava à Câmara Municipal a pauta dos quatro procuradores dos mesteres que deviam tomar parte nos trabalhos da vereação, os quais podiam ser rejeitados quando não tivessem seis anos pelo menos de exercício na mesma Casa.

Em antigos tempos, assistiam os mesteres ás sessões camararias, sentados em cadeiras rasas, junto duma mesa independente da dos vereadores, mas em 1803 permitiu-lhes o Juiz de Fora José Júlio Henriques Gordilho que se sentassem à mesa das vereações, o que deu motivo a protestos do procurador do concelho João da Câmara Leme, que considerou essa concessão aviltante para a sua qualidade de fidalgo.

Em 7 de Agosto de 1811, deliberou a Câmara que os mesteres voltassem a ocupar os seus antigos lugares, mas, tendo eles interposto recurso dessa resolução, conseguiram que ela fosse anulada. Os representantes dos ofícios mecânicos deixaram durante cerca dum ano de assistir ás reuniões camarárias, por se haverem considerado agravados com a deliberação tomada a seu respeito pelos vereadores.

Os mesteres eram em antigos tempos mal vistos pelos vereadores, que chegavam muitas vezes a insultá-los e humilhá-los, mas nos princípios do século XIX melhorou bastante a sua situação, devido às profundas transformações sociais que se operaram no nosso país antes do movimento emancipador de 1820.

Os mesteres deixaram de fazer parte das vereações depois da proclamação dos princípios constitucionais na Madeira, em 1834, tendo a Casa dos Vinte e Quatro de que eles eram representantes, sido extinta pelo decreto de 7 de Maio do mesmo ano. A Câmara Constitucional, eleita em 3 de Novembro de 1822, não tinha mesteres.

Metade (Vale da). Este grande vale, visto do mirante mandado construir pela Direcção das Obras Públicas, na levada do Juncal, constitui um dos mais vastos e majestosos panoramas do interior da Madeira. Ao cimo do vale, avistam-se os picos Ruivo e das Torres, os mais elevados da ilha, e nas suas alcantiladas margens, em muitos pontos vestidas de arvoredo, vegetam muitas das mais belas e raras

plantas da Madeira. O mirante da levada do Juncal fica a cerca de 15 quilómetros do Funchal.

Meteóro. (O). Saíram apenas dois números deste jornal: a 31 de Outubro e 14 de Novembro de 1856.

México (Imperatriz do). A imperatriz Carlota esteve na Madeira, em companhia de seu esposo o imperador Maximiliano, em Abril de 1864, quando se dirigia para o México a bordo da Novara, tendo alguns anos antes passado uns tempos nesta ilha, onde chegou em Dezembro de 1859, acompanhada do marido.

Segundo refere Cesar Cantu nos *Ultimos trinta anos*, a Imperatriz Carlota escreveu uma obra intitulada *Um inverno na Madeira*.

V. Maximiliano (Imperador do México).

Miguéis (Alfredo Vital). Nasceu nesta cidade a 28 de Abril de 1883. Começou a sua educação artística na Escola Industrial do Funchal, e tendo-se matriculado na Academia Real de Belas Artes em 1889 ali completou o seu curso de pintura histórica com o ilustre pintor Columbano Bordalo Pinheiro no ano de 1911. Durante o curso, foi várias vezes premiado e obteve uma medalha na conclusão dele. Em 1914, fez concurso para professor das Escolas Industriais, sendo em 1915 nomeado professor para a Escola Industrial de Setúbal e em 1917 transferido para a Escola Industrial do Funchal.

Em 1912, obteve aprovação no concurso do Premio Valmor para pensionista no estrangeiro, seguindo nesse ano para Madrid e fixando-se depois em Paris, onde permaneceu até 1914 no estudo e aperfeiçoamento da sua arte.

Apresentou pela primeira vez os seus trabalhos na exposição na Sociedade Nacional de Belas Artes, de Lisboa, em 1910, e concorreu também às exposições dos anos de 1911, 1915, 1916, 1917 e 1919, obtendo ali os

prémios de menção honrosa, três terceiras medalhas e a segunda medalha no ano de 1916. Foi admitido na exposição do Salon, de Paris, em 1913, 1914 e 1922. Realizou exposições dos seus trabalhos no Funchal e em Setúbal, e foi um dos expositores na Primeira Exposição de pintura e Escultura, que se fez nesta cidade em 1922.

Os seus quadros *Jardim do Luxemburgo* (1915), *A Taça de Leite* (1916) e *a Torre de Jesus em Setubal* foram adquiridos pelo Estado para o Museu Nacional de Arte Contemporânea.

Faleceu no Funchal a 9 de Julho de 1943.

Miguel Bombarda (Campo de) V. Barca (Campo da) (vol. I pág. 127).

Milagres (Capela dos). Por este nome é também conhecida a Capela de Cristo, de que já nos ocupámos neste *Elucidário* (vol. I, pág. 332).

Míldio. Esta moléstia, que ataca principalmente as folhas e os cachos das vinhas, só em 1912 é que principiou a causar prejuízos sensíveis nos vinhedos madeirenses. As manchas brancas e pulverulentas que a caracterizam, são devidas a um fungo da família das Peronosporaceas – a *Plasmopara viticola*, – cujos ramos saem pelos estomas da folha e formam conídios nas extremidades das suas ultimas ramificações. O micelio do fungo vive no interior dos orgãos verdes da parreira e é ele que directamente prejudica a planta. A propagação do míldio faz-se não só por meio dos esporos (conídios), mas também por meio dos ovos ou oósporos resultantes da fusão de duas celulas dissemelhantes. A calda bordelesa tem dado bom resultado no tratamento preventivo do míldio.

Milhã. Nome vulgar da *Setaria glauca*, Gramínea frequente na Madeira.

Milho (*Zea Mays*). Gramínea originaria da América, cuja introdução na ilha é muito posterior á do trigo, cevada e centeio. A papa da farinha de milho constitui a base de alimentação de dois terços da população madeirense e o grão serve para sustento do gado e das aves. A panícula formada pelas flores masculinas (bandeira do milho) e os caules e fôlhas da planta podem também ser dados aos gados, ao passo que as brácteas que rodeiam a inflorescência feminina costumam ser aproveitadas para encher colchões. Esta inflorescência ou espadice recebe o nome de maçaroca; as barbas do milho são os longos estiletes ou filamentos que terminam o ovario.

A cultura do milho é antiga na Madeira, mas foi em 1847 que Laureano da Câmara Falcão, mais conhecido pelo nome de morgado da Ilha (sítio da freguesia de S. Jorge), a desenvolveu nas freguesias de Santana e S. Jorge, mandando vir para este fim do arquipélago dos Açores alguns agricultores que ensinaram aqui os processos de cultura adoptados naquele arquipélago. Os resultados que ele tirou do seu empreendimento foram bastante lisonjeiros, e para animar a cultura do milho entre nós, apareceu a lei de 22 de Julho de 1853, que isentou do pagamento dos dízimos o que fosse produzido na terra.

A produção do milho no arquipélago não vai além de 6.000 hectolitros, sendo necessário importar cerca de 11 milhões de hectolitros para satisfazer às exigências do consumo em todo o distrito (1921).

Milicia. Quando a Madeira foi descoberta e povoada, durava ainda, diz o dr. Azevedo, mas na transição já, o período feudal da milícia dos povos «em que as armas eram privilégio de poucos, e sujeição de quase todos». «Cada donatário, continua o mesmo autor, era na sua capitania, o caudilho, o capitão estavam subordinados a este os fidalgos que delle haviam recebido as terras de sesmaria; e aos fidalgos, ou senhorios, os povoadores inferiores, que, na paz, lhes eram colonos, quasi adscriptos, das terras, e na hoste, obrigados homens de armas».

Ao período feudal, seguiu-se o período a que o dr. Azevedo chama monárquico, em que o rei, avocando a si o direito de exigir serviço militar dos seus vassalos válidos, «rompeu com as preeminências guerreiras dos donatários e fidalgos deixando-lhes tão somente os encargos».

Tem a data de 25 de Março de 1500 o primeiro diploma em que o rei exige directamente esse serviço tanto

dos fidalgos, como do povo da Madeira, afim de o acompanharem numa expedição a Africa, mas tendo o donatário João Gonçalves da Camara reclamado respeitosamente contra as ordens emanadas do poder central, baseado em antigos direitos que não podiam ser postergados, apareceu no mesmo ano uma outra carta revogando a anterior na parte em que se referia a esta ilha, e mandando que os moradores desta a não deixassem «desacompanhada», para a poderem guardar e defender em caso de necessidade.

Contemporizava o monarca com o donatário por se não julgar talvez suficientemente forte para consolidar o poder real nesta ilha, mas foi isso por pouco tempo, pois que a 12 de Maio de 1509 ordenava o rei, por carta expedida de Évora que os fidalgos, cavaleiros escudeiros, homens bons e povo da cidade do Funchal se fornecessem de armas e cavalos visto os seus serviços se poderem tornar necessários em qualquer ocasião.

Não se pode filiar neste diploma a criação da moderna milícia madeirense, pois que ele apenas mandava armar o povo, sem lhe dar organização militar, mas podemos fazer datar da publicação dele a subordinação ao poder real dos elementos com que esta ilha podia contribuir para a defesa do país.

As vigias, que eram feitas pelo povo em pequenas casas fortes, de propósito construídas para resistir ao mar e evitar surpresas, foram no entender do dr. Álvaro de Azevedo, mais do que o preludio da milícia ao diante conhecida pela denominação de ordenanças, pois que eram as ordenanças mesmas, com pequena diferença, demarcando por isso a sua instituição o limite entre o período feudal e o monárquico na história da milícia madeirense.

As vigias tiveram regimento em 1567, dado por D. Sebastião, e muito antes, em 1515, existiam aqui bombardeiros, aos quais foram então concedidos privilégios. Em 1532, foi nomeado para esta ilha um anadel-mór de espingardeiros, que teve mais tarde autorização para poder nomear espingardeiros para as vilas e lugares, e do alvará de 2 de Março de 1497 se vê que já antes desta data havia na Madeira casa de armas, onde estas se fabricavam.

Segundo o regimento de 10 de Dezembro de 1570, as ordenanças estavam divididas em companhias, agrupadas por capitãias-mores. Cada capitania mór, diz o dr. Azevedo, tinha um capitão mór, que era o commandante; um sargento mór, seu imediato; e mais tarde, um ajudante. Cada capitania tinha um capitão e um alferes, sem patente regia, um sargento, um meirinho, um escrivão e dez cabos de esquadra. Os donatários, ou os alcaldes-móres nas terras que os tinham, eram capitães-mores natos; nas outras terras

eram eleitos em camara assim como a mais oficialidade o era, em todas as terras até que este privilegio da eleição ficou, para as que não tinham donatario, reduzido pelo alvará de 18 de Outubro de 1701, a mera informação, sendo o rei, ou os donatarios nas terras delles, quem dava as patentes, mas só aquelle podia tirá-las».

Ignoramos se na Madeira existiram todas as entidades, que, segundo o regimento, deviam possuir as companhias de ordenanças, mas há vários documentos donde se vê que houve aqui capitães e sargentos-mores, assim como ajudantes dos capitães-mores. Já em 1575 deviam existir ordenanças na ilha, pois que há um diploma dessa época concedendo melhoria de sólido ao sargento-mor do Funchal. Pensa o dr. Azevedo que as vigias a que atrás nos referimos vieram a fundir-se nas ordenanças.

As ordenanças constituíam nos princípios do século XIX um corpo de terceira linha, com as seguintes capitanias-mores na Madeira: Funchal, Câmara de Lobos, Campanário, Ribeira Brava, Ponta do Sol, Madalena, Calheta, Porto do Moniz S. Vicente, Ponta Delgada, Porto da Cruz, Machico, Santa Cruz e Caniço. «Posteriormente ao dominio castelhano, diz o dr. Alvaro de Azevedo, teve a milicia portuguesa, até 1809, quatro reformas ou renovações: 1^a. a de D. João IV, decretada em assento de cortes por 1641, com duas especies de tropa, a de soldo e a auxiliar, ficando toda a mais gente nas ordenanças, as quais eram um como viveiro de recrutas;—2^a. a de D. João V, instituida pelo alvará de 15 de Novembro de 1707, a que se deu o nome de novas ordenanças; 3^a. a de D. José I, desenvolvida nos regulamentos (1763-1766) chamados do Conde de Lippe, por ter sido essa reforma inspirada por este illustre general, então commandante das tropas portuguesas; e 4^a., finalmente, a de 1806-1809».

Além das catorze capitanias-mores a que atrás nos referimos, tinha o arquipélago nos principios do século XIX um batalhão de artilharia de primeira linha, com seis companhias e 727 homens, um batalhão de artilharia auxiliar com quinze companhias e 2171 homens e três regimentos de milicias, que eram os da Calheta, Funchal e S. Vicente, cada um deles com dez companhias e cerca de 800 homens. Todas estas forças, à excepção do batalhão de artilharia de primeira linha, eram milicianas, constituindo a artilharia auxiliar e os três regimentos de milícias a segunda linha, e as ordenanças a terceira linha das tropas da Madeira.

Das forças milicianas que existiam no arquipélago, só teve o Porto Santo um corpo de artilharia, com quatro companhias, criado em 1805.

As ordenanças foram extintas por Filipe II, a pedido das cortes de Tomar, e restabelecidas em 1623, mas, segundo parece, o diploma que as extinguia não teve aplicação à Madeira, onde elas existiram até entrar em vigor o decreto e carta de lei de 22 de Agosto de 1821, que novamente as dissolveu, assim como as milícias. Restabelecidas umas e outras pela lei de 13 de Julho de 1823, só vieram a acabar definitivamente pelos decretos de 14 e 20 de Julho de 1832, os quais só tiveram execução nesta ilha depois da proclamação do governo liberal, em 1834.

Dum relatório apresentado ao Governo em 1754 pelo Capitão-General Manuel Saldanha de Albuquerque e do que existe publicado sobre o papel que desempenharam as milícias por ocasião da tomada da Madeira pelos miguelistas em 1828, se vê que estas tropas se não recomendavam naquelas épocas nem pela disciplina nem pelo valor militar, os quais tanto distinguiram as milícias que no tempo dos donatários foram em socorro das nossas praças de África ameaçadas pelos mouros e ainda aquelas que em antigos tempos algumas vezes defenderam a ilha dos assaltos dos seus inimigos externos.

Apesar do aparato de organização que revestia as milícias dos séculos XVIII e XIX, só chegaram dessa instituição, às ilhas da Madeira e Porto Santo, diz o dr. Azevedo, «a caricatura e as prepotências, acabando no enxame de senhores capitães, tenentes e alferes, cujas patentes ainda são, nas povoações rurais, memórias vaidosas e pretextos respeitados de distinções e consideração».

No primeiro quartel do século XIX eram o capitão-mor e o sargento-mor, chefes principais das ordenanças, nomeados em Câmara, sendo escolhidos «entre as pessoas da governança e da nobreza, abastadas em bens e de sã cristandade». O morgado Luís Teixeira Doria foi o último capitão-mor e o morgado Aires de Ornelas Cisneiros o último sargento-mor que houve na capitania do Funchal, tendo ambos sido nomeados em 1828.

Os capitães e sargentos-mores estavam isentos de exercer os cargos da governança, isto é, de ser vereadores, almotacés, etc., etc..

Milne Edwards (Alphonse). V. *Expedições científicas* a pág. 428 do vol. 1 deste *Elucidário*.

Mimos. Nome vulgar de todas as plantas da familia das Onoteraceas pertencentes ao genero Fuchsia. A *Fuchsia coccinea*, originaria, ao que parece, do Brasil, está naturalizada no Monte, Camacha e outros pontos da Madeira.

Mimoso (Vasco). Este madeirense publicou no Funchal, em 1911, um opúsculo de 112 páginas intitulado Esperança e Luz. É empregado da 9^a. Região Agrícola e nasceu a 27 de Dezembro de 1882.

Minerais. V. *Aragonite, augite, calcedónia, ferro, gipso, jaspe, limonite, olivina, opala psilomelano e zeolito.*

Minhoca (*Lumbricus terrestris*). Anelídeo da ordem dos quetópodos, frequente na Madeira. Vive na terra.

Ministros de Estado. Desde a revolução de 1820, foram ministros de Estado os seguintes madeirenses:

João Francisco de Oliveira, António Aluisio Jérvis de Atouguia (visconde de Jérvis de Atouguia), João de Oliveira (conde de Tojal) José Ferreira Pestana, Luis da Camara Leme, Jaime Constantino de Freitas Moniz, José Vicente Barbosa du Bocage, Aires de Ornelas de Vasconcelos, António Aurelio da Costa Ferreira, António Pereira Reis, Alfredo Rodrigues Gaspar, João Catanho de Meneses, Pedro Góis Pita, Americo Olavo Correia de Azevedo, Manuel Gregorio Pestana Junior e Daniel Rodrigues de Sousa. Vid estes nomes.

Miranda. Este apelido de familia, diz o dr. Alvaro de Azevedo, procede de João Lourenço de Miranda,

um dos nobres companheiros de Zargo. Há outros Mirandas que vêm de João Machado de Miranda.

Miranda (Felisberto de Betencourt). Desempenhou o cargo de amanuense da secretaria da Camara, para o qual foi nomeado em 3 de Novembro de 1835, e faleceu com mais de 70 anos de idade, a 30 de Janeiro de 1889, estando a êsse tempo aposentado. Na biblioteca da Camara, existe um trabalho manuscrito por êle organizado e que tem o seguinte titulo: *Apontamentos para a genealogia de diversas famílias da Madeira, colleccionados de 1887 a 1888*.

Mirantes. A surpreendente nunca assaz encarecida beleza da paisagem madeirense (Vid. Paisagem da Madeira), que maravilhosamente se desenrola em terrenos de tão acidentado e caprichoso relevo, oferece com frequência muitos sítios e lugares, que convidam à estática contemplação dos mais dilatados e encantadores horizontes. Nesses pontos privilegiados, logo lembra, sem o menor esforço, a necessidade da construção de pequenos miradouros, que facultem aos visitantes um apreciado repauso e o prazer espiritual, que a natureza pode ali prodigamente proporcionar-lhes. Alguns bancos confortáveis, arvores que dêem sombra e ainda uma «pérgola» vestida de qualquer planta ornamental servirão de simples e indispensável adôrno a êsses lugares. O Funchal possui alguns desses miradouros, como sejam o da «Montanha», «Babosas», «Pico dos Barcelos», adros das igrejas do Monte, S. António, S. Martinho e S. Gonçalo, «Largo António Nobre», «Largo das Cruzes», e ainda outros, mas nem todos oferecem o indispensavel confôrto, que provoque uma atraente e demorada visita.

Espalhados por tôda a superficie da ilha, encontram-se muitos pontos sobranceiros a belos trechos de encantadora paisagem, em que deveria proceder-se á construção desses miradouros, agora facilitada pela abertura das novas estradas.

Em 27 de Julho de 1850, recomendou o Governador Civil José Silvestre Ribeiro ao director das Obras Públicas Tibério Augusto Blanc, a construção dum mirante no sitio das Macelas, no concelho de Machico, por causa da vista surpreendente que dai se desfruta, tendo tal mirante sido construído pouco depois e estando ainda hoje de pé, como é sabido. Além da construção do mirante das Macelas, recomendava J. Silvestre Ribeiro a construção dum mirante na Portela, no concelho de Machico e de outro na Eira do

Serrado, no concelho do Funchal.

Perto da Levada do Juncal e a cerca dum quarto de hora da casa de abrigo do Ribeiro Frio, existe um mirante mandado construir pela Direcção das Obras Públicas, donde se desfrutam vistas majestosas sobre a Ribeira da Metade.

Misericórdias. Parece que pouco tempo depois de iniciar-se a colonização desta ilha nasceu o pensamento da fundação de um hospital entre nós. Foi o próprio descobridor João Gonçalves Zargo, que, por escritura publica de 25 de Março de 1454, fez doação duns terrenos situados junto da capela de São Paulo, para a edificação do novo estabelecimento hospitalar. A construção do edifício, que foi feita a custa do povo, somente se realizou no ano de 1469. O hospital ali funcionou aproximadamente quinze anos, sendo transferido para a freguesia de Santa Maria Maior pelos anos de 1484. A nova fundação levantou-se num terreno pertencente a Álvaro Afonso, que o cedeu para este fim no ano de 1483, com a condição de haver no hospital seis leitos para doentes pobres.

O rei D. Manuel, em virtude duma Bula que alcançara do papa Alexandre VI, permitindo a fundação dum novo hospital nesta ilha, ordenou, por carta regia de 25 de Maio de 1507, a construção dum edifício especialmente destinado a esse fim, sobre terras dum tal Bartolomeu Malheiro. Presume-se que o antigo hospital se incorporou na nova fundação e que esta se levantou no mesmo sitio daquele, na rua que ainda hoje conserva o nome de Hospital Velho. No entretanto, encontramos, num antigo livro de Provimentos da Igreja Paroquial de N. Senhora do Calhau, os seguintes períodos, que bem claramente se referem a dois hospitais, embora talvez estabelecidos em edifícios contíguos e como que formando uma só instalação: «O Vigario e Beneficiados de N. S. do Calhau hajam e tenham por seus freguezes aquellas pessoas que se recolherem no hospital velho como incuraveis, e morrendo... as acompanhem até á sepultura . . . , e o mesmo guardarão com aquellas que morrerem no hospital novo. . . ». Não é fácil determinar com inteira precisão a época em que se ultimaram os trabalhos da nova edificação, mas não deve ter sido muito posteriormente a 1515, pois que em carta regia de 4 de Junho deste ano, insistia D. Manuel pela conclusão das obras, mandando-lhes aplicar o produto do imposto do vinho, até que inteiramente fossem acabadas. Lemos num antigo nobiliário que o bacharel João Fernandes de Amil foi encarregado pelo monarca de dirigir a fundação e construção do novo hospital.

Nada se sabe acerca do funcionamento deste estabelecimento nos primeiros tempos da sua existência, especialmente com relação ao numero de doentes, ás suas rendas privativas, ao custeio das suas despesas, á forma da sua administração, etc., pois que se não encontra qualquer noticia a tal respeito.

Gaspar Frutuoso, referindo-se ás novas instalações, diz, talvez exageradamente, o seguinte: «A Casa da Misericordia he de ricas officinas, e de mais esmolas e obras de caridade, que n'ella se fazem pelos provedores e irmãos, curando muitos enfermos e remediando muitos pobres e necessitados não somente da mesma ilha, mas também aos que vem de diversas partes e navegações ter a ella, que é rica e abastada e piedosa, escala e refugio de todos». Estas palavras foram escritas em 1590, e 45 anos antes, em representação largamente fundamentada e dirigida ao monarca a 8 de Março de 1645 pelos Provedor e Irmãos da Santa Casa, tinham estes reclamado contra a permanencia do hospital «no peor sitio da cidade», alegando a pequenez do edificio, a proximidade da ribeira, o acanhado da igreja, a falta de lugar para os enterramentos e muitos outros inconvenientes de que resultavam «morrerem muitos enfermos ». No livro de Provimentos, que acima deixamos citado, também a autoridade eclesiástica aconselhava a mudança do hospital para outra casa, dizendo-se ali que as capelas do Espírito Santo e das Chagas, da igreja paroquial, estão debaixo do sobrado ou pavimento da Santa Casa da Misericórdia, ouvindo-se no recinto do templo os gritos e gemidos dos doentes, especialmente quando são sujeitos a alguma operação ou tratamento mais doloroso.

Uma Provisão de D. João IV, de 20 de Abril de 1654, ordenava ao Juiz de Fora do Funchal se informasse da petição do Provedor e Irmãos da Misericórdia e mandasse proceder ao orçamento das respectivas obras, ouvindo para este fim o parecer dos oficiais da Câmara.

Já anteriormente, em 1612 e 1638, tinha a Misericórdia do Funchal dirigido suas petições à Filipe 2.^º e Filipe 3.^º, solicitando autorização e auxilios para a construção do novo hospital, havendo aqueles monarcas mandado proceder a diversas informações, sem que de tais diligencias resultasse o menor beneficio para a Santa Casa.

A 9 de Novembro de 1682, expediu o Príncipe Regente, depois D. Pedro 2.^º, uma provisão, concedendo a esmola de 5.000 cruzados, mas as obras só começaram mais tarde.

Foi a 22 de Julho de 1685 que, na presença do Governador e Capitão-General da Madeira Pedro de Lima

Brandão, que servia de provedor da Santa Casa, se aforaram uns terrenos no Terreiro da Sé, como então se chamava ao espaço hoje ocupado pelo largo da Sé, Avenida do dr. Arriaga e ruas adjacentes, para ali se construir um amplo edifício, que satisfizesse às exigências da Misericórdia do Funchal. (V. Diário de Notícias, de 21 a 27 de Outubro de 1896).

Este terreno era em parte constituído por uma horta, pertencente ao capitão Luís de Atouguia da Costa, e achava-se contíguo à sua casa de habitação. Pela escritura lavrada no referido dia 22 de Julho de 1685, ficou a Santa Casa pagando o foro anual de 12\$00 réis, pelo terreno do Terreiro da Sé.

Somente depois de 1686 é que ali começaram os trabalhos de edificação da nova casa da Misericórdia.

Numa vistoria que neste ano se realizou, a 3 de Abril, para a confecção dos respectivos projecto e orçamento, verificou-se que as obras principais importariam em cerca de 8:000\$000 réis, reconhecendo-se depois serem precisos mais quarenta mil cruzados para o seu total acabamento. Parece que os seus trabalhos foram prosseguindo com alguma lentidão, por falta de recursos, tendo D. Pedro 2.^º, por alvará de 9 de Novembro de 1692, concedido 5.000 cruzados para as referidas obras, e um mandado do Conselho da Fazenda, datado de 19 de Outubro de 1745, aplicou a elas mais 4.000 cruzados.

No entretanto, os enfermos foram dando entrada no novo edifício, ao passo que a construção ia caminhando, embora lentamente, para a sua conclusão definitiva.

O hospital esteve instalado na freguesia de Santa Maria Maior até fins do século XVII ou princípios do século XVIII, época em que se fez a mudança dos diversos serviços hospitalares para as casas em que actualmente se encontram (1922). No vestíbulo do edifício, sobre as duas portas de entrada que dão acesso ao interior do estabelecimento, encontram-se as seguintes inscrições, que bem claramente mostram a lentidão com que as obras foram prosseguindo: Em 20 de Junho de 1788 se fez esta nova entrada, sendo provedor O Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Governador e Capitão-General D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho; e do lado direito: Em 20 de Abril de 1807 se fez esta nova entrada para a enfermaria britânica, sendo provedor Pedro Júlio da Câmara Leme, lendo-se também na porta da sala das sessões o seguinte: Esta nova entrada se fez no ano de 1790, sendo provedor o ill.^{mo} e ex.^{mo} senhor D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho.

Com o decorrer dos tempos, vários melhoramentos e acrescentamentos se fizeram no edifício, como sejam a igreja, o Recolhimento das Orfãs e a casa destinada ás enfermarias particulares, não nos sendo possível determinar a época da sua construção. Na principio do século XIX, estabeleceu-se uma enfermaria especialmente destinada aos súbditos ingleses, conhecida pelo nome de Enfermaria Britânica que deve ter acabado antes de 1837, pois que neste ano começou nela a funcionar a nova Escola Médico-cirúrgica.

Daria um bom volume o que na imprensa desta cidade se disse acerca das péssimas condições higiénicas do hospital, da má situação em que se encontra o respectivo edifício e da sua insuficiente capacidade para a regular acomodação de todos os serviços hospitalares. Há não pequenos exageros nessas afirmativas, o que não quer dizer que este estabelecimento satisfizesse inteiramente as modernas exigências da ciência. No entretanto, pode afirmar-se que se encontrava em regulares condições higiénicas, segundo o autorizado testemunho de algumas notabilidades medicas que o tinham visitado. E, com os grandes melhoramentos ali introduzidos no ano de 1922, essas condições higiénicas aperfeiçoaram-se notavelmente e pouco mais se poderia então conseguir em virtude das circunstancias ocorrentes.

O edifício é uma construção antiga, com três séculos de existência, que está situada na parte mais central e baixa da cidade, mas que tem amplas, desafogadas e bem ventiladas enfermarias, e que para a época em que foi erigido se podia considerar um dos melhores do país, sendo certo que ainda actualmente poucos o excederão na capacidade das suas diversas dependências, se não for além de sessenta o número dos doentes ali recolhidos (1922).

Temos, porém, a opinião de que o hospital deve ser removido para um local e edifício cujas condições higiénicas obedecam por completo aos modernos preceitos da ciência medica. Há muitas dezenas de anos que na imprensa se advoga essa remoção, alegando-se os motivos que ficam acima sumariamente indicados. O Lazareto, os Marmeleiros e os antigos Conventos da Incarnação e de Santa Clara foram apontados como lugares de preferência para a instalação do hospital, depois de realizados os indispensáveis trabalhos de adaptação. Entre os alvitres apresentados, eram considerados como melhores e que mais completamente satisfaziam o fim desejado, os da construção de edifícios novos nas cercas da Incarnação e Santa Clara, aproveitando apenas alguns dos materiais dos velhos e arruinados mosteiros. A opinião autorizada dos médicos veio confirmar as predilecções do público pelo local em que se encontra o convento de Santa Clara. Uma comissão composta dos drs. Nuno Silvestre Teixeira, Fortunato Pita, João Francisco de Almada, José Joaquim de Freitas e José Joaquim Mendes emitiu o parecer, num largo e bem fundamentado relatório, de

que o novo edifício hospitalar se deveria construir no recinto do convento de Santa Clara, condenando as construções do Lazareto e dos Marmeleiros como impropias para aquele fim. (V. *O Diário do Comercio* do mes de Janeiro de 1910).

O decreto de 31 de Outubro de 1912 fez cedência à Santa Casa da Misericórdia do extinto convento de Santa Clara, com excepção da igreja e dos terrenos indispensáveis para o alargamento das ruas que confinam com o mesmo convento, e ainda do terreno cedido à associação do Auxilio Maternal. O decreto de 22 de Setembro de 1913 confirmou a cessão feita à Misericórdia pelo decreto de 31 de Outubro de 1912 para a construção do hospital e introduziu algumas modificações com respeito a maneira de dividir os terrenos e edifícios entre a Câmara Municipal, Auxilio Maternal e Santa Casa da Misericórdia. Tendo a direcção do Auxilio Maternal proposto a Câmara Municipal a cedência dos terrenos que possuía no recinto do convento e cerca de Santa Clara, mediante o cumprimento de certas cláusulas, resolveram aquelas entidades e a Comissão Administrativa da Santa Casa reduzir a escritura publica as bases do acordo a que chegaram, o que se realizou no dia 3 de Março de 1916.

Em Abril de 1922, a Comissão da Santa Casa representou ao governo central, pedindo a cedência dos terrenos que a extinta Junta Agrícola possuía no sítio dos Louros, à estrada do Lazareto, para ali construir os pavilhões e outras dependências destinadas à instalação dum hospital moderno e em conformidade com as actuais exigências da higiene.

A Confraria da Misericórdia do Funchal foi estabelecida por carta regia de 1514, conforme um registo que encontrámos no arquivo desta instituição, e, por outra carta regia de 18 de Setembro do mesmo ano, foi anexado e entregue o hospital á referida Confraria, sob cuja superintendência e administração ficaram todos os serviços hospitalares, «com tanto que sempre se provejam aos pobres e enfermos que ao dito hospital vierem». A Confraria foi instalada na igreja paroquial de Santa Maria Maior, que era contigua ao hospital, dizendo o anotador das Saudades que D. João III revogara essa concessão feita por D. Manuel, acrescentando o seguinte: «presumimos que, desde então, esta ficou funcionando na capella dos Santos Reis, proximo do hospital, a este doada no ano de 1514».

No decorrer dos tempos, foram conferidas a esta Confraria varias isenções e regalias, que muito concorreram para o seu desenvolvimento e prosperidade. Assim, pela carta regia de 23 de Agosto de 1605 e

por outros diplomas posteriores, pode a Confraria usar de todos os privilégios concedidos à Misericórdia de Lisboa, nos casos em que possa ter aplicação neste arquipélago a doutrina contida nos mesmos diplomas. O alvará regio de 8 de Junho de 1740 prorroga, por dez anos, o privilegio de poder cobrar a esmola dos dízimos dos «cabritos, frangãos, ovos, leite, queijo, cordeiros e pombos» na jurisdição do Funchal e nas vilas da Ponta do Sol e Calheta. Uma carta regia datada de 22 de Agosto de 1734, permite á mesma Confraria ter um tabelionato privativo para todos os contratos que realizar. Os serviços religiosos da Confraria e Hospital foram isentos da jurisdição do Prelado, por carta regia de 27 de Março de 1767, ficando sob a imediata direcção do capelão-mor.

A Misericórdia do Funchal foi administrada pelo régimen de irmandades desde a sua fundação até 1834, isto é, durante o longo periodo de 320 anos. Não temos conhecimento detalhado dessa administração, mas pode afirmar-se que nesses três séculos se criou, desenvolveu e prosperou a nossa primeira instituição de caridade e que os últimos 80 ou 90 anos de gerência das comissões administrativas não acrescentaram à Santa Casa da Misericórdia novos elementos de engrandecimento e prosperidade, embora algumas dessas comissões tivessem prestado relevantes e desinteressados serviços a este estabelecimento pio.

No período decorrido de 1514 a 1834, teve a Misericórdia do Funchal 300 provedores, alguns dos quais assinalaram a sua gerência com medidas de grande alcance e da mais eficaz administração, sobressaindo entre eles o bispo desta diocese D. Luís Figueiredo de Lemos, em fins do século XVI e princípios do século XVII, o governador e capitão-general Francisco da Costa Freire, fundador do Recolhimento das Orfãs, no segundo quartel do século XVIII, o governador e capitão-general D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho, no ultimo quartel do mesmo século, e o bispo diocesano D. Joaquim de Meneses e Ataíde, no primeiro quartel do século passado. Destes dois últimos provedores se encontram os seus retratos em grandes telas na sala das sessões da Comissão Administrativa.

Os mais antigos compromissos desta Misericórdia foram moldados pelos Regimentos da de Lisboa, mas a carta regia de Felipe 3º., de 22 de Março de 1631, aprovou um compromisso privativo para a nossa Santa Casa, que vigorou por muitos anos e que era um documento proficientemente elaborado, tratando com largueza de todos os assuntos que interessavam à vida da Santa Casa. Foi impresso no ano de 1943, como simples elemento de documentação histórica, em um opúsculo de 46 páginas.

Ignoramos quando foi reformado esse compromisso de 1631, mas sabemos que o provedor D. Joaquim de

Meneses e Ataide elaborou em 1801 um novo Regimento, que foi confirmado por provisão regia de 19 de Outubro de 1819. Este Regimento, que, para a época, se afirma ser um trabalho de alto valor, foi impresso no ano de 1820 com o título de Regimento ou Regulamento do Hospital Real de Santa Isabel da Cidade do Funchal, Ilha da Madeira, sendo provedor da mesma Santa Casa o excellentíssimo e reverendíssimo senhor Bispo Vigário Apostólico D. Frei Joaquim de Menezes e Athaide.

Em 1906, foi restaurada a antiga Confraria da Misericórdia do Funchal, sendo o respectivo compromisso aprovado por alvará do governador civil José Ribeiro da Cunha, datado de 30 de Abril do mesmo ano. A 17 de Maio seguinte se elegeu a Mesa Gerente, que era de eleição bienal, sendo primeiro provedor o cônego António Homem de Gouveia. Poucos dias depois da implantação da República, contrariamente ao que se fez com todas ou quasi todas as Misericórdias do país, dissolveu o governador civil do distrito a Confraria desta cidade, nomeando uma Comissão Administrativa para gerir os negócios da Santa Casa.

Como acima dissemos, terminou no ano de 1834 o régimen das confrarias na administração da Misericórdia, começando então a gerência das Comissões Administrativas nomeadas pelo chefe superior do distrito, expondo essa administração aos azares das paixões partidárias e aos vaivéns da política facciosa de campanário, um dos maiores males da nossa terra.

Os acontecimentos políticos que se tinham dado no país e a ausência desta ilha de muitos membros da confraria, impediram que em Julho de 1834 se procedesse à eleição da respectiva mesa gerente. O Prefeito desta Província Luís da Silva Mousinho de Albuquerque, por alvará de 16 de Agosto daquele ano, nomeou uma comissão afim de examinar as contas da Santa Casa, estudar as causas da sua decadência durante o período das nossas lutas civis e propor os meios de a combater. Conformando-se depois com os pareceres da dita Comissão, determinou por alvará de 8 de Novembro de 1834, que, com carácter provisório e até que o governo central tomasse uma resolução definitiva sobre o assunto, a Câmara Municipal do Funchal nomeasse uma Comissão Administrativa de cinco membros para gerir os negócios da Santa Casa, a começar no dia 1 de Janeiro de 1835, e que no princípio de cada ano se renovasse a nomeação de três membros. Também determinou que a Câmara Municipal propusesse seis pessoas idóneas, de entre as quais o Prefeito escolheria três para constituírem uma comissão encarregada da liquidação das contas atrasadas da Santa Casa e da cobrança de todas as dívidas passivas, pertencentes ao mesmo estabelecimento.

«Reconhecendo-se haver incompatibilidade entre a Comissão Administrativa e a Comissão

Liquidataria, lê-se no Compromisso publicado em 1906, foi esta dissolvida pelo Prefeito da província, por alvará de 4 de Maio de 1835. Ficou então a Comissão Administrativa gerindo inteiramente os negócios da Santa Casa por um novo Regimento, que tinha sido aprovado e mandado pôr em execução pelo governador Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, por alvará de 8 de Novembro de 1834. Este Regimento foi impresso em 1840 e por elle se administrou a Misericordia até o anno de 1843.

«Por portaria do Ministerio do Reino, de 9 de Agosto de 1838, foi declarado que a administração da Santa Casa pertencia à Mesa Eleita em conformidade com o seu Compromisso (e que se o não tivesse se regulasse pelo da Misericordia de Lisboa), não competindo essa administração a qualquer Comissão, a não ser que houvesse sido dissolvida a Mesa, que então seria nomeada uma Comissão de carácter interino, até que fosse eleita nova Mesa.

«Em vista de tão clara determinação, a Comissão Administrativa foi exonerada, a seu pedido, a 27 de Outubro de 1838, tendo o Administrador Geral nomeado uma Comissão interina, que deveria gerir os negócios da Santa Casa de harmonia com as disposições contidas no Regimento organizado em 1834 e aprovado a 8 de Novembro do mesmo anno.

«Em 19 de Outubro de 1839, o Administrador Geral ordenou a Comissão da Santa Casa que elaborasse um projecto de Regulamento definitivo, que deveria ser submetido á approvação do governo central, tendo-se a mesma Comissão desempenhado d'essa incumbência, apresentando em 29 de Abril de 1839 as bases d'un novo Regulamento. Por esta occasião manifestou a Comissão Administrativa o seu parecer quanto á maneira de serem geridos os negócios da Misericordia, opinando pelo regimen das Comissões, reconhecendo, porém, a necessidade da nomeação d'un empregado superior que tivesse a seu cargo a fiscalisação immediata de todos os serviços da Santa Casa, sob a direcção da Comissão Administrativa.

Este projecto de Regulamento não recebeu approvação, mas serviu de base ao que foi enviado ao governo pelo Administrador Geral em 3 de Janeiro de 1842 e que foi aprovado provisoriamente por portaria de 13 de Fevereiro de 1843.

No anno de 1854 a Junta Geral do Distrito representava ao governo pedindo o restabelecimento da antiga Confraria, persuadida de que este regimen traria à Santa Casa uma nova era de prosperidades. Ouvida sobre este assumpto a Comissão Administrativa, foi esta de opinião que não convinha a reorganisação da antiga

Confraria e que deveria subsistir o adoptado sistema das Comissões Administrativas.

«Embora com caracter provisório, estava estabelecido o regimen administrativo das Comissões nomeadas pela auctoridade superior do districto, que vigorou até ao principio de 1906, sendo certo que outras tentativas se fizeram para o restabelecimento da antiga Irmandade ou Confraria da Misericordia.

«Em virtude d'uma Portaria do Ministério do Reino de 23 de Abril de 1855, o governador civil do districto nomeou uma comissão destinada a propor à Confraria da Misericordia do Funchal as alterações do respectivo Compromisso, tendo por base as disposições contidas no Compromisso da Misericordia de Lisboa, não sendo conhecidos os resultados dos trabalhos porventura realizados por essa comissão.

Apesar da administração e direcção dos negócios da Santa Casa da Misericórdia estarem absolutamente entregues às Comissões Administrativas, foram no entretanto convocados em 1869 os membros da antiga Confraria, que se reuniram em 15 de Dezembro do mesmo ano, afim de serem ouvidos ácerca da conveniencia de serem ou não convertidos em inscrições da Junta de Credito Publico os bens possuidos pela Misericórdia. Tratava-se de adoptar uma medida de grande importancia, não querendo a respectiva Comissão, que sabia ser um corpo administrativo de caracter provisório, arcar inteiramente com as consequencias e com as graves responsabilidades de semelhante medida. N'esta reunião a que compareceram 13 irmãos e faltaram 17, deu a Confraria o ultimo signal de sua existencia.

Em 1885 a Comissão Administrativa, em officio dirigido ao chefe superior do districto, reconhece a necessidade da reorganisação da antiga Irmandade, tendo também em 1888 o respectivo governador civil reconhecido igual necessidade.

«No referido anno, o chefe superior do districto, que era então o visconde de Cannavial, procedeu a um minucioso estudo acerca da administração da Santa Casa, escrevendo sobre o assumpto uma interessante e desenvolvida memoria. Em conformidade com esse estudo e no intuito de melhorar a situação da Misericordia, elaborou um novo Regulamento, aprovado por alvará de 10 de Março de 1888, que foi posto em execução a 14 do mez e anno referidos. Por este Regulamento era criado o lugar de Director Geral, que sob a immediata direcção da Comissão Administrativa superintendia em todos os serviços do hospital.

«Esse Regulamento só vigorou até 25 de Março, tendo sido apenas geridos por elle os negocios da Santa

Casa durante o curto periodo de onze dias.

«o governador civil do districto, em 17 de Dezembro de 1901, aprovou um novo Regulamento, que começou a ser posto em execução a 2 de Janeiro do anno seguinte. Por elle se entregava o serviço interno do hospital ás Irmãs Franciscanas de Maria, que deram entrada na Misericordia no alludido dia 2 de Janeiro. A 18 de Junho do mesmo anno, tendo sido suspensa a vigencia do Regulamento de 17 de Dezembro de 1901, deixaram aquellas religiosas o serviço do hospital.

«A 13 de Março de 1894, dirigiram-se ao governador civil do districto 16 cidadãos, entre os quaes se contavam os membros da Comissão Administrativa da Santa Casa d'então, pedindo que fosse aprovado um projecto de Compromisso, em virtude do qual se restabelecia a antiga confraria da misericordia e eram entregues a irmãs hospitaleiras os serviços internos do hospital. O chefe do districto, não querendo resolver o objecto da petição, fez a 21 de Março do anno referido, uma larga exposição do assumpto ao ministerio do reino, tendo obtido uma resposta datada de 22 de Maio seguinte, em que se estabelece a doutrina da possibilidade da reorganização da antiga Confraria, sendo observadas certas formalidades legaes.

«Foi em virtude d'essa resposta do ministerio do reino que alguns annos depois, a 22 de Fevereiro de 1905, o governador civil dirigiu um officio ao administrador do concelho do Funchal, ordenando que fossem intimados os irmãos da antiga Confraria, para que, juntamente com os que fossem admittidos pela Comissão Administrativa, se constituíssem dentro do prazo de 15 dias, sob pena de ser extinta a mesma Confraria, em conformidade com o disposto no Codigo Administrativo vigente.

«Terminado o prazo indicado no edital e não aparecendo á intimação feita nenhum dos antigos confrades, que todos haviam já falecido, foi presente à Comissão Administrativa em 11 de Março de 1905, um requerimento de 28 cidadãos, solicitando a sua admissão na Confraria, sendo imediatamente deferido aquelle pedido.

«Considerada extinta a Confraria e feita esta communicação ao ministerio do reino, baixou a Portaria de 8 de Fevereiro de 1906, que restabeleceu a Confraria da Misericordia do Funchal, dando por terminado o regimen das Comissões Administrativas, que vigorou durante o periodo de 62 annos, de 1834 a 1906».

A administração dos negócios da Santa Casa tem tido sorte varia no longo período de quatro séculos, tendo

nós apenas conhecimento detalhado dela no período decorrido de 1812 a 1885 pelo estudo feito pelo Conde de Canavial, a que acima nos referimos. Em fins de 1834, isto é pouco depois de terminadas as lutas civis, possuía esta instituição o capital aproximado de oitenta contos de réis, que produzia o juro anual de quatro contos de réis, acrescendo mais o rendimento de dois contos de réis de prédios rústicos e urbanos, o que perfaz um rendimento total de cerca de seis contos de réis, sendo as despesas nos dois anos anteriores superiores a dezassete contos e havendo dêste modo um déficit anual superior a dois contos de réis. Com referência à mesma época, tinha a Santa Casa uma dívida superior a seis contos de réis e receitas por arrecadar no valor de trinta contos. Dezoito anos depois, isto é em 1862, tinha piorado consideravelmente a situação financeira deste estabelecimento pio. O seu capital baixara a 66 contos de réis e as dívidas orçavam por cinco contos, tendo receitas por arrecadar na importância de 54 contos. Em 1872, sofreu notável melhoria a situação económica do hospital, havendo verdadeiro zélo na administração dos anos anteriores, conseguindo-se equilibrar as receitas com as despesas, que naquele ano orçaram por doze contos de réis.

Não temos elementos para nos referirmos pormenorizadamente à administração da Santa Casa em anos mais recentes, mas não queremos deixar de mencionar as gerências de 1897 a 1900 e de 1906 a 1910, sob a direcção do conselheiro Manuel José Vieira e conego António Homem de Gouveia, em que foram os negócios deste estabelecimento pio conduzidos com o mais escrupuloso zelo e com os mais profícios resultados.

Cometeríamos uma imperdoável lacuna, se não deixássemos aqui consignado o acto da mais alta benemerencia praticado pelo banqueiro desta praça Henrique Vieira de Castro, oferecendo à Santa Casa a avultada soma de quatrocentos contos com o fim de se fundar uma enfermaria exclusivamente destinada ao tratamento de doenças cancerosas. Tendo aquele benemérito cavalheiro, lembrado, mas não imposto, a conveniência de ser essa enfermaria servida por irmãs hospitalárias portuguesas, tanto bastou para que a respectiva comissão administrativa recusasse a oferta, privando-se assim o hospital de tão importante donativo.

O mesmo cavalheiro assumiu a presidência da Comissão Administrativa da Santa Casa em Janeiro de 1922, e logo abriu uma grande subscrição pública que rendeu mais de trezentos contos, tendo ele próprio iniciado essa subscrição, concorrendo com a importância de 30 contos. Tem-se afanosamente dedicado à administração do hospital, ao qual está prestando e prestará ainda por certo os mais relevantes e assinalados serviços. (1922).

O que fica sumariamente exposto acerca da historia da Misericórdia do Funchal não vai além do ano de 1926, tendo, porém, a partir do ano imediato, surgido uma série de favoráveis circunstancias, que permitiram realizar os mais importantes melhoramentos e conceder inapreciáveis prosperidades a essa benemérita instituição, de que vamos dar uma rápida noticia.

A Mesa Gerente da Santa Casa encetou no ano de 1927 uma campanha tenaz, porfiosa e intelligentemente orientada no sentido de obter do governo central a cessão do edificio do Sanatório dos Marmeleiros, com os seus terrenos anexos, aguas e outras regalias, para a regular instalação dos diversos serviços hospitalares, o que veio a alcançar-se pelo Decreto de 29 de Março de 1928, devendo assinalar-se esta data como uma das mais memoráveis da historia da Misericórdia, por recordar o maior beneficio que ela tem recebido na sua já longa existência de quatro séculos. Para a total conclusão do edifício, a sua conveniente adaptação aos fins a que se destinava e a indispensável montagem de novos e urgentes serviços, teve a Mesa Gerente que contrair um empréstimo de quinhentos contos de réis, tornando-se o nosso hospital um dos primeiros estabelecimentos do seu género no nosso país, segundo o autorizado testemunho de distintos médicos que o têm demoradamente visitado. No ano de 1931, fez-se, para o novo edifício dos Marmeleiros, a mudança de todos os serviços hospitalares, que durante 240 anos estiveram instalados no antigo edifício de Santa Isabel, o qual no ano de 1933 foi cedido à Junta Geral do distrito pela importância de mil e quinhentos contos de réis.

Essa notabilíssima obra realizada a favor do nosso primeiro estabelecimento de caridade e que mui sumariamente deixamos exposta, deve-se à Mesa Gerente da Misericórdia presidida pelo reverendíssimo Conego Manuel Francisco Camacho e de modo especial a êste ilustre membro do clero madeirense, que não se poupou às mais árduas canseiras e aos mais aturados esforços para levar a bom termo um empreendimento ericado de tantas e tamanhas dificuldades. É um acto de inteira justiça deixar aqui registados os nomes do general António Teixeira de Aguiar, dr. Carlos de Melo, dr. Oscar Baltazar Gonçalves e dr. João Francisco de Almada pelos instantes e valiosos auxílios que dispensaram àquela Mesa Gerente na consecução de tão notável melhoramento.

Outra data, e das mais memoráveis nos anais da Santa Casa, é a de 10 de Agosto de 1940, em que se procedeu à solene inauguração de diversos melhoramentos, os mais importantes realizados no edifício dos Marmeleiros, após a sua aquisição e adaptação aos serviços hospitalares. Uma notável ampliação da casa,

com a abertura de novas enfermarias, de espaçosas e bem apetrechadas salas de operações, a canalização de aguas e de esgotos, uma melhor instalação para os trabalhos de secretaria e de administração e muitos outros melhoramentos levados a efeito em diversas dependências do hospital, tornaram possível a admissão de um maior numero de doentes e uma inapreciável melhoria na realização dos vários e complexos serviços que ali se desempenham. Ao fazer menção desta obra, notável por muitos títulos, dois nomes acodem, sem esforço, aos bicos da nossa pena—o do ilustre governador civil José Nosolini Pinto Osorio da Silva Leão e o do provedor e distinto eclesiástico Padre Jacinto da Conceição Nunes, devendo-se ao primeiro a aquisição dos meios indispensáveis para a consecução dêsse importante melhoramento e ao segundo o trabalho inteligente e tenaz da sua iniciativa, da sua direcção e do seu completo acabamento.

Um apreciável beneficio concedido à Santa Casa foi o do despacho ministerial de 10 de Janeiro de 1939, incumbindo à Junta Geral do Distrito e à Câmara Municipal a satisfação dos «deficits» anuais desse estabelecimento pio, que no ano de 1942 excediam a avultadissima soma de seiscentos contos de réis.

Como acima se disse, o regime das Confrarias da Misericórdia somente perdurou na Madeira até o ano de 1834, ao contrario do que sucedera no continente português, em que esse regime continuou, até à actualidade, sendo naquele ano nomeada uma Comissão Administrativa para o Funchal, que serviu até o restabelecimento da antiga Confraria, tendo esta entrado em exercício no ano de 1906. Teve curta duração, pois que foi extinta em 1910 e novamente restaurada no ano de 1927, continuando até o presente na direcção de todos os serviços hospitalares com o mais a cendrado zelo e com um notável espírito de abnegação e sacrifício.

Ao encerrar êste artigo, não podemos deixar de colocar na distinta galeria dos benfeiteiros da Santa Casa, que acima ficam rapidamente mencionados, os nomes dos beneméritos cidadãos António de Carvalhal Esmeraldo, bispo D. Luis Figueiredo de Lemos, governador e capitão-general D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho, conselheiro Manuel José Vieira e industrial Henrique Hinton, que aquela casa de caridade prestaram também relevantes e desinteressados serviços.

Adjunto ao hospital encontrava-se o Recolhimento das Orfãs, de que nos ocuparemos na altura conveniente desta obra, e anexo ao mesmo hospital funcionou durante 74 anos a Escola Medico-Cirurgica, a que já largamente nos referimos (vol. I, pag. 401 e s.).

Os escritos impressos que possam interessar à historia da Misericordia do Funchal e de que temos

conhecimento, são os seguintes: *Regimento ou Regulamento do Hospital Real de Santa Isabel da cidade do Funchal, Ilha da Madeira, sendo provedor da mesma Santa Casa o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo Vigário Apostólico D. Frei Joaquim de Menezes e Athaide. Ano de 1816*, Lisboa, 1820, de 60 pag.; *Regimento do Hospital Nacional e Real da cidade do Funchal, Província da Madeira. Ano de 1834*. Funchal, 1840, de 16 pag; *Discurso de abertura pronunciado na Escola Médico-Cirúrgica do Funchal no dia 15 de Maio de 1867* pelo Dr. João da Câmara Leme, Funchal, 1867, de 15 pag.; *Relatório e Projecto de Regulamento para a Escola Médico-Cirúrgica do Funchal...* pelo Dr. João da Câmara Leme, Funchal, 1868, de 104-XX pag.; *A Questão entre o dr. João da Câmara Leme... e o farmacêutico Francisco Xavier de Sousa...* Funchal 1868, de 55 pag., que saiu anônimo, mas que se atribui ao médico-cirurgião Francisco Clementino de Sousa (V. este nome); *O dr. António da Luz Pita, o farmacêutico Francisco Xavier de Sousa e o dr. João da Câmara Leme na Escola Médico Cirúrgica e na Delegação de saúde*, pelo Dr. João da Câmara Leme, 1869, de 88 pag.; *Projecto de Regulamento para a Santa Casa da Misericórdia e seu hospital denominado de Santa Isabel, da cidade do Funchal, no anno de 1844*, Funchal, 1871, de 36 pag; *Saudades da Terra*, Funchal, 1873 (de pag. 644-646); *o Hospital de Santa Isabel da cidade do Funchal visto à luz da higiene*, por Acursio Garcia Ramos, Funchal, 1874, de 36 pag; *Ilha da Madeira*, por Acursio Garcia Ramos, Lisboa, 2 vol., 1879 e 1880, (ocupa-se do hospital de Santa Isabel de pag. 49-117 do 1.º vol. onde, se reproduz integralmente o folheto do dr. Ramos que fica citado); *Relatório apresentado á nova comissão Administrativa de Santa Casa da Misericórdia do Funchal a 2 de Janeiro de 1901*, Funchal 1901, de 22 pag; *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Funchal*, Funchal, 1906, de 27 pag., precedido dum breve notícias histórica, por um dos redactores deste Elucidário; *Regulamento interno da Santa Casa da Misericórdia do Funchal*, Funchal, 1907, de 24 pag.; *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 95, *Instituições de Beneficência e Associações de Classe*, por Vitorino José dos Santos, Lisboa, 1914, de 84 pag., ocupando-se das Misericórdias de pag. 14-21 e 34-37. Desde o ano de 1927, em que a Irmandade da Misericórdia reassumiu a direcção de todos os serviços de administração da Santa Casa do Funchal, têm sido elaborados e publicados em opúsculos diversos relatórios, que encerram importantes dados de informação, nomeadamente o do ano de 1933, pela valiosa documentação que nele se encontra registada.

Fundaram-se também confrarias da Misericórdia, com seus estabelecimentos anexos, nas vilas da Calheta, Machico, Santa Cruz e Porto Santo, as quais ainda existem, embora seja muito restrita a área da sua acção benéfica.

A Misericórdia da Calheta: – A Misericórdia do Funchal pretendeu em 1815 incorporar nos seus bens os

prédios e foros pertencentes ás quatro referidas Misericórdias, com o fundamento de que os doentes pobres daquelas localidades eram tratados no hospital da cidade, e neste sentido representou ao governo da metrópole, não tendo, porém, a petição obtido despacho favorável, apesar da informação dada pelo governador e capitão-general Florencio Correia de Melo. Os provedores das Misericórdias dos campos reclamaram colectivamente contra a pretensão da Misericórdia do Funchal, alegando que, se aquelas instituições não mantinham hospitais por falta de recursos e outras circunstancias de carácter local, sustentavam no entretanto inválidos em casas apropriadas e praticavam outros actos de caridade, devendo continuar a prestar os serviços que estavam prestando, com a sua vida própria e autonoma, como até àquela época tinham feito. Desta reclamação, que foi atendida, destacamos os seguintes períodos, que interessam á historia da Misericórdia da Calheta:

«Esta Casa da Misericordia foi erecta em 1535, por alvará real; de 7 de Outubro do mesmo anno era a Bulla Pontificia; e no anno de 1569 se lhe concedeo por outro alvará o poder de arrecadar, suas rendas, fóros e dívidas executivamente como Fazenda Real, sendo seu Provedor o Juiz Executor. Tem compromisso datado do anno de 1616, conservando-se nella, desde a sua instituição athé hoje, incuráveis pobres, a quem a mesma Casa sustenta, veste e trata decentemente, segundo as possibilidades da sua renda... »

A fundação desta instituição pia deve-se a varias pessoas nobres e categorizadas daquela vila. Com o decorrer dos tempos, chegou a um grau de prosperidade relativamente grande, em virtude dos legados e doações que lhe foram feitos, sendo muito importantes os prazos foreiros de que era possuidora. Vieram depois as administrações pouco zelosas dalgumas das suas irmandades, as diversas crises que assolararam esta ilha, as nossas lutas civis, etc., o que tudo lhe determinou a decadência e a ruína, estando presentemente reduzidos a proporções bem limitadas os recursos deste estabelecimento.

Teve edifício e capela próprios desde os tempos primitivos da criação da confraria e que ainda actualmente existem, embora hajam sofrido algumas modificações no andar do tempo. Parece que nunca ali existiu estabelecimento hospitalar, a não ser em época mais chegada da sua fundação, o que não podemos afirmar. Além dos serviços religiosos privativos da irmandade, que se realizavam na respectiva capela, era a Casa da Misericórdia destinada a albergar pessoas invalidas e incuráveis, principalmente recrutadas entre as mais qualificadas famílias daquela vila, feridas pelo infortúnio ou pela pobreza.

Nos últimos anos, (1921) uma administração mais zelosa conseguiu restaurar todo o edifício, que oferecia

sinais de próxima ruína, e ali se acham agora recolhidas algumas pessoas pobres, que recebem um subsidio para a sua sustentação. Possui alguns prédios e foros, que em 1913 renderam cerca de trezentos escudos.

Misericórdia de Machico. – É de fundação bastante antiga, mas ignora-se a época precisa da sua criação, conjecturando-se que date do primeiro quartel do século XVI. É tradição que uma senhora deixara aos pobres da vila de Machico um importante prédio e que este legado despertara a ideia da fundação da Misericórdia, tendo servido de núcleo aos bens que depois veio a possuir.

A aluvião arrastou para o mar em 1803 a capela da Misericórdia e casa anexa, e com elas o respectivo arquivo, escasseando-nos os elementos indispensáveis para traçar uma notícia histórica desta instituição. Podemos no entretanto, por alguns dados que nos fornecem os Anais do Município, dizer que o seu funcionamento era regulado pelo compromisso da Misericórdia de Lisboa. Parece que sempre deixou muito a desejar a sua administração e que não foram grandes os benefícios que dispensou aos pobres, sendo certo que chegou a ter, além do provedor e mesa rio, dois escrivães, dois arrecadadores, um gaveteiro, dois procuradores dos pobres e dois informadores. Este aparato burocrático, embora talvez de exercício gratuito, não obstou a que muitos foros e prédios se perdessem, sobretudo depois que os respectivos títulos foram destruídos pela enchente do princípio do século passado.

Primitivamente não teve hospital, mas apenas capela que servia de sede à irmandade e da qual já nos ocupamos com alguma larguezza (vol. 1, pág. 332) e a ela nos referiremos novamente no artigo Capela de Cristo. O beneficiado da Colegiada de Machico, padre Inacio Barbosa da Silva, por escritura publica de 20 de Maio de 1748, legou à Confraria umas casas que possuía no sitio da Banda de Além, para nelas ser instalado um hospital e servir de edifício da Misericórdia, visto a mesma Confraria não ter uma construção destinada a esse fim. Nada podemos informar com respeito ao funcionamento do hospital, dizendo os citados Anais que aquelas casas passaram à posse da Confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia do Caniço, por motivo que se desconhece. Em 1856, arrendou a Misericórdia um prédio para a instalação dum hospital, que desempenhou um importante papel na epidemia colérica e foi extinto por 1862.

Um dos mais zelosos provedores da Misericórdia de Machico foi o capitão Cristovão Esmeraldo, eleito para aquele cargo em 1810. Além dos bons serviços que prestou na administração da irmandade, muito

concorreu para a reconstrução da capela, que a 9 de Outubro de 1803 fora destruída pela aluvião. Outro provedor que não menos assinalados serviços despensou a esta instituição, foi o vigário daquela vila, padre Manuel José da Paixão, que conseguiu extraír varias certidões de prédios e foros e fazer reverter à posse da Misericórdia alguns bens já então considerados perdidos.

A irmandade foi extinta em 1835, e por alvará do governador civil de 13 de Junho do mesmo ano, se procedeu à nomeação duma comissão administrativa que ficou na gerência desta Misericórdia.

Possui ainda um prédio no sitio da Ribeira Seca, e tinha muitos foros impostos em diversos prédios nos serrados do Isidoro, do Travesso e ainda outros sítios.

No *Boletim do Trabalho Industrial* acima citado, lemos que a receita desta Misericórdia no ano de 1909-1910 foi de 151\$40, que se juntou a um saldo de 79\$51, tendo as despesas do mesmo ano importado nas quantias de 37\$75 para medico e remédios e 71\$21 para dietas. Em 1913 a receita foi de 842\$76, sendo 81\$19 de saldo, 181\$20 de rendas e 508\$37 de renda dum pinhal. As despesas foram de 271\$26, restando um saldo para 1914 de 571\$50. Os doentes são socorridos em suas próprias casas, porque a Misericórdia não tem instalação ao presente para hospital, e quando a tivesse, não dispunha de recursos para a sua manutenção.

Misericórdia de Santa Cruz – *O Boletim do Trabalho Industrial* n.º 95, que já por mais duma vez deixámos citado, insere uma muito interessante e quanto possível completa notícia acerca desta Misericórdia, que vamos integralmente transcrever:

«Parece averiguado que esta instituição de beneficência se fundou em princípio do século XVI, na vila de Santa Cruz, tendo sido levantado o edifício próprio no ano de 1520. É, fora da cidade do Funchal, o estabelecimento mais importante no seu género, e foi de sua origem talhado com amplas acomodações em relação ao meio que servia.

Tendo sido cuidado e conservado, ainda hoje (1920) proporciona serviços de hospitalização a enfermos pobres, em razoáveis condições de conforto, o que se não da em nenhum outro concelho rural do distrito.

Entre os prováveis instituidores deste Hospital, criado pela Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz, citam-se como irmãos mesários de maior condição os nomes de Manuel da Costa Moniz, José Bettencourt de Freitas, Diogo Lopes Fernandes, António Mendes Bettencourt, António Baptista Spínola e Marcos de Aragão.

«o edificio desta Misericórdia experimentou importantes trabalhos de reparação nos anos de 1759, 1786 e 1892, a expensas da caridade pública, sem o que já teria desaparecido; e em 1908 foi de novo reparado por ordem e conta do Estado.

Este edifício consta duma casa de dois pavimentos com uma grande capela e muitos compartimentos, como sejam amplas enfermarias, sala para farmácia, alguns outros quartos, casas de banho, etc., e casas de desinfecção e mortuária.

Dadas as dimensões e o estado do edifício, maiores e melhores serviços de hospitalização podia ele prestar, se os seus rendimentos o permitissem. Estes, porém, são muito escassos e para muito pouco dão, se a caridade pública os não acompanhar e vier regularmente ajudando.

Assim, os rendimentos próprios desta Misericórdia orçam por pouco mais de 200\$ anuais, e é evidente que este valor, não acrescido dos auxílios da beneficência publica, para muito pouco pode chegar, mormente considerando-se nos maiores encargos que sempre resultam da conservação e exploração dum edifício de amplas dimensões.

«Esta Misericórdia tem estatutos aprovados pelo Governo Civil do Funchal em 1889.

«Em 1910 a direcção e prestação de todos os serviços internos e de enfermaria no hospital desta Misericórdia estavam a cargo das irmãs hospitaleiras franciscanas, que ali prestaram bons serviços, e que foram as mesmas que improvisaram um hospital no Lazareto de Gonçalo Aires, na cidade do Funchal, quando da última epidemia de variola que assolou a Madeira.

Tendo sido suprimido o serviço destas religiosas, continuou o Hospital da Misericórdia funcionando sob a direcção duma mesa gerente eleita de entre os irmãos da Confraria de Santa Isabel, e com o concurso do pessoal de enfermaria e farmácia que ficou sendo parcialmente o mesmo que existia, mas secularizado.

Os serviços de farmácia passaram porém a ser dados de arrendamento, continuando no entanto o mesmo pessoal manipulador empregado na Misericórdia.

«Em 1913 a receita desta Misericórdia foi de 1.034\$68, incluindo um saldo de 640\$ do ano anterior, sendo a respectiva despesa de igual valor e onde se compreende a verba de 400\$ gastos em reparos da capela do Hospital.

O pessoal do estabelecimento compreende um médico com 36\$, um escrivário com 36\$ e duas enfermeiras a 30\$, tudo anualmente.

«o movimento de doentes foi em 1913 de 14 doentes, 6 homens e 8 mulheres, dos quais melhoraram 9, faleceram 3 e ficaram em tratamento 2.

«Do exposto se vê, que relativamente pequenos são os serviços que este hospital pode prestar ou a respectiva Misericórdia, mas que dadas as recomendáveis condições da sua instalação, bem digno era de protecção eficaz que lhe permitisse aumentar a hospitalização e benefícios que proporciona, correspondendo assim melhor às necessidades crescentes do meio que serve, que é hoje uma vila das mais importantes do distrito, sede de concelho e de comarca.»

Misericórdia do Porto Santo. – Na vila do Porto Santo, existe uma capela com uma pequena casa anexa, que tem o nome de Igreja da Misericórdia. Foi ali a sede dumha antiga Confraria deste nome, cuja data da instituição ignoramos. Embora um alvará régio de 9 de Abril de 1767 lhe tenha aprovado o Compromisso, é, porém, certo que a sua criação é de época mais remota. Nunca teve hospital. Ignoramos os serviços que prestava, e ao presente não dispensa aos pobres quaisquer socorros.

Missão Marquês de Pombal. Foi criada em 21 de Março de 1913 e os seus fins são os mesmos da associação «O Vintém das Escolas», da qual é subordinada, estabelecida em Lisboa em 1901, por iniciativa do falecido José de Moura Barata Feio Terenas.

Dos estatutos de «O Vintém das Escolas» se vê que esta instituição é destinada à propaganda da educação liberal e cívica, tendo por fins expressos difundir a instrução pelos filhos do povo, promover o

desenvolvimento e progresso moral e intelectual das classes trabalhadoras, auxiliar e socorrer a criança provadamente pobre, promover a federação das escolas de ensino livre e estabelecer prémios aos professores e alunos que deles se tornem dignos. Está ainda no programa da mesma instituição a fundação de bolsas de trabalho, de escolas e bibliotecas populares e a prática de conferências e preleções literárias e científicas.

A «Missão Marquês de Pombal» sustenta uma escola no Funchal, estabelecida à rua de Santa Maria, cuja frequência é hoje (1921) de 40 alunos, mas que teve a princípio uma frequência de 105 alunos de ambos os sexos, e as suas receitas provêm das cotas dos sócios e de bailes, quermesses, etc., que se realizam de tempos a tempos.

Mitten (William). Briologista inglês que estudou as Muscineas colhidas por James Yate Johnson na Madeira. O seu herbário foi adquirido pelo Jardim Botânico de Nova York, em 1906, segundo se lê numa carta escrita pelo professor Cockerell ao zoólogo madeirense A. C. de Noronha. E.: *Contributions to the cryptogamic flora of the Atlantic Islands. (Linnean Society's Journ. Bot., VIII)*.

V. Godman.

Mittermaier (Dr. Carlos). Médico alemão que esteve no Funchal de 1852 a 1854 e fez aqui valiosas observações meteorológicas. E.: *Madeira und seine Bedeutung als Heilungsstadt*; Heidelberg, 1855.

Mocano. São conhecidos por este nome na Madeira – a *Visnea mocanera*, da família das Ternstroemiaceas, e o *Pittosporum coriaceum*, da família das Pittosporaceas. A primeira espécie é arbustiva ou arborescente, com as folhas peludas enquanto novas, principalmente nas margens e nervura media da página inferior; a segunda é sempre arborea, com as folhas desprovidas de pêlos em todas as idades. Esta espécie está quasi extinta nas montanhas da Madeira, mas é cultivada nas quintas do Monte e Camacha; aquela pode ser achada nas rochas entre a Ribeira da Janela e a Ribeira do Inferno, sendo porém bastante rara. A madeira da *Visnea mocanera* é de côr baça, puxando às vezes um pouco a vermelho, muito pesada e

dura; a do *Pittosporum coriaceum* é leve e amarelada ou acinzentada.

Moeda. A moeda que tinha curso na Madeira nos primeiros tempos da colonização, era idêntica à que havia em Portugal, segundo se vê da carta de 26 de Setembro de 1433, pela qual o rei D. Duarte doou esta ilha ao infante D. Henrique. Proibia-se nessa carta que o infante mandasse cunhar moeda, devendo a moeda do reino ter curso na ilha.

Sabe-se por antigos documentos que o marco de prata e os reais eram moedas que circulavam na Madeira, e que havia reais de prata e de cobre, aquêles mandados cunhar por D. João I. Estes últimos reais ou réis tinham valor muito superior aos réis que duraram até nossos dias, e que ainda hoje servem muitas vezes de unidade para o cálculo dos valores.

No foral da cidade do Funchal e das vilas da Ponta do Sol e da Calheta, que tem a data de 6 de Agosto de 1515, fala-se de cruzados, de réis e de reais, e no regimento das madeiras de 27 d'Agosto de 1562 e em muitos outros documentos, também se alude à primeira destas moedas, a qual se tornou com o decorrer dos tempos moeda nominal.

Os cruzados novos eram de ouro ou de prata, o cruzado velho era de ouro, e valia 400 réis. Ainda hoje é uso na Madeira dar o nome de cruzado à importância de 40 centavos ou 400 réis, qualquer que seja a espécie de moeda por que ela esteja representada.

Dos livros das vereações de 1550 se vê que já nessa época tinham curso na ilha os riales, os meios riales e os quartos de riale, os primeiros com o valor de 36, os segundos com o de 18 e os últimos com o de 9,5 réis. Todavia, mesmo durante o governo filipino, eram os réis e os cruzados que serviam de base à representação dos valores.

Em 1643 corriam na Madeira as patacas, as meias patacas, os tostões, os meios tostões e as moedas de 120 réis e de 3 e 2 vinténs, mas não nos diz o documento, onde encontramos esta informação, se este dinheiro era todo espanhol, ou se entre ele havia algum português.

Por carta regia de 9 de Fevereiro de 1664, dirigida ao provedor Francisco de Andrade, foi permitido cunhar moeda de ouro e prata na Madeira, e em 10 do mesmo mês e ano foi publicado o regimento para haver casa de cunho de moeda nesta ilha, com juiz superintendente e os demais oficiais que fossem precisos. Ordenava o regimento de 1640 que o dinheiro do reino tivesse curso na Madeira e em 1664 vieram instruções para a Municipalidade nomear escrivão para a Casa da Moeda e fazer cunhar patacas e meias patacas.

Em 15 de Agosto de 1704, ordenou o capitão-general Duarte Sodré que os rialetes e meios rialetes, que nesta ilha valiam respectivamente 75 e 37 e meio réis, passassem a valer 80 e 40 réis, e que as meias patacas e riales de prata dobles (quartos de pataca) fossem recebidas aquelas pelo valor de 375 réis e estas pelo de 187 réis, isto quando tivessem o peso legal, que era de 7 oitavas e meia por pataca. Foi determinado ainda na mesma ocasião que as patacas denominadas Marias e as meias patacas ou meias Marias; continuassem a ter curso com o valor de 600 e 300 réis, aquelas quando tivessem 6 e estas 3 oitavas de peso.

Em 1700, recebeu o Governador uma carta regia em que se lhe ordenava que fizesse recolher o dinheiro cerceado, vindo por essa ocasião 80:000 cruzados em moeda nova para ficarem na Madeira. O valor da pataca de 7 oitavas e meia era então de 750 reis.

Nos fins do século XVIII e princípios do século XIX, havia na Madeira as patacas; as pesetas e as meias pesetas espanholas, tendo as primeiras o valor de 1\$000 réis, as segundas o de 200 réis e as ultimas o de 100 réis, e em 1819 eram estas mesmas moedas que circulavam ainda na ilha, segundo se lê numa obra inglesa que nesse ano foi publicada em Londres. Nos alicerces de alguns edifícios do século XVIII têm sido encontradas moedas de cobre francesas, do tempo de Luis XVI, o que parece indicar que elas circularam na Madeira.

Em 27 de Julho de 1762, queixava-se o provedor da fazenda das dificuldades que havia em transferir dinheiro para Lisboa, por ser estrangeiro o numerário em circulação, e em 1819 pediu o governador Botelho que, para não ser prejudicado, se atendesse, ao serem-lhe pagos os seus vencimentos, à diferença de valor que havia entre a moeda madeirense e a continental.

A introdução do dinheiro inglês e americano que por largos anos circulou na ilha, teve lugar muitos anos depois da entrada do dinheiro de Castela; as moedas de ouro espanholas que até 1879 circularam na Madeira, tinham o valor de 16\$000, 8\$000, 4\$000 e 2\$000 réis, e as de prata o de 1\$000, 200, 100 e 50

réis.

As moedas de ouro americanas, que corriam na Madeira, eram a dupla águia, a águia, a meia águia e o quarto de águia, que valiam respectivamente 20\$000, 10\$000, 5\$000 e 2\$500 réis, e as de prata eram a pataca ou dólar (1\$000 réis), meio dólar (500 réis), o dime (100 réis) e o meio dime (50 réis). Apareciam também dólares ou patacas de ouro, mas esta moeda era pouco frequente.

A libra esterlina ou soberano e a meia libra ou meio soberano eram as moedas de ouro inglesas que tinham curso na ilha, as primeiras com o valor de 4\$800 e as segundas com o de 2\$400 réis, sendo a moeda de prata representada principalmente pelas meias coroas (600 réis) e pelos xelins (240 réis) e suas subdivisões. A libra esterlina antes de ter o valor de 4.800 réis que lhe foi dado pelos decretos de 7 de Dezembro de 1836 e 4 de Maio de 1842, teve o de 4:600 réis, em virtude do disposto no decreto de 10 de Outubro de 1835.

Além do numerário que deixamos mencionado, tinham curso na Madeira as patacas bolivianas, chilenas, columbianas, argentinas e mexicanas, todas com o valor de 1000 réis, e algumas outras moedas estrangeiras. Em 1887, foi a Camara Municipal do Funchal obrigada a restituir a alguns negociantes a importância de um imposto que eles haviam pago pela importação de dinheiro estrangeiro em circulação na ilha.

Juntamente com as moedas de ouro e prata estrangeiras que por largos anos tiveram curso na Madeira, circulou uma outra moeda que não tinha curso em Portugal. Lê-se num artigo publicado por Alberto Artur Sarmento no extinto Diario do Commercio «que a primeira moeda portuguesa cunhada exclusivamente para as ilhas, é a PECUNIA INSULANA, de D. José I . . . Tem a data de 1750 e são três os valores em cobre: 10, 5, e 3 réis. Tem no anverso JOSEPHUS I. D. G. PORT. ET ALG. REX; dois II (Josephus I) ao centro, sustentando a coroa, a data bi-partida aos lados 17-50, e por baixo o valor X, V ou III, conforme a moeda. No reverso PECUNIA INSULANA e as cinco quinas ao centro, ladeadas de palmas e encimadas com a coroa real. A moeda de 5 réis teve duas emissões, sendo a segunda em 1751».

Manuel B. Lopes Fernandes na Memoria das moedas correntes em Portugal desde os tempos dos romanos até nossos dias (*Memorias da Ac. Real das Sciencias*, nova série, tomo II, parte I) declara que a pecunia insulana, de D. José I, era destinada aos Açores; é, porém, certo que ela circulou também na Madeira,

mesmo depois de aparecer aqui a pecunia madeirensis. Dissemos a pág. 85 de vol. I do *Elucidário* (artigo Armas), baseados na opinião do dr. Azevedo (*V. Saudades*, pág. 492), que nas moedas de cobre cunhadas em 1750 aparecem cinco fôrmas de açúcar ladeadas por canas, também de açúcar, mas, segundo o mesmo Lopes Fernandes, o que ai se vê, bem como nas moedas de 1751, são as quinas entre dois ramos de palmas, o que nos parece mais exacto, se bem que os dois ramos possam facilmente ser tomados por canas de açúcar. Nas moedas da primeira emissão, no valor de 12:000- cruzados, aparecem ainda as duas canas de açúcar das antigas armas do Funchal, ao passo que nas emissões do século XIX se vê em vez das canas, um ramo de vinha.

«D. Maria II, diz ainda Alberto Sarmento criou a moeda exclusiva da Madeira, a PECUNIA MADEIRENSIS, e são igualmente três os valores –20, 10 e 5 réis. No anverso lê-se—MARIA II. D. G. PORT. ET ALG. REGINA, tendo ao centro a coroa portuguesa. No reverso, PECUNIA MADEIRENSIS e o valor respectivo—XX,X ou V, orlado de um ramo de videira. A moeda de vintém teve apenas uma emissão, em 1842. A de 10 réis, 3 emissões: em 1842, 1850 e 1852. A de 5 réis foi emitida em 1850, mas não chegou a circular na Madeira, saindo da Casa da Moeda para a mão de interessados colecionadores, tendo hoje alto valor estimativo».

No tocante a moeda madeirense, há ainda a dizer que em 1919 emitiu O Asilo da Mendicidade e Orfãos cédulas de 1 e de 2 centavos e em 1920 de 4 centavos, destinadas a facilitar os trocos, visto a moeda metálica haver desaparecido do mercado, tendo porém tais cédulas circulado por pouco tempo, em razão duma parte do comércio se negar a aceitá-las.

A lei de 2 de Maio de 1879 acabou com a circulação do dinheiro estrangeiro na Madeira e estabeleceu um prazo para a troca da antiga moeda fraca por moeda portuguesa. A libra esterlina foi a única moeda estrangeira que continuou a ter curso, descendo, porém, o seu valor de 4\$800 a 4\$500 réis.

No resumo que acabamos de apresentar das moedas que se conheceram na Madeira até a publicação da lei de 1879, só mencionamos as espécies cuja existência nos pareceu bem averiguada, mas é de crer que no século XV corressem aqui os ceitis, os escudos, os espadins e os reais brancos e pretos, e que nos séculos imediatos chegassem até esta ilha várias outras moedas que circularam em Portugal, muito embora os documentos que compulsámos nada digam a tal respeito.

Moinhos. Entre os privilégios concedidos aos donatários deste arquipélago, contava-se o de somente poderem eles construir moinhos ou azenhas, concedendo, quando o entendiam, licença para outros o fazerem, mediante uma tributação especial. Este privilegio constituía uma das mais abundantes fontes dos rendimentos dos capitães-donatários, que eram avultadíssimos. No sitio ainda hoje chamado dos Moinhos e pela margem direita da ribeira de Santa Luzia possuíam um numero considerável de azenhas, que chegaram até nossos dias, muitas das quais os marqueses de Castelo Melhor, em época não muito afastada de nós, davam de arrendamento a diversas pessoas. o largo dos Moinhos ou do Marquês conserva estes nomes, por ali ter havido varias azenhas, que eram propriedade da casa Castelo Melhor, na qual foi encorporada a instituição vincular dos donatários do Funchal.

Em carta ou instruções dirigidas pelo infante D. Henrique a João Gonçalves Zarco se diz: «... mandar a João Afonso que correja outra mó e se faça um moinho de agoa segundo o de Tomar». Afirma-se que foi no Caniço, fora do Funchal, o primeiro logar onde se construíu um moinho existindo ainda ali um sitio que tem o nome de Azenha.

Vid. Levadas.

Moinhos. Sitio povoado da freg. do Caniço. 68 f. e 368 h. Neste sitio existem ainda as ruínas duma capela da invocação de Nossa Senhora de Salvação, fundada em 1614 por Francisco Morais de Aguiar.

Moinhos (Ribeira dos). Atravessa a freguesia da Boaventura, desembocando no oceano, a pequena distancia da ribeira do Porco, na mesma freguesia.

Moinhos (Ribeira dos). Fica na freguesia da Ponta do Pargo.

Moinhos (Rua dos). Assim se denominava outrora a parte da rua das Mercês compreendida entre a travessa das Capuchinhas e o largo do Marquês. Na parte superior da rua havia um moinho que foi demolido há anos.

A rua dos Moinhos chamou-se primitivamente rua do Peso.

Molarinha (*Fumaria muralis*). Planta anual da família das Fumariaceas, comum na Madeira e Porto Santo. Tem corolas irregulares e esporoadas, rosadas, brancas ou purpurescentes, de ordinario purpureo-escuras ou esverdinhadas no cimo. A infusão da molarinha ou herva-pombinha é usada nas afecções cutaneas.

Mole (Ilhéu). Pequeno ilhéu na costa da freguesia do Porto do Moniz.

Molhe da Pontinha. A empreitada do molhe da Pontinha foi arrematada pelos engenheiros franceses Combemale, Michelon e Maury por contrato de 30 de Junho de 1885, e as obras duraram até 1889, sendo autorizada a sua recepção provisória por Portaria de 16 de Agosto de 1890. o projecto fora elaborado pelo engenheiro Mariano Augusto de Faria e Maia, tendo sofrido porém algumas modificações, umas propostas pelos referidos empreiteiros, outras impostas pela Junta Consultiva de Obras Publicas e Minas.

A obra custou 447:256\$855 reis; tendo, porém, uma grande parte dela sido destruída pelos temporais de 28 de Fevereiro de 1892, foi o Governo obrigado a despender na sua reconstrução, que terminou em 1895, a importância de 90:000:000 réis. Reunindo estas duas verbas à de 2:502:960 réis, dispendida com a fiscalização dos trabalhos, vê-se que as despesas com a construção do molhe da Pontinha se elevaram à importante soma de 539:759:815 réis.

É curioso notar que já em 1823 se pensava em estabelecer um molhe no Funchal, tendo o Governador e

Capitão-General chegado a pedir a opinião da Câmara acerca do mesmo molhe, e que em 13 de Setembro do ano imediato foi publicada uma carta regia em que se mandava que o brigadeiro Francisco António Raposo passasse à ilha da Madeira, afim de fazer os estudos precisos para a construção dessa obra. Foi nos baixos que ficam perto da fortaleza de S. Tiago que o referido brigadeiro pretendeu estabelecer um molhe e cais, para o que se fez a considerável despesa de 37 contos em quebrar e talhar pedras, que pela maior parte se deixaram perder.

Em sessão da Câmara Municipal do Funchal de 26 de Novembro de 1824, leu o Governador e Capitão-General perante a mesma Câmara, a nobreza e o corpo de comercio nacional e estrangeiro, uma carta regia referente ao cais e molhe no pôrto da cidade, pedindo o Juiz de Fora ao mesmo Governador que levasse ao conhecimento de S. Majestade a gratidão dos madeirenses pelo benefício que iam receber.

Pelo que respeita à muralha que liga o ilhéu da Pontinha à terra, foi começada em 1757, mas só se concluiu muitos anos depois, tendo o plano e modelo da obra sido organizado pelo engenheiro Francisco Tossi Columbino em virtude de uma carta regia expedida em 22 de Maio de 1756 ao Governador Manuel Saldanha de Albuquerque, ordenando a construção de um porto de abrigo no Funchal. Um vendaval que se fez sentir no nosso porto no dia 4 de Novembro de 1757, danificou bastante as obras da referida muralha, já então iniciadas.

Na obra do falecido Adolfo Loureiro intitulada *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, encontra-se uma notícia circunstanciada sobre o actual molhe da Pontinha e os cais do Funchal.

V. Abra e Cais.

Mona (*Pseudotriacis microdon*). Peixe da familia Mitsukurinida, que aparece nos mares da Madeira e é conhecido em Portugal pelo nome de peixe carago.

Mónaco (Príncipe de). O príncipe Alberto de Monaco, nascido em 1848 e falecido em Junho de 1922, visitou os mares da Madeira em 1879, 1888, 1901, 1904, 1911, 1912 e ainda noutras anos, quer a bordo da Hirondelle, quer do Princesa Alice, tendo em todas estas ocasiões feito colheitas valiosas para o estudo da hidrobiologia desta parte do Atlântico. Em Março de 1888, esteve na Deserta Grande, da qual trata no seu livro *La Carrière d'un navigateur*, tendo o capítulo em que se refere àquela ilha sido traduzido pelo sr. Alberto Sarmento e publicado no *Heraldo da Madeira*.

No *Boletim da Sociedade Zoologica de França* (1892), foi publicado um trabalho com o título de *Orthoptères provenant des voyages de S. A. le prince de Monaco dans les archipels de Madère et des Açores* e no *Boletim do Instituto Oceanográfico de Monaco* (1914) encontra-se um trabalho de L. Gain, intitulado *Algues provenant des Campagnes de l'Hirondelle II(1911-1912)*.

Monarchia (A). Publicaram-se dez numeros, sendo o primeiro a 11 de Agosto e o ultimo a 24 de Outubro de 1884.

Moncada (Dr. Francisco Xavier Cabral). Representou a Madeira no parlamento legislatura de 1906 a 1907.

Mondragão. Este apelido de família, que supomos extinto na Madeira, veio de João Rodrigues Mondragão, nobre biscainho que se estabeleceu na Madeira por 1500 e instituiu morgado na vila da Calheta.

V. Domínio castelhano.

Moniz. É apelido de família muito antigo entre nós. Dos primeiros povoadores vindos do continente, diz o anotador das Saudades, estabeleceu-se nesta ilha Vasco Martins Moniz de Meneses, que teve sesmaria no Caniço, sendo fidalgo da casa real e filho segundo de Henrique Moniz, alcaide-mor de Silves, e de sua

mulher D. Inês de Meneses, filha de Gonçalo Nunes Barreto, alcaide-mor de Faro, o qual teve grande casa na vila de Machico, e, por testamento aprovado em 1489, instituiu morgado da sua terça, tendo morrido em 1510 na vila do Torrão. De Vasco Martins Moniz se ocupa largamente Nicolau Florentino (António Maria de Freitas) no seu opúsculo *A mulher de Colombo*, enaltecendo-lhe os feitos e as qualidades, dizendo que na vila de Machico, onde se instalara, se distinguira de quantos portugueses e estrangeiros ali viviam, por sua generosidade, pela fidalguia de seu trato e pelo fausto principesco de sua casa, cujas comodidades e atractivos não o enervaram, pelo contrario sempre que o rei e o país lhe reclamavam os serviços, ele deixava a família para acudir com o seu braço e muitas vezes com a sua bolsa. Era filha de Vasco Moniz a mulher do primeiro donatário do Porto Santo, Bartolomeu Perestrelo, por nome D. Isabel Moniz, tendo deste consorcio nascido D. Felipa Moniz, mulher do grande navegador Cristovão Colombo. De todas estas personagens se ocupa também com largueza o citado folheto de Nicolau Florentino.

Para a Madeira também veio Francisco Moniz, o Velho, natural do Algarve, que deu o nome à freguesia do Porto Moniz ou antes Porto do Moniz, onde teve terras de sesmaria.

Não sabemos se a família Moniz, a que pertenceram os distintos madeirenses Lourenço José Moniz, João Henriques Moniz, Patrício Moniz, Jaime Constantino de Freitas Moniz e João Maria Moniz (V. estes nomes) é oriunda de Vasco Moniz ou de Francisco Moniz a que acima nos referimos.

Moniz (Francisco João). Pertence à família Moniz, que tantos homens distintos deu à Madeira. Nas primeiras eleições que se realizaram neste arquipélago para as Cortes Constituintes, que funcionaram de 1821 a 1822, depois de estabelecido o sistema representativo, foi Francisco João Moniz escolhido para representar esta ilha em cortes e advogou com dedicação as questões que mais de perto interessavam à Madeira.

Foi escrivário e depois contador da Junta da Real Fazenda embarcando para o Brasil em 1828 para fugir às perseguições miguelistas.

Desempenhou o cargo de vice-consul português no Rio de Janeiro e foi um dos benfeiteiros da Beneficência Portuguesa da mesma cidade.

Era pai do ilustre madeirense Patrício Moniz (V. este nome) e faleceu, segundo ouvimos a pessoa da sua família, por 1848.

Moniz (Jaime Constantino de Freitas). Foi um dos mais distintos filhos da Madeira no ultimo século decorrido. Nasceu na freguesia da Sé desta cidade a 18 de Fevereiro de 1837, sendo filho de António Caetano da Costa Moniz e de D. Eufémia de Freitas Moniz.

Terminados os preparatórios no Liceu do Funchal, matriculou-se na faculdade de direito da Universidade de Coimbra, em 1857, e concluiu a formatura em 1862, obtendo os primeiros prémios em todos os anos de seu curso.

Logo se dedicou à advocacia, mas foi curta, embora brilhantíssima, a sua carreira através dos tribunais. Neste período de sua vida, deu-se a lamentável tragédia, que emocionou o país inteiro, de ter o deputado José Cardoso Vieira de Castro assassinado a sua própria mulher. o julgamento desta causa despertou um interesse até então nunca observado entre nós. Jaime Moniz encarregara-se da defesa do seu desgraçado amigo e antigo companheiro nas lides académicas. A causa foi das mais célebres que se julgaram em Portugal, e a defesa ficou assinalada nos anais do foro português, como um dos mais brilhantes triunfos oratórios da eloquência forense. o magistrado que representava a acusação dissera que Jaime Moniz era um verdadeiro meteoro que surgira a brilhar intensamente no foro, ao que ele logo retorquiu—que era realmente um meteoro, não pelo brilho com que fulgia, mas pela rapidez com que passava—aludindo deste modo à sua curta carreira de advogado, que em breve e para sempre abandonou.

Dessa brilhante defesa se ocuparam com os mais alevantados louvores Pinheiro Chagas e Camilo Castelo Branco, e os portugueses residentes no Rio de Janeiro enviaram uma coroa de ouro a Jaime Moniz, como preito de homenagem ao autor daquele monumental discurso. Esta oração e todo o processo do julgamento foram publicados num volume, de que se fez larga tiragem, que em breve se esgotou.

Jaime Moniz também, percorreu como em geral outros homens de mérito da sua época, os meandros tortuosos da política nacional, mas saiu incólume desse tremedal em que tantos chafurdam a própria

dignidade. Foi deputado pelo círculo de Castelo Branco nas três legislaturas decorridas de 1870 a 1874 e pelo círculo de Goa na sessão legislativa de 1871 a 1875. Quando uma lei permitiu que os estabelecimentos e corpos científicos elegessem um seu representante para a câmara dos pares, foi Jaime Moniz escolhido unanimemente para desempenhar essa alta e honrosa missão. A estreia de Jaime Moniz no parlamento, em 1871, constituiu um verdadeiro acontecimento político e logo conquistou os foros dum notável parlamentar. Sempre que erguia a voz no seio da representação nacional, toda a câmara o escutava atentamente e os aplausos saíam espontâneos, ainda das bancadas da oposição. Os assuntos que predilectamente versava, e com indiscutível autoridade o fazia, diziam respeito à instrução pública e a questões coloniais.

Com a queda do marquês de Avila e Bolama, foi em 1871 Fontes Pereira de Melo chamado a organizar um ministério da sua presidência, em que Jaime Moniz sobraçou a pasta da marinha, fazendo parte desse ministério homens da envergadura de Rodrigues Sampaio, Barjona de Freitas e Andrade Corvo. Apesar de não ser longa a sua permanência nos conselhos da coroa, o nosso ilustre patricio deixou assinalada a sua passagem no Ministério da Marinha e Ultramar, por medidas de grande alcance e ainda o seu nome é hoje citado como um dos estadistas que no nosso país não descuraram as questões coloniais.

Abandonando o foro e a política, Jaime Moniz consagrou todas as faculdades do seu espírito ao professorado, aos trabalhos da Academia e aos múltiplos serviços da instrução pública. Em 1863, fez concurso para a cadeira de filosofia e história universal do Curso Superior de Letras, publicando a tese apresentada, que se intitula: Da natureza e extensão do progresso considerado como lei da humanidade e aplicação especial dessa lei às bellas artes. Como lente deste estabelecimento de ensino superior, foi dos mais distintos, tendo como colegas no magistério professores da estatura de Viale, Pinheiro Chagas, Adolfo Coelho e Teófilo Braga.

Era sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa e por muitos anos exerceu o lugar de secretário da primeira Corporação científica e literária do país, lugar que anteriormente tinha sido desempenhado por Latino Coelho e Pinheiro Chagas. A sua acção no seio deste ilustre areópago salientou-se brilhantemente não só nos relatórios e memórias que redigiu como na organização que deu a alguns dos serviços internos da Academia, tomando além disso parte muito notável em todos os seus mais importantes trabalhos.

Foi na antiga Junta Consultiva de Instrução Pública e depois no Conselho Superior de Instrução Pública a que o conselheiro Jaime Constantino de Freitas Moniz presidiu por largos anos que a sua actividade mais

notavelmente se evidenciou, tendo uma verdadeira paixão por todos os assuntos que se relacionavam com a instrução, a que consagrou uma parte considerável da sua existência. Escreveu muitos relatórios e pareceres, redigiu propostas de lei, proferiu discursos, foi ao estrangeiro em comissões de serviço, deu nova organização àqueles corpos consultivos, etc., criando um nome que, na historia da instrução nacional, ficará aureolado por muitos títulos de benemerência.

Jaime Moniz foi também director geral da secretaria da Camara dos Deputados e publicou alguns relatórios anuais acerca dos serviços dessa repartição.

Pertenceu a muitas sociedades literarias e científicas tanto nacionais como estrangeiras, e depois da sua morte foi, por proposta da Academia das Scienclas de Lisboa, dado o seu nome ao liceu do Funchal.
Morreu em Lisboa a 16 de Setembro de 1917

Moniz (João Cirilo). Temos conhecimento deste madeirense pelas referencias que a seu respeito encontramos nos tomos X e XI do *Diccionario Bibliographico* de Inocencio. Nasceu no Funchal a 28 de Janeiro de 1818 e morreu em Nictheroy, Brasil, a 2 de Junho de 1871. Em 1809, acompanhou seu pai para o Rio de Janeiro e ali seguiu um curso de piano e canto. Pertenceu a diversas sociedades e naquela cidade fundou uma destinada a ministrar gratuitamente a instrução. Publicou um opúsculo intitulado Breve compêndio de musica,.. dedicado a sua alteza a sereníssima princesa imperial D. Leopoldina. Parece que deixou vários inéditos destinados ao estudo da musica, mas dos quais não temos conhecimento.

Moniz (D. João Henriques). Nasceu nesta cidade no ultimo quartel do século XVIII e era próximo parente do dr. Lourenço José Moniz, dr. Patricio Moniz e conselheiro Jaime Moniz, dos quais nos ocupamos neste Elucidário. Formou-se em canones pela Universidade de Coimbra tendo-se ordenado de presbítero no primeiro quartel do século passado.

Exercia nesta diocese as funções de promotor eclesiástico, quando foi envolvido na alçada que veio a esta ilha em 1828, sendo no ano seguinte enviado preso para Lisboa e dali deportado em 1830 para o arquipélago de Cabo Verde. Residiu alguns anos na ilha Brava, onde desempenhou funções paroquiais e

onde prestou relevantes serviços à instrução, com a fundação de duas escolas.

Restabelecido o governo constitucional, não regressou à pátria, tendo sido em 1835 nomeado governador do bispado de Cabo Verde. Em 1841, foi apresentado bispo daquela diocese, mas somente em 1844 é que veio a Lisboa receber a sagradação episcopal.

Teve um bem curto episcopado, pois chegou a Cabo Verde em Fevereiro de 1847 e morreu a 1 de Julho do mesmo ano. Julgou-se então que as contrariedades e perseguições que sofreu mal desembarcou na ilha de São Tiago, o arrastaram sem demora à sepultura. O cabido que era composto de um cônego preto e outro mulato, não quis conferir-lhe a posse do bispado, e o Governador, pela falta da posse legal, não o reconheceu como prelado e negou-se a abonar-lhe os respectivos honorários. No meio destas lutas e amarguras, sucumbiu ao ataque dum febre perniciosa, sendo sepultado no cemitério da Praia, sem que lhe fossem prestadas as honras civis e eclesiásticas a que tinha direito a sua elevada jerarquia. Não faltou quem afirmasse que o prelado fora vítima dum assassinato causado por envenenamento, que então se atribuiu a um seu próximo parente.

D. João Henriques Moniz tinha sido eleito senador substituto pela Madeira para a sessão legislativa de 1840 a 1842.

Moniz (João Maria). Nasceu no Funchal a 23 de Julho de 1822 e era filho de José Inacio Moniz e de D. Marciana Jardim Moniz. Em 1849, foi admitido como praticante na Repartição de Fazenda do Funchal, tendo feito antes estudos secundários no liceu, e em 1860 foi nomeado aspirante da mesma repartição, onde serviu até 27 de Junho de 1895, data em que se aposentou, possuindo então a categoria de oficial, que alcançara a 22 de Agosto de 1883

Foi um distinto naturalista e entre 1848 e 1855 organizou um excelente herbario, parte do qual tendo sido emprestado ao botânico Lowe, desapareceu por ocasião do naufrágio em que este sabio inglês perdeu a vida. Novas explorações realizadas no arquipélago permitiram-lhe substituir por outros os exemplares perdidos e descobrir várias espécies não assinaladas anteriormente.

Em 1856, criou Lowe o genero Monizia, que dedicou ao nosso distinto conterraneo, tendo feito acompanhar a descrição que publicou do mesmo genero no Jornal Botanico de Booker, das palavras seguintes: «este nome representa uma homenagem ao sr. João M. Moniz, um distinto botanico e feliz investigador da flora nativa da Madeira, e um não menos zeloso horticultor, sempre activamente empenhado em introduzir plantas raras ou novas na ilha e em promover o desenvolvimento dos conhecimentos agricolas e horticolas entre os seus conterraneos».

Três especies botanicas relembram o nome de J. M. Moniz—o *Carex Moniziana*, o *Helichrysum Monizii* e a *Sclerophularia Moniziana*,— e dois moluscos e um insecto receberam também o seu nome, sendo êste o *Zergus Monizi* e aquêles o *Craspedopoma Monizianum* e a *Helix Moniziana*.

João Maria Moniz foi o primeiro botanico que indicou a existencia na Madeira da Visnea, Mocanera, arvore que se supunha peculiar das Canarias, sendo êle também quem demonstrou por meio de exemplares autenticos colhidos nesta ilha, que a *Euphorbia Lathyris* existente no herbario de Francisco Masson, depositado no Museu Britanico, provinha daqui e não dos Açores, com alguém chegara a supor.

Muitas plantas exóticas, abundantemente espalhadas agora pelas nossas quintas e jardins, foram introduzidas pelo nosso biografado. Era numa propriedade no sitio do Destêrro, que êle as cultivava e aclimava, para depois as distribuir pelos seus amigos e conhecidos.

João Maria Moniz era cavaleiro da Ordem de S. Tiago, associado provincial da Academia das Ciências de Lisboa, socio correspondente da extinta Sociedade de Geografia do Pôrto e membro da antiga Sociedade Agricola do Funchal, tendo sido o promotor duma exposição realizada no Funchal em 1854 e um dos membros da comissão que levou a efecto a exposição agricola de 1861. Possuia um anel de brilhantes oferecido pelo infante D. Luís, mais tarde rei de Portugal, e a imperatriz Isabel de Austria, e o principe Maximiliiano, depois imperador do Mexico, também lhe deram provas de muito aprêço por ocasião de visitarem esta ilha.

Deixou por sua morte um valioso herbario, que foi adquirido pelo botanico inglês Murray e está agora em Kew, uma magnifica colecção de conchas terrestres, que foi comprada pelo inglês Blandy, já falecido, e uma colecção de madeiras que se acha presentemente no arquivo da Camara Municipal do Funchal. Nos últimos tempos da sua vida, procurava reunir as conchas-marinhas da Madeira afim de as submeter a exame do

inglês Watson, mas a morte surpreendeu-o antes de haver concluído êste trabalho.

J. M. Moniz era especialmente botânico e malacólogo, mas conhecia a grande maioria dos peixes dos mares da Madeira e não era estranho a entomologia. Uma pequena coleção de insetos que organizara, foi cedida em sua vida ao distinto entomologista francês Fauvel.

Era dotado duma memória prodigiosa e dum admirável espírito de observação, sendo por isso que raras vezes deixava de indicar o nome duma planta já por ele estudada, ainda mesmo decorridos muitos anos depois de realizado êsse estudo. Se não conhecia, como Augusto de Candolle, as plantas pelas cotilédones, conhecia-as muitas vezes por um simples fragmento duma folha, como mais duma vez tivemos ocasião de observar.

João Maria Moniz faleceu no Funchal a 10 de Julho de 1898. Trabalhou até o fim da sua vida e foi incontestavelmente um dos homens mais distintos da nossa terra, apesar de não ter deixado nenhum trabalho que ateste o seu muito saber e o interesse que sempre consagrou ao estudo das ciências naturais.

Moniz (Dr. Lourenço José). Foi um dos mais distintos madeirenses da primeira metade do século XIX. Aliou a um brilhante talento uma notável austeridade de carácter. Ele e o dr. Luís Vicente de Afonseca, que durante algumas dezenas de anos representaram a Madeira no seio do parlamento, foram os indivíduos que com maior abnegação e desinteresse advogaram as necessidades deste arquipélago, não solicitando para si empregos e não patrocinando pretensões escandalosas ou escuras negociatas, tendo sempre vivido numa modesta mediania e morrido numa quase desamparada pobreza.

Nasceu o dr. Lourenço José Moniz na freguesia de Santa Maria Maior desta cidade a 10 de Agosto de 1789. Reconhecendo nele seu tio paterno o padre Filipe Gomes Moniz, cura da Sé Catedral, uma viva e precoce inteligência, tomou a seu cargo a educação do seu jovem sobrinho, que soube inteiramente corresponder às esperanças que a seu respeito nutria o seu desvelado protector.

Concluídos no Funchal os estudos preparatórios, seguiu Lourenço Moniz para Inglaterra, afim de matricular-se na facultade de medicina da Universidade de Edimburgo, que gozava de reputação universal,

sendo então bastante considerados os médicos formados nesta escola e tidos como muito sabedores dos assuntos da sua especialidade. Em Inglaterra, apesar de estrangeiro e de não conhecer profundamente a língua do país, não desmereceu os créditos que alcançara na Madeira, chegando a obter alguns prémios em varias cadeiras do seu curso universitario. A 1 de Agosto de 1815, defendeu a sua tese inaugural *De Ictero* escrita na lingua latina e que foi publicada em Londres no mesmo ano.

Regressando à terra natal, entregou-se ao exercício da sua profissão com brilhante êxito, e em 1824 foi nomeado professor duma cadeira de humanidades, que mais tarde também regeu no liceu, quando este se estabeleceu em 1837, do qual foi um distinto professor e o seu primeiro reitor. Também, quando, em 1837, se criou a nossa Escola Medica, foi Lourenço José Moniz nomeado seu professor e seu primeiro director, cargos que não chegou a exercer por se tornarem incompatíveis com o lugar de deputado e outras comissões de serviço que então desempenhava.

A sua austeridade de carácter, o seu reconhecido talento e a grande consideração de que gozava entre os seus patrícios tinham-no naturalmente indicado para os altos cargos públicos, e assim, nas primeiras eleições que se realizaram depois da promulgação da Carta Constitucional em 1826, foi o dr. Lourenço Moniz eleito deputado pela Madeira, para as cortes que funcionaram de 1826 a 1828.

Dissolvidas as cortes e proclamado o governo absoluto, o dr. Moniz voltou à Madeira, mas em breve teve de abandonar a pátria, receoso da perseguição que começava a mover-se contra os partidários das ideias liberais. Embarcou para os Estados Unidos da América, onde se demorou alguns anos, regressando ao Funchal depois do restabelecimento do governo constitucional.

Logo nas primeiras eleições, em 1834, foi eleito deputado por este arquipélago, e nas seguintes nove legislaturas, que decorreram desde aquele ano até 1856, pouco antes da sua morte, representou sempre a Madeira no parlamento, com excepção da sessão legislativa de 1842 a 1845. Nenhum madeirense logrou representar a sua terra em cortes por tão largo período de tempo, o que prova eloquentemente a maneira desinteressada como o fez e o muito que trabalhou pelas prosperidades e engrandecimento do seu torrão natal.

O dr. Moniz gozou dos créditos dum distinto parlamentar, não só pelos discursos que proferiu, mas ainda como membro de varias comissões, sendo relator de muitos projectos e pareceres, em que sempre revelou

uma notável competência. Presidiu, por vezes, à Câmara dos Deputados, e era muito considerado pelos mais brilhantes parlamentares de todas as facções partidárias.

Exerceu importantes comissões de serviço publico, como juiz comissário das presas marítimas do Cabo da Boa Esperança, em que junto das autoridades inglesas, honrou sobremaneira o nome português pela maneira como se houve nessa difícil e arriscada missão.

Foi também governador civil de Coimbra, vogal do Conselho Ultramarino, membro de varias sociedades científicas e literárias, etc..

Morreu em Lisboa a 4 de Dezembro de 1857, tendo 68 anos de idade.

Nesta ilha, abriu-se uma subscrição publica para se levantar no cemitério do Alto de S.

João um mausoléu destinado a guardar os seus despojos mortais, e nele se lê o seguinte epitáfio: HONRA, SCIENCIA, PATRIOTISMO.

Aqui jaz o Conselheiro Lourenço José Moniz, doutor em medicina e vogal do conselho ultramarino. Foi deputado da nação, representando a Madeira, sua patria, por mais de vinte anos em sucessivas legislaturas. Vice-presidente da camara electiva em 1841, commissario dos estudos no distrito do Funchal, reitor e professor de rhetorica no liceu da mesma cidade, juiz commissário de presas marítimas no Cabo da Boa Esperança gratuitamente muitas outras commissões de serviço publico. Nasceu na Ilha da Madeira a 10 de Agosto de 1789. Viveu sempre modestamente e ao cabo de tão larga carreira morreu pobre em Lisboa a 6 Dezembro de 1857. Em testemunho da gratidão pela inteligencia e inexcedivel zelo com que advogou sempre os interesses da Madeira e em homenagem às suas virtudes civicas e morais, bem como ao seu elevado merito scientifico, lhe mandaram erigir este monumento os madeirenses.

Moniz (Dr. Patrício). Foi sem duvida o Dr. Patrício Moniz a mais privilegiada inteligência da nossa terra no século XIX. A pujança do seu talento, que se revelava eloquentemente numa notável cultura filosófica, e a sua vastíssima ilustração que o tornava um verdadeiro sábio em toda a extensão do termo, não desmentem em nada a nossa, talvez para muitos, arrojada afirmativa. Espírito eminentemente superior e propenso às abstracções da mais alta filosofia, a que se entregara inteiramente, desprezando por sistema os europeus duma superficial e mal cimentada ciência, passou no entretanto algumas vezes por uma mediana

ilustração aos olhos dos que só sabem julgar aparências e que costumam medir o valor intelectual dum homem pelo desfilar interminável de datas, de nomes e de citações dos autores mais acreditados e mais em voga.

Possuía aptidões e méritos notabilíssimos, que faziam a admiração e o assombro dos que mais de perto o conheciam e melhor podiam apreciar toda a plenitude e grandeza das faculdades do seu espírito. O grande público só de longe em longe, e sempre de modo imperfeito, conseguia avaliar o quilate daquele formosissimo talento. Como as pérolas se escondem nos abismos do oceano e os diamantes nas entranhas da terra, também a sua vastíssima inteligência se sepultava na mais profunda modéstia, no mais completo desprendimento de si mesmo, que o tornavam simplesmente adorável e de um verdadeiro encanto para os que com ele privavam intimamente. E, todavia, um homem de tamanha envergadura intelectual passou quasi despercebido, não deixando à posteridade uma obra de vulto, que incontestavelmente poderiam ter produzido as suas raras faculdades de erudito, de pensador e de filosofo. Deve em boa parte atribuir-se essa lamentável circunstancia à volubilidade do seu temperamento e à sua vida sempre agitada durante a maior vitalidade do seu espírito. No entretanto, quem compulsar os seus escritos reconhecerá sem esforço de quanto a sua inteligência seria capaz, se causas diversas não tivessem obstado a elaboração de uma obra de mais largo fôlego.

O Dr. Patrício Moniz foi um grande teólogo. Todos os ramos da vasta ciência teológica lhe eram familiares e sobre todos eles discorria com notável proficiência. Ovi-lo na cátedra de professor, o mesmo era que extasiar-se à vista de tão profundos conhecimentos, de tão assombrosa erudição e também de tão espontânea e persuasiva eloquência, parecendo que a teologia, ciência de si tão difícil e semeada de escabrosidades, não tinha para ele segredos.

Se foi distintíssimo teólogo, não foi menos abalizado filosofo. E filosofo na acepção rigorosa e legitima deste vocábulo, que não um simples amador ou mesmo cultor desvelado dos estudos filosóficos. O Dr. Patrício Moniz escreveu um livro intitulado *Theoria da Afirmação Pura*, que não temos competência para apreciar devidamente, mas que podemos sem receio asseverar que é um documento comprovativo das altas faculdades do seu espírito. A obra terá imperfeições, está evidentemente semeada de muitas nebulosidades, e antes parece escrita por um filosofo alemão, entregue às maiores abstracções filosóficas, do que por um meridional que passou uma grande parte da sua existência num país como o Brasil. É porém incontestável que uma inteligência mediana seria impotente para produzir uma obra daquela natureza e embrenhar-se

assim em tão altas questões filosóficas.

Teve uma grande nomeada como orador, que foi na verdade distintíssimo, sendo principalmente a cidade do Rio de Janeiro o campo dos seus triunfos oratórios. Os brasileiros ufanavam-se com justiça do seu grande orador sagrado Mont'Alverne, que, depois do grande Vieira, alcançou lugar proeminente entre os que têm pregado em língua portuguesa. A imprensa do Brasil foi unânime em proclamar o Dr. Patrício Moniz como o verdadeiro sucessor de Mont'Alverne. A sua fama como orador sagrado atravessou o oceano e ecoou no velho continente. Publicou alguns sermões e orações fúnebres, que são verdadeiros primores no seu género, mas não era escrita a maior parte dos seus discursos. Meditado e estudado o assunto, deixava a elocução aos voos do improviso. Era dotado de uma notável verbosidade e não raro a palavra se desprendia dos seus lábios em catadupas de eloquência. Todavia não foi nem podia ser nunca um orador popular. A vastidão do seu saber, as suas naturais tendências para as questões filosóficas, um certo prurido de versar assuntos de si escabrosos e eriçados de dificuldades, afastavam-no irresistivelmente dos discursos que comovem e arrebatam as massas populares desprezando por completo os aplausos, só procurava em geral para objecto das suas peças oratórias os assuntos de mais íntima afinidade com as suas predilecções filosóficas e teológicas. O Dr. Patrício Moniz foi um dos mais notáveis oradores sagrados do nosso país e incontestavelmente ninguém o excedia nas ciências teológicas e no conhecimento profundo que tinha de todas as fontes de oratória sacra.

Geralmente os filósofos são pouco inclinados às obras de ficção e às expansões do sentimento. No entretanto, Patrício Moniz cultivou as musas em verdes anos, adoptando como arcade romano o nome de Cleomenes Messeide e escreveu dois volumes de versos, que publicou tendo 18 e 19 anos de idade. Mais tarde, quando o estudo das ciências especulativas, a que se dedicara com todo o amor, lhe empolgara completamente o espírito, deixou de ser discípulo de Apolo para seguir o trilho dos grandes filósofos. Viu-se contudo que poderia ter alcançado lugar distinto no Parnaso, se houvesse continuado a dedilhar a lira.

Resta-nos dar alguns traços biográficos deste nosso ilustre patrício, que nasceu na freguesia de Santa Maria Maior desta cidade no dia 2 de Abril de 1820 e era filho de Francisco João Moniz, empregado superior da Junta da Fazenda e de D. Ana Foster Moniz. Em 1828, tendo apenas 8 anos de idade, foi para o Rio de Janeiro com seu pai, o qual tendo sido eleito deputado pela Madeira para as cortes constituintes que funcionaram de 1821 a 1822 e professando os princípios da revolução do Porto, viu-se violentado a sair do país quando em 1828 D. Miguel se proclamou rei absoluto.

Patrício Moniz fez os seus estudos secundários na capital do Brasil, ao mesmo tempo que se dedicou ao cultivo da poesia, publicando em 1838 o volume intitulado *meditações Noturnas* e em 1839 outro volume de versos a que deu o título de *Composições poéticas offerecidas ao seu querido pai Francisco João Moniz*.

Pouco depois se dirigiu a Paris e ali se matriculou na facultade de direito, em que tomou o grau de bacharel. Em seguida, tomou a direcção de Roma e naquela capital cursou o afamado Colégio Romano ou Universidade Pontifícia, doutorando-se na facultade de teologia, depois de haver revelado o seu extraordinário talento e ter alcançado varias distinções académicas. Tendo-se ordenado de presbítero em Roma e havendo concluído todos os seus trabalhos universitários, regressou à cidade do Rio de Janeiro, onde se entregou ao serviço da Igreja, à preédica, ao magistério, ao jornalismo e ao estudo, que não abandonou nunca.

Como já dissemos, foi a capital do império o campo dos seus triunfos oratórios. No Recreio Literário Português, fez notáveis e brilhantes conferencias, pelo que aquela agremiação mandou colocar nas suas salas o retrato a óleo em tamanho natural do ilustre madeirense. Em muitas solenidades, em exequias fúnebres e outros actos públicos, pronunciou discursos que ficaram celebres. Apesar da sua larga carreira oratória, poucos desses discursos foram publicados, devido à circunstancia, que já deixámos apontada, de raramente escrever as orações que proferia.

O Dr. Patrício Moniz foi jornalista e polemista de rija tempera, afirmado brilhantemente as suas distintas qualidades de escritor e erudito na Religião, na *Tribuna Catholica*, na Iris e outros jornais, de que foi redactor ou em que colaborou com maior ou menor assiduidade.

Exerceu o magistério com grande proficiência no Rio de Janeiro e no Funchal, tendo no seminário desta cidade regido as cadeiras de teologia, filosofia, historia, eloquência e ainda outras disciplinas.

Foi o Dr. Patrício Moniz membro de diversas sociedades literárias e científicas, nacionais e estrangeiras, tendo sempre recusado todas as condecorações e títulos honoríficos com que por vezes o quiseram distinguir.

Além das obras que ficam citadas, publicou cinco discursos em opúsculos avulsos e alguns outros folhetos, entre os quais se conta um intitulado *Reflexões sobre a carta do sr. Alexandre Herculano*.

Em 1878 ou 1879, depois de ter sido durante algum tempo professor do seminário do Funchal, causando a vastidão do seu saber verdadeiro assombro aos seus alunos, saiu para o Continente do Reino, onde desempenhou varias funções eclesiásticas, até que foi nomeado pároco de Aveiras de Baixo, humilde paróquia do patriarcado, que conta menos de mil habitantes. Ali viveu durante anos, numa situação muito próxima da miséria e na mais completa obscuridade, talvez a maior ilustração do clero português da sua época.

Era homem de uma grande austeridade de carácter, de uma viva e acrisolada fé religiosa e de uma irrepreensível linha de conduta. Desprezando todo o fausto de ostentação, de um viver simples e modesto, tudo o que lhe sobrava da sua parca sustentação era generosamente repartido pelos pobres. Tinha excentricidades e maneiras muito suas de encarar as coisas e de apreciar os homens, que por vezes tocavam as raias do ridículo, mas a que uma descativada simplicidade e uma ingenuidade sincera e despida de artifícios tornavam sempre atraente e simpático.

Morreu em Lisboa a 28 de Fevereiro de 1898, tendo 78 anos de idade.

Monizia. Género da família das Umbelíferas, dedicado pelo naturalista inglês R. T. Lowe ao distinto botânico madeirense João Maria Moniz. Foi publicado no vol. VIII, pág. 285, do jornal *Botânico de Hooker*, e compreende uma única espécie—a Monizia edulis—achada em Junho de 1855 na Deserta Grande e posteriormente nas Selvagens e no Curral das Freiras.

Monóculo (O). Saíram nove números deste jornal, de 14 de Abril a 13 de Junho de 1889.

Montado do Barreiro. Vid. Barreiro (Montado do), I- 129.

Montalembert (Carlos Forbes de Tryon, conde de). Este conhecido político e literato francês, que foi um dos maiores oradores do seu tempo, esteve nesta ilha desde 26 de Janeiro a 4 de Março de 1844, por motivo da saúde de sua esposa. Desembarcou no Funchal num dia de violento temporal, tendo corrido grave risco a sua vida e a dos seus companheiros de viagem. Escreveu nesta cidade e publicou em França uma extensa carta, que se tornou célebre dirigida à Sociedade Cambridge Camden.

Monte (Freguesia do). V. Nossa Senhora do Monte (Freguesia de).

Monte Belo (Visconde de). Faleceu no Funchal a 17 de Fevereiro de 1922.

V. Freitas da Silva (João de).

Monte Gordo e Boa Morte. Sítio povoado da freguesia da Ribeira Brava. Existiu ali uma capela dedicada a Nossa Senhora da Boa Morte, que deu o nome ao lugar, construída por Francisco Fernandes e Brásia Fernandes, em ano que se ignora.

Monte Medonho. Sítio da serra da freguesia de São Vicente onde tem origem a levada do Monte Medonho, que irriga as freguesias da Ribeira Brava e da Tábua desde o ano de 1908, tendo anteriormente fertilizado os terrenos da freguesia de São Vicente.

Monteiro. Este apelido de família provém, na Madeira, de Pedro Jorge Monteiro, que se estabeleceu no Funchal em 1763, onde veio desempenhar o ofício de administrador do tabaco. Era casado com D. Maria Teresa de Gusmão.

Monteiro (Rua do). É uma pequena rua que parte da rua da Cadeia Velha, em frente da embocadura da rua dos Medinas, e termina na rua «31 de Janeiro», na margem esquerda da ribeira de Santa Luzia. É quasi paralela à rua do Phelps. Ali residiram alguns membros da antiga família Monteiro, que deram o nome à pequena rua.

Monteiro (Dr. João António). Apenas sabemos de dois madeirenses que notavelmente se tivessem distinguido na cultura das ciências naturais – José Vicente Barbosa du Bocage (vol. I, pag. 125) como zoólogo e João António Monteiro como mineralogista – os quais nos deixaram varias obras, que abonam os seus profundos conhecimentos nestes ramos do saber humano.

João António Monteiro, que vários autores estrangeiros chamam o sábio português, nasceu nesta cidade a 31 de Maio de 1769, sendo filho do rico negociante Pedro Jorge Monteiro e de D. Maria Teresa de Gusmão. Recebeu no baptismo o nome de João António, em homenagem a seu padrinho João António de Sá Pereira, então governador e capitão-general deste arquipélago, e que depois foi barão de Alverca.

São-nos completamente desconhecidas as circunstâncias da sua vida até ao ano de 1791, em que recebeu na Universidade de Coimbra o grau de doutor na faculdade de filosofia, sendo pouco depois ali admitido como lente da cadeira de mineralogia. Tendo recebido o capelo em tão verdes anos e dando sempre em toda a sua vida provas de um brilhantíssimo talento e do mais devotado amor ao trabalho, devemos acreditar que houvesse sido um estudante distintíssimo desde os bancos das escolas primarias.

O Dr. João António Monteiro exerceu o magistério universitário com notável distinção, sendo o seu nome colocado a par dos de José Bonifácio de Andrade e Silva e Manuel José Barjona, que, pela nova orientação que deram ao ensino das ciências naturais e pela profundez da seu saber, são considerados como verdadeiros ornamentos do nosso primeiro estabelecimento de instrução.

Pouco tempo se demorou o Dr. Monteiro na carreira do magistério, desejoso de alargar no estrangeiro a esfera dos seus conhecimentos, dedicando-se ali inteiramente a profundos estudos, que lhe granjearam uma grande reputação em todos os centros científicos da Europa. Saiu do país em 1804, empreendendo uma

longa viagem científica por diversos países europeus, e não mais voltou a Portugal, por motivos que hoje de todo se ignoram.

Por decreto de 11 de Maio de 1804, foi nomeado professor duma das cadeiras do laboratório químico de Lisboa, há pouco criado, lugar que nos parece não chegou a exercer, e pouco depois comissionado pelo nosso governo para fazer a viagem científica a que nos referimos, tendo-lhe a respectiva carta regia garantido a antiguidade, ordenados e mais prerrogativas, como se estivesse na regência efectiva da sua cadeira na Universidade.

Uma vez do estrangeiro, inteiramente se dedicou aos seus trabalhos científicos, de que são testemunho os importantes escritos que deixou dispersos em muitas revistas e publicações, estrangeiras, que não chegaram a ser reunidos em volumes, além de vários opúsculos avulsos.

Acerca do valor dos trabalhos do Dr. Monteiro e do seu merecimento científico, vamos transcrever alguns períodos do que a seu respeito disse o Dr. Joaquim Augusto Simões de Carvalho na sua Memoria histórica da faculdade de philosophia da Universidade de Coimbra, publicada em 1872:

«Este sábio português honra a pátria pela vastidão dos seus conhecimentos, principalmente em mineralogia. Principiando os seus trabalhos em Paris, onde publicou interessantes memorias, dirigiu-se depois para a Alemanha a frequentar as lições do célebre Werner, em Freyberg. Aqui distinguiu-se por importantes estudos scientificos em cristallographia e historia natural dos mineraes, a ponto de merecer honrosas citações de celebres mineralogistas allemães e francezes.

«Hauy e Binet, em uma sessão da sociedade philomatica em Paris apresentaram um relatório muito lisonjeiro acerca d'uma memória d'este illustre madeirense, a qual tinha por objecto a determinação directa duma nova variedade da forma christalina do carbonato de cal e as notáveis propriedades que elle manifesta.

«Hauy, no seu tratado de mineralogia e em muitas memórias, cita sempre com o maior louvor as observações e os trabalhos do Dr. Monteiro. A memória sobre o «arsenico sulphurato vermelho» publicada pelo eminent mineralogista francez nos Annaes do Museu de Historia Natural, é toda fundada em comunicações do nosso sábio compatriota.

A memória sobre muitas variedades novas do topasio, publicada pelo Dr. João Antonio Monteiro na collecção da academia real das sciencias da Baviera, grangeou-lhe o diploma de sócio de tão ilustre corporação scientifica.

«Schrauf, no seu tratado de mineralogia physica, Friedrich Mohs, nos seus princípios fundamentaes de mineralogia, Haiduiger, no seu manual de mineralogia, e muitos outros dos mais respeitáveis e auctorisados escriptores da Allemanha, alludem em termos honrosos aos trabalhos do Dr. Monteiro e do seu illustre contemporâneo José Bonifacio d'Andrade e Silva».

Além dos trabalhos científicos que ficam citados, o *Diccionario Bibliographico* de Inocencio faz menção da Memória sobre o fluato de cal do Vesuvio e duma tradução do celebre trabalho do Dr. Jenner sobre a vacina, publicada em Lisboa em 1803, não contando com inúmeros escritos que deixou insertos nas publicações privativas de muitas sociedades científicas estrangeiras.

O Dr. João Antonio Monteiro, um dos mais ilustres filhos desta terra, morreu em Paris em 1834, contando 65 anos de idade.

Monteiro (José Maria). – Foi o primeiro governador miguelista que administrou este arquipélago. A sua nomeação é de 15 de Junho de 1828 e a 25 do mesmo mês apareceu no Funchal a fragata Príncipe Real, que o conduzia, mas a cujo desembarque obstou o Governador e Capitão-General José Lúcio Travassos Valdês. Como se verá no artigo Ocupação da Madeira pelas tropas Miguelistas, tomada esta ilha pelas forças realistas, desembarcou José Maria Monteiro e tomou posse do seu cargo a 24 de Agosto de 1828.

Não foi longo o seu governo, mas ficou tristemente assinalado pelas prepotências que praticou e vexames que fez sofrer aos habitantes do arquipélago. A ominosa alçada que no seu tempo veio a esta ilha e que era presidida pelo desembargador Francisco António Maciel Monteiro, cometeu os maiores excessos e envolveu na sua inquisitorial devassa centena de indivíduos, muitos dos quais foram presos e desterrados para fora desta ilha, não sendo poucos os que seguiram para as nossas possessões ultramarinas. A emigração de pessoas de todas as classes sociais que fugiram às perseguições foi muito avultada, principalmente para a Inglaterra, Brasil e América do Norte. Foi exonerado um numero considerável de funcionários públicos,

sendo muitos presos e enviados para Lisboa. (V. Alçadas).

José Maria Monteiro tornou-se celebre não só pelas perseguições que moveu aos liberais desta ilha, como também pela sua falta de dignidade e de escrúpulos, tendo chegado em certa ocasião a apoderar-se de parte do dinheiro destinado ao pagamento da tropa. Conta-se que nas visitas que fazia amiudadas vezes aos domicílios dos malhados, acompanhado de quadrilheiros, se apoderava de tudo quanto via de algum valor, distinguindo-se também nestas proezas dois filhos seus, a quem se atribuiu um grande roubo, praticado na quinta do Palheiro, pertencente a João de Carvalhal.

José Maria Monteiro, que era capitão de mar e guerra e exercia um cargo palatino junto de D. Miguel, saiu da Madeira em fins de Abril de 1830, já depois de ter chegado o seu sucessor D. Álvaro da Costa de Sousa Macedo. Para a sua biografia, veja-se o que dissemos a pág. 113 do vol. I e 95 do vol. II, quando falámos do coronel José António de Azevedo Lemos e de Joaquim Melchior Gonçalves.

Monteiro (Dr. Luciano Afonso da Silva). Este conhecido estadista e parlamentar foi deputado por este arquipélago na sessão legislativa de 1895 a 1897.

Monteiro (Luís). Nasceu no Funchal a 25 de Agosto de 1773, sendo filho de Pedro Jorge Monteiro e de D. Maria Teresa de Gusmão e irmão do sábio mineralogista Dr. João António Monteiro (V. este nome).

Era comerciante de grosso trato em Lisboa, quando a 24 de Agosto de 1821 rebentou no Porto a revolução que tinha por fim implantar no país o sistema representativo e que teve seu eco na capital a 15 de Setembro do mesmo ano. Além da Junta Provisional do Porto, constituiu-se em Lisboa um governo provisório, que teve curta duração e do qual fez parte Luís Monteiro, como representante do alto comércio lisbonense.

Falecido D. João VI, proclamou-se D. Pedro rei de Portugal e doou a Carta Constitucional, realizando-se em seguida as eleições de deputados, sendo eleitos pela Madeira o Dr. Lourenço José Moniz, Manuel Caetano

Pimenta de Aguiar, o padre Caetano Alberto Soares e Luís Monteiro. Este ultimo pediu escusa do cargo para que fora eleito, escusa que não foi aceita pela câmara, mas Luís Monteiro não tomou nunca assento no seio da representação nacional.

Luís Monteiro desempenhou algumas comissões de serviço publico e em 1834 foi encarregado duma missão junto da nossa legação em Londres.

Monteiro Teixeira (José António). José António Monteiro Teixeira descendia duma antiga e distinta família madeirense e nasceu no Funchal a 27 de Dezembro de 1795. Era filho do abastado proprietário José António Teixeira e de sua esposa D. Ana dos Anjos Teixeira, que souberam dar-lhe uma sólida e variada instrução, completada no decorrer dos anos pelo trato continuo com os livros, pelas longas viagens e demorada permanência nos mais civilizados centros europeus e ainda pela íntima convivência que manteve com alguns dos mais celebres escritores franceses seus contemporâneos.

Em 1808, apesar da incerteza dos tempos e do geral sobressalto dos espíritos, que as guerras peninsulares e graves perturbações políticas levaram a toda a Europa, foi Monteiro Teixeira, com pouco mais de doze anos de idade, mandado para um colégio da cidade de Pau, em França, que então gozava de reputação universal e onde se encontravam alunos de vários países estrangeiros.

Ele mesmo nos conta, no seu vernaculíssimo francês, as lutas debatidas entre o mal entendido amor paterno e os desejos veementes da mãe, mãe solicita e desvelada, que fazendo calar as ternuras do seu coração maternal, queria acima de tudo dar a seus filhos a instrução que de modo algum podiam receber nas escolas publicas ou particulares da capital da Madeira.

É interessante ouvir as suas próprias e eloquentes palavras, que a seguir traduzimos:

No entanto, mais apertado pela tenacidade desta abnegação maternal, meu pai deveria ceder. Mantendo-se nos seus últimos redutos, quis tentar ainda um derradeiro esforço: vencer este coração de mãe pelo excesso do seu próprio amor:—Queres, portanto, disse-lhe meu pai, um dia em que ela chorava pensando já nesta separação, mandar os teus dois filhos para a França, para essa França que está em guerra com o mundo

inteiro (era em 1807), lança-los, como presa, a esse Napoleão que nada respeita nos seus transportes tirânicos?! Pensa nas amarguras que a ti própria preparam, nas lágrimas que ainda terás que derramar! Nunca mais os veras, tenho disso o pressentimento.

«A resposta não se fez esperar, e foi impetuosa: –Napoleão, disse ela, não é uma fera, e a inocência da infância impõe respeito até às bestas mais ferozes. Por este lado, fico sossegada. E ainda que eu também pressinta que não os verei mais (e dizendo isto o pranto de novo lhe orvalhava as faces), eu antes quero nunca mais abraça-los, do quevê-los, lá de cima, mal educados, sem instrução, viciosos e vadíos, como a maior parte dos filhos dos teus amigos, que os desonram pela sua ignorância e ma conduta. O coração dumha verdadeira mãe sabe sacrificar-se ao bem-estar dos filhos. Eu quero para José e para António uma educação liberal e as lições da escola do mundo num país ilustrado como é a França.

«E partimos.

«O coração desta mãe ia ser submetido a rudes provas! ... Nada de notícias a nosso respeito! Apenas conseguiram saber que tínhamos chegado a França.

«A guerra, cada vez mais encarniçada, tinha cortado todos os meios de comunicação com esta ilha.»

Desde a sua partida, dois longos anos se passaram sem que os dedicados pais tivessem notícias de seus filhos, em virtude da grande agitação que lavrava em toda a Europa, ocasionada pelas guerras napoleónicas. As invasões francesas em território português e a permanente hostilidade da França para com Portugal, mais difíceis tornavam ainda as comunicações entre os dois países. É fácil avaliar as angústias sofridas por aqueles corações de pais extremíssimos, a quem a morte havia arrebatado os outros filhos em plena fluorescência da vida.

Foi nesse afamado colégio, onde permaneceu até 1814, que nele se despertou o gosto pelo estudo da língua francesa, que chegou a conhecer profundamente, a ponto de a escrever com a máxima correção e elegância, segundo a própria afirmação de alguns notáveis escritores franceses. Foi também ali que bem cedo se revelou nele o estro poético e ainda a sua acentuada tendência para a sátira, que mais tarde o tornava um dos mais distintos discípulos de Juvenal e Tolentino.

Concluído o curso do colégio, demorou-se alguns anos em Paris, entregue a diversos estudos históricos e à

leitura dos clássicos franceses, cultivando ao mesmo tempo com aprimorado gosto as suas predilecções literárias e de modo especial a poesia, em que predominavam a sátira e o epígrama. Nas demoradas visitas que fazia à capital da França, travou relações de amizade com alguns dos mais ilustres literatos da época, que apreciavam em extremo os primores inexcedíveis do seu trato e a impecável perfeição com que falava e escrevia a língua francesa. Chateaubriand, que era homem orgulhoso e pouco acessível, Béranger, Méry e especialmente Barthélémy, tiveram pelo nosso ilustre conterrâneo uma devotada admiração e a mais subida estima, mantendo, sobretudo o último, a mais íntima convivência com ele, durante longos anos. Também em Londres, onde ia frequentes vezes, se relacionou de perto com alguns dos homens mais notáveis do tempo, que igualmente tinham por Monteiro Teixeira a consideração devida às altas qualidades do seu privilegiado espírito e à sua não vulgar ilustração. Tornaram-se muito conhecidas as relações de estreita amizade que entreteve com o nosso grande poeta Castilho, que em muitos lugares da sua vastíssima obra se refere a J. A. Monteiro Teixeira, não só com enternecido carinho mas ainda com a maior admiração pelos dotes da sua inteligência culta e incontestáveis méritos como poeta e literato. O nosso sábio compatriota e grande jurisconsulto Silvestre Pinheiro Ferreira e o distinto literato e publicista José Liberato Freire de Carvalho, e muitos outros, foram também da intimidade de Monteiro Teixeira; e se homens desta envergadura intelectual, tanto nacionais como estrangeiros, e ainda outros da mais alta categoria social assim distinguiam o nosso ilustre patrício, e num tempo em que a aristocracia do sangue e do talento não procurava nivelar-se com as mediocridades enfatadas, podemos bem aquilatar dos méritos daquele a quem eram dirigidas tais demonstrações de apreço, de estima e de admiração.

Monteiro Teixeira, depois de 14 anos de ausência nos principais centros europeus, regressou à terra natal, entregando-se ao cultivo das letras e ao exercício das funções de cônsul de França nesta ilha. Recusou sistematicamente todas as honrarias com que pretendiam distingui-lo, incluindo uma cadeira no parlamento e apenas, para condescender com alguns amigos, aceitou o cargo de vereador da Câmara Municipal do Funchal, numa época em que para semelhantes lugares só eram chamados homens de comprovado valor ou de elevada cotação social.

Como representante da França, prestou àquele país serviços de tal maneira assinalados, que o governo francês pretendeu por vezes agraciar-lo com várias mercês e entre elas a Legião de Honra, que ele recusou sempre aceitar, com o pretexto de que também as não aceitara do governo do seu país. Quando em 1840 passou na Madeira a fragata *La Belle Poule*, trazendo a seu bordo a missão francesa encarregada de conduzir a França os restos mortais de Napoleão, que desde 1821 estavam sepultados em Santa Helena,

Monteiro Teixeira, cumulou de requintadas finezas e das mais cativantes amabilidades os membros dessa missão, que tinha por chefe o príncipe de Joinville e da qual fazia parte o grande general Bertrand, o mais fiel e dedicado amigo de Bonaparte, a quem acompanhou em todas as batalhas e seguiu até o exílio, assistindo-lhe até aos derradeiros momentos. Querendo o governo francês dar ao nosso biografado uma prova do seu reconhecimento pelos serviços prestados e do alto apreço em que tinha as suas qualidades pessoais, mandou cunhar uma medalha de ouro especial, com que o agraciou, visto a sua formal recusa em aceitar quaisquer condecorações ou mercês honoríficas como atrás ficou dito.

Resta referir-nos a Monteiro Teixeira como poeta, o que faremos em breves palavras para não dar a este artigo uma demasiada extensão. Cultivou especialmente o género epigramático, e nos volumes de poesia escritos em língua portuguesa, quasi que não se encontram composições estranhas a esse género. Foi um distinto discípulo de Nicolau Tolentino e muitos dos seus versos rivalizam com as melhores composições do mestre. Estamos convencidos de que se houvera publicado os seus livros noutro meio que não a Madeira, teria adquirido grande nomeada como poeta satírico e o seu nome não ficaria sepultado no quasi completo esquecimento em que jaz.

Julgam alguns, e parece ser essa a própria opinião de Monteiro Teixeira, que as suas poesias escritas em língua francesa são superiores no pensamento e na forma às que ele escreveu em vernáculo. Nelas se encontram composições de diversos géneros e merecem especial menção algumas odes e epistolas, que parece terem atingido uma notável perfeição, tanto na técnica métrica como na beleza dos conceitos. Quanto à correcção da linguagem, a opinião autorizada de distintos escritores parisienses é que Monteiro Teixeira escrevia num francês castiço e de uma rara elegância, que dificilmente poderia ser excedida e mesmo atingida por um estrangeiro.

Em 1848 e 1849, publicou Monteiro Teixeira os dois volumes das *Obras Poéticas*, em 1861, o volume *Oeuvres Poétiques*, e, em 1871, o *Nouveau Récueil de poésies en français*, tendo também publicado alguns opúsculos de versos. Havendo escrito um numero tão avultado de poesias, não nos consta que tivesse deixado quaisquer composições em prosa, além dos preâmbulos dos seus livros.

Aí morreu no Funchal a 31 de Maio de 1876, contando 80 anos de idade.

Montepio. Assim se denominava um estabelecimento destinado a receber viúvas pobres e respeitáveis, criado por João de Carvalhal em 1825 ou 1826. As casas do Monte Pio ficavam na parte oriental da rua dos Netos.

Montepio Madeirense. Foi fundado em 1900 e os seus primeiros estatutos obtiveram aprovação em 23 de Janeiro do mesmo ano. Rege-se hoje por estatutos aprovados por alvará de 17 de Janeiro de 1917, tendo tido antes outros, aprovados por alvará de 31 de Maio de 1913.

Só podem ser sócios do montepio os indivíduos de 16 aos 55 anos, de bom comportamento moral e civil, sendo-lhes permitido subscrever com o capital de 50 a 400 escudos.

O Montepio Madeirense tinha 1134 sócios em Outubro de 1921 e desde 1915 que possui o prédio em que se acha instalado.

Montepio Marítimo Funchalense. Fundou-se por iniciativa dum empregado da Empresa dos Cabrestantes do Funchal e tem estatutos aprovados por alvará de 24 de Dezembro de 1901. Os seus fins principais são: socorrer os sócios em caso de doença temporária, promover a defesa dos associados quando pronunciados em juízo e fazer os funerais aos sócios que falecerem. Podem dele fazer parte os indivíduos do sexo masculino, empregados na vida marítima, que tenham mais de 12 anos e menos de 60, de bom comportamento moral e civil.

Os socorros médicos são também facultados aos parentes próximos do sócio, quando vivam em companhia dele.

Montluc (Pedro Beltrão de). Comandante dos corsários que saquearam a cidade do Funchal no ano de 1566 e que aqui faleceu em virtude duma ferida que recebeu num joelho.

V. Saque dos Franceses.

Monumentos. Dos poucos monumentos públicos que existem entre nós, damos em seguida uma resumida notícia.

Monumento à Constituição de 1821 – Este monumento, de que já falamos com alguma largueza (I-302), nunca passou dos alicerces e foi demolido no dia 1 de Setembro de 1823, lavrando-se por essa ocasião um auto donde consta terem sido achados nos alicerces da obra uma garrafa que continha sete números do Patriota Funchalense, um manuscrito em que se fazia a historia do monumento e uma caixa de pedra tendo dentro uma de prata, onde estava o auto descrevendo a cerimónia do lançamento da primeira pedra do mesmo monumento e uma bolsa azul e branca, contendo algumas moedas de prata e uma medalha do mesmo metal.

Monumento a Câmara Pestana – No Jardim do Manicómio, em S. Gonçalo, vê-se sobre uma coluna de mármore, o busto em bronze do distinto bacteriologista e grande mártir da ciência Luís da Câmara Pestana, ao qual já nos referimos a pág. 332 deste volume. A erecção deste busto realizou-se em 1906.

A 15 de Novembro de 1913, os médicos do Funchal fizeram colocar na casa onde nasceu o Dr. Câmara Pestana uma lapide comemorativa desse facto e à rua foi dado o nome do ilustre bacteriologista. (Vid. I-219).

Monumento comemorativo do Bombardamento do Funchal – A pág. 71 e 160 do volume I, demos já uma breve notícia acerca desse pequeno monumento erigido no antigo cemitério das Angústias.

Monumento ao Conde de Canavial – já ficou referida (I-233) a homenagem prestada a este ilustre madeirense.

Monumento aos Aviadores – No Jardim Municipal, se lançou em 28 de Março de 1921 a primeira pedra do monumento destinado a comemorar a travessia aérea de Lisboa ao Funchal, realizada pelos ilustres aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral. A inauguração solene realizou-se a 11 de Maio do ano de 1921. Vid. *Jardim Municipal* (II-182).

Monumento a João Fernandes Vieira – Por iniciativa do Dr. Abel Capitolino Baptista, levantou-se na antiga Praça da Constituição, hoje Avenida Arriaga, um modesto monumento a este ilustre madeirense, realizando-se a sua inauguração no dia 11 de Maio de 1924. Passados nove anos, fez a mudança desse busto e respectivo plinto para o Jardim Municipal, onde actualmente se encontra.

Monumento a Nossa Senhora da Paz – A 1 de Novembro de 1923, se lançou a primeira pedra do grandioso monumento erigido no Terreiro da Luta, à freguesia do Monte, em honra da Santíssima Virgem sob a invocação de Nossa Senhora da Paz, que consta de uma primorosa imagem em mármore, assentada em um plinto ladeado por artísticos baixos-relevos fundidos em bronze e alusivos à tradicional crença do aparecimento da Virgem Santíssima naquele mesmo local. Anexo ao monumento, ergue-se uma pequena e elegante ermida, em que frequentemente se celebra o santo sacrifício da missa e outros actos do culto. A erecção deste monumento deve-se ao acendrado zelo e aturados esforços do padre José Marques Jardim, que não se poupou aos maiores sacrifícios para que ele revestisse a imponência e o aspecto de grandeza que o caracterizam, indo até o estrangeiro angariar donativos para conseguir a realização desta obra. A inauguração solene, que revestiu o maior aparato e a que acorreram milhares de pessoas vindas de todos os pontos da ilha, realizou-se sob a presidência do prelado diocesano a 14 de Agosto do ano de 1927.

Monumento ao Sagrado Coração de Jesus – O conselheiro Aires de Ornelas de Vasconcelos fez levantar na Ponta do Garajau em uma pequena elevação sobranceira ao mar e no extremo-oeste das suas terras da freguesia do Caniço, um monumento em louvor do Sagrado Coração de Jesus, que é uma bela e majestosa estatua a atestar a religiosa piedade desse ilustre madeirense, membro de uma das mais antigas e nobres famílias desta ilha. A inauguração e bênção da sagrada imagem revestiu a maior solenidade e realizou-se no dia 30 de Outubro de 1927.

Monumento a João Gonçalves Zargo – há muito que deveria ter sido prestada uma homenagem ao primeiro capitão-donatário do Funchal, perpetuando-se condignamente entre nós a sua veneranda

memória. Embora não se possa hoje afirmar, como tantas vezes se tem feito, que ele houvesse sido o descobridor do arquipélago, forçoso se torna reconhecer que ele foi o mais autorizado e fecundo impulsionador da primitiva colonização madeirense, à qual ficou indissoluvelmente ligado o seu nome prestigioso. Ergue-se o seu monumento na Avenida Arriaga, representado por uma majestosa estatua fundida em bronze, da autoria do distinto escultor madeirense Francisco Franco, tendo-se realizado a sua solene inauguração no dia 28 de Maio de 1934.

Monumento aos mortos da Grande Guerra – A 11 de Novembro de 1935, na Praça do Marquês de Pombal, lançou-se a primeira pedra de um pequeno monumento aos mortos da Grande Guerra.

Monumento ao Doutor Teles – A 14 de Maio de 1939, inaugurou-se nos jardins do Asilo de Mendicidade e Orfãos, com grande solenidade, um modesto mas significativo e bem merecido monumento levantado à memória do Dr. Alexandre da Cunha Teles, que àquela casa de caridade e a vários serviços de assistência dispensara os mais apreciáveis benefícios com o seu acrisolado zelo, natural desinteresse e uma dedicação sem limites.

Vid. Padrões demoráveis.

Monumentos Nacionais – A Sé Catedral do Funchal era o único edifício considerado como monumento nacional, apesar de haver outros edifícios que deveriam ser incluídos nesse numero. No «Diario do Governo» de 24 de Setembro de 1940 e de 18 de Agosto de 1943, foram publicadas as relações completas dos edifícios classificados como monumentos nacionais e como «imóveis de interesse publico» existentes em todo o nosso pais. Com respeito a este distrito, ficaram considerados como monumentos nacionais, além da Sé Catedral, o Palácio de S. Lourenço, Igreja e dependências do mosteiro de Santa Clara, igreja de São Evangelista (Colégio) e Casa da Alfândega.

Como «imóveis de interesse publico» contam-se os seguintes edifícios:

Casas de Dona Mecia, dos Cônsules, dos Ornelas e Paço Episcopal e capela anexa, Capelas da Incarnação, São Paulo, Nazaré e do Espírito Santo, e fortés de São João Baptista, Ilhéu e São Tiago, todos na cidade do Funchal, Capela dos Reis Magos na freguesia do Estreito da Calheta, Igreja Paroquial, Capela dos Milagres e

de São Roque e fortés de Santo Amaro e de São João na freguesia de Machico, Igrejas Paroquiais das freguesias da Ponta do Sol, Ribeira Brava e Santa Cruz e Capela da Madre de Deus na freguesia do Caniço.

Foram também considerados de interesse publico as seguintes obras de arte:

Pia baptismal do século XVI, em estilo mudéjar, existente na igreja de Ponta do Sol.

Escultura em madeira representando a Adoração dos Reis Magos, com treze figuras em alto relevo, século XVI, existente na capela dos Reis Magos, no Estreito da Calheta.

Janela da Casa de Colombo, que se conserva num Jardim particular da cidade do Funchal, obra manuelina recolhida quando a Câmara Municipal mandou demolir a propriedade do flamengo João Esmeraldo, onde se diz ter habitado Colombo.

Pinturas sobre madeira:

Painel de Santiago, colocado no altar-mor da igreja do Socorro, do Funchal.

Tríptico da sacristia da mesma igreja.

Painel dos Apóstolos, da mesma sacristia, que se encontra colocado por debaixo do tríptico.

Três painéis (S. Paulo, S. Pedro e Santo André) que se conservam na sacristia da igreja de S. Pedro, do Funchal.

Três painéis (Anunciação, Natividade, Santa Ana e S. Joaquim) da igreja nova de S. Martinho, do Funchal (colocados numa capela do lado da epístola).

Painel (emblema de Cristo) da capela particular da Nossa Senhora da Consolação do Funchal.

Tríptico (Descida da Cruz) da igreja da Ribeira Brava, na parede lateral esquerda da capela-mor.

Painel (Adoração dos Magos) na parede lateral esquerda do corpo da mesma igreja.

Painel de Nossa Senhora do Amparo no altar do mesmo nome da Sé do Funchal.

Moquet. Viajante, provavelmente inglês, que visitou a Madeira em 1601. Escreveu sobre esta ilha um trabalho que não vimos e cujo título nos é desconhecido.

Moradias de Zargo. Não é certamente essencial para a historia da Madeira a determinação segura

dos lugares em que João Gonçalves Zargo levantou as suas casas de moradia, e nem isso constitui um ponto capital de investigação para a biografia do ilustre navegador e colonizador do nosso arquipélago. Não deixa, no entretanto, de oferecer algum interesse o conhecer-se com inteira exactidão os sítios em que estabeleceu residência e onde decorreram as três ou quatro dezenas de anos da sua longa permanência nesta ilha. Esses lugares devem merecer aos poderes públicos, e especialmente às corporações administrativas que têm a sua sede no Funchal, o respeito e a veneração que por toda a parte se costumam sempre tributar aos objectos e às cousas que se acham intimamente ligados à vida dos homens ilustres. Determinar com absoluta precisão os edifícios e os recintos que muito de perto se prendem com a sua existência é despertar nos madeirenses a veneração devida à sua memória e estimular as generosas iniciativas, que tenham por fim perpetuar condignamente, entre nós, essa mesma gloriosa e inolvidável memória.

Refere o historiador das ilhas: «... o capitão João Gonçalves Zargo... abrigando os navios aos ilhéus que no cabo deste logar estão, por haver ali huma fermosa enseada, determinou de fazer em terra sua morada de madeira, a qual logo fez pegada com o mar em um logar alto, onde depois a capitoa Constança Rodrigues fundou uma igreja de Santa Catharina.» Foi este o primeiro assentamento de Zargo, e foi também o primeiro templo erigido na Madeira a capela mandada construir pela mulher do navegador. A pequena e primitiva ermida sofreu várias reconstruções e reparos no decorrer dos séculos, sendo a capela actual uma construção dos meados ou fins do século XVII. É no entretanto o único edifício que, no Funchal, verdadeiramente recorda o facto da descoberta. Como tal deverá ser religiosamente conservado. Na sua pequenez, na sua modéstia e na sua pobreza, comemora o inicio das nossas brilhantes descobertas marítimas, e para os madeirenses representa, além do descubrimento, o começo do povoamento e colonização deste arquipélago. A capela conserva no limiar do pórtico a data de 1425, que representa o ano da primitiva construção. Foi junto deste pequeno templo que João Goncalves Zargo teve durante alguns anos a sua primeira morada, construída talvez dos ricos e odoríferos cedros que em matas cerradas abundavam por toda a parte. Seria sem duvida uma mais que modesta e desconfortável habitação, edificada num só pavimento e despida de todo o aparato arquitectónico, como o foram todas as primitivas habitações, que entre nós se construíram. Lê-se algures que só mais tarde é que um indivíduo, por nome João Manuel, levantou no Campo do Duque a primeira casa sobradada e construída de madeira de cedro lavrado, o que na época causou uma não pequena admiração.

Do solitário retiro de Santa Catarina, pois que o primitivo e mais denso núcleo de população, com as suas correlativas habitações, se formou na margem esquerda da ribeira mais oriental do Funchal, dirigiu Zarco

os trabalhos iniciais de colonização e lançou os fundamentos da futura vila, que rapidamente progrediu e ainda em sua vida atingiu um extraordinário desenvolvimento. Sonharia ali com o progresso da capitania, de que era donatário, e com o engrandecimento da casa que fundara, entrevendo num futuro próximo as honras e os privilégios de que seriam cumulados os seus descendentes e sucessores. Teria talvez adivinhado que o monarca o galardoaria com os timbres da nobreza e com o uso dum brasão de armas, vendo já os pergaminhos dos seus netos esmaltados com a coroa de conde e de grandes do reino, como homenagem tributada aos serviços prestados pelo avô...

Alguns anos depois, transferiu Zargo a sua residência para a margem esquerda da ribeira, no sopé do morro que teve mais tarde o nome de Pico dos Frias e próximo da capela que ali edificara com a invocação de São Paulo. Afirma-se que foi esta a primeira casa de moradia construída de pedra, que se levantou no Funchal. Nestas proximidades se erigiu o primeiro hospital, sobre terreno doado por Gonçalves Zargo no ano de 1454, e que ali funcionou durante alguns anos, até à sua mudança para a margem esquerda da ribeira de João Gomes.

Não parece ter sido muito longa a permanência de João Gonçalves Zargo nas suas duas primitivas moradias. O seu definitivo assentamento, onde passou a maior parte da sua existência, foi nas proximidades do local em que erigiu a igreja da Conceição de Cima. Diz um antigo manuscrito: «determinou também fazer morada para si como fez em um alto que está sobre o vale do Funchal: logo defronte uma igreja de Nossa Senhora da Conceição para seu jazigo e dos seus, a qual começaram a chamar Nossa Senhora de Cima, por estar fundada em um toco de rocha ao pé de um pico». É neste templo, que depois tomou o nome da igreja de Santa Clara, onde jazem os despojos mortais do ilustre navegador, e foi certamente nas casas de moradia que edificou naquelas proximidades que ele terminou a sua carreira mortal. Lê-se no já citado manuscrito:—«chegou a tanta velhice o grande Gonçalves Zargo, que em colos de homens se fazia levar a pôr ao sol, com que muito se corroborava. De ali dispunha as coisas da sua jurisdição, governando e administrando justiça com o seu entendimento inteiro, em que não experimentou nunca a imbecilidade de homem decrepito».

A' vista de vários documentos que examinámos detidamente, chegámos pela primeira vez a averiguar que a velha residência de Gonçalves Zargo corresponde à antiga casa solarenga dos morgados Lomelinos, que hoje

conserva o nome de Quinta das Cruzes, embora com o decorrer dos séculos tenha sofrido tão profundas modificações que, presentemente, não restará ali causa alguma da primitiva construção.

Parece que esta antiga e nobre moradia se conservou na posse dos seus descendentes, sendo certo que um século depois da sua morte, pertencia a seu neto Pedro Gonçalves da Câmara, casado com D. Joana de Eça, camareira-mor da rainha D. Catarina, estando em 1575 no usufruto e posse de um neto destes, também chamado Pedro Gonçalves da Câmara, o qual por escritura publica de 16 de Setembro daquele ano, a vendeu ao seu próximo parente Francisco Gonçalves da Câmara, neto de João Gonçalves Zargo. Era este Francisco Gonçalves da Câmara, que governava a capitania do Funchal, na ausência de seu sobrinho João Gonçalves da Câmara, sexto donatário, quando em 1566 foi esta cidade assaltada pelos corsários franceses, que aqui deram um terrível saque e massacraram cerca de trezentas pessoas. Gaspar Frutuoso dizia em 1590 que Gonçalves da Câmara residiu nas imediações do convento de Santa Cruz «em uns paços grandes e sumptuosos».

Esta vivenda passou à posse de uma filha de Francisco Gonçalves da Câmara, por nome D. Joana de Noronha, e depois ao filho desta António de Carvalhal Esmeraldo, que a possuía no ano de 1624. Nos fins do século XVII, pertencia a Francisco Esmeraldo Henriques, que ali fundou a capela de Nossa Senhora da Piedade. Conserva no alto do pórtico a data de 1692, mas é de 1695 o ano da escritura de doação e nele é que se iniciou ali o exercício do culto religioso. Nesta capela se encontra um carneiro de mármore, que se afirma encerrar os despojos mortais de Urbano Lomelino, fundador do convento que ali existiu na vila de Santa Cruz e um dos troncos da família Lomelino nesta ilha. Na instituição vincular deste importante morgadio se incorporou, provavelmente por ligação matrimonial, a vivenda das Cruzes, em ano que não podemos determinar, e nesta família se conservou até os nossos dias, passando há poucos anos a ser propriedade dos barões do Jardim do Mar.

É ocasião bem azada de fazermos uma especial referência ao montante de João Gonçalves Zargo, que sempre se conservou nesta casa e que uma tradição constante, transmitida de geração em geração no seio da família que o possuía, faz indubitavelmente pertencer ao ilustre colonizador. Como tal foi sempre considerado, e a profunda veneração que ali se tributou em todo o tempo àquela relíquia, mais confirma ainda a verdade da sua origem. É uma arma antiga, destinada a ser brandida com ambas as mãos e que não prima pelo esmerado do fabrico. Não tem, por certo, valor intrínseco ou artístico, mas vale muito pelos seus quinhentos e tantos anos de existência e mais que tudo por ter pertencido ao grande navegador que

colonizou este arquipélago. É talvez a espada que Gonçalves Zargo empunhou em Marrocos, nas suas arremetidas contra os mouros, conquistando a fama de valente e arrojado cavaleiro. Essa relíquia veneranda encontra-se nesta cidade nas mãos dum estrangeiro, que a conserva com o apreço que ela verdadeiramente merece. Deveria no entanto estar na posse da Câmara Municipal desta cidade. A esta corporação administrativa cumpre promover a sua aquisição e guarda-la religiosamente nos seus arquivos, até que possa condignamente figurar no museu de arte e antiguidades que um dia se há-de forçosamente fundar nesta cidade (1921).

O montante atribuído a João Gonçalves Zargo encontra-se hoje no Museu Municipal.

Morais. Este apelido de família procede de João de Morais, um dos primeiros povoadores da Madeira e que viveu em Machico, em cujos campos teve sesmaria. Seu filho primogénito, Sebastião de Morais, o Velho, justificou sua nobreza em 1508, segundo afirma o anotador das Saudades.

Morais (Padre Luís de). Barbosa Machado diz que o Padre Luís de Morais, jesuíta, era natural desta ilha e que faleceu no ano de 1622. Escreveu *a Pregaçam da Beatificação de São Francisco Xavier*, que vem inserta na *Relação das Festas*, publicada em 1621.

Morais. (D. Sebastião de). A primitiva colonização portuguesa, nas terras descobertas ou ocupadas pela conquista andava a par da evangelização dos missionários católicos, que tanto contribuíram para a consolidação do nosso domínio colonial e para o alargamento da nossa esfera de acção em países infiéis. Tornou-se desde logo imperiosa a necessidade da criação de algumas dioceses nas terras longínquas do oriente, e uma delas, nos confins do mundo, foi estabelecida no Japão, país que no século XVI, era apenas conhecido na Europa através do mistério, da lenda e do terror.

O primeiro bispo nomeado para a nova diocese foi o madeirense Sebastião de Morais. Nascera no Funchal em 1534 e entrando em 1550 no instituto da Companhia de Jesus, aí se distinguiu pelos seus talentos e exemplar conduta, tendo exercido na sua ordem os mais elevados cargos, como o de provincial de Portugal e

visitador das províncias de Roma e de Milão.

Foi encarregado de acompanhar à Itália a princesa D. Maria, neta de D. Manuel, e neste país ocupou lugares importantes por indicação do papa e do geral da sua ordem. A 19 de Fevereiro de 1587, foi por Sisto V confirmado bispo de Funay, sede da primeira diocese criada no Japão, cargo que não chegou a desempenhar, por ter morrido em Moçambique a 19 de Agosto de 1588, quando ia em viagem para o seu bispado.

Escreveu a obra *Vita e morte della Serenissima Maria di Portogallo Principessa di Parma e Piacensia*, publicada em 1578 em Bolonha e de que depois se fizeram edições em Roma e Madrid. Também publicou um volume sobre questões teológicas.

Morangueiro (*Fragaria vesca*). Rosacea espontânea e cultivada na Madeira. Os morangos produzidos nas hortas são grandes e muito estimados; os das montanhas são pequenos mas saborosos. Os rizomas estolhosos do morangueiro são usados em infusão contra icterícia.

Morávia (Valentim de). **Vid.** Fernandes (Valentim) (II-16).

Morcegos. Mamíferos da ordem dos quirópteros, de que se conhecem duas espécies no arquipélago: o *Vesperugo madeirensis*, da Madeira e Canárias, e o *V. maurus*, espécie europeia. Os morcegos são animais insectívoros e que só aparecem durante a noite, passando os dias escondidos em lugares escuros, suspensos pelos membros posteriores.

O *Vesperugo maurus* é animal maior e mais robusto que o *M. madeirensis*, como se vê dos exemplares que existem no Museu do Seminário.

Moreão. São conhecidas por este nome a *Muraena unicolor* e o *Cynaphobranchus pinnatus*. O segundo

destes peixes é o moreão de fundura, ou de natura, dos pescadores madeirenses.

Moreias. Peixes da família Murenida. Conhecem-se na Madeira a Muraena helena (moreia pintada), manchada de amarelo, a *M. anatina* (moreia serpente), também com manchas amarelas, e a *M. augusti* (moreia preta). A primeira destas espécies vive nos baixos fundos; a segunda e a terceira, junto da costa.

Morena (Porto ou Portinho da). Pequeno porto a su-sudoeste da ilha do Porto Santo.

Moreno. Sítio povoado e pitoresco da freguesia de Santa Cruz, onde se encontra uma capela da invocação de Nossa Senhora dos Remédios, fundada no ano de 1690 pelo cônego Manuel Ferreira Teixeira, incorporada no morgadio dos Barretos, de Santa Cruz, e de que hoje é proprietário o Dr. Remigio Barreto. Este sítio também é conhecido pelo nome de Vale do Moreno.

Morgado Esmeraldo (Estrada do). Comunica a igreja de S. Martinho com o sítio do Pilar. Pertencia ao morgadio Esmeraldo a quinta que fica na extremidade norte da estrada que tem o seu nome.

Morgados. V. Instituições Vinculares Capelas.

Mortalidade. V. Doenças.

Moscas. São conhecidas por esta designação varias espécies de dípteros, a mais comum das quais é a

Musca domestica, inseto importuno que vive principalmente nas habitações e suas proximidades, mas que, quando no estado de larva, se encontra nos monturos e em todos os lugares onde existem estrumes. A mosca varejeira (*Calliphora erythrocephala*) também é comum, e as moscas verdes (*Lucilia Caesar* e *L. sericata*) aparecem nas árvores, nos dejectos dos homens e animais etc.. É uma mosca do género *Hypoderma* que, depondo os ovos sob a pele do gado bovino, provoca pelas suas larvas os tumores que aparecem com uma certa frequência no mesmo gado, sendo as referidas larvas conhecidas na Madeira e Porto Santo pela denominação de berros.

Mosquitos. Insectos da ordem dos dípteros, alguns deles muito abundantes. O mosquito que parece ser mais comum na Madeira é o *Culex longiareolatus* que vive nas proximidades dos poços e tanques, onde se criam as suas larvas. Frequentemente às vezes os quartos de dormir, sendo o seu zumbido bastante incómodo. O *Culex pipiens* tem sido assinalado no Porto Santo, mas não na Madeira.

A picada do *Culex longiareolatus* produz comichões e, às vezes, edema passageiro.

Mostarda. Duas cruciferas são conhecidas por este nome na Madeira: a *Brassica Sinapistrum* e a *B. nigra*. É esta ultima espécie que produz as sementes com cuja farinha se preparam os sinapismos. A *B. nigra* tem siliquas com as valvas I - nérveas: a *B. Sinapistrum* tem-nas com as valvas 3-5 nérveas. Ambas estas espécies são espontâneas e frequentes na Madeira. A mostarda usada como condimento, é fornecida principalmente pela *Sinapis alba* espécie muito rara na Madeira.

Mosteiro Novo. É o edifício do actual Seminário Diocesano. (1921). Diz o anotador das Saudades que foi uma tentativa do padre Manuel Afonso Rocha e principiado por 1654, destinando-se a freiras, mas que nunca chegou a ser concluído. Em um antigo manuscrito encontrámos mais algumas detalhadas referências a esse projectado mosteiro, que vamos reproduzir.

A 17 de Dezembro de 1638, o cónego Manuel Afonso Rocha, encontrando-se retido no leito por doença grave, chamou à sua presença um tabelião e solicitou também a comparência do prelado diocesano D.

Jerónimo Fernando, declarando que tinha dado começo a um mosteiro, composto de casas, oficinas, igreja e coro, sob a invocação de S. José, destinado a religiosos ou religiosas, sob a cláusula da celebração de algumas missas e ofícios, mas que não o tendo ainda concluído, entregava o seu governo e administração à protecção do mesmo prelado e seus sucessores, pedindo-lhes somente o aplicassem ao dito fim ou a um recolhimento para damas ou mulheres de qualidade, e que se isso não fosse possível, se desse o mosteiro com sua igreja e casas a religiosos virtuosos mendicantes ou outros que ali fizessem mais serviço a Deus. O pedido e as condições formuladas pelo cônego Rocha foram aceitos, mas escasseando as rendas, nunca se deu ao edifício a aplicação que lhe destinara o seu instituído. Também julgamos que as obras projectadas não chegaram a ser concluídas, pois nos parece que nunca ali existiu uma igreja e seu coro, mas apenas uma pequena capela no interior da casa. Em 1647, autorizou o prelado diocesano que os sobrinhos do fundador, o cônego António Espranger Rocha, seu irmão o padre Inacio Espranger e umas irmãs destes habitassem no edifício, tendo depois da morte deles ocupado a casa um seu sobrinho, o cônego António Espranger, que faleceu em 1691.

Alguns anos depois, por 1697, foi ali instalado o Seminário Diocesano, que até então funcionava junto do Paço Episcopal. O terramoto de 1748, deixou muito danificada a casa do Mosteiro Novo, que teve de ser abandonada, voltando a servir de Seminário, depois de convenientemente reparada, pelos anos de 1760. No ano de 1788, foi o Seminário Diocesano transferido para o colégio dos Jesuítas, e dali regressou novamente ao Mosteiro Novo em 1801, quando a Madeira foi ocupada pelas tropas inglesas. Ali permaneceu até o ano de 1909, em que foi instalado no amplo edifício levantado na cerca do convento da Incarnação. Foi suprimido o Seminário desta diocese pelo decreto de 20 de abril de 1911, mas continuou a funcionar, sem carácter oficial, desde aquele ano, na antiga casa da rua do Mosteiro Novo. (1921).

V. Seminário Diocesano.

Mota Freitas (Carlos Elói). Nasceu nesta cidade a 1 de Dezembro de 1894, tendo concluído o curso

da Escola Naval no ano de 1917. Fazia parte, como aspirante de marinha, da guarnição do caça-minas Augusto Castilho, que comboiava o vapor São Miguel, em viagem da Madeira para os Açores, quando o caça-minas foi traiçoeiramente atacado e metido a pique por um submarino alemão, no dia 14 de Outubro de 1918, morrendo, entre outros, o seu bravo comandante e o nosso patrício Mota Freitas. A heróica resistência do Augusto de Castilho pôs o vapor São Miguel ao abrigo da investida do submarino alemão, salvando-se o vapor português e todos os seus tripulantes e passageiros. Quem quiser ter um mais largo conhecimento dessa horrível tragédia, leia o interessante opúsculo 200 milhas a remos, escrito pelo tenente Luís José Simões, testemunha presencial de todos aqueles acontecimentos. Foi vítima sobrevivente do ataque do submarino alemão, o nosso patrício Samuel da Conceição Vieira, então aspirante de marinha.

O governo concedeu ao aspirante Mota e Freitas a Cruz de Guerra de 1^a. classe, e a Câmara Municipal do Funchal, em sessão de 8 de Maio de 1919, resolveu dar o nome do mesmo aspirante à antiga travessa da Sacristia em Santa Maria Maior.

Em Outubro de 1921, constituiu-se uma comissão que pretende levantar um modesto monumento ao aspirante Mota e Freitas, tendo sido expostas pela mesma ocasião na Santa Casa da Misericórdia, as insígnias da Cruz de Guerra, concedidas ao mesmo aspirante após a sua morte.

Mota Prego (João da). Engenheiro-agronomo que residiu por alguns tempos no Funchal. Escreveu um valioso artigo sobre a agricultura, a indústria e o comercio da Madeira e Porto Santo, no vol. I, págs. 377 a 400, das *Notas sobre Portugal*, livro este que figurou na exposição nacional do Rio de Janeiro, em 1908.

Motins populares. Reconhecem todos que os povos deste arquipélago são de uma índole essencialmente pacífica e ordeira. Entregues na sua grande maioria aos trabalhos agrícolas, que nesta região são muito árduos e penosos pelas especiais condições dos terrenos, mourem desde o primeiro alvorecer da manhã até cairem as sombras da noite, geralmente desocupados e alheios a tudo o que não seja a labuta continua da sua laboriosa existência.

Quer se encontrem numa apertada mediocridade ou numa regular suficiência de haveres, decorre-lhes a

vida serena e remansosa, sem que o espírito de insubordinação ou de revolta venha perturbar a paz de que tranquilamente desfrutam. Não vâ destâ afirmativa concluir-se que o proverbial sossego que reina entre a família madeirense não tenha sido por vezes alterado, vindo violentamente estadear-se na praça publica. Só raras vezes, e sempre muito passageiramente, se tem presenciado o facto, e apenas quando alguns vis especuladores, para fins inconfessáveis, tentam explorar a boa fé ou nimia credulidade de populações eivadas pela ignorância, pelo erro e pela superstição.

1533. Um dos mais antigos movimentos populares de que temos conhecimento é o alvoroço dos habitantes da ilha do Porto Santo, que, no ano de 1533, fanatizados pelos pretensos profetas Fernão Bravo e Filipa Nunes, praticaram excessos muito condenáveis, de que daremos mais desenvolvida noticia no artigo Profetas, deste Elucidário.

1641. Poucos dias depois da proclamação do governo de D. João IV nesta ilha (V. *Restauração da Madeira*), ocorreram acontecimentos de bastante gravidade, com alteração da ordem pública, cujos principais episódios encontramos narrados do seguinte modo num antigo manuscrito:

«No dia 25 de Janeiro de 1641, o povo em multidão dirigiu-se à Câmara e lançou fora o juiz Luiz Fernandes de Oliveira, por ser castelhano; fez novo juiz, procurador do concelho, um vereador e almotacel, e de ali passando à casa de Paio Rodrigues Paes da Cunha, escrivão da Câmara, suspenso por culpas, o fez entrar no officio e lançou fora o serventuario Manuel Teixeira Pereira. Um Manuel da Ceia e um seu sobrinho, que por indescripção fallavam do novo tributo, com muita dificuldade escapariam da morte e do furor do povo, a não ser os esforços do governador, bispo e cabido, a quem respeitava o povo. Daqui passou o povo amotinado à Alfândega, e lançou fora o provedor Manuel Vicente Cardoso e pôs em seu lugar João Rodrigues de Teive, que, morando em Nossa Senhora do Calhau, lá o forão buscar, e querendo na passagem da Igreja evadir-se, a população, sob pretexto de fazer oração, não lhe consentiu, e assim levado à Alfândega, foi aclamado provedor pelo povo com a cominacão de, não aceitando, ser ali mesmo morto por ele. O porteiro, por que tinha as portas fechadas, correu perigo de vida. Muito valeu nesta comoção popular o bom nome e consideração que o povo tinha por D. Antonio Fernandes, sobrinho do Bispo, official da Câmara e sobretudo o Prelado, que souberão com prudência calmar o povo e salvar a vida dos indivíduos apontados como

perseguidores de ele. O povo, logo que tomarão inventário dos bens do provedor, ficou socegado, e de todo este acontecimento se fizerão autos e assentos necessários, como consta do L.º 4.º, fl. 202».

D. João IV mandou que se fizesse sindicância desses acontecimentos e que fossem castigados os indivíduos que desrespeitaram o provedor Vicente Cardoso, não se sabendo, porém, se teria sido aplicada alguma penalidade a esses indivíduos.

1668. o governador e capitão-general da Madeira D. Francisco de Mascarenhas, que tomou posse deste cargo a 28 de Novembro de 1665, concitara contra si, por motivos ainda não bem averiguados, a má vontade do clero e principalmente da nobreza, do que resultou a lamentável sublevação popular que se deu no Funchal no dia 18 de Setembro de 1668.

Afirma o Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo que a revolta era capitaneada pelo deão Dr. Pedro Moreira e que o clero tomara nela uma parte muito activa, mas da devassa a que procedeu o desembargador João de Moura Coutinho, sindicante expressamente mandado a esta ilha pelo governo da metrópole, resultou a condenação a degredo, acompanhada do pagamento de avultadas multas pecuniárias, de muitos fidalgos madeirenses e de três escravos, não se encontrando no numero dos condenados um só eclesiástico, incluindo o próprio Dr. Pedro Moreira.

Parece que o governador e capitão-general tratara com menos consideração o clero e a nobreza desta ilha, cerceando-lhes muitas regalias, de que talvez indevidamente gozavam e a que se julgavam com indeclinável direito, e dai resultou abrir-se um grave conflito, que teve as mais desastrosas consequências. D. Francisco de Mascarenhas exorbitaria talvez das faculdades que a lei lhe conferia, seria duro no trato e nas relações com os fidalgos e alguns membros da clerecía, teria mesmo um soberano desprezo pelas suas prerrogativas e isenções, mas é fora de dúvida que os promotores da sublevação procederam duma maneira inqualificável e a posteridade não poderá absolve-los dos actos que praticaram, lançando mão da violência e autorizando os excessos que então se cometem nesta cidade.

No dia 18 de Setembro de 1668, dirigia-se o governador D. Francisco de Mascarenhas, acompanhado do juiz de fora, para a casa de campo que os jesuítas tinham no sítio do Pico do Cardo, da freguesia de Santo António, e que ainda hoje é conhecida pelo nome de Quinta dos Padres. Ao chegar ao sítio da Água de Mel, onde ficava a casa solarenga dos morgados de Bettencourt e Sá Machado, saiu-lhe ao encontro um grupo de indivíduos armados, entre os quais vários membros daquela família, que agrediram violentamente o

governador e feriram com uma cutilada o juiz de fora.

D. Francisco de Mascarenhas foi lançado numa abjecta enxovia, na companhia dum mulato facínora, que já em tempos servira de algoz. Dali o transportaram para a prisão da fortaleza do Pico, onde sofreu os maiores insultos e vexames, por parte do seu carcereiro D. João Heredia e de outro fidalgo, que assim se desagravaram ignobilmente das supostas ofensas recebidas. Meteram-no depois a bordo duma pequena charrua, sempre com o mesmo cortejo de insultos até o embarque, a qual o lançou na Galiza.

Os amotinadores, soltando os presos e reunindo alguns populares, percorreram a cidade, praticando muitas desordens e excessos, sem que a força militar, talvez conivente no movimento, tentasse pôr cobro a tamanhos desmandos. Pormenor singular: à porta de casa, foi o vereador António Correia Henriques enforcado em efígie, por baldadamente o terem procurado em todas as dependências da sua morada.

No entretanto, nomearam governador interino o morgado Aires de Ornelas de Vasconcelos, que não pensou em castigar os culpados. Enviou ele a Lisboa o fidalgo Gaspar Berenguer a dar conhecimento ao governo da metrópole dos acontecimentos aqui ocorridos, o qual ao regressar à Madeira foi recebido com grandes demonstrações de regozijo, trazendo a notícia de que nas estações superiores se aprovara tudo quanto se fizera durante a sublevação.

Algum tempo depois, aparece na Madeira o desembargador Dr. João de Moura Coutinho, encarregado de proceder a uma rigorosa sindicância acerca daquelas gravíssimas ocorrências. Teve que lutar com graves dificuldades: ameaças, suborno das testemunhas, tudo foi posto em acção. Partiu o desembargador, e meses depois foi publicada a sentença. D. Gaspar de Sá, D. José de Sà, D. Francisco de Sà, Rui Dias de Aguiar, João Machado e Albano Veloso, todos fidalgos, foram condenados a degredo perpetuo para Angola e ao pagamento de alguns milhares de cruzados, cada um, para o autor D. Francisco de Mascarenhas e despesas do processo, José Machado de Miranda e João Vieira Pita a cinco anos de degredo para Angola e três escravos a açoites públicos e a servirem toda a vida nas galés.

Causou estranheza como pôde justificar-se o morgado Aires de Ornelas, não tendo sofrido pena alguma, embora fosse processado, e como também o Dr. Pedro Moreira e outros sacerdotes não houvessem sido envolvidos nas malhas da rigorosa devassa a que se procedeu.

Este curioso facto da historia madeirense, quanto às suas origens e responsabilidades, não está ainda suficientemente esclarecido.

1755. Neste ano, houve tumultos nas vilas da Calheta, Ponta do Sol e S. Vicente, por causa duma pretendida concessão do Paul da Serra.

1821. No artigo Constituição de 1821 (Vol. I, pág. 301), já demos uma noticia sumaria dos sucessos ocorridos nesta cidade por ocasião de ser proclamada aquela Constituição. Veja-se também o artigo Mercado e Capela de São Sebastião.

1829. Houve em Outubro e Novembro deste ano alguns tumultos populares na cidade do Funchal, provocados por oficiais e soldados de infantaria n.º 2 e 13, por causa do envenenamento dalgumas praças deste ultimo regimento. Na sua exaltação, pretenderam os soldados entrar no Palácio do Governo, afim de se apoderarem do ajudante de ordens José Joaquim Januário Lopes e o assassinarem.

1834. Desde a revolução de 1820 até à implantação do governo constitucional em 1834, em que as lutas políticas e a guerra civil trouxeram tão graves perturbações ao seio da família portuguesa, deram-se, por vezes, nesta ilha vários distúrbios e algumas alterações da ordem pública, mas que não tiveram consequências muito funestas, embora os espíritos andassem em extremo agitados e se esperassem os mais graves acontecimentos. Apesar da proclamação do governo constitucional se ter feito nesta cidade no dia 5 de Junho de 1834, sem a mais leve perturbação da ordem, é certo que em varias freguesias o descontentamento de muitos se exteriorizou por alguns actos de violência. O mais importante desses acontecimentos foi o que se deu na Calheta, como já fica referido no artigo consagrado a esta freguesia (V. Vol. I, pág. 190). Podemos acrescentar que sete indivíduos, além do padre Rodrigues Pestana, foram condenados a degredo perpetuo para Angola.

1846. Bem tristes sucessos se deram neste ano, motivados pela propaganda calvinista do Dr. Roberto Kalley, como mais largamente se pode ver no artigo que neste volume consagramos àquele ilustre medico

escocês.

1847. No artigo Junta Governativa da Madeira em 1847, já nos ocupámos com alguma larguezza dos acontecimentos ocorridos na Madeira, quando entre nós se repercutiram os ecos dos sucessos que no nosso país se desenrolaram depois da revolução da Maria da Fonte.

1868. Na nossa historia política, ficou conhecida pelo nome de Janeirinha a revolta popular que no mês de Janeiro de 1868 se deu em Lisboa e no Porto, com o fim de protestar contra a lei de 10 de Junho de 1867, que criara o imposto de consumo e que tão grande indignação causara em todo o país. Por tal motivo se demitiu o ministério presidido por Joaquim António de Aguiar e do qual faziam parte homens da envergadura de Martens Ferrão, Fontes Pereira de Melo, Andrade Corvo, Casal Ribeiro e Barjona de Freitas. Contra ele açularam os adversários políticos todas as iras populares, agitando como estandarte de guerra a famosa lei do consumo, que nunca chegou a vigorar. O nosso distinto patrício Jacinto de Sant'Ana e Vasconcelos seguia a política do ministério e pertencia ao partido histórico, que nesse momento lutava contra a grande corrente dos partidos da Janeirinha, apoiados pelo ministério que então subira ao poder e que era presidido pelo Conde de Avila, depois duque de Avila e Bolama.

Eram conhecidos por fusionistas e populares os partidários das duas facções políticas. Na Madeira, por motivos que não sabemos bem assinalar, era grande a animosidade existente entre aqueles grupos partidários, quando no dia 8 de Março de 1868 ancorou no nosso porto o vapor português Bengo, que trazia a seu bordo, entre outros passageiros, o nosso patrício Jacinto de Sant'Ana e Vasconcelos, depois visconde das Nogueiras. Vinha visitar a sua ilustre família e tratar da sua candidatura a deputado por esta ilha, como membro do partido histórico ou da fusão.

Dos acontecimentos ocorridos neste arquipélago no terceiro quartel do século passado, dois houve que ficaram indelevelmente gravados na memória dos contemporâneos e que ainda se transmitiram aos vindouros: a epidemia da cólera, em 1856, e o movimento da Pedrada, a 8 de Março de 1868. Este ultimo facto observado a distancia e libertado das paixões ruins que lhe deram motivo, causa-nos hoje a maior surpresa, por ver que uma simples questão de política eleitoral tivesse levado uma população aos excessos mais lamentáveis, havendo várias mortes e impedindo-se violentamente o desembarque de Jacinto de Sant'Ana.

E, todavia, este nosso patrício procedera sempre correctamente para com todos os madeirenses e nunca concorrera para prejudicar moral ou materialmente a terra que lhe fora berço. E, até como representante desta ilha no parlamento, em três legislaturas, advogou desinteressadamente e com o mais acrisolado zelo as mais vitais questões deste arquipélago, sem que a sua atitude como deputado e como político pudesse justificar ou explicar sequer a maneira estranha como foi aqui recebido no dia 8 de Março de 1868. Era apenas de política adversa à que então gozava de maior predomínio e influencia nesta ilha e tivera a coragem de apresentar o seu nome ao sufrágio popular, vindo pessoalmente advogar os interesses da sua candidatura.

Era previamente conhecida a sua vinda à Madeira, e, quando na cidade começou a circular a noticia de que a bordo dum vapor surto no porto se encontrava Sant'Ana e Vasconcelos, logo uma enorme afluência de indivíduos, principalmente das classes populares, foi a pouco e pouco ocupando uma parte da praia e as imediações da Alfândega, por onde, dentro de pouco tempo, se tornava impossível transitar. O objectivo da multidão era impedir o desembarque de Jacinto de Sant'Ana, o que não oferecia a menor dificuldade, tendo ao seu alcance um considerável número de projécteis de tão fácil e pronto arremesso-as pedras.

Sant'Ana, que era um valente e fora o herói de tão arriscadas aventuras, tentou desembarcar, apesar da atitude hostil da populaça, mas teve que ceder à vista do chuveiro de pedras que feria os ares e seguir também o conselho prudente de algumas pessoas que o rodeavam. Dirigiu-se então para bordo do navio de vela o Galgo, que fazia viagens entre Lisboa e Madeira, no transporte de carga. A vida de Sant'Ana e Vasconcelos correu nesta ocasião iminente risco, tendo o antigo e importante negociante da nossa praça João de Freitas Martins, mais conhecido pelo nome de Papinho, contribuído bastante para o pôr ao abrigo da sanha feroz da populaça desenfreada.

A efervescênciados espíritos era já grande, ainda mesmo antes da vinda de Sant'Ana e tinham ocorrido pequenas perturbações da ordem publica, que eram prenuncio do que depois poderia vir a acontecer. Excitados os ânimos com a sua chegada, romperam os populares em manifestas violências, chegando varias pessoas a ficar feridas com a saraivada de pedras que loucamente se atirava de todos os lados. Teve que intervir a força armada e, vendo-se esta desrespeitada pela multidão, lançou mão das carabinas e alguns homens do povo caíram varados pelas balas. Era então governador civil o major de caçadores 12 e nosso patrício D. João Frederico da Câmara Leme, que, apesar do prestigio e popularidade que gozava, não pôde com a sua presença conter os amotinados, sendo absolutamente indispensável a interferência da força

publica para os conter e pôr termo aos desmandos que estavam praticando.

No meio da luta, houve a feliz lembrança de simular um incêndio na rua das Queimadas de Baixo, comunicando-se fogo a uma enxerga de palha. Os sinos tocaram apressadamente a debate, e uma parte considerável da multidão, que ocupava o pátio da Alfândega e as imediações deste edifício, acorreu ao local do incêndio e pouco depois dispersavam os restantes, terminando assim o triste e lamentável episódio que ficou conhecido pelo nome de motim ou levante da pedrada.

Jacinto de Sant'Ana e Vasconcelos seguiu para Lisboa, sendo pouco depois eleito deputado por outro círculo. Na revolução de Setembro, publicou uma série de artigos subordinados ao título de Cartas ao conde de Avila sobre matérias eleitorais da Ilha da Madeira, que não conhecemos, mas que nos afirmam conter dados sobremaneira interessantes para a história dos acontecimentos de que as mesmas Cartas se ocupam.

1870. No dia 1 de Maio deste ano, houve grandes tumultos na vila de Machico, por ocasião de se realizarem ali as eleições de deputados, tendo que intervir a força armada. Os populares desrespeitaram o destacamento militar, estanciando naquela vila, que, dentro da igreja paroquial, fez fogo sobre a multidão, caindo mortos alguns indivíduos.

Também se deram outros distúrbios promovidos pelo partido popular, que, apesar de se achar na oposição, era quem em 1870 dominava na ilha. O falecido Dr. Joaquim Ricardo da Trindade e Vasconcelos, fusionista, ao desembarcar no Funchal, vindo de Machico, foi preso na Pontinha por indivíduos do povo e conduzido à antiga praça da Constituição, onde seria assassinado, se não fora a intervenção do Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo, uma das figuras mais prestigiosas do partido popular, e o enterro duma das vítimas dos tumultos da referida vila serviu de pretexto a novas manifestações hostis ao governo, que as autoridades e a força pública não procuraram evitar.

Os acontecimentos de Machico produziram grande sensação, não só na Madeira, mas ainda no Continente do Reino, tendo sido o governo de então violentamente atacado no parlamento e na imprensa de Lisboa.

1884. Vários tumultos populares se produziram no dia 29 de Junho de 1884 em algumas assembleias eleitorais ou suas imediações. A alteração da ordem publica tomou maior vulto na freguesia da Ribeira Brava, tendo as mais desgraçadas consequências com a morte de alguns populares, que caíram varados pelas balas da força armada. Era candidato a deputado o Dr. Manuel de Arriaga que não conseguiu ser eleito. A imprensa republicana do Funchal, e nomeadamente a de Lisboa, ocupou-se largamente do assunto, que teve eco no seio da representação nacional. Na comarca da Ponta do Sol, promoveram-se vários processos acerca das ocorrências dadas nas freguesias da Ribeira Brava e Ponta do Sol, tendo vindo a esta ilha defender os seus correligionários envolvidos nesses processos, os Drs. Manuel de Arriaga e José de Castro, que aqui se demoraram alguns tempos. Com o título de *Victimas d'El-Rei*, publicou o Dr. José de Castro um opúsculo de 83 paginas, narrando os episódios e peripécias mais salientes desses processos. Os morticínios da Ribeira Brava causaram a mais extraordinária sensação.

1887 e 1888. Foi uma época bem calamitosa para este arquipélago o período de alguns meses dos anos de 1887 e 1888, em que se deram graves perturbações da ordem publica, a pretexto da suposta organização das Juntas de Paróquia, praticando-se as mais condenáveis violências e espalhando-se o sobressalto e o terror por todas as freguesias desta ilha. Entre o povo, ficou esse movimento conhecido pelo nome de Parreca. já dele nos ocupámos no artigo Juntas de Paróquia, para onde remetemos o leitor.

1894. No dia 22 de Maio, por ocasião da chegada do vapor «Funchal», deram-se tumultos na Entrada da Cidade, pretendendo o povo obstar ao desembarque dos passageiros vindos de Lisboa, por se afirmar que ali grassava a epidemia da colera-morbus. Foi apedrejada a tropa e a polícia, ficando também feridos alguns dos passageiros que tentaram desembarcar no cais da entrada da Cidade.

1906. Em fins de Novembro de 1905, apareceu um caso de doença suspeita na residência e numa pessoa da família de Leopoldo Cabral, morador na rua dos Ferreiros desta cidade. A pessoa atacada e os restantes membros da família foram sem demora removidos para o Lazareto de «Gonçalo Aires», transformado em hospital de isolamento. Outros indivíduos ali foram recolhidos. Para evitar-se o alastramento da doença, impunha-se por certo, um completo isolamento, mas que parece ter revestido um excessivo rigor, se é que excessos pode haver na adopção de medidas desta natureza. Desde logo começaram a espalhar-se entre a população os mais inverosímeis e inacreditáveis boatos, originados em boa parte no isolamento apertado

que se mantinha no Lazareto e na falta de noticias das pessoas ali internadas. A fantasia popular, auxiliada por uma política facciosa e uma imprensa sem escrúpulos, deu largas ao mais lamentável desvairamento, criando no seio do Lazareto toda a sorte de crimes, que iam desde as mais cruéis sevícias até ao simples e puro assassinato! E de tal modo esses boatos se foram difundindo e essas fantasiosas invenções se avolumaram no espírito publico, que, a breve trecho, era crença inabalável para a grande maioria dos povos desta ilha que o hospital de isolamento se transformara num autentico e verdadeiro açougue da espécie humana, que deixava a perder de vista as alcateias de bandidos que infestavam os desfiladeiros da serra Morena, da Calabria e da Floresta Negra, de que nos falam com tanto horror umas mais que duvidosas narrativas.

Foi sem duvida um erro grave, que todos depois reconheceram, o estabelecer-se uma absoluta incomunicabilidade entre os que se encontravam naquele recinto e o resto da população. Corrigiu-se esse erro, sem haver perigo de contagio, mas era tarde para o fazer e já se tornava impossível desfazer a funda impressão que os boatos alarmantes tinham causado. A onda de indignação, que se conservara represada durante alguns dias, galgou as barreiras que a continham e veio estadear-se violentamente na praça publica.

No dia 7 de Janeiro de 1906, pelas 11 horas da manhã uma massa enorme de populares, seguida de algumas praças do regimento de infantaria n.^o 27, tomou o caminho do Lazareto em atitude manifestamente hostil e disposta a praticar os maiores excessos. Uma indesculpável imprevidência deixara abandonadas de qualquer defesa as entradas do Lazareto, sendo fácil à populaçā amotinada penetrar rapidamente naquele recinto e cometer os maiores e mais lamentáveis vandalismos. Tudo quanto ali se encontrava foi completamente destruído: moveis, trem de cozinha, farmácia, instrumentos cirúrgicos, roupas, maquinas, víveres etc.. Nada escapou à fúria insana dos assaltantes. Os próprios edifícios sofreram importantes danificações, ficando partidos todos os vidros das janelas, destruídas as portas e até os sólhos mostram grandes vestígios da sanha dos manifestantes.

Os indivíduos que se achavam de observação na zona de refúgio foram obrigados a abandona-la, invadindo depois a multidão o hospital de cura, onde se encontravam cinco doentes estando alguns deles em via de restabelecimento. Um carro, acompanhado de bastantes populares, conduziu os doentes aos seus domicílios, soltando-se no trajecto os mais entusiásticos vivas. O grosso da multidão que, ao regressar à cidade, se compunha aproximadamente de mil pessoas, tomou pela estrada do Conde de Carvalhal, receando que a força armada saída do quartel de infantaria n.^o 27 a pudesse surpreender no caminho.

Já dias antes, o Posto de Desinfecção Terrestre, ao Campo da Barca, tinha sido assaltado por um numeroso grupo de populares, sendo repelido pela polícia e por um contingente de forças de infantaria. Também no Bom Sucesso e em outros sítios se deram vários distúrbios, que foram o prenúncio do ataque ao Lazareto.

No dia 10 de Janeiro, chegou ao Funchal o cruzador Dom Carlos, que trouxe aumentada a sua tripulação, para auxiliar as forças militares aqui estacionadas, na manutenção da ordem pública.

Era director clínico do hospital de isolamento de «Gonçalo Aires» o Dr. António Balbino do Rego, que exercia nesta cidade o cargo de director do Posto de Bacteriologia e Higiene. Foi contra ele que mais se concitaram as iras da plebe, considerando-o como o autor ou principal responsável dos supostos crimes praticados no Lazareto. É verdadeiramente inacreditável, por ausência de fundamento sério, o ódio que entre nós se despertou contra o Dr. Balbino do Rego (V. este nome), sendo ainda hoje amaldiçoado o seu nome como o de um grande flagelo que tivesse assolado esta ilha.

Sobre este assunto, publicaram-se, além de numerosos artigos na imprensa local, os folhetos *A Tragédia do Lazareto*, Funchal, 1906, de 51 pag.; *A Peste bubonica na Madeira e as suas consequências*, apontamentos por António Pedro Gomes, Lisboa, 1906, de que apenas se publicou um fascículo de 12 pag.; *Um Ano Depois*, Porto, 1907, de 63 págs.; e na Ilha da Madeira, Porto, 1907, de 117 pag., sendo os dois últimos da autoria do Dr. Antonio Balbino do Rego.

A lira popular deu largas expansões à fecundidade do seu estro, publicando-se inúmeros folhetos e avulsos, em que a falta de inspiração corre parelhas com as incorrecções do metro, e onde também a linguagem descomposta nada fica a dever à falta de bom senso e das mais elementares regras gramaticais. (V. *Poesia Popular*).

1921. Tendo resolvido os moageiros do Funchal em fins de Julho de 1921 elevar a 1820 o preço das farinhas, do que devia resultar o pão passar de \$80, preço por que estava sendo vendido, para 1\$ o quilograma, convocou um grupo de consumidores uma reunião no largo da Feira no dia 1 de Agosto, sendo

aí deliberado o encerramento dos estabelecimentos industriais e comerciais, como protesto pelo encarecimento injustificado do referido género. De 1 a 3 de Agosto, todos os estabelecimentos fecharam, com efeito, só abrindo de manhã, antes das 8 horas, para o público se abastecer, mas tendo-se unido aos grevistas certos elementos desordeiros, resultou daí darem-se alguns desacatos e tumultos, sendo presos pelo povo, no dia 3, dois moageiros, um dos quais veio do Monte até à cidade rodeado de muito povo, mas protegido pela polícia, o que não obstou a que fosse ferido na cabeça ao passar na rua de João Tavira, em direcção à fortaleza de S. Lourenço, onde ficou detido.

No dia 2 de Agosto invadiu o povo a casa do presidente da Câmara, obrigando-o a acompanhá-lo aos Paços do Concelho para fixar o preço do pão, e varias tentativas se fizeram para prender o caixeteiro duma casa inglesa a quem se atribuía a principal responsabilidade do pretendido aumento do preço da farinha, o qual para escapar à sanha popular esteve escondido a princípio na casa do seu patrão, saindo depois da ilha num vapor estrangeiro.

A autoridade desinteressou-se a princípio do movimento popular, mas os acontecimentos do dia 3 obrigaram-na a modificar a sua atitude e a ordenar à polícia e à guarda republicana que mantivessem a ordem dentro da cidade. Tendo o Funchal começado a ser convenientemente patrulhado no dia 4 de Agosto, já neste dia abriram os estabelecimentos, não voltando a repetir-se os desacatos da véspera, dos quais só ficaram vitimas aqueles que o povo, com razão ou sem ela, considerava como tendo responsabilidade na extorsão que se lhe pretendia fazer.

O preço do pão não foi alterado em Agosto de 1921, mas em Fevereiro do ano imediato conseguia a fabrica de moagem britânica que esse preço subisse temporariamente para 1 escudo, visto ter passado a vender a farinha ao preço de 1\$10 por quilograma.

Poucos dias antes dos motins a que acabamos de aludir, outros se deram, mas motivados pelas eleições de deputados e senadores na assembleia de Câmara de Lobos, sendo feridos o capitão Américo Olavo e o Dr. Manuel Augusto Martins, que tinham ido ali fiscalizar as operações eleitorais. Os motins deram-se no dia 11 de Julho, e foram provocados por indivíduos do Funchal, com o fim de inutilizar a votação em Câmara de

Lobos, onde a oposição contava com uma grande maioria.

1931. Nos dias decorridos de 4 a 8 de Fevereiro de 1931, deram-se no Funchal perturbações da ordem publica da maior gravidade motivadas pela promulgação de um decreto, que estabelecia um novo regime cerealífero e restringia a livre importação de trigos e farinhas, criando-se assim um «manipólio» em um ramo tão importante da alimentação publica. A execução do decreto foi suspensa, mas os amotinados impunham a sua inteira revogação. No entretanto, graves desordens foram ocorrendo em diversos pontos e durante cinco ou seis dias conservou-se inteiramente paralizado o comercio, e estiveram encerrados todos os estabelecidos de venda, fechadas as repartições públicas e as escolas. No dia 6 de Fevereiro, os motins revestiram uma alarmante gravidade com o violento assalto à fabrica de moagem dos Lavradores, a uma importante casa de «atacados» na rua Cinco de Junho, a uma padaria na Ponte de São João e a um estabelecimento comercial na rua da Alfândega, etc. etc., que ficaram inteiramente destruídos, sendo os prejuízos causados de alguns milhares de contos de réis. Intervio a policia havendo morrido três populares e sendo também vitima um dos membros daquela corporação. As forças de infantaria que saíram do quartel para restabelecer a ordem, não quiseram ou não souberam fazê-lo, e a elas se ficou atribuindo, em boa parte, a responsabilidade desses tão lamentáveis acontecimentos.

1936. A execução de um novo decreto, que criou a Junta dos Lacticínios e regulou a distribuição e venda do leite excitaram uma grande indignação nas populações rurais, provocando, nos dias 4 e 5 de Agosto de 1936, as maiores perturbações da ordem publica em vários pontos da ilha, sendo necessária a intervenção da força armada, e havendo morrido oito indivíduos das classes populares. De Lisboa, vieram dois navios de guerra, conduzindo contingentes de tropas e membros de policia de investigação e procedeu-se a uma grande devassa, sendo presos alguns centenares de indivíduos. Destes, seguiram cerca de cinquenta para Cabo Verde, para serem ali julgados. Hoje todos reconhecem que o decreto que provocara essas lamentáveis desordens continha disposições proveitosas para os criadores de gado e vendedores de leite.

Moura. Antonio de Moura Rolim, diz o Dr. Álvaro de Azevedo a pág. 527 das Saudades, vem mencionado na pauta dos benfeiteiros da Misericórdia do Funchal, logo depois da instituição desta, lendo-se ainda na mesma obra, a pág. 851, que João de Moura Rolim fundou a capela do Senhor, na primitiva igreja de Santa Maria Maior, e lá tinha sua campa com este epítáfio: Sepultura de João de Moura Rolim Fundador desta

capela do SS.^{mo}—727.

Moura (D. Patrício Xavier de). Pinho Leal, no vol. XI do seu dicionário Portugal Antigo e Moderno, diz, a pág. 872, falando de José Joaquim Januario Lapa, 1.^º visconde de Vila Nova de Ourém, o seguinte, que textualmente transcrevemos:

«Deu-se um facto notável entre o 1.^º visconde de Villa Nova de Ourem e o padre Patrício de Moura e Brito, natural de Setúbal. Quando aquelle titular, antes de o ser, residia em Villa Franca, estando a jogar o gamão com o referido padre, que ali era prior, afirmava este que havia de dar um codilho ao Lapa, o qual por sua parte afirmava o contrario, acrescentando que faria daquelle prior um bispo, se delle recebesse um codilho e viesse algum dia a ser ministro, dando às suas palavras um tom de puro gracejo. O tempo correu, e Lapa, da modesta posição que então ocupava como administrador das Lezírias do Tejo, passou a elevar-se na escala social pelos seus méritos e pelos sucessos da política, e chegou a ser ministro de estado. O prior de Villa Franca, seguindo-lhe, por assim dizer, os movimentos, e advertido por um feliz pressentimento, logo que o visconde foi nomeado ministro, se lhe apresentou, dando-lhe os parabéns e reclamando o cumprimento da promessa. O ministro, que a princípio se não lembrava da promessa, recordou-se perfeitamente della, por fim, e deu ao prior de Villa Franca a mitra de Cabo Verde. Abençoado codilho!»

Este facto é confirmado pelo deão da Sé de Cabo Verde Francisco Ferreira da Silva, que, no seu livro Diocese de Cabo Verde, acrescenta os seguintes interessantes pormenores.

«D. Frei Patrício Xavier de Moura era frade graciano, e quando freire fora nomeado por D. João VI cônego da Bemposta e capellão particular da infanta D. Isabel Maria, depois de lhe ter ouvido a magnífica voz de que era dotado. Sendo legitimista, retirou-se para a sua terra natal, exercendo o ministério do púlpito até que foi mandado parochiar a freguesia de Vila Franca de Xira, onde travara conhecimento com o visconde de Villa Franca Nova de Ourem, que lhe prometera fazel-o bispo quando fosse ministro, promessa que foi cumprida. Na sua partida para Cabo Verde, fez-se acompanhar de D. João de Noronha, que tinha já 70 annos, apresentado arcediago, e de três famulos-Fernandes de Aguiar, que, ha pouco falleceu em Cabo Verde, legando uma fortuna de mais de 80:000\$000 reis, José Silvestre Teixeira, que pouco tempo viveu, e José Maria Pinto, que aos 18 annos fora provido no logar de cônego e que esteve até 1880 em Cabo Verde,

deixando um nome respeitável como professor. D. Patrício ainda que mais disposto para se cobrir do capacete e desembainhar a espada do que para pôr a mitra e empunhar o báculo, foi um prelado trabalhador e zeloso. Ao mesmo tempo que reprehendia em publico e com acrimonia o famulo que em jantar de festa levantava um brinde sem ter pedido licença, como também mandava levantar o presbytero que na sua presença se sentava sem a devida vénia, exaltava e galardoava generosamente os que cumpriam com o seu dever e não tinham aquellas ousadias. Mal contido nas reprimendas, apenas viu o deão da Sé uma vez, que nunca mais lá voltou, em quanto este prelado esteve na diocese.» Estabeleceu a sua residência na ilha do Fogo, mas fazia constantes visitas com bastante demora às ilhas Brava e São Tiago. Sustentou lutas com o governador geral, principalmente por motivo da nomeação dos párocos encomendados, tendo o governo da metrópole confirmado ao prelado o direito que a este assistia de fazer tais nomeações. Havendo uma grande crise alimentícia no arquipélago, cedeu a favor dos famintos dezoito contos de réis de rendimentos da mitra, que lhe pertenciam. Administrou o bispado de Cabo Verde cerca de dez anos, tendo, por motivo de doença, pedido a sua apresentação na Sé do Funchal.

No mes de Julho de 1858, saiu desta diocese em direcção à Guarda, para onde fora transferido, o prelado D. Manuel Martins Manso. A 20 de Abril do ano seguinte, era por Pio IX confirmada a transferência de D. Patrício Xavier de Moura do bispado de Cabo Verde para a diocese do Funchal, tendo tomado posse do cargo, por procuração, a 28 de Maio de 1859. A 26 do seguinte mes de Agosto chegou ao Funchal, tendo feito a sua entrada solene na Sé Catedral a 18 do imediato mês de Setembro.

D. Patrício de Moura não teve um episcopado feliz. Os motivos apontados pelo deão Ferreira da Silva, a interferência do prelado na política local, a especial predilecção e favores dispensados a alguns sacerdotes, com prejuízo e desconsideração de outros, levaram-lhe grandes dificuldades e criaram-lhe sérios atritos, que nunca de todo se desvaneceram até a sua morte. Ainda não tinha decorrido um ano após a sua entrada na diocese e já saíra a lume um folheto de 70 paginas intitulado *Chronica do Bispado do Funchal* nos primeiros seis meses de governo do Snr. D. Patrício Xavier de Moura, que é um verdadeiro libelo acusatório contra a administração episcopal do prelado, estando redigido com manifesta parcialidade e até por vezes com requisitada ma fé. Alguns membros turbulentos do cabido e certos elementos preponderantes da política local fizeram ao bispo D. Patrício uma acintosa e encarniçada guerra, que ele valorosamente sustentou, apesar dos seus velhos anos e conhecidos achaques.

D. Patrício Xavier de Moura foi um prelado zeloso não só pela integridade dos privilégios e regalias da igreja, e especialmente pela observância da disciplina canónica, mas ainda pela propaganda da doutrina

católica, pela austeridade de vida do seu clero e pelo exacto cumprimento das leis eclesiásticas.

Numa das suas ausências desta ilha, nomeou o prelado a Junta Governativa do Bispado, a que já noutro lugar nos referimos e que, exorbitando das faculdades que lhe foram conferidas, provocou os reparos da Santa Sé e a publicação do folheto Breves Reflexões acerca da circular de 26 de Janeiro de 1870 do presidente da Junta Governativa do Bispado do Funchal aos parochos desta diocese.

Em 1870, pediu D. Patrício de Moura um coadjutor e futuro sucessor, sendo o deão Dr. Aires de Ornelas de Vasconcelos nomeado bispo titular de Gerasa em Março de 1871, com sucessão na diocese do Funchal.

D. Patrício Xavier de Moura morreu a 19 de Setembro de 1872 na cidade de Lisboa, para onde se tinha retirado alguns anos antes, tendo entregue ao seu sucessor D. Aires de Ornelas e Vasconcelos a administração deste bispado.

Mourão Pita (Dr. César Augusto). Nasceu na cidade de Lisboa a 21 de Março de 1837, sendo filho de Miguel Pinto da Silva Mourão e de D. Joana Marques. Tinha apenas três meses de idade quando o abalizado medico Dr. António da Luz Pita o adoptou como filho, na ocasião em que, acompanhado de seus pais, passou no porto do Funchal em direcção à Africa. Formou-se em medicina na facultade de Montpellier, defendendo a tese *Du Climat de Madère...*, que publicou em 1859 num volume de 262 págs.. Sobre o mesmo assunto e com o título de *Madère, Station Médicale fixe...* publicou em Paris, em 1889, um opúsculo de 101 págs.. Foi medico militar, alcançando o posto de cirurgião de brigada, e durante muitos anos desempenhou o cargo de director clínico do Hospício da Princesa Dona Maria Amélia. Exerceu as funções de agente consular de França nesta ilha, de procurador à Junta Geral e outras comissões de serviço público. Morreu no Funchal a 22 de Maio de 1906.

Com o título *Os Acontecimentos do Theatro do Príncipe Real. Historia completa do infame trama urdido. . contra João Radich*, publicou-se em Lisboa, no ano de 1870, um volume de 234 págs., em que largamente figura o nome do Dr. César Mourão Pita.

Mouraria (Rua da). Chama-se (1921) desde 8 de Março de 1917 rua do Dr. Sequeira, e comunica a rua da Carreira, ou do Dr. Vieira, com o largo de S. Pedro. Fica nesta rua o palácio que pertenceu aos condes do Carvalhal e onde se encontram instalados o Museu Municipal, o Arquivo Distrital da Madeira e a Biblioteca Municipal do Funchal.

No nosso entender, o primitivo nome da rua não devia ser alterado, visto relembrar o ter havido no local um bairro de mouros.

Há poucos anos, voltou a ter o primitivo nome.

Mouros. Já no artigo *Escravos* nos referimos aos mouros cativos empregados no arroteamento das terras da Madeira. Como a designação geral de escravos compreendia os negros, mulatos, canários e mouros, é hoje difícil determinar com precisão os factos ou circunstâncias que digam respeito a qualquer daquelas castas em especial. No entretanto, sabemos que foi grande o numero de mouros existentes neste arquipélago nos primitivos tempos da colonização, tendo-se formado núcleos importantes dessa população, nomeadamente no Funchal, Ponta do Sol, Curral das Freiras e Machico. Na primeira destas localidades houve uma mouraria ou bairro de mouros, dando o público ainda hoje a uma das ruas do Funchal o nome de Mouraria.

O tenente-coronel Alberto Artur Sarmento publicou no n.º 1983 do antigo Heraldo da Madeira um interessante artigo acerca dos mouros na Madeira, do qual transcrevemos os seguintes períodos:

«O mouro era mais trabalhador do que o escravo da Guiné e da Mina, por isso a preferência dos senhores das terras em importá-lo para as suas fazendas de cultivo. Este comercio escandaloso em que se entendiam de cà os donatários, e das praças d'Africa os governadores, que ordenavam razias, originou o clamor do chefe dos mouros que lamenta em carta a D. Manoel, o que fazia Azambuja, apanhando a torto e a direito e de todas as classes, para enviar de contrato aos capitães da Madeira. É o que se depara nos «Documentos arabicos copiados dos originaes da Torre do Tombo, 1790.»

«Os mouros formaram núcleos importantes, reunindo-se em grupo ou bairro à parte, como o atesta a Mouraria, uma das ruas mais antigas do Funchal, e tiveram grande commercio nas villas, especialmente em Ponta do Sol e Santa Cruz. N'esta ultima mostrava-se ainda ha annos um retábulo existente na igreja

parochial, onde figuravam escravos mouros usando um pequeno turbante afunilado, com uma ponta cahida, de que derivaram a carapuça do villão e a toalhinha pendente da cabeça, antigos trajes característicos da camponeza da Madeira.

«Dos mouros, a dolêncie dos cantares, mas a dança repisada é movimento de preto. Dos mouros as lengas-lengas serranas, os populares: lengi lengi o nevoeiro corriqueiro, a formiga que o seu pé prende. Entre as brumas, princezas encantadas, as historias de palàcios e riquezas enthesouradas, ladrões e varas de condão, são influencias e assumptos do povo, migrados nesta corrente de longe subordinada.

«Dos mouros ainda o cuscuz, essa massa granulada de farinha de trigo, tão apreciada pelas classes pobres e que só a comem nas ocasiões solemnes, com um naco de carne de porco, pelos baptisados e casamentos, não faltando o ramo de segurelha e coentro que encima o prato e o aromatisa.

«Vae-te p'ra Argel é uma praga popular que relembra o saque e captiveiro em terras da moirama. Um episódio do século XV é tratado por mão de artista, num dos capítulos da novella histórica . «A Filha de Tristam das Damas», com um colorido flagrante dos tempos àureos do casquillo donatario de Machico.

«Essa raça inteligente e aventureira deu-nos um typo na historia, personalizado no mouro Barque, do Porto Santo, que deitou por terra a falsa doutrina do propheta Fernão Bravo, e como na lenda «o rei vai nú,, todos começaram a ver d'ahi em diante o embuste, e as justiças tomaram conta do embaidor que com artifícios illudia um povo crédulo.»

Mousinho de Albuquerque. Vid. Albuquerque (Major Joaquim Mousinho de).

Movimento do Porto. No período decorrido de 1901 a 1943 entrou no porto do Funchal o número de embarcações constantes da seguinte lista:

1901.....	1 168
1902.....	1 564
1903.....	1 394
1904.....	1 301
1905.....	1 318
1906.....	1 338

1907.....	1 408
1908.....	1 480
1909.....	1 594
1910.....	1 388
1911.....	976
1912.....	1 503
1913.....	1 369
1914.....	1 021
1915.....	646
1916.....	399
1917.....	154
1918.....	113
1919.....	385
1920.....	587
1921.....	557
1922.....	669
1923.....	771
1924.....	829
1925.....	838
1926.....	882
1927.....	918
1928.....	975
1929.....	1 068
1930.....	1 071
1931.....	938
1932.....	946
1933.....	1 141
1934.....	1 299
1935.....	1 290
1936.....	1 390
1937.....	1 488
1938.....	1 347

1939.....	1 051
1940.....	389
1941.....	234
1942.....	190
1943.....	187

Vid. Cais, Junta Autónoma das Obras do Porto, Molhe da Pontinha, Marés e Porto do Funchal.

Mudança de Sistemas de Governo. O sistema de governo absoluto, que durante sete séculos vigorou em Portugal, foi derrubado pela revolução que rebentou no Porto a 24 de Agosto de 1820, arvorando o sistema de governo representativo. No artigo Constituição de 1821, demos notícia desenvolvida do modo como neste arquipélago se fez a proclamação desse novo sistema de governo.

A 3 de Junho de 1823, dirigiu D. João 6.^º uma proclamação ao país, dissolvendo as cortes, abolindo a Constituição de 1821 e restabelecendo o governo absoluto. No dia 17 do mesmo mês se realizou solenemente na Madeira a proclamação do antigo sistema de governo, como já deixámos referido com alguma largueza no artigo Alçadas (vol. I, pág. 31).

Falecendo D. João 6.^º a 10 de Março de 1826 e tendo sido reconhecido rei o seu filho o príncipe D. Pedro, outorgou este a 29 de Abril do mesmo ano uma Carta Constitucional e mandou imediatamente proceder à convocação das cortes. Fez a proclamação da Carta na Madeira com grande brilho e entusiasmo nos dias 6, 7 e 8 de Agosto de 1826, sendo o ultimo destinado ao juramento da mesma Carta. As eleições realizaram-se no dia 5 de Outubro seguinte, saindo eleitos deputados o Dr. Lourenço José Moniz, Manuel Caetano Pimenta de Aguiar, padre Caetano Alberto Soares e Luís Monteiro.

O príncipe D. Miguel, regente do reino, dissolveu as cortes a 13 de Março de 1828 e proclamou-se depois rei absoluto, em virtude da decisão dos Três Estados, que havia reunido a 3 de Maio do mesmo ano. Nos artigos Ocupação da Madeira pelas tropas miguelistas e Proclamação do governo absoluto, daremos notícia mais detalhada deste acontecimento, que entre nós se realizou com grande alvoroço no dia 24 de Agosto de 1828.

Terminada a guerra civil pela convenção de Évora-Monte, mandou D. Pedro, por decreto de 28 de Maio de 1834, convocar as assembleias eleitorais e restabeleceu o sistema de governo representativo. Ocupar-nos-emos com largueza da maneira como neste arquipélago se solenizou esse facto, no artigo Proclamação do Governo Constitucional.

No dia 4 de Outubro de 1910, rebentou em Lisboa uma revolução, que no dia imediato proclamou a Republica. No dia 6 de Outubro, o dr. Manuel Augusto Martins tomou posse do cargo de governador civil deste distrito, havendo por essa ocasião varias manifestações de regozijo.

Mulher (A). Poucos números se publicaram deste jornal, sendo o primeiro a 4 de Março de 1883.

Município (Praça do). Tem agora este nome o antigo largo do Colégio.

O adro da igreja de S. João Evangelista foi demolido, em parte, em princípios de 1836, para a construção do largo do Colégio.

O seu amplo alargamento, o isolamento dos Paços do Concelho, desafrontando-os dos edifícios contíguos, a construção do aparatoso fontanário e outros apreciáveis melhoramentos ali realizados datam dos anos de 1943 e 1944.

Municípios. Dos 11 municípios que existem no arquipélago da Madeira, 7 foram estabelecidos pelo governo absoluto, 3 pelo governo constitucional e 1 pelo governo republicano, pertencendo ao primeiro grupo os municípios do Funchal, Machico, Porto Santo, Ponta do Sol, Calheta, Santa Cruz e S. Vicente, ao segundo os de Câmara de Lobos, Santana e Porto do Moniz, e ao terceiro apenas o da Ribeira Brava.

O município do Funchal existia já em 1450, pois que neste ano foi ordenado ao donatário que propusesse ao senado os indivíduos dentre os quais devia ser tirado o alcaide e os municípios de Machico e Porto Santo é de supor que fossem criados pela mesma época ou pouco depois, visto as suas vilas serem apontadas na

tradição como primitivas.

O município da Ponta do Sol foi estabelecido em 1501 e o da Calheta no ano de 1502 tendo para esse fim sido retalhado o município do Funchal, que se estendia, no século XV, desde a Ponta do Tristão até à Ribeira do Caniço, sendo limitado no interior pela serrania que corre desde esta ribeira até à mesma ponta. O município de Machico, constituído pela parte restante da ilha, foi retalhado também em 1515, ano em que ficou estabelecido o município de Santa Cruz. O município de S. Vicente só foi criado em 1743.

Os municípios de Câmara de Lobos, Santana e Porto do Moniz datam de 1835, tendo o prefeito da província ordenado, no seu alvará de 10 de Agosto deste ano que os trabalhos para as eleições municipais, que se deviam realizar em todo o arquipélago no dia 4 de Outubro, fossem no primeiro daqueles municípios presididos por um vereador da câmara do Funchal, no segundo, por um vereador da câmara de Machico, e no terceiro, por um vereador da câmara de S. Vicente. Os eleitores do conselho do Funchal elegeram por essa ocasião 7 vereadores; os do Porto Santo, 3; e os dos restantes concelhos, 5.

Os municípios de Câmara de Lobos, Santa Cruz e Santana foram extintos pelo decreto de 10 de Dezembro de 1867 e restabelecidos pouco depois; o município do Porto do Moniz foi extinto por este mesmo decreto, que vigorou muito pouco tempo, e pelos decretos de 7 de Novembro de 1849 e 18 de Novembro de 1895, achando-se já restabelecido em 1855 e nos princípios do ano de 1898. O município da Ribeira Brava, o mais moderno do arquipélago, foi criado pelo decreto de 16 de Agosto de 1914.

O referido decreto de 10 de Dezembro de 1867, que extinguiu os concelhos de Câmara de Lobos, Santana, Santa Cruz e Porto do Moniz, dividiu o arquipélago em 6 concelhos, com 21 paróquias civis e 50 paróquias eclesiásticas. (V. Organização administrativa).

O estabelecimento do governo municipal no arquipélago nos séculos XV e XVI, foi providencia útil aos povos, não obstante a feição pouco democrática das leis por que se regiam os antigos municípios. Sob esse governo novo, o povo sentiu-se mais forte e feliz porque compreendeu que, acima da vontade e dos caprichos dos donatários e dos fidalgos, estavam as leis que fixavam as liberdades e regalias individuais. Se os vereadores não acatavam as leis do município ou vexavam o povo com os seus actos ou resoluções, havia o direito de recorrer para o rei, o qual nos antigos tempos raras vezes deixava de atender as queixas dos seus vassalos oprimidos.

É de supor que os donatários não vissem com bons olhos a instalação das corporações municipais, que vinham esbulhá-los duma parte da jurisdição que exerciam à sombra de concessões perfeitamente legais, mas, mais prudentes que os fidalgos do tempo de D. João II, não opuseram nenhuma resistência seria à vontade regia, deixando assim executar-se uma medida que deve ser considerada como o primeiro passo para o aniquilamento dos privilégios da alta nobreza e o engrandecimento do poder monárquico no arquipélago.

Munzen und Medaillen der Insel Madeira. Com este título, apareceu um artigo no Jornal alemão *Berliner Munzblätter* (Janeiro de 1895), que se ocupa das medalhas e fichas da Madeira.

Muralhas das Ribeiras. De há muito que existem muralhas nas margens das algumas ribeiras com o fim de obstar a que as águas corroiam as terras ou provoquem inundações nos povoados. Em 28 de Junho de 1613, protestou a Câmara Municipal do Funchal contra vários actos do Governador D. Manuel Pereira Coutinho, e em especial contra a forma como ele a contrariava na direcção das obras das ribeiras «com manifesta violação das provisões reais», e os alvarás de 4 de Janeiro de 1660, 9 de Agosto de 1747 e 18 de Julho de 1748 ordenaram respectivamente a construção de muros de abrigo nas ribeiras da Ribeira Brava, Santa Cruz e Machico.

Estes muros foram construídos, mas não com a necessária segurança, segundo parece, pois que em 24 de Julho de 1756 oficiava o Provedor da Fazenda a Diogo de Mendonça Corte Real acerca da necessidade de se proceder à reedificação dos mesmos muros.

Em 30 de Maio de 1772, foi chamado à Câmara Municipal do Funchal o capitão de engenheiros Domingos Rodrigues Martins afim de organizar o orçamento das obras de reedificação das muralhas das ribeiras, sem o qual não podia a mesma Câmara requerer ao Monarca a execução desse melhoramento, e a Relação dos Estragos causados pela Tempestade que houve na noite do dia 9 de Outubro de 1803 na ilha da Madeira, publicada a pág. 723 das Saudades da Terra, alude à destruição pelas águas de «altas e fortes muralhas, feitas de pedra e cal pela margem oriental e ocidental das três ribeiras, para segurança da cidade», o que

mostra que alguma coisa se fez no referido ano de 1772, ou pouco depois, para garantir o Funchal contra o perigo das inundações.

As actuais muralhas das ribeiras da cidade foram iniciadas ou muito melhoradas em 1804, sob a direcção do brigadeiro Reinaldo Oudinot, o qual propôs também a execução de varias obras urgentes nas ribeiras de Santa Cruz, Machico, Porto da Cruz, Calheta, Madalena, Ponta do Sol, Ribeira Brava e Tábua, parte das quais foram levadas a efecto. Em 9 de Dezembro de 1804, comunicava o referido brigadeiro ao Visconde de Anadia «que as chuvas tinham produzido grandes cheias nas ribeiras, pelas quais se mostrara a eficácia e a solidez das obras já construídas tanto no Funchal, como em Machico, Santa Cruz, Ponta do Sol e nas freguesias da Tábua e Madalena.»

Em 1806, foram demolidas varias casas nas margens das ribeiras de João Gomes e Santa Luzia, para a edificação das novas muralhas, e vê-se duma informação prestada em 28 de Dezembro de 1814 a António de Araújo e Azevedo que nessa data ainda faltava realizar algumas obras nessas ribeiras e na de S. João para a cidade ficar completamente defendida das inundações.

Uma parte da muralha da ribeira de Machico foi levantada depois da aluvião de 1842, e em 1847 e 1848 construíram-se a muralha da ribeira de Santa Luzia, que fica junto da praça do peixe, e as muralhas da ribeira de João Gomes, que ficam junto à foz e ao Campo da Barca, ignorando nós, porém, se tais obras foram executadas então pela primeira vez. Em 1847, fizeram-se algumas arrumações de pedra na Ribeira Brava, e obras mais sólidas se efectuaram ai, recentemente, com o fim de proteger a vila contra o perigo das inundações.

Murças (Rua dos). Algures se diz que esta denominação provém de terem noutro tempo residência habitual nesta rua alguns cónegos da nossa Sé, que no exercício das funções cultuais usam as chamadas murças, que é um distintivo privativo dos membros dos cabidos das catedrais. Estende-se desde a rua do Sabão até à Avenida Gonçalves Zarco. Teve primitivamente parte dela o nome de Rua do Capitão (V. este nome).

Murganho (Mus Musculus). Pequeno mamífero roedor muito comum na Madeira, mas não

indígena. Multiplica-se com grande facilidade e nutre-se de tudo quanto encontra. Rói os soalhos e as portas, e abre às vezes extensas galerias dentro das casas. V. Ratos.

Murrão da Cevada (Ustilago Hordei). Ustilaginea que ataca e destrói o grão da cevada e cujos esporos dão a este grão o aspecto carbonaceo. Aparece em S. Gonçalo e noutras partes da Madeira.

Murrão do Trigo (Tilletia laevis). Ustilaginea que ataca e destrói os grãos do trigo. O aspecto carbonaceo que estes adquirem é devido à presença de numerosos esporos do fungo. O murrão aparece com frequência nos trigais madeirenses.

Murray (Carlos). Foi cônsul inglês na Madeira, no século XVIII. Fez construir a antiga fonte da Senhora, no Monte, que foi destruída pela queda dum grande castanheiro em 1896, e, apesar de protestante, mandou edificar a casa da residência paroquial na mesma freguesia e parte da dos romeiros.

Auxiliou a realização de alguns melhoramentos públicos e contribuiu também generosamente para diversas obras em favor das classes mais desprotegidas do Funchal.

Não deixa de oferecer algum interesse o dizer-se aqui que fez publicar à sua custa um curioso opúsculo intitulado «Avisos interessantes à humanidade ou Colecção de alguns artigos concernentes à restauração da vida dos afogados e outros casos de morte aparente...», traduzido da língua inglesa pelo poeta madeirense Francisco Manuel de Oliveira e impresso em Lisboa no ano de 1788.

Vid. Leite Monteiro (Parque).

Murray (Rev. P.). Eclesiástico inglês que herborizou na Madeira em 1894 e visitou também Portugal e as Canárias. Faleceu a 29 de Outubro de 1908, estando os seus herbarios, entre os quais figurava o de J. M. Moniz, depositados hoje no jardim de Kew e no Museu Britânico. E.: *Notes on species of Lotws and Pedrosia. (Journ. of Botany, 1897)*.

Murta (*Myrtus communis, forma lusitanica*). Arbusto ou árvore da família das Mirtaceas, espontâneo na Madeira. Encontra-se na Ribeira de João Gomes, no vale de Machico, etc., e é cultivado em muitas quintas. Os ramos da murta são muito empregados na ornamentação das igrejas, por ocasião das festas religiosas, e usam nos campos espalha-los nas ruas nos dias em que há procissões. A madeira da murta é de um cinzento avermelhado, dura e de boa qualidade.

Museu Arqueológico. A 26 de Janeiro de 1915, resolveu a Câmara Municipal do Funchal autorizar a remoção para o convento de Santa Clara de vários objectos que lhe pertenciam, afim de dar princípio à fundação dum museu arqueológico, susceptível de sofrer mais tarde grande desenvolvimento, tendo sido transportados para aí depois desta deliberação, vários objectos dignos de apreço, que se achavam esquecidos ou desprezados nos armazéns do Município e noutras partes. Entre os objectos removidos para o convento, contam-se o escudo e a coroa, em mármore, do convento de S. Francisco, a roda do convento das Mercês, uma inscrição da ponte de S. João, vários quadros do palácio episcopal, os paramentos da capela do mesmo palácio, o escudo, em mármore, da antiga cadeia, o escudo e a coroa, em mármore, do arco dos Varadonros, a inscrição latina, em basalto da terra, do mesmo arco, diferentes artigos do extinto hospital de S. Lazaro, as medidas antigas da oficina das aferições, o retrato do cônego Viveiros, fundador do convento da Incarnação, etc., etc..

A guerra acintosa que a comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia, presidida por Francisco Gomes de Gouveia, moveu à instituição do museu arqueológico no edifício do extinto convento e a pouca energia com que a Câmara fez valer os seus direitos à posse de certas dependências do mesmo edifício, deram lugar a que aquele estabelecimento estacionasse logo nos seus princípios, deixando assim de prestar os serviços que era lícito esperar dele. Em Janeiro de 1916, ainda a Câmara Municipal resolveu representar ao Governo, solicitando a concessão de todos os artigos pertencentes ao convento de Santa Clara e

possuindo algum valor histórico, afim de serem guardados no museu arqueológico, mas esta prova de interesse por um estabelecimento que, quando devidamente montado, bem poderia proporcionar alimento ao espírito de indagação das pessoas eruditas, foi a ultima de que temos conhecimento, não voltando depois disso a falar-se em acondicionar devidamente inúmeros objectos de valor que se podem deteriorar ou levar descaminho por se acharem votados ao mais completo abandono. (1921).

Museu de Arte. Vid . Património Artístico.

Museu de Ciências Naturais. É bastante antiga a ideia do estabelecimento de um Museu de Ciências Naturais, tendo o benemérito governador civil José Silvestre Ribeiro lançado, há perto de um século, as bases dessa criação, para o que facultou algumas salas do Palácio de São Lourenço e auxiliou desveladamente com o seu prestígio e com os meios de que podia dispor para a sua definitiva instalação. Com a saída do conselheiro Silvestre Ribeiro desta ilha, o Museu, que embora fosse insuficiente e de acanhadas proporções, constituía já uma esperança, não tardou a desaparecer inteiramente.

A este assunto, presta um apreciável esclarecimento o que deixámos ligeiramente esboçado em um jornal desta cidade, no ano de 1934, que parcialmente vamos transcrever.

«A Câmara Municipal do Funchal, na satisfação duma antiga e reconhecida necessidade, houve por bem criar, nesta capital do distrito, um museu de produtos das ciências naturais de carácter estritamente regional, seguindo a esteira da primitiva iniciativa do Governador Civil José Silvestre Ribeiro, que infelizmente não logrou uma grande duração, e completando o belo empreendimento do padre Ernesto Schmitz, com a instalação do Museu do Seminário, o qual tem sido objecto da maior admiração e apreço, por parte de distintos naturalistas, que a eles muitas vezes se referiram em trabalhos da mais alta cotação científica.

A superabundante riqueza da fauna madeirense tem atraído, desde longa data, as atenções de muitos homens de ciência e despertado o aprofundado estudo dos principais ramos de zoologia, determinado o aparecimento de algumas centenas de espécies bibliográficas, publicadas em vernáculo e em várias línguas estrangeiras.

Esses factos e outros ponderosos motivos, que com facilidade podem ser aduzidos, plenamente justificavam a criação dum museu de historia natural, cuja semente lançada à terra, por um benemérito governador e ilustre homem de letras, germinou e frutificou passados oitenta anos, pujante de vida e com grande aprazimento de espírito dos estudiosos e do publico em geral, devido à feliz e arrojada iniciativa da câmara desta cidade, que para isso fez a aquisição dum belo e vasto edifício e custeou as despesas das primeiras instalações. Esta utilíssima criação prossegue no seu notável desenvolvimento e vai sendo a pouco e pouco enriquecida com raros e numerosos exemplares especialmente da fauna marítima e ornitológica, o que já hoje constitui uma colecção preciosa, que deve ser atentamente visitada e apreciada, tendo merecido as mais elogiosas referências de pessoas profundamente versadas nos estudos das ciencias-naturais.

É bom recordar que a Câmara do Funchal criou um Museu, que deveria ser principalmente constituído por produtos da historia natural do arquipélago. Tudo o comprova. A larga campanha que então se fez na imprensa local, as interessantes entrevistas dum distinto oficial do exército com as varias entidades oficiais e as individualidades mais qualificadas do Funchal, a acção persistente e eficaz que varias pessoas desenvolveram por ocasião dessa criação, demonstram eloquentemente a nossa afirmativa.

É natural esta pregunta: não deveria ter sido criado um museu de arte? Responde-se: o estabelecimento fundado pela Câmara compreenderia varias secções destinadas à arte, à arqueologia, à etnografia etc., segundo o permitisse as acanhadas condições do meio.

O que, portanto, se impunha, para começar, era a organização duma modesta secção de arte, adjunta ao Museu Regional de Ciências Naturais, que iria sendo aumentada e enriquecida conforme as circunstâncias ocorrentes o aconselhassem. Ainda seria consentido anexar a esse museu, outras secções julgadas necessárias e condicionadas, pelas exigências locais e pelos recursos de que o município pudesse dispor.

Veio o decreto de 7 de Março de 1932, que se ocupa apenas de museus de arte, arqueologia, etc. e que nem remotamente se refere a estabelecimentos da natureza do Funchal. Mas estaria a Câmara desta cidade obrigada a adaptar as condições do seu museu as disposições do novo decreto? Sem dúvida que poderia voluntariamente fazê-lo, mas nada se encontra nesse diploma que a isso a compelisse. E como então não existia nem existe ainda lei alguma que se oponha a que uma câmara municipal estabeleça um museu nas condições em que funciona o do Funchal, entendemos que ela procede legalmente, mantendo o seu Museu Regional no estado em que foi criado e em que actualmente se encontra. E haverá algum preceito legal, que

proíba a manutenção duma pequena secção de arte adjunta a um Museu de Ciências Naturais?

Seria bom, seria útil, seria necessário estabelecer-se entre nós um Museu exclusivamente destinado a cousas de arte? Pessoa alguma medianamente culta do nosso meio social a isso se oporta, e quem pudesse realizar essa louvável ideia teria o apoio e o aplauso incondicionais de toda a gente».

A 5 de Outubro de 1933 e adjunto à Biblioteca Municipal do Funchal, instalou-se no Palácio de São Pedro, antiga casa solarenga dos condes de Carvalhal, o Museu de Ciências Naturais, com as secções suplementares de arte, arqueologia, etnografia etc. considerado como a satisfação de uma necessidade cultural do nosso meio e que as palavras acima transcritas inteiramente justificam.

A sua criação e instalação no belo edifício em que se encontra devem-se principalmente a Adolfo César de Noronha, como se verá no artigo que ao diante dedicaremos a este distinto homem de ciência.

Museu do Liceu. No edifício do liceu há um pequeno museu para instrução dos alunos do estabelecimento, onde se encontram além duma colecção conquiliológica e outra mineralógica, uma foca e algumas aves, peixes e exemplares botânicos. Estes objectos de história natural foram adquiridos em 1913 e 1914, graças aos esforços do major Alberto Artur Sarmento, distinto professor de ciências naturais, tendo havido antes disso no liceu alguns exemplares zoológicos, cujo estado de conservação já não era bom há cerca de 40 anos. (1921).

Museu Oceanográfico. Em 23 de Dezembro de 1920, resolveu a Câmara Municipal do Funchal concorrer com 200 escudos para a instalação dum museu oceanográfico e com 50 escudos mensalmente para o custeamento do mesmo museu. Ainda se chegaram a fazer algumas obras no edifício da Santa Casa da Misericórdia para a instalação do projectado museu, as quais tiveram de ser abandonadas por se ter reconhecido que com a exígua verba votada pela Câmara Municipal nada se podia fazer que interessasse à ciência, sobretudo tratando-se da oceanografia. (1921). (V. este nome).

Museu do Seminário. O chamado museu do Seminário, o único de incontestável valor científico que existe no Funchal, foi criado em 1882 pelo sacerdote alemão padre Ernesto Schmitz, então professor daquele estabelecimento de instrução. Esteve por largos anos anexo ao Seminário Episcopal, sendo de recente data a sua transferência para a casa ao largo do Visconde do Ribeiro Real, junto da residência do Prelado Diocesano, onde se acha presentemente (1921).

O museu do Seminário é de historia natural, e nele estão representados a fauna, a flora e os minerais do arquipélago. Pelo que respeita à fauna, são dignas de menção as colecções ornitologicas, ictiologicas e conquiiliologicas, e ainda as de coraliarios e as de alguns grupos de insectos; e pelo que respeita à flora, recomendam-se pela sua importância as colecções de muscineas e fanerogamicas, feitas pelo falecido James Y. Johnson, as de líquenes e fungos feitas pelo padre Jaime de Gouveia Barreto e a de algas marinhas, organizada pelo padre Ernesto Schmitz. A colecção de fanerogamicas tem sido muito melhorada nestes últimos tempos, graças às pesquisas do jovem botânico madeirense José Gonçalves da Costa.

O padre Ernesto Schmitz, que tantos serviços prestou ao museu do Seminário, dirigi-o até Junho de 1908, sendo actual director do mesmo estabelecimento o padre Jaime Barreto, um distinto naturalista, que tem sabido conservar e fazer progredir a obra iniciada pelo seu ilustre mestre (1921).

O museu de ciências naturais do Seminário Diocesano acha-se actualmente, instalado no edifício da Incarnação, sob a proficiente direcção do cônego Jaime de Gouveia Barreto, professor e reitor do mesmo Seminário.

Musgos. O trabalho do professor A. Luisier, intitulado *Les Mousses de Madère*, assinala 189 espécies de Musgos no nosso Arquipelago, sendo algumas delas comuns, tais como o *Dicranum Scottianum*, o *Fissidens asplenoides*, o *F. serrulatus*, a *Weisia viridula*, o *Trichostomum brachydontium*, o *Glyphomitrium polyphyllum*, o *G. nigricans*, a *Funaria hygrometrica*, o *Haplodontium Notarisii*, o *Epipterygium Tozeri*, o *Bryum capillare*, o *Mnium undulatum*, a *Bartramia stricta*, o *Polytrichum juniperinum*, o *Thamnium alopecurum*, o *Scleropodium illecebrum*, etc., etc..

V. Cardot, Dixon, Geheeb, Juratzka, Luisier, Mitten, Schiffner e Winter.

Música. «A musica comum a toda a ilha da Madeira, dizia em 1869 o bem conhecido escritor russo Platão de Vakcel, reduz-se a dois ou três géneros de trovas, acompanhadas de violas, rajões e machetes, dos quais se tiram sempre as mesmas modulações, ora em acordes simples, ora em dobrados. Nos campos existem algumas cantigas particulares a certas localidades e aplicadas, aos diversos géneros de trabalhos campestres: algumas delas são de notável parecença com os cantos árabes, tendo não só a monotonia destes, mas até os seus ornamentos, formados de sucessões de intervalos mais pequenos que os semitonos».

Tendo tido outrora a cidade do Funchal a sua mouraria e sendo tradição que na Ponta do Sol viveram muitos mouros, não é para estranhar que esses indivíduos, nos quais domina quasi sempre o sangue árabe, deixassem em certas cantigas vestígios notáveis da sua estada na ilha, como os deixaram na antiga indumentária e nos caracteres antropológicos duma parte da população madeirense. Os árabes, refere um autor, não passam nunca dum tom a outro, qualquer que seja a distancia que os separe, subindo ou descendo, sem percorrer todos os intervalos intermediários, observando-se estas glissades, nem sempre agradáveis a um ouvido europeu, nalgumas musicas dos nossos campos, introduzidas provavelmente na ilha durante o século XV.

«O povo madeirense, diz ainda Platão de Vakcel, tem muita inclinação para adoptar melodias estrangeiras, vulgarizadas entre ele pelas bandas militares ou de artistas e os músicos ambulantes, inclinação que mostra que o canto nacional dos madeirenses não tem essa originalidade vigorosa, própria ao carácter nacional do povo, o qual possuindo tal musica, nunca poderia familiarizar-se com outra cujo cunho diferisse da sua. Um camponês russo, por exemplo, não conservará nunca na memória melodia que não tenha o carácter individual da sua própria musica.»

A facilidade com que o povo madeirense aprende o que houve tocar às filarmónicas, hoje muito disseminadas na ilha, é extraordinária, não sendo raro ver rapazes ainda na puerícia, reproduzir, cantando ou assobiando, trechos de musica duma relativa dificuldade. Estes trechos de musica são, porém, ou esquecidos facilmente, ou substituídos por outros, ao passo que os cantos madeirenses se mantêm inalteráveis, com o seu cunho e cadência mouriscos, tanto do agrado do povo da nossa terra. Os fados

importados de Portugal, são as únicas composições musicais desconhecidas de nossos antepassados, que os madeirenses adoptaram e não podem já ser esquecidas, tanto são elas do agrado do nosso povo e falam à sua imaginação.

O braguinha ou machete de braga, a requinta de braga, o rajão, a viola francesa, a viola de arame e a rabeca, são os instrumentos mais vulgarizados agora na ilha e aqueles que figuram sempre nas romarias, tanto do agrado dos madeirenses. Frutuoso referindo-se à peregrinação que ainda hoje é uso fazer-se à igreja do Faial, diz que os romeiros fazem muitas festas de comedias, danças e musicas de muitos instrumentos de violas, guitarras, frautas, rabis e gaitas de fole», mas estes dois últimos instrumentos são agora desconhecidos na ilha, tendo origem mourisca os rabis ou arrabis de que fala o historiador das ilhas.

A flauta é hoje muito pouco conhecida nos nossos campos e, do mesmo modo que a rabeca, é sempre muito mal tocada. As concertinas, que aparecem às vezes nas romarias, só merecem referência pela maneira desastrada como são tocadas.

Pelo que respeita à musica sacra, diz Platão de Vakcel que a que se cantava em antigos tempos na Sé Catedral, devia ser a melhor que então havia no reino». «Acha-se no cabido da Sé, acrescenta o mesmo escritor, um livro de missas, impresso em Antuérpia no ano de 1639, da composição do célebre Duarte Lobo, e decerto que não era este o único livro de musica que então ali haveria.

Conta Frutuoso que D. Jorge de Lemos, nomeado bispo do Funchal em 1558, trouxe consigo um mestre de capela, e que em seu tempo «lustrou muito a musica naquela terra, porque o bispo favorecia os cantores e músicos, por ele ser muito de sentido.» Havia em Santa Cruz, na época em que foram escritas as Saudades, «muitas mulatas, e mui bem tratadas, e de ricas vozes, que é signal da antiga nobresa de seus moradores.»

Lê-se ainda nas Saudades da Terra, que os cônegos Gaspar e Francisco Coelho, naturais da Ribeira Brava, «foram estremados homens de ricas vozes», tendo sido o primeiro mestre da capela da Sé, e o segundo mestre da capela real, na corte, e que Simão Gonçalves da Câmara, o magnífico, possuía «uma capela de muitos cantores e capelães, que competia com a de El-Rey», tendo sido nela mestre de capela Diogo de Cabreira, castelhano muito dextro na arte de canto e de orgão, e tal que o próprio Rey lhe pedia para cantar na sua capela.»

O cargo de mestre de capela só parece ter sido criado oficialmente em 1566, ao passo que o cargo de organista ou tangedor de orgão já existia em 1554. Lê-se numa carta escrita pelo rei D. Manuel ao deão da Sé Nuno Cão, que convinha que os cónegos e moços do coro soubessem «canto do organo para os domingos e festas se officiar com as missas com canto do organo».

Em 1613, ofereceu Filipe II um orgão à Sé do Funchal, e nos tempos do bispo D. Jeronimo Fernando veio para a mesma igreja um grande orgão, feito em Cordova pelo mestre João Manuel, tendo sido o padre António Gonçalves, beneficiado de S. Pedro, quem o afinou e dirigiu a sua colocação no respectivo coro.

«Poucos são os nomes dos músicos madeirenses, diz Platão de Vakcel, que chegaram até nós. Na segunda metade do século XVII, foi professor de musica no Funchal, o cónego Manuel Fernandes, cujo discípulo, Francisco de Valhadolid, natural desta cidade, chegou a ser mestre de capella no seminário archiepiscopal de Lisboa, onde falleceu em 1770. Possuía este um rico cartório de obras musicais e era compositor afamado. Fez, por exemplo, uma musica dezasseis vozes. Pena é que nada delle chegassem a imprimir-se.

«Conhecemos os nomes dalguns mestres de capela da Sé do Funchal: padre Manuel de Almeida (1618-1651); o seu sucessor, o padre Miguel Pereira, falecido em 1682; António Pereira da Costa, compositor de musica, de quem ha uns Concertos grossos para instrumentos de arco, publicados em Londres e o qual morreu em 1770; seu sucessor Luiz Antonio; Antonio José de Vasconcellos que vivia em 1800; e João Pedro Correia, falecido em 1840, e de quem é discípulo o actual mestre de capela, o padre Manuel Joaquim dos Passos, reitor do seminário e professor de cantochão neste estabelecimento.

«o bispo Athaide, compositor de talento, trouxe consigo para a Madeira, em 1812, muitos músicos e entre elles José Joaquim de Oliveira Paixão (falecido em 1833) e um discípulo de frei José Marques-João Fradesso Belo (1792-1861). o primeiro era rabequista de mérito e mestre de musica no seminário, e o ultimo, mestre da capela da Sé e também professor no seminário. Ambos escreveram muita musica sacra, que revela mais conhecimento da arte de escrever que verdadeira inspiração».

Depois do padre Manuel Joaquim dos Passos, foram mestres da capela da Sé do Funchal- Eduardo Maria Frutuoso da Silva, António de Melo e Francisco de Vila y Dalmau e o padre Manuel Joaquim de Paiva. Eduardo Maria Frutuoso da Silva, que faleceu a 4 de Novembro de 1878, possuía uma das melhores vozes que temos conhecido no Funchal e deixou algumas composições sacras de certo valor (1921).

Como autores de composições sacras, não devem também ser esquecidos frei Manuel Gaspar, o cónego Liborio José Furtado, o padre Barros, da Silveira (falecido em 1864), o padre Francisco Drumond de Vasconcelos (falecido em 1864), o padre José Maria de Faria e António de Melo, tendo este ultimo deixado alguns trabalhos de valor, entre os quais se conta o Miserere e uma composição dedicada a Leão XIII (1921).

No segundo e terceiro quartéis do século XIX, conheciam-se no Funchal os seguintes compositores de musica profana: Rafael Coelho Machado, que se ausentou para o Brasil em 1838; António Maria Frutuoso da Silva (falecido em 1874), que dirigiu uma sociedade de concertos que existiu de 1840 a 1848; Duarte Joaquim dos Santos, natural de Elvas e falecido no Funchal a 24 de Maio de 1855, com 54 anos, que escreveu muitas peças para piano, impressas em Londres, e alguma musica de igreja, que ficou manuscrita; Ricardo Porfirio da Fonseca, falecido em 1855, que compôs um salmo para a igreja anglicana, onde foi organista, e deixou várias outras composições; e António José Bernes, falecido em Portugal por 1880, que escreveu muita musica brilhante para piano. Acerca deste ultimo, dizia em 1869 Platão de Vakcel que era o único compositor que merecia até certo ponto este nome na Madeira.

Ao tempo em que Vakcel visitou a ilha, recomendavam-se ainda pelo seu talento e conhecimentos musicais—Cândido Drumond de Vasconcelos, insigne tocador de machete, Julio da Silva Carvalho, violinista, Agostinho Martins, violinista, José Sarmento, pianista e organista, Artur Sarmento, concertista, D. Maria Paula Rego, pianista e harpista, D. Carolina Dias de Almeida, cantora, e D. Júlia de França Neto, pianista e cantora premiada no conservatório de Genebra, «glória musical da Madeira e um dos talentos musicais que mais honram Portugal», como dizia em 1869 o mesmo Vakcel. Hâ quem se lembre de ter ouvido cantar D. Julia Neto nuns concertos a benefício dos pobres, que se realizaram no palácio de S. Lourenço em princípios do ano de 1866 e noutras festas realizadas anterior e posteriormente.

D. Julia de França Neto, conhecida já em 1855 como cantora muito distinta, faleceu no Funchal, a 14 de Maio de 1903.

D. Amelia Augusta de Azevedo (*V. Fotografia*), que tirou o curso do conservatório de Lisboa e deu depois de 1885 alguns concertos em Lião (França), foi uma distinta tocadora de machete de braga, tendo-se feito ouvir em muitas reuniões realizadas no Funchal desde 1860 até 1866, e Manuel Cabral, António José Barbosa, Agostinho Martins, D. Virgínia Baptista e Diogo Sarsfield tocaram também com a maior correcção aquele

instrumento ou o machete rajão, tendo sido seus discípulos muitos dos actuais machetistas da nossa terra.

Entre os bons músicos de há cinquenta ou sessenta anos, não podem também ser esquecidos os violinistas Nuno Rodrigues, Anselmo Serrão e Eduardo Gomes da Silva, (teve o 1º prémio do conservatório da Bélgica) e o violoncelista e contrabaixo Miguéis, e, entre os modernos, lembra-nos assinalar aqui os nomes de Nuno Graciliano Lino, violinista e pianista, Guilherme Honorato Lino e Antonio Rosa Caires, violoncelistas, Alfredo Lino, pianista, William Carlton Wilbraham, violinista, Manuel Passos de Freitas, bandolinista, Antonio Vieira de Castro, pianista, capitão Edmundo da Conceição Lomelino, pianista e autor duma valsa intitulada Desalento, e D. Elisa Drumond Carregal, D. Maria Adelaide de Meneses, D. Floripes Gomes, D. Elisa Gorjão Caires, D. Maria Amalia Colares Mendes Rocha de Gouveia, D. Maria da Conceição de Meneses Santos Pereira, D. Angelina Pereira Freitas, D. Palmira Pereira, D. Leonor Ferraz Leça e D. Maria Helena Portugal Azevedo Ramos, pianistas(1921).

Referindo-nos à musica profana na Madeira, não podemos deixar de mencionar o nome do major de artilharia João dos Reis Gomes, o distinto autor da obra *A Musica e o Teatro*. Não é o major Reis Gomes um musico na verdadeira accepção da palavra, pois que não nos consta que se tenha dedicado com desvelo ao estudo de qualquer instrumento, mas é um teórico de alto valor, um filosofo da arte e um profundo conhecedor das origens e da historia da musica.

O seu livro, fruto de mais de dez anos de observações e estudos conscienciosos, é não só um trabalho filosófico, como também um repositório de informações variadas sobre as condições da arte musical, a musica e a vida passional, a musica sinfónica e a arte, etc., etc..

A Musica e o Teatro é um livro que honra não só quem o escreveu, mas também a Madeira, pois que é uma prova bem evidente de que há entre nós quem saiba tratar com proficiência as mais transcendentais questões de arte e vulgarizar princípios científicos de que os próprios músicos andam as mais das vezes alheados.

Depois que Platão de Vakcel escreveu o artigo a que por diferentes vezes nos temos referido, notabilizaram-se na musica sacra, como cantores, primeiramente o cônego Augusto José de Faria e os padres António Vieira, José Ferreira e Manuel Nunes, todos eles baixos, e António José Barbosa, tenor, e mais tarde Jacinto

Augusto Pereira Brasão, tenor, o padre José Bebiano da Paixão, o padre Eduardo Pereira e José Ferreira, barítonos, e Abel da Silva Moniz, baixo, este ultimo falecido em 1921, contando apenas 46 anos de idade. Fazem parte dos coros da capela da Sé e da Schola Cantorum, proficientemente dirigida pelo cônego Manuel Mendes Teixeira, os melhores cantores de musica sacra que existem presentemente na ilha. (1921).

Existem actualmente 14 bandas de musica na ilha da Madeira, sendo 3 no Funchal, incluindo a banda de infantaria n.º 27, 2 em Câmara de Lobos, 1 no Campanário, 2 na Ribeira Brava, 1 na Ponta do Sol, 1 no Paul do Mar, 1 no Faial, 2 em Machico e 1 em Santa Cruz. Em 1869, conhecia-se em toda a ilha, além da banda do batalhão de caçadores n.º 12, a Filarmónica dos Artistas Funchalenses, fundada em 18 de Fevereiro de 1850 (1921).

Há no Funchal vários grupos musicais, constituídos por curiosos, destacando-se entre eles o que é dirigido pelo Dr. Manuel Passos de Freitas, advogado e musico distintíssimo. Este grupo, que teve ocasião de visitar duas vezes o vizinho arquipélago das Canárias, onde conquistou merecidos aplausos, tem além do seu regente, outros elementos de alto valor, de que muito se orgulha a nossa terra (1921).

Conhecem-se na musica profana alguns cantores madeirenses de certo mérito, mas a musica vocal tem na ilha muito menos cultores do que a instrumental. Em 1921, constituiu-se no Funchal um orfeão sob a direcção do Dr. Manuel Passos de Freitas, que já por diferentes vezes se apresentou brilhantemente no teatro Dr. Manuel de Arriaga, e existem entre nós várias damas e cavalheiros possuidores de belas vozes, entre os quais mencionaremos os seguintes, que o nosso publico tem tido ocasião de ouvir e aplaudir nalguns concertos: D. Gabriela de Freitas Martins e D. Matilde Pestana, sopranos, João A. Fernandes, barítono, Tristão da Câmara, tenor, Luis Pestana, barítono e tenente Carlos Silva, baixo. É madeirense o distinto tenor Nuno Lomelino Silva, que possui o curso de canto no conservatório de Milão, em Itália, e a que a imprensa italiana tem feito elogiosas referências, pondo em relevo os seus apreciáveis dotes artísticos como cantor.

Houve já no Funchal uma escola de canto coral sustentada pela Câmara, mas que durou pouco tempo. Foi inaugurada em 1885 e teve por professor o falecido Francisco de Vila y Dalmau.

Supunha-se outrora que o clima um tanto húmido da Madeira constitua um obstáculo ao aparecimento de boas vozes, mas parece demonstrado hoje que a cultura vocal se pode fazer aqui como em qualquer outra

parte e que só faltavam boa vontade e bons dirigentes para melhorar as condições estéticas da voz e fazer desenvolver entre os madeirenses certos dotes artísticos que todo o musico deve possuir. A maior parte dos nossos cantores actuais tomaram lições com o professor Julio Câmara, que tem passado alguns tempos no Funchal, e, a maneira como alguns deles se têm apresentado em publico, salienta as aptidões especiais dos madeirenses para a musica e a possibilidade que há de criar entre nós uma pléiade de bons artistas, quando se saibam aproveitar e orientar convenientemente os recursos vocais de muitos dos nossos conterrâneos (1921).

Pelas valiosas informações que encerra e pela incontestada autoridade do ilustre professor Luís de Freitas Branco, vamos transcrever alguns trechos da interessante palestra que ele proferiu ao microfone da Emissora Nacional no dia 24 de Maio de 1937.

«Costumo falar apenas do meu ofício, e por isso V.^{as} Ex.^{as} não estranharão que eu escolha para tema da minha palestra um assunto relativo à arte dos sons. «Músicos Madeirenses» se intitula a minha palestra e, como V.^{as} Ex.^{as} vão ver, eles são mais numerosos do que se poderia julgar.

Começarei pelos primeiros tempos da ocupação da Ilha da Madeira:—Simão Gonçalves da Câmara, o Magnífico», terceiro Capitão e Donatário da Madeira, que morreu em Matozinhos, concelho de Bouças, em 1530, quâsi na miséria, fora, nos seus tempos àureos, amador de música muito esclarecido, organizando no Funchal uma opulenta capela com numerosíssimos capelães e cantores, rivalizando em qualidade e quantidade com os da capela da Corte, que naquele tempo eram afamados. Foi mestre de capela no Funchal, sob a administração de Simão Gonçalves, o notável compositor e organista Diogo de Cabreira.

O Bispo do Funchal D. Jorge de Lemos musico consumado, reorganizou ele próprio a capela da Sé do Funchal, em 1558, dotando-a com todos os elementos necessários para o seu funcionamento. O cargo de organista da Sé já aparece em 1554, e o de mestre de capela surge pela primeira vez em 1566. Por esta época, foi mestre da capela real na corte, o cônego Francisco Coelho, natural da Ribeira Brava.

No século XVII, encontramos dois músicos insignes na Ilha da Madeira; são eles os padres Manuel de Almeida e Miguel Pereira. Em 1770, morre em Lisboa o madeirense cônego Manuel Fernandes, que ao tempo exercia na corte as altas funções musicais de mestre de capela do Seminário arquiepiscopal, onde foi professor do célebre musico espanhol Francisco Valladolid. É da mesma época o célebre mestre de capela da

Sé do Funchal, António Pereira da Costa cujos «concertos», para orquestra de arco, foram publicados em Londres.

Recorda-me ouvir a pessoa de família mencionar o nome de José Fradesso Belo, que se notabilizou como mestre de capela da Sé do Funchal e professor de música. Procurando informações sobre este músico madeirense, consegui apurar que nasceu em 1792 e faleceu em 1861. Pode-se afirmar, de um modo geral, que os mestres de capela da Sé acumularam esse cargo com o de professor de música no Seminário do Funchal.

Mencionarei agora os mais notáveis compositores madeirenses de música sacra no século XIX. Foram eles:—Frei Manuel Gaspar, Cónego Libório Furtado, Padre Francisco Drumond de Vasconcelos e António Melo. São mais modernos os seguintes autores - de música profana: -- Rafael Coelho Machado, Ricardo Joaquim da Fonseca e José Bernes.

De 1840 a 1848, existiu no Funchal uma «Sociedade de Concertos», no género da que poucos anos antes fora fundado em Lisboa por João Domingos Bomtempo.

A Sociedade de Concertos do Funchal foi criada e dirigida pelo notável músico António Frutuoso da Silva.

Em 1885, funcionou também uma escola de canto no Funchal. Alguns anos antes, um excelente violinista austríaco, Ernest Machek, viveu, por motivos de saúde, no Funchal onde deu concertos e formou discípulos, entre eles, os dois amadores João e Fidélio de Freitas Branco, o primeiro dos quais foi crítico musical nos jornais de Lisboa: «Vanguarda» e «Luta».

Do período contemporâneo, mencionarei, de entre profissionais e amadores, mais os seguintes músicos madeirenses: Júlio da Silva Carvalho, José Sarmento, Artur Sarmento, D. Maria Paula Rego, D. Silvana de Sant'Ana e Vasconcelos, D. Carolina de Almeida, D. Júlia de França Neto, D. Amélia Augusta de Azevedo, Nuno Rodrigues, Gomes da Silva que alcançou um prémio num Conservatório da Bélgica, Nuno Graciliano Lino, Guilherme Lino, Guilherme Wilbraham, Antonio Vieira de Castro, capitão Edmundo Lomelino, D. Elvira Carregal, D. Amália Rocha de Gouveia, D. Conceição dos Santos Pereira e D. Palmira Lomelino Pereira.

Alguns anos antes da Grande Guerra, o tenor Júlio Câmara, hoje professor de canto no Conservatório do Porto, fundou e dirigiu no Funchal uma escola de canto. D. Angélique de Beer Lomelino, também dirigiu no Funchal cursos particulares, de canto e piano, vindo mais tarde a ocupar o cargo de professora de piano do Conservatório de Lisboa, cargo que exerceu até 1921.

Existem na Madeira numerosas bandas civis e vários «grupos» musicais, o mais célebre dos quais é o «Septeto Passos de Freitas», dirigido pelo Dr. Manuel Passos de Freitas, vulto de destaque social e artístico na Madeira.

Para terminar a série das celebridades musicais madeirenses da época contemporânea, mencionarei: Reis Gomes, autor de notáveis obras de musicologia que estão publicadas, Francisco Jorge de Sousa Baía, pianista e compositor, professor e director da Secção de Música do Conservatório de Lisboa, Alexandre de Bettencourt, notável professor de violino do Conservatório de Lisboa, Matilde de Bettencourt, professora de canto em Paris; Nuno Lomelino Silva, tenor de larga e aplaudida carreira no estrangeiro, e, finalmente, o Maestro Pedro de Freitas Branco, antigo aluno do Liceu do Funchal, que os meus Ex.^{mos} auditores da Emissora Nacional devem conhecer perfeitamente.

Que os meus Ex.^{mos} auditores da Madeira, a quem novamente saúdo, me perdoem a extensão da palestra, pela satisfação e pelo orgulho que devem sentir ao verificar como são numerosos e notáveis os músicos madeirenses».

Ao assunto deste artigo, fornecem elementos apreciáveis os dois trabalhos «Cantares e Tocares da Ilha e trovas e Bailados da Ilha», do jornalista Carlos Santos.

Mutualismo. No artigo «Associado 4 de Setembro de 1862» (I-97) demos uma breve notícia acerca das mais antigas diligências empregadas para a implantação dos princípios mutualistas entre nós, que tão vagarosamente tem produzido os seus apreciados frutos, se exceptuarmos a associação que fica citada e que é um admirável padrão a atestar a acção benéfica desses princípios. Sobre este assunto é digno de ler-se um desenvolvido artigo publicado no numero do *Trabalho e União* de I de Setembro de 1917. Leia-se também o opúsculo «Mutualismo» da autoria do Dr. Álvaro Reis Gomes.

N

Nabo (*Brassica campestris*, var. *rapifera*). Crucifera muito cultivada nas hortas madeirenses por causa das suas raízes alimentares. A *Brassica Napus*, var. *esculenta*, também é conhecida pelo nome de nabo, mas é muito menos comum do que a *B. campestris*.

Nacional (O). o primeiro numero deste periódico apareceu a 1 de Novembro de 1918 e o último, o n.^o 23, a 26 de Janeiro de 1919.

Nansen (F.). V. Expedições científicas, pág. 428 do vol. I deste Elucidário.

Não-me-deixes (*Aster chinensis*). Composta muito cultivada nos jardins da Madeira e cujas flores variam muito de cor.

Napoleão. O desastre de Waterloo levara Napoleão a abdicar e a deixar a terra da França. Apesar das duvidas e hesitações que então agitavam o seu espírito, parece que tornara enfim a resolução definitiva de

dirigir-se aos Estados Unidos da América. A 16 de Julho de 1815, embarcou em Rochefort, tomando voluntariamente lugar a bordo da nau da marinha britânica Bellerophon e acolhendo-se confiante e resignado à fidalga e generosa hospitalidade inglesa. Ao chegar, a 24 de Julho, às costas da Inglaterra, reconheceu, desiludido, mas já tardiamente, o triste e cruel destino que o esperava-o exílio e a morte nos ásperos e solitários rochedos de Santa Helena.

A 7 de Agosto, passou Napoleão da Bellerophon para a nau almirante Northumberland e nesse mesmo dia tomou esta o rumo sul, acompanhada das fragatas Havannah, Ceylon e Bucephalus e dos brigues Peruviana, Zephiro, Zenobia, Ferrol, Icarus e Redpole. A esquadra ia comandada por George Cockburn e conduzia o regimento n.º 53 de infantaria inglesa, que ficaria de guarnição em Santa Helena. A comitiva do imperador era composta do general Bertrand, esposa e filhos, conde de Las Casas e família, generais Montholon e Gourgaud, um capitão de marinha, dois ajudantes e alguns criados.

No dia 22 de Agosto, avistaram o arquipélago da Madeira. Ao passarem entre o Porto Santo e as Desertas, o medico da Northumberland fez notar ao conde de Las Casas os traços de semelhança que encontrava entre a ultima daquelas ilhas e as rochas nuas e escalvadas de Santa Helena. Napoleão, na tolda da nau, olhava absorto as ravinas escarpadas das Desertas, quando o conde se aproximou dele e lhe comunicou a observação do médico de bordo. É possível que pela mente do imperador tivesse passado idêntico pensamento, como também é provável que, ao ver a vegetação luxuriante da Madeira, recordasse o contraste flagrante das belezas incomparáveis desta ilha e a benignidade do seu clima com a desoladora aridez de Santa Helena e as condições climatéricos de tão inhóspitas regiões. Napoleão nada disse a Las Casas, esboçando apenas um ligeiro sorriso e encolhendo desdenhosamente os ombros.

Pela noite de 22 de Agosto, surgiu a esquadra em frente do Funchal, mas parece que só fundeou no dia imediato. Todos os navios deram fundo na nossa baía, com exceção da nau almirante Northumberland, que singrava ao largo e a não grande distancia do porto. O navio que conduzia o imperador não devia tocar em porto algum durante a sua derrota, nem permitir a seu bordo a entrada de qualquer pessoa estranha à sua equipagem, segundo as rigorosas instruções do almirantado inglês.

O dia 23 de Agosto foi de um calor tão intenso como não havia memória entre os moradores desta ilha. Era o conhecido leste, que desta vez vinha acompanhado dum violento temporal. O povo na sua supersticiosa ingenuidade, atribuía o fenómeno atmosférico á passagem de Napoleão. O Atila, que assolara a Europa á

frente dos seus invencíveis exércitos, apesar de prisioneiro e despojado de todo o seu poderio e grandeza, fizera ainda desencadear a rija ventania, que entre nós causara tantos prejuízos á agricultura e danificara muitos edifícios e casas de habitação!

O mar agitara-se e foi difícil a comunicação com os navios da esquadra. Diz uma testemunha presencial que o vento era forte, a vaga muito grossa e que por isso o imperador passara bastante incomodado. Conseguiram no entretanto abastecer-se de mantimentos e refrescos, e entre as provisões recebidas contavam-se «laranjas não maduras, maus pêssegos, peras sem gosto e uvas excelentes.»

Afirma-se que o cônsul inglês na Madeira, Henrique Veitch, soubera previamente da passagem de Napoleão pela Madeira e logo tomara a resolução de empregar todas as diligências para conseguirvê-lo e falar-lhe. Apesar do estado do mar e da distancia a que a Northumberland se achava da terra, conseguiu abordar o navio e falar ao almirante Sir George Cockburn, de quem era amigo pessoal e a quem expôs o grande desejo que nutria de saudar o vencedor de Austerlitz e de Marengo. Pretendeu o almirante dissuadir Veitch de qualquer tentativa nesse sentido, com o pretexto de que Napoleão se tornara em extremo irascível e até intratável, ainda mesmo para com as pessoas da sua própria comitiva.

Quis a boa fortuna do cônsul inglês que naquele momento aparecesse um dos ajudantes de Bonaparte, a quem Veitch foi apresentado e a quem logo disse que desejava ardente mente dirigir as suas mais respeitosas saudações a Sua Majestade Imperial. Era a primeira vez que a bordo da Northumberland se proferia o tratamento de majestade dirigido ao imperador, pois que só era permitido trata-lo pelo simples nome de general Bonaparte. Parece que foi este o talismã que quebrou o encantamento e levou Veitch à presença de Napoleão. Recebeu afavelmente o representante da Inglaterra na Madeira e, ao oferecimento que este fizera dos seus serviços, respondeu que lhe seria muito agradável a remessa de alguns livros e de frutas desta formosa ilha. Henrique Veitch correspondeu gentilmente aos desejos de Napoleão, enviando-lhe uma magnífica oferta de frutas, doces e vinhos velhos. Tendo o imperador enviado ao cônsul alguns napoleões em ouros destinados ao pagamento do bote que conduzira os refrescos a bordo, conta a tradição que Veitch os lançara na pedra angular da igreja anglicana na rua da Bela Vista, ao abrir-se o alicerce para a construção daquele templo.

Pela tarde do dia 24 de Agosto de 1815, toda a esquadra se fez de vela e tomou o rumo do seu destino, passando a 27 pelas Canárias, onde não fez porto, e a 1 de Setembro pelas alturas de Cabo Verde, tendo fundeado em Santa Helena a 15 do mês de Outubro seguinte.

Napoleão nasceu a 15 de Agosto de 1769 e morreu na ilha do seu desterro a 4 de Maio de 1821.

É sobremaneira interessante o que se encontra no «Diário» de J. R. Glover, secretario do almirante Georges Cockburn, comandante da nau Northumberland, que conduzia Napoleão para o exílio. Esse livro foi publicado em Oxford, no ano de 1931, pelo coronel H. A. Newell e dele extraiu resumidamente algumas páginas o distinto escritor madeirense padre J. Vieira Caetano, de que vamos transcrever os principais trechos referentes ao nosso assunto.

«23 de AGOSTO.-O vento rodou para leste e tornou-se muito quente e desagradável. Às duas horas foi avistada a ilha do Porto Santo e pouco depois a da Madeira. Bonaparte nesse dia não passeou antes do jantar.

A' refeição, apareceu pensativo e mal disposto. Fez algumas perguntas ao almirante relativas à Madeira, quanto à sua extensão, há quanto tempo havia sido descoberta e por quem. Imediatamente depois do jantar, foi para a popa e observou a Ilha, muito particularmente quando navegavamos ao longo da sua costa, até que chegámos à baía do Funchal, quando era já escuro. Depois de jogar um pouco com Madame Montholon, retirou-se para a sua «cabine», evidentemente abatido. Estas palavras são traduzidas do Diário quasi literalmente.

Mostram-nos o vencedor de Marengo e Austerlitz, melancólico e abatido. Não é para admirar, em quem se viu no zénite da glória e agora navegava para o exílio, passando dos esplendores de Paris e Versalhes para a solidão da longínqua ilhota de S. Helena. A' vista da costa madeirense, Bonaparte (o secretário de bordo não lhe dá outro tratamento) vai aprendendo a história e geografia da Madeira, que ignorava, como se vê pelas perguntas que fez ao almirante de Sua Majestade Britanica.

24 de AGOSTO - «Ficámos na baía do Funchal muito afastados do porto. A tripulação foi a terra procurar água e mantimentos e eu também fui buscar algumas frutas e vinhos.

Mr. Veitch, cônsul de Sua Majestade, visitou o navio, fazendo-lhe Bonaparte muitas perguntas a respeito da Ilha, seus produtos, altura acima do nível do mar, população, etc..

Mr. Veitch jantou a bordo; depois do jantar, Bonaparte passeou com ele e com o almirante considerável

tempo, conversando sobre tópicos gerais, depois do que se retirou para a cama, sem passar pela mesa do jogo».

Neste segundo dia, a fragata toma provisões, o cônsul inglês Mr. Veitch vai a bordo. Napoleão conversa e continua a instruir-se sobre a Madeira, recolhendo ao leito, sem a partida de jogo.

Se foi neste dia que recebeu a visita da donzela funchalense, transmitida pela tradição, que deu origem ao belo conto histórico do Sr. Major Reis Gomes, o «Anel do Imperador», não o diz o Secretário no diário de bordo, nem a visita minorou o desanimo do exilado.

25 de AGOSTO - «Tivemos a continuação do violento e muito desagradável siroco, que começou ao avistarmos a Madeira; e tal era a superstição dos habitantes que atribuíam este vento destruidor a Bonaparte que se achava no porto; estavam muito apreensivos pelas suas colheitas que, já quase maduras, seriam perdidas pela metade».

Continua o secretário Mr. Glover afirmando que devido a mar mau e tempo desagradável levaram o dia, até a noite, a se fornecerem de mantimentos. Era já escuro quando se fizeram de vela para o sul.

Acerca de Bonaparte, acrescenta:

O calor do Leste, a desagradável natureza do vento, o balanço da nau que era muito considerável, evidentemente afectaram o General. Ao jantar, comeu muito pouco e estava desanimado.

Nessa noite, jogou o Vinte e um cerca de meia hora somente e retirou para a cama».

Neste dia, retirou o navio da Madeira, que Napoleão viu pela primeira e última vez.

No Diário de bordo, não se faz alusão às moedas em ouro que o Imperador deixou na Madeira, em paga de frutas e de alguns livros que pediu.

Mas o autor do «The English Church in Madeira», menciona-as e narra que foram depositadas pelo cônsul Veitch, nos alicerces da igreja anglicana, quando foi lançada a primeira pedra do edifício. Viu isso confirmado numa carta escrita a 5 de Janeiro de 1860 por Mrs. Minet, da família Cossart, a sua irmã Mrs. Leacock.

Aquela diz que, sendo pequena, viu o cônsul Mr. Veitch, colocar algumas moedas de ouro, recebidas de Napoleão, debaixo da primeira pedra, procedendo depois à aposição do selo.

Nessa tarde de 25 de Agosto, partiu o Imperador dos franceses do porto do Funchal, cujo panorama surpreendente contemplou, para o retiro de Santa Helena, onde foi meditar a nulidade das grandezas do mundo e exclamar como o eloquente orador da sua Pátria: Só Deus é grande!»

Interessa bastante a este assunto, o livro «O Anel do Imperador» da autoria do ilustre escritor e académico João dos Reis Gomes.

São passados 19 anos. No dia 24 de Julho de 1840, fazem fundo no nosso porto as fragatas da marinha de guerra francesa La bela Poule e Favorite, que conduziam a Santa Helena a missão que o governo de Luís Felipe encarregara de transportar oficialmente, daquela ilha até Toulon e deste porto à cidade de Paris, os restos mortais do imperador Napoleão I. Era chefe dessa missão o príncipe de Joinville (V. este nome), e dela faziam parte alguns dos antigos servidores de Napoleão, contando-se entre eles o general Bertrand, que fora companheiro de exílio do imperador e lhe assistira aos últimos momentos no retiro de Santa Helena.

O distinto madeirense Monteiro Teixeira (V. este nome), que era cônsul da França no Funchal, ofereceu ao príncipe de Joinville e à sua comitiva um esplêndido baile, a que assistiram as mais qualificadas pessoas desta cidade. Foi nessa festa que uma gentil dama funchalense cantou com muita correcção e sentimento uma poesia em língua francesa, dedicada ao general Bertrand, que tivera grande voga em toda a Europa, o que profundamente sensibilizou o ilustre militar, não podendo ele ocultar a grande comoção que nesse momento vivamente o agitou. Tirando dum dedo um precioso anel, que era uma oferta de Napoleão e a mais querida relíquia que conservava do seu imperador, com ele presenteou a nossa distinta patrícia, agradecendo deste modo a carinhosa e cativante homenagem que lhe fora prestada. Aquela senhora recusou amavelmente a gentileza da oferta, principalmente por conhecer o apreço e a valia que ela teria para o coração do general Bertrand.

Da comitiva do príncipe de Joinville, fazia parte Artur Bertrand, filho do general Bertrand, que nascera em Santa Helena durante o exílio e que do próprio imperador Napoleão recebera as primeiras lições da sua educação. Descreveu ele na mais eloquente e expressiva linguagem as ceremonias da exumação do cadáver

do imperador e do seu transporte para bordo dos navios franceses, que não pode ser lido sem uma respeitosa e sentida comoção. Nessa descrição, faz-se referencia á passagem da Belle Poule e da Favorite pelo porto do Funchal.

Napoleão (Príncipe Eugénio). Este príncipe, que morreu na África do Sul, na guerra que os ingleses sustentaram contra os zulos, esteve no Funchal a 4 de Março de 1879, havendo desembarcado do vapor inglês Danube, que se dirigia para o Cabo da Boa Esperança. V. Eugénia (Imperatris).

Nascentes e Poentes no Funchal. Da publicação anual elaborada e editada pela «Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago da Madeira», transcrevemos a tabela do nascimento e do ocaso do sol no Funchal relativa ao ano Corrente de 1944. Embora essa nota não constitua uma indicação de carácter permanente, oferece no entretanto particular interesse, em virtude da grande aproximação que sempre conserva com a realidade, podendo prestar um apreciável serviço as pessoas que a ela queiram recorrer. Quando não é fácil obter-se um cálculo formulado com toda a exactidão matemática, torna-se muitas vezes vantajoso alcançar-se uma noção que, quanto possível, se aproxime da verdade.

Eis a tabela, a calcular de dez em dez dias:

Meses	dias	Nascimento		Ocaso
		h	m	
Janeiro	1	7.08		17.14
	11	7.09		17.22
	21	7.08		17.31
	31	7.03		17.40
Fevereiro	10	6.55		17.50
	20	6.48		17.57
	1	6.35		18.06
Março	11	6.24		18.13
	21	6.10		18.21
	31	5.58		18.27
Abril	10	5.45	18.34	

	20	5.33	18.42
	30	5.23	18.48
Maio	10	5.14	18.55
	20	5.07	19.02
	30	5.04	19.08
Junho	9	5.01	19.13
	19	5.02	19.16
	29	5.04	19.18
Julho	9	5.09	19.16
	19	5.15	19.13
	29	5.21	19.06
Agosto	8	5.28	18.58
	18	5.35	18.48
	28	5.40	18.37
Setembro	7	5.47	18.24
	17	5.53	18.11
	27	5.59	18.58
Outubro	7	6.06	17.45
	17	6.12	17.33
	27	6.20	17.22
Novembro	6	6.29	17.14
	16	6.37	17.07
	26	6.47	17.03
Dezembro	6	6.55	17.03
	16	7.02	17.05
	26	7.06	17.10

Nascimento (D. Frei João do). Foi D. João do Nascimento um dos mais distintos prelados desta diocese, durando o seu episcopado desde 5 de Setembro de 1741, dia em que chegou à Madeira, até 6 de

Novembro de 1753, dia em que faleceu na casa onde esteve instalado o liceu desta cidade, na rua do Bispo.

Nasceu em Lisboa e era filho de Inacio Mira e de D. Garcia Ferreira de Afonseca, ambos de ilustre linhagem e senhores do morgadio da Torre da Giesteira, nos subúrbios de Montemór- o - Novo. Doutorou-se na faculdade de canones na Universidade de Coimbra em 1711, e preparava-se para o concurso duma das cadeiras daquele estabelecimento de ensino, quando em 1713 se sentiu atraído para a vida monastica e entrou no seminário do Varatojo, onde professou na ordem serafica de S. Francisco.

Depois de alguns anos de vida religiosa e de se haver entregue ao apostolado das missões em muitas províncias de Portugal, foi por D. João V nomeado bispo do Funchal, cargo que procurou recusar com insistência, mas a que não pode subtrair-se pela imposição dos seus superiores hierárquicos. Foi nomeado a 7 de Novembro de 1740 e confirmado por Bento XIV a 5 de Janeiro de 1741, tendo recebido a sagradação episcopal a 5 de Maio do mesmo ano.

Durante os doze anos em que viveu nesta ilha, deu sempre provas duma grande austerdade de carácter e da mais ilibada conduta, não só como chefe da igreja funchalense mas ainda como governador deste arquipélago no período decorrido de 1747 a 1751.

Visitou pastoralmente todas as igrejas paroquiais, providenciando acerca de muitos pontos da disciplina eclesiástica, introduziu notáveis reformas no seminário diocesano, criou alguns curatos e tomou outras importantes medidas no desempenho das suas funções episcopais.

O seu nome ficou entre nós vinculado a uma obra notável-a edificação do Paço Episcopal. Apesar de ser uma construção pesada e despida de quaisquer primores arquitectónicos, era, no entretanto, para esta pequena cidade e para a época em que foi levantada, um edifício de relativa importância e que não deshonrava a alta hierarquia dos seus moradores. Foi construído no período decorrido de 1748 a 1751 e nele se gastaram vinte contos de réis, quantia avultada para o tempo (V. Paço Episcopal).

Empenhou-se notavelmente na construção da igreja paroquial de Nossa Senhora do Monte e a ele em boa parte se deve o levantamento daquela igreja, sobretudo com a criação em todas as freguesias da ilha, da Confraria dos Escravos de Nossa Senhora, cujas receitas foram exclusivamente aplicadas á edificação do

mesmo templo.

Era bispo e governador deste arquipélago, quando na noite de 31 de Março do 1748 se sentiu entre nós um violento abalo de terra, que causou poucas vitimas, mas que produziu danos consideráveis na maior parte dos edifícios públicos e particulares. Adoptou as providencias que de momento eram aconselhadas pelas circunstancias ocorrentes e alcançou do governo da metrópole importantes créditos para reparar os prejuízos causados pelo terremoto, principalmente em muitas igrejas, algumas fortalezas e nas casas da Alfandega.

Morreu nesta cidade a 6 de Novembro de 1753 e jaz sepultado na capela-mor da Sé Catedral.

Nascimento (João Cabral do). Nasceu no Funchal a 22 de Março de 1897 e é filho de João Crawford do Nascimento e de D. Palmira Cabral do Nascimento. Cursou o liceu desta cidade e concluiu em 1922 a sua formatura em direito na Universidade de Coimbra. Revelou desde novo uma decidida inclinação para as letras, afirmindo-se especialmente como poeta. Publicou em verso os opúsculos *As tres Princesas mortas num Pa-Idovo em rulna*, 1916, *Além-Mar*, 1917, *Hora de Noa*, 1917. Tem colaborado em vários jornais e revistas e foi redactor da *Restauraçao*, de Coimbra (1921).

Criado o Arquivo Distrital em 1931, foi o dr. Cabral do Nascimento nomeado seu primeiro director, e logo fez publicar a revista «Arquivo Histórico da Madeira», de que tornou o principal colaborador e da qual já saíram seis volumes.

Além do que fica indicado, publicou, em verso, «Alguns Sonetos», 1924, «Descaminho», 1926, «Arrabalde», 1928, e «Cancionelro», 1943, e, em prosa, os seguintes escritos, «Documentos para a história das Capitanias da Madeira», 1930, «Genealogia da Família Medina da Ilha da Madeira», 1930, e «Apontamentos de História Insular», 1927.

Natal. As festas do Natal duram na Madeira desde o dia em que se comemora o nascimento de Jesus até o dia de Reis, havendo durante este tempo muitos folguedos, descantes e outras manifestações de regozijo, que poetizam esta bela quadra do ano. As refeições são melhoradas, e rara é a casa onde não aparecem a carne-de-vinho-e-alhos e os bolos de mel, assim como outras iguarias que são desconhecidas durante o

resto do ano. Os templos enchem-se de povo por ocasião da missa do galo, em que a imagem do Deus-Menino é muitas vezes dada a beijar, e para completar as festas e solenidades do Natal, há ainda os presépios ou lapinhas, alguns deles verdadeiramente notáveis pela riqueza e variedade de seus adornos. Não há muitos anos, era uso nalgumas freguesias da Madeira «pensar» a imagem do Deus-Menino na noite do Natal, isto é levá-la e vesti-la sobre um estrado colocado dentro da igreja, sendo este serviço prestado sempre por uma rapariga, mas tal uso cremos que desapareceu, assim como um outro que consistia em oferecer ao mesmo Deus-Menino na referida noite, varias produções da terra. Rapazes e raparigas, vestidos com trajes antigos, conduziam piedosamente ao templo as suas ofertas, anunciando em seus cantares, por vezes muito harmoniosos, a quem eram destinadas as mesmas ofertas.

O velho habito de consagrar todo o dia de Natal à vida e festas recatadas da familia tende a desaparecer, e as ruas da cidade, desertas outrora naquele dia, apresentam-se hoje quasi tão movimentadas como na primeira, segunda e terceira oitavas. É, no entretanto, durante estes três dias, que o povo continua a santificar não obstante ter sido dispensado disso pela Igreja, que principalmente se realizam as visitas e os cumprimentos de boas festas, os quais entre o povo rude são acompanhados quasi sempre de abundantes libações, descantes e outros folguedos, que se estendem até horas mortas da noite. Desde a vespera do Natal até á Epifania, estrugem por toda a parte as bombas e busca-pés, com grave risco não só dos transeuntes, mas também daqueles que os atiram, muitos dos quais tem sido vitimas das suas loucuras e imprudências.

O habito não muito antigo, de despedir o ano velho e receber ao ano novo com toda a espécie de fogos de artificio, é aquele que mais chama a atenção dos forasteiros, sendo na verdade um espectáculo imponente e belo o que oferece a cidade do Funchal e seus subúrbios ao avizinhar-se a hora da meia noite do dia 31 de Dezembro, quando por toda a parte se acendem os fósforos de cores e sobem aos ares os milhares de foguetes e granadas com que os madeirenses festejam a passagem dum para outro ano, na esperança de que aquele que principia lhes traga todas as venturas que lhes negou o que vai sumir-se na voragem dos tempos. A noite de 31 de Dezembro é muito animada no Funchal, sendo a cidade percorrida por grandes ranchos que se dirigem para vários pontos dos arredores, ao som de machetes e violas, para daí contemplarem os festejos da meia noite.

É no dia 7 de Janeiro, após os Reis, que se desmancham as lapinhas e tudo volta à normalidade, mas algumas pessoas conservam os presépios armados até o dia 15, festa de Santo Amaro, que é, na opinião de alguns, quando devem ser dadas por findas as manifestações de regozijo do Natal, tanto do agrado do bom

povo madeirense. Vid. Lapinha.

Naufrágios. A baía do Funchal é abrigada de todos os ventos que não sejam os dos quadrantes desde o sudoeste até o sudeste pelo sul. Os grandes temporais só se fazem sentir ali quando o vento sopra com violência do lado meridional, vendo-se o mar formar então algumas vezes ondas alterosas que vêm projectar-se com violência de encontro ás praias. Nessas ocasiões, deixa de haver segurança para os barcos de vela dentro da baía, e se eles não conseguem fazer-se ao largo aos primeiros sinais da tormenta, correm o risco de vir parar à costa e de serem aí despedaçados pelo mar. Entre as muitas tempestades que tem havido no nosso porto, merecem ser mencionadas as seguintes, por causa dos seus efeitos desastrosos.

1757. Em fins de Outubro ou princípios de Novembro deste ano, houve um grande temporal que pôs em risco alguns navios e causou estragos nas obras do porto do Funchal (ligação da Pontinha com a terra).

1802. Na noite de 30 de Agosto de 1802, pela 1 hora da manhã, houve uma medonha explosão a bordo dum navio português ancorado no porto do Funchal e que se destinava ao Brasil. Morreram 32 pessoas, 4 das quais eram madeirenses, tendo-se dito que a explosão fora provocada casualmente por um marinheiro, na ocasião em que se achava no paiol do navio, afim de furtar pólvora para vender na cidade.

1804. Em 8 e 11 de Janeiro deste ano, houve fortes temporais, naufragando duas galeras inglesas.

1828. No dia 22 de Janeiro, deu à costa, em frente da Alfandega, o bergantim americano Calixto, que em poucas horas foi inteiramente destruído pelo mar, e no dia 1 de Março naufragou na Praia Formosa a galera inglesa Britannia, morrendo um tripulante.

1834. Deu-se neste ano o naufrágio da galera inglesa Greenwelle, em que morreram cinco tripulantes.

1836. Os grandes temporais do dia 18 de Outubro fizeram dar à costa próximo de Santa Catarina, a barca portuguesa Maria Adelaide e o iate Conceição e Almas, morrendo um tripulante deste ultimo navio. Na mesma ocasião, naufragou também ali um barco carregado de vinho, vindo do norte.

1842. Em 26 de Outubro deste, ano o mar arrojou á praia cinco navios, desaparecendo um outro, que não tornou a ser visto.

1846. De 8 a 11 de Janeiro, houve grandes vendavais no porto do Funchal, que arruinaram as obras do cais, e no dia 10 do mesmo mês deu á costa em S. Lazaro o patacho toscano Duque de Sussex.

1848. Em 10 de Dezembro, perderam-se o iate Senhor dos Passos e a escuna Eugenia, e no dia 31 os iates Fevereiro I.^º e Boa Fé, ambos portugueses, e os patachos Delfim e Levant, este americano e aquele português. Por ocasião desta ultima tempestade, esteve quasi a dar à costa a corveta de guerra inglesa Daphne.

1858. No dia 5 de Março deste ano, naufragou no porto do Funchal o bergantim inglês Reliance, em consequência de um forte vendaval, e no dia 15 do mesmo mês teve a mesma sorte o patacho brasileiro Liberato Terceiro, de que era mestre Thomás Whister.

1858. No dia 14 de Novembro, entrou no porto do Funchal, quasi a submergir-se, a galera portuguesa Defensor, em viagem do Rio de Janeiro para um dos portos de Portugal, conduzindo a tripulação e alguns passageiros, na totalidade de 23 indivíduos. A embarcação vinha de porto infecionado e o mar estava bastante revolto, sendo a muito custo que puderam desembarcar 16 pessoas, as quais foram isoladas no antigo forte da Pontinha. As outras ficaram a bordo, recusando fazer o desembarque naquela ocasião, mas durante a noite lançaram um escaler ao mar e pretendiam alcançar a terra, tendo morrido seis delas e apenas uma pôde ser salva para além do forte de S. Tiago. A galera encalhou na foz da ribeira de Gonçalo Aires, no dia 16 de Novembro.

1872. Um violento temporal que houve a 22 de Dezembro fez dar à costa para os lados do Lazareto o patacho inglês Champion, morrendo o capitão e mais quatro tripulantes

1875. Na praia em frente da antiga Praça da Rainha, hoje Praça do Marquês de Pombal, encalhou no dia 2 de Fevereiro de 1875 o vapor inglês Soudan. O mar estava calmo, atribuindo-se o desastre à imperícia ou descuido dos que dirigiram a manobra do ancoramento.

1876. Neste ano, houve dois grandes temporais na baía do Funchal, o primeiro a 13 de Maio e o segundo a 11 de Novembro. O primeiro fez dar à costa a escuna inglesa Orpheus, o patacho português Barbosa 2.^º, a chalupa portuguesa Moura 7.^º e os patachos americanos Maurice e Nellieclifford; o segundo fêz com que tivessem o mesmo fim o barco alemão Fear-Not, o iate português Fontes Pereira de Melo e a escuna inglesa Theodosia. O Valente, pequeno vapor madeirense, foi arremessado sobre as rochas, por baixo da Quinta Lambert, a mais de 15 de metros sobre o nível ordinario do mar, por ocasião das tempestades de Novembro, e já no dia 3 de Janeiro uma tempestade menos violenta que as duas a que nos referimos tinha feito naufragar a barca inglesa Patagonia, junto a Santa Catarina.

1881. A 6 de Janeiro dêste ano, veio ter à praia, impelido pelo vento sul, o iate português Aliança.

1884. A 26 de Novembro, o mar arrojou á praia a escuna Eulalia e o brigue italiano Torquato.

1892. Os temporais de 28 de Fevereiro causaram avarias no molhe da Pontinha.

1896. De 26 para 27 de Outubro deste ano, vieram a terra o brigue frances René Adrienne e o brigue

português Comercio, êste na Ribeira de S. Lazaro e aquêle na muralha da Pontinha.

Embora a baía do Funchal seja limitada pelo Cabo Garajau e pela Ponta da Cruz, que distam entre si um pouco mais de 8 quilómetros, é para leste do Ilhéu, e em frente da cidade, que os navios costumam lançar ferro, sendo o fundo constituído aí por areias basálticas e algum lôdo. A quantidade de pedras, areia e lodo que as aguas das ribeiras arrastam todos os anos é considerável, do que tem resultado o mar da baía se tornar menos profundo e as praias crescerem gradualmente. O pilar de Banger, que, na época em que foi construído (1798) tinha a sua base banhada pelo mar, está hoje afastado dele, e a rua da Praia, os mercados do peixe e da fruta e a Praça do Marquês de Pombal, estão edificados em lugares onde em épocas antigas chegavam as aguas (1921).

Vamos agora dar uma notícia sucinta de outros naufrágios ocorridos em vários pontos d'este arquipélago: Em Março de 1720, dirigia-se um barco de Machico para o Porto Santo, conduzindo oito indivíduos, o qual, sendo surpreendido por um forte temporal, foi arrojado às costas das ilhas Canárias e ali puderam desembarcar. Regressaram dois meses depois ao Porto Santo, quando ali todos os julgavam vitimas do temporal.

Por 1730, naufragou naquela ilha, no sitio do Pedregal, onde chamam a rocha do Guilherme, um navio sueco, que vinha da Índia e conduzia um importante carregamento, tendo perecido alguns tripulantes. Alguns meses depois, veio ao local do sinistro um navio da mesma nacionalidade, que conseguiu salvar uma parte considerável da carga, e entre esta vários objectos de alto valor e parece que também alguns caixotes com dinheiro.

No principio do ano de 1768, afundou-se nas proximidades da ilha do Porto Santo a nau de guerra francesa Balance, de que era comandante o barão de Arras, sendo os seus tripulantes, em numero de 239, tomados por um navio francês que os conduziu ao porto do Funchal.

No ano de 1790, submergiu-se no boqueirão do ilhéu de Baixo, no Porto Santo, um barco de carreira, carregado de vinho, que do norte da Madeira se dirigia ao Funchal e que impelido por uma grande tempestade foi arrojado àquele local, morrendo toda a companha, com excepção dum homem que agarrado a uma prancha de madeira pôde alcançar o ilhéu de Ferro.

Um grande sinistro que se deu na travessa do Porto Santo foi o ocorrido na noite de 11 de Janeiro de 1823, em que nove pessoas perderam a vida, não se tendo nunca encontrado vestigio algum do barco ou das vitimas deste naufrágio.

No dia 5 de Dezembro de 1850, saíra do Funchal com destino ao Porto Santo um barco pertencente a João

Rodrigues Rei e José Alexandre de Viveiros, que tinha como arrais o marítimo Justiniano Joaquim de Sousa e que conduzia a seu bordo além dos seus proprietários, mais 13 passageiros e 12 homens de tripulação. Na chamada Travessa, foi esta embarcação surpreendida por um rijo temporal, tendo então os donos dela e os passageiros aconselhado e insistido para que os tripulantes demandassem o ilhéu de Cima ou o porto dos Frades e não o porto da vila, pelo grave perigo a que estavam expostos por ocasião do desembarque. Não foram infelizmente atendidos esses rogos e conselhos, e, ao tentarem desembarcar, tornou-se o mar mais agitado com a violência do vento que soprava, e das 27 pessoas que o barco conduzia só se salvaram 12, tendo 15 encontrado morte horrorosa no meio das alterosas vagas que violentamente se quebravam contra a praia. Entre as vitimas, encontravam-se os donos do barco e algumas mulheres e crianças. A notícia deste sinistro marítimo causou na ilha do Porto Santo e ainda na Madeira a mais profunda emoção.

Nesse tempo e em épocas anteriores, eram frequentes os naufrágios na travessia feita entre a Madeira e Porto Santo, por nela serem empregados barcos chamados de boca aberta ou sem coberta, tendo o sinistro de 6 de Dezembro de 1850 determinado a regulamentação daquele serviço marítimo, proibindo-se então expressamente navegarem entre as duas ilhas embarcações que não estivessem nas condições indispensáveis para isso. A partir dessa época, tornaram-se raros os sinistros ocorridos na navegação entre a Madeira e Porto Santo.

A escuna portuguesa Maravilha encalhou na praia daquela ilha a 7 de Abril de 1855, não havendo desastres pessoais.

Ao noroeste daquela ilha, perdeu-se a 8 de Março de 1882 um vapor brasileiro, tendo morrido quatro tripulantes.

Às costas do Porto Santo, têm sido arrojadas em diversas épocas varias embarcações, umas abandonadas e outras com as respectivas tripulações, como se pode ver nos Anais daquela ilha.

Na altura da Ponta de São Lourenço, submergiu-se em 1884 o vapor inglês Forerunner, morrendo 14 pessoas, como já dissemos a pág. 44 deste volume.

A duas léguas ao norte da mesma Ponta, naufragou no dia 23 de Fevereiro de 1838 um barco de pesca do porto de Machico, tripulado por seis indivíduos, que todos perderam a vida.

A praia Formosa tem sido teatro de alguns naufrágios, dos quais podemos fazer menção dum, ocorrido no dia 1 de Março de 1828, com a galera inglesa Britannia, morrendo um tripulante e ficando o navio inteiramente destruído, e doutro que se deu a 18 de Outubro de 1875 com um barco costeiro, tendo perecido cinco pessoas.

Maior numero de sinistros marítimos tem ocorrido nas imediações da chamada Ponta da Cruz, a pequena distancia da Praia Formosa. No alto da rocha vê-se uma pequena cruz de ferro que tem sido varias vezes substituída, como sinal e lembrança dos desastres e perdas de vidas que ali se têm dado. É costume piedoso dos passageiros dos barcos costeiros que passam neste local descobrirem-se respeitosamente, e muitos murmuram recolhidos uma fervorosa prece. Ali se submergiu a 12 de Março de 1901 um barco costeiro da Ponta do Pargo, morrendo sete pessoas.

Nas alturas da Ponta do Pargo, naufragou no dia 31 de Março de 1850 um barco de pesca do porto do Paul do Mar, morrendo alguns tripulantes.

Procedente do Pará e conduzindo carga para Lisboa, naufragou na praia da freguesia da Madalena do Mar, no dia 31 de Janeiro de 1857, o brigue português Triunfo, de que era capitão Francisco António da Silva, salvando-se todos os tripulantes.

Em frente do porto da freguesia do Porto da Cruz, a léguia e meia da costa, sossobrou no dia 20 de Setembro de 1858, em consequência de violento temporal, o bergantim francês Homs, de que era capitão F. Azemas, e que se dirigia de Cette para a Martinica. Salvaram-se todos os tripulantes, que naquela freguesia foram largamente socorridos pelo comendador Valentim de Freitas Leal, que era ali abastado proprietário.

Nos primeiros dias do mês de Dezembro de 1859, saíra de Cardiff a galera inglesa Flying Foame, que se destinava à colónia britânica de Hong-Kong, na China. Um grande temporal arrastou-a até as alturas da Madeira e arremessou-a violentamente contra os cachopos da costa, no sitio chamado Fajã do Manuel, na freguesia do Porto Moniz. Das 21 pessoas que havia a bordo, morreram 15, e entre estas o capitão do navio William Lidle e outros oficiais. Este navio, que conduzia um carregamento completo de carvão de pedra, naufragou no dia 19 de Dezembro de 1859.

Na rocha do Ilhéu do Navio, nas costas da freguesia de Santana, naufragou, devido a um grande temporal, no dia 24 de Dezembro de 1860, a galeota holandesa Alfa, que se dirigia de Inglaterra para a ilha de Haiti. A tripulação, que se compunha de 7 indivíduos, foi salva.

A 18 de Agosto de 1861, naufragou no Porto Novo, freguesia de Gaula, um barco costeiro com a perda de sete vidas, entre passageiros e tripulantes.

O barco costeiro Bailão, do porto da Calheta, que no dia 3 de Setembro de 1872 se dirigia daquela vila para o

Funchal, afundou-se, tendo sucumbido três tripulantes.

Do porto dos Anjos, freguesia dos Canhas, saiu para o Funchal no dia 18 de Outubro de 1875 um barco costeiro conduzindo carga e passageiros. Naufragou, não sabemos bem em que altura da viagem, tendo perecido quatro homens e duas mulheres.

Na freguesia da Ponta Delgada, deu á costa a 9 de Dezembro de 1877 uma galera norueguesa, tendo morrido dois tripulantes.

Do naufrágio do iate Varuna, na freguesia das Achadas da Cruz, demos já uma sucinta notícia a pag. 13 do vol. I desta obra.

A 12 de Março de 1901, naufragou em frente da Ponta da Cruz o barco costeiro «Brilhante Pargueiro» tendo morrido oito passageiros.

Há muito que está projectada a iluminação das ilhas Desertas, dando ocasião a falta de faróis a que naquelas paragens tenham ocorrido alguns naufrágios de embarcações de alto bordo, sobretudo quando é mais intensa a cerração. Também ali se têm dado vários sinistros marítimos com barcos de pesca, que, acossados pelo temporal, vão por vezes encontrar naquelas abruptas e desabrigadas costas a sua destruição e a perda das vidas dos seus tripulantes.

Alguns navios abandonados têm sido arrojados ás costas daquelas ilhas.

O vapor inglês Lagos, que procedia de Liverpool com destino à Madeira, para onde conduzia alguns passageiros, encalhou na Deserta Grande, no dia 17 de Janeiro de 1902, devido principalmente à grande cerração que fazia.

Em 1788, naufragou nas costas da mesma ilha, em local que ignoramos, o corsário inglês Dart, e em 1804, duas galeras da mesma nacionalidade foram arremessadas contra a costa, também em lugar de que não alcançámos notícia.

Em muitos portos do estrangeiro, encontram-se pequenos padrões ou singelas inscrições lapidares, em que se destacam os nomes das pessoas, que, por ocasião de naufrágios e tempestades marítimas, prestaram relevantes serviços no salvamento dos seus semelhantes, em luta com os elementos em fúria.

O exemplo deveria ser imitado e já um jornal do Funchal (D. da Mad. de II-Dez.- 1926), pela pena de um dos autores desta obra, lembrou a realização dessa ideia, deixando escrito as seguintes linhas.

Uma modesta lápide colocada em local próximo do mar e contendo os nomes de todos quantos se tornaram merecedores do reconhecimento de nacionais e estrangeiros por serviços prestados em ocasião de tempestades no porto do Funchal, seria um meio simples de mostrar que os madeirenses também sabem fazer justiça àqueles que por actos que nobilitam conseguiram provar que conservavam integras as virtudes da raça, mas enquanto isso não se faz, vamos nós procurar salvar dum completo olvido alguns daqueles nomes, registando-os nas colunas deste jornal.

Há 40 para 50 anos, eram os indivíduos que a seguir mencionamos pelos seus nomes ou alcunhas, os mais conhecidos pelo denodo e valentia com que se prestavam a arrostar com a fúria das ondas, sempre que havia vidas a salvar em ocasião de naufrágios no porto do Funchal: António Maria de Gouveia, António da Silva Cambé, Silvano Cardoso, Manuel Teixeira, Manuel Caramujo, João dos Passos (mudo), João Pereira (o Marau), José de Sousa (o Patacho), Manuel Capitão, José (o Gato Fardão), Guilherme e Vitorino Pófia, os dois Russos, o Tigela e Guilherme Albuquerque de França. Este ultimo madeirense, que foi cônsul do Uruguai no Funchal e não pertencia, como se sabe, à classe marítima, não hesitava nunca em entrar em luta com as vagas enfurecidas logo que os seus serviços eram reclamados em ocasião de temporais.

Em tempos mais antigos, tiveram grande nomeada no Funchal, por idêntico motivo, os seguintes madeirenses: Henrique Crawford, a quem ficaram devendo a vida os naufragos da escuna inglesa Wave, que deu á costa perto de S. Lazaro a 26 de Outubro de 1842; José Ferreira Ourela, Arsenio Pombo, João de Freitas, João Vieira, António Silveira e Pedro Antonio. Todos estes indivíduos, à excepção do primeiro, pertenciam à classe marítima e tiveram uma menção honrosa na acta da sessão da Real Sociedade Humanitária do Porto, de 14 de Abril de 1858, onde também apareceram mencionados os nomes de Domingos Teles de Meneses, Augusto César Bianchi, Alexandre Sheffield, Roberto Taylor, Gregorio Antunes dos Santos, José Francisco da Silva e Cândido Augusto de Mesquita Spranger, pelos bons serviços prestados por ocasião do naufrágio do bergantim Reliance.

Neste naufrágio prestou serviços relevantíssimos o musicista Amaro José, natural de Portugal, sendo por tal motivo agraciado com a medalha de ouro de primeira classe, da referida Sociedade Humanitária.

Navás (Padre Longinos). Distinto liquenologo espanhol, pertencente á Companhia de Jesus, que estudou os líquenes que lhe foram remetidos desta ilha pelo padre Jaime de Gouveia Barreto e por um dos autores deste Elucidário. No trabalho que publicou, subordinado ao título Sinopsis de los Líquenes de las islas de Madera (Broteria, vol. IX a XI, 1910-1913), indicam-se 203 espécies, algumas das quais mencionadas apenas nos trabalhos doutros liquenologos. V. Líquenes.

Navegação Aérea. Os primeiros aviadores que tentaram fazer a viagem entre Lisboa e Madeira foram o capitão António Jacinto de Brito Pais e o tenente José Manuel Sarmento de Beires. Levantaram voo no campo da aviação da Amadora a 18 de Outubro de 1920, pelas 10 horas da manhã, mas não chegaram infelizmente a atingir a Madeira, porque o biplano de que se serviram para a viagem caiu ao mar, sendo encontrado no dia 19, ao meio dia, pelo vapor inglês Gamboa River, da praça de Liverpool, que recolheu os naufragos.

Mais felizes que os dois referidos aviadores foram o capitão de mar e guerra Gago Coutinho, o capitão tenente Sacadura Cabral, o 1.º tenente Ortins Bettencourt e o mecânico francês Roger Soubiran, que, tendo saído do Tejo no hidro-avião «F-3», pelas 9 horas e 25 minutos da manhã do dia 22 de Março de 1921, alcançaram a baía do Funchal nesse mesmo dia, pouco depois das 5 horas da tarde.

Mal o aparelho chegou á nossa baía, foi logo rodeado por grande numero de barcos, sendo rebocado para o molhe da Pontinha, onde ficou, por uma lancha a gasolina, conduzindo o Governador Civil e outras autoridades da terra.

Depois dos primeiros cumprimentos oficiais, seguiram os quatro aviadores em automóveis para o palácio de S. Lourenço, onde ficaram residindo, sendo saudados aí pelo Governador Civil, Capitão do Porto, Secretario Geral e Comandante Militar, e agradecendo o capitão tenente Sacadura em seu nome e no dos seus companheiros, as manifestações de apreço que lhes tinham sido dispensadas, tanto pelas autoridades como pelo povo madeirense. Em seguida foi oferecida uma taça de champanhe aos aviadores, sendo erguidos vários brindes, entre os quais um a Brito Pais e Sarmento Beires.

Na manhã de 28 de Março, fez o hidro-avião algumas evoluções na baía do Funchal, seguindo depois até ás alturas do Paul do Mar, e pelas 5 horas da tarde do mesmo dia foi celebrada perante enorme assistência a

cerimónia do lançamento da primeira pedra do monumento que o banqueiro Henrique Vieira de Castro mandou erigir no Jardim Municipal, em homenagem aos aviadores que primeiro realizaram o raid Lisboa-Madeira.

A acta da cerimónia, depois de lida e assinada por varias entidades, foi encerrada num cofre de ferro, juntamente com algumas moedas, sendo o mesmo cofre colocado no local destinado ao monumento.

A 30 de Março, ás 5 horas e 45 minutos da tarde, levantou voo novamente o hidro-avião para ir ao encontro do vapor inglês Briton, que trazia a urna contendo os restos mortais do Soldado Desconhecido, e no dia 2 de Abril, pela 1 hora e 40 minutos da tarde, seguiu em direcção ao Porto Santo, onde os aviadores contavam aguardar tempo favorável para regressar a Lisboa.

Infelizmente, porém, não pôde esse regresso fazer-se no aparelho que os trouxera ao arquipélago, porque, tendo-se ele incendiado sobre a baía do Porto Santo, ao levantar voo com destino á capital, na manhã do dia 6, tiveram os aviadores de recolher a bordo do destroyer Guadiana, que se achava na mesma baía e no qual seguiram viagem para Lisboa.

Segundo se disse, o desastre foi provocado pela ruptura duma das bombas de fumo do hidro-avião, não tendo perecido os quatro arrojados aviadores por se haverem atirado rapidamente ao mar, onde foram logo socorridos por alguns barcos de pesca, que os conduziram a bordo do Guadiana.

O aparelho ficou totalmente destruído, mas os seus tripulantes nada sofreram além do susto e do desgosto causado pelo desastre que os veio privar de concluir a viagem aérea que se tinham proposto realizar.

Além das homenagens prestadas aos aviadores e de que já fizemos menção, houve em sua honra um lanche e um jantar no «Monte Palace Hotel», aquele oferecido pela Associação Comercial do Funchal, um baile no Casino Pavão, promovido pelo «Clube Sports da Madeira», passeios em automóvel a diversos pontos dos arredores da cidade, um almoço na Quinta da Palmeira, oferecido pelo proprietário da mesma, etc., etc.. No Porto Santo, um grupo de senhoras ofereceu aos aviadores vinho e doces, por ocasião da chegada do hidro-avião àquela ilha.

O destroyer Guadiana, que chegara ao Funchal no dia 24 de Março, seguiu para o Porto Santo no dia 2 de Abril, antes da partida do avião, afim de conduzir a gasolina para a viagem desde aquela ilha até Lisboa. Tendo aquele navio voltado ao Funchal no dia 4, afim de tomar carvão e refrescos, seguiu novamente para o

Porto Santo no dia 5, onde, como já vimos, recebeu os aviadores após o desastre do dia 6.

O capitão de infantaria aviador Brito Pais e o tenente de engenharia aviador Sarmento Beires a que já nos referimos, foram louvados na Ordem do Exército de Novembro de 1920 «pela magnífica prova de audácia que deram, tentando um raid aéreo á ilha da Madeira e em que, se não conseguiram a realização do seu objectivo, contudo bem alto afirmaram as raras qualidades de intrepidez e energia que classificam aviadores, e praticaram um feito que extraordinário realce veio dar á aviação e honra e lustre ao exército.»

Se bem que os arrojados aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral não tocassem na Madeira por ocasião do glorioso voo que realizaram entre Lisboa e o Rio de Janeiro, o seu heróico feito foi todavia brilhantemente festejado aqui desde 17 a 20 de Junho de 1922. Ao saber-se no Funchal, um pouco antes das 4 horas da tarde do dia 17, que eles haviam chegado ao Rio de Janeiro, milhares de granadas e de foguetes subiram aos ares, ao mesmo tempo que repicavam os sinos das igrejas e que fechavam quasi todos os estabelecimentos comerciais e industriais para honrar os dois grandes heróis portugueses.

As iluminações foram verdadeiramente deslumbrantes durante quatro dias, não só nos estabelecimentos públicos, mas também em muitas casas comerciais, tendo-se destacado pela sua beleza ou fino gosto as da Câmara Municipal e as de varias casas e estabelecimentos nas ruas do Comercio, do Bettencourt, do Capitão-Tenente Carvalho de Araújo, de João Tavira, do Dr. Vieira, da Alfândega, etc.. As avenidas do Dr. Manuel de Arriaga e de Gonçalves Zarco conservaram-se iluminadas, tocando na primeira uma banda de musica, e varias montras de estabelecimentos comerciais ostentavam ornamentações mais ou menos alusivas ao feito dos dois gloriosos aviadores. Nalguns prédios viam-se pendões com a cruz de Cristo, que acompanhara os antigos portugueses nas suas glorioas navegações, e por toda a parte se exibiam retratos de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, principalmente em bilhetes postais, que o publico funchalense adquiria com entusiasmo.

No dia 19, houve um cortejo marítimo nocturno, seguido dum a marche aux flambeaux que do Cais da Pontinha se dirigiu a Santa Clara, onde está o tumulo do descobridor da ilha, tendo proferido aí brilhantes e patrióticos discursos o dr. Juvenal de Araújo e o alferes Armando Correia, e no dia 20 houve uma sessão solene, pelas 2 horas da tarde, no edifício da Câmara Municipal, discursando o Dr. Teixeira Jardim, presidente da mesma Câmara, o citado Dr. Juvenal de Araújo e o estudante do liceu Gabriel Brasão Vieira. Ao serem descobertos nessa sessão os retratos dos ilustres aviadores, ouviu-se na sala uma prolongada salva

de palmas.

Além dos festejos que ficam assinalados, houve ainda um Te-Deum na Sé Catedral, promovido pela Juventude Católica do Funchal, e que terminou com uma oração do Dr. Gomes Jardim, um festival no Teatro-Circo, em que foram distribuídos vários brindes ás crianças, discursando o Dr. Pestana Júnior, um jantar de homenagem aos aviadores, oferecido pelo cônsul do Brasil ás autoridades do Funchal, um baile no Casino Vitoria, etc., etc.. Em Santo António, na Ribeira Brava, em Machico, em Santa Cruz, em S. Vicente, etc., também houve varias manifestações de regozijo para comemorar o glorioso feito dos dois aviadores portugueses.

Gago Coutinho e Sacadura Cabral tiveram uma imponente recepção no Funchal ao regressarem á Europa no vapor Porto, após a sua arrojada viagem aérea ao Brasil. Desembarcaram no cais da Pontinha ás 10 horas e meia da manhã do dia 21 de Outubro de 1922, no meio das mais vivas e espontâneas manifestações de entusiasmo, dirigindo-se em seguida para o palácio de S. Lourenço, acompanhados de varias entidades, apresentando-lhes ái mais uma vez o Chefe do Distrito os seus cumprimentos de boas vindas. Estiveram depois nos Paços do Concelho, onde receberam os diplomas que lhes foram conferidos de cidadãos funchalenses, partindo em seguida para a Sé Catedral, onde assistiram a um solene Te-Deum, presidido pelo Prelado Diocesano, que pronunciou uma excelente alocução patriótica.

Depois do Te-Deum, estiveram os dois heróicos aviadores no Monte, onde se realizou um almoço oferecido pelo banqueiro Luis da Rocha Machado na sua quinta naquela localidade, e de tarde foi-lhes oferecido um garden party no Reid's Palace Hotel, a que assistiram numerosas pessoas. A' noite, houve uma récita de homenagem no Teatro-Circo, sendo exibido o film «Raid Lisboa-Rio de Janeiro».

Gago Coutinho e Sacadura Cabral almoçaram no dia 22 com o Governador Civil, tomaram chá ás 4 com o cônsul inglês e jantaram á noite com o cônsul da Dinamarca, tendo também dado um passeio em automóvel ao Caniço e assistido a uma recita de gala no teatro do «Dr. Manuel de Arriaga», em que discursou brilhantemente o Dr. Juvenal de Araújo, respondendo-lhe o comandante Sacadura Cabral num caloroso improviso que foi muito aplaudido.

No dia 23, almoçaram os distintos aviadores no hotel «Golden Gate», a convite do cônsul brasileiro, e de tarde houve chá a bordo do vapor Porto, oferecido por eles ás autoridades e a outras pessoas do Funchal. A'

noite, assistiram os dois aviadores a um jantar de despedida oferecido pela comissão dos festejos, que correu muito animado, sendo por fim tirada uma fotografia dos convivas, e pelas 10 horas e meia realizou-se o embarque para bordo do Porto, achando-se no cais inúmeras pessoas para os ovacionar e lhes apresentar as suas despedidas.

Enquanto Gago Coutinho e Sacadura Cabral estiveram na Madeira, houve brilhantes iluminações no cais, na Avenida Gonçalves Zarco, na estrada da Pontinha, em todos os edifícios públicos e em muitas casas particulares. O cais e entrada da cidade conservaram-se embandeirados, vendo-se aí muitos pendões com a cruz de Cristo.

As festas patrióticas que se realizaram na Madeira de 17 a 20 de Junho e de 21 a 23 de Outubro de 1922, foram verdadeiramente imponentes e a elas se associaram não só todos os nacionais, mas ainda alguns estrangeiros que souberam compreender quanto tinha de arrojado e de emocionante o acto praticado pelos dois distintos aviadores. Os madeirenses mostraram durante esses dias que também se orgulham com as glórias imorredoiras de Portugal, e a grandiosidade das manifestações que aqui tiveram lugar, são prova bem eloquente de que se não acham obliterados entre nós os sentimentos de patriotismo que elevaram o nosso país ao grau de opulência que atingiu outrora. V. Praia, Sabão e S. Francisco (Ruas da) e Pontinha (Caminho da).

Navegação Costeira. A lei de 27 de Julho de 1893, que autorizou o governo a subsidiar um serviço regular de navegação a vapor entre Lisboa e as Ilhas Adjacentes, permitia que se auxiliasse também um serviço do mesmo género entre as ilhas de cada um dos dois arquipélagos. Por contrato provisório de 30 de Novembro do ano referido, celebrado entre o governo e a firma comercial Bensaúde &-C.^a. estabeleceram-se carreiras regulares entre a Madeira e Porto Santo feitas pelo pequeno vapor «Falcão», da casa Blandy do Funchal. Por fins de 1897, esta casa comercial iniciou um serviço de navegação costeira entre o Funchal e diversos portos do sul e do norte da Madeira, que constituiu um dos mais assinalados benefícios prestados às principais povoações de toda a ilha.

Neale (Rev. J. M.). E.: On the Ecclesiology of Madeira, a paper read before the Cambridge Camden

Soc. (Abril 30, 1844).

Necrotério. O necrotério do cemitério das Angústias, onde se depositam os cadáveres das pessoas pobres e sem família, encontrados pelos agentes da autoridade, foi mandado construir pela Câmara Municipal em sessão de 11 de Outubro de 1900.

Nery (Travessa do). Ficava na freguesia de Santa Maria e tomou o nome do cônego Vicente Nery da Silva, que ali residiu. Foi alargada e é hoje uma rua que comunica a rua Bela de S. Tiago com a estrada do Conde de Carvalhal, tendo o nome de Caminho do Acciaioly.

Nery da Silva (Cônego Vicente). Nasceu no ultimo quartel do século XVIII e morreu nesta cidade a 3 de Abril de 1860.

Ordenou-se de presbítero por 1815 e depois de exercer nesta ilha várias funções paroquiais, foi nomeado cônego da Sé do Funchal. Era homem de extraordinário talento e de uma rara cultura intelectual, predicados estes que notavelmente se revelaram como jornalista e autor de vários opúsculos, e também como orador, professor e outros cargos que desempenhou.

Adquiriu uma extraordinária fama como orador sagrado, não só na Madeira mas ainda no Continente do Reino, devido em boa parte à sua rara e avassaladora eloquência, e ainda principalmente à liberdade com que do alto do púlpito verberava os desmandos dos governantes e os atropelos praticados pelas autoridades, não poupando sequer os verdadeiros ou supostos excessos praticados pelos seus próprios superiores hierárquicos. A tribuna sagrada servia-lhe, por vezes, de tablado político, em que feria os seus adversários ou os que ele julgava serem os seus inimigos e perseguidores. Não raro acontecia que, a par de uma notável beleza de linguagem e de trechos de uma arrebatadora eloquência, se descobriam nos seus discursos a insinuação malévolas, a agressão hostil e até a ofensa e o insulto dirigidos a pessoas categorizadas, que se encontravam no meio da assistência. Uma vez, na igreja do Carmo, atacou violentamente o governador José Silvestre Ribeiro, estando ele presente e ao lado do Prelado Diocesano, e, em outra ocasião, na Sé Catedral, foi, pela autoridade eclesiástica mandado descer do púlpito e suspenso do exercício da прédica, antes mesmo de ter concluído o seu discurso. Afirmam os seus contemporâneos que estes excessos de linguagem concitaram contra o cônego Nery a má vontade e por vezes a perseguição dos que eram atingidos por

aquelas verdadeiras diatribes, mas que o desassombro e a coragem com que falava, a eloquência tribunícia com que trovejava no púlpito os seus ataques, as belezas e a forma conceituosa da dicção, atenuavam os efeitos dos erros e desvarios do orador, que tinha muitos e ardentes defensores que lhe perdoavam as inconvenientes manifestações da sua fogosa e agressiva eloquência.

Acerca dos seus escritos, diz o anotador das Saudades: «Escreveu pamphletos politico-ecclesiasticos, dos quais temos presentes treze, sendo os mais notáveis os seguintes: Justificação do conego Nery. . . sobre o sermão que fez na Sé, em quinta-feira santa (Funchal, 1859); Apontamentos para a história contemporânea do Bispado do Funchal, I.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a e 5.^a epochas da elevação do Sr. cônego Sá, em seis diversas publicações, impressas no Funchal, 1859; e, por ultimo, Os espectros de Catanea, cidade episcopal da Sicilia, ou as visões que aparecerão no século 17 ao seu vigário capitular. Por um crente nos Espectros (Funchal, 1859).»

Possuímos os opúsculos citados pelo Dr. Rodrigues de Azevedo, não tendo conhecimento dos outros, que devem ser raríssimos, e por eles se verifica facilmente que o panfletário estava a par do orador. O cônego Nery foi contemporâneo de José Agostinho de Macedo e é de supor que a Besta Esfolada e a Tripa virada tivessem exercido notável influencia no espírito do nosso conterrâneo. Custa a compreender como a pena que escreveu o notável poema oriente e outras tantas maravilhas, tivesse também produzido aquelas abomináveis verrinas. O mesmo se pode dizer, postas as diferentes circunstâncias do meio, do cônego Vicente Nery da Silva, homem de incontestável envergadura intelectual, mas que, deixando-se arrastar pelo seu temperamento ardente e impetuoso, disse e escreveu cousas que não abonam muito as suas qualidades de carácter, embora fosse um sacerdote austero, como lhe chama o Dr. Alvaro de Azevedo.

Vicente Nery foi um defensor entusiasta das ideias liberais e como tal perseguido pela alçada que veio a esta ilha no ano de 1828, sendo preso e remetido para Lisboa, onde esteve algum tempo encerrado.

Nespereira (*Eriobotrya japonica*). Árvore da família das Rosáceas, introduzida na Madeira em 1846 ou 1847 e hoje muito comum na região cultivada da ilha. Frutifica de Fevereiro até Junho e é oriunda do Japão. Nalgumas localidades aparece ainda a *Mespilus germanica*, conhecida também pelo nome de nespereira, cujos frutos carnudos e acerbos antes da colheita, se tornam ao sorvar açucarados e saborosos.

Neto. Este apelido de família procede de João Rodrigues Neto, que morou numa rua que mandou abrir para transito da procissão do Corpo de Deus e que do seu apelido ficou chamada rua dos Netos. Teve sesmaria em S. Martinho e era filho de Rodrigo Alvaro Neto, fidalgo de Salamanca.

Netos (Rua dos). Estende-se desde a rua de S. Pedro até à Ponte Nova, sobre a ribeira de Santa Luzia, mas antigamente tinha o seu término na rua dos Ferreiros, hoje do Comercio, ficando compreendida na rua da Ponte Nova a parte que é limitada do lado leste pela referida ribeira de Santa Luzia.

Deu o nome a esta via pública João Rodrigues Neto Calassa, que, vindo do continente, se estabeleceu nesta ilha e aqui morreu em 1531, tendo residido na rua que tem o seu nome.

Neuville (Josefina). Com o título de Memórias da minha vida. Recordações de minhas viagens, publicou-se em Lisboa, no ano de 1864, uma obra em dois volumes, escrita por Josefina Neuville, que causou grande sensação na época, produzindo até um verdadeiro e retumbante escândalo. Entre as personagens que largamente figuram nessa obra, destaca-se o nome do nosso distinto patrício Jacinto de Sant'Ana e Vasconcelos, 2.º visconde das Nogueiras.

Neve. Os madeirenses dão o nome de neve ao granizo que cai nas montanhas durante o inverno, mas a neve em flocos também aparece na região alta da ilha, sendo conhecida do povo pela denominação de folhelho. A neve não se observa nunca abaixo de 1200 ou 1300 metros, ao passo que o granizo desceu até 600 metros, podendo mesmo aparecer em menores altitudes embora isso não seja frequente.

A neve no nosso clima é pouco duradoura e derrete geralmente ao cabo de algumas horas. É o granizo que forma os extensos lençóis brancos que cobrem às vezes as serras durante muitos dias. Vid. Granizo.

Neves (Dr. Cassiano das). Era advogado na cidade de Lamego, quando em 1877 publicou no Porto

um opúsculo intitulado *A sepultura Eclesiástica e os Suicidas*, que se ocupa da negação da sepultura no cemitério das Angustias do Funchal, a um indivíduo que se suicidou nesta cidade a 4 de Março de 1877. É uma defesa calorosa do prelado diocesano D. Manuel Agostinho Barreto. (V. vol. I, pág. 71 e 130).

Nichols (Thomas). Este inglês que residia nas Canárias pelos anos de 1552 a 1561, escreveu uma breve descrição da Madeira, que foi publicada no *Astley's General Collection of Voyages and Travels*, de 1745.

Nobiliários. Existem diversos trabalhos de investigação genealógica acerca das mais antigas e distintas famílias madeirenses, mas não possuímos um estudo completo sobre este assunto, que é hoje largamente cultivado por pacientes e diligentes investigadores, e que constituíssem duvida um factor valioso para a historia duma região e ainda um elemento muito apreciável para a historia geral dum país.

Entre os madeirenses que mais distintamente se têm dedicado a estes estudos, tomando como objecto dos seus trabalhos de investigação as famílias deste arquipélago, devemos citar Henrique Henriques de Noronha, João Agostinho Pereira de Agrela e José Bettencourt da Camara. Passa o primeiro por ser um dos nossos mais autorizados genealogistas. De José Bettencourt da Câmara, de quem também já nos ocupámos (vol. I, pag. 204), devemos acrescentar que os seus mais valiosos escritos genealógicos, que preparava para dar á estampa, se perderam lamentavelmente, devido a um imprevisto acidente, cuja responsabilidade não cabe a pessoa alguma. Afirma-se que o mais desenvolvido e mais completo trabalho desta especialidade que se elaborou entre nós foi o do segundo genealogista que deixamos citado (V. vol. I, pág. 20), dizendo o Dicionário Popular «que escreveu uma collecção de memórias genealógicas que existem inéditas, em cinco tomos, em poder dos seus herdeiros». Há pouco, soubemos com verdadeira satisfação que este valioso manuscrito foi comprado pelo ilustre açoreano Ernesto do Canto e que por ele foi doado a biblioteca publica da cidade de Ponta Delgada, onde presentemente se encontra. A publicação deste trabalho, depois de convenientemente expurgado dos erros e lacunas que contém, e também devidamente actualizado e enriquecido com varias notas elucidativas do texto, seria um excelente serviço prestado á historia deste arquipélago e um auxiliar valioso para os que entre nós se entregam ao estudo de certas investigações históricas.

Além do que se encontra nas paginas 514-533 e 846-851 das Saudades da Terra, no Attestado Genealogico dos ascendentes de José Francisco de Sant'Anna de Vasconcellos Moniz de Bettencourt...(1857), que apenas se ocupa duma família madeirense, e na Noticia das cousas da ilha da Madeira desde o seu segundo descobrimento pelo Zargo, que no fim traz a descendência do descobridor e que foi publicada no antigo Heraldo da Maderra, de Dezembro de 1905 a Janeiro de 1906, nada mais conhecemos impresso acerca da genealogia madeirense.

Na interessante obra *Bibliographia Nobiliarchica Portugueza*, de Eduardo Campos (Carcavelos), encontram-se sumariamente descritos quasi todos os trabalhos genealógicos respeitantes a este arquipélago de que temos noticia, e os de que o anotador das Saudades faz menção, sendo certo que dalguns deles não tínhamos conhecimento e nem se encontram apontados nas anotações do Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo. Vamos textualmente transcrever as indicações bibliográficas do trabalho de Eduardo Campos, como subsidio para um pequeno estudo acerca deste assunto, o qual é possível que possa interessar a algum curioso investigador das genealogias madeirenses e da historia da nossa terra:

«Antonio Bettencourt Perestrello de Noronha. Foi um dos principais fidalgos da cidade do Funchal. Viveu no século XVII. Escreveu: Genealogia das familias da ilha da Madeira. Ms. in fol. Desta obra existe uma copia na Bibl. Nac. de Lisboa (n.º 296 da secção dos MSS., Collecção Pombalina), tirada do original pelo próprio autor. Ms. in fol. de 178 fs., com índice.

«Diogo da Fonseca Acciaioli. Pertencia à geração dos Acciaiolis, que no 1.º quartel do século XVI foram de Florença para a ilha da Madeira, onde instituíram o morgado de N. Sr.^a da Natividade e donde mais tarde passaram a diversas terras de Portugal. Nasceu em Castelo Branco, em data que não pude descobrir. Escreveu sobre varias familias e designadamente sobre: Acciaioli. Ms. in fol.

«Henriyue Henriques de Noronha Escreveu: Nobiliario Genealogico das familias que passaram a viver na ilha da Madeira desde o tempo do seu descobrimento, que foy no anno de 1420. Ms. in fols., em 3 vol., os quais foram possuidos pelo conde de Carvalhal. Desta obra existem, pelo menos, duas copias (MSS. in fol.:) a da Câmara Municipal do Funchal, em 3 tomos, e a da Bibl. Nac. - de Lisboa (século XVIII), em 2 vol. de 280 e 283 fs., com índice, n.ºs 270 e 271 da secc. de MSS. Coll. Pombalina.

«Árvore dos Henriques. Ms. in fol., de 7 pag. inums. e 383 nums. A 1.ª pag., não num., contém, uma portada com guerreiros, encimada pelos escudos das armas de D. Fernando Henriques e de D. Branca de

Mello, 1.^os condes das Alcaçovas, com os seguintes dizeres: Horóscopo Genealogico da casa dos Henrques Senhores das Alcaçovas. Na pag. immediata lê-se: Horoscopo Genealogico. Árvore da Casa de Henriques, Senhor das Alcaçovas. Em Portugal. Escripto por Henrique Henriques de Noronha, 1710. Este precioso autogr. enc. em carn.^a, com orla e cancellas douradas, pertence à livraria do conde das Alcaçovas.

«Non plus ultra da Nobreza. Fidalgos da Ilha da Madeira, etc., 1717. Ms. que pertenceu ao visconde de Torre Bella, 4.^o neto do auctor, e do qual existe uma copia, que foi possuida pelo linhagista João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco e Torres.

«Familia dos Freyres de Andrade, deduzida dos condes de Trava. Dedicada a Bernardino Freyre de Andrade.

«Memórias seculares e eclesiásticas para a composição da historia da Diocese do Funchal, na ilha da Madeira, distribuídas na forma do sistema da Academia Real de Historia Portuguesa. Ms. in fol., de 255 fs. e mais um Appendice de 34 fs. Passa por ser uma obra completa da historia madeirense, segundo se lê a pag. 786 das Saudades da Terra.

«Ramo da família dos Mirandas. 1720. Ms. in fol., de 14 pag. Enc. Pertence á livraria do conde de Castro.

«João Agostinho Pereira de Agrella e Câmara.

.....Escreveu: Genealogia da ilha da Madeira. Ms. in fol., o qual abrange quasi todas as antigas familias madeirenses. Em 1873 existia na livraria de seu filho primogénito Pedro Agostinho de Agrella e Câmara.

«João Pedro de Freitas Drumond..... Escreveu: Arvores de Costados de Familias da ilha da Madeira. Ms. in fol., em 2 gros. vol. contendo 620 árvores. Aut. Ined. Pertence á livraria de Luiz Ferraz de Barcellos. Desta obra existe pelo menos uma copia, a qual era possuida em 1873 pelo Dr. Gregorio Francisco Perestrello da Camara, da ilha da Madeira.

«João Teixeira Soares de Sousa.... . Natural dos Açores (1827-1882). Escreveu: Memórias históricas sobre os capitães-donatarios dos Açores e Madeira.

«José Bettencourt da Câmara Escreveu: Famílias Madeirenses. Ms. in fol.

«José Julião de França e Vasconcellos. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. Nasceu em 1770 na freguesia da Boaventura e morreu em 1859 na cidade do Funchal. Escreveu: Nobiliario Madeirense. Ms. in fol., possuído em 1873 pelos herdeiros do autor.»

Muitos livros de linhagens existiam entre nós, que em especial se ocupavam de algumas famílias e que eram de uso privativo delas. Cremos que se perdeu a maior parte desses nobiliários, devido principalmente à extinção de algumas dessas famílias e aos acontecimentos políticos de 1828 a 1834, que dispersaram os donos e continuadores desses trabalhos genealógicos.

No cartório da família Ornelas, de que é hoje representante o conselheiro Aires de Ornelas de Vasconcelos (1921), existe um nobiliário da primeira metade do século XVIII, que tem por título Noticia breve mas verídica das ilustríssimas famílias d'Ornellas, Cabraes, Carvalhal Esmervaldo e outras a elas ligadas, escrito em dois volumes in fol.. Consta-nos que o conselheiro Aires de Ornelas tem já preparado para a impressão um trabalho genealógico acerca da família Ornelas madeirense (1921).

Tem-se recentemente dedicado a aturados estudos genealógicos o padre Fernando de Meneses Vaz, vigário da freguesia do Porto da Cruz, que prepara um trabalho para ser dado a estampa (1921).

Nobre (António). Como tantos outros ilustres enfermos, mortalmente feridos por uma adiantada e incurável tuberculose pulmonar, veio o poeta António Nobre (1867- 1900) procurar á Madeira um milagre, que a excelente benignidade do clima já não podia fazer-lhe, tendo morrido poucos meses depois de deixar esta ilha.

António Nobre residiu no Funchal, no período decorrido de 3 de Fevereiro de 1898 a 24 de Abril de 1899, tendo também procurado o nosso privilegiado clima talvez como derradeiro salvatério para atenuar os estragos da tuberculose pulmonar que mortalmente o minava, depois duma estada nas montanhas da Suíça e de ter realizado uma viagem de cura marítima aos Estados Unidos da América.

O nosso distinto patrício Dr. Alfredo de Freitas Leal, falecido há poucos anos, no seu curioso livro «Coimbra nos Noventas...», dá-nos algumas informações acerca da vinda de António Nobre, de quem foi particular amigo, nos seguintes expressivos termos:

Na Madeira vou encontrar um velho amigo o grande poeta António Nobre... Lembrei-me então que na primavera desse ano de 1897 nos tínhamos encontrado em Lisboa e que ele me tinha feito muitas perguntas sobre as vantagens do clima da Madeira para os tuberculosos. E lembrei-me que, para o não desanimar, lhe tinha contado casos de cura e do prolongamento da vida de tuberculosos que tinham fixado a residência na Madeira. António Nobre veiu falar-me com uma tentativa de alegria e disse-me: Meu caro Leal, eu tinha a impressão de que nunca mais o via. Segui o seu conselho e cá estou na sua ilha. Tenho gostado imenso de

toda a gente desta terra e de toda esta linda paisagem, mas parece-me que já vim tarde para a Madeira. Você tinha razão, se eu estivesse nas condições daqueles que você me citou... Eu senti uma espécie de lágrima interior que não deve aparecer nos olhos. . . e fomos conversar para a «Casa Havanesa»..., enquanto eu pressentia que nunca mais o via...»

Aconteceu a Antonio Nobre o que inúmeras vezes se tem repetido com outros tantos doentes, que, num estado adiantado das mais graves enfermidades, querem encontrar na benignidade do nosso clima o milagre duma completa ressurreição. Ao regressar a Portugal, triste e desalentado, soltou este amargurado queixume: «Venho pior do que fui. Clima péssimo. Morno e húmido, justamente o contrário do que convém à minha doença».

Para esses pobres e desesperançados doentes, também os médicos sofrem as consequências dum melindroso estado mórbido, que por vezes procura vingar-se da crueldade do destino com as mais acerbas e descabidas censuras. O poeta teve como seu médico assistente na Madeira o Dr. Vicente Cândido Machado, um distinto clínico e um primoroso cavalheiro, que não pôde escapar-se inteiramente às críticas amargas do seu ilustre cliente, angustiado pelas insuportáveis agruras da doença e porventura desiludido da falaz esperança que para sempre lhe fugira... Poderia então ter escrito a desoladora quadra:

Vários poetas vieram à Madeira
Pela fama que tem (a ares do Mar)
Uns p'ra breve voltarem à lareira,
Outros, ai deles! para cá ficar.

António Nobre nos quinze meses incompletos em que viveu no Funchal, residiu no antigo «Royal Hotel», hoje «Hotel Savoy», na «Pensão Almeida», hoje «Atlantic Hotel», e numa casa do sítio do Boliqueme na freguesia de Santo António. Teria porventura residido também na antiga «Pensão Sheffield», a que ele se refere numa carta escrita em Lisboa nas vésperas de partir para a Madeira, ou ainda na «Quinta da Saudade», onde foi escrito o soneto «Sestança» com a data de 29 de Julho de 1898 e inserto a pág. 33 do livro «Despedidas».

Na estação calmosa do ano de 1899, passou uma temporada na freguesia de Santo António, habitando uma pequena casa no sítio do Boliqueme, que ainda ali existe sem apreciável modificação dos tempos em que

teve como morador o ilustre e desditoso poeta.

Nessa época frequentava assiduamente uma casa situada nas imediações da Quinta do Trapiche, em que temporariamente residiu uma família ilustre pelas virtudes e pelo sangue e com a qual manteve relações de respeitosa e afectuosa estima, tendo deixado esculpida no caule duma árvore do jardim dessa casa a frase «Sede de imensa luz como a dos pára-raios», que ali se conservou durante alguns anos, como mais largamente deixámos já dito no livro «Paróquia de Santo António» publicado no ano de 1929.

O abalizado homem de ciéncia e professor da Universidade do Porto Dr. Augusto de Nobre, que tem pela memória do irmão, o ilustre autor do «Só», o mais fervoroso culto, visitou comovidamente aquela modesta casa no mês de Setembro de 1927, acompanhado por Adolfo de Noronha e por quem traça estas desataviadas linhas, e ali conheceu o «homem de rede», que esteve ao serviço do poeta, e soube então que ainda existia a velha criada, que acompanhara o doente durante as semanas em que ali residira. A esta antiga serviçal, em atenção à sua extrema pobreza, estabeleceu mensalmente um subsidio pecuniário que por morte dela transmitiu a uma sua filha e que inalteravelmente se tem mantido até ao presente nos quatorze anos já decorridos.

Como é sabido, António Nobre apenas publicou em vida a sua principal obra «O Só», editada em Paris no ano de 1892, tendo saído póstumos os volumes «Despedidas» em 1898 e «Primeiros Versos» em 1921. Na segunda edição das «Despedidas», encontram-se quinze poesias escritas na Madeira nos anos de 1897 e 1899, sendo onze sonetos e mais quatro pequenas composições poéticas.

Na sessão da Câmara Municipal do Funchal de 24 de Outubro de 1927, sob proposta do vereador Manuel Nunes Farinha, actual director da alfândega de Luanda, foi deliberado que ao largo adjunto à Ponte Monumental e nas imediações do Hotel Atlântico, onde residiu o poeta, fosse dado o nome de António Nobre.

No mencionado Largo conhecido pelo nome de Jardim do Ribeiro Seco, fez a Câmara Municipal do Funchal, no dia 28 de Dezembro de 1941, a inauguração solene de um busto do ilustre poeta, tendo por essa ocasião proferido um primoroso discurso, que se acha publicado, o distinto professor e escritor Feliciano Soares.

Vamos seguidamente transcrever, pelo interesse que oferece ao nosso assunto, alguns trechos de um belo artigo que o ilustre escritor Dr. Luís Vieira de Castro publicou em «o Jornal» de 7 de Julho de 1936.

«..... Nas cartas Inéditas a que me refiro, há seis escritas da Madeira, desde 25 de Maio de 1898 a 8 de Abril de 1899-um pouco menos de um ano antes da morte do autor do Só.

Em Janeiro de 1898, António Nobre declara-se «ancioso por deixar Lisboa». O médico manda-o seguir para o Funchal. Uma preocupação detém a família; o custo da vida na Madeira. A isto responde Antonio Nobre: quanto à vida cara da Madeira, chega a ser um crime os boatos que se espalham por toda a parte... Vive-se no Funchal, como na Foz, como aqui; há hotéis, pensões para todos os preços». E este pormenor, sobremaneira importante para um doente: os médicos, baratos. Em reforço da sua opinião, cita um testemunho autorizado: «ainda ontem estive com o Dr. Athias, natural de lá, e que foi meu contemporâneo em Paris-e deu-me as melhores informações. É cara para os ingleses e para quem compra prendas ou leva uma vida de luxo».

A 13 de Janeiro, António Nobre anuncia a seu irmão o propósito de vir habitar uma excelente pensão - «numa quinta dos arredores da cidade do Funchal, pertencente a D. Carolina Scheffield». Isto - no caso de não ir dar consigo às Canárias, onde há quem entenda que deve de preferência residir.

Mas já em Maio está António Nobre na Madeira, e até com o projecto de visitar a Guiana Inglesa, a bordo do veleiro Felisberta - de saudosa memória. É uma viagem de três meses, que custa 100.000 réis e durante a qual, nas longas calmarias, no alto mar, os passageiros fazem «arrear o escaler e vão pescar e remar para o largo»... Segundo António Nobre, «os naturais da Ilha, que caíam doentes, era assim que se curavam».

Enquanto não embarcava para Georgetown, António Nobre referia a seu irmão as coisas mais notáveis da ilha... Assim, conta-lhe um dia: «Há na Madeira uma espécie de aranhas, de nome tarantulas, muito curiosas, que escrevem o nome delas na teia que fazem». Além das tarantulas, havia as meninas da Ilha... «Quando cheguei de Portugal, dias depois vieram aqui quasi todas as madeirenses, mascaradas, para me conhecerem». E, na mesma carta, remata assim assim as suas reflexões «Esta terra é muito curiosa e divertida pela gente de cá-meninas cuja única existencia consiste em afternoon-teas, lawn-tennis e pescar algum noivo que lhes apareça». Que romântico, era este António Nobre!

As meninas da Ilha eram, aliás, gentilíssimas com o Poeta. Ele próprio o conta: «as senhoras do Funchal

teem sido muito amáveis para comigo; mandam-me beeftea, custard, vinho velho, geleia, etc». Que mais podia ambicionar o elegante e triste solitário?...

A António Nobre, no seu desespero de doente, o que mais o afligia era o clima. «A Madeira é péssima para o meu temperamento». Queixava-se de todos: «Só agora o Dr. Machado o reconheceu, depois de me enganar durante ano e meio». noutra carta, diz ainda: «Mal cheguei à ilha, adoeci. E de então para cá, sempre doente». A revolta cresce, à medida que o mal se agrava: «os médicos, aqui, conhecem a inutilidade deste clima, mas cinicamente ocultam-ma, para fazer boa clínica. O meu medico tem sido e continua a ser a minha perdição».

Finalmente, António Nobre regressa a Lisboa, porque «na Madeira é que ele não crê nada». Pobre poeta! O que lhe resta de vida é um mixto de sofrimento e de desesperança. Em Março de 900, escreve do Seixo: «continuo mal e não posso mais estar aqui». Já nada era capaz de curar as suas misérias! «Os ares são fortes demais. Morro, se continuo». O fim da vida avizinhava-se rapidamente-e nem ao menos, nas dores da agonia, podia contar com a geleia e o vinho velho das meninas da Ilha...»

Nobre (Dr. Augusto). Este abalizado homem de ciência é irmão do poeta António Nobre e nasceu no Porto em 1865 e ali exerceu por largos anos o professorado universitário. Tem uma vasta e valiosa obra científica, havendo enriquecido a bibliografia madeirense, com alguns notáveis trabalhos, dos quais mencionaremos «Moluscos Testaceos marinhos do Arquipélago da Madeira», «Moluscos Terrestres Fluviais e das Águas Salobras do Arquipélago da Madeira» e «O Globicephalus nos Mares da Madeira».

Nobre da Veiga (Coronel Álvaro). Foi nomeado Governador Civil do distrito do Funchal, por decreto de 13 de Fevereiro de 1922, tomando posse do lugar a 30 de Março do seguinte, partindo pouco depois para Lisboa. Antes de ser Governador Civil, foi por algum tempo Comandante Militar da Madeira.

Nóbrega. Procede de Simão de Nóbrega, que fundou a capela de Santa Quitéria, em Santo António. No tempo do quinto capitão-donatario, Simão Gonçalves da Câmara, vivia na Madeira um Gaspar de Nóbrega, que foi ouvidor e lugar-tenente do mesmo donatario, sendo possível que desse origem a outro ramo da

mesma família.

Nóbrega (Januário Justiniano de). Nasceu nesta cidade a 25 de Fevereiro de 1824 e morreu a 29 de Julho de 1866. Era sobrinho do distinto poeta Francisco Alvares de Nóbrega, conhecido pelo antonomásia de Camões Pequeno e de quem já nos ocupámos neste Elucidário (vol. 1, pag. 53).

Januário de Nóbrega foi nomeado amanuense da Administração do Concelho a 30 de Junho de 1837 e 3.^o escrivão da mesma Administração a 8 de Janeiro de 1857, tendo gozado no seu tempo de grande nomeada como jornalista e revelado uma grande aptidão para as letras tanto na prosa como no verso. Acerca dos seus trabalhos literários, transcrevemos o que diz o anotador das Saudades: Collaborou nos mesmos periódicos que o Dr. António da Luz Pitta, assim como no Funchalense e Campo Neutro e nelles, no Estudo, e em outros publicou muitas poesias. Tinha prompta a collecção das inéditas e não inéditas para as dar ao prelo, mas destruiu-as poucos dias antes de finar-se. Escreveu uma obra historico-estatística do archipelago da Madeira de cujo borrão possuímos fragmentos, dados por sua família, a qual nos affirma que o autographo em limpo está no poder do Sr. José Silvestre Ribeiro. Sahiu postuma a sua seguinte obra: Visita de Sua Magestade a Imperatriz do Brasil, viúva, Duqueza de Bragança, á ilha da Madeira, e fundação do Hospício da Serenissima Princesa D. Maria Amélia (Madeira, 1867). Era dotado de não vulgar talento e veia poética, a ponto de que, sem mais estudos que instrucção primaria, foi dos melhores jornalistas do seu tempo, e estimado poeta. Nos últimos tempos da vida, toldou-se-lhe a lucidez natural do espírito: e suspeito de suicida, morreu da queda de uma rocha á beira mar em 28 de Julho de 1866.»

Publicou-se em 1860, no Funchal, a primeira parte dum livro intitulado Flores Agrestes, Poesias de João F. de Oliveira e Januario J. de Nobrega, não tendo nunca aparecido a segunda parte desta obra, que era constituída certamente pela colecção de poesias a que se refere o Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo e que o seu autor destruiu, quando foi assaltado por um ataque de alienação mental que o levou ao suicídio.

Nóbrega (João António de). Há um século foi grande a emigração de madeirenses para a Guiana Inglesa, tendo muitos fixado a sua residência na cidade de Georgetown. Entre eles, contava-se João António de Nóbrega, natural da freguesia do Monte, que naquela cidade tomou a iniciativa da fundação da primeira igreja católica que ali se levantou e que foi dedicada ao Sagrado Coração de Jesus. Deixou o seu

nome vinculado a esse grande empreendimento, merecendo os maiores aplausos de toda a colônia portuguesa existente naquela possessão britânica. João António de Nóbrega faleceu em Georgetown, a 20 de Março de 1912.

Nóbrega de Quintal (Luís de Ornelas). Nasceu na Madeira a 18 de Junho de 1894, frequentou o liceu do Funchal, cujo curso concluiu, e seguindo depois para a capital, foi aí redactor da *República*, tendo-se filiado no partido evolucionista. Foi eleito deputado pela Índia em 1919 e no mesmo ano foi nomeado chefe da 3.^a repartição da Direcção Geral da Administração Civil do Ministério das Colônias, tendo sido antes 2.^º oficial da mesma Direcção. Foi por algum tempo governador do distrito de Quanza do Sul, para onde partiu em 1921.

Nogueira (*Juglans regia*). Árvore da família das Juglandaceas, muito cultivada na Madeira. É originária da Europa austro-oriental e da Ásia, e produz frutos a princípio verdes e depois negros, com o caroço (noz) sulcado. A amêndoia é a parte comestível destes frutos, e dela se extrai nalguns países um óleo secativo, usado nas artes e na economia doméstica. A madeira da nogueira é muito procurada para certas obras de luxo, e a casca da árvore fornece uma tintura castanho-escura. A infusão das folhas e da parte externa dos frutos (epicarpo e parte do mesocarpo) emprega-se internamente para purificar o sangue.

Nogueiras (Visconde das). Jacinto de Sant'Ana e Vasconcelos Moniz de Betencourt, 2.^º visconde das Nogueiras, era filho de Jacinto de Sant'Ana e Vasconcelos Moniz de Betencourt, 1.^º visconde das Nogueiras, e de D. Matilde Isabel de Sant'Ana e Vasconcelos Moniz de Bettencourt, a distinta escritora viscondessa das Nogueiras, de quem nos ocuparemos neste Elucidário. Tornou-se muito conhecido, e ainda o é entre nós, por ter sido o principal protagonista dos graves acontecimentos que se deram na praia desta cidade no dia 8 de Março de 1868, a que já nos referimos com alguma larguezza no artigo Motins populares, e no Continente do Reino mais conhecido se tornou entre os seus contemporâneos, pelos actos de coragem e valentia que praticou, sendo o herói de aventuroosas façanhas, que no tempo tiveram estrondosa retumbância. Eram da época e seus companheiros de estúrdia o marquês de Niza, o diplomata Soto Maior e outros. Ramalho Ortigão nas *Fartas*, Bulhão Pato nas suas *Memórias*, Augusto Forjaz no *Livres das Feras*,

Luis Palmeirim e ainda outros autores, fazem largas referências a Sant'Ana e Vasconcelos.

No entretanto, poucos talvez sabem nesta ilha que Jacinto de Sant'Ana teve um lugar proeminente na política como brilhante jornalista e distinto parlamentar, que foi um inspirado e apreciado poeta, que, como funcionário superior do Ministério da Fazenda, publicou três notabilíssimos trabalhos sobre questões económicas e que, como diplomata, representou Portugal nos Estados Unidos da América, ocupando um lugar de destaque entre os ministros estrangeiros acreditados em Washington.

Jacinto de Sant'Ana nasceu no Funchal em 1824. Depois de cursar o liceu desta cidade, foi, muito novo ainda, para o Rio de Janeiro, onde se demorou alguns anos. Ali se entregou á vida comercial e também cultivava as letras, tendo em 1848 publicado naquela cidade a tradução dum romance francês com o título de *Talismans*. Começou por essa época a ser conhecido pela sua vida de boémio e pela valentia do seu braço.

Por 1850, regressou à pátria e matriculou-se na facultade de matemática da Universidade de Coimbra, entregando-se, segundo parece, mais activamente á política do que ao estudo. Nesse mesmo ano, publicou o opúsculo *O Grito do Povo*, que era uma objurgatória contra o governo dos Cabrais e que teve grande nomeada em todo o país. Quando o marechal Saldanha levantou em 1851 o estandarte da revolta, foi Sant'Ana um dos estudantes da Universidade que mais se entusiasmaram, por esse movimento e que mais contribuíram para que os regimentos que tinham acompanhado a Coimbra el-rei D. Fernando passassem para o duque de Saldanha.

Triunfando a revolução, abandonou o seu curso e lançou-se abertamente na política, combatendo energicamente no jornalismo, ao mesmo tempo, que, diz-se algures, «se mostrava um intrépido pugilista, dando brado na vida fácil de Lisboa pelas suas diabreruras de varredor de ajuntamentos. Lutou por muito tempo no resto da sua vida Sant'Ana e Vasconcelos com essas tradições e essas recordações da, mocidade, embora ele tivesse passado a ser um dos homens mais sérios, mais graves e mais prudentes da sua geração, dominando o seu temperamento para que não parecesse que entrava com os seus antigos hábitos de lutador nas discussões políticas.»

Entre as varias comissões e cargos públicos que desempenhou, contam-se os de secretario geral dos distritos de Aveiro e Faial, oficial e chefe da repartição no Ministério da Fazenda, e cônsul da carreira, deputado e ministro de Portugal nos Estados Unidos da América. Dedicou-se ao estudo de assuntos

financeiros e económicos, publicando em 1863 um importante relatório sobre o imposto de consumo, e em 1870 outro estudo sobre a mesma matéria, num volume de 247 páginas, que no tempo foi considerado um trabalho de alto valor.

Foi deputado pelos círculos de Viseu, ilha do Pico e outros, tomando no parlamento parte activa em muitas discussões, revelando-se um orador distinto e versando com muita proficiência os assuntos de que se ocupava.

Na imprensa, revelou-se também um brilhante jornalista e sustentou ataques e polémicas que se tornaram celebres, sendo por vezes violento e rude nas discussões, o que aliás era consequência natural do seu ardente e irrequieto temperamento. Colaborou largamente no Português e na Revolução de Setembro. Foi uma dessas discussões que provocou um duelo entre, Sant'Ana e o nosso Primeiro jornalista Rodrigues de Sampaio, tendo este, que não jogava às armas, ferido o seu adversário, que era um grande espadachim e um exímio atirador.

Além dos escritos que ficam citados, publicou Jacinto de Sant'Ana um volume de versos intitulado Pátria e Amor, que tem um largo prólogo de Latino Coelho. Merece referência especial a série de artigos que escreveu na Revolução de Setembro, sob o título de Cartas ao conde de Avila sobre matérias eleitorais da ilha da Madeira, artigos que causaram a maior sensação.

Em 1875 foi agraciado com o título de visconde das Nogueiras e pouco depois partiu para os Estados Unidos, como ministro de Portugal, e ali viveu cerca de 12 anos, não voltando mais ao seu país. Em Washington, conquistou um nome prestigioso, sendo considerado como um distinto e hábil diplomata. Aí morreu a 24 de Janeiro de 1888 e ali jaz sepultado.

Encontrarão os nossos leitores interesse em conhecer algumas das aventuras de Sant'Ana e Vasconcelos, e por isso vamos socorrer-nos do que a tal respeito se acha publicado por Bulhão Pato nas Memórias e Augusto Forjaz no Livres das Feras.

O autor da Paquita atribui-lhe em Paris, nada menos que sete duelos, um deles com um mestre de armas, em que «Sant'Ana ficou muito ferido e o mestre de armas ás portas da morte.»

Ao cabo de seis annos de um turbilhão de aventuras, continua o mesmo autor, a lenidade paterna cançou-se, e o pae mandou-o para o Rio de Janeiro, n'um cavallinho de pau, que, segundo o pensar do tempo, era remédio efficaz. Já podia dizer d'elle, como o conde de Mirabeau do grande orador: «Meu filho-o furacão!» «O que Jacintho de Vasconcellos fez no Rio de Janeiro, foi extraordinário!

Uma vez, n'um café, a braços com os capoeiras, depois de arrojar botijas e garrafas como balas rasas, e fazer bancos ás hastilhas, foi-se ás mesas de pedra e jogou com ellas aos inimigos! O dono do café, ainda ha poucos annos, mostrava as pedras quebradas aos freguezes, que chegavam de Portugal.

«De outra vez-e essa foi a ultima no Brazil-Sant'Ana assistia a uma corrida de toiros. Um cabra tirou das mãos de um rapaz portuguez uma farpa com a nossa bandeira, arremessou-a ao chão e pisou-a por desfeita. Sant'Anna saltou á arena, estoirou o mulato com um pontapé, e varreu a praça! Veiu policia; desbaratou a policia! Saindo da praça, caiu sobre elle um troço de cavallaria: Sant'Anna, ainda de forcado nas unhas, atirou-se á cavallaria! O comandante tirou uma pistola dos coldres, e disse-lhe que desfechava. Sant'Anna respondeu:

»Isso não pega fogo!

«E não pegou! Veiu mais tropa, mais cavallaria. Sant'Anna foi, finalmente, preso, e mandado sair, no terceiro canto da sua Odysseia! O primeiro passara-se em Coimbra; o segundo em Paris; o terceiro nas terras de Santa Cruz! O quarto ia dar-se em Lisboa.

«Este homem, que varria feiras, era um elegante de primorosa educação, de talento e de espírito animado!

«....Em Junho de 1851 Sant'Anna e Vasconcellos foi nomeado secretario geral da Horta, e no anno seguinte transferido para Aveiro.

«Antes de partir, uma noite era no verão e Sant'Anna andava n'um período de heróica pacatez-fomos ao Martinho tomar neve. Reunimo-nos em volta de uma mesa, Mendes Leal, A. Pedro Lopes de Mendonça, José Maria d'Andrade Ferreira, Luiz de Vasconcellos, auctor de um drama, intitulado a Cruz, que teve êxito em D. Maria II, Antonio Correia Heredia e eu. Restam ainda de pé os dois últimos; os outros caíram todos.

«A pouco trecho entrou a porta um capitão de navios, muito conhecido, n'esse tempo na roda da Baixa, com um homem alto, espadaúdo e forte na sua companhia. Era um allemão. O marítimo apanhara, no Rio de Janeiro, um revez de Sant'Anna e ficou com a espinha na garganta, mas approximou-se muito amavelmente, e apresentou-lhe o allemão, que fallava o francez com facilidade. Sant'Anna recebeu-o com a polidez que lhe era peculiar. Eu, porém, notei-lhe o que quer que fosse de contrafeito. Com o seu olho de lynce percebeu que o embarcadiço, que era atravessado, lhe trazia o outro como cão de fila. Trocadas poucas

palavras, Jacintho despediu-se, e ia a sair, quando, subitamente, o allemão lhe jogou a garra à gola do fraque, rasgando-lha! Sant'Anna e Vasconcellos deu um passo atraz, e atirou-lhe um murro: o homem caiu redondo! Levantou-se, com a face grandemente entumecida, e arremeteu bravio. Outro murro, e o colosso em terra. Ergueu-se ainda, e voltou á carga... Então, Sant'Anna, num ímpeto de furor, agarrou-o, e arremeçou com elle por cima da mesa, que ficava debaixo do espelho grande! Dessa vez o agressor perdeu os sentidos. Voltando a si, saiu, a cambalear, pelo braço do marítimo.

«Sant'Anna sentou-se offegante, com o nariz afilado, o bigode crespo, e os olhos fiscando. Antonio Heredia, que desde infancia conhecia o seu patrício, amigo e parente, ainda assim pasmou daquele acto de força taurina!

«Depois de entrar na política, Sant'Anna teve dois duellos. Um com um francez chamado Clavel, á espada, e outro com A. Rodrigues Sampaio, á pistola. Sampaio foi o primeiro a atirar; acertou-lhe, e por um ai que Sant'Anna não ficou no campo.

«Rodrigues Sampaio, muita vez, disse diante de mim:

«-Se a minha bala dá um nadinha mais dentro, Sant'Anna era um homem morto, e eu ficava toda a minha vida com uma sombra no coração.»

No volume *Livres das Feras*, de Augusto Forjaz, lê-se o seguinte:

«Outro episódio em que tomou parte deu-se no mez de Dezembro de 1859 O commissario régio do theatro de S. Carlos, D. Pedro Brito do Rio, escripturára as duas cantoras rivaes Marcellina Lotti della Santa e Fortunata Tedesco de Franco. Uma noite, annunciando-se a opera Lucrécia Bórgia, as duas damas declararam-se doentes propositadamente. Formaram-se partidos, conseguindo Tedesco captar para si o maior numero dos frequentadores do theatro e quasi toda a imprensa de Lisboa. Sant'Anna e Vasconcellos tomou a defesa de Lotti na Revolução de Setembro. Na noite de 19 reappareceu Tedesco; a grande maioria fez-lhe uma ovação, premeditando receber hostilmente a dama contrária. D. Pedro do Rio e sua esposa, D. Maria Krus, estavam numa frisa com Sant'Anna e Vasconcellos, o qual pachorrentamente, desceu á plateia. Aproximando-se do grupo dos manifestantes, pediu-lhes que desistissem da planeada manifestação hostil. Apenas quatro recalcitráram, allegando liberdade de tacões. Então, Sant'Anna e Vasconcellos advertiu-os com a maior cortezia: - Os senhores dizem que estão no seu direito pateando. Deve ser assim. Mas os senhores manifestam-se com os pés e eu custumo manifestar-me com os braços. Portanto, usem da sua liberdade, e, no primeiro intervallo, ajustaremos contas entre pés e mãos.

«Marcellina Lotti della Santa não foi patéada.

«Publicava-se também por aquella época em Lisboa um jornal satyrico intitulado *O Asmodeu*, não

poupando referências desagradáveis a D. Pedro do Rio, homem honrado, e, portanto incapaz de dobrar-se aos caprichos dos artistas e de certo publico. Alguns espectadores da plateia manifestavam-se favoráveis ou adversários dos artistas conforme retribuiam, mais ou menos generosamente, os seus aplausos. Chamavam a esta exigência d'um publico especial a molhadura, não conseguindo o commissário régio evitá-la. O redactor do Asmodeu, Marciano de Azevedo, tomou o partido dos exigentes, gabando-se de que não havia cão de fila que lhe mettésse medo. Sant'Anna e Vasconcellos tomou a phrase para si, relacionando-a com a manifestação gorada contra Marcellina Lotti. Procurando Marciano de Azevedo na plateia, exigi-lhe explicações. No meio do tumulto, o redactor do Asmodeu escapulio-se para o palco, indo fechar-se no camarim da dançarina Emilia Bellina, muitíssimo feia e que diziam ser sua amante. Sant'Anna arrombou a porta com um murro, mas, surgindo-lhe pela frente aquela mulher de aspecto temeroso, desatou a rir, acrescentando que Marciano de Azevedo já estava bem castigado nas suas relações com semelhante estafermo....»

«A sua carreira consular e diplomática foi notável, devendo-lhe o Paiz não pouco interesse e muitos benefícios, principalmente em todos os assumptos que se relacionam com a expansão commercial. Creio existirem nos archivos dos ministérios dos negócios estrangeiros e das finanças alguns relatórios inéditos que bem mereciam ter sido publicados, desde que serviram de base a alguns tratados e convenções... Mas, sendo, como é, exacto, que os que mais fazem menos apreciados são, a obra patriótica de Sant'Anna e Vasconcellos passou desconhecida, para o que muito concorreu também o seu affastamento do nosso meio político.

«Tão prolongada ausência motivara o esquecimento. A sua bella figura athlética apagara-se pela demorada permanência no estrangeiro. Quando, um dia voltou ocasionalmente, nenhum dos novos reconheceu o poeta brilhante, o jornalista incisivo, o orador distinto, que desde 1851 a 1872 attrahira as attenções pelo seu talento, pela sua elegância, pelo seu humorismo e pelos episódios da sua valentia. Jacintho Augusto Sant'Ana e Vasconcellos, commendador da Ordem de Cristo e da de Carlos 3.^º de Hespanha, fidalgo da Casa Real e segundo visconde das Nogueiras desde 2 de Julho de 1875, veio encontrar na paz do túmulo os seus antigos companheiros e melhores amigos. Branquejavam-lhe os cabellos; o tronco começava a vergar-se. Os centros da sua antiga convivência tinham desapparecido, dando-lhe a impressão de ser um estranho, a quem os revézes da Fortuna mais experimentavam. Uma noite, em Janeiro, sahindo do theatro de D. Maria 2.^a, viu-se só. Para elle, que tantos amigos e inimigos conhecera, dedicando-se aos primeiros e intimidando os segundos, aquele isolamento causou-lhe calafrios. Entrou no botequim do Rocio, ao tempo na ex-loja Mattos Moreira, no prédio que faz esquina para o largo de Camões. Sentou-se, pedindo que lhe servissem chá e torradas. Na mesa fronteira, dois estroïnas da época, rapazes desempenados e brigões soltaram uma

gargalhada. Para elles, emborcando copos de cognac, aquele velho bebendo chá e comendo torradas foi motivo de troça. Sant'Ana e Vasconcellos sorrio-se. Depois, bateu as palmas, ordenando ao criado:-Traga mais dois chás e mais duas torradas. A hilaridade dos rapazes augmentou. Que magnífico pacóvio tinham encontrado naquele burguês! Quando o creado cumpriu a ordem, voltando com a bandeja, Sant'Anna e Vasconcellos mandou, em voz bem alta, que fosse coloca-la na meza dos impertinentes supostos elegantes. Na sala, à cunha, fez-se silêncio, prevendo-se um conflicto imminente, tanto mais que os dois jovens atletas, chasqueando o inoffensivo creado, tinham arredado com desprezo a bandeja. Sant'Ana e Vasconcellos, levantando-se, approximou-se. A sua voz reteniu como clarim de guerra:-Os senhores riram-se por eu tomar chá, sendo um velho. Agora vou rir-me dos senhores que o não tomaram ainda, sendo uns criançólas. Chamo-me Sant'Anna e Vasconcellos. Portanto, quer queiram, quer não queiram, teem de engolir essa chásada. E, sob o seu olhar ameaçador, os dois obedeceram resignados».

Nogueiras (Viscondessa das). D. Matilde Isabel de Sant'Ana e Vasconcelos Moniz de Bettencourt, viscondessa das Nogueiras, além de ter sido uma das mais respeitáveis damas madeirenses pelas suas eminentes virtudes e inapreciáveis dotes de coração, foi também um gentilíssimo espírito, um peregrino e privilegiado talento, que, noutro meio que não a Madeira, haveria certamente conquistado um nome ilustre na historia literária do nosso país.

Era filha de José Joaquim de Vasconcelos e de D. Francisca Emilia Teles de Meneses, ambos pertencentes ás mais distintas famílias madeirenses, e nasceu nesta cidade a 14 de Março de 1805.

Revelando precoce talento e notável inclinação para o estudo, fácil foi ministrar-lhe uma esmerada educação, enriquecida no decorrer dos anos por um constante amor ao trabalho, que só abandonou quando a pertinaz doença e o peso acabrunhador dos anos de todo lho não consentiram.

Cedo encetou o seu trato com as letras, que sempre constituiu um dos maiores enlevos do seu espírito,

sendo os seus primeiros trabalhos literários já reveladores duma grande inteligência e duma notável aptidão para diversos géneros de literatura. Prestou culto condigno ás musas, escrevendo inspirados versos, sobretudo na sua mocidade, consagrando-se depois inteiramente ao cultivo da prosa, em que se revelou uma escritora de raros méritos.

Além de muitos artigos e poesias publicados em diversos jornais, escreveu o romance Soldado de Aljubarrota, e a obra didáctica dialogo entre uma avó e sua neta, que viram a luz da publicidade em Lisboa, merecendo este ultimo livro ser aprovado pelo Conselho Superior de Instrução Publica, para uso das escolas oficiais. Também lhe pertence a Nota ao mês de Maio, que acompanha a tradução dos Fastos de Ovidio, feita pelo visconde de Castilho.

A viscondessa das Nogueiras conhecia profundamente as línguas inglesa e francesa e desta ultima verteu para o nosso idioma algumas obras, das quais foram publicadas a Genoveva, de Lamartine e as Castelãs de Roussilon e a Vida de Santa Monica, de Bougaud.

Empreendeu a versão francesa do conhecido romance histórico de Alexandre Herculano, Eurico o Presbítero, que foi publicada em Paris, em 1888, por iniciativa do príncipe Nicolau de Oldenburgo, que tivera ocasião de ler o respectivo manuscrito e achara excelente a tradução.

Outras obras publicaria e de que não temos conhecimento, constando-nos que deixou inéditos alguns trabalhos literários de valor, não contando com os escritos que ficaram dispersos em varias publicações periódicas.

A ilustre senhora não abandonou nunca o estudo e até quasi ao fim da sua longa existência eram as suas predilecções literárias o mais caro entretenimento do seu esclarecido espírito. A tradução da Vida de Santa Mónica, talvez o seu ultimo trabalho literário, foi feita em idade bastante avançada, quando já a poucos é permitido entregar-se aos exgotantes labores intelectuais. Sofrendo por vezes algumas enfermidades que a obrigavam a uma inacção forçada, soube aproveitar o tempo, dedicando-se á composição e tradução dos seus livros, encontrando assim no trabalho do espírito alívios aos seus padecimentos físicos.

O seu bondosissimo coração foi muitas vezes angustiado por bem crueis amarguras, não sendo, por certo, a menor delas a causada pelos tumultuarios acontecimentos ocorridos nesta cidade no dia 8 de Março de

1868, em que ia sendo vítima seu filho, Jacinto de Sant'Ana e Vasconcelos, depois visconde das Nogueiras, de quem já nos ocupámos. Uma política facciosa e intolerante excitou os ânimos e levou uma multidão exaltada aos mais lamentáveis excessos, obrigando aquele nosso distinto patrício a recolher precipitadamente à embarcação que o trouxera da capital, quando se aproximava do local do desembarque, não sem correr grave risco a sua existência e com a perda da vida de alguns populares. Foram horas de terrível angustia para uma parte considerável da população desta cidade, que ainda muitos contemporâneos desses acontecimentos conservam bem vivas na memória. A viscondessa das Nogueiras, que tinha pelo filho uma verdadeira adoração, experimentou esse rude golpe e, depois o de ver sucumbir o esposo, que não pôde resistir aos embates de tamanho desgosto.

O grande poeta Bulhão Pato, ocupando-se nas suas Memorias, de Jacinto Sant'Ana, refere-se á viscondessa das Nogueiras, nos seguintes termos:

«Conheci a mãe de Sant'Ana, a senhora viscondessa das Nogueiras, D. Matilde, quando eu tinha vinte anos, durante meses que passei na Madeira, com um amigo de infância o Conde de Carvalhal.

«Estava ela então na força da vida. Educação, carácter, beleza de rosto e graça de figura, distinção em tudo, e um talento superior, faziam desta senhora um dos entes mais encantadores que tenho conhecido!»

«Compunha versos, admiráveis de mimo e sentimento. Escrevia prosa adorável. Num meio mais largo teria sido uma escritora de primeira ordem.

Sant'Ana adorava a mãe, e aquele homem destemido, impetuoso, quantas vezes o vi, chorando como uma criança, ao ler as cartas dela, que depois guardava em cofre sagrado, com o fanatismo do mais acrisolado amor.»

A ilustre senhora sobreviveu um ano ao filho, que morreu ministro de Portugal em Washington, mas a piedade de suas netas ocultou-lhe a fatal notícia, falecendo sem dela ter tido conhecimento, aos 23 de Dezembro de 1888, na provecta idade de 83 anos.

Nola (António da). Este navegador genovês esteve na Madeira em 1460, segundo se lê na relação das viagens de Diogo Gomes. «Depois, diz Gomes, vimos uma das ilhas Canárias chamada Palma, e daí fomos á ilha da Madeira. Como estava ancioso por voltar a Portugal, saí e fui arrojado por um vento contrário para os Açores, mas António de Nola deixou-se ficar na Madeira, e, servindo-se dum vento mais favorável, chegou a Portugal antes de mim.»

Nomes de Ruas. Em 19 de Junho de 1890, resolveu a Câmara, por proposta do vereador Dr. José Joaquim de Freitas, dar ás ruas que de futuro viessem a abrir-se os nomes de vários filhos ilustres desta terra, mas esta deliberação, apesar de bastante sensata, poucas vezes tem sido acatada, como facilmente se verifica percorrendo a cidade e lendo os nomes com que foram baptizadas ou crismadas modernamente diferentes vias publicas.

Para que o nome dum cidadão já falecido possa figurar na esquina duma rua, exige-se, entendemos nós, mais alguma coisa do que as simpatias dos vereadores pela memória do mesmo cidadão, pois que é preciso também que este enquanto vivo prestasse alguns serviços ao país ou à sua terra, sem o que tal homenagem se torna ridícula tanto para o homenageado como para quem a presta.

O Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo, o erudito anotador das Saudades da Terra, o homem que pelos seus trabalhos históricos tão digno se tornou do reconhecimento dos madeirenses, não tem o nome em nenhuma rua desta cidade, apesar de; em sessão da Câmara Municipal de 27 de Janeiro de 1898, ter declarado o presidente desta corporação desejar conferenciar com os seus colegas sobre a homenagem que a Municipalidade devia prestar àquele sábio professor, e tantos filhos ilustres desta terra, tais como Baltasar Dias, João António Monteiro, Nicolau Bettencourt Pita, Francisco de Paula Medina e Vasconcelos, Marceliano Ribeiro de Mendonça, Francisco de Andrade Justino António de Freitas, José Ferreira Pestana, Jaime Moniz, etc., etc., estão também esquecidos por efeito da ignorância ou da falta de espírito e de justiça das corporações administrativas!

Não é de aconselhar que se anule tudo quanto digno de critica ou de irrisão tem sido feito nos últimos trinta ou quarenta anos com respeito a denominação de ruas, para não aumentar a confusão que já hoje existe no tocante a este assunto (1921), mas entendemos ser da maior conveniência que de ora avante se cumpra o que foi resolvido em sessão camarária de 19 de Junho de 1890, sempre que se abra ou inaugure alguma rua ou via publica.

As câmaras municipais devem usar com a maior circunspecção do direito que lhes é concedido de baptizar ou crismar as ruas e caminhos do Concelho, não só para não dar uma ideia pouco lisonjeira da sua

inteligência e do seu critério, mas também para evitar prejuízos aos seus municípios, a muitos dos quais temos ouvido amargas queixas contra a substituição abusiva de antigos nomes dados a vias publicas por outros que nenhuma razão há para serem adoptados ou perpetuados (1921).

Norborough. Esteve na Madeira em 1669 e ocupa-se desta ilha na *Voyage to the Straits of Magellan..*

Norça (*Tamus edulis*). *Dioscoriacea* volúvel indígena, cultivada nas Achadas da Cruz e no Porto do Moniz, por causa dos seus tubérculos alimentares. No estado espontâneo só tem sido achada no Garajau. Frutuoso menciona-a no Porto Santo, onde está agora perfeitamente extinta. Tem flores dióicas, purpúreas, e folhas cordiformes, acuminadas, com 9 nervuras.

Norman (Dr. Alfred Merle). Distinto zoólogo inglês já falecido, que visitou a Madeira em 1897 e 1908. o naturalista inglês Kirkpatrick (V. este nome) dedicou-lhe a *Merlia Normani*, curiosa esponja encontrada pelo naturalista madeirense A. C. de Noronha, nos mares do Porto Santo. E.: *The Land Isopoda of Madeira* (1899) e *The Polyzoa of Madeira and Neighbouring Islands* (Linnean's Society's Journ.-Zool., XXX, 1909).

Norman (Capitão Francisco N.). Botânico inglês que herborizou na Madeira em 1860 e a quem Lowe dedicou o género *Normania*, incluído mais tarde no género *Solanum*.

Noronha. Há três ramos desta família na Madeira: um procedente de D. João e D. Garcia de Noronha, filhos de D. Garcia Henriques (V. Henriques); outro de D. Maria de Noronha, que foi casada com João Gonçalves da Câmara, segundo capitão-donatario do Funchal; e um terceiro que descende de D. Luísa Agostinha de Noronha, filha de Manuel Freire de Noronha. Cremos que o segundo ramo é o mais nobre.

Manuel de Noronha, filho dos referidos João Gonçalves da Câmara e de D. Maria de Noronha, teve de sesmaria o terreno que depois foi a Quinta dos Padres da Companhia.

Noronha (Adolfo César de). Nasceu no Funchal a 9 de Setembro de 1873, é filho de Augusto de Nóbrega Noronha e de D. Adelaide da Silva de Noronha e frequentou o liceu do Funchal e algumas cadeiras das antigas Escola Politécnica de Lisboa e Academia Politécnica do Porto. A 11 de Dezembro de 1914, foi nomeado bibliotecário da Biblioteca Municipal do Funchal.

Fez observações meteorológicas na ilha do Porto Santo de 1900 a 1902, tendo também realizado ali por essa época e posteriormente diversos estudos de historia natural.

Em 1904, remeteu ao dr. Openheim, paleontólogo alemão, vários corais fosseis do arquipélago, e pouco depois mandava ao Dr. Bohm as conchas fosseis das Selvagens, tendo sido devidamente estudadas estas colecções, com grande proveito para a ciência. O paleontólogo sérvio Joksimowitsch foi também contemplado com uma bela colecção de fósseis colhidos no Porto Santo, tendo num excelente estudo que publicou acerca dela, mencionado 106 formas distintas, entre espécies e variedades.

Adolfo de Noronha tem-se consagrado também ao estudo da ictiologia, da ornitologia, da malacologia e da carcinologia do arquipélago, devendo-se-lhe ainda varias observações sobre a geologia do Porto Santo e da Selvagem Grande, que foram aproveitadas pelo Dr. Gagel nos seus trabalhos sobre aquelas ilhas. A interessante Merlia Normani, a que já nos referimos a pág. 413 do vol. I deste Elucidário, foi colhida por ele nos mares do Porto Santo, provindo também dali muitos dos briozoarios que enviou ao Dr. Norman e foram por este assinalados num trabalho publicado no Jornal da Sociedade Lineana.

Escreveu um folheto que tem por título Carta aberta ao Ex.mº Sr. Governador Civil do Funchal (Lisboa, 1911) e é autor dos interessantes artigos intitulados Braguinha, Canais de lava, Carcinologia, Charamba e Conchas, publicados no 1.º vol. deste Elucidário, bem como da grande maioria das noticias que se encontram até pág. 341 do mesmo volume, sobre os peixes e as aves do arquipélago.

Relemboram o nome de Adolfo de Noronha as espécies e variedades seguintes: *Schizoporella Noronhai*;

briozoário abissal, *Pecten Noronhai* e *Spondylus Noronhai*, conchas fósseis, e *Echium candicans* var. *Noronhae*, borraginacea do interior da Madeira. A *Merlia Normani*, quando se supunha ser um coral, teve o nome de *Noronha scalariformis*.

Adolfo de Noronha foi nomeado director da Biblioteca Municipal do Funchal no ano de 1928 e sem demora começou a agitar a ideia da criação de um «Museu de Ciências Naturais», de que foi o mais extrénuo e perseverante paladino, tanto na imprensa como junto dos que para essa realização poderiam contribuir com o seu prestígio e com a sua influencia. A essa ideia teve sempre associada a da aquisição de um edifício apropriado para a instalação da Biblioteca Municipal e do Museu anexo de ciências, com secções de arte, arqueologia, etnologia, etc. Autorizado pela Câmara Municipal, permaneceu alguns meses em Lisboa a tratar da emissão de um selo postal destinado a custear a despesa com aquelas projectadas instalações, o que veio a conseguir-se inteiramente, estando aquela repartição pública instalada em um belo e amplo edifício conhecido pelo nome de Palácio de São Pedro, que era a antiga casa solarenga dos condes de Carvalhal. É incontestável que a Adolfo de Noronha se deve principalmente a execução desse importante melhoramento.

Ao deixar o exercício das suas funções publicas, foi-lhe prestada pela Câmara uma justa homenagem, a que se associaram diversas entidades oficiais, com o descerramento de uma inscrição lapidária instalada em uma das salas do Museu.

É de inteira justiça reproduzir as palavras, que deixámos exaradas nas colunas da imprensa diária do Funchal, por ocasião de ser tributada essa tão merecida prova de consideração e alto apreço.

O Sr. Adolfo César de Noronha, apesar dos incontestáveis méritos que tão notavelmente o distinguem, é ainda um desconhecido para muitos madeirenses, em virtude da recatada modéstia em que tem procurado ocultar-se e que uma pertinaz doença tornou mais acentuada nos últimos anos. Se assim não fora, teria produzido uma importante e apreciada obra, especialmente acerca de vários ramos de zoologia madeirense, para o que lhe sobram o mais aprofundado conhecimento do assunto, um entranhado amor ao estudo e ás pesquisas de carácter científico e uma fácil e elegante dicção na exposição das matérias que tivesse de versar.

O Sr. Adolfo de Noronha publicou diversos opúsculos e algumas dezenas de artigos, que absolutamente primam pela clareza com que é apresentado o assunto e pela profundeza de conhecimentos que revelam,

manifestando-se nestes ao mesmo tempo uma notável aptidão para a mais acessível divulgação científica.

Os que proximamente conhecem os estudos a que o Sr. Noronha se dedicou e têm apreciado os seus valiosos escritos são unâimes em afirmar a requintada probidade científica que caracteriza todos os seus trabalhos, em que sempre põe o mais apurado escrúpulo e a mais consciente aplicação.

Não é para admirar que tivéssemos ouvido a um ilustre professor universitário e um dos nossos mais abalizados homens de ciência, com especial referência ao Sr. Adolfo C. de Noronha, estas bem merecidas palavras: «possui todos os requisitos para ocupar com distinção uma cátedra em qualquer universidade do país..

É bastante para sentir que imperiosas circunstâncias da vida não tivessem permitido que o distinto homem de ciência pudesse estar em fecundos e proveitosos trabalhos toda a vastidão do seu saber e os primorosos dotes da sua privilegiada inteligência.

E a sobredourar esses inapreciáveis dotes de espírito e de aprofundada cultura científica destacam-se superiormente as mais lídimas qualidades de carácter, tão sobejamente conhecidas no meio social madeirense.

Noronha (António Manuel de). É de 26 de Março de 1822 a carta régia que o nomeou Governador e Capitão-General da Madeira, tendo tomado posse a 22 de Abril do mesmo ano. Pediu a sua demissão, alegando falta de saúde, a 4 de Fevereiro de 1823. Era governador deste arquipélago quando D. João VI dissolveu as cortes e derrogou a Constituição, proclamando-se rei absoluto. Foi substituído por D. Manuel de Portugal e Castro.

Em 1852 foi agraciado com o título de visconde de Santa Cruz, freguesia e vila desta ilha.

Noronha (Henrique Henriques de). V. Henriques de Noronha (Henrique).

Noronha (João Rodrigues de). Era filho do 3.º capitão-donatário do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara, e irmão de D. Manuel de Noronha, bispo de Lamego, de quem nos ocupámos neste Elucidário. Deve ter nascido no ultimo quartel do século XV. As crónicas que tratam das nossas cousas da Índia, falam de João Rodrigues de Noronha com o mais elevado elogio pelos actos de heroísmo que ali praticou. Diz dele o autor das Saudades:foi capitam de Ormuz na Índia em tempo do governador D. Duarte de Menezes, seu cunhado, que foi no ano de 1521:e antes que entrasse na fortaleza o foi do mar da costa de Dio, e serviu bem a El-Rey até ser capitam de Ormuz, onde prendeu o tyrano Raesxarafo, e o teve a bom recado na fortaleza até chegar o Viso-Rey seu cunhado D. Duarte de Menezes.»

Noronha (D. Manuel de). Simão de Noronha, filho segundo do capitão donatario João Gonçalves da Câmara, e de D. Maria de Noronha, e neto do descobridor João Gonçalves Zargo, quando herdou a capitania do Funchal por morte de seu irmão mais velho, passou a chamar-se Simão Gonçalves da Câmara e foi o terceiro donatário desta capitania, do qual nos ocupámos já com alguma largueza a pag. 20; e seg. do vol. I desta obra. Deste terceiro capitão-donatario e de sua primeira mulher D. Joana Valente foi filho Manuel de Noronha, que deve ter nascido na antiga vila do Funchal no ultimo quartel do século XV.

Nada sabemos da sua biografia até o momento em que o vemos elevado à categoria de prelado e desempenhando já importantes e honrosos cargos.

Parece que indo a Roma, numa missão de que fora encarregado pelo monarca, aí recebeu a investidura prelaticia e foi nomeado para exercer um importante cargo no Vaticano. Não é de crer que o grande Leão X, e num tempo em que tantos prelados brilharam por talentos e virtudes, chamassem para junto de si um estrangeiro, se nele não reconhecesse méritos e qualidades que o salientassem entre os seus contemporâneos. Afirma um seu biógrafo que D. Manuel de Noronha chegou a ser núnicio, cargo então das maiores responsabilidades pelo papel político que tinha a desempenhar nas cortes em que representasse o pontífice romano, mas ignoramos em que capital da Europa exerceu esse lugar e quaisquer, circunstancias acerca da maneira como se houve em tão difícil e melindrosa missão.

Sabemos que, pela morte do papa ou por qualquer outro motivo, abandonou a capital do orbe católico e fixou sua residência em Portugal, sendo em 1547 nomeado bispo de Lamego, que então era tida como uma

das primeiras Sés do reino. Os cronistas daquele bispado são unâimes em considerar D. Manuel de Noronha como um dos seus mais distintos prelados, vinculando o seu nome a obras de vulto, como a da construção de vários templos e em especial a da capela de S. Nicolau; no claustro da Sé, deixando-lhe importantes rendas para a manutenção do culto diário, com a obrigação anexa da sustentação de um colégio para oito aspirantes á vida eclesiástica. Dotou a cidade com vários melhoramentos, sobressaindo o do encanamento de águas potáveis.

Reformou muitos pontos da disciplina eclesiástica e reuniu um concilio diocesano.

Morreu a 23 de Setembro de 1569 e jaz sepultado na capela de S. Nicolau, que ele fundou e onde se lê o epítápio seguinte:- Aqui jaz D. Manuel de Noronha, bispo que foi de Lamego, filho de Simão Gonçalves da Câmara, capitão da Ilha da Madeira, e de D. Joana Valente, sua mulher, falecida a 23 de Setembro de 1569.

Norte da Ilha. Pela designação de «Norte da Ilha» é geralmente conhecida a costa setentrional da Madeira, que se estende desde a Ponta do Tristão até à Ponta de São Lourenço, isto é, desde a freguesia das Achadas da Cruz até à freguesia do Porto da Cruz, compreendendo todas as paróquias dos concelhos do Porto do Moniz, São Vicente e Santana e ainda a freguesia do Porto da Cruz do concelho de Machico.

Vid. Costa do Norte.

Norton de Matos (General). O general Norton de Matos, Alto Comissário da República em Angola, esteve de passagem no Funchal, no dia 3 de Abril de 1921, a bordo do Moçambique, tendo sido cumprimentado a bordo pelo Governador Civil, Comandante Militar, Secretario Geral, etc.. Após o desembarque, encorporou-se no cortejo do Soldado Desconhecido, tendo ido depois em comboio especial ao Terreiro da Luta, onde lhe foi oferecido um almoço pelo deputado capitão Americo Olavo de Azevedo, em que tomaram parte também o Governador Civil e outras pessoas.

O regresso fez-se em carros do Monte, tendo o industrial Henrique Hinton oferecido na sua residência um chá a todos os convivas e realizando-se o embarque cerca das quatro horas e meia, sendo prestadas por essa ocasião ao general Norton de Matos honras militares por uma força de infantaria, sob o comando dum capitão (1921).

Nossa Senhora da Ajuda. (Capela de). Quasi à margem da estrada que conduz da Ponte Monumental á vila de Câmara de Lobos, se encontra a capela de Nossa Senhora da Ajuda, construída por Fernão Favila, na fazenda que possuía em São Martinho, instituindo nela a sede dum morgadio. Este Fernão Favila era fidalgo da casa real e combateu valorosamente em Africa, estabelecendo-se depois nesta ilha, onde casou com Beatriz Pires. Afirmam, porém, outros linhagistas que foi Antonio Favila, filho de Fernão Favila, o instituidor do morgado dos Piornais, com sede na capela da Ajuda, onde jaz sepultado, tendo falecido no mes de Outubro de 1545. O conselheiro Manuel José Vieira, sendo proprietário desta capela, procedeu nela a importantes restaurações em 1876, havendo sido benzida a 16 de Agosto do referido ano.

Em 1916, publicou o proprietário desta capela, Manuel José de Perestrelo Favila Vieira um opúsculo de 15 páginas, intitulado A Interdição da capela de N. S. da Ajuda na freguesia de São Martinho. Antecedentes e exposição de factos. que se ocupa do interdito lançado na mesma capela pelo prelado diocesano D. António Manuel Pereira Ribeiro, pelo facto de ser recusada a visita do mesmo prelado a esta capela, por ocasião da visitação canónica que fez á freguesia de São Martinho no ano de 1916. Alguns meses depois, foi levantado o interdito, sendo a capela restituída ao serviço do culto.

Nossa Senhora da Alegria (Capela de). Na freguesia de São Roque, no sítio conhecido pelo nome de Alegria, fica a quinta deste nome, com casa e capela da invocação de Nossa Senhora da Alegria, pertencentes á família dos condes de Torre Bela. Foi esta capela fundada em 1609 por Francisco de Abreu. Celebra-se ali anualmente uma festa, que é muito concorrida pelos povos das circunvizinhanças.

Nossa Senhora do Amparo (Capelas de). No sítio dos Álamos da freguesia de Santo António, se levanta a capela de Nossa Senhora do Amparo, que se acha em regular estado de conservação, celebrando-se ali de quando em quando o Santo Sacrifício da Missa. O local em que se encontra a capela fica na partilha desta freguesia e da de S. Roque, no sítio conhecido pelo nome de Água de Mel, que era denominação comum a um vasto terreno pertencente a ambas as paróquias. Na parte deste sítio, compreendida nos limites de Santo António, erguiam-se a capela, grande casa de habitação e outras

dependências, que constituíam a sede da antiga instituição vincular chamada de Água de Mel.

O anotador das Saudades da Terra, fixa o ano de 1698 como o da fundação desta capela, mas inclinamo-nos a acreditar que ela é muito mais antiga e talvez mesmo coeva da instituição do morgado, que data do ultimo quartel do século XV. No entretanto, é certo que Bartolomeu de Sá Machado, administrador deste vinculo, a fez edificar ou, talvez melhor, reconstruir no ano referido de 1698. (V. Bettencourt, I-139).

D. Luísa de Mendonça, viúva de José de Seixas, fez edificar no ano de 1712 uma capela dedicada a Nossa Senhora do Amparo, na freguesia de São Martinho, a qual pertence aos herdeiros dos morgados Sauvayres, e na freguesia da Ponta do Pargo existe também uma capela com a mesma denominação, que deu o nome ao sítio onde está edificada. É muito concorrida a festividade que ali se celebra todos os anos. Dedicada a Nossa Senhora do Amparo, fundou ainda Francisco Dias Franco uma capela na freguesia de Machico no ano de 1692.

Nossa Senhora das Angústias (Capela de). Na freguesia de São Pedro, no sítio a que deu o nome, edificou Diogo da Costa de Quintal, no ano de 1662, uma capela consagrada a Nossa Senhora das Angústias. Há ali a quinta de Nossa Senhora das Angústias, mais conhecida pelo nome de quinta Lambert, que tem uma capela desta invocação, que talvez seja a reconstrução da antiga capela existente naquele sítio. Nesta quinta, residiu a princesa D. Maria Amélia, que ali morreu a 4 de Fevereiro de 1853.

Nossa Senhora dos Anjos (Capela de). «Ha nesta freguesia (a Madalena), diz Frutuoso, huma ermida de Nossa Senhora dos Anjos, que, tirando ser pequena, he huma rica casa, com um retábulo pequeno e fresco, e bem ornado, junto do qual está huma fresca fonte debaixo de huns seixos, entre huns canaviais de assucar de mui fermosas canas. . O Dr. Álvaro de Azevedo dá esta capela como fundada em 1508 por Martim Afonso e sua mulher Isabel Afonso, que ali instituíram um morgadio a favor de seu filho Diogo Martins de Canha, chamado o Cavaleiro. Diz, porém, o anotador da História Insulana que a capela dos Anjos foi mandada construir em 1474 pela infanta D. Beatriz, como tutora de seu filho, o grão-mestre da Ordem de Cristo, a que este arquipélago pertencia no espiritual. A imagem que se venera nesta capela era de grande devoção dos fieis, consagrando-lhe Frei Agostinho de Santa Maria um capítulo no vol. X do seu

Santuário Mariano. O sítio onde fica a capela, que tem o nome de Anjos, é notável pela fertilidade do seu solo, pertencendo hoje á freguesia dos Canhas, mas em tempos fez parte da freguesia da Ponta do Sol. Esta capela foi restaurada pela sua então proprietária D. Júlia de França Neto no ano de 1892 e consagrada ao uso do culto a 10 de Dezembro do mesmo ano.

Nossa Senhora da Anunciação (Capela de). Vid. Lombo dos Canhas, (pág. 279). Nela esteve instalada a sede da paróquia depois de haver estado na capela de São Tiago.

Nossa Senhora da Apresentação (Capela de). O sítio da freguesia da Ribeira Brava, hoje conhecido pelo nome de Lombo da Apresentação, tomou este nome da capela que ali se erguia e que tinha a invocação de nossa Senhora da Apresentação. Foi fundada por Isabel Fernandes Tavares, no ano de 1524 nas terras vinculadas que ali possuía. Esta capela encorporou-se depois na casa da família Heredia. Junto da ermida levantava-se uma sumptuosa residência de que já nem restam vestígios.

Nossa Senhora de Belém (Capela de). Na freguesia de Câmara de Lobos, havia a capela, hoje extinta, de Nossa Senhora de Belém, que ficava no sítio deste nome. Foi fundada em 1649 por Gaspar Vasconcelos Henriques e sua mulher D. Bernardina de Carvalho, sendo de 9 de Fevereiro do mesmo ano a escritura em que fizeram a dotação desta capela. Caindo em ruínas, foi reedificada em 1758 por D. Francisco Inacio Telo de Meneses, descendente dos fundadores. A nova capela foi construída a pequena distância da antiga e junto da casa de residência, com a qual comunicava interiormente.

No sítio da Referta, no Porto da Cruz, existia uma capela com a invocação de Nossa Senhora de Belém, que depois passou a chamar-se de Nossa Senhora do Socorro. V. N. Senhora do Socorro (Capelas de).

Nossa Senhora da Boa Hora (Capelas de). A capela de Nossa Senhora da Boa Hora fica no sítio da Torre, da freguesia de Câmara de Lobos e é propriedade da condessa de Torre Bela (1921). Foi fundada pelo morgado António Correia Bettencourt Berenguer. Tinha capelão privativo. Com a mesma denominação, «por cima desta cidade», se levantava uma capela, construída em 1726 pelo capitão António

de Carvalho Drumond e sua mulher D. Inacia Micaela Henriques, tendo a escritura de dotação a data de 22 de Maio de 1726.

No sítio da Fajã, da freguesia do Arco da Calheta, se erigiu uma capela consagrada a N. S. da Boa Hora, de que apenas restam algumas ruínas.

Nossa Senhora da Boa Morte (Capela de). Existe na freguesia de Câmara de Lobos uma capela com a invocação de Nossa Senhora da Boa Morte, que há anos se acha fechada ao serviço do culto.

Com a mesma denominação houve uma capela na freguesia da Ribeira Brava, fundada por Francisco Fernandes e Brásia Fernandes, em ano que ignoramos, e na freguesia da Calheta, no sítio do Atouguia, houve também uma capela consagrada a N. S. da Boa Morte, que encontramos mencionada algures com o nome de N. S. da Piedade. Desta última capela, cuja construção data do ano de 1661, tendo sido seu fundador Francisco Homem de Couto, nem restam hoje vestígios, mas ainda se chama da Boa Morte o sítio onde ela foi edificada.

Na freguesia da Ponta do Pargo instituiu Custódio Nunes da Costa uma capela dedicada a N. S. da Boa Morte, no ano de 1666.

Nossa Senhora da Boa Nova (Capela de). No sítio deste nome, da freguesia de São Gonçalo, se encontra a capela de Nossa Senhora da Boa Nova, que foi fundada em 1701 por Eusébio da Silva Barros.

Nossa Senhora da Boa Viagem (Capelas de). No sítio da Carne Azeda da freguesia de Santa Luzia, fundaram uma capela desta invocação Manuel Pestana Teixeira e sua mulher Francisca Xavier da Conceição no ano de 1711, sendo vistoriada, para o efeito da celebração dos actos do culto, a 28 de Junho do mesmo ano.

Na freguesia de Santa Maria Maior, na rua que ainda hoje conserva o nome de Boa Viagem, se erguia uma capela da mesma invocação, fundada por Bento da Veiga. Ignoramos a data da sua fundação, mas sabemos

que era construção muito antiga. Algures lemos que era um edifício de interessante e característica construção, e bem assim uma casa que lhe ficava contígua. Afirma-se que nesta casa se instalou a primeira alfândega e depois o primeiro açougue do concelho. A capela profanada que hoje se encontra na rua da Boa Viagem, não é a capela desta invocação a que aqui nos referimos.

Nossa Senhora do Bom Despacho (Capela de). Existe esta capela na freguesia do Campanário, fundada no ano de 1672 pelo morgado Jerónimo de Atouguia Bettencourt e sua mulher D. Catarina Espranger, tendo a escritura de dotação a data de 27 de Junho daquele ano. Em 1762, foi reedificada pelo padre Francisco Nicolau de Brito, pertencendo então a capela a um irmão deste sacerdote. Pertence hoje a Feliciano de Brito Correia, representante desta família (1921).

Nossa Senhora do Bom Sucesso (Capelas de). No extremo limite da freguesia de Câmara de Lobos e Estreito de Câmara de Lobos, para os lados de oeste, no sítio de Garachico, se encontra a capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso, que é considerada como pertencendo à ultima destas paróquias. Dava-se a singularidade de ter esta capela o seu altar levantado dentro dos limites dumas daquelas freguesias e a porta abrir-se sobre terrenos da outra paróquia limítrofe, Parece que em tempos mais afastados de nós se suscitaram duvidas acerca da freguesia a que deveria pertencer a capela, tendo-se até dado conflitos de jurisdição entre os respectivos párocos. Foi construída nos princípios do século XVII por Manuel João Ferreira e especialmente destinada a nela celebrar missa seu filho o padre Francisco Luís Ferreira. Foi há anos acrescentada pelos moradores do lugar.

Existe também uma capela consagrada a Nossa Senhora do Bom Sucesso, no sítio do Lombo da Estrela; da freguesia da Calheta, fundada em 1683 por Lourenço da Costa, e na freguesia de Santa Maria Maior, á margem da estrada conhecida pelo nome de Caminho do Meio, se encontra uma outra capela da mesma invocação, que pertence á Câmara Municipal do Funchal, bem como a casa que lhe fica anexa, onde se acha instalada uma escola oficial. Desconhecemos o nome do fundador desta ultima capela e o ano em que foi adquirida pela Câmara do Funchal.

Nossa Senhora das Brotas (Capela de). Vid. 1-174.

Nossa Senhora do Calhau (Igreja de). Foi conhecida esta igreja por várias denominações. Chamava-se-lhe Conceição de Baixo, para a distinguir da capela que Zarco edificara no local onde depois se levantou o convento de Santa Clara, e que era conhecida pelo nome de Conceição de Cima; também se lhe chamou Santa Maria Maior, em contraposição á pequena igreja de Conceição de Cima, que era de mais acanhadas dimensões; e teve finalmente o nome de Nossa Senhora do Calhau, que foi o que mais perdurou, por estar situada não longe da praia e num lugar a que comummente chamavam o calhau. E a tal propósito diz o Dr. G. Frutuoso: «Feita pousada neste logar (Santa Catarina), em que agasalhou sua mulher e filhos, entendeo o capitam Zargo em fazer huma igreja que fosse princípio e fundamento da villa do Funchal; e por estar segura e bem assentada, a mandou ordenar á beira do mar no cabo do valle do Funchal, ao longo da primeira ribeira deste prado, onde fazia o mar continuo á corrente da ribeira huma abra de muitos calhaos e seixos miudos, lavados da continuaçao das ondas delle, que nella batiam; e por esta razão houve nome esta primeira igreja do Funchal vulgarmente Nossa Senhora do Calhao, sendo seu orago a Natividade da Virgem ...»

A sua construção começou por 1438, quando já então se havia constituído um importante núcleo de população para além da margem esquerda da ribeira, que depois teve o nome de João Gomes. Uma grande aluvião que assolou a cidade no ano de 1611, destruiu em boa parte a igreja e o hospital que lhe ficava anexo, sendo então projectada a construção dum novo templo em local mais abrigado e seguro. Parece que esta edificação se não fez desde logo, pois diz uma nota das Saudades que a igreja foi reconstruída entre os anos de 1664 e 1688.

Outra enchente ocorrida em 1707, causou varias danificações na nova igreja e destruiu uma parte considerável do adro, havendo-se então realizado obras importantes na muralha que punha o templo ao abrigo da corrente impetuosa da ribeira. Isto não obstou a que a grande cheia de 1803 fizesse abater a igreja, deixando-lhe apenas de pé uma parte da capela-mor. A provisão de 10 de Março de 1805 determinou que se conservassem cuidadosamente estas ruínas no mesmo estado em que as deixara a aluvião, como lembrança, para os vindouros, do acontecimento que mais funesto fôra para os habitantes desta ilha. Não aconteceu, porém, assim, porque trinta e dois anos depois, isto é no mês de Dezembro de 1835, mandou a Câmara do Funchal demolir a parte que restava ainda da velha e histórica igreja, para ali se edificar um

mercado de frutas e hortaliças, que teve o nome de Mercado União e cuja construção se realizou no ano de 1835.

Não é exacta a afirmativa do Dr. Gaspar Frutuoso quando diz que a igreja do Calhau foi a primeira edificada no Funchal. Segundo o anotador das Saudades, foi a capela de São Sebastião a primeira que aqui se levantou, afirmando outros que o direito de prioridade pertence á capela de Santa Catarina (V. este nome), construída de madeira junto à moradia de João Gonçalves Zargo, compartilhando nós desta opinião, por julgarmos ser a que mais se aproxima da verdade histórica.

A aluvião de 1803 arrastando para o mar a igreja de N. S. do Calhau, destruiu conjuntamente o arquivo paroquial, que era importante e continha documentos de valor.

A sede da paróquia passou em fins do ano de 1803 para a igreja de Santiago, que era propriedade da Câmara Municipal. Vid. Santiago (Igreja de).

Convém aqui advertir que a igreja de Nossa Senhora do Calhau ficava situada na margem esquerda da ribeira de João Gomes, entre as embocaduras das actuais rua de Santa Maria e rua Nova de Santa Maria ou de Latino Coelho. No local onde se erguia a igreja foi construído, como já fica referido, um mercado de frutas e hortaliças, que há poucos anos se demoliu para o alargamento da rua que margina a mesma ribeira. (V. Mercados).

Também notaremos que o antigo hospital, ou uma das suas dependências, ficava contíguo a esta igreja, como claramente se demonstra com o que se acha exarado num livro de provimentos do respectivo arquivo paroquial, único que escapou da aluvião de 1803, lendo-se ali que no recinto da igreja, com grave perturbação dos fiéis, se ouviam os gritos dos doentes, sobretudo por ocasião das operações ou dos curativos mais dolorosos.

Nossa Senhora da Cadeira (Capela de). Com este nome existiu uma capela no sítio da Cadeirinha, que ficava dentro dos actuais limites da freguesia da Quinta Grande e que teria outra invocação esquecida pelo tempo.

Também houve na mesma paróquia uma ermida consagrada a Nossa Senhora, que tinha o nome de capela da Porta da Quinta.

Nossa Senhora da Candelária (Capela de). Com esta invocação e no sítio que tem este nome existe na freguesia da Tábua uma capela, atribuindo-se a sua antiga construção a um dos primitivos povoadores de apelido Medeiros, havendo sido reconstruída em ano que ignoramos. Foi centro de uma antiga romagem.

Nossa Senhora do Carmo (Capela de). O mercador Domingos Rodrigues, natural de Guimarães, construiu em 1658, na quinta que possuía na freguesia do Campanário, a capela de Nossa Senhora do Carmo.

Nossa Senhora do Carmo (Igreja de). Esta igreja, que deu o nome á rua em que fica situada, foi construída por meado do século XVII. Doou o terreno para a sua construção e casas anexas o capitão Roque Acciaioly de Vasconcelos, sendo a capela-mor feita a expensas do prior da Ordem Terceira do Carmo, Pedro Gonçalves Brandão, e o corpo do edifício á custa dos irmãos da mesma Ordem. Começou a ser edificada no ano de 1656 e só foi dada por concluída em 1660.

A Ordem Terceira do Carmo foi estabelecida nesta cidade pelo padre Luís do Rosário de Vila Nova, que o provincial mandou para esse fim a esta ilha, e teve sua sede na igreja do convento da Incarnação, e ali permaneceu até á construção da nova igreja.

A igreja do Carmo teve anexo um pequeno hospício ou albergaria, fundado por Henrique Henriques de Noronha. Ali estiveram alguns religiosos carmelitas, mas desconhecemos quaisquer outras circunstancias que digam respeito à existência e duração deste hospício.

Nas paredes laterais da capela-mor desta igreja encontram-se dois belos mausoléus, os únicos de algum

valor artístico, que existem nos templos desta ilha.

Desta invocação existiu uma capela na freguesia do Campanário, que era de instituição vincular e que foi edificada em 1658 por Domingos Rodrigues.

Nossa Senhora da Conceição (Capelas de). Existiu na freguesia do Monte uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, que foi fundada por Tristão de França Bettencourt em ano que ignoramos, e no largo das Babosas da mesma freguesia, se construiu em 1906 uma capela que também tem o mesmo orago. Foi fundada com o fim de comemorar as festas jubilares que se celebraram na Madeira para solenizar o quinquagésimo aniversário da definição do dogma da Imaculada Conceição. A parte principal destes festejos consistiu num imponente e brilhante cortejo religioso, que saindo da Sé Catedral se dirigiu ao largo da Fonte, freguesia do Monte onde se celebrou uma missa campal, tendo por essa ocasião o prelado D. Manuel Agostinho Barreto proferido um dos seus mais vibrantes e entusiásticos discursos. Nasceu então a ideia da edificação da Capela-Monumento, que se realizou dois anos depois, havendo o bispo diocesano nomeado previamente a comissão encarregada de angariar os indispensáveis donativos e de dirigir a respectiva construção. O comendador João Bernardino Gomes, vice-presidente da comissão, ofereceu o terreno para a edificação do gracioso templo e a imagem da Virgem que figura no seu altar, tendo havido outras generosas ofertas para o ornato e decoração da capela. Cumpre prestar homenagem à justiça, consignando aqui que foi o comendador Luís de Bettencourt Miranda quem mais notavelmente concorreu para a construção da Capela-Monumento. Aos seus diligentes e perseverantes esforços se deve não somente a conclusão de todos os trabalhos, mas ainda o aformoseamento do local, que se tornou um sítio em extremo pitoresco e ponto obrigado de visita para todos os que se dirigem á encantadora e paradisíaca estancia do Monte. O opúsculo Nossa Senhora do Monte, do padre Joaquim Plácido Pereira, insere uma desenvolvida notícia acerca das festas jubilares e fundação desta capela.

Existe na freguesia de Câmara de Lobos, e a pequena distancia da igreja paroquial, a capela de Nossa Senhora da Conceição, que é muito antiga e se presume ter sido construída pelo povo. No decorrer dos tempos, tem sofrido varias reparações e ainda há cerca de doze anos se fizeram ali obras importantes para a sua conservação e decoração interior. Esta capela, que não é de dimensões muito acanhadas, está a cargo da classe piscatória, que nela mantém e sustenta o exercício do culto.

Na rua da Carreira, desta cidade, entre as ruas do Conde de Canavial e da Alegria, se encontra a capela de Nossa Senhora da Conceição, que foi fundada em 1770 pelo capitão Luís Bettencourt de Albuquerque e Freitas, junto da sua casa de moradia, tendo sido benzida a 7 de Dezembro do ano referido, e na freguesia de São Pedro, em lugar que ignoramos, fundaram Rui Dias de Aguiar e sua mulher Leonor de Ornelas de Andrade, no ano de 1662, uma capela da mesma invocação, que tinha escritura de dotação de 11 de Dezembro do mesmo ano.

Na propriedade que possuía na freguesia de São Roque, fundou o cônego António Lopes de Andrade, no ano de 1700, uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, tendo a respectiva escritura de dotação a data de 8 de Julho do mesmo ano, e Diogo Afonso de Aguiar fundou em 1688 uma capela na freguesia da Tabua, dedicada também á mesma Senhora, que fez erigir muito próximo do litoral. Foi reconstruída em 1910 por José da Silva Novita, tendo sido benzida pelo prelado D. Manuel Agostinho Barreto, a 31 de Julho do mesmo ano.

A capela de Nossa Senhora da Conceição, que existe na freguesia do Estreito da Calheta, era sede dum importante morgadio, que abrangia uma das mais vastas propriedades desta ilha e que há poucos anos foi vendida ás parcelas pelo seu ultimo possuidor, tendo sido também alienadas a capela e a casa solarenga que ficam anexas. Foi fundada por André de França e Andrade, pelos anos de 1672.

É de bem recente data a construção da capela de N. S. da Conceição, que fica no sítio das Amoreiras, da freguesia do Arco da Calheta. Foi benzida a 27 de Dezembro de 1911 e fundada pelo pároco José Marcelino de Freitas, com donativos dos fiéis.

Na margem e próximo da foz da ribeira da Serra de Água, na freguesia do Arco da Calheta, levantou Gonçalo Fernandes uma capela consagrada á mesma Senhora, e nela fez a sede dum morgadio, com a obrigação da celebração de missa quotidiana e da recitação dum responso em cada dia sobre a sua sepultura «enquanto o mundo durar», segundo a respectiva verba testamentaria.

A respeito deste Gonçalo Fernandes dizem vários linhagistas o que resumidamente se encontra nunca nota ás Saudades, nos seguintes termos: «Feita a paz do Sr. D. Affonso V e recolhida a Excellente Senhora ao mosteiro, foi mandado para a Ilha com proibição de sair della. Todos os annos o Rey lhe mandava hum

navio com todo o recheio preciso para a sua casa; era tractado com muita attenção, a não se souberam seus paes. Na sua capella poz por armas as quinas portuguezas em aspa, e sobre a sepultura fez gravar hum menino com o rosto sobre a mão esquerda, o cotovelo sobre uma caveira, e apontando com a direita para a seguinte inscrição tirada do livro da Sapiência: Sic et nos nati continuo desivimus esse. Conta-se que fizera pintar em outra parte huma mulla atirando couces á fortuna».

A capela do Arco da Calheta, segundo vemos num manuscrito do princípio do século passado, «foi obra primorosa», dizendo o nobiliario de H. H. de Noronha que o fundador a ornou «com muito luzimento e boas pinturas.»

Gonçalo Fernandes morreu a 15 de Junho de 1539 e jaz sepultado nesta capela, como dito fica. Foi sucessor do morgadio seu filho primogénito Pedro Gonçalves de Andrade Esta casa vinculada passou aos Freitas da Madalena, de que foi ultimo representante o morgado Nuno de Freitas de Lomelino.

Há ainda a citar, com a invocação de N. S. da Conceição, uma capela na freguesia de Santa Cruz fundada pelos anos de 1600 por Bartolomeu Telo Moniz de Meneses, e uma outra na freguesia da Ponta Delgada, reconstruída no ano de 1754 por Nuno de Freitas da Silva, ignorando-se o ano da sua primitiva edificação.

Na freguesia da Ribeira Brava, no sítio da Conceição existe uma capela com a mesma invocação, de que não temos outra noticia.

No sítio da Fajã dos Padres, no litoral da freguesia do Campanário, existiu uma pequena capela dedicada a nossa Senhora da Conceição, que pertencia aos jesuítas e que os corsários argelinos destruíram no ano de 1626.

Com igual invocação, fez o visconde de Cacongo edificar uma capela na sua quinta da Choupana, freguesia de Santa Maria Maior, no ano de 1930, que foi benzida a 12 de Outubro do ano referido.

Ainda com essa invocação fundou o capitão José Sotero e Silva uma capela no sítio da igreja, na freguesia do Monte, que o seu actual proprietário José de Freitas Belmonte, fez concluir e aplicar ao serviço do culto.

Nossa Senhora da Conceição do Ilhéu (Capela de). A fortaleza de Nossa Senhora da Conceição do Ilhéu teve sua capela que foi mandada construir pela alvará régio de 9 de Novembro de 1682. Foi seu primeiro capelão o padre José de Andrade, nomeado por alvará de 31 de Julho de 1692. Entre estas duas datas se deve contar a da edificação da capela, que tinha o orago de Nossa Senhora da Conceição.

Nossa Senhora da Consolação (Capelas de). Álvaro de Ornelas, que notavelmente se distinguiu como navegador, e a quem os seus contemporâneos chamaram o Grande, teve vastas terras de sesmaria na freguesia do Caniço, que se estendiam desde o ribeiro do Garajau até a ribeira do Porto Novo e iam do mar á serra. Foi nelas que em 1499 instituiu um morgadio, cuja administração se transmitiu sempre de pai a filho e de que é actualmente representante o conselheiro Aires de Ornelas de Vasconcelos (1921). O instituidor estabeleceu como cláusula que esta casa vinculada «só podesse ser empenhada para resgatar o administrador que em serviço de Deus e do rei fosse captivo dos infieis.» Foi por 1591 que em terras deste morgadio fundou Aires de Ornelas de Vasconcelos a capela de Nossa Senhora da Consolação, que ainda existe e que é propriedade da família do fundador. Tornou-se a sede desta instituição vincular com a sua casa solarenga anexa, para onde o governador e capitão-general Sá Pereira desterrou em 1774 o morgado Agostinho António de Ornelas, que pouco depois ali faleceu a 5 de Agosto do mesmo ano, e foi sepultado na referida capela, lendo-se esta inscrição no mármore do seu jazigo: Sepultura de Agostinho António de Ornellas e Vasconcellos, moço fidalgo da Casa real, nono senhor deste morgado. 1718 a 1774. Esta capela fica no sítio ainda hoje chamado da Quinta, tomando este nome do solar anexo á mesma capela e a que já acima nos referimos.

A margem da estrada que ladeia a levada de Santa Luzia e quasi no ponto de intersecção dessa estrada com o caminho da Torrinha, se levanta a capela de Nossa Senhora da Consolação, onde, na quadra do verão, se celebram com grande brilho e muita afluência de povo as novenas e respectiva festividade. Ignoramos o ano da sua construção, mas presumimos que data dos fins do século XVI. Era de acanhadas dimensões e no ano de 1861 se procedeu á sua conveniente reconstrução e acrescentamento, tendo sido benzida no mês de Julho do referido ano. O frontal do altar, que é um antigo e excelente mosaico, pertenceu á igreja do convento de São Francisco. Fazia esta capela parte da freguesia do Monte, antes da criação da paróquia de Santa Luzia, em cuja área fica hoje situada.

Mais comumente conhecida pelo nome de capela do Foro, por ficar no sítio deste nome, é a capela de Nossa Senhora da Consolação da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, que foi vinculada e cujo ano de construção ignoramos. Realiza-se ali a festa e um concorrido arraial do povo das circunvizinhanças no primeiro de Novembro de cada ano. O Dr. Álvaro de Azevedo diz haver existido no sitio do Foro uma capela consagrada a Santiago, que não sabemos se será a mesma que deixamos mencionada ou outra distinta dela.

Nas proximidades da igreja paroquial da freguesia do Arco da Calheta ficava a capela de Nossa Senhora da Consolação, que foi fundada por Isabel de Abreu, nos princípios do século XVI.

Nossa Senhora do descanso (Capela de). Com esta invocação, existiu uma capela na freguesia de Santa Luzia, na propriedade conhecida ainda hoje pela denominação de quinta do Descanso. Pertenceu ao morgadio de Tristão Bettencourt da Câmara, mas ignoramos a época em que foi construída.

Nossa Senhora do Desterro (Capela de). No sítio que tem hoje este nome e com igual invocação, fundou o cônego Jorge Furtado de Sousa, no primeiro quartel do século XVII, uma capela, de que é actual proprietário o distinto madeirense Dr. Juvenal Henriques de Araújo. É frequentemente visitada por pessoas de diversos pontos da ilha e no ano de 1942 foi publicada a respeito dela uma interessante monografia histórica.

Raul Esteves, no sítio do Ledo da freguesia do Arco da Calheta e no ultimo quartel do século XVII, fez edificar uma capela dedicada a Nossa Senhora do Desterro, de que apenas restam algumas ruínas.

Também existiu uma capela da mesma invocação no sítio da Ribeira Grande, freguesia de Machico, fundada no ano de 1661 pelo capitão Manuel Telo de Meneses.

Nossa Senhora das Dores. Os cemitérios paroquiais das freguesias de Santa Cruz e de Câmara de Lobos e o das Angústias, no Funchal (hoje encerrado), tem suas capelas para o privativo serviço religioso dos mesmos, todas com a invocação de Nossa Senhora das Dores, havendo sido construídas a primeira no

ultimo quartel do século XIX e a última no ano de 1844.

É também dedicada a Nossa Senhora das Dores a capela do Hospício da Princesa Dona Maria Amélia destinada ao serviço dos doentes ali internados, sendo a primorosa imagem oferecida pelo desventurado príncipe Maximiliano, depois imperador do México e ai barbaramente fusilado no ano de 1867.

Nossa Senhora da Esperança (Capela de). O padre Manuel de Nóbrega fundou no sítio do Vale Formoso, da freguesia de Santa Luzia, uma capela com a invocação de Nossa Senhora da Esperança, no ano de 1744, tendo a escritura de dotação a data de 11 de Dezembro do mesmo ano. Foi demolida há muitos anos.

Havia com a mesma invocação uma capela na freguesia de São Roque, que era bastante antiga e foi centro de uma antiga romagem. O tenente-coronel A. Artur Sarmento publicou em opúsculo uma desenvolvida notícia histórica acerca desta capela.

Nossa Senhora da Estrela (Capela de). «E logo ahi em outra lombada da mesma filha (Beatriz Gonçalves), em hum logar alto de boa vista do mar e da terra, traçou de sua mão o mesmo capitão (Zarco) huma igreja de Nossa Senhora da Estrela, e dice que esta igreja havia de deixar muito encomendada a seus filhos, porque havia muito tempo que desejava edificala em logar de seu gosto.» Eis aí fica a origem da fundação desta capela, como a descreve Gaspar Frutuoso. Foi Diogo Cabral (**V. Cabral**), casado com D. Beatriz Gonçalves da Câmara, filha de João Gonçalves Zargo, que cumpriu os votos do descobridor, mandadas construir esta capela, que foi a cabeça do morgadio por ele instituído. Morreu Diogo Cabral a 15 de Dezembro de 1486, e foi sepultado na capela de que fora o fundador. Quando esta se encontrava já em adiantado estado de ruína, foi a lápide sepulcral que cobria os despojos mortais de Diogo Cabral removida há algumas dezenas de anos para o cemitério paroquial e colocada sobre uma sepultura qualquer, tendo-se por essa ocasião aspado na lágea tumular o epitáfio e brasões de armas de Cabral, ou então foi ali posta invertidamente, ocultando-se a inscrição à vista do visitante mas a ossada do instituidor lá continuou entre os escombros da capela, e dessas ruínas nem hoje se encontram vestígios.

Na capela da Estrela, que não era de pequenas dimensões, se instalou a paróquia por ocasião da sua criação e ali esteve durante bastantes anos. Encontramos algures que esta capela foi construída no ano de 1479 e reedificada em 1560 por Rui de Sousa, bisneta do fundador Diogo Cabral.

Por um antigo livro de Provimentos da igreja de Nossa Senhora do Calhau, que escapou á aluvião de 1803, sabemos que em 1632 existia naquela paróquia a capela de Nossa Senhora da Estrela, ignorando qual fosse o local em que ela se levantava.

Nossa Senhora da Fátima. No sítio do Pico do Galo, freguesia de Câmara de Lobos, fundou o padre António de Abreu Vieira, com donativos colhidos na paróquia, uma capela desta invocação, que foi benzida a 11 de Outubro de 1931.

Nossa Senhora da Fé (Capelas de). Ficava na freguesia de São Martinho uma capela com esta invocação, fundada por Manuel Gonçalves Lisboa no ano de 1668. Deu o nome ao sítio em que foi edificada.

No sítio do Mirante da Terra do Baptista, na freguesia do Porto da Cruz fundou o morgado Diogo Dias de Ornelas e Vasconcellos uma capela da mesma invocação, sendo de 25 de Novembro de 1825 a data da escritura de dotação e de 11 de Agosto de 1826 a vistoria para a licença de nela se poderem celebrar os actos do culto. Já não existe.

Nossa Senhora da Glória (Capela de). Henrique de Bettencourt fundou esta capela em 1599 na freguesia do Campanário. Em 1823 era seu administrador o morgado Luís Correia. Foi há poucos anos restaurada pela condessa de Torre Bela, a quem pertence (1921).

Nossa Senhora da Graça (Capelas de). Era a capela de N. S. da Graça uma das mais antigas do Porto Santo. No princípio do século passado, sob os auspícios de Manuel Inácio de Avelar Brotero, governador daquela ilha, se procedeu à sua reconstrução, em vista do estado de ruína em que ela se

encontrava, mas não chegou nunca a concluir-se. Não seria de acanhadas dimensões e afirma-se que era a reprodução minúscula dum celebre santuário de Itália. Oferecia a singularidade de interiormente ter a forma octogonal. Ainda restam as paredes, em parte desmanteladas pela acção do tempo e pelo vandalismo dos homens.

Na vila de Machico se encontra uma capela dedicada a Nossa Senhora da Graça, da qual apenas sabemos que é bastante antiga e que foi reconstruída pela respectiva confraria no ano de 1750.

Com a mesma invocação, existiu uma capela na freguesia de Santa Cruz, erigida em 1520 por Pedro Alvares de Almada.

Na freguesia da Sé «sita junto ao Ribeirinho desta cidade», edificou o chantre Domingos de Andrade e Alvarenga no ano de 1699, uma capela com a invocação de Nossa Senhora da Graça.

Nossa Senhora da Incarnação (Capela de). No sítio dos Louros, da freguesia de São Gonçalo, segundo afirma o anotador das Saudades, houve uma capela desta invocação, tendo sido fundada por Diogo Bernardes Branco, no ano de 1656.

No sul da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, na partilha da paróquia de Câmara de Lobos, se encontra a capela de Nossa Senhora da Incarnação, que tem sobre o pórtico a data de 1671, que deve ser a da sua construção. Pertenceu ao morgado João José de Ornelas Cabral e é hoje propriedade de D. Maria Teresa Figueira.

Vid. Convento da Incarnação (1-306).

Nossa Senhora de Jesus (Capela de). Com o orago de Nossa Senhora de Jesus, a primeira capela que temos encontrado, diz o Dr. Álvaro de Azevedo, é a que fundou João Bettencourt de Atouguia na freguesia de São Martinho, no ano de 1656.

Nossa Senhora do Livramento (Capelas de). Levantava-se na freguesia do Caniço uma capela dedicada a Nossa Senhora do Livramento, no sítio que ainda hoje conserva este nome. Foi objecto dumha antiga e concorrida romagem, que ainda actualmente se faz á igreja paroquial, desde o tempo em que se demoliu a capela, da qual nem hoje restam vestígios. Parece ter sido construída por meados do século XVII, atribuindo-se a sua fundação a Sebastião de Oliveira, que possuía terras naquele sítio.

Com a mesma invocação, conhecemos ainda uma capela na freguesia da Ponta do Sol, outra na freguesia do Monte, outra na freguesia do Estreito da Calheta e uma quarta na freguesia de S. Vicente.

A primeira destas capelas foi mandada construir por Diogo Ferreira de Mesquita e sua mulher D. Isabel de Meneses, em 1656, sendo dotada por escritura de 14 de Setembro do mesmo ano; a segunda foi edificada por Inácio Ferreira Pinto, em 1684, e reconstruída um século depois por João José Bettencourt de Freitas, realizando-se a vistoria para nela se poderem realizar os actos do culto a 5 de Julho de 1784; a terceira, que é de recente fundação, foi mandada construir por D. Inacia Bettencourt Perestrelo no ano de 1858, sendo de 11 de Setembro do mesmo ano a escritura de dotação e de 17 de Abril de 1860 a vistoria canónica; e a ultima foi erigida em 1685 pelo padre Manue1 Gomes Garcês.

A capela de Nossa Senhora do Livramento da freguesia do Estreito da Calheta, é hoje (1921) propriedade de Francisco Bettencourt Pimenta e está situada no Lombo dos Reis.

Nossa Senhora do Loreto (Capela de). Acerca desta capela se lê num antigo livro do arquivo paroquial da freguesia do Arco da Calheta o seguinte trecho: «esta ermida é magnífica por sua architectura e fabrico, foi feita nos princípios desta freguesia... foi seu primeiro fundador homem ilustre da notabilissima família dos Câmaras, como mostra o escudo das suas armas no alto da porta principal. . . nesta capela está a cabeça dum morgado que administraram muitos anos os priores da Esperança de Lisboa... e são todas as fazendas que divide o Ribeiro do Ledo para a banda de leste. . . ». Henrique Henriques de Noronha dá mais os seguintes esclarecimentos: «Pedro Gonsalves da Câmara, filho 3.^o do segundo donatario João Gonsalves da Câmara casou com D. Joana de Eça, que foi dama da rainha D. Catharina, mulher de D. João 3.^o . . . reedificou o mosteiro da Esperança, em Portugal e fez a ermida de Nossa Senhora do Loreto, no Arco da Calheta, aonde teve nobres casas, de que se não vê hoje mais que

ruínas: vê-se o seu retrato naquela ermida». Deixou D. Joana de Sá esta capela e as terras que lhe ficavam anexas ás freiras do convento da Esperança, de Lisboa, que, por seu turno as venderam a Francisco Luís de Vasconcelos Bettencourt, instituindo este ali a sede dum morgadio.

Lemos algures que foi construída no ano de 1510.

Nossa Senhora da Luz. Foi tomada para padroeira dos estudos na Madeira nos fins do terceiro ou princípios do ultimo quartel do século XVIII, e por isso lhe faziam os estudantes uma festa anual que durou, segundo cremos, até 1855. Havia por essa ocasião outeiro, a que concorriam os poetas da ilha.

Em Setembro de 1880, verificou-se na igreja do Colégio a referida festa, que havia 25 anos se não realizava, mas sem que para ela concorressem os alunos do liceu, que eram noutras épocas os seus principais promotores.

Nossa Senhora da Madre de Deus (Capelas de). Vid. Madre de Deus a pág. 326.

Nossa Senhora Mãe dos Homens. No Caminho do Meio, freguesia de Santa Maria Maior, existe uma capela com esta invocação, que é propriedade do Visconde de Caongo.

Nossa Senhora das Maravilhas (Capela de). Na quinta das Maravilhas, no largo do mesmo nome, fundaram em 1657 uma capela desta invocação, Diogo Bettencourt Correia e sua mulher D. Catarina da Silva, tendo escritura de dotação de 18 de Agosto do mesmo ano. Foi reconstruída em 1736 por D. Mariana da Silva, havendo sido vistoriada para nela se poder celebrar missa, a 20 de Novembro do ano referido. Já não existe.

Com igual invocação, existiu uma capela no sítio do Passo da freguesia da Madalena do Mar.

Gaspar Betencourt de Andrade instituiu outra em 1658 na freguesia de S. Pedro.

Nossa Senhora das Mercês (Capela de). O capitão Gaspar Homem de El-Rei e sua mulher D. Isabel Florença fundaram na freguesia do Arco da Calheta, no ano de 1650, uma capela dedicada a Nossa Senhora das Mercês que ficava no sítio chamado das Florenças.

Nossa Senhora dos Milagres (Capelas de). Brás de Freitas da Silva construiu na freguesia do Monte, em terras do seu morgadio e no ano de 1661, uma capela consagrada á invocação de Nossa Senhora dos Milagres, e o anotador das Saudades faz menção duma capela do mesmo orago, fundada em 1662 por Pedro Ferreira de Mesquita, na freguesia da Ponta do Sol.

Nossa Senhora do Monserrate (Capela de). Nas proximidades do antigo pelourinho da vila da Calheta se levantava a capela de Nossa Senhora do Monserrate, que desde há muito não existe.

Nossa Senhora do Monte (Capela de). Os moradores dos sítios do Lombo das Adegas e Terças, da freguesia da Ponta do Sol, pediram licença no ano de 1750 para construir uma capela, alegando a distancia a que moravam da igreja paroquial e o desejo que tinham de edificar um pequeno santuário destinado a guardar a veneranda imagem de Nossa Senhora do Monte, e prestar-lhe culto, que se achava num pequeno oratório coberto de colmo e sem a decência devida à mesma imagem. Teve escritura de dotação celebrada a 7 de Julho de 1750, sendo concedida licença para a respectiva benção a 15 de Setembro de 1751. Vinte e quatro anos depois foi acrescentada, procedendo-se à sua nova bênção a 10 de Junho de 1775.

Na noite de 1 de Junho de 1810, forçaram as portas da capela e dali retiraram a imagem de Nossa Senhora, que colocaram a certa distancia, despojando a mesma imagem de todas as jóias que a ornavam, o que causou o maior sentimento de pesar em toda a população. Foi conduzida para a igreja paroquial e, depois de vários actos de desagravo, conduzida processionalmente e com a maior solenidade para a mesma capela, a 6 de Agosto de 1810.

Nossa Senhora do Monte (Freguesia de). Embora seja este o seu histórico e verdadeiro nome e desta maneira se ache escrito nos documentos oficiais, a começar pelos que se guardam no respectivo arquivo paroquial, é, porém, certo que se tornou mais geralmente conhecida pela denominação de freguesia do Monte, em atenção às tendências simplificadoras da linguagem popular, que procura sempre seguir a lei do menor esforço.

Apesar do nome que conserva, não fica situada no cume ou nas vertentes dum isolado monte, mas demora a meia encosta das elevadas montanhas que circuítam os arredores da cidade. O importante núcleo de população, que, logo nos primeiros tempos, se constituiu no Funchal junto das margens do oceano, foi-se gradualmente estendendo e alargando pelas lombas e outeiros circunvizinhos, procurando por vezes lugares invios e quasi inacessíveis. Não tardaria que o desbravamento dos arvoredos e matagais, e o correlativo arroteamento das terras, alcançasse as alturas desta freguesia ao menos nos limites que a confinavam com o primitivo Funchal. Os casais iriam lentamente avançando pela escalada da abrupta serrania, e lá mais no alto se encontrava já a pequena e devota ermida de Nossa Senhora do Monte, que emprestou o nome ao sítio e depois á futura freguesia.

A origem desta paróquia vem da fazenda povoada que ali tinha Adão Gonçalves Ferreira, o primeiro homem que nasceu nesta ilha e que era filho de Gonçalo Aires Ferreira (V. pág. 21), o mais distinto companheiro de Zargo na descoberta do arquipélago. Como geralmente acontecia, era uma pequena capela o centro em torno do qual se agrupavam os primeiros povoadores, tendo Adão Ferreira levantado ali pelos anos de 1470 uma modesta ermida, que parece ter tido o nome primitivo de Nossa Senhora da Incarnação, passando depois a chamar-se Nossa Senhora do Monte, devido certamente ás condições orograficas do local, que bem justificavam a nova e apropriada denominação. Outros afirmam que a milagrosa aparição da imagem da Santíssima Virgem, que logo começaram a chamar Nossa Senhora do Monte, é que deu origem a que a capela tomasse este nome, que se transmitiu ao sítio e mais tarde a toda a paróquia.

A lenda dessa aparição miraculosa vem narrada, nos seguintes termos, no verso das gravuras que representam a pequenina e veneranda imagem: «Ha mais de 300 anos, no Terreiro da Luta, cerca de 1 quilómetro acima da igreja de N.^a S.^a do Monte, uma Menina, de tarde, brincou com certa pastorinha, e deu-lhe merenda. Esta cheia de jubilo, refere o facto á sua família, que lhe dão deu credito, por lhe parecer impossível que naquela mata erma e tão arredada da povoação aparecesse uma Menina. Na tarde seguinte

reiterou-se o facto e a pastorinha o recontou. No dia imediato, à hora indicada pela pastorinha, o pai desta, ocultamente, foi observar a scena, e viu sobre uma pedra uma pequena Imagern de Maria Santissima, e á frente desta a inocente pastorinha, que a seu pai inopinadamente aparecido, afirmava ser aquela Imagem a Menina de quem lhe falava. O pastor, admirado, não ousou tocar a imagem, e participou o facto á autoridade que mandou coloca-la na capela da Incarnação, próxima da actual igreja de «N.^a S.^a do Monte», nome que desde então foi dado aquela veneranda Imagem.» Esta narrativa não difere essencialmente duma descrição manuscrita, que possuímos, do meado do século XVIII, a qual por sua vez se baseava numa ininterrupta tradição oral. Nessa descrição se encontra o seguinte interessante pormenor: «No dia seguinte amanheceu a S.^a fora da Hermida, na fonte a ella vezinha sobre hua pedra naqual sevem ainda hoje alguns caracteres antigos que mal se percebem...» Esta pedra preciosíssima, diz o padre Joaquim Plácido Pereira, ficou soterrada no fundo do Ribeiro de Nossa Senhora, quando a Câmara Municipal do Funchal mandou ampliar o Largo da Fonte, em 1896.

A capela fundada por Adão Gonçalves Ferreira foi a sede da paróquia, quando esta teve a sua criação por alvará régio de 7 de Março de 1565. As acanhadas dimensões do pequeno templo obrigaram talvez ao acrescentamento dele pouco depois da criação da freguesia, tendo também, no ano de 1688 o Conselho da Fazenda autorizado a despesa de 900\$000 réis para a construção duma nova igreja, o que parece se não realizou, por isso que em 1739, isto é 50 anos depois, se mandaram dar de arrematação, por 6.742\$000 réis, as obras da edificação dum novo templo.

De tudo parece concluir-se que a primitiva ermida sofreu algumas transformações no decorrer dos tempos, mas que perdurou até o ano de 1741, em que foi inteiramente demolida, tendo-se no dia 10 de Junho deste ano realizado o lançamento da primeira pedra. A nova construção foi dada por concluída no ano de 1747, dispendendo-se nela a importância de 3.454\$292 réis proveniente de vários donativos e esmolas dos fiéis, além da mencionada quantia de 6.742\$000 réis, concedida pelo erário publico. Continuaram, porém, as obras de ornamentação e da construção de varias dependências da igreja e das casas que lhe ficam anexas.

Um ano depois, o terremoto de 1 de Abril de 1748 (V. Tremores de terra), que tantos prejuízos causou nesta ilha, deixou bastante danificada a nova igreja, que exigia importantes e imediatas reparações. Sem demora se iniciaram os respectivos trabalhos, que, no entretanto, prosseguiram com lentidão, levando alguns anos o seu total e definitivo acabamento. Aproveitou-se o ensejo para corrigir quanto possível alguns graves erros cometidos na construção começada no ano de 1741, o que tornou mais avultado o custeio das reparações

que ali se fizeram. Segundo uma nota lançada num dos livros do arquivo paroquial, o dispêndio total das obras, incluindo o templo com o seu adro e escadarias, muralhas, as casas anexas e vários ornamentos e alfaias, foi de 200:445\$500 réis, quantia, sem dúvida, bastante considerável para a época. Para acudir a essas avultadas despesas, fizeram-se peditórios em toda a ilha, tendo também contribuído muito para elas a Confraria dos Escravos de Nossa Senhora do Monte, instituída em 1750 pelo bispo D. Frei João do Nascimento, que em breve se estabeleceu em todas as paróquias, despertando grande devoção entre os fiéis e cujas receitas foram na sua quasi totalidade aplicadas aquele fim.

A igreja do Monte, que foi sagrada pelo bispo D. Frei Joaquim de Meneses e Ataide a 20 de Dezembro de 1818, não apresenta na sua arquitectura, nos seus ornatos e decorações, quadros, pinturas ou trabalhos de talha em madeira, uma obra artística de notável valor ou de aprimorada factura, que chame a atenção dos visitantes, ou mais ainda dos entendidos em cousas de arte, mas é sem dúvida um dos mais bem proporcionados templos desta diocese, que, pelos seus traços arquitectónicos, algumas decorações internas, vários quadros e belezas de conjunto, merece ser visitado. Como a aprazível e encantadora estancia do Monte tem sido sempre visitada pelas mais altas personagens que passam nesta ilha, a respectiva igreja tem igualmente merecido a visita de muitas dessas personagens, contando-se entre elas as duas imperatrizes do Brasil-Leopoldina e Amelia-imperatriz da Austria, Isabel, infante D. Luis, depois rei de Portugal os reis D. Carlos e D. Amelia, etc.. Nesta igreja se encontra a sepultura provisória do imperador da Austria, Carlos, que faleceu nesta freguesia a 1 de Abril de 1922 e do qual nos ocuparemos em outro lugar desta obra.

Gaspar Frutuoso, que escreveu as Saudades no ano de 1590, não se refere ao culto tão generalizado em toda a ilha, prestado a Nossa Senhora do Monte, fazendo no entretanto menção dum facto miraculoso (Saudades, pág. 250), sucedido por ocasião do terrível saque que os huguenotes deram no Funchal, no dia 3 de Outubro de 1566. É, porém, muito antiga a devoção consagrada em todo o arquipélago á Senhora do Monte, e desde o segundo quartel do século XVII que, no respectivo arquivo paroquial, se encontram muitas referências a esse culto e se fazem narrações de sucessos extraordinários atribuídos à intercessão da Santíssima Virgem, por intermédio da piedosa imagem que ali se venera. Contudo, parece certo que depois da instituição da Confraria dos Escravos de Nossa Senhora do Monte, por meados do século XVIII, é que se tornou mais intenso e mais se generalizou por todas as freguesias da Madeira esse culto, começando então as peregrinações e romagens ao respectivo templo a ser de maior afluência de fiéis, que pelos anos fora têm sempre crescido e consideravelmente aumentado, constituindo hoje a mais concorrida romaria de toda a ilha e contando-se por dezenas de milhares os indivíduos que por ali estacionam nos dias 14 e 15 de Agosto

de cada ano.

Depois da aluvião de 9 de Outubro de 1803 (vol. I, pág. 54 e ss.), o bispo diocesano, cabido, clero e fiéis colocaram a ilha, e especialmente a cidade, sob a protecção de Nossa Senhora do Monte, o que foi confirmado por Rescrito Apostólico de Pio VII, de 21 de Julho de 1804, sendo então instituída a festa do Patrocínio de Nossa Senhora do Monte, celebrada a 9 de Outubro de cada ano, com procissão solene que da Catedral se dirigia á igreja paroquial de Santa Maria Maior. O nove de Outubro foi em outro tempo dia santo de preceito, precedido de vigília própria com jejum.

A capela fundada por Adão Gonçalves Ferreira, teve seu capelão privativo, e já em 1565 quando nela se estabeleceu a sede da paróquia, ali se exerciam há muito as funções cultuais. O primeiro pároco que teve esta freguesia foi Bento Fernandes, seguindo-se-lhe neste cargo os padres António de Amorim, Sebastião de Amorim, Pedro Nunes de Afonseca, Pedro Nunes Furtado, Pedro Noronha de Mendonça, Inácio Espinola de Castro e Meneses, etc.. Ao primeiro pároco foi arbitrado o ordenado anual de 12 000 réis, que, por alvará régio de 1 de Março de 1577, foi acrescentado com dois mil réis e um moio de trigo, tendo então a freguesia 58 fogos, ou sejam menos de 300 habitantes. O alvará régio de 9 de Junho de 1581 elevou a côngrua a 25.000 réis anuais e o de 27 de Abril de 1591 fixou esse vencimento em 16.000 réis em dinheiro, um moio de trigo e uma pipa de vinho. Não conhecemos a data da criação do curato desta freguesia, mas julgamos que deve ter sido na segunda metade do século XVIII.

Lembrou-se alguém de chamar a esta freguesia a Sintra Madeirense, tendo o antigo e distinto jornalista João Augusto de Ornelas tornado conhecido esse nome pela vulgarização que dele fez nos seus escritos. Já hoje é com tal denominação citada em varias obras nacionais e estrangeiras. Sem querer negar ou justificar a razão do gracioso nome, não pode pôr-se em duvida que esta paróquia é das mais belas e encantadoras da Madeira, não somente pela sua pujante vegetação, surpreendentes panoramas, pitoresco e amenidade do lugar, situação admirável e sobranceira à cidade, mas também pela frescura do sítio, limpidez e pureza das suas águas, os seus belos passeios, o seu formoso parque, os seus excelentes hotéis, o ascensor, o restaurante Esplanade, e ainda igualmente as suas numerosas quintas e casas de campo, que por toda a parte se encontram, sendo esse conjunto de tão apreciáveis circunstancias que torna o Monte o arrabalde opulento e nobre do Funchal, a estancia preferida para a quadra estival, um verdadeiro e apetecido éden para os favorecidos da fortuna (1921).

Entre essas quintas, destaca-se a conhecida Quinta do Monte, que é uma das mais belas e ricas da Madeira, pela sua sumptuosa casa de habitação, opulenta e artisticamente mobilada, magníficos jardins, matas, hortas e pomares, donde se desfrutam vastos e surpreendentes panoramas. Foi construída pelo súbdito inglês James David Gordon no segundo quartel do século passado, passando depois á posse de Leland Cossart, e sendo hoje propriedade de Luís da Rocha Machado. (V. Almanach do Diário da Madeira, de 1915, pág. 6). Ali residiu alguns meses e ali faleceu em Abril de 1922, o imperador Carlos de Austria. - O cônsul inglês Charles Murray edificou por meados do século XVIII a quinta do Belo Monte. Em 1817, era seu proprietário Roberto Page, que ali recebeu a imperatriz do Brasil, Leopoldina. Passou mais tarde á casa da Calçada, pertencendo hoje ao capitão Francisco W. Frasão Sardinha (1921). -A quinta do Pico da Pedra foi há poucos anos construída pelo banqueiro Luís da Rocha Machado para sua residência (1921).

Apenas nos referimos especialmente a estas quintas, porque teríamos que ir longe, se pretendêsemos ocupar-nos das outras vivendas de verão, algumas das quais são excelentes e confortáveis casas de campo, que se encontram dispersas nesta freguesia.

Um dos elementos de prosperidade e engrandecimento da freguesia do Monte, foi a construção do elevador, que atrai ali a maior parte dos estrangeiros em transito pelo nosso porto e que são muitos milhares em cada ano. O caminho de ferro, desde o Pombal até ao Terreiro da Luta, tem aproximadamente quatro quilómetros de extensão, e já dele nos ocupámos a pag. 221 do 1.º volume desta obra(1921).

A freguesia do Monte é hoje servida por uma estrada de propriedade particular, destinada a automóveis, o que bastante concorre para a maior afluência de forasteiros àquela localidade. Foi construída há poucos anos, ficando num dos extremos da estrada da Levada de Santa Luzia e no prolongamento da Avenida Pedro José de Ornelas.

Não pode deixar de merecer-nos uma especial referência o característico meio de locomoção empregado em conduzir os visitantes que do Monte regressam à cidade. São uns pequenos carros de vimes, imitando os trenós russos, que resvalam vertiginosamente pela declivosa ladeira, impelidos por indivíduos longamente adestrados neste serviço e que a ele quasi se dedicam exclusivamente. São inúmeras as referências que a este típico meio de condução se encontram em muitas obras nacionais e estrangeiras. Apesar do perigo que ele naturalmente oferece, são raros os desastres ocorridos, devido à extrema perícia dos condutores (vol. I,

pág. 252).

Seria aqui notada a falta duma referência especial ao Terreiro da Luta e seu restaurante, ao parque Leite Monteiro, á Capela-Monumento e á Fonte da Senhora, se noutras lugares desta obra não nos ocupássemos particularmente destes pontos, que bastante interessam à historia desta freguesia. (V. Terreiro da Luta, Parque Leite Monteiro e Capela-Monumento).

O rev.^º padre José Marques Jardim, actual pároco da freguesia do Monte, lida no louvável empenho de levantar um monumento à Virgem Santíssima, nas proximidades do Terreiro da Luta, isto é, onde a tradição local afirma que se deu a aparição miraculosa de Nossa Senhora, tendo para esse fim realizado uma viagem á América do Norte com o intuito de angariar alguns donativos para a construção da grande estátua, que fará parte do mesmo monumento (1921). Vid. Monumentos.

Alguns dos pontos em que aqui tocámos, foram mais largamente versados pelo Rev. padre Joaquim Plácido Pereira no seu primoroso opúsculo Nossa Senhora do Monte, Padroeira da Ilha da Madeira, que é uma interessante monografia acerca daquela freguesia.

Nossa Senhora da Natividade (Capela de). No sítio do Faial, da freguesia de Santa Maria Maior, na quinta que tem aquele nome, se encontra a capela de Nossa Senhora da Natividade, ou do Faial, como é mais vulgarmente conhecida. Foi construída nas terras do vinculo instituído por Simão Acciaioly, que faleceu em 1544. Edificou esta capela Zenobio Acciaioly, seu filho e sucessor na administração do morgadio.

Nossa Senhora da Nazaré (Capelas de). Há uma capela com este nome, na freguesia do Arco da Calheta, que foi a sede dum morgadio instituído pelas duas irmãs Antonia de Cristo e Leonarda do Horto na pessoa de seu sobrinho Francisco Friz de Barros Maciel. Foi este que edificou a capela pelo terceiro ou ultimo quartel do século XVII. Para ela fez trasladar em 1694 os restos mortais de seu tio o padre Inacio Barbosa da Silva, que era irmão das instituidoras do vinculo e que tinha sido um dos proprietários do prédio em que a capela se levantara. Tendo caído em grande ruína, foi esta capela reedificada em 1830 por Antonio

João Barbosa de Matos e Câmara, descendente dos fundadores.

Existe com a mesma denominação uma capela na freguesia de Câmara de Lobos, fundada em 1757 por Maria do Rosário Henriques, viúva de Pedro Bernardes Cardeiro. A respeito desta ou outra possuidora desta capela, dá o Dr. Alvaro de Azevedo a seguinte curiosa informação:

«É tradição entre os pescadores de Câmara de Lobos que no princípio deste século a morgada da Nazareth, armada de espadim, se collocava no alto onde é a capella; chamava os barcos de pesca que vinham entrando no porto; e, por privilegio ou abuso, delles tomava o peixe que queria e o pagava como lhe parecia.»

Existe ainda na freguesia de São Martinho, no sítio chamado da Nazaré, uma capela dedicada a esta invocação, que foi fundada por Martim Vaz no ano de 1627.

Nossa Senhora das Neves (Capela de). Referindo-se a esta capela, diz Frutuoso: «... está huma igreja de Nossa Senhora das Neves, á vista do Funchal, sobre huma ponta que se chama o Garajao, huma legoa antes de chegar á cidade.» É muito antiga e das poucas capelas do século XVI que ainda restam de pé, embora tenha sofrido algumas modificações no decorrer dos tempos. Foi fundada por João Afonso Mealheiro e sua mulher Catarina de Sá. Falando dele, diz o Dr. Rodrigues de Azevedo: « . . . foi um dos primeiros povoadores da ilha da Madeira, e teve sesmaria na Ribeira-Secca, de S. Gonçallo, até o Caniço. Sua mulher Catharina de Sá, ou Pires, fez o morgado das Neves, e o deixou a seu sobrinho, o almoxarife João Cabral; mas por parte da fazenda real foi o mesmo morgado vendido, para pagamento de alcance; comprou-o Lopo Machado de Goes, e de novo o instituiu seu filho Bartholomeu Machado».

Lemos algures que em 1692 passou esta capela à posse de D. Guiomar Castelo Branco, filha de Gaspar Vilela e casada com Antonio Correia. No último quartel do século XIX, o comerciante inglês João Blandy fez compra desta capela e terras adjacentes a entestarem com a magnífica propriedade do Palheiro Ferreira, também adquirida pelo mesmo comerciante. João Blandy fez importantes reparos na capela e alargou o respectivo adro.

A capela das Neves deu o nome ao sítio, foi a sede dum curato e nela se instalou a paróquia de São Gonçalo, por ocasião da sua criação.

A pág. 80 das Saudades da Terra, conta o ingénuo Gaspar Frutuoso a luta que nas proximidades desta capela teve um clérigo com o diabo, que tentou lançar ao mar o eclesiástico das alturas da rocha do Garajau.

Nossa Senhora da Paz (Capela de). Foi fundada em 1621 pelo presbítero Jerónimo da Silva e ficava situada na freguesia de Santa Maria Maior.

Vid. Monumentos e Terreiro da Luta.

Nossa Senhora da Pena. (Capela de). Em terreno pertencente então á freguesia do Monte, se erigiu em 1657 a capela desta invocação, que teve por fundadores a Duarte Mendes de Miranda e sua mulher D. Beatriz de Vasconcelos, dotando-a por escritura publica de 20 de Setembro do mesmo ano. O terramoto de 1748 deixou a capela muito arruinada, tendo sido logo reconstruída por António José Espinola, neto dos fundadores, que a mudou para local mais apropriado, nas imediações da primitiva construção.

Nossa Senhora da Penha de França (Capela de). Na rua da Penha de França, desta cidade, fica situada a capela deste nome. Foi fundada em 1622 por António Dantas, tendo sido reedificada no ano de 1712. Tornou-se o centro duma concorrida romagem, acorrendo ali romeiros de diversos pontos da ilha. Tinha anexa uma casa destinada a recolher os que vinham das freguesias mais distantes cumprir os seus votos á Senhora da Penha. No ano de 1755 se fizeram nela importantes reparos, à custa dos donativos dos fiéis. Por 1818, foi encorporada nos bens nacionais e dada ao bispo diocesano, tendo sido então a casa dos romeiros transformada em residência de verão dos prelados desta diocese. Nesse tempo era ainda o sítio considerado como um subúrbio da cidade. Deixou algum tempo de pertencer à mitra, por motivos que desconhecemos; em 1838 passou de novo á posse dos prelados. Anos depois fizeram-se ali reparos por conta do estado, o que provocou uma interpelação e discussão no seio do parlamento. A capela da Penha tinha capelão privativo, e durante muitos anos foi o seu culto sustentado pela casa Carvalhal.

Alguns dos prelados têm tido ali residência temporária, e o bispo D. Manuel Agostinho Barreto fez da pequena casa a sua habitação permanente, atraindo-o o aprazível do local, a sua situação sobranceira ao

mar e ainda por ficar afastada do centro e ruídos da cidade. Estava ali residindo o prelado D. José da Costa Torres, quando, a 6 de Outubro de 1796, viu a casa cercada de tropas e foi obrigado a embarcar imediatamente «sem se despedir, diz um manuscrito do tempo, de pessoa alguma, nem do SS. Sacramento; e thê agora ignora-se o motivo deste affectado embarque de noite e por portas travessas».

De 27 de Novembro de 1840 a 9 de Janeiro de 1841, residiu nesta casa o nosso grande poeta Castilho (V. Castilho), que veio então a esta ilha acompanhar o seu irmão o cónego Augusto Frederico de Castilho, que ali sucumbiu a 30 de Dezembro e jaz sepultado no cemitério das Angústias. Castilho no elogio histórico do irmão, proferido no conservatório real de Lisboa, referiu-se á sua estada na Madeira e em especial á casa contígua á capela, nos seguintes termos: «... vivenda em um formoso arrabalde da cidade e residência parochial de Nossa Senhora da Penha de França; casa humilde, alegre e solitária como a do nosso monte, e não só vizinha do seu templo, mas abraçada com elle, talhada como de molde para ambas as saudes: para a do corpo pelo lavado dos ares, pela tranquilidade do sítio e pela vizinhança do mar, que banha os pés do seu modesto jardim e quasi chega a espelhar as suas bananeiras; para a do espírito por todas estas mesmas circunstancias de formosura e grandiosidade da criação e pelo culto da Virgem...»

O prelado D. Manuel Agostinho Barreto, que ali viveu mais de trinta anos, deixou como ultima disposição testamentaria, que os seus restos mortais fossem « trasladados em pequena urna para o adro da capella da Penha, em frente e junto da porta principal, cobrindo-os uma singela lápide onde se gravará o seu uome, com as datas do nascimento e óbito, tendo no alto uma cruz e em baixo as letras P. N. A. M. para implorar dos fiéis que passarem ao menos um piedoso Requiem aeternam.»

Na freguesia do Monte construiu Luís Gonçalves Mercador, em 1620, uma capela dedicada a Nossa Senhora da Penha de França, e no sítio da Fazenda, da freguesia do Faial, se edificou no ano de 1685 uma capela com a mesma invocação. Oferece esta ultima capela a singularidade de ser cavada e construída num solitário bloco de cantaria mole. As paredes, o tecto, o pavimento, o altar, o pórtico, tudo foi talhado na enorme pedra, tornando uma só peça. Foi fundada por António Teixeira, 5.^º neto do descobridor Tristão Vaz, sendo a escritura da dotação de 13 de Agosto de 1685.

Num interessante artigo publicado no Correio da Madeira de 22 de Setembro de 1922 e que julgamos pertencer á autoria do padre Fernando de Meneses Vaz, encontram-se alguns curiosos pormenores acerca desta capela, entre os quais avulta o de ter sido primitivamente destinada a servir de pequena mesquita a vários escravos mouros. Dá o autor do artigo a capela como fundada por Irvão Teixeira no primeiro quartel

do século XVI, sendo certo que a data que deixamos apontada foi colhida num documento oficial que se encontra arquivado na Câmara Eclesiástica da Diocese.

Na quinta chamada dos Ferreiros, na freguesia da Calheta, mandou o medico Manuel Fernandes Gomes erigir uma capela dedicada á Senhora da Penha de França, no ano de 1682, dotando-a por escritura publica de 15 de Junho do mesmo ano.

No ano de 1670 fundou Maria do Rosário Arvelos uma capela com a mesma invocação na freguesia de Santa Cruz.

Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Capela de). No ano de 1244 fez Francisco de Freitas Correia edificar uma capela desta invocação no sítio da Queimada da freguesia de Água de Pena.

Nossa Senhora da Piedade (Capelas de). Uma capela desta invocação se encontra na freguesia do Caniçal, no alto duma escarpada rocha sobranceira ao mar. Quem dobra a ponta de São Lourenço, defronta logo com a pequena ermida a alvejar no cimo do alcantilado monte. Em outro tempo, teve adjunta uma casa destinada a recolher os devotos que ali iam em romarias. Lemos algures constar da tradição que a edificação desta capela é o fruto do voto de marinheiros que, vendo o seu navio prestes a despedaçar-se contra os fraguedos da costa, prometeram erigir na cumiada do monte uma pequena ermida dedicada à Santíssima Virgem. Também a dão como fundada por Garcia Moniz, primeiro administrador do morgadio do Caniçal, ou por algum dos seus sucessores. Há muitos anos pertencia à casa vinculada de São Gil, que tinha o seu solar na Calçada na freguesia de Santa Cruz.

Todos os anos se dirige a esta capela um original préstimo religioso, de que já falámos no artigo consagrado á freguesia do Caniçal.

O padre Manuel Gonçalves Henriques construiu em 1800, junto da casa da sua residência, no sítio da Caldeira, da freguesia de Câmara de Lobos, uma capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade, que dotou, segundo as leis canónicas, pela escritura publica de 3 de Abril do ano referido. E hoje (1921) propriedade do

padre António Rodrigues Diniz Henriques.

Outra capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade se levantava no sítio chamado da Vargem de Baixo, da freguesia da Calheta, a qual foi construída em 1657 pelo capitão António Moniz de Meneses e sua mulher D. Catarina de Meneses, e na área do morgadio do Vale da Bica, na Lombada dos Esmeraldos (*V. este nome*), na freguesia da Ponta do Sol, onde chamam o Jangão, se construiu uma pequena capela com a mesma invocação, em ano que não podemos precisar. Em 1777, o administrador daquele vínculo, Francisco de Ornelas e Vasconcelos, acrescentou e melhorou a capela, sendo a 3 de Agosto daquele ano concedida autorização para ser novamente benzida. A 12 de Outubro de 1879, o arcebispo de Goa, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, benzeu de novo a mesma capela e nela celebrou missa, depois dos reparos a que ali mandou proceder seu irmão, o par do reino Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, 15.^º administrador do referido morgadio do Vale da Bica.

O pequeno largo formado pela rua da Carreira (Dr. Vieira), e a rua das Pretas (Câmara Pestana), ainda hoje é conhecido pelo nome de Largo da Igrejinha. Proveio esta denominação de ali ter existido uma capela ou pequena igreja, dedicada a Nossa Senhora da Piedade, que em 1613 fora mandada construir por Domingos Rodrigues Garcês, sendo demolida pela Camara Municipal em 1836.

Numa das notas das Saudades da Terra se faz menção da capela de Nossa Senhora da Piedade, que existiu na freguesia de São Gonçalo, e que foi construída em 1722, por João Rodrigues Oliva, e na freguesia do Monte fundou D. Escolástica Lomelino de Vasconcelos, viúva de João de Freitas da Silva, uma capela da mesma invocação, no ano de 1728. A respectiva escritura de dotação e auto de vistoria têm a data de 6 e 25 de Junho do referido ano.

Francisco Álvaro Homem erigiu uma capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade, na freguesia do Estreito da Calheta, pelos anos de 1641, mas há muito que não existe.

Na quinta das Cruzes com porta para o largo que tem o mesmo nome, se encontra a capela de Nossa Senhora da Piedade, fundada por Francisco Esmeraldo Henriques, que era o proprietário da mesma quinta. No pórtico tem gravada a data de 1692, mas a respectiva escritura de dotação é de 25 de Maio de 1695, e a 14 de Junho deste ano foi a capela vistoriada para o efeito da celebração dos ofícios divinos. Nela se

encontra actualmente (1921) um carneiro, que se afirma encerrar os despojos mortais de Urbano Lomelino (V. Lomelino), fundador do convento de Nossa Senhora da Piedade (V. este nome) da vila de Santa Cruz.

No sítio do Paço, da freguesia de São Vicente, o padre Manuel de Andrade fez erigir no ano de 1784, uma capela consagrada a Nossa Senhora da Piedade, sendo a escritura de dotação de 16 de Dezembro do mesmo ano, e na freguesia do Jardim do Mar existe também uma capela, com a mesma invocação, que foi fundada no ano de 1736 pelo morgado João de Couto Cardoso, junto das casas de sua residência. Um seu sucessor, Francisco João de Vasconcelos Couto Cardoso, a fez reedificar em 1825, pelo adiantado estado de ruína em que se encontrava, dando lhe maiores proporções e mudando-a para as imediações da antiga ermida. Tem servido de igreja paroquial. É seu actual proprietário (1921) Francisco João de Vasconcelos, directo representante do seu fundador e restaurador.

Uma capela da mesma invocação existiu na freguesia do Porto da Cruz, que era pertença do morgadio instituído por António Teixeira, conhecido pela alcunha do Rei Pequeno (V. Teixeira). Era das mais antigas da capitania de Machico e já no primeiro quartel do século XVI se achava bastante arruinada. Um dos sucessores na administração desta capela, Manuel de Carvalho Valdavesso, a fez reconstruir em 1734, sendo concedida licença para a bênção dela a 8 de Setembro do mesmo ano. Em 1814, sendo seu administrador Tristão Teixeira de Vasconcelos Saavedra, foi ela encerrada, em virtude do estado de ruína em que se encontrava, sendo as respectivas alfaias recolhidas à igreja paroquial, onde se vê ainda o velho retábulo que figurava no altar da referida capela.

Nossa Senhora do Pilar (Capela de). No caminho e sítio do Pilar, da freguesia de São Martinho, se encontra a quinta e capela daquela denominação, que foi fundada no ano de 1676 por Gonçalo de Freitas Drumond. É hoje propriedade do Dr. Romano de Santa Clara Gomes (1921).

Nossa Senhora do Pópulo (Capela de) Fica na freguesia de Santo Antonio. A invocação desta capela é de Nossa Senhora do Pópulo, mas ninguém a conhece por este nome, sendo comumente chamada do Pico do Cardo ou da Quinta dos Padres. Esta denominação provém de ficar naquele sítio e na residência que ali possuíam os jesuítas. Ignoramos o ano da sua fundação, mas presumimos que não seja anterior ao primeiro quartel do século XVIII. Os jesuítas adquiriram esta propriedade entre os anos de 1635

e 1714 e ali construíram a casa e capela que, em 1770, juntamente com os terrenos adjacentes, foram vendidas em hasta publica por sete contos de réis. Esta pequena capela, que tem a forma hexagonal e fica quasi contígua à casa de residência. Está em bom estado de conservação e nela se celebram os ofícios divinos.

Nos artigos referentes ao beato Inácio de Azevedo, Jesuítas e capela do Pópulo, públcados na revista Parochia de Santo António do Funchal, se encontra mais larga noticia acerca dos assuntos tocados neste pequeno artigo.

Nossa Senhora dos Prazeres (Capelas de). Em terreno da freguesia do Monte, que depois passou a pertencer á paróquia de Santa Luzia, fundou Tristão Gomes de Castro em 1611, uma capela com a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres.

Com igual invocação, houve uma capela na freguesia de Santa Maria Maior, que era vinculada e em 1610 tinha por administrador João Gomes de Castro. Ignoramos o ano da sua fundação.

Nossa Senhora das Preces (Capelas de). No altar da capela das Preces da freguesia de Santo António, se lê a data de 1708, que é provavelmente a da sua construção. Julgamos que esta capela era de instituição vincular, sendo em 1770 seu administrador o capitão Rodrigo da Costa e em 1796 o morgado Joaquim Manuel de França. A capela e a casa anexa foram reconstruídas em 1856 pela sua então proprietária D. Joana de Albuquerque e França, que ali faleceu a 12 de Fevereiro de 1884. Esta capela deu o nome ao sítio em que foi erigida.

O padre Francisco de Canha e Mendonça fez construir, na freguesia de Câmara de lobos, a capela de Nossa Senhora das Preces, no sítio que depois tomou este nome. Data a sua fundação do ano de 1683. Ainda existe, mas conserva-se fechada ao exercício do culto.

Na freguesia de Machico se encontra uma capela dedicada também a Nossa Senhora das Preces, cuja data de construção ignoramos e que foi reedificada por António Tiago da Silva, no ano de 1884.

Nossa Senhora da Quietação (Capela de). No sítio dos Alecrins, da freguesia de Santo António, ficava a capela de Nossa Senhora da Quietação, de que hoje nem restam vestígios. Era mais conhecida pelo nome de capela dos Alecrins, e até, numa referência a ela feita no ano de 1680, se lhe chamava igreja dos Alecrins, apesar das suas acanhadas dimensões. A denominação pouco vulgar de Quietação provém da circunstância de ter a capela como orago o mistério que representa o sossego e a tranquilidade que, no retiro da casa de Nazaré, gozava a Santíssima Virgem em companhia do Menino Jesus e do patriarca S. José.

Foram Lourenço de Matos Coutinho e sua mulher D. Mariana de Ornelas de Vasconcelos que no ano de 1670 fundaram esta capela, em cumprimento dum voto que haviam feito à Santíssima Virgem, na quinta que possuíam no sítio dos Alecrins e que tinham herdado de seu pai e sogro, o morgado Bento de Matos Coutinho, o qual por sua vez a houvera, por compra, de Simão Gonçalves da Câmara e Jorge da Câmara Esmeraldo. Foi nesta quinta e capela que em 1677 o seu fundador instituiu o morgadio dos Alecrins. Deste morgadio é hoje representante o Dr. Rui Bettencourt da Câmara (1921).

Nossa Senhora dos Remédios (Capela de). Na freguesia de Santa Cruz, no sítio do Moreno, se encontra uma capela dedicada a Nossa Senhora dos Remédios. Foi edificada pelo vigário Manuel Ferreira Teixeira em 1690 e não no ano de 1610, como diz o anotador das Saudades.

Nossa Senhora dos Remédios e Amparo (Capela de). Anexa à casa solarenga dos viscondes de São João, na rua das Maravilhas, fundou o seu actual proprietário, Dr. Rui Bettencourt da Câmara, uma capela desta invocação, que foi benzida a 1 de Janeiro de 1940.

Nossa Senhora do Rosário (Capelas de). Na freguesia do Campanário foi fundada uma capela desta invocação em 1748 pelo morgado António Leandro da Câmara Leme. A escritura de dotação é de 18 de Julho de 1734, mas só foi vistoriada catorze anos depois, para nela se poderem celebrar os actos do culto.

Na margem direita da ribeira de Santa Luzia, no lugar onde chamam a Fundoa e dentro da área da freguesia de São Roque, se encontra uma capela dedicada a Nossa Senhora do Rosário, que foi construída por João da Paz de Castro no ano de 1668, e com a mesma invocação erigiu Matias de Mendonça e Vasconcelos uma capela na freguesia de Machico, no ano de 1660.

Na freguesia de Santa Cruz existiu uma capela com o orago de Nossa Senhora do Rosário, mas nada sabemos acerca do seu fundador e ano de sua construção.

Não é de pequenas dimensões a capela de Nossa Senhora do Rosário que existe no sítio da Vargem, da freguesia de São Vicente. A capela primitiva, que foi instituída por José Caldeira, tem sofrido varias modificações e acrescentamentos. O cura da paróquia reside habitualmente nas proximidades desta capela e ali exerce as funções do culto religioso.

Houve uma capela da mesma invocação na freguesia de São Jorge, que foi fundada no ultimo quartel do século XVII pelo padre Matias Jorge Jardim, e ficava no sítio da Ilha.

Nossa Senhora da Salvação (Capelas de). No sítio dos Moinhos da freguesia do Caniço, e sobre terras da família Figueiroa de Albuquerque, se encontram ainda as ruínas da capela de Nossa Senhora da Salvação, que, lemos algures, ter sido fundada em 1614 por Francisco Morais de Aguiar.

Com o mesmo nome havia no Funchal, «em um quintal de suas casas em que vivem ás fontes», uma capela construída por João de Bettencourt Henriques e sua mulher D. Antonia de Castelbranco.

Nossa Senhora da Saúde (Capela de). Na rua da Saúde, da freguesia de São Pedro, próximo do largo do Marquês, se encontra ainda, embora não aberta ao exercício do culto, a capela desta invocação, que foi fundada pelo Dr. Pedro Cardoso Valdavesso e sua mulher D. Maria Gondim em 1659, sendo de 4 de Janeiro deste ano a data da escritura da dotação.

Nossa Senhora da Saúde do Monte Olivete (Capela de). Diz uma nota das Saudades

da Terra que esta capela, situada na freguesia de Santa Maria Maior, fora edificada no morgadio instituído por Pedro Lopes de Vasconcelos no ano de 1675. Já não existe e desconhecemos o lugar em que ficava situada.

Nossa Senhora do Socorro (Capelas de). Em adiantado estado de ruína e aplicada a usos profanos, se encontra no sítio da Azenha, da freguesia do Caniço, e junto dum a casa de campo de antigos morgados, a capela de Nossa Senhora do Socorro, ignorando-se o nome do seu fundador e o ano da sua construção.

Diz uma nota das Saudades que houve com esta invocação uma capela na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, fundada em 1684 por Maria de Aguiar, viúva de Gonçalo de Faria Leal.

Existiu na freguesia dos Canhas, no sítio do Socorro, instituída por João Fernandes Linhares, em 1665, e na freguesia do Porto da Cruz existe com este orago uma ermida, que primitivamente teve o nome de Nossa Senhora de Belém. Não sabemos quem fosse o seu fundador, mas pertencia ao morgadio instituído pelo capitão Manuel Telo Moniz de Meneses, da casa da Lagoa da mesma freguesia, que depois se chamou o morgadio Torresão. Foi edificada por 1713 e acha-se em regular estado de conservação, sendo propriedade de D. Cristina de Campos Pinto Soares, residente em Lisboa (1921).

Nossa Senhora do Terço (Capela de). Junto à igreja paroquial da freguesia de Machico, construiu o povo em 1770 uma capela dedicada a Nossa Senhora do Terço.

Nossa Senhora do Vale (Capela de). No sítio do Vale Formoso da freguesia de Santa Luzia, fundou António Vogado uma capela no ano de 1726, a que deu a invocação de Nossa Senhora do Vale e que dotou por escritura publica de 4 de Junho do dito ano.

Nossa Senhora dos Varadouros (Capela de). Varadouros se chamava na praia do Funchal

ao ponto principal do embarque e desembarque de passageiros e mercadorias e ao local particularmente destinado a serem varados os barcos de pequena lotação. Esse pedaço da praia devia aproximadamente corresponder ao espaço ocupado pelos actuais cabrestantes, desde a linha de água até à rua que hoje lhes fica a montante. Nestas proximidades se erguia a pequena capela de Nossa Senhora que julgamos ter tido como orago a Assunção da Virgem, tomando o nome de Varadouros pela situação que ocupava. Depois das capelas de Santa Catarina, São Sebastião e São Paulo, era das mais antigas do Funchal.

A construção, que muitos contemporâneos ainda conheciam e que foi demolida em Abril de 1911, não era a edificação primitiva. Esta levantava-se naquele local, mas directamente no solo e não sobre o arco em que mais tarde foi construída. Quando se pretendeu abrir na cortina de defesa da cidade a principal porta e entrada dela, tornou-se necessária a demolição da antiga ermida, projectando-se então a construção do aparatoso portão e capela, que ficaram formando um só corpo e cuja edificação foi quasi simultaneamente feita. Para isso se abateu a capela pelos anos de 1682, procedendo-se á sua reconstrução no ano de 1689, e pela mesma época se edificaram o arco e portão anexos, que ficaram sendo a entrada principal da cidade. Esta obra deve-se a D. Lourenço de Almada, que foi Governador e Capitão-General da Madeira de 1688 a 1690.

Diz a tal respeito o Dr. Alvaro de Azevedo: «... tendo mandado rasgar nas antigas muralhas e architecturar, com a elegância do tempo e do género, o portão dos Varadouros, que ficou sendo a principal entrada do Funchal, foi posta em memória e honra delle a seguinte inscripção latina, sobre o mesmo portão: *PERFECTA HAEC VARII PRAEFECTI MOENIA FRUSTRA + PRAETERITO CUPIUNT TEMPORE QUISQUE SUO SED DOMINO LAURENTO EA EST SERVATA VOLUPTAS DALMADA QUI ISTUD FINE CORONAT OPUS + ANNO 1689*».

Esta inscrição que significa - Cada um dos antecedentes governadores de balde se esforçou por concluir estas muralhas; ao Senhor Lourenço de Almada estava reservada a satisfação da sua conclusão-foi trasladada, com pequenas variantes no n.º 5 do Jornal a Justiça, de 1858.

Este portão devia ter sido cuidadosamente respeitado e bem assim a capela adjunta, se a câmara do Funchal do tempo possuísse a verdadeira noção do que seja a conservação de obras antigas desta natureza. o que haveria a fazer era desafronta-los dos casebres que os rodeavam, e isolá-los e capela no meio do largo, tornando mais amplo, alegre e arejado aquele local. o portão, se não constituía uma obra monumental, era

sem sombra de duvida uma interessante e característica construção da época, a que não faltava uma certa imponéncia arquitectónica e que tinha sido objecto de admiração de muitos nacionais e estrangeiros, verdadeiramente conhecedores de assuntos arqueológicos.

Por este arco e portão, faziam os governadores e prelados a sua entrada solene na cidade, que revestia sempre um extraordinário luzimento com a presença do elemento oficial, todas as tropas da guarnição, as pessoas mais gradas da terra, o clero, fidalgos, cavaleiros e muito povo.

Por ocasião da demolição da capela, fez-se a remoção do respectivo altar para uma das sacristias da Sé Catedral e ali se conserva ainda. Sobre a porta desta sacristia, se afixou um letreiro em língua inglesa, dando a capela dos Varadouros como a primeira construída no Funchal, o que é um erro manifesto, devendo admitir-se que, nem o próprio altar que ali se guarda, pertenceu á capela primitiva.

Nossa Senhora da Vida (Capelas de). Manuel Valente fundou em 1679, na freguesia de São Pedro, uma capela consagrada a Nossa Senhora da Vida, que não sabemos onde ficava.
Numa pequena elevação sobranceira ao mar se ergue uma capela da mesma invocação, que foi fundada por Inês Teixeira, em ano que ignoramos. Fica no sítio da Fajã do Mar.

Nossa Senhora das Virtudes (Capela de). No sítio e quinta das Virtudes, da freguesia de São Martinho, construiu Francisco de Vasconcelos Bettencourt, no ano de 1661, uma capela com a invocação de Nossa Senhora das Virtudes.

Nossa Senhora da Vitória (Capela de). Na estrada literal que do Funchal conduz a Câmara de Lobos e na margem esquerda da ribeira dos Socorridos, se encontra a capela de Nossa Senhora da Vitória, que fica no extremo da freguesia de São Martinho. O anotador das *Saudades*, assinala o ano de 1594 como o da sua construção e diz ter sido fundada por Francisco de Bettencourt nas terras do morgadio que ali instituiu. Foi reconstruída em ano que não podemos determinar, e há aproximadamente quarenta anos que se procedeu ao seu **acrescentamento** e nela se fizeram notáveis obras de reparação.

Nossa Senhora das Vitórias (Capela de). Existiu na freguesia de Machico uma capela consagrada a Nossa Senhora das Vitórias e construída em 1749.

Nosso Senhor Jesus Cristo (Capela de). Com esta invocação, fundou Gil Anes, no século XV, uma capela na freguesia de Santa Cruz, que depois foi sede dum morgadio instituído por um dos seus ascendentes.

Notários. O serviço do notariado ou do tabelionato neste arquipélago deveria certamente ter seguido as fases do do Continente do Reino, á parte quaisquer modificações que as circunstâncias locais aconselhassem. Não deixa no entretanto de ser interessante notar neste lugar que no Funchal havia em 1579 nada menos que 21 tabeliães do judicial, 8 de notas e 6 inquiridores, o que era verdadeiramente extraordinário para uma população que, em toda a ilha, orçava então por vinte e cinco mil habitantes. Ouçamos Frutuoso: «E, porque no Funchal, cidade que seus avós (do 5.º capitão-donatário) fundaram, havia vinte e hum tabeliães do judicial e oito das notas e seis enquadradores, houve El-Rey D. Henrique por bem, no ano de 1579, por certos respeitos que a isso o moveram e por mais serviço de Deos, reduzi-los em dez escrivães do judicial, e quatro notários e três enquadradores que agora servem (em 1590)....»

Convém advertir que nas sedes das outras capitanias e nas vilas, já então criadas, de Machico, Santa Cruz, Ponta do Sol, Calheta e Porto Santo, também existiam oficiais de justiça com iguais atribuições aos do Funchal. Na jurisdição do Funchal, reduziu o cardeal D. Henrique de 35 a 17 o numero de escrivães!

Noticioso (O). Saiu o primeiro numero a 22 de Outubro de 1862 e o ultimo a 22 de Janeiro de 1866. Publicaram-se 152 números. Foi seu principal redactor Augusto César de Freitas.

Nova de Santa Maria (Rua). Sensivelmente paralela à rua de Santa Maria e a pouca distância

desta, fica a rua Nova de Santa Maria, que foi aberta pouco depois da aluvião de 1803, existindo então ali apenas um pequeno beco. Entre as embocaduras destas duas ruas, ficava situada a igreja de Nossa Senhora do Calhau, ou de Santa Maria, que deu o nome ás mesmas ruas. Estende-se desde a margem da ribeira de João Gomes até ao largo das Bicas ou Torneiras, que é o começo da rua Bela de S. Tiago. Tem hoje o nome de Latino Coelho.

Nova Aldeia ou Aldeia da Rainha. Povoação fundada por alvará régio de 18 de Dezembro de 1768 na freguesia do Santo da Serra e constituída por vários casais da ilha do Porto Santo, que para ali se transferiram e aos quais o governo da metrópole concedeu diversas regalias, não tendo porém uma larga existência esta nova povoação.

Novara (Fragata). Este navio de guerra da marinha austríaca realizou uma viagem de circunnavegação nos anos de 1857 a 1859, tendo estado fundeado no nosso porto durante alguns dias. É muito apreciada a descrição desta viagem, tendo Latino Coelho traduzido e publicado na Revista Contemporânea a parte dessa descrição que se ocupa desta ilha, que é muito interessante e digna de ser lida. Foi reproduzida no n.º 2279 e seguintes do extinto Diário do Commercio, desta cidade.

Novelos (*Hydrangea hortensis*). Planta da família das Saxifragaceas, muito cultivada no Monte, Santana, Camacha e em diversas outras localidades da ilha. Tem flores azuis ou rosadas, geralmente estéreis, dispostas em corimbos amplos.

Novidades (As). Com este título publicou-se no Funchal um periódico, que deu o primeiro numero a 26 de Julho de 1866.

Outro Jornal que aqui se publicou com o mesmo título, apareceu a 18 de Novembro de 1881 e deu vinte e seis números, o ultimo dos quais a 24 de Dezembro de 1882.

Novos (Os). O primeiro numero deste jornal apareceu no dia 1.^º de Maio de 1920, e o decimo, que supomos ser o ultimo, em Novembro do mesmo ano. Era redigido por alunos do liceu do Funchal, e veio substituir a Gente Nova.

Nozelha. Nome vulgar da Monizia edulis e do Bunium brevifolium, plantas indígenas da família das Umbelíferas, a primeira das quais é conhecida também pela designação de cenoura da rocha (V. este nome).

Numismática. V. Medalhas e Moeda.

Núncio. Em 25 de Julho de 1808, chegou casualmente à Madeira, vindo de Londres, o enviado de S. Santidade em Lisboa, o qual desembarcou na Pontinha, dirigindo-se em seguida á Catedral, onde ouviu a missa das 10 horas. Depois de ter visitado a igreja, meteu-se numa cadeirinha e seguiu para o paço episcopal. Deixou a ilha no dia 28, tendo durante a sua curta residência aqui, conferido ordens menores a alguns estudantes, visto não estar o bispo no Funchal, e dado ao deão os poderes necessários para conceder algumas dispensas para casamentos. A sua saída salvaram todas as fortalezas da cidade.

Nunes. O primeiro indivíduo deste apelido de que fazem menção as crónicas madeirenses chamava-se Fernão Nunes, e residiu em Gaula, tendo casado com Helena de Góis, filha de Lançarote Teixeira, quarto filho de Tristão Vaz, primeiro donatário de Machico.

No primeiro quartel do século XVI, vivia no Porto Santo um Bartolomeu Nunes, que foi pai do falso profeta Fernão Nunes, de que falaremos noutro lugar deste Elucidário.

Nunes (Fernão e Filipa) V. Profetas.

Nunes (Filipe José). Nasceu na freguesia do Monte em 1824 e faleceu nesta cidade pelos anos de 1890. Foi durante muitos anos cura da freguesia da Sé e gozava a mercê de cônego honorário. Possuía uma cultura pouco vulgar e distinguiu-se como jornalista, especialmente no periódico «O Popular», mantendo acirradas lutas na imprensa, em que por vezes os excessos de linguagem faziam lembrar as diatribes de José Agostinho de Macedo. Tinha pronta para ser publicada uma colecção de discursos sacros à data do seu falecimento, que não chegou a ser impressa.

Nunes (Padre Manuel). Nasceu na freguesia do Paul do Mar no ano de 1848 e morreu na freguesia de São Gonçalo, onde era pároco, a 28 de Dezembro de 1892. Foi um dos nossos mais distintos oradores sagrados, sendo notáveis os seus discursos pela elegância da forma e correcção da linguagem. Cultivou com brilho a poesia, principalmente o género satírico, em que se tornou muito conhecido entre nós, tendo composições que ombreiam com as do nosso Nicolau Tolentino.

Nunes da Mata (José). Esteve na Madeira em 1920 e publicou em Lisboa, em 1921, um folheto de 24 pág., intitulado Navegação aérea entre Portugal e a ilha da Madeira.